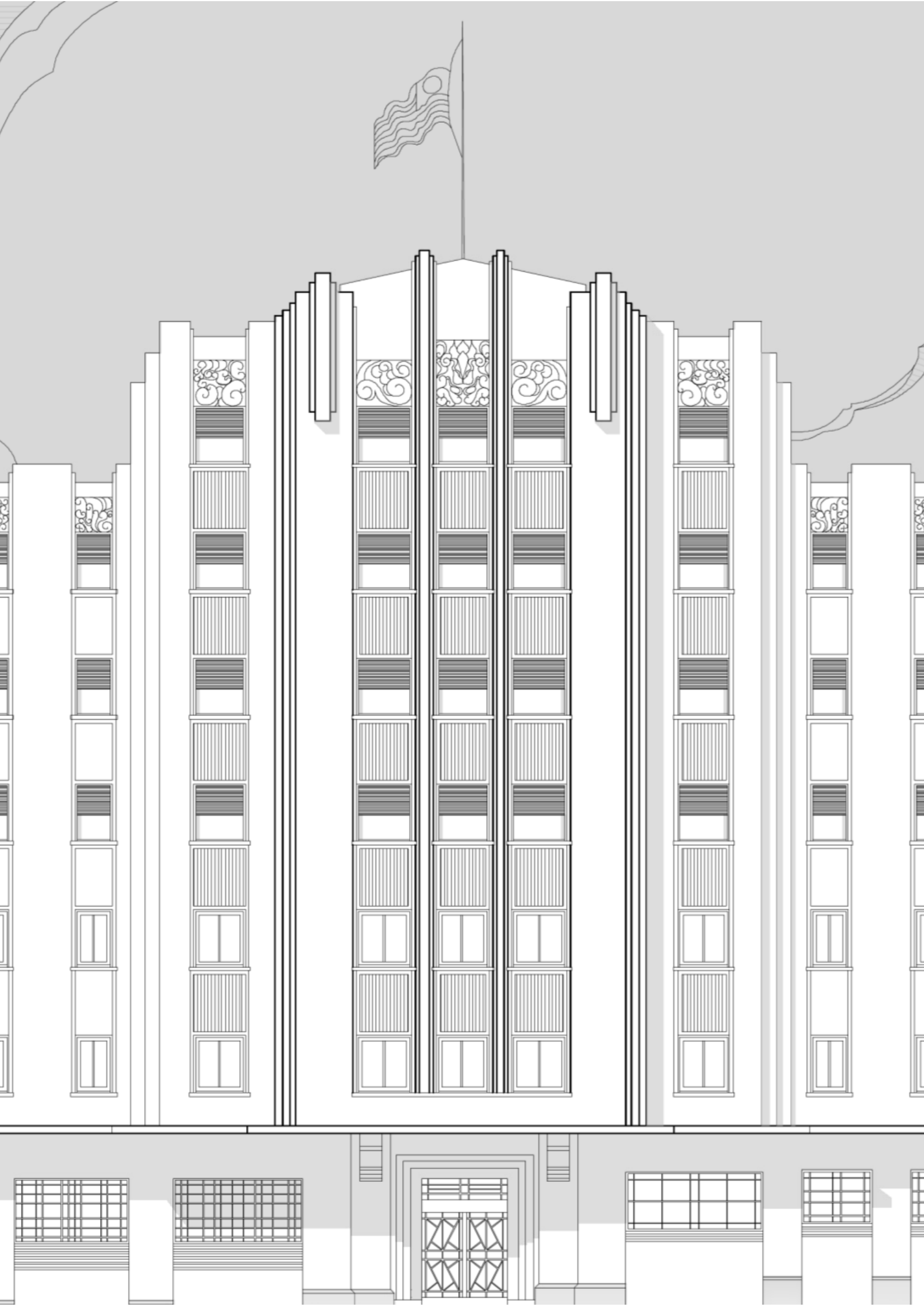


EDIFICIO DIEDERICHSEN

CONCEPÇÃO E TRAJETÓRIA

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO | INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO | TATIANA DE SOUZA GASPAR | 2022



TATIANA DE SOUZA GASPAR

Edifício Diederichsen: concepção e trajetória

Versão Corrigida

Tese apresentada ao Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Área de Concentração: Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo

Orientadora: Profa. Dra. Telma de Barros Correia

São Carlos
2022

AUTORIZO A REPRODUCAO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO,
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRONICO, PARA FINS
DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

GG249e

Gaspar, Tatiana de Souza
Edifício Diederichsen: concepção e trajetória / Tatiana de Souza Gaspar; orientadora Telma de Barros Correia. -- São Carlos, 2022.
670 p.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo -- Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2022.

1. Edifício Diederichsen. 2. Verticalização. 3. Habitação Coletiva. 4. Art Déco. 5. Ribeirão Preto. I. de Barros Correia, Telma, orient. II. Título.

Bibliotecária responsável pela estrutura de catalogação da publicação de acordo com a AACR2:
Brianda de Oliveira Ordonho Sígolo - CRB - 8/8229

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidata: **Tatiana de Souza Gaspar**

Título da tese: "Edifício Diederichsen: concepção e trajetória"

Data da defesa: **07/04/2022**

Orientadora: Profa. Dra. Telma de Barros Correia

Comissão Julgadora:	**Resultado:**
Profa. Dra. Telma de Barros Correia (IAU/USP)	**Não votante**
Prof. Dr. Tomás Antônio Moreira (IAU/USP)	Aprovada
Profa. Dra. Maria Ângela P. de Castro e Silva Bortolucci (IAU/USP)	Aprovada
Profa. Dra. Flávia Brito do Nascimento (FAU/USP)	Aprovada
Prof. Dr. Hugo Massaki Segawa (FAU/USP)	Aprovada
Prof. Dr. Marcelo Carlucci (UFMS)	Aprovada

Coordenador e Presidente da Comissão de Pós-Graduação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo: **Prof. Dr. Tomás Antonio Moreira.**

Essa tese é dedicada a todos os ocupantes do Edifício Diederichsen – de ontem, hoje e amanhã – que tornam viva a memória desse prédio em Ribeirão Preto.



Aqui representados por Roberto Gabarra, ex-morador do Edifício Diederichsen que, nesse retrato de sua infância, está sentado no peitoril de uma janela do apartamento onde morou, entre o final da década de 1940 e o início da década de 1950.

Fonte: acervo pessoal de Roberto Gabarra.

[Foto gentilmente cedida por Roberto Gabarra para este trabalho.]

AGRADECIMENTOS:

Não foi fácil chegar até aqui e não foram raros os momentos em que achei que não conseguiria, sobretudo nesses últimos tempos. Por isso, começo meus agradecimentos pelas despedidas. Ao longo dessa jornada que contabilizo a partir de 2015, quando me tornei aluna especial do Programa de Pós-graduação do IAU-USP, foram muitas as partidas de seres amados por mim. Tio Edson, tio Zé, tio Geraldo, Jhon, tio Paulo, Patrícia, Frida, Pedroca e Ana Paula: minha infinita gratidão por terem feito parte da minha vida.

Por todo o mérito que essa tese possa ter, agradeço à minha orientadora, Telma de Barros Correia, a quem até 2015 só conhecia e admirava como "referência bibliográfica", mas que, desde quando assisti sua primeira aula, tornou-se uma das minhas principais referências profissionais, como professora e pesquisadora. Agradeço por ter confiado em mim e me aceitado como aluna e como orientanda. E agradeço por ter me orientado sempre com tanta atenção e respeito.

Aos membros da banca de qualificação, Tomás Antonio Moreira e Flávia Brito do Nascimento, agradeço a leitura e as contribuições feitas à pesquisa. As considerações, sugestões e críticas foram fundamentais para a evolução e amadurecimento do trabalho. Agradeço, também, ao professor Hugo Segawa, que em outras ocasiões suscitou questões tornadas determinantes para a tese.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo do IAU-USP, que acolhe os alunos com cuidado e comprometimento. O primoroso trabalho desempenhado por seus funcionários permitiu que eu acompanhasse com tranquilidade cada etapa desse processo. Nesse sentido, externalizo minha gratidão a Flavia Macambyra, Mara Lino, Vilma Coutinho, Cleverci Malaman e Brianda Sígolo. Entre os professores, agradeço especialmente a Maria Ângela Bortolucci, Ruy Sardinha Lopes, Eulalia Portela Negrelos e Bruno Luís Damineli, com os quais cursei disciplinas marcantes na minha formação e importantes para essa tese. Estendo meus agradecimentos aos professores Givaldo Luiz Medeiros e Luis Espallargas Gimenez, do IAU-USP, e Beatriz Mugayar kuhl, Helena Ayoub, Cláudia de Andrade Oliveira e Pedro Vieira, da FAU-USP, que de modo muito generoso dividiram as salas de aula comigo e reforçaram meu desejo em continuar atuando como docente. Sou muito grata por ter tido a oportunidade de aprender tanto sobre a docência e a pesquisa em Arquitetura e Urbanismo com vocês.

Agradeço, ainda, a solidariedade e empatia da comunidade de alunos da Pós-graduação no IAU-USP. Amanda B. Moreira, Ana Carolina Gleria Lima, Ana Karla Pereira, Ana Teresa Cirigliano Villela, Cinthia Tragante, Letícia Mattaraia, Maisa Fonseca, Marina Holanda, Marina L. Gonçalves, Natalia Cappellari de Rezende e Sandra S. Soster e foram algumas das colegas que, de forma solícita e gentil, tornaram esse percurso mais amigável.

Agradeço o serviço prestado pelas instituições que cederam documentos para a realização da tese e, principalmente, a atuação de alguns profissionais a elas relacionados, entre os quais destaco Tania Registro, Maria Lucia e Rodrigo, do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto; e Silvia Ferreira Santos Wolff e Roberto Leme Ferreira, do CONDEPHAAT. A Henrique Telles Vichnewski, Dirceu Piccinato Junior, Elza Luli Miyasaka, Jorge Caldeira, Silvia Zakia e Andre Cruz Rodrigues, agradeço a disponibilização de informações e imagens pertencentes aos seus acervos particulares.

Agradeço enormemente a todos os ex-moradores e locatários do Edifício Diederichsen que me abriram as portas de suas casas e de seus estabelecimentos durante a realização desse trabalho. Conhecer essa edificação por dentro, através do olhar, da voz e do cotidiano daqueles que davam vida a esses espaços, ampliou, de modo substancial, os sentidos dessa pesquisa. Meu agradecimento especial a Celio Franco, Nadia Lucia Ferreira, Gabriel Gargalhado e Bruno Gallucci, pela confiança, paciência e parceria.

Agradeço aos meus alunos e ex-alunos que, ao longo desses anos, também torceram para a boa conclusão do doutorado. A Hebert Albernaz Junior, agradeço por ter me apresentado ao seu tio, Roberto Gabarra, a quem agradeço a disponibilidade e sensibilidade. Ainda no trabalho como docente, tive a oportunidade de conviver com muitas de minhas referências bibliográficas, como Ozório Calil Junior e Valeria Eugenia Garcia. Por meio desses nomes, agradeço aos meus colegas pesquisadores de Ribeirão Preto pelos trabalhos realizados e pela generosidade em difundir tais conhecimentos. Agradeço, também, às amigas que a docência me deu: Ana Luisa Miranda, Debora Prado Zamboni, Fabiana Cardoso, Carolina Margarida Moreira e Angelica Costa, agradeço pelo estímulo constante e pela amizade afetuosa durante o desenvolvimento da tese.

O papel desempenhado por familiares e amigos, de todas as épocas, foi dos mais importantes para que eu suportasse os momentos mais difíceis até aqui. Por isso, registro minha gratidão a Isadora Almeida Poscidônio, Patricia Ribeiro do Valle Coutinho e Luana Oliveira, amigas de sempre que permanecem ao meu lado não importando o tempo que passe ou a nossa distância geográfica. À minha grande família, agradeço pelo carinho e pela compreensão diante de tantas ausências. Ao meu primo e publicitário Rafael de Souza, agradeço por ter me ajudado na edição de diversas imagens que ilustram a tese. Ao meu irmão, o historiador Tarcísio de Souza Gaspar, agradeço a leitura atenta de todo o trabalho e seus diversos apontamentos, que muito aprimoraram o texto. Ao meu companheiro, o também arquiteto e urbanista Heitor Kooji Mello Matsui, agradeço por ter estado ao meu lado durante todos os dias desses últimos anos, prestando apoio e me auxiliando desde a elaboração do projeto de pesquisa até o depósito da tese. Agradeço à minha “filhota”, Olivia, pela companhia diária, e aos meus pais, Helena e Marcos, pelo amor incondicional que torna seguro qualquer caminho.

RESUMO:

GASPAR, Tatiana de Souza. 2022. **Edifício Diederichsen:** concepção e trajetória. 2022. 670p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo (USP), São Carlos, 2022.

Investiga a concepção e trajetória do Edifício Diederichsen, prédio construído no centro da cidade de Ribeirão Preto, em São Paulo, em meados da década de 1930, com projeto elaborado por Antonio Terreri e Paschoal de Vincenzo, contratado pelo empresário Antonio Diederichsen. Baseia-se na consulta e análise de documentos, como jornais, revistas, projetos de arquitetura, fotografias, mapas e leis. Considera o desenvolvimento de Ribeirão Preto até o final da República Velha, para a compreensão do contexto político, econômico e cultural durante a evolução dos negócios do promotor do Edifício. Concebe a idealização e execução do prédio como expressão de verticalização, de utilização de novos materiais construtivos, de experimentação de programa multifuncional e de uso de linguagem Art Déco. Examina o projeto do Edifício Diederichsen em seus diversos setores – cinema, comércio, serviço, habitação coletiva e hotel – diante de discussões e produções coetâneas no contexto local e em outros mais abrangentes. Analisa mudanças na ocupação do Edifício a partir de meados do século XX, à luz das transformações ocorridas no centro urbano de Ribeirão Preto. Estuda o processo de tombamento do Edifício Diederichsen pelo CONDEPHAAT, na última década do século XX, e as propostas posteriores de intervenção no prédio, avaliando o sentido das contradições entre sua valorização como bem cultural e sua crescente subutilização e degradação física.

Palavras-chave: Edifício Diederichsen. Verticalização. Habitação Coletiva. Art Déco. Ribeirão Preto.

ABSTRACT:

GASPAR, Tatiana de Souza. **Edifício Diederichsen:** concept and history. 2022. 670p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo (USP), São Carlos, 2022.

It investigates the concept and history of the Edifício Diederichsen, built in the center of Ribeirão Preto (in the state of São Paulo) in the 1930's having been designed by Antonio Terreri and Paschoal de Vicenzo and ordered by the businessman Antonio Diederichsen. This project is based on the reference and analysis of documents such as newspapers, Architectural projects, photographs, maps and legislation. It considers the development undergone by Ribeirão Preto up to the República Velha period (1889 to 1930) in order to understand the political, economic and cultural contexts concomitant to the expansion of Diederichsen's business. It also considers the idealization and execution of the building as an expression of verticalization, of utilization of new constructive materials, of experimentation of multifunctional programs and of usage of Art Déco language. It examines the project of the Edificio Diederichsen and its several sectors – movies, commerce, services, collective housing and hotels – through discussions and concomitant productions either local or global. It analyzes the changes in the occupation of the building from the 20th century on considering the transformations the urban center of Ribeirão Preto underwent. It also studies the process of listing of the Edifício Diederichsen through CONDEPHAAT during the 20th century and the previous intervention proposals on the building assessing the contradictions between its appreciation in terms of culture and its growing underutilization and physical degradation.

Key Words: Edifício Diederichsen. Verticalization. Collective Housing. Art Déco. Ribeirão Preto.

SUMÁRIO:

Introdução _____ **15**

1. **Ribeirão Preto: a cidade e a influência de Arthur e Antonio Diederichsen** _____ **33**

1.1 Da fundação à República: a chegada de Arthur Diederichsen e Francisco Schmidt em Ribeirão Preto _____ 35

1.2 A presença de Arthur Diederichsen e Francisco Schmidt no início da República Velha em Ribeirão Preto _____ 53

1.3 A cidade no início do século XX: indústria, comércio e serviços _____ 72

2. **Antonio Diederichsen: a expansão dos negócios urbanos anteriores ao Edifício Diederichsen** _____ **99**

2.1 A Diederichsen & Hibbeln: a primeira fase das indústrias, serviços e comércios de Antonio Diederichsen em Ribeirão Preto _____ 101

2.2 O Antigo Banco Constructor _____ 124

3. **Edifício Diederichsen: projeto e construção** _____ **173**

3.1 O crescimento vertical dos edifícios nas décadas de 1920 e 1930 _____ 175

3.1.1 Os primeiros edifícios altos no estado de São Paulo _____ 184

3.1.2 O crescimento vertical em Ribeirão Preto _____ 196

3.2 O terreno e o projeto aprovado para o Edifício Diederichsen _____ 209

3.3 Inovação e permanências na construção do Edifício Diederichsen _____ 238

4. **Edifício Diederichsen: programa, composição e estilo** ___ **269**

4.1 O programa de uso misto em Ribeirão Preto _____ 271

4.2 Cinema, comércios e serviços no Edifício Diederichsen _ 303

4.2.1 Cine São Paulo e a estética Art Déco _____ 307

4.2.1 Os comércios e escritórios no primeiro e segundo pavimentos _____ 329

4.3 A questão da habitação coletiva no Edifício Diederichsen _____ 361

5. **Antonio Diederichsen: novos marcos na paisagem da cidade** _____ **399**

5.1 A instalação da Estação de Jardineiras e a ampliação do edifício do Antigo Banco Constructor – A.B.C. (1934-1941) _ 401

5.1.1 Estação de Jardineiras (1934) _____ 401

5.1.2 Ampliações no Antigo Banco Constructor - A.B.C. (1939-1941) _____ 406

5.2 Hotel Umuarama (1947-1951) _____ 423

5.3 O testamento de Antonio Diederichsen e o vínculo entre o Abrigo Anna Diederichsen e o Edifício Diederichsen _____ 450

6. **O Edifício Diederichsen do auge à desocupação: a memória que se esvai...** _____ **475**

6.1 O auge: a demanda atendida pelo Edifício Diederichsen em meados do século XX _____ 477

6.2 A emergência da questão cultural na década de 1990: a política de proteção aos bens culturais em Ribeirão Preto e a valorização do seu “centro histórico” _____ 508

6.3 O processo de tombamento do Edifício Diederichsen no CONDEPHAAT _____ 524

6.4 Projetos de intervenção no Edifício Diederichsen e seu estado de conservação e ocupação em janeiro de 2022 ____ 551

Considerações Finais _____ **591**

Referências e Fontes _____ **611**

INTRODUÇÃO



Figura I.1: Vista do coroamento do Edifício Diederichsen, no centro de sua fachada principal.
Ano: 2019 | **Autor:** Tatiana S. Gaspar.

Em Ribeirão Preto, um edifício localizado em frente à principal praça pública, no centro da cidade, destaca-se entre os demais. Como um marco na paisagem urbana ribeirão-pretana, sua presença pode ser avistada a partir de múltiplas perspectivas, reveladas em meio aos percursos de habitantes e visitantes. Sua imagem descortinada abarca interpretações diversas, que da macro à microanálise, permitem reconhecer valores distintos, lançando luz sobre aspectos variados de sua história e trajetória.

A aparência vetusta das fachadas de tons terrosos, já marcadas pelas ações do tempo transcorrido desde sua construção, evidencia uma ideia de passado para as milhares de pessoas que, no vai-e-vem apressado do cotidiano, o observam nos intervalos que dão espaço à contemplação. Para outros, revela expressamente o valor artístico do prédio, materializado pelo perfil serrilhado a delinear a platibanda que coroa o jogo de volumes desenvolvido a partir da marquise instalada sobre o térreo. Para historiadores e historicistas, a construção está impregnada também por valor histórico, como símbolo de um momento político e econômico específico na história do Brasil e da cidade, indissociável, desde a denominação, da importância de seu promotor. Inegavelmente, o prédio guarda, ainda, memórias de grandes fatos nele encenados ou da vida rotineira de pessoas para a qual foi plano de fundo. Para muitos que ali se instalaram, figurou também como parte da história de suas vidas familiares ou profissionais, superando a memória do mero gênio empreendedor para dar lugar à vida de trabalhadores, prestadores de serviços, comerciantes e moradores.

As múltiplas relações admitidas por essa edificação, que em 2022 completa 88 anos de existência – quando considerada a partir de sua concepção –, derivaram-se em abordagens profícuas também no campo acadêmico. Não são raros estudos desenvolvidos em instituições de ensino superior sediadas na cidade ou em centros de pesquisa localizados na região, especialmente em cursos de graduação e pós-graduação ligados às ciências humanas e às ciências sociais aplicadas que, ao analisarem o desenvolvimento urbano ou a produção arquitetônica de Ribeirão Preto em perspectiva histórica, mencionaram o Edifício Diederichsen, sob diferentes enfoques.[1]

---

[1] A edificação promovida por Antonio Diederichsen foi diversas vezes mencionada como o “primeiro edifício alto” (VILLA, 2008, p. 53) e “verticalizado” (MIGLIORINI, 1997, p. 73) de Ribeirão Preto, representante inicial de um contexto de diversificação econômica por meio da construção civil, após a crise internacional do café ocorrida em 1929, a marcar “a transição da Primeira República para a Era Vargas” (DEMINICE, 2015, p. 25),

De objeto de intervenção em projetos de disciplinas de graduação em Arquitetura e Urbanismo a explanações de cunho teórico-conceituais suscitadas em monografias, dissertações e teses, a edificação promovida por Antonio Diederichsen e projetada por Antonio Terreri e Paschoal de Vincenzo é, sem dúvidas, um importante referencial para estudantes e pesquisadores em formação na cidade.

Para essa autora, o interesse pelo Edifício Diederichsen surgiu em decorrência de estudos desenvolvidos anteriormente sobre a história da habitação coletiva na cidade do Rio de Janeiro.[2] Estando em Ribeirão Preto a partir do final de 2013 – trabalhando em um escritório de arquitetura voltado à produção de edifícios de apartamento e, quase concomitantemente, iniciando a trajetória na docência, ministrando as disciplinas de Projeto de Habitação Coletiva e Técnicas Retrospectivas – o reconhecimento do Edifício Diederichsen enquanto exemplar de valor cultural representativo do início da produção de habitação coletiva no Brasil foi imediato, culminando, em 2015, na elaboração do projeto de pesquisa para a presente tese.

Embora o ingresso como aluna no curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, tenha acontecido em fevereiro de 2016, a primeira disciplina cursada no referido Programa ocorreu cerca de um ano antes, como aluna especial na disciplina “A Cidade no Século XIX: representações e projetos”, ministrada pela Profa. Dra. Telma de Barros Correia e pelo Prof. Dr. Tomás Antônio Moreira. Estudos iniciados na disciplina, como a análise de valores introduzidos à moradia a partir da Revolução

---

cuja vinculação estilística ao Art Déco também sinalizou o “caminho em direção à arquitetura moderna na cidade”, além de “disseminar a técnica construtiva do concreto armado” (VALADÃO, 1997, p. 136). Nesse aspecto, chamamos atenção para o fato de, erroneamente, alguns trabalhos também indicarem o Edifício Diederichsen como a primeira construção executada em concreto armado em Ribeirão Preto ou o primeiro edifício de uso misto da cidade. Já a dissertação de Leonardo (2013) está entre os principais trabalhos desenvolvidos sobre o Edifício Diederichsen e utiliza o prédio para analisar transformações urbanas ocorridas em Ribeirão Preto entre o final do século XIX e a década de 1990, sem, contudo, abordar, de modo específico, o exame do projeto e do programa de usos dessa edificação.

[2] Questões relativas ao tema da habitação e, especificamente, à história da habitação coletiva, vêm sendo estudadas pela autora desde o final de sua graduação, na Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, bem como em seu mestrado, no Programa de Pós-Graduação da mesma Escola, quando dissertou sobre algumas transformações ocorridas no programa e projeto de apartamentos residenciais produzidos no Rio de Janeiro ao longo do século XX, sobretudo entre 1920 e 1980 (GASPAR, 2013).

Industrial e consolidados no século XIX, geraram, ao final, uma monografia sobre transformações ocorridas na habitação burguesa ribeirão-pretana nas primeiras décadas do século XX. Nesse trabalho, foram analisadas as plantas dos pavimentos de habitação do Edifício Diederichsen, que teve seu projeto aprovado em 1934, tornando-se a primeira edificação para habitação coletiva verticalizada da cidade. Tais investigações consideraram os diversos âmbitos nos quais o Edifício Diederichsen foi inovador: como expressão da modernidade; pela verticalização; pela utilização de novos materiais construtivos; pela experimentação do programa multifuncional – com habitação, comércio e serviço – e pelo novo referencial arquitetônico, estilisticamente vinculado ao Art Déco.

Nessa primeira pesquisa, formaram-se as bases para a elaboração do projeto de pesquisa apresentado no processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, em 2016. Sob orientação da Profa. Dra. Telma de Barros Correia, a pesquisa tem como objetivo compreender aspectos relativos à idealização, concepção e trajetória do Edifício Diederichsen. Foram eleitos como temas a serem contemplados pela pesquisa a linguagem arquitetônica, a tecnologia construtiva, o programa de usos propostos para o edifício e o programa consolidado ao longo dos anos, assim como as representações da edificação pela população ribeirão-pretana e as discussões referentes ao seu momento atual, abordando questões ligadas ao seu tombamento e preservação enquanto bem cultural do estado de São Paulo.

O método de abordagem adotado considera uma dupla condição do Edifício Diederichsen: como documento e como monumento. Foram interpeladas algumas contingências históricas do objeto de estudo, como seu promotor, os autores do projeto e as circunstâncias de sua concepção, execução e proteção. Os temas historiográficos fundamentais delimitados para a interpretação dos documentos analisados na pesquisa são: a verticalização; a habitação coletiva; o Art Déco; e a preservação de bens culturais.[3] A problemática da tese foi definida por essas questões teóricas suscitadas pelo objeto de estudo e pelas fontes trabalhadas. Considerou-se, assim, a noção de problematização,

[3] A dissertação de Atique (2002) sobre o Edifício Esther, com orientação da Profa. Dra. Telma de Barros Correia, foi uma importante referência para essa tese, à medida em que também analisou a edificação a partir de seus promotores, concepção arquitetônica, autores, usos, visões e preservação.

mais eficaz para uma pesquisa dessa natureza que a formulação de hipóteses previamente formuladas.

Com o objetivo de compreender a concepção, construção e trajetória – entendida pela análise de seu processo de uso, representações e impactos na cidade – do prédio, adotamos uma periodização que define três momentos: a trajetória de Antonio Diederichsen e aspectos da história de Ribeirão Preto anteriores ao prédio; a concepção e construção do prédio; e a trajetória do prédio até 2022.

Estabelecemos a formação da cidade e seu desenvolvimento até o final da República Velha como ponto de partida para a compreensão da chegada do primeiro integrante da família Diederichsen a Ribeirão Preto e da evolução dos negócios de Antonio Diederichsen antes da construção do Edifício Diederichsen. Na sequência, a concepção e execução do prédio, na década de 1930, foram analisadas a partir de contextos mais abrangentes, a incluir discussões e produções coetâneas de edifícios vinculados ao Art Déco, cinemas, prédios altos, hotéis e habitação coletiva em diversas escalas de enfoque. Por fim, no período que se seguiu da inauguração do Edifício Diederichsen até 2022, foram considerados, sobretudo, os reflexos de transformações ocorridas no centro urbano de Ribeirão Preto e a ascendência da questão cultural na abordagem a partir da última década do século XX, com a proteção do prédio como bem cultural e sua condição presente, como edifício parcialmente desocupado e arruinado.

A delimitação de tais marcos temporais buscou a investigação de facetas ainda pouco conhecidas do Edifício Diederichsen, admitindo sua compreensão como objeto de estudo que extrapola a reafirmação da relevância, já reconhecida, dessa edificação na esfera local. Além disso, mediante o estudo das ações de Antônio Diederichsen no meio empresarial e a análise de outras edificações construídas pelo promotor em Ribeirão Preto, verificaram-se possíveis motivações e tendências que influíram na iniciativa de construção do Edifício Diederichsen e no seu projeto como um edifício multifuncional, com uso habitacional, comercial e de serviços. No exame da concepção funcional, espacial e estética do prédio, de sua forma, execução e inovações adotadas, tentou-se, ainda, a compreensão do Edifício Diederichsen como emblema de verticalização na cidade e a identificação de referências e princípios adotados pelos seus projetistas na associação ao Art Déco. Também se investigou a possível influência do Edifício Diederichsen na

concepção de outros prédios altos construídos em Ribeirão Preto nos anos que seguiram à sua construção, a partir de 1934. Também foram objeto de atenção da pesquisa: as representações escritas e visuais do edifício no período de sua construção; os usos e ocupações iniciais e posteriores do prédio, considerando as diferentes atividades nele instaladas; a adoção da forma de moradia coletiva verticalizada; e o perfil dos moradores, frequentadores e usuários. Em relação à sua condição atual, a tese busca discutir alguns dos significados atribuídos ao Edifício Diederichsen e as contradições entre seu estado de conservação e sua relevância para a história da cidade. Objetivou-se, por fim, analisar a edificação no presente, avaliando alguns dos impactos de seu tombamento pelo CONDEPHAAT e de sua condição de patrimônio pertencente à Santa Casa de Misericórdia.

A pesquisa privilegiou a consulta e análise de documentos, como jornais, revistas, projetos de arquitetura, fotografias, mapas e leis. O trabalho foi originalmente planejado em quatro fases, que abrangeram a realização de pesquisas bibliográficas; investigações em documentos (periódicos, leis, projetos de arquitetura etc.); análises de processos de tombamento e de intervenção no bem; e observações e anotações em campo. As informações foram estruturadas segundo quatro temas que nortearam os objetivos específicos da tese: Antônio Diederichsen e seus empreendimentos urbanos em Ribeirão Preto; a idealização e execução do Edifício Diederichsen; a concepção da forma e dos usos da edificação; e, finalmente, o Edifício Diederichsen como bem de interesse histórico e arquitetônico para o estado de São Paulo e a cidade de Ribeirão Preto.

A pesquisa bibliográfica envolveu a leitura de obras de História e Arquitetura e Urbanismo que apoiassem a interpretação dos documentos e das observações de campo sobre o prédio. Incluiu os seguintes temas: aspectos da cidade de Ribeirão Preto ao longo dos séculos XIX e XX; a verticalização e seus impactos sobre a paisagem, o cotidiano e o imaginário urbano; a arquitetura Art Déco, do ponto de vista de suas características, difusão e impacto no Brasil; as origens da habitação coletiva, sua consolidação e programas de uso; a preservação de bens culturais e a política de proteção ao patrimônio; e obras sobre o Edifício Diederichsen, envolvendo relatos, registros e descrições do prédio ao longo de sua trajetória. Grande parte da bibliografia foi consultada em teses, dissertações e artigos desenvolvidos em Programas de Pós-Graduação de Universidades da cidade ou região. O acervo da Universidade de São Paulo foi pesquisado através do Portal de Busca Integrada (SIBiUSP), do Sistema Dedalus, e da Biblioteca Teses e

Dissertações da USP. Além das bibliotecas da Universidade de São Paulo, a pesquisa foi ampliada para todas as bibliotecas da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, por meio do Sistema Athena, bem como para o Repositório da Produção Científica e Intelectual da UNICAMP, Biblioteca Digital da PUC-Campinas e Biblioteca Setorial da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Algumas publicações atualizadas e revisadas de autores que são referência para os temas da tese, bem como de autores locais, foram adquiridas em livrarias e, no caso dos artigos científicos, nem sempre disponíveis em bibliotecas, foram pesquisados em anais de eventos e em revistas digitais.

A pesquisa em periódicos permitiu a reunião de informações originais e importantes para o trabalho, como a atuação e os empreendimentos de Antonio Diederichsen e de alguns de seus familiares, a construção e as primeiras impressões provocadas pelo Edifício Diederichsen, as ofertas de atividades de comércio e serviços no prédio e a trajetória do edifício e de seus autores. Também trouxe informações sobre outras edificações consideradas relevantes para a tese e sobre as discussões geradas a partir do processo tombamento do prédio pelo estado de São Paulo, iniciado em 1998. As notícias utilizadas como fonte foram pesquisadas, sobretudo, na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, nos acervos digitais dos jornais *O Estado de São Paulo* e *Folha de São de Paulo* e nos acervos físicos da Biblioteca Mário de Andrade e do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. A fim de desvendar os impactos dessa edificação na cidade, também foi realizada investigação sobre edifícios altos, com quatro pavimentos ou mais, e sobre edifícios de habitação coletiva erigidos em Ribeirão Preto após a construção do Edifício Diederichsen, durante as décadas de 1930, 1940 e 1950. Nela, foram utilizadas como fonte informações do cadastro imobiliário da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, disponibilizadas pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

A pesquisa em documentos iconográficos e escritos sobre a cidade de Ribeirão Preto foi realizada em diversas etapas, a partir de levantamentos empreendidos em arquivos públicos e de consultas a acervos particulares.[4] A primeira parte da pesquisa deu-

[4] O Projeto de Pesquisa apresentado durante o processo de seleção para o curso de doutorado, em 2015, previa que essa fase seria iniciada logo após o cumprimento dos créditos-disciplinas e a complementação da pesquisa bibliográfica. No entanto, parte das pesquisas que deveriam encabeçar a pesquisa documental precisaram ser adiadas devido à mudança ocorrida no local das instalações do Arquivo Público e Histórico de

se no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, onde se consultaram cópias físicas e digitais de fotografias, mapas, documentos e livros relacionados à história de Ribeirão Preto, do Edifício Diederichsen e das empresas de Antonio Diederichsen, na Biblioteca de Apoio e nos acervos fotográfico e cartográfico, no Fundo Terreri e no álbum de construção do Edifício Diederichsen. Na sequência, passou-se ao setor de Inventário Geral e ao Fundo Prefeitura Municipal – Desenvolvimento Urbano e Rural, no acervo de Obras Particulares, com a consulta e levantamento fotográfico de projetos de aprovação para construção de edificações em Ribeirão Preto relacionados a Antonio Diederichsen e suas empresas e aos autores do projeto do Edifício Diederichsen, Antonio Terreri e Paschoal de Vincenzo, entre as décadas de 1910 e 1970. Tais projetos foram selecionados pela tabela Processos Administrativos, disponibilizada pelo Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, com versão-data: agosto/2011.

Posteriormente, após a análise e sistematização desses primeiros levantamentos, iniciou-se nova empreitada de consulta junto ao Fundo Prefeitura Municipal – Desenvolvimento Urbano e Rural, no acervo de Obras Particulares do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. Dessa vez, optou-se por realizar o levantamento completo dos projetos arquivados, ano a ano, descartando a lista de cadastro dos Processos Administrativos utilizada anteriormente. Essa medida foi julgada necessária diante de algumas lacunas de informações verificadas na referida lista, principalmente em relação à autoria dos projetos. A nova pesquisa foi principiada pelos projetos do primeiro ano arquivado no acervo de Obras Particulares, 1910, e seguiu até 1934, ano de aprovação do Edifício Diederichsen.[5] Dessa forma, foi possível realizar o levantamento completo dos projetos aprovados em Ribeirão Preto até a concepção do prédio, bem como complementar o levantamento dos empreendimentos de Antonio Diederichsen e dos projetos desenvolvidos por Antônio Terreri e Paschoal de Vincenzo, responsáveis pelo projeto e

---

Ribeirão Preto, que teve restrição de consultas por cerca de 8 meses, entre junho de 2016 e janeiro de 2017.

[5] O Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto possui um livro com a relação de plantas de construção e reconstrução aprovadas pela Câmara entre 1902 e 1913, contendo o ano, mês e dia da aprovação, endereço (rua e número), nome do proprietário, nome do construtor/arquiteto e observação sobre a natureza do serviço (se construção, aumento, reconstrução, demolição etc.). Embora tenham sido identificados seis itens de interesse para a pesquisa (quatro deles relacionados às construções de Diederichsen & Hibbeln, um a Antonio Terreri e outro a Paschoal de Vincenzo), não há registro das plantas aprovadas no APHRP, cujo acervo de Obras Particulares só conta com os processos aprovados a partir de 1910.

construção do Edifício Diederichsen, em anos anteriores ao projeto desse prédio.

Com o desenrolar da pesquisa, a realização de novas investigações relacionadas aos temas abordados pela tese também se mostrou necessária. Esse foi o caso da pesquisa dos Códigos de Posturas adotados na cidade até a concepção do Edifício Diederichsen (em 1889, 1902 e 1921) e do Código de Obras Arthur Saboya, adaptado da capital paulista para Ribeirão Preto em 1933 e aplicado a partir de 1934. Além desses documentos, disponíveis no acervo de Inventários do Fundo Prefeitura Municipal – Desenvolvimento Urbano e Rural, consultamos no acervo de Obras Particulares do mesmo Fundo as aprovações de construção em Ribeirão Preto, entre 1910 até 1934, de edificações com habitação coletiva; de edificações verticalizadas (com mais de um pavimento); de edificações que especificaram o uso de concreto armado em seus projetos; de edifícios com usos mistos; e de construções com composição estilística vinculada ao Art Déco.

No total, foram pesquisados 9.311 projetos, com registro fotográfico de 985 deles. Nesse conjunto, selecionamos os empreendimentos de propriedade de Antonio Diederichsen; os que foram projetados por Antônio Terreri e Paschoal de Vincenzo; e ainda os que possuíam alguma caraterística em comum com o Edifício Diederichsen (habitação coletiva; edificações verticalizadas; uso de concreto armado; usos mistos; e estilo Art Déco). A metodologia de análise desse material considerou as seguintes informações sobre o projeto: ano; número do processo; endereço; distrito urbano; propriedade; autor; finalidade (construção, ampliação, reforma, não informado); uso (habitacional, serviço, industrial, misto, não identificado); função (relacionada ao uso); configuração (quando residencial, se coletivo, multifamiliar, unifamiliar ou não identificado); número de unidades (quando multifamiliar); número de pavimentos; uso de linguagem Art Déco; e emprego de concreto armado conforme especiação do projeto (nos dois últimos casos, com marcação de intensidade). A sistematização dessas informações empregou uma tabela do programa Excel (Office). Todas as fotos foram organizadas em pastas individuais para cada projeto, identificadas pelo ano e número do processo. Após a organização das fotos, foi realizada edição em *software* “Adobe Photoshop” (2018) das imagens, com o objetivo de melhorar a visualização das informações dos projetos e padronizar a cor de fundo das figuras.

Além da pesquisa documental no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, realizaram-se consultas em outros órgãos. No Centro de Documentações do Conselho de

Defesa do Patrimônio Histórico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), fez-se registro fotográfico de processos relativos ao tombamento e de projetos para aprovação de intervenção no Edifício Diederichsen. Buscaram-se informações em arquivos de processos e atas do Conselho de Patrimônio do Patrimônio Cultural de Ribeirão Preto (CONPPAC-RP). No Ministério Público do Estado de São Paulo, pesquisaram-se os inquéritos civis vinculados ao prédio. No acervo da Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto, examinaram-se documentos referentes ao Edifício Diederichsen e ao Abrigo Anna Diederichsen, ambas edificações mantidas pela Sociedade Beneficente e promovidas por Antonio Diederichsen. Na biblioteca e arquivo de atas da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto (ACIRP), pesquisou-se a participação de Antonio Diederichsen em sua fundação. No acervo particular de Dirceu Piccinato Junior, foram obtidas cópias das cartas de aforamento registradas no Arquivo da Diocese de Ribeirão Preto. No acervo particular do fotógrafo Tony Miyasaka, acessaram-se registros fotográficos de Ribeirão Preto durante a segunda metade do século XX. Outras pesquisas em documentos escritos, imagens e mapas se deram por meio de acervos digitais disponibilizados pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo, Arquivo Nacional, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, Instituto Moreira Salles e *Revista Acrópole*.

Uma atividade prevista no plano da pesquisa era a realização de entrevistas com moradores (antigos e atuais), usuários e funcionários do Edifício Diederichsen, bem como com representante da atual proprietária e gestora do imóvel, a Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto. No entanto, essa etapa foi diretamente impactada por acontecimentos simultâneos à pesquisa. O principal deles foi a divulgação de uma notícia, em outubro de 2016, sobre a transformação do Edifício Diederichsen em um Centro Cultural. No mês seguinte, foi possível contactar o diretor patrimonial da Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto, que confirmou a intenção da mantenedora, forneceu uma cópia do testamento de Antonio Diederichsen e autorizou a entrada no prédio e a realização da pesquisa para a tese, mas informou que a Sociedade Beneficente não mantinha registros do histórico de ocupação da edificação.[6] Sem dados sobre os locatários antigos, tentou-

[6] Contamos apenas com os relatos e fotos de um antigo morador com o qual conseguimos estabelecer contato via *e-mail*. Outros dados referentes à ocupação por antigos locatários foram obtidos, principalmente, por meio da pesquisa em jornais.

se contato com os locatários que então ocupavam as lojas, salas e apartamentos do Edifício Diederichsen, por meio de cartas, entregues na portaria, que apresentavam a pesquisa e a pesquisadora.

Nesse momento, os rumos da pesquisa e sua metodologia foram impactados pelos embates entre os ocupantes e a proprietária do prédio. Os ocupantes, em meio às incertezas que vivenciavam, não deram nenhum retorno às cartas. Fez-se necessário, então, adotar a estratégia de observação assistemática dos eventos que se desenrolavam durante a pesquisa, em especial sobre a repercussão das solicitações de desocupação dos seis pavimentos acima do térreo comercial, entre os locatários do Edifício Diederichsen.

Ao longo do ano de 2017 foram realizados estudos exploratórios no interior do prédio para registro fotográfico e anotações sobre as dinâmicas ali observadas. No decorrer desse período, iniciou-se um embate entre a Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto e parte dos locatários do Edifício Diederichsen, que contestavam os motivos ou a forma de desocupação promovida pela mantenedora, o que provocou um ambiente de tensionamento, com grande repercussão na cidade. Nesse momento, foi possível, mediante convite recebido, acompanhar algumas reuniões ocorridas no interior do imóvel entre os locatários que se organizaram contra a ação de desocupação e entre esses e a Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto. Essa conjuntura, contudo, tornou complexa a realização das entrevistas, uma vez que as insatisfações e dificuldades enfrentadas pelos envolvidos naquele contexto específico acabaram se tornando o foco principal de muitos relatos recolhidos em entrevistas, levando-nos a não utilizar o material coletado.[7] Ainda assim, as informações e, principalmente, as observações sobre o cotidiano no interior do prédio e sobre as manifestações da população ribeirão-pretana, em apoio ou reprovação à desocupação, foram importantes para o reconhecimento dos diversos valores atribuídos atualmente à edificação, antes mesmo da análise do processo de tombamento do Edifício Diederichsen pelo CONDEPHAAT.

A tese está estruturada em seis capítulos. É iniciada com um capítulo que analisa o desenvolvimento urbano de Ribeirão Preto antes da construção do Edifício Diederichsen

[7] Cabe ressaltar que outra dificuldade relacionada ao fato de a pesquisa estar em andamento concomitantemente à desocupação, foi que alguns locatários estavam em processo de mudança durante os meses de trabalho de campo. Houve, ainda, situações em que locatários se recusaram a participar da pesquisa, o que também ocorreu com alguns funcionários.

e discute a produção da noção de progresso vinculada à imagem da cidade, que teve possíveis reflexos na concepção da edificação que é objeto da pesquisa.[8] Como se sabe, a disseminação do cultivo do café no oeste paulista e a incorporação do município de Ribeirão Preto ao circuito da estrada de ferro Mogiana, após 1883, foram fundamentais para o estabelecimento e acelerado crescimento da cidade. Fundada algumas décadas antes, Ribeirão Preto já havia alcançado posição de destaque regional no início do século XX. Precedendo a chegada do primeiro Diederichsen em Ribeirão Preto, o período anterior à Proclamação da República foi tratado à luz das relações estabelecidas por essa família no Brasil e, na sequência, diante da participação efetiva de Arthur Diederichsen e Francisco Schmidt na Câmara Municipal de Ribeirão Preto.

---

[8] O período foi narrado em diversos textos publicados ainda nas primeiras décadas do século XX, muitas vezes como memórias — caso de SANTOS (1942) —, descrições generalistas de uma série de fatos memoráveis — como CIONE (1985-1997) — ou mesmo pautados por pesquisas documentais — a exemplo de COSTA (1955). De modo geral, são escritos que refletem, também, a disputa por notoriedade na autoria de uma historiografia, em grande medida ufanista e mistificada, que exalta a epopeia paulista de constituição de cidades pela ação pioneira de desbravadores bandeirantes (GARCIA, 2003). Por outro lado, pesquisas acadêmicas realizadas sobre o contexto ribeirão-pretano entre o final do século XIX e início do século XX se empenharam em compreender aspectos específicos, intrínsecos a essa conjuntura, como a dinâmica da economia cafeeira (PINTO, 2000, LOPES, 2005) e suas atividades complementares (SOUZA, 2009), o desenvolvimento do mercado de terras urbanas (GARCIA, 2013), o impacto econômico das transações imobiliárias (OLIVEIRA, 2003, 2006) e a formação do empresariado industrial (BRANDÃO, 2009) e das atividades comerciais (GUMIERO, 2000). Somam-se a estes, trabalhos relacionados às ações da política coronelista (DEMINICE, 2015; GODOY, 2000; WALKER, 2000) e a atuação de alguns personagens notáveis – como o prefeito Joaquim Macedo Bittencourt (PAZIANI, 2004), o engenheiro Antônio Soares Romêo (CAUN, 2010) e os fazendeiros Francisco Schmidt (MORAES, 1980; FORNER, 2017), Joaquim da Cunha Diniz Junqueira (MATTIOLI, 2012; MONTI, 2014) e Iria Alves Ferreira (MELLO, 2009). A imigração e a constituição do trabalho livre também foram temas de alguns estudos sobre a importância da migração de italianos (CALSANI, 2010; CINTRA, 2001) e espanhóis (REIS, 2002), a formação do Núcleo Colonial Antônio Prado (SILVA, 2008), a atuação do movimento operário na cidade (ROSA, 1997) e as relações de trabalho nas lavouras de café (FALEIROS, 2007) e na indústria (CASTRO, 2015). Já a formação de uma sociedade urbana foi abordada em seu cotidiano cultural (TUON, 1997), nos entretenimentos noturnos do empresário François Cassoulet (SILVA, 2000) e a partir da presença do rádio (JORGE, 2008, 2012) e outras atividades musicais (FERNANDES, 2008). As transformações urbanas constituem, igualmente, um tema importante de discussões, seja por meio do processo de formação e organização da estrutura fundiária do município (ZAMBONI, 1979) e sua relação com a malha ferroviária implantada (ZAMBONI, 2012), pela análise das legislações urbanísticas do período (SANCHES, 2003), das características arquitetônicas de algumas edificações (MERCADANTE JUNIOR, 1998; SUNEGA, 2002; VALADÃO, 1997), dos processos de expansão e setorização do centro (CALIL JÚNIOR, 2003), ou ainda pela crítica ao viés ideológico presente nos discursos de modernidade, pautados pela noção de higiene, beleza e disciplina, que orientaram os investimentos públicos de melhoramentos urbanos (FARIA, 2003).

O segundo capítulo da tese trata da evolução das empresas de Antonio Diederichsen em Ribeirão Preto, a fim de compreender os ramos de atuação e interesses do empresário, os quais afetaram a forma e o programa do Edifício Diederichsen. Nesse sentido, mais que compreender o contexto urbano em que o Edifício Diederichsen se inseriu, a análise do desenvolvimento de Ribeirão Preto entre o final do século XIX e início do século XX, realizada no capítulo anterior, contribuiu para elucidar a conjuntura política, econômica, social e cultural encontrada por Antonio Diederichsen quando estabeleceu seus negócios na cidade, a partir de 1903, passando a atuar como comerciante e industrial. Utilizaram-se como fonte documental os projetos de construção vinculados a Antonio Diederichsen entre 1910 e 1934, pesquisados no acervo de Obras Particulares do fundo Prefeitura Municipal – Desenvolvimento Urbano, no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. Além de averiguar as soluções adotadas em edificações promovidas anteriormente ao Edifício Diederichsen pelo seu promotor, foram investigados outros projetos desenvolvidos pelos projetistas Antonio Terreri e Paschoal de Vincenzo, antes da concepção do prédio.

O terceiro capítulo analisa o projeto arquitetônico do Edifício Diederichsen, com ênfase nas contingências de sua aprovação pela Prefeitura de Ribeirão Preto, abordando as condicionantes legais e as caraterísticas do terreno onde foi erigido, bem como os favorecimentos e entraves encontrados pelo promotor e pelos autores da obra. Uma vez que o Edifício Diederichsen inaugurou e, até mesmo, extrapolou os novos limites de altura estabelecidos pelo primeiro Código de Obras que foi adotado em Ribeirão Preto no mesmo ano de sua concepção, a discussão sobre o processo de verticalização em curso em algumas cidades brasileiras e, em especial, no interior paulista, mostrou-se pertinente para a compreensão do edifício promovido por Antonio Diederichsen. Nesse sentido, foi útil o uso de referências bibliográficas sobre o processo de verticalização nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo (VAZ, 1994; FICHER, 1994; SOMEKH, 2014; HOMEM, 1984) e pesquisas em jornais referentes ao início da verticalização e aos primeiros edifícios altos erigidos em cidades do estado de São Paulo nas primeiras décadas do século XX. Além da análise do contexto regional, a pesquisa se deteve sobre o cenário que se delineava em Ribeirão Preto desde a década de 1920, quando o poder público passou a estimular a construção de edifícios com mais de um pavimento em trechos da área central da cidade. Ao lado de investigações empreendidas na legislação urbana municipal do período, fez-se

o levantamento de todas as edificações com mais de um pavimento aprovadas para construção em Ribeirão Preto entre 1910 e 1934, no acervo de Obras Particulares do fundo Prefeitura Municipal – Desenvolvimento Urbano, no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

O quarto capítulo dá continuidade à análise do projeto do Edifício Diederichsen iniciada no capítulo anterior, mas adotando como enfoque sua vinculação estilística, conteúdo programático e as soluções assumidas nos espaços destinados aos múltiplos usos que comportou. Averiguar as edificações com uso misto aprovadas em Ribeirão Preto até a construção do Edifício Diederichsen foi importante porque permitiu avaliar de modo fundamentado a inovação representada pelo projeto concebido por Antonio Terreri e Paschoal de Vincenzo e a relevância dessa configuração na área central da cidade, sobretudo no entorno imediato do terreno onde o prédio de Antonio Diederichsen foi erigido. Analisaram-se também as soluções funcionais, espaciais e estéticas dos diversos setores do Edifício Diederichsen – cinema, comércio, serviço, habitação e hotel – com eventual referência a exemplos similares ou dissonantes, coetâneos ou pregressos, situados na cidade de Ribeirão Preto ou em outras do país. Utilizamos como aporte teórico referências bibliográficas relacionadas à difusão do Art Déco (CORREIA, 2008) e à produção de habitação rentista no Brasil (BONDUKI, 2014). A pesquisa em fontes primárias foi empreendida no acervo de Obras Particulares do fundo Prefeitura Municipal – Desenvolvimento Urbano, no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, e pesquisas em jornais e periódicos que forneceram dados sobre a ocupação inicial do prédio.

O quinto capítulo abordou o período posterior à inauguração do Edifício Diederichsen, tanto em relação à evolução dos negócios de Antonio Diederichsen até o seu falecimento, em 1955, quanto do ponto de vista da verticalização na área central de Ribeirão Preto até meados do século XX, quando o empresário foi, novamente, o responsável pela construção da nova edificação mais alta da cidade. Erigido ao lado do Edifício Diederichsen, o Hotel Umuarama se manteve associado ao Art Déco e foi inteiramente voltado a um dos usos já presentes no prédio vizinho, a reforçar a influência do Edifício Diederichsen no seu entorno e o protagonismo de Antonio Diederichsen como promotor imobiliário no processo de verticalização em Ribeirão Preto. Ainda nesse contexto, considerou-se a importância do Abrigo Anna Diederichsen – outra edificação por ele empreendida – no futuro do Edifício Diederichsen, assim como as repercussões do

testamento de Antonio Diederichsen. O capítulo teve como principal fonte os projetos pesquisados no acervo de Obras Particulares do fundo Prefeitura Municipal – Desenvolvimento Urbano, no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, notícias em jornais e periódicos, além de dados investigados no cadastro imobiliário da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto sobre a autoria e data de aprovação do projeto de edificações com quatro ou mais pavimentos, localizadas na área central de Ribeirão Preto.

O sexto e último capítulo aborda a trajetória do prédio entre meados do século XX e o momento atual. No período, o Edifício Diederichsen atravessou momentos de prestígio e de depreciação; tornou-se patrimônio cultural do estado de São Paulo, mas se converteu em um prédio quase inteiramente desocupado e em estado parcial de ruína. Parte-se da análise da ocupação da edificação durante a segunda metade do século XX, para discutir algumas das transformações pelas quais a cidade e seu centro passaram. Para tanto, contou-se com notícias e anúncios publicados em periódicos. As análises dialogam com obras sobre as transformações urbanas ocorridas nessa conjuntura no Brasil (SINGER, 1982; VILLAÇA, 1998) e em Ribeirão Preto (CALIL JUNIOR, 2003; MIGLIORINI, 1997; MIRANDA, 2005). A partir da década de 1990, a ascensão da questão cultural e os incentivos à valorização dos centros urbanos e à preservação de edificações históricas tiveram forte reverberação em Ribeirão Preto, com impacto direto no processo que levou ao tombamento do Edifício Diederichsen, tramitado entre 1998 e 2005. Com apoio em leis estaduais e municipais relativas à criação dos conselhos de patrimônio cultural e aos tombamentos instituídos em Ribeirão Preto, fizemos a descrição e análise da proteção do Edifício Diederichsen e dos projetos para intervenção no prédio protocolados junto ao CONDEPHAAT. As transformações realizadas ou propostas para o Edifício Diederichsen, são discutidas, sobretudo, via problematização dos efeitos da ação de desocupação promovida pela Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto, atual proprietária do imóvel.

O estudo do Edifício Diederichsen se justifica por permitir entrelaçar um conjunto de temas importantes – habitação coletiva, patrimônio histórico, Art Déco, verticalização, degradação de centros urbanos e atuação de Santa Casa de Misericórdia em cidades – e pela importância do prédio para a cidade de Ribeirão Preto. Aqui essa importância não é avaliada a partir da usual associação do prédio com um suposto espírito progressista do lugar. Ao longo de sua trajetória, o prédio se manteve relevante tanto como exemplo de iniciativa empresarial arrojada, de arquitetura inovadora e de construção com valor

simbólico e patrimonial, como quanto exemplo de construção incômoda, sem uso e em processo de ruína, exposta no centro de uma cidade que ainda busca no “progresso” sua identidade.

CAPÍTULO 1

RIBEIRÃO PRETO: A **CIDADE** E A INFLUÊNCIA DE ARTHUR E ANTONIO **DIEDERICHSEN**



Figura 1.1.1 - Vista (possivelmente a partir da cobertura do Teatro Carlos Gomes), em que se observa o início do ajardinamento da Praça XV de Novembro e edificações da Rua General Osório (à esquerda) e Alvares Cabral (ao fundo). No cruzamento entre essas vias, uma das únicas residências do trecho, de propriedade do Coronel Joaquim (Quinzinho) da Cunha Diniz Junqueira, foi, pouco mais de três décadas depois, substituída pelo Edifício Diederichsen.
Ano: 1898 | **Autor:** não identificado
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F290.

1.1 DA FUNDAÇÃO À REPÚBLICA: A CHEGADA DE ARTHUR DIEDERICHSEN E FRANCISCO SCHMIDT EM RIBEIRÃO PRETO

Fundado em 1856, o então povoado de São Sebastião de Ribeirão Preto originou-se do desmembramento de fazendas anteriormente existentes na região e organizou-se em função da capela erguida em devoção ao santo padroeiro.[9] Com a difusão da cultura cafeeira na região, por volta de 1870, passou à categoria de "Freguezia" e, um ano depois, tornou-se a "Villa" de São Sebastião de Ribeirão Preto, contando com 5.552 habitantes em 1873.[10] Constituiu sua primeira Câmara Municipal em 1874 e, desde esse período, foi propagandeada como possuidora de solo fértil, a "terra-roxa", que atraiu agricultores de diversas regiões, como Arthur Diederichsen e Francisco Schmidt.[11]

No início da década seguinte, a incorporação do município no circuito da Estrada de Ferro Mogiana, ocorrida em 1883, foi propulsora de atividades essenciais à economia cafeeira, como o eficiente escoamento de cargas, a circulação de produtos e o deslocamento de população, ampliando a dinâmica de recepção de mão-de-obra para o trabalho nas lavouras. Em julho de 1887, Ribeirão Preto já havia alcançado população de 10.420 habitantes, com crescimento demográfico constituído por população predominantemente livre, pois que o número de escravos aumentava em menor ritmo.[12] Nesse contexto, foi

---

[9] A fundação da cidade é atribuída à constituição do Patrimônio de São Sebastião do Ribeirão Preto, a partir de doações de terras feitas pelas famílias de posse das Fazendas Retiro e Barra do Retiro (LAGES, 2010).

[10] Nessa população, constavam 857 escravos. Cf. Osmani Emboaba (1955, p.3 39), referindo-se aos dados do recenseamento de 1873. A Lei n. 51, decretada pela Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo em 1870, elevou a Capela do Ribeirão Preto, do município de S. Simão, à categoria de Freguesia. Em abril de 1871, a Lei n. 67 elevou essa Freguesia à categoria de Villa.

[11] O levantamento feito por Faria (2003, p. 94) indica que, em 1876, o jornal *A Província de São Paulo* foi responsável pela publicação de diversos artigos de Luiz Pereira Barreto ressaltando as "qualidades da terra roxa de Ribeirão Preto". No ano seguinte, no mesmo jornal, Martinho Prado Júnior escreveu sobre o potencial que seu solo apresentava para o cultivo de café (GARCIA, 2013, p. 102; WALKER; BARBOSA, 2000). Este último comprou vastas porções de terras na região, investindo no cultivo de café e na formação de colônia de imigrantes para mão de obra livre nas lavouras. Martinho era irmão de Antônio Prado. Além de sócios em alguns negócios, tiveram expressiva participação política no período de transição do Império até a constituição da Primeira República, chefiando a ala conservadora do PRP (CASALECCHI, 1987, p. 63).

[12] Constavam 1.379 escravos (Cf. BASSANEZI, 1998). Nesse ano, a população livre de Ribeirão Preto era

inaugurado o “Núcleo Colonial Senador Antônio Prado”, composto por 195 lotes que ocuparam área total de 1.500 hectares de terras devolutas ao norte da ocupação da ainda “Villa” de São Sebastião de Ribeirão Preto (SILVA, 2006).

No último ano do governo imperial, Ribeirão Preto se tornou cidade.[13] Nesse momento, a antiga capela de São Sebastião já havia se tornado Matriz (figura 1.2.6) e sua localização evidenciava a centralidade assumida em relação à organização espacial do que se conformava como o núcleo urbano.[14] Em seu entorno, o aspecto rural dava lugar a uma nova feição, marcada pelo alinhamento das edificações que diferenciavam o ambiente privado do espaço público, em quadrículas com dimensionamentos regulares delimitadas pelo incipiente arruamento das vias (figura 1.1.2).[15] Circunscrita em área conformada pelo patrimônio eclesiástico da Fábrica da Matriz, a ocupação inicial da cidade inseriu-se no contexto de desenvolvimento do mercado fundiário posterior à Lei de Terras, em que as construções representaram o poder aquisitivo de proprietários capazes de pagar pelos valores de um mercado em expansão e materializaram os valores simbólicos de um novo cenário, urbano e ordenado.[16]

A constituição da primeira Câmara Municipal de Ribeirão Preto, em 1874, foi determinante não só para o desenvolvimento institucional da “Villa”, como também para o seu desenvolvimento urbano, pois, até 1891, era a Instituição que detinha a responsabilidade pelo ordenamento urbano.[17] Desde os primeiros anos de atuação, a Câmara discutiu

---

composta por 9.659 brasileiros e 761 “estrangeiros”, sendo: 158 italianos, 140 portugueses, 45 alemães, 352 austríacos, 8 espanhóis, 10 franceses, 6 ingleses, 34 africanos e 8 de outras nacionalidades não especificadas. É interessante observar que antes da instalação do Núcleo Colonial, a região dos países baixos da Europa predominava como principal origem da população estrangeira vivendo na cidade.

[13] A Lei n. 88, decretada em abril de 1889, elevou a Villa de Ribeirão Preto à categoria de Cidade.

[14] A substituição da capela provisória — situada entre as ruas hoje denominadas como Barão do Amazonas, Cerqueira Cesar, General Osorio e Duque de Caxias — pela Matriz, ocorreu em 1868 (FARIA, 2003, p. 31). Em catalogação organizada pela Câmara Municipal (1874), o antigo “Largo da Matriz” foi citado entre os Largos já existentes. Seria, portanto, anterior a essa data, bem como o “Largo das Dores”, posteriormente denominado como “Largo da Constituição” e, em 1897, “Praça Tiradentes” (GARCIA, 2013, p. 72 e 74).

[15] A configuração assumida para o traçado da área de 145 hectares que constituía o Patrimônio da Matriz era consonante com a padronização fixada em normas definidas ainda no século XVIII (REIS FILHO, 1968).

[16] Para melhor compreensão desse processo em que as negociações imobiliárias foram alvo de disputas travadas entre a recém-constituída Câmara e a Fábrica da Matriz, cf. Garcia (2013), que pesquisou em profundidade a constituição do mercado de terras urbanas em Ribeirão Preto entre 1874 e 1912.

[17] Segundo Sanches (2003, p. 68), os lucros obtidos com a ascensão da produção cafeeira em Ribeirão Preto só foram efetivamente percebidos no ambiente urbano a partir de 1892. Cita, entre as dificuldades enfrentadas

questões relacionadas à melhoria e disciplinamento do ambiente urbano, demarcando áreas para a construção de edifícios públicos, propondo posturas municipais atualizadas com o desenvolvimento da cidade, fiscalizando as novas construções, reparando estradas, abrindo novas ruas ou cuidando dos alinhamentos das existentes, além de tomar as primeiras medidas relacionadas à infraestrutura urbana, que envolveram a iluminação, limpeza pública e serviços de drenagem e esgotamento sanitário (SANCHES, 2003).[18]

Embora as ações iniciais dos vereadores sobre as questões urbanas denotassem a preocupação com as condições de salubridade do núcleo, é possível afirmar que elas não respondiam à integralidade das necessidades e interesses dos moradores da cidade.[19] As primeiras grandes intervenções urbanas ocorreram após a inserção do município no circuito ferroviário da Companhia Mogiana, quando o núcleo urbano se expandiu além da delimitação da área do patrimônio religioso e a primeira Estação Ferroviária foi provisoriamente implantada em 1883, no bairro posteriormente chamado República.[20]

---

pelos vereadores, a ausência de um local próprio para a realização das reuniões de vereadores (o que ocorreria a partir de 1889); os embates travados entre Câmara e Fabriqueiro, que disputavam a cobrança de datas, taxas de ocupação e o poder de intervir segundo seus interesses em áreas pertencentes ao Patrimônio da Matriz; além da subordinação da Câmara à Província, que restringia sua competência em definir e decretar seus próprios impostos e despesas, a dificultar a criação e atualização das posturas municipais.

[18] Até 1891, as Câmaras Municipais de vilas e cidades foram regidas pela Constituição Imperial de 1824, regulamentada pela Lei Imperial de 1828. Essa última definia a organização da Câmara Municipal entre Comissões, Secretaria e Procuradoria. Em Ribeirão Preto, as Comissões foram provisórias até 1884 e fixas após esse período. Entre 1874 e 1891, a pesquisa realizada em atas da Câmara Municipal por Sanches (2003), identificou a formação de 11 comissões provisórias até 1876 e 45 comissões fixas entre 1884 e 1891. Entre as três primeiras Comissões fixas, analisadas a partir de 7 jan. 1884 — "Obras Públicas", "Oficio" e "Contas" — apenas a Comissão de Obras Públicas está presente em todos os anos, já que as demais foram desmembradas, enquanto novas funções foram criadas (SANCHES, 2003, p. 73-74). Nesse período, essas comissões formadas pelos vereadores definiram, entre outras coisas, o local para a instalação do Matadouro da cidade, a criação de hospitais e implantação (ou mudanças) de cemitérios em áreas distantes do núcleo urbano, e a necessidade de limpeza urbana nas principais ruas comerciais (FARIA, 2010).

[19] É conhecida uma carta publicada pela imprensa, redigida por morador de Ribeirão Preto, em 1880, que relatava uma série de problemas considerados relacionados à "higiene", "salubridade pública", "segurança", e ordenamento urbano, diante de suas preocupações com o alinhamento das ruas, a padronização da altura das edificações e a ausência de sarjetas para o escoamento das águas pluviais (FARIA, 2010, p. 47).

[20] Valadão (1997, p. 98) cita as residências de André Villa Lobos e Rodrigo Pereira Barreto como exemplos do período em que os mais importantes fazendeiros de Ribeirão Preto ainda moravam na área rural, em casas "suntuosas e confortáveis". Segundo sua pesquisa, o edifício ainda existente na atual Rua Caramuru, em área próxima à construção que abrigou a primeira Estação, seria o "único remanescente do período anterior à chegada da Cia. Estadas de Ferro Mogiana, 1883" (VALADÃO, 1997, p. 104). Tombado pelo CONDEPHAAT (Proc.

Segundo Valadão (1997, p. 42), tal localização não foi aprovada pelos vereadores, que consideravam a área distante dos moradores e muito próxima ao córrego Ribeirão Preto, tido por "maleitoso" e sujeito a inundações. Indicavam que um novo edifício fosse então implantado "em qualquer lugar dentro da povoação", até que em 1885 uma nova Estação foi construída em área mais próxima ao núcleo urbano, o que exigiu obras de infraestrutura como a retificação do córrego Ribeirão Preto, a abertura da Av. Jerônimo Gonçalves e da Rua José Bonifácio, e a construção de uma praça em frente à estação ferroviária.[21] A presença da nova Estação Ferroviária da Cia. Mogiana se configurou como a primeira expansão do centro e atraiu novos fluxos de pessoas e mercadorias, estabelecendo os contornos iniciais do que viria a ser um eixo comercial que incluiu o entorno da Matriz, principalmente a partir da Rua General Osório (figuras 1.1.3 e 1.3.2) – a concentrar bancos e outras atividades de comércio e prestação de serviços – até a Av. Jerônimo Gonçalves (CALIL JUNIOR, 2003).

Além das obras de infraestrutura, com a instalação da ferrovia e o estabelecimento de novas dinâmicas comerciais, a Câmara Municipal passou a proporcionar iluminação pública a querosene ao longo da Rua General Osório (figura 1.1.3), entre a Matriz, a Estação e outras áreas próximas, como as ruas do Commercio e Duque de Caxias (FARIA, 2003, p. 129). Essa solução fornece indícios de que além de concentrar diversos investimentos destinados pelos vereadores, uma nova forma de utilização dos espaços públicos e privados estaria se formando especificamente nessa região (em destaque na figura 1.1.2) que, algumas décadas depois, recebeu o Edifício Diederichsen. Não por acaso, ao se tornar cidade, grande parte do capital estrangeiro a financiar a produção e exportação do café em Ribeirão Preto se instalou nessa zona urbana por meio de equipamentos e melhoramentos investidos na configuração de um cenário de cidade moderna, em oposição às zonas industriais e operárias, formadas ao fundo da Estação e na zona norte, respectivamente, a partir do Núcleo Colonial Antônio Prado.

---

n. 25774/87), a arquiteta relata que sua fachada é resultado de uma reforma ocorrida em período anterior a 1894, quando teria recebido platibandas e pinturas parietais em alguns cômodos do seu interior. Sugere, ainda, que "sua fachada principal fosse voltada para a zona rural e os fundos da residência voltados para o núcleo urbano. Com o desenvolvimento da vila e a ampliação dos arruamentos, suas fachadas (anterior e posterior) teriam sido invertidas, tendo por finalidade a integração do edifício ao meio urbano" (VALADÃO, 1997, p. 102).

[21] Trechos extraídos da Ata da Sessão da Câmara, em 04 de junho de 1883, Cf. Valadão (1997, p. 42).

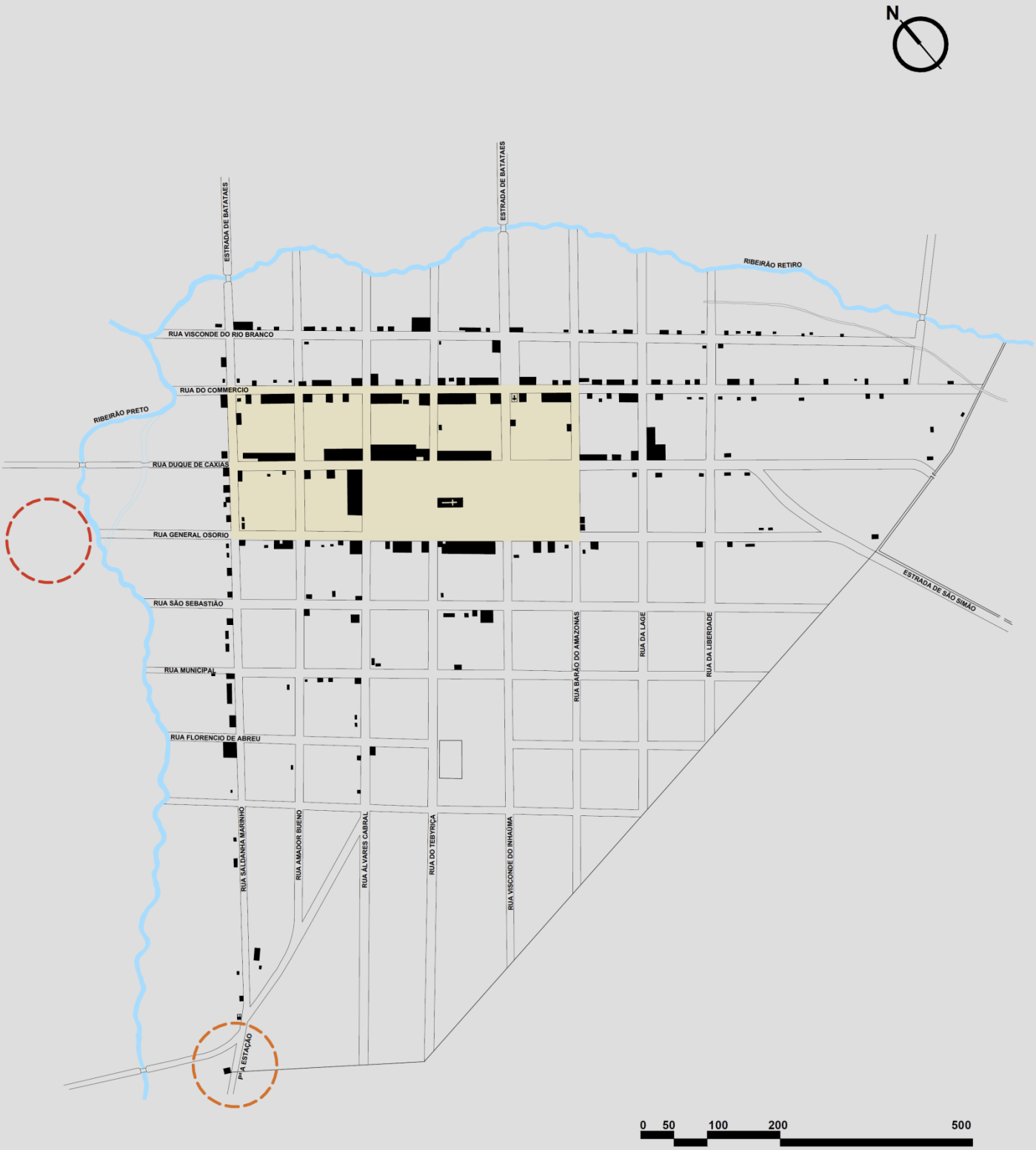


Figura 1.1.2 - Planta da Villa de Ribeirão Preto. Em laranja (abaixo), destaque p/ o caminho indicado no mapa como "p/ a Estação" (primeira construção). Em vermelho, destaque para a localização aproximada do segundo edifício da Estação.

Autor: Tatiana S. Gaspar

Referência: Eng. Augusto Greimensen, 1884.

Fonte: APHRP, Plantas e Mapas.



Figura 1.1.3 - Vista da Rua General Osório, a partir da Estação Mogiana (na segunda edificação a abrigar esse uso), em direção ao Largo da Matriz, em que se observa uma ponte sobre o Ribeirão Preto e luminária a gás.
Ano: 1899
Autor: João Passig
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F018.

As mudanças provocadas pela Estação ultrapassaram os efeitos econômicos da cultura cafeeira em expansão, alcançando o imaginário de uma sociedade que sentiu a fumaça, o vento e o som do progresso que se anunciava. A chegada do trem em Ribeirão Preto, que facilitou o escoamento da produção cafeeira já expressiva na década de 1880, atraiu, no início da década seguinte, agricultores de outras regiões, como Francisco Schmidt e Arthur Diederichsen e, junto com eles, a presença do capital estrangeiro oriundo das empresas de Theodor Wille. Ainda na década de 1890, os mesmos trilhos também trouxeram Antonio Diederichsen, que, a partir de 1903, passou a abrigar em Ribeirão Preto seus estabelecimentos comerciais e industriais.

A família prussiana de sobrenome Diederichsen migrou ao Brasil no século XIX e desde então enraizou uma importante rede de influências econômicas e políticas, sobretudo no estado de São Paulo, mantendo estreitas relações com Theodor Wille.[14] Este vínculo se iniciou ainda em terras germânicas, mas foi ao se mudar para o Rio de Janeiro, provavelmente em 1838, que Theodor Wille se tornou um personagem de relevância não só para a trajetória da família Diederichsen, como para a história da economia cafeeira paulista, impactando de modo definitivo o desenvolvimento da cidade de Ribeirão Preto a partir da última década do século XIX.

A Theodor Wille & Cia. atuou no Brasil entre 1844 e 1943 (MORAES, 1988), mas, antes disso, seu fundador já era funcionário de firmas estrangeiras que promoviam a exportação de café a partir do Rio de Janeiro.[15] Ao fundar sua própria empresa, em Santos,

---

[14] Theodor Wille nasceu em Kiel, região costeira da Alemanha, em 27 nov. 1818, e faleceu em 1892. Teria vivido no Brasil até 1847, quando retornou para a Alemanha e se fixou em Hamburgo, de onde passou a controlar grande parte dos seus negócios (MORAES, 1988). Segundo uma separata da Revista Genealógica Brasileira sobre os Diederichsen (PETERSEN, 1941), a relação entre essas famílias teria se iniciado ainda em terras germânicas, quando Anton Heinrich Wille — pai de Theodor — e seu cunhado, Friedrich Andreas Diederichsen, foram sócios no estabelecimento comercial Diederichsen & Wille, uma casa de carvão e exportação (MORAES, 1988). Com a morte de Anton e sua esposa, Theodor passou a ser criado pelos tios: Elisabeth Harder e Friedrich — que, por sua vez, era tio-avô dos primos Arthur e Antonio Diederichsen.

[15] O primeiro registro encontrado sobre a chegada de Theodor Wille no Brasil foi divulgado em um jornal do Rio de Janeiro, em 23 jul. 1838, acusando sua entrada no dia anterior, vindo de Hamburgo a bordo do brigue dinamarquês Carolina, após 59 dias de viagem (ENTRADAS..., 1838, p. 3). Teria, portanto, migrado para o Brasil aos 19 anos. Tão logo chegou ao Rio de Janeiro, Wille iniciou sua atuação como exportador de café para a Europa. A primeira informação encontrada sobre o início de suas atividades no Brasil foi o registro de exportação realizado em seu nome, em 29 ago. 1839, um ano após sua chegada ao país (DESPACHADOS..., 1839, p. 4). Ao longo de 1839 verificamos a exportação de cerca de 5.881 sacas de café por Theodoro Wille (ou T.

Theodor se tornou um dos primeiros empresários com negócios nesse ramo sediados na cidade, o que permitiu que investisse e se beneficiasse de muitas formas da expansão cafeeira no oeste paulista. A empresa adquiriu destaque no comércio internacional de café como exportadora do grão e atuando na comissão, financiamento e produção de café, em fazendas adquiridas para essa finalidade (MORAES, 1988). Com o fim do tráfico negreiro, Wille também vislumbrou um negócio rentável na imigração de mão-de-obra livre, dirigindo famílias alemãs para colônias de trabalhadores nas lavouras cafeeiras do oeste paulista. Assim, estreitou suas relações com os fazendeiros e, em certa medida, colaborou com a propulsão da produção cafeeira paulista.[16]

Diversos membros da família Diederichsen se tornaram sócios nos negócios de Theodor Wille, no Brasil e na Alemanha. Foi por meio de um dos representantes dessa empresa que o primeiro integrante da família Diederichsen iniciou sua história em Ribeirão Preto. Natural da cidade de Santos, Arthur Diederichsen era filho de Leopold Diederichsen e da brasileira Francisca Carolina da Costa Aguiar Andrade, bisneta de José Bonifácio. O pai, nascido em Kiel e falecido em Hamburgo, teria passado grande parte de sua vida no Brasil, onde foi sócio de Theodor Wille, em São Paulo.[17]

Wille), do porto do Rio de Janeiro para Triste (norte da Itália), Cowes (Inglaterra) e Antuérpia (atualmente Bélgica). Segundo informações organizadas a partir do levantamento empreendido nos jornais *O Despertador* e *Jornal do Commercio*, ambos da capital fluminense, entre 1839 e 1841, inicialmente, todas as atividades de exportação relacionadas a Theodor Wille estavam registradas em seu próprio nome. Nesse período, mais de seis mil sacas de café podem ter sido exportadas por ele para variados destinos na Europa (Trieste, Cowes, Antuerpia, Hamburgo, Bremen) e Estados Unidos (em New York).

[16] Para Fausto (1977, p. 17), "a ampliação do mercado de consumo rural através da substituição dos escravos pelos imigrantes assalariados é um tema aberto a controvérsias", mas não desprezível, se associado "à possibilidade de obter excedentes agrícolas a partir do plantio de gêneros – sobretudo nos contratos de formação do café – os quais eram vendidos nas cidades". O autor complementa que a substituição da mão de obra escrava pela estrangeira também significou o aumento do potencial de trabalho "destinado a atender aos requisitos de uma economia em plena expansão".

[17] Ao ampliar sua atuação com uma filial em São Paulo, em 1852, Wille designou Leopold Diederichsen – sobrinho-neto de Friedrich Andreas Diederichsen — que já era procurador da firma em Santos, para ser o diretor da casa. Em 1853, Leopold passou a ser sócio de Theodor Wille. Três anos depois, em 1856, a empresa de Wille passou à denominação Wille Lubbers & C., com mais uma sede, dessa vez na capital, Rio de Janeiro, a partir de uma sociedade firmada com Guilherme Luebbers e Johann Georg Schmilinsky (MORAES, 1988, p. 45). Segundo Peterson (1941), Schmilinsky foi casado com Ernestine Diederichsen — irmã de Leopold e tia de Arthur e Antonio Diederichsen — e teria falecido em 1863, aos 37 anos. Foi junto a Schmilinsky e sua esposa, Ernestine, que Bernard, pai de Antonio Diederichsen, migrou ao Brasil pelo porto do Rio de Janeiro (PORTO, 1953). Apesar de sua morte precoce, Schmilinsky alcançou importância econômica e política no Brasil, tendo

Arthur Diederichsen chegou a Ribeirão Preto como sócio de Francisco Schmidt na compra da Fazenda Monte Alegre, em 1890. Embora desconheçamos as circunstâncias dessa associação, sabe-se, contudo, que a sociedade durou apenas 14 dias, pois Arthur teria se arrependido da compra e vendido sua parte à Schmidt que, por sua vez, comprou-a com recursos financiados pela Theodor Wille & Cia. (MORAES, 1980, p. 65). Apesar do revés na sociedade da Fazenda Monte Alegre, a relação profissional entre Arthur e Francisco permaneceu por meio dos permanentes e vultosos financiamentos da empresa de Theodor Wille a Francisco Schmidt, fundamentais para a consagração de Schmidt na história do município e da região como "Rei do Café", quando alcançou grande riqueza com a produção cafeeira, criação de gado, cultivo de cana-de-açúcar e rendimentos obtidos com a compra e venda de propriedades:

> A partir da compra da Fazenda Monte Alegre, Francisco Schmidt foi adquirindo outras propriedades agrícolas, não só em Ribeirão Preto, mas também em outros municípios do Estado de São Paulo. Todas as transações comerciais de Francisco Schmidt, a partir dessa época, 1890, até o início da Primeira Guerra Mundial (1914), foram efetuadas com financiamento da firma Theodor Wille & Co., a quem fora apresentado pelo seu ex-sócio e particular amigo A. Diederichsen (MORAES, 1980, p. 66).

Schmidt, igualmente descendente de uma família de origem prussiana, mas pertencente a grupo social distinto dos Diederichsen, migrou ao Brasil em 1858 e junto com sua família trabalhou por vinte anos como colono na fazenda Felicíssima, do comendador Luiz Antonio de Souza Barros, situada na região de São Carlos do Pinhal. A migração de sua família para a colônia São Lourenço, quando tinha apenas oito anos, foi realizada pela empresa de imigração de Theodor Wille, que atuou nesse ramo até 1860 (MORAES, 1980; 1988). Parece evidente que na condição de colono, Francisco Schmidt conseguiu poupar

---

sido nomeado cônsul geral de Hamburgo no Rio de Janeiro em 1858, enquanto ainda era sócio da Wille Lubbers (CHRONICA..., 1858, p. 1). As relações consulares entre o Brasil e outros países de língua germânica também aproximam a história de Wille a de outros familiares de Antonio Diederichsen. Theodor Wille foi nomeado cônsul da Prússia em 1844 (MORAES, 1988, p. 32) e, entre 1848 e 1861, encontramos registros seus como vice-cônsul da Prússia em Santos. No entanto, relatórios sobre o Ministério dos Negócios Estrangeiros informaram suas consecutivas ausências do cargo durante esse período. A partir de 1856, passou a representá-lo Leopold Diederichsen, que em 1861 parece ter assumido a posição interina de vice-cônsul da Prússia em Santos, permanecendo no cargo ao menos pelos próximos cinco anos (informações recolhidas e analisadas em edições do *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* publicadas em 1848, 1849, 1851, 1852, 1853, 1856, 1857, 1859, 1860, 1861, 1862, 1863, 1864, 1865 e 1866).

certa quantia de recursos, pois em 1878 teria adquirido um armazém de secos e molhados em Belém do Descalvado (FORNER, 2017; MORAES, 1980), atualmente Descalvado, distante cerca de cem quilômetros de Ribeirão Preto.[18]

É de quase dez anos depois, mas ainda em Descalvado, o primeiro vestígio encontrado nessa pesquisa, capaz de vincular Arthur Diederichsen e Francisco Schmidt. Em 1887, uma notícia divulgava seus nomes entre os organizadores de uma iniciativa que articulava agricultores e comerciantes da cidade na intermediação da vinda de imigrantes para atuarem na agricultura local.[19]

---

[18] Os trabalhos dedicados à trajetória de Francisco Schmidt (FORNER, 2017; MORAES, 1980) não investigam a transição de sua condição de colono a proprietário de fazendas, entre as décadas de 1850 e 1890. Pesquisas em periódicos apontam diversos integrantes da família de sobrenome Schmidt no Brasil a partir da década de 1870. Destacamos a incidência dos nomes João Jacob Schmidt (em publicações de jornais do sul do país), Jacob Schmidt e J.W. Schmidt & C. (em publicações paulistas), que podem estar relacionados ao pai de Francisco, apontado pela historiografia local como Jacob Schmidt. Em levantamento feito no jornal *Correio Paulistano*, verificamos que entre 1877 e 1879, Jacob Schmidt anunciou atividade como reparador de "machinas" de costura, em São Paulo. Em 1880, também publicou avisos de "retirada" de sua casa, no Largo da Sé. A partir de 1880, passamos a verificar diversas notificações de importação de produtos no nome da empresa J.W. Schmidt & C., muitas vezes oriundos de Hamburgo e junto ao nome de outras empresas do ramo, como a Theodor Wille & C. Em 1880, encontramos ainda o aviso sobre a dissolução da firma Schmidt & Malnacone, que teve atividade continuada apenas por Francisco Nicolan Schmidt. Em 1881, F. Schmidt também apareceu como importador de produtos de Hamburgo. Em 1887, o nome Francisco Schmidt surgiu como parte de um "aggravo comercial" com Joaquim Benjamim Carneiro, em Descalvado, seguido por diversas chegadas e hospedagens no Hotel de França, na capital paulista. Embora não seja o objetivo desse trabalho a compreensão da história de Francisco Schmidt, acreditamos que os vestígios levantados nessa pesquisa podem contribuir para estudos futuros mais específicos sobre a evolução inicial dos negócios de Francisco Schmidt.

[19] Os agricultores do Belém do Descalvado agitam-se. Um bom exemplo acabam de dar, reunindo-se para acordarem sobre as bases da organisação do trabalho livre. (...) Comprehenderam esses lavradores que a organisação do trabalho não póde fazer-se a um tempo, variando as condições da lavoura de município para município, como variam a densidade da população escrava, mesmo sem o concurso de outras circunstancias que podem determinar para certas zonas a necessidade de mais pronptamente atenderem à transformação do trabalho. Esperar, em taes conjuncturas, a iniciariva do governo é desprezar os proprios interesses e não olhar por elles como convém, correndo voluntariamente os lavradores riscos de prejuízos graves. Foi, por certo, ponderando maduramente todas estas cousas, que os fazendeiros do Descalvado resolveram constituir uma associação com o fim de promover a entrada de immigrantes para o municipio e sua collocação nas fazendas, onde será introduzido o trabalho livre. Os cavalheiros que se collocaram à frente da iniciativa (...) são os seguinte: Paulo de Souza Queiroz, João de Cerqueira Mendes, Rapael Tobias de Oliveira, Boaventura de F. Pereira de Barros, José Ferreira de Figueiredo, Joaquim Candido de Almeida Leite, Antonio de Campos Serra, Arthur Horacio de Aguiar Whitaker, Antonio Gonçalves Correia de Meira, **Arthur Diederichsen**, Francelino de Almeida Lisboa, Sebastião de Oliveira Penteado, Antonio Leocadio de Matos, Francisco de Paula Carvalho, Dorismundo de Almeida Lisboa, Gabriel Amancio Lisboa e **Francisco Schmidt**. (...) É este o melhor recurso

Cinco meses depois, uma nova reunião, realizada em São Paulo, destacava novamente o interesse e a participação direta de Arthur Diederichsen em discussões relacionadas à emancipação dos escravos e ao trabalho livre nas lavouras, quando se reuniu com fazendeiros residentes na capital paulista para constituírem uma "sociedade emancipadora" para a libertação de escravos, "dentro do mais curto prazo e sem desorganização do trabalho agrícola" (A REUNIÃO..., 1887, p. 1-2). As reuniões ocorriam tanto na capital, como no interior de São Paulo. A síntese produzida pelo jornal *Correio Paulistano* sobre a fala do secretário da Assembleia, Leoncio de Carvalho, explicita a atuação de políticos e fazendeiros paulistas nesse momento:[20]

> Urge, disse o orador, que os lavradores de toda a província, com seus próprios recursos e sem a dependência dos poderes públicos, tratem de resolver a questão do elemento servil, por meio de rigorosa iniciativa, com que já realizaram numerosas estradas de ferro, excelentes fabricas e muitos outros commettimentos industriaes, dignos dos mais fervorosos

---

para ser evitada a anarchia e para salvar a lavoura de maiores prejuízos, porque, uma vez libertos os escravos, sómente se conservarão nas fazendas, depois de findo o praso de serviços que forem obrigados a prestar, aquelles que durante esse período tenham dado provas da sua boa índole e assiduidade no trabalho em competencia com os colonos. Todos os demais terão de sahir das fazendas, e é mesmo conveniente que elles saiam, para não servirem de mau exemplo. (...)" (A LAVOURA..., 1887, p. 3, grafia original, grifo nosso).

[20] Na época, a notícia foi divulgada em vários estados. O primeiro registro foi encontrado na publicação do jornal *Correio Paulistano* (SP), em 15 nov. 1887, com outras publicações de igual teor nos jornais *A Cidade do Rio* (RJ), em 16 nov. 1887; *Jornal do Recife* (PE), em 25 nov. 1887; e no *A Imprensa: Periódico Político* (PI), em dez. 1887. A ampla divulgação, em diferentes estados brasileiros, fornece indícios sobre a relevância da reunião, em meio ao contexto de diversas ações abolicionistas ocorridas entre a década de 1860 e 1880, um ano após a criação da Sociedade Promotora de Imigração (SANTOS, 2007). Foram citados entre os presentes nessa reunião: dr. Raphael de Barros, conselheiro Antonio Prado, Marquez de Tres-Rios, Marquez de Itú, Barão de Mello e Oliveira, Barão de Pirapitinguy, general Couto de Magalhães, Barão de Bocaina, dr. Martinho Prado Junior, Antonio Paes de Barros, Justiniano de Mello e Oliveira, Salvador Augusto de Queiroz Telles, dr. Antonio Francisco de Aguiar Barros, dr. Elias Pacheco Chaves, dr. Nicoláu de Souza Queiroz, dr. Francisco Aguiar Barros, dr. Cerqueira Cezar, dr. A. A. Monteiro de Barros, coronel Luiz Antonio Anhaia, dr. Albuquerque de Lins, dr. Carlos Botelho, Arthur de Aguiar Diederichsen, Carlos de Souza Queiroz, Antonio Affonso de Aguiar Whitaker, Frederico de Souza Queiroz, Luiz de Souza Queiroz, dr. Francisco Antonio de Souza Queiroz Netto, Lucas Monteiro de Barros, dr. Pisa e Almeida, Antonio C. Galvão, e outros, assim como alguns representantes da imprensa (grafia original). Os registros do sobrenome "Aguiar" sugerem possível relação de parentesco entre eles e, destes, com Arthur de Aguiar Diederichsen, possivelmente a partir da família de sua mãe, Francisca Carolina da Costa Aguiar Andrade. A. Francisco e A. Affonso formaram-se na faculdade de Direito da USP, na 26ª (1857) e 28ª turma (1859), respectivamente. Posteriormente, A. Francisco foi vice-presidente do estado de São Paulo, em 1878 e 1883. Para compreender aspectos do processo político de abolição da escravidão no Brasil a partir dos movimentos abolicionistas, indicamos a leitura de Alonso (2014) e Salles (2011).

> aplausos. A uma província que possue extraordinárias riquezas naturaes, e para onde afluem milhares de imigrantes, attrahidos pela fertilidade do solo, amenidade do clima e pelo caracter sincero e hospitaleiro do paulista, não é lícito esmorecer diante de um problema cuja solução é grandemente auxiliada pela própria natureza.
>
> Cumpram todos os paulistas o seu dever, trabalhando solidariamente, sem distincção de partidos, em prol dessa nobilíssima causa, que interessa à vida e ao futuro da província; e, dentro de pouco tempo, estarão dissipados as nuvens que negrejam o horizonte.
>
> São mui criticas e melindrosas, não há duvida, as condições da lavoura na província. O espirito da escravatura acha-se dominado pela aspiração da liberdade, que alastra e desenvolve-se com as alforrias concedidas em grande numero pela liberalidade dos senhores e pelo fundo de emancipação.
>
> Essas alforrias, que todos os jornais justamente aplaudem e anunciam, despertam, como é natural, no animo dos que ainda se acham captivos, a inveja e o desespero; e estas perigosas paixões produzem o resultado que se está presenciando. As fugas e insubordinações de escravos repetem-se diariamente e ameaçam despovoar ou anarchisar as fazendas.
>
> Qual o meio de remediar esse mal? O emprego da força e da violência, longe de melhorar, agravaria a situação. Não há hoje energia physica ou moral que seja capaz de conter a corrente emancipadora. Devem, pois, os interessados preparar-lhe o necessário leito, se não querem ser arrebatados pela impetuosidade das aguas, que de dia em dia crescem e se avolumam.
>
> Para isso, o meio eficaz e seguro será á libertação dentro do mais curto prazo possível, é a remuneração do serviço escravo por meio de um razoável salario. A realisação dessas medidas por um acordo geral dos fazendeiros, será um glorioso passo para organizar-se, como é de necessidade, um partido provincial, constituído por todos amigos da província sem distincção de cores politicas, e que inscreva na sua bandeira os dons grandes principios: - emancipação dos escravos e autonomia das províncias. (A REUNIÃO..., 1887, p. 1-2, grafia original)

No trecho, evidencia-se o que Machado (2010) titulou como “o pânico” - envolvendo lavradores, imprensa e a temida aspiração pela liberdade, seguida por fugas e insubordinações por parte dos escravos - verificado no ambiente “perigoso” e “violento” do oeste paulista, região que a partir de 1870 recebeu grande número de escravos “desenraizados” e, por isso, teria estado mais propensa a rebeliões (FERNANDES, 2006, p. 184). Antonio Prado, que esteve presente na reunião da capital, era um conhecido membro do

Partido Conservador e na época senador do Império e ministro da agricultura. Possuía terras em Ribeirão Preto e nesse mesmo ano foi homenageado na cidade ao ter batizado com o seu nome o Núcleo Colonial, o que ilustra os diversos interesses relacionados ao movimento abolicionista.

É interessante notar que Francisco Schmidt, de filho de colono, em trinta anos se tornaria um empresário a organizar e defender a imigração junto a um grupo de fazendeiros do estado de São Paulo. Em pouco tempo, Francisco também se tornaria um deles, pois em 1889 vendeu o estabelecimento comercial que possuía em Descalvado para adquirir uma fazenda em Santa Rita do Passa Quatro e, no ano seguinte, comprar sua primeira fazenda em Ribeirão Preto, a já citada Fazenda Monte Alegre, onde também manteve residência e viu seus negócios prosperarem, pois já em 1899 possuía um total de 12 fazendas apenas nesse município (MORAES, 1980).[21] Arthur, assim como Francisco, parece ter prosperado ainda mais depois de se mudar para Ribeirão Preto.[22] Após desistir da sociedade na fazenda Monte Alegre, adquiriu novas propriedades na região e passou a investir no plantio de café e na criação de gado.[23] Com a atuação direta da Theodor Wille na produção de café na região da Mogiana, passou a também representar a firma como administrador de suas fazendas. Foi nesse contexto que seu primo, Antonio Diederichsen, chegou a Ribeirão Preto, inicialmente para trabalhar como ajudante de administrador na Fazenda Santa Adelaide e, na sequência, como administrador da Fazenda Retiro dos

---

[21] Em setembro de 1888, o jornal *Correio Paulistano* publicou a entrega de sua carta de "naturalisação" ao juiz de paz do Belém do Descalvado, para lhe ser entregue "depois de prestado o competente juramento" (EXPEDIENTE..., 1888, p. 1). Para Moraes (1980, p. 61), sua opção pela naturalização ampliou seus direitos civis anteriormente limitados pela condição de imigrante e teria permitido maior autonomia na condução de atividades profissionais e políticas a partir de então. A naturalização foi especialmente importante para que, com a República, a partir da Constituição Brasileira de 1891, passasse a ter direito de voto.

[22] Mello (2009, p. 74), apresentando dados coletados pela pesquisa de Oliveira (2006, p. 201), aponta que entre 1889 e 1930, Arthur de Aguiar Diederichsen foi o segundo maior negociante de imóveis em Ribeirão Preto, abaixo apenas de Schmidt. Antes de se dedicar às atividades que marcaram sua história na cidade, verificamos seu envolvimento no Novo Cassino Paulista, em 1885, quando assinou diversos anúncios como secretário do mesmo (Correio Paulistano, em 29 set. 1885; 22 dez. 1885; 23 dez. 1885 e 24 dez. 1885). Outra informação, verificada na pesquisa de Luiz Kastein merece destaque, pois Arthur "d'Aguiar Diedericksen" foi citado como um dos integrantes do Conselho de Intendência Municipal de Descalvado em 1891, ao lado de outros membros da família Aguiar. Ainda sobre a história da família e de Descalvado, citamos que Arthur Horácio D'Aguiar Whitaker foi presidente da Câmara dos Deputados, entre 1883 e 1899, e que sua presença na cidade é mencionada, por pesquisas, desde a década de 1870 (ALVES, 2012).

[23] Fazenda Sta. Adelaide, Jandaya, Ibiapina, Lageado, Salles Oliveira e Palestina (MORAES, 1988).

Desenganos, em Batatais (PORTO, 1953[24]).

A progressão nos negócios de Arthur Diederichsen, também promovida com créditos fornecidos pelas empresas de Wille, foi acompanhada por sua ascensão na vida política. Após a Proclamação da República, em 1889, tornou-se líder do Partido Republicano Paulista em Ribeirão Preto (figura 1.1.4) e, em 1891, passou ao posto de Coronel da Guarda Nacional. Segundo a socióloga Maria Isaura P. Queiroz (1977, p. 157), o título de Coronel designava prestígio entre chefes políticos locais, "integrantes de uma elite controladora do poder econômico, político e social" que, mesmo com o processo eleitoral modificado pela República, mantiveram a forma de operação que remontava ao Império: "continuaram elegendo para as Câmaras, para as presidências dos estados, para o senado, seus parentes, seus aliados, seus apaniguados, seus protegidos" (QUEIROZ, 1977, p. 155).

Acredita-se, portanto, que as relações estabelecidas na cidade de Descalvado entre Arthur e Schmidt, bem como o trato profissional e pessoal entre as famílias Diederichsen e Wille, evidenciam o início da articulação que culminou na aquisição da Fazenda Monte Alegre e na chegada de ambos em Ribeirão Preto.[25]

---

[24] Um importante documento de consulta sobre a vida de Antonio Diederichsen foi a publicação comemorativa dos 50 anos da Cia. Comércio e Indústria "Antonio Diederichsen" (1903-1953), em Ribeirão Preto. A autoria do texto foi atribuída, por Hasse (2004) e Cunha (2001), ao jornalista e radialista Sebastião Porto. Pela data de publicação, acredita-se que grande parte das histórias tenha sido relatada pelo próprio Antonio Diederichsen, que faleceu dois anos depois da publicação, em 1955, vítima de complicações derivadas da Diabetes.

[25] Um dado interessante nesse contexto é que a fazenda Monte Alegre, antes de ser adquirida por Francisco e Arthur, era propriedade de João Franco Moraes Octávio, que possuía outras fazendas na região. João havia residido em Descalvado, o que sugere a possibilidade de terem se conhecido antes da compra da fazenda, ou até mesmo que a compra da fazenda tenha derivado desse fato. Lages (2016, p. 58) aponta, inclusive, que Schmidt e sua família teriam sido colonos de João Franco, em 1859. Outro texto, disponível na internet e com autoria creditada a Leandro Guidini (2014), informa que João Franco também foi o proprietário anterior da fazenda Santa Adelaide, posteriormente comprada por Arthur. Ainda sobre o período em que Schmidt viveu em Descalvado, a pesquisa coordenada por Silva, et al. (2010) informa que Schmidt teria trabalhado na fazenda de Rafael Tobias Aguiar, o que poderia associá-lo a algum familiar de Arthur, antes de estabelecerem a sociedade na compra da fazenda Monte Alegre. Embora sejam informações de grande relevância, não encontramos comprovações ou outras referências sobre elas, por isso optamos por manter as versões presentes nas duas dissertações que abordam especificamente a história e trajetória de Francisco Schmidt (FORNER, 2017; MORAES, 1980). Outro dado também nos parece interessante para melhor compreendermos a aquisição da fazenda Monte Alegre: verificamos o nome de um membro da família Aguiar, Gabriel Frederico da Costa Aguiar, citado no protesto feito por Modesto Olympio Teixeira Brandão sobre a venda de terras das fazendas Boa Vista e Palmital, em Ribeirão Preto (PROTESTO, 1891, p. 2), o que pode indicar a presença de outros familiares de Arthur Diederichsen na cidade, na mesma época em que ele e Schmidt adquiririam a Fazenda Monte Alegre.



Figura 1.1.4 - Extrato do jornal *Correio Paulistano*, em 02 dez. 1945, com título "O espírito bandeirante simbolizado no P.R.P" e nomes de membros do partido em Ribeirão Preto. Da esq. p/ dir.: Joaquim José de Faria, comerciante e fazendeiro; Dr. Francisco Augusto Cesar, médico; Cel. Artur Diederichsen, fazendeiro e cafeicultor; José de Amorim, funcionário municipal; Manoel Marcondes, Dr. Juvenal Malheiros, juiz; Manuel dos Santos Saraíba, advogado e político; Cel. Fernando Ferreira Leite, fazendeiro e presidente do Banco de Ribeirão Preto — em pé; José Alves Guimarães Júnior, cafeicultor, deputado e senador do estado; Major Antonio Barbosa Ferraz Júnior, fazendeiro — sentados.
Ano: 1892
Autor: não identificado
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F271.



Figura 1.1.5 - Manifestação de grupo armado que liderou movimento de deposição da Câmara Municipal, em frente ao prédio da Câmara e Cadeia. Entre eles, Arthur Diederichsen.
Ano: 1891
Autor: não identificado
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F269.

O prestígio e poder alcançados por Arthur Diederichsen fizeram com que se tornasse o primeiro Intendente da cidade, em 1892 (CAMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO, 2004), logo após a dissolução das Assembleias Provinciais e a mudança da Câmara Municipal para Conselho de Intendência, em 1889.[26] A conquista do cargo foi resultado de um movimento de deposição dos vereadores do Conselho Provisório, em 1891, promovido por um grupo armado do qual fez parte (figura 1.1.5). Além de prenunciar outros momentos de disputa que se estenderiam pelas décadas seguintes, a deposição ilustra um ambiente político hostil, formado por homens que não dispensavam o uso da força para a conquista de seus interesses. [27]

Arthur Diederichsen retornou para a cidade de São Paulo ainda naquela década, tornando-se deputado federal em duas legislaturas, entre 1897 e 1899 e entre 1900 e 1902, além de fundador e diretor da Sociedade Paulista de Agricultura. Em 1905, associou-se à Francisco Tibiriçá e criou a Diederichsen & Tibiriçá, dedicada à ligação do estado de São Paulo à região sul do Mato Grosso (BONFIM, 2009). Mais tarde, na década de 1930, chegou a ser nomeado presidente do Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo. Após a mudança de Arthur para São Paulo, Schmidt passou a atuar como vereador na Câmara Municipal de Ribeirão Preto em diversas e consecutivas legislaturas: entre 1896 e 1899 (como suplente); 1899 e 1902 (como vice-presidente); 1911 e 1914; 1914 e 1917; e entre 1917 e 1920 (como presidente).

Ao considerarmos que o PRP já existia oficialmente desde 1873, a associação de ambos ao partido, ocorrida apenas na última década do século XIX, quando assumiram o

---

[26] O Conselho de Intendência Municipal foi criado pelo Decreto n. 50-A, de 7 de dezembro de 1889.

[27] A deposição substituiu o grupo político do Cel. Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, que na eleição seguinte teria realizado uma "campanha contra os 'estrangeiros' e a favor do retorno, ao poder local, de representantes das famílias tradicionais" (MATTIOLI, 2014, p. 85). Até o seu falecimento, em 1924, Schmidt disputou o poder local em diversos momentos com esse Coronel, que dominou a situação a partir da década de 1920. Cel. Quinzinho, como ficou conhecido, era visto como um aristocrata, herdeiro da tradicional família Junqueira, uma das primeiras a se fixar e enriquecer na região de Ribeirão Preto (MATTIOLI, 2014). Outros integrantes dessa família já participavam da política ribeirão-pretana desde antes da emancipação do município: seu tio, Cap. Gabriel de Souza Diniz Junqueira, foi vereador e presidente da Câmara de Vereadores de São Simão, em 1866 (MATTIOLI, 2014); seu irmão mais novo, Luiz Herculano de Souza Junqueira, foi vereador e presidente da Câmara de Vereadores entre 1877 e 1880, durante a 2ª legislatura; o irmão mais velho, Luiz Antônio da Cunha Junqueira, foi eleito vereador nas duas legislaturas seguintes, entre 1881 e 1886, sendo presidente na última. Outro Junqueira, Manuel da Cunha Diniz Junqueira, também foi presidente da Câmara entre 1887 e 1890, durante a 5ª legislatura (CAMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO, 2004).

papel de agentes do poder público em Ribeirão Preto, poderia ser entendida como uma estratégia para ocupar espaços que a República abria. No entanto, cabe lembrar que, tanto Francisco, quanto Arthur, já estavam, ao menos desde a década anterior, interessados em discutir questões como a abolição e a imigração. Interessante compreender os resultados dessa associação política, que reuniu membros que acumulavam propriedades, mas muitas vezes eram provenientes de grupos sociais distintos, em um partido que se manteve como o único no estado de São Paulo até 1926.

Para Casalecchi (1987, p. 37) "os anos posteriores a 1870 indicavam, como fruto das transformações por que passava a sociedade, a presença de novos elementos com sede de participação, que viriam a revigorar a luta entre continuidade e mudança". As pesquisas da historiadora Emília Viotti da Costa sobre os participantes de associações e reuniões relacionadas aos pródromos do Movimento Republicano, indicam que a maior parte dos "republicanos militantes" se declarava como lavrador, o que a princípio contrariaria a tese de que esse Movimento estivesse relacionado apenas ao "desenvolvimento da burguesia, ligado ao crescimento urbano, às profissões liberais e ao progresso industrial e comercial, orientado no sentido capitalista" (NOGUEIRA, 1954, p. 391).[28] Alertando para os perigos da generalização e para as características específicas do oeste paulista neste contexto, a autora afirma que houve nessa área "uma verdadeira interpenetração das várias camadas sociais, desaparecendo nesse processo as linhas de diferenciação e oposição que comumente, quando elas se organizam mais rigidamente, caracterizam suas relações" (NOGUEIRA, 1954, p. 397).[29]

Sua análise sobre a constituição social destes indivíduos, autodenominados como lavradores, interessa-nos especialmente, a fim de compreendermos a filiação ao PRP de Francisco Schmidt - um antigo colono que emergiu à condição de comerciante urbano e, na sequência, tornou-se produtor de café em suas próprias terras - e de Arthur Diederichsen - oriundo de uma família descendente de comerciantes prussianos, filho de um

---

[28] Citando especificamente sócios mencionados em atas do Clube Republicano de Itú e Clube Republicano de Rio Claro, presentes na Convenção de Itú (1873). As pesquisas desenvolvidas pela historiadora poderão estar referenciadas pelo sobrenome "Costa" ou "Nogueira".

[29] Segundo Casalecchi (1987, p. 45), em 1878, mais 30% dos republicanos paulistas eram proprietários rurais, enquanto "na província do Rio eles representavam menos de 2 %, sendo que mais de 60% eram profissionais liberais (advogados, jornalistas, professores, médicos, engenheiros, etc.)".

dos sócios de Theodor Wille no ramo de exportação e importação, mas que também se tornou um fazendeiro em Ribeirão Preto.

Parece evidente que, nesse momento, a ascensão econômica da produção cafeeira de Ribeirão Preto passava a representar também a ascensão política dos novos coronéis: Schmidt e Diederichsen - oriundos de famílias germânicas que a jovem República brasileira, com suas novas hierarquias sociais e dinâmicas econômicas, trataria de acolher. Em solo brasileiro, o processo de consolidação da unidade global do mercado capitalista diminuiu distâncias e permitiu o enriquecimento de migrantes que produziram e exportaram para o mundo uma importante matéria-prima para o seu acelerado ritmo industrial: o café. Com cultivo iniciado no estado do Rio de Janeiro, em fazendas escravistas do Vale do Paraíba, e exportado pelo porto fluminense, o café cultivado no oeste paulista e exportado em Santos também acompanhou o surgimento de novas relações sociais, embasadas no trabalho livre e no uso maciço de migrantes europeus.

Com a República, a ampliação dos poderes econômicos desses migrantes se estendeu para o exercício da política, influenciando os rumos de uma nova sociedade, dominada por grupos que "irão tensionar a modificação dos cenários urbanos ao encontro de suas perspectivas ideológicas" (DEMINICE, 2015, p. 25).[30] Foi nesse contexto, marcado pela hegemonia do café e do Partido Republicano Paulista na Província de São Paulo, que Arthur Diederichsen e Francisco Schmidt se instalaram em Ribeirão Preto e passaram a participar diretamente das decisões políticas que determinaram profundas transformações urbanas ocorridas na cidade durante a última década do século XIX.

Os melhoramentos urbanos beneficiaram de modo direto a área central, onde o Edifício Diederichsen foi erigido quatro décadas depois. O terreno escolhido por Antonio Diederichsen, na esquina entre as ruas General Osório e Álvares Cabral (figura 1.1.1), foi especificamente simbólico, pois superava parte dos resquícios da disputa política iniciada anteriormente por seu primo, Arthur Diederichsen, e Francisco Schmidt, demonstrando a força econômica conquistada pela atuação dos Diederichsen em Ribeirão Preto.

---

[30] Em sua dissertação sobre a história urbana de Ribeirão Preto entre 1890 e 1960, Deminice (2015, p. 25) entende a construção do Edifício Diederichsen como um marco divisório dos dois momentos analisados por seu trabalho, "marcando a transição da Primeira República para a Era Vargas" e simbolizando "um movimento de mudança do imaginário político republicano".

1.2 A PRESENÇA DE ARTHUR DIEDERICHSEN E FRANCISCO SCHMIDT NO INÍCIO DA REPÚBLICA VELHA EM RIBEIRÃO PRETO.

A avaliação de Cardoso (1977) sobre as mudanças ocorridas no campo administrativo republicano, no contexto político brasileiro entre 1889 e 1902, em certa medida, encontra correspondências no cenário que se estruturava em Ribeirão Preto, onde uma nova organização em que Arthur Diederichsen e Francisco Schmidt assumiram grande projeção no poder político local, em funções executivas e legislativas, também significou a implementação de ações de transformação do espaço urbano pautadas por novos referenciais técnicos, estéticos, de salubridade e disciplinamento, que alterariam o aspecto rural da cidade que se pretendia moderna.

Inserido em uma conjuntura nacional que levaria Prudente de Moraes a alcançar o cargo de presidente e a oligarquia cafeeira paulista a exercer grande protagonismo na República brasileira, a sequência dos fatos que se sucederam em Ribeirão Preto — entre a Proclamação, em 1889; a compra da Fazenda Monte Alegre, em 1890; e o movimento organizado por líderes do PRP que levou à deposição dos vereadores que compunham a 6ª legislatura da Câmara (figura 1.1.5), entre 1890 e 1892 — culminaram na eleição de Arthur Diederichsen como o primeiro Intendente da cidade, em outubro de 1892, enquanto Schmidt iniciava sua carreira como vereador.[31]

---

[31] Francisco Schmidt compôs a 7ª legislatura da Câmara Municipal, que atuou entre out. de 1892 e 1896 (CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO, 2004). Em 1892, Arthur Diederichsen ocupou o cargo de Intendente, criado pela lei n. 16, decretada pelo congresso do estado de São Paulo em 13 nov. 1891, que especificou as funções do cargo em seus artigos 16, 17 e 18. Ao conquistarem maior autonomia para os estados por meio do regime federalista, os membros do PRP, considerado por Casalecchi (1987, p. 62) como “a força mais representativa – depois dos militares – na composição e consolidação da República”, também alcançaram a possibilidade de contratarem empréstimos estrangeiros, o que estimulou ainda mais a produção cafeeira em ascensão no oeste paulista. Foi nesse contexto que Schmidt recebeu recursos da empresa de Wille para a compra da parte de Diederichsen na Fazenda Monte Alegre. Após a aquisição, Schmidt continuou a contrair empréstimos com a empresa para investimento na Fazenda, que se tornou uma das principais produtoras de café no mundo. Os financiamentos parecem ter sido responsáveis também pelas dívidas que acabaram por levar à dissolução da fazenda, após a morte de Schimdt, em 1924, e a instauração da crise de 1929 (FORNER, 2017).

Esses “novos” políticos se inseriram em um ambiente dominado pelos fazendeiros, mas que desde a década de 1870 já vinham dividindo o espaço da Câmara com alguns vereadores ligados a outras áreas profissionais (SANCHES, 2003). A diversidade de atuação não alterava, contudo, a homogeneidade social do grupo de homens que se mantinha como representante de uma elite econômica que era grande proprietária de terras e estava relacionada, de diversas formas, à produção cafeeira da região. No entanto, não por acaso, embora a presença de comerciantes, capitalistas, advogados e médicos entre os vereadores tenha sido constante a partir da década de 1880, foi apenas em 1890 que a Câmara Municipal teve seu primeiro vereador industrial e o primeiro engenheiro, já que a Primeira República também foi marcada pela gestação de novos contextos urbanos, influenciados por modelos de pensamento científico que difundiram “as novas condições da economia globalizada e seus princípios de racionalidade técnica” (SEVCENKO, 2012, p. 35).[32]

Em uma década, a população de Ribeirão Preto cresceu de modo intenso, passando de 12.033 habitantes, em 1890 — quando era a 41ª cidade mais populosa entre as 136 do estado de São Paulo — para 59.195, em 1900, quando passou à condição de 3ª maior cidade desse estado.[33] Acompanhou esse crescimento demográfico, a ampliação dos

---

[32] Analisando o levantamento feito por Sanches (2003) sobre as profissões dos vereadores eleitos entre 1874 e 1935, constata-se que na 1ª legislatura (1874-77), 13 dos dez vereadores eram fazendeiros (mais de 75%), juntamente com outros três negociantes. Na 2ª legislatura (1877/80) essa porcentagem diminuiu, sendo seis entre os dez (60%) fazendeiros, além de outros três membros comerciantes e um farmacêutico. Na legislatura seguinte, cinco entre os 11 vereadores fazendeiros (45%), três comerciantes, um capitalista e um médico. Entre 1883 e 1886, dos dez vereadores, quatro eram lavradores (40%), um era comerciante, um era capitalista, um era médico e o outro era advogado. Na 5ª legislatura (1887-90), a porcentagem caiu ainda mais, e apenas quatro entre os 12 vereadores eram lavradores (33%), um capitalista, um médico, um advogado, um dentista e um jornalista. Na 6ª legislatura (1890-92), embora tenha havido acréscimo na proporção de vereadores lavradores (eram 44%, oito entre os 18), observa-se que outros grupos passaram a ter maior participação: quatro advogados, três comerciantes, dois médicos, um industrial e um engenheiro. Na próxima legislatura (1892-96), quando Arthur Diederichsen e Francisco Schmidt passaram a compor a Câmara Municipal, os lavradores assumem novamente maioria isolada, sendo sete entre os 15 vereadores (46%). Outros dois comerciantes, um capitalista, dois médicos e um advogado fizeram parte da 7ª legislatura. De 1896 a 1899, apenas seis dos 16 vereadores eram lavradores (37%), dividindo a Câmara com cinco comerciantes, um industrial, um capitalista, três médicos e um engenheiro. Por fim, entre 1899 e 1902, foram cinco fazendeiros (62%), um médico, um advogado e um engenheiro entre os oito vereadores.

[33] Na Synopse do Recenseamento da República dos Estados Unidos do Brazil (grafia original), de 31 dez. 1890, verificamos que São Paulo possuía 136 municípios e população de 1.384.753 habitantes. Ribeirão Preto era o 41º município mais populoso. O mesmo documento informou que, naquele ano, a população de S. Simão era de 3.477 habitantes, sendo o 11º menos populoso. Dez anos depois, a Synopse do Recenseamento de 31 dez.

limites da cidade, com a demarcação (1886) e implantação (1887) do Núcleo Colonial Antonio Prado (figura 1.2.1), emancipado em 1893 e incorporado à zona urbana em 1897. Com participação direta e determinante de Antônio Prado, o Núcleo recebeu trabalhadores oriundos da Europa, principalmente da Itália, destinados, em sua maioria, ao trabalho nas lavouras de café, mas que também se dedicaram a atividades urbanas, montando oficinas e estabelecimentos comerciais, muitas vezes desenvolvidas de modo coetâneo às atividades agrícolas (SILVA, 2006).

A presença desses imigrantes em um cenário de pujança econômica e nova organização, marcada, entre outras coisas, pelo trabalho livre, também impactou o desenvolvimento do comércio, da indústria e da construção civil. O aumento populacional ampliou a mão-de-obra para a execução e o mercado para consumo de bens e produtos. Gradativamente, os lotes do Núcleo foram parcelados e comercializados pelas famílias dos primeiros ocupantes, fazendo com que a região se transformasse e deixasse de ser apenas o local de moradia dos colonos, para também abrigar indústrias e comércio diversos.[34]

1900, apontou Ribeirão Preto entre as três cidades mais populosas do estado, atrás apenas de São Paulo (239.820) e Campinas (67.694). Em termos gerais, ao longo daquela década, o estado cresceu cerca de 60%, enquanto a capital, São Paulo, cresceu em torno de 269%, e Ribeirão Preto alcançou a marca de quase 392%. Utilizando como base apenas as cidades que já existiam em 1890, o crescimento de Ribeirão Preto só foi inferior ao crescimento verificado em Jahu (com cerca de 567%) e São Simão, cidade da qual Ribeirão Preto havia se desmembrado, que apresentou o maior crescimento do estado (614%). Entre as cidades surgidas após 1890, observa-se o intenso crescimento de municípios anteriormente pertencentes à Comarca de Ribeirão Preto, como Sertãozinho (emancipado em 1896) e Cravinhos (emancipado em 1897), além de Jardinópolis, que figuraram entre as quatro "novas" cidades mais populosas do estado em 1900.

[34] Segundo Silva (2006, p. 71), os requerentes que desejassem adquirir qualquer um dos 64 lotes pertencentes à Sede do Núcleo Colonial Antônio Prado, também denominados como "urbanos", deveriam possuir "profissão urbana de artífice" e demonstrar "desejo (mediante comprovação de pecúlio) para instituir uma oficina ou estabelecimento comercial". Embora essa área pareça ter sido concebida para se constituir como uma futura extensão do centro urbano existente, sua pesquisa sobre o pagamento de impostos demonstrou que foi a Terceira Seção, possivelmente por estar mais próxima ao Córrego e bairro Retiro, onde já existiam comércios e fábricas, que concentrou maior número de indústrias, comércios e serviços (SILVA, 2006). Sobre o exercício de atividades urbanas na área do Núcleo Colonial Antônio Prado, apesar de ter havido "diversificação nas atividades comerciais e industriais" entre 1893 e 1903, poucos destes comerciantes e industriais faziam parte do primeiro grupo de proprietários do Núcleo (SILVA, 2006, p. 96). A pesquisadora também considera que em 1896 a região ainda não era valorizada, o que justificaria sua procura para implantação de indústrias e oficinas por pessoas externas. Contudo, cabe mencionar que, nesse período, foram constatados estabelecimentos como: "armazém de secos e molhados, armarinhos, padaria, botequins, cervejarias, olarias, ferraria e fábricas de sabão" (SILVA, 2006, p. 97).

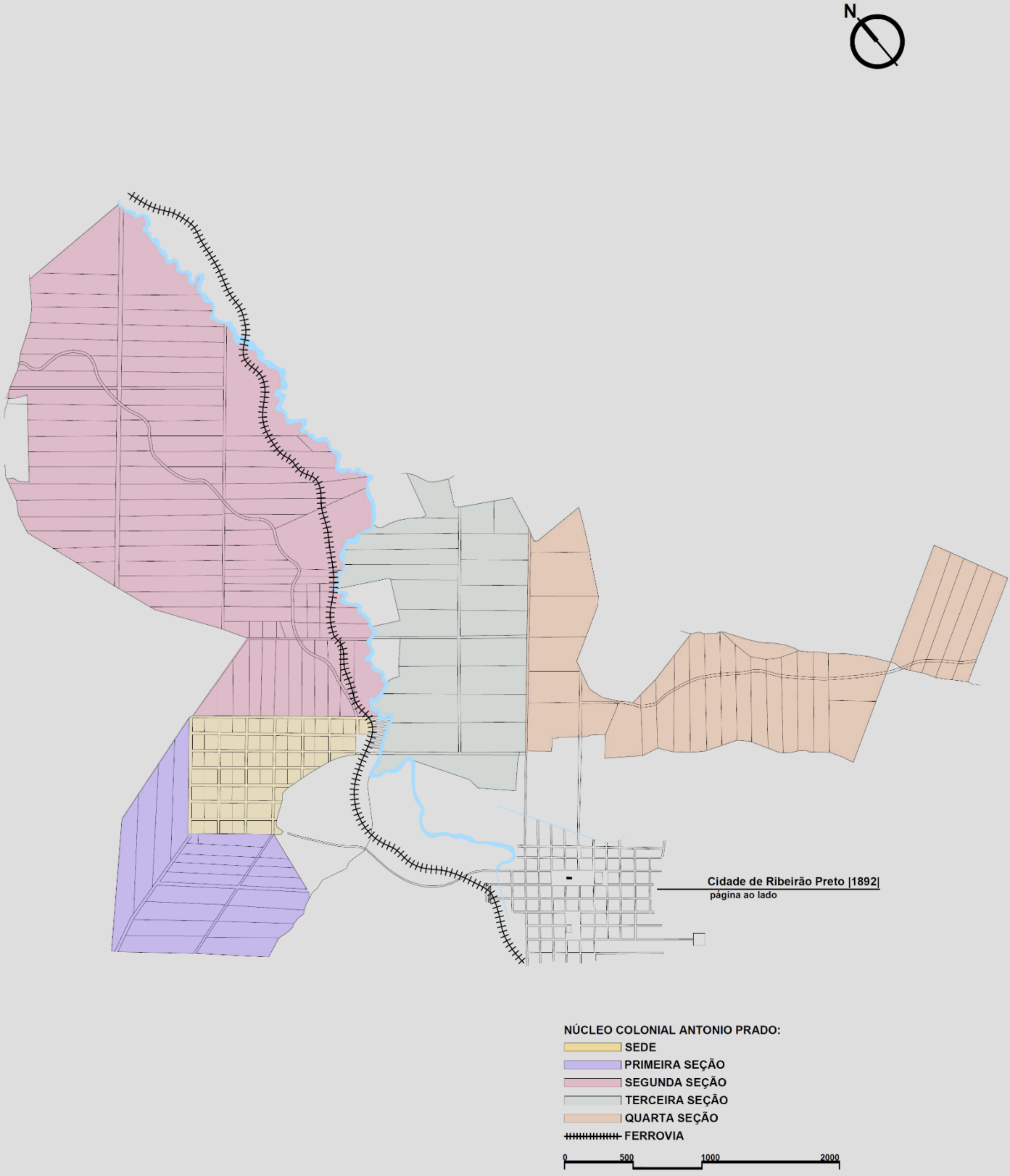


Figura 1.2.1 - Núcleo Colonial Antonio Prado, com representação do núcleo urbano em 1892.
Ano: -
Autor: Tatiana S. Gaspar
Fonte: SILVA (2008, p. 58).

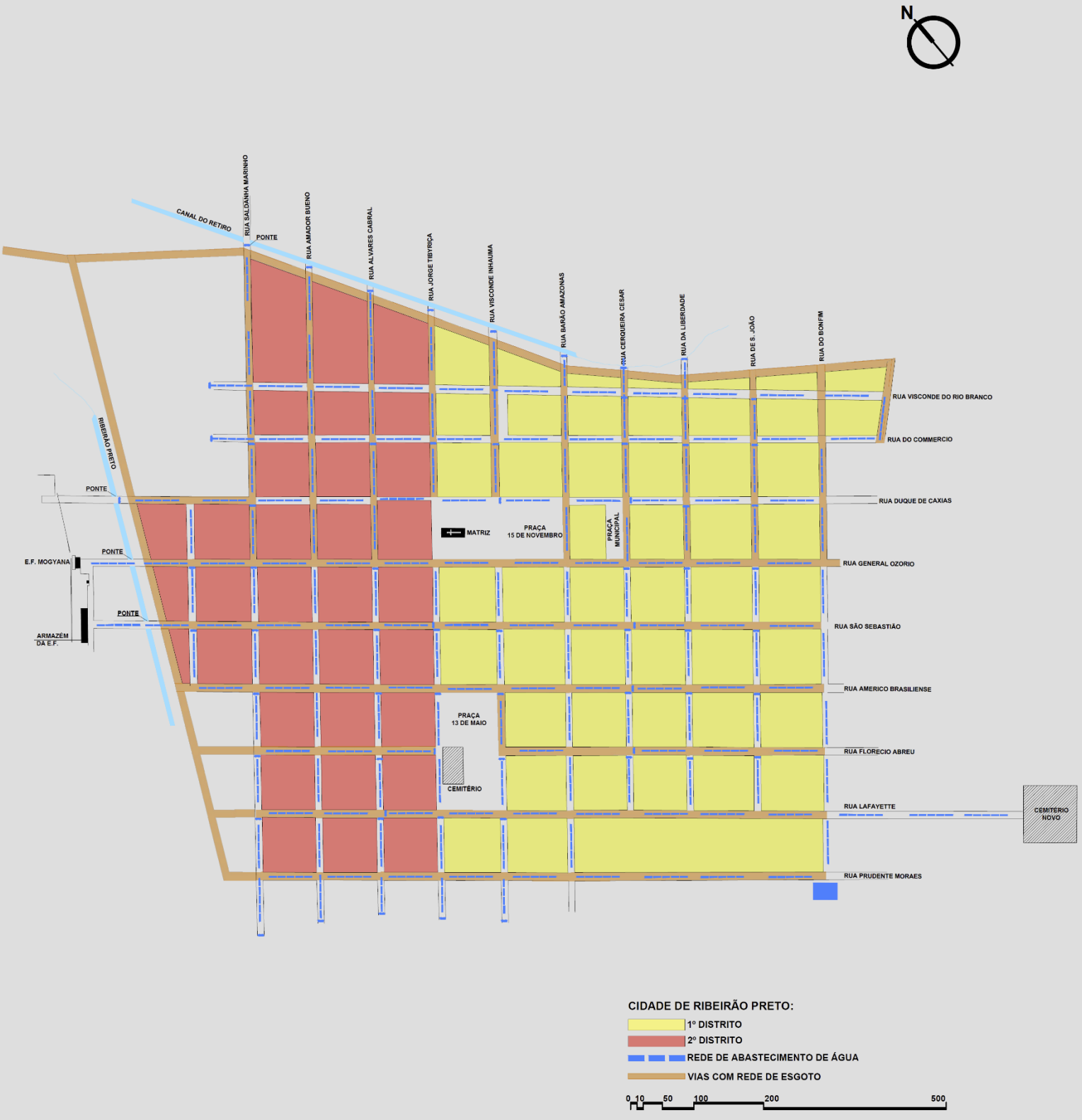


Figura 1.2.2 – 1º e 2º distritos na cidade de Ribeirão Preto.
Autor: Tatiana S. Gaspar
Referência: autoria não identificada, 1892.
Fonte: APHRP, Mapas e Plantas.

Diversos equipamentos coletivos foram implantados na região do Núcleo Colonial ao longo da última década do século XIX e primeiras décadas do século XX, tais como cemitérios, hospitais de isolamento, asilos e matadouro.[35] Ainda assim, o primeiro Código de Posturas de Ribeirão Preto, aprovado pela Assembleia da Província de São Paulo em 1889, ainda ao final do período Imperial, não incluía a região formada pelo recém-instituído Núcleo Colonial Antônio Prado como parte da povoação do município de Ribeirão Preto.[36]

A proibição de fábricas e máquinas que pudessem "prejudicar a salubridade pública" dentro da "povoação" (SÃO PAULO, Resolução nº 198/1889) evidenciava a clara distinção feita pelos administradores públicos entre o Núcleo e a área central de Ribeirão Preto, no entorno da Matriz, no momento em que o direito de votar e ser votado era privilégio oferecido apenas a um grupo de homens alfabetizados, enquanto outras parcelas da sociedade padeciam de representatividade política.[37]

O Código de Posturas de 1889 se tornou um importante instrumento para o agenciamento das transformações urbanas que ocorreram na área constituída como Patrimônio da Matriz, que, entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX, concentrou investimentos públicos e privados bastante distintos dos que foram endereçados ao território ocupado pelo Núcleo Colonial. A região entre a Matriz e a Estação Mogiana se tornou o local de representação de uma nova modernidade, materialmente expressa no desenho de ruas e praças e na imponência de edifícios que transformaram a feição da cidade. Os programas e usos desses edifícios muitas vezes se integraram às novas dinâmicas urbanas

---

[35] Em 1893, o Cemitério "novo", que ficava localizado na área urbana, foi removido, criando-se o que viria a ser chamado Cemitério da Saudade, na 3ª Seção do antigo Núcleo Colonial. Em outra seção foi instalado o Hospital de Isolamento de Leprosos e um Cemitério dos Leprosos e Variolosos, em 1897 (SILVA, 2006, p. 106). Em 1903, o Matadouro Público saiu das margens do Córrego do Retiro para se estabelecer na área do antigo Núcleo Colonial, bem como o Asilo de Mendicidade (posteriormente Asilo Padre Euclides), construído em 1920, e o Asilo para Dementes Dr. Bezerra de Menezes, de 1933 (SILVA, 2006). A área também foi escolhida para a implantação do Abrigo Ana Diederichsen, inaugurado no início da década de 1940.

[36] Embora a aprovação definitiva tenha ocorrido apenas em 1889, seu processo iniciou-se ainda em 1874. Segundo Sanches (2003, p.90), ao longo desse período, sete comissões foram formadas para elaboração e revisão das posturas, nove propostas foram elaboradas e cinco apresentadas para a Câmara Municipal. Dessas, três teriam sido encaminhadas à Assembleia Provincial, mas apenas uma foi aprovada.

[37] Mesmo com a Proclamação da República, em 1889, e a Constituição de 1891, que propôs a universalização do voto com a eliminação da exigência de comprovação de renda, o voto continuou sendo vetado à grande parte da população, visto que apenas homens alfabetizados, que eram minoria da população brasileira, poderiam votar. O voto secreto e universal, sem restrições, só ocorreu no Brasil com a Constituição de 1988.

que foram incorporadas aos espaços de lazer e recreação, diurnos e noturnos, e suas construções introduziram importantes inovações de ordem estética, técnica e construtivas — como o Edifício Diederichsen —, sendo diretamente beneficiadas por ordenamentos e melhoramentos continuamente implantados desde períodos anteriores.

Enquanto a representação da Villa de Ribeirão Preto, em 1884 (figura 1.1.2), evidenciou a expansão da área urbanizada — que em 1874 estava restrita apenas a "4 ruas, 6 travessas e 2 largos" (MIRANDA, 1971, p. 14) — a "Planta da cidade de Ribeirão Preto", em 1892 (figura 1.2.2), revelou nova gestão do tempo (CORREIA, 2000), promovida pela reorganização social e espacial do tecido urbano marcado pela presença da ferrovia e das vias de circulação — por onde em breve passariam a trafegar os veículos automotores. A comparação entre os dois mapas também aponta indícios de que o desenvolvimento da cidade já não seria pautado apenas pelo seu crescimento territorial e edilício. Com ações promovidas pela administração pública e apoiadas por iniciativas privadas, as intervenções no urbano passavam a ser orientadas por um domínio técnico difundido, sobretudo, a partir de meados do século XIX, interessado na eliminação de doenças por meio do controle da água, do ar e da luz, para a condução dos fluidos humanos, bem como na regulação de práticas para o controle da população (BEGUIN, 1991).

A projeção dos encanamentos de água e rede de esgoto, no início da década de 1890, expressou a grande importância atribuída à infraestrutura para oferta de serviços que poderiam garantir a salubridade. Na planta de 1892, o Córrego do Retiro também aparece retificado e canalizado. A presença da nova Estação Mogiana, instalada em 1885, tornou necessária a criação de duas pontes sobre o Ribeirão Preto, que também foi parcialmente retificado, e a abertura da Praça Schmidt, alavancando o surgimento da Rua José Bonifácio e da Avenida Jerônimo Gonçalves (VALADÃO, 1997).[38] Essa nova região conectou a área do centro urbano, no entorno do Largo da Matriz, com a Estação, e, desde então, seu desenvolvimento esteve atrelado ao estabelecimento de comércio e serviços.[39] Após

[38] Segundo Lopes (2011, p. 58-63), a retificação do Ribeirão Preto foi iniciada entre 1883 e 1884, mas teve continuidade durante a década de 1890 e primeiros anos após 1900, assim como no caso do Córrego do Retiro. A autora ainda aponta indícios de que tenham ocorrido novas obras de retificação no Ribeirão Preto e Retiro nas décadas seguintes (LOPES, 2011, p. 70-72).

[39] O trabalho desenvolvido por Silva (2011) sobre a Rua José Bonifácio, relatou sua diversificação e especialização no uso comercial e misto a partir de 1889. Até 1930, constatou a presença de depósitos e lojas; moradias unifamiliares, habitadas principalmente pelos comerciantes que ali mantinham seus negócios; edificações de

a implantação do Núcleo Colonial Antônio Prado, a Rua Saldanha Marinho se tornou uma importante ligação com a zona norte da cidade, conectada a ela por meio de uma ponte, através da Avenida da Saudade, na margem oposta ao córrego.[40] Foi no quarteirão formado pelas ruas São Sebastião, Américo Brasiliense, José Bonifácio e Saldanha Marinho, na cota mais alta dessa rua em direção ao sul, que Antonio Diederichsen concentrou seus estabelecimentos comerciais a partir do início do século XX, como veremos no próximo capítulo.

Muitas das transformações visualizadas no mapa de 1892 resultaram de um processo de discussão iniciado nas décadas anteriores, desde as primeiras reuniões da Câmara Municipal, mas que fora intensificado a partir da aprovação do Código de Posturas, em 1889 (SÃO PAULO, Resolução n. 198, 1889).[41] Entre os artigos do Código, foi recorrente a preocupação com a organização do espaço e do cotidiano da população, a partir da adoção de medidas de controle que atendessem aos princípios vigentes de ordenamento, higiene e salubridade, além de estabelecer as diretrizes de fiscalização para as edificações e alinhamentos, tentando-se afastar da cidade a imagem de um passado modesto.[42]

---

uso misto, com comércio e habitação; e hotéis, hospedarias e pensões, voltados para diferentes públicos.

[40] Analisando os mapas, percebe-se que, antes de vir a ser instalado, em 1893, na área do antigo Núcleo Colonial, o local do Cemitério foi alvo de constantes mudanças. Como pode ser visto em imagem de 1884 (figura 1.1.2), entre 1878 e 1887 ele estava localizado no terreno de cota elevada em relação ao núcleo urbano, posteriormente transformado na Praça 13 de Maio — onde foi implantada a Catedral. Em 1888, criou-se o Cemitério Novo, a leste do cemitério anterior, região que em 1892 (figura 1.2.2) parecia estar afastada da área urbanizada, mas que depois também recebeu a Praça 7 de Setembro.

[41] O Código de Posturas de Ribeirão Preto se alinhou às atribuições estabelecidas pelo Governo Imperial para as Câmaras Municipais, segundo o Título II, que dispunha sobre as Posturas Policiais, da Lei de 1 out. 1828. Para Sanches (2003), o período de 15 anos transcorrido desde a formação da Câmara, em 1874, até a aprovação definitiva do Código, em 1889, foi marcado pela formação de comissões destinadas a suprir a necessidade de obras públicas para o melhoramento da Villa. Além das diversas solicitações feitas pelos vereadores à Província, para aprovação de propostas para um Código de Posturas, seu levantamento constatou que, entre 1874 e 1876, foi dada grande atenção às vias, para reparos em estradas, definição de alinhamentos e aberturas de ruas novas; à execução de limpeza pública; e à necessidade de demarcação de áreas para implantação de edifícios públicos e outras construções, como a definição do lugar da Cadeia, do Curral do Conselho, do Matadouro Público, de pontes e áreas para sepultamentos: tratou-se de "um conjunto de mediadas relacionadas com a preocupação das condições higiênicas da cidade" (SANCHES, 2003, p. 68).

[42] Determinou-se que não fossem construídas "casa de meia água" e "cobertas de capim, palha ou sapé". Ao que se chamou como "Asseio, segurança e commodidade pública", relacionavam-se posturas sobre a necessidade de os moradores caiarem seus edifícios, carpirem e varrerem suas calçadas, além de uma ampla lista de proibições. Aos novos edifícios estabelecia-se que deveriam ser "guardadas as proporções geraes do plano" e padrões de "forma e architectura" como, entre outras, regras de simetria na colocação de portas e janelas, e especificações e restrições em relação aos beirais, à presença de rótulas ou empanadas e à execução de

As faces externas dos edifícios deveriam proporcionar uma adequada ambiência para o espaço público, sendo os proprietários obrigados a calçar as frentes dos prédios e terreno, e quando as edificações fossem construídas em esquinas, estas deveriam ter "duas frentes", emoldurando um novo cenário urbano em gestação (SÃO PAULO, Resolução n. 198, 1889). Enquanto o terreno não fosse edificado, seu proprietário pagaria multa anual, o que além de gerar renda para a administração pública, também estimulava o adensamento da cidade, enquanto coibia a prática especulativa por parte dos proprietários. O adensamento, por sua vez, gerava a necessidade de organização não apenas do plano no térreo, mas também em seu espaço aéreo, obrigando à colocação de tubulação condutora de águas pluviais sempre que a cobertura de uma edificação escoasse água para o telhado ou terreno vizinhos. No entanto, a definição de apenas duas alturas — 4 ou 8 metros — para os edifícios térreos ou sobrados, respectivamente, que fossem construídos ou modificados, evidencia que, até o final da década de 1880, a cidade ainda não havia iniciado seu crescimento para além de dois pavimentos.

Contudo, estava em curso o início de um processo de transformação urbana que incorporou a dimensão estética, amplamente reverenciada pelos edifícios construídos na região central da cidade, principalmente no entorno da Matriz. A partir do primeiro Código de Posturas, essa região foi oficializada como o ponto central, a partir do qual se organizava a numeração das edificações da cidade, em função de sua proximidade com o Largo. Atendendo ao estabelecido pelo Código, algumas dessas edificações, construídas ao longo da década de 1890, tiveram seus projetos escolhidos através de concurso.[43] Nesse período, além dos já mencionados edifícios e equipamentos construídos na área do Núcleo Colonial Antônio Prado, outras edificações públicas foram erguidas na região central, somando-se ao prédio de dois pavimentos que abrigou a Casa de Câmara e Cadeia, na Rua Cerqueira

---

"escadas ou degraus nas ruas, praças e travessas desta cidade" (SÃO PAULO, Resolução n. 198, 1889). A implantação das casas poderia passar a receber recuos em relação aos limites dos terrenos, o que nas décadas seguintes garantiria uma maior preservação da intimidade no interior doméstico, além de maior aeração e iluminação de seus ambientes internos. Mas se a presença de jardins no interior dos lotes ainda levaria alguns anos para ser largamente observada, a arborização de ruas e praças, bem como a criação de novas áreas públicas ajardinadas, já eram necessidades previstas em 1889, com especificação de material e desenho para o calçamento das ruas, em "macadam", e com "forma de arco nas larguras da rua".

[43] Segundo o Art. 23, Capítulo I, do Código de Posturas de Ribeirão Preto de 1889: "Quando a Camara fizer ou mandar fazer qualquer edificio, concerto ou obra municipal, será posto em concurso e feito por quem melhores vantagens offerecer, e na falta destes pelo fiscal ou procurador, e paga a despesa pela Camara".

Cesar, que em 1887 já estava em atividade (figura 1.2.3).[44]

O Teatro Carlos Gomes (figura 1.2.4) foi inaugurado em 1897 e projetado por Ramos de Azevedo, que possuía escritório em São Paulo.[45] O edifício de características neoclássicas teve sua construção indicada em dezembro de 1895, sob o comando do vereador Francisco Schmidt, que também fez parte de um consórcio formado com outros fazendeiros da cidade para a execução do mesmo (VALADÃO, 1997, p. 111). A posição definida para o Teatro, na já denominada Praça XV de Novembro, em frente à Matriz, representou um reordenamento da expressão espacial dos poderes na cidade:

> O Teatro Carlos Gomes é, portanto, a imposição ao ambiente urbano dos desejos da elite cafeeira dominante, assim como a representação, através de uma arquitetura monumental, da sua capacidade, falamos da burguesia cafeeira, de viabilização e, mais ainda, de legitimação do seu projeto de cidade moderna. E nessas duas ações, viabilizar e legitimar, a primeira está diretamente relacionada aos poderes políticos e financeiros que ela detém; assim, tornar um projeto viável significa dar andamento a ações que não necessitam de outros personagens, nem mesmo de oposição ao seu projeto. (FARIA, 2003, p. 142).

Alguns anos depois, o prédio da Matriz - construído em 1868 no mesmo Largo que se tornou a Praça XV de Novembro e recebeu o Teatro Carlos Gomes - foi demolido (figura 1.2.5) e substituído por novo edifício construído no terreno do antigo cemitério da cidade, na Praça 13 de Maio, com projeto também desenvolvido por profissional não residente em

---

[44] A ausência de local para reuniões da Câmara foi debatida desde o início das suas atividades. Como verificado por Faria (2003, p. 103) em ata de 15 jul. 1874, essa situação, que também incluía a necessidade de um edifício de reclusão, esteve relacionada, principalmente, às "dificuldades orçamentárias que impediam não só o aluguel de casas com maiores cômodos, mas, e principalmente, a construção de um edifício". O edifício foi implantado em frente à praça atualmente denominada como Praça Barão do Rio Branco. Originalmente, essa área fazia parte do Largo da Matriz, que até 1889 estava compreendido entre as ruas Álvares Cabral, Duque de Caxias, Cerqueira César e General Osório. Nesse ano, foi proposta sua diminuição em dois quarteirões, passando a ter como limite a Rua Visconde de Inhaúma. A discussão derivada desse processo fez surgir uma nova Praça, inicialmente denominada como Largo da Cadeia e, a partir de 1900, como Praça Barão do Rio Branco (GARCIA, 2013, p. 233), separada da Praça XV de Novembro, em frente à Casa de Câmara e Cadeia, onde em 1917 foi construído o Paço Municipal.

[45] Formado na Universidade de Gande, na Bélgica, é relevante pontuar que Ramos de Azevedo teve grande participação na produção de edifícios públicos e institucionais realizados na capital paulista entre 1890 e 1900. Entre eles, citamos o Edifício do Tesouro (1891), o Prédio da Secretaria da Agricultura (1896) e o Prédio da Secretaria de Polícia (1896) que, segundo Carvalho (2000, p. 150), utilizaram a linguagem clássica para expressar e transmitir valores como "firmeza, equilíbrio, serenidade, segurança, solenidade".

Ribeirão Preto. Em 1900, uma concorrência envolveu 33 propostas de projetos para a construção da Catedral de São Sebastião e selecionou, entre os finalistas, os arquitetos da cidade de São Paulo: Victor Dubugras e Carlos Ekman. Segundo Borges (1999, p. 35), o projeto de Dubugras foi considerado o mais bonito, mas o de Ekman era mais exequível e o que melhor atendia às exigências do edital, o que teria determinado sua escolha e o início da construção do edifício com características neogóticas em 1902 (figura 1.2.6).

Integrando o conjunto de edificações construídas na região entre a Matriz e a Estação, em 1900 foi inaugurado o primeiro Mercado Municipal de Ribeirão Preto (figura 1.2.7). Nesse caso, a autoria do projeto coube ao migrante italiano residente no Núcleo Colonial Antonio Prado, Mansuetto Buonacorsi (VALADÃO, 1997, p. 183; SILVA, 2008, p. 99).[46] Atendendo a uma demanda verificada desde anos anteriores, o Mercado Municipal foi instalado próximo à Estação Mogiana, nas margens do ribeirão Preto, em frente ao quarteirão onde, a partir de 1903, instalou-se o primeiro edifício a abrigar as atividades comerciais de Antonio Diederichsen em Ribeirão Preto.[47]

Essas edificações empregaram referências estéticas e compositivas do Ecletismo que, segundo Fabris (1987, p. 7), em todo o Brasil, foi sinônimo de “modernidade e modernização”. Nas palavras de Carlos Lemos (1987, p. 70-73), uma “linguagem eufórica da liberdade calcada na nova tecnologia”, que em São Paulo representava também “o capitalismo inaugurado com o café que chegava à cidade”. Para Bresciani (1985, p. 43), a arquitetura do século XIX foi capaz de formar uma nova sensibilidade que “sugeria primordialmente o poder da burguesia, um poder que deveria parecer grandioso, infinito e esmagador”. Tais avaliações parecem estar evidentes nas diversas construções realizadas na região central de Ribeirão Preto na última década do século XIX, a materializar suas referências de modernidade inspiradas em projetos da capital paulista e de países europeus.

---

[46] Em 1893, Buonacorsi também teria projetado um Matadouro Público para a Câmara de Vereadores de Ribeirão Preto, a indicar a importância de trabalhadores imigrantes italianos, residentes no Núcleo Colonial, não só para construções ordinárias, como para edifícios de maior expressividade (SILVA, 2008, p. 99).

[47] Segundo verificado por Faria (2003, p. 132), em atas da Câmara de Vereadores entre 1876 e 1881, reuniões anteriormente realizadas já haviam destacado a necessidade de um edifício que funcionasse como mercado. A demarcação da área em que o Mercado foi finalmente construído fornece um dos exemplos de conflitos administrativos ocorridos entre a Igreja e a Câmara de Vereadores para a concessão de datas, já que o terreno definido pela Câmara para a construção do edifício havia sido cedido por aforamento, pelo Fabriqueiro, a particulares, o que obrigou à sua desapropriação, promovida pelo Procurador Municipal (SANCHES, 2003, p. 116).

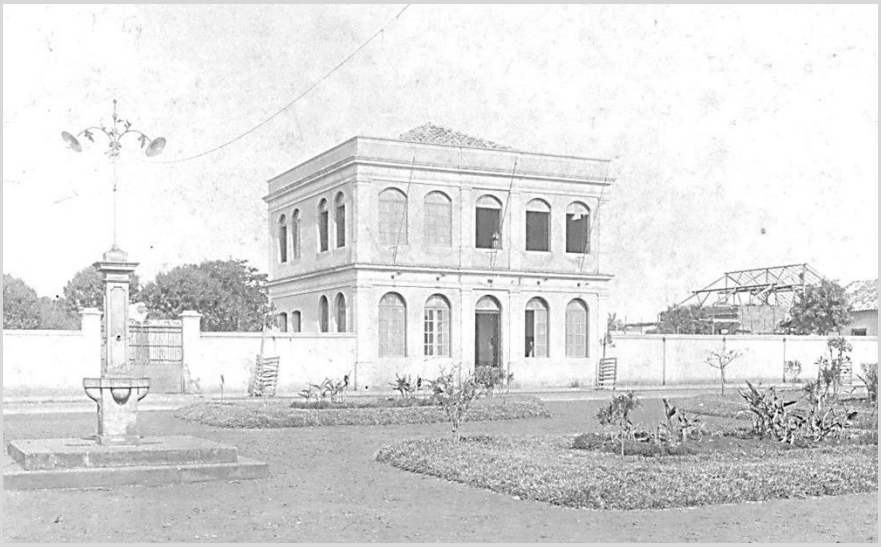


Figura 1.2.3 -
Casa de Câmara e Cadeia, na Praça Barão do Rio Branco, em que se observa o início do ajardinamento e postes de iluminação elétrica no local.
Ano: 1910
Autor: Flósculo de Magalhães
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F135.



Figura 1.2.4 -
Teatro Carlos Gomes. Vista da fachada principal, voltada para Rua Visconde de Inhaúma, e lateral, voltada para a Rua General Osório.
Ano: 1904
Autor: João Passig
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F015.

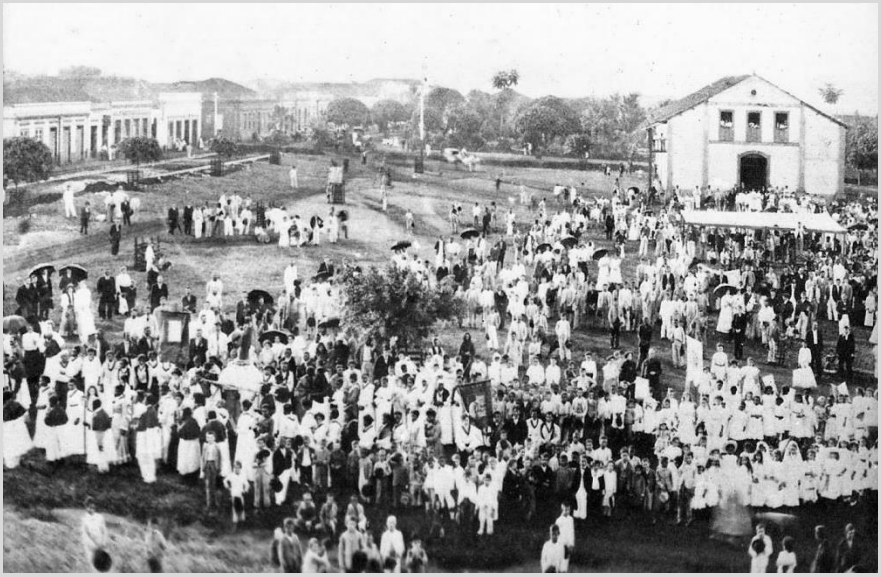


Figura 1.2.5 -
Primeira Matriz de Ribeirão Preto, já em processo de degradação (sem as torres), em dia de comemoração religiosa.
Ano: 1904/1905
Autor: João Passig
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F013.



Figura 1.2.6 -
A Cathedral – La Cathédrale.
Ano: não identificado
Autor: não identificado
Fonte: BOTELHO, 1911.

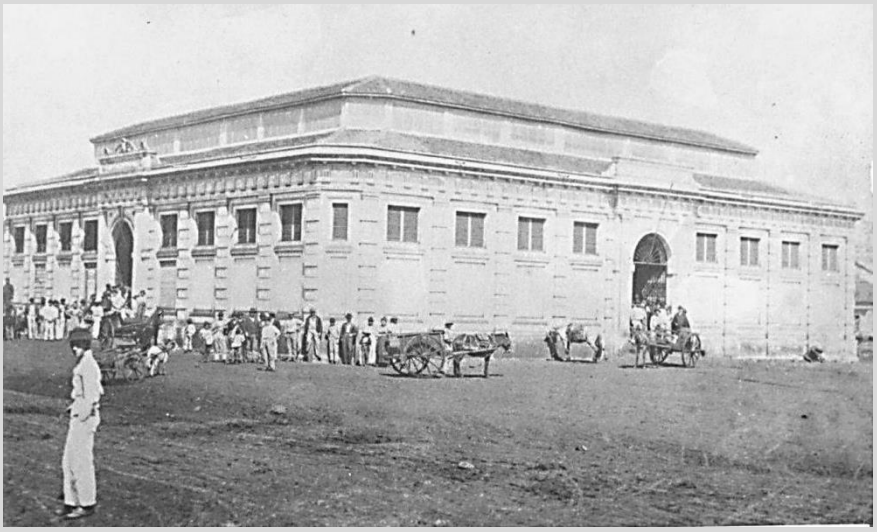


Figura 1.2.7 -
Prédio do Mercado Municipal, entre as ruas José Bonifácio e São Sebastião. A construção do edifício e sua administração ficaram a cargo da empresa Falena & Cia por nove anos.
Ano: 1900
Autor: João Passig
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F054.

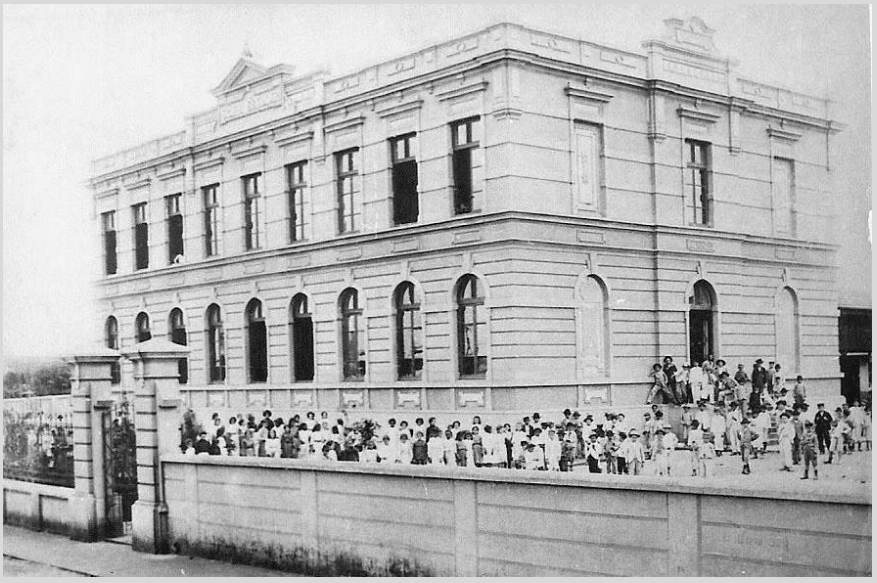


Figura 1.2.8 -
Primeiro Grupo Escolar, localizado à Rua Lafaiete entre as ruas Visconde de Inhaúma e Barão do Amazonas.
Ano: 1902
Autor: João Passig
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F052.

Novos traços de modernidade emergiram dos contornos materiais e simbólicos dessas expressivas construções que consolidaram e emolduraram as transformações de um novo ambiente urbano promovido pela República e seus representantes políticos. Atas de sessões da Câmara Municipal realizadas durante o início da década de 1890 e consultadas por Faria (2003), apontam que um ano depois da Planta da Cidade de Ribeirão Preto de 1892 (figura 1.2.2) mostrar o projeto de "rede de exgottos" e "encanamento d'água", a viabilização de tais obras continuou sendo tema recorrente entre os vereadores. Diante da aparente incapacidade do Poder Público em arcar com os recursos necessários, em 1893 foram solicitados empréstimos ao Banco da República e, em 1895, Arthur Diederichsen e Francisco Schmidt tentaram se valer de suas influências no governo do estado de São Paulo para a requisição de verbas para execução das obras:

> Coube-me a honra vos communicar que esta Camara representada pelos D.D. Vereadores, os cidadãos Arthur de A. Diederichsen e Francisco Schmidt contrataram o Governo do Estado a dar, este, começo no serviço de abastecimento de Água e Rêde de Exgotos e a fazer as respectivas construções sob a condição de concorrer, esta Camara, como de cento e vinte contos de reis (...) Attendendo 'urgencia que havia, d' este Municipio tomar lugar entre os beneficiados pela lei estadual 368 e á boa vontade do governo em contempla-lo n'aquelle logar, e á necessidade que tem esta cidade de tal melhoramento, para o seu completo e absoluto saneamento. (FARIA, 2003, p. 159).[48]

Embora a falta de recursos e de profissionais habilitados para a execução das obras de melhoria urbana tenha sido diversas vezes relatada nas atas da Câmara Municipal (FARIA, 2003), Ribeirão Preto acabou por atrair a atenção de alguns engenheiros de São Paulo e do Rio de Janeiro, que chegaram à cidade interessados não somente na construção de edifícios, como também na execução de obras de saneamento. Enquanto Intendente, Arthur Diederichsen recebeu alguns destes profissionais, como Arthur Montmorency, de São Paulo, "que sabedor das deficiências técnicas e sanitárias da cidade procurava realizar os desejos da elite cafeeira entranhada no poder público" (FARIA, 2003, p. 42).

A instalação da primeira rede de abastecimento de água ocorreu no final da década de 1890, após realização de estudos pela Comissão de Saneamento da Secretaria de

---

[48] Faria (2003) cita o Relatório da Intendência da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, elaborado pelo então Intendente, Fernando Ferreira Leite, em 28 nov. 1895.

Agricultura, Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo (LOPES, 2011, p. 60). Em 1899, iniciava-se a instalação da rede de iluminação elétrica e, em 1900, da rede de esgotos (FARIA, 2003).[49] Essas inovações urbanas foram festivamente atribuídas à influência de Schmidt e Diederichsen junto ao Governo Estadual, tidos como responsáveis por "pressionarem" a liberação de recursos financeiros e materiais destinados às obras públicas (PAZIANI, 2004, p. 23). O êxito e a repercussão positiva dessas obras fortaleceram o prestígio político de ambos, ajudando a semear a imagem desses homens como benfeitores.

No entanto, concordamos com Paziani (2004, p. 8) em relação à "ambivalência entre os papéis das esferas pública e privada para as elites ribeirãopretanas no que concerne à formação e à condução política da Câmara Municipal e dos planos de modernização urbana na cidade". É importante lembrar que grande parte da oligarquia cafeeira da cidade também era proprietária de terras urbanas. Por isso, as ações de melhoramento urbano, assumidas enquanto desempenhavam a função de administradores públicos, também os beneficiava diretamente, uma vez que promoviam a valorização de seus terrenos.[50] Arthur Diederichsen, como primeiro Intendente de Ribeirão Preto, e Schmidt, como vereador membro da Comissão de Contas e da Comissão de Obras (SANCHES, 2003, p. 134), participaram diretamente dessas ações.

Segundo Faria (2003, p. 165), em 1895, áreas pertencentes a Schmidt teriam sido citadas pela Comissão de Saneamento de Estado de São Paulo para implantação do sistema de captação e canalização da água até os reservatórios da cidade.[51] Neste sentido,

---

[49] Lopes (2011, p. 61), verificou despesas referentes às obras de abastecimento de água e rede de esgotos nos balanços de 1895, 1896 e 1899. Além da ênfase na necessidade dessas obras, o estudo também teria apontado necessidade de: "calçamento de ruas, construção de sarjetas e a limpeza e drenagem dos terrenos marginais, além da organização dos serviços de remoção de lixo" (LOPES, 2011, p. 60).

[50] Segundo Oliveira e Marcondes (2003, p. 19), ao longo da década de 1890, Schmidt foi um dos maiores investidores em compras de terras, alcançando saldos positivos "muito maiores do que quaisquer outros grandes fazendeiros que investiram no mercado imobiliário de Ribeirão Preto". O levantamento empreendido por Oliveira constatou que em 1896, Schmidt realizou o maior número de transações imobiliárias do período: cinco compras e duas vendas de imóveis, as únicas de toda a década, sendo um imóvel urbano e outro rural.

[51] O relatório de diagnóstico elaborado pela Comissão de Saneamento de Estado de São Paulo (1895), denominado Estudos da Cidade de Ribeirão Preto, propunha a passagem de rede de distribuição de água pelas ruas Ruy Barbosa, Saldanha Marinho, do Commercio, 7 de Setembro, Barão do Amazonas e Américo Brasiliense (FARIA, 2003, p. 164-165), atendendo diretamente 90 casas (LOPES, 2011, p. 62). Segundo Lopes (2011, p. 65-66), no sistema implantado inicialmente, a água era captada na Fazenda Monte Alegre, de Schmidt, e então distribuída diretamente por canalização. Após o arrendamento do serviço para o engenheiro Flávio de

também cabe destacar a transmissão de terreno feita por Arthur Diederichsen para a Câmara Municipal, em 1902, com o objetivo de que nele fosse realizada a construção do Primeiro Grupo Escolar de Ribeirão Preto (figura 1.2.8):[52]

> Foi lida a escriptura de doação de um terreno murado, entre as ruas Visconde de Inhauma, Barão do Amazonas, que fazem a Camara Municipal, para n'elle ser edificado o Grupo Escolar, pelo Tenente Coronel Arthur Diederichsen e sua mulher d. Adelaide Araujo Diederichsen; passada no 1º Tabelião desta Cidade, em data de 3 do corrente. Sobre ella pediu a palavra o dr. João Caetano Alvares, e requeria que se incerisse na acta um voto de lovor a esse cavalheiro e se oficiasse ao Governo do Estado, para que fosse dado ao Grupo que se edificasse esse terreno, o nome de "GRUPO ESCOLAR ARTHUR DIEDERICHSEN", no caso de ser conservado o outro Grupo, o que pela Camara unanimemente "APPROVADO" (grafia original).[53]

A iniciativa de Arthur, tida como um benfeitor solidário com a crença na educação como base civilizatória do almejado progresso, foi assim avaliada:

> Em homenagem a Cel. Arthur Diederichsen, pelo generoso donativo que

---

Mendonça Uchôa, em 1903, o centro urbano foi dividido em duas zonas, que eram abastecidas por dois reservatórios. Um deles, situado na Rua Amador Bueno, próximo ao Ribeirão Retiro, recebeu o nome de Quinzinho Junqueira, enquanto o outro, localizado em cota elevada, entre as ruas Campos Salles e Marechal Deodoro, foi denominado como Francisco Schmidt. Ainda a esse respeito, cabe mencionar que em 1896 foi instituído o Serviço de Higiene e Desinfecção, junto ao Serviço de Limpeza Pública e ao Serviço de Arborização de Ruas (SILVA, 2006, p. 59; LOPES, 2011, p. 62).

[52] Segundo certificado de transcrição dos imóveis "nº3-E", registrada no Ofício de Registro Geral de Hypothecas do Estado de São Paulo, em 26 abr. 1932, a Câmara Municipal de Ribeirão Preto foi adquirente do imóvel localizado nas ruas Visconde de Inhaúma, Lafayette e Barão do Amazonas. A transmissão foi realizada em 03 jan. 1902 por Arthur Diederichsen e sua mulher, Adelayde Araújo Diederichsen, caracterizados como lavradores e residentes em Ribeirão Preto. O contrato de transmissão especificou o valor de 20 contos de réis e uma condição: caso a construção do Grupo Escolar não fosse iniciada dentro de um ano, a propriedade do terreno passaria, então, para o patrimônio da Sociedade Beneficência Portuguesa do Ribeirão Preto (APHRP, Inventário Geral, Cx. 40, Reg. 926). Segundo publicação da Câmara Municipal de Ribeirão Preto (2004), antes da construção de edifício próprio, bem próximo à Catedral de São Sebastião, o Grupo funcionou em dois outros imóveis alugados. O primeiro estava na localizado na esquina entre as ruas Mariana Junqueira e Barão do Amazonas, e o segundo na esquina entre as ruas Cerqueira César e Duque de Caxias (onde atualmente encontra-se o Colégio Nossa senhora Auxiliadora). O novo prédio foi do Grupo foi projetado pelo engenheiro baiano Samuel Augusto das Neves, autor de projetos importantes na capital paulista (NASCIMENTO, 2016), e que em 1903 também teria sido contratado para retificar quatro quilômetros do Ribeirão Preto, um ano após ter sido negada sua proposta para calçamento em macadame em toda essa cidade (LOPES, 2011, p. 75-76).

[53] APHRP, Inventário Geral, Cx. 40, Reg. 926. Ata da Sessão da Câmara de Vereadores, 4 jan. 1902.

> fizera do terreno onde se acha construído o referido grupo, mandou a Camara tirar o retrato daquele philantropico cidadão, afim de ser collocado na Sala de honra do edifício, e, para que ali fique perenemente apontada a gratidão de contemporaneos e vindourosa veneranda personalidade daquele nosso egregrio compatriota, como a de um benemérito, que é, da instrução popular, neste município. (CIONE, 1987, p. 217 apud JAYME, 2012, p. 117, grafia original).

Enquanto isso, o número de construções na cidade aumentava e, em 1897, a quantidade de negociações imobiliárias urbanas de Ribeirão Preto ultrapassou as ocorridas em propriedades rurais (OLIVEIRA, 2006, p. 151).[54] Na mesma medida, intensificavam-se experiências sociais e culturais até então desconhecidas por grande parte da população urbana de Ribeirão Preto. Ainda que a presença de outros locais voltados ao "divertimento fora do lar" (TUON, 2015, p. 275) não tenha se destacado na cidade até a primeira década do século XX, alguns bares e casas de espetáculos surgidos ainda na década de 1890 tiveram seu papel na difusão de novos comportamentos e hábitos, sobretudo noturnos, ampliando as opções de lazer para além das festas religiosas (FARIA, 2003, p. 133).[55]

Nesse sentido, a inauguração, nos primeiros anos do século XX, do primeiro jardim público de Ribeirão Preto (figura 1.2.9), que ocupou parte do extenso largo de terra batida que já abrigava a Matriz e o Teatro (figura 1.1.1) — precisamente no trecho localizado em frente ao terreno onde três décadas depois seria construído o Edifício Diederichsen —, tornou-se um novo palco para a representação da diferenciação da modernidade burguesa, em que cada classe ocupava seu lugar (figura 1.2.10).[56]

---

[54] A análise de Marcondes e Oliveira (2013, p.274) sobre as transações imobiliárias em Ribeirão Preto entre 1874 e 1930, verificou que "as negociações urbanas apresentaram, de forma mais expressiva que as rurais, uma tendência de crescimento do número de escrituras desde o final da década de 1870 até o final do século XIX". Entre as 7.110 escrituras do período, 4.918 eram referentes a imóveis urbanos (69,2%) e apenas 2.192 (30,8%) de imóveis rurais. Em relação ao valor das negociações, constatou-se que a propriedade rural era expressivamente mais valorizada, já que significou 73,8% do total.

[55] Segundo Tuon (2015, p.275), entre o final do século XIX e início do século XX "a praça e a Igreja representavam importantes espaços de sociabilidade", sendo mais comuns as apresentações de "companhias de fantoches, circos e companhias de curta temporada" (TUON, 2015, p.285). No entanto, destaca-se a atuação do empresário François Cassoulet, que após se mudar para Ribeirão Preto, provavelmente em 1884, criou e administrou diversas casas de entretenimento, a partir da fundação do teatro Eldorado, em 1887.

[56] Nas memórias relatadas por Prates (1971, p.276) sobre a utilização do jardim nas primeiras décadas do séc. XX, "os considerados ricos", "os da classe média" e "o elemento negro", ocupavam áreas distintas desse espaço público, mas não igualitário.

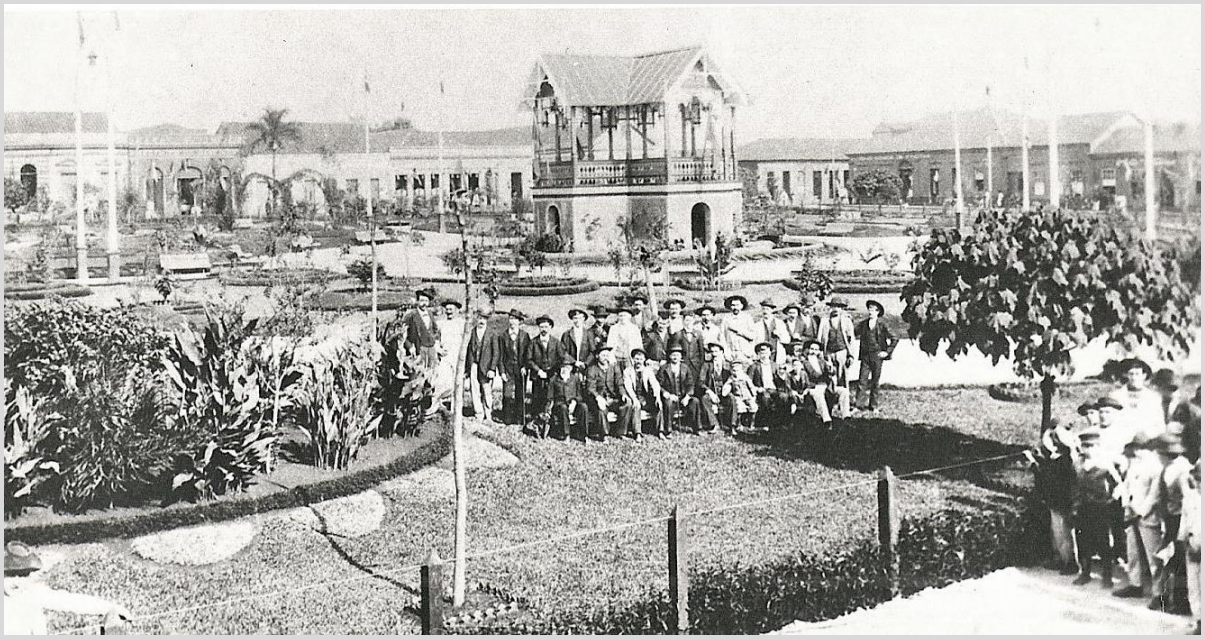


Figura 1.2.9 - Jardim da Praça XV de Novembro, com vista para a Rua General Osório (à esquerda) e Álvares Cabral (ao fundo).
Ano: 1903
Autor: João Passig
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F014.



Figura 1.2.10 - Presença de homens e mulheres em trajes finos na Rua General Osório, em torno da Praça XV de Novembro.
Ano: 1903
Autor: João Passig
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F019.

Embora estivessem voltadas ao mesmo público, as construções no entorno da Praça XV de Novembro já evidenciavam diferenciações em relação aos usos, sendo as edificações defronte as ruas General Osório e Álvares Cabral predominantemente ocupadas por comércio (figura 1.2.11), enquanto a Rua Duque de Caxias (a partir do Largo, em direção ao leste) abrigava maior número de residências e Instituições Públicas.[57]

Considerado ideal para o lazer de famílias e crianças, "além de belo ponto de passeio e para refrigério" e "um magnífico reservatório de ar oxigenado e vivificante", o ajardinamento da área foi proposto pelo advogado Augusto Ribeiro de Loyola e, mesmo tendo sido custeado pela Câmara, chegou a ser popularmente chamado de "Jardim do Dr. Loyola" (FARIA, 2003, p. 172; SUNEGA, 2002, p. 34).[58] Além do ajardinamento, foram implantados equipamentos de apoio à função de lazer que a praça cumpriria. Sunega (2002, p. 34) cita a doação do chafariz prometida pelo vereador João Guimarães e, mais uma vez, a atuação do vereador Francisco Schmidt e do então deputado federal, Arthur Diederichsen, em ações de melhoramentos urbanos. Schimdt fez a doação do coreto (figura 1.2.9) inaugurado na Praça XV de Novembro em 1903, enquanto o deputado teria autorizado a doação de "todos os bancos necessários para a finalização do jardim".

As propostas foram discutidas pela Câmara Municipal em 1900, quando Arthur Diederichsen iniciava seu segundo e último mandato como deputado federal, e dois anos antes de Francisco Schmidt interromper sua participação política como vereador de Ribeirão Preto pelas três legislaturas seguintes. Enquanto isso, um novo grupo, também associado ao PRP, mas opositor ao de Arthur e Schmidt, assumiu o comando local, dando continuidade às transformações urbanas que marcaram o início do século XX em Ribeirão Preto, quando Antonio Diederichsen iniciou sua atuação na cidade.[59]

---

[57] Uma foto de 1898 (figura 1.1.1) já registrava a residência do Cel. Quinzinho Junqueira na esquina entre as ruas Álvares Cabral e General Osório. Não é possível precisar a data da construção no local, mas considerando que a "Planta da Villa de Ribeirão Preto" (figura 1.1.2), de 1884, não identificava nenhuma edificação nesse terreno, podemos considerar que sua construção tenha sido realizada durante esse intervalo. A referência ao estilo chalé pode ser verificada tanto na residência como no coreto implantado em frente à edificação, na Praça XV de Novembro (figura 1.2.9), estabelecendo um vínculo simbólico e estilístico entre ambas.

[58] A descrição das qualidades do jardim faz parte do relatório de Joaquim Siqueira à Câmara Municipal, em 1902, justificando a verba despendida para a execução (SANCHES, 2003, p.136; FARIA, 2003, p.169).

[59] Esse grupo teve como principal líder o Coronel Joaquim (Quinzinho) da Cunha Diniz Junqueira, proprietário da residência na Praça XV de Novembro que, foi posteriormente comprada e demolida por Antonio Diederichsen para a construção do seu Edifício (figura 1.1.1).

1.3 A CIDADE NO INÍCIO DO SÉCULO XX: INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

Em Ribeirão Preto, as primeiras décadas do século XX expressaram o princípio de uma nova fase para as transformações urbanas iniciadas no período anterior, que, embora tenha apresentado significativas mudanças no campo político, administrativo, arquitetônico e urbanístico, ainda não havia garantido que a cidade se livrasse do estigma de "poeirenta", caracterizada pelo seu quase inexistente calçamento e pela presença de "prédios inacabados", sendo as "casas em sua totalidade térreas, havendo apenas alguns pequenos sobrados de estilos bisonhos e inexpressivos ao lado de outras casas que obedeciam os mesmos ritmos corriqueiros" (PRATES, 1971, p. 14-15).[60]

A partir de 1902, a municipalidade – então sob o controle de um grupo político opositor ao de Arthur Diederichsen e Schmidt, comandado pelo líder Cel. Quinzinho Junqueira – continuou a promover alterações na cidade. Cabe lembrar que, desde 1894, Arthur Diederichsen já não participava diretamente da Câmara Municipal de Ribeirão Preto e, entre 1897 e 1902, atuou como deputado federal pelo estado de São Paulo por duas legislaturas consecutivas. No entanto, após esse período, também se afastou das funções políticas e, em 1905, formou sociedade com Francisco Tibiriçá, primo do então Presidente do estado de São Paulo, Jorge Tibiriçá, a evidenciar que, apesar da rivalidade e das disputas locais entre o grupo de Arthur Diederichsen e de Francisco Schmidt, e o de Quinzinho Junqueira, nas esferas federal e estadual suas ligações políticas com o PRP os mantiveram, por muitas vezes, do mesmo lado.[61]

---

[60] Com exceção ao "pequeno trecho calçado da rua General Osório, que partia da Praça Schimdt até a rua Álvares Cabral" (PRATES, 1971, p. 14). Em Ribeirão Preto de Outróra (1971), o autor descreveu aspectos de uma "Cidade Poeirenta e Prédios Inacabados", "naqueles idos", sem definição exata do período ao qual fazia referência. Prisco nasceu na Bahia, em 1889, mudou-se com seus pais para Pitangueiras, no estado de São Paulo, e, apenas em 1912, com pouco mais de 20 anos, chegou a Ribeirão Preto, onde permaneceu até seu falecimento, em 1990. Nesse caso, podemos supor que os "tempos idos" descritos seriam, portanto, contextos a partir dos primeiros anos da segunda década do século XX.

[61] Mesmo com a substituição da liderança política de Schmidt por Quinzinho entre as legislaturas de 1902 até 1911, segundo Walker (2000, p. 65), o início da disputa entre eles parece ter ocorrido, principalmente, em 1910, quando durante a campanha presidencial, Schmidt apoiou Rui Barbosa e, Quinzinho, contrariando a posição

Da mesma forma, a homogeneidade social desses políticos não alterava substancialmente as ações implementadas por ambos em Ribeirão Preto, favorecendo a região central da cidade — que abrigava as residências e comércios pertencentes a muitos desses atores —, em detrimento das áreas periféricas, que receberam menores investimentos públicos e se mantiveram como local de moradia da classe trabalhadora, destinadas à instalação de indústrias e equipamentos considerados indesejados para o ambiente urbano frequentado pela elite.[62]

Entre os primeiros anos do século XX e o final da República Velha, as cidades brasileiras com economia subordinada à produção cafeeira, como todo o oeste paulista, atravessaram diversas crises vinculadas à depreciação dos valores desse produto no mercado externo. A primeira, iniciada ainda nos últimos anos do século XIX, foi intensificada pela superprodução do grão no país e, entre outras circunstâncias, acarretou a queda do seu valor de exportação, sendo estabilizado por uma série de planos visando sua valorização, como a assinatura do Convênio de Taubaté, em 1906.[63]

---

estadual do partido, apoiou Hermes da Fonseca.

[62] Citamos, como exemplo, o caso de Augusto Loyolla, que em 1901 propôs a primeira fase do ajardinamento da Praça XV de Novembro e mantinha seu escritório de advocacia sito à Praça 15 de Novembro, n. 54 - inicialmente com numeração 51, que posteriormente passou a localizar apenas o escritório de outro advogado, Alfredo Pujol. Outros exemplos foram citados por Paziani (2004, p. 34), como a residência e consultório de Macedo Bittencourt, na Rua Álvares Cabral.

[63] O historiador Boris Fausto (1977, p. 205) esclarece que a queda no preço do café começou a ocorrer ainda em 1890, mas, sobretudo, em 1894, quando Europa e Estados Unidos – principal país consumidor do produto brasileiro a partir do último quartel do século XIX – passaram por uma recessão. Não menos impactante foi a superprodução da safra de 1896-1897, fruto de um processo de euforia pela ampliação das exportações verificada nos anos anteriores. Os resultados da ampliação da oferta, ocorrida sucessivamente desde então, também devem ser compreendidos pela necessidade de importação para "suprimento interno de gêneros alimentícios, em decorrência da seca de 1889 e da especialização crescente da lavoura cafeeira", e em conjunto com o peso da dívida externa acumulada, o que gerou a contínua desvalorização cambial no país. Para consolidação da dívida, até a década de 1930 foram feitos três *Funding-Loan* (1898, 1914 e 1931) que se somaram a outras propostas visando à restauração do equilíbrio entre a produção interna e a demanda externa por café, variando entre "planos pretendendo o monopólio do comércio de exportação pelo estado, a concessão de empréstimos aos cafeicultores, a fixação de preços mínimos, a destruição de parte da produção" (FAUSTO, 1977, p. 213). Contudo, a primeira medida governamental que, de fato, atingiu a valorização do preço do café ocorreu em 1905, com a aprovação da emenda à lei federal orçamentária para o ano seguinte, o que permitiu ao Governo Federal, acordar com os presidentes de São Paulo – à época, Jorge Tibiriçá –, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Para Fausto (1977, p. 215), o Convênio de Taubaté, como ficou conhecido, teve dois objetivos principais: permitir a "elevação do preço internacional do café", restringindo sua oferta pela retirada de parte da safra do mercado, e estabilização da taxa cambial. No entanto, como adverte o autor (FAUSTO, 1977, p. 209), a ideia

Quase três décadas depois, a quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, atingiu a economia internacional e, no Brasil, criou condições para mudanças nos campos político e econômico que vinham sendo gestadas com as sucessivas crises e disputas travadas interna e externamente. Para Fausto (1977, p. 195), o período refletiu o "predomínio e hegemonia da burguesia do café no plano interno e sua dependência do capitalismo internacional no plano externo".[64]

Em Ribeirão Preto, as crises do período impactaram de formas diversas as transformações ocorridas na cidade e sua arquitetura.[65] Enquanto em 1900 sua população era

---

de crise só deve ser considerada para o setor produtor nacional, uma vez que os grupos internacionais "não só auferiram grandes lucros como assumiram o controle das operações de financiamento e comercialização do café". Nesse contexto, a Theodor Wille e Cia. exerceu forte e determinante atuação, sendo a principal exportadora de café por Santos entre 1895 e 1907. Segundo Fausto (1977, p. 211), tal posição havia sido conquistada desde os anos 1901 e 1902, sendo fortalecida após benefício nos contratos realizados com o governo do estado de São Paulo durante a política da primeira valorização, entre 1906 e 1907, quando atuou estrategicamente na compra e venda dos estoques do produto.

[64] A crise mundial de 1929 somou-se à cisão ocorrida nesse mesmo ano entre as oligarquias cafeeiras de São Paulo e Minas Gerais, por sua vez relacionada aos constantes benefícios concedidos especialmente à São Paulo, além dos problemas decorrentes da política de defesa permanente do café nos últimos anos da década de 1920 (FAUSTO, 1977). Após a I Guerra Mundial, a dificuldade de exportação, juntamente à ocorrência de safras volumosas, ocasionou, entre 1917 e 1920, pela segunda vez, a necessidade de implantação de um plano de valorização cafeeira, com maior emissão de papel-moeda, retirada de café do mercado para sustentação dos preços e créditos concedidos pelo Governo Federal ao Estado de São Paulo, sem juros, a partir de um acordo de divisão de possíveis lucros derivados da estratégia. Findado o conflito, com o reestabelecimento da economia mundial e uma geada ocorrida em diversas regiões do estado de São Paulo, em 1918, as medidas de sustentação se mostraram provisoriamente bem-sucedidas para o estado (Federal e de São Paulo) e empresas agenciadoras. Entretanto, em pouco tempo, novas intervenções seriam reivindicadas pelos cafeicultores, gerando o terceiro plano de valorização, entre 1921 e 1924, que na sequência deu início à defesa permanente do café sob o comando de São Paulo. A partir desse período, interesses econômicos divergentes geraram inúmeros atritos, tanto internamente, entre os estados, como também com as empresas importadoras estrangeiras, que no campo político culminaram no "colapso da República Velha" e no lento, mas gradativo "fim da hegemonia da burguesia do café" (FAUSTO, 1977, p. 248).

[65] Além das já citadas crises que se relacionaram não apenas à produção do café, como a aspectos políticos e econômicos em diversos níveis de governo (estadual, nacional e internacional), verificamos especificidades locais no contexto produtivo de Ribeirão Preto. Uma carta redigida por Pereira Barreto e publicada pelo jornal *Estado de S. Paulo* (A NOSSA LAVOURA..., 1904, p. 1, grafia original) descrevia que "o aspecto dos cafesaes variou da galhardia para a tristeza", ao constatar um "estado miserável" em que se encontravam "a imensa maioria das lavouras" do oeste paulista. Ao propagandear as qualidades da Terra Roxa para o cultivo do café (em publicação de 1876 do jornal *A Província de São Paulo*), Barreto se tornou um dos grandes responsáveis pela ocupação da região de Ribeirão Preto no último quartel do século XIX. No entanto, 28 anos depois, adotou posição pessimista ao expor que a colheita de 1905 seria "diminuta" e as seguintes iriam "em um decrescendo

de quase 60 mil habitantes, na primeira década da centúria houve perda demográfica, seguida por lenta recuperação.[66] A cidade só superou a faixa de 80 mil habitantes na década de 1930, mantendo-se, todavia, como uma das mais populosas do estado nesse período.[67]

Durante a República Velha, os negócios imobiliários na área urbana estiveram em constante desenvolvimento e, a partir do final do século XIX, já superavam, em quantidade, o número de negociações rurais (figuras 1.3.1 e 1.3.2).[68] A demanda por imóveis urbanos parece ter acompanhado o processo de crescimento populacional, já que o número e os valores transacionados passaram por expressivo crescimento em dois momentos específicos: entre 1906 e 1912[69] e durante toda a década de 1920, coincidindo também com os períodos de valorização do mercado cafeeiro de Ribeirão Preto (OLIVEIRA, 2006).

---

contínuo": "Ribeirão Preto já não pesará mais na balança; o arrazamento das mattas, o vento e o Bourbon degenerado rasgaram-lhe os títulos á preponderância nos mercados". Ao longo de uma explanação interessantíssima para a análise da história da produção agrícola em Ribeirão Preto, Barreto confessa ter se enganado "quando, na mocidade, acreditei na autonomia e capacidade productora ilimitada da terra roxa" e se mostrou contrário à opinião geral de que tal situação estivesse relacionada apenas à falta de chuvas nos últimos dois anos, e de que com a volta delas seriam reconstituídas as "lavouras definhadas", sendo categórico ao afirmar que caso não fossem tomadas as medidas recomendadas por ele, "dentro de 20 annos [Ribeirão Preto] estará completamente liquidado" (A NOSSA LAVOURA..., 1904, p. 1, grafia original).

[66] O Anuário Estatístico do Brasil (BRASIL, 1916) apontou que nos anos 1907, 1908, 1909, 1910, 1911 e 1912, a população passou a ser de 50.221, 51.728, 53.280, 54.878, 56.524 e 58.220 habitantes, respectivamente, indicando ter havido significativo decréscimo entre 1900 e 1907 — intervalo em que ocorreu a primeira crise da economia cafeeira no Brasil —, seguido por lento crescimento ao longo dos anos seguintes, até alcançar, na década de 1930, população acima de 80 mil habitantes.

[67] Pires (1999, p. 197), usando como referência o trabalho de Camargo (1952, p. 15), indica população de 81.565 habitantes para Ribeirão Preto em 1934, enquanto o Anuário Estatístico do Brasil, de dezembro de 1936, informou a população absoluta de 85.436 habitantes, com cálculo de densidade de 69 pessoas por Km². Em 1936, Ribeirão Preto era a quarta cidade com maior população no estado de São Paulo, inferior apenas à população da capital, São Paulo, com 1.167.862 habitantes; Santos, que possuía 148.800 habitantes; e Campinas, com 139.122 habitantes (BRASIL, 1937).

[68] Garcia (2013) aponta que entre 1911 e 1919 foram construídas 1.067 edificações, sendo 1913 o ano com maior número de construções, com 261 novos prédios. Em 1927 e 1928 esse valor ultrapassou 300 novas edificações por ano (MIGLIORINI, 1997, p. 73), o que indica que ao longo da década de 1920 houve significativo crescimento edilício na cidade, acompanhando o crescimento demográfico e resultando no desenvolvimento do setor imobiliário. Certamente, a situação influenciou a decisão de algumas empresas, como a Cia. Cervejaria Paulista, que no final dessa década resolveu diversificar sua atuação principal para investir financeiramente na construção civil em Ribeirão Preto. Em 1934, essa decisão também foi tomada por Antonio Diederichsen, quando decidiu construir o Edifício Diederichsen.

[69] Após breve período de recessão entre 1892 e 1905, que por sua vez também foram anos com menor valor e número de negociações do que os efetivados durante o biênio 1890-1891 (OLIVEIRA, 2006).



Figura 1.3.1 - Planta da Cidade de Ribeirão Preto, com destaque para a Rua General Osório. Comparado ao mapa de 1884, observa-se expressiva expansão territorial e crescimento edilício.

Autor: Tatiana S. Gaspar

Referência: Escriptório da Empreza Força e Luz, 1913. | **Fonte:** APHRP, Mapas e Plantas.



OBS: A orientação está diferente dos demais mapas, pois manteve-se a representação original.



Figura 1.3.2 - Vista da Rua General Osório (que ficou conhecida como Rua da Estação) em dois momentos: em 1903 (acima), a partir da Estação Mogiana, com a presença de vendedores ambulantes e carroças, no primeiro plano, e, ao fundo, movimentação de pessoas ao longo do leito carroçável; em 1910 (abaixo), a partir da Av. Jerônimo Gonçalves, em que se observa a concentração e continuidade de comércios ao longo das calçadas. Desde o final da década de 1880, a partir da instalação da nova Estação Mogiana (1885), até a década de 1930, a Rua General Osório foi a que concentrou maior número de negociações imobiliárias não residenciais (OLIVEIRA, 2006), consolidando-se como o mais importante eixo comercial na região central da cidade.
Ano: 1903/1910
Autor: não identificado (acima) / Aristides Motta (abaixo)
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F100 (acima), F115 (abaixo).

No início do século XX, tentativas do governo do estado de São Paulo para deter a expansão das plantações de café levaram à criação de medidas como o imposto sobre novas plantações, em 1903, e, em 1905, à proibição do plantio por cinco anos, prorrogado por igual período (BACELLAR, 1999, p. 125), o que levou à valorização desse mercado para os produtores maiores, mas pode ter gerado o abandono de atividades agrícolas por parte dos colonos. Esse movimento parece ter resultado em diversas consequências, como a diminuição da população ribeirão-pretana na primeira década do século XX, ou mesmo a mudança de muitos colonos para atividades urbanas, uma tendência que já se verificava no Relatório Municipal de 1902, ao indicar que "os estrangeiros eram maioria em diversas das atividades analisadas" (LOPES, 2015, p. 315).[70]

Nesse sentido, a crise que levou ao Convênio de Taubaté poderia ter causado outros impactos sobre Ribeirão Preto, como a diversificação da produção agrícola e o investimento em outros setores, como se observou no surto de industrialização de São Paulo nos anos anteriores à Primeira Guerra Mundial (FAUSTO, 1977, p. 224). No entanto, embora tenha se investido em certa diversidade agrícola, o café continuou sendo intensamente produzido pelos lavradores do município.[71]

Em relação à representatividade do setor industrial na cidade, ainda que Lanza e Lamounier (2014) tenham considerado sua grande expansão, e Marcondes e Garavazo (2004) destaquem a complexidade gradativamente agregada em seu desenvolvimento, os levantamentos realizados por Lopes (2015) sobre a dinâmica das atividades urbanas de Ribeirão Preto entre 1890 e 1933 revelam que, quando comparado às atividades

---

[70] O levantamento realizado por Oliveira (2006) sobre o desenvolvimento do mercado imobiliário rural e urbano de Ribeirão Preto entre 1889 e 1930, verificou que os terrenos foram o principal tipo de imóvel transacionado na área urbana durante esse período, representando 51,94% das 4.772 escrituras de compra e venda analisadas pelo autor. A análise sobre seu levantamento nos indica que entre 1889 e 1900, como também nos intervalos de 1908 até 1916, e 1922 até 1930, houve tendência acentuada na procura por esse tipo de imóvel, em comparação aos negócios realizados em áreas com edifícios já construídos.

[71] Os dados apresentados por Bacellar (1999, p. 127) apontam que entre as cidades com maior produção de café que compunham a região da Alta Mogiana (Franca, Ribeirão Preto, São Simão e Sertãozinho), Ribeirão Preto foi a mais produtiva em 11 dos 19 anos analisados (1914-1933). Um aspecto importante a ser observado sobre tal desempenho é que, segundo o autor (BACELLAR, 1999, p. 126), Ribeirão Preto teria sido o único município a escapar "mais ou menos ileso" da geada ocorrida em diversas regiões do estado de São Paulo em 1918. Em 1920, chegou a ser a segunda cidade com maior produção do estado (LANZA; LAMOUNIER, 2014, p. 567), posição de destaque que só foi perdida a partir de 1929.

comerciais e de prestação de serviços, esse setor permaneceu pouco expressivo durante todo o período da República Velha.[72] Enquanto em 1890 havia 27 estabelecimentos industriais, em 1902 a cidade chegou a contar com 98 indústrias, mas em 1904, depois de brusco decréscimo, restavam apenas seis estabelecimentos a mais que em 1890 (33). Na década seguinte, Lopes (2015) contabilizou a presença de 44 indústrias, o que mostra que o setor não alcançou mais de 11% de representação entre as principais atividades urbanas de 1890 até 1914 (MARCONDES; GARAVAZO, 2004, p. 212).[73] Ainda assim, sua estabilização foi interpretada como um indicativo do "desenvolvimento e crescimento econômico e social da cidade de Ribeirão Preto" (LANZA; LAMOUNIER, 2014, p. 581), já que novos ramos foram criados e parecem indicar o início do atendimento de demandas mais especializadas de uma população urbana.

Na década de 1920, o setor industrial teve expressivo crescimento e ampliação de seus ramos produtivos, enquanto o aumento verificado, desde 1918, no número de fábricas de móveis e decorações (MARCONDES; GARAVAZO, 2004, p. 215; LOPES, 2015, p. 317), sinalizava uma nova relação da população com seu interior doméstico[74]. Ao analisarem o

---

[72] Para análise das diversas atividades urbanas de Ribeirão Preto, utilizamos como referência os dados apresentados em trabalhos no campo da economia, desenvolvidos especificamente sobre Ribeirão Preto: Pinto (2000), Lopes (2004, 2011 e 2015), Lanza e Lamounier (2014) e Marcondes e Garavazo (2004). Alguns desses trabalhos utilizaram fontes diferentes para os mesmos períodos, o que gerou dados heterogêneos, mas não conflitantes para uma análise mais generalizada sobre as tendências do contexto. A pesquisa mais abrangente, realizada por Pinto (2000) e sintetizada em Lopes (2015), utilizou o *Almanach do Estado de São Paulo de 1890*, com listagem dos comércios, indústrias, profissionais liberais e prestadores de serviços nos municípios; o *Recenseamento Agrícola*, elaborado pela Prefeitura de Ribeirão Preto em 1902 e que contemplou não só a agricultura como outras atividades urbanas; o *Relatório das Atividades Urbanas de Ribeirão Preto em 1904*, elaborado pela prefeitura e apresentado à Câmara de Vereadores em 1905; o *Almanach Illustrado de Ribeirão Preto*, de 1914, com lista completa das atividades da cidade no anterior; e duas edições da obra *Os Municípios do Estado de São Paulo*, de 1924 e 1933, que no primeiro caso apresentava dados sobre os estabelecimentos industriais e, em 1933, acrescentava informações relativas aos comércios. Para análise dessas atividades nos primeiros anos do século XX, o artigo de Lanza e Lamounier (2014) incluiu o *Annuario Commercial do Estado de São Paulo* (1904). Sobre a década seguinte, ambos utilizaram os dados do *Almanach Illustrado de Ribeirão Preto* para o ano de 1913 e, para a década de 1920, os últimos recorreram às edições de 1928, 1929 e 1930 da publicação *Estatísticas Industriais do Estado de São Paulo*, além do *Recenseamento do Brazil de 1920*. Marcondes e Garavazo (2004, p. 211) empenharam-se nos "registros municipais dos estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços, efetuados para a coleta do imposto denominado de Indústria e Profissões" para 1890, 1900, 1910, 1918, 1927, 1939, 1950 e 1960.

[73] Sendo maior apenas que o setor financeiro, com variação entre 1% e 2% de representação.

[74] Lopes (2015, p. 317) levantou a presença de 119 fábricas em 1924, citando, entre elas, dez fábricas de móveis e decorações.

cenário industrial de Ribeirão Preto no final dessa década, Lanza e Lamounier (2014, p. 582) destacaram que "além de mais numerosas, atuando em diversos ramos, com maior capacidade de produção e com maior capital investido, a permanência de algumas empresas ao longo do tempo revela, além de solidez, a consolidação dos negócios".[75]

Contudo, o fato do setor industrial não ter se fixado entre as principais atividades econômicas de Ribeirão Preto, em um período em que outras cidades de grande e médio porte passavam por essa transição (MARCONDES; GARAVAZO, 2004, p. 216) foi, para Lopes (2011), resultado do protagonismo que a economia cafeeira continuou mantendo no município, enquanto "as iniciativas industriais mais arrojadas ficaram a cargo de alguns poucos indivíduos" (LOPES, 2015, p. 317), como veremos, no próximo capítulo, sobre a trajetória empresarial de Antonio Diederichsen.

De qualquer forma, é inegável que a diversificação entre os ramos da indústria, juntamente com a grande importância alcançada pelo setor terciário nas primeiras décadas do século XX, ao mesmo tempo em que refletiu uma dinamização econômica com grande impacto na área urbana de Ribeirão Preto, também foi efeito da economia cafeeira.[76] Além de gerar acúmulo de capital, o café contribuiu para atrair população ao município, formando um mercado interno que demandava bens e serviços urbanos.[77] Entre a última década do século XIX e os primeiros anos do século XX, o número de estabelecimentos urbanos em Ribeirão Preto aumentou de modo acentuado, a expressar o "contexto

---

[75] Algumas indústrias de grande vulto se desenvolveram nessa década, como a Companhia Electro-Metallurgica Brasileira, do engenheiro Flavio Uchoa (que em 1930 também era proprietário da Empresa de Força e Luz de Ribeirão Preto), e a Companhia Cervejaria Paulista, entre as duas maiores da cidade em 1929. Nesse ano, surgiram "novas empresas em todos os ramos industriais" e muitos industriais verificados em 1928 diversificaram seus negócios, aumentaram o valor de capital investido em suas empresas e o número de seus funcionários (LANZA; LAMOUNIER, 2014, p.583).

[76] Desde 1891, a área urbana de Ribeirão Preto estava organizada em dois distritos fiscais para serviço de cobrança de impostos (figura 1.2.2). Um deles englobava a área próxima ao cemitério novo, enquanto o outro incluía todo o entorno da Estação (SANCHES, 2003, p. 120-121). Em 1897, a lei n. 23, de 18 jan. 1897, criou o 3º Distrito Urbano de Ribeirão Preto, formado pela região do antigo Núcleo Colonial Antonio Prado, incorporando os bairros Dr. Olympio, Pedro Giachetto e Barracão (SILVA, 2006, p. 89; SANCHES, 2003). A partir daí, a área passou a estar inserida no Livro de Lançamento e Cobrança do Imposto Predial (SILVA, 2006, p. 89).

[77] Segundo Lanza e Lamounier (2014, p. 574-575), "entre 1898 e 1902, mais de um terço dos imigrantes distribuídos entre as fazendas de café de São Paulo se concentrou em apenas cinco municípios, sendo Ribeirão Preto o que exercia maior atração, tendo recebido 14.293 imigrantes". Em 1902, 33.119 habitantes de Ribeirão Preto eram imigrantes, representando 62% da população.

promissor de expansão da cafeicultura e imigração" (LOPES, 2015, p. 310).[78]

A atuação de profissionais prestadores de serviço se tornou a segunda atividade econômica mais significativa na área urbana de Ribeirão Preto durante todo período da República Velha. Em 1890 havia apenas 125 profissionais cadastrados como prestadores de serviços. Em princípios do século XX, esse número se ampliou e chegou a 756, sendo muitos deles de origem estrangeira (PINTO, 2000, p. 167). No entanto, a exemplo do que se deu no setor industrial, o recenseamento de 1904 indicou notável retração no quantitativo geral desses profissionais, que regrediu a 184, não obstante certa diversificação dos serviços prestados (LOPES, 2015, p. 313). Uma década depois, a especialização dos serviços havia se intensificado, bem como o número de prestadores (PINTO, 2000, p. 169). Ofícios mais diretamente ligados à vida urbana, como os de alfaiataria, barbearia e modistas tiveram avanço entre uma década e outra e, em 1918, empregaram mais de um quarto dos profissionais, ao passo em que outros, como oficinas de carroças e ferreiros se tornaram especialidades cada vez menos ofertadas (MARCONDES; GARAVAZO, 2004, p. 214). Não por acaso, nesse mesmo ano surgiram os primeiros estabelecimentos dedicados ao comércio de automóveis e peças, que a partir da década 1920 também se tornaram um ramo dos negócios de Antonio Diederichsen.[79] Nas décadas seguintes, o total de empresas do setor de serviços e profissionais liberais se manteve estável, com crescente diversificação interna: eram 14 tipos de ocupações em 1900; 58, em 1918; 87, em 1927; e 116, em 1933 (MARCONDES; GARAVAZO, 2004, p. 214 e 217).

Alguns aspectos verificados por Lopes (2015) e Marcondes e Garavazo (2004) nos permitem analisar especificidades desse contexto – quando a concepção do projeto do Edifício Diederichsen também foi gestada. Citamos, primeiramente, o aumento do número de alguns profissionais liberais entre as décadas de 1910 e 1930. Se em 1910 já se verificava a presença de advogados, médicos, dentistas e engenheiros, a partir de 1910 constatou-se a participação de engenheiros-arquitetos e, em 1918, dos primeiros veterinários.

---

[78] Marcondes e Garavazo (2004, p. 211), bem como Lanza e Lamounier (2014, p. 580) apontam que entre 1890 e 1900 o número de estabelecimentos foi de 228 para 914, enquanto os dados levantados por Lopes (2015, p. 308) indicam que havia 340 estabelecimentos em 1890 e 538 em 1904 (entre os setores financeiro, profissionais liberais e prestadores de serviços, indústria e comércio). Apesar da divergência numérica, ambos revelam, com maior ou menor intensidade, o desenvolvimento das atividades urbanas no período.

[79] Sendo a primeira de propriedade de Andrade, Batista & Cia (Rua Saldanha Marinho), e a segunda, a Casa Ford (Rua Amador Bueno), propriedade de Caetano Fabrini (MARCONDES; GARAVAZO, 2004, p.214).

Enquanto isso, o número de médicos, que em 1900 era igual a dez, passou por significativo incremento. Em quatorze anos (1914) essa quantidade havia quase dobrado (19) e, enquanto em 1918 foram contabilizados 27 profissionais, esse número que chegou a 38 em 1927, e 51, em 1933. Em 1939, após leve queda, somavam-se 49 médicos, superando o número de advogados na cidade, igual a 18, em 1914, e 24, em 1933. Já a categoria dos dentistas foi a que mais cresceu em Ribeirão Preto até o final da década de 1930: havia 14, em 1914; 38, em 1927; 41, em 1933; e 56, em 1939 (LOPES, 2015, p. 314; MARCONDES; GARAVAZO, 2004, p. 215 e 217).

Tal crescimento reflete a presença das primeiras escolas de formação técnica e superior da cidade, integrando-se a um dos propósitos republicanos de modernização e progresso: a educação.[80] A partir da década de 1920, além de receber profissionais oriundos de outras regiões do país, Ribeirão Preto também passou a sediar alguns centros de formação.[81] Em 1924 foi criada a Escola de Pharmácia e Odontologia de Ribeirão Preto, com primeira turma formada em 1928, o que certamente contribuiu para que o número de dentistas na cidade superasse a quantidade de médicos até o final da década de 1930.[82] Além desta unidade de formação superior no entorno da Praça XV de Novembro, a cidade ainda passou a contar com uma Escola Profissional para a formação e instrução técnica, a oferecer cursos de mecânica, marcenaria, fundição, eletricidade, desenho e costura. O projeto de criação fora aprovado pela Câmara Municipal em 1922 e a inauguração se deu

---

[80] Não para todos, como também não da mesma forma. Para a compreensão de aspectos da educação pública primária e ginasial em Ribeirão Preto, entre 1890 e 1920, sugerimos a leitura de Jayme (2012).

[81] Comentando sobre a chegada do médico Joaquim Macedo Bittencourt (que, aliado à Quinzinho Junqueira, se tornaria prefeito da cidade) em Ribeirão Preto, por volta de 1892, Paziani (2004, p. 23-24) relata “as perspectivas bastante promissoras que a cidade oferecia aos homens formados em importantes faculdades do país e exterior”, que teriam seduzido “o afã de enriquecimento e de status sócio-político do jovem médico oriundo da Bahia, um Estado decadente na época em relação ao dinâmico e moderno Estado de São Paulo”. Nas décadas seguintes, a cidade parece ter continuado a atrair - e com ainda maior intensidade, a chegada de profissionais especializados nas áreas da saúde humana e construção civil.

[82] Até que fosse incorporada à Universidade de São Paulo, em 1974, a Escola foi mantida pela Associação de Ensino de Ribeirão Preto, que ainda criaria outros cursos na cidade, como Direito e Medicina, em meados daquele século. Com a República, a quantidade de escolas de ensino superior brasileiras se expandiu e surgiram as primeiras iniciativas particulares, como a criação do curso de Engenharia da Universidade Mackenzie, em 1896. Até o final do século XIX, o estado de São Paulo já contava com outros cursos superiores, todos situados na capital, como a faculdade de Direito, criada em 1827, e a Escola Politécnica, fundada em 1893. Em 1918, a primeira turma de medicina formou-se em São Paulo, correspondendo ao período de crescimento do número de profissionais dessa área em Ribeirão Preto.

em 1927, com sede fixada em área próxima ao antigo Núcleo Colonial Antônio Prado.[83]

Outro ramo a se desenvolver significativamente naquele período foi o comercial. Até 1930, esses estabelecimentos rendiam, por setor, a maior arrecadação de impostos à Prefeitura Municipal. Também movimentavam o negócio imobiliário, com dinâmico mercado de compra e venda de casas e pontos comerciais, o que, por outro lado, indicava "certa dificuldade de manutenção do empreendimento comercial ao longo do tempo por parte dos negociantes" (OLIVEIRA, 2006, p. 159). Segundo Lopes (2015, p. 310), em 1890, entre os 182 comércios registrados, predominavam os estabelecimentos com pouca especialização em relação ao tipo de mercadoria: produtos básicos que variavam entre os setores de alimentação, bebidas e vestuário. Após quatorze anos (1904), o número de comércios havia duplicado em Ribeirão Preto. No entanto, entre os 316 comércios existentes, os armazéns de secos e molhados permaneciam em maioria, seguidos pelos botequins, que de cinco se multiplicaram para 50. O crescimento desses últimos, que vendiam principalmente bebidas, fumo, charutos e bolachas (MARCONDES; GARAVAZO, 2004, p. 216), pode manifestar a existência de um cotidiano boêmio, demandado pelo grande número de homens circulando pela cidade. É possível, inclusive, deduzir que essa movimentação não fosse apenas dos moradores, mas também de visitantes, já que o número de estabelecimentos de hospedagem teve grande incremento nesse mesmo período: "de 5 hotéis e 18 hospedarias em 1904, contra apenas 5 hotéis em 1890" (LOPES, 2015, p. 311).

Até meados da década seguinte, enquanto crescia o número de indústrias, serviços e profissionais liberais, a quantidade de comércios decresceu (259). Houve, contudo, uma notável variação entre os tipos de estabelecimentos, que de nove, em 1890, passaram a 39, em 1918 (MARCONDES; GARAVAZO, 2004, p.213). Para Lopes (2015, p. 311), os dados de 1914 apontam "um tipo de ajustamento", pois "o número de armazéns e o de botequins cai substancialmente, dando espaço a novas atividades, como agências de jornais, chapelaria, casas de bicicleta, de máquina de costura, louças, brinquedos, livrarias e papelarias". A pesquisa de Marcondes e Garavazo (2004, p. 213) sobre 1918 corrobora com tais

[83] Segundo Silva (2006, p. 102), não só a instalação da Escola contribuiu para a instrução educacional da população do antigo Núcleo Colonial, como a presença de migrantes também foi importante para a formação do seu corpo docente, como no caso de um migrante húngaro, que em seu país de origem atuava como professor de mecânica e, em Ribeirão Preto, trabalhou como mecânico de carro e máquinas para Antonio Diederichsen, sendo posteriormente contratado para dar aulas na Escola Técnica.

afirmações, pois indicou maior representação das hospedagens, padarias e confeitarias, açougues, relojoarias e farmácias, bem como os primeiros estabelecimentos dedicados à venda de automóveis e peças para veículos.

Para Sevcenko (2012, p. 560), a presença dos automóveis no Brasil nas primeiras décadas da República foi uma das formas de introdução dos novos padrões de consumo gestados pela euforia capitalista da Europa e Estados Unidos. Impregnados por um imaginário de progresso e modernização, essas máquinas importadas resultaram de um processo de desenvolvimento tecnológico e cumpriram muito além de sua função prática, atuando como "instrumentos de ostentação, prestígio e poder". Em Ribeirão Preto, os comércios e serviços relacionados aos automóveis, como oficinas mecânicas e postos de combustível, expandiram-se e contribuíram para elevar os tipos de estabelecimentos comerciais entre 1927 e 1939. Nesse intervalo, até mesmo as lojas de secos e molhados diversificaram e ampliaram a variedade de mercadorias, incluindo utensílios domésticos e produtos para higiene pessoal (MARCONDES; GARAVAZO, 2004).[84] Outros equipamentos industrializados, como os rádios, que em 1927 já contavam com cinco lojas especializadas para venda na cidade, anunciavam que a dinamicidade da economia urbana de Ribeirão Preto também se manifestou pela presença de elementos vinculados às novas formas de comunicação e cultura, a incutir ares cosmopolitas à cidade interiorana que, mesmo distante das capitais, mostrava-se aparelhada para oferecer novas oportunidades e experiências aos seus moradores e visitantes.

Os cinemas, verificados a partir da primeira década do século XX, somaram-se aos teatros e outras casas de entretenimento existentes desde o final do século XIX, reforçando a percepção da área em torno da Praça XV de Novembro como *lócus* de encenação da modernidade para sua elite republicana. Além dos já citados teatros Carlos Gomes e Eldorado, diversos estabelecimentos dedicados ao lazer foram criados em Ribeirão Preto no início do século XX.[85] Entre sua construção, em 1897, até sua demolição, na década de

---

[84] Para Oliveira (2006, p. 160), a variedade de produtos oferecidos por um mesmo comércio era vantajosa para os clientes, que em grande parte enfrentavam problemas de mobilidade na cidade.

[85] Nesse período, figuravam como opções de lazer as novidades europeias que chegavam ao Brasil e instituíam novos hábitos esportivos, como as apresentações de patinação e futebol. Em Ribeirão Preto, rinques de patinação foram inaugurados a partir de 1912. O primeiro teria sido do Pavilhão Rink, na Rua Amador Bueno, posteriormente transformado no Cine Odeon. Diversos times de futebol também surgiram na cidade durante as primeiras décadas do século XX, como o Comercial Futebol Clube, fundado em 1911, e Botafogo Futebol

1940, o Teatro Carlos Gomes passou "por inúmeras crises e vários administradores" (TUON, 2015, p. 287). Local de luxo para eventos políticos e espetáculos musicais e teatrais, a casa de diversões diversificou suas funções após dez anos de funcionamento, quando em 1908 passou a abrigar um cinema.[86]

Já o Eldorado Paulista, fundado pelo francês Francisco (ou François) Cassoulet em 1887 (TUON, 2015, p. 291), funcionava no período noturno como um *cabaret* frequentado por homens de posse que ali podiam desfrutar de espetáculos extravagantes proporcionados por artistas e prostitutas, muitas vezes vindas da Europa. Além de funcionar como teatro e cassino, na década 1910 o Eldorado também começou a exibir filmes. Certamente, o sucesso conquistado nesse primeiro empreendimento permitiu que o empresário criasse e gerenciasse outras casas de entretenimento e diversos cinemas na cidade, como o Bijou Theatre e o Cinema Rio Branco, inaugurados em 1909 e 1912, respectivamente; o Polytheama e o Paris Theatre, adquiridos em 1914; bem como o próprio Teatro Carlos Gomes, que ficou sob sua gerência entre 1909 e 1917, quando foi à falência (TUON, 2015).[87] Em 1914, Cassoulet ainda dirigiu o Cassino Artarctica, que mantinha o mesmo tipo de atração do Eldorado, uma "casa de espetáculos com café dançante" (MARCONDES; GARAVAZO,

---

Clube, de 1918 (TUON, 2015).

[86] Voltamos a ressaltar a relação do Carlos Gomes com Schmidt. Enquanto vereador, Francisco Schmidt foi responsável por sua construção e, para tanto, pode ter contado com recursos públicos. Anos depois, pesquisas realizadas por Azevedo (2015, p. 219) apontam que Schmidt permaneceu como presidente do edifício, recebendo pelo aluguel do espaço à Cassoulet. Para a pesquisadora (AZEVEDO, 2015, p. 215), a ligação entre ambos fortalece a tese, confirmada por trabalhos sobre diversas cidades brasileiras, como São Paulo e Niterói, de que "a sociabilidade urbana no mundo do entretenimento teve forte ligação com o dinheiro da cafeicultura", sendo as áreas culturais mais um tipo de investimento desse setor. Segundo Tuon (2015, p. 288), a partir de set./1911, o Cinema Íris passou a funcionar no Teatro Carlos Gomes, e em nov./1914, exibiu, pela primeira vez na cidade, a novidade norte-americana "Kinetophone". Antes disso, o cinematógrafo "Richebourg" já trazia variada gama de películas para exibição no teatro. Outras novidades na exibição cinematográfica da época citadas por Tuon (2015) foram o contrato estabelecido entre o Paris e Bijou Theatre com a Companhia Cinematográfica Brasileira, permitindo que filmes exibidos recentemente em São Paulo pudessem ser apresentados em Ribeirão Preto; e a exibição coetânea de um mesmo filme nos diversos cinemas da cidade. Sobre chegada do cinema em Ribeirão Preto recomenda-se a leitura da Azevedo (2015), que abordou o cinema como um novo espaço de sociabilidade no contexto de urbanização de Ribeirão Preto e Franca.

[87] As constantes mudanças de administração e, muitas vezes, de perfil, nesses estabelecimentos, dificultam a análise das datas e ocasionam algumas lacunas nas informações divulgadas pelos pesquisadores da área. Azevedo (2015, p. 250-252) atribui a propriedade do Polytheama a Evaristo Silva, considerando Cassoulet como um concorrente do cinema. Tuon (2015, p. 286), por sua vez, ponderou que após pertencer a Evaristo Silva & Companhia, passou a pertencer a Cassoulet, até a sua falência.

2004, p. 214), e, em 1917, pouco antes de sua falência, abrigou o Cine Cassino. Construído pela fábrica de cervejas e refrigerantes homônima, instalada em Ribeirão Preto desde 1911, essa indústria já atuava junto ao setor de entretenimento em São Paulo, mas a criação da Cia. Cervejaria Paulista, uma indústria ribeirão-pretana, em 1914, pode ter influenciado diretamente na decisão de vincular seu nome a um espaço que também serviria ao consumo de bebidas para os *habitués* da elite local.[88]

Com o fim dos negócios de Cassoulet, alguns de seus estabelecimentos continuaram funcionando com outros administradores e novos cinemas surgiram na região central, como o Central Cinema e o Cinema Ideal.[89] Enquanto isso, a Praça XV de Novembro também já havia ampliado suas possibilidades de uso, estimulando o surgimento de novos hábitos e divertimentos. Ao fundo do Teatro Carlos Gomes foi construída a Sociedade Recreativa[90] e, em 1919, recebeu novo projeto paisagístico que abrangeu toda a Praça XV de Novembro (figura 1.3.3) e incluiu a reforma do coreto (figura 1.3.5). No projeto, o bar, já existente em 1913 (figura 1.3.4) e que estava instalado sobre o local anteriormente ocupado pela Matriz, foi reformulado, tornando-se o Pavilhão Antarctica (figura 1.3.6).[91]

---

[88] Referência à notícia do jornal *A Cidade*, em 15 nov. 1914, sobre sua inauguração, que informava o comparecimento de "innumeros habitués" e oferecimento de "chops Antarctica em profusão", afirmando que o local se tornaria "o ponto predilecto da nossa jounéssedoré" (apud AZEVEDO, 2015, p. 221-222, grafia original).

[89] Fora dos limites do primeiro perímetro urbano, o único cinema criado foi o Cine Barracão, na área do antigo Núcleo Colonial. Entretanto, cabe ressaltar que, mesmo entre os localizados mais próximos ao centro da cidade, alguns mantiveram caráter popular, como o Cinema Ideal, na Rua Florêncio de Abreu n. 66 (AZEVEDO, 2015, p. 252). Ainda nesse sentido, citamos o Odeon, de propriedade de Aristides Motta, na Rua Amador Bueno, que embora tenha surgido como um cinema de luxo, abriu suas portas gratuitamente para o operariado no dia de sua inauguração, em 1914. O sucesso do Odeon não foi adiante e, nesse mesmo ano, passou à denominação de Cinema Familiar, certamente com o intuito de atrair famílias que não consideravam os demais teatros e cinemas adequados à presença de crianças e mulheres.

[90] Tuon (2015, p. 274) comenta a presença de outras sociedades criadas entre a última década do séc. XIX e primeira do séc. XX, fundadas por imigrantes como uma forma de superar a "xenofobia" e "preconceito de classe" que enfrentavam na sociedade ribeirão-pretana. Cita, entre elas, a Società Operaria Unione Italiana, de 1895, a Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos de Ribeirão Preto, criada em 1904, e a Società Dante Alighieri, de 1910, dedicadas "a atividades políticas, assistenciais, culturais e de lazer". Outras, associadas a instituições filantrópicas ou religiosas, também foram formadas, tais como a "Sociedade Legião Brasileira", em 1903, e as sociedades José do Patrocínio e Amiga dos Pobres, ambas de 1910.

[91] Registros fotográficos expõem o mal estado de conservação da Matriz desde 1897, quando já estava sem as duas torres. Acredita-se que essas tenham ruído dois anos antes, devido à presença de cupins. Como veremos adiante, o bar foi reformulado no final da década de 1920, até ser substituído por uma fonte luminosa.

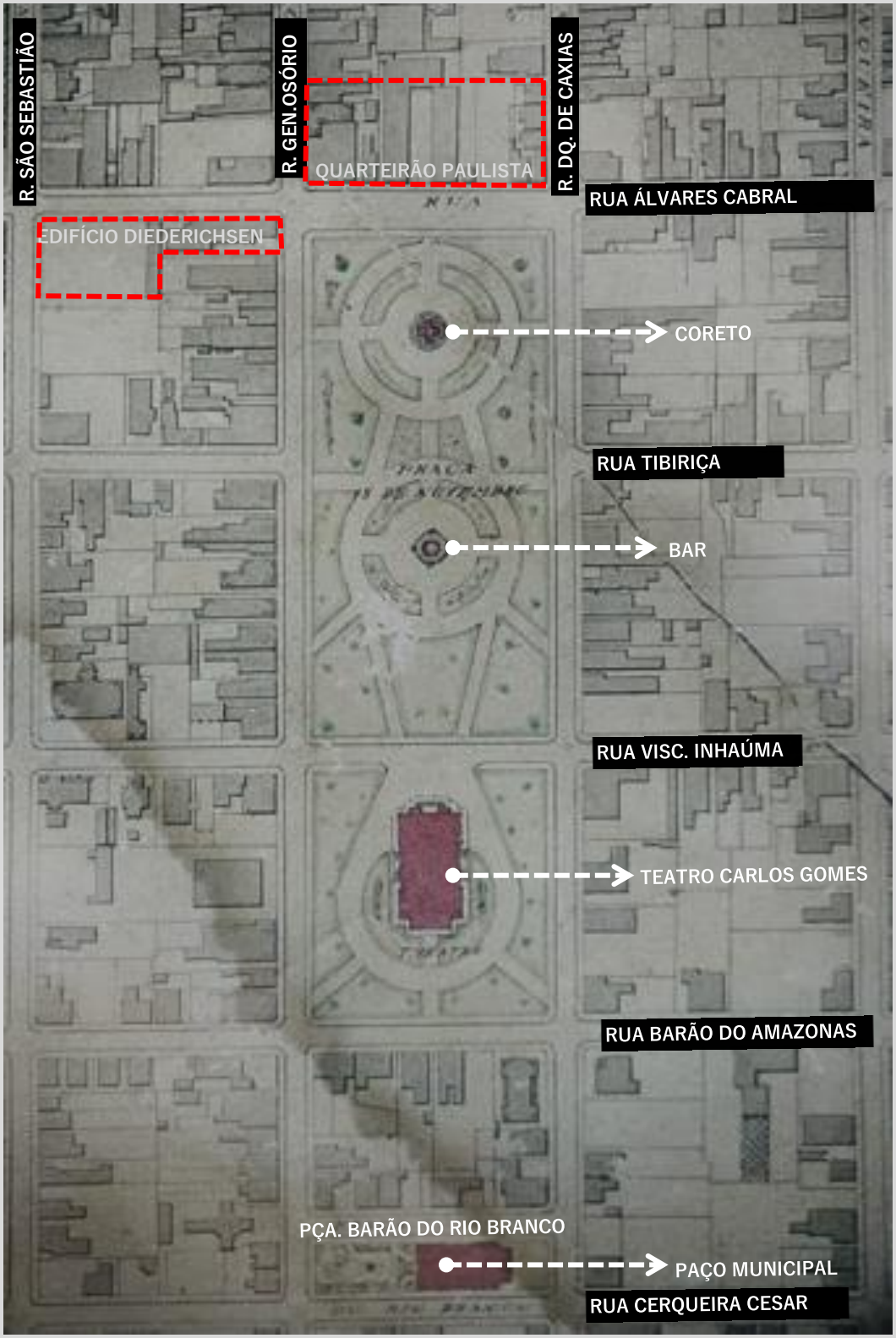


Figura 1.3.3 - Planta da Praça XV de Novembro e entorno, ainda sem os edifícios do Quarteirão Paulista. Em destaque, Paço Municipal, Teatro Carlos Gomes, Bar Antarctica e Coreto (de baixo p/ cima na imagem).
Autor: Tatiana S. Gaspar
Referência: autoria não identificada, 1919.
Fonte: APHRP, Mapas e Plantas.



Figura 1.3.4 - Bar da Praça XV de Novembro, localizado no local da antiga Matriz.
Ano: 1913
Autor: não identificado
Fonte: SÁ MANAIA & CIA., 1913, s.p.

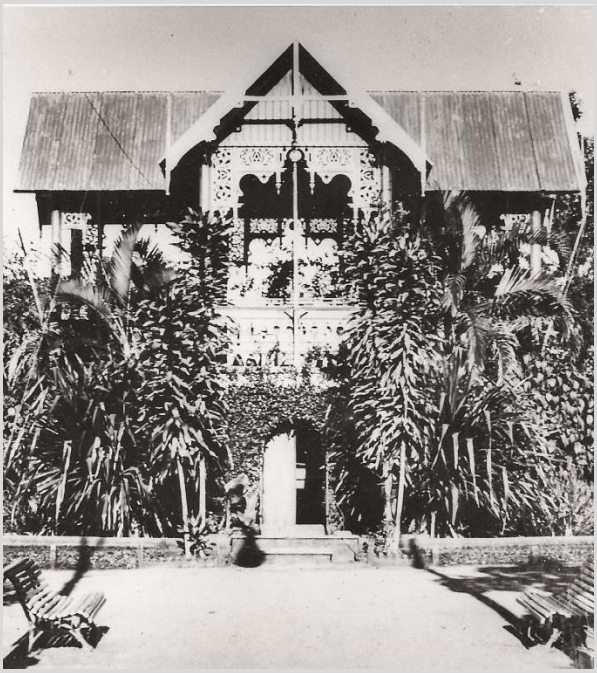


Figura 1.3.5 - Coreto da Praça XV de Novembro
Ano: 1929
Autor: não identificado
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F116.

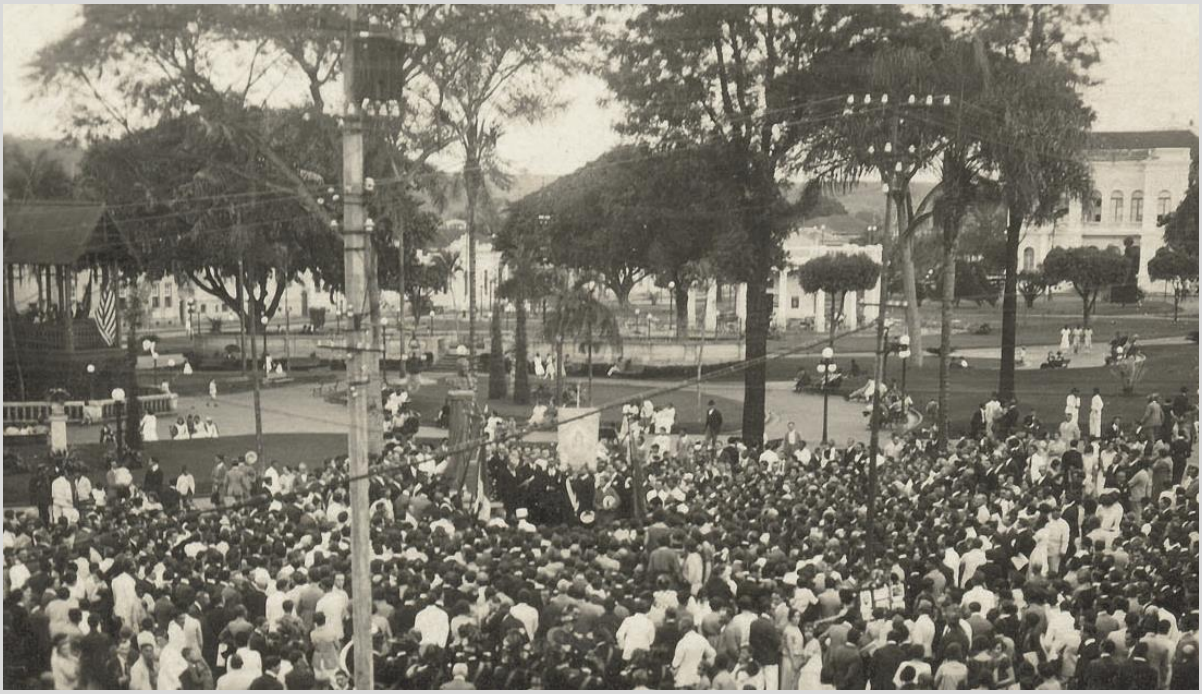


Figura 1.3.6 - Inauguração do Monumento à Luiz Pereira Barreto na Praça XV de Novembro. Ao fundo, Teatro Carlos Gomes. No centro, Pavilhão Antarctica e, à esquerda, o coreto já reformado.
Ano: 1923
Autor: Aristides Motta
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F106.

No entanto, foi no final da década seguinte que um novo empreendimento materializou o poder da indústria em desenvolvimento na cidade e, uma vez mais, associou a atuação de cervejarias às atividades culturais de Ribeirão Preto. Em meio a um cenário que já contava com diversos atrativos de lazer e sociabilidade, a Cia. Cervejaria Paulista construiu o conjunto arquitetônico denominado "Quarteirão Paulista" (figuras 1.3.10 e 1.3.11), formado pelo Theatro Pedro II, Palace Hotel e Edifício de escritórios Meira Júnior, assim batizado em homenagem ao presidente e um dos fundadores dessa Companhia.

Com a autoria de Hyppolito Gustavo Pujol Junior, o Quarteirão Paulista foi implantado na Rua Álvares Cabral, ocupando parte da quadra fronteiriça à Praça XV de Novembro.[92] Para tanto, em 1927 a Cia. Paulista comprou e demoliu diversas edificações que ocupavam a área (figura 1.3.7), com exceção feita ao edifício do antigo Central Hotel, construído por Adalberto de Oliveira Roxo em 1926 (SUNEGA, 2002, p. 99), que foi apenas reformado (figura 1.3.8 e 1.3.9).[93] O conjunto se contrapôs ao setor que se instituiu como um centro cívico, definido a partir do Teatro Carlos Gomes e do edifício de Câmara e Cadeia, na já desmembrada Praça Barão do Rio Branco, que em 1917 recebeu o edifício destinado a abrigar o Paço Municipal e, a uma quadra dali, o novo edifício de Fórum e Cadeia, inaugurado em 1904.[94]

---

[92] Hyppolito Pujol Junior se diplomou engenheiro na Escola Politécnica de São Paulo, onde também atuou como professor e dirigiu o Gabinete de Resistência dos Materiais (FICHER, 2005, p. 119). O domínio sobre a resistência dos materiais, como o cimento armado, permitiu que introduzisse inovações técnicas em vários de seus projetos, como no caso do Edifício Guinle (1912), em São Paulo, com sete pavimentos, enquanto as demais edificações da cidade seguiam gabarito correspondente a três pavimentos (SUNEGA, 2002). Em Ribeirão Preto, Pujol Junior também projetou a Estação de Tratamento de Água, nos primeiros anos da década de 1910, e o Palacete Innecchi, em 1929, mesmo ano do Quarteirão Paulista.

[93] Na área em que foi edificado o Edifício Meira Júnior, na esquina entre as ruas Álvares Cabral e General Osório, havia anteriormente dois comércios, enquanto o Theatro Pedro II, no centro da quadra, ocupou o terreno de duas edificações que anteriormente funcionavam como um hotel (figuras 1.3.8 e 1.3.9).

[94] O Palácio Rio Branco foi concebido por Antonio Soares Romeo, natural da cidade de Lorena/SP e graduado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica de São Paulo, entre 1906-1912. Por motivos aparentemente associados às influências políticas de seus familiares, no Vale do Paraíba, com o PRP, a partir de janeiro de 1913 ocupou o cargo máximo na Repartição de Obras do município de Ribeirão Preto e continuou atuando como Engenheiro Municipal ao menos até o final da década de 1920, já que encontramos indícios de sua atuação nessa função em 1929. O edifício projetado para o Paço Municipal imprimiu diversas influências de estilos europeus: cobertura do tipo mansarda, com "telhas de ardósia francesa" (SUNEGA, 2002, p. 35), inspirações *art noveau* nas esquadrias das fachadas e motivos florais das ferragens do acesso principal, além das pinturas parietais realizadas pelo pintor paulistano Torquato Bassi no salão nobre (BORGES, 1999, p. 52).



Figura 1.3.7 - Hotel Central na Álvares Cabral, em frente à Praça XV de Novembro. O edifício foi demolido para a construção do Theatro Pedro II.
Ano: 1903
Autor: João Passig
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F078.



Figura 1.3.8 - Vista da Rua Álvares Cabral. Na esquina com a Rua Duque de Caxias (ao fundo), já se encontrava o prédio do Hotel Central, reformado e incorporado ao Quarteirão Paulista.
Ano: 1926
Autor: não identificado
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F509.



Figura 1.3.9 - Conjunto de edifícios do Quarteirão Paulista. À esquerda, parte do Edifício Meira Júnior, Theatro Pedro II, no centro, e Central Hotel, ainda não reformado.
Ano: 1930
Autor: Maggiori Photo
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F009.



Figura 1.3.10 - Conjunto de edifícios do Quarteirão Paulista: Edifício Meira Júnior (à esquerda), Theatro Pedro II (centro) e Palace Hotel (à direita).
Ano: 1935
Autor: Photo Sport
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F848.

Nesse contexto, o Quarteirão Paulista foi um novo marco, de proporções monumentais, a reformular a paisagem urbana no entorno da Praça XV de Novembro no final da década de 1920. Pode-se considerar que a linguagem arquitetônica do conjunto dialogava com o traçado dos canteiros e caminhos da praça, em cuja composição predominava a simetria definida a partir de um eixo longitudinal entre o Carlos Gomes e o coreto, e que também se alinhava ao Paço Municipal, na Praça Barão do Rio Branco (figura 1.3.4). O edifício do Theatro Pedro II, no centro do Quarteirão Paulista, foi o de maior destaque no conjunto, recebendo elementos lexicais de diferentes momentos da história da arquitetura (figuras 1.3.9 e 1.3.10). À sua direita, o projeto de Hyppolito para o Palace Hotel incorporou grande parte do edifício construído dois anos antes (figuras 1.3.8 e 1.3.9). Entre as alterações realizadas estão a inserção de marquise e de ornamentos decorativos, o fechamento das varandas de canto arredondado na esquina com a Rua Duque de Caxias, e a substituição da cobertura da torre em cúpula, similar à que foi implantada no Edifício Meira Júnior, em posição simetricamente oposta na quadra. Essas alterações revelam a grande importância atribuída à unidade visual entre as edificações que, embora tenham recebido formas distintas, variando em função dos diferentes usos que comportavam, deveriam ser compreendidas como um conjunto de edifícios autônomos, porém complementares.

O edifício que recebeu o nome do advogado e presidente da Companhia Paulista, Dr. Meira Júnior (figura 1.3.10), estava localizado na esquina entre as ruas General Osório e Álvares Cabral e se destinou ao setor de serviços, com salas de escritórios e comércio (MEIRA JÚNIOR, 1932, apud SUNEGA, 2002, p. 100).[95] A multifuncionalidade desse prédio, implantado na esquina que seis anos depois passaria a estar diante do Edifício Diederichsen, evidenciou a aposta do setor industrial no dinamismo dos negócios urbanos que despontavam na cidade, especialmente pelo crescimento – no número – e diversidade – de atuação – dos profissionais liberais que necessitavam de espaços bem localizados e adequados ao exercício de suas atividades. Enquanto os edifícios do Theatro Pedro II e Palace Hotel retratavam a especialização de atividades culturais e de hospedagem, existentes na cidade desde o final do século XIX, o Edifício Meira Júnior foi um dos primeiros representantes da tipologia do edifício de escritórios em Ribeirão Preto, com salas

[95] O texto de João Alves Meira Júnior (1932) descreve o processo de construção do Quarteirão Paulista a partir da versão da Cia. Paulista para os diversos conflitos ocorridos entre o contratante e o autor do projeto. Para melhor compreensão dessas questões, sugerimos a leitura do trabalho de Sunega (2002).

distribuídas ao longo de pavimentos que também possuíam espaços compartilhados pelos profissionais e sua clientela. Além de ter sido um empreendido surgido em resposta às transformações na economia urbana, essa tipologia também se mostrou necessária a partir de uma nova configuração urbana que, progressivamente, distanciava os locais de moradia da elite burguesa, constituída por empresários, industriais e pelos novos "doutores" – médicos, dentistas, engenheiros e advogados com atuações políticas e profissionais na cidade – da área formada ao redor do antigo Largo da já extinta Matriz.

Nesse contexto, além de já concentrar grande número de comércios, serviços e espaços de lazer e cultura voltados à população de maior poder aquisitivo, o entorno da Praça XV de Novembro passou a ser também o centro financeiro da cidade. Ao longo da década de 1910, a esquina entre as ruas General Osório e Alvares Cabral contava com uma agência o Banco Italiano de Ribeirão Preto, e nesse período a mesma quadra ainda recebeu o Banco do Brasil e o Banco São Paulo.[96] Na década seguinte, outros bancos continuaram a surgir especificamente nessa área e, juntamente com o Quarteirão Paulista e edifícios construídos em seu entorno, delinearam um ambiente urbano demarcado por edifícios com mais de um pavimento e usos múltiplos, reforçando a dinamicidade das atividades urbanas na região de implantação do Edifício Diederichsen.

---

[96] A partir do levantamento feito por Saes (1986), Bacellar (1999, p. 138) cita que no período em que surgiram as primeiras agências bancárias no Brasil — em decorrência da concentração de capital nas casas de exportação que substituíram, em importância, a figura do Comissário — Ribeirão Preto passou a contar com o Banco Constructor e Auxiliar de Ribeirão Preto (ativo em 1891), com as casas bancárias de Ângelo Zerbeti, Domingos Quirollo, Pedro Battaglia e Dumont e Cia (a partir de 1895) e, após a virada do século, com o Banco de Ribeirão Preto (1901) e Banco de Crédito Agrícola de Ribeirão Preto (1902), além do Banco Italiano de Ribeirão Preto (1902). Sabe-se que a liquidação do Banco Constructor e Auxiliar de Santos, credor do Banco Constructor e Auxiliar de Ribeirão Preto, em 1903, deu origem aos negócios de Antonio Diederichsen. Naquele mesmo ano, uma notícia inusitada, publicada pelo jornal *O Industrial*, do Pará (BANDEIRA..., 1903, p. 2), comentou o leilão realizado para acervo do Banco de Ribeirão Preto. Em 1903, outra notícia, divulgada pelo jornal *Correio Paulistano* (A NOSSA LAVOURA..., 1903, p. 4), anunciou a "liquidação forçada do Banco Crédito Agricola de Ribeirão Preto", caracterizando o contexto de crises econômicas derivado dos baixos valores de exportação do café e da fragilidade identificada por Saes (1997, apud. Calil Junior, 2003, p. 59) "dos pequenos bancos do interior", no período anterior a 1920. Contudo, desde os primeiros anos do século XX, Ribeirão Preto ocupava posição de destaque em relação ao seu sistema bancário, concentrando agências que também atendiam diversas cidades da região. A importância da cidade nesse setor pode ser aferida pela instalação, em 1919, de uma Câmara para compensação de cheques vinculada ao Banco do Brasil. A medida já havia sido tomada em capitais brasileiras como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Belém, Recife e Porto Alegre, além de Santos e, também Ribeirão Preto, a única cidade do interior a receber o estabelecimento (CALIL JÚNIOR, 2003).

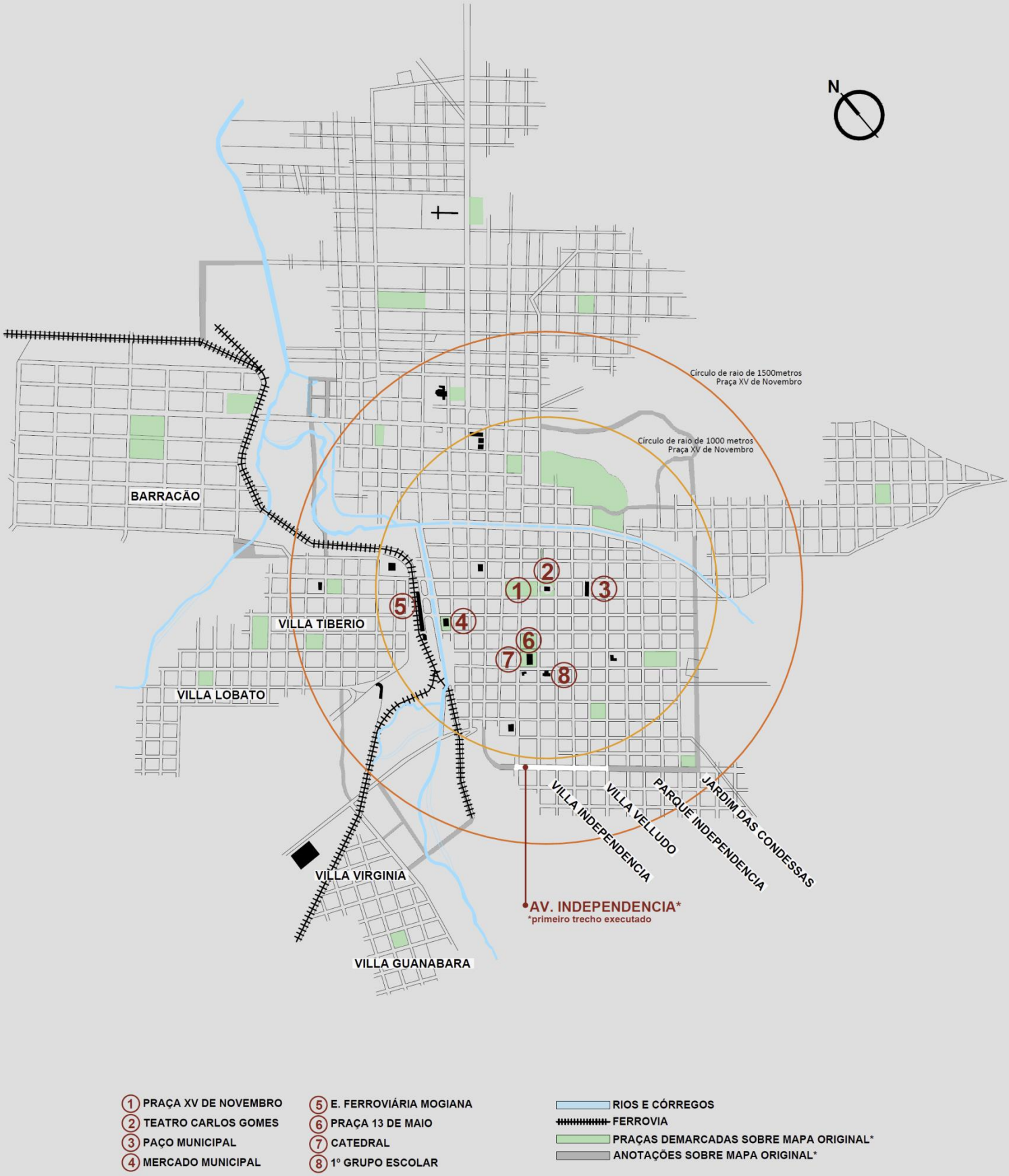


Figura 1.3.11 – Locais e edifícios de importância em Ribeirão Preto. | **Autor:** Tatiana S. Gaspar
Referência: autoria não identificada, 1925
Fonte: APHRP, Plantas e Mapas.

Para Calil Júnior (2003, p. 79), o intenso crescimento das atividades comerciais e de prestação de serviços, entre 1920 e 1940, levou o centro de Ribeirão Preto ao seu segundo processo de expansão e modernização, provocando, gradativamente, o movimento de mudança das famílias de maior poder aquisitivo para residências construídas na região sul, nas imediações da Praça 13 de Maio, que já possuía diversos equipamentos urbanos.[97] Com terrenos maiores e mais arborizados, oriundos de uma gleba anteriormente ocupada por chácaras, essa região mantinha o traçado das vias e quadras que se verificava desde o final do século XIX e constituiu-se em um prolongamento do primeiro centro urbano até o novo limite estabelecido pela Avenida Independência, inaugurada em meio aos festejos comemorativos do centenário da Independência do Brasil (figura 1.3.11).[98]

Grande parte dessas residências adotou como referência os palacetes paulistanos: programa exclusivamente residencial unifamiliar, organizado funcionalmente em setores íntimos, sociais e de serviços, em edifício afastado das divisas do lote e fachadas que utilizavam elementos decorativos associados à arquitetura eclética (HOMEM, 2010). Ainda assim, algumas residências desse tipo continuaram sendo construídas nas adjacências da Praça XV de Novembro até o final da década de 1920.[99] Foi a partir da aprovação dos

---

[97] Região onde já se encontravam a Catedral e o Palácio Episcopal, o Primeiro Grupo Escolar e outros edifícios, como o Gymnásio do Estado (1907), Colégio Santa Úrsula e Colégio Metodista (1914), Hospital Beneficência Portuguesa (1919) e Estádio do Comercial Futebol Clube. Uma notícia publicada em 1925 informava sobre "As grandes construções" de Ribeirão Preto. Além de citar a inauguração do "belíssimo palacete" do Cel. Francisco Maximiano Junqueira, erigido no entorno da Praça XV de Novembro, a nota mencionou as construções de uma "na parte alta da cidade", como a "linda residência" de estilo "bungalow" para a fazendeira Joaquina Meirelles, o "riquíssimo bungalow" de Adalberto O. Roxo "na parte alta da cidade"; e sobre a inauguração que ocorreria em breve da "bela residência" do Cel. Manuel M. Junqueira. Por fim, ressaltava que nessa região estavam "sendo construídos centenares de bungalows" (AS GRANDES..., 1925, p. 6). A residência de Adalberto Roxo foi projetada por Dário Cordovil Guedes e implantada na Rua Campos Salles (APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Particulares, n. 6, 1924), próxima à residência de Manoel Junqueira, na esquina entre as ruas Campos Salles e Tibiriça e projetada por Salles Oliveira & Valle (APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Particulares, n. 127, 1923). Algumas quadras abaixo estava a residência de Joaquina Meirelles, na Rua Tibiriçá, em frente à Praça 13 de Maio.

[98] Pouco mais de dez anos depois, o ato n. 60, de 23 jul. 1934, considerou "a finalidade altamente patriótica da Revolução Paulista de 9 de Julho de 1932" e alterou sua denominação para Avenida 9 de Julho.

[99] Como o Palacete Camilo de Mattos, construído na esquina entre as ruas Tibiriçá e Duque de Caxias, em frente à Praça XV de Novembro, nos primeiros anos da década de 1920, por Joaquim Camilo de Moraes Mattos. Advogado formado em São Paulo e membro do PRP, foi eleito vereador por quatro legislaturas, entre 1920 e 1930, chegando a ser vice-prefeito em 1923, presidente da Câmara entre 1926 e 1929, e prefeito, até a dissolução ocorrida na Revolução de 30. A residência do casal de primos Theolina Zemilla de Andrade Junqueira

códigos de posturas de 1902 e, sobretudo, de 1921, que muitas tiveram seus usos alterados, enquanto outras foram substituídas, provocando, a partir da década de 1930, a definitiva renovação do cenário até então constituído majoritariamente por edificações térreas e pouco ornamentadas, pertencentes às famílias influentes da cidade.[100]

O crescimento das atividades urbanas parece ter correspondido à ampliação do controle sobre esse ambiente pela administração pública, o que demandou a criação de da Repartição de Obras, em 1899, e a substituição do Código de Posturas de 1889, a partir da aprovação do Código de Postura de 1902, sua atualização em 1921 e, em 1934, mesmo ano de aprovação do projeto para a construção do Edifício Diederichsen, a implementação do Código de Obras Arthur Saboya, criado para o município de São Paulo em 1929.

A partir do início do século XX, tornou-se evidente a atenção do Poder Público para os novos alcances construtivos das edificações. Além das questões ligadas à higiene e estética, a preocupação com a segurança estrutural se expressou nas especificações de dimensionamento de peças e vãos, admitindo-se, a partir do Código de 1902, edifícios acima de três pavimentos, considerados “prédios de maiores dimensões”. As mudanças provocadas pelas legislações municipais envolveram o ambiente urbano e sua arquitetura, como também refletiram transformações técnicas e sociais, além dos novos padrões de consumo material e cultural de uma elite que buscou fora do contexto local, modelos correspondentes às noções de civilização e progresso que acatava.

(Sinhá Junqueira) e Cel. Francisco Maximiano Junqueira (Quito Junqueira) — vereador em três legislaturas e irmão de Quinzinho Junqueira, líder político local — também está localizada em frente à Praça XV de Novembro, na Rua Duque de Caxias. Em estilo neocolonial, teria sido projetada pelo escritório de Ramos de Azevedo e foi construída entre 1928 e 1932, embora a compra do terreno tenha ocorrido ainda em 1912 (ver nota 97).

[100] Dados sintetizados por Calil Júnior (2003, p. 64) indicam que entre 1913 e 1923 as construções térreas predominaram em relação às edificações assobradadas, e com mais um andar. A publicação do *Almanach Illustrado de Ribeirão Preto* sobre o ano 1913 indica que, dos 10.225 edifícios da cidade, 3.104 estavam localizados na cidade (pouco mais de 30%), 199 na área suburbana, 165 na Villa Bonfim e 6.757 eram exclusivamente rurais (cerca de 60%), o que evidencia o caráter rural que a cidade ainda apresentava. Entre os edifícios urbanos, 2.818 eram habitados, sendo que, entre eles, 2.765 (98%) eram térreos, 23 eram prédios assobradados (com porão habitável, correspondendo a 8,16%) e 30 eram sobrados (1%), sem nenhuma indicação de edificações com mais de dois pavimentos. No relatório apresentado pelo prefeito João Rodrigues Guião, em 1923, informava-se a presença de 3.977 edificações urbanas, sendo 3.503 térreas (88%), 292 assobradadas (7,34%), 189 sobrados (4,75%) e os dois primeiros edifícios com mais de dois pavimentos. A comparação entre os dados nos permite aferir que até a década de 1920 a verticalização ainda não havia avançado para além da ampliação percentual do número de sobrados da cidade.

CAPÍTULO 2

ANTONIO DIEDERICHSEN: A EXPANSÃO DOS NEGÓCIOS URBANOS ANTERIORES AO EDIFÍCIO DIEDERICHSEN



Figura 2.1.1 - Homens em frente ao Antigo Banco Constructor, de Diederichsen & Hibbeln. Os sócios estão posicionados na porta do estabelecimento voltada para esquina entre as ruas São Sebastião e José Bonifácio.
Ano: 1907 | **Autor:** não identificado
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F491.

2.1 A DIEDERICHSEN & HIBBELN: A PRIMEIRA FASE DAS INDÚSTRIAS, SERVIÇOS E COMÉRCIOS DE ANTONIO DIEDERICHSEN EM RIBEIRÃO PRETO

Em 1891, no bojo da expansão das agências bancárias verificadas no país após a reforma bancária realizada em fins do Período Imperial, já estava em atividade o Banco Construtor e Auxiliar de Ribeirão Preto, instituição financeira que dali a uma década viria a dar origem aos negócios de Antonio Diederichsen na cidade (BACELLAR, 1999; FAUSTO, 1997). [101] Após trabalhar por alguns anos nas fazendas do primo, Arthur Diederichsen, Antonio adquiriu a massa liquidada do estabelecimento bancário e, a partir dele, em 1903 constituiu seu primeiro empreendimento urbano em Ribeirão Preto, a Diederichsen & Hibbeln (figura 2.1.1).

Nos primeiros anos da Diederichsen & Hibbeln, Arthur Diederichsen já não atuava diretamente na política local e Francisco Schmidt se mantinha afastado das funções legislativas. [102] No entanto, é inegável que ambos mantinham seu prestígio entre a população

---

[101] Fausto (1977, p. 201-202) destaca que muitos bancos foram criados no Brasil ao final do Período Imperial, quando em 1888 o Parlamento aprovou uma reforma bancária para fornecimento de créditos à agricultura.

[102] Arthur Diederichsen se manteve como Intendente de Ribeirão Preto apenas entre 1892 e 1893. Pouco mais de um ano após sua eleição para o cargo, ocorrida em outubro de 1892, em novembro do ano seguinte, solicitou sua exoneração ao Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, alegando estar transferindo sua residência para fora da cidade. Nas pesquisas realizadas por Freitas (1999) nos Documentos da Intendência, Administração e Correspondências Expedidas e Recebidas entre 1891 e 1893, o então Intendente dizia entender que "o cargo de Intendente Municipal em bem dos interesses do Município só deve ser exercido por quem resida na cidade" (FREITAS, 1999, p. 40). Ainda assim, sua solicitação foi atendida apenas em 1894, após a eleição do Coronel Fernando Ferreira Leite como Intendente Substituto. Segundo Freitas (1999, p. 39-40), Arthur continuou mantendo "contatos políticos nesta cidade e nos municípios circunvizinhos", pois em 1907 foi verificada sua propriedade em uma casa na Rua Duque de Caxias n. 94, e notas publicadas no jornal *Diário da Manhã*, em 1910, informaram sua presença na cidade. Em 24 fev., informava-se que o "ilustre cidadão", "um dos próceres do civilismo neste Estado", se encontrava hospedado no Hotel Central, onde recebia "inúmeras visitas". Três meses depois, em 24 mai., anunciava-se que Arthur havia estado na cidade e seguido para Sertãozinho, sendo qualificado como "um dos mais influentes chefes do Partido Republicano Local" (FREITAS, 1999, p. 40-41). Depois de ter sido vereador por três legislaturas consecutivas desde o início da Primeira República (1892-1896, 1896-1899 e 1899-1902), Francisco Schmidt se afastou dessa atividade política entre 1902 e 1911, retomando à função nas 14ª e 15ª legislaturas (1914-1917 e 1917-1920), quando chegou a ser presidente da Câmara de Vereadores, entre 1915 e 1917.

local e que os vínculos familiares e sociais de Antonio Diederichsen com esses homens foram, por certo, facilitadores no estabelecimento de relações frutíferas aos seus negócios na cidade.[103]

Antonio Diederichsen era filho de Bernhard Eduard Diederichsen, migrante da cidade de Kiel que se estabeleceu no Brasil em meados do século XIX. Em 1866, Bernardo possuía a propriedade Morumby, em São Paulo, onde plantava chá e se dedicava à produção de vinho com sua esposa, a mãe de Antonio Diederichsen, Anna Carolina da Rocha Leão, mineira da região de Campanha.[104] Antonio, ou Anton Ludwig Christian Diederichsen, como teria sido oficialmente seu nome entre os descendentes da Família Diederichsen, foi o segundo entre os seis filhos de Bernhard e Anna Carolina (PETERSEN, 1941, p. 477). [105] Nasceu na capital paulista em 1875 e sua formação recebeu grande influência germânica, pois aos sete anos iniciou os estudos no Colégio Brasileiro-Alemão de São Paulo e, aos nove, mudou-se para a Alemanha, onde completou sua formação básica.[106]

Após retornar ao Brasil, trabalhou na fabricação de vinho e na produção de chá com seu pai, na fazenda Morumby, até voltar novamente à Alemanha para estudar e praticar

---

[103] A publicação comemorativa dos 50 anos da Cia. Indústria e Comércio Antonio Diederichsen (PORTO, 1953, p. 24), relata que Antonio Diederichsen teria conhecido Schmidt por "acaso", no trem que o levou do Rio de Janeiro para Santos (em seu retorno definitivo para o Brasil, na última década do século XIX, com menos de 20 anos). Schmidt teria se interessado em conhecer os passageiros que chegavam da Alemanha, sua terra natal, em "rever o navio e recordar a primeira e única viagem marítima que havia feito", saber notícias da Alemanha e festejar com os imigrantes a chegada ao Brasil. Ao conhecer Antonio, teria se alegrado em saber que era primo de Arthur, de quem "era íntimo", e que Antonio ficaria temporariamente hospedado em sua fazenda Monte Alegre, até que o primo, Arthur, retornasse de uma viagem que fazia ao Rio de Janeiro.

[104] Acredita-se que a Fazenda Morumby tenha se estabelecido em 1813, pelo padre Diego Antônio Feijó, e posteriormente tenha sido doada por D. João VI para o agricultor inglês John Rudge, que iniciou a plantação de chá (TEIXEIRA, 2017), continuada anos mais tarde por Bernhard Diederichsen. Em notícia divulgada sobre seu falecimento, em 29 dez. 1919, o *Jornal do Commercio* informou que Anna Diederichsen era irmã do Conselheiro Rocha Leão, ex-presidente do estado do Rio de Janeiro (D. ANNA..., 1919, p. 7).

[105] Em seu testamento, o inventariante Manoel Penna informou que Antonio Diederichsen também assinava como Antonio Luiz Cristiano Diederichsen e Antonio da Rocha Diederichsen (RIBEIRÃO PRETO, 1964).

[106] Além das informações constantes na publicação comemorativa dos 50 anos da Cia. Comércio e Indústria "Antonio Diederichsen", entre 1903 e 1953, não são conhecidos detalhes da história pessoal e profissional de Antonio Diederichsen antes do estabelecimento do seu primeiro negócio em Ribeirão Preto. Buscando checar alguns dados sobre sua educação na infância, em dez. 2017 realizamos pesquisa no Colégio Alemão (Deutsche Schule), de São Paulo, atualmente Colégio Visconde de Porto Seguro. No entanto, a coordenadora do Centro de Memória do Colégio, Birgit Fouquet, não encontrou qualquer documentação sobre Antonio Diederichsen, apenas sobre suas irmãs mais novas, Anna e Bertha Diederichsen, que estudaram no colégio até 1889.

agronomia em fazendas na região de Holstein. Já como agrônomo, Antonio Diederichsen voltou ao Brasil na última década do século XIX e se mudou definitivamente para Ribeirão Preto, onde viveu até seu falecimento, em 1955. Ao chegar a Ribeirão Preto, utilizou os conhecimentos adquiridos em sua formação para trabalhar como ajudante na administração da fazenda Santa Adelaide, uma das propriedades de seu primo. De ajudante, Antonio passou a administrar outra fazenda de Arthur, a Retiro do Desengano, em Batatais, local em que permaneceu até 1903 (PORTO, 1953).

Após encerrar suas atividades nessa propriedade, atuou como inventariante de fazendas que estavam em dívida com o Banco Brasileiro-Alemão, até se associar, nesse mesmo ano, a outro empresário de origem germânica, João Hibbeln, e constituir a Diederichsen & Hibbeln em Ribeirão Preto. A sociedade foi desfeita anos mais tarde, quando Antonio deu continuidade à empresa que passou a se chamar Antigo Banco Constructor (ABC). Posteriormente, a sigla tornou-se abreviatura para a instituição beneficente fundada por Antonio, a Associação Banco Constructor, até que em 1939 sua empresa passou à denominação Antonio Diederichsen & Cia., em sociedade com o antigo funcionário Manoel Penna. Por fim, tornou-se a Cia. Comércio e Indústria Antonio Diederichsen, uma Sociedade Anônima com diversos acionistas.

Remetendo à história e trajetória de alguns de seus familiares em Kiel, Antônio se tornou um importante comerciante e industrial em Ribeirão Preto. As construções relacionadas às suas empresas se ampliaram na mesma medida em que a oferta de produtos e serviços prestados por elas se expandiam, acompanhando a evolução da economia urbana do município e as transformações ocorridas nos hábitos de consumo da população. Gradativa e constantemente, a arquitetura e a paisagem urbana do local em que o Antigo Banco Construtor se fixou também foram se constituindo em um conjunto de grande proporção que, em analogia ao investimento da Cia. Cervejaria Paulista no final da década de 1920, poderia ter sido denominado como o “Quarteirão Diederichsen”, como um tributo às apostas e investimentos realizados pelo empresário em uma mesma quadra urbana, durante décadas, em negócios de uma cidade em desenvolvimento.[107]

---

[107] Em referência à publicação comemorativa do 1º Centenário de Ribeirão Preto (CONTI; SANTO, 1956), que intitula como “Monumento do trabalho” a página que tem como imagem principal o estabelecimento comercial de Antonio Diederichsen na esquina entre as ruas Saldanha Marinho e São Sebastião.

Na publicação comemorativa dos 50 anos das empresas de Antonio Diederichsen, o início de sua trajetória empresarial foi apresentado a partir da "falência do Banco Constructor e Auxiliar de Santos", que já possuía em Ribeirão Preto "uma oficina mecânica, uma fundição e uma serraria, para atender às lavouras e às máquinas de beneficiar café" (PORTO, 1953, p. 28). Ainda segundo a publicação, com o anúncio da falência, Antonio, que estava em São Paulo, teria se dirigido a Ribeirão Preto para propor sociedade a João Hibbeln, a fim de que participassem do leilão dos bens do Banco na cidade.[108]

A presença de Hibbeln, que já arrendava a serraria, foi importante para Diederichsen, que, até aquele momento, era inexperiente no ramo. Enquanto o sócio, Hibbeln teria participado com o capital de dois contos de reis, "representados em madeira de sua propriedade", enquanto Antonio teria fornecido os outros 28 contos — desse total, 10 contos foram emprestados à Hibbeln e outros 18 foram investidos exclusivamente por Antonio Diederichsen, a evidenciar sua aposta no negócio.[109] Feito o acordo, Antonio viajou até Santos e, contornando uma situação inesperada, conseguiu realizar a transação:[110]

---

[108] As referências sobre a falência do Banco Constructor e Auxiliar de Santos incluem uma notícia divulgada em março de 1903 sobre a "liquidação forçada" do Banco Mercantil de Santos, credor do Banco Constructor e Auxiliar do Ribeirão Preto (BANCO MERCANTIL..., 1903, p. 1). Outras informações publicadas pelo *Almanak Laemmert*, do Rio de Janeiro, em 1899, 1900, 1901 e 1902, indicam a atuação do Banco Mercantil de Santos também em Campinas, além de Ribeirão Preto. Esse, por sua vez, havia sido liquidado em 1895. Por isso, acreditamos que foi a partir da massa liquidada do Banco Mercantil de Santos, credor da agência ribeirão-pretana Banco Constructor e Auxiliar do Ribeirão Preto, que Antonio Diederichsen iniciou sua atividade comercial na cidade.

[109] Buscando estabelecer um parâmetro de análise comparativa com outros negócios realizados na cidade nesse mesmo período, utilizamos os dados apresentados por Oliveira (2006, p. 152) sobre as 34 transações urbanas ocorridas em Ribeirão Preto em 1903 (entre compra e venda de terrenos desocupados, casas de morada e prédios urbanos, chácaras urbanas, prédios comerciais e casas de morada com comércio), que acumularam o valor real de 32,48 contos de réis. O valor médio de cada transação teria sido em torno de 0,95 contos de réis, bem abaixo do investimento de Diederichsen para o início de seu negócio. Ainda que se considere o fato ser um estabelecimento industrial que, evidentemente, incorpora maior capital (em parte pelo maquinário agregado), a negociação parece relativamente alta, já que Oliveira (2006, p. 167) aponta para a transação de uma cervejaria em Ribeirão Preto, no período entre 1889 e 1930, o valor máximo de 3 contos de réis. Embora não tenhamos encontrado informações correspondentes a outros tipos de indústrias ou relativas especificamente ao ano 1903, Marcondes e Garavazo (2004, p. 213) indicam que, em 1890, o capital médio estimado para uma indústria em Ribeirão Preto chegou a, no máximo, 8,5 contos de réis.

[110] Luiz Lins de Vasconcelos já teria arrematado toda a massa falida do Banco Constructor e Auxiliar de Santos, mas diante do valor oferecido por Antonio Diederichsen, acabou aceitando vender a ele a estrutura do estabelecimento em Ribeirão Preto (PORTO, 1953, p. 29).

> Foi assim que no dia 20 de outubro de 1903, num barracão de madeira, coberto de zinco, na esquina das ruas José Bonifácio e São Sebastião, na quadra onde estão nossas principais instalações, começou a funcionar o Antigo Banco Constructor, sob a responsabilidade de Diederichsen & Hibbeln, explorando os ramos de serraria e fundição, tendo anexa uma secção de mecânica (PORTO, 1953, p. 29-30, grafia original).

Segundo Brandão (2009), a empresa atendia, principalmente, às necessidades de fazendeiros da região. Em especial, a venda de máquinas agrícolas para lavoura e serraria. Apesar do alto investimento feito por Diederichsen, os primeiros dias do estabelecimento não parecem ter sido de muito entusiasmo. Natural, se consideramos o contexto de crises estabelecidas com a depreciação dos valores do café desde o final do século XIX, bem como a dependência dessa produção para a economia de Ribeirão Preto e, especificamente, a vinculação do negócio de Antonio Diederichsen com o setor agrícola:[111]

> O primeiro dia teria sido desanimador para qualquer homem desprovido de força de vontade. A féria foi de 3$500, apenas, conforme registro que se vê no primeiro livro-caixa, para um capital registrado de 27:922$850... Não menos desanimadores teriam sido os dias subsequentes. Mas o filho de Bernardo Diederichsen sabía que para vencer na vida era preciso superar as dificuldades presentes (PORTO, 1953, p. 30).

No entanto, coincidindo com o período inicial de recuperação dos investimentos urbanos na cidade (OLIVEIRA, 2006), durante os três primeiros anos da Diederichsen & Hibbeln em Ribeirão Preto, a empresa já contava com elevado número de clientes, como também era grande "a procura por utensílios agrícolas pela lavoura cafeeira" (PORTO, 1953, p. 31).[112] Ocupando inicialmente apenas parte da quadra formada pelas ruas José Bonifácio, São Sebastião, Saldanha Marinho e Américo Brasiliense, a Diederichsen & Hibbeln estava localizada a poucos metros da Estação Mogiana, próximo ao recém-inaugurado Mercado Municipal. Certamente, o fato de estar implantado em um ponto da cidade com grande circulação de pessoas e mercadorias também pode ter contribuído com a ascensão ocorrida nos anos seguintes à fundação da Diederichsen & Hibbeln (figura 2.1.2).

---

[111] Acredita-se que as crises possam ter contribuído para a falência do Banco Constructor e Auxiliar de Santos e, em Ribeirão Preto, também teve reflexos no acentuado decréscimo populacional verificado entre 1900 e 1907.

[112] Ocorrido entre 1906 e 1912 e, por sua vez, relacionado aos diversos planos de governo para a valorização do valor do café, como Convênio de Taubaté (1906).



Figura 2.1.2 - Estabelecimentos da "Diederichsen & Hibbeln" em 1914 e demais locais importantes na cidade: Praça XV de Novembro, Catedral, Teatro Carlos Gomes, Estação Mogiana e Mercado Municipal.

Autor: Tatiana S. Gaspar

Referência: Escriptório da Empreza Força e Luz, 1913.

Fonte: APHRP, Mapas e Plantas.



Figura 2.1.3 - Dois momentos da serraria do Antigo Banco Constructor - Diederichsen & Hibbeln.
Acima, Antonio Diederichsen e João Hibbeln estão em pé, de chapéu e traje branco com terno, na segunda fileira de baixo p/ cima. Ao fundo, uma pequena construção, aparentemente de madeira e coberta de zinco, como a citada no início das atividades da empresa, aparece em meio a uma obra em desenvolvimento. Outras edificações externas à serraria sugerem que o registro tenha ocorrido no estabelecimento próximo ao Mercado Municipal. Na publicação comemorativa dos 50 anos da empresa, a foto é acompanhada pelo texto: "... foto tirada em 1905, quando construíamos o primeiro prédio e procurávamos montar a Secção de Ferragens, dando, assim, maior expansão aos nossos negócios..." (PORTO, 1953, p. 38). Abaixo, inauguração da serraria da Diederichsen & Hibbeln na Vila Tibério, cujo projeto foi aprovado em 1912.
Ano: 1905 (acima) / 1912-1914 (abaixo) | **Autor:** Flósculo de Magalhães (acima) / não identificado (abaixo)
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F136 (acima) / BOVE, 2000, p. 84 (abaixo).

Junte-se a isso, o parco número de estabelecimentos dedicados ao setor de serrarias em Ribeirão Preto, que não passou de três durante as duas primeiras décadas do século XX, sendo a Diederichsen & Hibbeln a única a se manter em atividade ao longo de todo o período.[113] Foi assim que, segundo Porto (1953, p. 31), em 1906, três anos após iniciar as atividades, a formação da clientela da Diederichsen & Hibbeln já havia se avolumado e permitido a construção de edifício para abrigar uma seção de ferragens. A nova edificação (figuras 2.1.1 e 2.1.9) foi um marco para a empresa e, ao atender ao crescimento do mercado imobiliário de terrenos, a demandar por produtos e serviços relacionados à construção civil, também respondeu à recuperação da economia urbana.[114]

O crescimento da Diederichsen & Hibbeln e o tipo de serviços e produtos por ela fornecidos requereram elevado número de funcionários (figura 2.1.3) que, em diversos casos, eram moradores dos bairros formados no distrito do antigo Núcleo Colonial.[115] Antonio

---

[113] Em pesquisa ao *Almanak Laemmert*, a "Diederichsen & Hilbins" (grafada erroneamente), aparece nas publicações de 1906, 1907, 1908 e 1909 como uma das três serrarias de Ribeirão Preto, junto a Antonio Alves Pereira e Campos & Soares. Em 1911, foi citada como serraria e fundição: inicialmente sozinha e ao final da seção Indústrias, junto ao estabelecimento de Francisco Seleur e de Serra & Irmão. No ano seguinte, a publicação *Almanak Henault* (1912) listou a Diederichsen e Hibbeln entre as demais serrarias informadas em 1911 e como uma das duas fundições existentes, sendo a outra de propriedade de Biachi & Irmão. Em 1916 e 1917, tinha como concorrente a M. Reis & C. e, em 1918, Ippolito & Serra e João Paschoal. Uma observação interessante é que Antonio Alves Pereira, que possuía uma serraria, também foi listado entre os lavradores de café e, em 1905, esteve ao lado de Antonio Diederichsen na diretoria da Associação Comercial de Ribeirão Preto. Esses dados mostram que, nesse período, esse tipo de estabelecimento foi administrado por pessoas com maior poder aquisitivo, que deveriam dispor de capacidade de investimento. O *Almanach Ilustrado de Ribeirão Preto* (sobre 1913) dedicou duas páginas à apresentação da Grande Serraria a Vapor, de propriedade de Adolpho Serra e Dr. João Pedro da Veiga Miranda, na Rua Prudente de Moraes, entre a Saldanha Marinho e Amador Bueno, sem poupar elogios à sua "inteligente e moderna direção".

[114] Pesquisas realizadas no APHRP indicam que, em 1907, Antonio Diederichsen solicitou ao departamento de obras do munícipio a aprovação de uma construção na Rua José Bonifácio, com autoria de Vicente Lo Giudice. Por não constar no acervo de Obras Particulares, não foi possível conhecer o projeto e confirmar se esse teria sido para o prédio construído pela Diederichsen & Hibbeln para abrigar sua primeira seção de ferragens. Embora o texto de Porto (1953, p. 31) informe que a inauguração do edifício ocorreu em 1906, o letreiro fixado na edificação, avistado na figura 2.1.9, indica duas datas: 1885, próxima ao nome "Antigo Banco Constructor", e 1907, próxima à "Diederichsen e Hibbeln". A primeira data pode estar relacionada ao início das atividades do Banco Constructor em Ribeirão Preto, enquanto o ano de 1907 faria referência à construção da edificação construída pelos sócios Diederichsen e Hibbeln.

[115] Em geral, filhos de migrantes que haviam chegado a Ribeirão Preto nas décadas anteriores e passaram a atuar em fábricas da cidade (SILVA, 2006, p. 99). Silva (2006, p. 100) constatou alguns desses casos, como o avô de Santo Barban, que trabalhou no Banco Constructor; e Miguel Egedos, que teria migrado da Hungria já como professor de mecânica, trabalhado nessa área para Antonio Diederichsen e "depois foi convidado para

Diederichsen mantinha com rigor o horário e atividades dos empregados, que trabalhavam entre as 6 horas da manhã e as 21 horas da noite. Ainda assim, exigia-se que estivessem disponíveis cinco minutos antes do início das atividades e que permanecessem no local mesmo depois de fechado, organizando as mercadorias para o dia seguinte. Sem descontarmos o possível período de folgas, os funcionários acumulariam cerca de 15 horas de jornada diária de trabalho, sob o comando de um patrão rigoroso:

> Antonio Diederichsen, ás seis horas da manhã abría as portas. Cinco minutos antes da hora regulamentar, todo o pessoal estava à postos, aguardando o apito do vapor da serraria, que era sinal de entrada para o labôr quotidiano. Às vinte e uma horas fechava-se o estabelecimento para o público mas o pessoal só saía depois de colocadas, nos respectivos lugares, as inúmeras miudezas tiradas das prateleiras durante o dia. Antonio Diederichsen, que pela manhã era o baliza, à noite era o "cerra-fila" da turma que deixava o estabelecimento. (PORTO, 1953, p. 31).

A situação certamente não agradava a todos os operários, mas o rigor dos patrões e suas vinculações aos aparelhos de repressão do estado, certamente provocavam o receio de represálias, funcionando como um importante instrumento de controle dos ânimos entre os funcionários. Em maio de 1907, houve greve de trabalhadores no estado de São Paulo, com repercussões em Ribeirão Preto. Representantes grevistas teriam tentado persuadir os operários da Diederichsen e Hibbeln. Visitaram oficinas da empresa, na expectativa de que os trabalhadores aderissem ao movimento, mas forças policiais foram chamadas para reprimir a atividade grevista. A versão oficial, segundo consta no Correio Paulistano, foi de que os operários da Diederichsen rejeitaram anuência ao paredismo e furaram a greve (A GRÉVE..., 1907, p. 4).[116]

---

dar aula na Escola Industrial" (SILVA, 2006, p. 102).

[116] O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou que uma comissão foi formada por membros do movimento operário em Ribeirão Preto para negociar com patrões a redução da jornada de trabalho de seus funcionários. Os proprietários da Diederichsen e Hibbeln, no entanto, recusaram a solicitação, alegando que a organização do estabelecimento e as encomendas recebidas não permitiriam tal mudança (MOVIMENTO..., 1907, p. 3). No dia seguinte, a notícia sobre a tentativa do movimento grevista foi assim descrita pelo jornal *Correio Paulistano*: "Em Ribeirão Preto, ante-hontem, o movimento limitou-se a ligeiras passeatas de operários, tendo quasi todos os pedreiros abandonado os serviços de construcção na cidade. Ás 10 horas da manhã, grande numero delles dirigiu-se, como dissemos hontem, às oficinas dos srs. Diederichsen & Hibbeln para dissuadirem os seus companheiros daquella oficina de continuarem a trabalhar. Já àquella hora, uma força de 20 praças alli se achava para manter a ordem caso fosse alterada e garantir os operários que estavam desde cedo nos seus

Fato é que, o êxito alcançado na administração dos negócios alçou Antonio Diederichsen ao cargo de diretor da recém-inaugurada Associação Comercial de Ribeirão Preto ainda em 1905, pouco tempo após iniciar suas atividades urbanas.[117] As múltiplas ocupações de Antonio Diederichsen foram citadas por Marcondes e Garavazo (2004, p. 215) como exemplo de prática recorrente entre alguns empresários da cidade. Em 1910, a Diederichsen e Hibbeln era composta por "uma fundição de ferro e bronze, uma serraria e uma casa de ferragens", fazendo com que, nesse ano, Diederichsen se tonasse "o segundo maior pagador de impostos" de Ribeirão Preto. Diante da progressão do negócio, nem

---

trabalhos. Não obtendo a acquiescência dos trabalhadores dos srs. Diederichsen & Hibbeln retiraram-se os promotores da gréve. Dada a hora do almoço, os operarios daquelas officinas retiraram-se, voltando às 11 horas quasi todos, declarando muitos que hoje não faltariam aos trabalhos. A força retirou-se poucas horas depois, quando a praça do Mercado já se achava desoccupada pelos grévistas." (A GRÉVE..., 1907, p. 4, grafia original). Chama atenção que pedreiros tenham sido a classe profissional mais diretamente envolvida nas passeatas grevistas realizadas em Ribeirão Preto nesse ano, a indicar a expressiva atividade da construção civil nesse período, possivelmente em condições precárias para os trabalhadores.

[117] Na reunião em que ocorrera a eleição, o então vereador Augusto Ribeiro de Loyola elaborou longo discurso sobre "as vantagens inumerosas daquela associação que visa[va] somente [o] progredimento das classes – comercial e industrial – dois dos mais poderosos factores do engrandecimento humano". A divulgação da notícia na capital paulista foi incrementada pelas palavras do jornalista, que exaltou aos membros que compunham a nova associação como "cavalheiros de ideaes altruísticos, laboriosos, progressistas e filantrópicos" (RIBEIRÃO..., 1905, p. 2, grafia original). Outros trechos dessa notícia devem ser registrados: "Conforme fora annunciado, realisou-se ante-hontem, tendo começado às 5 horas e 48 minutos da tarde, em um dos salões do theatro Carlos Gomes, desta cidade, a segunda reunião para eleger e empossar os novos (?) desta benemerita associação. A esta ceremonia (...) assistiu elevadíssimo numero de cavalheiros de todas as classes sociais. (...) teve a palavra o dr. Loyola, orador oficial, que despendendo de um profundo conhecimento da tribuna e de (?) invejável de conhecimentos, além de bôa dicção, expôs os motivos daquella reunião e dissertou longa e brilhantemente sobre todas as vantagens inumerosas daquela associação que visa somente progredimento das classes – comercial e industrial – dois dos mais poderosos factores do engrandecimento humano. (..) Terminando o seu extenso discurso, foram empossados os novos membros da directoria, que assim (?): Presidente, Osorio de Siqueira; vice-presidente, José Manuel Mendes; primeiro secretario, Jossé de Barros Nogueira; segundo secretário, Joaquim Proença da Fonseca; tesoureiro, Jeronymo Hyppolito. Foram eleitos diretores os senhores: Antonio Diederichsen, Dib Kattar, João Resehizza, Joaquim Dias Tavares e Antonio Alves da Costa Ferreira. A reunião aludida terminou às 6 horas da tarde. Muitos desses senhores são acreditados negociantes nesta praça, e muitos, industriaes laboriosos e cheios de devotamento ao progresso local e da zona com que se correspondem. E em vista, pois, de tão nobres (?) e da inteligência dos membros e associados dessa útil quão importante instituição, que a idêa alevantada de se coligarem os srs. comerciantes desta praça e industriaes, há quase um ano, com o fim de impulsionar ao commercio e indústria num centro que, investigando as suas necessidades defenda os seus direitos e interesses, prestar aos seus associados todo o auxiio e proteção de que elles se tornem merecedires há de incomptestavelmente ser, dia a dia, mais (?) e mais (?) o progresso dessa associação (...)". (RIBEIRÃO..., 1905, p. 2, grafia original).

mesmo a nova construção, iniciada 1906, foi suficiente para responder ao crescimento e diversificação das atividades que a Diederichsen & Hibbeln desenvolvia.[118]

Nesse sentido, o ano de 1912 teria se tornado um marco para a empresa, pois "em virtude do desenvolvimento extraordinário da serraria, foi a firma obrigada a transferir a parte pesada da indústria para a Vila Tibério, permanecendo, no antigo local, apenas o maquinário de desdobro e aparelhamento" (PORTO, 1953, p. 32). [119] Desde então, a Diederichsen e Hibbeln passou a atuar em duas áreas distintas da cidade: no centro, local privilegiado para o comércio, onde se mantinha a loja, depósitos e algumas oficinas; e na Vila Tibério, que concentrou as atividades produtivas industriais (figura 2.1.2).[120]

É interessante destacar que, entre as serrarias listadas em Ribeirão Preto em 1912, os três estabelecimentos estavam localizados no centro urbano. A Diederichsen & Hibbeln inicialmente tinha essa seção instalada apenas nos prédios das ruas São Sebastião e José Bonifácio; Francisco Seleur, na Saldanha Marinho; e Serra & Irmão, na Amador Bueno. Já entre as fundições, caracterizadas como uma atividade industrial, Biachi & Irmão atuavam no Barracão, área do antigo Núcleo Colonial Antônio Prado, e Diederichsen & Hibbeln, na Vila Tibério[121]. Desde o Código de Posturas implantado em 1889, o perímetro da cidade

---

[118] Embora não conste no acervo de obras particulares do APHRP, uma lista de registro do APHRP indica que houve três projetos relacionados à Diederichsen & Hibllen entre 1907 e 1911. A edificação projetada em 1907 estaria localizada na Rua José Bonifácio; a de 1909, na Rua Americo Brasiliense; e a de 1911, na Av. Jeronimo Gonçalves. A figura 2.1.9, que compõe o acervo fotográfico do APHRP, parece representar o edifício construído na Rua José Bonifácio, em substituição ao barracão de madeira coberto de zinco (figura 2.1.3). O edifício de 1909 representaria uma expansão intermediária na região central, conectado aos demais pela obra realizada em 1914, como se observa nas figuras 2.1.11 e 2.1.12. Já o projeto de 1911 possivelmente representou a primeira edificação da oficina industrial, na Vila Tibério.

[119] Em 1914, um projeto apresentado por Diederichsen & Hibbeln à Prefeitura de Ribeirão Preto, representou a "frente de oficinas", sem determinação de localização, mas com características que remetem à construção da empresa na Vila Tibério (figura 2.1.13). A indicação da área existente, à direita, sugere a possibilidade de se tratar da primeira edificação da empresa na Vila Tibério, ainda em 1912, ampliada dois anos depois, informada como uma das "succursaes" no anúncio publicitário de 1914 (figura 2.1.8).

[120] O bairro Vila Tibério surgiu a partir do loteamento criado pelo agrimensor Tibério Augusto Garcia de Senna, em 1894 (SILVA, 2006, p. 89) e estava localizado imediatamente após a Estação Mogiana. Recebeu outras instalações industriais, como a fábrica da Cia. Cervejaria Antarctica Paulista, em 1911 (figura 1.3.3).

[121] Em suas pesquisas sobre Núcleo Colonial Antonio Prado, Silva (2006, p. 89) cita a atuação do imigrante italiano Felício Bianchi, que atuava como ferreiro em oficinas que possuía com os irmãos. Ao falecer, em 1896, deixou várias propriedades, no Núcleo e no bairro Retiro, e seus filhos e irmãos deram continuidade aos negócios, montando "diversas oficinas mecânicas e serralherias, sempre na área do Barracão".

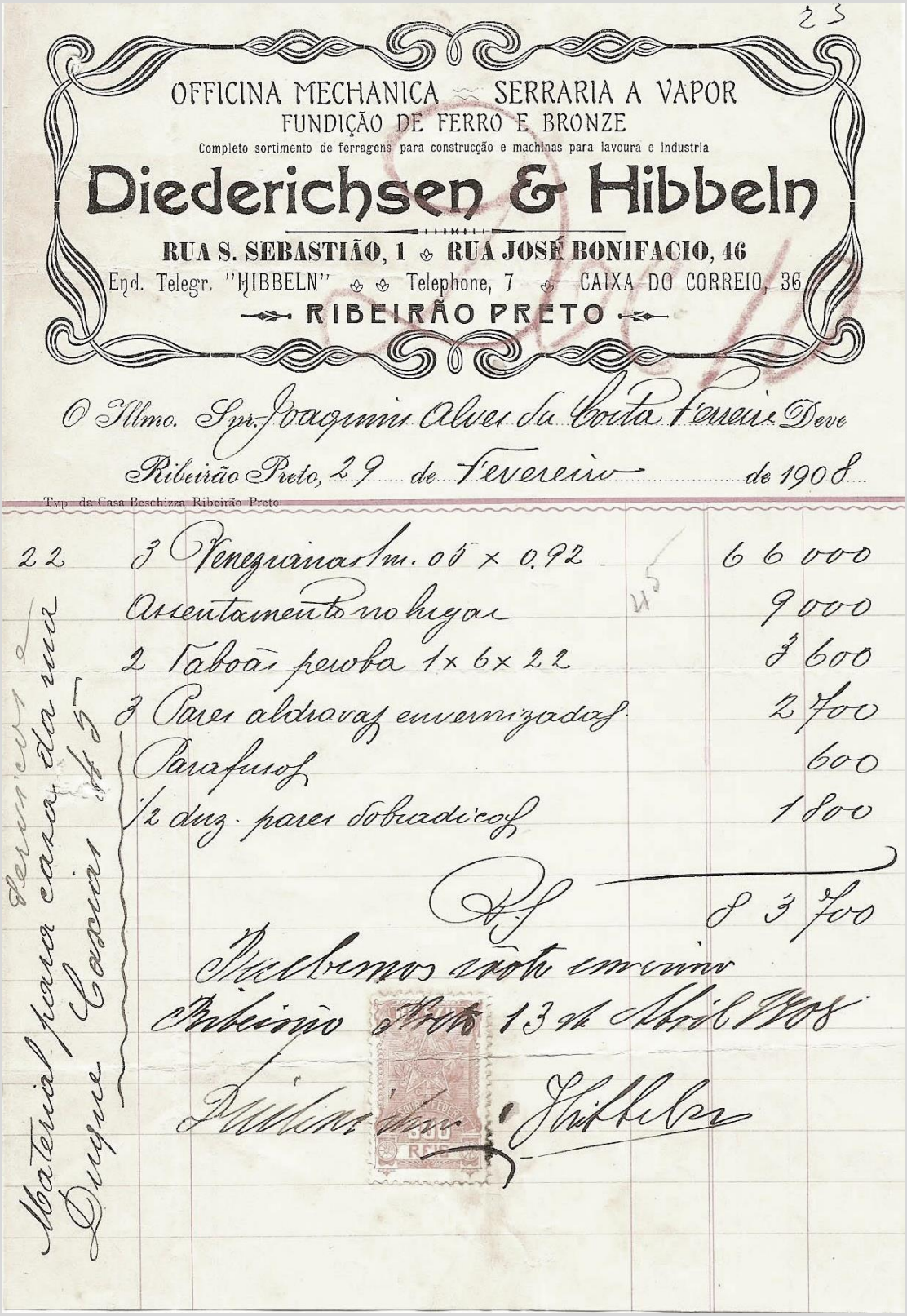
compreendido pela região no entorno da Matriz era resguardado de atividades industriais que prejudicassem “as edificações e a saúde pública”. No caso das serrarias dentro desse perímetro, receberiam multa aquelas que não removessem o pó das madeiras (SÃO PAULO, Resolução n. 198, 1889). Assim, a expansão dos negócios de Diederichsen, além de refletir o controle exercido pelo Poder Público sobre o ambiente urbano, resultou na ampliação de suas propriedades no território a partir da separação e distanciamento físico entre suas atividades de varejo — que se mantiveram ao longo das décadas seguintes nos edifícios localizados próximos ao Mercado Público Municipal — e industriais — passadas à Villa Tibério (figura 2.1.2).

Em 1913, Diederichsen e Hibbeln eram anunciados como industriais e comerciantes, informando a presença de serraria mecânica, fundição de ferro e de bronze e armazém, além de vasta oferta de mercadorias, como ferragens, tintas, cal, cimento, máquinas para indústria e agrícolas, utensílios domésticos, armas e munições (figuras 2.1.6 e 2.1.7). Nota-se que ofereciam produtos destinados à construção civil (figuras 2.1.4 e 2.1.5), para uma cidade em crescimento, e atendiam às atividades produtivas locais, como indústria e agricultura. Além disso, respondiam às demandas domésticas de uma população urbana e refletiam, pela venda de armas, a situação de segurança de uma região de fronteira agrícola, onde a presença dos aparatos do estado ainda estava se firmando.

Na área central, as instalações da Diederichsen & Hibbeln tiveram nova ampliação em 1914, quando um projeto para construção de “Barracão para Depósito para Madeira” foi aprovado em terreno na esquina das Rua José Bonifácio com a Rua Américo Brasiliense (figura 2.1.12). A expansão fez com que os edifícios passassem a delimitar todo o trecho da Rua José Bonifácio em frente ao Mercado Público (figuras 2.1.10 e 2.1.11), conformando a primeira parte da quadra que posteriormente seria integralmente ocupada por seus estabelecimentos. Nessa perspectiva, a permanência e frequência das construções nessa região materializaram a expansão dos negócios de Antonio Diederichsen em zona comercial privilegiada da cidade, singularizando a capacidade do empresário de pagar por terrenos valorizados.[122]

---

[122] As pesquisas desenvolvidas por Oliveira (2006, p. 158) sobre as negociações imobiliárias ocorridas em Ribeirão Preto entre 1889 e 1930, apontaram que as ruas General Osório (33,1%,), Saldanha Marinho (14,6%,), Duque de Caxias (9,2%,), Amador Bueno (6,2%) e Alvares Cabral (5,4%) concentraram as maiores proporções de negociações de estabelecimentos não residenciais no período.



OFFICINA MECHANICA — SERRARIA A VAPOR
FUNDIÇÃO DE FERRO E BRONZE
Completo sortimento de ferragens para construcção e machinas para lavoura e industria

Diederichsen & Hibbeln

RUA S. SEBASTIÃO, 1 ◆ RUA JOSÉ BONIFACIO, 46
End. Telegr. "HIBBELN" ◆ ◆ Telephone, 7 ◆ CAIXA DO CORREIO, 36
RIBEIRÃO PRETO

O Illmo. Snr. Joaquim Alves da Costa Ferreira Deve

Ribeirão Preto, 29 de Fevereiro de 1908

Typ. da Casa Beschizza Ribeirão Preto

22	3 Venezianas 1m. 00 × 0.92	6 6 000
	Assentamento no lugar	9 000
	2 Taboas peroba 1 × 6 × 22	3 600
	3 Paes aldravas envernizadas	2 700
	Parafusos	600
	1/2 duz. paes dobradiças	1 800
		8 3 700

Material nova caza da rua Duque de Caxias n. 45

Recebemos a nota supra
Ribeirão Preto 13 de Abril 1908
Diederichsen & Hibbeln

Figura 2.1.4 - Nota Fiscal da Diederichsen & Hibbeln fornecida ao Sr. Joaquim Alves da Costa Ferreira, em 29 fev. 1908, informando a venda de produtos e serviços para uma casa localizada na Rua Duque de Caxias, n. 45: "venezianas com assentamento no lugar, taboão de peroba, aldravaz envernizadas, parafusos e dobradiças".
Ano: 1908
Fonte: APHRP (não catalogado).

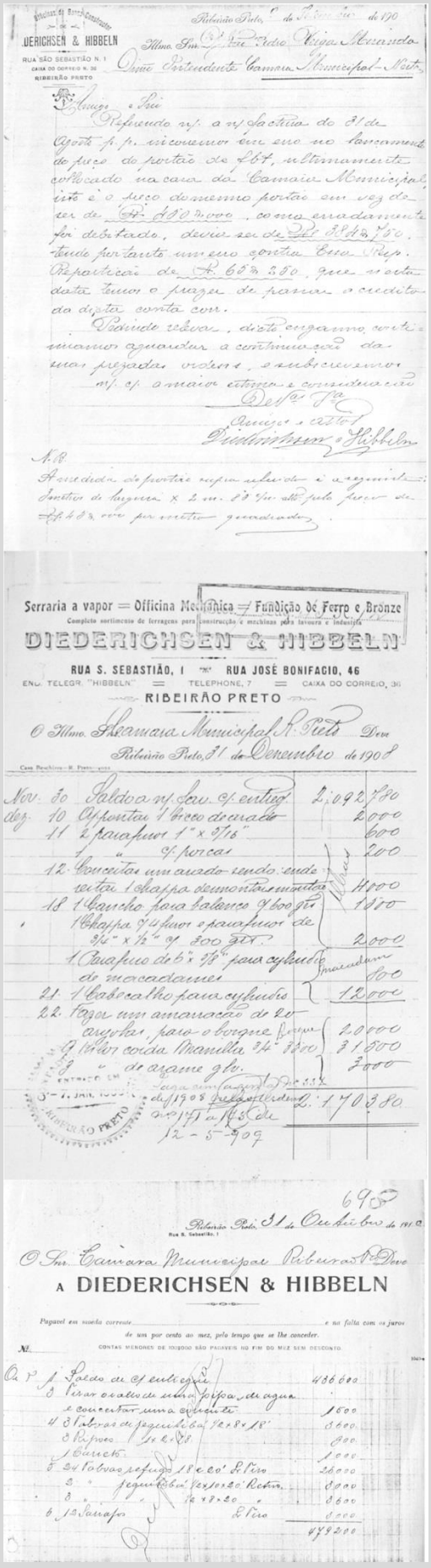


Figura 2.1.5 - Conjunto com carta e duas notas fiscais da Diederichsen & Hibbeln fornecidas à Câmara Municipal de Ribeirão Preto.

A carta, subscrita por Diederichsen & Hibbeln em setembro de ano não identificado (190?), informava erro no valor cobrado por um portão fornecido àquela Repartição Pública, com 3 metros de largura por 2,85 metros de altura. Reconhecido o engano, a Câmara passou a ter crédito em conta no estabelecimento.

A primeira nota, de 31 de dezembro de 1908, informou o fornecimento de diversos tipos de ferragens, como parafusos e ganchos.

A última nota, de 31 de outubro de 1910, lista a venda de materiais para construção civil, especialmente peças de madeira (como tábuas, "ripões", "pisos asoalho" e sarrafos).

Ano: 1908 e 1910

Fonte: APHRP. Biblioteca de Apoio, Cx. 70, Pasta 187, Reg. 619.



Figura 2.1.6 - Anúncio da Diederichsen & Hibbeln – Antigo Banco Constructor, com oficina mecânica, serraria e fundição de ferro e bronze. Localizados na Rua São Sebastião, n. 1, e na Rua José Bonifácio, n. 46, em Ribeirão Preto.
Ano: 1913
Fonte: *Almanach Illustrado de Ribeirão Preto – Estatistico, Historico, Industrial, Commercial, Agricola, Literario, Informações e Variedades*, para o ano de 1913.



Figura 2.1.7 - Anúncio da Diederichsen & Hibbeln, Industriaes e Commerciantes, com serraria mecânica, fundição de ferro e bronze e Armazém, localizados na Rua São Sebastião, n. 1, e Rua José Bonifácio, n. 46, em Ribeirão Preto.
Ano: 1913
Fonte: *Almanak Laemmert*, 1913, p. 5045.



Figura 2.1.8 - Anúncio da Diederichsen & Hibbeln, Industriaes e Commerciantes, com serraria mecânica, fundição de ferro e bronze e Armazém, localizados na Rua São Sebastião, n. 1 e Rua José Bonifácio, n. 46, em Ribeirão Preto.
Ano: 1914
Fonte: *Almanak Laemmert*, 1914, p. 5362.

Na Rua José Bonifácio, prevaleciam os comércios e serviços relacionados à serraria e fundição. Já a ampliação do conjunto para a Rua Saldanha Marinho, ao longo da Rua São Sebastião, representou, com maior intensidade, a diversificação do varejo de utensílios domésticos. A preocupação com a linguagem arquitetônica esteve expressa desde a primeira construção executada (figuras 2.1.1), com solução de platibanda cheia, composta por elementos decorativos geométricos em que o adorno central possui maior dimensão e contorno triangular (figura 2.1.9). Desde então, as edificações do ramo comercial e industrial das empresas de Antonio Diederichsen adotaram o elemento (figura 2.1.14), conferindo unidade ao conjunto construído em diferentes períodos. Essa seria uma das marcas que o capitalista imprimiria à cidade; outra, ainda mais poderosa, seria a representação material do seu sucesso enquanto empresário que apostou na evolução dos negócios urbanos, e então erigiu, na área da cidade que historicamente recebeu edificações de maior prestígio, o Edifício Diederichsen, como veremos no próximo capítulo.

Por meio do *Almanak Laemmert*, sabemos que, pelo menos até 1916, as atividades da Diederichsen & Hibbeln encampavam a venda de armas, ferragens, oficinas mecânicas**,** carpintaria e marcenaria, fundição (passando a ser a única da cidade) e serraria, com apenas uma concorrente. Nesse ano, a empresa também foi a única da cidade a informar, além do seu endereço, número de caixa postal e de telefone. Em 1917, novas publicações referentes às atividades desenvolvidas no ano anterior informaram a continuidade da Diederichsen & Hibbeln em todos os ramos de 1916, permanecendo como um dos cinco estabelecimentos no ramo de armas, entre as três oficinas mecânicas, as duas serrarias e como a única no ramo de fundição da cidade.[123]

---

[123] Entre 1900 e 1919, não encontramos a publicação do *Almanak Laemmert* em 1910, 1912 e 1915. Em 1913 e 1914, a Diederichsen & Hibbeln foi anunciada por meio de anúncio publicitário. Em 1916, os demais anunciados, nos mesmos ramos de atuação, eram: Antonio Sarli, Fernando Spano, Francisco Spano e J.A. Moraes, no comércio de armas; Andrade Baptista & C., Beschizza & C., Casa Confiança, Francisco Crisce, Inecchi & Filho, Joaquim Proença da Fonseca, no ramo de ferragens; Bianchi & Irmão e Guilherme Sobrinho, para oficinas mecânicas; Alceste Rossi, Arthur Gondolo, Arthur Souza, Domingos Baullari, Francisco Plotoze, Frederico Veronezi, Fabrine & Mosca, Gregolini & Genaro, Ignácio Frentini, Jayme H. Pinto, João Bataglia, Luiz Lorenzono, Luciano Barreto, Laudelino Ferreira, Messina & Zacaro, Martin Provezan, Pelegrin França, Próspero Zonani, Raphael Serpa, Serra & Veiga; Vicente Barillari, Francisco Phottiz, Jayme Henrique Pinto, Luiz Gondollo, Angelo Najolla & C., Mauricio Gilcel & C., Nicolau Corialli, Nicola Farate, Viuva Bardaso & Filhos, para carpintarias e marcenarias. As quatro últimas empresas indicadas como carpintaria e marcenaria em 1916, em 1917 passaram a estar no ramo de ferragens, enquanto Provezzoni Martini se tornou uma das carpintarias e marcenarias.



Figura 2.1.9 - Antigo Banco Constructor de Diederichsen & Hibbeln, na esquina entre as ruas José Bonifácio e São Sebastião. Suas características remetem à edificação que inicialmente abrigou a seção de ferragens, substituindo o antigo barracão de madeira com cobertura de zinco. Observa-se o início da arborização das calçadas, também utilizadas para exposição de peças, e uma luminária externa com suporte decorado em ferro, fixado na fachada do edifício. Acima da platibanda, um letreiro também confeccionado em ferro informava duas datas – a primeira, à esquerda, que parece informar o ano de 1895, e 1907, à direita –, assim como as bandeiras envasadas e gradis das esquadrias, produzidos com o mesmo material. Ao fundo, na lateral esquerda da imagem, avista-se uma construção que se assemelha à edificação representada no ano de 1913 para "Diederichsen e Hibbeln" como uma "casa de morada na Rua S. Sebastião esquina Rua Saldanha Marinho" (figura 2.2.27).

Ano: não identificado [1913-1916 (?)]

Autor: J.S. Mattos

Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F148.



Figura 2.1.10 - Vista do Antigo Banco Constructor de Diederichsen & Hibbeln, a partir da Rua São Sebastião, em que se avista o edifício na esquina entre as ruas José Bonifácio e São Sebastião, e sua continuidade na Rua José Bonifácio, com o letreiro "Antigo Banco Constructor" em tipografia distinta. Seriam, portanto, construções realizadas em períodos distintos (1906-1907), complementadas pela ampliação realizada em 1914 (abaixo).

Ano: 1920

Autor: Grande Photographia Aristides

Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F114



Figura 2.1.11 - Vista do prédio do Antigo Banco Constructor de Diederichsen & Hibbeln, a partir da Rua Américo Brasiliense. Vê-se parte do antigo Mercado Municipal e a expansão da edificação (figura 1.4.11) ao longo da Rua José Bonifácio, até alcançar a esquina Rua Américo Brasiliense. Comparando as imagens, constata-se a ampliação ocorrida ao longo da primeira década de atuação da Diederichsen & Hibbeln, entre 1903 e 1914.

Ano: 1920

Autor: Grande Photographia Aristides

Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F113.

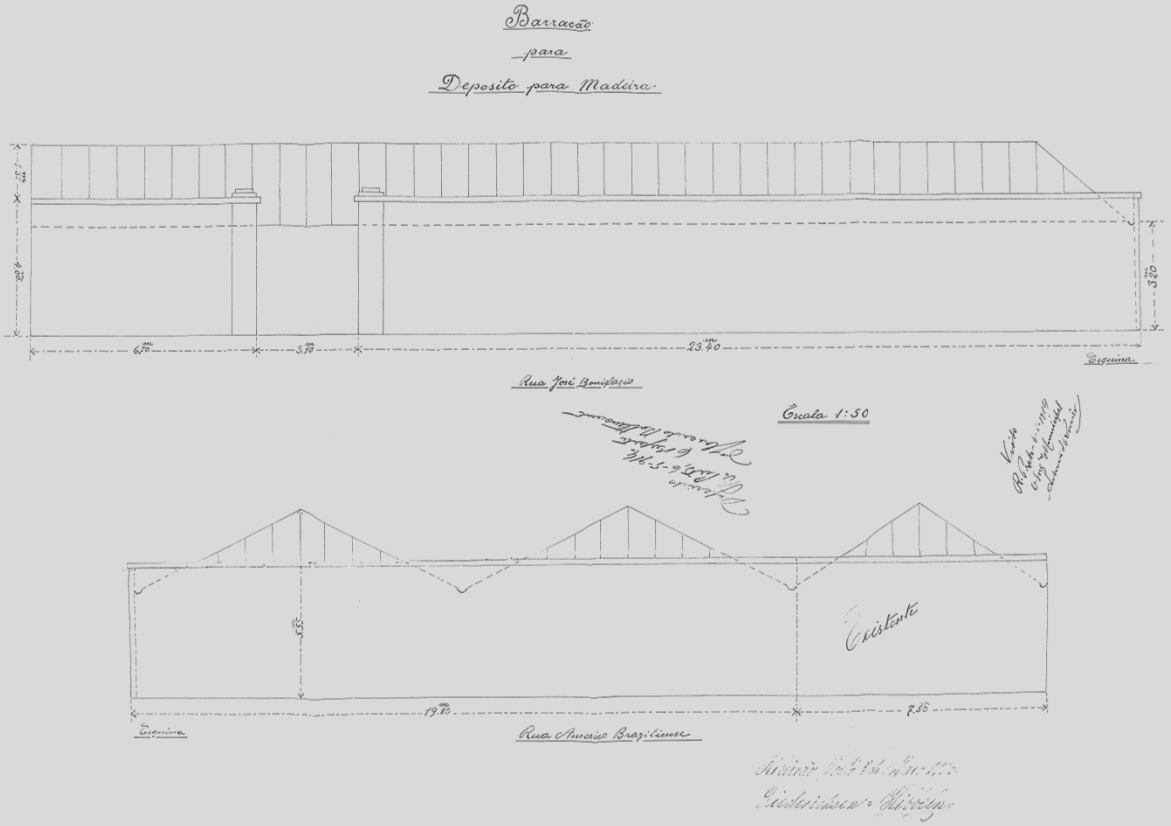


Figura 2.1.12 - Projeto de barracão para depósito de madeira apresentado por Diederichsen e Hibbeln, nas ruas José Bonifácio e Américo Braziliense. Visto por Antonio S. Romeo e deferido por J. Macedo Bittecourt.
Mês/Ano: 05/1914 | **Autor:** não informado
Fonte: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 108, 1914.

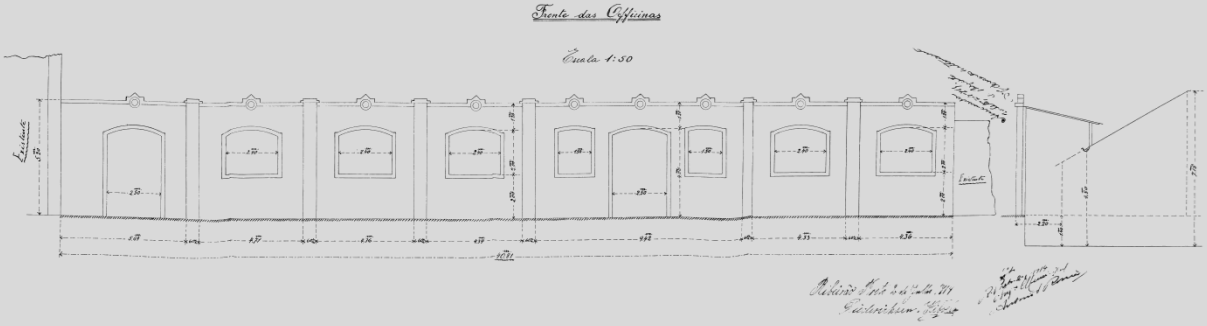


Figura 2.1.13 - Projeto para Oficinas, sem autoria e localização. Diederichsen e Hibbeln (2/6/1914). Visto por Antonio S. Romeo e deferido por J. Macedo Bittecourt.
Mês/Ano: 06-07/1914
Autor: não identificado
Fonte: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 148, 1914.

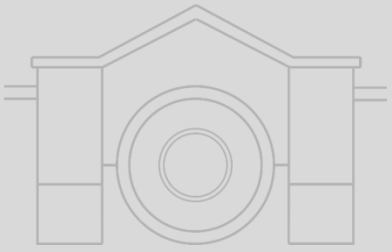


Figura 2.1.14 - Ilustração do adorno de platibanda verificado nos edifícios construídos para abrigar os negócios comerciais e industriais de Antonio Diederichsen.
Autor: Tatiana S. Gaspar

Contudo, em 1916, durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a sociedade de Antonio com João Hibbeln foi desfeita e apenas Diederichsen deu continuidade aos negócios iniciados com a Diederichsen & Hibbeln.[124] A dissociação parece ter sido resultado da divergência de opiniões entre os sócios de origem germânica. Para Hasse (2004, p. 45), a animosidade surgiu da posição de Hibbeln, que "se revelara favorável à Alemanha na Primeira Guerra Mundial". Essa situação também deve ser compreendida diante do contexto instaurado na cidade durante o período. Walker (2000, p. 69) cita alguns "incidentes infelizes" ocorridos em 1917, quando se desconfiava que o alemão Ernesto Khun, dono de uma loja de fotografias, seria um espião atuando contra o Brasil, e, em outro caso, em que a relojoaria do alemão Francisco Muller acabou sendo "saqueada em violentos motins".[125] Para Walker, um dos resultados desse sentimento "antigermânico" em Ribeirão Preto foi o definitivo afastamento de Francisco Schimdt da política local nos anos seguintes, pois, embora tenha se naturalizado brasileiro, teria passado por "situação indelicada" em 1917, quando, exercendo a presidência da Câmara Municipal, precisou assinar uma moção de apoio municipal ao Governo Federal que havia declarado oposição oficial à Alemanha.

Com a saída de Hibbeln, Antonio Diederichsen se antecipou à Lei de Participação nos Lucros e tornou seus sócios alguns dos funcionários de maior confiança, que já eram chefes de seção, mas passaram a também receber comissão sobre o lucro obtido (CRUZ, s.d.).[126] Entre os funcionários que passaram a sócios estavam Manoel Penna, Camilo Luttenschlager, José Gonçalves Barbosa, Germano Reinel da Silva e Guido Gambini (PORTO, 1953, p. 32). Nos anos seguintes, Manoel Penna assumiu importância não só na empresa de Antonio Diederichsen, como também para a história do Edifício Diederichsen.

---

[124] A informação foi verificada em publicações do *Almanak Laemmert* (1918 e 1919), quando Hibbeln passou a "capitalista". Segundo Cruz (s.d., p. 51), chegou-se a cogitar a dissolução da firma, mas um amigo em comum, Gastão Cahen, "dono da Casa Grunbach de São Paulo", teria convencido Diederichsen a continuá-la. A dissolução foi mencionada da seguinte forma: "Veio a primeira guerra mundial e com ela uma onda de pessimismo, para muitos e de otimismo, para outros, marcando o ano de 1916 a dissolução da sociedade Diederichsen & Hibbeln. Ao retirar-se, João Hibbeln recebeu a quota social que lhe cabia, parte em dinheiro e o restante em títulos que deveriam ser resgatados no prazo de seis anos (PORTO, 1953, p. 32).

[125] Sobre tais episódios, Walker (2000, p. 69) fez referência a uma notícia divulgada pelo jornal *Diário da Manhã*, em 11 nov. 1917, e ao texto de Miranda (1926, p. 348-349), respectivamente. Em seu trabalho sobre o Cel. Junqueira, Mattioli (2014, p. 100-101) também comentou sobre os acontecimentos.

[126] No Brasil, o artigo 157, inciso IV, da Constituição de 1946, citou, pela primeira vez, a participação do trabalhador nos lucros da empresa (BASSI, 1995, p. 27).

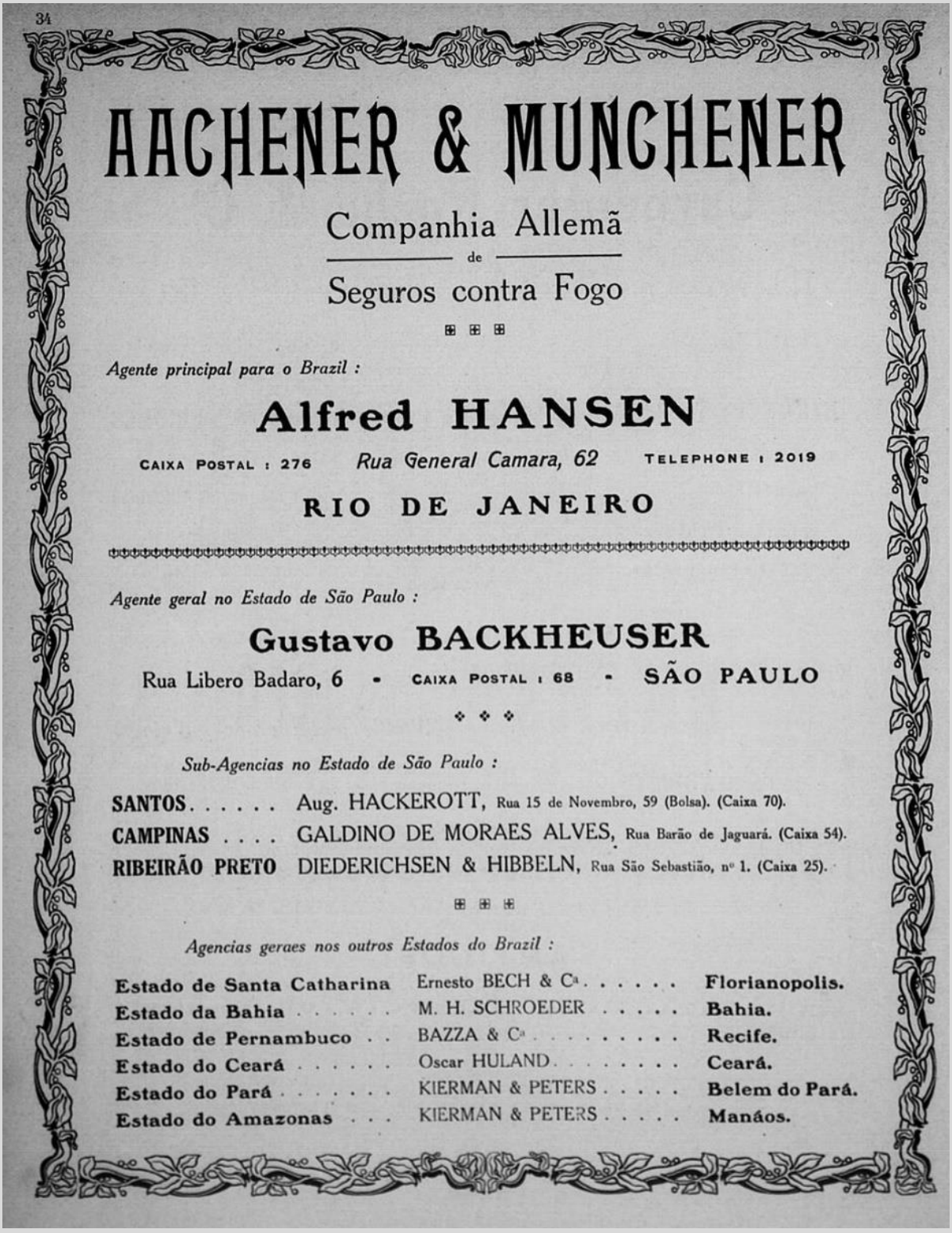


Figura 2.1.15 - Anúncio da Companhia Alemã Alfred Hansen, no Rio de Janeiro, que possuía, no estado de São Paulo, o agente Gustavo Backeuser e sub-agências nas cidades de Santos, Campinas e Ribeirão Preto. Em Ribeirão Preto, o endereço da Diederichsen & Hibbeln era informado na Rua São Sebastião, n. 1. Reforça-se a relação permanente da família Diederichsen, no Brasil, com agentes e empresas de origem germânica.

Ano: 1912 | **Fonte:** *Almanak Henault*, 1912, p. 34.



O MELHOR CIMENTO DO MUNDO

CONTINUA DETENDO O "RECORD" DA VENDA DO CIMENTO!!!

4 vapores a chegar e em descarga em Dezembro

Mais de 50.000 barricas importadas neste mez

AALBORG PORTLAND-CEMENT-FABRIK A.S.

AALBORG

E' o mais economico. Um kilo de cimento AALBORG LEAO vale por 3 kilos do de outra marca!

As obras de maiores responsabilidades no mundo são construidas com este cimento

Offerece o duplo da resistencia das outras marcas existentes

Pretendendo-se impingir outros cimentos de marcas cavillosamente arranjadas em substituição á legitima, recommendamos o maior cuidado na compra da verdadeira marca «Aalborg» 1 Leão, incontestavelmente a melhor.

ANALYSE	Ensaios mecanicos; preparação dos corpos de prova:	RESISTENCIA A COMPRESSÃO:		RESISTENCIA A EXTENSÃO		Conforme a praxe calculou-se a média, excluindo os 2 resultados mais fracos.
Resultado de ensaios pelo Gabinete de Resistencia dos materiaes da Escola Polytechnica de S. Paulo, feitos com cimento marca «Aalborg Leão», em amostra fornecida pelos srs. Cassio Muniz & Comp. N. 70. Cimento «AALBORG LEÃO», marca 1 eão, DINAMARCA.	Cubos de 49 c|m, 2 para compressão, corpos em 8 de 5 c|m, 2 para tracção. ARGAMASSA NORMAL: Areia. 3 partes em peso Cimento 1 parte em peso Agua pura, 9 o|o. Conservação: 24 horas ao ar humido em camara abrigada, depois até o dia da prova em agua doce.	Ao fim de 7 dias	Ao fim de 28 dias	Ao fim de 7 dias	Ao fim de 28 dias	Observação geral: Comparar os resultados com os do manual de Resistencia. Assignado: A. F. PAULA SOUZA, director: PUJOL JUNIOR, chefe do gabinete.
		241	331	25,75	35,25	
		261	343	27,80	33,20	
		254	330	27,20	32,55	
		239	327	26,40	35,80	
		248	329	26,70	32,40	
		257	347	24,90	32,15	
		Média 255 kgs. por c|m 2	Média 337,75 kgs. por c|m 2	Média 27,025 ks. por c|m 2	Média 34,20 ks. por c|m 2	

Sub-Agentes e depositarios em:

Araraquara, J. Aranha do Amaral; Araguary, L. França & Cia.; Agudos, Arcangelo Napolcone; Araras, Viuva Machado; Atibaia, Ricardo Granja Carneiro; Avaré, Humberto Jordão; Barretos, Francisco Conde; Bebedouro, Adriano Garrido; Batataes, Arthur Scatena; Botucatú, Amando de Barros & Cia.; Bragança, A. L. de Assis & Irmão; Campinas, Pedro A. Anderson & Cia.; Caçapava, Azevedo & Araujo; Cajurú, Vito Parolari; Cachoeira, José Rodrigues Borges; Cruzeiro, Turner & Irmão; Capivary, Candido de Freitas Galvão; Descalvado, Angelo Brambila; E. S. do Pinhal, R. de Paula & Filhos; Franca, Hygino Caleiro & Sandoval; Guaranezia, J. Moreira Salles; Itapetininga, Francisco Weiss; Itapira, Francisco Vieira; Jaboticabal, Gustavo Starck; Jacarehy, Roberto Martins; Jahú, Domingos Feccioli & Cia.; Jundiahy, A. J. de Oliveira e Flli. Attanasio & Cia.; Guaratinguetá, Figueiredo & Cia.; Leme, Benjamin de Oliveira Abbade; Limeira, S. Vargas & Cia.; Lorena, Leite & Cia.; Mogy-Mirim, Antonio Pereira Goulart; Mogy das Cruzes, Emilio Navajas; Monte Alto, José Saccomano; Piracaia, J. Vieira; Indamonhangaba, Vieira Ferraz; Pirassununga, Joaquim Conceição; Pederneiras, Angelo Razouk & Irmão; Pitangueiras, Armando Cardeal & Cia.; Pedregulho, Galleno Villela & Irmão; Porto Ferreira, Manoel Lonrenço Junior; Ribeirão Preto, Antonio Diederichsen; Rio Claro, Augusto Schmidt; Santos, Companhia Constructora de Santos; S. Carlos, Novaes & Cia.; S. José dos Campos, Julio Cesar de Souza; S. José da Bocaina, La Terza Armentano & Cia.; S. José do Rio Pardo, A. Lacreta; Santa Rita do Passa Quatro, Thomaz Vita & Cia.; S. Manoel, Toledo & Cia.; Sorocaba, Francisco Scarpa Junior; Tatuhy, Carlos Orsi & Cia.; Taquaritinga, J. Cosentino & Irmão; Uberaba, Caldeira & Falcão; Uberabinha, Antonio de Resende; Taubaté, Bernardo Ambrogi & Cia.; Villa Americana, Angelo Orlando & Cia.; Villa Adolpho, Diez Irmão & Sanchez.

Figura 2.1.16 - Anúncio da indústria dinamarquesa AALBORG Portland, fabricante de cimento portland. Em Ribeirão Preto, Antonio Diederichsen era indicado como um sub-agente da marca, que apresentava análises realizados pelo Gabinete de Resistencia dos Materiais da Escola Polytechnica de S.Paulo, cujo diretor era Pujol Junior – que, na década seguinte, seria o responsável pelo projeto do Quarteirão Paulista em Ribeirão Preto.

Ano: 1916

Fonte: Jornal *O Estado de São Paulo*, 10/12/1916, p. 1.

A empresa passou a adotar o nome Antigo Banco Constructor (ABC) e, em 1918, seu fundador já havia se tornado o maior pagador de impostos de Ribeirão Preto (MARCONDES; GARAVAZO, 2004). Para tanto, parece ter sido necessário que Antonio Diederichsen divulgasse, publicamente, o que chamou como uma "Declaração Necessária" à população, para que sua origem não atrapalhasse no avanço dos seus negócios:

> Officinas do antigo Banco Constructor de Ribeirão Preto
>
> Para rebater falsos boatos que pessôas pouco escrupulosas querem emprestar a seu nome, o abaixo assignado vem participar a seus amigos e distincta freguesia, que é brasileiro nato (cidade de São Paulo) e não existir o menor impedimento de poderem manter livremente suas relações commerciaes com o mesmo. Ribeirão Preto, 10 de Novembro de 1917. ANTONIO DIEDERICHSEN. (DECLARAÇÃO..., 1917, p. 11; 1917, p. 10).

Ainda assim, Antonio Diederichsen continuou mantendo vínculos profissionais com empresas germânicas (figuras 2.1.15 e 2.1.16) que lhes forneciam artigos importados em alta valorização e, segundo Porto (1953, p. 32), permitiram que saldasse a parte do antigo sócio antes do prazo estabelecido.[127] Como veremos na próxima seção dessa tese, nos anos seguintes, a capacidade de apreender as tendências de sua época fez com que Diederichsen contornasse as adversidades impostas em razão da Primeira Guerra Mundial e se tornasse personagem-símbolo do empreendedorismo urbano local, além de um importante agente de produção e transformação da cidade.[128]

---

[127] Em 1978, um artigo publicado em suplemento especial do jornal *O Estado de S. Paulo*, com o título: "A Ribeirão da 'belle époque' bebia champanhe. Aí os alemães chegaram", destacou a importância dos alemães para o desenvolvimento de Ribeirão Preto entre o final do século XIX e início do século XX. Citou, entre eles, Francisco Schmidt, o "segundo rei do café", os sócios da Companhia Antarctica Paulista, que ali fundaram uma filial da empresa de São Paulo, e Antonio Diederichsen, como um comerciante progressista e figura benemérita (RETRATOS..., 1978, p. 21).

[128] Diante do cenário de antipatia aos alemães, a decisão de pôr fim à sociedade com Hibbeln parece evidenciar uma escolha de Antonio que também teve reflexos na representação do projeto do Edifício Diederichsen, com suas bandeiras do Brasil e do estado de São Paulo hasteadas no topo da cobertura do edifício mais alto da cidade, a destacar seu vínculo com o país em que nascera e, principalmente, ao seu estado, em momento posterior à Revolução Constitucionalista. Situações bastante distintas foram estabelecidas por alguns de seus familiares de origem alemã, com sobrenome Diederichsen, que se tornaram militares condecorados durante a 1ª Guerra Mundial ao defender a Alemanha. Seu cunhado, Stanislaus Hermann Pachur, casado com Berta Diederichsen, além de também ter trabalhado como procurador na Theodor Wille em Santos, foi o 1º Presidente da Sociedade Germânica de Santos e, segundo Petersen (1941, p. 478), a partir de 1934 se tornou Vice-cônsul do Reich Alemão, quando Hitler se tornava o ditador da Alemanha Nazista.

2.2 O ANTIGO BANCO CONSTRUCTOR

As transformações ocorridas na sociedade ribeirão-pretana nas primeiras décadas do século XX também expressaram a evolução dos negócios de Antonio Diederichsen no período. Em 30 anos, o Antigo Banco Constructor (ABC) passou por diversas ampliações: do fornecimento de utensílios para o setor agrícola, à oficina mecânica, venda de automóveis, posto de combustível, capitalização de títulos e comércio de artigos variados para uso doméstico. O desenvolvimento ocorrido, principalmente, ao longo da década de 1920, permite verificarmos que o progresso da empresa sob a gerência de Antonio Diederichsen não se limitou apenas à inserção de novos sócios, ou à dilatação dos produtos e serviços oferecidos, como também à expansão de sua estrutura física, que gradativamente passou a ocupar toda a quadra entre as ruas São Sebastião, José Bonifácio, Américo Brasiliense e Saldanha Marinho.

Em 1919 constatamos o primeiro projeto dessa nova fase (figura 2.2.1). Embora o "augmento no prédio do Antigo Banco Constructor" não mencionasse localização, suas características construtivas e arquitetônicas evidenciam que se tratou de um dos edifícios do conjunto formado na região central. O projeto representou dois cortes de um telhado inclinado de viga rainha, com peças de madeira e alguns de seus encaixes, e definia o sistema de fundação com sapatas armadas com barras de ferro. Perfis metálicos indicavam o suporte dos barrotes acima do porão alto, ventilado por aberturas na fachada. Sem representar a cumeeira do telhado, o projeto de fachada manteve e elemento decorativo presente na platibanda dos edifícios construídos anteriormente, cuja presença é destacada por um eixo definido a partir do centro da janela instalada no módulo central da fachada, emoldurada por frisos em relevo e com almofadas em vidro e verga em arco pleno. O fato de não apresentar nenhuma porta para a calçada evidencia a ligação interna dessa nova edificação com alguma outra parte já existente, por onde ocorreria o acesso.

Três anos depois, em 1922, um novo projeto foi apresentado por Antonio Diederichsen e solicitou a construção de dois armazéns na esquina da Rua São Sebastião com a Rua Saldanha Marinho (figura 2.2.2). Humberto Di Pace assinou como arquiteto e

construtor e projetou dois depósitos de máquina conectados por uma escada interna que vencia o desnível entre eles.[129] A representação de uma das fachadas também nos ajuda a confirmar que a edificação projetada em 1919 estava destinada à área central da cidade, dando continuidade aos edifícios construídos entre 1906 e 1914, na Rua José Bonifácio.

Enquanto o edifício projetado em 1919 foi implantado na Rua São Sebastião, ao lado da edificação construída na década anterior, na esquina com a Rua José Bonifácio, o prédio de 1922 ocupou a esquina da Rua São Sebastião com a Rua Saldanha Marinho, na parte mais alta da quadra. O vazio entre essas duas construções não tardou a ser ocupado, pois em 1925, em 1926 e em 1927 (figuras 2.2.3, 2.2.4, 2.2.9 e 2.2.10), outros estabelecimentos do Antigo Banco Constructor foram aprovados para o local. Esses projetos expressaram a intenção de se criar um conjunto de edificações parcialmente modulares e com composição de fachadas similares, definidas por três planos verticais. O intervalo entre eles era delimitado por falsas colunatas de alvenaria lisa que se destacavam da superfície e, no corpo da edificação, recebiam os vãos destinados às portas e janelas (figura 2.2.3). Diversos elementos foram comuns entre esses edifícios, a começar pela implantação, alinhada à testada do lote e com forma chanfrada nas esquinas de ângulo oblíquo. As platibandas cheias, decoradas com frisos lisos e elementos de geometria simples em baixo relevo, destacavam a presença do ornato de contorno triangular — fazendo alusão à forma de um frontão (figura 1.4.13) — alocado no ponto médio do plano central, de maior largura, a partir do qual eram simetricamente dispostas outras duas partes da fachada.

Mas para além das questões arquitetônicas, a análise dos projetos concebidos para o Antigo Banco Constructor nesse período permite constatarmos a inserção de novas mercadorias e serviços distintos daqueles oferecidos nos primeiros anos da Diederichsen & Hibbeln. Nesse sentido, o edifício projetado em 1925 indicou o início das atividades relacionadas ao setor automotivo (figura 2.2.7), de modo que em 1925 e 1926 a empresa de Antonio Diederichsen já era anunciada em jornais paulistas como representante das marcas norte-americanas Chevrolet e Buick-General Motors, em Ribeirão Preto (figura 2.2.5).

---

[129] Não encontramos registros relacionados à formação do referido autor, sendo possível se tratar de um profissional não diplomado. Pesquisas realizadas por Lima e Bortolucci (2016) e Lima (2020), no acervo de Obras Particulares do APHRP, identificaram processos de aprovação de construção em Ribeirão Preto, entre 1911 e 1923, assinados por Francisco di Pace, que se identificava como residente na cidade de São Paulo. É possível que exista alguma relação de parentesco entre ambos.

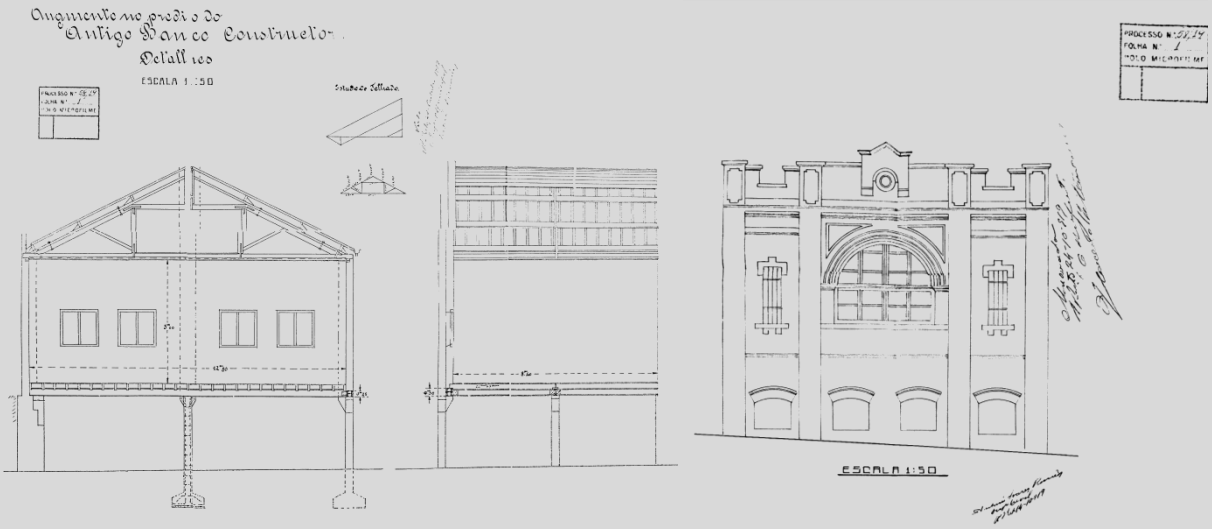


Figura 2.2.1 - Aumento no prédio do Antigo Banco Constructor | **Mês/Ano:** 10/1919
Autor: não identificado. A desenho da fachada possui a assinatura de Antonio Soares Romeo.
Fonte: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 58, 1919.

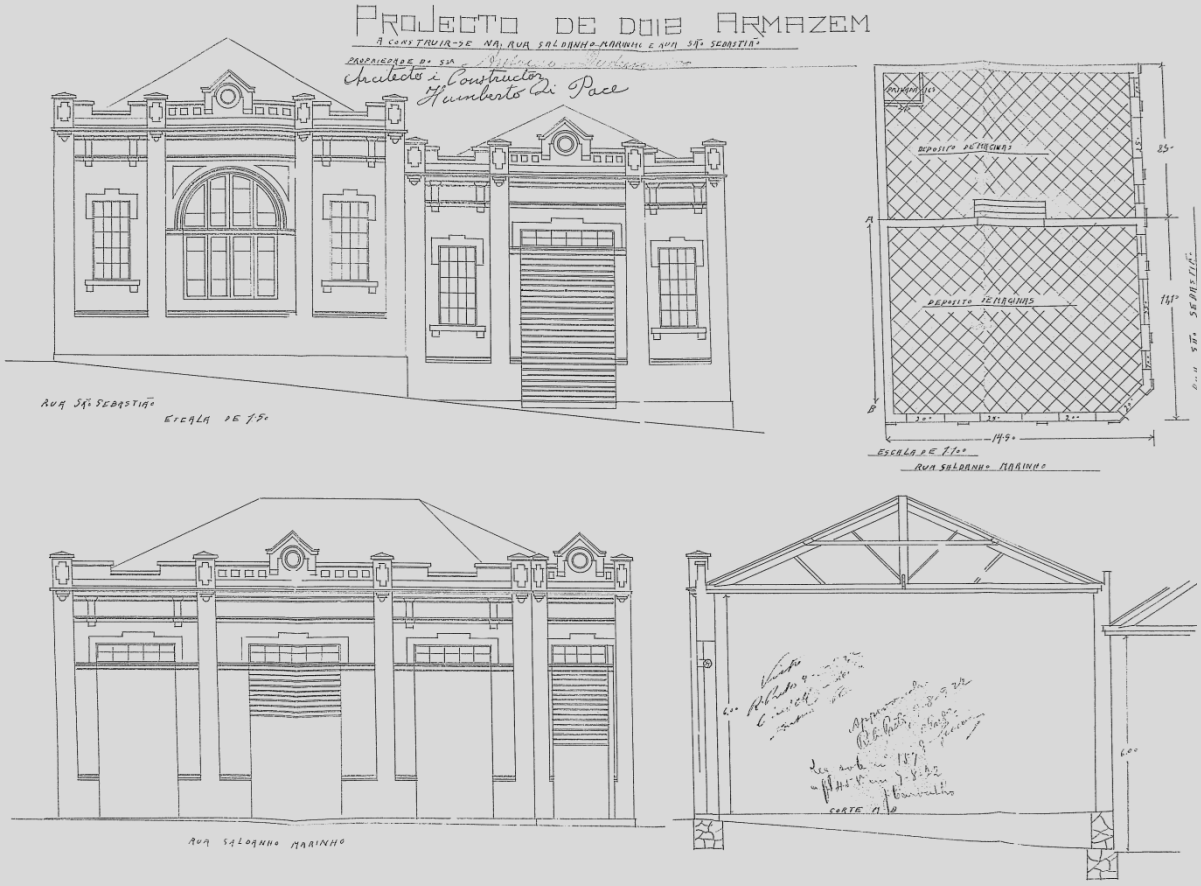


Figura 2.2.2 - Projeto de dois armazéns para depósito de máquinas na esquina entre as ruas São Sebastião e Saldanha Marinho, propriedade de Antonio Diederichsen.
Mês/Ano: 08/1922 | **Autor:** Humberto Di Pace (architecto constructor)
Fonte: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 157, 1922.

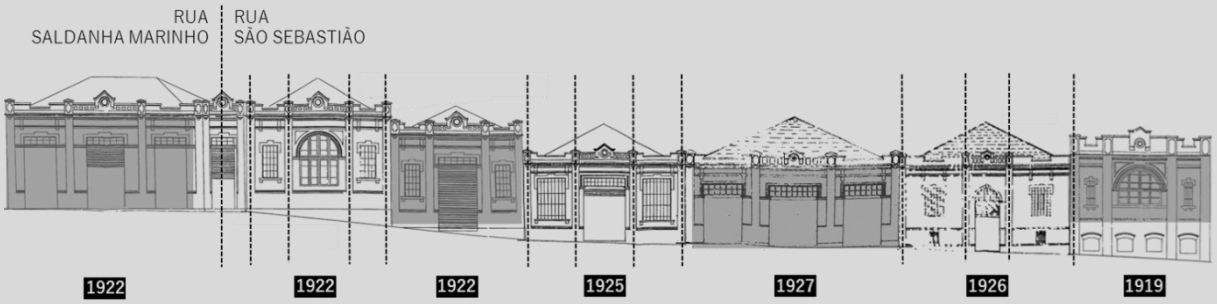


Figura 2.2.3 - Esquema gráfico elaborado para análise das fachadas dos edifícios do Antigo Banco Constructor ao longo da Rua São Sebastião, projetados entre 1919 e 1925, com demarcação dos três planos verticais, delimitados por falsas colunatas, a receberem vãos para janelas e portas.

Autor: Tatiana S. Gaspar

Fonte: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 157, 1922; n. 69, 1925; n. 10, 1927; n 58, 1919.

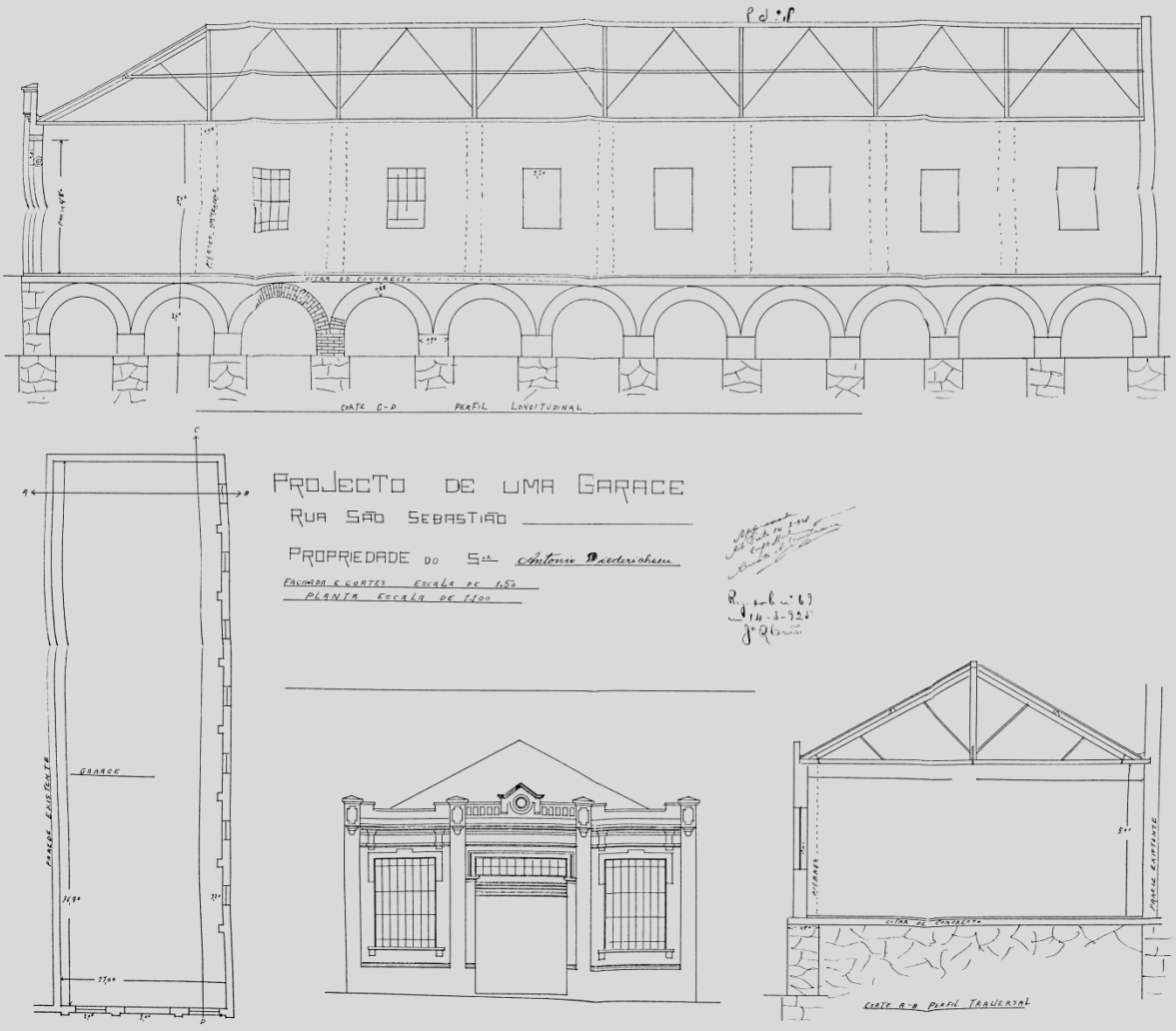


Figura 2.2.4 - Projeto de uma garagem na Rua São Sebastião, propriedade de Antonio Diederichsen.

Mês/Ano: 03/1925 | **Autor:** não identificado

Fonte: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 69, 1925.

Segundo Cruz (s.d., p. 63), a proposta de trazer a Ribeirão Preto o primeiro automóvel Chevrolet foi feita por um dos diretores da empresa paulistana Byington & Cia, que, além de atuar como importadora de produtos industrializados, também estava ampliando seus negócios, importando e comercializando carros da marca norte-americana fabricados pela General Motors. Antonio Diederichsen mantinha relações comerciais com a empresa e concordou com a proposta feita a Manoel Penna, antigo funcionário que havia se tornado sócio do ABC, durante uma de suas viagens de negócios a São Paulo (figura 2.2.6).

Em 1925, o projeto de uma Garagem na Rua São Sebastião (figura 2.2.4), de propriedade de Antonio Diederichsen, partiu da estrutura do edifício construído em 1922, na esquina com a Rua Saldanha Marinho, seguindo por 11 metros no sentido até a Rua José Bonifácio (figura 2.2.7). As características do ponto comercial – tais como uma abertura central, com três metros de largura, postada ao mesmo nível da calçada; e mais 50 centímetros acrescidos em relação às portas de acesso do edifício construído três anos antes – expressaram as necessidades de seu novo uso.[139] Ao lado da porta, duas janelas amplas, de verga reta e peitoril baixo, também permitiam a maior visibilidade ao interior do edifício a partir da calçada, o que certamente atraiu os olhares dos habitantes mais entusiasmados com a presença dessas novas máquinas.

Durante o período, A garagem foi também o edifício do ABC com maior profundidade projetado nessa área, com 36,70 metros. O corte longitudinal por toda sua extensão representou uma sequência de arcos plenos em tijolo cerâmico apoiados sobre blocos de fundação, aparentemente de pedra, sustentando uma extensa “citra” de concreto a distribuir o peso acima do piso. Essa estrutura intermediária, em pedra, entre o piso do estabelecimento e sua fundação, só poderia estar abaixo do nível da calçada — já que o edifício não foi elevado em relação a ela — a demandar esforços de escavação. Ademais, a solução com pilares “internos” ao longo da vedação construída na fachada lateral, intercalados entre as sete janelas instaladas para ventilação e iluminação, reforçava a preocupação que se teve com a estrutura de sustentação da edificação, que deveria suportar o peso de máquinas ainda pouco conhecidas por aqueles construtores.

---

[139] O último artigo do capítulo sobre as “fabricas e officinas” no Código de Posturas de 1921, estabelecia que as garagens e oficinas de automóveis estariam sujeitas às mesmas prescrições aplicáveis às fábricas em geral. Nesse caso, a categoria seria permitida no centro da cidade, devendo possuir mecanismos para minimizar possíveis impactos causados pela fumaça e ruídos (RIBEIRÃO PRETO, 1921).

A solução com aberturas laterais foi possível devido à área vazia que existia até a edificação mais próxima, também pertencente à empresa e construída em 1919. No entanto, um projeto aprovado em 1926 para a construção do escritório para Antonio Diederichsen (figura 2.2.9) unia um novo edifício à construção aprovada em 1919 (figura 2.2.1) e assim diminuía o recuo entre os estabelecimentos do Antigo Banco Constructor. Em 1927, outro edifício ainda seria construído na área remanescente (figura 2.2.10), com características bastante similares à garagem projetada em 1925 (figura 2.2.4), ao seu lado direito, o que atesta o sucesso do novo ramo nos negócios de Antonio Diederichsen.

Outros projetos de edificações destinados à venda de automóveis só foram verificados em Ribeirão Preto a partir de 1927, quando uma oficina foi reformada na Rua São Sebastião, n. 50 – mesma rua em que a Garagem de Antonio Diederichsen foi construída –, e anunciou em sua platibanda o letreiro da marca Ford (figura 2.2.8). Interessante observarmos que, nesse projeto de oficina reformada, a criação de paredes divisórias internas delimitou uma área denominada como “salão de *exposition*”, com três portas amplas voltadas para a via pública, a refletir tanto a influência americana da marca, como a necessidade de visibilidade dos automóveis, a partir da calçada, pela população. No ano seguinte, outro projeto foi aprovado, desta vez não para uma oficina, mas para uma agência Ford, na esquina entre as ruas Américo Brasiliense e Visconde de Inhaúma, oblíqua à Praça 13 de Maio, onde já se encontrava a Catedral de Ribeirão Preto, para Julio Soulié (figura 2.2.8). Com a autoria do engenheiro Antonio Soares Romeo e a assinatura de Paschoal de Vincenzo como “architeto construtori”, o projeto previa uma área de loja ocupando toda a fachada do terreno voltada para a Rua Visconde de Inhaúma, que conectava a Praça 13 de Maio com a Praça XV de Novembro, enquanto uma entrada menor, encravada entre dois lotes na Rua Américo Brasiliense, permitia o acesso dos veículos a uma garagem e oficina, internamente conectada à loja.

O projeto de 1926 destinado a abrigar o escritório de Antonio Diederichsen foi assinado por Baudilio Domingues e Paschoal de Vincenzo (figura 2.2.9). O edifício dava continuidade à construção de 1919 (figura 2.2.1), mantendo o seu nível de piso elevado quase três metros em relação à calçada. Um novo acesso foi criado para a Rua São Sebastião, por escada, já que a edificação de 1919 não apresentava nenhuma porta. Assim como nos casos anteriores, o novo edifício também respeitou a modulação de fachadas empregada desde o primeiro estabelecimento da Diederichsen & Hibbeln.



Figura 2.2.5 - Anúncios publicitários da Chevrolet, com o nome de Antonio Diederichsen como um dos agentes autorizados no Brasil e o único em Ribeirão Preto.

Fonte: Jornal *O Estado de S. Paulo*, em 19 abr. 1925 (à esquerda) e em 26 abr. 1925 (à direita).



Figura 2.2.6 - Concentração de pessoas em torno dos automóveis do Antigo Banco Constructor, em frente ao Teatro Carlos Gomes. No centro, Manoel Penna posa ao lado de um modelo da BUICK.

Ano: 1928

Autor: Romildo Cantarelli (Photo R. Cantarelli).

Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F162.



Figura 2.2.7 - Interior do Antigo Banco Constructor com exposição de automóvel Chevrolet.
Ano: 1928 - **Autor:** não identificado
Fonte: CAGNO; BAPTISTA, 1985, p. 122-123.

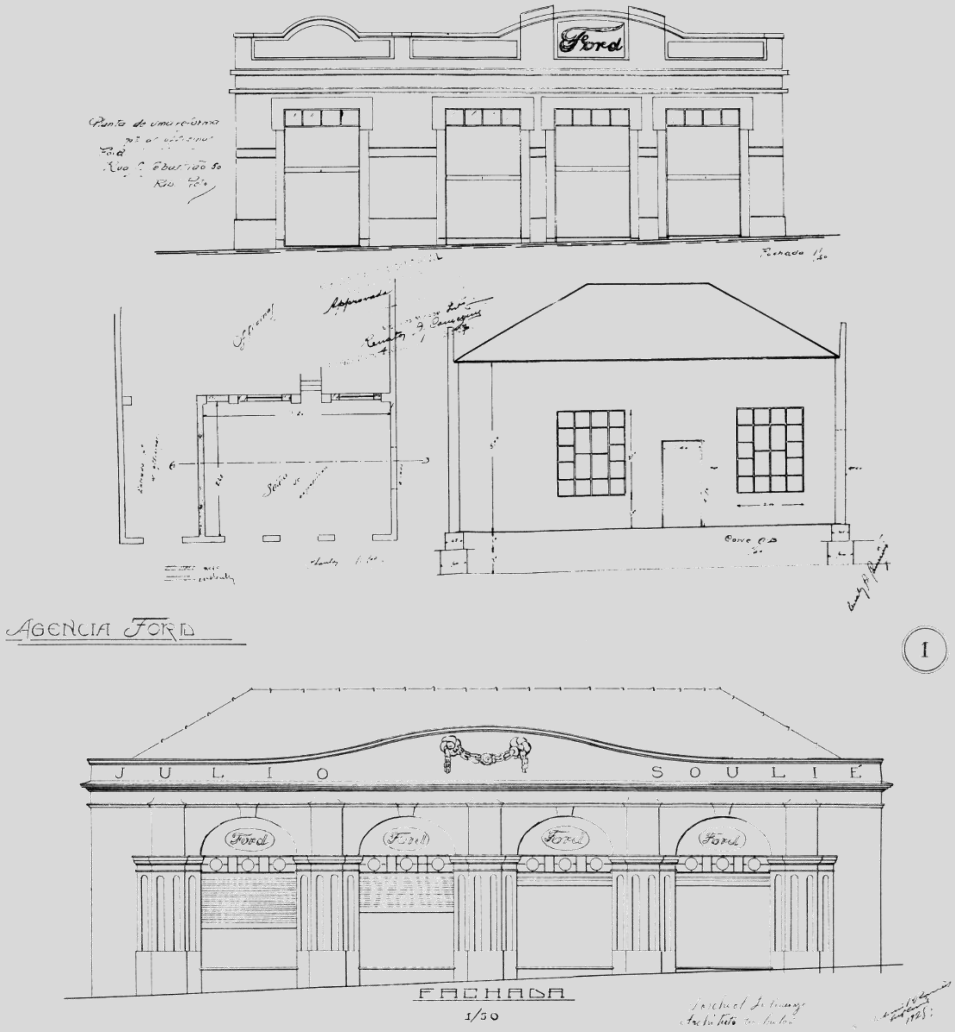


Figura 2.2.8 - Acima, Projeto de reforma para as "Officinas Ford", na Rua São Sebastião, n. 50. Abaixo, fachada do projeto para "Agencia Ford", voltada para a Rua Visconde de Inhaúma.
Mês/Ano: 01/1927(acima) e 10/1928 (abaixo)
Autor: Renato A. C. (acima); Paschoal de Vincenzo (architecto construtori) e Antonio Soares Romêo (abaixo)
Fonte: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 2, 1927 (acima); n. 357, 1928 (abaixo).

Em geral, ainda que tenham ocorrido variações na largura, profundidade e altura das edificações do Antigo Banco Constructor — que eram escalonadas ao longo da via inclinada — ou ainda nas aberturas — que alternavam vergas retas ou curvas, com diferentes alturas entre os peitoris — prevalecia uma linguagem homogênea em todo o conjunto. É importante ressaltar que, até 1925, esta persistência da linguagem estética se deu em um contexto em que diversos profissionais atuaram, supostamente, na elaboração das obras, já que muitos projetos sequer tinham autoria identificada.[140] A cada nova construção, os edifícios eram incrementados com o acréscimo de elementos decorativos representados nas fachadas, mas, construtivamente, não é possível dizer que tenha havido evolução nos sistemas e materiais empregados, sobretudo porque, na maior parte dos casos, as plantas e cortes dos projetos eram representados com poucos detalhamentos.

Em janeiro de 1927, um projeto assinado por Paschoal de Vincenzo, intitulado como "Architecto Constructor", e Baudilio Domingues, designado genericamente como "Arch.", solicitou a construção de "depósitos de propriedade do Sr. Antonio Diederichsen", como parte do conjunto que englobava áreas construídas anteriormente, a partir da esquina entre as ruas José Bonifácio e São Sebastião (figura 2.2.10). Diferenciando as linhas de representação entre novas ou existentes, o projeto salientou a proposta de construção de uma nova edificação no único terreno que ainda permanecia vago nessa face da quadra.

O novo edifício possuía fachada com características similares à da Garagem projetada em 1925 (figura 2.2.4), mas, em substituição às janelas, optou-se pela utilização de três portas, ampliando as possibilidades de acesso. Encravada entre a garagem e o escritório, o projeto do depósito de 1927 não nos permitiu analisar sua relação com a garagem, construída no lote adjacente e indicada apenas por uma linha informada como "parede existente", na extremidade superior da planta. A profundidade dessas edificações parece

---

[140] O projeto de 1907 foi atribuído a Vicente Lo Giudice, mas não pôde ser verificado por não se encontrar no acervo de obras particulares do APHRP. Segundo Lima (2020, p. 111), Lo Giudice "foi responsável pela construção de várias obras de importância na cidade". Teria nascido na Itália e migrado ao Brasil na última década do século XIX. O profissional teve atuação verificada em Ribeirão Preto até 1917, ano anterior ao seu falecimento, ocorrido em 1918 (LIMA, 2020). Outros cinco projetos realizados para Diederichsen & Hibbeln, entre 1913 e 1919, não possuem identificação de autoria. O mesmo ocorreu com um projeto aprovado em 1919, para o Antigo Banco Constructor. A partir de então, todos os processos relacionados aos estabelecimentos comerciais ou industriais de Antonio Diederichsen, aprovados pelo setor de obras públicas de Ribeirão Preto, tinham apenas o nome do próprio empresário como proprietário e, até 1925, apenas o projeto elaborado por Humberto Di Pace (1922) teve autoria definida.

ter sido a mesma, maior que as demais, mas a topografia do terreno e a necessidade de acesso pela calçada fizeram com que fossem implantadas em níveis distintos, dificultando a conexão interna entre elas. Um corte transversal através do depósito, representou o declive do terreno e especificou a necessidade de aterro, contido por uma estrutura de pedras empilhadas em forma trapezoidal sobre bloco de fundação armado com ferragens.

Por outro lado, está clara a ausência de comunicação do depósito com o escritório que, segundo o projeto de 1927, recebeu intervenções na alvenaria da fachada e teve sua área ampliada na parte posterior, com um novo compartimento sendo construído no fundo. Já a linha de projeção da cobertura mostrou a relação entre o escritório e o edifício construído em 1919, possivelmente porque esse representou a primeira edificação a funcionar como tal.[141] Esses dados explicitam tanto o desenvolvimento dos negócios, tornando necessária maior área dedicada à sua administração (figura 2.2.11 e 2.2.12), quanto uma especialização entre as edificações da empresa — que, sob o comando de Diederichsen, passou a ter um edifício próprio para escritório. Ademais, em 1927 também foi indicada a construção de uma nova parede, oposta ao alinhamento da Rua São Sebastião, que se iniciava perpendicularmente à Rua José Bonifácio e se estendia até o fundo do novo e amplo depósito, sem apresentar nenhuma abertura para o meio da quadra (figura 2.2.13). A máxima ocupação do conjunto não permitia às edificações outros vãos para ventilação e iluminação que não fossem na fachada principal. Desse modo, uma alternativa foi a utilização de claraboias na cobertura da parte posterior do escritório e no módulo para depósitos, mais profundo que os demais.

Ao mesmo tempo em que a Rua São Sebastião era continuamente ocupada por edifícios do Antigo Banco Constructor, as construções na face oposta da quadra, voltadas a Rua Américo Brasiliense, também se expandiam, como podemos constatar pelos projetos aprovados em 1923 (figura 2.2.14) e 1925 (figura 2.2.15). Mantendo as características externas das demais construções da empresa, o que podemos apreender pela análise dessas plantas é que houve uma nítida setorização funcional e espacial entre os estabelecimentos, estabelecida de acordo com a rua em que estariam implantadas.

---

[141] Segundo Porto (1953, p. 33), em 1920 os escritórios do Antigo Banco Constructor foram transferidos para um novo edifício construído anexo ao primeiro prédio da empresa, sendo essa seção novamente ampliada três anos depois. A primeira expansão informada foi, certamente, derivada do projeto aprovado em 1919, mas um novo projeto aprovado para ampliação do escritório só foi verificado em 1926, sete anos após o primeiro.

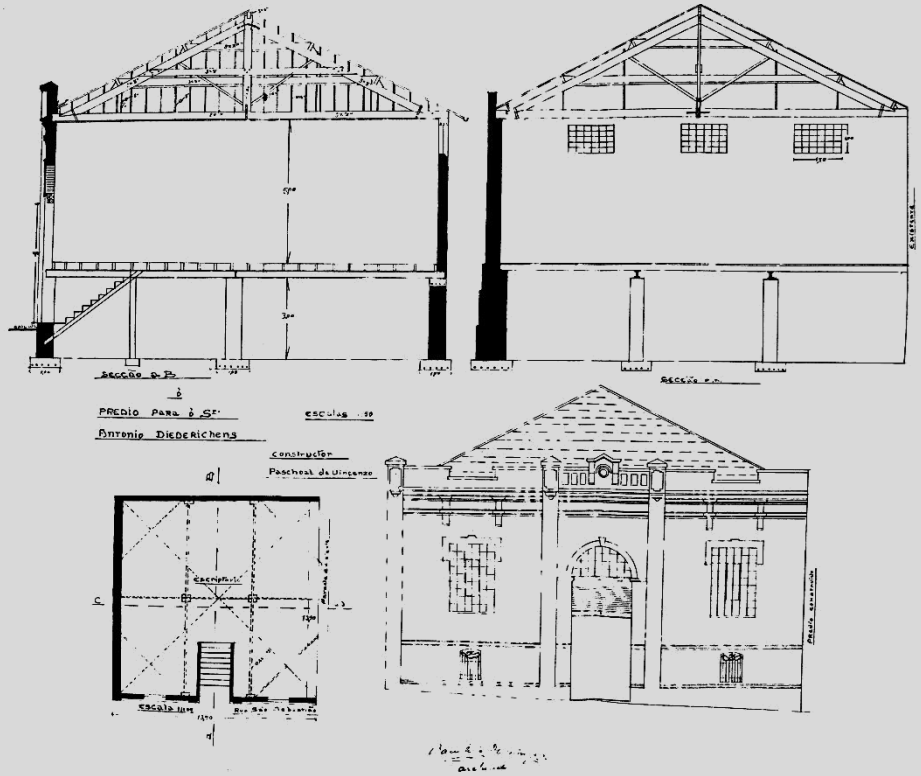


Figura 2.2.9 - Prédio para Antonio Diederichsen, na Rua São Sebastião (Escritório).
Mês/Ano: 09/1926 | **Autor:** Baudilio Domingues (architecto) e Paschoal de Vincenzo (constructor)
Fonte: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 179, 1926.

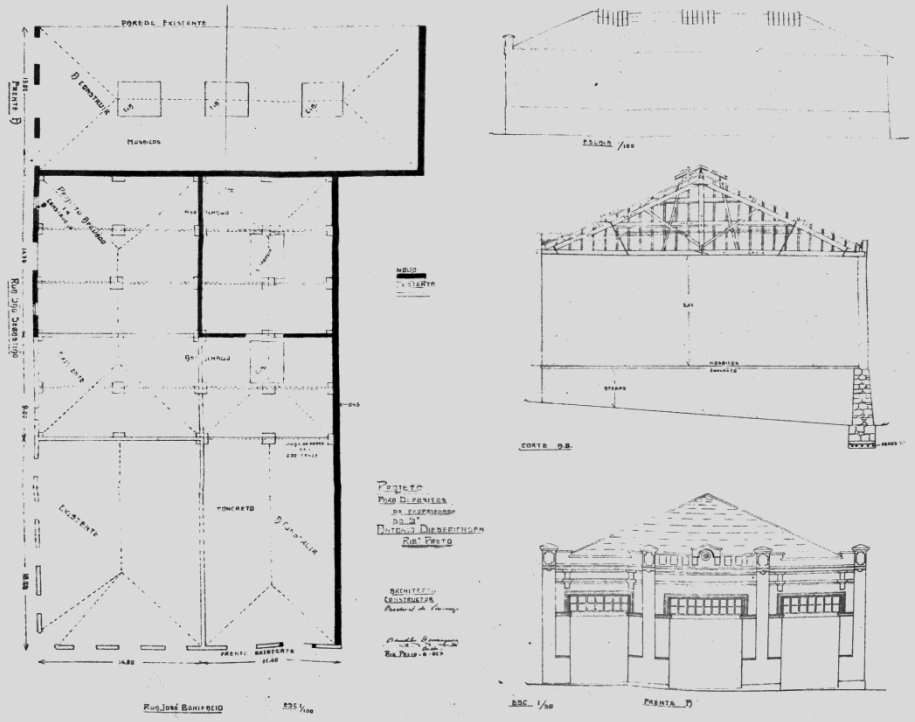


Figura 2.2.10 - Projeto para depósitos de Antonio Diederichsen entre as ruas José Bonifácio e São Sebastião. | **Mês/Ano:** 01/1927 | **Autor:** Baudilio Domingues (arch.) e Paschoal de Vincenzo (architecto constructor) | **Fonte**: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 10, 1927.



Figura 2.2.11 - Vista do escritório da Diederichsen & Hibbeln, antes das ampliações ocorridas na década de 1910. A figura ilustra um ambiente voltado para a administração geral de documentos da empresa, com grande quantidade de pastas e caixas organizadas em mobiliário fixo de madeira que contornava a sala e, em duas paredes, se estendia do piso ao teto, possuindo mezanino para acesso às prateleiras mais altas.
Ano: 1910
Autor: J.S. Mattos
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F151.



Figura 2.2.12 - Vista do escritório da empresa Antigo Banco Construtor, na Rua São Sebastião, possivelmente no interior do edifício projetado em 1926 (figura 1.4.24) e ampliado em 1927 (figura 1.4.25). Diferentemente da figura anterior, no caso acima, a sala era um espaço mais privativo, possivelmente utilizada pelo próprio diretor, Antonio Diederichsen, com a presença de alguns objetos pessoais em meio aos móveis do escritório.
Ano: 1929
Autor: Satrap. Photo
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F485.



Figura 2.2.13 - Interior de um depósito do Antigo Banco Constructor, em que se observa grande quantidade de materiais e equipamentos diversos, utilizados na construção civil. Assim como no escritório (figura 1.4.26), parte dos produtos eram acomodados em mobiliário de madeira fixado nas paredes, do piso ao teto do compartimento, com elevada altura de pé direito. O acesso às prateleiras mais altas ocorria por meio do mezanino, e a presença de em guarda-corpo no centro da sala ainda sugere o acesso a um porão no nível inferior. Não é possível precisar o edifício em que esse depósito estava instalado, mas algumas de suas características assemelham-se às do projeto de ampliação do depósito aprovado em janeiro de 1927.
Data: década de 1920
Autor: não identificado
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F296.

Na Rua São Sebastião, mais próxima à Rua General Osório, a partir da esquina com a Rua José Bonifácio, até a esquina com a Rua Saldanha Marinho, verificamos a presença da seção de ferragens, escritório, garagens e depósitos de máquinas, nessa ordem. Já na Rua Américo Brasiliense, os dois edifícios aprovados na década de 1920 foram destinados apenas ao uso como depósitos.

O projeto de 1923 para a Rua Américo Brasiliense (figura 1.4.29) explicitou a intenção de ampliação de um edifício existente, sem maiores especificações construtivas, acrescentando um módulo de janela no plano da fachada. Diferentemente das construções da Rua São Sebastião, o fundo dessa edificação possuía aberturas, o que nos indica a possibilidade de acesso ao meio da quadra. Essa solução também foi verificada no projeto de um depósito formulado em 1925, novamente assinado por Baudilio Domingues e com o nome "Paschoal d' Vincenzo" especificado como "o comstructor", abaixo do nome do proprietário Antonio Diederichsen. A planta do depósito de 1925 também indicou a pré-existência de uma edificação que, provavelmente, tratava-se da mesma construção indicada como "parte existente" em 1923 (figura 1.4.29). É possível que esse edifício, prévio aos projetos da década de 1920, tenha sido construído em 1909, uma vez que nesse ano há registro de um processo com propriedade de Diederichsen e Hibbeln para essa rua.[142]

O edifício de 1925, que previa a construção de um depósito na Rua Américo Brasiliense (figura 1.4.30), utilizou pedras para execução do bloco de fundação superficial sobre base de concreto armado com barras de ferro, a sustentar a alvenaria de uma das fachadas laterais. A composição desses materiais, identificados como "argamasas", foi assim descrita: "concreto (1x8x6), reboco pedra (1x3), reboco de tijolos (1x4)". Outros aspectos podem ser observados nos cortes longitudinal e transversal, que mostram a relação do novo edifício com a edificação pré-existente, a especificação das peças de madeira e ferragens da cobertura, e a representação dos condutores pluviais em quase todas as águas do telhado. Esse conjunto de informações evidencia que, possivelmente, as construções do Antigo Banco Constructor utilizavam muitos dos materiais e serviços disponíveis e realizados pela própria empresa, como as ferragens, cimento, madeira e serviços de serraria.

---

[142] O processo foi registrado pelo APHRP, mas não consta no seu acervo de obras particulares, por isso não foi possível consultá-lo. O registro informa apenas a propriedade, o nome da rua e data 13 out. 1909, com a finalidade de aprovação de uma construção.

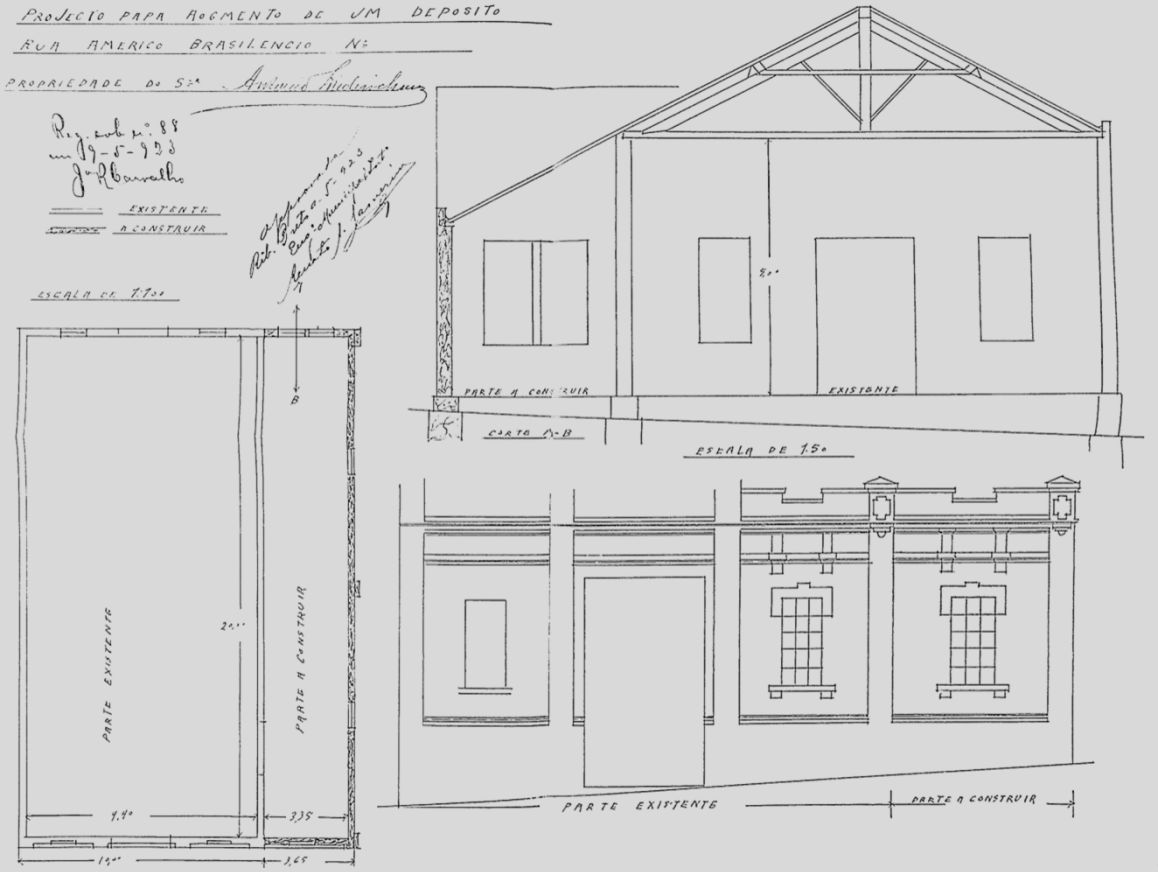


Figura 2.2.14 - Aumento de depósito na Rua Americo Brasiliense, de propriedade de Antonio Diederichsen.
Mês/Ano: 05/1923 | **Autor:** não informado
Fonte: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 88, 1923.

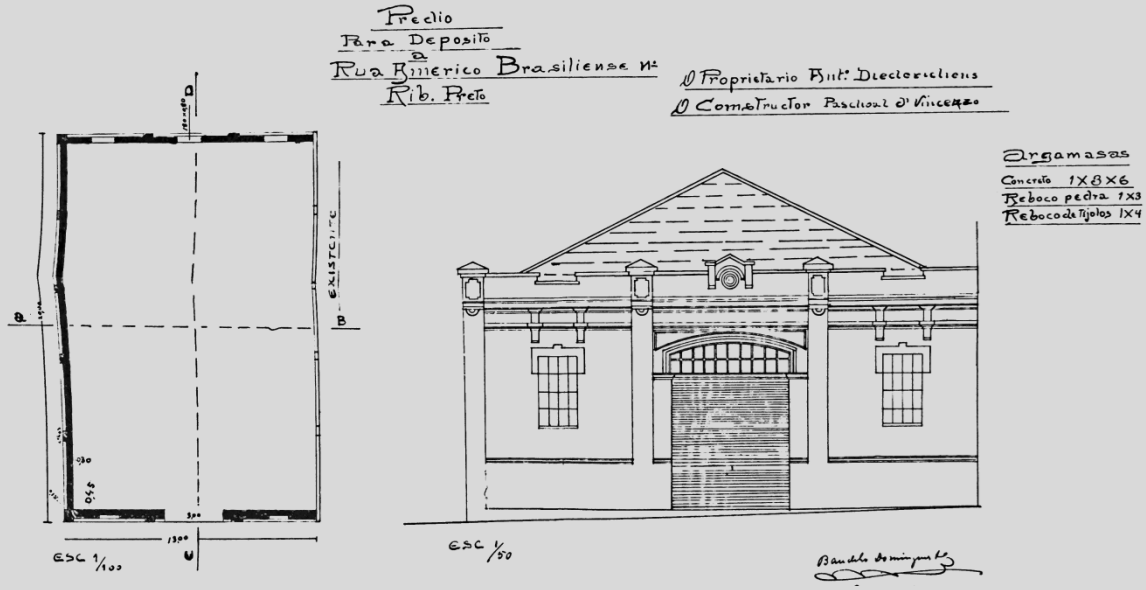


Figura 2.2.15 - Predio para depósito na Rua Americo Brasiliense, de propriedade de Antonio Diederichsen.
Mês/Ano: 06/1925 |**Autor:** Baudilio Domingues e Paschoal d' Vincenzo (constructor)
Fonte: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 141, 1925.

Além de terem sido aprovados no mesmo ano, os projetos para a garagem, na Rua São Sebastião (figura 2.2.4), e para o depósito, na Rua Américo Brasiliense (figura 2.2.15), possuíam outras características em comum, como o acesso central, no nível da calçada e com 3 metros de largura.[143] No entanto, destoava entre ambos a profundidade das edificações e as dimensões e alturas das janelas na fachada principal. Considerando as informações de Cruz (s.d., p. 63), de que os automóveis chegavam encaixotados em Ribeirão Preto, para só então serem montados, podemos supor que o depósito possa ter servido a essa finalidade. A montagem, segundo a autora, era por si só, "uma grande atração" e ocorria por meio da experimentação, já que "ninguém conhecia muito bem o mecanismo".

O interesse de Antonio Diederichsen pelas inovações tecnológicas da época não se limitou aos artigos que fornecia em seus estabelecimentos. O empresário também parecia reconhecer que a melhoria de alguns serviços de infraestrutura urbana poderia potencializar a operacionalização de suas transações comerciais. Nesse sentido, destacamos seu interesse pela criação de linha telefônica direta entre Ribeirão Preto e a capital paulista, sendo essa uma forma de comunicação mais eficiente que o correio e o telegrafo, capaz de reduzir o tempo de negociações em distâncias geográficas que nem mesmo o trem, ou os novíssimos automóveis, conseguiriam acompanhar com a mesma velocidade. Em 1924, ele e outros importantes empresários e empresas com atuação na cidade assinaram uma solicitação que apelava ao "espírito progressista" do então gerente da Companhia Telephonica de São Paulo, a pedir pelo fim das estações intermediárias e pela construção de uma linha direta entre Ribeirão Preto e São Paulo. Recorria-se à importância da cidade que, depois de São Paulo e de Santos, seria supostamente "a mais importante do Estado" e a que mais se desenvolvia (RIBEIRÃO..., 1929, p. 1).[144]

---

[143] A largura de três metros também foi indicada nas portas da Agência Ford projetada 1928 (figura 2.2.8) por Antonio Soares Romeo e Paschoal de Vincenzo.

[144] Na sequência, a carta dava continuidade às qualidades da cidade que justificavam a necessidade da linha: "Dada a sua maravilhosa situação topographica e a exuberante riqueza do municipio; a sua população cresce vertiginosamente, desenvolve-se o commercio, floresce a industria, multiplicam-se as operações bancarias e crea-se, aqui, paulatinamente, uma bolsa de café. Exactamente por ser a nossa cidade um grande centro de operosidade e de trabalho, é que tem premente necessidade de estar em contacto diário, quasi permanente, com as praças orientadoras dos negocios, as que fornecem as tabelas de descontos, as taxas de cambio, as cotações dos mercados. Nada mais natural, pois, seja aspiração de todos nós, para a celeridade dos negócios, que Ribeirão Preto tenha com essas praças, a do Rio de Janeiro, a de S. Paulo e a de Santos, uma communicação facil e rapida, pelo telephone, que, neste particular, supera em vantagens o correio e o telegrapho. É

A influência desses homens de negócios se juntava às ações promovidas pelos representantes políticos da elite cafeeira desde o final do século XIX — continuadas durante toda a Primeira República — para a execução de melhoramentos urbanos orientados pelo alcance das novas tecnologias. Inicialmente restritas às intervenções físicas na área central, visando à salubridade, ao disciplinamento e ao controle estético do espaço urbano. Aos poucos, a cidade ganhava outras dimensões e adquiria novas temporalidades. Se Arthur Diederichsen esteve no vértice das transformações ocorridas em Ribeirão Preto imediatamente após a Proclamação da República, Antonio Diederichsen também parece ter tido seu papel em algumas mudanças ocorridas nas décadas seguintes. Suas ações teceram sobre o espaço urbano uma trama que ultrapassou os laços sanguíneos de uma história de família, para representarem uma parte da história urbana de Ribeirão Preto.

Conectando contextos distintos, as obras de infraestrutura no córrego Ribeirão Preto, necessárias para a implantação da Estação Mogiana, em 1885, atravessaram muitas etapas e se estenderam ao longo de várias décadas e por diversas administrações municipais, sendo sua canalização representada já no mapa de 1892 (figura 1.2.3), quando Arthur Diederichsen assumiu a Intendência Municipal. No entanto, uma forte chuva ocorrida em março de 1927 provocou o transbordamento do seu curso d'água e a inundação de

---

para suggerir, sinão mesmo para pedir a v. s., como concessionario desse importante ramo de serviço publico, que liberte a nossa cidade das estações intermediarias por meio das quaes sómente (e com irritante morosidade) nos podemos communicar pelo telephone com aquellas praças, — é que dirigimos este apello. E, sabendo quão solicito é v. s. em attender aos justos pedidos da população, e conhecendo o espirito progressista com que v.s. orienta na administração e direcção da maior empresa do pais, e, sobretudo, vendo na medida solicitada um poderoso elemento de prosperidade para essa mesma Empresa, confiamos em que v. s., estudando a nossa representação, dentro em breve, a bem do interesse de todos, construirá uma linha directa para facilitar as comunicações telephonicas entre a nossa cidade e a capital do Estado, relevante serviço que só de si recommendaria v. s. á estima publica" (RIBEIRÃO..., 1929, p. 1, grafia original). As demais empresas a solicitar pela linha, foram: Banco do Brasil, Banco Commercio e Industria S. Paulo, Bco. F. e Ital. P. A. do Sul, Banco de S. Paulo, Casa Bancária Jorge Lobato, Casa Bancaria Tavares Mattos e Cia., Casa Bancaria Beschizza e Cia., ia. Antarctica Paulista, Cia. Cervejaria Paulista, Achê, Travassos e Cia., Antonio Diederichsen, Antonio Junqueira, Fernando Hachradt e Cia., Andrade Junqueira e Cia., Cia. Agricola Junqueira, Hard Rand e Cia., A. H. O. Roxo, Gertrudes Ferraz Xavier, Ernesto Terreri, Alexandre Salem, Christovam Junqueira de Almeida, Alexandre Silva, João Pereira Ramos Junior (RIBEIRÃO..., 1929, p. 1, grafia original). No ano seguinte, outra notícia publicada pelo jornal *O Brasil* informou a concessão de licença para instalação de "apparelhos receptores radio-telephonicos" em diversas cidades brasileiras. Uma dessas licenças estava destinada a Antonio Diederichsen, a única para Ribeirão Preto nessa ocasião (LICENÇAS..., 1925, p. 1).

edifícios localizados nos pontos mais baixos da Rua General Osório e de áreas da Rua José Bonifácio e Av. Jeronimo Gonçalves próximas à Estação (figura 4.3.1). Em um desses trechos, na José Bonifácio, estavam parte dos estabelecimentos de Antonio Diederichsen. Alguns deles, inclusive, passavam por reformas e ampliações naquele momento, como se pode deduzir pelo projeto aprovado em janeiro daquele ano (figura 2.2.10).

Segundo noticiou um periódico local, "no antigo Banco Constructor, situado na praça do Mercado desta cidade, os prejuízos são avultados, pois se estragou todo o material ali existente, que se compunha de cimento e cal" (AS INUNDAÇÕES..., 1927, p. 6). O prejuízo causado pela enchente foi contabilizado em 400:000$000 (quatrocentos contos de réis) pelo Antigo Banco Constructor, um dos valores mais altos entre os estabelecimentos afetados, a atestar o porte econômico da empresa e a quantidade de mercadorias estocada nos edifícios construídos até aquela data.[145] Diante do incidente, Antonio Diederichsen resolveu transferir a seção de depósitos da região central, em grande medida atingida pelas águas, para a Vila Tibério. Para tanto, determinou construir um novo edifício no local, que já contava com as construções aprovadas em 1914 e 1925 (figuras 2.1.13 e 2.2.16). Projetada ainda em 1927 (figura 2.2.17), a edificação se somou às demais e fez parte de um novo período de crescimento do Antigo Banco Constructor em Ribeirão Preto.

O primeiro projeto de edificação verificado para a Vila Tibério, em 1914, reproduziu apenas um corte esquemático e o desenho da frente das Oficinas, ritmado por pilares que demarcavam planos de fachada modulares, intercalados entre vãos de janela e duas portas de acesso (figura 2.1.13). Com poucas especificações e nenhum detalhe construtivo, não informava sua autoria ou o local em que a edificação seria implantada, mas indicou existências prévias que, provavelmente, abrigaram de modo ordinário as primeiras atividades industriais da empresa, que não poderiam estar localizadas na região central da cidade. Já em 1925, o conjunto de peças gráficas e especificações elaborado pelo

---

[145] Segundo publicação do jornal *Folha da Manhã*, o valor do prejuízo informado pelas demais vítimas foi: "Casa Vesuviana, 25:000$; Jorge Taban, 1:500$; Alexandre Lucca, 3:000$; Helena Sperdião e Irmão, 20:000$; Jacob J. Abdueh, 2:000$; Amadeu Vanini, 1:000$; João Matheus, 2:000$; Murched Cury, 4:000$0; Victor Rebouças, 15:000$; Liberni e Lopes, 20:000$; Pedro Salve, 3:000$; Remigto Barozzi, 2:000$. Do sr. Januario Barbosa, as aguas levaram a mobília e 150 saccos de amendoim. Os prejuízos do Mercado calculam-se em cerca de 100 contos, tendo abatido um pavimento. A cervejaria Paulista sofferu muitos prejuízos, mas ainda não foram calculados" (AINDA..., 1927, p. 4).

"Escriptorio Technico de Soares Romêo & Fleury Monteiro"[146] — com construção a cargo de Paschoal de Vincenzo — expôs detalhamento minucioso: planta, cortes, fachadas e memória de cálculo de resistência com dimensionamento de peças de madeira para o telhado; especificação dos sistemas construtivos com pilares de argamassa de cimento e alvenaria de tijolos, muros de arrimo, alicerces e áreas para iluminação e ventilação promovidas pelas janelas, portas e lanternim (figura 2.2.16). Embora não apresentasse legenda, a planta diferenciou o traçado de um bloco aparentemente já existente e, ainda que não seja possível afirmar que se tratasse do edifício aprovado em 1914, pode-se constatar a expectativa de crescimento almejado para o Antigo Banco Constructor em 1925. Nesse ano, enquanto a região central recebeu duas novas edificações (depósito, na Rua Américo Brasiliense, e garagem, na Rua São Sebastião, inaugurando os ramos de comércio e serviço relacionados aos automóveis), projetava-se para a Vila Tibério uma oficina que ampliou imensamente a dimensão da área de trabalho na qual se operava até então.

Estendendo-se ao longo da Rua Joaquim Nabuco, pela primeira vez a fachada de um empreendimento de Antonio Diederichsen não ostentou o ornamento de platibanda utilizado nas demais construções da Companhia (figura 2.1.14). Mantinha-se, entretanto, a modulação dos planos que recebiam as janelas e eram delimitados por colunas. Também não existia acesso pela fachada principal, apenas na parte posterior da edificação e em uma de suas fachadas laterais, voltadas para os pátios de serviço. Internamente, o desnível existente transversalmente, entre uma face e outra do prédio, foi agenciado pela criação de três planos cujas coberturas receberam lanternins para ventilação e iluminação.

---

[146] Até 1923, o Engenheiro Antonio Soares Romeo havia exercido o cargo de chefe na Repartição de Obras de Ribeirão Preto, período em que participou da concepção de projetos públicos, como o Paço Municipal, e analisava os processos para aprovação de novas construções na cidade. Sua assinatura de vistoria consta em todos os processos apresentados anteriormente por Antonio Diederichsen. Zenon Fleury Monteiro era engenheiro e atuava na capital paulista. Embora desconheçamos detalhes sobre sua formação, sabe-se que, em março de 1926, o diretor geral da Secretaria do Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas de São Paulo expediu solicitação à Escola Polytechinica para revalidação do diploma de Zenon Fleury Monteiro. Outras notícias relacionadas à sua formação e atuação foram encontradas no jornal *A Noite*, que em 2 set. 1930 publicou que o requerimento do engenheiro Zenor Fleury Monteiro para "pagar taxa de expedição de uma patente que lhe foi conferida em 1926" havia sido indeferida pelo Ministro da Agricultura (O REQUERIMENTO..., 1930, p. 2). Quatro anos depois, o jornal *Correio Paulistano* informou os "officios assignados pelo director geral" da Secretaria de Viação e Obras Públicas e o nome de Zenor Fleury Monteiro entre os engenheiros com concessão de licença para o exercício da profissão, transmitido ao Conselho Regional de Engenharia e Architectura, segundo auto n. 8.678, de 1925 (OFFICIOS..., 1934, p. 2).

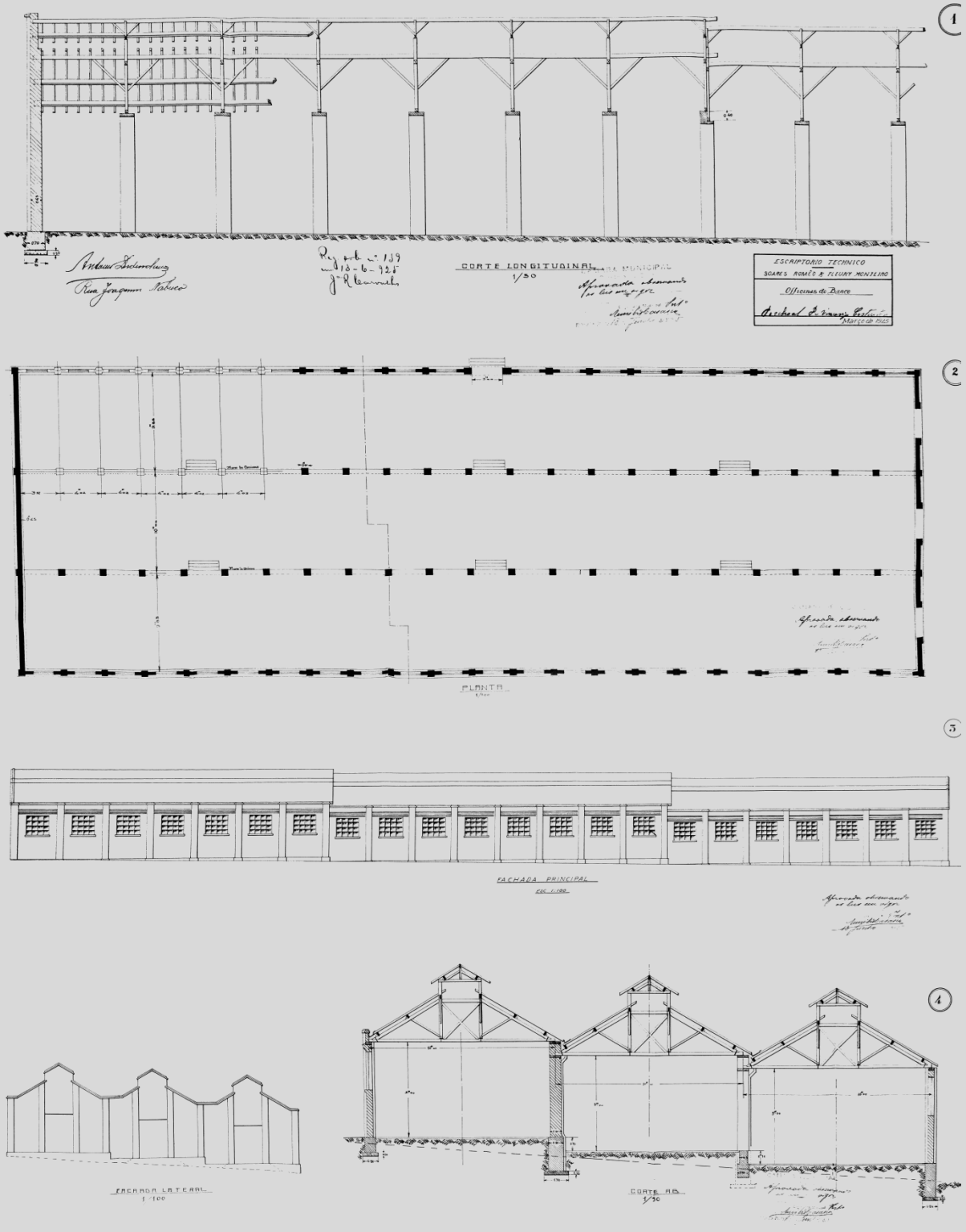


Figura 2.2.16 - Projeto para as oficinas do "Banco Constructor", na Vlla Tibério.

Mês/Ano: 06/1925

Autor: "Escriptorio Technico Soares Romêo & Felury Monteiro" e Paschoal D. Vincenzo (constructor)

Fonte: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 139, 1925.

A construção pode ter sido concluída ainda em abril de 1926, quando se divulgou a "inauguração da nova seção de fundição das officinas do Banco Constructor":

> Em novo prédio construído á rua Joaquim Nabuco, na Villa Tiberio, realizou-se hontem, às 14 horas, a inauguração da secção de fundição das conceituadas oficinas do antigo Banco Constructor, de propriedade do importante industrial e distincto cavalheiro sr. Antonio Diederichsen.
>
> Ao acto inaugural compareceram innumeras pessoas que foram unanimes em elogiar os vastos conhecimentos technicos dos mecânicos srs. Emil Hollriegel e Henrique Clasen, respectivamente diretor e mestre daquella importante secção inaugurada. (INAUGURAÇÃO..., 1926, p. 10).

Contudo, com as inundações ocorridas em 1927 na região mais baixa do centro da cidade, um novo edifício para depósito de madeiras foi elaborado para a instalação do Antigo Banco Constructor na Vila Tibério (figura 2.2.17). O projeto recebeu a assinatura de Baudilio Domingues e Paschoal de Vincenzo, como "architecto" e "constructor architecto", respectivamente. [147] Propunha-se a construção da edificação em continuidade a outra já existente, no fundo do lote, até que se alcançasse frente para a Rua Joaquim Nabuco. Possivelmente, tratou-se de um bloco distinto do edifício aprovado em 1925, a indicar que o ABC ocupou vasta área para sua produção industrial (figura 2.2.18).[148]

---

[147] Cabe destacar que, antes disso, Baudilio Domingues e Paschoal de Vincenzo já haviam assinado outros projetos para estabelecimentos de Antonio Diederichsen na região central, como o depósito da Rua Américo Brasiliense, em 1925, e o escritório da Rua São Sebastião, em 1926. A partir dessa parceria, Baudilio Domingues e Paschoal de Vincenzo também trabalharam juntos em diversos projetos da cidade, sobretudo no ano de 1927, quando constatamos sete projetos assinados por esses profissionais. Natural de Goyan, na Espanha, Baudilio Domingues foi identificado por Lima (2020) como um profissional com prática licenciada, não diplomado, com grande atuação na construção civil de Ribeirão Preto entre 1910 e 1933. Enquanto prestava serviços técnicos ao Antigo Banco Constructor, o arquiteto licenciado Baudilio Domingues também projetou a ampliação da Companhia Cervejaria Paulista, em 1927, quando esse edifício passou a ter dois pavimentos, denotando o reconhecimento que possuía junto à sociedade ribeirão-pretana da época.

[148] A área onde as oficinas do setor industrial do Antigo Banco Constructor estavam implantadas era vizinha às instalações da Cia. Cervejaria Antarctica e diretamente servida por um ramal da Ferrovia Mogiana, estando a poucos metros da Estação São Paulo Minas, implantada em 1928 para atender a Cia. Metalúrgica de Ribeirão Preto, instalada em 1922 (figura 2.2.18). Essa região da Vila Tibério também recebeu alguns investimentos públicos, como a construção do Terceiro Grupo Escolar – posteriormente denominado Sinhá Junqueira – em 1921, a Igreja Nossa Senhora do Rosário, construída em 1918, ambos no entorno da Praça Coração de Maria, localizada a uma quadra do Antigo Banco Constructor. Certamente, a relação de proximidade entre essas duas importantes indústrias e a conexão com a linha férrea foram determinantes para a evolução financeira dos negócios de Antonio Diederichsen, da mesma maneira que as instalações industriais ali presentes também contribuíram para fomentar o desenvolvimento da região que recebeu moradias da classe operária.

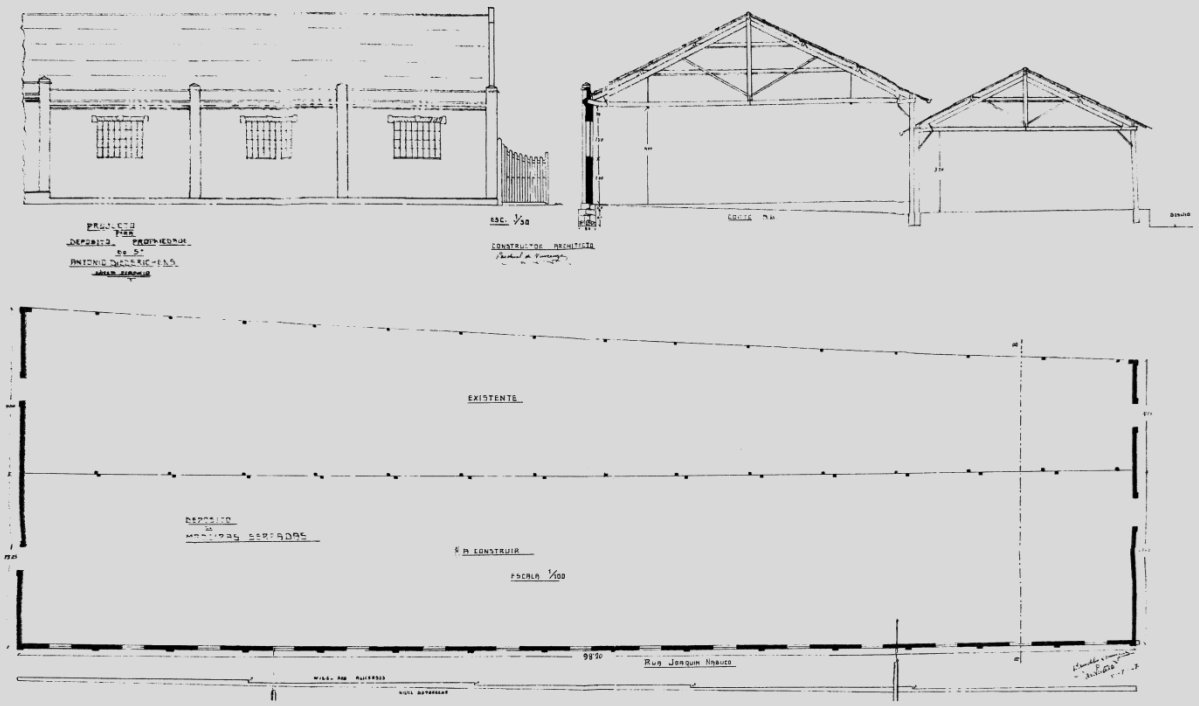


Figura 2.2.17 - Projeto para depósito de madeiras serradas, de Antonio Diederichsen, na Vila Tibério.
Mês/Ano: 07/1927
Autor: Baudilio Domingues (architecto) e Paschoal de Vincenzo (constructor architecto)
Fonte: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 155, 1927.



Figura 2.2.18 - Vista aérea com as instalações da Cervejaria Antarctica e parte inicial das oficinas no Antigo Banco Constructor, na Vila Tibério, a partir da Rua Castro Alves, que separa as duas indústrias. Observa-se o ramal férreo que passa na parte posterior de ambas.
Data: não identificado | **Autor:** ENFA. Editado por Tatiana S. Gaspar.
Fonte: disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Vista_a%C3%A9rea_da_Cervejaria_Antarctica,_Ribeir%C3%A3o_Preto_-_1940.jpg. Acesso em: 12/09/2020.

Os danos causados pela enchente de 1927, além de acarretarem a transferência de seções do Antigo Banco Constructor para a Vila Tibério e, com isso, a expansão das edificações da empresa naquela área, também provocaram a necessidade de reformulação dos edifícios atingidos pelo transbordamento do ribeirão Preto na região central. A primeira iniciativa voltada a esse fim foi verificada em 1928, quando Antonio Diederichsen apresentou o projeto de um armazém com frente para a Rua José Bonifácio, novamente assinado por Paschoal de Vincenzo, como "constructor architecto", e Baudilio Domingues, como "architecto" (figura 2.2.19).[149]

No projeto, a planta indicou que o novo edifício partia de uma edificação existente, localizada à esquerda, possivelmente se referindo ao primeiro edifício construído pela Diederichsen & Hibbeln, na esquina com a Rua São Sebastião, e que em janeiro de 1927 havia sido alvo de reforma e ampliação. O espaço indicado como armazém possuía salão com mais de 1.200m² de área e, ao fundo, cerca de 300m² foram aproveitados do desnível do terreno para criar um porão que estaria abaixo do assoalho de uma edificação voltada para a Rua São Sebastião, projetada em 1927. Os cortes esclarecem que algumas soluções adotadas pelos autores, como a utilização de claraboias de vidro e janelas altas que se aproveitavam do desnível entre as edificações, só foram possíveis devido à autonomia dos pisos e coberturas que alguns prédios possuíam entre si.

O desenho da fachada deu continuidade à composição das edificações construídas anteriormente para o Antigo Banco Constructor (figuras 2.2.20 e 2.2.21), assemelhando-se, sobretudo, às soluções adotadas nos projetos de depósitos da Rua Saldanha Marinho, em 1922, e da Rua São Sebastião, em 1927. Foi, no entanto, uma edificação com maior racionalidade construtiva, que utilizou métodos e materiais e disponíveis na época — e, em parte, oferecidos pela própria empresa — para uma concepção com maior arrojo estrutural. Pela primeira vez se adotava, para a região central, a proposta de planta livre de alvenaria na área interna. As três coberturas de duas águas, que se estendiam ao longo do armazém, foram sustentadas por pilares de seção quadrada (30x30cm) distribuídos a partir de uma malha com espaçamentos regulares e conectados por vigas com mísulas.

---

[149] O APHRP também mantém o registro de um projeto que teria sido apresentado por Antonio Diederichsen, em 14 ago. 1929, para a Rua José Bonifácio. No entanto, o processo n. 102 não consta para consulta no acervo de Obras Particulares, pertencente ao Fundo Prefeitura Municipal relacionado ao Desenvolvimento Urbano e Rural e, por isso, não foi possível analisá-lo.

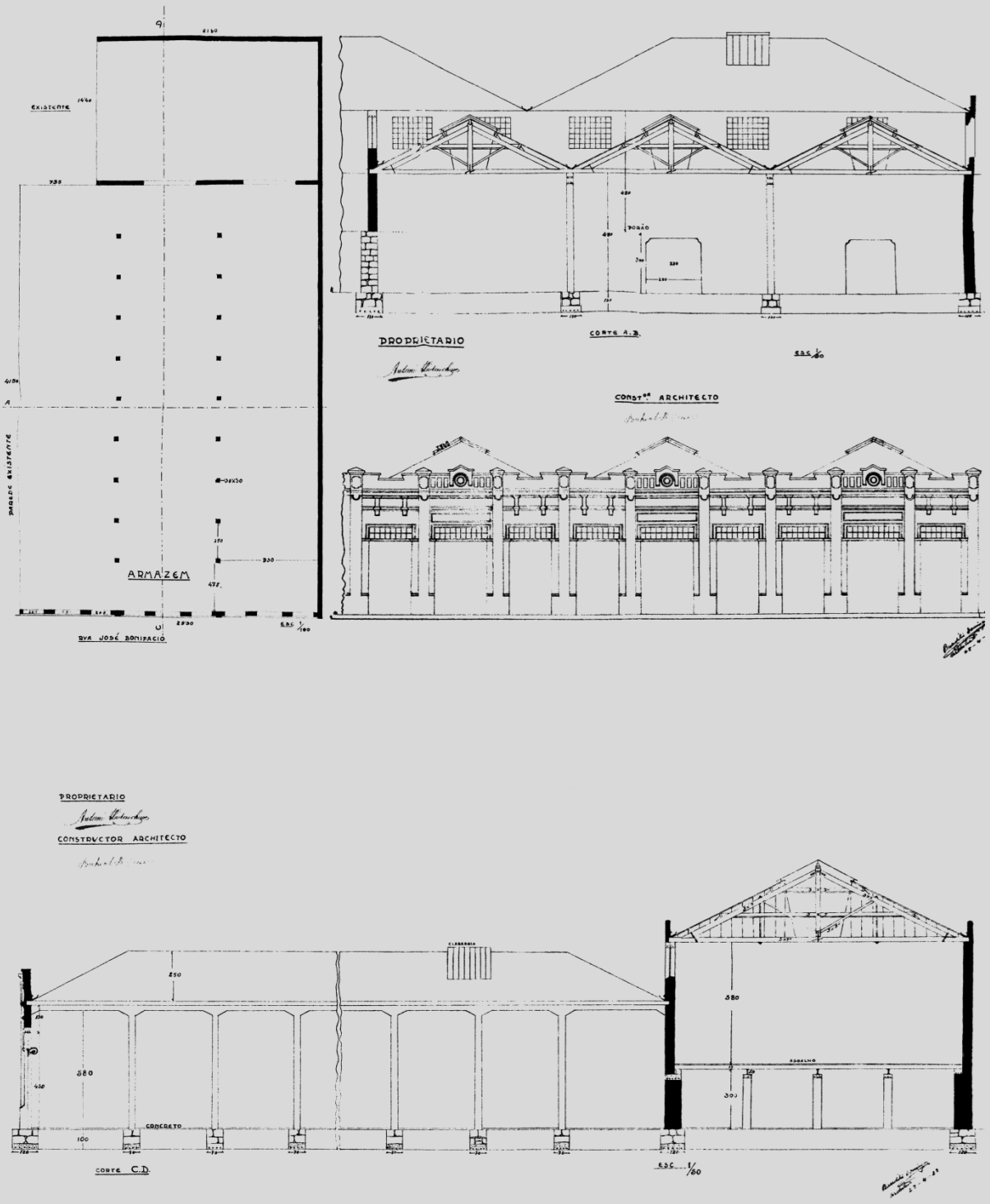


Figura 2.2.19 - Projeto para armazém na Rua José Bonifácio, de propriedade de Antonio Diederichsen.
Mês/Ano: 08/1928
Autor: Baudilio Domingues (architecto) e Paschoal de Vincenzo (constructor architecto)
Fonte: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 280, 1928.



Figura 2.2.20 - Edifício da Diederichsen & Hibbeln na esquina entre as ruas São Sebastião e José Bonifácio.
Data: 1907
Autor: não identificado
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F491.



Figura 2.2.21 - Conjunto edificado do Antigo Banco Constructor, nas ruas São Sebastião e José Bonifácio.
Data: 1928
Autor: não identificado
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F493.

Entre 1925 e 1928, Paschoal de Vincenzo assumiu a função de construtor em todos os projetos desenvolvidos para o Antigo Banco Constructor e, nesse período, atuou sempre em parceria com outros profissionais: inicialmente com os engenheiros Antonio Soares Romeo e Fleury Monteiro (no projeto de 1925, para a Vila Tibério), e, nos demais, com Baudilio Domingues, que assinava como arquiteto. Essa última dupla trabalhou em cinco projetos para Antonio Diederichsen entre 1925 e 1928, a sugerir certa predileção do empresário que já havia utilizado os serviços técnicos de outros profissionais também conhecidos na cidade, como Antonio Soares Romeo, Humberto di Pace e Vicente Lo Giudice. Embora a constância de Domingues e De Vincenzo não tenha promovido marcas próprias na linguagem estética dos edifícios do Antigo Banco Constructor, formada ainda nos tempos da Diederichsen & Hibbeln, alguns detalhes nos projetos assinados por esses profissionais, assinalaram maior apuro nas soluções, como a fundação sobre base de cimento armado, a contribuir para a estabilidade desses edifícios implantados nos diferentes níveis de um terreno com topografia acidentada.

Contudo, em 1929, dois meses antes do início da crise internacional, Paschoal de Vicenzo assinou sozinho e, dessa vez, como arquiteto, um novo projeto para o Antigo Banco Constructor (figura 2.2.22), dando continuidade à construção aprovada no ano anterior e substituindo o edifício projetado em 1914 (figura 2.2.17). O edifício seguia pela Rua José Bonifácio até a esquina com a Rua Américo Brasiliense, por onde se estendia até o depósito projetado em 1925. Sem especificar o uso do estabelecimento, a planta continha informações a representação da cobertura e indicava pilares com armação de ferro que possuíam área, seção e espaçamentos próximos aos estabelecidos no projeto de 1928.

A fachada voltada para a Rua José Bonifácio também manteve a sequência de portas para a calçada, fazendo crer que essa seria uma ampliação do armazém. Na Rua Américo Brasiliense foi, no entanto, tratado de modo distinto: sem nenhuma porta e com seis amplas janelas. Acompanhando o desnível da calçada, os dois módulos se dispuseram em alturas diferentes e provocaram o desalinho dos elementos horizontais, como platibanda, frisos e peitoris. Enquanto os projetos anteriores utilizaram esquadrias de verga em arco com bandeira fixa, optou-se pela adoção de janelas de verga reta sem bandeira, sendo o arco uma alusão causada pelo ornamento em relevo. Já a parte central de cada módulo mostrou-se, novamente, a de maior destaque, pois era onde estava o centralizado o elemento decorativo da platibanda identitário das empresas de Antonio Diederichsen.

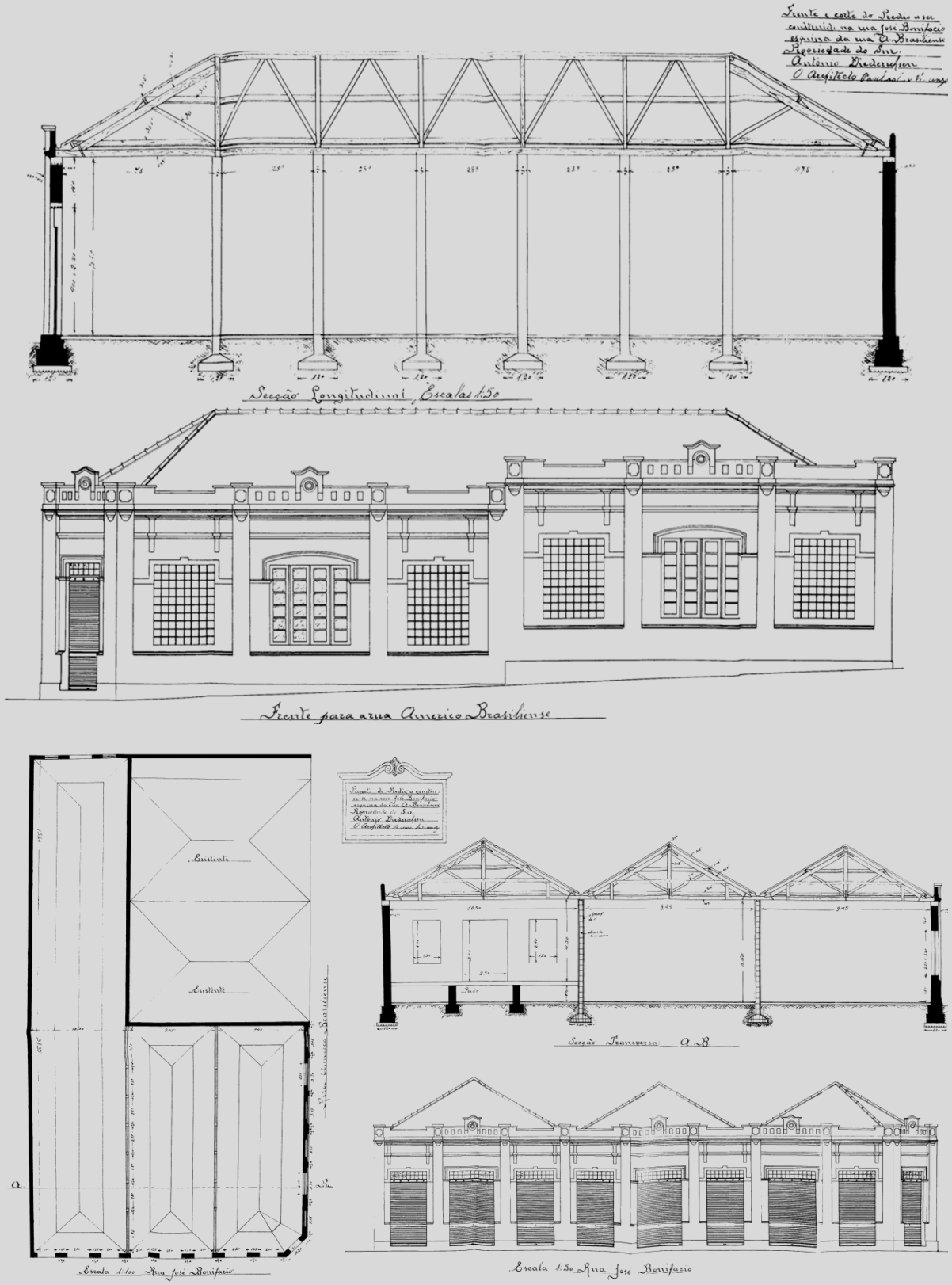


Figura 2.2.22 - Projeto para edifício na esquina entre as ruas José Bonifácio e Americo Brasiliense.
Mês/Ano: 08/1929 | **Autor:** Paschoal de Vincenzo (architecto)
Fonte: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 187, 1929.

Evidencia-se, uma vez mais, a setorização espacial e funcional dos estabelecimentos de Antonio Diederichsen, que abrigavam funções específicas de acordo com as características da rua a serem implantados. Na Rua José Bonifácio, especialmente no trecho em frente ao Mercado Público de Ribeirão Preto, os edifícios se aproveitaram da movimentação de pessoas, sendo destinados ao comércio (figura 2.2.23). Esses estabelecimentos ofereciam vasta gama de produtos, que atendiam desde demandas agrícolas (figura 2.2.24), como materiais para a construção civil e mercadorias vinculadas às novas necessidades dos indivíduos, seja em seus cuidados pessoais (figura 2.2.25) ou com suas moradias (figura 2.2.26), designando maiores níveis de comodidade e conforto.

Já a Rua São Sebastião, que funcionou como um eixo importante de ligação entre o Mercado e a Praça XV de Novembro, não se caracterizou pela intensidade de estabelecimentos comerciais, como ocorreu com a Rua General Osório e Rua José Bonifácio. A análise de usos dos estabelecimentos do Antigo Banco Constructor nessa via — que, anos depois, também receberia o Edifício Diederichsen — apontam para a presença de serviços, como o escritório da empresa e a garagem para automóveis. Na Rua Américo Brasiliense concentraram-se os depósitos, que serviram como apoio para as atividades comerciais e industriais da empresa.

No entanto, expansões do ABC ocorridas nessa região, a partir de 1919 e, sobretudo, em 1922, quando ocupou de modo definitivo a esquina entre as ruas Saldanha Marinho e São Sebastião, evidenciam que, poucos anos após desfazer a sociedade com Hibbeln, a evolução dos negócios de Antonio Diederichsen já demarcava novos espaços na cidade, para além das perspectivas comerciais oferecidas pelo Mercado Municipal. Ao substituir uma casa de características modestas, aprovada em 1913 para o mesmo local[150], os armazéns na esquina entre as ruas Saldanha Marinho e São Sebastião também se relacionaram a outro projeto aprovado em 1922, dessa vez para a reforma e ampliação de uma casa localizada entre as ruas Tibiriçá e Rui Barbosa (figura 2.2.28). A proposta de construção de morada dupla faz supor que Antonio Diederichsen tenha iniciado sua atuação como produtor de habitação para renda, ainda na década de 1920.

---

[150] A “casa de morada na Rua S. Sebastião, esquina Rua Saldanha Marinho dos Sres. Diederichsen & Hibbeln” não representava planta ou cortes, impedindo sua análise interna. No entanto, os desenhos das fachadas expressam o aspecto rural de uma casa que se voltou ao “quintal”, no interior do lote, com a presença de alpendre elevado do solo e alcançado por escada, por onde se acessava o interior da residência (figura 2.2.27).



Figura 2.2.23 - Conjunto edificado do Antigo Banco Constructor na esquina entre as ruas São Sebastião e José Bonifácio. A imagem registra a atração da população (uma criança e um homem) que olha para a vitrine e para o interior do estabelecimento a partir das grandes aberturas voltadas para a Rua José Bonifácio.
Data: 1929
Autor: não identificado
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F486.



Figura 2.2.24 - (acima) Anúncio publicitário de formicida, informando o nome de Antonio Diederichsen como revendedor em Ribeirão Preto.
Fonte: Jornal *O Estado de S. Paulo*, em 30 ago. 1928, p. 3.



Figura 2.2.25 - (acima, à direita) Anúncio publicitário de perfume "Tosca", em exposição na "Casa Antonio Diederichsen" em Ribeirão Preto.
Fonte: Revista *Fon Fon* (RJ), em 29 dez. 1928, p. 11.



Figura 2.2.26 - (ao lado) Anúncio publicitário de formicida, informando o nome de Antonio Diederichsen como revendedor em Ribeirão Preto.
Fonte: Jornal *O Estado de S. Paulo*, em 12 jun. 1934, p. 7.

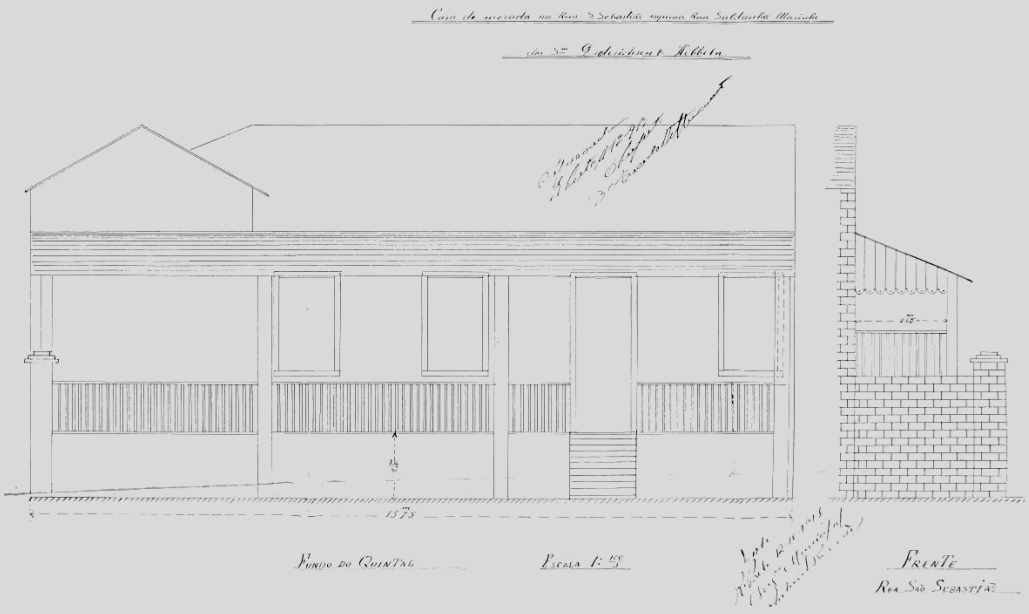


Figura 2.2.27 - Casa de morada entre as ruas S. Sebastião e Saldanha Marinho, de "Diederichsen e Hibbeln". | **Mês/Ano:** 12/1913 - **Autor:** N.I. | **Fonte**: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 280, 1913

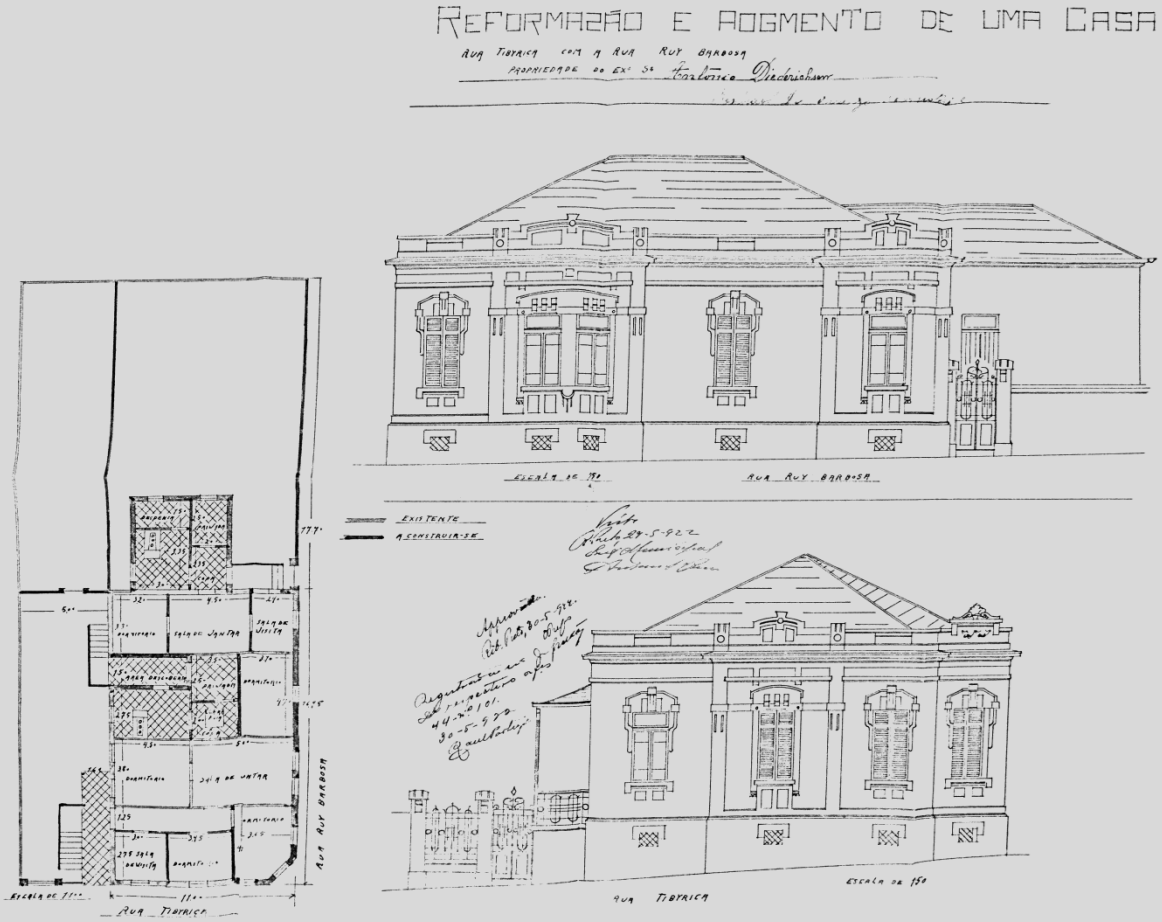


Figura 2.2.28 - Reforma e aumento de uma casa na esquina entre as ruas Tibiriçá e Rui Barbosa.
Mês/Ano: 05/1922 | **Autor:** Paschoal de Vincenzo (constructor)
Fonte: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 101, 1922.

O projeto de “Reformasão e aumento de uma casa”, em 1922, foi o primeiro trabalho assinado por Paschoal de Vincenzo para Antonio Diederichsen, dando início à profícua relação profissional que se estabeleceu entre eles a partir de então.[151] O edifício se inseriu no contexto inicial de ocupação da região sul da cidade, próxima à recém-inaugurada Avenida Independência que, nesse período, passava a receber moradias de famílias com maior poder aquisitivo.[152] A construção promovida por Antonio Diederichsen estava em frente a

[151] A história de Paschoal de Vincenzo é pouco conhecida. Seu nome só foi verificado entre os processos aprovados pela Prefeitura de Ribeirão Preto a partir de 1922, ano em que desenvolveu esse projeto de residência dupla para Antonio Diederichsen. Até 1934, quando participou do projeto para o Edifício Diederichsen, teve atuação em mais de 90 projetos apresentados à Prefeitura de Ribeirão Preto (LIMA, 2020), o que expressa a notoriedade conquistada por esse profissional na cidade. Segundo Leonardo (2013, p. 53), Paschoal de Vincenzo era a abreviatura usada por Domenico Paschoali Di Vincenzo, que teria migrado da Itália, mais precisamente de Pescopennataro, e, em 1922, estabeleceu em Ribeirão Preto uma construtora. Na planilha disponibilizada pelo APHRP com informação das “plantas aprovadas” entre 1902 e 1914, identifica-se o nome de Paschoal Vicente como arquiteto em projeto para a construção de uma edificação para Cândido Botelho, na Rua do Comércio, n. 53, em 4 mar. 1902. A semelhança entre os nomes faz crer que esse tenha sido o primeiro projeto de Paschoal de Vincenzo em Ribeirão Preto. No entanto, como o documento original não consta no acervo de Obras Particulares do APHRP, não foi possível verificar a informação ou mesmo averiguar outras possibilidades sobre o caso. Em 1913, o sobrenome “De Vincenzo” apareceu ao lado de “Gagliatto”, ambos como construtores de uma residência cuja propriedade era de Joaquim Moreira de Oliveira (APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 197, 1913). Em 1917, o projeto de uma garagem e uma cocheira recebeu o carimbo de Evaristo Vincenzo (APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 71, 1917), até que, a partir da década de 1920, o nome de Paschoal de Vincenzo passou a figurar intensamente em projetos para construção na cidade. Um processo de 1927 (APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 319, 1927) foi desenvolvido com a autoria de Evaristo de Vincenzo (que em sua assinatura informava a cidade de São Paulo e a data 25 set. 1927) e Paschoal de Vincenzo como “architecto constructor”, a indicar possível relação de parentesco entre esses profissionais. Seu nome só passou a constar entre os “constructores” da cidade em 1924, sem identificação de endereço ou informações adicionais. Em pesquisa realizada no *Almanak Laemmert*, registra-se “Paschoal Vicenzo”, entre os demais “constructores” de Ribeirão Preto, em 1924, 1925, 1926 e 1927: “Aristides Pinotti, Antonio Langaretti, Ernesto Ferreri, Geribello & Quevedo, Giacomo de Giacomo, José Campanella, Luiz Bombanato e Pedro Girotto”. Em 1925, repetiram-se as mesmas informações divulgadas no ano anterior a esse respeito. Admitindo-se essa grafia, encontramos duas notícias publicadas pelo jornal *Correio Paulistano*, capazes de associá-lo à carreira Militar anterior à sua atuação na construção civil. Em dezembro de 1912, o soldado “Paschoal Vicenzo”, pertencente ao Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, teria sido excluído da corporação por “incapacidade physica” (VIDA..., 1912, p. 9). No ano seguinte, foi mencionado como “ex-soldado”, a passar pela inspeção de saúde da junta médica da Força Pública Militar do Estado de São Paulo (VIDA..., 1913, p. 8). Poucos dias antes, o mesmo jornal registrou um requerimento despachado por Paschoal Vicenzo ao Comando Geral da Justiça e Segurança Pública (JUSTIÇA...,1913, p. 9), que parece ter sido indeferido, segundo notícia publicada em fevereiro do ano seguinte (JUSTIÇA..., 1914, p. 5).

[152] Erigidas sobre lotes maiores, essas residências exploraram novas formas de implantação e refletiram as imposições de controle do ambiente privado pelo setor público, já que em 1921 um novo Código de Posturas

uma praça para onde também se voltava o Hospital Beneficência Portuguesa, construído três anos antes, em 1919.[153] Era, portanto, um terreno localizado em área que iniciava seu desenvolvimento, a demonstrar a capacidade de Antonio Diederichsen de vislumbrar as potencialidades que a expansão urbana poderia lhe oferecer. Para tanto, propôs não apenas uma, mas duas habitações, em um único lote que, aproveitando-se de parte de uma edificação pré-existente e utilizando estruturas comuns para o telhado e algumas paredes, internas e externas, visualmente se constituíram como um único bloco edificado, ainda que fossem independentes e acessadas por ruas distintas.[154] Apesar do adensamento proposto, grande parte do terreno com mais de 500 m² permaneceria não edificado, aparentemente servindo como quintal, a permitir a execução de outras edificações no futuro.

No entanto, a economia em algumas das soluções indica que nenhuma dessas casas esteve destinada às famílias com maior poder aquisitivo e prestígio social, como também foi utilizada como moradia por Antonio Diederichsen. Nesse sentido, um aspecto a ser observado é a ausência de garagem para veículos de tração animal ou motorizada. Acreditamos que, nessa época, Antonio Diederichsen já possuísse algum tipo de veículo, pois em 1920 foi aprovada a construção de uma garagem para o empresário. Sem autoria especificada, o projeto informou como localização a Rua Álvares Cabral, n. 69, mas não representou outras edificações ou sua implantação no terreno, o que nos impede de analisar se essa era uma construção anexa à sua residência, bem como a relação da garagem com os estabelecimentos comerciais do empresário.[155] Foi, contudo, a primeira edificação

---

foi aprovado em Ribeirão Preto.

[153] A praça em questão foi denominada “Luiz de Camões” pela lei n. 56, de 09 jun. 1934.

[154] O programa de usos também era similar entre ambas: sala de visita, sala de jantar, copa, cozinha, privada e dois ou três dormitórios. Alinhadas à calçada pública, cada residência possuía recuos laterais e estava elevada em relação ao nível da rua, soluções que garantiam maior privacidade aos moradores, bem como mais iluminação e arejamento aos ambientes. Não houve rígida setorização entre as áreas sociais e íntimas, mas o setor de serviços se manteve na porção posterior da planta, com circulação restrita a partir da copa. Igualmente, a presença de dois acessos, um claramente social e, outro, de serviço, evidenciou a segregação entre moradores e visitantes, e empregados, separados desde a entrada da residência. Externamente, a edificação expressou sua influência eclética em elementos decorativos da platibanda, molduras de janelas e gradis, variando entre as referências de formas florais e geométricas que, nas ferragens dos gradis, aproximaram-se da linguagem *Art Nouveau*.

[155] APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 24, 1920. Sabe-se que, em seu testamento, Antonio Diederichsen informou residir na Rua Álvares Cabral, n. 77. Esse endereço estaria próximo à numeração da garagem, que possivelmente serviu ao seu uso pessoal.

relacionada a um dos ramos do Antigo Banco Constructor com maior expansão a partir de 1925, quando passou a vender automóveis importados na cidade.

Em 1931, o empresário ampliou ainda mais essa atividade, após ter aprovado projeto para construção de "posto para venda de gazolina, na Rua Saldanha Marinho esquina com a Rua Americo Brasiliense" (figuras 2.2.32, 2.2.33 e 2.2.34), a indicar não só a evolução do negócio iniciado com a garagem e a oficina na Rua São Sebastião, como também o início da relação profissional de Antonio Terreri em projetos para Antonio Diederichsen.[156] Foi, igualmente, a primeira parceria verificada entre o "arquitecto" Antonio Terreri e o "constructor" Paschoal de Vincenzo, que três anos depois atuaram novamente em parceria no projeto do Edifício Diederichsen.

Antonio Terreri nasceu em 1892 e faleceu em 1959, aos 67 anos de idade. Embora tenha residido na capital paulista ao menos desde o início da década de 1920, teve importante atuação na construção civil de Ribeirão Preto.[157] Entre 1911 e 1916, seu nome foi mencionado em mais de 50 projetos aprovados na cidade.[158] Em 1913, chegou a formar um

---

[156] Antonio Terreri parece ter construído uma relação de ampla confiança com Antonio Diederichsen, pois foi uma das testemunhas de seu testamento. Nesse documento, Antonio Terreri é apresentado como arquiteto, natural da Itália, casado e domiciliado em São Paulo (RIBEIRÃO PRETO, 1964).

[157] Sua atuação em Ribeirão Preto foi verificada a partir de 29 set. 1911, com a sigla "A. Terreri", quando projetou uma edificação para Antonio Ferreira de Souza na Rua Duque de Caxias. Seu nome foi listado entre os "constructores" de Ribeirão Preto na publicação do *Almanak Laemmert* em 1918, 1919, 1921 1922, com endereço à Rua Americo Brasiliense s/n, junto aos demais profissionais: Antonio Spanó, Aristides Finotti, Domingos Baudilio, Francisco M. Guigliote, Giacomo de Giacomo, João Rosa Grecchi, Tobias de Castro e Vicente Lo Giudice & C., que era construtor e vendedor de materiais de construção. No entanto, a partir de 1919, foi divulgado, por diversas ocasiões, em publicações vinculadas à cidade de São Paulo, como no jornal *Correio Paulistano*, quando foi convocado a comparecer na "Directoria Geral" da Prefeitura de São Paulo para esclarecimentos (PREFEITURA..., 1919, p. 5); ou quando se informou a aprovação da "Directoria de Obras e Viação" para "construir telhado na casa n. 8" (PREFEITURA..., 1919, p. 2). Em 1924, 1925, 1926 e 1927, o *Almanak Laemmert* publicou o nome de Antonio Terreri entre os engenheiros da cidade de São Paulo, com endereço à Rua Maria Trereza, 8. No entanto, o registro do título de Terreri na prefeitura de São Paulo parece ter ocorrido apenas nesse último ano, segundo informou reportagem do jornal *Correio Paulistano* (REGISTRO..., 1927, p. 10). Lima (2020) identificou o registro de Antonio Terreri nos livros de Imposto sobre Comércio, Indústria, Profissiões e Produção de Café pela Câmara Municipal de Ribeirão Preto, nos anos 1913 e 1914. Até 1938, Antonio Terreri também obteve registro no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) como "projetista-constructor", com a carteira profissional n. 390-61 (LIMA, 2020).

[158] Teria, portanto, iniciado sua carreira aos 19 anos. Pesquisas realizadas no acervo do APHRP apontam a possibilidade de Antonio Terreri ter tido parentesco com outros agentes da construção civil de mesmo sobrenome e que durante as primeiras décadas do século XX participaram ativamente de projetos aprovados pela Prefeitura de Ribeirão Preto, a saber: Thomaz Terreri – que em alguns projetos assinou como "Thomaz Terreri

"Escriptorio Technico" com Antonio Soares Romeu. Cabe destacar que, entre 1913 e 1923, Soares Romeo foi chefe na Repartição de Obras de Ribeirão Preto. Ou seja, no período em que Antonio Terreri iniciava sua atuação na cidade, seu ex-sócio era o principal responsável pela aprovação de obras no município. Ao longo da década de 1920, Antonio Terreri parece ter se afastado da produção civil em Ribeirão Preto, pois teve parca participação em projetos de obras particulares até a década de 1930. No entanto, em 1922, uma publicação do jornal *Correio Paulistano* informou a inauguração de um "riquíssimo palacete, estylo 'bungalow', situado à praça 15 de Novembro", executado pelo "constructor" Ernesto Terreri e projetado pelo "architecto" Antonio Terreri, que nessa época já residia em São Paulo (AS NOVAS..., 1922, p. 2). A "construcção moderníssima", como foi anunciada, possivelmente se tratava da edificação construída para a residência de Joaquim Camilo de Moraes Mattos que, naquele ano, era vereador em Ribeirão Preto (figura 2.2.29).[159] Quatro anos depois, Antonio Terreri também projetou a residência de Albino Camargo Neto, outra figura política importante na cidade (figuras 2.2.30 e 2.2.31). Em 1926, o então vereador contratou o Antonio e Ernesto Terreri, como arquiteto e construtor, respectivamente, para conceberem a edificação com características semelhantes às anunciadas para o palacete de Camilo de Mattos: "tendo alpendre redondo encimado de ricos capitéis, hall, vestíbulo, escritório, duas salas de jantar, salas de costura, salão de noites e muitos outros commodos, num total de 19, sendo 12 no 1º andar e 7 no andar superior" (AS NOVAS..., 1922, p. 2). Tais obras refletiram uma nova fase de sua produção, posterior ao período em que trabalhou em São Paulo e acumulou novos domínios técnicos e estilísticos. O convite para conceber um posto de combustível em Ribeirão Preto revela a aposta de Antonio Diederichsen na experiência do profissional licenciado na capital paulista, onde esse tipo de equipamento começou a ser difundido a partir de meados da década de 1920.

---

e Filho" ou "Thomaz Terreri e Filhos" – com atuação verificada entre 1910 e 1914; Ernesto Terreri, com projetos aprovados entre 1911 e 1932; Nicolau Terreri, verificado a partir de 1924 e que após 1929 também se identificou como "Nicolau Terreri e irmão". Segundo pesquisa realizada por Silva (2006) sobre a região do antigo Núcleo Colonial de Ribeirão Preto, outro integrante da família foi Octávio Terreri, engenheiro civil (CREA n. 4936) que atuou junto a "Nicolau Terreri e Irmão" (construtores licenciados) na Rua Padre Euclides, n. 915. Silva (2006, p. 134) indica que Octavio possuía escritório com Nicolau e Ernesto Terreri, para a construção de "casa a baixo custo, cujos compradores pagavam por meio de prestações que duravam vários anos".

[159] Camilo de Mattos se formou advogado na Faculdade de Direito, em 1917, e entre 1923 e 1926 se tornou vice-prefeito de Ribeirão Preto. Foi presidente da Câmara de Vereadores entre 1926 e 1929 e, nesse último ano, elegeu-se prefeito, cargo que ocupou até dissolução da Câmara, ocorrida em 1930.



Figura 2.2.29 - Palacete Camilo de Mattos, na Rua Álvares Cabral, em frente à Praça XV de Novembro.
Mês/Ano: não informado [1922(?)] | **Autor:** não identificado
Fonte: Claudio Baúso (arquivo pessoal). Disponível em: https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2019/08/03/palacete-camilo-de-mattos-sera-restaurado-pela-primeira-vez-em-97-anos-em-ribeirao-preto-sp.ghtml. Acesso em: 31/03/2020.



Figura 2.2.30 - Grupo de pessoas em frente ao Palacete Albino de Camargo, no período que marca o final da administração municipal assumida por seu grupo, antes do início do Governo Vargas. Na imagem, a fachada da residência aparece precisamente conforme o projeto de Antonio Terreri (figura 2.2.31).
Mês/Ano: 12/1930 - **Autor:** não identificado
Fonte: CONPPAC. Processo 02/2004-0274710, fl. 105.

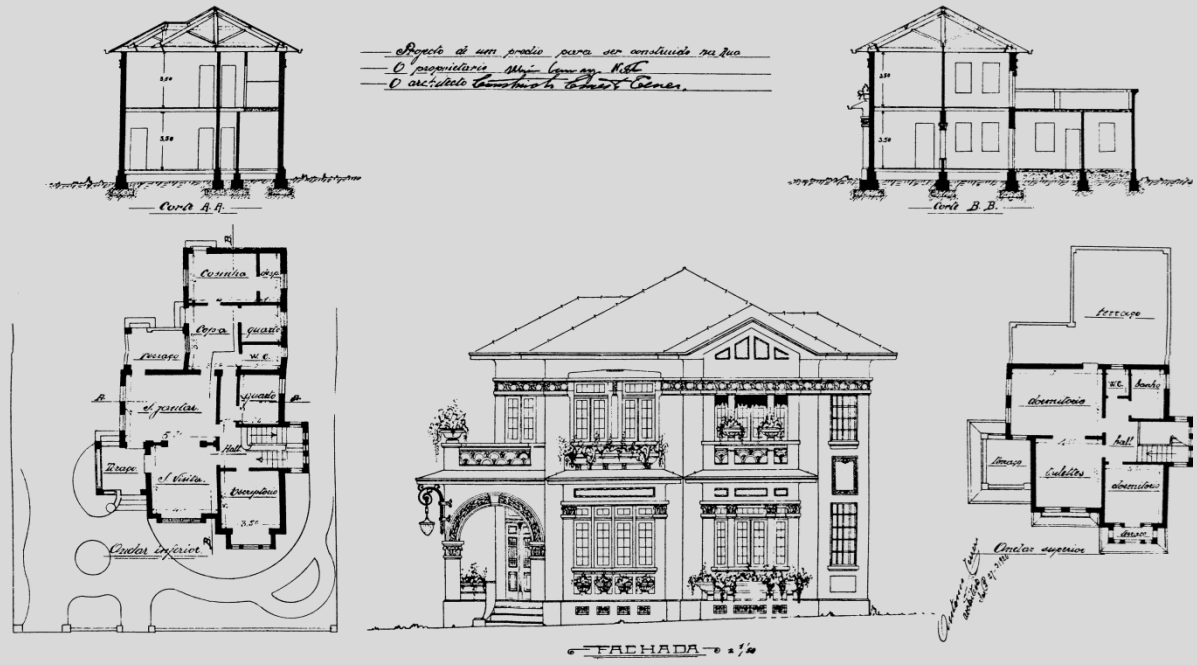


Figura 2.2.31 - Projeto de um prédio para ser construído para Albino Camargo Netto.
Mês/Ano: 06/1926 | **Autor:** Antonio Terreri (architecto – São Paulo) e Ernesto Terreri (constructor)
Fonte: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 108, 1926.

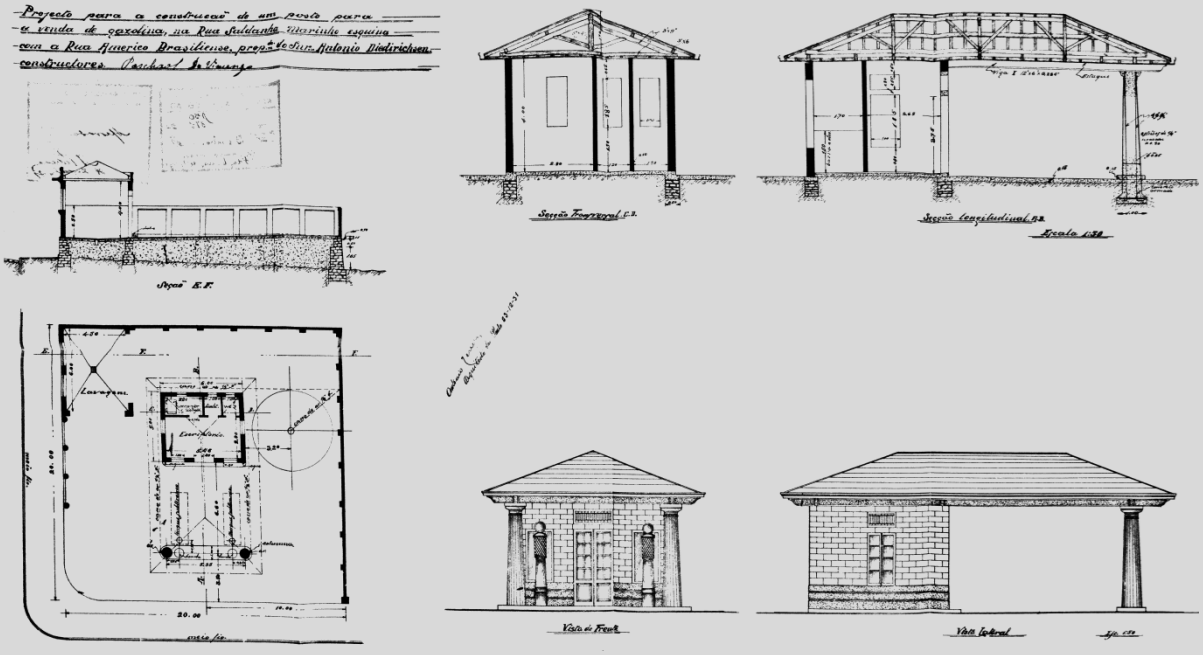


Figura 2.2.32 - Projeto para a construção de um posto para venda de gasolina, na Rua Saldanha Marinho, esquina com a Rua Américo Brasiliense, de propriedade de Antonio Diederichsen.
Mês/Ano: 12/1931 | **Autor:** Antonio Terreri (arquiteto – S.Paulo) e Paschoal de Vincenzo (constructor)
Fonte: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 150, 1931.

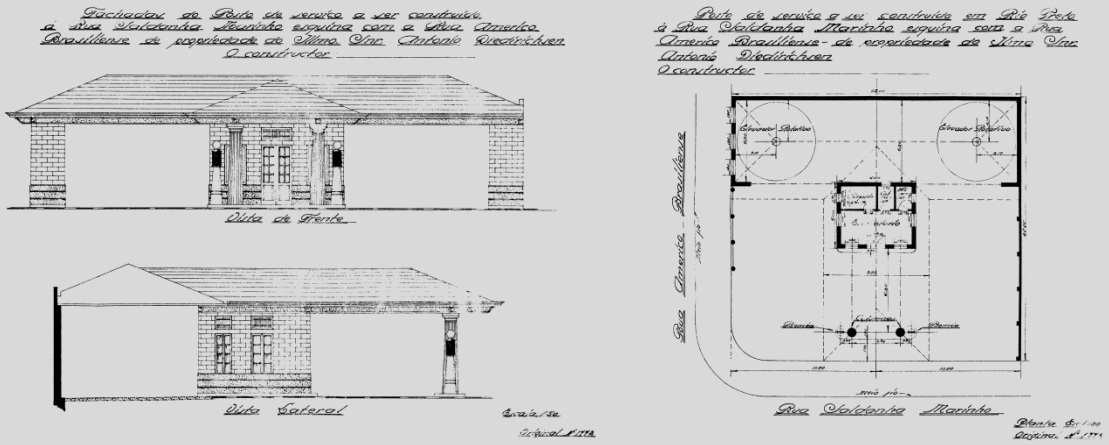


Figura 2.2.33 - Projeto de Posto de serviço, na esquina entre as ruas Saldanha Marinho e Américo Brasiliense, propriedade de Antonio Diederichsen. O projeto acima está armazenado na mesma pasta do projeto anterior (figura 2.2.32), mas não possui identificação de data ou autoria. Ambas possuem características similares, o que nos faz crer que essa última seja uma versão posterior da primeira, com maior área edificada. Na imagem a seguir é possível constatar que essa versão foi a construída por Antonio Diederichsen.
Mês/Ano: não informado | **Autor:** não informado
Fonte: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 150, 1931.



Figura 2.2.34 - Vista do Posto Diederichsen, localizado na esquina da Rua Saldanha Marinho (frente) com a Rua Américo Brasiliense (lateral). Na fachada do edifício voltada para a Rua Américo Brasiliense, as iniciais de Antonio Diederichsen aparecem estilizadas como logomarca na platibanda de contornos curvilíneos.
Dia/Mês/Ano: 05/06/1932
Autor: Photo Gullaci
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F200.

Em Ribeirão Preto, o primeiro projeto aprovado para funcionamento de um "posto de gasolina e lubrificação" foi desenvolvido pelo engenheiro Antonio Soares Romeo, em 1930, para a "Agencia 'Ford'" (figura 2.2.35). Localizado na esquina da Rua Tibiriçá com a Rua Américo Brasiliense, posicionava-se em frente à Praça 13 de Maio, a um quarteirão de distância da "Agência Ford" também projetada por Soares Romeo, em 1928. O posto refletiu a influência do estilo neocolonial, difundido em São Paulo desde meados da década de 1910, mas amplamente divulgado com a Exposição Internacional do Centenário da Independência, em 1922 (BRUAND, 2008), e que já era adotado em projetos de postos de abastecimento paulistanos, como os da Av. Aclimação n. 11 e Av. Tiradentes n. 1565.[160]

Enquanto Soares Romeo se utilizou dos efeitos da cobertura de telha-canal com vértice escarpado, o projeto de Terreri não seguiu a mesma linguagem e adotou, para o posto de Antonio Diederichsen, referências da arquitetura clássica, como colunas de ordem dórica e fuste canelado.[161] O programa de usos previu cobertura para lavagem e edificação com escritório, *toilet*, w.c., depósito e área para compressor. Dela partiu a cobertura para as duas bombas de abastecimento.[162] Repleto de indicações técnicas sobre os materiais e instalações necessárias ao funcionamento das bombas — como o tanque subterrâneo e os canos para passagem de ar — o projeto desse novo estabelecimento do Antigo Banco Constructor ilustrou a capacidade que se impunha à arquitetura que, para além das questões de ordem estética, deveria responder às necessidades geradas pelos novos equipamentos utilitários de uma população urbana, no início do século XX.

---

[160] O projeto do Posto de Gasolina Anglo Mexican situado na Avenida Aclimação foi elaborado no final da década de 1920 e sua inauguração ocorreu em 1930. Em 2015, o edifício foi tombado pelo CONDEPHAAT (Res. 107, 11/11/15) e, em 2017, pelo CONPRESP (Resolução 20/17), dessa vez, juntamente com posto de serviço automotivo da Avenida Tiradentes, ambos construídos pela *Anglo Mexican Petroleum Company Limited*.

[161] Em São Paulo, verificamos ter existido dois postos de combustível com estética similar, mas sobre os quais não encontramos informações sobre a origem ou autoria. Um deles esteve localizado na esquina entre a Rua Dona Ana Néri e a Rua da Mooca, no bairro homônimo. O outro foi o Auto Posto Timbiras, na confluência entre a Av. São João, Rua Conselheiro Nébias e Rua dos Timbiras (disponível em: http://www.saopauloantiga.com.br/category/imoveis-sp/tipo/postos-de-combustiveis/. Acesso em: 25/08/19).

[162] Arquivado junto ao projeto aprovado, está um jogo de cópias com uma planta baixa e duas vistas (frontal e lateral), sem especificação de autoria, de um "posto de serviço" para Antonio Diederichsen, naquele mesmo local. Os textos e a representação gráfica remetem ao projeto de Terreri, mas algumas diferenças podem ser observadas, como a posição das duas bombas e, principalmente, as instalações no fundo do terreno. Enquanto o projeto aprovado propôs uma área para lavagem dos automóveis, o outro identificava a presença de dois elevadores rotativos, que possivelmente seriam utilizados para manutenção veicular.

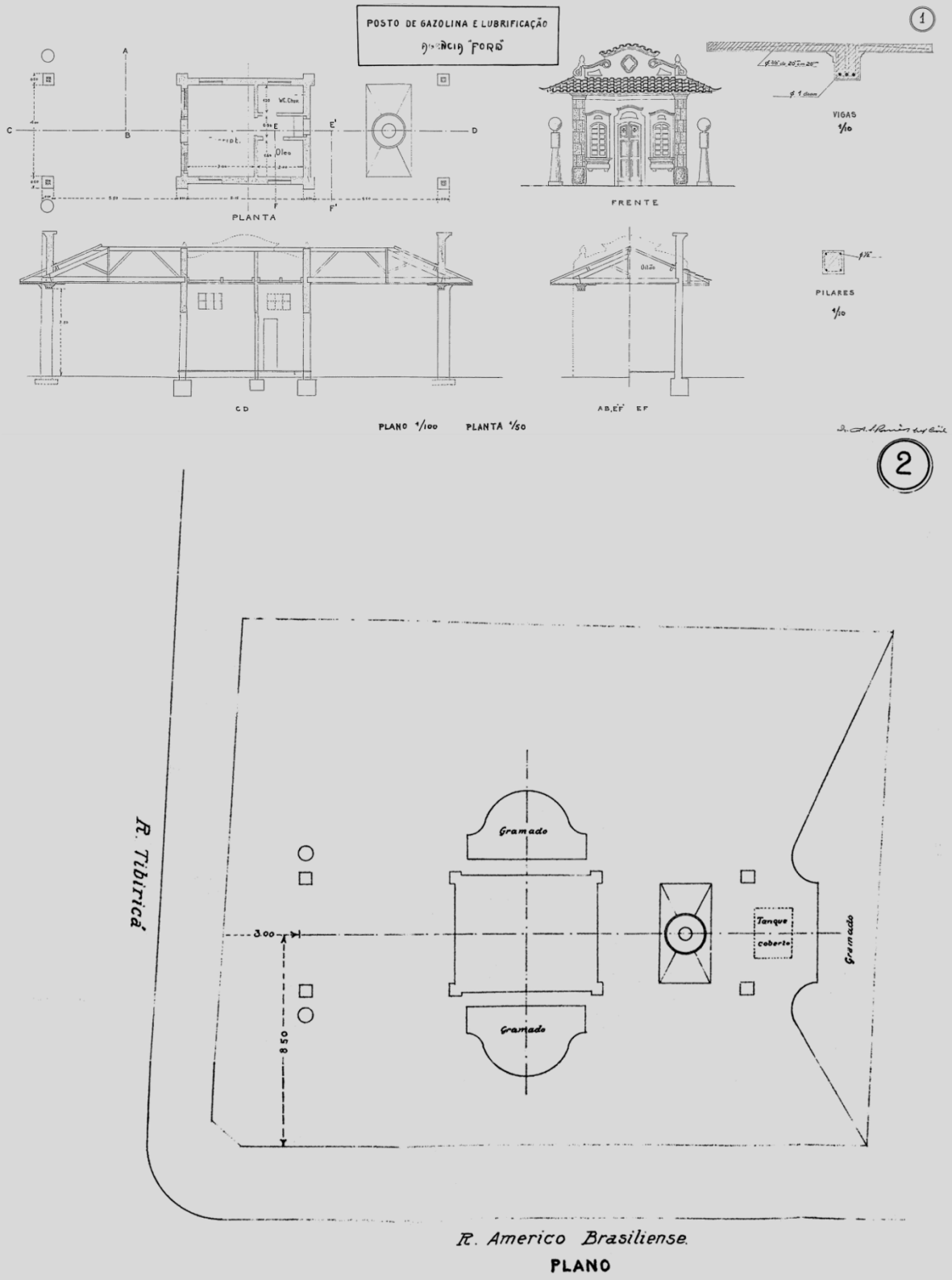


Figura 2.2.35 - Projeto de Posto de Gasolina e Lubrificação – Agência Ford.

Dia/Mês/Ano: 10/09/1930 | **Autor:** Antonio Soares Romêo – Eng. Civil

Fonte: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 118, 1930.

Ademais, o projeto de 1931 refletiu, novamente, o pioneirismo empresarial de Antonio Diederichsen, dessa vez materializado pelo domínio construtivo de Antonio Terreri, acompanhado pela experiência de Paschoal de Vincenzo: aspectos que três anos depois também levariam à concepção do Edifício Diederichsen. O tino apurado de Antonio Diederichsen já lhe conduzia para a diversificação e ampliação dos negócios desde o início de sua atividade empresarial em Ribeirão Preto, variando entre diversas atividades: serviços de serraria, fundição e mecânica; fornecimento de máquinas para lavoura e indústria; materiais para a construção civil, como ferragens, cimento e cal; comércio de automóveis, venda de combustível, utensílios eletrodomésticos; e até mesmo produtos para cuidado pessoal.[163] Gradativamente, somaram-se novos ramos de atuação, ampliaram-se as construções edificadas para receber os estabelecimentos do Antigo Banco Constructor (figuras 2.2.36 e 2.2.37) e cresceram os lucros obtidos pelo empresário que, em 1927, foi novamente "o maior pagador do imposto de indústria e profissões" de Ribeirão Preto, superando até mesmo a arrecadação da Companhia Antarctica, que só viria a ultrapassá-lo no final da década seguinte (MARCONDES; GARAVAZO, 2004, p. 216). [164]

---

[163] Além da atuação em negócios urbanos, Antonio Diederichsen parece também ter mantido propriedades rurais na região. Em 1918, o *Almanach da Comarca de Amparo* (p. 371) registrou uma "Indústria de Lacticinios" com a propriedade de Antonio Diederichsen, "na sua fazenda 'Palestina'", com exportação de "cerca de 1000 litros de leite gelado diariamente para Ribeirão Preto". Segundo Gleria (2013, p. 124), em 1938, comprou de Alcides Rosa a fazenda Santa Rosa, no município de Ribeirão Preto, e chegou a realizar alterações na casa sede que já existia no local. Marca a sua propriedade, um tijolo assentado com o nome de Diederichsen no porão dessa edificação. Em 1933, uma notícia divulgada pelo jornal *Folha da Manhã*, informou que Antonio Diederichsen realizou embarque de café procedente de "Arantes" (CAFÉS FINOS..., 1933, p. 18).

[164] A pesquisa de Lanza e Lamounier (2014, p. 598) sobre os dados das Estatísticas industriais do Estado de São Paulo em 1928, 1929 e 1930 indicaram que, nesse primeiro ano, Antonio Diederichsen acumulava capital de 300:000$000 (trezentos contos de réis), possuía 79 operários e foi enquadrado no ramo de máquinas agrícolas. No ano seguinte (1929), foi citado em dois ramos: "Machinas para lavoura e indústria" e "Serrarias", cada um deles com capital de 300:000$000 (trezentos contos de réis), 64 e 59 operários, respectivamente. Por fim, em 1930, mantinha-se no ramo de máquinas com os mesmos 300:000$000 (trezentos contos de réis), mas 29 operários, e no ramo denominado como "madeira", com 100:000$000 (cem contos de réis) e apenas 3 funcionários. Duas observações podem ser extraídas dessas fontes. Primeiramente, podemos considerar que o decréscimo apontado nesses anos, tanto no valor do capital quanto no número de operários, reflete um período de crise econômica internacional e, portanto, com grande impacto para a cidade. Relacionando esses dados à pesquisa comparativa realizada por Marcondes e Garavazo (2004), fica claro que, mesmo sob os efeitos negativos da crise, Antonio Diederichsen mantinha-se em posição superior às demais indústrias de Ribeirão Preto. Outro aspecto a ser considerado é que, enquanto se reduzia a participação das atividades industriais da empresa, os ramos de comércio e serviços se ampliavam e diversificavam, possivelmente apontando outras possibilidades de lucro naquele contexto.



Figura 2.2.36 - Vista do conjunto do Antigo Banco Constructor a partir da esquina entre a Rua São Sebastião e Saldanha Marinho.

Ano: 1940

Autor: Gullaci. Editado por Tatiana S. Gaspar.

Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico– F207.



Figura 2.2.37 - Evolução esquemática dos estabelecimentos do Antigo Banco Constructor na quadra entre as ruas São Sebastião, José Bonifácio, Américo Brasiliense e Saldanha Marinho. Não foi encontrada informação sobre o trecho hachurado, mas, acredita-se que também tenha sido ocupado pelo ABC, conforme identificação de "área existente" no projeto aprovado em 1929. | **Autor:** Tatiana S. Gaspar | **Fonte**: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, vários (n. 175, 1913; n. 108, 1914; n. 58, 1919; n. 157, 1922; n. 88, 1923; n. 141, 1925; n. 173, 1926; n. 10, 1927; n. 280, 1928; n. 187, 1929; n. 150, 1931; n. 118, 1930).

Ao longo da década de 1920, seus rendimentos se avolumaram na mesma intensidade em que se ampliaram os estabelecimentos que possuía na cidade, de modo que, em 1928, Antonio Diederichsen chegou a compor sociedade para a fundação de um novo estabelecimento bancário em Ribeirão Preto.[165] O Banco Regional de Ribeirão Preto foi fundado em agosto daquele ano e, um mês depois, o Ministro da Fazenda já havia concedido autorização para o funcionamento.[166] No ano seguinte, um jornal paulista o apresentou em posição de destaque aos demais bancos de Ribeirão Preto:

> Entre os estabelecimentos bancarios desta cidade, um se destaca pelos relevantes benefícios que vem prestando a este municipio e bem a esta região. É elle o Banco Regional de Ribeirão Preto, cujo relatório apresentado pelos seus socios solidarios e administradores, em 1 do corrente, é um atestado vivo de sua ligeira e invejavel evolução. Fundado a 23 de agosto do anno p.p., o Banco Regional de Ribeirão Preto, tem á frente de sua direcção um grupo de cavalheiros operosos, causa única do seu sensível progresso. A directoria do aludido banco é esta: Julio de Oliveira Mattosinho Filho, gerente; Antonio Diederichsen, 1º thesoureiro; Manoel Penna, 2º thesoureiro; Luiz Ribeiro de Araujo, secretario. (BANCO REGIONAL..., 1929, p. 11).

Inicialmente, o Banco Regional de Ribeirão Preto funcionou em um dos edifícios do Antigo Banco Constructor, na Rua São Sebastião, e, em janeiro de 1929, teria se mudado para uma nova sede em edifício adaptado para esse uso.[167] No entanto, o banco não

---

[165] Desde 1903, os negócios do Antigo Banco Constructor localizados no centro de Ribeirão Preto estiveram concentrados na mesma quadra. No entanto, a partir do levantamento realizado por Piccinato Junior (2016), verificamos que apenas em fevereiro de 1930 Antonio Diederichsen foi foreiro da área em que já havia construído grande parte dos estabelecimentos, delimitada pelas ruas São Sebastião (88,50m), José Bonifácio (88,50m), Américo Brasiliense (88,50m) e Saldanha Marinho (56,00m + 14,70m). Esse aforamento foi registrado no livro de aforamento nº 4 da Igreja Matriz de São Sebastião de Ribeirão Preto, com o nº 297, folha 305, em 10/02/1930. O croqui esboçado no verso da página torna possível visualizarmos que até esse ano, um único trecho da quadra em frente à Rua Saldanha Marinho não pertencia a Antonio Diederichsen (figura 2.2.36). Tal situação parece ter sido revertida até o final da década de 1930, já que em 1941, um novo conjunto projetado para o Antigo Banco Constructor, incorporava toda esta face da quadra.

[166] Diversos jornais divulgaram notícias da fundação e a aprovação do Ministério da Fazenda: *Folha da Manhã*, em 10 e 25 ago. 1928, p. 10 e p. 2, respectivamente; *Correio da Manhã*, em 21 set. 1928, p. 7; *Correio Paulistano*, em 15 ago. 1928, p. 11, 21 set. 1928, p. 10 e 11 out. 1928, p. 10; *Ultima Hora*, em 20 set. 1928, p. 3; *A Esquerda*, em 21 set. 1928, p. 4; *A Manhã*, em 21 set. 1928, p. 1; e *Gazeta de Notícias*, em 21 set. 1928, p. 1.

[167] Notícia divulgada pelo jornal *A Noite* informava que a nova sede seria em "um prédio magnificamente adaptado" (A NOVA SEDE..., 1929, p. 5).

resistiu aos efeitos da crise internacional daquele ano e, em 1930, a sociedade registrada como Mattosinho, Diederichsen & Cia. requereu o cancelamento da autorização expedida pelo Ministro da Fazenda, bem como dispensa da quota de fiscalização do segundo semestre de 1930. A solicitação foi deferida em janeiro de 1931, mas desde abril do ano anterior já se anunciava a disponibilidade de locação do edifício que abrigou o Banco.[168] Mesmo com o encerramento das atividades do Banco Regional de Ribeirão Preto, Antonio Diederichsen não desistiu de se integrar ao setor financeiro. Complementando o leque de atuações do Antigo Banco Constructor no comércio, indústria e serviços, em 1932 também se tornou representante da Sul América Capitalização, elevando a cifra da companhia em Ribeirão Preto de "dez mil cruzeiros" para "trezentos mil cruzeiros mensais, uma das maiores carteiras de títulos da 'Sulacap' ora registradas no interior do Brasil" (PORTO, 1953, p. 34).

Na medida em que os negócios se expandiam, Antonio Diederichsen também viu crescer a organização operária e a assistiu à formação de movimentos sindicais, a reivindicar direitos como a redução da jornada de trabalho para oito horas e aumentos salariais. Desde o início da Diederichsen & Hibbeln foi possível verificar alguns episódios de manifestação nesse sentido, mas apenas em 1919 constatamos a ocorrência de uma greve declarada dos operários das oficinas do Antigo Banco Constructor[169]:

---

[168] Ao longo de abril de 1930 o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou diversas notas com o seguinte teor: "BANCO OU CASA BANCARIA-Tranpassa-se em Ribeirão Preto uma optima installação completa, inclusive caixa forte, em prédio amplo e central. Contrato a longo prazo. Dirigir-se ao Banco Regional de Ribeirão Preto - Caixa Postal, 18 - Ribeirão Preto" (BANCO..., vários, 1930, p. 15, p. 12, p. 11, p. 14 e p. 15). A solicitação e seu deferimento também tiveram ampla divulgação, como se constata pelos jornais *Diário da Noite*, em 30 jul. 1930, p. 1; *Jornal do Commercio*, em 31 jul. 1930, p. 5; *O Jornal*, em 28 dez. 1930, p. 12; *Folha da Manhã*, em 23 jan. 1931, p. 1; *Diário de Noticias*, em 23 jan. 1931, p. 4; *Correio da Manhã*, em 23 jan. 1931, p. 6; *Correio Paulistano*, em 31 jul. 1930, p. 1; e *O Estado de S. Paulo*, em 28 dez. 1930, p. 1; e em 23 jan. 1931, p. 1.

[169] A greve declarada em maio de 1917 foi precedida de reunião na sede da Sociedade Operaria Italiana de Ribeirão Preto, em que os operários haviam decidido dirigir moção aos patrões com a solicitação de redução da carga horária para 8 horas, aumento salarial de 20% e 100% sobre o "trabalho extraordinário". Para tanto, organizou-se uma comissão com funcionários do "Banco Constructor. Companhia Antarctica. Companhia Cervejaria Paulista, Paschoal Innechi, Antonio Bianchi, Miguel Delloiagono, Adolpho Serra e provavelmente também da Companhia Mogyana" (RIBEIRÃO..., 1919, p. 3). Outra notícia, publicada pelo jornal *A Manhã*, comentava sobre os apoios ao programa do "Bloco Textil" e à chapa que indicava à eleição, no Rio de Janeiro, vindos de diversas cidades do país e também de Ribeirão Preto, em que operários do "Antigo Banco Constructor" informavam apoiar "ardorosamente a moção de solidariedade em favor da chapa para a nova directoria do Bloco Textil" (DE S. PAULO..., 1926, p. 9). Apreende-se que os operários da empresa de Diederichsen, que em

> EM RIBEIRÃO PRETO - DECLARAÇÃO DE GREVE
> Iniciou-se o movimento grévista nesta cidade. Hoje, pela manhan, os operarios das duas officinas do Banco Constructor, em nnumero approximado de 160 percorreram as ruas da cidade, afim de obter a adesão dos seus colegas. Em seguida, declararam-se em gréve os operarios das seguintes officinas: Moinho Central, Serraria da Serra, Emilio Favero, João Ragazzi, Cervejaria Paulista, Officina Branchi Barbosa Paschoal, De Moragono & Cia., Irmãos Viceti, Centoleghe e Empresa de Força e Luz.
> Espera-se a adesão dos empregados da Antarctica e das officinas da Mogyana. A policia está aquartelada, dando iberdade de reunião aos operários. Os operários pedem 8 horas de trabalho e 20 por cento de aumento nos salários. Os industriaes, em sua maioria, concordam com o regime das 8 horas, continuando a pagar porém, os ordenados actuaes.
> ADESÕES Á GREVE - Adheriram á greve os operarios da Companhia Antarctica, dos cortumes das firmas Simões & Comp., Irmãos Stefani e das officinas de Luiz Bestelli e Emilio Favero. Calcula-se em 800 o numero de operarios que já adheriram ao movimento. (DECLARAÇÃO..., 1919, p. 3, grafia original).

A notícia evidenciou um contexto distinto ao enfrentado pelos operários da Diederichsen & Hibbeln em 1907, quando a tentativa de negociação por redução da extensiva jornada de trabalho não obteve sucesso e contou com aparato policial para manutenção da permanência dos funcionários em seus postos de trabalho. Não obstante, outro meio eficaz para assegurar o controle dos funcionários e minar a força de mobilização operária não envolveu a repressão policial, mas a aposta em uma política de promoção dos funcionários que demonstrassem lealdade. A estratégia foi bem-sucedida com os auxiliares promovidos a sócios na dissolução da Diederichsen & Hibbeln, como Manoel Penna, e em 1924, quando novamente se ampliou o número de acionistas do Antigo Banco Constructor.[170] Segundo Porto (1953, p.33) a partir de então, “de acordo com o nosso desenvolvimento comercial e o merecimento de cada um, o quadro de interessados foi se ampliando, até atingir o número de vinte e dois”.

1907 esboçavam algumas reinvindicações trabalhistas, em 1919 já estavam mobilizados a ponto de organizarem uma greve com os trabalhadores das principais indústrias da cidade e, uma década depois, continuavam mobilizados enquanto movimento de classe e com participação em discussões nacionais. É digno de nota que, apesar dos esforços empreendidos desde a primeira década do século XX, a reinvindicação por jornada de trabalho em oito horas diárias e seis dias por semana, foi atendida apenas em 1932.

[170] A saber: João Marzola, Adauto de Almeida, João Paulo Ferrêro e Henrique Pierotti (PORTO, 1953, p.33).

Antonio Diederichsen construiu sua reputação como um “chefe reservado e austero”, mas que “acreditava nas pessoas e gostava de valorizá-las” (CUNHA, 2001, p. 92). Essa imagem se apoiou na figura de um homem com “sensibilidade social” e “preocupação comunitária” (CUNHA, 2001, p. 91), que se empenhava para participar de ações promovidas pelas diversas associações e instituições de Ribeirão Preto.[171] Quando uma epidemia de gripe preocupou o estado de São Paulo e se instaurava na cidade, em 1918, noticiou-se que o Banco Constructor estaria montando um hospital próprio para os seus operários (EM RIBEIRÃO..., 1918, p. 3). Antonio Diederichsen também colaborou com a construção de um pavilhão do Asylo da Mendicidade, posteriormente denominado Asilo Padre Euclides, fazendo doações para a referida Instituição, recém-inaugurada, em 1919.[172] Além de atuar em benefício de algumas instituições de caridade, também teve ações com impacto no desenvolvimento urbano, como em 1920, quando participou da comissão executiva de uma quermesse para a angariar fundos destinados à conclusão das obras na Avenida da Saudade e compôs uma comissão de trabalho para apuração de dados do recenseamento federal. [173]

---

[171] Como em 1916, quando compôs a comissão organizadora de uma exposição de produtos luso-brasileiros promovida pela Sociedade de Beneficência Portuguesa de Ribeirão Preto em prol de seu hospital (UMA IMPORTANTE..., 1916, p. 4). Em 1918, também fez doações à Sociedade Amiga dos Pobres, que mantinha escola e albergue na cidade, e à instituição de Assistência à Infância. As doações foram publicadas pelos jornais *Correio Paulistano* e *O Estado de S. Paulo*, respectivamente. No primeiro caso, a notícia não citava outras doações, além da realizada por Antonio Diederichsen (RIBEIRÃO..., 1918, p. 4). Já a notícia divulgada sobre as doações recebidas por Antonio Gouvêa, diretor da “Assistência à Infância”, comentava que esta vinha recebendo muitas adesões e donativos, mas apenas o valor doado por Antonio Diederichsen foi divulgado, enquanto o estabelecimento comercial “Casa Brasil” forneceria cupons que seriam parcialmente revertidos em benefício da Instituição (RIBEIRÃO..., 1918, p. 5).

[172] A doação ao asilo foi realizada mediante solicitação de apoio por parte do presidente da Associação, Manuel da Silva Carneiro, que teria visitado diversos estabelecimentos comerciais com esse intuito. Além de Antonio Diederichsen, colaboraram a empresa Beschissa e Comp. e o proprietário da padaria Lusitana, José Rodrigues Oliveira. Em sua pesquisa sobre a Instituição, Burali (2002) verificou outros donativos feitos por Antonio Diederichsen. Em 1919, sua doação teria sido suficiente para cercar quase 1.000 metros do terreno do Asilo. Na década de 1920, também doava a renda proveniente do aluguel de um prédio de sua propriedade, que, quando alugado, gerava 25 mil réis ao mês. Além disso, teria doado diversas casas e terrenos na região do antigo Núcleo Colonial, onde se instalou o Asilo, e um automóvel usado da marca FIAT, que foi sorteado e gerou a arrecadação de 13 mil cruzeiros à Instituição. Em 1927, quando o Antigo Banco Constructor já vendia automóveis na cidade, Antonio Diederichsen também realizou empréstimo à Prefeitura de Ribeirão Preto para a aquisição de um automóvel (LOPES, 2016, p. 107).

[173] Segundo o jornal *Correio Paulistano*, em junho de 1920, a comissão para angariação de fundos para as obras na Av. da Saudade era composta por outros homens de reconhecida importância na cidade, como Flavio

Em 1922, quando a cidade se preparava para os festejos em comemoração ao primeiro centenário da Independência, Antonio Diederichsen foi escolhido como um dos representantes do setor industrial na comissão formada para a organização do evento.[174] Na reunião em que se formou a comissão, houve o lançamento da "pedra fundamental" para construção da Escola Profissional e de um monumento o para exaltação do fato histórico, implantado como marco da novíssima Avenida Independência.[175]

Dez anos depois, em junho de 1932, Antonio Diederichsen consolidou sua influência também no campo político, ao assumir a presidência do Conselho Consultivo de Ribeirão Preto, (CIONE, 1992).[176] Nesse momento, um novo contexto marcava a cidade com o início da Era Vargas, pouco após a Revolução Constitucionalista. Ribeirão Preto possuía sua Confederação de Combatentes – representante dos soldados voluntários – que, em 1934, tomou a iniciativa de erigir um monumento em homenagem aos militares mortos na

---

de Mendonça Uchôa, Jorge Lobato, Meira Junior, João Guião, Veiga Miranda, Francisco Junqueira, Guilherme Schmidt, Pedro Marzola, Manuel Ferreira da Costa, Adolpho Wurgler e Albano José de Carvalho (RIBEIRÃO..., 1920, p. 3). Ainda em 1920, Antonio Diederichsen subscreveu ação para a organização da Companhia Electro Metallurgica Brasil (RIBEIRÃO..., 1920, p. 4). Já o trabalho no recenseamento federal foi divulgado pelo Correio Paulistano – que também possuía um representante entre os membros – como um exemplo dos beneméritos cidadãos que, abandonando seus interesses, não poupavam esforços para garantir a perfeição dos trabalhos (RIBEIRÃO..., 1920, p. 4). Outras notícias relativas à participação de Antonio Diederichsen na comissão de recenseamento foram publicadas pelo mesmo jornal, em outubro e novembro de 1920. As comissões trabalhavam diariamente, por duas horas, e os membros se revezavam em regime de escala semanal. Antonio Diederichsen participava da apuração às quintas-feiras, entre 12h e 14h, juntamente com Juvenal Guimarães, do A Cidade, e prof. Francisco Augusto Nunes, do Correio Paulistano.

[174] Juntamente com Adolpho Wulgler e José Rossi (RIBEIRÃO..., 1922, p. 5). Nesse mesmo ano, também verificamos uma doação feita por Antonio Diederichsen à Elpidio de Camargo, sobre a qual não foi possível apreender outras informações, publicada no jornal *Correio Paulistano* (RIBEIRÃO..., 1922, p. 4).

[175] Em 1934, "o trecho da Avenida Independência compreendido entre as ruas Tibiriça, junto ao obelisco ali existente, até a Estrada de Rodagem do Governo do Estado, em homenagem ao movimento constitucionalista de São Paulo", passou a ser denominada Avenida 9 de Julho (Lei municipal n. 60, de 23 jul. 1934).

[176] O cargo assumido por Antonio Diederichsen foi registrado na Ata do Conselho Consultivo de Ribeirão Preto em 27 jun. 1932. Sabe-se que os Conselhos Consultivos Municipais foram regulamentados pelo decreto n. 5.406, de 3 mar. 1932, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, e instituídos em maio daquele ano. O presidente do Conselho seria escolhido pelos membros, segundo ordem de idade. No entanto, em julho de 1932, em meio à Revolução de 1932, o decreto n. 5616, da mesma Assembleia, extinguiu os Conselhos Consultivos Municipais. Posteriormente, os Conselhos voltaram a ser regulamentados, mas é desconhecido o período em que Antonio Diederichsen permaneceu no cargo. Dois anos depois, o Órgão aconselharia o Departamento de Administração Municipal a decidir pela isenção "dos impostos prediais, viação urbana e demais taxas concernentes a estes impostos, pelo prazo de cinco anos", para Antonio Diederichsen, referente à construção do Edifício Diederichsen (Ato n. 90, de 14 dez. 1934).

batalha. Enquanto seu edifício era concebido, Antonio Diederichsen foi um dos principais responsáveis pela angariação de fundos para a empreitada.[177]

O monumento foi inaugurado em 1939, quando o Edifício Diederichsen já havia sido construído e inaugurado, e implantou-se na Praça XV de Novembro, simbolicamente diante do prédio, ocupando o lugar do antigo coreto que havia no local. Àquela altura, a área do antigo bar da Praça XV de Novembro já havia cedido espaço à edificação que ficou conhecida como Trianon da Praça XV. No entanto, em 1939 esse edifício também foi demolido para a instalação de uma fonte luminosa. A fonte marcou a última reforma ocorrida na Praça XV de Novembro, quando o traçado dos seus canteiros foi novamente alterado e uma nova paisagem urbana se constituiu a partir da construção do Edifício Diederichsen: a consagrar o poder econômico, político e social alcançado por Antonio Diederichsen em Ribeirão Preto e materializar as transformações pelas quais a cidade havia passado no início da década de 1930.

[177] Antonio Diederichsen foi responsável por uma das listas que circulou na cidade para angariar fundos à iniciativa. Segundo informação do jornal *Folha da Manhã*, apenas a sua arrecadação havia alcançado cinco contos de réis (DE RIBEIRÃO..., 1934, p. 11). A ação da comissão Pró-Monumento ao Soldado Constitucionalista também foi publicada no jornal *Diário de S. Paulo*, a informar que a lista com maior valor arrecadado era a de Antonio Diederichsen e Manoel Penna, com “cerca de seis contos de reis” (RIBEIRÃO..., 1934, p. 11).

CAPÍTULO 3

EDIFÍCIO DIEDERICHSEN: PROJETO E CONSTRUÇÃO



Figura 3.1.1 – “Obras do Prédio Diederichsen”. Vista da Praça XV de Novembro, na Rua General Osório, em direção à Rua Álvares Cabral. Observa-se o grande movimento de pessoas, sobretudo homens.
Ano: 1935
Autor: não identificado
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F291.

3.1 O CRESCIMENTO VERTICAL DOS EDIFÍCIOS NAS DÉCADAS DE 1920 E 1930

Em 1934, três décadas após a fundação do seu primeiro negócio em Ribeirão Preto, Antônio Diederichsen ampliou suas atividades urbanas e deu início à construção do empreendimento que estabeleceu um novo marco na cidade. O Edifício Diederichsen estava localizado em terreno lindeiro à Praça XV de Novembro, na esquina em frente ao recém-inaugurado Quarteirão Paulista, e contíguo às ruas General Osório, Álvares Cabral e São Sebastião, área dotada de características favoráveis — se não ideais — para uma construção que viria a apresentar nova forma de habitar conjugada a variadas opções de lazer, serviços e comércios.

Além das condicionantes físicas e urbanas desse lote e seu entorno, o fato de até então abrigar a residência familiar do Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, falecido em 1932, incorporou significados políticos e simbólicos à escolha. De maneira emblemática, a construção mais alta da cidade substituiu uma residência unifamiliar (figura 3.2.8) pertencente ao "monarquista declarado" (MATTIOLI, 2014, p. 77) que, no final do século XIX, quando disputara o poder político local com Arthur Diederichsen, se posicionara politicamente "contra os 'estrangeiros' e a favor do retorno de representantes da família tradicional" (MATTIOLI, 2014, p. 85).

O projeto inaugurou os novos limites construtivos estabelecidos pelo primeiro Código de Obras da cidade, adaptado do Código de Obras Arthur Saboya, da capital paulista, e adotado em Ribeirão Preto em 1934, mesmo ano da concepção do Edifício Diederichsen. A edificação também expressou sua modernidade por meio da vinculação estilística ao Art Déco, manifesto em sua forma, volume e composição de elementos decorativos e funcionais da fachada (figura 4.1.1). Já o seu interior abrigou múltiplas funções — cinema, salões comerciais, restaurante, confeitaria, salas de escritórios, e apartamentos para moradia permanente e temporária, como hotel — espacialmente organizadas ao longo dos sete pavimentos executados com estrutura de concreto armado.

No período de construção do Edifício Diederichsen, algumas cidades brasileiras já haviam iniciado seu processo de verticalização, vendo surgir os primeiros edifícios altos, com seis ou mais pavimentos, e a presença de elevadores. Essas construções tiveram

destinações diversas, seja para uso do setor terciário, como para habitação e, em vários casos, usos mistos, como no Edifício Diederichsen.

Nesse momento inicial, a produção da habitação coletiva e verticalizada se caracterizou por indefinições (VAZ, 1994) e grande variedade programática. Testavam-se as dimensões, ambientes para atender a usos diversos, arranjos funcionais, formais, construtivos e até mesmo denominações. No entanto, foi comum a essas soluções a necessidade de assegurar valores difundidos na moradia no século XIX, como higiene, conforto, intimidade, privacidade e domesticidade; aliados aos ideais de alta funcionalidade, economia da construção e de seus espaços internos, que ganharam força no princípio do século XX; além da adoção de novos referenciais estéticos que transferissem a noção de distinção e modernidade para as fachadas e áreas comuns das edificações.

O Rio de Janeiro, então capital federal, foi a primeira cidade brasileira a experimentar seu processo de verticalização, nos primeiros anos do século XX. A reforma urbana ocorrida durante a gestão de Pereira Passos, entre 1903 e 1906, promoveu a demolição de diversos edifícios para o alargamento e abertura de vias. Entre elas, estava a Avenida Central, que alterou a ligação entre as zonas norte e sul da cidade e serviu de cenário para a representação de novos valores simbólicos e materiais associados à República. Para Abreu (2008, p. 59), a Reforma Passos teve como principal motivação a "necessidade de adequar a forma urbana às necessidades reais de criação, concentração e acumulação do capital" e, nesse sentido, os novos prédios construídos na Avenida Central permitiram a concretização desses interesses. Influenciados por referências europeias dos mais variados estilos, esses edifícios delinearam uma nova paisagem urbana, marcada pela presença de imponentes edificações institucionais e dos primeiros prédios altos, em geral destinados a atividades comerciais ou à utilização como hotéis, com no mínimo três pavimentos — podendo chegar a seis pavimentos (VAZ, 1989, p. 200) — e utilizando estrutura mista com ferro (FICHER, 1994).

Foi, no entanto, a partir da década de 1920 que a verticalização carioca se consolidou e alcançou novos patamares e referenciais, com edifícios de maior altura estendendo-se para novas áreas da cidade e incorporando outras tecnologias construtivas

e diversidade de usos.[178] Os primeiros arranha-céus do Rio de Janeiro apontaram nos extremos da Avenida Central e, a partir de seu trecho leste, se conectavam à zona sul, passando pelas orlas da Glória, Flamengo, Botafogo e Copacabana. Nesse último bairro, a inauguração do Copacabana Palace Hotel, em 1923, atraiu a construção de edifícios altos (figura 3.1.2), o que transformou o antigo balneário, até então repleto de luxuosos palacetes, em "sinônimo de moradia verticalizada" (O'DONNELL, 2013, p. 196).

Na área central, destacaram-se os edifícios implantados no entorno do Theatro Municipal e em frente ao edifício da Biblioteca Nacional, na região que ficou conhecida como Cinelândia, devido aos diversos cinemas que abrigava (figura 3.1.3). De iniciativa privada do empresário Francisco Serrador, originalmente esse projeto previa "um enorme complexo de vários prédios com cinemas e teatros, em muitos pontos semelhante ao Rockefeller Center de Nova York" (VAZ, 1994, p. 94). Após alterações na concepção elaborada anteriormente, em 1928 um conjunto composto por sete edifícios predominantemente de usos mistos, com cinema no térreo e habitação nos pavimentos superiores, já se encontrava no local. Entre eles, destacam-se o edifício do Cinema Capitólio, de 1925, considerado o primeiro arranha-céu da cidade (VAZ, 1994, p. 93) com seus dez pavimentos estruturados em concreto armado, bem como o Cinema Rex, Cinema Metropolitano e Hotel Itajubá, "todos com estrutura de concreto e mais de quinze pavimentos" (FICHER, 1994, p. 65). No limite oposto da Avenida Central, Joseph Gire, arquiteto do Copacabana Palace, projetou em 1928 um prédio para abrigar a sede do jornal *A Noite* (figura 3.1.4), com vinte e dois pavimentos, estrutura de concreto armado e linguagem estética Art Déco, sendo considerado o edifício em concreto armado mais alto do mundo naquele momento (SOMEKH, 2014).[179]

---

[178] O levantamento realizado por Vaz (1989, p. 200) apontou que "em 1920 havia apenas 33 edificações na faixa de 5 a 6 pavimentos, que passaram a 249 em 1933". Segundo a autora, uma estatística predial divulgada nesse último ano revelou que além de mais numerosos, os edifícios altos também possuíam maior número de pavimentos: eram "85 prédios de 7 a 9 pavimentos e 37 prédios de 10 ou mais". Entre eles, 63% teriam sido para uso habitacional, enquanto apenas 36,7% estiveram voltados ao uso terciário.

[179] Homem (1984, p. 103) abordou uma discussão ocorrida quando o edifício brasileiro, então com 102,81 metros (pois passou a ter 24 pavimentos), disputou o título de mais alto do mundo com estrutura de concreto armado com o edifício Salvo, de Buenos Aires-AR (102,5m); Dayton, de Ohio-EUA (71,7m); e Sterling, de Toronto-CAN (77,5m). Em 1929, seria desbancado por outro brasileiro, o Edifício Martinelli, finalizado em São Paulo em 1929, medindo 105,65 metros no total.



Figura 3.1.2 – Vista da zona sul do Rio de Janeiro, com o Hotel Copacabana Palace implantado em frente à orla e alguns prédios altos construídos no seu entorno.
Ano: 193(?)
Autor: não identificado
Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ) – Coleção Particular Oliveira Reis.



Figura 3.1.3 – Prédios em frente à Praça Marechal Floriano (Cinelândia). A partir do Palácio Monroe: Cine Odeon, Império, Glória, Pathé Palace e Cine Capitólio.
Ano: 192(?)
Autor: Augusto Malta
Fonte: Instituto Moreira Salles.



Figura 3.1.4 – Edifício A Noite, em frente à Praça Mauá. No extremo oposto da Av. Central, outras edificações de maior altura.
Ano: 1929
Autor: Augusto Malta
Fonte: Instituto Moreira Salles Coleção Brascan - Cem Anos no Brasil (Id. 013RJ001001).

Ao longo da década de 1920, a verticalização no Rio de Janeiro ao longo da década de 1920 também foi propiciada pelas alterações na legislação urbana. Um decreto municipal criado em 1925 previu "a chegada ao mercado do concreto armado, possibilitando construções de prédios de mais de seis andares" (CARDEMAN, 2004, p. 42).[180] Outro decreto, legislativo, de 1928, incentivou a construção de edifícios altos ao permitir o "fracionamento da propriedade em unidades de diferentes proprietários em uma mesma edificação, desde que esta possuísse no mínimo 5 pavimentos" (REZENDE, 2014, p. 10).[181] Junto a isso, já na década de 1930, o desenvolvimento do Plano Agache e as influências do movimento moderno corroboraram para a ampliação do repertório técnico, estético e funcional das construções verticais, bem como para o estabelecimento definitivo da verticalização do Rio de Janeiro.[182] Segundo Vaz (1989, p. 200), uma estatística predial realizada em 1933 revelou que havia na cidade "85 prédios de 7 a 9 pavimentos e 37 prédios de 10 ou mais", sendo a maioria de uso habitacional para moradia permanente ou temporária, como hotéis.

Embora o Distrito Federal tenha permanecido como a cidade brasileira com maior população durante toda a metade do século XX, a partir da década de 1920 a capital paulista cresceu de modo vertiginoso e, em 1940, era a única cidade além do Rio de Janeiro a ultrapassar um milhão de habitantes.[183] O crescimento demográfico de São Paulo inicialmente refletiu a prosperidade econômica do estado derivada da produção e exportação do café, mas gradativamente correspondeu também ao seu desenvolvimento industrial em um contexto posterior à crise internacional de 1929. A pujança da cidade nesse período foi materializada na expansão territorial horizontal, com a criação de

---

[180] Decreto n. 2087, de 19 de janeiro de 1925.

[181] Decreto n. 5481, de 25 de junho de 1928, que "dispõe sobre a alienação parcial dos edifícios de mais de cinco andares e dá outras providencias" e estabeleceu as bases para a instituição jurídica do condomínio, com validade para todo o território brasileiro.

[182] Um artigo publicado no Rio de Janeiro atribuía ao "Sr. Agache" os vetos da Prefeitura à construção de arranha-céus na cidade. Desferindo diversas críticas ao urbanista, o texto defendia as construções altas como mais econômicas e adequadas à monumentalidade da paisagem montanhosa. Informava, ainda, que os arquitetos e a população eram favoráveis aos edifícios altos, considerados como "expressão do progresso dynamico, pelo povo da cidade" (AS ESTREITAS..., 1928, p. 3).

[183] O Censo realizado em 1920 identificou 579.033 habitantes na cidade de São Paulo, enquanto o Rio de Janeiro já possuía 1.157.873 habitantes. Em 1940, a capital paulista havia mais que duplicado o número de seus habitantes, calculados em 1.326.261. Já a capital federal possuía 1.764.141 habitantes, indicando um crescimento bem abaixo do que ocorreu em São Paulo no mesmo período.

diversos loteamentos, e vertical, quando empresários investiram na construção de edifícios altos para abrigar comércios e serviços. Enquanto a população crescia, a partir da década de 1920 a verticalização de São Paulo também deixou de ser apenas o resultado de iniciativas pontuais e começou a se instituir como um processo[184]. Até então, poucos edifícios de maior altura haviam despontado no centro da cidade, como a Casa Médici, o Edifício Guinle e o edifício do *London and River Plate Black*, com nove, oito e onze pavimentos, respectivamente, todos com estrutura de concreto (SOMEKH, 2014).

Em São Paulo, a utilização do concreto armado na construção de edifícios foi verificada já nos primeiros anos do século XX e sua difusão possivelmente esteve relacionada à instalação do primeiro laboratório de tecnologia dos materiais, o Gabinete de Resistência dos Materiais da Escola Politécnica de São Paulo, em 1898 (FICHER, 1994).[185] Entretanto, as dificuldades de importação provenientes da I Guerra Mundial impulsionaram seu emprego em substituição à estrutura metálica, comumente utilizada nos edifícios com até oito pavimentos executados logo após a abertura da Avenida Central, no Rio de Janeiro. Na capital paulista, a construção do Edifício Sampaio Moreira, em 1924, com quatorze pavimentos destinados ao uso comercial e para prestação de serviços, definiu novo marco para a utilização do concreto armado em edificações com maior altura, contribuindo no processo de verticalização permanente da cidade (figura 3.1.5).

---

[184] Somekh (2014, p. 131-132), apresentando e complementando o levantamento realizado pela gestão municipal de 1926, apontou a presença de 29 edifícios com seis ou mais pavimentos em São Paulo, sendo nesse levantamento considerado o Edifício Martinelli, ainda em construção nesse ano. Pouco mais de dez anos depois, em 1939, foi verificada a existência de "1.232 elevadores instalados em 813 edifícios" de São Paulo, o que sugere ter havido grande crescimento do número de edifícios altos na cidade entre os finais das décadas de 1920 e 1930 (SOMEKH, 2014, p. 197).

[185] O engenheiro e ex-aluno da Escola, Hippolyto Pujol Jr., chegou a ser diretor do laboratório em 1906 (FICHER, 2005) e foi um dos agentes a contribuir com a difusão do uso do concreto e a verticalização da cidade e do estado de São Paulo — como pode ser verificado no caso de Ribeirão Preto, quando participou do projeto do Quarteirão Paulista, no final da década de 1920. Antes disso, Pujol Jr. foi autor de diversos projetos na capital, como o Edifício Guinle (1913), mencionado anteriormente, "com oito andares e vãos de doze metros" (FICHER, 1994, p. 62). O trabalho de Sylvia Ficher intitulado "Edifícios Altos no Brasil" (1994) se constitui, ainda hoje, em um dos principais estudos sobre a verticalização nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro e, em especial, à utilização do concreto armado como solução estrutural para essas edificações. A autora indica que uma das primeiras experiências na utilização do material remonta ao início da última década do século XIX, em construções de "casas populares no Rio de Janeiro" (FICHER, 1994, p. 62). Adverte, no entanto, que nesse primeiro momento o concreto foi mais aplicado em obras de infraestrutura.



Figura 3.1.5 – Vista do Vale do Anhangabaú. No centro da foto, a edificação mais alta é o Edifício Sampaio Moreira, construído em meio aos Palacetes Prates e Automóvel Club de São Paulo (à esquerda).
Ano: 1927
Autor: não informado
Fonte: Acervo Fundação Energia e Saneamento, disponível em: http://www.saopaulo.sp.leg.br/apartes-anteriores/revista-apartes/numero-22/vale-da-discordia/. Acesso em: 16/02/2020.

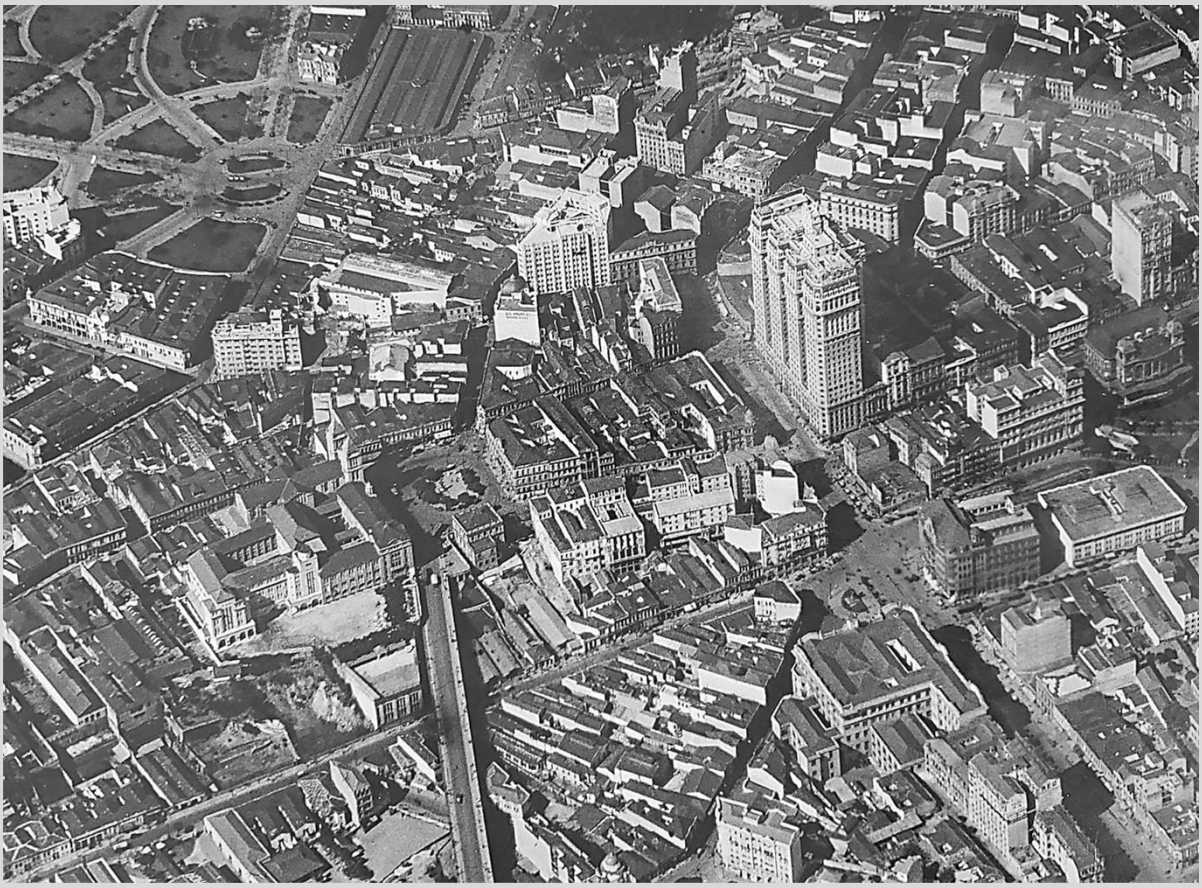


Figura 3.1.6 – Vista aérea do centro de São Paulo. O Edifício Martinelli se destaca na imagem como a construção mais alta da região.
Ano: 1930 (aprox.)
Autor: não informado
Fonte: REIS, 2004, p. 156 (Coleção Particular A. Salatini).

Cinco anos depois, o edifício do industrial Giuseppi Martinelli rompeu novamente os limites construtivos da cidade e fez despontar no céu de São Paulo aquele que seria o prédio mais alto do mundo executado em concreto armado (figura 3.1.6), superando o título até então ostentado pelo carioca Edifício A Noite (HOMEM, 1984). Tinha 25 pavimentos concebidos para abrigar variados usos. Homem atribuiu a "falta de um programa definido" ao objetivo maior de seu empreendedor, que era "erguer um monumento" com o maior número possível de pavimentos:[186]

> O "Martinelli" possuía cinema, restaurantes, salões de chá, cassinos, *night clubs*, barbearias, escritórios, um hotel de luxo e lojas no térreo (...). Ante a incerteza de se destinar a escritórios, apartamentos, comércio ou hotel, o Prédio acabou se tornando de uso misto, uma espécie de *shopping center* pioneiro, aproveitando-se da superposição de funções que caracterizavam o velho centro da cidade (HOMEM, 1984, p. 87).

A atuação do industrial na construção do edifício eclético que carregou seu sobrenome ilustra a pesquisa desenvolvida por Ferreira (1989, p. 192) sobre a atividade econômica dos proprietários de edifícios verticais em São Paulo. Entre os 813 prédios verificados no final da década de 1930, 155 casos (15%) se relacionavam a firmas "declaradamente industriais ou nomes de famílias ligadas à produção industrial". Sua multifuncionalidade também refletiu a predominância de usos e localização de edifícios altos na cidade de São Paulo até 1939. Para Somekh (1987, p. 54 apud SOMEKH, 2014, p. 197-198), "a verticalização em São Paulo era um fenômeno predominantemente terciário: 70% dos edifícios estavam localizados na área central (triângulo e centro novo) da cidade e 65% eram de uso terciário e na sua grande maioria eram construídos para aluguel".

O crescimento em altura na cidade de São Paulo acompanhou a expansão do seu

---

[186] A história da construção do Edifício Martinelli foi permeada pelas constantes alterações no projeto, primeiramente desenvolvido como anteprojeto pelo engenheiro-arquiteto húngaro William Fillinger, em 1923, que previa uma edificação com doze pavimentos. Ao longo dos anos seguintes, a concepção passou por sucessivas revisões e complementações, além de substituições em seu corpo técnico de profissionais. Quando as obras iniciaram, a previsão era que o edifício tivesse até 18 pavimentos, mas durante sua execução, em 1928, o próprio industrial decidiu que seriam 20 pavimentos. Depois ainda acrescentou outros quatro, o que fez com que a construção fosse embargada, levando a diversos questionamentos sobre sua segurança estrutural. Para além das comprovações técnicas exigidas, contou a seu favor as influências de seu empreendedor junto aos agentes públicos. Enquanto se erigia, despertou o fascínio e o medo da população paulistana. Sua trajetória foi descrita e analisada por Maria Cecilia Naclério Homem, inicialmente em sua dissertação de mestrado desenvolvida entre 1980 e 1982, e posteriormente publicada (1989).

centro ao longo da Avenida São João e em direção à região do Vale do Anhangabaú e Praça da República. Além da já citada Rua Líbero Bardaró, que concentrou diversos edifícios altos da cidade nas primeiras décadas do século XX, o centro histórico abrigou, principalmente, prédios comerciais e instituições financeiras (FICHER, 1994).

Nas áreas valorizadas após a construção do Theatro Municipal, em 1911, foram construídos edifícios de uso misto, com comércio e habitação. A verticalização da habitação coletiva, temporária ou permanente, multiplicou-se principalmente a partir da década de 1930, em zonas da Avenida São João, no entorno do Theatro e nos arredores do centro comercial, contribuindo para que o número de edificações acima de quatro pavimentos passasse de 50, em 1929, para mais de 500, em 1939 (SOMEKH, 2014).

Outro aspecto importante para a verticalização da capital paulista foi a revisão e atualização de sua legislação edilícia, posteriormente utilizada como referência em outros municípios do estado, como Ribeirão Preto. A criação do Código de Obras Arthur Saboya, em 1929[187], e a sua regulamentação, em 1934[188], nortearam o crescimento em altura a partir da divisão territorial da cidade em zonas. Na primeira zona, ou zona central, era permitida a construção dos prédios mais altos, com no mínimo cinco metros de altura, podendo chegar a mais de 36 metros, dependendo da largura da rua em que fosse implantado (SÃO PAULO, 1929).

Além do crescimento quantitativo dos prédios altos e da expansão territorial das áreas verticalizadas, a arquitetura dessas edificações também adquiriu novas feições ao longo das primeiras décadas do século XX. As fachadas com composições ecléticas começaram a dar sinais de esgotamento e, principalmente durante os anos 30, a introdução da linguagem Art Déco indicou simplificação ornamental e construtiva.[189] Já nessa última década, alguns projetos prenunciaram de modo pioneiro a propagação da arquitetura moderna na habitação coletiva verticalizada.[190]

---

[187] Lei Municipal n. 3427 de 1929.

[188] Ato n. 663, de 10 de agosto de 1934: “aprova consolidação do Código de Obras Arthur Saboya, (Lei nº 3.427, de 19 de novembro de 1929) abrangendo todas as disposições constantes de Leis e Atos, em vigor nesta data, referentes a construções, arruamentos, etc.”.

[189] O Instituto Biológico, projetado em 1928 por Mário Whately, é um edifício representativo da transição entre o *Beaux-Arts* e o Art Déco em São Paulo (PINHEIRO, 2008).

[190] Como o Edifício Columbus, concebido por Rino Levi e construído em 1934 (PINHEIRO, 2008), e o Edifício Esther, inaugurado em 1938 a partir do projeto de Álvaro Vital Brazil e Adhemar Marinho (ATIQUE, 2002).

3.1.1 OS PRIMEIROS EDIFÍCIOS ALTOS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Enquanto na capital paulista os edifícios com seis ou mais pavimentos foram erigidos no início da segunda década do século XX, no restante do estado de São Paulo, entre as cidades mais populosas em 1920 e que permaneceram com expressiva população urbana em 1940 – como Santos, Campinas, São José do Rio Preto e Ribeirão Preto – os primeiros expoentes altos surgiram em contextos diversos, e com exceção à cidade de Santos, sobretudo ao longo da década de 1930.[191]

Em Santos, a construção de edifícios altos se deu a partir da década de 1920 e parece ter acompanhado o processo verificado nos bairros litorâneos da capital federal, com muitas dessas edificações à beira mar funcionando como hotéis (figura 3.1.7) e com a tipologia associada a "um tipo de vida moderno e elegante" (O'DONELL, 2014, p. 200). Concebidos para o uso residencial, o Palacete São Paulo (figura 3.1.8) e o Palacete Olympia são exemplos desse contexto: possuem seis pavimentos e conservaram como referências a denominação da luxuosa moradia burguesa e o ecletismo de suas fachadas ornamentadas.

---

[191] Excluindo-se dessa análise as cidades contíguas à capital, como Santo Amaro e Santo André. Em 1920, Rio Preto possuía 126.796 habitantes e estava entre as dez cidades mais populosas do Brasil. Campinas, com seus 115.796 habitantes, ocupava a 12ª posição nesse quesito, seguida por Santos, com 102.589 habitantes. Nesse ano, Ribeirão Preto era a 40º cidade do Brasil e o 6º município de São Paulo com maior número de habitantes. Vinte anos depois, Campinas permaneceu como a 3ª cidade mais populosa do estado (129.940 habitantes), sendo 64% residentes em área urbana. Ao invés de Rio Preto, Santos passou a ocupar a 2ª colocação em termos populacionais, pois eram 165.568 habitantes, predominantemente residentes em área urbana (95%). Nesse período, Ribeirão Preto era o 42º e 9º município com maior população do Brasil e estado de São Paulo, respectivamente. Havia 79.783 habitantes, sendo 48.017 residentes na área urbana (mais de 60%). Considerando apenas a população urbana dos municípios, Ribeirão Preto passava a ser a 28ª cidade com maior número de habitantes no Brasil e a 6ª do estado, atrás de São Paulo, Santos, Campinas, Santo André e Sorocaba. Essa última, em 1920 possuía apenas 43.323 habitantes, o que evidencia o expressivo crescimento da cidade nas décadas seguintes. No entanto, embora a cidade de Sorocaba tenha figurado entre os municípios com maior população urbana do Brasil em 1940 (70.299 habitantes), só iniciou seu processo de verticalização na década de 1950, sendo seu primeiro arranha-céu construído em 1954, no centro da cidade. O edifício possui nove pavimentos, com térreo comercial e os demais pisos destinados ao uso residencial. Segundo Mestre (2014, p. 80), sua fachada mantinha "motivos ecléticos". Antes disso, a cidade contava com algumas edificações com três pavimentos, surgidas a partir de 1925 e que no final da década seguinte passaram a adquirir tendências Art Déco em suas composições volumétricas e ornamentais. Ressalte-se que a contagem populacional dos municípios brasileiros só passou a distinguir a população urbana e rural a partir do Censo Demográfico de 1940.



Figura 3.1.7 – Vista aérea da Praia do Gonzaga, na orla de Santos. Hotéis Avenida Palace, Belvedere e Bandeirantes. Na esquina (à esq.), Hotel Atlântico, com cinco pavimentos, e Parque Balneário (à direita).
Ano: 1934 | **Autor:** não identificado
Fonte: Fundação Arquivo e Memória de Santos (Acervo Iconográfico).



Figura 3.1.8 – Vista do Palacete São Paulo, na orla da Praia do Gonzaga, em Santos.
Ano: não informado | **Autor:** não identificado
Fonte: Imobiliária Ville Alpha, disponível em: https://www.villealpha.com.br/3366/imoveis/venda-apartamento-2-dormitorios-gonzaga-santos-sp. Acesso em: 10/02/2020.

Anúncios publicados em 1929 divulgavam em São Paulo a oferta de apartamentos para aluguel no Palacete Olympia, explicitando algumas de suas comodidades, como garagem, água, telefone e elevadores. Na descrição dos apartamentos, destacava-se a presença de dois quartos e aposentos para criada, com quarto e banheiro, reproduzindo a segregação entre áreas sociais e de serviços, característica herdada dos palacetes paulistanos (PALACETE..., 1929, p. 4 e 22; APARTAMENTOS..., 1929, p. 19).

Uma década depois se erigiu o primeiro edifício alto de São José do Rio Preto, no noroeste do estado de São Paulo, distante quase 500 quilômetros da capital.[192] O Edifício Caramuru foi construído entre 1938 e 1939, também com seis pavimentos, e se voltou para a praça onde estava localizada a Matriz da cidade (FRANCISCO, 2011), assumindo a linguagem estética e compositiva do Art Déco. Em uma sequência de reportagens realizadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo* sobre as cidades do interior, chegou a ser chamado de "o 'martinellinho' de Rio Preto" ("O ESTADO"..., 1940, p. 2), possivelmente porque além do destaque assumido na paisagem urbana, foi realizado como um empreendimento dos sócios da Casa Bancária Edgard Caramuru & Cia. Voltou-se ao uso misto, com programa destinado ao setor terciário, que comportou a sede do banco e a associação recreativa dos funcionários, bem como escritórios para comércios e para prestação de serviços nos pavimentos superiores ("O ESTADO"..., 1940, p. 7).

Ao desembarcar em Rio Preto, um jornalista do *O Estado de São Paulo* destacou a imponência do primeiro edifício alto da cidade naquele contexto urbano (figura 3.1.9), delimitando o jardim onde se encontrava a igreja matriz na "simplicidade de suas linhas architectonicas".[193] O "imponente edifício 'Caramuru'" foi descrito como uma construção "moderníssima", cuja pintura de tonalidade clara era "alegre e attrahente", a "dominar todo

---

[192] Em 1920, o município chegou a ser o segundo com maior população do estado de São Paulo e o décimo mais populoso do Brasil.

[193] Ao listar "os principais edifícios" de Rio Preto em 1940, a reportagem mencionou, além do Edifício Caramuru, uma sequência de edifícios institucionais e apenas três residências — sendo uma de uso misto, com comércio. Além das edificações voltadas à educação (Gymnasio do Estado, Collégio Santo André e 1º Grupo Escolar) e para uso de associados (Automovel Club e Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Rio Preto), destaca-se a menção a diversos prédios de instituições financeiras, como o Banco do Brasil, Banco Comercial do Estado de São Paulo, Banco Commercio e Industria e Banco Francez Italiano — além do próprio Edifício Caramuru, promovido e ocupado por uma casa bancária. Grande parte das construções citadas possuía dois pavimentos, o que não só evidencia o destaque assumido pelo Edifício Caramuru, como também revela a forte vinculação dos bancos com o princípio da verticalização da cidade.

este conjunto agradabilíssimo que desperta no forasteiro a lembrança de alguns dos mais lindos e modernos trechos da capital paulista" ("O ESTADO"..., 1940, p. 3).

Mesmo que a altura alcançada pelo Edifício Caramuru tenha sido uma ocorrência isolada no início do processo de verticalização da cidade, que só se acentuou nas décadas seguintes, a edificação parece ter influenciado a construção de outros edifícios em São José do Rio Preto que também adotaram o Art Déco como sinônimo de inovação e modernidade.[194] Dois anos depois, inaugurou-se defronte à mesma praça o Edifício Zini e o Cine Rio Preto (figura 3.1.10), com quatro pavimentos. Além da relação estilística com o Edifício Caramuru — ambos demarcados por sua axialidade e coroamento de platibanda escalonada com planos verticais superpostos — também dividiu com esses sua autoria, a cargo de Rodolpho Fehr.[195] Mais uma vez, o jornal *O Estado de São Paulo* se encarregou de comentar sobre a construção e exaltou a rapidez com que foi executado, a reforçar o impacto da difusão de novas técnicas construtivas a partir da utilização do concreto armado e sua contribuição para a verticalização do interior, mesmo "numa cidade onde tudo falta para [a construção de] edificações" (RIO PRETO..., 1941, p. 7).

Poucas semanas após a inauguração do Cine Rio Preto, um novo cinema passou a funcionar na cidade. O Cine São Paulo estava localizado no térreo do Edifício Curti (figura 3.1.11) e foi erigido a uma quadra do Edifício Caramuru, mantendo a influência estilística do Art Déco em suas fachadas de balcões arredondados e frisos verticais arrematando a platibanda do volume convexo na esquina da edificação. No térreo foram criadas salas para uso comercial ou prestação de serviços, além do cinema, que também ocupava parte do pavimento superior. Já os três pavimentos acima do térreo foram destinados ao uso como hotel, aparelhado "com 50 apartamentos, salão de jantar, várias outras dependências e modernissimas instalações sanitárias" (VARIAS..., 1941, p. 7).

---

[194] Além das edificações que serão mencionadas no texto, cabe atenção a outros dois edifícios construídos no início da década de 1940 também com grande influência Art Déco, em São José do Rio Preto, sejam eles: o novo prédio da Estação Ferroviária, de 1941, e o Mercado Municipal, inaugurado em 1944.

[195] O trabalho de Mascaro (2008) sobre a difusão da arquitetura neocolonial no interior paulista entre 1920 e 1950, menciona Rodolpho Fehr como autor de diversas edificações na cidade de São Carlos, entre 1934 e 1947. Entre elas, apresenta o projeto de seis casas de tendência Art Déco para Gelson Saia, em 1940. Citando a pesquisa de Bortolucci (1991, p.171 apud MASCARO, 2008, p. 184), a família Fehr é associada ao município de São Carlos, "em que Rodolpho e Theodoro, filhos do empreiteiro e, posteriormente, grande empresário Germano Fehr tornaram-se engenheiros civis".



Figura 3.1.9 – Vista do Edifício Caramuru, a partir da Praça Rui Barbosa, em São José do Rio Preto.
Ano: não identificado
Autor: não identificado
Fonte: Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de São José do Rio Preto-SP (IHGG).



Figura 3.1.10 – Vista do Edifício Zini e Cine Teatro Rio Preto, a partir da Praça Rui Barbosa, em São José do Rio Preto.
Ano: não identificado
Autor: não identificado
Fonte: http://salasdecinemadesp2.blogspot.com/2014/06/rio-preto-sao-jose-do-rio-preto-sp.html. Acesso em: 01/02/2020.



Figura 3.1.11 – Vista do Edifício Cury e Cine São Paulo, São José do Rio Preto.
Ano: não identificado
Autor: não identificado
Fonte: http://salasdecinemadesp2.blogspot.com/2014/06/sao-paulo-sao-jose-do-rio-preto-sp.html. Acesso em: 01/02/2020.

Entre os municípios que se desenvolveram a partir da implantação da Mogiana no interior do estado de São Paulo, Campinas — cidade em que a Companhia foi fundada e que se manteve como a terceira mais populosa de São Paulo entre as décadas de 1920 e 1940 — teve como marco inicial de verticalização o Edifício Sant'anna, considerado a "primeira construção da cidade a romper com o padrão de três pavimentos" (ZAKIA, 2012, p. 99). Sua execução, finalizada em 1936, envolveu a atuação de dois profissionais distintos e a elaboração de quatro projetos, entre 1929 e 1935.

O primeiro, de 1929, foi concebido pelo escritório do engenheiro H. N. Segurado e denominou-se Palacete Souza Queiroz, um edifício com três pavimentos e uso misto com comércio e prestação de serviços (figura 3.1.12). O térreo foi organizado para comportar sete lojas com dimensões variadas, todas com acesso direto pelas vias públicas, enquanto os dois pavimentos acima foram destinados a 17 salas para prestação de serviços. O edifício possuía características ecléticas classicizantes, com acesso diferenciado no centro da fachada principal, torreão demarcando o ângulo formado entre as ruas Barão do Jaguará e Cesar Bierrembach, platibanda ornamentada com cártulas ovais com grinalda, ranhuras em toda a superfície externa do corpo do edifício e colunata de diâmetros variados contornando o perímetro da edificação nos dois pavimentos de escritórios. No entanto, segundo Ferreira (2007, p. 45), os proprietários teriam considerado o projeto "demasiado grande para a realidade econômica da época", o que fez com que uma nova proposta, com programa e dimensões reduzidos, fosse elaborada por Segurado (figura 3.1.13). A revisão manteve parte da planta original, no térreo — sem chegar até a Rua Barão de Jaraguá —, e eliminou os pavimentos superiores, embora se evidencie a possibilidade de readaptação para ampliação futura, conforme a concepção inicial.

Algum tempo depois, Segurado ainda desenvolveu um terceiro projeto para a mesma área. Dessa vez, propôs um edifício com não apenas três, mas cinco pavimentos, novamente ocupando toda a extensão da Rua Cesar Bierrembach, na quadra delimitada pelas ruas Barão de Jaraguá e Dr. Quirino (figura 3.1.14). Assim como nos projetos anteriores, o térreo se mantinha como um pavimento comercial, com mesmo número de portas e ritmo de aberturas da solução de 1929. Acima dele, um piso intermediário fazia a transição para os outros três pavimentos que formavam o corpo do prédio, com fachadas marcadas por elementos decorativos geometrizados e eixos verticais pronunciados que se estendiam além da platibanda, delineando o ziguezague de seu coroamento.

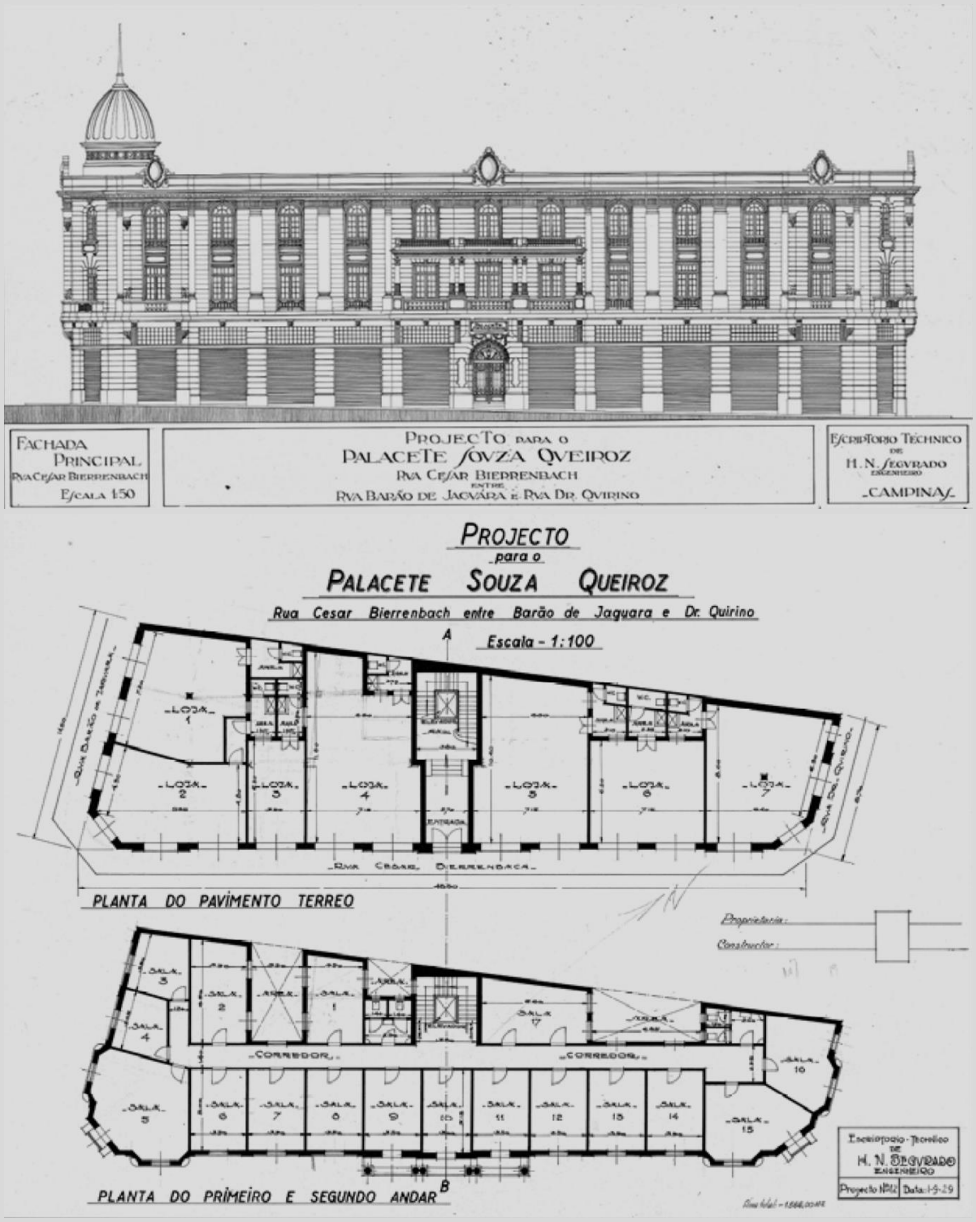


Figura 3.1.12 – Projeto do Palacete Souza Queiroz, em Campinas. Fachada voltada para a Rua Cesar Bierrembach (acima) e plantas (abaixo), com representação do pavimento térreo (comercial) e primeiro e segundo pavimentos (prestação de serviços).
Ano: 1929
Autor: Escriptorio Téchnico H. N. Segurado
Fonte: ZAKIA, 2012, p. 109-110.

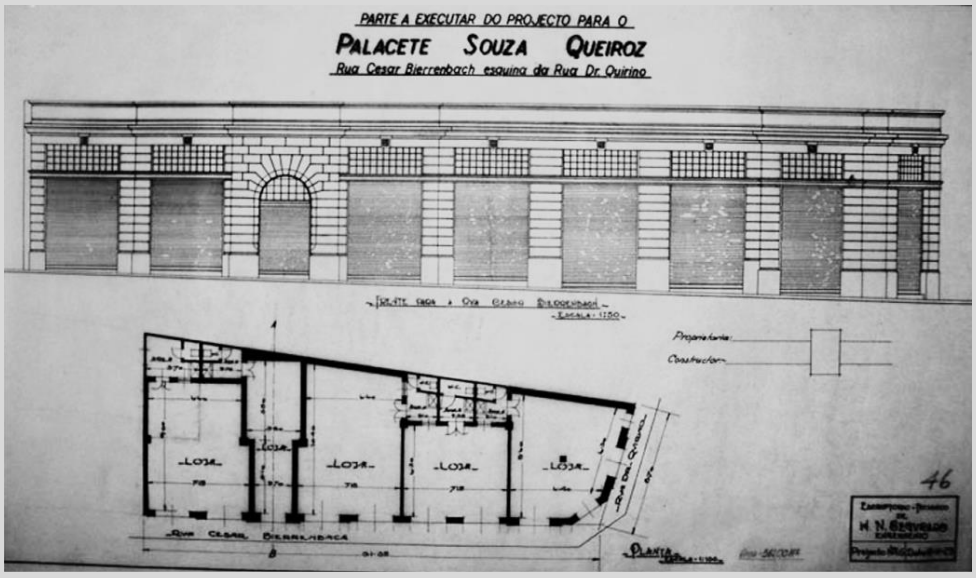


Figura 3.1.13 – Parte a executar do Palacete Souza Queiroz.
Ano: não informado
Autor: Escriptorio Téchnico H. N. Segurado
Fonte: FERREIRA, 2007, p. 47.

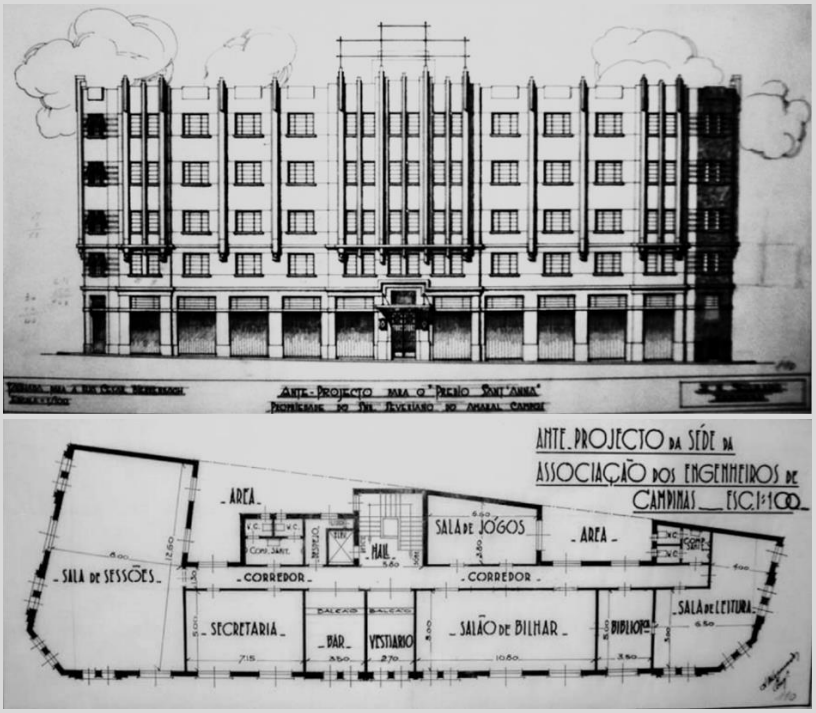


Figura 3.1.14 – Anteprojeto para o Predio Sant'anna. Fachada voltada para a Rua Cesar Bierrembach (acima) e planta do segundo pavimento para sede da Associação dos Engenheiros de Campinas.
Ano: não identificado
Autor:
Escriptorio Téchnico H. N. Segurado
Fonte: FERREIRA, 2007, p. 49.



Figura 3.1.15 – Perspectiva do Predio Sant'anna, Campinas.
Ano: não identificado
Autor: Escriptorio Téchnico H. N. Segurado
Fonte: ZAKIA, 2012, p. 110.

O crescimento em altura, bem como a imagem gerada pela associação estilística ao Art Déco, possivelmente se relacionou à mudança na propriedade do lote, refletindo também em sua nova denominação como "Predio Sant'anna".[196] A única planta relacionada a essa edificação foi o "ante-projecto da sede da associação dos engenheiros de Campinas", que seria instalada no pavimento imediatamente acima do térreo.[197] A partir dela é possível reconhecer a continuidade de algumas soluções utilizadas já no primeiro projeto desenvolvido pelo engenheiro em 1929, como o ritmo e espaçamento das aberturas nas fachadas, a posição da escada, a setorização dos sanitários de uso coletivo, a disposição da circulação horizontal e as áreas descobertas criadas no limite lateral do terreno para a ventilação e iluminação dos compartimentos localizados na porção posterior do edifício. Alterava-se, no entanto, a posição do elevador, que deixou de estar localizado no centro dos lances da escada em forma de "U" e se posicionou ao lado da mesma, criando um compartimento de "despejo" e h*all*, a distribuir o fluxo para a circulação horizontal. A ampliação do elevador e a alteração do modelo utilizado refletem a modernização do equipamento necessário para a circulação vertical em edifícios altos. Embora se desconheça a representação técnica das outras duas fachadas, bem como a planta do térreo e dos demais pavimentos dessa nova proposta, o desenho de uma perspectiva do prédio — a partir da esquina entre as ruas Cesar Bierrembach e Barão de Jaraguá — reforça a possibilidade de manutenção do programa de usos voltado ao setor terciário em toda a edificação (figura 3.1.15).[198]

---

[196] Na prancha que representou a fachada do edifício, a propriedade do mesmo foi atribuída a Severiano do Amaral Campos (FERREIRA, 2007). Embora não tenhamos encontrado muitas informações a seu respeito no momento da construção do "Predio Sant'anna", sabe-se mantinha estabelecimentos comerciais em São Paulo e Campinas (PARA A..., 1893, p. 2). Seu ramo de atuação pode ter tido relação com o programa da construção projetada e posteriormente edificada, voltada ao uso terciário. Outra notícia, publicada pelo jornal *Correio de S. Paulo*, em 1934 (NOVO DIRECTORIO..., 1934, p. 2), comentou sobre o novo Diretório e Conselho Consultivo do PRP de Campinas e citou Severiano como membro, a confirmar seu envolvimento político nesse contexto. Após a conclusão da obra, em 23 set. 1936, Severiano solicitou "isenção de imposto para o predio Sant'anna" (CAMARA MUNICIPAL..., 1936, p. 7) e, no ano seguinte, pediu a isenção de impostos de taxas de água e esgotos para a Prefeitura de Campinas (PREFEITURA..., 1937, p. 6).

[197] Considerando que a Associação de Engenheiros de Campinas (AEC) foi fundada em 1933 (ZAKIA, 2012, p. 46), podemos supor que esse projeto tenha sido desenvolvido entre 1933 e 1935.

[198] As peças gráficas e demais informações relacionadas aos projetos realizados para área em que foi construído o Edifício Sant'anna foram consultadas nos trabalhos de Ferreira (2007), que estudou a verticalização em Campinas em meados do século XX, e de Zakia (2012), que analisou aspectos da produção arquitetônica dessa mesma cidade entre as décadas de 1930 e 1940. Além da ausência de algumas peças

Mesmo após diversos estudos realizados pelo escritório de Segurado, o edifício finalmente erigido no local não teve sua autoria — ao menos não oficialmente. Em agosto de 1935, foi solicitada a aprovação de um novo projeto para o Edifício Sant'anna, dessa vez desenvolvido pelo engenheiro-arquiteto Lix da Cunha, em conjunto com o engenheiro Antonio Dias de Gouveia (figura 3.1.16). O alvará para início das obras foi emitido em setembro de 1935 e, em julho de 1936, menos de um ano depois, a construção projetada por Gouveia & Cunha já estava finalizada e recebia o "habite-se" (figura 3.1.17). Contudo, poucos dias antes de apresentarem o novo projeto à Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura de Campinas, os profissionais solicitaram "alvará para a demolição do prédio na Rua Barão de Jaguará, 1132 e 1132, de propriedade de Severiano do Amaral Campos" (ZAKIA, 2012, p. 109). A indicação de uma construção prévia nos leva a considerar que algum dos projetos desenvolvidos anteriormente chegou a ser erigido no local, parcial ou totalmente. No edifício concebido em 1935, a única menção de "parte existente" foi indicada na planta do pavimento térreo e correspondia à segunda proposta de Segurado para o Palacete Souza Queiroz, em que cinco lojas ocupavam parte da Rua Cesar Bierrembach. No entanto, no projeto de Gouveia & Cunha, essa "parte" teria sido mantida exatamente como planejada anteriormente, a sugerir que a demolição solicitada foi empreendida sobre outra edificação.

Assim como na terceira proposta de Segurado, o projeto de Gouveia & Cunha também ocupava toda a face da Rua Cesar Bierrembach, mas era composto por dois blocos distintos, em volumetria e estética. Acima da área existente, no térreo, o segundo pavimento reproduziu, em grande medida, a solução pensada para o piso destinado às salas de escritório no projeto de 1929. As fachadas dessa ala receberam ornamentação geometrizada que dialogavam com o projeto Art Déco do Predio Sant'anna, embora possuíssem apenas dois pavimentos, como no Palacete Souza Queiroz. A partir desse setor, criou-se um bloco com estrutura e ingresso independentes. Sobre ele se elevou uma torre com sete pavimentos e plasticidade distinta das demais partes do prédio, refletindo o Art Déco em sua vertente mais despojada de ornamentos.

---

gráficas, ambos não encontraram informações adicionais sobre o ano das duas últimas propostas desenvolvidas por Segurado. Os projetos apresentados foram consultados pelos autores no acervo pessoal de Hoche Neger Segurado, mantido pelo filho e engenheiro, Rubens Segurado; no Arquivo Municipal de Campinas; e no Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas-CONDEPACC.

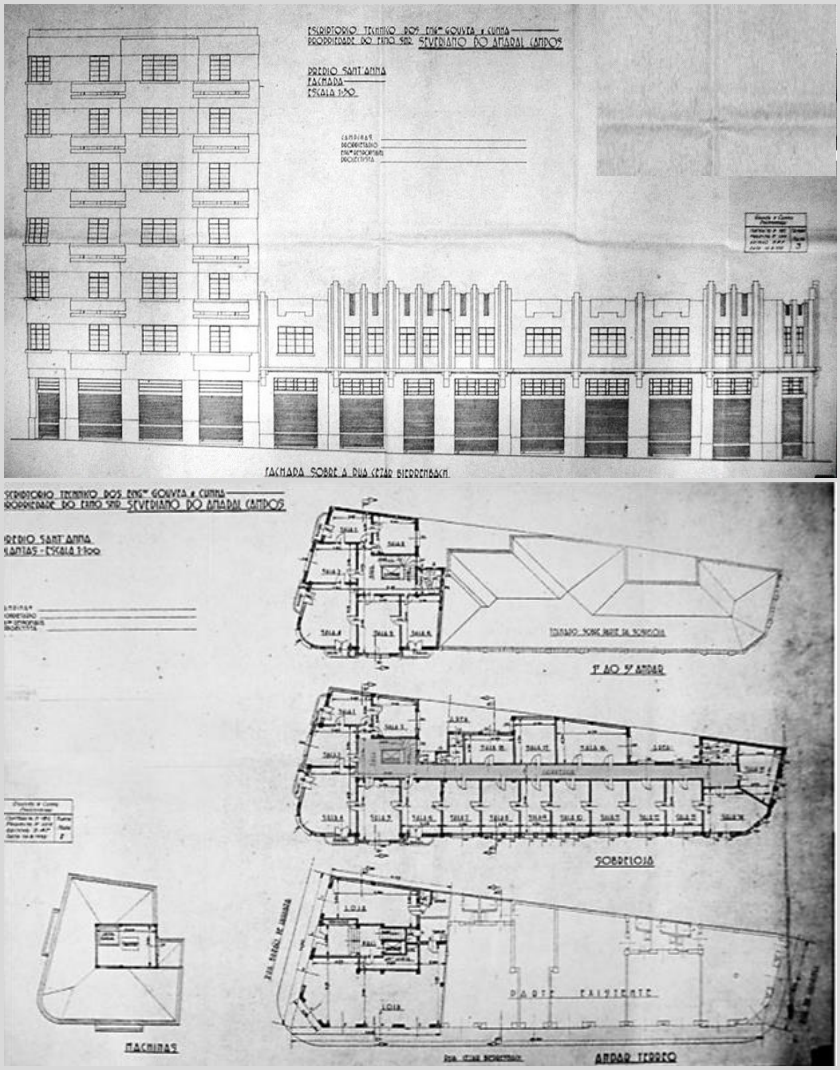


Figura 3.1.16 – Projeto para o Predio Sant'anna, em Campinas. Fachada voltada para a Rua Cesar Bierrembach (acima) e plantas (abaixo): pavimento térreo (com indicação de parte existente), segundo pavimento (sobreloja) e pavimento tipo (1º ao 5º andar).
Ano: 1935
Autor: Escriptorio Téchnico dos engenheiros Gouveia e Cunha
Fonte: FERREIRA, 2007, p. 50-51.



Figura 3.1.17 – Anúncio do Predio Sant'anna, com divulgação das "firmas fornecedoras do material para a construcção" do "primeiro arranha-ce'o de Campinas", com projeto e construção do engenheiro Lix da Cunha.
Ano: 1936
Autor: não identificado
Fonte: *Correio Paulistano*, 11 jul. 1936, p. 11.

O fato de o desenho da fachada não ter diferenciado as partes previamente existentes da construção e, assim como nas plantas, não informar as áreas demolidas, torna complexa a compreensão das propostas que esse edifício efetivamente assumiu entre o final da década de 1920 e meados da década de 1930.[199] Seu resultado parece refletir as experimentações estéticas, funcionais e construtivas do período, pois a construção finalmente erigida por Severiano de Amaral Campos não representou apenas a concepção de Gouveia & Cunha em 1935, mas mesclou partes das soluções desenvolvidas por Segurado nos anos anteriores.

Segundo Zakia (2012, p. 9), Segurado e Cunha estiveram entre os profissionais "mais atuantes da cidade" entre as décadas de 1930 e 1940, contribuindo para que o processo de verticalização em Campinas fosse continuado após a conclusão do Edifício Santana, em 1936. Até o final dessa década, outros projetos de edifícios com quatro ou mais pavimentos foram desenvolvidos na cidade, tendo o crescimento em altura acompanhado alguns traços da capital paulista, como a recorrência de usos mistos voltados ao setor terciário, com comércio e serviços. [200] A referência à capital se estendeu ao campo do planejamento urbano e da legislação edilícia a partir do final da década de 1920 (ZAKIA, 2012). Em 1938, aprovou-se o Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas e, antes disso, em 1934, entrou em vigor o Código de Construções de Campinas que, na avaliação de Zakia (2012), foi uma "compilação" do Código de Obras Arthur Saboya. Tais mudanças, juntamente com o contexto econômico e social da cidade, foram determinantes para a redefinição de sua paisagem urbana até meados do século XX.

---

[199] Para Ferreira (2007, p. 50) a versão de Gouveia & Cunha "incorporou a primeira fase do projeto do Palacete Souza de Queiroz". O autor ainda considera que a similaridade com o projeto do Prédio Sant'anna, de Segurado, comprova que, ainda que a aprovação tenha sido realizada pelo escritório Gouveia & Cunha, o empreendimento final conjugou soluções dos projetos dos dois escritórios. Zakia (2012, p. 109), reconhecendo a estética Art Déco do bloco de menor altura do edifício projetado em 1935, acredita que o projeto de Segurado para o Predio Sant'anna "tenha sido construído parcialmente".

[200] A pesquisa desenvolvida por Ferrerira (2007) identificou o Edifício Columbia (1938), com seis pavimentos, projetado por Lix da Cunha; a Usina de Benefício e Padronização de Café (1938), com quatro pavimentos, projetada pelos Irmãos Adamo e Biasetton Ltda; a sede da Caixa Econômica Estadual (1939), com quatro pavimentos, de Morse & Bierrenbach; o Edifício Valverde (1939), com cinco pavimentos, de Lix da Cunha; a Associação Comercial e Industrial de Campinas (1940), com sete pavimentos, projetada por Segurado; o Edifício Correio Popular (1940), com seis pavimentos, de Lix da Cunha; e o Palácio da Justiça e Fórum (1940), com sete pavimentos, por José Maria S. Neves. O primeiro edifício com uso misto voltado ao comércio, serviço e habitação foi o Prédio Conceição, com seis pavimentos, projetado por Lix da Cunha em 1941.

3.1.2 O CRESCIMENTO VERTICAL DE RIBEIRÃO PRETO

Quando erigido, o Edifício Diederichsen foi a construção com maior número de pavimentos de Ribeirão Preto. Sua verticalidade determinou um novo marco para o processo de crescimento em altura instaurado na cidade em períodos anteriores, quando investimentos públicos se somaram às diretrizes de ordenamento urbano e nortearam o desenvolvimento da área central da cidade. A partir de uma Resolução Municipal elaborada em 28 de setembro de 1920, a Rua General Osório – que desde a instalação da Estação Mogiana, em 1885, até a década de 1930, concentrou o maior número de negociações imobiliárias não residenciais verificadas por Oliveira (2006) – também teve proibida a "construcção e reconstrucção de predios dum só andar" (RIBEIRÃO PRETO, 1920), obrigando que os mesmos tivessem, no mínimo, dois pavimentos, contando com o térreo, no trecho entre as ruas Jeronimo Gonçalves e Tibiriça.[201]

Em 1923, a imposição sobre a Rua General Osório se ampliou até a Rua Barão do Amazonas e incorporou os terrenos em frente à Praça XV de Novembro, o que impulsionou o crescimento em altura das edificações e iniciou a mudança da paisagem urbana no centro da cidade (figura 3.1.25).[202] Embora a construção de edifícios com dois pavimentos, do tipo sobrado, fosse considerada desde o Código de Posturas de 1889[203], e o Código de 1902 tenha mencionado a possibilidade de construções acima de três pavimentos[204], reafirmada pelo Código de Posturas de 1921[205], até o início da década de 1920 predominavam as construções térreas, sendo os edifícios de maiores proporções construídos principalmente para fins institucionais (figuras 3.1.18, 3.1.19 e 3.1.20).

---

[201] A Resolução n. 841 foi criada em 28 de novembro de 1920 e executada em 1922, conforme estabelecido pela lei n. 256, de 11 de outubro de 1921.

[202] Art. 1º da lei municipal n. 277, de 16 jul. 1923, que alterava e acrescentava determinações ao Código de Posturas de 1921.

[203] O Artigo 6º do Código de Posturas de Ribeirão Preto de 1889 (Resolução n. 198) observava duas alturas possíveis para a construção e modificação de edifícios: casas térreas, com 4 metros (da soleira da porta da frente ao frecha) e casas de sobrado, com 8 metros.

[204] O terceiro pavimento foi citado no art. 61, que estabeleceu a altura mínima dos pés direitos no interior dos prédios: considerava-se 5 metros para o primeiro pavimento; 4,20 metros para o segundo pavimento; e 4 metros para o terceiro pavimento; "variando dahi por deante em relação á altura do prédio (...)" (RIBEIRÃO PRETO, 1902, p. 28, grafia original).

[205] Nesse caso, o terceiro pavimento também foi citado no artigo que definia a altura mínima dos pés direitos no interior dos prédios — mantendo os valores do Código de 1902 (RIBEIRÃO PRETO, 1921, p. 30).

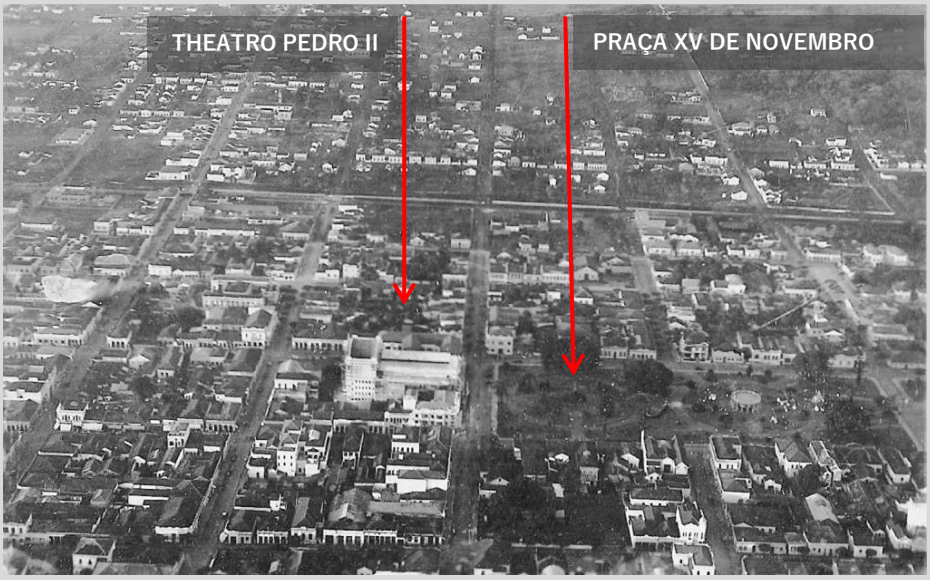


Figura 3.1.18 – Vista aérea da região da Praça XV de Novembro. Ressalta-se o conjunto de edifícios do Quarteirão Paulista, com destaque para o Theatro Pedro II.
Ano: 1935
Autor: Photo Sport
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico - F841.

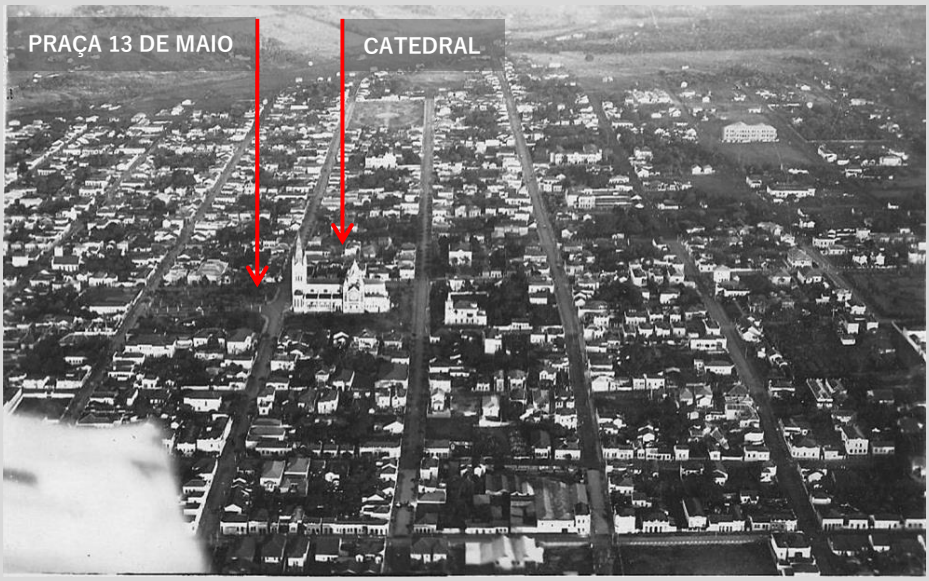


Figura 3.1.19 – Vista aérea da região da Praça 13 de Maio, com destaque para a Catedral. À direita, observa-se o desenvolvimento até a Avenida Independência.
Ano: 1935
Autor: Photo Sport
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F842.

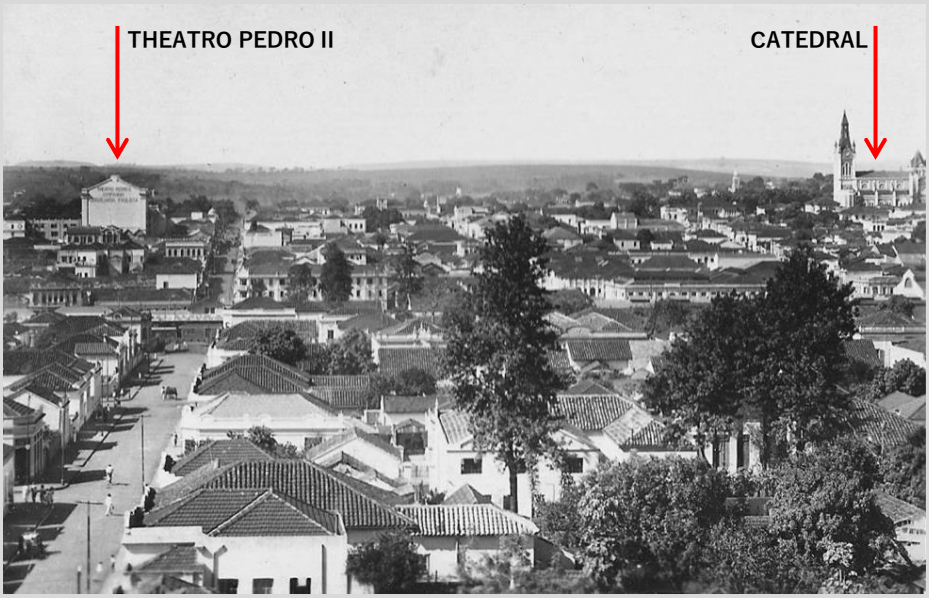


Figura 3.1.20 – Vista da área central a partir da Vila Tibério. No fundo da imagem, avista-se o fundo do Theatro Pedro II, a Rua General Osorio e a Catedral.
Ano: 1935
Autor: Photo Sport
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F843.

Desde então, intensificou-se o número de projetos aprovados para a construção de edifícios acima de um pavimento, sendo a maioria destinada à região central.[206] Entre 1921 e 1934, dos 175 projetos de edificações aprovados com mais de um pavimento, 149 foram implantados no centro – valor que correspondeu a 85,14% do total.[207] A Rua General Osorio (figuras 3.1.21, 3.1.22 e 3.1.23) concentrou a maior incidência desses projetos (quadro 3.1.1), com 17 edifícios, seguida pelas ruas Visconde de Inhaúma (12), Barão do Amazonas (12), Amador Bueno (11), Prudente de Moraes (9), Saldanha Marinho (9), Duque de Caxias (8), Américo Brasiliense (7) e José Bonifácio (7). Analisando a disposição dessas vias na malha urbana, observa-se que, com exceção das ruas General Osório e Duque de Caxias, que delimitam a Praça de XV de Novembro e se estendiam até o local da Estação Ferroviária, o crescimento em altura acompanhou a expansão urbana de Ribeirão Preto em direção à recém-inaugurada Avenida Independência. As construções acima de um pavimento se fizeram notar, sobretudo, no entorno da Praça XV de Novembro, mas também nas áreas que se formavam ao sul, ou ao longo das vias que conectavam essas duas regiões (figura 3.1.24).

---

[206] Na pesquisa realizada no acervo de Obras Particulares do APHRP, entre os 212 projetos de edifícios com mais de um pavimento aprovados em Ribeirão Preto entre 1910 e 1934, apenas 37 foram aprovados entre 1911 e 1920. Desses, o único que apresentou edificação com mais de dois pavimentos foi aprovado para a Cia. Antarctica, em 1913, com quatro pavimentos. No entanto, esse foi um caso isolado até 1921, quando um projeto de edifício com três pavimentos foi aprovado para construção na Rua General Osorio. Nesse ano, outros cinco projetos, todos de edifícios com dois pavimentos, foram aprovados na cidade. Em 1922 esse valor se elevou a 17, caindo para 13 no ano seguinte, até chegar a 20, em 1924. Em 1925 houve novo decréscimo, com aprovação 11 projetos de edifícios com dois pavimentos. Nos três anos seguintes, observa-se crescimento contínuo nesse aspecto: em 1926, foram 13 projetos aprovados; em 1927, 17 aprovações; e, em 1928, 20 projetos de edifícios com dois pavimentos aprovados em Ribeirão Preto. Com a crise internacional de 1929, nesse ano o valor caiu para 18, sendo um deles para uma edificação com três pavimentos e, outro, para edifício com quatro pavimentos. Nos anos seguintes, houve queda abrupta em relação ao número de edifícios aprovados com mais de um pavimento: em 1930 foram aprovados apenas nove projetos de edifícios; oito, em 1931; e cinco, em 1932. O período de recuperação teve início em 1933, quando oito edificações com mais de um pavimento foram aprovadas na cidade. Já em 1934, ano de aprovação do Edifício Diederichsen, com sete pavimentos, outros oito edifícios com dois pavimentos foram aprovados em Ribeirão Preto.

[207] Entre os demais, nove foram implantados na Vila Tibério, sete no bairro Campos Elíseos, um no Jardim Paulista e outro na Villa Independência, na região que se formava além da Avenida homônima. Cabe mencionar que não foi possível precisar a localização de nove projetos de edifícios com dois pavimentos entre 1921 e 1934. A análise desse período a partir de registros fotográficos que integram o acervo do APHRP evidencia que diversos edifícios construídos com mais de um pavimento na área central não possuem projeto arquivado no acervo de Obras Particulares do APHRP. Contudo, a investigação integrada dos dois materiais permite análises importantes para a compreensão da cidade naquele contexto.



Figura 3.1.21 – Rua General Osório, vista da esquina c/ Rua Visconde de Inhaúma e Praça XV de Novembro.
Ano: 1912-1917
Autor: não identificado
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F898.



Figura 3.1.22 – Rua General Osório vista da esquina c/Rua Tibiriçá e Praça XV de Novembro. Ao fundo, Edifício Meira Júnior.
Ano: 1933
Autor: Photo Sport
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F475.

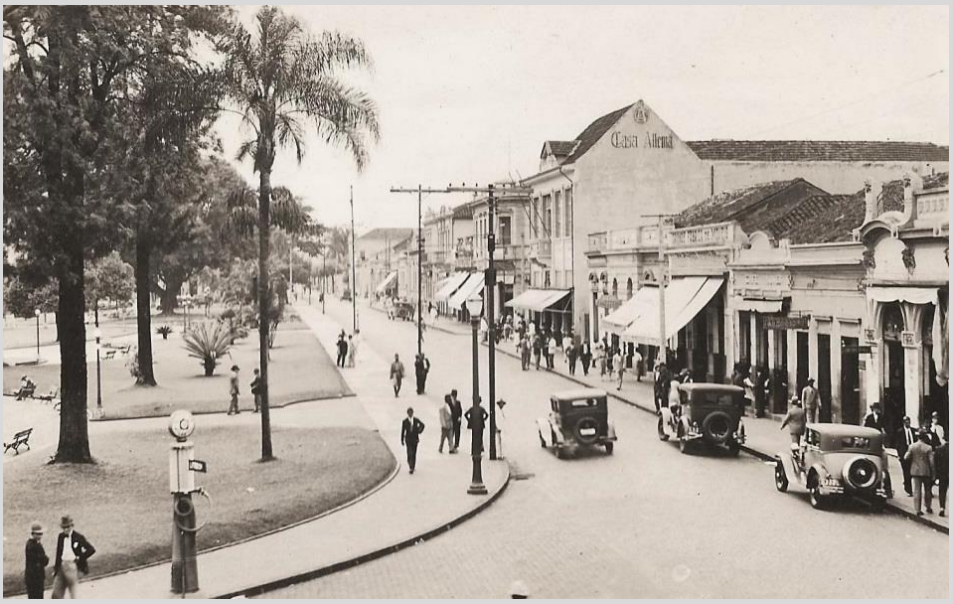
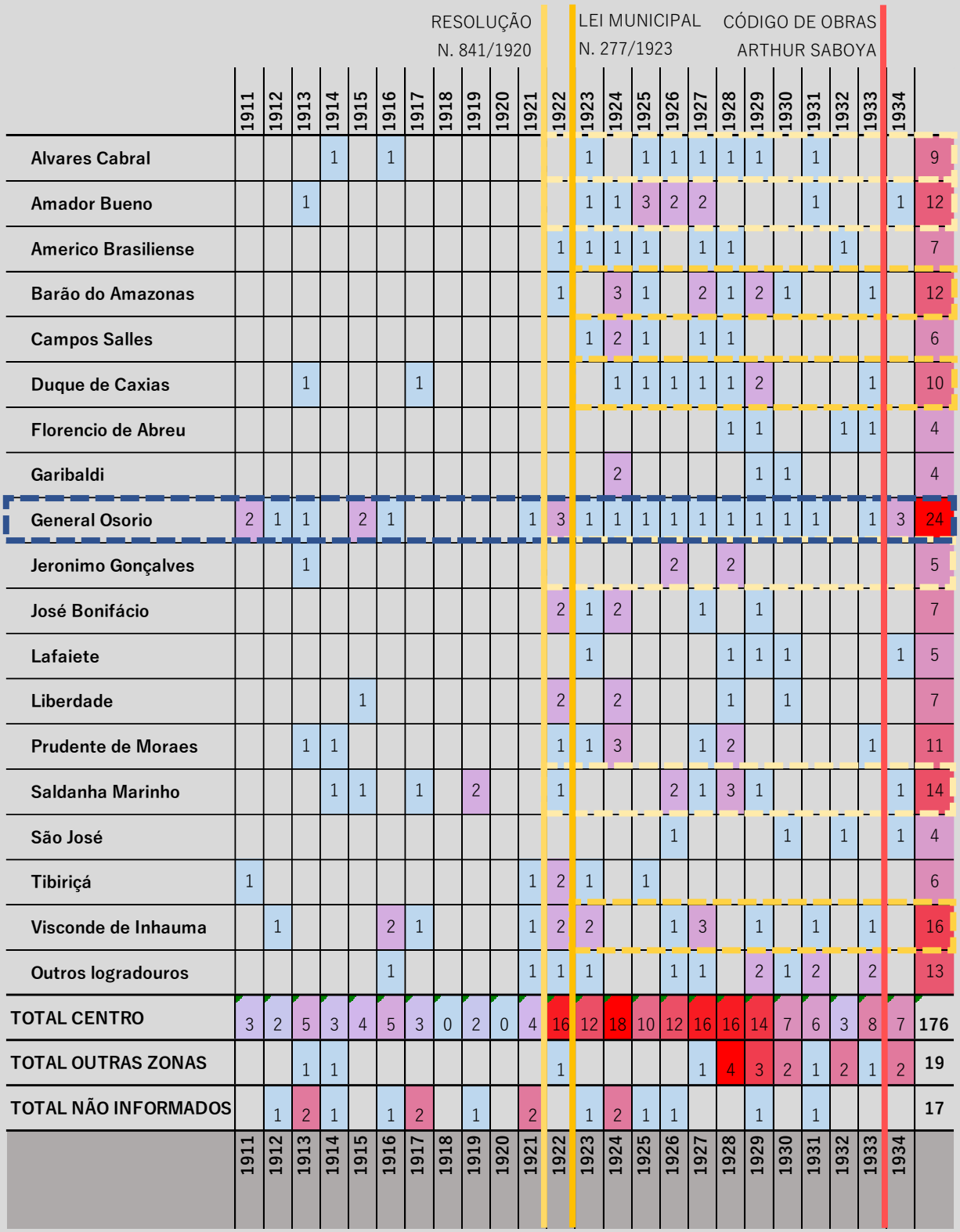


Figura 3.1.23 – Rua General Osório, vista da esquina com a Rua Álvares Cabral e Praça XV de Novembro.
Ano: 1935
Autor: Photo Sport
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F847.



	1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	
Alvares Cabral				1		1							1		1	1	1	1	1		1				9
Amador Bueno			1										1	1	3	2	2				1			1	12
Americo Brasiliense												1	1	1	1		1	1				1			7
Barão do Amazonas												1		3	1		2	1	2	1			1		12
Campos Salles													1	2	1		1	1							6
Duque de Caxias			1				1							1	1	1	1	1	2				1		10
Florencio de Abreu																		1	1			1	1		4
Garibaldi														2					1	1					4
General Osorio	2	1	1		2	1					1	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1		1	3	24
Jeronimo Gonçalves			1													2		2							5
José Bonifácio												2	1	2			1		1						7
Lafaiete													1					1	1	1				1	5
Liberdade					1							2		2				1		1					7
Prudente de Moraes			1	1								1	1	3			1	2					1		11
Saldanha Marinho				1	1		1		2			1				2	1	3	1					1	14
São José																1				1		1		1	4
Tibiriçá	1										1	2	1		1										6
Visconde de Inhauma		1				2	1				1	2	2			1	3		1		1		1		16
Outros logradouros						1					1	1	1			1	1		2	1	2		2		13
TOTAL CENTRO	3	2	5	3	4	5	3	0	2	0	4	16	12	18	10	12	16	16	14	7	6	3	8	7	176
TOTAL OUTRAS ZONAS			1	1								1					1	4	3	2	1	2	1	2	19
TOTAL NÃO INFORMADOS		1	2	1		1	2		1		2		1	2	1	1			1		1				17
	1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	

Quadro 3.1.1 – Número de projetos aprovados para edifícios com mais de um pavimento em Ribeirão Preto. Em destaque, ruas que tiveram restrição de construção de edifício com apenas um pavimento a partir da Resolução n. 841/1920 (executada em 1922) e Lei Municipal n. 277/1923.

Autor: Tatiana S. Gaspar

Fonte: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, vários, 1910-1934.



Figura 3.1.24 – Projetos de edifícios com mais de um pavimento aprovados entre 1910 e 1934. Predominância de usos por ruas no entorno da Zona Central de Ribeirão Preto.

Autor: Tatiana S. Gaspar

Fonte: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, vários, 1910-1934.

Ao considerarmos que entre todos os 176 projetos aprovados até 1934 para edifícios com mais de um pavimento na região central de Ribeirão Preto, 93 – número que corresponde a 52,84% do total – foram destinados exclusivamente à função habitacional permanente e, entre eles, 78 eram unifamiliares – ou seja, 83,87% dos casos –, pode-se deduzir que grande parte dessas residências possivelmente abrigou a elite ribeirão-pretana que saía das adjacências do antigo Largo da Matriz para residir nas áreas próximas ou acima da Praça 13 de Maio (figura 3.1.24).[208]

Os 98 projetos de edifícios com mais de um pavimento projetados para uso não residencial unifamiliar e aprovados nesse período para a área central de Ribeirão Preto tiveram finalidades diversas, como comércios, instituições de ensino, cinemas, bancos, depósito, hotéis, garagens, indústrias e, na maioria dos casos, usos mistos, como no Edifício Diederichsen.[209] Diferentemente do que se aferiu sobre a localização dos edifícios exclusivamente residenciais, permanentes e unifamiliares, os demais usos estiveram localizados, principalmente, na Rua General Osório e vias transversais, entre a Praça XV de Novembro e a Estação, a partir da Rua Álvares Cabral, até a Avenida Jeronimo Gonçalves. Apenas a Rua General Osório recebeu ao menos 20 dessas edificações, sendo dois comércios, dois hotéis e 16 edifícios multifuncionais (figura 3.1.24).[210]

---

[208] As vias que ligavam a Praça XV de Novembro à Praça 13 de Maio receberam grande número de residências unifamiliares com dois pavimentos entre 1910 e 1934. A Rua Visconde de Inhaúma foi o destino de oito residências com dois pavimentos, enquanto a Rua Tibiriçá recebeu cinco dessas edificações. As vias acima da Praça da nova Catedral também concentraram várias residências unifamiliares com mais de um pavimento. Foram cinco aprovadas para a Rua Lafaiete e sete para a Rua Prudente de Moraes. Em 1925 foi aprovado o primeiro projeto de residência na Avenida Independência, iniciando-se um processo de expansão territorial da cidade para a moradia burguesa, a partir dessa via, em direção à região sul.

[209] Na pesquisa realizada no acervo de Obras Particulares do APHRP, entre 1911 e 1934, não foi possível identificar a função de sete edifícios e a tipologia de duas residências. Outros nove projetos de residências com mais de um pavimento apresentaram a configuração de duas moradias unifamiliares agrupadas. Também verificamos três projetos para construção de hotéis, caracterizados por sua função habitacional temporária, três projetos para edifícios comerciais, dez projetos para garagens, dois edifícios industriais, dez projetos de edificações institucionais, seis projetos de edifícios para prestação de serviços e 44 projetos de edifícios com usos mistos. O expressivo número de edifícios com mais de um pavimento aprovados para a construção de garagens, em geral no fundo lote e abrigando uma pequena residência ou quarto no piso superior, também evidencia a importância dos automóveis no início do processo de verticalização em Ribeirão Preto.

[210] Não foi possível reconhecer a tipologia de três edifícios projetados com dois pavimentos e aprovados para a Rua General Osorio entre 1911 e 1934. No centro, outros edifícios de uso misto com mais de um pavimento também foram projetados para as ruas Álvares Cabral (2), Amador Bueno (3), Américo Brasiliense (2), Barão do Amazonas (2), Duque de Caxias (2), Florêncio de Abreu (1), Rua da Liberdade (1), Saldanha Marinho (7),

Entre os 212 edifícios acima de um pavimento, elaborados entre 1911 e 1934 para toda a cidade, 166 foram aprovados entre 1921 e 1933 – ou seja, 78,3%. Seguiram, portanto, as determinações do Código de Posturas de Ribeirão Preto de 1921, que vigorou até o final de 1933. Entre essas edificações, apenas uma possuía quatro pavimentos e cinco possuíam três pavimentos, enquanto as demais se mantiveram com dois pavimentos. A possibilidade de construções com três ou mais pavimentos era mencionada no Código de 1921, mas suas determinações só foram citadas, de modo específico, para os dois primeiros pavimentos. Para os demais, foram previstos acréscimos de dimensões proporcionais ao número de pisos construídos acima do segundo.

O sistema construtivo descrito no Código de Posturas de 1921 se baseava, principalmente, na sobreposição das paredes, que poderiam ser construídas com tijolos ou pedras e tinham suas espessuras definidas a partir da largura do edifício, do pavimento em que se encontravam e das funções estruturais que possuíam.[211] Apenas para os "edifícios de diversos andares" e "mais de dez metros de largura", admitia-se que as paredes divisórias ou vigas fossem apoiadas em colunas ou pilares. No segundo caso, considerava-se a possibilidade de vigas de ferro ou de madeira, que deveriam ser "calculadas para resistirem a carga total, por metros quadrados, dos vigamentos que suportarem", enquanto "as columnas terão uma base de alvenaria proporcional áquella carga e á resistência do terreno" (RIBEIRÃO PRETO, 1921, p. 37, grafia original).

Em setembro de 1933, um pedido do engenheiro municipal Almiro Pedreira, ao Prefeito de Ribeirão Preto, expôs as dificuldades enfrentadas pela Repartição de Obras "para resolver certos problemas relativos ás construcções da cidade".[212] Nessa correspondência, o profissional avaliou que, em relação às construções, o Código de Posturas de 1921 era "deficiente", pois, por ser "antigo", estava desatualizado em relação aos "processos modernos de técnica de construir". Diante da necessidade de implementação de nova normativo, sugeriu-se a adoção do Código de Obras Arthur

---

Tibiriçá (1), Visconde do Rio Branco (1), José Bonifácio (5) e Avenida Jeronimo Gonçalves (1).

[211] Podendo ser paredes exteriores, paredes divisórias principais, paredes para simples separação de compartimentos, paredes de face ou muros mestres, paredes inferiores, muros divisórios principais interiores, meias paredes, ou muros ou paredes de divisão secundária. Divisões de madeira ou tabique também eram aceitas em substituição às paredes, desde que não fossem utilizadas em habitações, e caso suportassem peso, deveriam ser "convenientes travadas" (RIBEIRÃO PRETO, 1921, p. 37).

[212] APHRP. Inventário Geral, Cx. 10, Pasta 368, 18 set. 1933.

Saboya, desenvolvido para a cidade de São Paulo em 1929.[213] Considerando que o Código original foi proposto para uma cidade com maior número de habitantes e que, naquele período, já havia iniciado seu processo de verticalização — com diversos edifícios construídos com mais de seis pavimentos que utilizavam o concreto armado como principal material em seu sistema estrutural —, é relevante destacarmos a observação feita pelo engenheiro municipal sobre "as indispensáveis modificações e adaptações" necessárias para que o documento se adequasse ao meio e às condições de Ribeirão Preto.[214] O novo código entrou em vigor a partir de janeiro de 1934, nove meses antes da aprovação do projeto do Edifício Diederichsen:

> ADOTA PARA O MUNICÍPIO O 'CODIGO DE OBRAS ARTUR SABOIA COM MODIFICAÇÕES.
>
> O Dr. Ricardo Guimarães Sobrinho, Prefeito do Município de Ribeirão Preto, uzando das atribuições inerentes ao seu cargo,
>
> Considerando que a Diretoria de Obras vem há muito tempo, lutando com serias dificuldades para resolver os problemas relativos as construções da cidade, devido principalmente ao Codigo de Posturas Municipais em vigor, que, na parte referente ás construções é muito deficiente;
>
> Considerando que os processos adotados na época em que foi elaborado o referido Codigo, já não se coadunam com os modernos processos da técnica de construir;
>
> Considerando ainda que a divisão da Cidade em zonas para efeito da aplicação do Codigo de Obras denominado "Artur Saboia", mais moderno e que com algumas modificações, deve ser adotado a esta Cidade:
>
> Resolve:

---

[213] Na capital paulista, o Código de Obras Arthur Saboya foi regulamentado pelo Ato n. 663, em 10 de agosto de 1934. Cabe ressaltar, portanto, que a adoção do Código de Obras Arthur Saboya em Ribeirão Preto foi anterior à regulamentação do mesmo pela cidade de São Paulo.

[214] APHRP. Inventário Geral, Cx.10, Pasta 368, 4 jan. 1933. As sugestões de "modificações a serem feitas no Código Saboya para a sua adaptação ao município de Ribeirão Preto" foram descritas em um documento com o mesmo título, elaborado em 4 de janeiro de 1933 pelo engenheiro municipal Almiro Pedreira. Ao final do documento, o engenheiro justificou as modificações em razão das características específicas do contexto ribeirão-pretano, como "clima, relações sociaes, topografia, etc.". O relatório foi anexado ao pedido de autorização para adoção do Código em Ribeirão Preto enviado pelo Prefeito Municipal, Eduardo Luiz Ribeiro, ao Diretor do Departamento de Administração Municipal de São Paulo em 10 de janeiro de 1933. O intervalo entre as primeiras discussões relacionadas à utilização do Código de Obras Arthur Saboya em Ribeirão Preto, a cobrança feita pelo engenheiro municipal ao prefeito, em setembro de 1933, e sua definitiva adoção, em janeiro de 1934, parecem ter correspondido às dificuldades administrativas do contexto político em questão, marcado pela sucessão de prefeitos interventores.

> ARTIGO 1ª – Fica adotado para o Município de Ribeirão Preto, o Codigo de Obras da Prefeitura da Capital deste Estado, também denominado "Codigo de Obras 'Artur Saboia'", com as modificações apresentadas pela Repartição de Obras desta Prefeitura que ficarão fazendo parte integrante do mesmo Codigo.
>
> ARTIGO 2º - O referido Codigo com as modificações aludidas entrará em vigor em 1º de Janeiro de 1934, revogadas as disposições em contrario.
>
> O Secretario da Prefeitura assim o entenda e faça executar.
>
> Ribeirão Preto, 11 de Dezembro de 1933. Ricardo Guimarães Sobrinho. Prefeito Municipal.[215]

Assim como ocorreu na capital federal, quando o Plano de Remodelação, Extensão e Embelezamento do Rio de Janeiro foi desenvolvido por Agache no final da década de 1920, o Código de Obras Arthur Saboya esteve alinhado à introdução do zoneamento como forma de regulamentar, de modo distinto, as construções e uso do solo urbano a partir de sua localização na cidade. Em Ribeirão Preto, manteve-se a quantidade e denominação das zonas urbanas definidas para São Paulo, mas, como não poderia deixar de ser, com alteração na delimitação dessas áreas: primeira zona ou central; segunda zona ou urbana; terceira zona ou suburbana; e quarta zona ou rural (figura 3.1.25).

O Código de Obras Arthur Saboya incentivou a verticalização e, em Ribeirão Preto, a zona central foi a que recebeu maior estímulo para o crescimento em altura, estabelecendo-se dentro dos seguintes limites: "começa na ponte sobre o Ribeirão Preto, na Rua São Sebastião seguindo por esta a Rua Cerqueira Cezar, depois descendo até a Rua D. Marianna Junqueira e por esta descendo até o Ribeirão Preto, e dahi até o ponto de partida".[216]

O Código de 1929, desenvolvido para São Paulo, determinava que, na zona central da capital paulista, não seriam permitidas edificações recuadas do alinhamento e, em relação à altura dos prédios, deveriam seguir as diretrizes especificadas para cada zona:

> Art. 118.º — Nos edifícios construídos no alinhamento das vias públicas da zona Central, a altura será:
>
> a) — no mínimo, de cinco metros;
> b) — no mínimo, de duas vezes a largura da rua, quando esta fôr de menos de nove metros;

---

[215] APHRP. Inventário Geral, Cx.10, Pasta 368, 4 jan. 1933, grafia original.

[216] APHRP, Inventário Geral, Cx.10, Pasta 368, 4 jan. 1933, grafia original.

> c) — de duas vezes e meia, quando a largura da rua fôr de nove a doze metros;
> d) — de três vezes, quando a largura da rua fôr de mais de doze metros.
>
> Art. 119.º — Fóra dessa zona, a altura dos edifícios construídos no alinhamento da via pública, será, no mínimo, de três metros, sob condição de não servirem para habitação.
>
> Art. 120.º — Fóra dessa zona, a altura dos edifícios construídos no alinhamento da via pública, será, no máximo, de uma vez e meia a largura da rua.
>
> Art. 121.º — Com o intuito de aumentar o numero de pavimentos, poderão os prédios, em vias publicas de menos de quinze metros, situados nas zonas central e urbana, ser recuados do respectivo alinhamento, de modo que o recúo acrescido da largura da rua seja de nove, doze ou quinze metros, ficando o proprietário com as seguintes obrigações:
>
> e) — construir um eirado descoberto ao nível do piso da primeira sobreloja ou do primeiro andar, cobrindo toda a superficioe recuada e repousando sobre pilares ou columnas;
> f) — incorporar a área do recuo á via publica, sem indemnização alguma, deixando completamente aberta a respectiva arcaria;
> g) — revestir, decorar e conservar, á sua custa segundo plano previamente aprovado, as paredes lateraes em saliência com a nova frente dos prédios confinantes, sem direito a reembolso em caso de demolição das mesmas. (SÃO PAULO, 1929).

Em Ribeirão Preto, o art. 118º do Código original foi um dos que sofreu alteração. Mantinha-se a altura mínima de cinco metros para edifícios localizados na zona central, mas o crescimento em altura foi desassociado da largura das vias, retomando a definição estabelecida pela lei municipal n. 277, de 16 de julho de 1923, para a Rua General Osorio e Praça XV de Novembro:

> Construcção de novos prédios — Fica prohibida a construcção e reconstrucção de prédios tendo apenas um andar, na rua General Osorio, desde a Avenida Jeronymo Gonçalves até a rua Barão do Amazonas, assim como nos terrenos que fizerem frente para a praça 15 de Novembro (RIBEIRÃO PRETO, 1923).

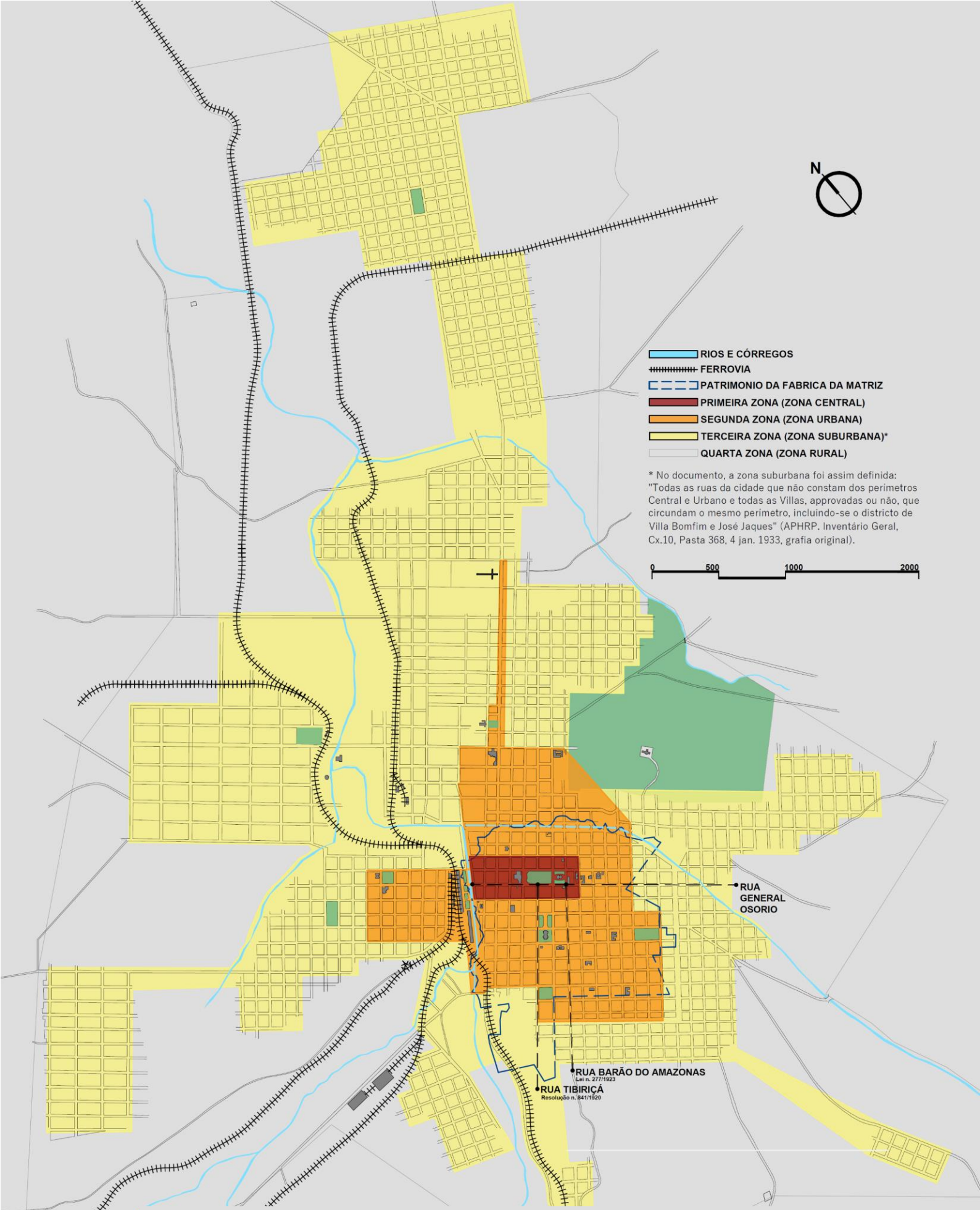


Figura 3.1.25 – Zonas urbanas estabelecidas pelo Código de Obras (1934). | **Autor:** Tatiana S. Gaspar
Referência: "Mappa Geral de Ribeirão Preto" (1935), elaborado por Cícero Martins Brandão, com acréscimo de informações de 1932 e 1934 | **Fonte:** APHRP, Mapas e Plantas (vários).

Ainda com impacto na altura das edificações, a seção destinada a apresentar as diretrizes para “architectura das fachadas” no Código de Obras Arthur Saboya, definia as condições a serem atendidas pelas edificações erigidas no triângulo comercial e em outras ruas da zona central de São Paulo. Um de seus artigos determinou que os edifícios construídos nessas regiões não deveriam ter menos de quatro pavimentos, descontando o embasamento, e, em alguns trechos, poderiam alcançar até 50 metros, ou dez pavimentos, sem considerar os térreos (lojas, rés do chão e embasamento).[217] No entanto, em Ribeirão Preto, esses parâmetros foram modificados para se adequarem ao contexto urbano local, onde a edificação mais alta possuía quatro pavimentos:

> Artigo 151 º - soffrerá a seguinte modificação: - as edificações na Rua General Osorio, no trecho compreendido entre a Praça Schmidt e a Rua Barão do Amazonas e a Praça 15 de Novembro, além dos preceitos geraes desta lei, devem ainda satisfazer as seguintes condicções: Paragrapho 1º — não terão menos de dois pavimentos sem contar o embasamento. Paragrapho 3º — nas Ruas General Osorio e Praça 15 de Novembro, a altura máxima dos prédios, sera de trinta metros e numero de andares, será, no máximo, quatro, exclusive os térreos.[218]

As alterações evidenciam que, embora houvesse a intenção de modernização dos instrumentos de fiscalização das construções em Ribeirão Preto, o poder público municipal atuou com moderação em relação à verticalização que o novo Código de Obras poderia provocar na cidade. Sua adoção reafirmou o anseio de verticalização na área central de Ribeirão Preto, sobretudo na Rua General Osorio e em torno da Praça XV de Novembro, que não poderiam ter novas construções com apenas um andar. No entanto, tentou-se restringir a verticalização a cinco pavimentos, sendo esse limite definitivamente superado com a aprovação do Edifício Diederichsen, como veremos a seguir.

---

[217] A aprovação de edificações com menor número de pavimentos era permitida, desde que a construção apresentasse condições estruturais que garantissem ampliações futuras (SÃO PAULO, 1929).

[218] APHRP. Inventário Geral, Cx.10, Pasta 368, 4 jan. 1933, grafia original. Na versão ribeirão-pretana, o artigo 152 também foi alterado e fez referência às construções e reconstruções ao longo da Avenida Independência. Os artigos 153 e 154 foram omitidos. Por outro lado, em Ribeirão Preto, enquanto se restringia o número de pavimentos das edificações, as alturas mínimas de pé direito no interior dos compartimentos da edificação tiveram pequeno acréscimo, de 50 centímetros, em relação ao Código de São Paulo: 3 para 3,5 metros; 2,5 para 3 metros; 4 para 4,5 metros). Algumas omissões também devem ser destacadas, como a regulamentação para instalação e funcionamento dos elevadores e a criação de um “Caderno de especificações dos materiais da cidade de S. Paulo”, a ser elaborado pela Escola Politécnica, com a colaboração de engenheiros municipais.

3.2 O TERRENO E O PROJETO APROVADO PARA O EDIFÍCIO DIEDERICHSEN

Apesar da importância da Rua General Osório para a verticalização de Ribeirão Preto, essa via pode não ter sido a primeira localização considerada por Antonio Diederichsen para a implantação do seu edifício. Em 1934, o empresário foi foreiro de dois lotes da Igreja Matriz de São Sebastião de Ribeirão Preto, na região delimitada pela primeira zona urbana, que constituía a área central da cidade (figura 3.1.25).[219] O primeiro deles, adquirido em março de 1934, tinha frente para a Rua Amador Bueno, fazia divisas laterais com Vicente Viccari e Alberto Seixas, e, no fundo, com o Banco do Brasil, com as dimensões 19,50m x 46,00m x 46,00m x 19,50m.[220] A segunda aquisição ocorreu um mês depois, em abril daquele mesmo ano, de um terreno adjacente à Praça XV de Novembro,

---

[219] Segundo o Código Civil de 1916 (BRASIL, 1916): "dá-se a enfiteuse, aforamento, ou emprazamento, quando por ato entre vivos, ou de última vontade, o proprietário atribui a outrem o domínio útil do imóvel, pagando a pessoa, que o adquire, e assim se constitui enfiteuta, ao senhorio direto uma pensão, ou foro, anual, certo e invariável". O aforamento foi um recurso jurídico utilizado para garantir o domínio útil de terrenos urbanos pertencentes à Fábrica da Matriz, em Ribeirão Preto. A questão foi explorada em profundidade na pesquisa de doutorado de Garcia (2013).

[220] Em pesquisa empreendida para localizar o primeiro terreno adquirido por Antonio Diederichsen para a construção do seu edifício, buscou-se, inicialmente, pelos nomes dos proprietários citados como confrontantes do lote, no livro de aforamento n. 9 (1930), da Fábrica da Igreja Matriz de São Sebastião de Ribeirão Preto (PICCINATO JUNIOR, 2016, p. 357). A partir daí, consultamos o mapa de cadastro da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, onde consta apenas um registro no nome de Alberto Seixas, no bairro Vila Seixas. No mesmo mapa, também localizamos todos os terrenos pertencentes ao Banco do Brasil na área central de Ribeirão Preto, mas nenhum está localizado na Rua Amador Bueno. Diante disso, passamos a investigar os lotes voltados para Rua Amador Bueno com testada próxima à informada no livro de registros da Matriz. No intervalo entre 19 e 20 metros, encontramos três lotes, entre os quais um possui como confrontante "Elza Vicari Taveira" e, nos fundos, faz divisa com um edifício que já abrigou uma agência do Banco Brasil, na Rua General Osório, o que nos levou a crer que essa tenha sido a primeira localização aventada para o empreendimento de Antonio Diederichsen. Atualmente, está construído nesse terreno um edifício com nove pavimentos cujo térreo é ocupado por uma agência do INSS. Embora possua dimensões diferentes, mas aproximadas, das registradas no livro de aforamento, é possível que tenham ocorrido desmembramentos, aglutinações ou retificações, neste ou em outros terrenos próximos, gerando algumas discordâncias entre o que existe atualmente e o que havia em 1934. O mesmo terreno também foi apontado no estudo realizado pela arquiteta Valeria Valadão, em jul. 1997, para a formulação do histórico do Edifício Diederichsen que consta em seu processo de tombamento. Segundo Valadão, na época em que foi adquirido por Antonio Diederichsen, o terreno já havia abrigado a antiga agência dos Correios (CONDEPHAAT, 1998).

com dimensões especificadas em 14,10m x 99,61m x 35,70m x (sem informação), fazendo divisa com Manoel Velludo e Augusta Junqueira Pereira Lima, e com frente para as ruas General Osório, Álvares Cabral e Rua São Sebastião (figuras 3.2.1 e 3.2.2).[221]

É possível, portanto, que o lote da Rua Amador Bueno tenha sido o primeiro a ser vislumbrado para a implantação do Edifício Diederichsen. Contudo, ao saber que a família do Cel. Quinzinho Junqueira estava negociando a venda do terreno e da casa do falecido político, Antonio Diederichsen teria desistido de utilizar a área anteriormente adquirida:

> Diederichsen já havia adquirido um grande terreno localizado à rua Amador Bueno e ali pretendia construir um prédio com vários andares. A planta estava sendo elaborada por Antônio Terreri quando surgiu outro negócio. (...) Manoel Penna, quando soube que o Cel. Quinzinho da Cunha estava disposto a vender a propriedade, insistiu com Antonio Diederichsen para que a transação fosse feita e ele concorda (...). Este seria o terreno ideal pela sua localização (...). Surge no coração da cidade o primeiro prédio para diferentes locações (CRUZ, 1989, p. 74-75).[222]

Segundo Lima (2004, p. 143), o estudo desenvolvido para o primeiro lote teria exigido "solução vertical de dez pavimentos", mas com a compra de um terreno maior, a solução foi alterada: [223]

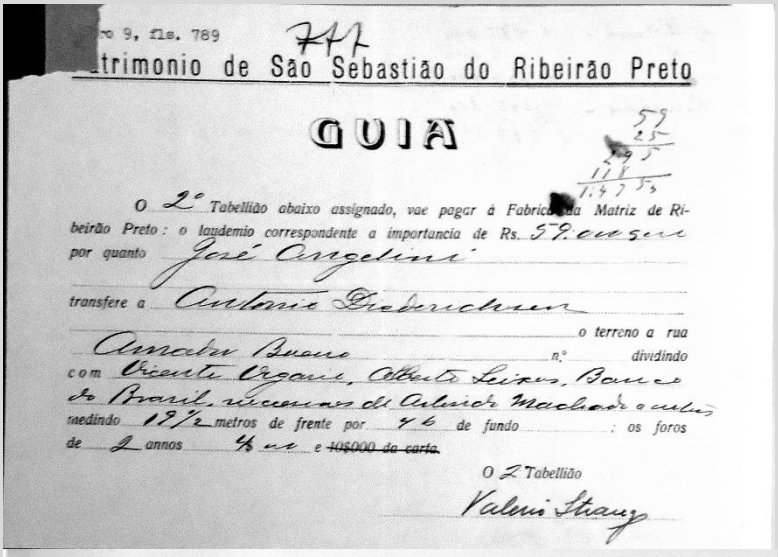
> Na busca de uma localização mais privilegiada e maior área, o empresário adquire a chácara central do Cel. Joaquim da Cunha Diniz Junqueira provocando alterações no estudo original. Diante de uma área maior o programa é diluído em seis pavimentos organizados na forma inusitada para Ribeirão Preto (LIMA, 2004, p. 143).

---

[221] O registro do lote da Rua Amador Bueno ocorreu em 12 mar. 1934 (n. 777, fl. 789), enquanto o registro do terreno da Rua General Osório ocorreu em 28 abr. 1934 (n. 792, fl. 804), ambos no livro de aforamento n. 9 da Igreja Matriz de São Sebastião de Ribeirão Preto (PICCINATO JUNIOR, 2016). O Código de Posturas de 1902 foi o primeiro a dispor sobre a divisão dos terrenos na cidade e definia que deveriam sempre se aproximar da forma de quadrados ou de retângulos alongados. No entanto, nesse ano, o terreno de formato irregular adquirido por Antonio Diederichsen para a construção do seu edifício, adjacente às ruas General Osorio, Álvares Cabral e São Sebastião, já estava estabelecido (figura 1.1.1).

[222] Trata-se de um livro em homenagem ao centenário de Manoel Penna, ex-funcionário e sócio de Antonio Diederichsen. O livro é de autoria da filha de Manoel e, embora a fonte das informações não tenha sido explicitamente mencionada, acreditamos que derivem diretamente do pai da autora, que viveu até os 101 anos.

[223] A aquisição anterior de um terreno menor, na Rua Amador Bueno, para o qual Terreri e De Vincenzo haviam idealizado um edifício de 10 andares, reunindo apartamentos, escritórios, lojas hotel e teatro (cinema), também consta no histórico que integra o processo de tombamento do Edifício Diederichsen (CONDEPHAAT, 1998).



ro 9, fls. 789 777

Patrimonio de São Sebastião do Ribeirão Preto

GUIA

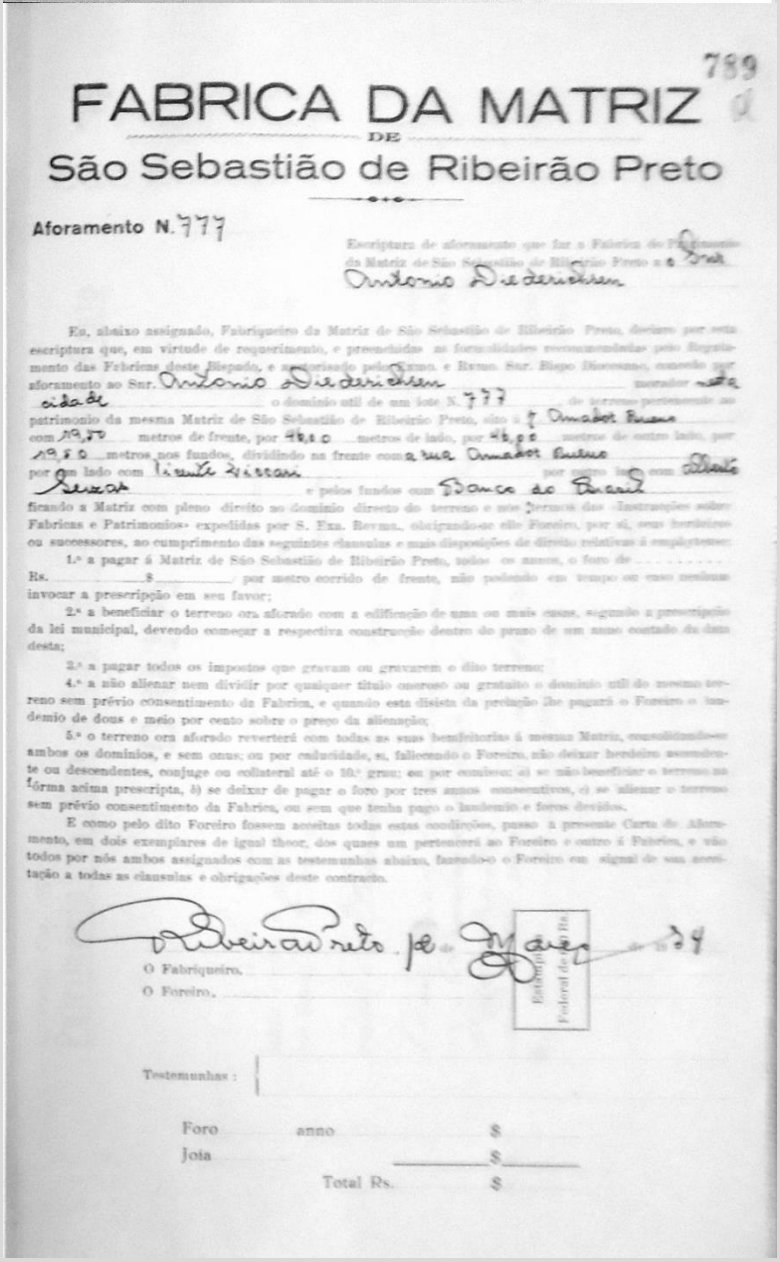
O 2º Tabellião abaixo assignado, vae pagar á Fabrica da Matriz de Ribeirão Preto: o laudemio correspondente a importancia de Rs. 57.000 que por quanto José Angelini

transfere a Antonio Diederichsen

o terreno a rua Amador Bueno n.º dividindo com Orcente Organ, Alberto Leite, Banco do Brasil, viuvas de Alcides Machado e outros medindo 12½ metros de frente por 46 de fundo : os foros de 2 annos 4% ao e 10$000 de carta.

O 2 Tabellião

Valeri Stranz



789

FABRICA DA MATRIZ

DE

São Sebastião de Ribeirão Preto

Aforamento N. 777

Escriptura de aforamento que faz a Fabrica da Matriz de São Sebastião de Ribeirão Preto a Antonio Diederichsen

Eu, abaixo assignado, Fabriqueiro da Matriz de São Sebastião de Ribeirão Preto, declaro por esta escriptura que, em virtude de requerimento, e preenchidas as formalidades recommendadas pelo Regimento das Fabricas desta Bispado, e sanccionado pelo Exmo. e Revmo. Snr. Bispo Diocesano, concedo por aforamento ao Snr. Antonio Diederichsen morador nesta cidade o dominio util de um lote N. 777 de terreno pertencente ao patrimonio da mesma Matriz de São Sebastião de Ribeirão Preto, sito á ? Amador Bueno com 12,50 metros de frente, por 46,00 metros de lado, por 46,00 metros de outro lado, por 12,50 metros nos fundos, dividindo na frente com a rua Amador Bueno por um lado com Vicente Vizzoni por outro lado com Alberto Leite e pelos fundos com Banco do Brasil ficando a Matriz com pleno direito ao dominio directo do terreno e mais fructos das "Instrucções sobre Fabricas e Patrimonios" expedidas por S. Exa. Revma., obrigando-se elle Foreiro, por si, seus herdeiros ou successores, ao cumprimento das seguintes clausulas e mais disposições de direito relativas á emphyteuse:

1.ª a pagar á Matriz de São Sebastião de Ribeirão Preto, todos os annos, o foro de ..... Rs. ..... $ ..... por metro corrido de frente, não podendo em tempo ou caso nenhum invocar a prescripção em seu favor;

2.ª a beneficiar o terreno ora aforado com a edificação de uma ou mais casas, segundo a prescripção da lei municipal, devendo começar a respectiva construcção dentro do prazo de um anno contado da data desta;

3.ª a pagar todos os impostos que gravam ou gravarem o dito terreno;

4.ª a não alienar nem dividir por qualquer titulo oneroso ou gratuito o dominio util do mesmo terreno sem prévio consentimento da Fabrica, e quando esta dissenta da preferencia lhe pagará o Foreiro o laudemio de dous e meio por cento sobre o preço da alienação;

5.ª o terreno ora aforado reverterá com todas as suas benfeitorias á mesma Matriz, consolidando-se ambos os dominios, e sem onus; ou por caducidade, si, fallecendo o Foreiro, não deixar herdeiro ascendente ou descendentes, conjuge ou collateral até o 10.º grau: ou por commisso: a) se não beneficiar o terreno na fórma acima prescripta, b) se deixar de pagar o foro por tres annos consecutivos, c) se alienar o terreno sem prévio consentimento da Fabrica, ou sem que tenha pago o laudemio e foros devidos.

E como pelo dito Foreiro fossem aceitas todas estas condições, passo a presente Carta de Aforamento, em dois exemplares de igual theor, dos quaes um pertencerá ao Foreiro e outro á Fabrica, e vão todos por nós ambos assignados com as testemunhas abaixo, fazendo o Foreiro em signal de sua acceitação a todas as clausulas e obrigações deste contracto.

Ribeirão Preto 12 de Março de 34

O Fabriqueiro.

O Foreiro.

Estampilha Federal de Rs.

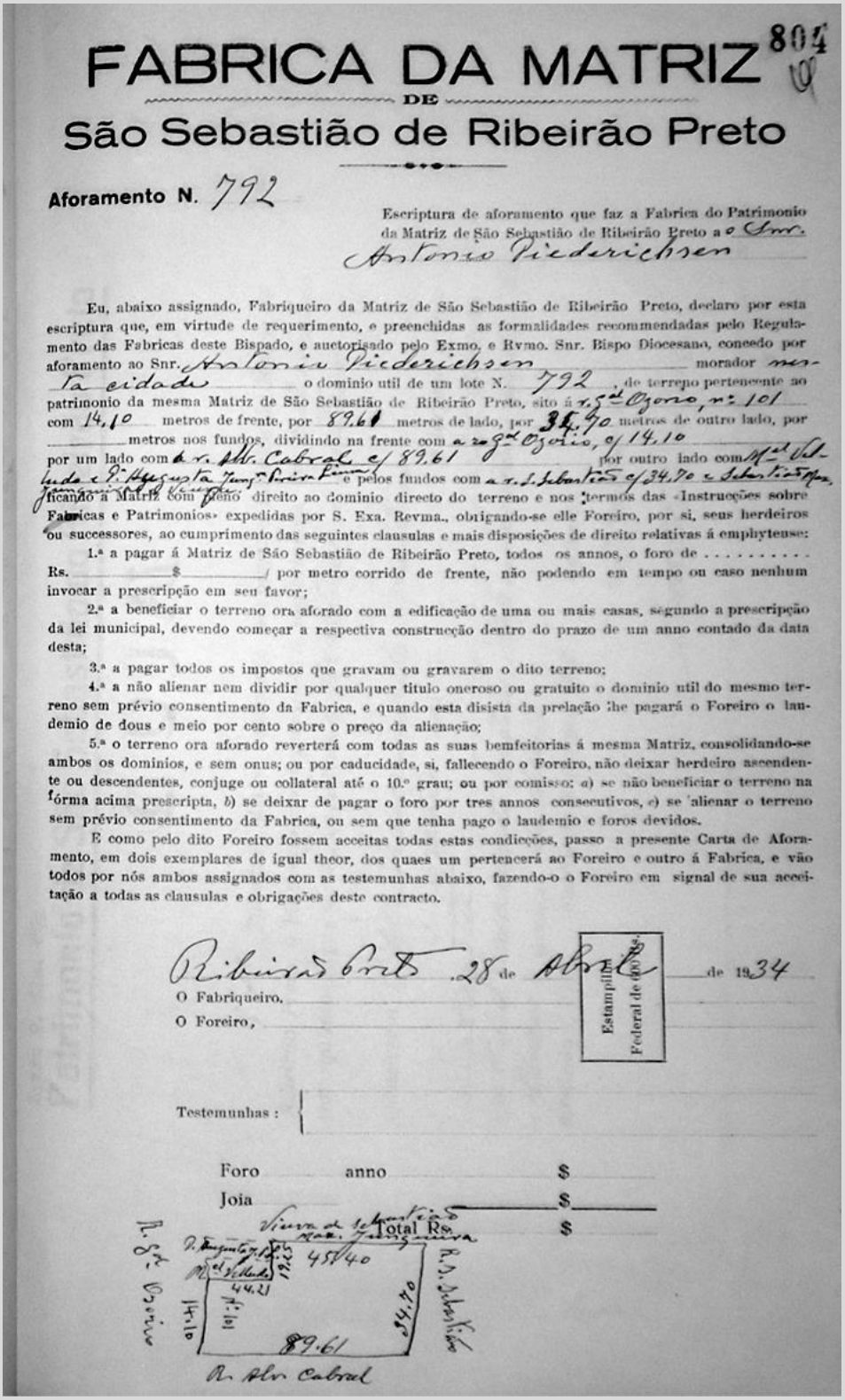
Testemunhas :

Foro anno $

Joia $

Total Rs. $

Figura 3.2.1 – Acima, guia do laudêmio pago à Matriz de Ribeirão Preto, correspondente à transferência de um terreno na Rua Amador Bueno, feita por José Angelini para Antonio Diederichsen. Abaixo, escritura de aforamento da Fábrica do Patrimônio da Matriz de São Sebastião de Ribeirão Preto a Antonio Diederichsen.
Data: 12 mar. 1934
Autor: Fábrica da Matriz de São Sebastião de Ribeirão Preto (Aforamento n. 777, registrado na folha 789 do livro 09).
Fonte: Arquivo particular de Dirceu Piccinato Junior (2014).



FABRICA DA MATRIZ 804

DE

São Sebastião de Ribeirão Preto

Aforamento N. 792

Escriptura de aforamento que faz a Fabrica do Patrimonio da Matriz de São Sebastião de Ribeirão Preto a o Snr. Antonio Piederichsen

Eu, abaixo assignado, Fabriqueiro da Matriz de São Sebastião de Ribeirão Preto, declaro por esta escriptura que, em virtude de requerimento, e preenchidas as formalidades recommendadas pelo Regulamento das Fabricas deste Bispado, e auctorisado pelo Exmo. e Rvmo. Snr. Bispo Diocesano, concedo por aforamento ao Snr. Antonio Piederichsen morador nesta cidade o dominio util de um lote N. 792 de terreno pertencente ao patrimonio da mesma Matriz de São Sebastião de Ribeirão Preto, sito á r. 5 de Outubro, nº 101 com 14,10 metros de frente, por 89.61 metros de lado, por 34.70 metros de outro lado, por _____ metros nos fundos, dividindo na frente com a r. 9 de Outubro, c/ 14,10 por um lado com a r. Alv. Cabral c/ 89.61 por outro lado com Mª de Lourdes e D. Augusta Junqueira Ribeiro e pelos fundos com a r. S. Sebastião c/ 34,70 e Sebastião Aparecido Ferreira ficando a Matriz com pleno direito ao dominio directo do terreno e nos termos das «Instrucções sobre Fabricas e Patrimonios» expedidas por S. Exa. Revma., obrigando-se elle Foreiro, por si, seus herdeiros ou successores, ao cumprimento das seguintes clausulas e mais disposições de direito relativas á emphyteuse:

1.ª a pagar á Matriz de São Sebastião de Ribeirão Preto, todos os annos, o foro de . . . . . Rs. _____ $_____/ por metro corrido de frente, não podendo em tempo ou caso nenhum invocar a prescripção em seu favor;

2.ª a beneficiar o terreno ora aforado com a edificação de uma ou mais casas, segundo a prescripção da lei municipal, devendo começar a respectiva construcção dentro do prazo de um anno contado da data desta;

3.ª a pagar todos os impostos que gravam ou gravarem o dito terreno;

4.ª a não alienar nem dividir por qualquer titulo oneroso ou gratuito o dominio util do mesmo terreno sem prévio consentimento da Fabrica, e quando esta disista da prelação lhe pagará o Foreiro o laudemio de dous e meio por cento sobre o preço da alienação;

5.ª o terreno ora aforado reverterá com todas as suas bemfeitorias á mesma Matriz, consolidando-se ambos os dominios, e sem onus; ou por caducidade, si, fallecendo o Foreiro, não deixar herdeiro ascendente ou descendentes, conjuge ou collateral até o 10.º grau; ou por comisso: *a*) se não beneficiar o terreno na fórma acima prescripta, *b*) se deixar de pagar o foro por tres annos consecutivos, *c*) se alienar o terreno sem prévio consentimento da Fabrica, ou sem que tenha pago o laudemio e foros devidos.

E como pelo dito Foreiro fossem acceitas todas estas condicções, passo a presente Carta de Aforamento, em dois exemplares de igual theor, dos quaes um pertencerá ao Foreiro e outro á Fabrica, e vão todos por nós ambos assignados com as testemunhas abaixo, fazendo-o o Foreiro em signal de sua acceitação a todas as clausulas e obrigações deste contracto.

Ribeirão Preto 28 de Abril de 1934

O Fabriqueiro, _____

O Foreiro, _____

Estampilha Federal de 400 rs.

Testemunhas: _____

Foro anno $ _____

Joia $ _____

Total Rs. $ _____

R. Gal. Osorio

R. S. Sebastião

R. Alv. Cabral

89.61

34.70

14.10

44.21

45.40

Figura 3.2.2 – Escritura de aforamento do Patrimônio da Matriz de São Sebastião de Ribeirão Preto à Antonio Diederichsen, para domínio útil do lote n. 792, localizado na Rua General Osorio, n. 101.

Data: 28 mar. 1934

Autor: Fábrica da Matriz de São Sebastião de Ribeirão Preto (Aforamento n. 792, registrado na folha 804 do livro 09).

Fonte: Arquivo particular de Dirceu Piccinato Junior (2014).

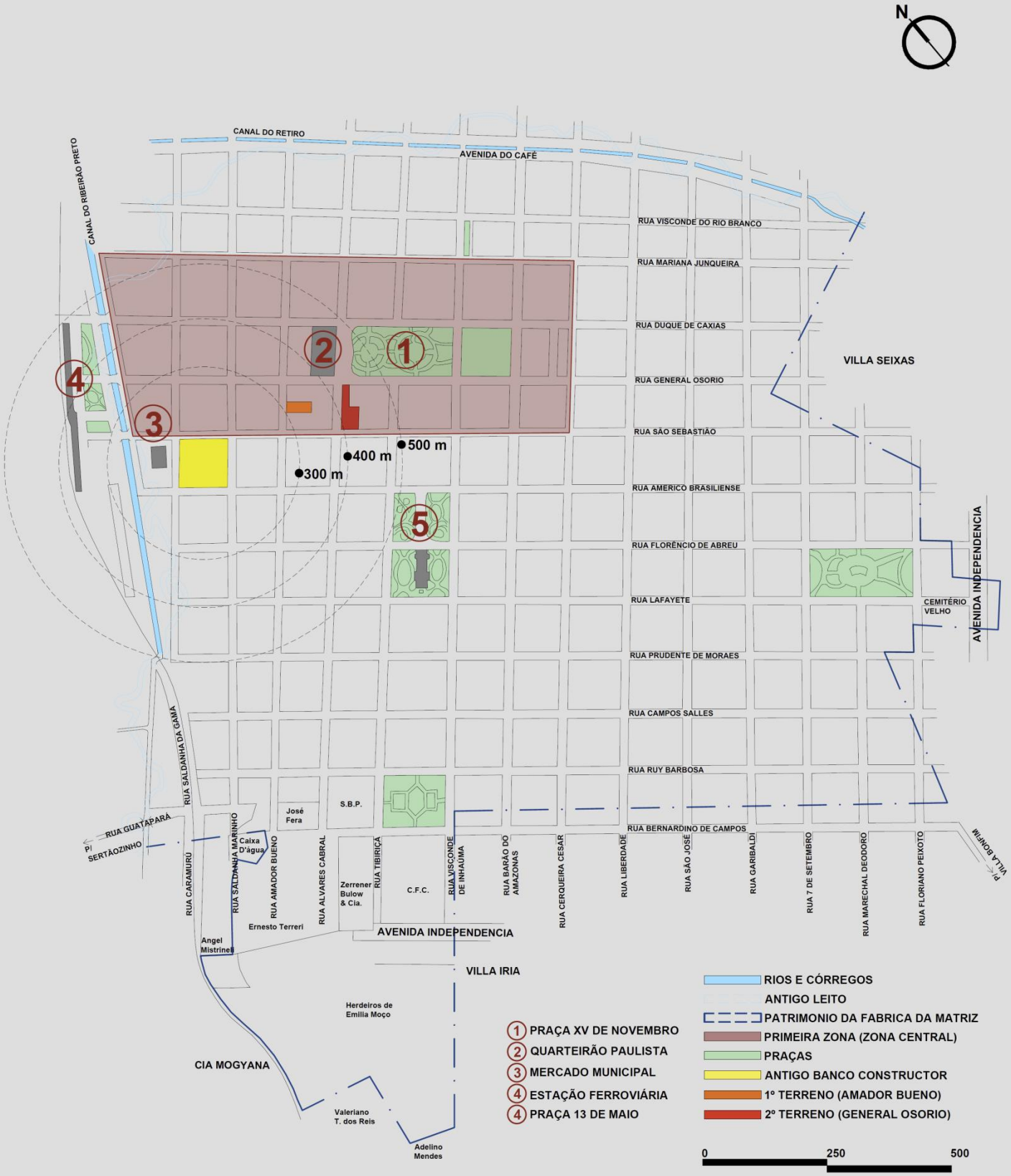


Figura 3.2.3 – Terrenos adquiridos por Antonio Diederichsen em 1934.

Autor: Tatiana S. Gaspar

Referência: Antonio Soares Romeo, 1932.

Fonte: APHRP, Mapas e Plantas.

O mapa com a demarcação dos dois terrenos (figura 3.2.3) evidencia o interesse de Antonio Diederichsen em construir seu novo empreendimento em área próxima à Praça XV de Novembro, ao Quarteirão Paulista e ao conjunto constituído por estabelecimentos de sua empresa no centro da cidade. Embora a Rua Amador Bueno também fosse uma via comercial importante de Ribeirão Preto e já apresentasse algumas edificações com dois pavimentos, certamente o terreno nela localizado, com menor área, incrustrado na quadra e com acesso por apenas uma rua, seria menos propício ao programa de usos idealizado para o Edifício Diederichsen, mesmo antes da aquisição do terreno definitivo.[224]

O momento em que a transação do terreno localizado entre as ruas General Osorio, Álvares Cabral e São Sebastião foi finalmente acertada entre Diederichsen e a família Junqueira, recebeu o seguinte relato de Rubem Cione (1992):

> Numa tarde de 1934 no quintal da casa do sr. Osório Junqueira, estavam seis pessoas, em palestras, após um cafezinho feito na hora, e de produção da Fazenda Boa Vista. Era os srs. Osório Diniz Junqueira, filho do cel. Quinzinho da Cunha; Antonio Diederichsen, Manoel Penna, dr. Jaime Monte Alegre, gerente do Banco de São Paulo e os jornalistas dr. Luiz Ferreira Gomes, diretor do "Diário da Manhã" e Antonio Machado Sant'Anna, da sucursal do "Diário de São Paulo".
>
> Importante assunto ali estava sendo tratado, com as démarches finais da transação, com a compra da área e fechada, na ocasião por 450 contos de réis. O sr. Osório Junqueira perguntou ao "seu Tonico" Diederichsen se ele não nascera em S. Paulo, obtendo resposta afirmativa. E a segunda pergunta foi em razão do emprego de tal quantia, bem elevada para a época e ante a situação do retrocesso local, se não seria melhor aplica-la na capital. "Seu Tonico", como de costume fazendo o seu cigarrinho de palha, naquele estilo seu, de homem simples, disse apenas: "É verdade, seu Osório. Uma quantia assim é para pensar. Mas eu vim para Ribeirão Preto em 1903, com trinta contos de réis, produto de economias do tempo que administrei fazendas em Batatais e Franca. Tudo o que tenho ganhei aqui. Sou grato a esta terra e a este povo onde conto com grandes amigos. Foi assim pensando que deliberei, após muito estudo levar a efeito a proposta que lhe fiz e que o sr. aceitou. Quero dar a Ribeirão Preto, agora em situação difícil, esta prova do meu reconhecimento. Apenas isso". O sr. Osório Junqueira abraçou-o e acrescentou: "O sr. é um ribeirão-pretano de coração e a cidade lhe será grata, pois vi, em linhas gerais, o que será

[224] Cf. nota 220.

construído aqui (CIONE, 1992, p. 465-467).

A presença dos dois jornalistas — do *Diário da Manhã* e *Diário de S. Paulo* — e as falas atribuídas a Antonio Diederichsen e Osório Diniz Junqueira — filho do Cel. Quinzinho — apontam a intenção de elaborar a decisão comercial, fazendo dela um ato de amor à cidade; um grande feito "do homem simples", que firmaria seu nome na paisagem e na história de Ribeirão Preto. A reunião parece ter alcançado a notoriedade desejada, pois em abril de 1934 os dois jornais paulistanos veicularam notícias referentes à compra realizada por Antonio Diederichsen e à construção que seria empreendida por ele.

No sábado do dia 28 de abril de 1934, exatamente a mesma data em que foi assinada a escritura de aforamento do terreno pela Fábrica da Matriz de São Sebastião de Ribeirão Preto, o *Diário de S. Paulo* deu destaque à "construcção de um 'arranha-céo'" em Ribeirão Preto:[225]

> RIBEIRÃO PRETO, 25 — A nossa cidade que alcançou o seu apogeu em 1928, quando o café beirava a casa dos 300$000 por sacca, soffreu tremendo collapso com a queda brusca do seu principal producto, quando do "crack" de Nova York, em outubro de 1929.
> As construcções que estavam em marcha acelerada, paralyzaram-se como por um encanto, só continuando as do Quarteirão Paulista.
> Mas os horizontes já estão desannuviando e abrem-se prespectivas de novos e promissores negócios.
> A prova inconteste disso é a serie de novas construcções que estão em andamento desde janeiro ultimo, e agora, a compra do antigo solar da família Junqueira, na esquina da rua General Osorio, na praça XV, adquirido pelo sr. Antonio Diederichsen, por 450:000$000 e que será demolido na próxima semana. Em seu logar vae ser construído o sumptuoso "Palacete Diederichsen" de seis andares, apanhando todo o quarteirão da rua Alvares Cabral, e orçado em 3.600:000$000. No "Palacete Diederichsen" serão instalados estabelecimentos commerciaes, um theatro, escriptorios e apartamentos.
> Essa noticia, como era de esperar teve ampla e sympathica repercussão em toda a cidade e na zona, por demonstra que entramos, finalmente, em um período de realizações e de confiança, que é um factor primordial no caso.
> O majestoso edifício virá dar uma feição nova à praça XV, embelezando-a

[225] A mesma notícia também foi publicada pelo periódico carioca *O Jornal* (RIBEIRÃO PRETO..., 1934, p. 10).

> sobremodo. (A CONSTRUÇÃO..., 1934, p. 5).

Um dia após a publicação feita pelo jornal *Diário de S. Paulo*, a *Folha da Manhã* informou aos seus leitores sobre a "transmissão de propriedade" ocorrida em Ribeirão Preto, entre os herdeiros do Cel. Joaquim da Cunha e Antonio Diederichsen:

> TRANSMISSÃO DE PROPRIEDADE — Pelo sr. Antonio Diederichsen, industrial e commerciante em Ribeirão Preto, foi adquirido, dos herdeiros do cel. Joaquim da Cunha, o prédio nº 101 da rua General Osorio, antiga residência desse falecido chefe politico local.
>
> O preço da compra foi de 425:000$, estando compreendida nessa compra a faixa do terreno que há em continuação ao prédio e que vae até á rua São Sebastião, indo portanto, esse immovel da rua General Osorio, á rua S. Sebastião, fazendo frente com os bancos Italiano, S. Paulo e Comercial.
>
> Segundo consta, o novo proprietário desse immovel pretende demolir o velho prédio existente no local e construir um edifício de seis andares ocupando toda a extensão do quarteirão da rua Alvares Cabral, entre as ruas General Osorio e S. Sebastião. Será, pois, um novo orçamento architectonico para Ribeirão Preto, digno de perfilar junto das construcções da Companhia Cervejaria Paulista (TRANSMISSÃO..., 1934, p. 1).

O relato da *Folha da Manhã* mencionou especificamente a demolição do "velho edifício", do "fallecido chefe político local", para a construção do edifício de seis andares do industrial e comerciante. Nas duas notícias, não faltaram informações sobre o número de pavimentos do novo edifício e o valor da transação do terreno (embora dissonantes em 25:000$), além de menções ao Quarteirão Paulista, construído no final da década anterior pela Cia. Cervejaria Paulista. A *Folha da Manhã* citava, ainda, a proximidade do Banco Italiano, Banco S. Paulo e Banco Comercial, indicando a importância econômica da Praça XV de Novembro também enquanto centro financeiro da cidade (figura 3.2.4).

O Banco Frances-Italiano estava localizado na esquina oblíqua à Praça XV de Novembro, com frente para o Edifício Meira Júnior, na Rua General Osório, enquanto sua outra face passou a estar defronte ao Edifício Diederichsen, na Rua Álvares Cabral. Ao seu lado, nessa mesma rua e, portanto, ainda em frente ao Edifício Diederichsen, foram implantados o Banco São Paulo e o Banco Comercial do Estado de São Paulo (figura 3.2.5). Na Rua General Osório, agências do Banco do Comércio e Indústria e do Banco do Brasil também funcionaram em lotes vizinhos ao Banco Frances-Italiano (figura 3.2.6).



Figura 3.2.4 – Vista parcial do conjunto arquitetônico do Quarteirão Paulista, com registro do Edifício Meira Júnior e Theatro Pedro II, em frente à Rua Álvares Cabral. Destaque para a casa de Quinzinho Junqueira, onde foi erigido o Edifício Diederichsen.

Ano: 1930

Autor: Photo Sport. Editado por Tatiana S. Gaspar.

Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F1738.

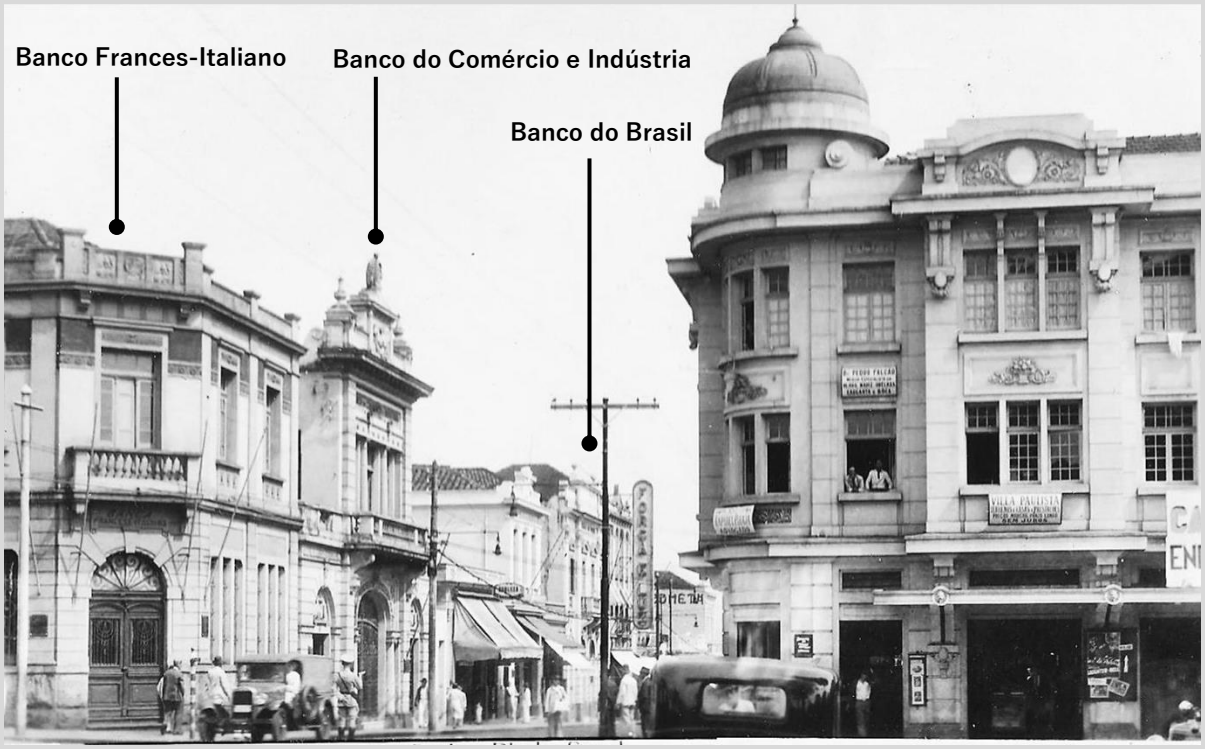


Figura 3.2.5 – Vista da esquina entre as ruas Alvares Cabral e General Osório.
Ano: 1935
Autor: Photo Sport. Editado por Tatiana S. Gaspar.
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F859.



Figura 3.2.6 – Rua Álvares Cabral, na esquina com a Rua General Osorio, local do Banco Francês-Italiano.
Ano: 1935
Autor: Photo Sport. Editado por Tatiana S. Gaspar.
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F854.

Certamente, tratava-se da região da cidade com maior qualidade de infraestrutura, a contar com calçamento, redes de abastecimento de água, esgoto e energia elétrica. Além disso, o terreno em que o Edifício Diederichsen foi construído era um dos maiores do seu entorno, com área de 2.226 m². Com forma em "L", a maior face do lote, com 89,61 metros, está voltada para a Rua Álvares Cabral e alcança tanto a Rua São Sebastião, como a Rua General Osório. Compreende, portanto, duas esquinas (figura 3.2.7).

No momento em que o terreno foi adquiro por Antonio Diederichsen, a esquina da Praça XV de Novembro era confrontada pelo Edifício Meira Júnior e pelo Banco Frances-Italiano. Já a menor testada do lote, com 14,10 metros, possui frente para a Rua General Osório e para a Praça XV de Novembro. Na face oposta, contígua à Rua São Sebastião, o terreno possui frente de 34,70 metros. Esses limites constituíram duas zonas com configurações distintas no lote. Uma delas, com maior largura e área, próxima à Rua São Sebastião, e a outra, do lado oposto, adjacente à Rua General Osório, menor e mais estreita, sendo essas características importantes para a organização espacial do programa de usos proposto para o Edifício Diederichsen.

Com impacto sobre sua qualidade ambiental, cabe observar a orientação do terreno no sentido sudoeste-nordeste, estando a maior extensão do lote – no limite com a Rua Álvares Cabral – voltada para noroeste e, portanto, recebendo insolação no período vespertino, enquanto na Rua General Osório e nas divisas posteriores do lote, para o interior da quadra, a maior incidência solar ocorre no período matutino.

A topografia, apesar de pouco acidentada – com cerca de 2% de inclinação no alinhamento com a Rua Álvares Cabral – também teve impacto decisivo na implantação do Edifício Diederichsen, sobretudo para a composição do térreo que se desenvolveu ao longo do declive entre a Rua São Sebastião e a Rua General Osório. Já a frente para a Praça XV de Novembro se mantém praticamente plana e, na Rua São Sebastião, o desnível não chega a 1,8%, em aclive a partir da Rua Álvares Cabral. A região, no entanto, está toda em cota elevada em relação a outras áreas urbanas ocupadas naquele contexto, o que, junto à sua altura, contribuiu para que o Edifício Diederichsen pudesse ser avistado de diversos pontos da cidade.[225]

---

[225] O terreno estava, aproximadamente, 12 metros acima do nível do Córrego do Retiro e da Estação Ferroviária Mogiana, implantada nas margens do Ribeirão Preto,

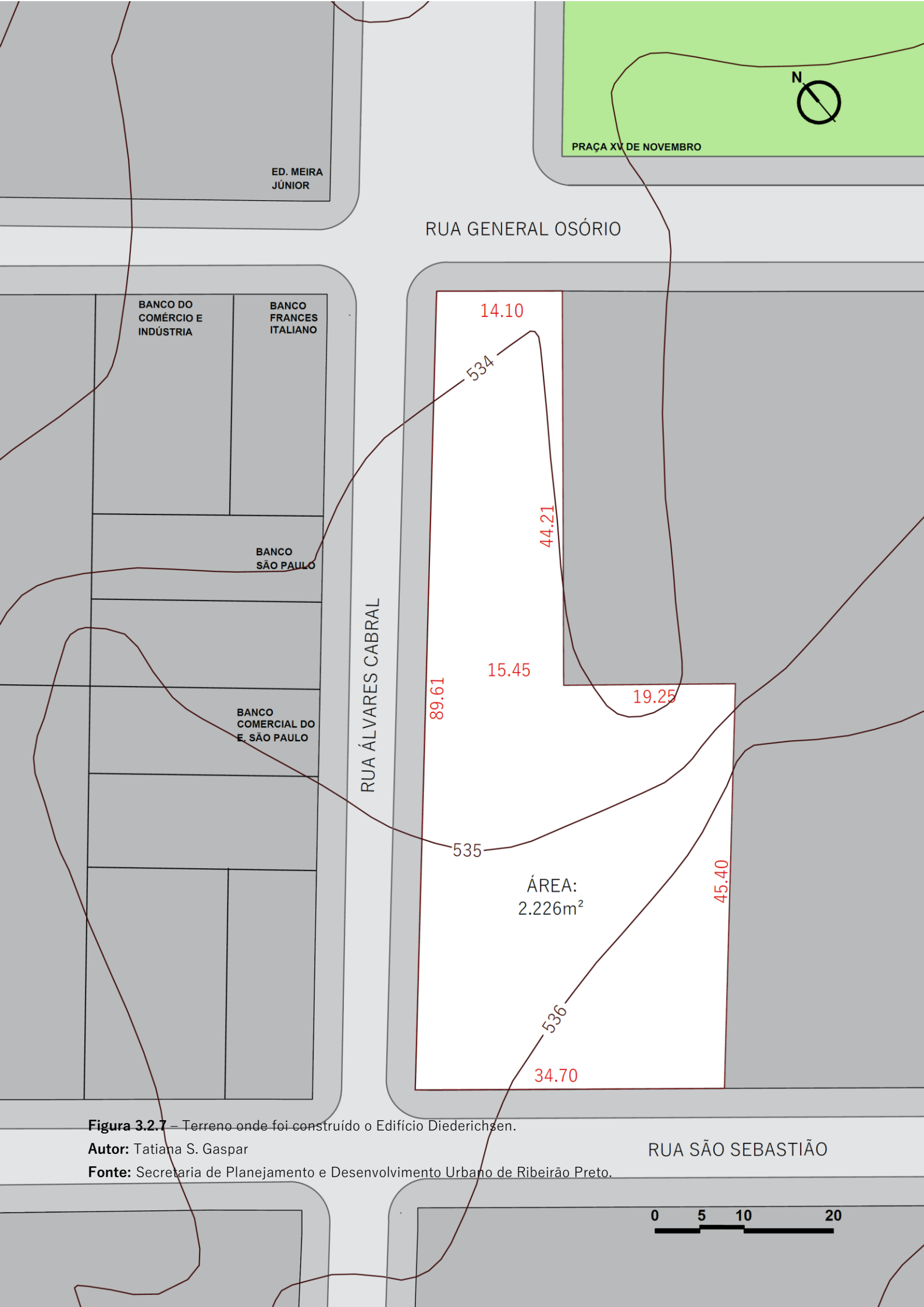


Figura 3.2.7 – Terreno onde foi construído o Edifício Diederichsen.
Autor: Tatiana S. Gaspar
Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano de Ribeirão Preto.

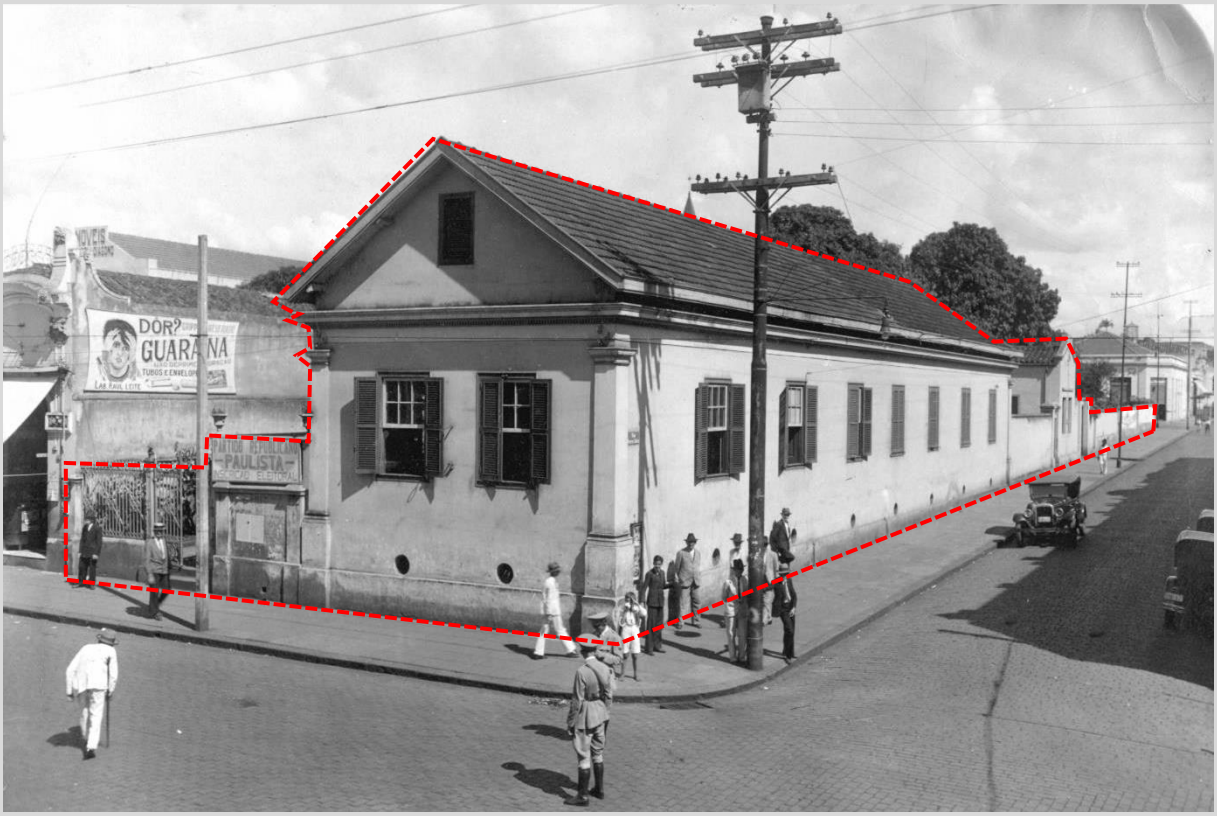


Figura 3.2.8 – Residência do Cel. Quinzinho Junqueira, descrita como um prédio de "construção antiga, em forma de chalé, construído de tijolos, coberto de telhas" na escritura de venda. É possível que esse tenha sido o último registro fotográfico da residência, em 25 de abril de 1934, imediatamente depois da realização do negócio, encomendado para compor o álbum de fotos da construção do Edifício Diederichsen.

Ano: 1934 | **Autor:** Gullaci Foto. Editado por Tatiana S. Gaspar.

Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F687.

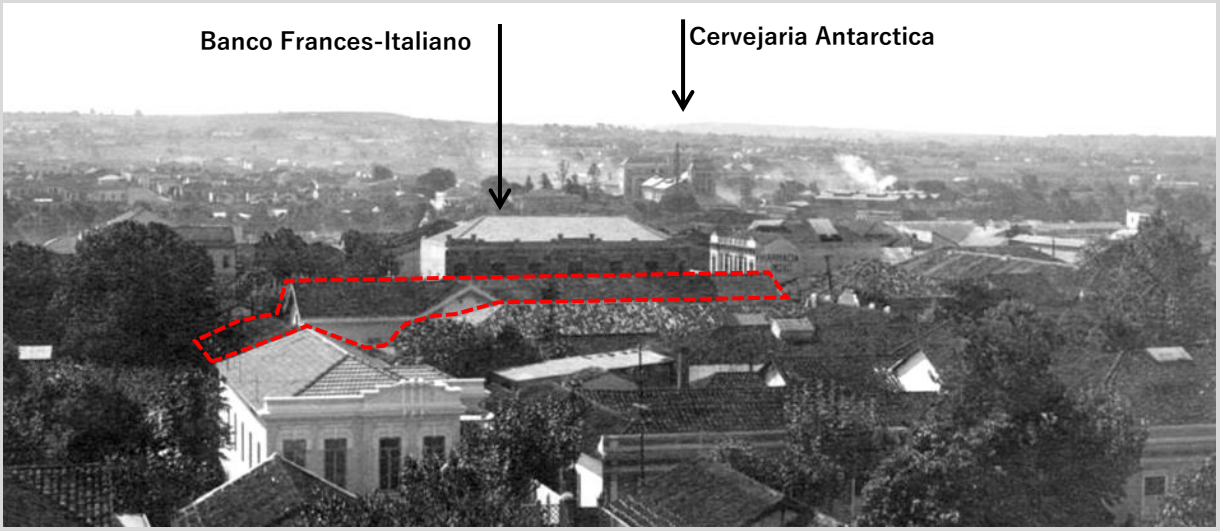


Figura 3.2.9 – Vista de parte da lateral da residência do Cel. Quinzinho Junqueira. Ao fundo, avista-se o segundo pavimento do Banco Frances-Italiano, voltado para a Rua Álvares Cabral, ainda sem o Banco São Paulo e o Banco Comercial do Estado de São Paulo. A Cervejaria Antártica, com quatro pavimentos, destaca-se na imagem como o edifício mais alto da cidade naquele contexto.

Ano: 1917 | **Autor:** não identificado. Editado por Tatiana S. Gaspar.

Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F264.

Por fim, a aquisição do terreno com a antiga residência de Quinzinho Junqueira (figuras 3.2.8 e 3.2.9) foi registrada no mesmo abril de 1934, com a seguinte descrição:

> (...) venda, feita em 26 de abril de 1934, sob nº de ordem 3.206, TA. 1766, por Escritura de 25 de abril de 1934, lavrada nas notas do 1º Tabelião local, em que configura como ADQUIRINTE: Antonio Diederichsen, domiciliado nesta cidade, e como TRANSMITENTE: D. Augusta Junqueira Pereira Lima e outros, referente ao seguinte imóvel: O prédio situado nesta cidade, á rua General Osório nº 101, dando face para a Praça 15 de Novembro e fazendo esquina com a rua Álvares Cabral, prédio esse de construção antiga, em forma de chalé, construído de tijolos, coberto de telhas, com dependências no quintal, tendo uma destas, atualmente, o nº 20 da rua Álvares Cabral, prédio esse com o seu respectivo terreno foreiro á Matriz desta cidade, todo murado, e que fica compreendido dentro das seguintes divisas e confrontações: Partindo do canto da rua General Osório com a rua Álvares Cabral, sobe por esta última rua até alcançar a rua São Sebastião na distância de 89 metros e 61 centímetros; deste ponto quebra a esquerda e dividindo com a rua São Sebastião vai até a distância de 34 metros e 70 centímetros; deste ponto faz ângulo reto à esquerda e confrontando com Sebastião Maximiano Junqueira e irmãos, vai até a distância de 45 metros e 40 centímetros; deste ponto faz ângulo reto á esquerda e vai até a distância de 19 metros e 25 centímetros, confrontando em parte com os transmitentes e em parte com Manoel Lopes Velludo; deste ponto que dista 15 metros e 45 centímetros da rua Álvares Cabral, quebra à direita e confrontando com Manoel Lopes Velludo vai a distância de 44 metros e 21 centímetros onde vai alcançar a rua General Osório; deste ponto quebra à esquerda e confrontando com a rua General Osório vai até alcançar o ponto de partida na distância de 14 metros e 10 centímetros (RIBEIRÃO PRETO, 2009).[226]

Fechado o negócio, em maio de 1934 Antonio Diederichsen botou abaixo as edificações que existiam no lote e, quatro meses depois, iniciou o processo de aprovação do seu novo empreendimento na cidade. No dia 3 de setembro de 1934 o projeto do Edifício Diederichsen foi apresentado à Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, juntamente com a solicitação de licença para a sua construção:

> PASCHOAL DE VINCENZO, architecto, necessitando construir nesta

[226] Certidão de venda expedida pelo 1º Oficial de Registro de Imóveis de Ribeirão Preto, que averba a demolição "dos prédios situados à rua General Osorio nº 101 e dependências sob nº 20 pela rua Álvares Cabral", "conforme alvará de demolição expedido em 8 de maio de 1934". (RIBEIRÃO PRETO, 2009).

> cidade, á rua álvares Cabral, quarteirão compreendido entre as ruas General Osorio e São Sebastião, no terreno de propriedade do Sr. ANTONIO DIEDERICHSEN, um prédio de acordo com o projecto que se junta, requer a V. Ex. a devida licença para essa e bem assim a aprovação do cito projecto.[227]

O projeto do "Prédio Diederichsen" foi representado em sete pranchas contendo as seguintes peças gráficas, todas em escala 1:100 (figuras 3.2.10 e 3.2.11):[228]

- Fachadas laterais (ruas General Osorio e São Sebastião);
- Fachada principal (Rua Álvares Cabral);
- Seção longitudinal AB e seção transversal CD;
- Planta do 1º pavimento;
- Planta dos 2º e 3º pavimentos;
- Planta dos 4º, 5º e 6º pavimentos.

Nas pranchas, o edifício foi indicado como de propriedade do "Exmo. Sr. Antonio Diederichsen" e a autoria do projeto foi atribuída ao "arquiteto Antonio Terreri", estando essa informação sempre acima do nome da cidade de "São Paulo", o que comunica a atividade desse profissional na capital paulista. Embora a solicitação feita por Vincenzo indique sua atuação como "architecto", nas pranchas não havia qualquer especificação da função que ocupou na concepção e execução da obra. Sabe-se, contudo, que Paschoal de Vincenzo prestava serviços, ora como construtor, ora como arquiteto, para Antonio Diederichsen, e que em 1931, Terreri e De Vincenzo já haviam atuado juntos no projeto e construção de um posto de combustível para o empresário, quando Terreri assumiu a função de "arquitecto" e, Paschoal de Vincenzo, de "constructor".

---

[227] APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 95, 1934. Documento assinado por Paschoal de Vincenzo, em Ribeirão Preto, no dia 3 de setembro de 1934.

[228] APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 95, 1934. As pranchas são cópias heliográficas (*blueprint*), com variadas dimensões, sem numeração. Tanto a solicitação de aprovação, como as fachadas e cortes, possuem dois selos fixados e a assinatura de Paschoal de Vincenzo, em 3 set. 1934. A fachada da Rua General Osorio é a única com a especificação "1ª via", enquanto as demais fachadas e seções estão especificadas como "2ª via". As plantas não apresentam tais informações. O APHRP possui outro conjunto de pranchas do "Projecto approvado" do "Palacete Diederichsen" (grafia original), em pasta dos "Architectos e Constructores" Antonio Terreri & De Vincenzo do Edifício Diederichsen, pertencentes à Coleção Terreri. Nesse Acervo, constam as mesmas peças gráficas descritas acima, com diferenciação apenas na "planta do 1º pavimento". Essas pranchas não possuem carimbo de aprovação, selos ou datas, mas todas contam com a assinatura original, à tinta, de Terreri, Paschoal de Vincenzo e Antonio Diederichsen.

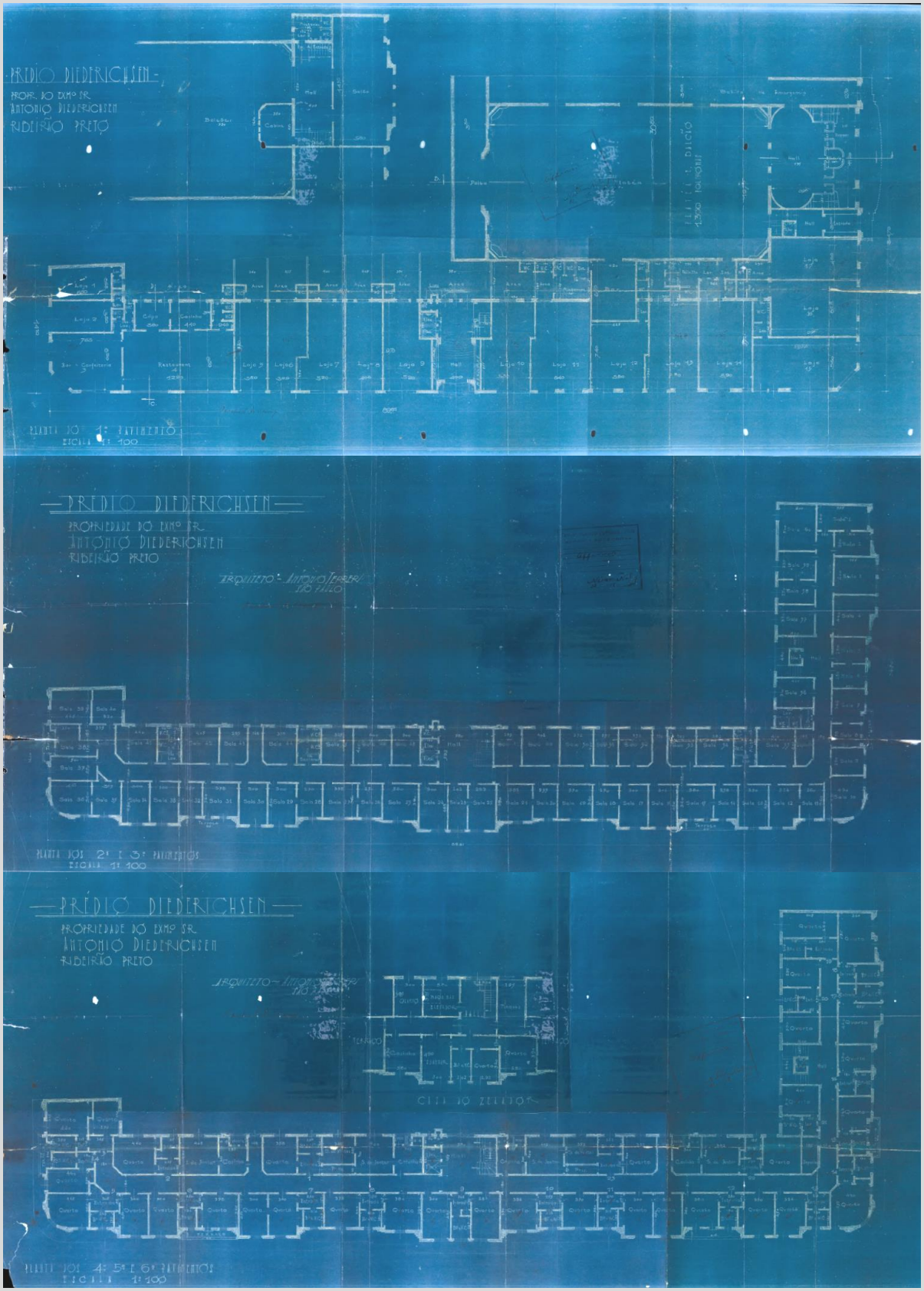


Figura 3.2.10 – Plantas do 1º pavimento (acima), 2º e 3º pavimento (meio) e 4º, 5º e 6º pavimentos (abaixo).
Ano: 1934 | **Autor:** Antonio Terreri e Paschoal de Vincenzo
Fonte: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 95, 1934.

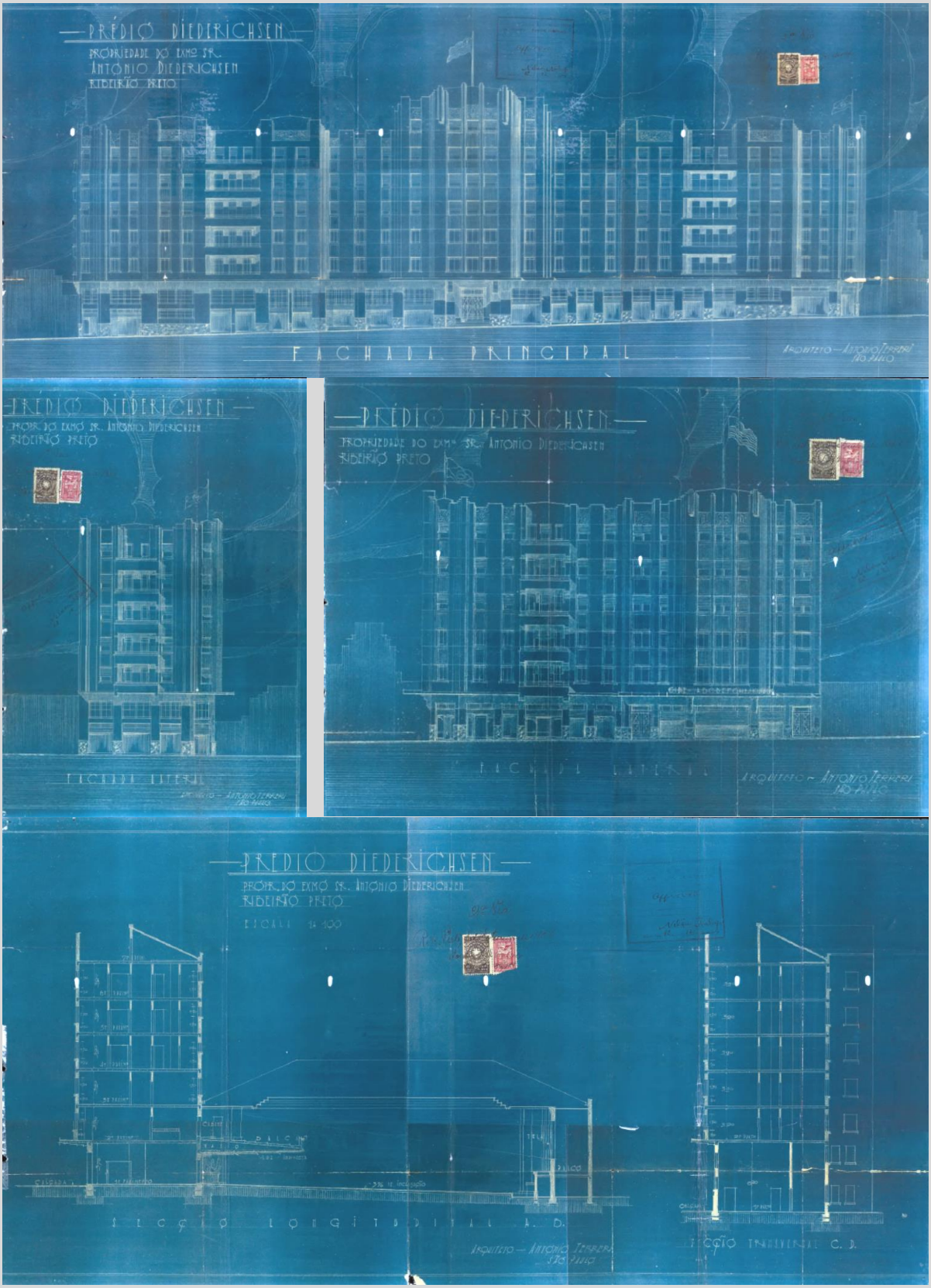


Figura 3.2.11 – Fachada principal (acima), fachadas laterais (meio) e corte transversal e longitudinal (abaixo) | **Ano:** 1934 | **Autor:** Antonio Terreri e Paschoal de Vincenzo

Fonte: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 95, 1934.

Para a obtenção do Alvará de Construção, o Código de Obras Arthur Saboya exigia que o projeto da obra fosse composto por diversas peças gráficas – como planta de situação, plantas dos pavimentos, elevações, perfis do terreno, cortes, além de memorial descritivo e título de propriedade –, que seriam submetidas à aprovação do Prefeito, por meio de requerimento que informasse precisamente o local da edificação a ser executada (SÃO PAULO, 1929).

No entanto, no projeto do Edifício Diederichsen apresentado à Prefeitura de Ribeirão Preto, alguns itens foram entregues em discordância ao que o Código de Obras definia, como o número de vias do projeto e as escalas dos cortes, enquanto outros, aparentemente, sequer foram apresentados.[229] A notoriedade da obra em questão pode ter tornado desnecessária a apresentação da planta de situação, importante para esclarecer a relação da nova edificação com as construções pré-existentes no seu entorno. Igualmente, a propagação da notícia da aquisição do terreno da família de Quinzinho Junqueira, por Antonio Diederichsen, e o prestígio desses agentes na cidade, podem ter sido motivos suficientes para atestar a legalidade da propriedade sem a necessidade de apresentação do título oficial à Prefeitura de Ribeirão Preto. Já o memorial descritivo do projeto parece ter sido elaborado apenas em 1935, quando um documento de oito páginas, intitulado “Memorial Descriptivo da Construcção do Predio Diederichsen, em Ribeirão Preto”, deu continuidade ao “Contrato de Empreitada” firmado em 24 de janeiro de 1935 entre Antonio Diederichsen e Terreri & De Vincenzo, designados respectivamente como proprietário e empreiteiros.[230]

---

[229] Na pesquisa empreendida no APHRP, não foi localizada a planta de locação do Edifício Diederichsen. O título de propriedade do terreno também não foi encontrado junto ao processo de aprovação.

[230] Esses documentos fazem parte da Coleção Terreri, também do APHRP, e estão armazenados na pasta intitulada “Projecto e Orçamento de Iluminação e Instalação Electrica para Fornecimento e Installação de Globos para o Predio Diederichsen nº 568 Ribeirão Preto”, da “Empreza Força e Luz de Ribeirão Preto, Cia. Francana de Electricidade e Cia. Melhoramentos de Batates” (grafia original). O Memorial descreve as características gerais do projeto e especificações materiais de alguns elementos da construção ou revestimento, para: calçadas, cantaria do embasamento, grades das sacadas externas, corrimão das escadas, cimentados, portas de aço ondulado, vidros, ferragens, esquadrias, azulejos, ladrilhos, *parquet*, granilite, mármores, decoração em gesso, fachadas, estuques, terraço, telhados, alvenaria, calhas e condutores, concreto armado e alicerces. Também esclarece as atribuições de responsabilidade para a compra ou instalação de acessórios como lustres, *plafoiners* e arandelas, e equipamentos da construção, como os elevadores e as máquinas, andaimes e ferramentas. Os serviços da obra, como pintura e limpeza geral, também foram informados. O Memorial ainda cita os serviços de instalação de água e esgoto, eletricidade, campainhas,

Em termos legais, incompatibilidades ainda mais significativas na aprovação do projeto ocorreram em relação ao número de pavimentos da edificação. Essa informação não foi especificada no projeto ou citada nos requerimentos apresentados por Paschoal de Vincenzo à municipalidade, mas variou entre as diversas publicações sobre o prédio, antes e depois da obra concluída.[231] O Código de Obras Arthur Saboya definia que "os pavimentos de um edifício se caracterizam pela respectiva posição e pelo pé-direito" (SÃO PAULO, 1929). O porão, embora só fosse considerado como pavimento para o cálculo de impostos, foi especificado como "a parte do edifício que tem piso, em todo o seu perímetro, a quarta parte ou mais de sua altura abaixo do terreno circumdante" (SÃO PAULO, 1929, grafia original). Estaria, portanto, abaixo do nível da calçada. Já o embasamento era considerado "a parte do edifício que tem o piso ao nível do terreno circumdante ou no máximo, parte de sua altura abaixo do terreno circumdante" (SÃO PAULO, 1929, grafia original). Ou seja, poderia estar tanto no nível da calçada, como ser iniciado um pouco abaixo dele. O "Rez-do-chão", pelo contrário, seria "a parte do edifício que tem o piso, em todo o seu perímetro menos da quarta a vinte centímetros acima dele" (SÃO PAULO, 1929, grafia original). Nesse caso, o pavimento não poderia estar muito acima do nível do terreno. Quando utilizado como comércio, indústrias ou outras atividades relacionadas, o "rez-do-chão" era denominado como loja, enquanto as sobrelojas eram "os pavimentos imediatamente acima da loja, e caracterizados pelo seu pé-direito reduzido" (SÃO PAULO, 1929, grafia original).

A designação "andar" atendia de forma abrangente a "qualquer pavimento acima do porão, do embasamento, do rez-do-chão, da loja ou da sobreloja", e os pavimentos acima do porão ou do embasamento seriam denominados especificamente como "andar térreo" (SÃO PAULO, 1929, grafia original). Acima dele, do rés-do-chão, da loja ou da sobreloja, receberiam o nome de "primeiro andar". O "attico" era o pavimento imediatamente abaixo da cobertura, mas só era assim reconhecido caso tivesse o "pé-direito reduzido" ou se instalasse de modo a aproveitar o vão do telhado (SÃO PAULO,

---

telefones e caixa de despejo para o lixo, a evidenciar as conveniências e modernidades da edificação.

[231] Nesse trabalho, já mencionamos a citação de Lima (2004, p. 143), que o descreveu com seis pavimentos, assim como nos trechos publicados pelos jornais *Diário de S. Paulo* (A CONSTRUÇÃO... 1934, p.5) e *Folha da Manhã* (TRANSMISSÃO..., 1934, p. 1). Já a publicação do jornal *Correio de S. Paulo* (EM RIBEIRÃO..., 1934, p. 7) informou a construção do Edifício Diederichsen com sete andares, enquanto Ato Municipal n. 90 o descreveu com seis andares (RIBEIRÃO PRETO, 1934b).

1929, grafia original). Nesse sentido, o artigo que definiu as diferentes especificações para o pé direito dos compartimentos e pavimentos foi importante para esclarecer que, no ático, o pé direito mínimo seria de 2,5 metros e poderia ser atendido apenas em metade da superfície daquele compartimento.[232] No entanto, caso tivesse altura superior a 2,5 metros, seria considerado como um pavimento ou andar habitável e deveria satisfazer a outras exigências mínimas de altura, como as previstas para os compartimentos de dormir (3 metros) e de permanência diurna (2,5 metros). Nas lojas, o pé direito mínimo deveria ser de 4 metros, enquanto nas sobrelojas seria de, no mínimo, 2,5 metros; e, no máximo, 3 metros. Acima disso, as sobrelojas passariam a ser considerados como um andar.

Nas indicações gráficas e textuais das três pranchas apresentadas com plantas no projeto de aprovação do Edifício Diederichsen (figura 3.2.10), a primeira peça representou o piso do balcão acima da plateia do cinema e o primeiro pavimento, com a presença das lojas com piso no nível do terreno circundante. Em outra prancha, uma única planta revelou a configuração do segundo e terceiro pavimentos. A última prancha exibiu duas peças gráficas: uma reproduzindo a planta do quarto, quinto e sexto pavimentos; e outra retratando a "casa do zelador", que ocupava uma pequena parte do sétimo pavimento, enquanto o restante da laje seria utilizado como terraço.[233] Ou seja, de acordo com o Código de Obras Arthur Saboya, o Edifício Diederichsen poderia ser interpretado como sendo composto por "embasamento" ou "rez-do-chão", configurado como loja, e mais seis andares, totalizando sete pavimentos.

A solução de dois pavimentos tipo, que se repetiriam de forma similar no segundo e terceiro pavimentos, assim como ocorreu no quarto, quinto e sexto pavimentos, tornava inviável a informação sobre os níveis desses pisos em planta. Contudo, os dois cortes representando as seções longitudinal e transversal do edifício esclareceram algumas dessas questões, embora também tenham omitido informações que poderiam ter contribuído para elucidação de dúvidas a esse respeito (figura 3.2.11). Na seção longitudinal do edifício, optou-se por representar o corte do setor ocupado pelo cinema, cujo terreno possuía menor profundidade e por isso não alcançava a Rua General Osório. No alinhamento da Rua Álvares Cabral, o primeiro pavimento possuía 3,70 metros,

---

[232] O art. 117 do Código de Obras Arthur Saboya denominava como pé direito "a altura livre do compartimento contado do soalho ao tecto" (SÃO PAULO, 1929, grafia original).

[233] APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 95, 1934.

enquanto nos pisos superiores a altura do pé direito era de 3,20 metros. A altura designada para o térreo, quarto, quinto e sexto pavimentos, desacatava tanto a determinação do Código de 1929 para as lojas e compartimentos “de dormir” (pé direito mínimo de 4 e 3 metros, respectivamente), como as alterações formuladas para Ribeirão Preto (4,5 e 3,5 metros, respectivamente). Nos dois pavimentos superiores, destinados às salas para prestação de serviços, a altura do pé direito estava adequada ao que o Código de Obras definia para “compartimentos de permanência diurna” (2,5 metros), como também atendia à mudança provocada pelo município (3 metros). No sétimo pavimento, visualizava-se a solução de cobertura de uma água para apenas uma parte da laje, em sua porção posterior, afastada da platibanda da fachada principal. Mesmo sem informar a altura da cumeeira, observa-se que era pouco mais baixa que os pavimentos inferiores, fazendo supor que a extensão da cobertura serviria como ático para as áreas acima da escada e elevador.

Esse corte também foi importante para indicar as distintas configurações entre a parte da edificação que formava a plateia e palco do cinema, e o restante do edifício. O forro do cinema estava alinhado ao piso do terceiro pavimento do prédio, enquanto esse trecho do segundo pavimento, especificamente, atendia apenas aos usos do cinema, sem integração com as salas comerciais, o que diferiu em relação ao pavimento acima, também para salas de escritório. A altura da cumeeira formada pela cobertura em quatro águas da área do palco e plateia não foi informada, mas segundo se observa na seção longitudinal, chegaria até próximo da metade do quarto pavimento do Edifício Diederichsen.

A seção transversal foi traçada por uma linha de corte entre a Rua Álvares Cabral, em seu trecho mais próximo à Rua General Osório, e a divisa posterior do terreno, voltada para a fachada oposta à Praça XV de Novembro. Diante do desnível do terreno, nesse ponto o primeiro pavimento possuía altura de 6,20 metros e, portanto, estava acima dos 4,5 metros estabelecidos pelo Código de Obras de Ribeirão Preto para a altura mínima em lojas. Daí em diante, os demais pavimentos se mantinham com 3,20 metros de pé direito, o que estava em discordância com o Código de Obras adotado em Ribeirão Perto, por estar abaixo da altura determinada para os compartimentos “de dormir” (3,5 metros). Já no sétimo pavimento, a posição do corte representou apenas parte do terraço voltado para a fachada principal e a cobertura presente na porção posterior do edifício. Não há cota que informe a altura máxima do edifício, como também não foi representado, em corte ou em vista, o compartimento que em planta foi denominado como casa do zelador, posicionado

acima do sexto pavimento, no centro da fachada principal.

Embora a fachada principal representasse cinco janelas no sétimo pavimento voltadas para a Rua Álvares Cabral, considerando que nas plantas o desenho da moradia do zelador não foi denominado como sétimo pavimento e que a escolha pela posição das linhas de corte permitiu suprimir a representação desse compartimento utilizado para moradia acima do sexto pavimento, podemos supor que os autores podem ter tentado, propositalmente, não dar evidência a esse aspecto que tornaria a solução irregular, perante a legislação municipal, e poderia impedir ou dificultar a aprovação do Edifício Diederichsen. Apenas no Memorial Descritivo elaborado por Terreri e De Vincenzo após a aprovação da Prefeitura, o prédio foi descrito como tendo "altura de seis pavimentos, sendo que a parte central da fachada da rua Alvares Cabral terá mais um pavimento".[234]

A partir de então, os empreiteiros tornam explicito que o edifício chegaria a sete pavimentos, contando com o térreo. Essa condição atendia ao disposto no Código de Obras Arthur Saboya adotado em São Paulo, sobre o número máximo e mínimo de pavimentos para edifícios construídos na área central da capital paulista. No entanto, excedia o número máximo de pavimentos permitido para Ribeirão Preto. A alteração feita pelo município no artigo 151 do referido Código definia que nas Ruas General Osorio e Praça XV de Novembro as edificações deveriam ter, no mínimo, três pavimentos, chegando a, no máximo, quatro andares, "exclusive os térreos". Ao alterar a designação de "pavimento" para "andar", a cidade deveria se basear na definição do Código paulista para "andar térreo" como o que estivesse acima do embasamento, e "embasamento", como um pavimento que poderia estar no mesmo nível do terreno. Essa interpretação pode ter sido utilizada para a aprovação do Edifício Diederichsen, pois caso composto por embasamento, térreo e mais quatro andares, estaria adequado às exigências municipais, não fosse a omissão do sétimo pavimento, onde estava localizada a "casa do zelador", não só como ático ou terraço, mas também como um "andar habitável".

Disputas e polêmicas envolvendo o número de pavimentos dos primeiros edifícios altos construídos no Brasil já haviam ocorrido na década anterior, quando a capital paulista iniciou seu processo de verticalização financiado pelos empresários José de Sampaio Moreira e Giuseppe Martinelli. Assim como ocorreu em Ribeirão Preto, essas tensões

---

[234] APHRP, Coleção Terreri.

refletiram a pressão exercida pelos proprietários, que desejavam e conseguiram aprovar a construção de edifícios mais altos do que a legislação permitia até aquele momento. Além de maximizarem o potencial econômico do solo urbano, ao vincularem seus sobrenomes aos edifícios mais altos da cidade naquele contexto, também materializavam o poder pelos quais já eram reconhecidos. Por outro lado, ainda que o Poder Público tenha acabado por acatar, ou no caso de Ribeirão Preto, consentir as inconformidades do projeto em relação ao que a legislação municipal estabelecia, algumas condições impostas pelos técnicos envolvidos na aprovação desses projetos também evidenciam a preocupação com a segurança estrutural das construções.

Inicialmente, o projeto do Edifício Diederichsen apresentava apenas as soluções arquitetônicas, sendo a estrutura visualizada somente pelas lajes e algumas vigas representadas nos cortes. No entanto, o engenheiro da Repartição de Obras de Ribeirão Preto, Nélson Nóbrega, demonstrou cautela na aprovação da "obra de vulto", projetada por um "architecto não diplomado", e por isso respondeu imediatamente ao pedido de aprovação feito por Paschoal de Vincenzo.[235]

> Tratando-se de uma obra de vulto, e demais, projectada por architecto não diplomado, esta Repartição de Obras não pode assumir a reponsabilidade da approvação do projecto sem que ao mesmo sejam appensados os respectivos calculos como determina o artº 83 do Codigo de Obras "Saboya" adoptado por esta Municipalidade.
>
> Além disso, o Sr. Antonio Terreri, antes do projecto deve comparecer a esta R. de Obras para fazer prova de que está habilitado e registrado de acordo com o dec. 23.569 de 11/12/1934.
>
> Fica dispensado deste encargo o Sr. Paschoal de Vincenzo por já ter feito a prova aludida. Nelson Nobrega, Eng. Civil, 4/09/1934. [236]

---

[235] Nelson Rodrigues Nóbrega ocupou cargo de engenheiro na Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto até se aposentar, em 1 abr. 1968 (RIBEIRÃO PRETO, 1968a, 1968b). Em todas as pranchas do projeto do Edifício Diederichsen consta o carimbo da "Camara Municipal de Ribeirão Preto - Repartição de Obras", com seu nome e o texto "approvado". Existe uma diferença quanto à data de aprovação especificada no carimbo dessas pranchas, pois em uma das fachadas laterais (São Sebastião) e nas seções AB e CD, a data é 02 dez. 1934, enquanto nas demais é 22 dez. 1934. Um intervalo de vinte dias entre as aprovações.

[236] APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 95, 1934. A última advertência de Nélson Nóbrega foi assinada em 22 dez. 1934. Durante a pesquisa ao processo de aprovação da construção no acervo de Obras Particulares do APHRP e na Coleção Terreri, não foram encontrados os projetos contra incêndio ou para as instalações elétricas e hidráulicas do Edifício Diederichsen.

Na sequência, o mesmo documento manifestou o deferimento assinado pelo engenheiro municipal Nelson Nobrega, em 22 dez. 1934, mas com uma nova advertência feita pelo profissional: “Em tempo: o requerimento deve se obrigar a fazer as instalações contra incêndio e apresentar plantas das instalações de água e eletricidade em tempo oportuno”.

Justificando a solicitação de apresentação dos cálculos estruturais, Nelson Nobrega mencionou o Código de Obras Arthur Saboya, adotado em Ribeirão Preto a partir de janeiro de 1934. O artigo citado especificamente pelo engenheiro definia que:

> O projecto de qualquer obra que exija, para sua execução, conhecimentos de resistencia e estabilidade, a juizo da Directoria de Obras, só será approvado, si as obras forem dirigidas por constructor registrado de accôrdo com a alíneas “a” ou “b” do art. 81, e desde que os respectivos cálculos sejam appensos ao projecto approvados pela Directoria de Obras. Paragrapho único – os projectos assignados pelos constructores, registrados de accôrdo com a alínea “c” do artigo 81, deverão, tambem, ter assignatura do architecto, registrado de accôrdo com as alíneas “a” ou “b” do mesmo artigo 81237 (SÃO PAULO, 1929, grafia original).

A comprovação dos “conhecimentos de resistência e estabilidade” foi realizada após pouco mais de dois meses, em 26 de setembro de 1934, na forma de um “Memorandum” com 49 páginas de cálculos, cortes e diagramas do sistema estrutural em concreto armado, composto por lajes, vigas e pilares (figura 3.2.12). [238] Além disso, foi apresentada a planta das fundações, com demarcação das sapatas e identificação dos pilares e vigas, em escala 1:100, assinada por Paschoal de Vincenzo e com o nome do arquiteto Antonio Terreri (figura 3.2.13).

---

[237] Os artigos 81 e 82 do Código de Obras Arthur Saboya definiam as exigências para registro dos construtores, na figura de engenheiros, arquitetos, empreiteiros de obras particulares ou representantes de firmas comerciais, companhias ou sociedades anônimas.

[238] Essa prancha possui cópia em padrão diferente das anteriores e não conta com carimbo de aprovação ou registro de data. Contudo, acreditamos que tenha sido confeccionada junto ao “Memorandum” de cálculo estrutural, visto que apresentam informações complementares, como a numeração dos pilares e vigas, ainda esses valores estejam, atualmente, pouco legíveis no documento. Também é valido ressaltar que, além da planta das fundações e do “Memorandum”, o projeto para a construção do Edifício Diederichsen no acervo de Obras Particulares do APHRP não possui plantas com a representação dos pilares (locação ou dimensionamento), assim como os cortes não representam todas as vigas de concreto armado. Nesse sentido, não é possível compreender a variação nas dimensões dos pilares e vigas ao longo dos diversos pavimentos.

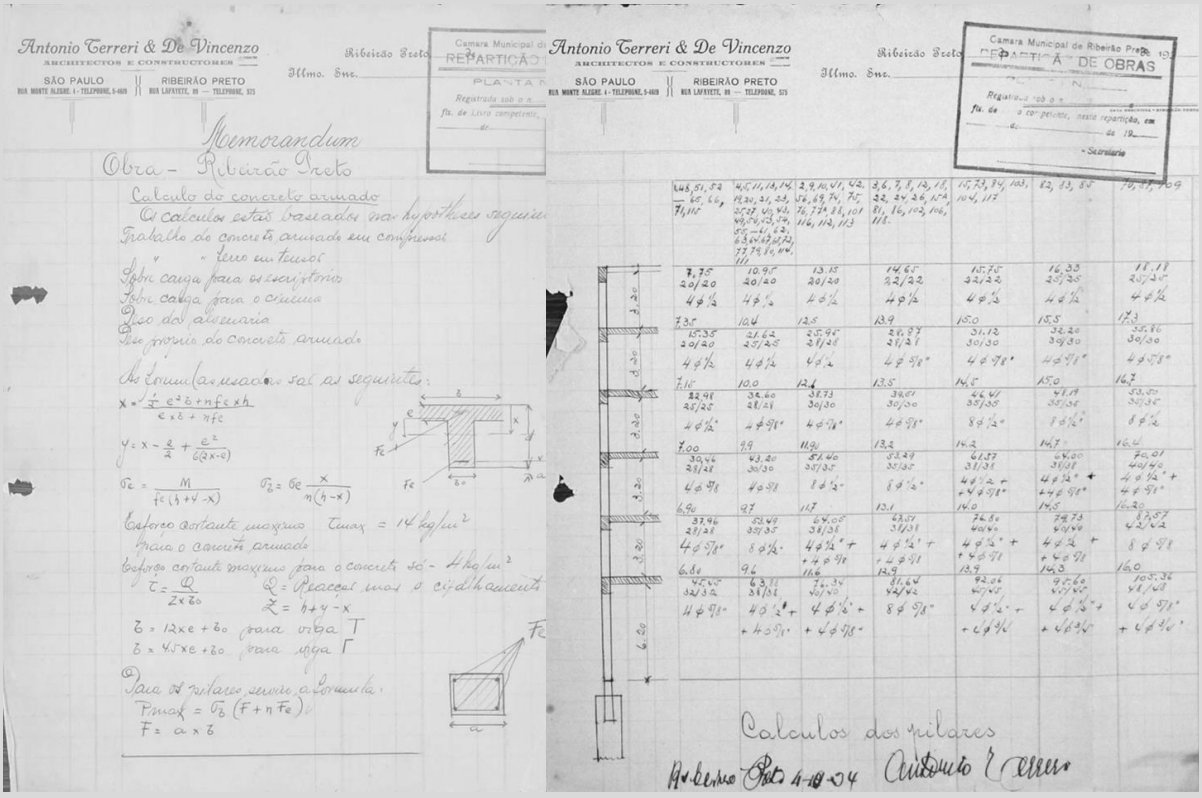


Figura 3.2.12: Duas páginas do "Memorandum" da estrutura em concreto armado do Edifício Diederichsen. À direita, corte esquemático do prédio, ao lado de tabela com dimensionamento dos pilares em cada pavimento.

Ano: 1934 | **Autor:** Antonio Terreri e Paschoal de Vincenzo

Fonte: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 95, 1934.

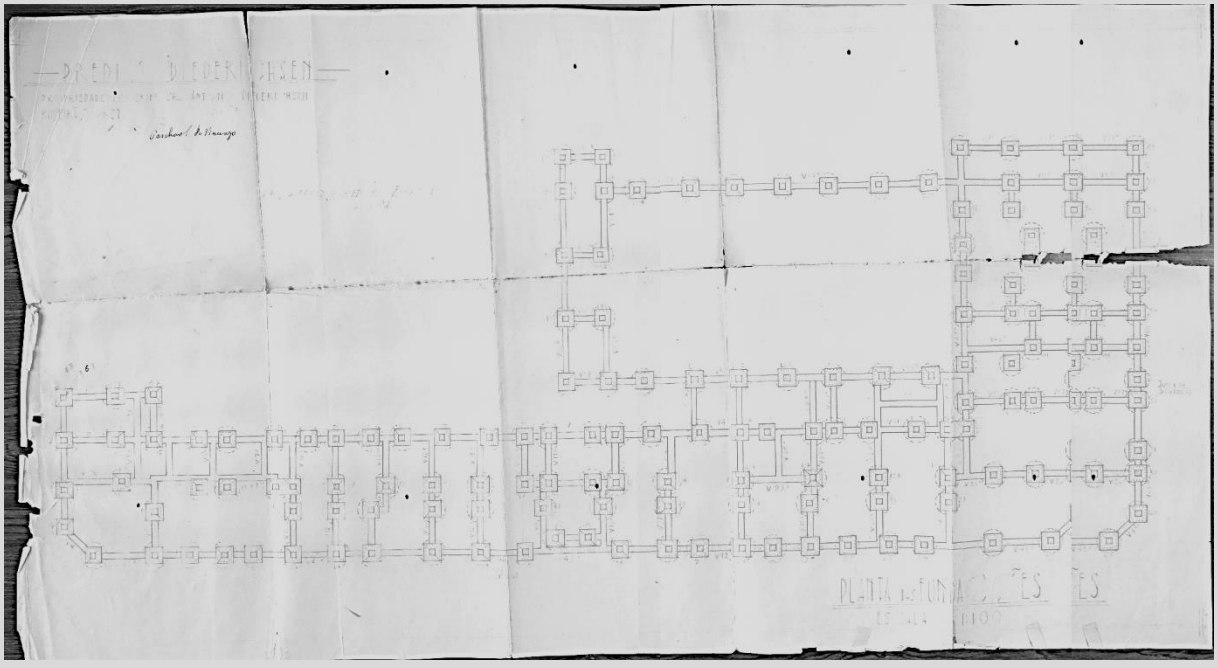


Figura 3.2.13: Planta da Fundação do Prédio Diederichsen.

Ano: 1934 | **Autor:** Antonio Terreri e Paschoal de Vincenzo

Fonte: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 95, 1934.

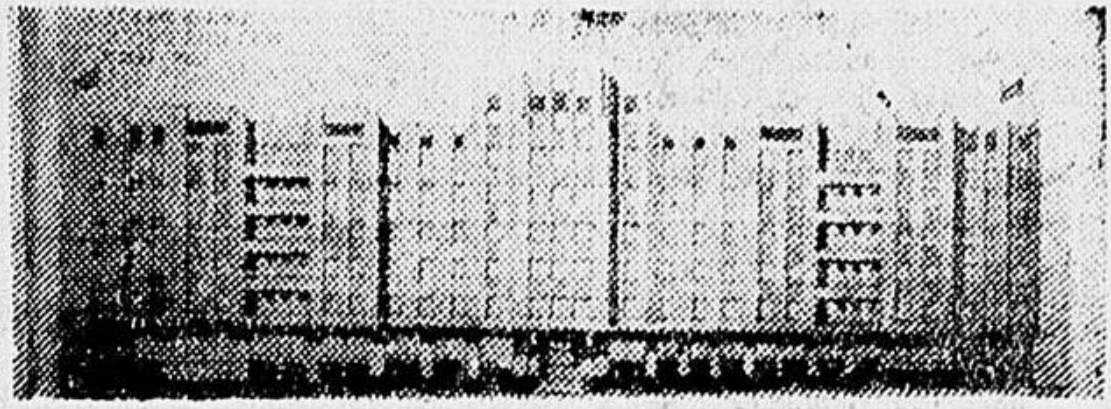
EM RIBEIRÃO PRETO

O PREDIO DIEDERICHSEN

RIBEIRÃO PRETO, 8 (Do correspondente do CORREIO DE S. PAULO) — A capital d'Oeste progride cada dia mais e uma prova disso temos na grande construcção que está sendo feita pelo sr. Antonio Diederichsen, grande capitalista aqui estabelecido ha varios annos e que hoje é um dos maiores commerciantes e industriaes desta cidade.

Homem progressista e trabalhador, o sr. Antonio Diederinhsen, que reside em Ribeirão Preto desde a sua mocidade, dá agora uma demonstração do seu amor á nossa terra, construindo um predio de sete andares, no coração da cidade, onde ficarão localisadas lojas, cinemas, salões para profissionaes e varios outros.

Esse predio occupará toda a vasta area que vae da esquina da Praça 15 de Novembro, rua Alvares Cabral e São Sebastião, sendo a sua extensão total de quasi 1.500 metros quadrados. Será uma das maiores construcções do interior do Estado. Os seus primeiros departamentos serão inaugurados em março do anno proximo.



Planta do palacete Diederichsen vista de frente para a rua Alvares Cabral

Figura 3.2.14: Notícia sobre Ribeirão Preto divulgada em jornal de São Paulo. A publicação destaca a "Planta do Palacete Diederichsen", com a fachada da edificação voltada para a Rua Álvares Cabral.

Ano: 1934

Autor: não informado

Fonte: *Correio de S. Paulo*, 10 out. 1934, p. 7.

No início do mês seguinte, uma notícia publicada na seção Ribeirão Preto do jornal *Correio de São Paulo* divulgou, antes mesmo da aprovação final do projeto, a vista da fachada principal que o "Prédio Diederichsen" viria a receber. A reportagem evidenciou a associação da construção do prédio a uma demonstração "de amor" e "gratidão" de seu empreendedor com a cidade em que residia "desde a sua mocidade" (figura 3.2.14). O texto não poupou adjetivos elogiosos a Antonio Diederichsen, que foi citado como um "grande capitalista" que havia se tornado "um dos maiores commerciantes e industriaes desta cidade", além de "homem progressista e trabalhador", que construiria um "prédio de sete andares, no coração da cidade", contando com "lojas, cinemas, salões para profissionaes e vários outros" (EM RIBEIRÃO PRETO..., 1934, p. 7, grafia original).

Com inauguração anunciada para 1935, parecia haver pressa para que as obras do edifício pudessem ser iniciadas. Desejando acelerar o processo de aprovação, no início do mês seguinte à primeira apresentação do projeto, Paschoal De Vincenzo protocolou nova solicitação junto à Prefeitura. Em tom de cobrança, De Vincenzo, então se identificando como "constructor do 'Palacio Diederichsen'", lembrava que a planta do prédio já havia sido apresentada àquela Prefeitura de Ribeirão Preto e que, portanto, aguardava-se pela vistoria para o recebimento do alvará para construção:

> PASCHOAL DE VINCENZO, constructor do "Palacio Diederichsen", cuja planta já foi apresentada a essa Prefeitura, vem, de acordo com o Codigo de Obras (Lei nº 3427 de 19 de Novembro de 1929) em seu artº 50, requerer a V. Excia. Se digne de determinar á Directoria de Obras seja feita a vistoria do local. Nestes termos. P. deferimento, 04/10/1934.[239]

O Código Artur Saboya foi novamente mencionado, dessa vez em referência ao seu art. 50, que definia que "antes de ser expedido qualquer alvará de construção, a Diretoria de Obras fará vistoria para verificar as condições do local em que serão feitas as obras" (SÃO PAULO, 1929).

Outra solicitação, anterior ao pedido de aprovação também deve ser salientada, pois expressa que algumas características da edificação já estavam previamente definidas antes mesmo da apresentação do projeto para aprovação. Em 16 de agosto de 1934, Antonio Diederichsen requereu isenção de impostos para a construção do Edifício à Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. O edifício "de maiores proporções" projetado até

---

[239] APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 95, 1934.

então foi exaltado como um “melhoramento para a cidade” e o então prefeito, juntamente com o Departamento da Administração Municipal e o Conselho Consultivo do Estado, decidiram incentivar a “iniciativa particular” de Antonio Diederichsen.[240] O ato de isenção foi publicado em 14 de dezembro de 1934, no intervalo entre as duas datas de aprovação de Nelson Nóbrega, embora seu artigo 1º cite a aprovação das plantas, orçamentos e cálculos pela Diretoria de Obras:

> ISENTA DE IMPOSTOS PREDIAES, VIAÇÃO URBANA E DEMAIS TAXAS CONCERNENTES A ESTES IMPOSTOS, O PREDIO DO SR. ANTONIO DIEDERICHSEN.
>
> O dr. Ricardo Guimarães Sobrinho, prefeito do município de Ribeirão Preto, uzando das atribuições inherentes ao seu cargo, e Considerando o que foi requerido pelo Sr. Antonio Diederichsen, em 16-8-34, referente a isenção de impostos para construcção de um prédio de seis andares, nesta cidade, à rua General Ozorio, esquina da rua Alvares Cabral; e Considerando o que decidiu o Departamento de Administração Municipal, depois de ouvido o Conselho Consultivo do Estado; e finalmente Considerando que o prédio projectado, incontestavelmente, representa um grande melhoramento para a cidade, e que será o de maiores proporções até hoje construido, no Município, e mais as concessões feitas anteriormente com o objetivo de incentivar a iniciativa particular, Resolve:
>
> Artigo 1º - O prédio em construcção nesta cidade, de propriedade do sr. Antonio Diederichsen, à Rua General Osorio, compreendendo o quarteirão da Rua Alvares Cabral e parte da rua São Sebastião, nos termos das plantas, orçamentos e cálculos aprovados pela Directoria de Obras, ficará isento dos impostos prediaes, viação urbana e demais taxas concernentes a estes impostos, pelo prazo de cinco anos, a contar do dia em que o mesmo prédio ficar concluído.
>
> Artigo 2º - Fica mencionada construcção, igualmente isente das taxas e emolumentos devidos pelos respectivos andaimes, aprovação de plantas e todas as demais que lhe competiam referentes a dita construcção.
>
> Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

---

[240] Cabe destacar que em março de 1932 Antonio Diederichsen havia sido nomeado presidente do Conselho Consultivo de Ribeirão Preto (CIONE, 1992). Desconhecemos o período em que permaneceu no Conselho, visto ter sido extinto em julho daquele ano para, posteriormente, voltar a ser regulamentado. Apesar da influência que exercia nesse contexto e sua possível proximidade com outros membros, a decisão do Conselho Consultivo do Estado de São Paulo a favor da solicitação de Antonio Diederichsen (Processo n. 1226) não foi unânime. Segundo o conselheiro relator Ayres Neto, Sampaio Vianna e Dario Ribeiro votaram contra, e Adhemar de Moraes se absteve, restando o voto favorável de Penido Burnier, Macedo Soares, Fonseca Rodrigues, além do próprio relator (CONSELHO CONSULTIVO..., 1934, p. 8).

> Ribeirão Preto, 14 de Dezembro de 1934.
> Ricardo Guimarães Sobrinho
> Prefeito Municipal. (RIBEIRÃO PRETO, 1934b).

Outro aspecto intrigante é que antes da publicação oficial, o jornal *Correio Paulistano* já anunciava a decisão do Conselho Consultivo do Estado de São Paulo em favor de Antonio Diederichsen. Segundo noticiado, pesou sobre a decisão, ou ao menos para a sua justificativa, o fato de ter sido o primeiro arranha-céu da cidade, a reforçar que as definições do projeto não se limitaram apenas aos campos da arquitetura ou da técnica, mas também reverberaram no âmbito político.

> ISENÇÃO DE IMPOSTOS PARA O 'PREDIO DIEDERICHSEN"
> Sendo o primeiro nesta cidade o arranha-céo já iniciado, mandado edificar pelo sr. Antonio Diederichsen, na praça XV esquina da rua Alvares Cabral o qual se comporá de salas para escriptorios, de apartamentos e de lojas, além de magnifico salão para cinema, o Conselho Consultivo do Estado deferiu o pedido de isenção de todos os impostos e emolumentos durante cinco anos que forem devidos pelo referido edifício. (ISENÇÃO DE IMPOSTOS..., 1934, p. 11).

Na época, todas as edificações acima de seis pavimentos eram consideradas como arranha-céu e celebradas como testemunhos de progresso e avanço técnico. O Prédio Diederichsen também foi tratado por seus projetistas como "Palácio", termo que remete a luxo, beleza e grandiosidade.[241] Nos dois casos, autorizava Antonio Diederichsen – o empreendedor que vinculou seu sobrenome ao edifício – a ser tratado por setores da mídia como um benfeitor que contribuiu para o engrandecimento e desenvolvimento urbano de Ribeirão Preto, assim como ocorrera com seu primo, Arthur Diederichsen, nas décadas anteriores.

---

[241] A análise de Vaz (1994) sobre o surgimento, difusão e evolução do edifício de apartamentos no Rio de Janeiro entre 1925 e 1937, aponta que até 1930 o termo "edifício" era empregado para prédios de escritório, enquanto o "apartamento" estava associado ao aluguel de quartos de hotel e casas de pensão. A indefinição do nome se estendia à variedade de conformações familiares visadas, dimensões e programas das unidades, e multiplicidade de usos. Em São Paulo, algumas edificações altas desse período eram denominadas como "Prédio" ou "Palacete", sendo a designação "Edifício" posterior ao período de sua aprovação e construção, como no caso do Edifício Diederichsen, inicialmente referenciado como Prédio ou Palacete Diederichsen.

3.3 INOVAÇÃO E PERMANÊNCIAS NA CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO DIEDERICHSEN

O “Prédio Diederichsen” foi aprovado em 22 de dezembro de 1934 e, no último dia daquele ano, o projeto apresentado por Antonio Terreri e Paschoal de Vincenzo obteve registro na Repartição de Obras da Câmara Municipal de Ribeirão Preto. Tamanho era o afã de seu empreendedor para a construção do edifício, que a execução começou poucos dias após o projeto arquitetônico ter sido protocolado. Os registros fotográficos das perfurações para a fundação informam a data de 22 de setembro de 1934 como “iniciação das obras”, antes mesmo da solicitação de vistoria ao terreno ter sido requerida por De Vicenzo (figura 3.3.1).[242]

Essas primeiras imagens ilustram o trabalho de escavação de valas ao longo de todo o perímetro do terreno voltado para a Rua Alvares Cabral. Nelas seriam concretados os alicerces “abertos em pilares” que se estenderiam “até a última laje do prédio”, com estrutura de “cimento armado”. A menos que tenha sido interrompida em algum momento, a execução das fundações parece ter sido a etapa mais dilatada da construção, estendendo-se por quase quatro meses, até o início de 1935.[243]

---

[242] APHRP, Álbum de construção do Edifício Diederichsen. A primeira página informa que o álbum foi encomendado pelos “auxiliares-interessados” da empresa de Antonio Diederichsen, que, em comemoração ao seu aniversário natalício, o presentaram com as imagens da construção do “majestoso Edifício Diederichsen”. Depois do primeiro registro, no dia 22 de setembro, as demais fotos que compõem o álbum seguiram sendo feitas regularmente entre janeiro e setembro de 1935; no ano seguinte, há registros das obras em janeiro, fevereiro, maio e agosto de 1936; até que em 1937, ano em que as obras foram concluídas, foram feitas fotos em janeiro, maio e agosto de 1937, quando finalmente foi entregue a Antonio Diederichsen, durante a comemoração de seu aniversário, em sua residência. As fotografias foram publicadas no álbum confeccionado por Gullaci-Foto. O fotógrafo José Gullaci nasceu em 1887 e era natural da Calábria, na Itália, e, em Ribeirão Preto, teria sido funcionário no setor comercial do Antigo Banco Constructor, antes de montar sua loja de fotografia na Rua General Osório (REGISTRO; HECK; MIYASAKA, 2008, p. 73).

[243] A dificuldade de execução das fundações de edifícios altos, que exigem a escavação do terreno em maior profundidade, foi um aspecto relevante no início da verticalização brasileira. No Edifício Diederichsen, a necessidade de drenagem do terreno levou a um acidente noticiado no final de 1934. Ao levar o almoço para o pai, Virgilio Baldin, operário na construção do edifício, a filha Albertina levou “violento choque” ao pisar em um fio que conduzia energia elétrica para esse serviço (CHOQUE..., 1934, p. 9). Segundo a arquiteta e urbanista

A partir da fundação foram armadas as ferragens de espera para os pilares do primeiro pavimento, que 20 dias depois também já possuíam formas de madeira. Apenas em 23 de janeiro, quando parte das ferragens e formas de vigas que sustentam a laje do segundo pavimento começavam a ser montadas, a perfuração do terreno para receber a fundação do Cine São Paulo foi iniciada.

Nos primeiros meses da construção, o acesso ao segundo pavimento ocorria por meio de uma escada provisória de madeira, posicionada junto à fachada posterior, que levava a uma área coberta aparentemente destinada à organização e administração do canteiro. Já o transporte vertical dos materiais e equipamentos era feito por meio de plataformas içadas por cabos e roldanas, estruturadas por duas torres de madeira montadas no mesmo local das caixas de elevadores. Construídas logo no início da obra, essas torres acompanharam todo o processo de execução do edifício. Quando a laje do segundo pavimento começou a receber as formas e armaduras, entre o final dos meses de janeiro e fevereiro de 1935, foi por meio desses elevadores de carga que os misturadores foram transportados para o piso superior e teve início o processo de concretagem das vigas e pilares, sendo esse processo continuado nos pavimentos superiores.

Além do trabalho de grande número de operários da construção civil, as imagens do canteiro registram a presença de materiais utilizados na confecção da estrutura em concreto armado, como madeira, ferro, pedra, cimento e areia. O fornecimento de alguns deles compunha o escopo de empresa de Antonio Diederichsen, o que por certo contribuiu para o bom andamento da construção. Se as fundações demoraram cerca de quatro meses para serem finalizadas, a estrutura do térreo foi concluída em dois meses e, dali em diante, o acréscimo da estrutura de cada pavimento levou, em média, apenas um mês para ser executado (figura 3.3.2).

Valéria Valadão, a execução das fundações apresentou problemas “de imediato”, devido “à formação geológica do solo, que no caso resistia a carga de 300g/cm2 e necessitava-se que o mesmo resistisse a uma carga de 2.700g/cm2” (CONDEPHAAT, 1998, p. 23). A fim de alcançar a resistência necessária, teria sido necessário “atingir a rocha do subsolo”, para então dar início à perfuração de “148 tubulões com dimensões de um metro de diâmetro e profundidade oscilando entre 17 e 19 metros” CONDEPHAAT, 1998, p. 23). Ainda de acordo com o histórico apresentado no processo de tombamento do Edifício Diederichsen, “o preenchimento destes tubulões foram feitos com concreto armado, no que utilizaram 2287 mil quilos de ferro e 26 mil sacos de cimento. Com isso, obteve-se um alicerce com um coeficiente de segurança capaz de suportar o dorso da carga aplicada sobre o mesmo” (CONDEPHAAT, 1998, p. 23).

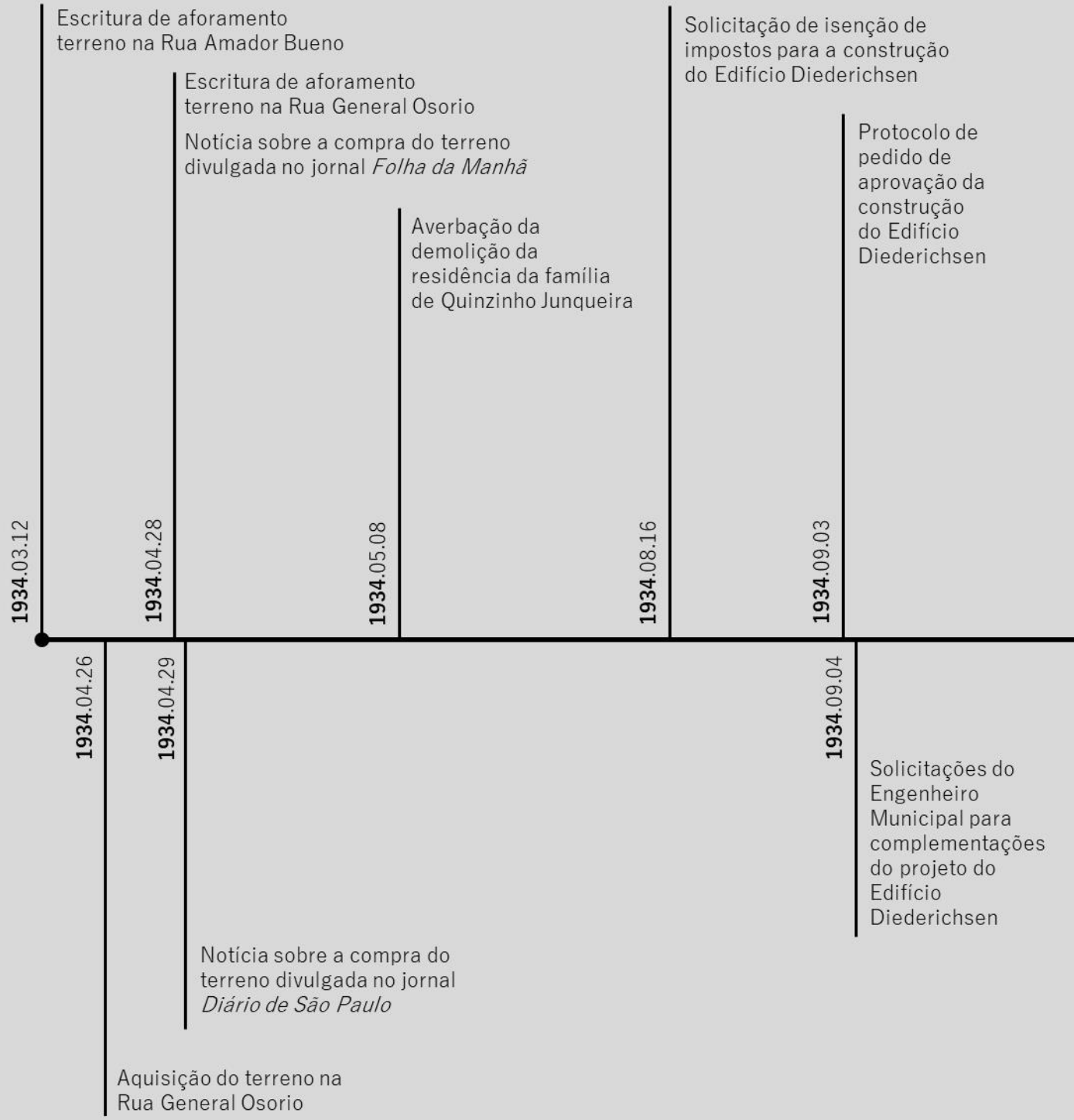


Figura 3.3.1 – Sequência cronológica de fatos relacionados ao Edifício Diederichsen, no ano de 1934, desde a assinatura de aforamento do primeiro terreno considerado para a construção, na Rua Amador Bueno, em março de 1934, até o projeto definitivo, aprovado em 31 de dezembro.
Autor: Tatiana S. Gaspar

1934.09.22

1934.09.26
1° registro fotográfico informando o início das obras

Projeto Estrutural do Edifício Diederichsen protocolado

1934.10.04
Pedido de Paschoal de Vincenzo para vistoria no terreno

1934.10.10
Notícia no jornal *Diário de São Paulo* sobre a construção do Prédio Diederichsen

1934.11.09
Divulgação de notícia sobre concessão de impostos no jornal *Correio Paulistano*

1934.12.14
Concessão de Isenção de imposto

1934.12.22
Deferimento da aprovação da construção do Edifício Diederichsen

1934.12.31
Registro de aprovação do projeto para construção do Edifício Diederichsen









Registros fotográficos da "Iniciação das Obras", com "perfuração dos poços para base e estabilidade do prédio". As imagens registram o canteiro de obras repleto de homens trabalhando na escavação do terreno para execução da fundação. Em todas elas, um homem com traje social de cor clara aparece (nas três últimas imagens, com as mãos na cintura), supervisionando o trabalho dos operários.
Data: 22/09/1934
Autor: Gullaci Foto
Fonte: APHRP, Álbum de construção Edifício Diederichsen.

Tão logo a laje era concretada acima dos pilares e vigas de um pavimento, enquanto uma parte da equipe prosseguia com a estrutura do pavimento seguinte, outra trabalhava nos fechamentos externos e internos com alvenaria. Desse modo, no final de agosto de 1935, oito meses após os primeiros pilares começarem a ser erigidos, toda a estrutura dos sete pavimentos do Edifício Diederichsen estava praticamente finalizada (figura 3.3.2).

No início de maio de 1935, um ano após a demolição da residência de Quinzinho Junqueira, o *Correio Paulistano* informou: "estão muito adeantadas as obras do primeiro arranha-céo de Ribeirão Preto denominado Predio Diedericksen (sic)" (PREDIO..., 1935, p. 9, grafia original). Em meados de agosto, a *Folha da Manhã* noticiou o entusiasmo gerado com a finalização da cobertura do sexto andar do Edifício Diederichsen. Em comemoração, o proprietário ofereceu aos operários da obra uma festa que também contou com a presença de algumas personalidades, como o prefeito da cidade. Mais uma vez, associou-se a execução da "obra gigantesca" como um atestado da capacidade de Antonio Diederichsen em meio às possibilidades econômicas oferecidas pela cidade:

> PREDIO DIEDERICHSEN — De etapa em etapa, vae-se consumando a gigantesca obra que é o "Edifício Diederichsen". Hontem, comemorando a cobertura do 6.o andar, o seu proprietário offereceu aos seus operarios e pessôas de suas relações uma animada "choppada", tendo a ella comparecido, entre outros, o dr. Ricardo Guimarães Sobrinho, prefeito municipal; o dr. João Palma Guião, advogado da prefeitura e representantes da imprensa. As obras desse edifício estão prosseguindo com grande rapidez, já estando levantadas as paredes externas até ao quarto andar, assim como uma grande parte das paredes divisórias. A parte destinada ao cinema, também se encontra bastante adiantada.
> A construcção do "Edifício Diederichsen" é um eloquente attestado de quanto é capaz a atividade de um homem, num meio de grandes possibilidades econômicas como incontestavelmente o é a nossa cidade. (FESTIVAMENTE COMMEMORADA..., 1935, p. 11, grafia original)

No final de setembro de 1935, a vedação das alvenarias externas do prédio também estava preenchida até o sexto pavimento, até que em fevereiro de 1936, entre os andaimes que acompanharam a evolução da construção, as fachadas começavam a exibir a feição que caracterizou a vinculação estilística do edifício (figura 3.3.3). Os ornamentos foram os últimos a serem aplicados, após a finalização da argamassa de pó de pedra. Já os planos verticais que formaram o zigue-zague das platibandas foram executados com alvenaria e realizados na etapa anterior, sobrepondo-se ao alinhamento da vedação dos vãos da

estrutura. Juntamente com as varandas em balanço, eles produziram a volumetria escalonada que conformou um importante aspecto de sua linguagem Art Déco.

Nas fachadas posteriores, que não receberam decoração ou revestimento especial em pó de pedra, a aplicação da argamassa teve início meses antes, estando quase acabada em meados de 1935. Nesse setor foi utilizado um sistema de andaimes suspensos que deslizava verticalmente a partir do ponto mais alto do prédio, a sugerir que a vedação dessa área também se iniciou anteriormente às demais. Além de agilizar a execução trabalho, a solução incorporava certa sofisticação ao processo construtivo que também contou com outros equipamentos necessários para a execução do concreto armado, como os misturadores manuais, e foi viabilizado pelos recursos financeiros do promotor, capaz de arcar com os custos dos materiais e de grande número de operários atuando de forma planejada e coordenada ao longo das diversas etapas da construção (figuras 3.3.3).[244]

Ao registrarem a sequência das principais fases da obra, as fotos de Gulacci revelaram também o acompanhamento da construção pelos autores, Antonio Terreri e Paschoal de Vincenzo, sempre flagrados no canteiro e diversas vezes acompanhados por outros profissionais, possivelmente fornecedores de materiais e equipamentos. Já o sentido operacional da execução parece ter sido conduzido, na maior parte do tempo, da porção do edifício defronte à Rua General Osório até o extremo do lote na Rua São Sebastião, onde estava o cinema. No entanto, como esse último local teve a única parte não verticalizada da construção, acabou sendo finalizado antes que os demais, mesmo tendo sido o último a ser iniciado. Ainda assim, em dado momento, parece ter havido esforço para que todos os estabelecimentos do térreo, inclusive o cinema, fossem concluídos, a fim de que seus espaços pudessem estar em utilização ainda em 1936, certamente para que o proprietário passasse a contar com os valores daqueles aluguéis.

A inauguração do Cine São Paulo, como foi denominado, ocorreu no dia primeiro de maio de 1936, no feriado do dia do trabalho. Outros estabelecimentos localizados no térreo do prédio também começaram a ser utilizados nos meses seguintes, mas a inauguração oficial do Edifício Diederichsen só ocorreu, de fato, em 10 de janeiro de 1937.

---

[244] Por outro lado, imagens da construção também revelam aspectos arcaicos de sua operacionalização, como a utilização de carroças de tração animal para o transporte de mercadorias até o local da obra (figura 3.3.3).

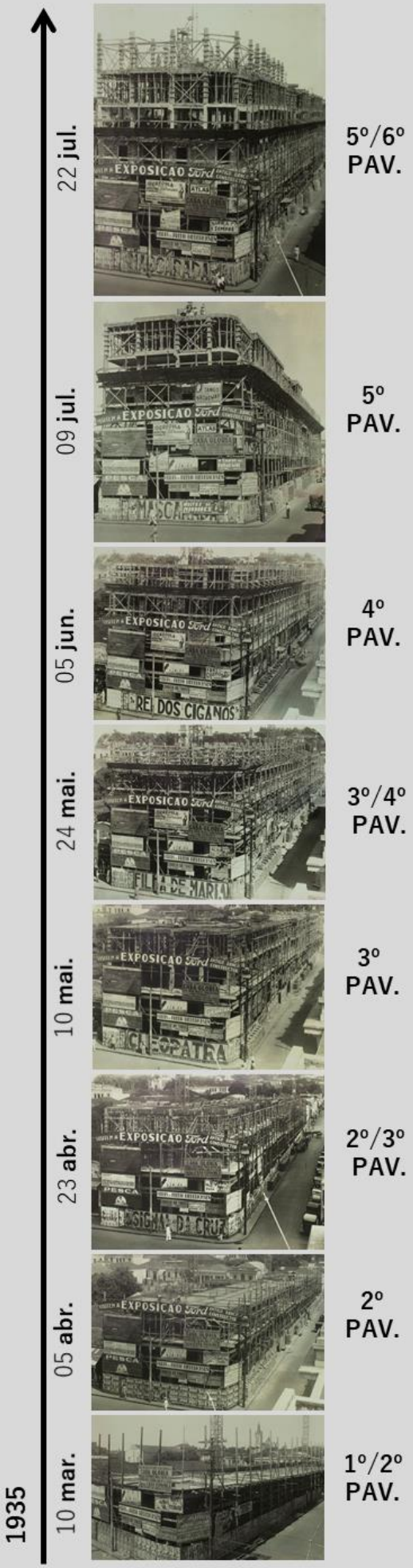


Figura 3.3.2 – Evolução da execução dos pavimentos do Edifício Diederichsen entre março e julho de 1935.
Autor: Tatiana S. Gaspar
Fonte: APHRP, Álbum de construção Edifício Diederichsen.



Figura 3.3.3 – Vedações internas e externas com tijolos de blocos cerâmicos. Aplicação de argamassa cimentícia nas fachadas posteriores com sistema de andaime "volante" (acima). Fachadas frontais recebendo os ornamentos decorativos, quase cinco meses após estrutura e vedações externas estarem concluídas. (abaixo, à dir.). | **Data:** entre jul. e set. 1935 (várias); fev. 1936 (abaixo, à dir.)

Autor: Gullaci Foto

Fonte: APHRP, Álbum de construção Edifício Diederichsen.

Durante a construção do Edifício Diederichsen, a execução do Cine São Paulo teve cronograma diferente desde a fundação. Sua configuração no projeto também se distinguiu das demais áreas da edificação. Enquanto sua bilheteria e *hall*, no térreo, bem como o acesso à cabine de projeção e balcão, no segundo pavimento, estavam instalados no corpo da edificação verticalizado, todo o setor da plateia e palco, que compunha a maior extensão do cinema, não possuía outros pavimentos acima. Por isso, para a sua cobertura, ao invés de laje, optou-se pela telha cerâmica do tipo francesa, instalada sobre o engradamento de madeira (figura 3.3.4).

Até meados de março de 1935 as formas da estrutura do primeiro pavimento na parte dianteira do cinema já estavam concluídas e o setor posterior era a única porção livre do terreno, servindo para o depósito de alguns materiais da obra.[245] Após pouco menos de um mês, no início de abril de 1935, enquanto a área do cinema tinha apenas a estrutura do seu trecho frontal no primeiro pavimento finalizada, no restante do prédio já se viam as esperas para os pilares do terceiro pavimento. No final daquele mês, foi finalizada a estrutura do balcão do cinema, constituída por uma laje de concreto em balanço sobre a plateia. Dois dias depois, o restante da estrutura desse pavimento despontava, ao mesmo tempo que as demais áreas do edifício já apresentavam as formas das vigas para sustentação da laje do quarto pavimento (figura 3.3.4).

Contudo, durante o mês de maio de 1935 a execução do cinema parece ter sido priorizada e os operários se voltaram, principalmente, para a finalização desse setor da edificação, que, não por acaso, foi o primeiro a ser inaugurado. Os registros fotográficos do início do mês mostram diversos homens trabalhando sincronicamente na elevação das paredes externas de uma lateral da plateia, com a estrutura do segundo pavimento, de acesso ao balcão, praticamente finalizada, ao passo que o restante do edifício permanecia na mesma etapa, com as formas das vigas no terceiro pavimento. Menos de 20 dias depois, além das vedações externas da plateia e palco terem sido concluídas, a estrutura da parte dianteira do cinema já havia se igualado ao estágio de outras áreas do edifício, com a

[245] Algumas imagens esclarecem que um terreno vazio vizinho, na Rua São Sebastião, também foi utilizado para complementar a área disponível para o armazenamento de materiais da construção, como pedra e areia. Como veremos adiante, na década seguinte esse terreno também foi utilizado para construção de uma edificação de Antonio Diederichsen, fazendo supor que o lote possa ter sido adquirido por Antonio Diederichsen ainda na época da construção do Edifício Diederichsen.

forma da laje de piso do quarto pavimento aguardando apenas pela concretagem (figura 3.3.4). Assim, até o início de julho de 1935 a estrutura de madeira do telhado do cinema estava concluída e se iniciava sua cobertura com as telhas cerâmicas, enquanto todo o restante do prédio ostentava a estrutura do quinto pavimento (figura 3.3.4). Uma segunda festa realizada para os operários da obra, no início de janeiro de 1936, revelou o interior do cinema em fase de conclusão e a comemoração antecipada pelo fim daquele processo que, se contabilizado a partir da fundação, já durava mais de dois anos (figura 3.3.4).

Durante a construção, uma fonte de recursos utilizada por Antonio Diederichsen consistiu no aluguel de áreas nos tapumes e andaimes montados junto às fachadas do prédio, especificamente em partes voltadas para a Rua General Osório e na esquina com a Rua Álvares Cabral, para anúncios publicitários.[246] A estrutura que serviu como suporte para a construção do Edifício Diederichsen também permitiu a divulgação de características da edificação, bem como de profissionais e empresas relacionados a ela. Entre as primeiras placas fixadas estava o anúncio das “obras do Predio Diederichsen” e o letreiro com o nome dos autores e endereço informado em São Paulo e Ribeirão Preto, localizado próximo à esquina entre as ruas Álvares Cabral e General Osorio. Além dela, uma outra placa, inicialmente colocada no topo da torre do elevador de carga, no ponto mais alto da construção, destacou novamente o nome dos profissionais, dessa vez junto à informação “cimento armado”. A partir de meados de 1935, a utilização dos Elevadores Atlas também foi anunciada no local. A indicação do uso de elevadores, bem como a referência ao material empregado, propagou a ideia de progresso associada à imagem daquela construção ainda emblemática, que crescia e se avolumava em meio às escoras e andaimes de madeira (figura 3.3.5).

---

[246] Foram fixadas propagandas de empresas ligadas a diversos ramos, como a casa de sedas Três Irmãos; transportadora C. Prota; manteiga Pesca; cerveja Creoula; fármacos Purgoleite e Guaraína; Bazar 21; jornal *Correio da Tarde*; depósito de materiais de construção Santo Antonio, de Alexandre Sette; cartazes com a programação atualizada dos filmes em exibição no Cine São Pedro; além do anúncio da agência *O Diffusor*, que administrava o aluguel daqueles espaços publicitários. O próprio Antonio Diederichsen, reconhecendo o alcance da divulgação que a estrutura verticalizada possibilitava, também a utilizou para promover a Exposição Ford, realizada pelo Antigo Banco Constructor. Esse cartaz esteve estirado na fachada da construção na Rua General Osorio ao menos entre os meses de março e setembro de 1935, sendo depois substituído por um anúncio do carro modelo Ford V8, também comercializado pela empresa (figura 3.3.3). A Exposição Ford foi iniciada em 16 mar. 1935 (EXPOSIÇÃO..., 1935, p. 12) e no último dia de janeiro de 1938 se iniciou a exposição dos novos modelos V8 (ULTIMO TYPO..., 1938, p. 27).

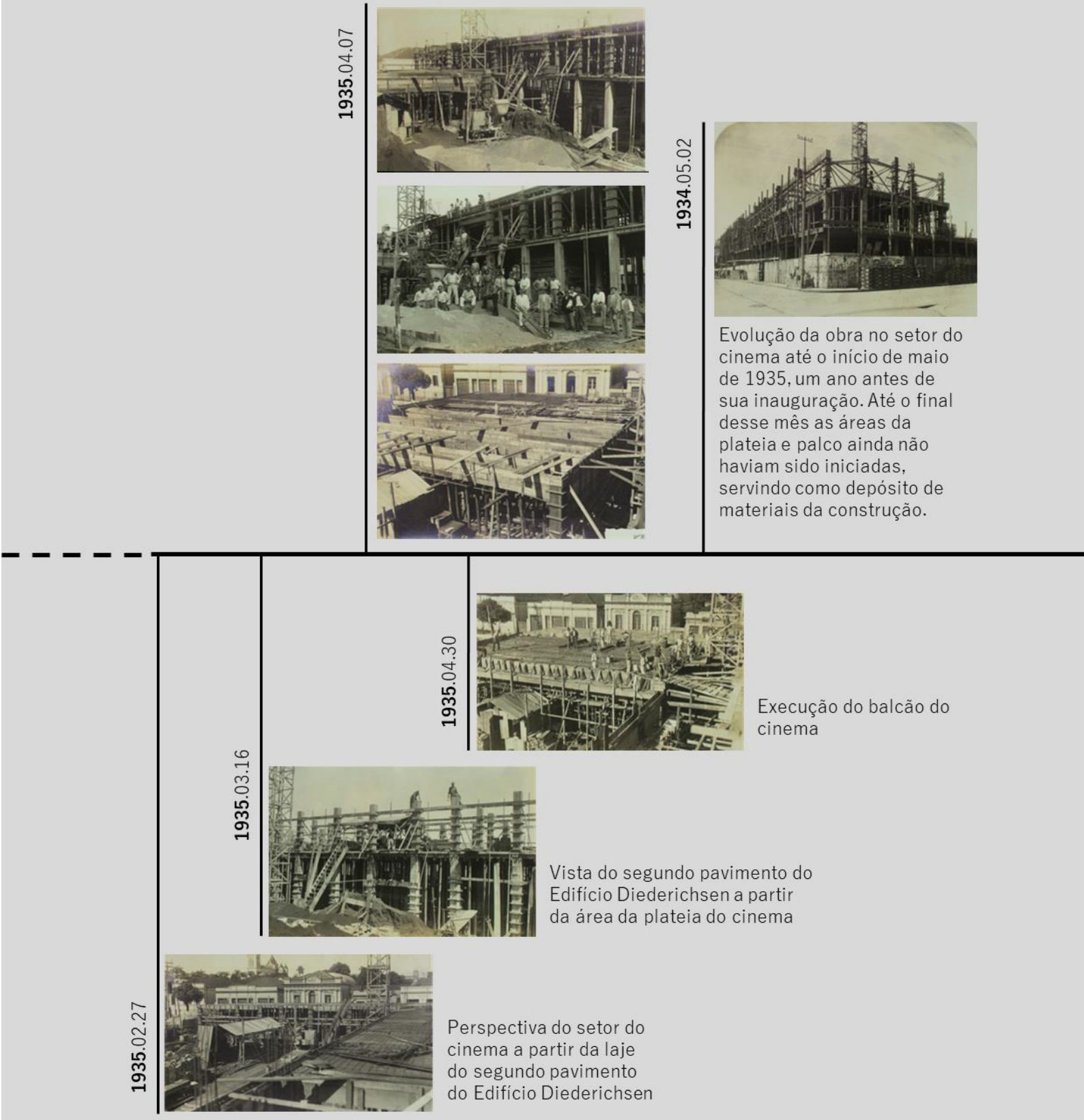


Figura 3.3.4 – Execução do setor do cinema do Edifício Diederichsen, entre fev. 1935 e jan. 1936.
Autor: Tatiana S. Gaspar
Fonte: APHRP, Álbum de construção Edifício Diederichsen.

1935.05.07

1935.05.21

Ao longo do mês de maio de 1935 foi realizada a vedação das paredes externas da plateia e palco do cinema com tijolo maciço cerâmico.

1935.07.04

1935.07.06

O engradamento de madeira do telhado do cinema foi realizado ao longo do mês de junho de 1935,, estando finalizado no início de julho de 1935. Nos primeiros dias desse último mês foi realizado o fechamento da cobertura com telha cerâmica do tipo francesa.

1936.01.06

Festa oferecida aos operários da construção civil que trabalhavam nas obras do Edifício Diederichsen, realizada no interior do cinema.



Figura 3.3.5 – Montagem com anúncios publicitários ou placas informativas fixadas nos andaimes da construção do Edifício Diederichsen ao longo de 1935, até fevereiro de 1936.

Autor: Gullaci Foto (registro fotográfico original). Editado por Tatiana S. Gaspar.

Fonte: APHRP, Álbum de construção Edifício Diederichsen.

Antonio Terreri, Paschoal de Vincenzo e Antonio Diederichsen também utilizaram outros recursos para se vincularem à imagem do edifício para além dos limites da cidade. Mesmo antes da construção estar finalizada, a representação da fachada principal, com maior extensão voltada para a Rua Alvares Cabral, foi transferida do projeto apresentado para aprovação na Prefeitura Municipal para anúncios publicitários desses profissionais e do empresário, em diversos jornais com circulação na capital paulista. A constante exposição dessa fachada rendeu ao edifício o apelido de "Martinelli deitado" (A CONCENTRAÇÃO..., 1935, p. 3), por sua grande massa construída ao longo de toda a face de um quarteirão (figura 3.3.6).

A escala daquela nova construção e, consequentemente, o destaque que o Edifício Diederichsen gradativamente assumiu na paisagem urbana de Ribeirão Preto, provocou grande fascínio daqueles que por ele passavam.[247] Assim como o Teatro Carlos Gomes concorreu com a Matriz da Praça XV de Novembro nos primeiros anos do século XX, algumas décadas depois foi a vez do Edifício Diederichsen mitigar o domínio da Catedral no céu da cidade. Implantada em terreno de cota elevada, na Praça 13 de Maio, o templo estava em um dos pontos mais altos de Ribeirão Preto até a construção do prédio de Antonio Diederichsen. Desde então, o prédio mais alto da cidade passou a ocultar parte da vista do edifício religioso (figuras 3.3.7) a partir da Praça XV de Novembro.

Uma perspectiva em especial atraía a população. Poder avistar a cidade do alto fez com que a última laje da construção se tornasse cobiçada até para visitas oficiais, como ocorreu em agosto de 1935, quando jornalistas representantes da Associação Paulista de Imprensa posaram para fotos no terraço do sétimo pavimento ainda com as formas de madeira (figura 3.3.8).[248]

---

[247] Uma notícia inusitada ilustra a admiração que provocava naqueles que transitavam pelo local. No início de maio de 1936, quando a construção já se encontrava parcialmente concluída, um jovem de Ribeirão Preto que havia fugido do Instituto Disciplinar de São Paulo foi preso em sua cidade natal "no momento em que admirava a praça XV e o Palacete Diederichsen" (FUGIU E FOI PRESO..., 1936, p. 9).

[248] Além de integrar o álbum de Gullaci, essa visita foi noticiada em diversos jornais do estado de São Paulo: jornais *Correio Paulistano* (ASSOCIAÇÃO PAULISTA..., 1935, p. 3; A CONCENTRAÇÃO..., 1935, p. 3), *Folha da Manhã* (A CONCENTRAÇÃO..., 1935, p. 16), *Correio de São Paulo* (ASSOCIAÇÃO PAULISTA..., 1935, p. 3). A programação intensa, ocorrida ao longo de dois dias, previa, ao final da primeira tarde, a reunião para um aperitivo no último andar do prédio Diederichsen. Certamente, a intenção era assistir ao pôr-do-sol. Antes, aproveitaram um churrasco oferecido na Chácara Antarctica e, na sequência, participaram uma sessão na Sociedade Recreativa, finalizando com um chá no Central Hotel.







Figura 3.3.6 – Enquanto o projeto aguardava por aprovação da administração municipal, os "constructores do Palacete Diederichsen em Ribeirão Preto", Antonio Terreri & Paschoal de Vicenzo, autodesignados "architectos e constructores", utilizaram a ilustração do edifício para informar que eram "especialistas em cimento armado e obras de arte" (acima). O desejo de relacionar a construção ao seu proprietário fez com que fosse anunciado com o nome "Edifício Antonio Diederichsen", em destaque em uma publicação em que os "constructores" Antonio Terreri e Paschoal de Vicenzo também foram divulgados (centro). Abaixo, na propaganda em que Antonio Diederichsen anunciou sua atuação como fornecedor de "machinas, ferragens, tintas automoveis e acessórios", a imagem do "Predio Diederichsen" foi certamente uma estratégia utilizada para reforçar a relação do empresário como proprietário do "magnífico arranha-ceo cuja construcção será terminada em agosto de 36", o que acabou não se concretizando.

Data: 11/1934 (acima), 07/07/1935 (centro), 15/12/1935 (abaixo)

Fonte: Revista *A Cigarra*, nov. 1934, n. 8, p. 152 (acima), *Folha da Manhã*, 07 jul. 1935, p. 27 (centro); *Correio Paulistano*, 15 dez. 1935, p. 30 (abaixo).



Figura 3.3.7 – À esquerda, terreno e residência do Cel. Quinzinho Junqueira, possivelmente vistos a partir do Hotel Central, antes da construção dos demais edifícios do Quarteirão Paulista. À direita, Edifício Diederichsen na etapa final da construção, quando estrutura e vedação externa estavam concluídas, encobrindo a vista da Catedral. Nas duas imagens, os edifícios vizinhos, na Rua General Osorio, permaneceram com a mesma configuração e usos comerciais.
Ano: não identificado, possivelmente entre 1926 e 1934 (à esq.); 27/09/1935 (à dir.)
Autor: não identificado (à esq.); Gullaci Foto (à dir.)
Fonte: Loja Maçônica Amor e Caridade. Disponível em: https://www.facebook.com/adonhiramitas/photos/a.1012121058828317/1387395764634176/?type=3&theater. Acesso em: 19/06/2020 (à esq.). APHRP, Álbum de construção Edifício Diederichsen (à dir.).

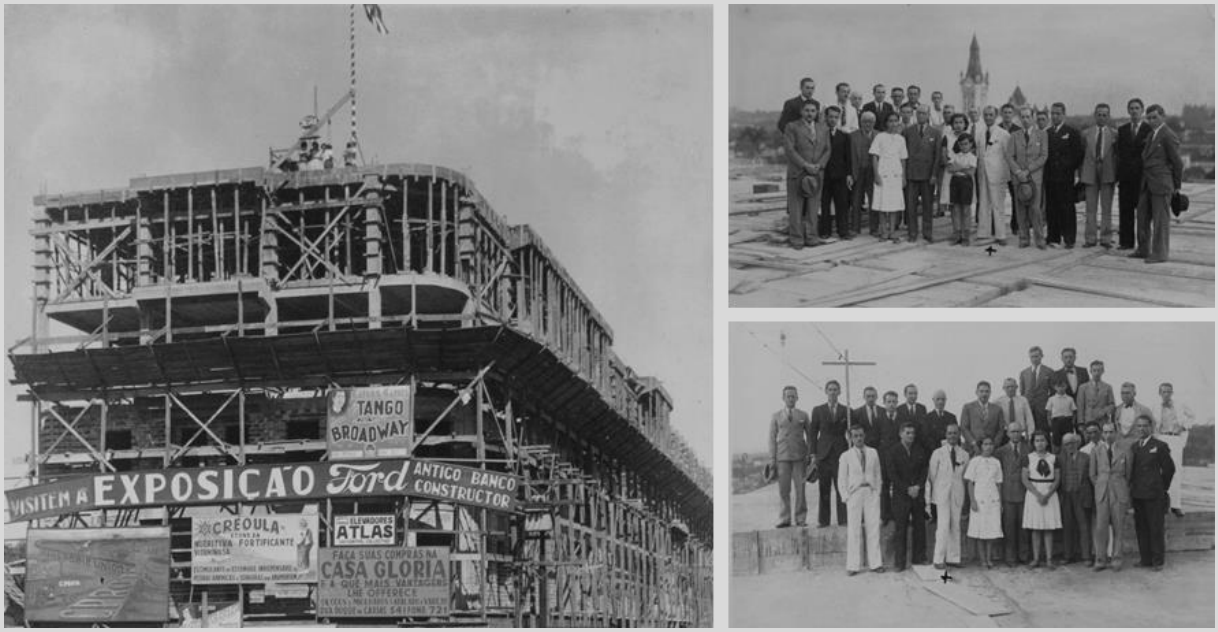


Figura 3.3.8 – Na primeira foto, à esquerda, observa-se um grupo de mulheres na última laje executada do Edifício Diederichsen, correspondente ao sexto pavimento. O registro foi feito em 9 de julho de 1935, ocasião que levou ao hasteamento da bandeira do estado de São Paulo em um mastro instalado no topo do prédio. As duas fotos menores, à direita, foram feitas um mês depois, no dia da visita dos representantes da Associação Paulista de Imprensa ao terraço do último pavimento do Edifício Diederichsen ainda em fase de execução. Os visitantes estavam acompanhados por membros da sociedade ribeirão-pretana e pelo Prefeito Municipal, Ricardo Guimarães Sobrinho.
Data: 09/07/1935 (à esq.); 10/08/1935 (à dir.)
Autor: Gullaci Foto
Fonte: APHRP, Álbum de construção Edifício Diederichsen.

A utilização do concreto armado, tão divulgada pelos autores do projeto e que permitiu a construção do Edifício Diederichsen com seus sete pavimentos, não era uma novidade em Ribeirão Preto. Desde a década de 1910 verificamos projetos que indicavam a presença desse material, também denominado como cimento armado, em edificações urbanas.[249] Ao longo da década de 1920 o uso do concreto armado foi disseminado em Ribeirão Preto como material construtivo de componentes estruturais em edificações com dois ou mesmo um só pavimento, como no caso de alguns edifícios do Antigo Banco Constructor.[250] Variava, no entanto, a forma de empregar o material, fosse como solução para reforço de elementos isolados, ou como parte do sistema estrutural principal do edifício, que aos poucos substituía a tradicional alvenaria autoportante.

A produção nacional do cimento a partir de meados da década de 1920 também contribuiu para a sua disseminação, resultado de um "intenso esforço de divulgação" (SANTOS; OLIVEIRA, 2008, p. 51) do produto em campanhas publicitárias que exaltavam a sua "tecnologia avançada".[251] Segundo Ficher (1994, p. 62), as pesquisas e testes

---

[249] O "Memorial para a Companhia Cervejaria Paulista de Ribeirão Preto", elaborado em 1913 pela Companhia Predial de Ribeirão Preto, descrevia a utilização do concreto armado em sapatas, colunas, baldrames, vigas, vergas, lajes e escadas (APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 192, 1913). Outro projeto, aprovado em 1916 para a Legião Brasileira, sem autoria, representou o detalhe executivo para consolidação do torreão do edifício (APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 37, 1916). Esse foi o primeiro indício do emprego da técnica que mesclou armaduras de ferro com massa aglomerante. Dois anos depois, o engenheiro Antonio Soares de Romeo calculou e detalhou a execução de pilares em "cimento armado" para o Hotel Modelo (APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 18, 1918).

[250] Em geral, em edifícios com apenas um pavimento o concreto foi utilizado como base para acomodar os alicerces e vergas acima de vãos como portas e janelas, atuando como parte de um sistema misto em que permanecia a alvenaria autoportante como estrutura principal de sustentação. Em construções com porão alto, ou implantadas em terreno acidentado, foi comum a construção de sapatas e pilares de concreto com armação de ferro, estendendo-se da fundação até o piso da edificação. Possivelmente, essa foi uma forma de garantir a segurança estrutural das edificações e assegurar sua aprovação, já que o artigo n. 50 do Código de Posturas proibia a construção em terrenos que não estivessem aterrados até o nível da calçada (RIBEIRÃO PRETO, 1921, p. 26). Em alguns desses casos, optou-se pela execução de lajes também de concreto, em substituição aos assoalhos com estrutura de madeira.

[251] A primeira norma técnica brasileira para o dimensionamento das estruturas de concreto armado foi publicada em 1940 (NB-1: cálculo e execução de obras de concreto armado). Anteriormente, outras regulações para o uso do concreto armado foram definidas a partir de estudos realizados pelo Instituto Brasileiro de Concreto, do Rio de Janeiro, pela Associação Brasileira de Concreto, ambos fundados em 1930, e pela Associação Brasileira de Cimento Portland, fundada em 1936 (SANTOS, 2008). Os profissionais, graduados ou não, também conseguiam instruções para a aplicação do concreto armado em projetos de edificações por meio de cursos realizados à distância. Santos e Oliveira (2008) verificaram anúncios de cursos por correspondência

realizados pelos laboratórios de tecnologia dos materiais, criados junto às escolas de engenharia, também tiveram importante papel no emprego do concreto armado no Brasil durante as primeiras décadas do século XX, uma vez que permitiam o "desenvolvimento de soluções técnicas inéditas pela formação de especialistas".

Nesse sentido, pode-se considerar que, em Ribeirão Preto, a atividade de profissionais procedentes da Escola Politécnica de São Paulo explicitou a influência da capital paulista e a relevância da formação profissional para a difusão do conhecimento técnico no uso do concreto armado na cidade — mesmo antes da aprovação do projeto dos edifícios do Quarteirão Paulista, concebidos por Hyppolito Gustavo Pujol Junior em 1928. A quantidade de informações e detalhes construtivos, bem como a qualidade da representação técnica, também diferenciam os projetos concebidos por esses profissionais naquele contexto.[252]

---

para cálculo de estruturas em concreto armado na revista *A Casa* que, segundo Malta (2016), chegou a ficar conhecida como "revista das construções modernas". A *Revista da Directoria de Engenharia*, publicada na capital federal a partir de 1932, também disponibilizou seções ao ensino de cálculo de estrutura em concreto armado. Além dela, a *Revista de Arquitetura*, criada em 1934 pela Escola Nacional de Belas Artes, na capital federal, dedicou uma seção de cada edição publicada ao longo dos seus primeiros anos à formação dos profissionais para o projeto de estruturas em concreto armado. Além do "Curso prático de calculo das estruturas em concreto armado", de autoria do engenheiro civil Anderson Moreira da Rocha, o periódico apresentava, desde as publicações iniciais, edifícios altos construídos com concreto armado, a reforçar a ideia de resistência e estabilidade estrutural proporcionada pelo material. Em 1934, primeiro ano da *Revista de Arquitetura*, ainda foram publicadas seções com instruções técnicas para a elaboração de cálculos de acústica, iluminação, instalações a gás, estabilidade à pressão do vento, estruturas lamelares, argamassa e alvenaria. Em 1936, o jornal paulistano *Folha da Manhã*, que possuía um "serviço especial" em Ribeirão Preto, divulgou que a obra "Concreto Armado", do "engenheiro formado pela Escola Polytechinica de São Paulo", Dr. Dario Cordovil, estava disponível para compra em uma livraria da cidade. Segundo a notícia, tratava-se de uma tabela "contendo as soluções ao calculo das pelas de secção rectangular, sujeitas á flexão simples, em concreto armado, com fácil applicação ao caso das vigas T ou lages nervuradas" (CONCRETO..., 1936, p. 26). O anúncio reforça a influência dos profissionais formados na capital que também atuavam no interior, como Dario, com diversos projetos aprovados em Ribeirão Preto a partir de 1923. Segundo a notícia, o manual tinha preço acessível e era indispensável para qualquer construtor que desejasse economizar tempo e material. A notícia parece indicar que, enquanto o Edifício Diederichsen era construído, o emprego do concreto armado ainda não era um conhecimento amplamente difundido entre os profissionais locais e que a maior obra da cidade pode ter contribuído para despertar o interesse de alguns construtores pela utilização desse sistema, levando à confecção e disponibilização de material instrutivo para esse fim em Ribeirão Preto.

[252] Embora não seja nosso objetivo analisar a formação e atuação de arquitetos no Brasil durante as primeiras décadas do século XX, também consideramos relevante a constatação de que, em Ribeirão Preto, durante esse período, os profissionais que se identificavam como engenheiros de fato possuíam a respectiva formação técnica, diferentemente dos arquitetos e construtores, que em geral eram profissionais não diplomados.

A necessidade de pisos resistentes e impermeáveis, em ambientes para uso industrial, depósitos e oficinas, ou mesmo em áreas molhadas de residências unifamiliares, parece ter colaborado com a difusão do concreto armado em Ribeirão Preto. Combinando a resistência do concreto à compressão, com a resistência à tração do aço, as primeiras edificações que utilizaram o concreto armado em Ribeirão Preto em muitos casos adotavam esse material para a execução de lajes e, consequentemente, para vigas de apoio. Mormente, esses elementos compuseram sistemas estruturais híbridos, em que as paredes ou alicerces de tijolo maciço cerâmico recebiam e distribuíam as cargas até o solo. Os pilares, quando presentes, eram geralmente ocultados em meio à alvenaria de tijolos. Apenas em cômodos para depósitos, armazéns, garagens ou, em certos casos, salões comerciais, essa estrutura estava aparente.[253]

No Memorial Descritivo do Edifício Diederichsen, o item intitulado "Concreto Armado" informou que a estrutura principal seria com "pilares verticaes, vigas de supporte, cintas de ligação, lages em todos os pavimentos, reservatórios de agua potável, bem como os de emergência, rampas das escadas".[254] Contudo, a planta de fundações foi a única peça gráfica do projeto que especificou e diferenciou a estrutura da construção, representada pela locação das sapatas, posição dos pilares e identificação de vigas baldrames.[255] A ausência de uma malha com espaçamentos regulares entre os pilares

---

[253] Cabe destacar que, em 1925, enquanto estudante da Escola Superior de Architetura de Roma, Rino Levi escreveu artigo para o jornal *Estado de São Paulo* sobre "a architectura moderna", no qual defendia que a estrutura não fosse mascarada para "conseguir efeitos que no mais das vezes são desproporcionados ao fim, a que constituem sempre uma coisa falsa e artificial" (A ARCHITECTURA..., 1925, p. 6).

[254] APHRP, Coleção Terreri.

[255] O Memorial também descrevia o traço do concreto, com "conglomerados de areia lavada, pedra britada nº 1 e cimento na proporção de 1 x 3 x 3", e informava genericamente que as barras de "ferro laminado" teriam "secções necessárias ao calculo de resistência e respectivas sobre-cargas". Segundo o *Memorandum* da obra, os cálculos foram baseados nas seguintes hipóteses: "trabalho do concreto armado em compressão, trabalho do ferro em tensão, sobrecarga para os escriptórios, sobre carga para o cinema, peso da alvenaria e peso próprio do concreto armado" (APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 95, 1934). Esse documento apresentava os cálculos de 17 lajes a partir do segundo pavimento, sendo 16 delas com espessura de 8 cm e uma com 9 cm. No total, foram calculadas 24 vigas, algumas com diversos vãos, e seções que variavam entre 12 e 15 cm de largura, e alturas entre 31 até 61 cm, dependendo dos vãos e das cargas que suportavam. Apenas as vigas do cinema, com maiores vãos, em alguns casos chegavam a 1,5 m de altura ou 95 cm de largura. Ao final do *Memorandum*, Antonio Terreri também apresentou os cálculos para dimensionamento de seis "vigas cintas do alicerce" e as dimensões das seções e armaduras de 118 pilares, agrupados em sete grupos distintos. Essas seções, sempre quadradas, tinham suas dimensões reduzidas a cada pavimento a partir do primeiro, iniciando com 32, 38, 40, 42, 45 ou 48 centímetros, e chegando

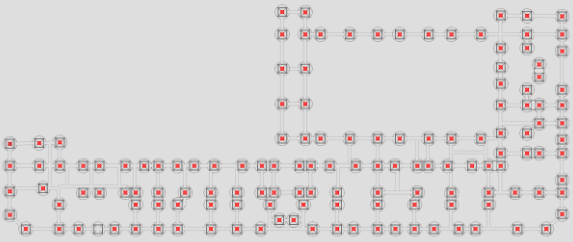
(figura 3.2.13) ainda evidenciou que, assim como na sequência de apresentação do projeto para a Prefeitura Municipal, a especificação da estrutura pode ter ocorrido após a definição dos compartimentos no projeto de arquitetura em aprovação.

A adoção do sistema estrutural com pilares, vigas e lajes em concreto armado, garantiu sua autonomia em relação à alvenaria de vedação interna e externa, executada com tijolos.[256] No entanto, embora a alvenaria não possuísse qualquer função estrutural, o projeto manteve, predominantemente, a sobreposição de paredes ao longo dos pavimentos acima do térreo (figura 3.3.9). Mas, ainda que a estrutura não tenha atuado como principal ordenadora dos compartimentos internos da edificação, o espaçamento entre os pilares parece ter condicionado a disposição das aberturas externas e foi importante para garantir a estabilidade dos volumes e ornamentos de viés Art Déco incorporados às fachadas do Edifício Diederichsen voltadas para as vias públicas.

---

a 20, 22 ou 25 cm no sexto pavimento. O Memorial Descritivo, por sua vez, não informou o número de pilares, garantindo apenas que seriam "em numero necessário" e que "de forma alguma ditos pilares terão coeficiente menor, e terão a secção necessária ao calculo de resistência e estabilidade de acordo com o Codigo Saboya". Esse Código (SÃO PAULO, 1929) possuía uma seção específica sobre materiais e alvenaria, onde se especificava o uso de tijolos, areia, cal, cimento, argamassas, concreto, madeira, ferro e aço. Incluía, ainda, uma seção sobre sobrecargas e coeficientes para os diferentes materiais e sistemas construtivos, além de capítulo destinado a apresentar os parâmetros para o uso do concreto armado. Segundo as informações do *Memorandum* do Edifício Diederichsen, os pilares representados na planta de fundações tinham continuidade até a última laje do edifício. Entretanto, essa planta representava 142 pilares, o que indica que alguns não tiveram continuidade ao longo de todos os pavimentos. Outro aspecto, verificado no corte esquemático junto ao cálculo dos pilares apresentado no *Memorandum*, foi a representação de apenas seis pavimentos acima da fundação (figura 3.2.12), sugerindo que a estrutura de concreto armado não chegava até a cobertura do último pavimento. O *Memorandum* da construção ainda informa que, na fundação, esses pilares teriam "profundidade necessária até encontrarem a camada de rocha para obter um coeficiente de gravidade de 6Kg/cm²".

[256] APHRP, Coleção Terreri. A descrição não informa detalhes desse material, informando apenas que "todas as paredes serão de alvenaria de tijolos de primeira ordem", conforme espessuras representadas no projeto aprovado. Para o assentamento do tijolo se especificou o uso de "argamassa de cal virgem em pasta e areia lavada do Rio Pardo, na proporção de 1 x 3". Ao definir os requisitos mínimos para segurança no emprego de tijolos, o Código de Obras Arthur Saboya considerou que poderiam "ser de barro, silico-calcareo ou de cimento" e teriam, no mínimo, as seguintes dimensões: 27 x 13 x 6 cm. As fotos de construção do Edifício Diederichsen revelam a utilização de tijolos de barro na área do cinema e tijolos furados no restante da edificação (figura 3.3.3). Esses últimos eram considerados tijolos com menor resistência e por isso só poderiam "ser empregados nas partes não submetidas a cargas, como tabique e enchimentos" (SÃO PAULO, 1929). Destaque-se que nenhum pilar foi representado nas plantas e cortes dos pavimentos, dando a entender que seriam ocultados pelas alvenarias da fachada e paredes divisórias internas.



Planta de Fundação do Edifício Diederichsen, com pilares destacados em vermelho.

Figura 3.3.9 – Locação dos pilares (em vermelho) no térreo, terceiro e quinto pavimentos (lojas, escritórios e apartamentos, respectivamente), segundo projeto do Edifício Diederichsen.

Autor: Tatiana S. Gaspar | **Fonte:** APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 95, 1934.

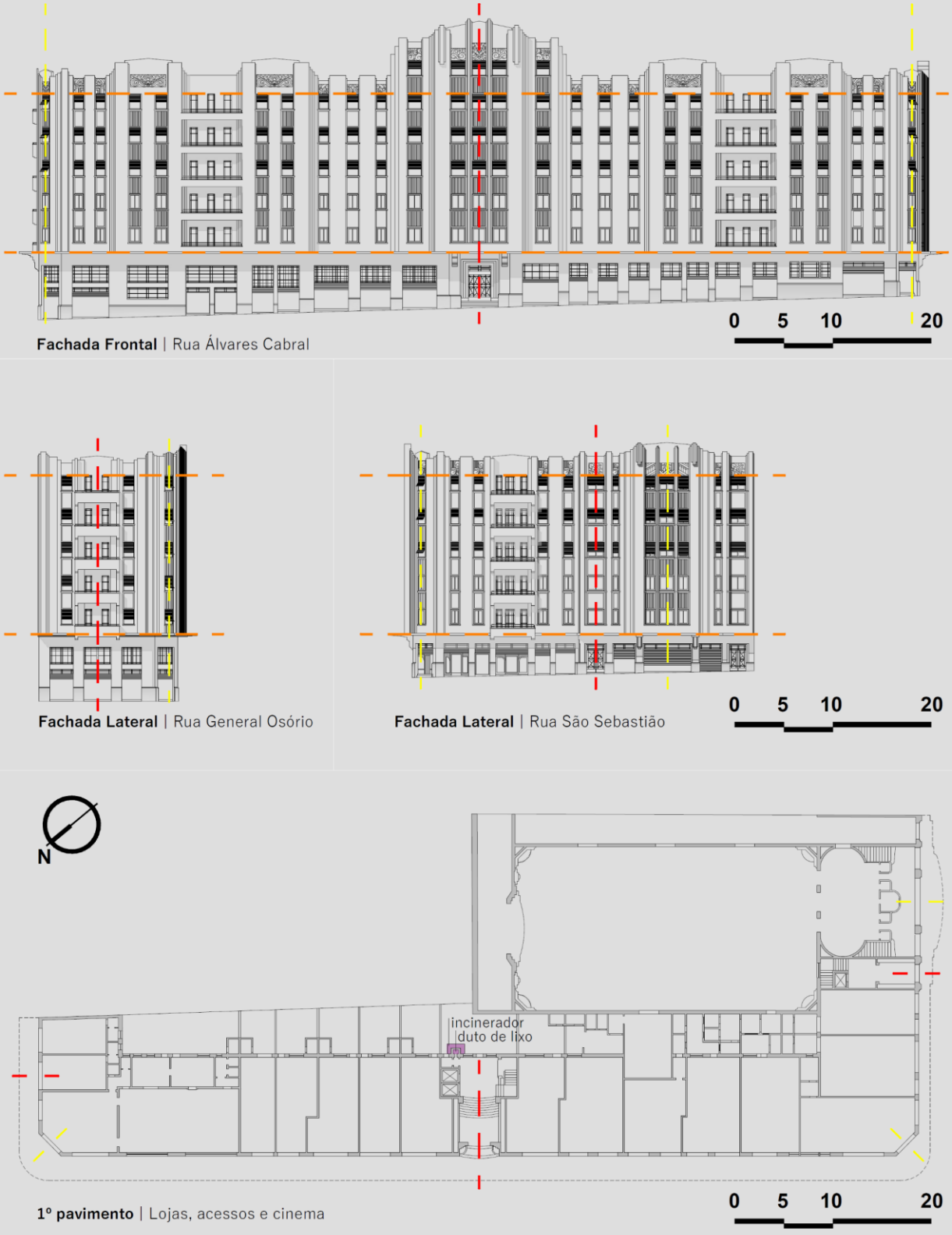


Figura 3.3.10 – Composição das fachadas a partir das diferentes configurações assumidas pela base, corpo e coroamento do prédio (linhas horizontais laranjas). Eixos verticais demarcando os principais acessos (linhas vermelhas) e conferindo ênfase às esquinas e à entrada do cinema (linhas amarelas). Prumada do duto de lixo nos pavimentos e incinerador de lixo indicados na planta do pavimento térreo.

Autor: Tatiana S. Gaspar

Fonte: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 95, 1934.

Essas fachadas, assim como as plantas dos pavimentos, reproduziram com conservadorismo algumas regras de composição do método *Beaux-Arts* (CORREIA, 2008, 2010): valorização dos acessos, simetria entre as aberturas voltadas para o exterior e axialidade na disposição das circulações, sobretudo a horizontal, que hierarquizou o setor frontal em oposição aos fundos da edificação (figura 3.3.10). Nesse sentido, as semelhanças com as plantas do projeto do Palacete Souza Queiroz, de 1929, em Campinas (figura 3.1.12), são inegáveis. Contudo, no Edifício Diederichsen os usos não se limitaram apenas ao comércio e à prestação de serviços.[257] Assim como proposto pela Cia. Cervejaria Paulista para o Quarteirão Paulista, projetado em 1928 em Ribeirão Preto, o programa do Edifício Diederichsen abrangeu também o setor cultural, além da prestação de serviços, do comércio e da habitação, não apenas temporária, como hotel, mas também permanente, em apartamentos residenciais com variadas tipologias.

Outros aspectos do projeto do Edifício Diederichsen se alinharam a vertentes racionalistas propagadas pela Arquitetura Moderna. “Modernos recursos técnicos” (CARTA DE ATENAS, 1933) foram utilizados não só para a sua verticalização, com estrutura em concreto armado, mas também para permitir a configuração de outros espaços ainda pouco usuais, até aquela época, em Ribeirão Preto.[258] A proposta de um terraço descoberto sobre parte da laje de concreto em toda a extensão do último pavimento exigiu o emprego de técnicas e materiais específicos para a sua impermeabilização, em alguns casos até importados, como o “betume extrangeiro”.[259]

---

[257] A semelhança entre as fachadas do Edifício Meira Júnior e do Palacete Souza Queiroz, de 1928 e 1929, respectivamente, reforçam a predominância da influência eclética de característica classicizante na produção de edifícios representativos da região paulista até o final da década de 1920.

[258] A Carta de Atenas (1933) menciona, especificamente, a verticalização acima de seis pavimentos permitida pelo uso de aço ou cimento armado, em substituição às construções erigidas até o século XIX, com “pedras, tijolos ou tabiques de madeira e tetos construídos com viga de madeira”. No século XX, o uso dessas novas tecnologias já permitia a construção de edifícios com “sessenta e cinco pavimentou ou mais”. Ainda que o Edifício Diederichsen possua apenas sete pavimentos, o prédio ultrapassou o gabarito que predominava na cidade até então e estabeleceu um novo limite construtivo a partir do emprego do concreto armado.

[259] APHRP, Coleção Terreri. O Memorial Descritivo da obra possuía um item exclusivamente dedicado a apresentar as soluções empregadas para o “Terraço Superior”, com largura de 4,2 metros: “dito terraço será impermeabilisado com feltro betuminoso da espessura de 4 m/m, com juntas sobrepostas de 5 c/m. sendo dito feltro colocado sobre uma superfície lisa de cimento ‘Pudlo’ ou ‘Cika’ com pixe; sobre essa iimpermeabilisação se farão lages de cimento impermeável da espessura de 28 m/m e de tamanho variado de 0,50 x 0,50 ou de 0,70 x 0,70 de acordo com a superfície e critério do archetecto. As ditas lages terão as juntas abertas de 1 c/m de largura para o movimento de dilatação, e essas juntas serão preenchidas com massa de

A disposição dos cômodos no interior do Edifício Diederichsen também respondeu a uma importante preocupação moderna com a insolação no interior da moradia: “o sol, que comanda todo crescimento, deveria penetrar no interior de cada moradia, para espalhar seus raios, sem os quais a vida se estiola” (CARTA DE ATENAS, 1933). Nesse aspecto, o projeto também esteve alinhado ao Código Arthur Saboya (1929), que dedicou uma das seções do capítulo sobre as condições gerais do projeto para apresentar os requisitos mínimos a serem atendidos para a insolação, iluminação e ventilação dos compartimentos.[260] No capítulo seguinte, sobre as condições particulares do projeto, outra parte da seção sobre as condições gerais dos compartimentos reforçou a importância da iluminação e ventilação: “cada compartimento, seja qual fôr o seu destino, deve ter uma porta ou janela, pelo menos, em plano vertical, abrindo diretamente para a via pública, saguão, área ou suas reentrâncias” (SÃO PAULO, 1929).

A altura do edifício, vinculada à diversidade de usos e à densidade de ocupantes que abrigava, também demandou por instalações específicas para o seu funcionamento e só foram possíveis devido à oferta de infraestrutura pública nessa área da cidade.[261] Todos os pontos de esgoto foram ligados à rede geral da cidade, o que certamente gerou grande impacto na capacidade instalada desse sistema urbano. Para o fornecimento de água potável no interior dos compartimentos, foi necessária instalação de uma bomba elétrica que enviava a água do reservatório inferior, de emergência, até os reservatórios superiores, instalados em partes que permaneceram cobertas no último pavimento, sendo a partir de lá distribuída para os pontos de água da edificação. Todo o lixo do prédio também seria recolhido pelo serviço de coleta urbana, realizado ainda em carroças. Para tanto, o prédio contava com um forno incinerador no andar térreo para queimar todo o lixo descartado pelos demais pavimentos através de “box” instalados em cada andar (figura 3.3.10).[262]

O Memorial Descritivo do Edifício Diederichsen ainda listou outros serviços a serem

---

betume extrangeiro. Ao redor das paredes se fará um rodapé de 0,20 de altura, com ângulos redondos, com o mesmo material das lages e respectivas juntas de dilatação”. Como veremos adiante, ainda assim essa área acabou sendo coberta em 1938, um ano depois da sua conclusão, após apresentar problemas de infiltração.

[260] Definiam-se parâmetros e índices para os cálculos de insolação de acordo com a implantação da edificação e sua orientação solar, em compartimentos destinados à permanência diurna ou noturna.

[261] Sobre esse aspecto, é importante ressaltarmos que o lote em que o Edifício Diederichsen foi construído estava incluído entre as primeiras áreas urbanas a receber a iluminação pública (figura 1.1.2) e instalação de água e esgoto (figura 1.2.2).

[262] APHRP, Coleção Terreri.

instalados para a conveniência dos ocupantes. Essas comodidades se vinculavam ao contexto dos anos 1930, combinando os efeitos da já consolidada "Revolução Científico-Tecnológica", à industrialização brasileira no pós 1929 e aos "novos padrões de consumo" propagados pela mídia (SEVCENKO, 2012, p. 37). A previsão de pontos de eletricidade em áreas coletivas e privativas no interior do prédio permitiu que o Edifício Diederichsen fosse equipado com máquinas, eletrodomésticos, iluminação, campainhas, telefones, rádios e elevadores. Segundo o Memorial, grande parte desses equipamentos seria fornecida pelo proprietário, como os "lustres, plafoniers, arandelas, abat-jours, castiçaes e lâmpadas, e demais acessórios necessários á iluminação do predio". Considerando alguns dos produtos comercializados pelo Antigo Banco Constructor, podemos supor que diversos equipamentos foram fornecidos pela própria empresa de Antonio Diederichsen, mas Antonio Diederichsen também recorreu à empresa Força e Luz de Ribeirão Preto, que lhe enviou um orçamento de 475 "globos BRASIL", fornecidos pela General Eletric S. A. para a instalação em diversos compartimentos do segundo, terceiro, quarto, quinto e sexto pavimentos do Edifício (figura 3.3.11). Antes de descrever as especificações da luminária, a empresa reforçou que sua definição foi "baseada rigorosamente na téchina da boa iluminação" e informou que modelos de globos escolhidos eram os "mais apropriados para as diversas salas dos pavimentos referidos", sendo "dotados de um rendimento illuminante muito alto", derivados de suas características exclusivas.[263]

---

[263] Sejam elas: "São fabricados com um vidro especial, de nome 'luzopal', patente da fabrica General Eletric. Este vidro possue uma durabilidade indefinida, devido ao seu coefficiente de dilatação pelo calor da lâmpada ser igual em todas as partes do globo evitando assim as trincas e quebras tão comuns nos globos similares ao GE que evidentemente não podem ser fabricados com o vidro 'luzopal'. Este vidro patenteado, absorve muito pouco a luz da lâmpada, produzindo uma luz muito branca. Acresce dizer que embora a parede do globo seja fina, o que é uma vantagem para o rendimento, não existe offuscamento, a luz sendo perfeitamente diffusa e muito agradável. A forma do globo é tal de modo a produzir uma perfeita distribuição de luz, com o aproveitamento máximo da fonte luminosa que é a lâmpada. Além desses factores que proporcionam alta efficiencia sob o ponto de vista illuminante, o formato d'este globo por nós escolhido é bastante elegante e moderno seno o mais recomendado para prédios do typo do Diederichsen". APHRP, Coleção Terreri, Orçamento para o fornecimento e installação de globos para illuminação do Predio Diederichsen, grafia original. O documento foi feito pela Empresa de Força e Luz de Ribeirão, em 2 dez. 1935, e está arquivado na pasta em que constam o "Contrato de Empreitada entre Terreri & De Vincenzo (empreiteiros) e Antonio Diederichsen (proprietário)" e o "Memorial Descriptivo da Construcção do Predio Diederichsen". O orçamento não considerou o primeiro pavimento, que seria alvo de "orçamento posterior" e o salão do restaurante no sexto pavimento, destinado ao hotel, para o qual ainda não havia definição dos tipos de aparelhos.

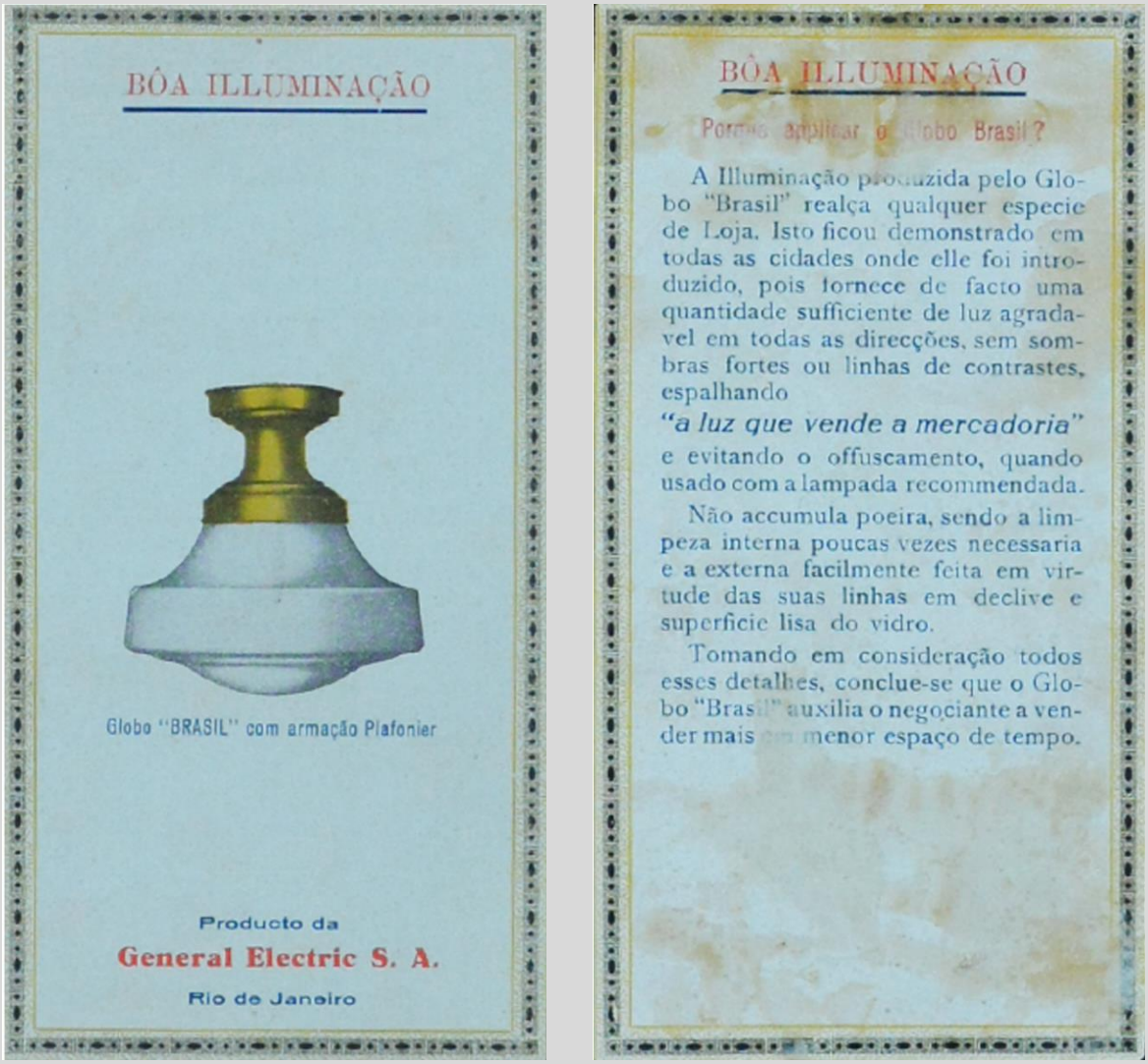


Figura 3.3.11 – Encarte do Globo Brasil constante no orçamento para fornecimento e instalação de globos para iluminação do Predio Diederichsen. Além da ilustração, o encarte foi acompanhado do texto: "Bôa Illuminação – Porque aplicar o Globo Brasil? A Illuminação produzida pelo Globo 'Brasil' realça qualquer espécie de Loja. Isto ficou demonstrado em todas as cidades onde elle foi introduzido, pois fornece de facto uma quantidade suficiente de luz agradavel em todas as direcções, sem sombras fortes ou linhas constrastes, espalhando 'a luz que vende a mercadoria' e evitando o ofuscamento, quando usado com a lâmpada recomendada. Não acumula poeira, sendo a limpeza interna poucas vezes necessária e a externa facilmente feita em virtude das suas linhas em declive e superfície lisa do vidro. Tomando em consideração esses detalhes, conclue que o Globo 'Brasil' auxilia o negociante a vender mais em menor espaço de tempo". O orçamento contabilizou a instalação completa (com lâmpadas, plafoniers, florões de madeira, tampas para caixas de ligação e parafusos) de 475 globos desse modelo, para o segundo, terceiro, quarto, quinto e sexto pavimentos. No total, foram especificados 157 globos com a dimensão 9x4", 282 globos 12x6" e 36 globos 14x6". O segundo e terceiro pavimentos, de escritórios, receberam 12 globos 9x4", 124 globos 12x6" e 24 globos 14x6". Os dois pavimentos acima, com apartamentos, receberam 106 globos com 9x4", 104 com 12x6" e 10 com 14x6". No hotel foram utilizados 39 globos com 9x4", 54 com 12x6" e 2 com 14x6". O quantitativo de cada pavimento faz supor que o globo menor foi utilizado nos compartimentos de sanitários e o maior para as áreas coletivas, ficando os demais estabelecidos para as salas e quartos. O primeiro pavimento, com lojas, e o restaurante do hotel, no sexto pavimento, não fizeram parte do orçamento.
Fonte: APHRP, Coleção Terreri.

As qualidades estéticas e funcionais do globo Brasil também foram alvo de argumentação, com críticas aos modelos ditos “modernos somente pela extravagancia”:

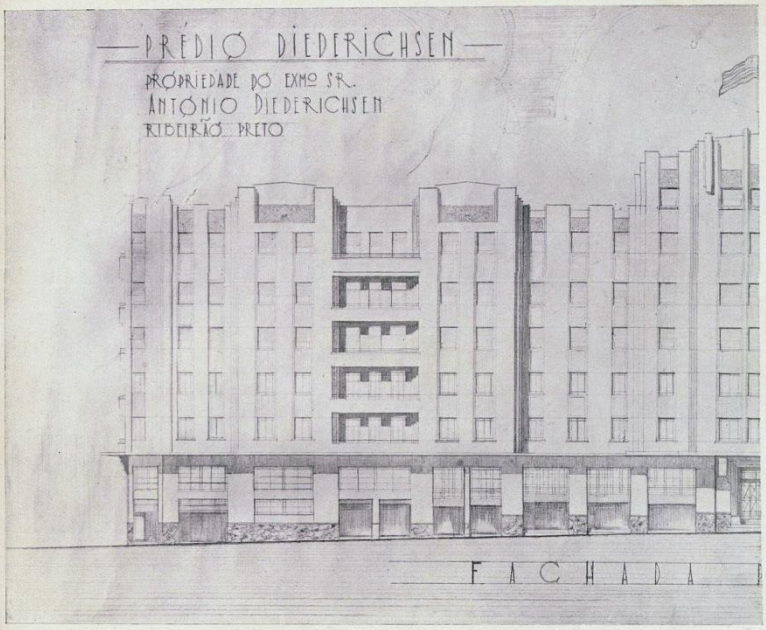
> (...) a efficiencia está sempre alliada a bôa proporção. N’este sentido é muito comum verificarem-se em nosso paiz, construcções que pretendem ser modernas somente pela extravagancia da sua apparencia feitas com o único intuito de se differenciarem das outras e que por isso quase sempre não obedecem a nenhum principio recomendado pela techinica. Essas instalações extravagantes cujos originadores corajosamente baptisaram de “modernas” representam uma fonte permanente de prejuízo, pois, não proporcionam o que d’ellas se pretende tirar, isto é: bôa iluminação. Nem mesmo a esthetica deixa de ser sacrificada. A principio são julgadas por alguns como originaes pela forma arbitraria que apresentam os apparelhos desenhados segundo o gosto e extravagancia de cada projectista, porem, muito cedo cançam pela monotonia e dalta de elegância de suas linhas.
> Os aparelhos que estamos oferecendo são realmente modernos pois, representam a ultima creação de uma fabrica especializada, e por isso são efficientes, de custo baixo, de apparencia sóbria porém elegante[264]

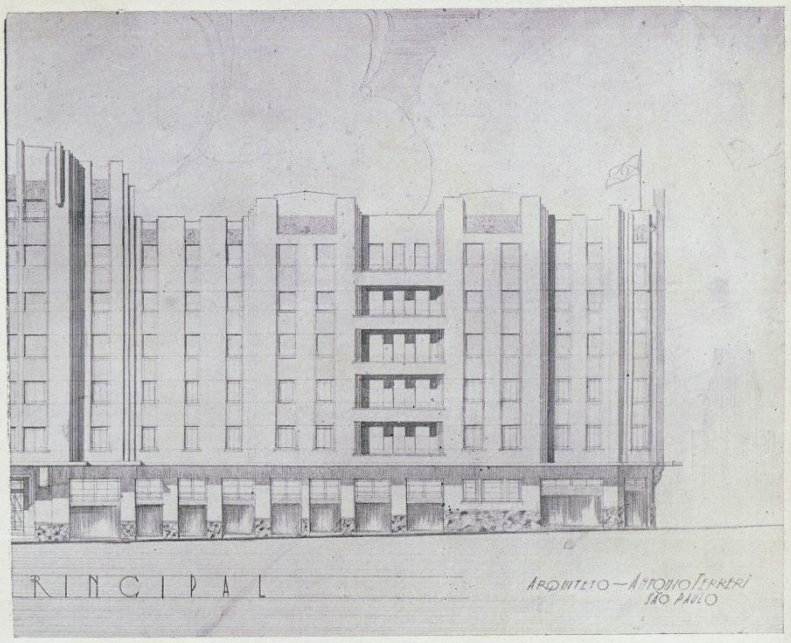
O fato de ser um objeto fabricado no Brasil também mereceu destaque como uma vantagem para a escolha do produto. O texto advertiu que, no caso de “quebra acidental” ou extensão das instalações, novas luminárias iguais àquelas poderiam ser adquiridas diretamente na fábrica. Como argumento final, informou-se que o mesmo modelo de globo houvera sido usado no Edifício Ramenzoni (Palácio Columbus), descrito como “o prédio mais luxuoso de apartamentos da cidade de S. Paulo” e “verdadeiro modelo de construcção moderna e eficiente”.[265] A escolha do proprietário e construtor pelo modelo e marca teria sido baseada nas “vantagens de ordem econômica e esthetica, isto é aparelhos eficientes, de baixo custo, simples e elegantes”, em relação aos “aparelhos que tivessem o único característico de se differenciarem de qualquer typo de difusor até aquella data usado”. Mais uma vez, aspectos técnicos foram associados à ideia de modernidade e eficiência funcional e econômica, sendo esses requisitos importantes para a construção de edifícios altos naquele contexto.

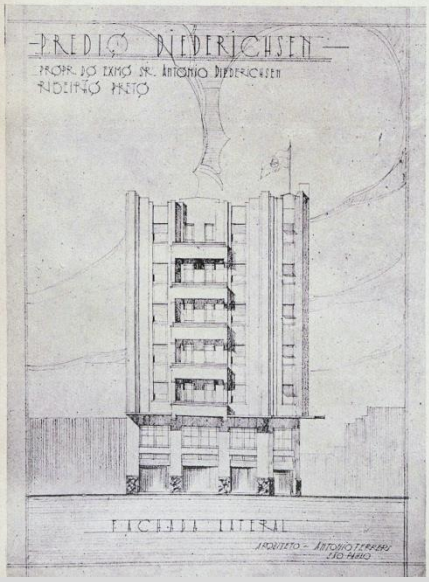
---

[264] APHRP, Coleção Terreri, Orçamento para o fornecimento e installação de globos para illuminação do Predio Diederichsen.

[265] O Edifício Columbus foi concebido por Rino Levi e construído com dez andares, em 1934. Para Pinheiro (2008), foi um “exemplo precoce de edifício residencial de porte em São Paulo” e seu projeto refletia a busca do autor por qualidade e racionalidade na concepção espacial, funcional e plástica da construção.







Um Marco de Civilisação

No Hinterland Paulista - O palacete Diederichsen que está sendo construido no ponto mais central de Ribeirão Preto

Cidade eminentemente moderna, Ribeirão Preto não poderia ficar aquem das mais importantes do nosso paiz. Os seus predios, todos vistosos e feitos de accôrdo com a technica moderna vão substituindo aos poucos o casario que ainda relembra a época das primeiras levas, na corrida do fim do seculo XIX, para o novo El-Dorado que então surgia esplenderoso e fascinante.

O centro commercial da cidade possue o Quarteirão Paulista, digno de figurar em qualquer capital do Paiz. Agora, está sendo construida numa das faces da bellissima Praça XV, um edificio de proporções grandiosas, e que dará um aspecto modernissimo á cidade. E' o Palacete Diederichsen, de propriedade do senhor Antonio Diederichsen, industrial e agricultor aqui residente, com sete andares, medindo pela rua Alvares Cabral, 90 metros frente para a rua São Sebastião, 35 metros.

O andar terreo será occupado por 18 lojas para fins diversos, um cinetheatro com capacidade para 1.600 pessoas e que será um dos mais completos do Estado, um restaurante, um bar e confeitaria, e um café.

Os 1º e 2º andares serão occupados com 120 salas destinadas á escriptorios, e os restantes, appartamentos confortabilissimos, sédes para sociedades diversas e demais dependencias.

O serviço de electricidade será o mais perfeito, constando de aquecimento nos dias frios, fogões, refrigeradores, venticapres, radios e o predio terá installação para 214 aparelhos telephonicos, automaticos, com centro proprio e rêde directa ao centro da Empresa Telephonica. Os elevadores será em numero de oito approximadamente.

Occupa o predio em cons-

(Continúa no fim da revista)

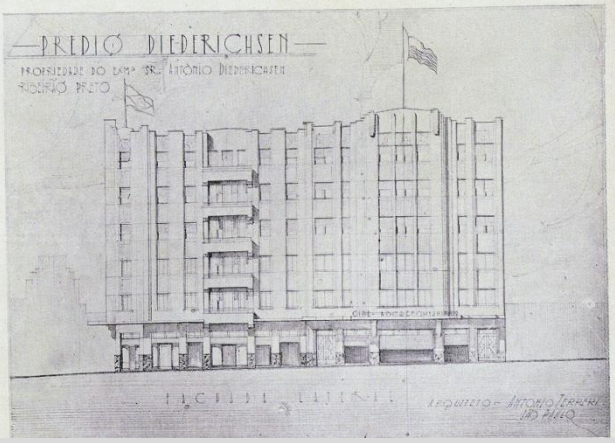


Figura 3.3.12 – Artigo publicado na revista *A Cigarra*, do Rio de Janeiro: "Um Marco de Civilisação no Hinterland Paulista – O Palacete Diederichsen que está sendo construído no ponto mais central de Ribeirão Preto".
Fonte: Revista *A Cigarra*, nov. 1934, n. 8, p. 96-97. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/003085/18336. Acesso em: 18/06/2020.

Corroborou com essa reflexão uma reportagem especial do periódico paulistano *A Cigarra*, que, em novembro de 1934, dedicou uma seção à construção do "edifício com sete andares" no "Hinterland Paulista" (UM MARCO..., 1934, p. 96, grafia original). O edifício foi nomeado como "Palacete Diederichsen" e apresentado pelas três fachadas públicas concebidas por Antonio Terreri e Paschoal de Vincenzo (figura 3.3.12).

O texto alegou que o prédio daria "um aspecto moderníssimo á cidade" que já era "eminentemente moderna", e que, portanto, "não poderia ficar aquém das mais importantes" do país. Antes de pormenorizar as características da edificação, narrou as condições gerais da cidade naquele contexto e, especificamente, do local em que o Edifício Diederichsen foi implantado, no "ponto mais central de Ribeirão Preto":

> Os prédios vistosos e feitos de acordo com a technica moderna vão substituindo aos poucos o casario que ainda relembra a época das primeiras levas, na corrida do fim do século XIX, para o novo El-Dorado que então surgia esplendoroso e fascinante.
> O centro comercial da cidade possue o Quarteirão Paulista, digno de figurar em qualquer capital do Paiz. Agora, está sendo construída numa das faces do da belíssima Praça XV, um edifício de proporções grandiosas (...) medindo pela rua Alavres Cabral, 90 metros frente para a rua São Sebastião, 35 metros (UM MARCO..., 1934, p. 96, grafia original).

Além de descrever o programa de usos e quantificar o número de dependências em cada pavimento, citando, inclusive, a capacidade de ocupação do cine-theatro que seria "um dos mais completos do Estado", o artigo detalhou com entusiasmo e certo exagero todas as comodidades que a edificação ofereceria após a conclusão:

> O serviço de electricidade será o mais perfeito, constando de aquecimento nos dias frios, fogões, refrigeradores, venticapres, rádios e o prédio terá installação para 214 aparelhos telefônicos, automaticos, com centro próprio e rêde directa ao centro da Empresa Telephonica. Os elevadores será em numero de oito aproximadamente.
> Occupa o prédio em construcção uma área de 9.000 metros quadrados, estando orçado em 4.800:000$000.
> Foram introduzidos melhoramentos de grande valia para um prédio dessa natureza, taes como forno para incineração de resíduos, e em todos os andares haverá uma caixa para correspondencia. (UM MARCO..., 1934, p. 97 e 153, grafia original).

O "Palacete" foi celebrado como uma iniciativa do "espirito altamente

empreendedor” de Antonio Diederichsen, considerado um “industrial de larga visão” que, conhecedor das possibilidades de Ribeirão Preto, previu um “futuro promissor” à cidade em que se instalara havia mais de 40 anos (UM MARCO..., 1934, p. 153). A evolução dos seus negócios derivados do Antigo Banco Constructor não foi menos exaltada. O “paulista”, como foi referenciado no texto, chegou a receber a alcunha de “continuador da obra formidável dos Bandeirantes” devido aos estabelecimentos que criou na cidade a partir dos primeiros anos do século XX, quando a “villazinha de [1]872 deixava as vestimentas rudimentares para se cobrir das sedas que a civilização trazia com a estrada de ferro e com o progresso” ((UM MARCO..., 1934, p. 153). Foram consideradas provas da dívida de Ribeirão Preto com Antonio Diederichsen as suas “instalações extraordinárias”, contando com “exportação e importação, agencia de automóveis, Ford, officinas mecânicas, serraria, fundição, posto de serviço, deposito de machinas e mais uma serie interminável de pequenas industrias acessórias” (UM MARCO..., 1934, p. 153, grafia original).

Contudo, apesar da importância econômica e social galgada por Antonio Diederichsen ao longo dos mais de 30 anos atuando como comerciante, industrial e prestador de serviços em Ribeirão Preto, foi apenas a partir da construção do Edifício Diederichsen que seu reconhecimento extrapolou os limites locais. Amplamente publicizado em jornais e revistas da capital paulista e até mesmo na capital federal, essa edificação parece ter arrematado um aspecto importante para o seu prestígio enquanto pertencente à categoria dos industriais paulistas que materializaram seu poder nos edifícios altos que construíram, nas primeiras décadas do século XX, e que carregaram seus sobrenomes. Nesse sentido, a relação entre a iniciativa particular de Antonio Diederichsen para a produção de uma propriedade rentista privada e sua contribuição para o desenvolvimento urbano, parece ter encontrado correspondência imediata na imponência assumida pelo Edifício Diederichsen, que desde a sua construção pode ser avistado e admirado por toda a cidade, como também nos múltiplos usos que comportou, permitindo que fosse usufruído de diferentes formas pela população de Ribeirão Preto.

CAPÍTULO 4

EDIFÍCIO DIEDERICHSEN: PROGRAMA, COMPOSIÇÃO E ESTILO



Figura 4.1.1 – Vista do Edifício Diederichsen, na esquina entre as ruas General Osório (frente) e Álvares Cabral (lateral).
Ano: 1937 | **Autor:** Photo Sport | **Fonte**: APHRP, Acervo Fotográfico – F1569.

4.1 O PROGRAMA DE USO MISTO EM RIBEIRÃO PRETO

Entre os comércios e o cinema do primeiro pavimento, à cobertura que servia como um terraço com vista privilegiada da cidade, o Edifício Diederichsen abrigou salas para prestação de serviços e apartamentos para moradia permanente ou temporária. Algumas dessas atividades já eram exploradas por Antonio Diederichsen desde quando iniciou seus negócios em Ribeirão Preto e passou a se dedicar a atividades vinculadas aos ramos secundário e terciário da economia. No entanto, a construção da edificação mais alta da cidade não significou a expansão de sua empresa, mas refletiu uma nova empreitada do empresário, que com sua experiência apostou no desenvolvimento das atividades urbanas de Ribeirão Preto e erigiu uma edificação com múltiplos usos para locação.[266] A concepção de espaços que pudessem ser ocupados para diferentes finalidades pode ter sido uma estratégia de Antonio Diederichsen para garantir tanto a viabilidade, como a aceitação do novo empreendimento. A construção de edifícios multiuso não era uma inovação em Ribeirão Preto (figura 4.1.2), como também não eram excentricidades os usos comportados pelo Edifício Diederichsen. Pelo contrário, alguns deles – como o comércio e serviço – estavam entre as atividades de maior expressividade econômica, aumentando na medida em que a população crescia e a procura por terrenos na área urbana se ampliava, intensificando o número de transações imobiliárias na cidade. A formação do mercado interno fez com que a prestação de serviços se tornasse uma atividade economicamente expressiva, acompanhando o progressivo aumento de profissionais liberais. Seu desenvolvimento só não superou a evolução das atividades comerciais, que até 1930 eram a principal forma de arrecadação de impostos e correspondiam à maioria dos negócios urbanos. Igualmente, o grande número de estabelecimentos para hospedagem e as variadas opções de entretenimento cultural manifestavam um ambiente urbano dinâmico, com moradores e visitantes em circulação.

---

[266] A empresa não foi mencionada na aprovação do Edifício Diederichsen e suas instalações foram mantidas no local em que já se encontravam. Para Silva (2010, p. 115), nesse período, a atuação de particulares na construção de edifícios altos objetivava a valorização de seus capitais, enquanto o investimento no mercado de locação indicava o desinteresse em transformar esse negócio em sua principal atividade econômica.

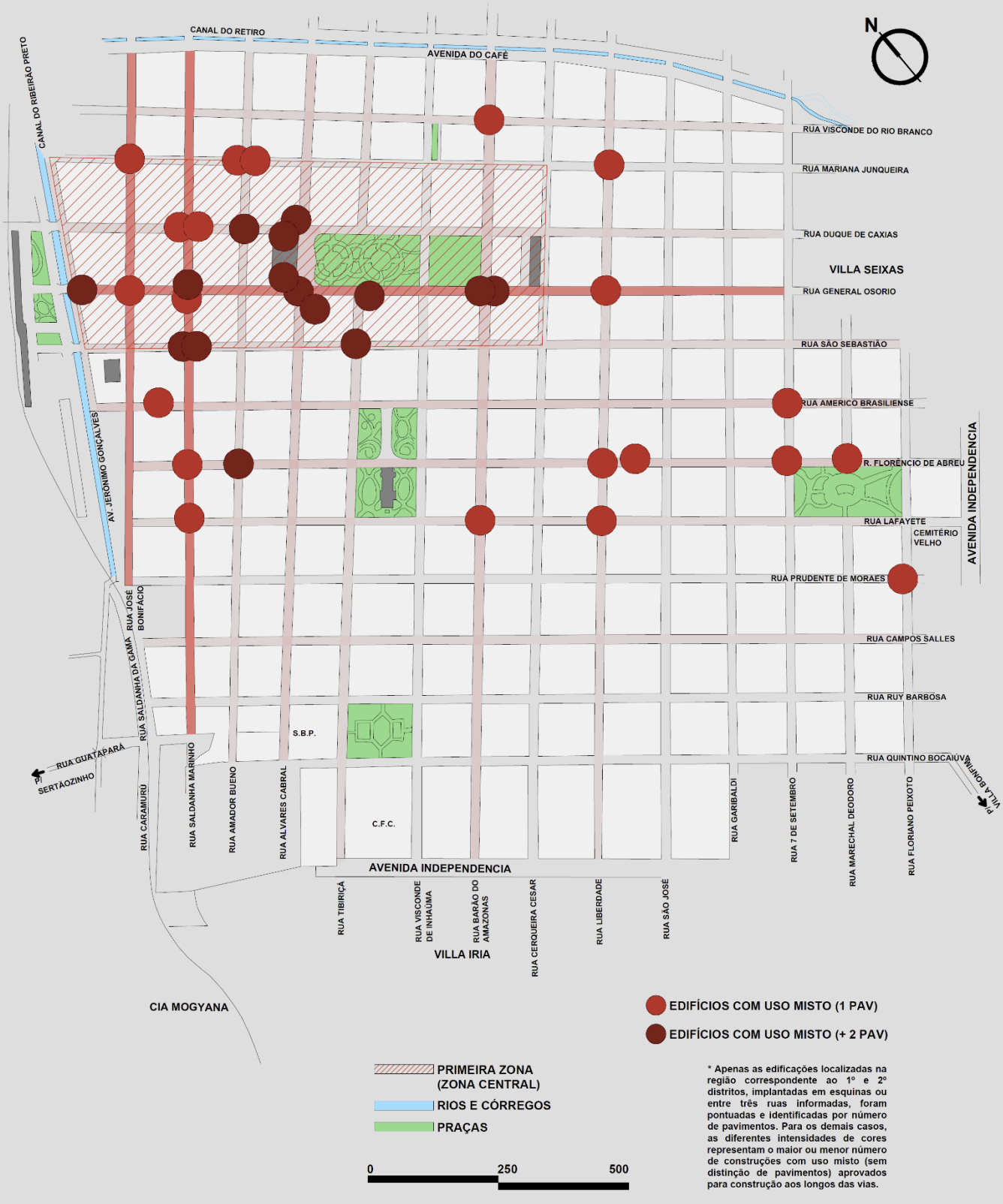


Figura 4.1.2 – Projetos de edifícios com uso misto aprovados entre 1910 e 1934 na região formada a partir do 1º e 2º Distrito Urbano, abrangendo a Zona Central de Ribeirão Preto.
Autor: Tatiana S. Gaspar. | **Fonte:** APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, vários, 1910-1934.





Figura 4.1.3 – Vistas de dois trechos da Rua General Osorio, antes e depois da construção do Edifício Diederichsen. Acima (fotos 01 e 02), entre as ruas Amador Bueno e Álvares Cabral. Abaixo (fotos 03 e 04), entre as ruas Tibiriçá e Álvares Cabral.
Observa-se a intensa movimentação de pessoas nos dois momentos registrados, evidenciando que a implantação do prédio tomou partido desse contexto.
Ano: 1935 (01), 1938 (02), 1933 (03) e não identificado (04), possivelmente 1938.
Autor: Photo Sport (01, 02 e 03), não identificado (04)
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F858 (01), F409 (02), F475 (03). Foto 04, disponível em: https://www.rmgouvea-leiloes.com.br/destaques.asp?Num=3181&pag=4&tipo=. Acesso em: 30/01/2021.

Nesse contexto, a Praça XV de Novembro e seu entorno se fixaram como *lócus* da modernidade e progresso, associados ao advento da República, o que por certo influenciou a definição dos usos e a concepção do projeto do Edifício Diederichsen por seus autores, Antonio Terreri e Paschoal de Vincenzo. É exemplo da dinâmica urbana nesse contexto, o "*'footing*' bi-semanal na Rua General Osorio", anunciado pelo jornal *Folha da Manhã* em abril de 1935, enquanto prosseguiam as obras do Edifício Diederichsen:

> A "PROMONADE" BI SEMANAL NA RUA GENERAL OSORIO – Duas vezes por semana, às quintas e nos domingos, entre 19 e 21 horas, á rua General Osorio, no trecho compreendido entre as ruas Alvares Cabral e Visconde de Inhaúma, fica com o transito de vehiculos interrompido, em consequência da massa do povo, representada numa proporção de 95% pela nossa juventude, que por aquellas ocasiões vae e vem naquele trecho da via publica. Esse estado de coisas dividiu a nossa população em dois grupos: o que condenna a attitude da mocidade allegando ser isso uma grave perturbação do transito no centro da cidade e o que a justifica com o precedenteda capital do Estado, onde as ruas Direita e S. Bento, aos sabbados, depois das 16 horas, também dicavam vedadas ao transito de vehiculos em virtude da grande aglomeração de pedestres.
>
> Entretanto, há alguns anos essa 'promenade" se effectuava no jardim da Praça XV, que fica ao lado do trecho da rua General Osorio, hoje preferida para tal fim.
>
> Não se compreende a razão dessa mudança de local, pois dado a natureza da aglomeração, parece que ficaria melhor localizada entre as flores e jardins.
>
> Alem disso, o jardim da Praça XV, com a disposição dos seus passeios internos, muito melhor se presta a uma "promenade" despreocupada, evitando-se encontros e empurrões com pessoas que têm necessidade de passar, a serviço, pelo trecho occupado.
>
> Com a ocupação desse trecho da rua General Osorio pelos pedestres, fica impossibilitado o corso de automóveis ao redor da Praça XV, o que antigamente lhe dava um interessante aspecto em virtude do conjunto produzido pela roda viva de povo no centro do jardim e a fila de carros circumdando o mesmo.
>
> Nessas condições, quer nos parecer que haveria toda a vantagem em se restabelecer o antigo estado de coisas, fazendo a nossa mocidade retornar ao jardim, dando livre transito aos automóveis nesses dias no trecho referido, dado o concurso que os vehiculos prestariam para embelezar o quadro que nesses dias oferece a nossa Praça XV. (DE RIBEIRÃO..., 11/04/1935, p. 12, grafia original).

A explanação feita sobre o “vae e vem” da juventude na Rua General Osorio, precisamente no trecho em frente à Praça XV de Novembro, e a intenção do jornalista em tentar retomar o “antigo estado das coisas”, quando a prática ocorria nos passeios do interior do jardim, em meio aos canteiros de flores, parece anacrônica, pois não reconhece o impacto de outros elementos, como os estabelecimentos comerciais instalados nessa área, para a atração da população jovem. Precisamente, a organização funcional do programa de usos do Edifício Diederichsen e sua distribuição no edifício parecem ter tomado como ponto de partida a dinâmica desse entorno imediato, que também contava com a presença do Trianon (figura 1.3.6) e do Teatro Carlos Gomes (figura 1.2.4) instalados na Praça XV de Novembro; do conjunto de edifícios do Quarteirão Paulista (figura 1.3.10); das diversas agências bancárias localizadas nas proximidades; bem como dos demais comércios e serviços instalados nas ruas General Osorio, Álvares Cabral e São Sebastião.

No primeiro pavimento, no nível da calçada, as condicionantes do entorno indicavam a vocação do lugar para abrigar a atividade comercial e cultural, que foram intensificadas com a construção do Edifício Diederichsen e sua proposta inicial de 17 lojas e um cinema, além das duas áreas independentes para acesso aos pavimentos superiores do prédio. Dos compartimentos destinados ao comércio, apenas dois tiveram seus usos especificados, sendo ambos localizados na área mais próxima à esquina entre as ruas General Osorio e Álvares Cabral. Os demais foram genericamente designados como loja e evidenciam a segurança do empresário e um dos fundadores da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto sobre a alta demanda por espaços comerciais em uma área já repleta desses estabelecimentos (figuras 4.1.4 e 4.1.5).

Nos dois pavimentos superiores (2º e 3º pavimentos), cada andar foi projetado para abrigar 60 salas (sendo 26 duplas), área de depósito e quatro banheiros coletivos: dois masculinos e dois femininos. Essas salas possuíam dimensões variadas, mas suas configurações evidenciam o atendimento a uma parcela específica do setor de serviços, bastante distinto do que era oferecido pelo Antigo Banco Constructor e suas oficinas e garagens, e mais adequado à atividade de profissionais autônomos. Mais uma vez, a leitura de Antonio Diederichsen sobre essa atividade urbana estava atenta ao que ocorria na cidade que a partir de 1928 recebeu os primeiros formandos da Escola de Pharmácia e Odontologia de Ribeirão Preto e que no início da década de 1930 também já possuía considerável número de médicos e advogados (figuras 4.1.4 e 4.1.5).

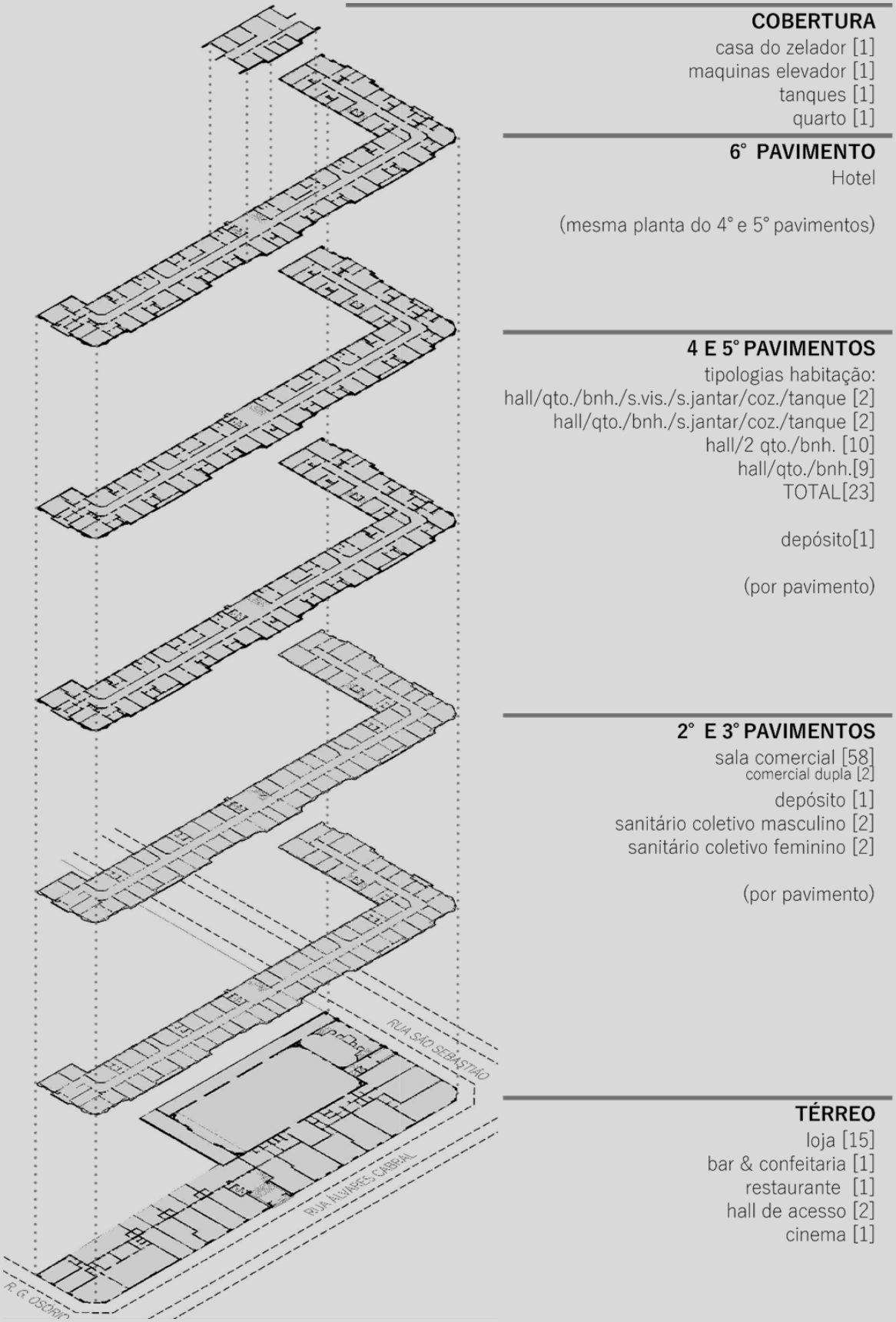


Figura 4.1.4 – Distribuição dos usos ao longo dos sete pavimentos do Edifício Diederichsen, conforme especificado no projeto aprovado. | **Autor:** Tatiana S. Gaspar | **Fonte**: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 95, 1934.

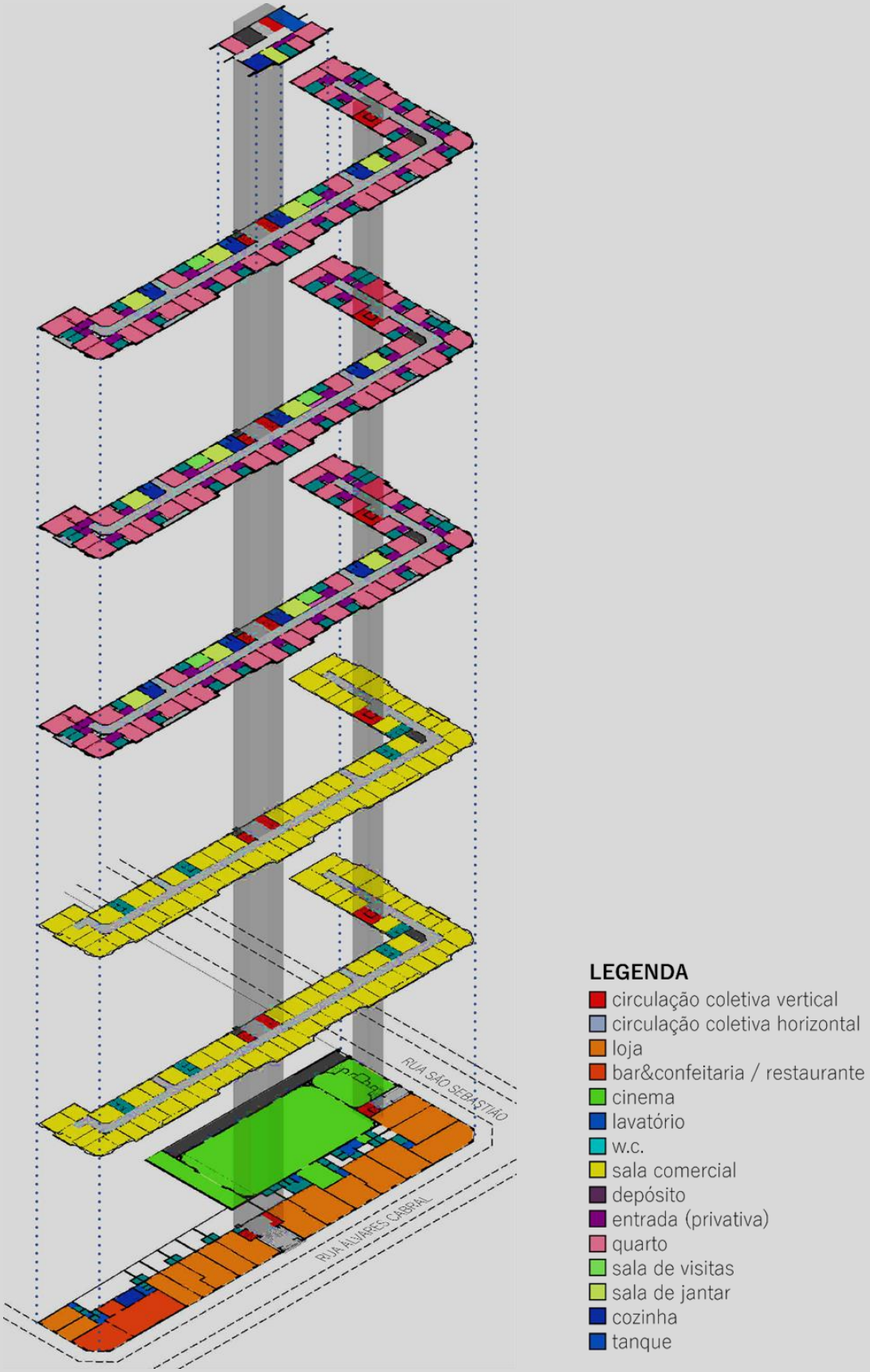


Figura 4.1.5 – Setorização dos usos nos pavimentos do Edifício Diederichsen, conforme especificado no projeto aprovado. | **Autor:** Tatiana S. Gaspar | **Fonte**: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 95, 1934.

Além do cinema, comércios e salas de escritórios, o Edifício Diederichsen também ofertou grande número de unidades habitacionais. O projeto aprovado representou o 4º, 5º e 6º pavimentos com a mesma configuração: um depósito e 23 unidades habitacionais organizadas ao longo de extensa circulação coletiva horizontal e dois blocos de circulação vertical compostos por escada e elevador (figuras 4.1.4 e 4.1.5). Essas habitações já possuíam variados programas, dimensões, acessos e circulações, mas desde a conclusão das obras parte do 6º pavimento também foi alterada e recebeu adaptações, como um salão de refeições, para o hotel que fora instalado naquele piso.[261] No último andar estava prevista área técnica para máquinas, quarto de apoio e tanques, além da residência do zelador e terraço. No período posterior à inauguração, diversos trechos desse piso foram utilizados como dependências do hotel, garantindo aos hóspedes uma vista privilegiada da cidade a partir do terraço (figura 4.1.1 e 4.3.10), mas problemas de infiltração levaram à sua cobertura completa em 1938 (figura 4.3.11).

O uso residencial coletivo, fosse como moradia permanente ou temporária, refletia o crescimento da população urbana e a importância da cidade enquanto centro dos negócios envolvendo cidades vizinhas. Nesse sentido, a localização do Edifício Diederichsen, próximo às principais agências bancárias da cidade, foi especialmente estratégica, como já apontavam as reportagens dos jornais paulistanos *Diário da Manhã* e *Diário de São Paulo*. Além de ser a edificação construída em Ribeirão Preto com o maior número de pavimentos até então, as diversas dinâmicas abrigadas pela multiplicidade de seus usos também não encontravam equivalência em outros edifícios da cidade. Ainda que as edificações com uso misto já correspondessem à grande parte dos projetos de construções aprovadas com dois pavimentos e não exclusivamente residenciais entre 1910 e 1934, nenhuma concentrou tantas atividades, com a mesma intensidade, em um único edifício. Entre esses edifícios, a maioria esteve localizada no centro, sendo a Rua General Osório a que recebeu maior número de prédios (figuras 4.1.2 e 4.1.3). Em geral, esses edifícios abrigavam apenas duas funções: um ou mais estabelecimentos comerciais no térreo e habitação no piso superior, indicando que a possibilidade de distribuição espacial das atividades pode ter incentivado a construção de edificações acima de um pavimento.

---

[261] O restaurante do hotel já era citado no orçamento para fornecimento e instalação de globos para iluminação do Prédio Diederichsen, em 1935 (APHRP, Coleção Terrei).

As casas assobradadas, com comércio, depósitos ou armazéns no térreo e habitação no piso superior, figuraram nas cidades brasileiras desde o período colonial e eram “quase sempre de propriedade de comerciantes abastados” (LEMOS, 1996, p.32). Para Weimer (2012, p.206), no Brasil Colônia “as casas térreas sempre foram relacionadas à pobreza, ao estrato popular”, o que levava as famílias de maior prestígio a construírem sobrados para evidenciar suas posições na sociedade: quanto maior o número de pisos do sobrado, maior deveria ser a sua largura e a representação do poder de posse de seu proprietário. Reis Filho (2006, p. 22), referindo-se à casa térrea e ao sobrado, os dois principais tipos de habitação da cidade colonial, executadas e mantidas a partir do trabalho escravo, vinculou a arquitetura dessas residências à influência das “antigas tradições urbanísticas de Portugal” e ao tipo de lote delas decorrente — estreito e profundo —, em que as edificações eram construídas de modo uniforme sobre os limites laterais do terreno e no alinhamento das vias públicas.

Ao longo dos séculos seguintes, enquanto os núcleos urbanos cresciam e se adensavam, os sobrados continuaram a ser largamente construídos nas cidades brasileiras. Mas a adoção de outros referenciais e valores, bem como a disponibilidade de equipamentos importados, materiais industrializados e novas técnicas construtivas, aliados à introdução do trabalho assalariado e às leis sanitárias, incutiram transformações diversas nos hábitos e habitações. Novas noções de higiene, conforto e intimidade reverberaram nos códigos de posturas, que extinguiram as alcovas, exigiam melhores condições de aeração e iluminação no interior das habitações e, em alguns casos, determinavam fluxos e relações entre os compartimentos. Gradativamente, as modernas conveniências urbanas e domésticas derivadas da industrialização, como a iluminação artificial, que se estendeu aos domínios da propriedade privada daqueles que por ela podiam pagar, foram atribuídos a garantir maior funcionalidade e especialização aos espaços da residência, além de também permitirem, como indica Correia (2004, p. 28), uma “redefinição da planta e do programa” da casa: “o interior da casa foi medicalizado e penetrado por uma racionalidade nova, que modifica seu projeto e uso, separando e classificando funções, ordenando, clareando, iluminando e arejando ambientes”.

Entre os poucos projetos de edifícios com mais de um pavimento aprovados para construção na cidade de Ribeirão Preto ao longo da década de 1910, vários foram destinados à área central, sendo o uso misto proposto para quase metade dessas

edificações. Em 1915, uma edificação de uso misto, aprovada para a Rua General Osório, enfatizou a influência da linguagem eclética no estabelecimento desse ambiente urbano e na constituição dessa via. No edifício projetado por "Antonio Terreri e Comp." para Adelaide Pires Villalobos, na esquina entre as ruas General Osorio e Saldanha Marinho, a diferenciação da condição social do seu proprietário foi exteriorizada nas fachadas.[262] O prédio possuía térreo comercial e uma residência com três dormitórios, sala de visitas, sala de jantar, cozinha e banheiro, no piso superior. O comércio foi constituído por três estabelecimentos com entradas independentes, assim como o acesso à escada para a habitação, a resguardar a intimidade dos moradores no pavimento superior (figura 4.1.6).

Esse foi o primeiro projeto verificado com tal solução entre todas as aprovações de edifícios com uso misto e dois pavimentos em Ribeirão Preto entre 1910 e 1915. A situação também parece revelar uma relação distinta entre o proprietário da residência, em geral também o proprietário do lote, com a atividade comercial. Os casos em que o acesso ou fluxo da habitação se manteve vinculado às dependências do comércio podem indicar que aquele seria um negócio da própria família. Por outro lado, quando esse acesso passou a contar com maior autonomia, o número de estabelecimentos também se ampliou, assinalando tratar-se de um espaço que seria utilizado por terceiros, possivelmente concebido para renda como locação (figura 4.1.7).

Em 1916, o novo projeto aprovado para construção de edifício com uso misto e dois pavimentos na Rua General Osório reforçou a característica da via como destino de residências que, mesmo em edifícios de uso misto, garantiam maior especialização das funções para as atividades domésticas. O projeto da Banca Francese e Italiana foi concebido pelo engenheiro de origem e italiana Julio Micheli, com escritório em São Paulo e que a essa época já possuía importante atuação na capital paulista.[263] Além de ter sido

---

[262] APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 114 e 115, 1915. Alguns desses elementos de destaque na edificação estiveram presentes, alguns anos depois, nos prédios do Palace Hotel e Edifício Meira Júnior, pertencentes ao Quarteirão Paulista, construídos duas quadras acima.

[263] APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 48, 1916. Segundo pesquisa empreendida por Lody (2015, p. 238), "Julio Micheli teve uma das mais significativas participações no desenvolvimento da construção civil em São Paulo, desde o final do século XIX até o início dos anos 1920". Entre 1906 e 1915, foi responsável por 140 solicitações de aprovação de projetos nessa cidade e teve Luis de Oliveira Lins de Vasconcelos como seu principal cliente. Foi autor de obras importantes como as fundações do Viaduto Santa Ifigênia, a Igreja de Santa Cecília e a Santa Casa de Misericórdia.

uma das presenças significativas para a escolha do terreno do Edifício Diederichsen, pode-se dizer que o prédio da Banca Francese e Italiana foi precursor do edifício de uso misto com mais de duas funções em Ribeirão Preto. Pela primeira vez um prédio conjugou comércio, serviços e habitação em uma única edificação. Além da agência bancária na esquina entre as ruas General Osorio e Alvares Cabral, o edifício ainda possuía compartimento no térreo voltado para uso comercial e entrada independente pela Rua Alvares Cabral, por onde também se acessava a residência unifamiliar localizada no pavimento superior (figura 4.1.8).

Na habitação, enquanto as proporções do lote imprimiram soluções internas de circulação associadas à arquitetura colonial, os descompromissados contornos de ornamentos, definidos sem precisão no desenho da fachada, expressaram com nitidez sua vinculação ao ecletismo e a transmissão superficial de uma mensagem, caracterizada por Fabris (1993, p.139) como uma “síntese” das “aspirações de prestígio e ascensão social de seus habitantes”. Esses elementos decorativos e funcionais também respondiam às exigências do Código de Posturas para ofertar “um dispositivo harmônico e saptisfatorio em relação á esthetica” (RIBEIRÃO PRETO, 1902, p. 24), que deveriam manter “as devidas proporções architectonicas” (RIBEIRÃO PRETO, 1902, p. 29) juntamente com a simetria das aberturas das fachadas. A situação, também verificada em outros projetos aprovados nesse período em Ribeirão Preto, corrobora com o que Reis Filho (2006, p. 16) considerou sobre a maior facilidade de adaptação da arquitetura “às modificações do plano econômico-social”, quando comparado ao lote urbano, que exigia a alteração no próprio traçado da cidade.

A solução evidenciou a modularidade da construção e a concepção da estrutura a partir de eixos, que também delimitaram a organização funcional do seu conteúdo programático. Por outro lado, diferentemente da solução adotada no projeto anterior, foi prevista uma ligação da agência com o compartimento que recebeu a escada da residência, o que indica a relação entre esses dois usos e, possivelmente, entre seus usuários. A habitação ocupou toda a área do segundo pavimento e a geometria retangular da planta, conjugada ao acesso da residência, gerou um extenso corredor, que se distribuía a partir do *hall* localizado após a escada. Sua presença reforça a hipótese de que a residência tenha sido concebida para a utilização de um agente do banco, que poderia utilizá-lo para a administração do negócio.

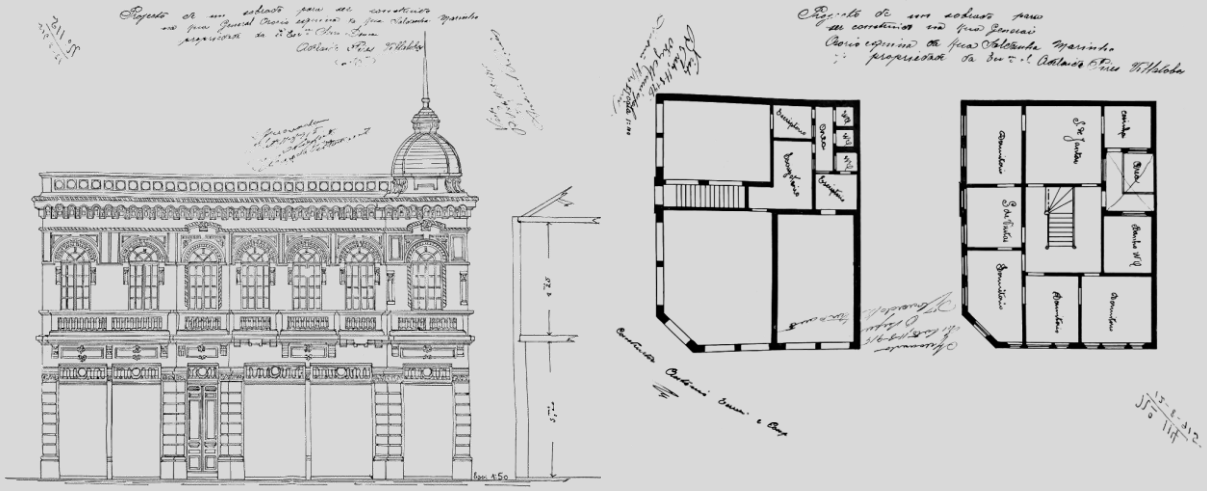


Figura 4.1.6 – Projeto de um sobrado na Rua General Osorio, esquina com a Rua Saldanha Marinho.
Ano: 1915
Autor: Antonio Terreri e Comp. | **Fonte:** APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 114 e 115, 1915.

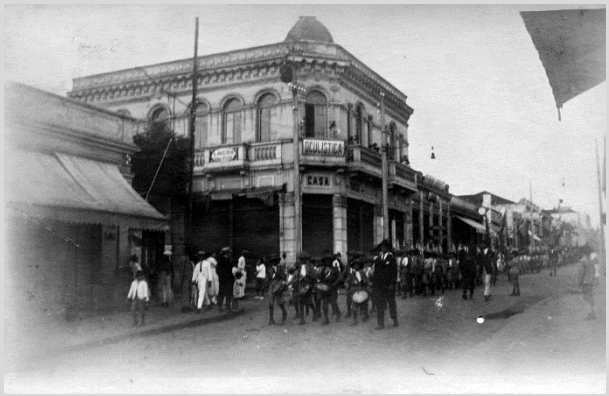
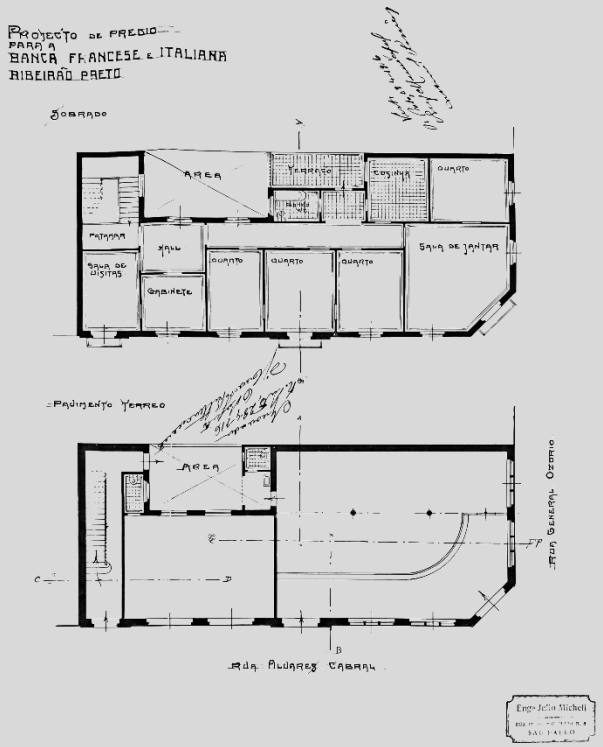




Figura 4.1.7 – Vista do edifício de Adelaide Pires Villalobos, na Rua General Osório, em dois momentos.
Ano: 1932 (acima) e 1930-1940 (abaixo)
Autor: Ernesto Kuhn
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F1586 (acima) e F1590 (abaixo).





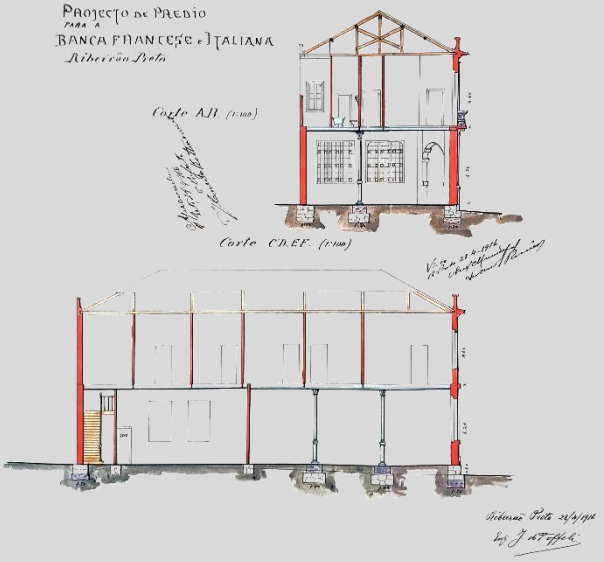


Figura 4.1.8 – Projeto do prédio para a Banca Francese e Italiana.
Ano: 1916
Autor: Julio Micheli
Fonte: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 48, 1916.

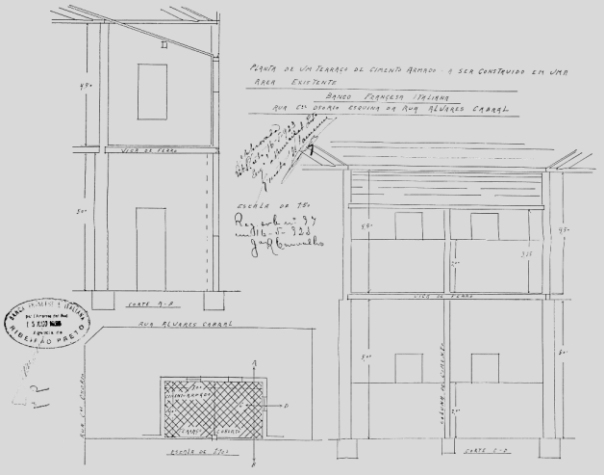


Figura 4.1.9 – Projeto de terraço de cimento armado a ser construído em área existente do Banco Francesa Italiana.
Ano: 1923
Autor: não informado
Fonte: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 97, 1923.

Apenas em 1922, seis anos após a aprovação da construção da Banca Francese e Italiana, um novo projeto de edifício com dois pavimentos e uso misto foi aprovado em Ribeirão Preto, novamente na Rua General Osório. Somente naquele ano foram aprovadas três construções desse tipo nessa mesma rua, a refletir o princípio de um período em que novas técnicas construtivas se coadunaram às transformações econômicas, sociais e culturais da cidade, derivando e influenciando seu crescimento em altura, enquanto contribuíam para a intensificação das dinâmicas urbanas da área.[264]

Como já ocorria desde a década anterior, a Rua General Osório recebeu grande quantidade de prédios com uso misto, especificamente os construídos com mais de um pavimento, já que desde 1920 a administração municipal passou a exigir que edifícios construídos ou reconstruídos em trechos dessa rua tivessem, no mínimo, dois pavimentos (RIBEIRÃO PRETO, 1920, 1921, 1923).

---

[264] O novo Código de Posturas de Ribeirão Preto, válido entre 1921 e 1934, regulou os parâmetros para essas novas construções. Embora não tenha apresentado mudanças expressivas em relação ao Código anterior, acrescentou disposições importantes no título dedicado aos arruamentos e edificações, sobretudo para a especificação de terminologias e diretrizes construtivas para uma cidade que crescia e se adensava, estabelecendo novas condições de higiene e salubridade no interior das edificações. Em um período posterior à pandemia de Gripe Espanhola, estavam entre os incrementos instituídos pelo novo Código: que a construção de edificações atendesse às leis sanitárias do estado de São Paulo; a necessidade de ligação da residência à rede de abastecimento de água e esgoto antes do edifício vir a ser habitado; a proibição de comunicação da cozinha com quartos e banheiros no interior das habitações; especificações para a construção de ”casas para habitação de família de operários, fóra do perímetro urbano”; a definição do significado da terminologia “pé-direito”; a utilização de porões acima de 2,5 metros para habitação, excluindo-se a possibilidade de serem utilizados para comércios e oficinas; especificações construtivas para as paredes divisórias entre casas “unidas”; a definição de características para os edifícios que seriam considerados cortiços; e, finalmente, a criação de uma seção para tratar exlcusivamente “da estetica e estylos dos edificios e regras para as construcções”, que estabeleceu que a regulamentação referente às construções estaria a cargo da Prefeitura Municipal, de acordo com o Código Sanitário e dos “os estylos modernos”, segundo recomendações do chefe da repartição de obras (RIBEIRÃO PRETO, 1921). É importante salientar que além do Código de Posturas de 1921 ter apontado diretrizes para a construção de habitações operárias fora do perímetro urbano, a Lei n. 267, de 1922, permitiu a construção de “pequenas habitações” nos bairros Villa Tibério e Barracão que poderiam ser afastadas do alinhamento em, no mínimo, cinco metros e com “paredes de meio tijolo”, desde que tivessem “pilares sufficientes para a segurança do prédio”. Em julho de 1923, a lei n. 277 estabeleceu que na Av. Independência todos os prédios fossem construídos afastados do alinhamento em, no mínimo, seis metros, tendo jardins com gradis na frente e sendo destinados exclusivamente à habitação. Além disso, essas residências deveriam “ser de bello aspecto” e bem construídas, atendendo a exigências específicas para a altura do pé direito, dimensões das janelas, chaminés e porões. As leis regulamentavam, portanto, a materialização da diferenciação socioespacial que já se verificava no desenvolvimento urbano desde a formação da cidade.

A partir de 1923, o trecho da Rua General Osório delimitado pelas ruas Jeronimo Gonçalves e Barão do Amazonas, que abrangia precisamente a ligação entre o edifício da Estação Ferroviária e o final da Praça XV de Novembro, ajustou-se como aquele de maior interesse para a verticalização. Analisando os dados referentes ao número de projetos de edifícios com mais de um pavimento aprovados entre 1921 e 1934 e os tipos de uso que abrigavam, é possível constatar que essas medidas se associaram, sobretudo, à construção de edifícios de usos mistos.[265]

Na década de 1920, a esquina entre as ruas General Osório e Alvares Cabral – que marca uma das extremidades da Praça XV de Novembro – concentrou os edifícios construídos pelo capital financeiro e industrial, com dois pavimentos, abrigando mais de um uso e em geral concebidos por profissionais com atuação na capital paulista. O projeto aprovado em 1922 para a construção do Banco do Commercio e Indústria reforçou a importância da área como um ponto de atração para a implantação desse negócio urbano, ampliando as possibilidades que a praça e seu entorno ofertavam. O edifício foi erigido ao lado da Banca Francese e Italiana, segundo projeto concebido pelo escritório de Ramos de Azevedo.[266] Sua planta representou o terreno do banco vizinho e uma área desocupada no fundo das agências, sugerindo se tratar de um único terreno desmembrado em três lotes (figura 4.1.10). Essa parte, que possuía frente para a Rua Álvares Cabral, permaneceu vazia até o ano seguinte, quando o Banco São Paulo foi projetado para o local.[267]

Diferentemente da Banca Francese e Italiana, o prédio do Banco do Commercio e Indústria abrigava apenas uma agência bancária e uma habitação unifamiliar. Outras soluções foram comuns aos dois projetos, como a distribuição das funções entre os pavimentos, a entrada direta para a habitação e o espaço reservado para o banco como uma área sem compartimentações e dotada de acesso direto pela calçada.

---

[265] Contudo, essa área já recebia construções de dois pavimentos e uso misto desde o início da década de 1910. Ou seja, no caso das construções multiuso, a legislação municipal parece não ter sido indutora – no sentido de ter se antecipado – mas sim reguladora de um processo que já estava em andamento, refletindo as dinâmicas que a área suscitava e que se intensificaram após a execução da Resolução n. 841, em 1922.

[266] APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 36, 1922.

[267] Em 1927, a aprovação do projeto do Banco Commercial do Estado de São Paulo, ao lado do Banco São Paulo e igualmente voltado para a Rua Alvares Cabral, conformou a região que ficou conhecida como "quarteirão dos bancos", e que nos anos seguintes seria definida também por outas construções nas esquinas confrontantes, como um dos edifícios do Quarteirão Paulista e o próprio Edifício Diederichsen.

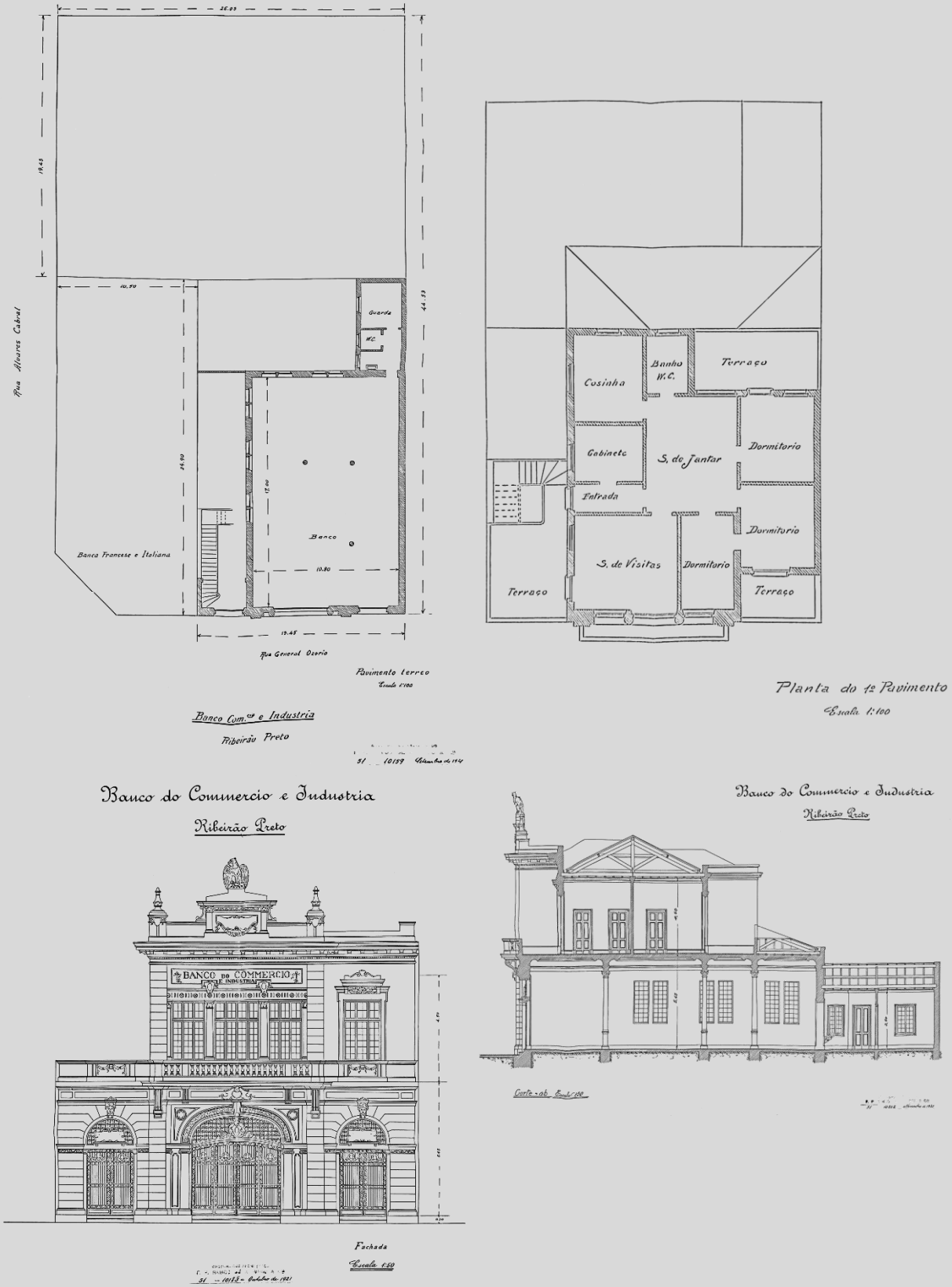


Figura 4.1.10 – Projeto do Banco do Commercio e Industria de Ribeirão Preto.

Ano: 1922

Autor: Ramos de Azevedo & Cia. | **Fonte:** APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 36, 1922.

Externamente, o edifício do Banco do Commercio e Indústria refletia de forma suntuosa o ecletismo historicista, mas não foi apenas pelos excessos que a fachada se destacou. A ausência de ocupação em parte do segundo pavimento, que fazia divisa com a Banca Francese e Italiana, deixava assimétrico o corpo da edificação acima do térreo. A solução foi resultado da relação entre esses dois prédios, pois embora não houvesse ligações internas entre eles, o recuo lateral ao longo do segundo pavimento do Banco do Commercio e Indústria foi uma forma de garantir a iluminação e aeração no terraço da residência acima da Banca Francesa e Italiana.[268] A planta ainda esclarece que a porção não construída seria destinada a um terraço, que se conectava com a escada e com a sala de visitas, de modo a permitir que esse ambiente de uso social pudesse usufruir de espaço externo ampliado, com vista para a cidade, complementando o balcão voltado para a Rua General Osório. A solução explorava uma forma de sociabilidade pouco usual até aquele momento, ao mesmo tempo em que permitia o acesso à residência sem a passagem obrigatória pela sala de jantar. Outros dois terraços foram propostos para a frente e o fundo do edifício, ambos conectados a algum dormitório. A solução ampliava o uso da área íntima, que, além do repouso, incorporava a possibilidade de permanência em ambiente externo. Tecnicamente, os terraços também tornavam mais complexas as soluções construtivas, seja pelos recortes gerados no telhado, seja pela necessidade de impermeabilização do piso para evitar infiltrações.[269]

---

[268] Pouco mais de um ano após o projeto do Banco do Commercio e Indústria ter sido aprovado, foi aprovado o projeto para construção de um terraço de cimento armado no segundo pavimento da Banca Francese e Italiana (figura 4.1.9). Segundo sua localização na planta, o átrio servia para a ventilação e iluminação da escada, hall, corredor interno e banheiro da residência, como também aos banheiros do estabelecimento comercial e agência bancária, no térreo. No corte e na vista representados no projeto de 1923, observa-se que o novo terraço também seria coberto, mas mantendo uma parede baixa na divisa com o lote do Banco do Commercio e Indústria. A área correspondia ao trecho do terreno com recuo na edificação vizinha, o que reforça a relação entre os dois edifícios e seus projetos. (APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 97, 1923).

[269] Na pasta do processo consta um projeto desenvolvido em 1949 para a "reforma do prédio nº 376 da Rua General Osório", de propriedade do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo, com carimbos e assinaturas do diretor da Companhia Predial de Ribeirão Preto e do engenheiro Walter José Rigazzi (APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 36, 1922). O projeto fechava parte do terraço frontal, estabelecendo uma fachada simétrica a partir do eixo central. A reforma também aumentava a área do edifício e ampliava e especializava o programa de usos da habitação, que passava a contar com um toucador associado ao maior dormitório, dispensa ao lado cozinha e um dormitório adicional, localizado junto ao setor de serviços, possivelmente para uso de funcionários.

Ainda em 1922 foi aprovado o projeto do Banco do Brasil, que como em casos anteriores, foi instalado na Rua General Osório, na mesma quadra delimitada pelas ruas Alvares Cabral e Amador Bueno, ocupando o térreo de um edifício com dois pavimentos e residência unifamiliar no pavimento superior.[270] O projeto adotou conteúdos programáticos, soluções funcionais e referências estilísticas sutilmente distintas dos demais. O ecletismo da fachada se alinhava mais sobriamente ao regramento classicizante e, internamente, assim como nos projetos dos demais bancos já aprovados nessa via, o Banco do Brasil também assumiu solução estrutural capaz de garantir a configuração do salão principal como um espaço livre de paredes divisórias (figura 4.1.11). Contudo, a concepção do Banco do Brasil compreendeu um programa de usos mais complexo e especializado – tanto no banco como na residência. A implantação do edifício no primeiro pavimento não adotou nenhum recuo lateral ou frontal, mas a aeração e iluminação no interior da agência foram garantidas por meio de variados recursos.[271] Conectada ao banco, o acesso à residência apresentou configuração similar ao projeto do Banco de Commercio e Indústria. Novamente, a sala de jantar funcionou como um compartimento central para a distribuição da circulação. Sua posição centralizada e a dimensão mais ampla que os demais cômodos, embora já distanciada da cozinha, mas ainda ligada ao gabinete e ao quarto para hóspedes, foram características associadas por Homem (2010) à permanência de elementos da morada tradicional paulista nos palacetes paulistanos. Outras soluções se associaram às conveniências modernas das casas burguesas. As novidades programáticas, como a copa, posicionada entre a cozinha e o banheiro social, e o *toilette*, que se caracterizava como um quarto de vestir entre um dos dormitórios e seu banheiro exclusivo, além de conferirem maior especialização à moradia, também foram essenciais para que o projeto se moldasse às exigências do Código de Obras de 1921 em relação aos banheiros, que não poderiam estar “unidos aos aposentos de dormir” ou ter comunicação com a cozinha (RIBEIRÃO PRETO, 1921, p. 44).

---

[270] APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 277, 1922. As pranchas arquivadas no APHRP não possuem assinatura do autor, mas o projeto também consta no acervo da Seção de Materiais Iconográficos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo como de autoria do Escritório Técnico Ramos de Azevedo (VILIELA, 2020).

[271] No salão principal, a planta indicou uma área em projeção que possivelmente se desenvolveu como uma claraboia na cobertura. Essa solução era prevista pelo Código de Posturas para prédios destinados a negócios, devendo sua ventilação ser suprida por persianas, como um lanternim (RIBEIRÃO PRETO, 1921, p. 42 e 43).

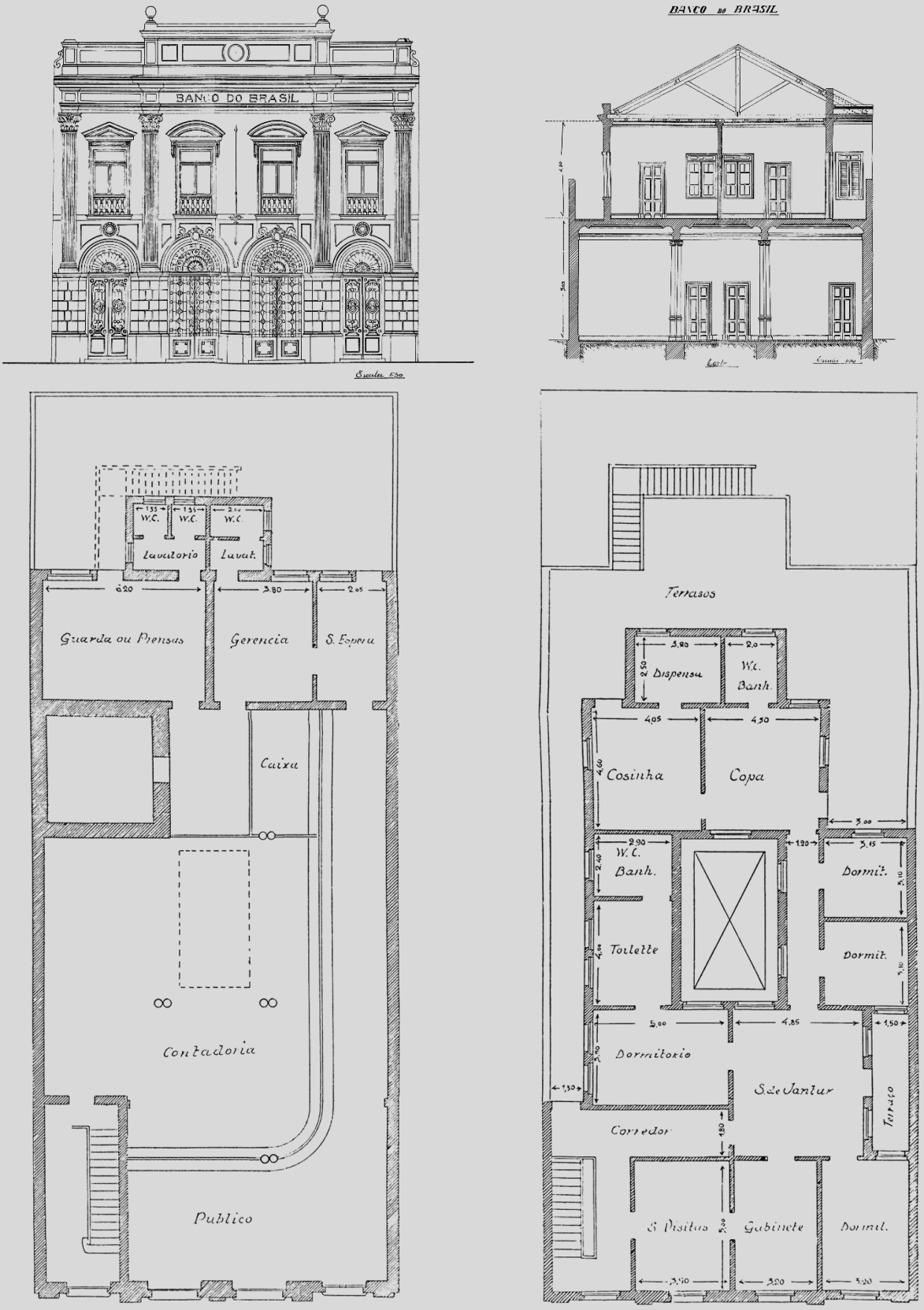


Figura 4.1.11 – Projeto do Banco do Brasil.

Ano: 1922

Autor: Ramos de Azevedo & Cia | **Fonte:** APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 277, 1922.

A sofisticação do programa de usos da residência instalada acima do Banco do Brasil encontra correspondências no projeto elaborado para a construção do edifício para abrigar o Banco São Paulo e a empresa Andrade Junqueira & Cia., concebido em 1923 por Affonso Geribello e João Quevedo.[272] O prédio conjugou o uso habitacional ao setor de serviços e ocupou o terreno que permanecia livre no fundo do Banco de Commercio e Indústria e ao lado da Banca Francese e Italiana, com frente para a Rua Alvares Cabral.[273]

---

[272] APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 102, 1923. Affonso Geribello iniciou sua graduação em engenharia civil em 1894, na Escola Politécnica de São Paulo, e em 1905 requereu diploma de "engenheiro-geographo" nessa Instituição (ESCOLA POLITECNICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1905). No ano seguinte, seu nome foi listado entre os engenheiros de Ribeirão Preto (Almanak Laemmert, 1906, p. 2002), o que atesta sua atuação na cidade desde os primeiros anos daquele século. Ainda em 1923, quando o projeto para o edifício do Banco São Paulo e da Andrade Junqueira & Cia. foi aprovado, Geribello e Quevedo também conceberam uma residência unifamiliar com dois pavimentos para Joaquim da Cunha Diniz Junqueira. O palacete foi doado à sua filha, Anna Junqueira, como presente de casamento com o também engenheiro Jorge Lobato Marcondes Machado, que em 1905 teria se mudado de Taubaté para trabalhar na Cia. Mogiana em Ribeirão Preto (AEAARP, 2015, p. 5). As relações de Affonso Geribello com a família Junqueira não se restringiram às questões profissionais, pois segundo uma publicação da Associação de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Ribeirão Preto, Gerribello também foi casado com Adelia Junqueira. Ao comentar sobre a construção do Palacete Jorge Lobato, a publicação mencionou que João Quevedo tinha origem chilena e formação em engenharia realizada na cidade do Rio de Janeiro, tendo sido diretor da empresa de Água e Esgoto de Ribeirão Preto (AEAARP, 2015).

[273] Embora o projeto tenha indicado a ocupação de todo o lote remanescente demarcado na implantação do Banco do Commercio e Indústria, um projeto aprovado em 1927 para o Banco Commercial do Estado de São Paulo, com autoria do escritório paulistano Lindenberg, Alves & Assumpção, atesta que a construção de edifícios do setor financeiro na área se ampliou ainda mais que o previsto. (APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 39, 1927). Atualmente, o processo desse projeto junto ao APHRP possui somente uma prancha e não é possível aferir suas dimensões, programa ou fachada, já que a prancha representa apenas dois cortes de uma edificação com dois pavimentos. O corte transversal indica parte de uma construção existente, com um pavimento, pode se tratar do armazém ao fundo da Andrade Junqueira & Cia. (figura 4.1.13). Analisando imagens da construção do Edifício Diederichsen em 1935, observa-se a presença do edifício do Banco Commercial construído próximo ao Banco São Paulo (figura 4.1.14 e 4.1.15). As fotos registram um conjunto de prédios com dois pavimentos alinhados à Rua Alvares Cabral, sem recuos frontais ou laterais, a partir da esquina com a Rua General Osorio, em que se reconhece claramente a Banca Francese e Italiana, o Banco São Paulo e, ao seu lado esquerdo, uma edificação com fachada de ritmo 1x2x1 duplo, ao lado do Banco São Paulo, com características dissonantes entre eles, como a platibanda vazada coroada por pináculos, a sugerir que o edifício da empresa Andrade Junqueira & Cia. tenha sido construído com fachada diferente do projeto aprovado em 1923 (figuras 4.1.12 e 4.1.14). Conforme revela a imagem de 1935, o edifício originalmente projetado para sediar a empresa Andrade Junqueira & Cia., que em 1923 foi representado com a mesma fachada do Banco São Paulo, teria possuído a mesma fachada do Banco Commercial. Ainda que a fachada tenha sido alterada ou construída diferente do que fora aprovado em 1923, é possível que o restante dessa edificação tenha sido construído conforme o projeto. Uma foto aérea de 1958

Externamente, o edifício explorara a linguagem eclética prevalente nos demais prédios daquele conjunto financeiro, mesclando elementos do repertório clássico, sem que se imprimisse algum destaque ou oposição ao que já fora construído. Foi, no entanto, um dos projetos mais inovadores do período, pois além de potencializar o aproveitamento do lote com uma edificação com quatro funções autônomas, mas construtivamente acopladas, também adotou não apenas dois, mas três usos distintos (figura 4.1.12). O térreo do edifício construído em sequência à Banca Francese e Italiana abrigava a agência do Banco São Paulo, enquanto ao seu lado seria instalada a firma Andrade Junqueira & Cia., que atuava como comissária de café e chegou a ter sedes em Santos e São Paulo.

A planta do primeiro pavimento era similar nos dois blocos geminados: acessos independentes para o pavimento superior, área pública junto às entradas, balcão demarcando o limite do setor operacional e salão que se estendia até as áreas de apoio, com sanitários, arquivo ou depósito, no fundo. As diferenças entre ambos se relacionavam às atividades que comportavam: no primeiro, uma agência bancária com habitação unifamiliar no piso superior e, no outro, salas de escritórios acima de uma empresa. Foi, portanto, no edifício da Andrade Junqueira & Cia que o conjunto se revelou inédito, pois ainda que tenha se mantido voltado à prestação de serviços, assumiu configurações distintas nos dois pavimentos. O piso acima da empresa abrigou oito salas ao longo de corredor interno que também dava acesso a um "w.c" coletivo. Com exceção da circulação, todas as salas possuíam aberturas para ventilação e iluminação voltadas para o recuo lateral. Uma delas ainda incorporou parte da laje acima de um armazém como terraço. Já as três salas voltadas para a Rua Álvares Cabral estavam posicionadas próximas à escada e receberam conexões internas, sugerindo que poderiam ser ocupadas por uma única empresa, que também teria garantida a localização mais privilegiada daquele pavimento.

---

registrou as coberturas e parte posterior desses edifícios, revelando a mesma volumetria derivada dos projetos originais (figura 4.1.15). Esse registro também atesta a relação do Banco Commercial ao lado do edifício aprovado para Andrade Junqueira & Cia., já que os elementos da fachada posterior desse primeiro são os mesmos representados no corte transversal do projeto de 1927. A conexão entre sobrados estreitos do "colonizador português" foi citada por Weimer (2012, p. 209) como recurso "para dar uma aparência mais senhorial às massas construídas". No caso do Banco São Paulo e da Andrade Junqueira & Cia., a estratégia parece ter sido adotada com a mesma intenção, pois a conjugação entre os edifícios e a mesma identidade das fachadas conferia-lhes maior imponência. A lógica pode ter se estendido aos demais edifícios construídos pelo setor financeiro nessa área da cidade, pois ainda que não fossem idênticos, adotavam soluções formais e estéticas similares, a garantir sua identificação como um conjunto.



Figura 4.1.12 – Projeto de prédios para Andrade Junqueira & Cia. e Banco S. Paulo.
Ano: 1923
Autor: Affonso Geribello e João Quevedo
Fonte: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 102, 1923.

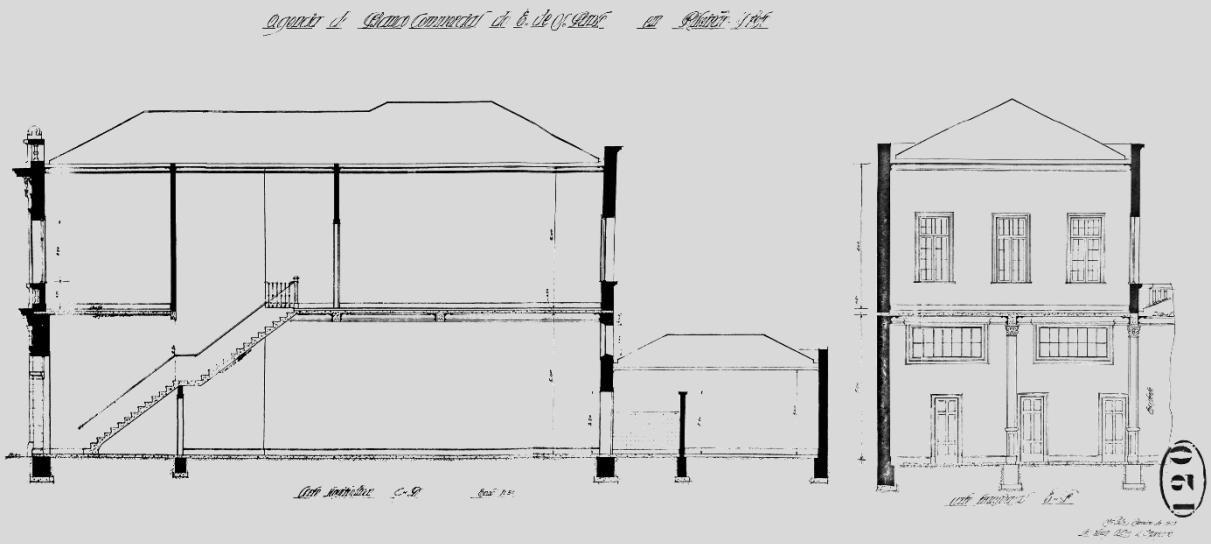


Figura 4.1.13 – Projeto para agência do Banco Commercial do Estado de São Paulo.
Ano: 1927
Autor: Lindenberg, Alves & Assumpção | **Fonte:** APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 39, 1927.



Figura 4.1.14 – Vista do topo do conjunto formado pelos bancos na Rua Alvares Cabral, a partir do canteiro de obras do Edifício Diederichsen.
Data: 26/02/1935 **Autor:** Gullaci Foto. Editado por Tatiana S. Gaspar.
Fonte: APHRP, Álbum de construção Edifício Diederichsen.

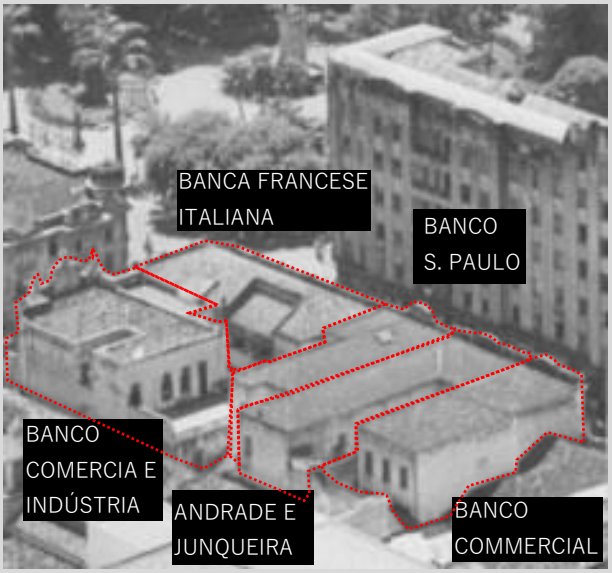


Figura 4.1.15 – Vista do fundo do conjunto bancário, entre as ruas Alvares Cabral e General Osório, e parte da fachada principal do Edifício Diederichsen já construído
Ano: 1958
Autor: Miyasaka - Seção Cine Foto Reportagem. Editado Por Tatiana S. Gaspar.
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F297.

Se a construção de edifícios com mais de um pavimento aumentava o aproveitamento dos terrenos da Rua General Osorio e as edificações multiuso refletiam e colaboravam com a dinamicidade dessa região - testemunhando os primeiros casos de coletivização de espaços de trabalho –, até o início da década de 1920 o agrupamento de moradias acima do térreo ainda não era uma realidade. Mesmo que todos os sobrados com uso misto tenham agregado a função habitacional, apenas em 1925 verificamos o primeiro projeto de edifício com dois pavimentos, uso misto e mais de uma habitação no andar superior (figura 4.1.16).

Novamente previsto para implantação em esquina, entre as ruas General Osorio e Barão do Amazonas, o edifício teve dois projetos aprovados e, entre eles, diversos estudos, a evidenciar que o adensamento construtivo agregado ao populacional ainda estava em fase de experimentação e, possivelmente, de aceitação. O primeiro projeto foi concebido em 1925 pelo arquiteto Florimond Colpaert, com Guilherme Rosada como construtor.[274] Esse foi o único projeto a contar com os cortes e fachadas, mais uma vez submetidas às influências do historicismo eclético (figuras 4.1.16 e 4.1.17). Ainda que agrupasse diversos comércios e residências autônomos, utilizou-se como recurso compositivo a conjugação dos mesmos elementos, alinhamentos e ritmos, conferindo unidade à construção. O embasamento foi ocupado por espaços comerciais e o segundo pavimento foi composto por quatro habitações, cada qual com seu acesso independente, todas com ingresso pela Rua Barão do Amazonas.[275] A maior possuía três quartos, enquanto as demais mantiveram o seguinte programa: dois quartos; sala na porção frontal; sala de jantar no centro; cozinha e w.c. na parte posterior, junto à diminuta copa. A setorização dos compartimentos que necessitavam de instalações hidro sanitárias em uma única zona, o afastamento do

[274] APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 166, 1925.

[275] Os três comércios voltados para a praça possuíam salão, na frente, e administração, com escritório e depósito, no fundo, além de copa e banheiro, na área externa. Os demais possuíam apenas salão para negócio. O limite do terreno na Rua General Osório dispunha de cabine sanitária, possivelmente para uso das três salas comerciais que não possuíam banheiro. O primeiro comércio teve alguns textos rasurados: o depósito localizado ao lado do escritório era inicialmente identificado como sala de jantar e a copa como cozinha. O segundo, que não possuía texto transcrito, recebeu a mesma identificação, enquanto os demais permaneceram sem identificação. A rasura parece indicar que os compartimentos no fundo do salão foram inicialmente concebidos para moradia. Nesse caso, a proposta pode ter encontrado entraves para a sua aprovação. Outra interpretação é de que teria havido intenção de promover a relação entre a residência do pavimento superior com os compartimentos do fundo do comércio, principalmente da área externa com o tanque.

banheiro e cozinha das demais áreas da residência, bem como a função distribuidora da sala de jantar e a ligação entre dois quartos, retomou soluções verificadas anteriormente. A multifuncionalidade do prédio e a organização do programa em dois pavimentos também não eram uma novidade na cidade. No entanto, o projeto inaugurou o agrupamento horizontal de diversas habitações localizadas no segundo pavimento de um mesmo edifício, com usos e acessos distintos, mas que além de dividirem o mesmo terreno, também compartilharam instalações e componentes construtivos.[276]

Na sequência, duas variações que compõe o processo do primeiro projeto foram esquematicamente representadas, indicando algumas das alterações consolidadas no ano seguinte. Uma prancha com as plantas dos dois pavimentos, sem autoria e demais informações sobre a aprovação, reproduziu o projeto original com algumas alterações. Uma cópia dessa prancha foi utilizada para um novo estudo com demarcações de inserções e demolições, como a eliminação das escadas privativas para as habitações e a abertura de vãos entre os salões comerciais. O banheiro isolado no final do prédio foi eliminado e o ambiente ao seu lado, sem denominação de uso e interligado aos demais comércios, passou a contar com uma das duas escadas para o segundo pavimento, enquanto a outra estava junto à fachada posterior. Além disso, os muros divisórios externos dos comércios foram apagados, refletindo a maior coletivização de espaços e circulações. No pavimento superior não havia representação de escadas, mas se indicava a cobertura dos átrios, a demolição de paredes divisórias internas, como nas áreas de cozinhas e banheiros, e a abertura de alguns trechos de parede interligando quase todas as habitações. Uma interpretação possível seria a redução do número de habitações do segundo pavimento a partir da ampliação da residência localizada na quina do prédio.[277]

---

[276] Cabe destacar que, ao mencionar pela primeira vez a possibilidade de construção de “várias casas unidas”, desde que suas paredes divisórias tivessem espessura mínima de 30 cm e se estendessem até o telhado, o Código de Posturas de 1921 forneceu importante diretriz para o adensamento populacional e construtivo. A dimensão estabelecida parece ter relação com a estrutura e a privacidade das unidades habitacionais. O artigo também estabelecia que os terrenos deveriam estar separados internamente por cercas ou muros, como também ocorreu no caso do projeto em análise, e as edificações providas de instalação sanitária consistente em encanamento e distribuição de água, além de latrina com ligação conveniente à rede de esgotos (RIBEIRÃO PRETO, 1921), o que expressa a preocupação com a salubridade dessas habitações.

[277] Outra parte do processo de 1925 sintetizou a lápis, sobre duas folhas de papel milimetrado, alterações rascunhadas sobre a planta. Além de confirmar as mudanças sugeridas para o térreo, indicou novas paredes para os banheiros do andar superior, que assim como no primeiro pavimento, assumiam a configuração de

Contudo, em 1926, um novo projeto foi definitivamente aprovado para a construção inicialmente aprovada em 1925, dessa vez com a assinatura de Baudilio Domingues como arquiteto e construtor, incorporando as alterações previstas nos estudos anteriores.[278] O processo conta apenas com as plantas dos pavimentos, nas quais os compartimentos internos não possuem denominação. No térreo, todos os salões comerciais foram conectados internamente, a permitir que fosse inteiramente ocupado por apenas um estabelecimento. Com a eliminação das escadas de acessos independentes, o projeto consolidou a criação de duas novas circulações verticais. Uma delas inserida no último módulo construído à Rua General Osório, com acesso pelo comércio ou pela calçada. A outra escada estava disposta no interior do lote, com acesso pela área externa junto ao recuo posterior. A área externa também possuía ligações com o comércio, configurando-se como um espaço de uso comum para os ocupantes do edifício.[279] No segundo pavimento, mantinha-se em grande parte a compartimentação do projeto aprovado em 1925, mas se assumia a abertura dos vãos sequenciais que criaram um eixo de circulação conectando todo o pavimento (figura 4.1.19). A princípio, a solução poderia indicar a proposta de mudança de uso para prestação de serviços, mas a presença de três cozinhas e três banheiros, mantidos nos blocos menores como no primeiro projeto, distancia-se dessa hipótese. Também não seria coerente com o programa de uma residência unifamiliar, ou mesmo de um hotel, sugerindo tratar-se de uma experiência para uso habitacional com programa reduzido e áreas de uso coletivo.

---

cabines. Não se informava a denominação de nenhum compartimento, mas ao inserir as cotas se largura dos vãos, evidenciou as passagens internas a interligar uma sequência de cômodos na porção central da planta. Apenas a habitação junto ao limite do terreno na Rua Barão do Amazonas se manteve autônoma, com a mesma configuração do projeto aprovado, mas acesso pela escada localizada no fundo do prédio. É possível que nesse momento tenha se esboçado a utilização de parte do segundo pavimento com salas para prestação de serviços, enquanto uma porção menor seria destinada ao uso habitacional, com apenas uma residência.

[278] APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 206, 1926.

[279] No entanto, uma imagem em que a fachada posterior do prédio foi registrada após 1935 não sugere a presença de escada externa (figura 4.1.18). Um registro do fotógrafo Tony Miyasaka a partir da Rua Visconde de Inhaúma revela a imagem do edifício ao fundo do local que havia abrigado o Teatro Carlos Gomes, com a presença de abrigo para embarque de passageiros e alguns ônibus estacionados. O Teatro foi demolido em 1944 e a concessão de Prefeitura de Ribeirão Preto para utilização da esplanada do antigo Teatro Carlos Gomes como um ponto de ônibus ocorreu em 1952. Em meados da década de 1950 foi construído no mesmo local um edifício de uso misto com seis pavimentos. Está claro, portanto, que a construção inicialmente aprovada em 1925 e modificada em 1926 permaneceu no local até o início da década de 1950.

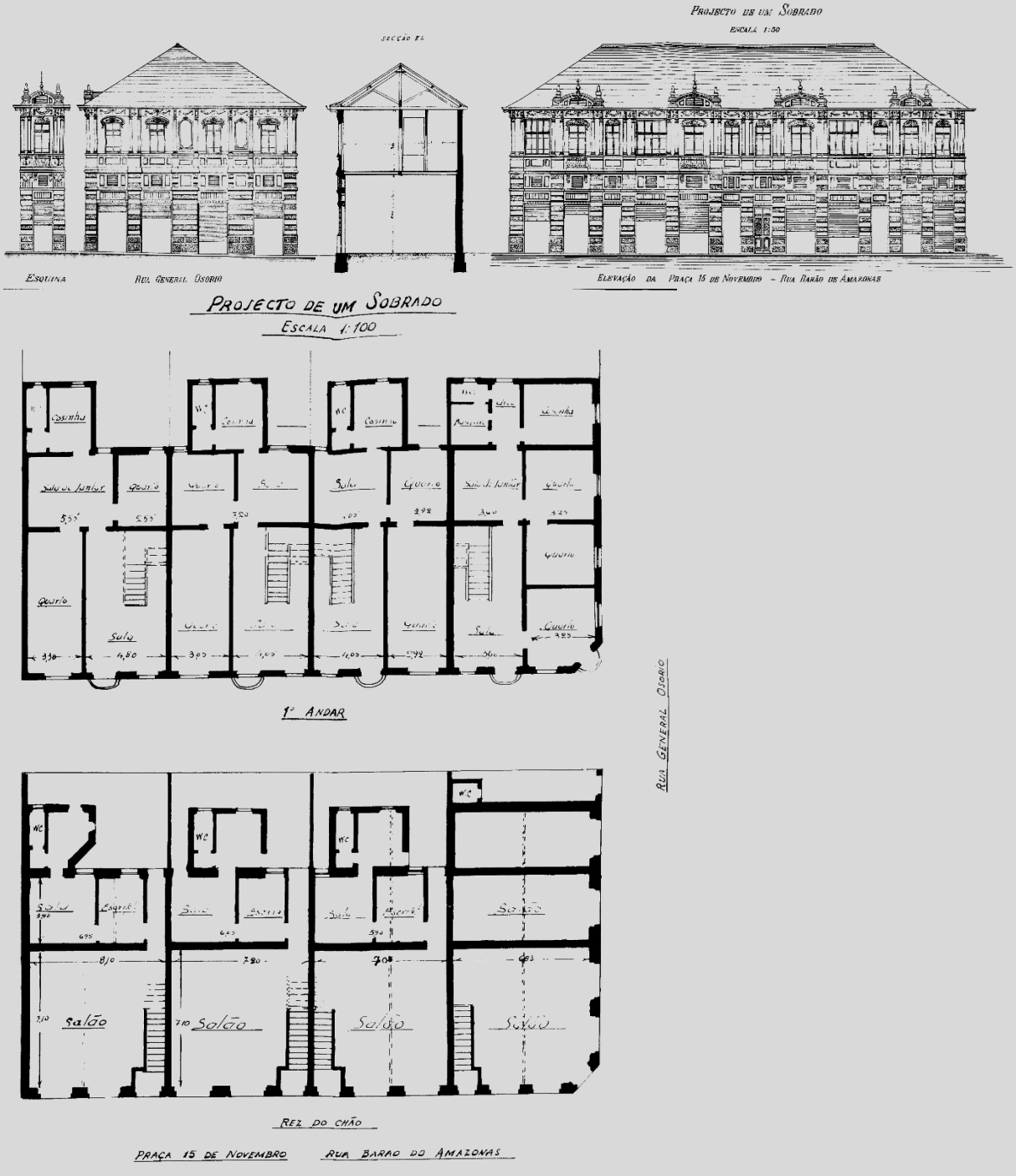
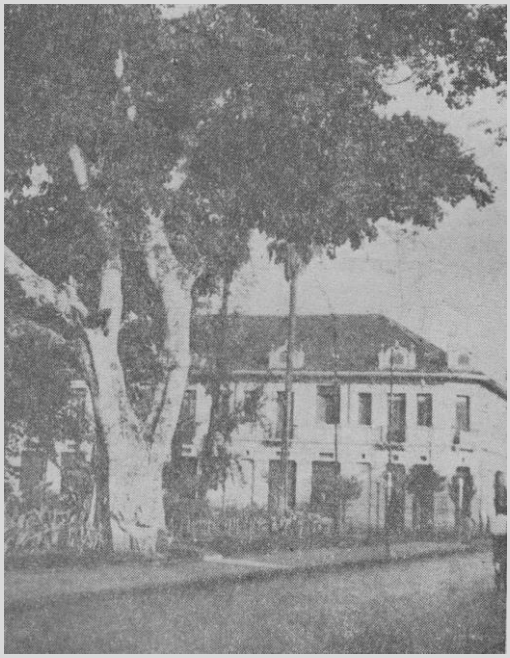


Figura 4.1.16 – Projeto de sobrado.
Ano: 1925
Autor: Florimond Colpaert (arquiteto)
Fonte: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 166, 1925.



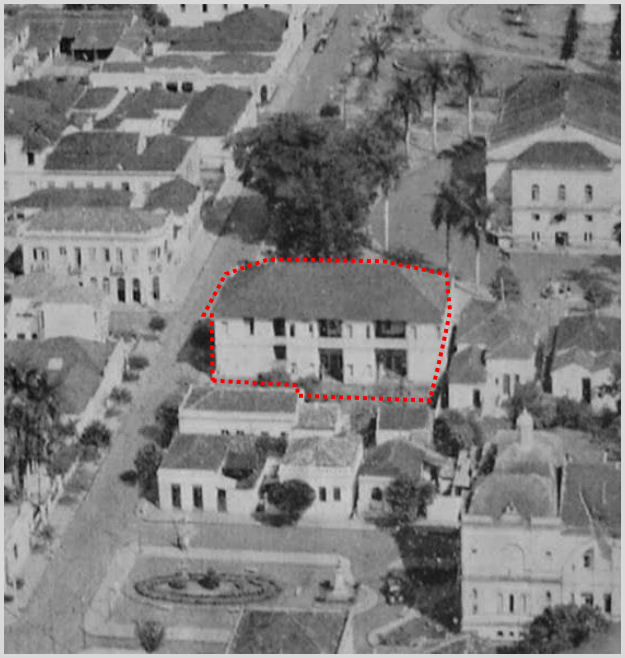


Figura 4.1.17 – Vista da fachada principal do sobrado (acima, à esq.). | **Ano:** não informado | **Autor:** não informado
Fonte: PRATES, 1971, p. 10.

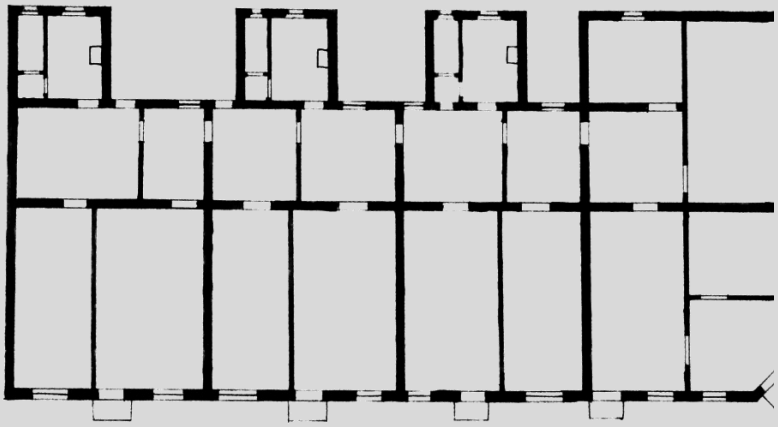


Figura 4.1.18 – Vista da fachada posterior do sobrado (acima, à dir.).
Ano: n. inf. | **Autor:** não informado. Editado por Tatiana S. Gaspar.
Fonte: https://lufelopes.blogspot.com/2012/02/. Acesso em: 16/06/2020.

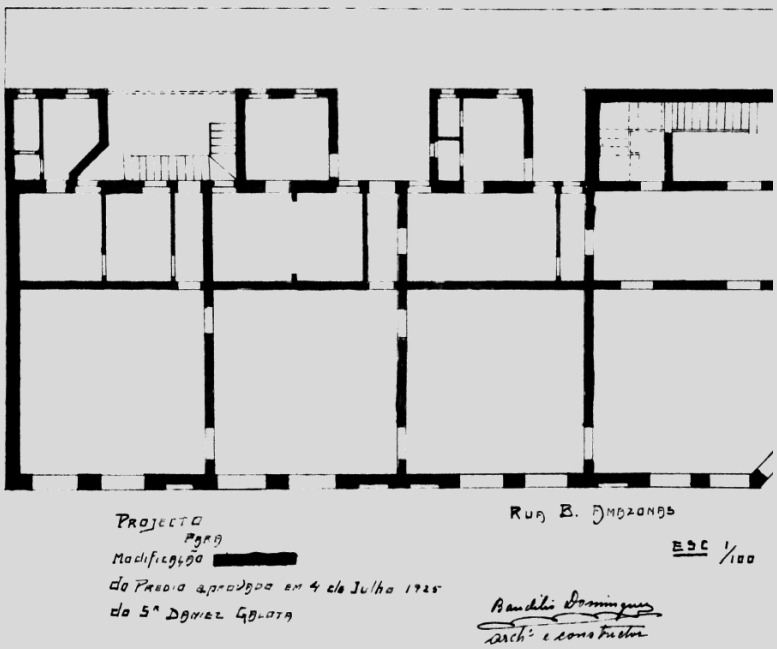


Figura 4.1.19 – Projeto para modificação de prédio aprovado para Daniel Galota.
Ano: 1926
Autor: Baudilio Domingues
Fonte: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 206, 1926.

Dois anos depois, a construção do Edifício Meira Júnior – que fez parte do conjunto erigido pela Companhia Cervejaria Paulista no quarteirão em frente à Praça XV de Novembro – reforçou a importância desse local para as primeiras concepções de espaços coletivos em prédios acima de um pavimento e a esquina entre as ruas Álvares Cabral e General Osorio como área de investimento de empresas ligadas ao ramo industrial e financeiro para a construção de edifícios multiuso. A proximidade com o prédio da Andrade e Junqueira e Cia. reflete uma vocação ainda mais especifica, para a implantação de espaços coletivos de trabalho.

O Edifício Meira Júnior possuía três pavimentos e uso misto – com térreo comercial e dois pavimentos para prestação de serviços (figura 4.1.20). Complementou o conjunto formado com o Theatro Pedro II, construído exclusivamente para o uso cultural, e o Central Hotel, anteriormente denominado Hotel Central, com três pavimentos, e que foi apenas reformado pela Cia. Cervejaria Paulista.[280] Com a reforma, além de adquirir elementos decorativos que dialogavam com a composição eclética da fachada do conjunto, o hotel também passou a abrigar o uso comercial, no térreo, complementando o rol de edifícios multifuncionais no entorno da Praça XV de Novembro. Idealizado como um conjunto harmônico e monumental, os edifícios do que ficou conhecido como o Quarteirão Paulista foram escolhidos a partir de um concurso de projetos que elegeu a solução do engenheiro com reconhecida atuação na capital paulista, Hippolyto Pujol Junior. Para a Cia. Paulista, o projeto foi “realmente o de mais perfeita concepção architectonica” e o que “melhor

[280] O projeto não faz parte do acervo de obras particulares do APHRP, mas a uma caixa arquivada com alguns itens desse processo, como a solicitação feita pela Cervejaria Paulista para a construção de “um conjunto de edifícios formado por um Theatro e um prédio comercial”, em 1 de março de 1928; uma prancha com a fachada principal do “Cine-Theatro”, sem data ou assinatura, contanto com a elevação da Rua Alvares Cabral e a fachada do Edifício Meira Junior, do Theatro Pedro II e de parte do térreo do Central Hotel - sendo o restante dessa edificação delineado em seu contorno externo; um corte transversal, também sem data ou assinatura, que representou os três pavimentos do Edifício Meira Junior, o Theatro Pedro e o contorno do Central Hotel, indicado como “prédio existente”; a solicitação de licença para execução de piso cimentado e assoalhado do subsolo do Teatro Pedro II, juntamente com a planta do pavimento subterrâneo do Theatro Pedro II, assinada por Ernesto Terreri como arquiteto licenciado e Antonio Ristori como construtor licenciado, em janeiro de 1939 (APHRP. Inventário Geral, Cx. 10). Algumas pranchas do projeto foram fotografadas por Renata Alves Sunega, quando desenvolvia sua pesquisa de mestrado sobre o Quarteirão Paulista. As plantas do Theatro Pedro II e do Edifício Meira Junior constam em seu trabalho (SUNEGA, 2002) e as imagens registradas foram cedidas pela autora. Contudo, não é possível visualizar com clareza a identificação dos compartimentos nas plantas, o que dificulta a compreensão do conteúdo programático do Edifício Meira Junior e sua distribuição funcional e espacial. Não foi verificada nenhuma planta do hotel, antes ou depois da reforma.

aproveitava o terreno" (MEIRA JUNIOR, 1932, p. 4-5 apud SUNEGA, 2002, p. 68- 69). O prédio na esquina com a Rua General Osorio foi posteriormente batizado com o sobrenome do advogado e presidente da Cia. Paulista, João Alves Meira Junior, sendo mencionado no projeto como um edifício comercial. Desde a proposta inicial apresentada por Pujol, alguns tipos de estabelecimentos especializados eram previstos para a sua ocupação, como uma loja de joias e uma confeitaria, com vitrines a despertar o desejo de consumo dos que por elas passassem. A descrição feita por Meira Júnior de uma ilustração do projeto com a fachada do conjunto reforçou o fascínio dessa representação sobre ele e, mais ainda, o seu interesse em transmitir à cidade a noção de opulência, não só pelo aspecto externo das edificações do Quarteirão Paulista, como pelo estilo de vida e de consumo proposto pelas atividades admitidas no interior dos edifícios:

> em frente a montra de uma das lojas elegante dama, segurando o indefectível tótó, ralava-se de inveja diante das ofuscantes jóias alli expostas; á porta da confeitaria um garoto chupava o dedo para acalmar as lombrigas assanhadas com as gulodices que entupiam vitrines e estufas; á porta do theatro caríssima limousine parada; á sacada do grande salão da confeitaria viam-se pares já cansados do chá dansantes; no terraço do theatro haviam espectadores risonho que pareciam dizer: 'mas que bela paça a Paulista levou!' (...) (MEIRA JUNIOR, 1932, p. 4-5 apud SUNEGA, 2002, p. 68).

Além das lojas que seriam instaladas no térreo, o programa do Edifício Meira Júnior também previa a ocupação dos pavimentos superiores com salas para prestação de serviços, implantadas circundando o pátio ajardinado no centro da planta. A configuração garantia a independência de acesso das lojas comerciais dispostas junto às fachadas, com entrada direta pelas calçadas e seus próprios sanitários, sempre na zona posterior do salão e com aberturas para o pátio interno. O acesso às salas dos pavimentos superiores ocorria pela porta instalada no limite do edifício na Rua General Osório, que conduzia até as escadas e demais áreas públicas no entorno do pátio central. Uma das circulações verticais estava posicionada mais próxima à entrada da Rua General Osório, enquanto a outra, instalada na divisa do prédio com o recuo do teatro, possuía um caráter de circulação de serviços para acesso às áreas de apoio. A solução refletia a especialização no agenciamento dos fluxos e setorização das atividades no interior do edifício projetado para um público de maior poder aquisitivo na cidade.

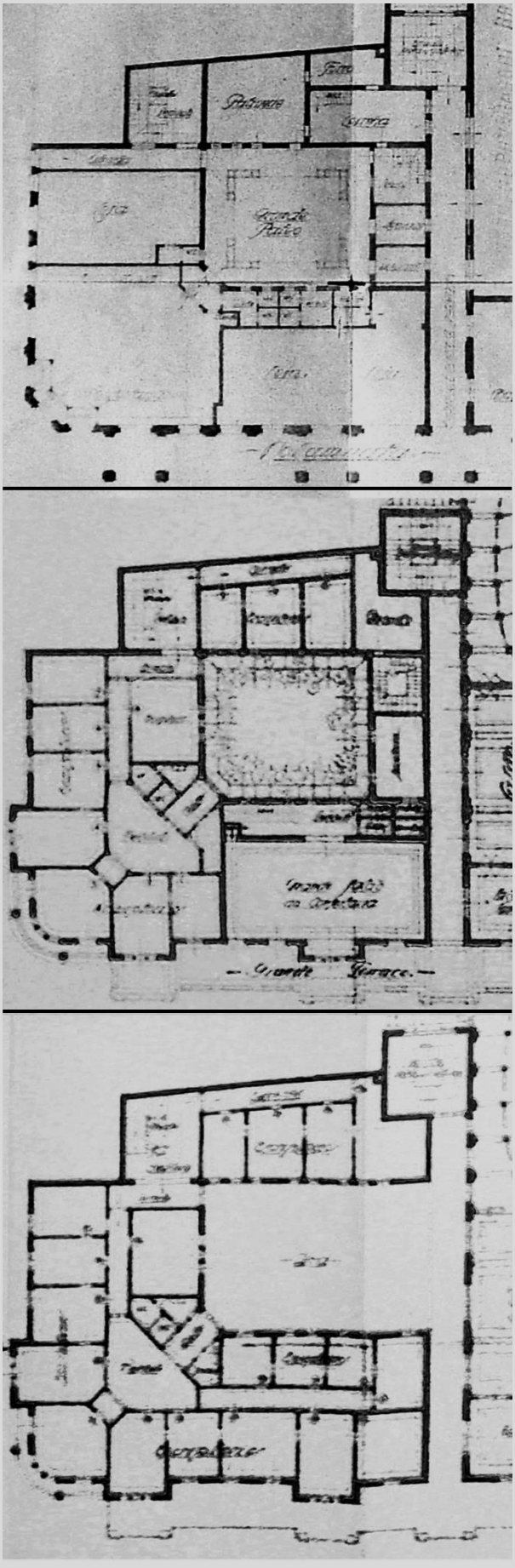


Figura 4.1.20 – Plantas baixas do projeto do Edifício Meira Júnior (de cima para baixo: térreo, 1º andar e 2º andar).
Ano: 1929
Autor: Hyppolito Gustavo Pujol Junior
Fonte: SUNEGA, 2002, págs. XVIL, XLV, XVLI.

Nos dois pisos acima do térreo a configuração era similar. A modulação dos eixos estruturais definiu e organizou a compartimentação interna do programa de usos, mas o conhecimento do engenheiro sobre as propriedades do concreto armado permitiu a criação de espaços amplos, sobretudo nos salões comerciais do térreo. As salas com tamanhos variados dispostas no segundo e terceiro pavimentos foram especificadas como escritórios e distribuídas ao longo de corredores internos. Alguns escritórios possuíam conexões internas, a permitir o atendimento de empresas maiores que poderiam locar diversas salas. Já o centro da planta permaneceu livre em todos os pavimentos e garantia a ventilação e iluminação de compartimentos dispostos ao redor dessa área, como os banheiros. Havia uma área de sanitários para cada andar dos escritórios. Ela estava localizada no mesmo setor da planta e, juntamente com as circulações verticais e horizontais, garantira usos coletivos nesses espaços, sem deixar de atender às noções de salubridade e privacidade, mesmo em áreas compartilhadas pelo público.

Em maio de 1930 o edifício comercial foi finalizado, sendo a partir de então alugado para terceiros.[281] Mesmo com os sucessivos atrasos e aditivos orçamentários para a sua construção em meio à crise internacional de 1929, uma indicação significativa do sucesso alcançado pela Cia. Paulista foi a aprovação, quatro anos mais tarde, do projeto do Edifício Diederichsen para a esquina oblíqua.[282] Os edifícios Meira Júnior e Diederichsen, além de carregarem os nomes de seus promotores e assim materializarem a importância das empresas e empresários, vinculados ao setor industrial, que os promoveram, também consolidaram o aspecto multifuncional do cruzamento entre as ruas Álvares Cabral e General Osorio. Ao ampliarem a oferta de espaços para comércio e prestação de serviços disponíveis para a locação, refletiram também o crescimento das atividades urbanas naquele contexto, sugerindo um ambiente fértil para a exploração de concepções mais arrojadas em termos programáticos, construtivos e estéticos.

---

[281] Sabe-se que em 1929 foi instalada rede de telefonia para atender aos edifícios Quarteirão Paulista (APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 42, 1929).

[282] Durante a construção algumas soluções foram alteradas nos dois edifícios em execução, em certos casos sem a autorização da Cia. Paulista. Essa situação contribuiu para acentuar os conflitos entre o contratante e o engenheiro, culminando em uma disputa judicial entre ambos. Quando a Cia. Paulista deixou de liberar recursos ao engenheiro, Pujol Junior precisou criar mecanismos que permitissem a conclusão das obras. Obteve crédito na cidade e negociou diretamente com alguns dos fornecedores de materiais, como Antonio Diederichsen, transferindo para si o saldo devedor da Cia. Paulista (SUNEGA, 2002).

4.2 CINEMA, COMÉRCIOS E SERVIÇOS NO EDIFÍCIO DIEDERICHSEN

O Edifício Diederichsen concentrou em uma única edificação, com sete pavimentos, todos os setores de atividades que até aquela data haviam sido parcialmente contemplados nas construções multiuso de Ribeirão Preto – ou que estavam organizados em prédios distintos e com menor altura, como no empreendimento da Companhia Paulista. Contudo, outros aspectos igualmente expressivos não dizem respeito apenas à sua materialidade ou conteúdo programático, mas à organização funcional e espacial adotada para os usos que comportou e à grande quantidade de pessoas abrigadas. No projeto de Antonio Terreri e Paschoal De Vincenzo, admitia-se, originalmente, a ocupação do térreo por comerciantes, funcionários e consumidores em 17 lojas, e 1.300 espectadores na lotação máxima do cinema; além dos profissionais prestadores de serviços e seus clientes utilizando as 120 salas alocadas no segundo e terceiro pavimentos; somados aos moradores, temporários ou permanentes, vivendo nos 70 apartamentos localizados nos andares mais altos (figuras 4.2.1, 4.2.2 e 4.2.3).[283]

Assim como a escolha do terreno e seu programa refletiram aspectos relativos à localização da edificação na cidade, respondendo às particularidades e condicionantes urbanas do entorno, as características do lote onde foi implantado também tiveram impacto decisivo sobre as soluções do projeto. Como nos prédios de uso misto com mais de um pavimento aprovados para a Rua General Osório ao longo das décadas anteriores, o Edifício Diederichsen foi erigido no alinhamento contíguo às vias públicas confrontantes do terreno, apresentando recuos apenas em relação às divisas no interior da quadra.

---

[283] Cabe mencionar que um projeto com autoria de Terreri e De Vincenzo, sem data e registro de aprovação, foi armazenado em pasta denominada “Palacete Diederichsen - Projecto aprovado”, da Coleção Terreri, no APHRP. A planta representa alterações no térreo, como a diminuição de uma loja para abertura de saída de emergência do cinema (figura 4.2.5). Já as plantas do 2º e 3º, e 4º, 5º e 6º pavimentos, embora tenham sido aprovadas como iguais, foram executadas de modo distinto. Sabe-se que o 3º pavimento sofreu modificações em razão do cinema, com redução de oito salas em relação ao 2º pavimento, e que o 6º pavimento foi alterado para receber o hotel criado nesse andar. Ainda que não existam registros desses pavimentos alterados, sabe-se que desde a inauguração o número de salas e apartamentos foi inferior ao que o projeto aprovado indicou.

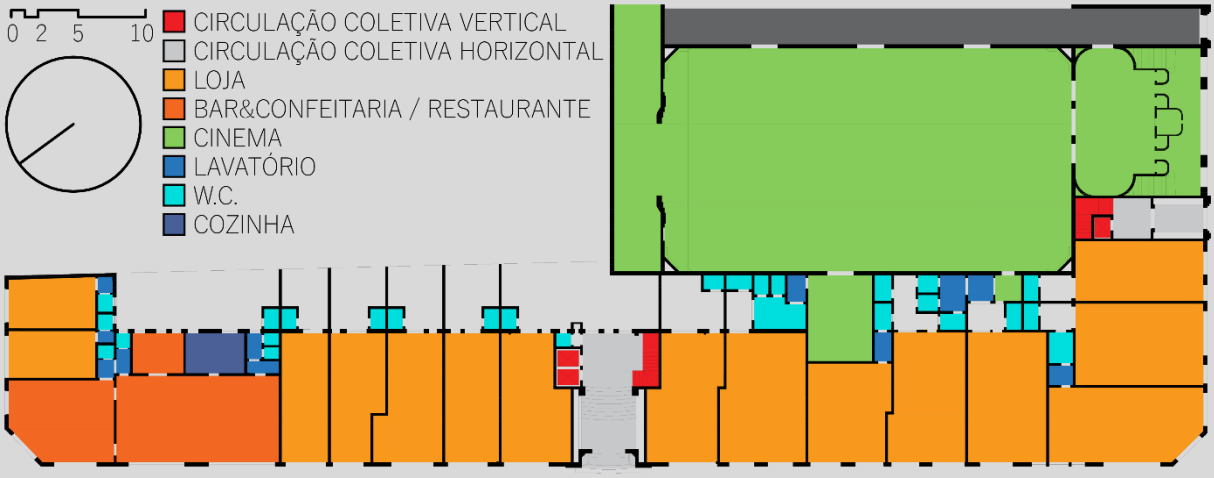


Figura 4.2.1: Setorização dos usos no 1º pavimento (comércio e cinema) do Edifício Diederichsen.
Autor: Tatiana S. Gaspar | **Fonte**: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 95, 1934

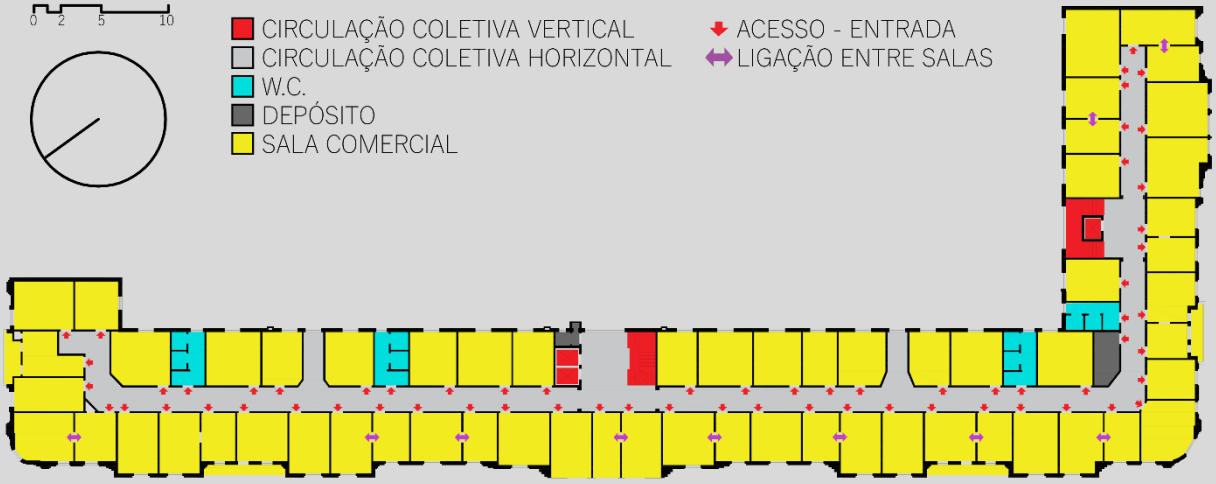


Figura 4.2.2: Setorização dos usos no 2º e 3º pavimentos (escritórios) do Edifício Diederichsen.
Autor: Tatiana S. Gaspar | **Fonte**: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 95, 1934

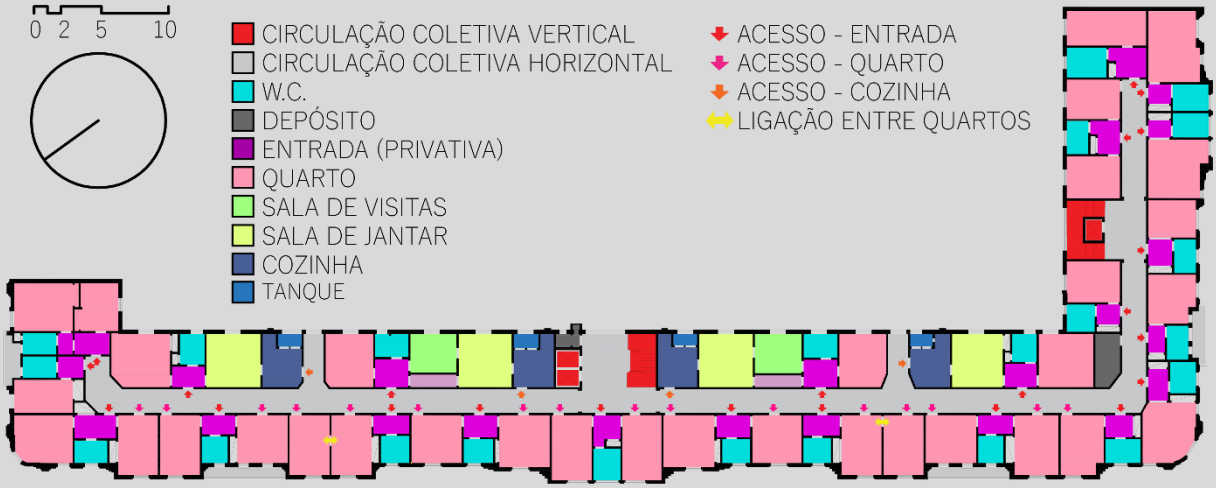


Figura 4.2.3 – Setorização dos usos no 4º, 5º e 6º pavimentos (habitação) do Edifício Diederichsen.
Autor: Tatiana S. Gaspar | **Fonte**: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 95, 1934.

A ausência de recuos para as vias públicas era uma determinação explícita do Código de Obras Arthur Saboya para as novas edificações localizadas no centro, em contraponto ao que se definia para as demais zonas da cidade, que não deveriam possuir recuos frontais inferiores a quatro metros.[284] Essa regra estabelecida para o centro, associada às condições do terreno onde o Edifício Diederichsen foi erigido, fizeram com que a construção definisse toda a face da quadra voltada para a Rua Alvares Cabral, bem como as esquinas e parte das ruas São Sebastião e General Osorio. No lote com 2.197,94 m², a taxa de ocupação foi acima de 90%, permanecendo livres, mas com pisos impermeáveis, apenas as áreas necessárias para o provimento de iluminação e ventilação dos compartimentos posicionados junto às fachadas posteriores, sobretudo no térreo.

Devido à sua verticalidade, que na Rua Álvares Cabral chegou a representar uma altura mais de duas vezes superior à largura da via, a alta taxa de ocupação se somou ao também elevado coeficiente de aproveitamento, próximo a cinco, ocasionando a definitiva imposição dessa edificação sobre o ambiente urbano naquele contexto. A relação entre o volume verticalizado e a extensão do prédio construído sobre o alinhamento da Rua Álvares Cabral também ressaltou a geometria horizontalizada do bloco, que em sua maior largura foi quase 3,5 vezes superior à altura máxima alcançada pelo prédio. Como visto anteriormente, essa proporção fez com que o Edifício Diederichsen chegasse a ser apelidado como “Martinelli deitado” (A CONCENTRAÇÃO..., 1935, p. 3), já que no exemplar da capital paulista que foi o mais alto do Brasil, a torre vertical se destacava

---

[284] Os diferentes recuos definidos para algumas áreas da cidade, juntamente com a exigência de uso exclusivamente residencial para edificações contíguas à Avenida Independência e a imposição de construções com dois ou mais pavimentos em torno da Praça XV de Novembro, desenharam, a partir da década de 1920, uma cidade com morfologias distintas. Desde o primeiro Código de Posturas adotado em Ribeirão Preto, em 1889, embora se admitisse o afastamento com o devido fechamento do terreno, a construção de edifícios alinhados às vias públicas era uma recomendação para toda a cidade. Essa regulamentação vigorou até o início da década de 1920, quando algumas áreas da cidade passaram a receber tratamento especial. Nas construções da recém-inaugurada Avenida Independência, por exemplo, além de ser vedado o uso não habitacional, definiu-se que essas residências deveriam estar obrigatoriamente afastadas em, no mínimo, seis metros do alinhamento da calçada, sendo ainda necessário que possuíssem jardim e fechamento em gradil. A imposição do recuo obrigatório criado pela lei municipal n. 277, de 1923, também foi utilizada como referência para outras leis promulgadas ao longo da década de 1920, como no caso do afastamento mínimo de quatro metros exigido para as construções na Avenida do Café, em 1929. Antes disso, em 1922, uma lei também estabeleceu o afastamento mínimo de cinco metros do alinhamento para as “pequenas habitações” construídas nos bairros Vila Tiberio e Barracão, localizados na terceira zona (RIBEIRÃO PRETO, 1922).

veementemente entre as demais construções da cidade e sobre as medidas do terreno – que por sua vez possuía condições e dimensões similares às do edifício ribeirão-pretano.

O terreno do Edifício Diederichsen possuía formato irregular e desnível aproximado de 1,5 metros entre o ponto mais alto, na Rua São Sebastião, e o ponto mais baixo, na Rua General Osorio. Somadas às dinâmicas da região, essas características foram importantes para a distribuição dos setores de atividades do Edifício Diederichsen. Por outro lado, aspectos relativos às condições climáticas da cidade e do entorno, mesmo com seu impacto na utilização do prédio, aparentemente não tiveram influência na sua concepção. O fato de estar em cota elevada e ter sido o edifício mais alto naquele contexto, contribuiu para sua iluminação e ventilação naturais. Por outro lado, a orientação no terreno não favorecia o conforto térmico no interior do edifício e a disposição funcional não foi ajustada à ocupação de áreas com maior, ou menor, incidência de radiação solar ou ventilação. A fachada alinhada à Rua Álvares Cabral, por exemplo, era a mais crítica em relação à radiação solar, pois recebia maior insolação no período vespertino. No entanto, essa era a fachada de maior área e junto a ela foi distribuída a maioria dos compartimentos da edificação, englobando comércio, serviços e habitações.

A menor testada do prédio está alinhada à Rua General Osório, com frente para uma esplanada livre de edificações entre a Praça XV de Novembro e o Quarteirão Paulista. Nesse trecho, que era também o de maior valor comercial, a fachada possui apenas 14,1 metros de largura, mantendo-se com essa conformação até quase a metade do lote em desenvolvimento ao longo da Rua Álvares Cabral. Desse ponto em diante, a área acrescida no terreno permitiu a ampliação da frente do edifício para a Rua São Sebastião, com 34,7 metros. Perante essas características, a ausência de recuos frontais foi importante para o melhor aproveitamento do terreno e para garantir a proximidade entre a construção e a calçada, na região com maior movimentação de pessoas da cidade. Certamente, esse foi um dos partidos arquitetônicos fundamentais para a definição do uso comercial do térreo. Para aproveitar a circulação de pessoas na área central, o edifício também foi implantado em contiguidade à calçada, mantendo-se no nível das vias confrontantes e sem porão ou subsolo, deixando livre o acesso às lojas no rés do chão. Mais ainda, parece evidente que as dinâmicas predominantes em cada via, somadas à conformação do terreno, também determinaram a distribuição das atividades nesse pavimento, além de terem condicionado a localização dos acessos e a distribuição de usos nos demais andares.

4.2.1 CINE SÃO PAULO E A ESTÉTICA ART DÉCO

O cinema foi o primeiro setor do Edifício Diederichsen a ser inaugurado, em primeiro de maio de 1936, uma sexta-feira, feriado do Dia do Trabalho. Nessa data, o registro fotográfico feito por Gullaci retratou a plateia e o balcão lotados pelo público, com "lanterninhas" estrategicamente posicionados próximos às entradas e as luzes do cinema ainda acesas, aguardando apenas por aquele *flash* para dar início à sua primeira sessão (figura 4.2.4).[285] Quando inaugurado, não foi o primeiro e nem era o único cinema de Ribeirão Preto. Contudo, não faltaram singularidades para que se destacasse em relação aos demais. Ainda em agosto de 1934, pouco mais de quatro meses após a aquisição do terreno e antes da apresentação do projeto à municipalidade, a construção da nova casa de diversões no Edifício Diederichsen foi noticiada pelo jornal *Correio Paulistano*:

> NOVA CASA DE DIVERSÕES – O grande industrial aqui residente sr. Antonio Diederichsen a quem Ribeirão Preto muito deve pelo seu espirito emprehendedor adquiriu ha tempos por 420 contos o prédio e terreno de propriedade dos herdeiros do cel. Joaquim da Cunha, no ponto mais central da cidade, ou seja na Praça 15 de Novembro, em frente ao quarteirão dos bancos. Em consequência dessa compra já foi dado inicio ás obras de um edifício de seis andares devendo o andar térreo ser occupado por lojas e os demais andares por apartamentos e escriptorios.
>
> Possuindo o terreno referido frente para duas vias publicas (Alvares Cabral e São Sebastião) além da frente que dá para a referida praça, será construído com frente para a rua São Sebastião, magnifico theatro que se espera esteja concluído em janeiro do anno próximo.
>
> Essa nova casa de diversões será explorada pela Empreza Theatral Paulista que por intermédio de seu proprietário dr. Dr. Oswaldo de Abreu Sampaio já assignou o respectivo contracto de arrendamento, ficando a gerencia do mesmo theatro confiada ao sr. Antonio Albino Junior. A lotação da referida cada de diversões será para duas mil pessôas, comportando 1.500 na platéa e 500 nos balcões. Até á conclusão das obras iniciadas a referida empresa adaptará um prédio da avenida Jeronymo Gonçalves para dar inicio ás suas atividades nesta cidade. (NOVA CASA..., 1934, p.4, grafia original).

---

[285] Nela foi exibido o filme Casta Diva, uma produção italiana de 1935 estrelada pela atriz e cantora Martha Eggert (CINE..., 1936, p. 10). Sua inauguração também foi divulgada na capital federal, com menção aos construtores De Vincenzo e Antonio Terreri (O DIARIO..., 1936, p. 5).

Além do recorrente reconhecimento público de Antônio Diederichsen como um benfeitor para a cidade, a reportagem mencionou com entusiasmo a localização da nova edificação e as previsões para o "theatro" que nela seria construído. Ainda que algumas estimativas não tenham se confirmado, a descrição de certos detalhes esclarece que esse setor do edifício foi planejado com antecedência, inclusive com o estabelecimento de contrato prévio para sua administração após a conclusão das obras.

No projeto apresentado à Prefeitura, a capacidade anunciada pela publicação foi reduzida quase pela metade, passando de 2.500 para 1.300 poltronas entre plateia e balcão. A finalização prevista inicialmente também sofreu grande alteração: de janeiro de 1935 para maio de 1936 – um ano depois da demolição da antiga casa de Quinzinho Junqueira –, com 16 meses de atraso. Tal indicativo coaduna com as solicitações que exigiam maior celeridade na aprovação do projeto e com a priorização do cinema em determinado momento da obra. Isso porque, ao menos nesse caso, sua conclusão garantiria o início do retorno financeiro de Antonio Diederichsen a partir da execução de um contrato de arrendamento com a Empreza Theatral Paulista (figura 4.2.4).[286]

Durante a execução da cobertura do cinema, em julho de 1935, uma reportagem do jornal *Folha da Manhã* sobre a "Capital d'Oeste", avaliou os atributos de Ribeirão Preto e prenunciou que cidades como ela seriam "sempre centros das regiões onde se encontram" (CAPITAL D'OESTE..., 1935, p. 27). Ao comentar sobre a presença das inúmeras "casas de diversões" no município, mencionou a existência de "quatro cinemas com sessões diárias" e, entre eles, destacou apenas o "já bastante conhecido no Estado", Pedro II, de propriedade da Companhia Cervejaria Paulista, e o cinema que seria instalado no "Predio Diederichsen" – descrito como um "grandioso edifício de 7 andares e perto de 90 metros de frente" que se encontrava em construção.[287]

---

[286] Que em 1928 já se autointitulava como a "a maior empreza cinemathographica do Estado" (FONSECA, 2019, p. 93), administrando diversos cinemas em cidades de São Paulo. Sua confiança no novo cinema de Ribeirão Preto era tamanha que, enquanto aguardava pela conclusão do Edifício Diederichsen, resolveu iniciar sua operação adaptando outro espaço em um prédio provisório. O projeto de um cinema localizado na Av. Jeronimo Gonçalves foi aprovado em 1928 e, possivelmente, este foi o local adaptado em 1934. Mesmo após a conclusão do Cine São Paulo, o Cine Avenida permaneceu em atividade sob a administração da Empresa Teatral Paulista (disponível em: http://cinemafalda.blogspot.com/2009/12/ribeirao-preto.html. Acesso em: 01/05/2020).

[287] Nessa época o Teatro Carlos Gomes ainda não havia sido demolido, mas já se encontrava em decadência. Nos primeiros anos do século XX esse edifício também abrigava um cinema e exibia filmes (figura 1.2.5).



Figura 4.2.4 – Inauguração do Cine São Paulo. Acima, plateia e balcão lotados pelo público. Abaixo, "representantes das fábricas de fitas", Oswaldo A. Sampaio, coproprietário da Empreza Thatral Paulista (assinalado com uma cruz) e Antonio Albino Junior, gerente do Cine São Paulo (apontado por uma flecha).
Data: 01/05/1936
Autor: Gullaci Foto
Fonte: APHRP, Álbum de construção Edifício Diederichsen.

Apesar disso, no ano seguinte o mesmo jornal publicou nova matéria sobre os cinemas em Ribeirão Preto e, dessa vez, ao invés de entusiasmo, manifestou preocupação com a quantidade de estabelecimentos do gênero e os “efeittos da concorrencia entre as casas de diversões locaes” (DE RIBEIRÃO..., 1936, p. 13). Após extensa argumentação sobre os aspectos positivos e negativos da concorrência, atribuída ao “ideal bandeirante” e classificada como um “factor de progresso que aproveita á collectividade, porém sempre ou quase sempre a custa do individuo” (DE RIBEIRÃO..., 1936, p. 13), a reportagem expressou receio sobre o impacto do cinema que seria inaugurado no Edifício Diederichsen para o faturamento do empreendimento construído alguns anos antes pela Companhia Cervejaria Paulista, na quadra vizinha:

> (...) Ribeirão Preto possue, entre outros, o cinema instalado no Theatro “Pedro II”, unico no interior do Estado quanto a sumptuosidade, perfeição e conforto. Os demais cinemas actualmente em funcionamento são dois, isto é, o “Avenida” e o “São Pedro”; são casas modestas, simplesmente adaptadas á sua actual finalidade. Pois esses três cinemas não têm absolutamente a frequência que deviam ter, devendo essa situação se agravar ainda mais com a inauguração que brevemente se dará do cinema “São Paulo” no prédio Diederichsen. Quando a Companhia Cervejaria Paulista resolveu construir o Theatro “Pedro II”, foi levando em vista dotar Ribeirão Preto com uma casa de diversões á altura de sua importância de então, e, apesar de naquela época já ser a situação a mesma em relação á parte abastada da população, que é daqui, mas que aqui não mora, era bem outra a situação dos habitantes locaes, dado os preços que então vigoravam para o café, proporcionando isso maiores possibilidades econômicas á população trabalhadora.
>
> Isso, porém, soffreu triste reviravolta com a crise de 29, perdurando até hoje os effeitos da mesma e é com grande pezar que estamos antevendo que o sacrifício feito pela Cia. Cervejaria Paulista em dotar a cidade não somente do theatro já mencionado mas sim, também, de outros prédios que grandemente embellezaram a cidade, não teve por parte da população o acolhimento que devia ter tido.
>
> A concorrência que agora se esboça na parte referente aos cinemas, também poderá ser de consequências desastradas para o publico, pois, duvidamos que as duas empresas que hoje exploram esse commercio consigam os lucros necessários para se manterem. Entretanto, a cidade, de qualquer forma, seja qual for o desfecho de tudo isso, já realizou os seus lucros, adquiriu mais um grandioso prédio e um bello cinema e para ella, pouco importa o sacrifício feito por quem quer que seja. O progresso

> raramente é conseguido sem o esmagamento de quem o iniciou. (DE RIBEIRÃO..., 1936, p. 13, grafia original).

A mudança no teor das duas reportagens parece deixar transparecer o surgimento de certa rivalidade entre os industriais e proprietários daqueles dois equipamentos culturais, que, afinal, competiriam pelo mesmo público. Considerando a mudança provocada pela crise internacional de 1929, o texto ponderou que o Theatro Pedro II havia sido concebido para o cenário anterior, quando os habitantes locais desfrutavam de melhores condições econômicas para usufruir daquele espaço. Nesse sentido, apelava-se para o esforço constituído pela Companhia Cervejaria Paulista para a construção de edifícios que haviam embelezado a cidade, mas que não receberam o devido reconhecimento da população em relação aos valores empregados pelo investidor, aventando a possibilidade de que o estabelecimento pudesse não resistir à concorrência.

Em Ribeirão Preto, além do Theatro Pedro II e outros espaços com exibições de filmes verificados por Tuon (2015) desde o início do século XX, uma Casa de Diversões de propriedade de Jeronymo Ippolito foi projetada em 1917 para a Rua Duque de Caxias, dois projetos de cinemas foram aprovados em 1928 e, em 1929, outro cinema, já existente, foi reformado.[288] Isso indica que o contexto imediatamente anterior à Crise de 1929 se apresentava promissor para esse segmento na cidade. No entanto, cinco anos depois, apenas três salas de exibição estavam operando, incluindo o Theatro Pedro II e o Cine Avenida, que em 1934 passou a ser administrado pela Empreza Theatral Paulista.[289] O novo cenário sugere que o empreendimento da Cia. Paulista também pode ter sido responsável pelo encerramento das atividades de outros cinemas existentes até então, já que diferentemente dos demais, o Theatro Pedro II era considerado um local requintado, suntuoso e confortável. Contudo, não deixava de ser um espaço também adaptado àquele uso, já que fora concebido sobretudo para a apresentação de espetáculos.

---

[288] APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 114 e 116, 1917. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 205 e 358, 1928. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 9, 1929.

[289] Foram encontradas notícias sobre exibições no Cine São Pedro no jornal *Folha da Manhã* ao menos até o ano de 1939 e, em 1940, esse cinema foi listado no *Almanak Laemmert* entre os cinemas teatros de Ribeirão Preto (os demais eram: Cassino Antarctica, Cine Avenida, Sine S. Paulo e Teatro Pedro II). É interessante observarmos que o Cine São Pedro também se utilizou da construção do Edifício Diederichsen para a divulgação de sua programação nos tapumes da obra ao longo de 1935 e 1936 (figura 3.3.5).

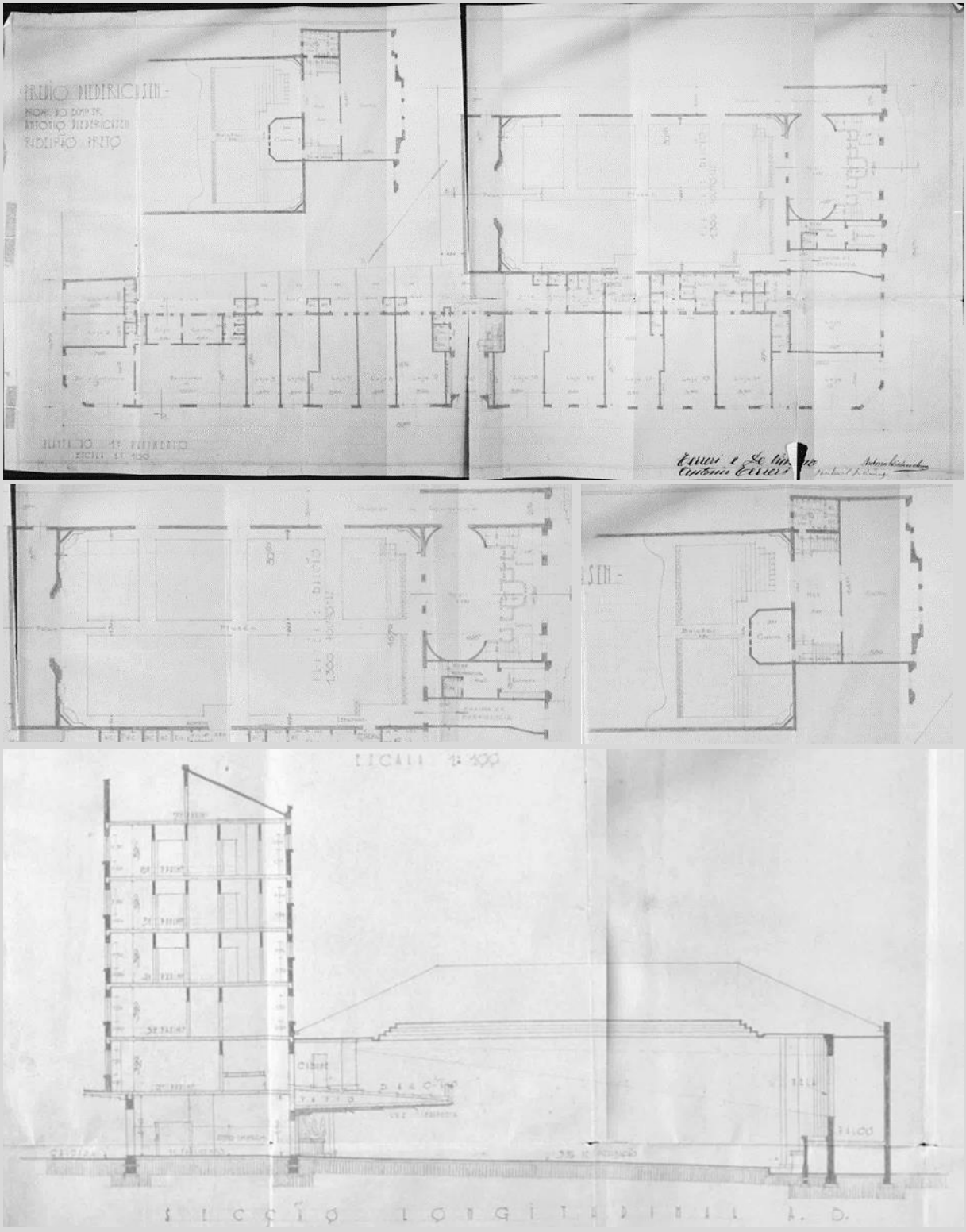


Figura 4.2.5 – Acima, planta do 1º pavimento com representação do térreo alterado em relação ao projeto aprovado em 1934 (APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 95, 1934). No centro, a aproximação da área do cinema nos permite visualizar a proposta de abertura de saída de emergência ao lado da entrada secundária do edifício. Abaixo, corte longitudinal com vista do hall, balcão, cabine e palco do cinema.

Ano: sem informação

Autor: Antonio Terreri e Paschoal de Vincenzo | **Fonte:** APHRP, Coleção Terreri.

Ao programarem a inauguração exatamente para o feriado do dia do trabalho, Antonio Diederichsen e a Empresa Theatral Paulista reforçaram a mensagem de competitividade por um público que também era composto pela classe trabalhadora, refletindo a cultura de massa que caracterizou o cinema em contraposição à erudição dos espetáculos teatrais. Para Segre (COSTA, 2011, p. 16 e 18), foi "o atrativo do cinema enquanto recreação popular, com preços acessíveis a diferentes camadas sociais" o que determinou que a Crise de 1929 não se abatesse de modo definitivo sobre o seu desenvolvimento no cenário nacional e internacional.

Aspecto fundamental para a diferenciação desse cinema entre os demais espaços com exibição cinematográfica em Ribeirão Preto foi o fato de ter sido projetado especificamente para a esse fim, apresentando programa, dimensões e distribuição espacial adequadas aos requisitos funcionais, técnicos e até mesmo estéticos, associados à tipologia naquele contexto.[290] Estar inserido em um edifício com uso misto e diversos pavimentos – o edifício mais alto de Ribeirão Preto –, também o destacava não só na cidade, mas também como parte de um conjunto representativo de edificações produzidas nas metrópoles brasileiras a partir do primeiro quarto do século XX.

Até o final da década de 1920, quando o filme sonoro estreou em território americano, a tipologia do cinema não só estava predominantemente vinculada ao modelo funcional do teatro, como também se associava fundamentalmente às composições da arquitetura eclética. A expressão de uma modernidade baseada na cultura europeia, impregnada de historicismos, esteve presente mesmo quando compunham o programa de edifícios altos e mistos, como ocorreu na Cinelândia carioca com o Capitólio, o Glória, o Império e o Odeon, inaugurados entre 1925 e 1926 (figuras 3.1.3); ou no Cine Rosário, inaugurado em 1929 no interior do Edifício Martinelli, em São Paulo (figura 3.1.6).

---

[290] Assim como os cursos de estrutura em concreto armado fizeram parte do escopo das revistas brasileiras voltadas para arquitetos, engenheiros e construtores no início da década de 1930, a acústica também figurou em publicações técnicas dedicadas à instrução profissional para a formulação de projetos para teatros, auditórios e cinemas. Os primeiros números da Revista de Arquitetura publicada em 1934 continham três artigos apresentando os conceitos da acústica e equações desenvolvidas por Sabine para o tempo de reverberação do som a partir dos volumes e coeficientes de absorção dos materiais. Também expunham outras equações atualizadas, como Fórmula Geral ou de Eyring, que apresentou um fator de correção para o volume na fórmula de Sabine e havia sido comprovada em 1930, evidenciando que o conhecimento técnico para o cálculo acústico associado ao projeto de arquitetura passava por aprimoramentos naqueles tempos recentes.

Contudo, o movimento das imagens exibidas no interior das salas não tardou a se expressar nas formas e símbolos da arquitetura que as abrigavam, utilizando-se da linguagem difundida pela *Exposition des Arts Décoratifs et Industrieles Modernes*, ocorrida na Paris de 1925 e que se expandiu por outras culturas, adquirindo características típicas por onde passou. Para Correia (2008, p. 4), a produção de edifícios em diversas cidades brasileiras nas décadas de 1930 e 1940 foi marcada pela associação do repertório da arquitetura de tendência Art Déco no emprego de soluções formais e programáticas inovadoras, "que buscavam traduzir uma noção de modernidade", tais como os arranha-céus e os cinemas.[291] Enquanto os primeiros "testemunharam a passagem de algumas de nossas capitais à condição de metrópoles", sendo sua altura "sublinhada por composições escalonadas ou por elementos verticais de coroamento", no caso dos cinemas "os recursos cenográficos que a estética déco oferecia eram solidários com o *glamour*, a magia e o fascínio suscitados por um cinema, que então explorava recursos técnicos e dramáticos inéditos e alcançava uma grande popularidade entre as massas" (CORREIA, 2008, p. 4).

Um precursor na adoção do Art Déco como referência estética em prédios altos com uso misto e cinema foi o edifício do Pathé Palácio, também localizado na Praça Marechal Floriano, no Rio de Janeiro, e inaugurado ainda em 1928, muito embora ainda mantivesse soluções do programa de um cineteatro, tal como seus vizinhos ecléticos (fig. 4.2.6). Corrobora com esse exemplo a análise de Costa (2011, p. 29) sobre "a conquista de uma identidade arquitetônica definitiva" para os cinemas a partir do "tratamento plástico reservado à fachada e à decoração" e da absorção de "expressões formais do movimento art déco", enquanto internamente se repetia "por ingenuidade, inércia ou ainda intencionalmente, o espaço teatral, com a presença de palcos, galerias, camarotes".

Nos anos seguinte, o desenvolvimento técnico da cinematografia e o surgimento de grandes corporações voltadas a esse mercado levaram à ampliação e especialização do espaço do cinema. No Brasil, as primeiras exibições do cinema falado, ou cinema sonoro,

---

[291] Além dos cinemas e dos arranha-céus, outras categorias de edifícios foram citadas por Correia (2008) como exemplos da produção arquitetônica ocorrida no Brasil ao longo das décadas de 1930 e 1940 que explorou a tendência Art Déco como expressão de modernidade. Entre eles, edifícios institucionais, lojas de departamentos, clubes e emissoras de rádio, pavilhões de exposições, fábricas e edifícios de apartamentos, que abrigavam novas funções administrativas, inauguravam padrões de consumo, formas de diversão, cultura e lazer, bem como inovações do mundo da produção e novos modos de morar, a provocar uma nova relação com a cidade.

ocorreram em 1929, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, mas rapidamente alcançaram as cidades economicamente mais prósperas do interior do país, chegando a Ribeirão Preto na década de 1930 (FREIRE, 2013).[292] Importada dos Estados Unidos, essa nova tecnologia exigiu a adaptação das salas para a instalação de aparelhagens como projetores, retificadores e alto-falantes.[293]

Mas a influência norte americana não se limitou apenas às adequações de ordem técnica. Ao longo da década de 1930 sua vertente difundida nos Estados Unidos também se tornou uma linguagem estilística importante para os cinemas brasileiros. Diferentemente da versão europeia, cuja clientela era composta por "antigas famílias abastadas", na América do Norte ele se relacionou aos "grandes empresários e corporações" e, nesse contexto, a cidade de Nova York teria sido "o principal exemplo de como o Art Déco serviu de meio de expressão para as novas formas de afirmação do poderio econômico das grandes corporações, tendo o arranha-céu como seus principais protagonistas" (CAMPOS, 1996, p. 34). Foi do topo desses prédios que o zigurate déco se transferiu como um código de progresso tecnológico, econômico e cultural para as fachadas de edifícios que, por aqui, poderiam ter qualquer altura.

---

[292] Segundo Souza (2016, p. 252), a transição para a sonorização dos cinemas paulistanos possivelmente já estava concluída em 1934, ano de concepção do Edifício Diederichsen. No restante do país esse processo se estendeu por mais alguns anos. Para Freire (2013, p. 48): "a conversão virtualmente total do circuito brasileiro ocorreu apenas nos últimos anos da década de 1930, quando chegou a cerca de 90% o número de salas adaptadas para o *cinema falado* – consolidada com a padronização do som ótico e da legendagem".

[293] Posteriormente houve a necessidade de padronização dos sistemas sonoros, já que se utilizava tanto o Vitaphone, baseado no som em discos, como o Movietone, som ótico que se tornou padrão na indústria cinematográfica. No início da década de 1930 a maioria dos cinemas brasileiros ainda adotava o primeiro, levando as distribuidoras a tensionarem a adoção do novo equipamento: "assim, em 1934, provavelmente com cerca de metade de seu circuito ainda dependente de filmes com som em discos, o mercado exibidor brasileiro era forçado a se adaptar ao som ótico" (FREIRE, 2013, p. 45). Essa situação teria resultado no fechamento de pequenos cinemas que não conseguiram arcar com os custos da adaptação, impactando na diminuição do circuito cinematográfico do Brasil na segunda metade da década de 1930. Um artigo publicado em 1938 na Revista de Arquitetura sobre os Studios Columbia Broadcasting, em Nova Iorque, comentava modificações ocorridas em sua arquitetura, que incluíam a "técnica para efeitos de acústica" (*Revista de Arquitetura*, 1939, p. 27). Destacando soluções pensadas para a adequação dos efeitos de eco, frequência e ressonância ou reverberação, trazia considerações sobre a importância do formato, dos materiais, da correta instalação elétrica – já mencionando a instalação de ar-condicionado – e até mesmo da escolha da localização para o funcionamento tecnicamente ideal e confortavelmente adequado para seu uso. Um artigo publicado pela Revista de Arquitetura e Urbanismo na ocasião da inauguração do Cine Metro em São Paulo, também em 1938, reforçava esses e outros aspectos para o projeto de salas de cinema.



Figura 4.2.6 – Pathé Palace (centro), Cine Glória (à sua direita) e Cine Capitólio (à sua esquerda).
Ano: 1928
Autor: Augusto Malta
Fonte: Instituto Moreira Salles, disponível em: http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/2423. Acesso em 11/08/2020.

Entre as principais características da arquitetura de tendência Art Déco no Brasil, o escalonamento de platibanda foi reconhecido por Correia (2010, p. 17) como um dos recursos mais mobilizados, o que corrobora com a consideração de Segawa (2014, p. 60) sobre essa linguagem ter sido "uma manifestação essencialmente decorativa, que propriamente construtiva". A solução foi amplamente explorada em pequenos cinemas construídos pelo Brasil, mas também ganhou destaque nos edifícios maiores da tipologia, considerados técnica e esteticamente sofisticados, como os Cine Metro, do Rio de Janeiro e São Paulo, inaugurados respectivamente em 1936 e 1938 (figuras 4.2.7 e 4.2.8).[294] Ao utilizar-se desse vocabulário, o projeto de 1934 do Edifício Diederichsen, em Ribeirão Preto, reforçou ainda um aspecto analisado por Anelli (1990, p. 47) sobre o emprego de elementos verticais nas fachadas Déco, uma vez que "reproduziam figurativamente nas suas platibandas o desenho dentado de um perfil urbano inexistente no seu entorno. Um prédio simulava assim um conjunto urbano que deseja atingir".

O Edifício Diederichsen, foi, a seu tempo, um representante brasileiro entre os edifícios altos com múltiplos usos que incluíam cinema e utilizaram a estética o Art Déco em sua vertente norte americana. Embora tenha sido uma das principais referências estilísticas para os cinemas construídos ao longo das décadas de 1930 e 1940 e os prédios com uso misto tenham correspondido à grande parte da produção Art Déco no Brasil, poucos exemplares multiuso possuíam cinema e, ainda assim, nesse último caso, alguns já adotavam como linguagem outras de suas variações compositivas, como no Cinema Roxy de Copacabana, projetado em 1934, e no Ufa Palácio, de Rino Lei, inaugurado dois anos depois em São Paulo (figuras 4.2.9 e 4.2.10).[295]

Nesses últimos casos, a composição decorativa das fachadas já havia cedido espaço para a concepção de superfícies livres de ornamentos figurativos, a dialogar com a linguagem estabelecida pela Arquitetura Moderna. Elementos estruturais também se integraram de modo mais enfatizado à concepção arquitetônica, mas ainda se mantinha com rigidez a hierarquia e simetria características do Art Déco, bem como a representação espetacularizada do edifício que se anunciava como um símbolo de modernidade.

---

[294] Outros cinemas Metro foram inaugurados em 1941 no Rio de Janeiro, na Tijuca e em Copacabana.

[295] O inventário realizado por Campos (1996, p. 257) sobre a produção Art Déco na cidade de São Paulo apontou que os edifícios multiuso foram os mais recorrentes e, entre eles, predominava os que apresentavam habitação multifamiliar e comércio no pavimento térreo, seguido da tipologia com escritórios.

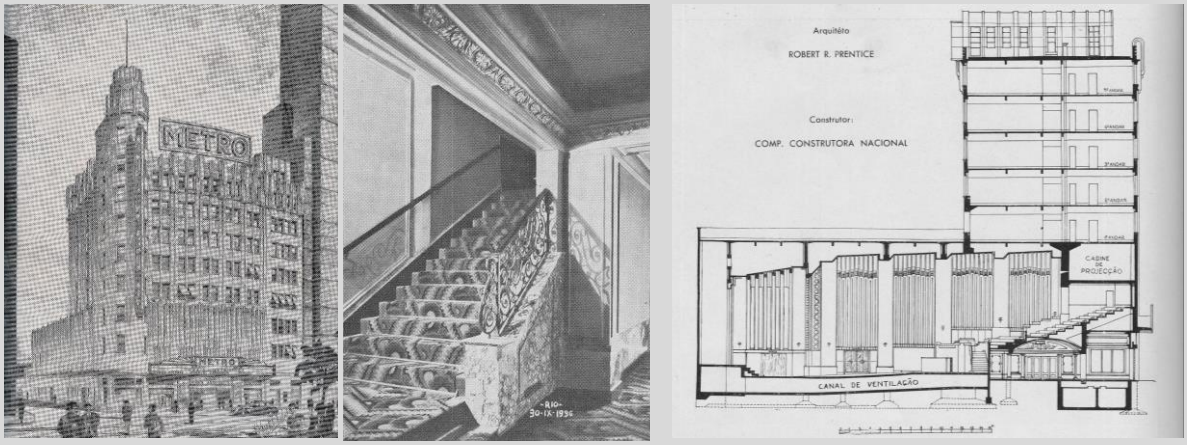


Figura 4.2.7 – Cine Metro do Rio de Janeiro (Passeio). Projeto de Robert R. Prentice.

Fonte: *Revista de Arquitetura e Urbanismo*, ano 1, nov./dez. 1936, p. 197, p. 200, p. 202.

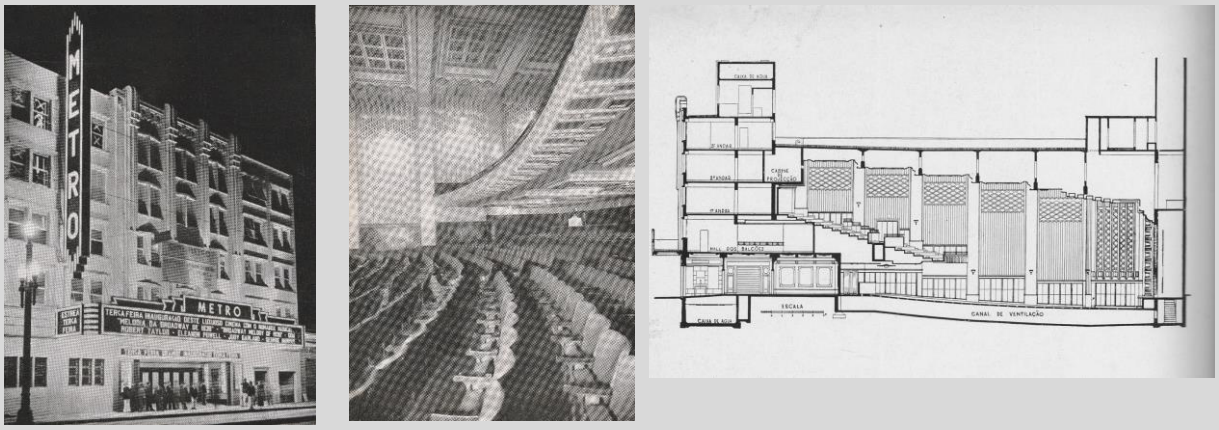


Figura 4.2.8 – Cine Metro de São Paulo. Projeto de Robert R. Prentice.

Fonte: *Revista de Arquitetura e Urbanismo*, mai./jun. 1938, p. 141, p. 144, p. 146.



Figura 4.2.9 – Cine Roxy no Rio de Janeiro.

Fonte: *Revista de Arquitetura*, n. 3, jul. 1934, p. 23.



Figura 4.2.10 – UFA Palácio, em São Paulo.

Fonte: Disponível em: https:// www.arquivo.arq.br/ cine-art-palacio. Acesso em: 30/07/2020.

Em Ribeirão Preto, até 1934 a linguagem arquitetônica que se caracterizou com maior ênfase como de tendência Art Déco ainda não era expressiva nos projetos aprovados para construção, mas desde o ano anterior sua influência já se fazia notar, sobretudo com a adesão ao perfil serrilhado da platibanda de alguns edifícios e a inserção de planos verticais, que provocavam uma volumetria de efeito escalonado (figuras 4.2.11 e 4.2.12).[296] Em geral, esses edifícios serviam ao uso terciário, para prestação de serviços, o que denota que ainda não havia conquistado ampla aprovação da sociedade. Por isso, a atuação de Antonio Terreri e Paschoal de Vincenzo antes da concepção do projeto do Edifício Diederichsen foi fundamental para a aplicação dessa linguagem estética em habitações. Em 1933 e 1934 eles foram autores de duas residências unifamiliares com dois pavimentos que, sem abandonarem os padrões tradicionais da residência eclética de referência burguesa, possuíam elementos geometrizados do Art Déco inseridos na composição de esquadrias de ferro e detalhes decorativos nas fachadas (figura 4.2.13).

Todavia, assim como ocorreu nas demais cidades brasileiras, o Art Déco em Ribeirão Preto também evocou, desde as primeiras construções, uma mensagem de progresso – explícita até mesmo na denominação do Ginásio implantado na nova Avenida Independência (figura 4.211). Se inicialmente o Art Déco esteve conjugado apenas à renovação estilística, após a construção do prédio mais alto da cidade ampliou seu sentido para disseminar a ideia de inovação programática e construtiva, que deixava pra trás, e

---

[296] Desde os primeiros anos da década de 1910, diversos projetos aprovados em Ribeirão Preto expressaram tendência à simplificação das fachadas, com a geometrização de elementos decorativos em que predominavam as formas geométricas como retângulos, também utilizados para acentuar a verticalidade no coroamento da platibanda. Tal disposição foi verificada com maior intensidade em projetos de edifícios com uso habitacional aprovados ao longo da década de 1920, principalmente a partir de 1925, a explicitar a propagação de manifestações artísticas ocorridas no período em questão. No entanto, foi apenas a partir da década de 1930, precisamente no ano de 1933, que novas construções aprovadas em Ribeirão Preto evidenciaram o emprego de recursos de conotação mais figurativa da ornamentação de viés Art Déco, caracterizado por Correia (2008, p. 2) como "uma determinada tendência de arquitetura que se difunde no país entre a década de 1930 e meados dos anos 1950, na medida em que dá conta de características relevantes dessa produção e está claramente vinculado a um período específico". Em sua análise, Correia (2008, p. 4) listou entre os recursos compositivos mais mobilizados pelo repertório formal do Art Déco, elementos como "marquises; balcões em balanço; colunas, frontões, capitéis, pilastras, platibandas e volutas de formas esquemáticas; gradis e caixilhos de metal, inclusive do tipo basculante; ornatos em alto ou baixo relevo, representando formas geométricas, temas florais simplificados, linhas retas, em ziguezague, ou linhas em espirais". Pouco antes do projeto do Edifício Diederichsen, a presença desse repertório passou a figurar de modo mais intenso em projetos aprovados em Ribeirão Preto e, como veremos a seguir, foi ampliado nos anos seguintes à sua aprovação.

literalmente para baixo, as construções ecléticas que nos anos anteriores haviam sido consideradas modernas.

Essa intenção parece ter se feito explícita com a inserção da figura do leque (figura 4.2.14) como um ornato de alto relevo demarcando os principais eixos verticais das fachadas do Edifício Diederichsen, no alto da edificação, pouco abaixo da platibanda e coroando a verga superior dos vãos do último pavimento.[297] Para Costa (2011, p. 45), esse adorno – por vezes simbolizado por raios solares ou farol – foi uma iconografia do Art Déco europeu também adotada em território norte americano que representava "mistério, requinte e realeza", com alusões à "celebração da vida", e, em um contexto pós guerra, também poderia ser interpretado como de propagação da "luz e cultura".[298]

Assim como o repertório Art Déco foi empregado como expressão de modernidade em "edifícios institucionais que abrigavam funções de um Estado que se modernizava e expandia" (CORREIA, 2008, p. 4), no Edifício Diederichsen a mensagem de progresso invocada por sua vinculação estilística também pode ser examinada à luz da ideia de exaltação, de modo material e simbólico, do florescimento de um novo contexto urbano em Ribeirão Preto, ambientado ao cenário brasileiro que iniciava uma nova fase de sua República, especificamente na conjuntura paulista após a Revolução Constitucionalista de 1932 e ao desenvolvimento da antiga Capital do Café em momento posterior à Crise Internacional de 1929.[299]

---

[297] Os adornos nas fachadas do projeto de Antonio Terrei e Paschoal de Vincenzo foram executados com formas diferentes do que foi executado. Desde a concepção eles foram propostos para a área acima das vergas das aberturas do último pavimento, mas certamente por um erro do projeto essa decoração não foi representada na fachada da Rua General Osorio, sendo incorporada ao longo da construção. Nos demais, ainda que a linguagem art déco já estivesse presente, não havia precisão na definição das formas e traços, o que reforça que alguns desses elementos foram definidos – e escolhidos – para comporem a fachada durante a obra.

[298] Além de elementos com motivos de "águia, raios de sol, fonte de água e da figura humana feminina", o geometrismo, os painéis decorados e a presença de "materiais como o cromo, o aço inoxidável, o bronze polido" também compuseram o repertório gráfico e simbólico do Art Déco nos EUA (COSTA, 2011, p. 49 e 50).

[299] O projeto de Antonio Terreri e Paschoal de Vincenzo parece ter conciliado a crença do promotor do Edifício Diederichsen na autoridade de São Paulo, a ponto de ter representado a bandeira desse estado brasileiro hasteada acima da bandeira nacional – nas posições mais altas daquela que era a mais alta das edificações da cidade – e do primeiro setor a ser inaugurado ter sido batizado com o nome São Paulo. Tal denominação possivelmente não estava definida até a finalização do projeto, pois na fachada da Rua São Sebastião o letreiro esboçava apenas o nome "cine" seguido por letras do abecedário que não formavam nenhuma outra palavra. Entretanto, o nome Cine São Paulo, ou Cine S. Paulo, foi utilizado desde a inauguração.



Figura 4.2.11 – Fachada do projeto para o Ginásio Progresso, na Av. Independência.
Ano: 1933
Autor: Cicero Martins Brandão
Fonte: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 91, 1933.

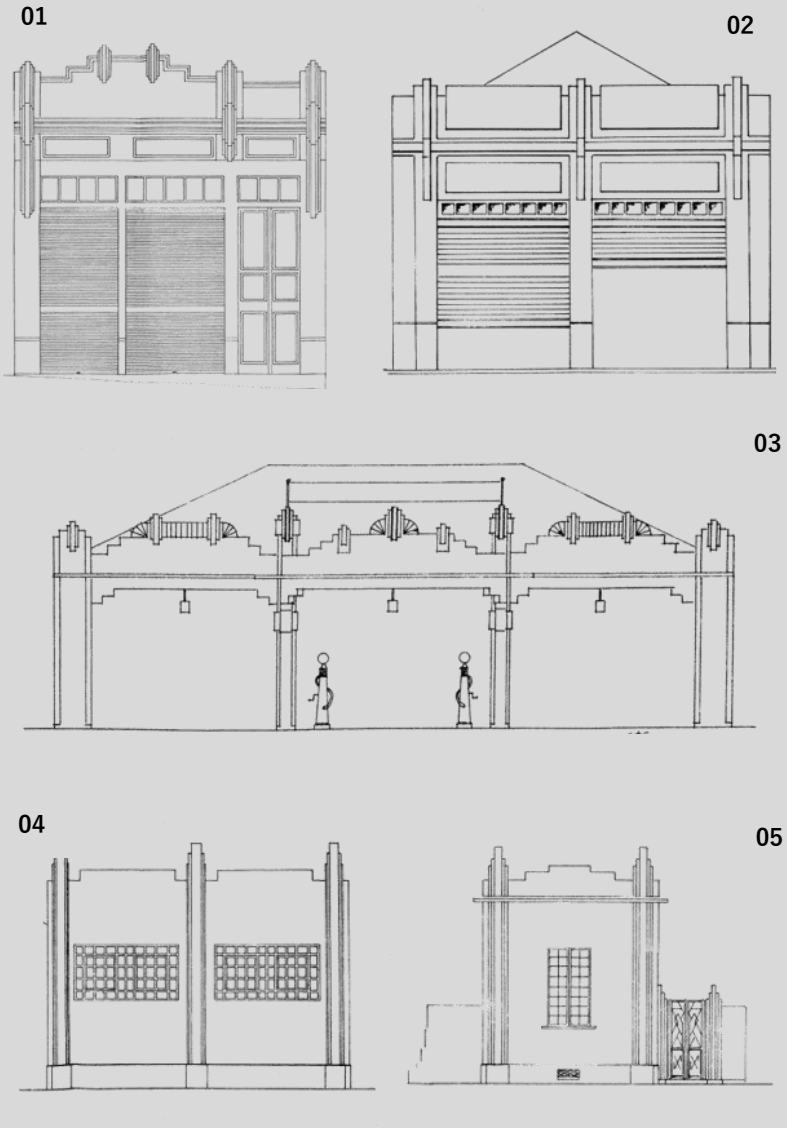


Figura 4.2.12 – Reformas de fachadas para Maria Brandão, Rua São Sebastião (01), e para os herdeiros de Francisco Orlando, Rua General Osorio (02); fachada de posto de gasolina para Eduardo Gomes Sousa, Rua Mariana Junqueira (03); fachada de prédio para o Ginásio Progresso (04); fachada de prédio para Baudilio Domingues, Rua Jose Bonifácio (05).
Ano: 1933 (02) e 1934 (demais).
Autor: Alexandre Sette (01); n.inf. (02); Ernesto Terreri, Nicolau Terreri e Irmão (03); Baudilio Domingues e Cicero Martins Brandão (04); Baudilio Domingues (05)
Fonte: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 15 (02), 1933; n. 3 (01), n. 17 (04), n. 29 (05), n. 87 (03), 1934.

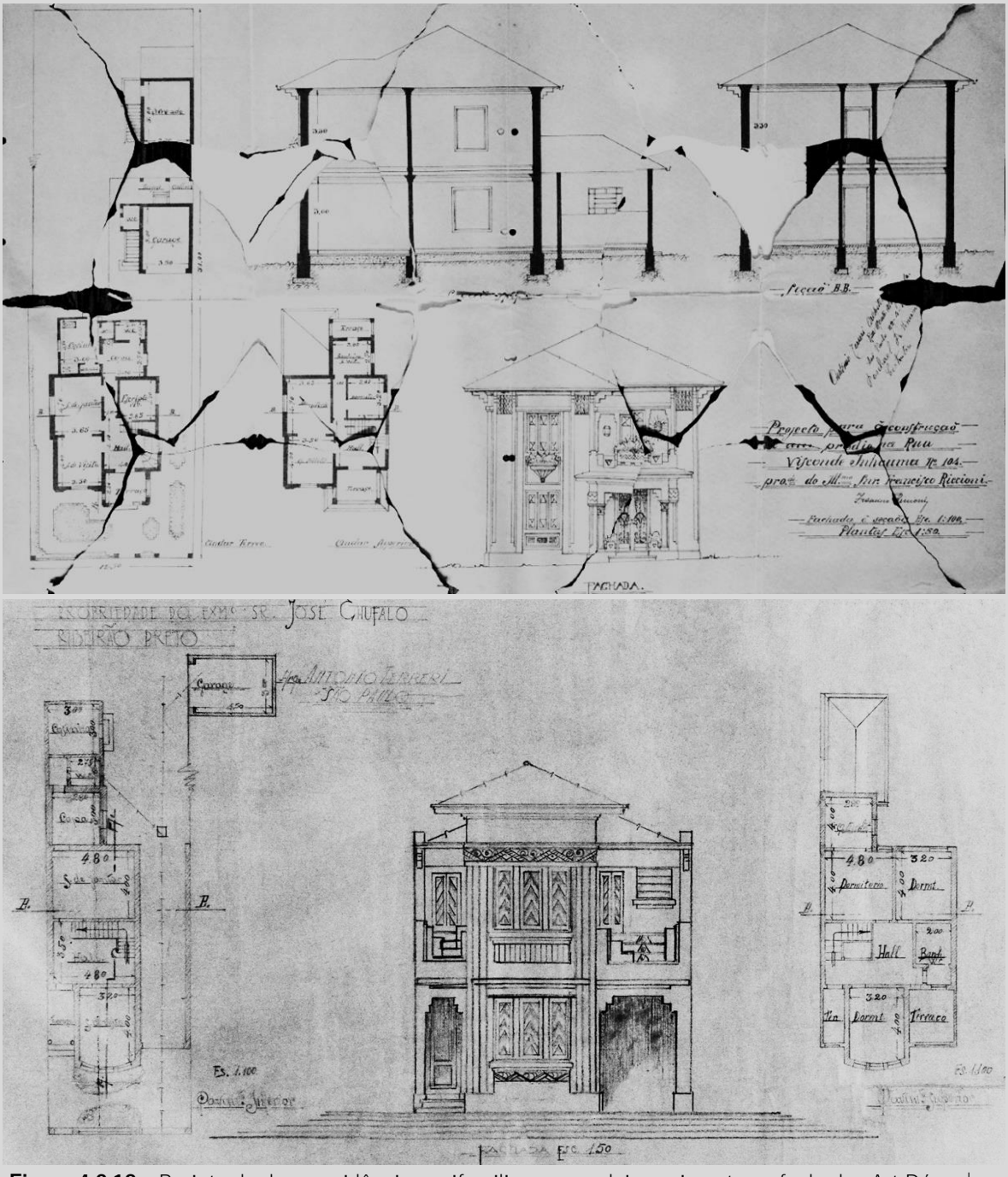


Figura 4.2.13 – Projeto de duas residências unifamiliares com dois pavimentos e fachadas Art Déco. | **Ano:** 1933 (acima) e 1934 (abaixo) | **Autor:** Antonio Terreri e Paschoal de Vincenzo | **Fonte:** APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 33, 1933 (acima); n. 73, 1934 (abaixo).



Figura 4.2.14 – Detalhe dos ornamentos na fachada do Edifício Diederichsen.
Ano: 2020 | **Fonte:** Tatiana S. Gaspar.

Os espaços públicos do cinema, como o *hall* e o salão da plateia, também foram decorados ao gosto Déco e transmitiram mensagens de renovação, expressas pelas luminárias com motivos geométricos e seus reflexos nas alvenarias revestidas com texturas. O repertório decorativo das fachadas foi interiorizado com os adornos geometrizados fixados nas paredes e o escalonamento do forro acima da plateia (figura 4.2.4).[300] Contudo, a modernidade daqueles ambientes não se restringia apenas às formas e texturas. Sua concepção como um espaço primordialmente destinado ao uso como cinema incluiu soluções vigentes à época em termos programáticos e construtivos, para a comodidade e segurança do público, que ainda não eram verificadas na cidade.[301]

Um dos aspectos de maior pioneirismo do Cine São Paulo foi a ausência de camarotes. O palco, embora ainda existente, possuía apenas 3,5 metros de profundidade que se somavam a um diminuto proscênio, sem conexão com o ambiente exterior e figurando mais como um elemento de composição estética, do que funcional.[302] Essa solução o distanciava do uso como teatro e o distinguia dos demais edifícios projetados como cinema em Ribeirão Preto, mas ainda assim permitia que fossem realizadas

---

[300] No perfil serrilhado dos elementos decorativos da face externa do palco também se reconhece, pela representação em planta, alguns traços da decoração de tendência Art Déco que compuseram a vista do proscênio. A cenografia desse setor foi completada pelas quinas chanfradas criadas no encontro do palco com as paredes laterais, sendo essa solução repetida no início do salão. Embora o projeto previsse sua continuidade até o balcão, na imagem dessa área percebe-se que nesse trecho o chanfro se restringiu ao primeiro pavimento, possivelmente servindo como área de passagem para as instalações do cinema. Segundo o arquiteto e urbanista Denis W. Esteves, os dois pequenos nichos triangulares formados pelos chanfros do palco teriam, no futuro, servido para a colocação de caixas de som (CONDEPHAAT, 2016). As fotos da inauguração também permitem visualizar a permanência de referências ecléticas na decoração do setor da plateia, flagrantes nas *boiseries* que contornavam todas as paredes e em algumas pinturas do forro e balcão, sendo algumas aparentemente pintadas com pigmento dourado. O guarda corpo metálico tubular do balcão foi outro elemento do repertório Art Déco a refletir a modernidade do cinema (figura 4.2.4).

[301] É oportuno destacar que o Cine São Paulo também foi o primeiro cinema da cidade construído em atendimento ao Código Arthur Saboya. Por ter sido elaborado no final da década de 1920, esse documento chegou a reunir as determinações para os cinemas no mesmo capítulo dos teatros e casas diversões. Contudo, o aumento no número desses estabelecimentos e suas condições especiais de instalação possivelmente pesaram na inserção de um capítulo adicional, seguido ao capítulo anterior, inteiramente dedicado aos cinematógrafos. As soluções no projeto do Cine São Paulo alternaram as adequações a um ou outro capítulo.

[302] O corte longitudinal ainda exibe um pequeno fosso localizado junto ao proscênio e antes das primeiras poltronas da plateia, com um patamar intermediário entre ele o palco. Apesar da referência ao setor comumente destinado às orquestras nos teatros, sua profundidade irrisória parece ter sido mais uma forma de estabelecer a separação física entre a área de exibição e o público (figura 3.2.11).

conferências e apresentações, como de fato ocorreu desde o início das suas atividades.[303]

O amplo salão, com quase 17 metros de largura por cerca de 30 metros de profundidade e mais de sete metros de altura, conformava um prisma de base retangular abrangendo palco, plateia, balcão e cabine de projeção. O formato da planta não era uma solução propriamente inovadora, tendo em vista que a simplicidade dessa geometria também foi utilizada por pequenos cineteatros projetados anteriormente na cidade. No entanto, distanciava-se da fórmula dos teatros convencionais, que em geral empregavam os formatos circulares, ovais ou do tipo "ferradura". Mesmo o retângulo não sendo a forma ideal para a acústica da plateia, o revestimento de paredes e a inclusão de alguns elementos decorativos, como as cortinas, também cumpriam um objetivo funcional, amenizando os efeitos acústicos indesejáveis além de bloquear a iluminação. Outra solução usual entre os cinemas e teatros da cidade foi a inclinação do piso da plateia. No Edifício Diederichsen, para melhor visualização da tela essa área foi construída com declive de 3% a partir da passagem do público pelo *hall* da entrada. A foto da sessão de inauguração mostra que a partir dali, as fileiras de poltronas foram distribuídas nas extremidades e centro do salão, com o intervalo de dois corredores para o acesso do público.[304] O fato de as poltronas serem de madeira, aparentemente sem estofamento, tinha impacto não só sobre a acústica do local como também representava certa simplicidade desse cinema frente às casas de espetáculos mais requintadas da época.[305]

---

[303]No início de suas atividades, além das exibições cinematográficas comerciais, o Cine S. Paulo também ofereceu exibições especiais. Em 1939, o gerente local da 20th Century-Fox, "coadjuvado pelos dirigentes do Cine São Paulo", promoveu a exibição do filme "A princesinha", "dedicado especialmente ás crianças pobres matriculadas no Externato Creche 'Coração de Jesus' e ás órfãs internadas no Asylo 'Analia Franco'" (RIBEIRÃO..., 1939, p. 16). Em meados de 1941, a apresentação do "famoso tenor italiano" Tito Schipa, no Cine São Paulo, foi noticiada com antecedência no jornal *Correio Paulistano*. Sua exibição ocorreu na noite do dia 6 de julho daquele ano (TITO..., 1941, p. 13 e 27). Também verificamos a exibição de uma sessão "em benefício do 'Formigueiro n. 71' da Faculdade de Farmacia e Odontologia da Associação de Ensino "(PRÓ..., 1942, p. 17) e o oferecimento de uma sessão pela Empresa Teatral Paulista a um grupo de jornalistas que se reuniu em Ribeirão Preto (REUNIÃO..., 1942, p. 7). Anos mais tarde, a realização do II Congresso das Camaras Municipais de São Paulo no Cine São Paulo esclarece que além das exibições cinematográficas e apresentações artísticas, esse local também foi utilizado como um auditório para eventos de outra natureza (INSTALOU-SE..., 1949, P.16).

[304] A instalação das cadeiras foi divergente ao projeto aprovado, não estando adequada à exigência imposta pelo Código de Obras, de uma passagem no centro e mais duas laterais, com a largura mínima de um metro cada (SÃO PAULO, 1929).

[305] Exigia-se que as cadeiras ou poltronas fossem fixas e de braços, com assento mínimo de 40 cm, apoio para

Entretanto, outros aspectos que podem ser verificados na foto de inauguração do cinema registraram o esforço para torná-lo adequado à presença da população que ainda receasse por sua utilização. Para Costa (2011, p. 27), junto ao processo de estabilização da indústria do cinema também ocorreu a "domesticação" dos espaços de exibição para "as pessoas das classes 'superiores'", criando um "padrão ambiental" de atendimento ao "gosto pequeno-burguês". No cinema do Edifício Diederichsen, a presença dos "lanterninhas" e as diversas luminárias de estética Art Déco instaladas ao redor da plateia e balcão revelam também essa intenção.[306] Já a proposta de ventilação pensada para a cobertura, embora se baseasse em uma técnica construtiva tradicional, sem instalações elétricas para promover o condicionamento artificial do ar – como já se empregava em alguns cinemas – não deixava de contribuir com o conforto térmico em seu interior.[307]

Esse sistema foi possível devido à forma como o cinema foi implantado, pois apenas a sua porção frontal estava abaixo do corpo da edificação verticalizado, enquanto todo o setor da plateia pode se desenvolver sem restrição de altura, de modo que a cumeeira atingiu altura superior à laje do terceiro pavimento.[308] No térreo, a porção inicial do cinema

---

os pés, afastamento mínimo entre as fileiras de 80 cm e no máximo 15 cadeiras em uma mesma fileira, de modo a permitir o fácil deslocamento do público (SÃO PAULO, 1929).

[306] No Código de Obras Arthur Saboya os artigos relacionados à iluminação no interior dos cinemas estão fundamentalmente relacionados à criação de um circuito de iluminação de emergência demarcando as saídas, corredores, vestíbulos e salas de espera. A preocupação com a segurança dos usuários se estendia para as precauções relacionadas às instalações elétricas de modo a amenizar o risco de incêndios. A iluminação só poderia ser elétrica e o projeto de aprovação deveria conter projeto específico para as instalações elétricas e de iluminação, apresentando quadros de energia, distribuição dos circuitos, número de lâmpadas e potência. A instalação elétrica também deveria ser protegida em canos de metal ou cabo armado, com todos os aparelhos de controle armazenados em caixas ou cabines de ferro. Embora não tenha sido encontrado nenhum projeto de elétrica do Cine São Paulo, é possível que algumas dessas determinações tenham sido respeitadas e atendidas, já que não houve qualquer manifestação contrária à sua aprovação por parte do Poder Público.

[307] Mesmo auxiliando na renovação do ar na cobertura e, consequentemente, contribuindo com o conforto térmico da sala, aparentemente esse sistema de ventilação não tinha ligação direta com o interior do cinema, pois na única imagem da plateia durante a inauguração o forro aparentava ser totalmente vedado. Por outro lado, essa mesma imagem registrou a presença de uma janela alta, não foi representada no projeto, localizada acima da porta para o corredor lateral e parcialmente encoberta por uma cortina. Outros vãos encobertos por cortinas se localizavam nas laterais do balcão, fazendo supor que também seriam vãos abertos para os recuos laterais a complementar as áreas de ventilação. A cobertura com "chaminé" do Cine São Paulo era uma das formas previstas pelo Código de Obras para garantir a renovação natural do ar. Determinando até mesmo a quantidade de metros cúbicos de ar a ser renovado por pessoa a cada hora, a utilização de "aparelhos" para a renovação do ar também era considerada (SÃO PAULO, 1929).

[308] Cabe destacar que o Código Arthur Saboya determinava que os cinemas só poderiam funcionar nos

foi destinada à bilheteria, posicionada logo depois do alinhamento da fachada, e ao *hall*, com suas paredes curvas, destinado a acolher e distribuir o público antes das sessões (figura 4.2.4). O acesso ao balcão do pavimento superior estava localizado junto à porção inicial da entrada.[309] No segundo pavimento, antes de se acomodarem nas poltronas do balcão, ainda poderiam usufruir de outro *hall* e de um salão com vista para a Rua São Sebastião. A cabine de projeção também se encontrava nesse piso, mas estava conectava apenas com a escada destinada à saída do público.[310] Do lado oposto, a escada de chegada ao *hall* superior também dava acesso a um compartimento com lavatório e mictórios, o que parece evidenciar a predominância do público masculino na utilização desse setor.

Completando o programa de usos complementares à exibição cinematográfica, cabe destaque à presença de um bar voltado para a plateia.[311] Era unicamente a partir dele que se tinha acesso a outro banheiro coletivo com duas cabines sanitárias e mictórios. Ou seja, tratava-se de um ambiente destinado ao público masculino, enquanto o *toilette*, para "senhoras", era composto por outras três cabines com entrada localizada no início do setor da plateia.[312] O bar e os sanitários do cinema foram implantados em área que também

---

pavimentos térreos. Caso o prédio tivesse outros pavimentos acima, deveriam ter o teto "revestido de cimento armado, da espessura mínima de oito centimetros" (SÃO PAULO, 1929).

[309] Era uma exigência do Código de Obras que houvesse entradas e saídas independentes da plateia para frisas, camarotes ou galerias inferiores, o que parece ter sido considerado para o balcão do Cine São Paulo. No projeto o balcão não possuía o número de poltronas especificado e as plantas não representavam claramente o término dessa laje que vencia quase dezessete metros de largura sem apoios no centro. Pelo corte é possível admitir que seu piso avançava cerca de um terço acima da plateia, fazendo supor que comportasse cerca de 300 pessoas, enquanto a plateia do pavimento inferior seria ocupada pelas outras mil poltronas.

[310] O Código de Obras determinava que a cabine teria somente as aberturas necessárias para o manejo do operador e para as projeções, tendo apenas uma porta, que deveria ser de ferro para conter o fogo e a fumaça em caso de incêndio. No entanto, o corte também representou a vista de uma segunda porta, com ligação da cabine para o balcão, que não foi indicada em planta. É possível que ambas tenham existido, pois assim permitiam a distinção de fluxos entre os funcionários do cinema e o público dos balcões.

[311] O Código de Obras Arthur Saboya proibia a instalação de "bar ou botequim de qualquer natureza, no interior, salvo na sala de espera, quando lateral e bastante ampla e em situação que não dificulte a livre circulação" (SÃO PAULO, 1929). A restrição parece estar associada ao desejo de desvincular dos cinemas a ideia de um local que não estivesse adequado aos padrões de moralidade estabelecidos para o lazer da família, na mesma medida em que também procurava minimizar as possibilidades de aglomeração em um ambiente de difícil circulação. Apresentava a possibilidade de configurá-lo como uma área de espera lateral e ampla, sendo essa estratégia supostamente utilizada para a aprovação do bar no Cine São Paulo.

[312] O capítulo destinado às "latrinas, lavatórios e mictórios nas casas de diversões e nos estabelecimentos de caráter publico" especificava que deveriam haver "latrinas, lavatorios e mictórios em numero sufficiente para o uso de frequentadores, e toucadores com aparelhos hygienicos indispensáveis para as senhoras" (SÃO

abrigou as cabines sanitárias das lojas comerciais. Essas construções eram anexas ao prédio e ao cinema, ocupando o recuo entre eles, mas, ainda assim, foram mantidos trechos livres para a abertura de janelas para o meio externo. Na lateral oposta, o recuo de 2,7 metros ao longo da divisa do terreno correspondente à extensão do cinema foi mantido livre de edificação e cobertura. Essa área foi utilizada como saída de emergência, recebendo diversas aberturas conectadas ao interior do Cine São Paulo pela plateia e pelo *hall* inferior, com comunicação direta para a Rua São Sebastião.[313]

No projeto do Edifício Diederichsen, a escolha do local de implantação do Cine São Paulo também foi cuidadosamente pensada. A parte do terreno confrontante com a Rua São Sebastião e sua divisa lateral nessa rua, além de ser a de maior profundidade, era também a que se encontrava no nível mais alto do lote (figura 3.2.7). Por isso, enquanto propunha-se a ocupação do *hall* no mesmo nível da calçada, o declive do piso da plateia até o palco pôde acompanhar o desnível longitudinal do terreno sem exigir escavação. Além disso, a disposição liberava outras áreas em contato com as vias de maior movimentação para o comércio. Inicialmente, o Cine São Paulo sequer apresentou letreiro acima da marquise da fachada, sendo essa função desempenhada pela exposição de cartazes de filmes em exibição nos cavaletes colocados após as portas pantográficas da entrada (figura 4.2.15).[314] Como uma vitrine aos olhos da rua, a população era convidada a conhecer aquele novo espaço que exalava modernidade e a ofertava sob diversos aspectos.

PAULO, 1929, grafia original). A diferenciação entre os sanitários masculinos e femininos era reforçada pelo artigo que definiu regras especiais em relação à higiene e segurança nos “theatros, casas de divertimentos ou de espectaculos públicos”. Exigia-se que tivessem “ganinetes para senhoras, bem como installações sanitárias convenientemente dispostas para fácil acesso ao publico, devidamente separadas para cada sexo, e individuo, sendo a parte destinada aos homens subdividida em latrinas e mictórios” (SÃO PAULO, 1929, grafia original).

[313] A representação de outra saída de emergência, que conectava o corredor de acesso ao bar e sanitários, alcançando a Rua São Sebastião pela lateral da entrada secundária do prédio, foi indicada em uma prancha com a assinatura dos autores, mas sem data especificada (APHRP, Coleção Terreri). A alteração exigia a extinção de uma das lojas comerciais, bem como a adaptação de outra, que ficaria maior (figura 4.2.5). Na imagem da inauguração do cinema não é possível identificar a presença da segunda saída de emergência pela plateia, o que impossibilita a análise da configuração final assumida nessa área após a conclusão da obra.

[314] A prevenção e segurança dos usuários em caso de incêndio permearam grande parte dos artigos do Código de Obras relacionados aos cinemas, apresentando especificações cuidadosas para as portas e áreas de circulação. Para garantir a saída do público sem obstáculos físicos, o projeto da entrada do Cine São Paulo foi alterado, sendo a bilheteria transformada em mobiliário e alguns balcões eliminados.



Figura 4.2.15 – Vista da entrada do cinema em dois momentos: em jan. 1937 (acima), quando os pavimentos acima do térreo ainda estavam em finalização, e com as demais áreas do edifício já em funcionamento (jul. 1937), quando a marquise acima do cinema ostentava letreiro com anúncio de filmes em exibição.
Autor: Gullaci Foto
Fonte: APHRP, Álbum de construção Edifício Diederichsen.

4.2.2 OS COMÉRCIOS E ESCRITÓRIOS NO PRIMEIRO E SEGUNDO PAVIMENTOS

Enquanto Antonio Diederichsen explorou novas atividades e formas que garantiram a originalidade do edifício que carregou seu sobrenome, para assegurar a viabilidade da obra o experiente empresário também recorreu a algumas fórmulas já consolidadas por edifícios construídos anteriormente em Ribeirão Preto. Se o sobrado de uso misto, com comércio e habitação, esteve presente nas cidades brasileiras desde o período colonial, ao longo dos séculos seguintes os prédios centrais continuaram abrigando a atividade comercial em continuidade às vias públicas. Em cidades onde a verticalização já era uma realidade na primeira década do século XX, o uso misto conjugando comércio, serviços e habitação refletiu novas demandas geradas pelo crescimento demográfico e o interesse de compactação do solo urbano pelo mercado imobiliário.

Em Ribeirão Preto, a destinação de atividades comerciais para os prédios localizados no centro, ou sua inclusão no térreo de edifícios multifuncionais com mais de um pavimento, foi comum em construções das primeiras décadas do século XX, sobretudo no entorno da Praça XV de Novembro. Na Rua General Osório a atividade comercial foi tão intensa e especializada que alguns edifícios com dois pavimentos foram inteiramente dedicados a esse uso. Um projeto de 1924 do engenheiro arquiteto com atuação em São Paulo, Walter Brune, foi um exemplar importante dessa tipologia.[315] A construção foi constituída por três estabelecimentos comerciais independentes, sendo o maior destinado à Casa Alemã. Essa loja ocupava toda a esquina entre as ruas General Osorio e Tibiriça, na mesma quadra do Edifício Diederichsen, sendo esse trecho do térreo reservado para a instalação de seis vitrines. Nesse sentido, o projeto arquitetônico aproveitou a movimentação de pessoas no entorno da Praça XV de Novembro para estimular o consumo das mercadorias estrategicamente expostas em cabines com ampla visibilidade (figuras 4.2.16 e 4.2.17).[316]

---

[315] APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 37, 1924.

[316] Outro projeto aprovado na década seguinte reforçou a continuidade do caráter comercial da Rua General Osório, especificamente nesse trecho, e seu impacto na configuração desses estabelecimentos. No projeto de reforma de autoria de Baudilio Domingues para o edifício da Livraria Lavadia, de propriedade de Theodomiro Uchôa, previa-se a substituição da sequência de seis portas estreitas, no comércio, por três portas mais largas, ocupando a mesma área das anteriores, porém com menos interrupções entre as aberturas, o que favorecia a visualização e o acesso ao comercio a partir do espaço público (APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 87, 1933).

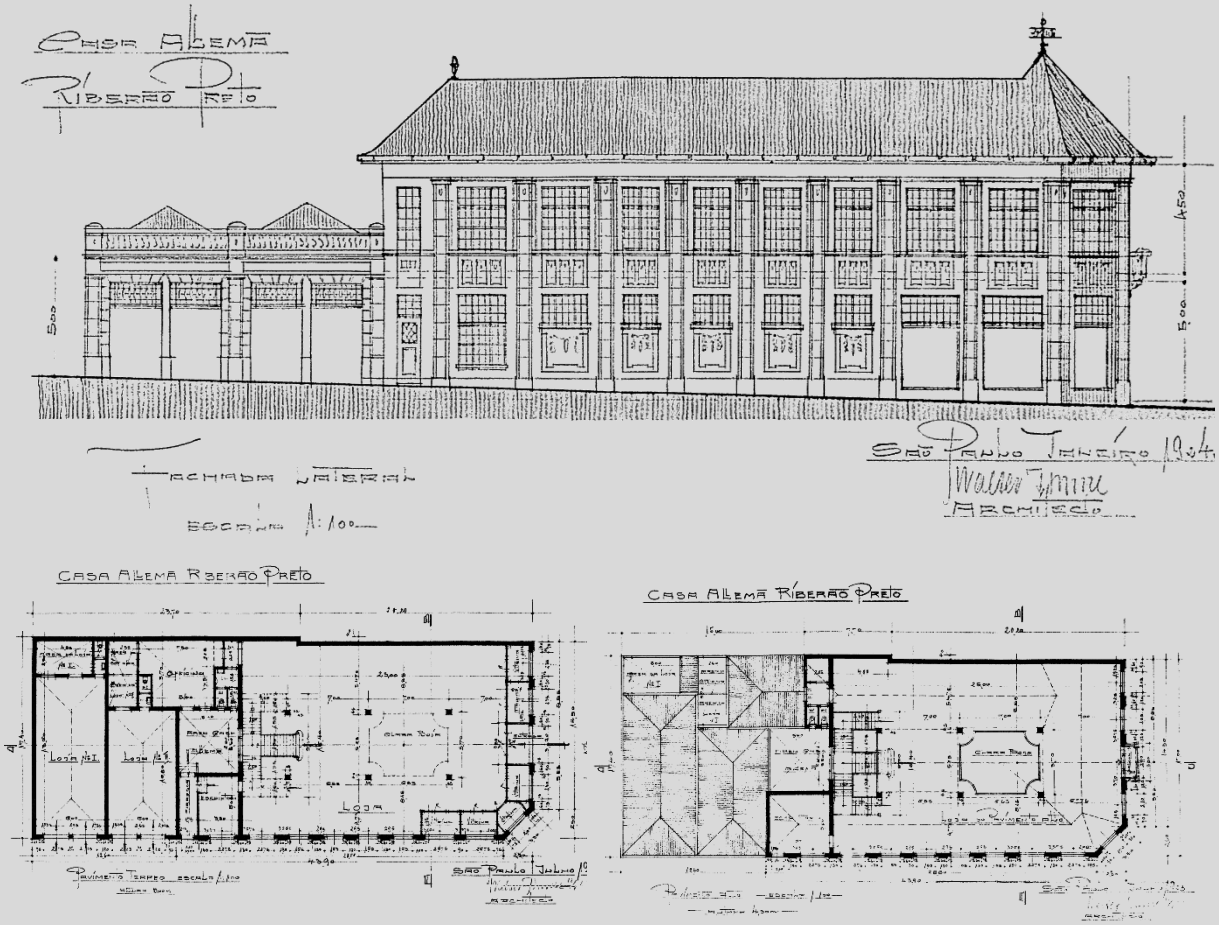


Figura 4.2.16 – Projeto para a fachada lateral e plantas da Casa Alemã de Ribeirão Preto, na esquina entre as ruas General Osorio e Tibiriça.

Ano: 1924

Autor: Walter Brune | **Fonte:** APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 37, 1924.



Figura 4.2.17 – Duas perspectivas da Casa Alemã e seu contexto urbano. À esquerda, observa-se intensa movimentação de pessoas em frente às vitrines do estabelecimento.

Ano: não informado

Autor: não informado (esq.); Pressing (dir.)

Fontes: https://www.facebook.com/aurorahotelrp/photos/a.1500281113367681/1500281143367678/?type=3&theater (esq.). https://www.rmgouvea-leiloes.com.br/peca.asp?ID=451515&ctd=19 (dir.). Acesso: em 3/10/2019.

Inserido nesse contexto urbano, o Edifício Diederichsen deu continuidade à solução de ocupação comercial no térreo com a implantação de lojas independentes, nos mesmos níveis das calçadas das ruas General Osorio, Alvares Cabral e São Sebastião.[317] A autonomia entre os comércios era a solução mais usual dos prédios aprovados em Ribeirão Preto com mais de um estabelecimento comercial. No entanto, nesse aspecto o projeto de Terreri e De Vincenzo se distinguia da concepção de Baudilio Domingues para o edifício de Daniel Galota, que apresentava conexões internas entre os salões (figura 4.1.19); e do Edifício Meira Junior, cujo centro era formado por um pátio interno de uso coletivo, acessado tanto pelo interior de alguns comércios, como pela entrada para os pavimentos superiores (figura 4.1.20).

No caso do Edifício Diederichsen, os dois compartimentos para entrada e acesso aos andares mais altos não possuíam conexão com as lojas, mas alcançavam todos os pavimentos superiores.[318] Uma das entradas ocorria pelo centro da fachada voltada para a Rua Álvares Cabral, enquanto o outro estava voltado para a Rua São Sebastião e se posicionava ao lado do Cine São Paulo.[319] A entrada localizada junto à fachada principal

---

[317] O projeto aprovado em 1934 representou 17 lojas, mas outra planta desse pavimento, também assinada pelos autores, porém sem data ou carimbo, indicou a presença de 16 lojas, resultado da inserção de uma segunda saída de emergência no cinema (APHRP, Coleção Terreri).

[318] Ao contrário do que ocorreu no térreo, nos demais pavimentos (com exceção do sétimo pavimento), as circulações verticais eram conectadas por um corredor central que se estendia ao longo de todo o piso e permitia o ingresso nas salas e apartamentos. Na menor entrada, pela Rua São Sebastião, escada e elevador formaram uma torre única em que o elevador estava no centro e os lances da escada se desenvolviam ao seu redor, inclusive utilizando suas paredes como estrutura de suporte. Nesse caso, escada e elevador tinham acesso direto ao corredor, uma solução compacta e diferente da utilizada na entrada principal. No acesso pela Rua Alvares Cabral, esse sistema foi alterado e se criou, para cada pavimento, um *hall* de transição antes do corredor coletivo.

[319] O acesso das escadas a todos os pavimentos pode ser esclarecido pelo Código de Obras Arthur Saboya, que dispunha sobre as dimensões e características das escadas e elevadores. Segundo o referido Código, as escadas deveriam ser construídas com material incombustível quando a edificação possuísse mais quatro pavimentos e, em edifícios de "múltiplas habitações", sua largura mínima seria de 1,20 metros, como uma faixa de 1,5 metros de altura revestida de material liso e impermeável acompanhando o desenvolvimento dos degraus. Quando a construção tivesse cinco ou mais pavimentos, essas escadas também deveriam se estender, sem interrupção, do térreo até o telhado, além de disporem de ventilação "pela parte superior" e, no mínimo, uma janela por pavimento voltada para o meio exterior com medidas a partir de 0,80m (largura) x 1,50m (altura). A presença de escada deveria ser observada mesmo quando o edifício possuísse elevador. Sobre esse último, não havia determinações sobre a quantidade ou dimensões que deveriam possuir. As exigências do Código de Obras em relação aos elevadores estavam mais relacionadas às condições de segurança oferecidas pelos equipamentos, que só poderiam funcionar mediante licença da Prefeitura Municipal (SÃO PAULO, 1929).

era a maior e mais exuberante, com dois elevadores e uma escada ampla, enquanto a entrada pela Rua São Sebastião era menor e possuía apenas um elevador.[320] Os atributos estéticos dessas áreas, bem como os equipamentos que ostentaram, garantiram a comodidade dos usuários e contribuíram para que o Edifício Diederichsen fosse sinônimo de modernidade naquele contexto. Nesse setor, a racionalidade construtiva da edificação também ficou evidente pela concentração de instalações prediais, como os armários com medidores da rede elétrica e um incinerador de lixo, que proporcionavam segurança e maior comodidade dos ocupantes do Edifício.[321]

Apenas a entrada da Rua Alvares Cabral se desenvolvia acima do nível da calçada, com o piso que conduzia à escada principal e aos dois elevadores cerca de 2,5 metros mais altos que o acesso público. O patamar na escada com dois lances que levava até essa circulação vertical foi denominado como *hall* e era uma área de espera que também intermediava a transição entre o espaço urbano e os setores privativos no interior do edifício. A resposta concilia a intenção de diferenciar a entrada dos moradores e dos prestadores de serviços com sua clientela, além de resguardá-los da movimentação das lojas. Mesmo possuindo apenas quatro metros de largura, internamente o ambiente se valeu da estética Art Déco para exibir com fausto e requinte a profusão de detalhes, que se iniciava pela serralheria na caixilharia da porta de entrada, seguindo pelas pinturas, texturas e adornos das paredes e teto, complementada pelas luminárias, barrados de madeira e granito, além dos pisos e escadas de mármore (figura 4.2.19).[322]

---

[320] O fato de estar em uma área do terreno mais baixa em relação à entrada da Rua São Sebastião não teve impacto sobre a escada principal, já que a presença de uma outra escadaria, logo no acesso, já havia elevado o nível do seu piso de partida. Contudo, essa escada também se tornou um elemento decorativo naquele ambiente, sendo mantida em frente ao acesso e chegada dos elevadores. Do lado oposto, o bloco que recebeu a caixa dos dois elevadores foi modulado para possuir a mesma largura correspondente aos três lances da escada, o que gerou uma pequena área utilizada como cabine sanitária, possivelmente para uso do funcionário da portaria, e acesso ao incinerador do lixo.

[321] Os armários foram colocados nas duas entradas, sempre dos dois lados das paredes mais próximas às calçadas, provavelmente para facilitar a manutenção e medição por parte da empresa de fornecimento de energia elétrica. Esses nichos não encontravam correspondência nos pavimentos superiores, da mesma forma que não foram representadas as prumadas de instalações hidráulicas nas plantas.

[322] A escada principal também foi formatada ao gosto Déco, com seus corrimãos em barra de ferro circular e cantos curvos, apoiados sobre o guarda corpo de alvenaria à meia altura, sobriamente decorado com frisos na de borda. Essa escada teve seus degraus revestidos com mármore apenas até o primeiro pavimento. Depois disso o piso dos degraus foi substituído por um composto de granito e os patamares revestidos por ladrilhos

A referência ao Art Déco esteve presente desde a posição assumida pela entrada, na fachada principal, reforçando o eixo central que culminava no ponto mais alto do edifício (figura 4.2.18). Esse e outros recursos utilizados para a composição plástica do prédio recorriam ao método *Beaux-Arts* para definir o embasamento da edificação em relação ao corpo que se desenvolvia nos pavimentos superiores.[323] A partir das mísulas que apoiavam os volumes aditados acima do térreo, a extensão da primeira laje criou uma marquise em balanço contornando todas as fachadas públicas. A marquise foi um elemento muito apropriado no Art Déco, pois além da conotação estética, garantiu maior conforto no interior e nas calçadas, pela proteção do sol de da chuva.

No Edifício Diederichsen, em que a marquise foi instalada acima do pavimento das lojas, esse elemento também teve sentido comercial, pois resguardava a passagem e permanência dos pedestres em frente aos estabelecimentos.[324] Essa solução foi possível devido à uniformidade na altura da primeira laje. Por outro lado, para se aproximar da circulação dos pedestres, a implantação das lojas foi realizada em diferentes alturas, acompanhando o desnível do terreno e seu entono imediato. Isso fez com que os estabelecimentos adquirissem pés-direitos distintos, variando de acordo com sua posição e o nível do piso naquele local. Outra estratégia empregada para garantir a extensa relação física e visual entre as áreas de consumo e os consumidores foi a envasadura de quase toda a frente das lojas por portas, ampliando e aproximando as entradas adjacentes.

---

hidráulicos com motivos geométricos (figura 4.2.20). No álbum de construção do Edifício Diederichsen a página que deveria conter a foto do *hall* está ausente. Nela consta apenas a legenda "Grupo tirado no hall da entrada principal do Edificio Diederichsen, no acto da sua inauguração oficial. 10 de Janeiro de 1937" (APHRP, Álbum de construção Edifício Diederichsen, grafia original). Não foram encontrados outros registros desse ambiente no período de inauguração, mas ainda hoje é possível reconhecer a presença de diversos elementos originais. Um detalhe interessante é que no piso em frente à escada principal, no último pavimento, utilizou-se um ladrilho semelhante ao que se observa no piso do *hall* do cinema registrado na foto de inauguração. Sua utilização parece estar vinculada à intenção de tornar essa área um *hall* com cobertura para acesso ao terraço com vista para a cidade.

[323] O revestimento externo com placas de pedra de granito preto polido até a meia altura das portas do primeiro pavimento também contribuiu para diferenciar o embasamento do prédio. A pedra como material de revestimento ainda esteve presente no composto de argamassa de pó de pedra e mica, também denominado cirex, que foi aplicado de modo uniforme em toda a superfície das fachadas públicas a partir da base de granito. Além do brilho obtido com a mica, a presença de areia deu ao Edifício Diederichsen sua coloração terrosa.

[324] Ainda assim, conforme se verifica nos registros feitos logo após a inauguração, a radiação solar nas fachadas da Rua General Osorio e Alvares Cabral tornou necessária a instalação de toldos sobre todas as portas.

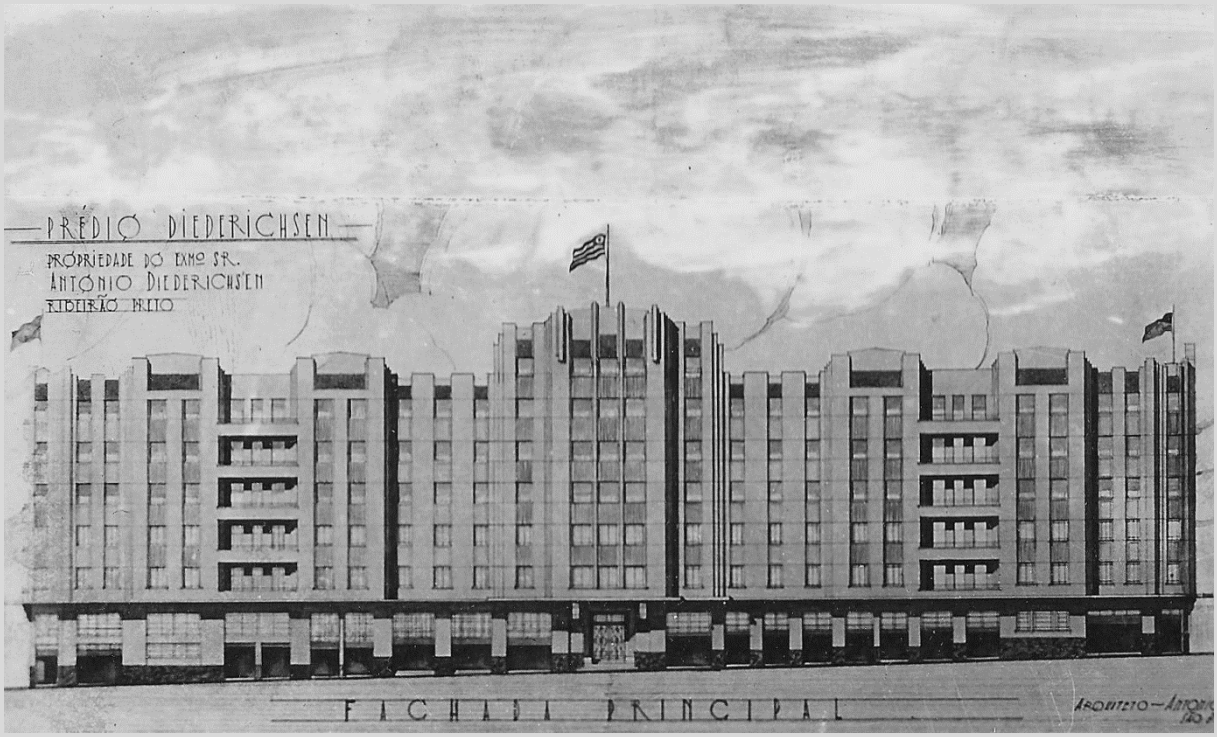


Figura 4.2.18 – Foto do projeto da fachada principal (Rua Álvares Cabral) do Edifício Diederichsen.
Ano: 1935 | **Autor:** Photo Sport | **Fonte:** APHRP, Acervo Fotográfico – F857.







Figura 4.2.19 – *Hall* com acesso pela Rua Álvares Cabral. A pretensão de luxo e monumentalidade se destaca pela decoração rebuscada, com contrastes de materiais, cores e texturas nas superfícies das paredes, pisos e teto.
Data: 2017
Autor: Tatiana S. Gaspar.

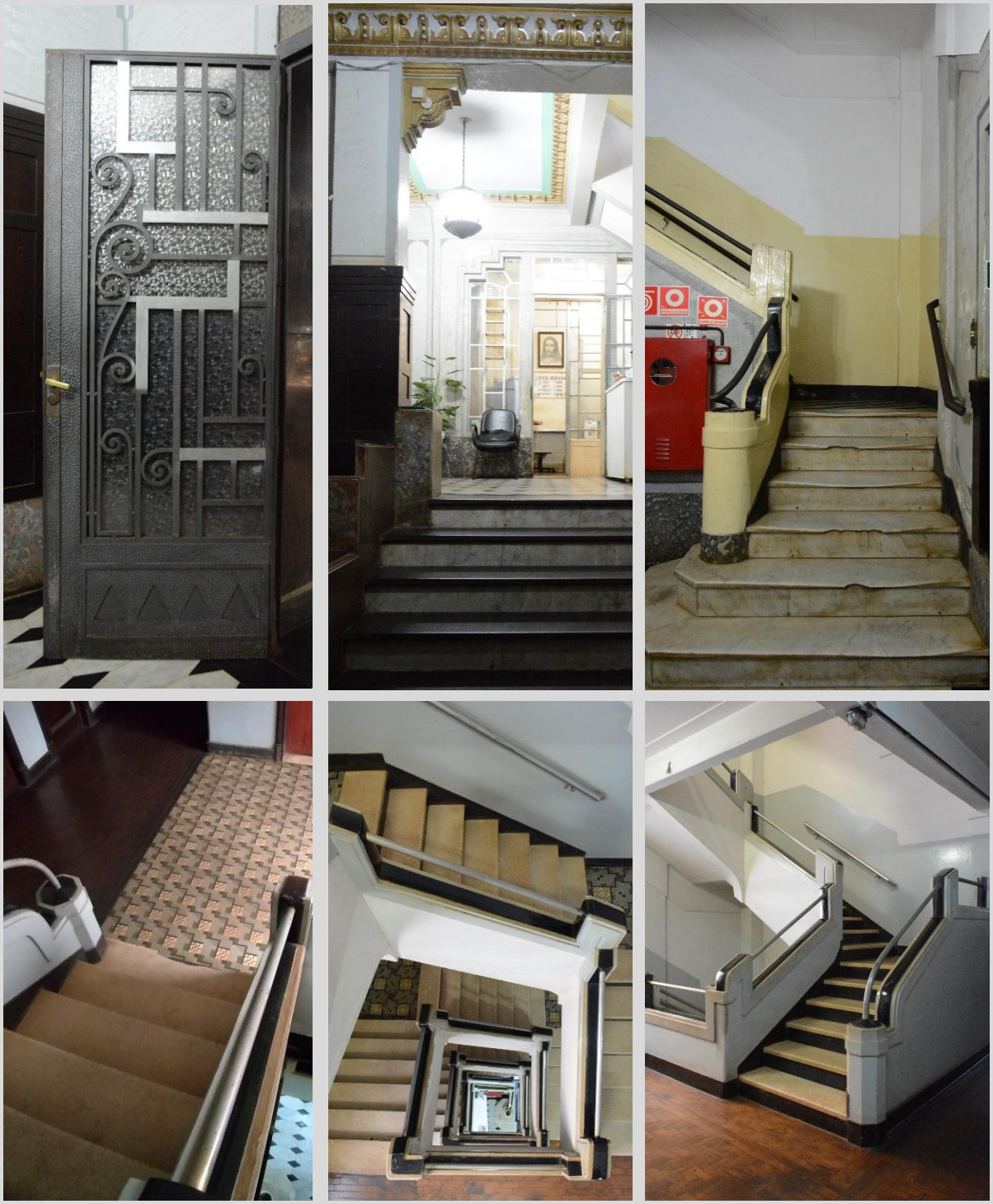


Figura 4.2.20 – Acima: tratamento diferenciado na entrada principal. Caixilharia com ferro e vidro texturizado na porta junto à calçada (esq.); escada intermediária para os elevadores e escada principal, com revestimento em mármore e granito (centro); primeiro lance da escada principal, com degraus revestidos de mármore (dir.). Abaixo: escada no primeiro pavimento de escritórios, com escada em granilite e ladrilho hidráulico com motivo geométrico no piso em frente aos elevadores (esq.); escada principal ao longo dos pavimentos, com granilite nos degraus e ladrilho hidráulico nos patamares (centro); pavimento de habitação, com piso em taco de madeira em frente à escada e elevadores (dir.). Destaque para o guarda-corpo da escada principal com corrimão de ferro tubular e quina curva, com decoração Art Déco (dir.).
Data: 2018 | **Autor:** Tatiana S. Gaspar

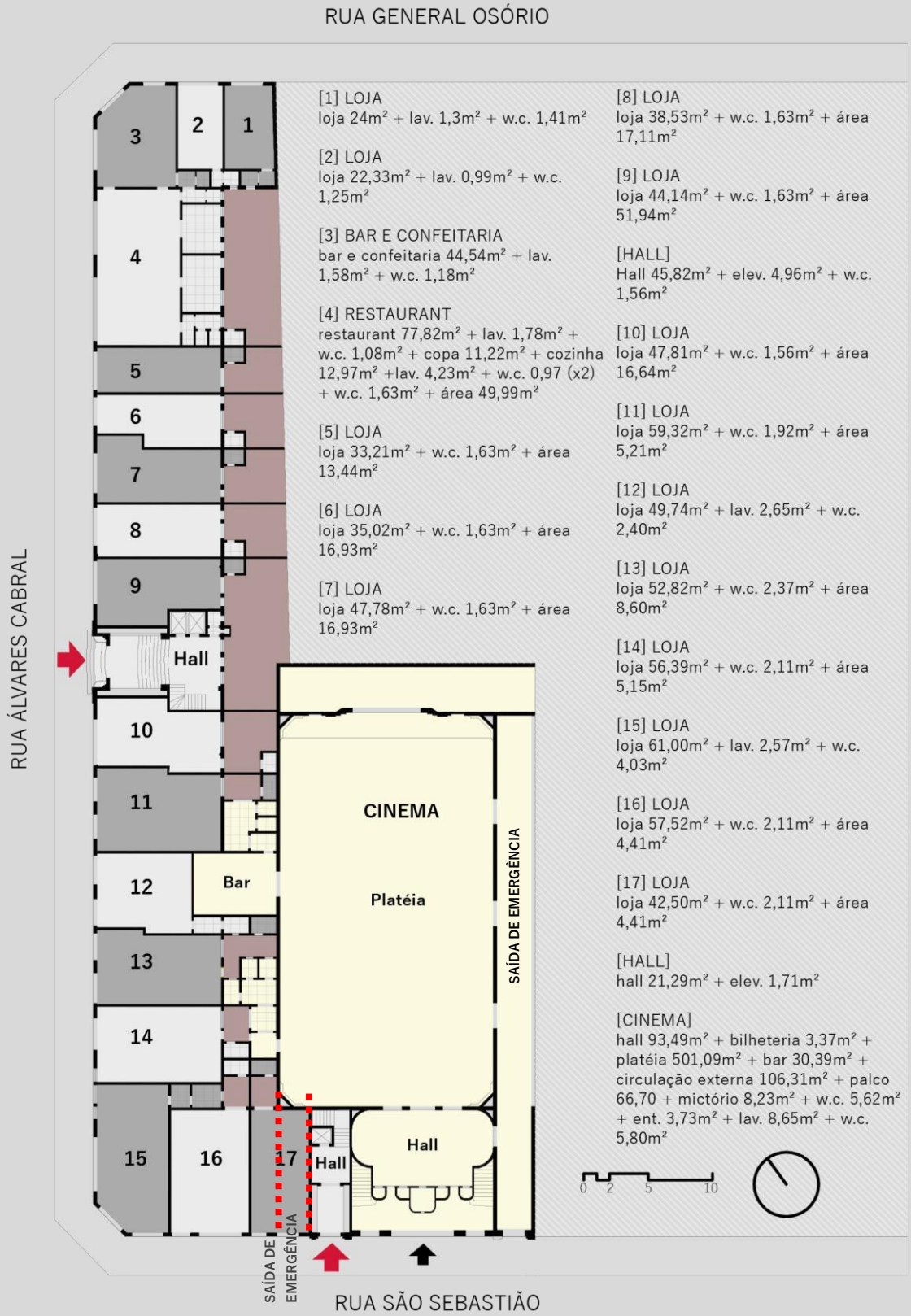


Figura 4.2.21 – Planta do 1° pavimento com lojas numeradas, usos e áreas, conforme projeto de aprovação. Indicação de segunda saída de emergência, considerando projeto assinado pelos autores, mas sem data especificada ou registro de aprovação, pertencente à "Coleção Terreri" (figura 4.2.5).

Autor: Tatiana S. Gaspar | **Fonte**: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 95, 1934.

A dimensão estreita e profunda de cada loja foi resultado da distribuição funcional e espacial do programa, conjugada à geometria do lote, sendo orientada pela oportunidade de ofertar grande número de espaços para aluguel em uma região com grande valor comercial. Em todo o pavimento, a diferenciação frente-fundo foi evidenciada pela setorização das áreas públicas – voltadas ao consumo e acessadas diretamente pelas calçadas – e a implantação de áreas de apoio, como sanitários, copa e cozinha, nas faces posteriores, sempre com janelas para os recuos no fundo do lote ou áreas remanescentes entre o corpo verticalizado do edifício e o prédio do cinema (figura 4.2.21). Em geral, para cada loja se propunha a construção de uma cabine com sanitário, de dimensões exíguas e similares, que era anexada às construções principais e acessada pela área externa privativa ao estabelecimento, indicando que seriam utilizados apenas pelos funcionários.[325] A partir desses ambientes se pode tecer algumas considerações em relação às especificidades dos 15 salões indistintamente denominados como “loja”, já que 4 deles possuíam sanitários com acesso interno e incluíram lavatórios. Diferentemente dos demais casos, essa condição garantia maior conforto para a possível utilização dos clientes e por isso parece refletir a especialização das lojas que adotaram o formato.

Dois dos comércios com lavatório estavam localizadas em frente à Rua General Osorio e, um outro, na esquina entre as ruas Álvares Cabral e São Sebastião, o que indica que ao longo do pavimento a concepção das lojas sofreu diferenciações que variaram de acordo com sua localização. As esquinas e a Rua General Osório foram as áreas mais valorizadas pelo projeto em termos programáticos, o que não nem sempre correspondeu à maior área útil dessas lojas, uma vez que a compactação foi utilizada em alguns casos

---

[325] O Código de Obras Arthur Saboya exigia que todas as lojas possuíssem no mínimo uma latrina. Caso as lojas fossem agrupadas, as latrinas também poderiam ser “em qualquer espaço livre existente no interior do prédio, desde que o acesso a essas latrinas seja fácil e independente de passagem obrigatória por qualquer peça que não seja corredor, hall, etc.”, mas mantendo-se uma latrina por estabelecimento (SÃO PAULO, 1929, grafia original). Em estabelecimentos que fabricassem, preparassem, vendessem ou depositassem gêneros alimentícios e bebidas de qualquer natureza, as latrinas deveriam “ser privativas para cada sexo, na proporção de uma para cada grupo de vinte pessoas ou fracção”, além de possuírem “aberturas teladas á prova de moscas e as portas providas de molas que as mantenham fechadas” (SÃO PAULO, 1929, grafia original). Nesses estabelecimentos, as latrinas e mictórios também não poderiam ter comunicação direta com os compartimentos de preparação ou fabricação dos alimentos. Exigia-se, ainda, que houvesse “lavatórios com água corrente para mãos e rosto, na proporção de um para trinta pessoas, como também compartimento especial para vestuário dos operarios” (SÃO PAULO, 1929, grafia original). As latrinas, mictórios e lavabos deveriam possuir piso de ladrilho cerâmico e as revestimento de paredes com ladrilho branco vidrado até 1,5 metros.

como estratégia para otimizar o aproveitamento desses locais.[326] Em geral, o comprimento dos salões permaneceu alinhado ao corpo verticalizado do prédio.[327] Entretanto, as lojas mais distantes da Rua General Osório eram mais amplas, pois possuíam maior largura em relação às demais.[328] Nelas, a maior área de fachada permitiu a abertura de dois vãos, o que contribuía para a ampliação da visibilidade daqueles locais menos atrativos em relação à movimentação de pessoas (figuras 4.2.21 e 4.2.22).

Os estabelecimentos voltados para Rua Álvares Cabral serviram-se, sobretudo, do fluxo gerado pelo conjunto de agências bancárias instaladas naquele trecho (figura 4.2.23). Registros fotográficos feitos após a inauguração parecem indicar até mesmo que alguns estabelecimentos desse setor foram construídos ainda maiores do que se previa no projeto (figuras 4.2.23 e 4.2.24). Ao lado esquerdo da portaria principal, precisamente em frente ao Banco de São Paulo e Banco Comercial do Estado de S. Paulo, foi instalado um estabelecimento comercial para venda dos chapéus masculinos da marca Ramenzoni que ocupou grande parte do trecho entre o restaurante e a portaria, onde inicialmente estavam previstas cinco lojas. Seguindo por essa rua, o edifício também abrigou a Farmácia São Paulo, possivelmente para suprir a demanda gerada pelos ocupantes do próprio edifício. Já na esquina com a Rua São Sebastião, instalou-se a cafeteria A Única, que permanece nesse mesmo local até 2022 (figura 4.2.25).[329]

---

[326] Diferentemente da residência que havia no local, as quinas do primeiro pavimento do Edifício Diederichsen, nos cruzamentos das vias públicas, foram construídas chanfradas e receberam vãos de portas para acesso aos comércios. A quina chanfrada era uma determinação do Código de Posturas Arthur Saboya, que na seção sobre construções no cruzamento das vias públicas exigia a concordância de um terceiro alinhamento, normal à bissetriz do ângulo formado pelos outros dois alinhamentos, e que obrigatoriamente também deveria ser preenchida por vão de "janellas, porta ou outros motivos decorativos" (SÃO PAULO, 1929, grafia original).

[327] Com exceção de uma loja, que fazia divisa com o bar do cinema, e que era um dos estabelecimentos com e lavatório e cujo acesso ao sanitário era interno.

[328] As lojas distribuídas a partir da entrada da Rua São Sebastião até a entrada da Rua General Osório dividiam com o Cine São Paulo os espaços livres remanescentes para a iluminação e aeração dos seus compartimentos de apoio, o que gerou grande ocupação do recuo nesse trecho.

[329] É possível que outra casa lotérica tenha se instalado no Edifício Diederichsen logo após sua inauguração. A loteria A Fidalga, que só passou a constar no *Almanak Laemmert* a partir de 1937, estava localizada na Rua Álvares Cabral n. 22, enquanto a portaria principal do edifício recebeu o número 24. Não foram encontradas informações sobre a localização da A Única, mas a cafeteria foi fotografada em funcionamento em 1937 e esse registro compõe o álbum de construção do Edifício Diederichsen. Não foram verificados registros sobre os comércios instalados no térreo do Edifício Diederichsen voltados para a Rua São Sebastião logo após a inauguração.



Figura 4.2.22 – Foto da fachada do Edifício Diederichsen voltada para a Rua São Sebastião.
Data: 10/01/1937
Autor: Gullaci Foto | **Fonte:** APHRP, Álbum de construção Edifício Diederichsen.



Figura 4.2.23 – Veículos em frente às agências bancárias na Rua Álvares Cabral.
Ano: 1938
Autor: Photo Sport
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F219.



Figura 4.2.24 – Registro de partes das fachadas do Edifício Diederichsen voltadas para as ruas General Osorio e Álvares Cabral.
Ano: 1937-1939
Autor: não identificado
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F685.

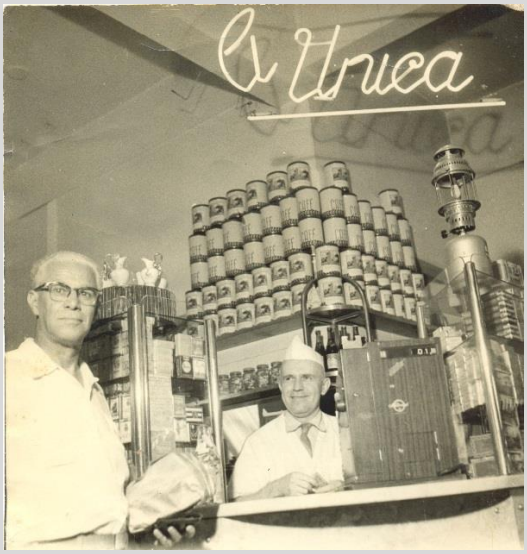


Figura 4.2.25 – Registro de dois homens junto ao balcão no interior da cafeteria A Única.
Ano: 1950
Autor: Foto Flash
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F601.

Como os comércios que estão no nível mais baixo do terreno adquiriam pé-direito maior que os demais, após a concepção e aprovação do projeto original eles comportaram a criação de mezaninos.[330] A solução ampliou a altura da fachada do pavimento comercial voltada para a Rua General Osorio, destacando ainda mais a presença do edifício naquele ambiente urbano de grande valor comercial. As áreas próximas à esquina entre as ruas General Osório e Álvares Cabral foram especialmente configuradas pela necessidade de compactação de alguns estabelecimentos localizadas nesse setor, o que assegurou a admissão de sete lojas, um bar e confeitaria, além de um generoso salão de restaurante. O fato de terem sido os únicos compartimentos comerciais com uso especificado no projeto aprovado, evidencia a importância daquela esquina para o programa do prédio e sua conexão com outros estabelecimentos e espaços públicos do entorno, como as agências bancárias, o Quarteirão Paulista e a Praça XV de Novembro.

Para otimizar o aproveitamento do trecho com pouco mais de 14 metros em frente à esplanada, sua ocupação foi determinada para duas lojas e, na esquina, para o bar e confeitaria, ligados internamente a um restaurante com copa e cozinha e a dois blocos de sanitários.[331] As duas lojas voltadas para a rua General Osório eram as menores de todo o pavimento, com cerca de 23 m², e cada uma possuía um sanitário e lavatório no fundo do estabelecimento. Apesar da área reduzida, a concorrência por um espaço comercial nessa região fez com que fossem ocupadas logo após a conclusão das obras. Na loja disposta junto à divisa se instalou uma filial da loteria “A Favorita”, cuja sede em operação até 1936 também já funcionava na Rua General Osório. A expansão do negócio nessa mesma rua reforço a importância daquela via comercial e, especificamente, o interesse despertado com a inauguração do Edifício Diederichsen, que disponibilizava novas áreas para locação de espaços compactos em frente à Praça XV de Novembro. Ao seu lado, a “A Deliciosa” vendia frutas finas e usava grande parte da única porta de acesso para expor suas

---

[330] O Código de Obras Arthur Saboya permitia que as lojas possuíssem galerias ou passadiços guarnecidos de balaustrada, desde que seu pé-direito não fosse menor que dois metros e não excedessem 1,2 metros de largura. Também não poderiam servir como depósito de mercadorias, exceto quando tivessem resistência comprovada por cálculos ou recebessem fechamento.

[331] As duas lojas voltadas para Rua General Osorio também eram as únicas em que o acesso ao sanitário ocorria por dentro do estabelecimento. Essas cabines permaneciam localizadas no fundo da loja, mas estavam incorporadas ao corpo principal do edifício, o que apesar de liberar maior espaço externo no fundo do restaurante, reduzia ainda mais a área interna dos comércios. A solução pode ter sido determinada pela intenção de que essas lojas fossem mais especializadas, com banheiros disponíveis para o uso da clientela.

mercadorias (figura 4.2.24).

O compartimento na esquina entre as ruas Álvares Cabral e General Osorio – certamente com a localização mais privilegiada do Edifício Diederichsen e que, junto ao restaurante, ocupava a maior área do programa implantado no térreo, excluindo-se o cinema – recebeu a instalação do bar e restaurante Pinguim:

> BAR PINGUIM – Inaugurou-se hontem, o novo Bar Pinguem, que se acha instalado no Palacete Diederichsen. O seu proprietário, num gesto que demonstra os seus sentimentos generosos, destinou a renda bruta do dia da inauguração ás casas de caridade desta cidade (RIBEIRÃO PRETO..., 1936, p. 9, grafia original).

O fato de ter sido a segunda área inaugurada do Edifício Diederichsen, em 29 de agosto de 1936, menos de quatro meses após o início do funcionamento do cinema e mais de três meses antes da inauguração oficial do prédio, sugere que assim como ocorreu no Cine São Paulo, sua instalação pode ter sido previamente acertada entre o proprietário e o locatário. Para melhor compreendermos essa hipótese é preciso reconhecer fora do prédio alguns dos acontecimentos que marcaram aquele contexto.

Os edifícios do Quarteirão Paulista materializaram o poder econômico da Cia. Cervejaria Paulista ao reformularem a paisagem urbana no entorno da Praça XV de Novembro no final da década de 1920. Antes disso, a Cervejaria Antárctica já havia se instalado no interior dessa praça, no local anteriormente ocupado pela primeira Matriz, e assegurado a vinculação de seus produtos às novas formas de lazer e sociabilidade da área que contava com o Teatro Carlos Gomes. Com a mudança do bar da cervejaria para o interior do Edifício Diederichsen, em meados 1936, o Pavilhão Antartica foi demolido e uma fonte luminosa foi inaugurada, em janeiro de 1939, naquele local.[332]

---

[332] A implantação da fonte luminosa foi recebida com entusiasmo pela população e sua inauguração foi amplamente noticiada em jornais paulistanos, quase sempre associada ao contexto de mudanças políticas no plano local, estadual e nacional, advindas do Estado Novo. Por isso, não foram poupados esforços para assegurar à nova centralidade da Praça XV de Novembro as inovações técnicas que transmitissem a mensagem de renovação e progresso, asseguradas pelo representante nomeado pelo interventor estadual. A fonte expressou, portanto, a ação do grupo político que estava no poder naquele momento, ao qual Antonio Diederichsen era contrário. Cabe observar que a presença da fonte, como um local de permanência e contemplação na Praça XV de Novembro, destacava um ponto de vista do Edifício Diederichsen pouco explorado até então: suas fachadas posteriores, marcadas pela sequência de aberturas de janelas sem referência ao Art Déco, como nas demais fachadas (figura 4.1.3 – foto 04).

A mudança para o Edifício Diederichsen trouxe diversos benefícios para a Cervejaria Antarctica, que não apenas pôde ampliar a área do seu bar e complementá-lo com um restaurante, como também lhe assegurou novamente o destaque que havia sido minorado após a construção do conjunto arquitetônico da Cia. Paulista.[333] Além disso, permitiu que desfrutasse do movimento no cruzamento entre as ruas General Osório e Álvares Cabral, em grande parte provocado pelos próprios comércios e serviços do Quarteirão Paulista, que não possuía usos similares no programa de suas edificações.

No projeto de Antonio Terreri e Paschoal de Vincenzo para o Edifício Diederichsen, a inclusão do restaurante anexo ao bar foi uma proposta inovadora para o contexto, quando esse tipo de estabelecimento ainda era escasso na cidade.[334] Além da localização privilegiada e do fato de estar conectado ao bar já conhecido pela população, o projeto também foi concebido especificamente para aquela finalidade, atendendo às exigências do Código de Obras para garantir um ambiente adequado aos requisitos sanitários. O programa de apoio ao restaurante e ao bar e confeitaria – uma vez que se tratava de estabelecimentos interligados – era composto por dois blocos de banheiro, feminino e masculino, cada um com duas cabines de sanitário e lavatório, dispostos em lados opostos e acessos independentes.[335] Entre eles estavam a copa e a cozinha, ambas ligadas ao salão de restaurante e conectadas internamente, o que reflete a otimização dos fluxos de circulação na preparação dos alimentos e atendimento ao público. Através da cozinha e da copa também era possível acessar a área externa junto ao recuo do prédio, onde foi disposta apenas uma cabine de sanitário para o uso dos funcionários.

---

[333] Além do bar na Praça XV de Novembro, é possível que essa indústria cervejeira também administrasse um restaurante no Cassino Antártica, mencionado entre os demais restaurantes da cidade no ano anterior à inauguração do bar e restaurante Pinguim (*Almanach Laemmert,* 1937, p. 1009).

[334] Antes disso, os locais para hospedagem eram comumente utilizados para refeições fora do interior doméstico. As pensões eram utilizadas pela população de menor poder aquisitivo, enquanto os salões de refeição de hotéis de luxo, como foi o caso do Palace Hotel, recebiam a população e os visitantes de maior prestígio. No ano em que o Bar e Restaurante Pinguim foi inaugurado só encontramos o registro de um restaurante na cidade, o Restaurante Estação, que ficava em localizado na Praça Francisco Schimdt, ao lado do edifício da Estação Mogiana (*Almanak Laemmert*, 1937, p. 1009). No ano anterior, além do Estação também havia o Restaurante Aliança e o Bar da Norma, ambos na Rua Amador Bueno, o Restaurante Roma, na Rua José Bonifácio, e o Cassino Antartica, na Rua Americo Brasiliense. Com exceção do bar e restaurante Pinguim, a localização dos demais restaurantes reforçam a relação desse tipo de estabelecimento como essencialmente voltado para viajantes que chegavam em Ribeirão Preto a partir da Estação Ferroviária.

[335] Apenas um dos blocos de sanitários possuía duas formas de acesso, pelo bar e pelo restaurante.



Figura 4.2.26 – Foto do Bar Pinguim no Edifício Diederichsen, a partir da entrada na Rua General Osorio.
Data: 29/08/1936 | **Autor:** Gullaci Foto
Fonte: APHRP, Álbum de construção Edifício Diederichsen.



Figura 4.2.27 – Interior do salão do restaurante no Edifício Diederichsen.
Ano: 1936-1940 | **Autor:** não identificado | **Fonte:** APHRP, Acervo Fotográfico – F684.

O bar e restaurante Pinguim oferecia aos clientes um espaço de apuro estético e conforto. O estabelecimento da esquina, embora tenha sido denominado, no projeto, como bar e confeitaria, na prática se configurou apenas para o uso como bar. Nele estava posicionado um balcão refrigerado com visor de vidro voltado para a Rua General Osorio onde algumas das mercadorias servidas no local, como embutidos e queijos, podiam ser contempladas.[336] Acima dele, a balança Filizola e uma máquina de fatiar, da mesma marca, também estavam expostas para apreciação dos transeuntes, enquanto um armário de madeira com portas de vidro se estendeu por todo o comprimento do bar atrás do balcão e serviu como vitrine de bebidas para os clientes que se sentavam nas banquetas altas em frente a ele. Na foto que compõe o álbum de construção do Edifício Diederichsen, chama atenção as torres de *chopp* no final do balcão, instaladas próximas à entrada no restaurante, e o registro de uma parte do mezanino curvo que se projetava sobre a área do bar, com seu guarda corpo decorado com temas do Art Déco (figura 4.2.26).

Já o salão do restaurante recebeu espelhos, ventiladores, luminárias pendentes do Globo Brasil, mobiliário de madeira, mesas com tampo de mármore para quatro lugares e revestimento de madeira também no piso de taco e lambri até meia parede. Na parte superior desse ambiente de altura elevada, a pintura das paredes retomou a referência Art Déco que já se expressava nas fachadas, cinema e saguões, assegurando a unidade estilística entre os diversos setores da edificação e reforçando a noção de novidade, enquanto sua pintura remetia à ideia de feixes de luz. Uma foto desse ambiente registrou a presença de clientes bem trajados sentados à mesa com seus copos de *chopp* e garçons à postos, aparentando se tratar de um espaço voltado ao atendimento de público com maior poder aquisitivo (figura 4.2.27). A predominância masculina também está evidente e demarcada pelos chapéus suspensos por ganchos já previstos no lambri de madeira. Ainda assim, algumas mesas apareciam ocupadas apenas por mulheres, refletindo um novo cenário em que conquistas como o direito ao voto, assegurado pela Constituição Federal de 1934, também se estendiam para a ampliação da presença da mulher em espaços públicos comumente associados aos homens.

---

[336] Relevante destacar que, embora não tenha sido previsto pelo projeto, a confeitaria acabou sendo instalada no estabelecimento disposto junto à outra esquina ocupada pelo Edifício Diederichsen, entre as ruas Álvares e Cabral e São Sebastião, local onde passou a funcionar “A Única”.

O registro fotográfico do salão do restaurante também permite a aferição de alguns aspectos construtivos em dissonância com o projeto aprovado para o Edifício Diederichsen. Esse foi o caso dos pilares executados no local, que não haviam sido representados na planta baixa dos pavimentos. O espaçamento entre eles tornou inexequível a modulação dos vãos de portas e janelas conforme a configuração prevista originalmente no projeto para a fachada da Rua Álvares Cabral. Ao invés de vãos amplos, de formato retangular e preponderância horizontal, as janelas basculantes de ferro e vidro foram executadas com outra configuração, de menor largura e marcadas por pequenos intervalos. Da mesma forma, duas portas previstas para ingresso imediato ao restaurante, pela Rua Alvares Cabral, foram substituídas por três janelas altas, o que impedia a visibilidade do espaço a partir da calçada e assim garantia a privacidade da clientela.[337] Apenas uma porta para essa via foi mantida no final do estabelecimento, mas ela aparentemente se configurava como uma entrada de serviço para abastecimento da cozinha e não tinha conexão com as áreas de atendimento púbico, como faz supor um acesso camuflado em meio ao lambri de madeira no fundo da imagem, possivelmente para uso apenas dos funcionários.

Assim como o bar e restaurante Pinguim, outros estabelecimentos comerciais do Edifício Diederichsen foram ocupados ainda no segundo semestre de 1936, como faz supor a notícia que informou sobre sua inauguração, no início de janeiro do ano seguinte:

> EDIFICIO DIEDERICHSEN – O soberbo edifício que o industrial Antonio Diederichsen, fez construir no quarteirão mais central da rua Alvares Cabral, será solennemente inaugurado no próximo dia 10.
> Varias dependencias daquelle importante proprio já se acham occupadas, mas a inauguração oficial será realizada no próximo domingo.
> Ao sr. Antonio Diederichsen, como prova da gratidão do povo ribeirão-pretano pelo esplendido melhoramento com que dotou a cidade, será oferecido um rico álbum contendo as assignaturas de todas as pessoas mais representativas da cidade (RIBEIRÃO...1937, p. 27, grafia original).

Antes disso, uma nota do *Correio Paulistano* publicada em agosto de 1936 já

---

[337] Acima delas ainda havia outra faixa de janelas basculantes de ferro e vidro. A dimensão e posição dessas aberturas mais altas variou de acordo com o nível do piso do estabelecimento comercial, em alguns casos estando junto às portas, como bandeiras, e em outros, com maior pé direito, quando se destacavam dos vãos inferiores. A solução era uma exigência do Código de Obras e garantia a ventilação constante das lojas.

divulgara que a construção do “Predio Diedericksen” (sic.) estava quase concluída e que se aguardava apenas pela execução das calçadas, prevista para os dias seguintes.[338] Nesse momento, erroneamente foi anunciado que “a inauguração do prédio de que tanto se orgulha Ribeirão Preto” seria ainda no mês de setembro (PREDIO..., 1936, p. 13), o que parece manifestar certa urgência para o início de suas atividades. A possibilidade de inauguração antecipada dos estabelecimentos comerciais refletiu a autonomia construtiva e funcional desse pavimento em relação às demais partes da edificação que se desenvolviam nos andares superiores, e reforçou a relação fundamental do programa de usos do térreo com a dinâmica urbana do entorno, tanto em relação ao fluxo de pessoas nessa região, como à concentração de comércios e serviços nas imediações.

Em um contexto de efervescência urbana em que Ribeirão Preto era considerada a “capital do interior de S. Paulo” (A CIGARRA, 1934), ou a “Capital d’Oeste”, e já possuía até mesmo voos da VASP, que ligavam a cidade ao litoral em apenas duas horas (CAPITAL..., 1935, p. 27), a presença do bar e restaurante Pinguim foi especialmente importante. Esse espaço sediou diversas confraternizações de empresas e profissionais que passavam pela cidade. Uma conferência médica promovida pela Associação Médica da Santa Casa, em julho de 1937, recebeu como principal convidado o dr. Cesario Mathias, de São Paulo, e atraiu diversos médicos de Ribeirão Preto e de cidades vizinhas. No último dia do evento foi oferecido ao médico paulista um almoço no Bar Pinguim, ao qual também compareceram os demais participantes (CONFERENCIAS..., 1937, p. 29). Nesse mesmo ano, quando o Cel. Milton de Freitas Almeida, comandante geral da Força Pública do Estado, esteve em visita a Ribeirão Preto para inspeção do 3º B. C. e foi convidado a jantar no Bar Pinguim, na presença do juiz da primeira vara da cidade, Guilherme de Oliveira, e do delegado regional de polícia, Rolim Rosa (CEL. MILTON..., 1937, p.13).[339]

---

[338] A notícia informava que os engenheiros haviam ordenado a construção da calçada naquele dia 3 de agosto, uma segunda-feira, esperando que estivesse pronta até o fim da semana (PREDIO..., 1936, p. 13).

[339] Em 1937 e 1938 verificamos três eventos ocorridos no Bar Pinguim que estiveram estritamente relacionados à própria Cia. Antarctica Paulista. Em dezembro de 1937 foi realizado um almoço em homenagem a Francisco Salles por seus 25 anos de serviços prestados nos escritórios da empresa (RIBEIRÃO..., 1937, p. 16). Dois meses depois, oferecia-se um jantar a Guilherme Held, chefe da fabricação da Cia. Antarctica Paulista que foi transferido para São Paulo após 12 anos prestando serviços na unidade de Ribeirão Preto (RIBEIRÃO..., 1938, p. 27). Em julho de 1938, o homenageado foi o gerente da Cia. Antarctica Paulista em Ribeirão Preto, Max Batsch, a quem na ocasião de seu 5º aniversário no cargo foi oferecido um “lauto almoço”, com a presença de “várias pessoas da sociedade local” (RIBEIRÃO PRETO..., 1938, p. 12)



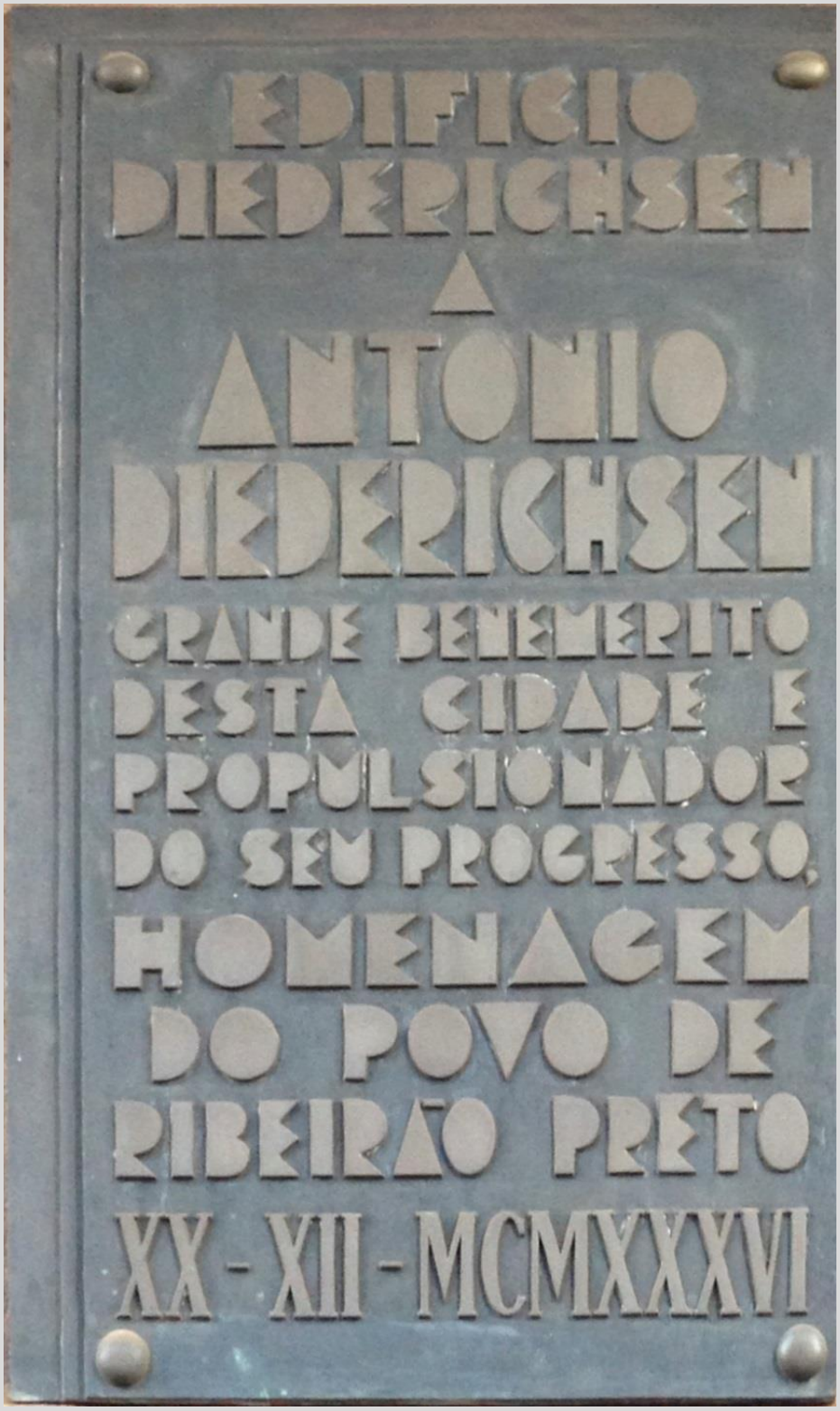


Figura 4.2.28 – Placa comemorativa fixada ao lado da entrada principal do Edifício Diederichsen, na Rua Álvares Cabral, com os dizeres: "EDIFICIO DIEDERICHSEN A ANTONIO DIEDERICHSEN – GRANDE BENEMÉRITO DESTA CIDADE E PROPULSIONADOR DO SEU PROGRESSO, HOMENAGEM DO POVO DE RIBEIRÃO PRETO – 20/12/1936". Assim como a composição e estética da edificação, a tipografia empregada na placa também faz referência ao Art Déco (D'ELBOUX, 2013).

Ano: 2017

Autor: Tatiana S. Gaspar

Por outro lado, é impossível desvincular o funcionamento das lojas dos outros usos comportados pelo Edifício Diederichsen, já que o incremento do fluxo provocado pela própria edificação, com a presença de profissionais prestadores de serviços com sua clientela, moradores e hóspedes, ampliava de modo substancial a demanda por comércios na região. Assim, as lojas do térreo também atendiam necessidades complementares ao programa implementado nos apartamentos e escritórios, com espaços compactos.

A inauguração oficial do Edifício Diederichsen ocorreu em 10 de janeiro de 1937 e foi acompanhada por uma solenidade de abertura em frente à entrada principal, na Rua Álvares Cabral (figura 4.2.28):

> PREDIO DIEDERICHSEN – Realizou-se hontem, com grande solennidade a inauguração official do arranha-céo de Ribeirão Preto, o magnífico prédio Diederichsen.
> As 10 horas, numeroso publico estacionava em frente à portaria daquelle imóvel, aguardando a hora da inauguração.
> Todas as autoridades ribeiro-pretanas compareceram, tendo-se feito ouvir os srs. Dr. Camilllo de Mattos, em nome da cidade e dr. Alcides Sampaio pelo proprietário, Sr. Antonio Diederichsen.
> A seguir, foi descoberta solenemente a placa commemmorativa do acto, e oferecido ao grande industrial um álbum contendo as asignaturas das pessôas de maior representação social da cidade, como homenagens áquelle grande amigo de Ribeirão Preto.
> Essa homenagem prestada não é senão o signal de gratidão de Ribieirão Preto ao sr. Antonio Diederichsen, pois elle não mediu sacrificios para dotal a nossa cidade de um proprio de tamanho vulto, sem a menor duvida o maior do interior do Estado.
> O prédio Diederichsen ocupa toda uma quadra, tendo cinco andares, sendo construído de forma impeccavel e em estylo moderno.
> Entra assim Ribeirão Preto na posse do seu melhor edifício, tudo graças á dedicação de um de seus mais antigos moradores. (RIBEIRÃO... 1937, p. 29, grafia original).

A presença e o discurso de personalidades como Camillo de Mattos e Alcides Sampaio, apresentados como representantes da cidade e de Antonio Diederichsen, respectivamente, dizem muito sobre as relações desse empresário e industrial que havia se fixado em Ribeirão Preto sob a égide de dois importantes líderes políticos locais: Arthur Diederichsen e Francisco Schimdt. Mais ainda, sobre como a construção do Edifício Diederichsen simbolizou, naquele contexto, a materialização de uma ideia política de

progresso calcada no poder do estado de São Paulo, e que se assentava na manutenção do PRP e da República Velha.

Camilo de Mattos foi o prefeito de Ribeirão Preto deposto quando a Câmara Municipal foi dissolvida em razão da Revolução de Trinta, que instalou o Governo Provisório dirigido por Getúlio Vargas. Na eleição municipal ocorrida no período constitucional, em março de 1936, Camilo de Mattos voltou ao governo como vereador pelo PRP, até que a Câmara foi novamente deposta pelo Golpe de Estado de 1937, ao final do primeiro ano de funcionamento do Edifício Diederichsen. Alcides Sampaio chegou a ser cotado como candidato do PRP à prefeitura de Ribeirão Preto na eleição de 1936. Era descrito como um "politico novo", mas que já gozava de "geraes sympathias" por ser um "advogado inteligente e culto, consultor politico da Prefeitura Municipal" e por isso conhecedor dos problemas da administração do município, além de ter sido "valoroso combatente, na revolução paulista como voluntario". Ainda que o cargo tenha sido assumido por Alberto Whately, outro perrepista mais experiente, o discurso de Sampaio como representante de Antonio Diederichsen na inauguração do seu prédio sinaliza o apoio do empresário ao jovem ex-combatente (RIBEIRÃO..., 1936, p. 9, grafia original).

A repercussão em torno da conclusão do edifício com maior altura da cidade despertou o interesse imediato pela locação de salas de escritórios nos pavimentos acima do térreo. Três dias antes da inauguração oficial do Edifício Diederichsen, quando algumas áreas do prédio ainda estavam em finalização, a Empresa Constructora Universal, de São Paulo, instalou-se em duas salas do segundo pavimento e ofereceu aos convidados aperitivos possivelmente fornecidos diretamente pelo Pinguim:

> EMPRESA UNIVERSAL – Attendendo ao vulto dos seus negócios nesta cidade, a Empresa Constructora Universal Limitada, resolveu instalar em Ribeirão Preto os seus escriptorios officiaes, alugando para isso duas optimas salas no nosso arranha ceu, o prédio Diederichsen.
> A installação desses ecriptorios deu-se hontem solenemente ás 15,30 horas, nas salas 120 e 121 daqeuelle prédio, tendo a assistil-a numeroso público, além de diversas autoridades e altos funccionários daquella empresa, inclusive o dr. dr. Jayme Pereira, gerente geral em São Paulo, que para aqui veiu especialmente para aquelle fim.
> O discurso de inauguração foi pronunciado pelo sr. Dr. Alvaro de Campos, alto funcionário da Empresa Universal, que fez uma saudação a Ribeirão Preto e á imprensa local.

> Falaram os srs. Prof. Honorato de Lucca, Fabio Bonfim e dr. Antonio Baracchini Junior.
> Após o acto de inauguração foi servido um chopp aos presentes, além de uma mesa de sandwiches. (RIBEIRÃO... 8, 12/01/1937, p.12).

O caráter de novidade despertado pelo prédio certamente atraiu a instalação de empresas recém-chegadas à cidade, como também ocorreu com a subseção do Touring Clube do Brasil em Ribeirão Preto, que em 1938 ocupou uma sala do Edifício Diederichsen (O TOURING... 1938, p. 12). Alguns anos depois, quando o Aeroclube Civil de Ribeirão Preto retomou suas atividades na cidade, também instalou uma secretaria para atendimento no "Predio Diederichsen" (AERO CLUBE..., 1941, p. 26, grafia original).

Nesse sentido, a notícia sobre a instalação de uma sucursal da firma Bandeira, Machado & Cia nas salas 239 e 240 do Edifício Diederichsen, em 1944, chama especial atenção. Na ocasião, a empresa sediada em São Paulo e dedicada à criação e comércio de gado em larga escala, realizou uma cerimônia de inauguração em Ribeirão Preto com a presença dos sócios Anisio Moreira, Trajano Machado, Assis Chateaubriand e Oswaldo Chateaubriand. Em "cunho festivo", a empresa ofereceu um almoço comemorativo que teve entre os convidados diversas personalidades do poder público e privado. Além do prefeito de Ribeirão Preto, Fábio de Sá Barreto, comparecerem também os representantes das agências bancárias da cidade, como o Banco do Brasil, Banco do Estado de São Paulo, Banco de São Paulo – todos vizinhos ao Edifício Diederichsen – o ex-prefeito e procurador das Usinas Junqueira, Camillo de Mattos, que sete anos antes havia participado da inauguração daquele prédio, e outros comerciantes e criadores de gado de Franca, Orlândia, Barretos, Rio Preto, Uberaba, Sertãozinho, Cravinhos, Mirassol e Ribeirão Preto (O CAMPO, Fev. 1944, p. 56 e 57).

Uma foto desse almoço registrou os sócios da Bandeira, Machado & Cia junto à Fabio de Sá Barreto e demais convidados, sentados em uma mesa preparada especialmente para a ocasião no bar e restaurante Pinguim (figura 4.2.29). A imagem reforçou, portanto, o vínculo fundamental que se estabeleceu tanto do Edifício Diederichsen com os demais estabelecimentos do entorno – nesse caso em especial, com as agências bancárias –, como também entre os usos contidos no interior da própria edificação, que ampliaram a funcionalidade das atividades abrigadas a partir da extensão das relações constituídas para outros setores do prédio.



Figura 4.2.29 – À esquerda, jantar no Pinguim em comemoração à instalação da Bandeira, Machado & Cia no Edifico Diederichsen. | **Fonte:** *O Campo*, fev. 1944, p. 57.





Figura 4.2.30 – Papeis timbrados de profissionais instalados no Edifício Diederichsen. | **Ano:** 1938 (Nobrega & Dompietro), 1941 (demais) | **Fonte:** APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 240, 1938 (Nobrega & Dompietro) / ARQUIVO NACIONAL, 1941 (demais).

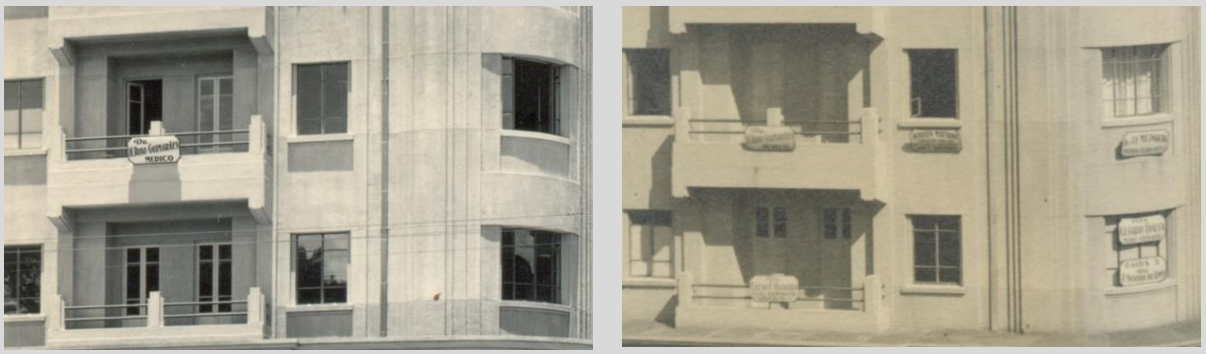


Figura 4.2.31 – Fachada do Edifício Diederichsen voltada para a Rua General Osório no 2º e 3º pavimentos. No primeiro registro (1937), apenas a placa do médico H. Roxo Guimarães estava fixada. Pouco tempo depois, outras placas estavam dispostas abaixo das janelas e junto aos terraços. | **Ano:** 1937 (esq.), 1937-1939 (dir.) | **Autor:** Photo Sport (esq.), não identificado (dir.). Editado por Tatiana S. Gaspar.
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F1569 (esq.), F685 (dir.).

Deve ser destacado o fato desse edifício ter recebido escritórios de empresas e associações com matriz na capital paulista e, especificamente, que lá já se instalavam em prédios altos. Enquanto a sociedade de Anisio Moreira, Trajano Machado e Assis e Oswaldo Chateaubriand estava localizada no prédio Sampaio Moreira, na Rua Líbero Bardaró, o Sindicato dos Contabilistas, que em 1944 ocupava a sala 134 no primeiro andar do Edifício Diederichsen, possuía sua sede no 11º andar do Edifício América, "ex Martinelli", em São Paulo. A situação pode evocar a superação do medo relacionado à solidez estrutural dessas construções, ou, ainda, a naturalização dos aspectos que envolviam a adequação de suas atividades ao funcionamento de um edifício compartilhado com outras empresas e funções, tendo acessos, circulações e instalações coletivas.

Mas além de abrigar companhias e sedes de associações, os dois pavimentos com escritórios do Edifício Diederichsen também receberam diversos prestadores de serviços. As placas fixadas nos guarda corpos dos terraços ou abaixo dos peitoris das janelas anunciavam as atividades praticadas por esses profissionais autônomos, em sua maioria médicos e advogados.[340] Nesse aspecto, é importante relembrarmos que o Edifício Meira Júnior, na esquina oblíqua, também possuía dois pavimentos para prestação de serviços e já abrigava profissionais dessas áreas. Por isso, assim como o Cine São Paulo aumentou a concorrência do setor cinematográfico em Ribeirão Preto e gerou preocupação para o Theatro Pedro II, é possível que a finalização do Edifício Diederichsen também tenha tido impacto sobre o Edifício Meira Júnior, uma vez que a nova edificação ampliava a oferta de escritórios para locação na mesma região e para o mesmo público.

Apesar da localização, do público e do fato de ambos possuírem os dois pavimentos acima do térreo comercial com escritórios, desde a entrada esses edifícios foram concebidos com configurações bastante distintas.[341] Ocupando lotes com formatos e áreas diferentes, as soluções de circulação e distribuição funcional adotadas também variaram, bem como a quantidade de salas disponibilizadas pelos dois prédios. Enquanto o projeto

---

[340] Oportuno citar que em abril de 1934, enquanto Antonio Diederichsen concluía a compra do terreno e residência da família de Quinzinho Junqueira, uma notícia do *O Estado de São Paulo* comentou sobre a comemoração do 1º aniversário dos cursos jurídicos em Ribeirão Preto (RIBEIRÃO..., 1934, p. 6). A conclusão do Edifício Diederichsen três anos depois permitia que suas salas de escritórios estivessem disponíveis para receber os primeiros advogados formados na cidade.

[341] A criação de uma entrada suntuosa, com decoração profusa e *hall* de espera antes dos elevadores e da escada diferenciou o Edifício Diederichsen em relação aos demais prédios comerciais da cidade.

do Edifício Diederichsen apresentou uma planta com 60 salas como correspondente aos 2º e 3º pavimentos (o que na prática não se efetivou devido a uma alteração derivada do cinema que subtraiu oito salas do 2º pavimento, resultando em 112 salas), o Edifício Meira Júnior foi concebido para 11 escritórios no 2º pavimento e 17 no 3º pavimento, totalizando 28 compartimentos com essa função. Por outro lado, a área das salas do Edifício Meira Junior, em alguns casos com mais de 20 m², era superior às do Edifício Diederichsen, projetado para salas mais compactas, com cerca de 15 m².

Outras divergências ocorreram em função dos locais dos acessos e passagens. No caso do Edifício Diederichsen, as duas entradas e circulações verticais, posicionadas nos centros das fachadas da Rua Álvares Cabral e Rua São Sebastião, determinaram, a partir do segundo pavimento, a criação de um eixo central de circulação horizontal conectando os dois pontos. Em cada um desses andares, um corredor com 1,8 metros de largura se desenvolveu por mais de 100 metros de extensão, recebendo, na sua maior dimensão, no 2º, 3º, 4º, 5º e 6º pavimentos, duas áreas para iluminação e ventilação junto à fachada posterior, paralela à Rua Álvares Cabral, com esquadrias basculantes de ferro e vidro, além das aberturas que já se posicionavam junto aos patamares das escadas (figura 4.2.34).

Ao longo da circulação horizontal foram distribuídas as salas, um depósito e quatro blocos de sanitários coletivos – dois femininos e dois masculinos, sempre intercalados. A disposição desses sanitários refletiu a organização espacial do pavimento a partir de setores determinados pelas circulações verticais, e das duas zonas geradas ao longo da circulação horizontal, junto ao alinhamento das fachadas frontais ou posteriores. Diferentemente do que se propunha para a maior parte das lojas comerciais, os banheiros dos pavimentos de escritórios foram inseridos no interior do bloco verticalizado, mas se mantiveram junto às fachadas posteriores, voltadas para os recuos. O trecho entre o eixo da entrada principal e as salas voltadas para a Rua General Osorio recebeu um sanitário de uso coletivo masculino e outro feminino. Do lado oposto foram criados mais dois blocos de sanitários, também para o público masculino e feminino, nesse último caso já na área mais próxima à entrada da Rua São Sebastião. Os sanitários foram posicionados de tal forma que a distância entre os blocos feminino e masculino não ultrapassasse 15 metros e, apesar de não terem exatamente as mesmas medidas, possuíam configurações e áreas similares: sempre um lavatório na frente e duas cabines no fundo, com cerca de 10 m², evidenciando a concepção racionalizada por módulos.

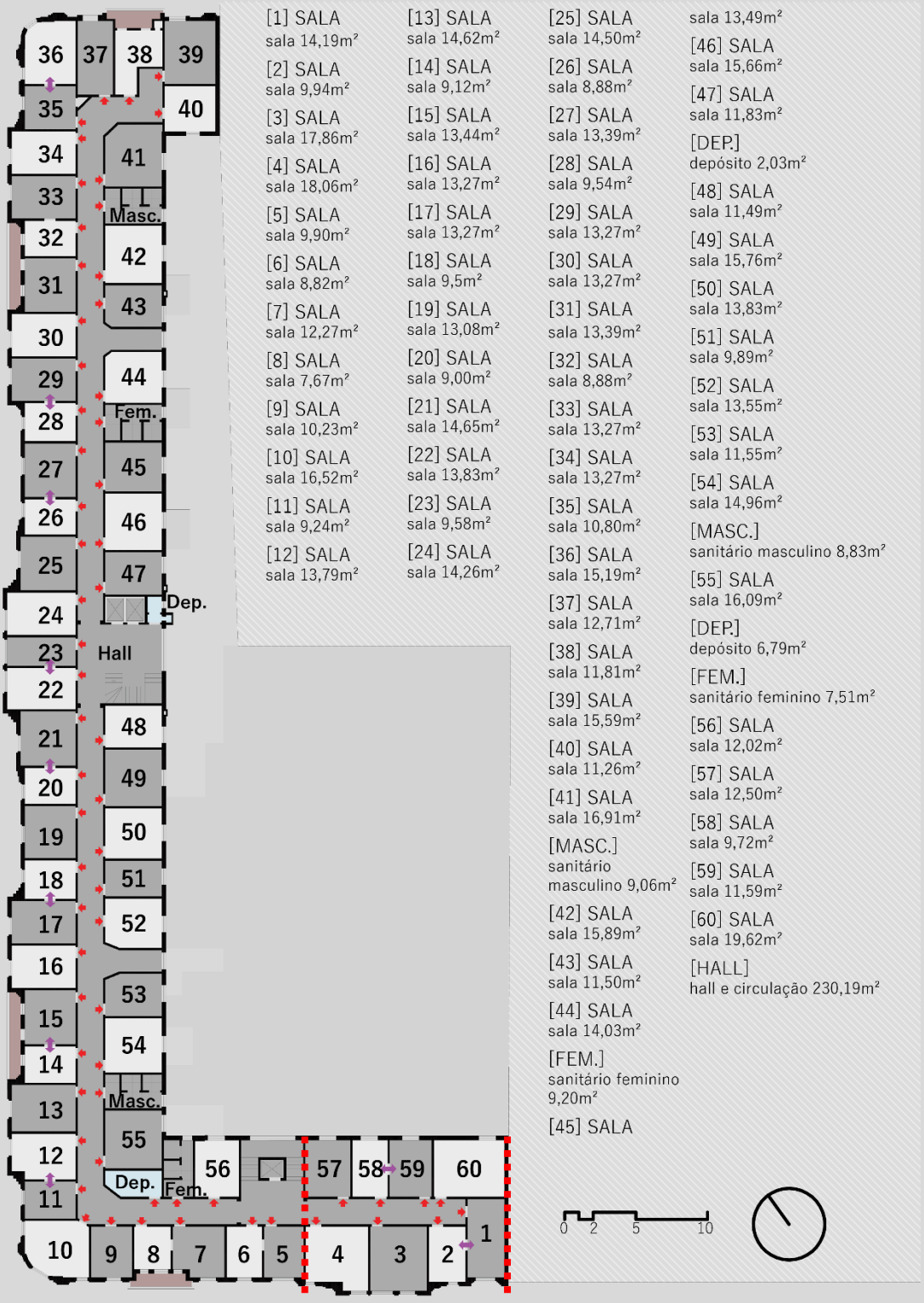


Figura 4.2.33 – Planta do 2º e 3º pavimentos com lojas numeradas, usos e áreas, conforme projeto aprovado (que representou apenas uma planta como pavimento tipo dos dois andares). Indicação de parte alterada em função do do cinema, no 2º pavimento.

Autor: Tatiana S. Gaspar | **Fonte**: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 95, 1934.



Figura 4.2.34 – Detalhes da circulação coletiva nos pavimentos destinados aos escritórios. Nas duas áreas para iluminação e ventilação dos corredores foi instalada esquadria basculante de ferro e vidro (na foto acima, a parte em vermelho foi alterada para funcionamento como portinhola. A sequência de portas ao longo do corredor era intercalada, possivelmente para ampliar a privacidade dos usuários. Detalhe decorativo em uma das vigas. Esses componentes da estrutura são aparentes no corredor.
Data: 20/05/2017
Autor: Tatiana S. Gaspar

A presença dos sanitários masculinos – assim caracterizados pela identificação de mictórios – e femininos – denominados como para “senhoras” – também registra a presença da mulher nesse espaço de trabalho, não só enquanto clientes, mas também como profissionais. Entretanto, ainda desempenhavam atividades secundárias à função principal, em geral como secretárias ou auxiliares dos prestadores de serviço, sem que seus nomes figurassem entre os anúncios do edifício.

O médico Heráclito Roxo Guimaraes, ou “H. Roxo Guimaraes” como se anunciava, foi, certamente, um dos primeiros a se instalar no Edifício Diederichsen e ocupou a sala 238, um escritório com terraço no terceiro pavimento, junto à fachada da Rua General Osorio, com aproximadamente 12 m², ao menos entre 1938 e 1941 (figuras 4.2.30 e 4.2.31).[342] Nessa fachada, a presença do terraço com 1,20 metros de profundidade demarcava o volume do balcão acrescido na superfície, acompanhado pelo contorno diferenciado da marquise bi apoiada sobre mísulas, cujo eixo central culminava no ponto mais alto da platibanda do prédio. O balcão era um elemento compositivo que não tinha como intenção fundamental agregar maior funcionalidade aos espaços internos. Contudo, o fato dessa sala do terceiro pavimento – o último voltado ao setor de serviços – ter sido imediatamente ocupada, reflete que, na prática, ao permitir a apreciação da cidade e do cenário que se configurava no entorno da Praça XV de Novembro a partir de um ponto privilegiado, o terraço também se tornou um elemento de distinção entre as salas.

Além do terraço, presente na área externa de sete escritórios por andar, a posição assumida por cada sala ao longo do pavimento também impactou na relação com o ambiente exterior, já que as aberturas poderiam estar voltadas para os recuos posteriores ou para as vias públicas. Outra variação ocorreu em função de suas áreas úteis e, em alguns casos, da conexão interna apresentada entre duas salas. Essa configuração ocorreu em 28 escritórios, mais da metade dos casos, sugerindo que a segunda sala, sempre menor que o compartimento ao qual estava ligada, poderia se tratar de uma área de espera ou espaço de apoio complementar à atividade principal. A solução também facilitou a expansão de empresas que nelas se instalassem, pois poderiam inicialmente ocupar apenas uma das salas e, no futuro, havendo necessidade, ampliar sua atividade para o compartimento vizinho.

---

[342] Antes de se mudar para o Edifício Diederichsen esse profissional atendia na Rua Amador Bueno n. 26.

As diversas situações eram comportadas devido à autonomia de cada sala, que apresentando ou não conexões internas, possuíam suas entradas independentes a partir do corredor central. Apesar da versatilidade de usos apresentada por algumas salas, esses espaços não eram construtivamente flexíveis. Ainda que a malha estrutural tenha se concentrado ao longo das fachadas e nas duas faces da circulação coletiva interna, os vãos entre os pilares foram vedados com alvenaria cerâmica e o formato das salas acompanhou o movimento de recuos e prolongamentos que determinou o ritmo das fachadas, resultando em um pavimento compartimentado por espaços compactos, que potencializavam a oferta de espaços de trabalho e assim permitiam maior retorno financeiro do investimento ao proprietário (figura 4.2.33).

A solução utilizada nesses pavimentos corrobora a análise de Silva (2010) sobre a configuração dos edifícios voltados ao setor terciário produzidos na capital paulista entre as décadas de 1930 e 1940, mesmo período de concepção, construção e inauguração do Edifício Diederichsen:

> eram destinados a um setor em compasso de expansão, abrigando empresas e lojas de pequeno porte, mas, sobretudo, escritórios de profissionais liberais, como médicos, dentistas, advogados, engenheiros, arquitetos, etc. Por isso, esses edifícios eram compostos de pequenas salas de 12 a 54m², interligadas por meio de portas que possibilitavam a futura expansão dos negócios (SILVA, 2010, p. 123).

Diversos profissionais liberais se instalaram nos escritórios do Edifício Diederichsen logo após a sua inauguração. Muitos eram recém-formados e começavam a se estabelecer profissionalmente na cidade, como o advogado Domingos E. Cêntola (figura 4.2.30), formado em janeiro de 1934 na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em São Paulo, que ocupou as salas 242 e 243 do terceiro pavimento da edificação.[343]

---

[343] Interessante notar que o advogado foi um dos fundadores do Aeroclube de Ribeirão Preto, em 1939, que em 1941 também ocupou uma sala do Edifício Diederichsen. Segundo uma notícia divulgada no jornal *Correio de S. Paulo,* ainda enquanto estudante na capital paulista, Domingos Centola foi membro da "Acção Integralista Brasileira" e teria visitado Ribeirão Preto em 1933, quando em caravana para propaganda política pelo interior do estado de São Paulo (O MOMENTO..., 1933, p. 1). Depois de formado, chegou a exercer a profissão em São Paulo, em escritório junto com Roberto Victor Cordeiro, até que em 1938 passou a atuar em Ribeirão Preto, chegando a ser primeiro secretário da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Ribeirão Preto entre 1941 e 1943 e vice-presidente na gestão seguinte, entre 1943 e 1945.

Outro advogado, também graduado na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Francisco Gugliano, instalou-se no terceiro pavimento do Edifício Diederichsen e ocupou a sala 258.[344] Formado em 1923, Gugliano já atuava em Ribeirão Preto ao menos desde 1935, quando seu escritório era anunciado com endereço na Rua São Sebastião, número 86. Nesse caso, a mudança para o Edifício Diederichsen refletiu a escolha do profissional ribeirão-pretano por uma sala compacta, em edificação moderna, com espaços compartilhados e que garantia a ele e sua clientela a vista da cidade a partir de seu prédio mais alto.[345]

A mudança para o Edifício Diederichsen também foi a opção de outros profissionais da cidade, como o jornalista Antonio Machado Sant'anna, que antes de ocupar as salas 137 e 138, no segundo pavimento do prédio, atuava como representante da imprensa em um endereço na Rua Duque de Caxias.[346] Além de atuar como jornalista, também era anunciado no ramo de "representações" e de "seguros", como agente da "Seguradora Industrial", o que justifica sua escolha por uma sala dupla. O já veterano médico Edgardo Cajado, que também possuía grande envolvimento com o Partido Republicano Paulista de Ribeirão Preto, resolveu, igualmente, pela transferência dos seus dois consultórios de atendimento, anteriormente localizados na Rua Prudente Moraes n. 62 e em uma sala do Edifício Meira Junior, para o primeiro andar do Edifício Diederichsen. O novo endereço, então concentrado no Edifício Diederichsen, era informado nas salas 147/9, o que pode indicar que algumas salas desse prédio receberam a configuração tripla, com o acréscimo

---

[344] Enquanto Domingos E. Cêntola ocupou a vice-presidência da OAB de Ribeirão Preto, seu colega de profissão e vizinho de sala no Edifício Diederichsen, Francisco Gugliano, foi presidente da Ordem naquela mesma gestão. Antes disso, já havia atuado como tesoureiro, entre 1932 e 1935 – quando a OAB de Ribeirão Preto foi fundada – e 1935 e 1937. Após ocupar o cargo de presidente, foi 2º secretário (1945-1947), vice-presidente por outras três gestões (1949-1951, 1951-1953, 1953-1955) e, por fim, novamente tesoureiro, entre 1959 e 1961. A constante participação na Instituição evidencia a importância desse profissional na cidade e, nesse sentido, reforça o prestígio do Edifício Diederichsen na cidade.

[345] Ocupando o Edifício Meira Junior em 1938 encontramos o nome dos advogados Gilberto Rosseti, Rafael Pirajá e o próprio Joao Alves Meira Júnior, todos já localizados nesse endereço ao menos desde 1935, ano em que os advogados Antonio José Moreira, Artur Maciel, Carlos Alberto Meira, Fernando Scalmandre, Osvaldo Rossi e Salvador Amorim também se instalavam nessa edificação. A situação indica que alguns profissionais podem não ter se adaptado à tipologia e retornado ao modelo de escritório tradicional individual.

[346] Cabe destacar que Antonio Machado Sant'Anna, enquanto representante da sucursal do *Diário de São Paulo*, foi um dos jornalistas a presenciar e dar publicidade à compra do terreno e antiga residência de Quinzinho Junqueira onde o Edifício Diederichsen foi erigido (CIONE, 1992, p. 465 e 467). O fato de ter acompanhado esse processo desde o início pode ter influenciado na decisão de se mudar para o prédio.

de outras aberturas internas, ou a ocupação autônoma e simultânea de três salas pelo mesmo profissional, de modo a atender prestadores com negócios de maior volume.

No entanto, assim como ocorreu com as empresas que fixaram filiais no Edifício Diederichsen ao iniciarem suas atividades em Ribeirão Preto, alguns profissionais autônomos também escolheram a edificação como primeiro endereço. Esse foi o caso de diversos médicos e do comprador de café Antonio Soares de Oliveira, que em 1938 se instalava na sala 239.[347] A presença desses profissionais da saúde foi expressiva a partir desse ano, sendo superior ao número de médicos com consultórios no Edifício Meira Júnior.[348] Nesse sentido, a mudança de Edgardo Cajado, do prédio da Cia. Cervejaria Paulista para o prédio de Antonio Diederichsen, coaduna com a preferência dessa classe profissional pelas salas disponibilizadas na nova edificação. O médico Celso Fernandes Oliveira ocupou a sala 108, imediatamente abaixo de H. Roxo Guimarães, também se aproveitando do terraço com vista para a Praça XV de Novembro.

O Dr. J. F. Meinberg, especialista em doenças pulmonares, ocupou uma sala dupla do terceiro pavimento (salas 210 e 212), na quina do prédio entre as ruas Alvares Cabral e General Osorio, enquanto o médico radiologista José Severo se instalou nas salas 111 e 113, precisamente na mesma quina do pavimento inferior, e oferecia o serviço de Raio X

---

[347] A consulta foi realizada nas edições do *Almanak Laemmert* para 1938 e 1940, disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. Os endereços indicavam tanto a Rua Álvares Cabral n. 24, que correspondia à portaria principal do prédio, como a Rua São Sebastião n. 60, local da entrada localizada ao lado do Cine São Paulo, situado à Rua São Sebastião n. 62. Não foi possível relacionar a numeração das salas informada no Almanaque com a numeração das salas indicada na planta do projeto. Todos os locadores de estabelecimentos no Edifício Diederichsen anunciados em 1938 permaneceram no mesmo local em 1940.

[348] Apesar da diferença ser de apenas um profissional a mais no Edifício Diederichsen, é importante ressaltar que o prédio voltado ao setor terciário do Quarteirão Paulista já estava em atividade quando o Edifício Diederichsen foi inaugurado, refletindo a boa aceitação do novo prédio. Contudo, deve ser considerado que em 1938 o Edifício Meira Júnior também recebeu médicos que ainda não trabalhavam na cidade ou que se mudaram para o prédio naquele ano. Ou seja, esses profissionais optaram pela edificação da Cia. Cervejaria Paulista, ao invés do prédio de Antonio Diederichsen. Alberto Oliveira atendia na Rua São Sebastião antes de se mudar para o Edifício Meira Junior e Waldemar Barnsbey Pessoa, que havia concluído a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo 1922, ao regressar ao Brasil após período de estudos na Europa, atuou como na Revolução Constitucionalista de 1932 até se fixar em Ribeirão Preto, quando tornou-se Diretor Clínico do Hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Ribeirão Preto. Outro médico, Pedro Cerqueira Falcão, já se encontrava instalado no segundo andar do Edifício Meira Júnior ao menos desde 1936. Nesse último ano também verificamos a presença do médico Joel Carneiro, que continuou a ocupar a sala 23 do Edifício Meira Junior até 1937 e depois se mudou para um consultório particular na Rua Álvares Cabral n. 49.

em uma placa fixada externamente na janela (figura 4.2.30). A grande disponibilidade de salas e suas configurações, mais compactadas e organizadas lado a lado, favorecia a prestação de serviços médicos especializados complementares, o que pode ter se tornado um diferencial da edificação naquele contexto.

Por outro lado, ao observarmos atentamente a imagem da janela onde se anunciava a realização de Raio X, percebe-se que aquela esquadria de ferro com vedação vidro – como todas as demais janelas dos dois pavimentos destinados à prestação de serviços no Edifício Diederichsen – teve seus vidros transparentes cobertos por algum material ou tinta opaca, objetivando interromper a passagem de luz para o interior do ambiente.[349] A situação reflete a ausência de soluções arquitetônicas especialmente pensadas para o uso médico, visto que essas salas não possuíam nem mesmo instalações hidro sanitárias, como pias ou bancadas com água, previstas no projeto aprovado.[350]

Assim como se verificava em relação ao fechamento da janela, possivelmente esses espaços passaram por outras adaptações para melhor atender às atividades que abrigavam. A ligação interna entre três salas, por exemplo, mesmo não tendo sido representada no projeto original, pode ter ocorrido tanto no consultório médico de Edgardo Cajado, como no escritório de engenharia civil, arquitetura e construção de Nobrega & Dompietro, que em 1938 ocupava as salas 241, 242 e 244, no terceiro pavimento do “Prédio Diederichsen” (figura 4.2.30), evidenciando a proposta desses andares se abrigarem às diversas atividades urbanas que se avolumavam naquele período.

---

[349] A única diferenciação visível externamente entre os dois pavimentos destinados à prestação de serviços e os três pavimentos acima, voltados à habitação, era o modelo de esquadria das janelas. Mantinham-se as dimensões e posições dos vãos nas fachadas públicas, independentemente do uso interno do cômodo, mas nas habitações os dormitórios receberam janelas com folhas venezianas de madeira e nos sanitários que não estavam posicionados junto aos terraços, como veremos a seguir, utilizou-se o modelo basculante.

[350] O Código de Obras Arthur Saboya tratava como construções para fins especiais os hospitais, maternidades, casa de saúde e estabelecimentos congêneres. Contudo, o capítulo organizado para abordar as especificidades construtivas desses locais não trazia considerações sobre salas de consultórios, distantes dos hospitais, mas ainda destinados ao tratamento de saúde.

4.3 A QUESTÃO DA HABITAÇÃO COLETIVA NO EDIFÍCIO DIEDERICHSEN

Além dos diferentes setores e atividades abrigadas no primeiro, segundo e terceiro pavimentos, os últimos pisos do Edifício Diederichsen complementaram de forma definitiva as distintas ocupações previstas para o prédio (figura 4.3.2). Destinados à função habitacional, esses apartamentos com áreas reduzidas, mas bem localizados, aumentaram a presença da população temporária ou permanente no prédio. Os moradores ampliaram o mercado consumidor dos comércios e serviços instalados na edificação, enquanto as habitações também podiam abrigar profissionais com negócios instalados em outros pavimentos, na mesma medida em que se permitia aos moradores que usufruíssem de espaços que no programa de suas habitações eram reduzidos ou inexistentes.

Nas primeiras décadas do século XX, o debate acerca da produção de habitações compactas recebeu grande influência dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAMs) realizados após a Primeira Guerra Mundial, com interesse na eficiência doméstica e racionalização construtiva a partir da produção seriada e estandardização. Estudos desenvolvidos sobre a estrutura social da população e o surgimento de novos hábitos, relacionados a, entre outros aspectos, novas configurações da vida familiar, atividades de trabalho e relações dos indivíduos com a cidade, refletiram-se nas habitações mínimas por meio de revisão de metas em relação ao programa, tipo e tamanho da escala doméstica, contraposta à ampliação da ação do estado na reprodução social:[351]

> *Dentro del Movimiento Moderno, la vivienda racional supuso un cambio radical en la evolución de la arquitectura por varios motivos: la*

[351] Ao discutir o que caracterizou como as bases sociológicas da habitação mínima para a população das cidades industriais, Gropius (1977) chamou a atenção para a transformação do significado da estrutura familiar, menor e baseada no poder paternal. Apontou a socialização do trabalho, que tirou da família o caráter de sociedade produtiva. Indicou dados sobre a queda da natalidade por motivos de consideração econômica e controle premeditado por parte do indivíduo. Reconheceu o papel do estado assumindo funções anteriormente ligadas às famílias, tais como educação e saúde. Destacou o afrouxamento dos laços familiares e diminuição da estabilidade familiar, na medida em que os filhos adquiriam seus próprios ofícios e abandonavam as casas dos pais. Nesse sentido, ainda apontou a tendência de relações sociais acontecerem fora dos quadros familiares, em restaurantes e clubes, e assinalou o incremento dos meios de transporte e do poder de locomoção do indivíduo, destacando a independência cada vez maior da mulher.

> *introducción de los métodos científicos Y los objetivos del higienismo, el uso de nuevas técnicas y nuevos materiales, y uma clara voluntad social. Para llegar a este intenso punto de inflexión hubo un periodo pionero de experimentos, tanteos y propuestas* (MONTANER, 2015, p. 19, grafia original).

A moradia coletiva verticalizada também passou a ser reconhecida por alguns arquitetos como a solução mais adequada para a população industrial urbana, em detrimento da casa unifamiliar, vista como "retrógrada e incompatível como a totalidade de uma nova forma de vida" (GROPIUS, 1977, p. 154). Esta nova tipologia habitacional incorporou valores como funcionalidade, racionalidade, baixo custo e áreas reduzidas, compatíveis com a diminuição do tamanho da família e do tempo gasto nas atividades domésticas (GASPAR; CORREIA, 2017).

Antes disso, a habitação econômica já havia se tornado um tema derivado da intensa urbanização provocada pelo capitalismo industrial, quando grande contingente populacional migrante do campo passou a se alojar de forma precária nas cidades. A insuficiência de moradias para atender a essa população acentuou a presença de pessoas nas ruas, que, por sua vez, também careciam de serviços de infraestrutura. Essas questões levaram a interpretações da cidade a partir de seus problemas de caráter sanitário, mas também desencadearam percepções críticas de ordem moral associadas às formas de diversão da população e seu afastamento da religião, sendo a ausência de domínio dos patrões reconhecida como uma constante ameaça social, sobretudo quando vinculada à grande parcela da população que permanecia desempregada.

A concentração da pobreza gerou o temor de setores da elite que contabilizaram custos e benefícios e se mobilizaram para o estabelecimento de estratégias de controle para além do ambiente fabril. O disciplinamento da cidade ganhou a atenção de médicos, engenheiros, intelectuais, religiosos, filantropos, industriais e administradores públicos que buscaram no agenciamento da moradia uma forma de domesticação do homem pobre (BRESCIANI, 1985). A transformação da casa do trabalhador em um espaço modelar introduziu novas noções de higiene, conforto, privacidade e economia, de tempo e de recursos: "tratava-se de construir casas salubres e baratas" (CORREIA, 2004, p. 29). Essa casa deveria abrigar a família, evitando-se as tensões e influências do ambiente exterior, e garantir conforto e descanso, de modo a aumentar a produtividade dos operários e a aceitação de seus vínculos com o trabalho.

Ao longo do século XIX, a introdução desses novos modelos de habitação contou com a implementação de diversas iniciativas particulares e públicas, isoladas ou articuladas, como as exposições de exemplares habitacionais para a classe operária, ocorridas a partir de 1851 em países da Europa. Esses eventos foram importantes para a divulgação e difusão dos parâmetros ideais da casa econômica na construção, mas eficiente quanto às suas características de higiene, privacidade e conforto. Estavam postas, desde então, as diretrizes de ordenamento, racionalidade e salubridade que nortearam a produção moderna de casas para a classe operária:

> O habitat moderno origina-se da articulação de um novo modelo de moradia e de uma nova relação entre a casa e o urbano. Sob o último aspecto pressupõe uma casa vinculada a redes de infraestrutura (abastecimento de água, esgotos, sistemas viários, etc.), a equipamentos de uso coletivo (escolas, creches, etc.) e a lugares específicos de trabalho (indústrias, repartições, etc.) que permitem uma redefinição de formas e usos da moradia (...) com organização interna presidida por preocupações com higiene, privacidade, conforto e economia, inclusive de tempo e esforço na realização das tarefas domésticas. (CORREIA, 2004, p. 57).

No Brasil, entre a abolição da escravatura, a Proclamação da República e o início da Era Vargas, em 1930, a constituição de um amplo mercado de trabalho livre fez com que a moradia dessa população começasse a emergir como uma questão importante para a reprodução da força de trabalho e a acumulação capitalista que se intensificava. Esse período, coincidente com a República Velha, foi categorizado por Bonduki (2014) como de predomínio da produção rentista da habitação, pois as iniciativas por parte do governo ainda eram restritas a uma perspectiva liberal que se limitava a coibir a presença de construções consideradas insalubres e a favorecer a produção privada de moradia por meio de isenções fiscais.[352] Nesse período houve, também, uma ampla difusão de vilas operárias criadas por empresas – fábricas, usinas de açúcar, ferrovias, mineradoras etc. - para abrigar seus funcionários (CORREIA, 1998).

---

[352] Segundo Bonduki (2014), as únicas experiências realizadas pelo Poder Público para o provimento de habitação para a classe operária durante e Primeira República se restringiram a duas iniciativas no Rio de Janeiro, então capital federal. A primeira ocorreu em 1905, com a atuação do prefeito Pereira Passos, em meio à remodelação do centro da cidade e a demolição de grande número de cortiços e outras habitações populares. Em 1912, o presidente Hermes da Fonseca implantou o bairro operário Marechal Hermes.

Contudo, foi nessa fase que a habitação destinada às classes médias e baixas começou a se valer dos materiais confeccionados em série e de novas técnicas e sistemas construtivos propiciados pela industrialização e a ser produzida segundo diferentes concepções. Algumas exploraram o compartilhamento de espaços e elementos construtivos, em contraposição às soluções individualizadas: “casas de cômodos, cortiços, vilas operarias, conjuntos de casas geminadas, minipalacetes de edificação seriada etc. – representavam agenciamentos arquitetônicos específicos da procura por rentabilidade pela locação” (BONDUKI, 2014, p. 19).

Assumindo nomes diversos que correspondiam “a diferentes formas arquitetônicas e conteúdos ideológicos distintos” (VAZ, 2002, p. 28), entre o final do século XIX e primeiras décadas do XX, os cortiços, estalagens, avenidas e casas de pensão figuraram nas maiores cidades brasileiras como alternativas de moradia disponíveis à população com menor poder aquisitivo, sendo intensamente combatidas por meio de leis que legitimavam sua extinção e, assim, disponibilizavam novas áreas urbanas em regiões que se desenvolviam e valorizavam. A referência aos cortiços e estalagens como uma denominação genérica para todo tipo de habitação coletiva de gente pobre, com características insalubres e supostas tendências à imoralidade, disseminou-se para as cidades do interior do país.

Em Ribeirão Preto, o Código de Posturas de 1902 já mencionava explicitamente a proibição dessas construções em todo o município. A proibição não se estendia a outros tipos de habitação coletiva, como os “hotéis, hospedarias, casas de pensão, villas operarias, asylos, collegios lyceos, hospitais, casas de saúde, etc”. Essas “Casas Collectivas”, como eram intituladas pelos Códigos de Posturas de 1902 e 1921, deveriam resguardar as prescrições definidas para as habitações em geral, “principalmente no que diz respeito á ventilação, illuminação e capacidade dos differentes aposentos ou diversões”, além de observarem disposições especificamente relacionadas ao adensamento construtivo e populacional, de forma a garantir a privacidade e segurança para os moradores ou hóspedes. Entre elas, incluía-se a necessidade de escadas especiais de serviço, além da escada principal, caso o prédio possuísse diversos andares; que os pátios internos fossem amplos; que não se utilizasse vedações de madeira entre os aposentos; e que houvesse sempre uma latrina ou banheiro para cada grupo de 20 pessoas (RIBEIRÃO PRETO, 1902; 1921).

Outras determinações se somaram ao artigo exclusivamente dirigido às vilas operárias, que deveriam ser edificadas em terrenos “perfeitamente salubres” e com as habitações implantadas de forma a facilitar a iluminação e ventilação. Essas residências só poderiam ser agrupadas em duas e deveriam ter no mínimo dois quartos, além das demais dependências necessárias. Nesse aspecto, destaca-se a atenção à separação das famílias que ocupariam cada casa e, no interior dessas residências, a garantia de que seus membros pudessem estar separados nos diferentes aposentos. Também era proibida a subdivisão de casas maiores que não satisfizessem as condições para a moradia de mais de uma família. Essa disposição se estendida aos colégios, enfermarias e edifícios afins, que por abrigarem grupos de pessoas de forma coletiva, deveriam passar por exame da Câmara para licença de uso (RIBEIRÃO PRETO, 1902; 1921).

Enquanto as seções dedicadas às Casas Coletivas se mantiveram idênticas nos dois Códigos de Posturas, algumas alterações ocorridas em 1921 na seção “habitações” parecem apontar o crescimento do número e maior diferenciação das moradias populares na cidade. A inclusão de um artigo criado para esclarecer a designação “cortiço” contrapunha as características das habitações que, mesmo sendo de famílias pobres, não deveriam receber tal denominação caso possuíssem “mais de um repartimento, cosinha e exgotto em separato, observadas as prescrições de hygiene e asseio dos regulamentos sanitários” (RIBEIRÃO PRETO, 1921), podendo ser então aprovadas para construção. Evidencia-se, igualmente, um contexto de expansão urbana e maior ocupação das regiões formadas além do Ribeirão Preto e Córrego do Retiro, com o estabelecimento de normas construtivas específicas para as casas de operários erigidas fora do perímetro da 1ª e 2ª zona urbana. Por outro lado, o artigo com determinações para quando fossem construídas “várias casas unidas” refletiu o maior adensamento das habitações populares e expressou a preocupação de se resguardar a intimidade e higiene de seus ocupantes.

Tal permissão à execução de várias casas unidas parece ter reconhecido uma situação que já se verificava desde o período anterior, pois ainda que o Código de Posturas de 1902 considerasse apenas a composição de duas moradias “ao correr” (RIBEIRÃO PRETO, 1902), em alguns casos foram aprovadas construções com mais de duas casas agrupadas. Essa composição foi mais recorrente em edifícios de uso misto implantados na região central, expressando que o maior adensamento construtivo era também uma forma de aumentar o aproveitamento comercial de terrenos mais valorizados.

Contudo, a presença das residências agrupadas, em geral geminadas e com programas de uso enxutos, mas compatíveis com a tipologia unifamiliar, foi comum em diversas áreas da cidade e largamente verificada durante as três primeiras décadas do século XX, tendo expressivo crescimento ao longo da década de 1920.[353] A configuração também foi utilizada em casas que compunham as vilas aprovadas a partir da década de 1920. Nesse caso, a recorrente implantação de conjuntos nas extremidades do 1º e 2º distritos esclarece que, mesmo quando recebiam a denominação "vila operária", grande parte das iniciativas não eram promovidas por industriais para o atendimento dos seus operários. Tratava-se, sobretudo, de um investimento privado feito por empresários particulares para a construção de pequenas moradias econômicas para a classe trabalhadora, não necessariamente vinculada ao setor industrial. Importante destacar que esse não foi um ramo expressivo do município durante as primeiras décadas do século XX, quando comércio e serviço sobressaiam entre as principais atividades urbanas. Por isso, a implantação de vilas em regiões que não estivessem fisicamente distantes da zona central oferecia como vantagem a possibilidade de aproximar os trabalhadores das áreas com a maior concentração dessas atividades em Ribeirão Preto.

Além das vilas, antes da construção do Edifício Diederichsen outras concepções de habitação coletiva foram aprovadas para construção nessa região de Ribeirão Preto. Como exemplo, citamos algumas instituições, sobretudo de ensino, muitas vezes ligadas a ordens religiosas, quando dispunham de dormitórios e banheiros coletivos; [354] bem como

---

[353] Algumas residências possuíam apenas três cômodos, com cozinha, sala e quarto no corpo principal e banheiros no fundo do terreno. Entre as exceções que podem ser feitas às habitações com área e programa de usos reduzidos, as habitações geminadas com dois pavimentos se destacavam por explorar programa de usos mais extenso, referenciado nos palacetes urbanos e construídas isolados no lote (em alguns casos com recuo frontal ajardinado). Diversas residências com dois pavimentos e geminadas foram erigidas ao longo da década de 1920 na região central de Ribeirão Preto. Um exemplar com três pavimentos e garagens deve ser destacado devido a presença de quartos agrupados destinados aos empregados no fundo lote. (APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 253, 1924).

[354] Citamos, inicialmente, o projeto do Colégio Luso-Brasileiro, entre as ruas Prudente de Moraes e Campos Sales, cujo 2º pavimento possuía um salão dormitório com banheiro coletivo (APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 90, 1914). O Asilo Anália Franco, projetado pelo arquiteto Francisco di Pace, também previa grande dormitório com cabines de banho e w.c coletivos (APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 39, 1921). Igualmente, o Colégio N. S. Auxiliadora, na Rua Duque de Caxias, aprovou o projeto de dormitório com banheiros coletivos (APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 229, 1928). No projeto de Antonio S. Romeo para uma habitação anexa à Igreja de S. Antonio, na Rua Paraíba, a sequência

os locais de hospedagem, todos dirigidos para ruas próximas ao edifício da Estação Ferroviária ou à Praça XV de Novembro.

Foram verificados nove projetos de hotéis aprovados entre 1911 e 1929, quando a crise internacional e a reforma do Hotel Central, do Quarteirão Paulista, podem ter provocado uma redução temporária do crescimento da demanda por esses estabelecimentos em Ribeirão Preto.[355] A localização dos hotéis erigidos ao longo do trecho inicial da Rua General Osorio reforça a importância da proximidade ao edifício da Estação Ferroviária para os estabelecimentos desse setor. Algumas fotos que registraram a enchente ocorrida em 1927 ilustram com clareza essa relação, pois nelas é possível reconhecer a presença de diversos hotéis e pensões na região que tinha o edifício da Estação ao fundo (figura 4.3.1).[356]

---

de quatro dormitórios para os padres da Ordem dos Beneditinos Olivetanos estava próxima a compartimentos de uso coletivo, como rouparia, s. jantar, cozinha e cabines de sanitário e banho (APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 54, 1932). O projeto Cicero M. Brandão para o Ginásio Progresso, na Av. Independência, além dos ambientes escolares, enfermaria e rouparia, também continha dormitórios, refeitório, cozinha, copa e banheiro coletivos (APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 91, 1933). O projeto de Baudilio Domingues para os padres Agostinianos, na esquina entre as ruas Lafaiete e São José, propunha dois salões de dormitórios, lavatórios e w.c coletivos no segundo pavimento (APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 86, 1934). Cabe ainda mencionar o projeto do Ospedale Italiano Sant'Antonio, também de Cícero M. Brandão, que dispunha de 33 quartos (APHRP, Acervo Fotográfico – F132 e F135).

[355] Sejam eles: projeto para reforma do Hotel Ripoli, na Rua General Osorio, concebido por J. de Toffoli (APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 22, 1911); hotel de Jose Garcia, na Rua Saldanha Marinho (APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 17, 1914); construção de restaurante com aposentos no fundo, para Vicente Ripoli, na Rua General Osorio (APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 101, 1916); hotel de Vicente Viccari, na Rua General Osorio (APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 117, 1916); projeto de construção do Hotel Brasil, de Vicente Viccari, por Antonio Soares Romeo, na esquina da Rua General Osorio com a Av. Jeronimo Gonçalves (APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 42, 1921); novo projeto do Hotel Brasil, de Vicente Viccari, por Leandro Dupré, na esquina da Rua General Osorio com a Av. Jeronimo Gonçalves (APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 52, 1929); ampliação da Pensão Familiar Aurora, de Joaquim Marques, com projeto de Baudilio Domingues (APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 66, 1928); Projeto de Casa de Pensão para João Tamporini, na Rua José Bonifácio (APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 37, 1922); Projeto de hotel para Antonio Berganini, na esquina entre as ruas Álvares Cabral e Duque de Caxias, com projeto de Ernesto Terreri (APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 165, 1928).

[356] De um lado da via, observa-se a presença de uma pensão e do Hotel S. Paulo. Do outro, vê-se que entre

Assim como a proximidade ao edifício da Estação Ferroviária e a ligação entre ele e a Praça XV de Novembro tiveram importância para o estabelecimento de hotéis na Av. Jeronimo Gonçalves e Rua General Osório, respectivamente, a presença de outros equipamentos instalados nessa região, como o Mercado Municipal, as indústrias cervejeiras Cia. Antarctica Paulista e Cia. Paulista, e os estabelecimentos comerciais e industriais do Antigo Banco Constructor, igualmente provocaram a construção de hospedagens para receber viajantes ou abrigar temporariamente trabalhadores recém chegados na cidade.[357] Por isso, apesar da sofisticação manifestada em reformas formuladas ao longo da década de 1920 para alguns hotéis localizados na área, outros estabelecimentos de hospedagem mantiveram padrões modestos.

Por outro lado, ao longo da década de 1920 o entorno imediato da Praça XV de Novembro continuou concentrando hotéis especializados que, já nos primeiros anos do século XX hospedavam os visitantes ilustres da cidade, como o Grande Hotel Central, instalado em edificação térrea na Rua Álvares Cabral – exatamente em frente à praça que se tornou símbolo da prosperidade urbana provocada pelo arroubo cafeeiro. Em 1924, quando a empresa Junqueira & Valle foi contratada por Adalberto Henrique de Oliveira Roxo para a construção de um "grande prédio" de hotel na esquina entre as ruas Duque de Caxias e Álvares Cabral (NOVO HOTEL..., 1924, p. 2), a nova construção com três pavimentos se estabeleceu junto ao hotel previamente existente e possivelmente se co-

---

duas unidades do Hotel Brazil localizava-se o Hotel Modelo, com dois pavimentos. Sabe-se que em 1918 foi aprovado projeto para execução de pilares de cimento armado, elaborado pelo engenheiro Antonio Soares Romeo para o Hotel Modelo (APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 18, 1918). O documento faz supor que nesse ano a edificação possa ter sido edificada ou ampliada. Fotos feitas em 1910 não registravam sua presença até aquele ano. No entanto, já era possível reconhecer a existência de uma das unidades do Hotel Brazil, ao lado do Hotel dos Viajantes e, na calçada oposta, uma pensão familiar e o Grande Hotel de Bonini, na esquina com a Avenida Jeronimo Gonçalves (figuras 1.3.2 e 4.3.1).

[357] A Rua José Bonifácio se desenvolvia a partir do Retiro Saudoso e seguia paralela à Av. Jeronimo Gonçalves, passando pelo fundo da Cia. Cervejaria Paulista até alcançar o Mercado Municipal e alguns estabelecimentos do Antigo Banco Constructor. Ao menos desde o início do século XX essa rua recebeu diversas hospedagens, uma atividade que, para Silva (2011, p. 36), "esteve diretamente relacionada à estação de trens, pois a rua era a primeira a receber os viajantes". O autor cita tanto a presença de estabelecimentos mais populares, como o projeto de João Tamporini em 1922, e que em alguns casos resultaram da "adaptação de antigas residências", como "exemplos distintos como os hotéis construídos com esta finalidade" (SILVA, 2011, p. 48). Entre esses últimos, menciona o Hotel Guapé (já demolido), que se localizava na esquina entre com a Rua Duque de Caxias, e o Hotel Hollywood, ambos com três pavimentos.







Figura 4.3.1 – Perspectivas da Rua General Osório após enchente ocorrida em 1927. O trecho próximo ao edifício da Estação Ferroviária concentrou diversos hotéis e pensões. Do lado esquerdo da via, mais próximo à esquina com a Av. Jeronimo Gonçalves, estava o "Hotel Brazil", seguido pelo Hotel Modelo, com dois pavimentos, e, novamente, outro estabelecimento do "Hotel Brazil". Do outro lado, observa-se a presença do Hotel São Paulo e de uma "pensão familiar". O Grande Hotel Bonini, registrado em foto de 1910 na esquina com Av. Jeronimo Gonçalves (figura 1.3.2), cedeu lugar para uma farmácia.
Ano: 1927
Autor: Aristides Motta
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F95 (acima), F94 (centro.), F96 (abaixo).

-nectou a ele, já que recebeu a mesma denominação. Alguns anos depois, o edifício e seu uso foram mantidos pela Cia. Cervejaria Paulista, que empreendeu a demolição de todas as edificações térreas daquela face da quadra e reformou as fachadas do hotel.[358]

Os hotéis com mais de um pavimento e arquitetura apurada, localizados no entorno da Praça XV de Novembro, refletiam o dinamismo da economia local. Cidades brasileiras que no início do século XX haviam empreendido transformações em seus centros urbanos também contaram com a construção de prédios altos destinados a hotéis luxuosos, aptos a recepcionar temporária ou permanentemente famílias e indivíduos interessados em desfrutar do burburinho cosmopolita que despontava nessas áreas. No Rio de Janeiro, a abertura da Avenida Central botou abaixo diversas formas de habitação coletiva populares, enquanto cedia espaço para a construção de edifícios altos, entre eles os hotéis, que também se tornariam uma importante referência de configuração para os primeiros apartamentos no Brasil.[359] Diferentemente do que ocorreu com as habitações coletivas populares, o prestígio da habitação em apartamentos esteve fortemente vinculado ao seu local de implantação, geralmente em áreas centrais e valorizadas, próximas a comércios, serviços e lazer, como teatros e restaurantes.

Em pesquisa sobre os primeiros edifícios de apartamentos na cidade do Rio de Janeiro, Vaz (1994) destacou que até 1934 ainda não havia uma denominação ou padrão estabelecido para a tipologia, tornando comum a existência de usos mistos, diferentes dimensões entre as unidades habitacionais – destinadas a famílias ou quartos para solteiros – e de casas de apartamentos que ofereciam serviços de pensão e funcionavam

---

[358] A reportagem feita pela *Folha da Manhã* sobre a "Capital d'Oeste" fez referência aos hotéis da cidade em 1935. Destacava o Central Hotel e o Hotel Brasil como os mais confortáveis, mas considerava que mesmo "os mais modestos" não ofereciam "menor conforto", contribuindo para que a cidade fosse, naquele contexto, "a capital" daquela "rica região" (CAPITAL..., 1935, p. 27).

[359] A presença de hotéis com seis ou mais andares na Avenida Central, como o Hotel Avenida e o Hotel Palace, respectivamente, foi destacada por Ficher (1994) em seu estudo sobre os edifícios altos no Brasil, ressaltando a demanda turística da região que foi alvo do plano de embelezamento e saneamento empreendido por Pereira Passos. O Edifício Lafont, também erigido na Avenida Central, entre 1910 e 1913 (GASPAR, 2013), nas proximidades do Teatro Municipal e da Biblioteca Nacional, é considerado o primeiro edifício de apartamentos do Rio de Janeiro (SANTOS, 1981; VAZ, 1994; FICHER, 1994). No local em que fora construído se previa a construção de um hotel e, embora registros sobre o projeto efetivamente executado sejam desconhecidos, é possível que o prédio de aspecto suntuoso tenha mesclado a oferta de apartamentos para visitantes que podiam pagar para viver, ainda que temporariamente, naquele ambiente urbano que também era o centro de convergência dos ideais republicanos de progresso e modernidade.

como hotéis.[360] Este novo modelo de moradia incorporou soluções técnicas e formais para problemas discutidos desde o século anterior sobre a salubridade da habitação. Estava vinculado à noção da casa como espaço sanitário e dotada de mecanismos que garantissem sua ventilação e iluminação, bem como a reposição das energias do trabalho, com conforto e eficiência, associando-se a novas tecnologias construtivas e formas arquitetônicas. Na capital federal, entre os variados programas, formas e estilos adotados para os apartamentos concebidos ao longo das décadas de 1920 e 1930, as unidades sem a presença de compartimentos destinados aos serviços domésticos remeteram ao uso e funcionamento dos apartamentos como hotéis (GASPAR, 2013). Por ter sido comum que os edifícios de apartamentos recebessem usos diversos, em muitos casos a ausência de áreas de refeição no interior das unidades habitacionais poderia ser suprida em outros pavimentos da mesma edificação. A construção de apartamentos sem cozinha, ou com áreas de serviços reduzidas, também refletiu a possibilidade desses serviços serem realizados fora da edificação, utilizando-se o comércio do bairro. Inicialmente no centro da cidade, mas posteriormente também em bairros novos e litorâneos, como Copacabana, não foi incomum que esses prédios de uso misto com apartamentos compactos e programa reduzido também contassem com a presença de um cinema no térreo.[361]

Também em São Paulo houve indefinição quanto ao programa – e clientela – dos edifícios com apartamentos construídos nas décadas de 1930 e 1940, o que levou à experimentação de unidades habitacionais com tamanhos e programas variados, por vezes no mesmo pavimento, sendo a ausência de cozinhas uma característica comum em grande número de apartamentos do período (PINHEIRO, 2008):

---

[360] Segundo Gropius (1997, p. 147), nos EUA, a falta de servidores domésticos levou muitas famílias a se mudarem para hotéis. A utilização de hotéis como opção de moradia permanente nos Estados Unidos também foi abordada na obra de Paul Groth (1994), que apontou que até meados do século XX foi bastante comum que os hotéis também fornecessem quartos ou suítes para aluguel mensal.

[361] Como no Edifício Glória, de 1924, localizado ao lado do já citado prédio do Pathé Palácio, e no Edifício Roxy, projetado por Firmino Saldanha no ano de 1934. O primeiro estava localizado na Praça Marechal Floriano e, assim como ocorreu dez anos depois no projeto do Edifício Diederichsen, além de cinema, também abrigava dois andares de escritório. Cada um dos três pavimentos destinados à moradia possuía 19 apartamentos, em geral com apenas um quarto e banheiro. Nesses pisos, a presença de um depósito, copa e de dois banheiros de uso coletivo também coadunam com a ideia de prestação de serviços de hotel para os moradores. Da mesma forma, a ligação interna entre os apartamentos sugere a possibilidade de que havendo interesse e necessidade, fosse alugada mais de uma unidade (GASPAR, 2013, p. 80).

> Com relação às dimensões variáveis dos apartamentos, deve-se mencionar que as diferenças não se explicam apenas pelo maior ou menor número de dormitórios, como ocorre hoje em dia. Com frequência são encontrados apartamentos com apenas um dormitório, mas com sala de visitas e sala de jantar indicados em planta, por exemplo; ou unidades de dois ou mais dormitórios, e apenas uma sala indicada em planta. Os corredores internos são empregados com parcimônia, para resolver os intrincados esquemas de circulação decorrentes da utilização máxima da área do terreno, e não para garantir às unidades o zoneamento doméstico tradicional em áreas de estar, repouso e serviço (PINHEIRO, 2008, p. 121).

Outros edifícios, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo – e outras cidades brasileiras cujos primeiros apartamentos residenciais surgiram ainda nas primeiras décadas do século XX –, apostaram na adoção do programa utilizado em residências unifamiliares isoladas, produzidas para a elite burguesa em áreas nobres das cidades. Ao que Verissimo e Bittar (1999, p. 27) expressaram como “uma verdadeira doutrinação do futuro usuário” para o convencimento sobre a moradia coletiva, correspondeu a ideia de sobrepor, muitas vezes em um terreno que anteriormente tivesse abrigado um palacete, pavimentos com apartamentos que reproduzissem a planta do primeiro como referência. Para Reis Filho (2006, p. 79), “internamente procurava-se, por todos os meios, repetir as soluções de planta d.as residências isoladas com seus corredores, salas e saletas e mesmo amplos alpendres, de modo a oferecer aos habitantes uma reprodução de seus ambientes de origem”. Segundo Lemos (2013), os primeiros edifícios com apartamentos residenciais, surgidos na cidade de São Paulo a partir de meados da década de 1920, atendiam à classe média e, por isso, caracterizaram-se pelo “desejo de agradar indistintamente à clientela com a adoção de solução homogeneizadas onde a média de desejos estivesse expressa” (LEMOS, 1996, p. 79). Nesse sentido, em grande parte também “repetiam em suas plantas as soluções das casas térreas” (SOUZA, 1994, p. 93), garantindo a distinção em relação às formas mais populares e condenadas da moradia coletiva.

No início do século XX, o período que se estendeu até a década de 1940 foi denominado por Souza (1994, p. 89) como “rentista”, com predomínio de edifícios altos voltados à moradia destinados à locação que, muitas vezes, carregavam “os nomes das famílias que os construíam e que perpetuaram no cenário da metrópole”. Qualificado por Lemos (1996) também como uma “Fase Heróica”, nesse momento era fundamental para

os investidores que buscavam assegurar o retorno financeiro de seus investimentos, que essa nova forma de moradia coletiva fosse aceita pela população que podia arcar com os custos do aluguel em áreas valorizadas da cidade. A coexistência de grande variedade programática foi uma das maneiras de testar a aceitação da tipologia, mas a aparência externa desses edifícios também foi relevante. Ainda que muitas vezes erigidos sobre lotes exíguos, oriundos do período anterior, e repetindo as relações de implantação das residências que estavam em substituição (REIS FILHO, 1996), a vinculação estética desses novos edifícios altos, com apartamentos, materializou mensagens de tradição ou progresso que se desejava estabelecer por seus promotores.

Conservando a valorização das áreas públicas em detrimento das partes do edifício voltadas para os recuos posteriores do lote, as fachadas erigidas junto às calçadas se manifestavam como meio de propagação de ideais de requinte – sobretudo quando se valiam do ecletismo relacionado aos palacetes de outrora – ou de modernidade, quando se associavam a novas vertentes artísticas e arquitetônicas. A vinculação decorativa e compositiva ao Art Déco foi expressiva ao longo da década de 1930, momento em que essa tendência viveu seu apogeu no Brasil (CORREIA, 2008). Para Segawa (2014, p. 61) "o Art Déco foi suporte formal para inúmeras tipologias arquitetônicas que se afirmavam a partir dos anos 1930", como ocorreu com o cinema, mas também com os apartamentos residenciais. A partir do final dos anos 20, tanto a capital federal, como a capital paulista, já apresentava edifícios multifamiliares, com uso misto ou para hotéis, cujas fachadas estavam associadas ao gosto Déco (CAMPOS, 1996; CZAJKOWSKI, 2000).[362]

Portanto, se nas décadas anteriores a habitação coletiva estava cingida às camadas mais populares da sociedade, sendo amplamente combatida por meio de discursos higienistas e moralistas, no início do século XX abarcou uma nova tipologia habitacional, o edifício de apartamentos, voltado para as camadas altas e médias da população, que procuravam bairros servidos de infraestrutura e prezavam pela higiene, conforto e apuro estético (GASPAR, 2013). Erigido longe dos centros de debate de arquitetura da época, o projeto do Edifício Diederichsen revela grande simultaneidade entre essas discussões e

[362] Nos últimos anos da década de 1920, edifícios de apartamentos também já experimentavam alguns conceitos difundidos pela arquitetura moderna. Casos isolados foram o Edifício Morro de Santo Antonio, no Rio de Janeiro, e o Edifício da Avenida Angélica, em São Paulo, que a partir do início da década seguinte se juntariam a outros exemplares de maior expressividade, como o paulistano Esther e os cariocas Jarau e Tapir.

experiências em curso nas maiores cidades brasileiras, enquanto em Ribeirão Preto representou de modo inovador uma nova proposta de moradia urbana.

A começar pela denominação, que inicialmente se valeu do título “palacete”, diversas semelhanças aproximam a implantação do Edifício Diederichsen às primeiras ocorrências derivadas da implementação do edifício de apartamentos no Brasil. A recorrente conjugação de variados usos ao longo dos pavimentos foi uma estratégia acentuada na construção ribeirão-pretana, pois além de comércios, também abrigou salas de escritórios, cinema, e ainda recebeu a instalação de um hotel, que funcionou de modo autônomo aos apartamentos para moradia permanente. Por sua vez, a multiplicidade de usos parece ter tido relação direta com a dimensão e o programa proposto para as habitações, pois assim como ocorreu no Edifício Diederichsen, foi entre os primeiros edifícios de apartamentos foi usual a presença de unidades compactas e com reduzida ou inexistente área de serviços e preparo de alimentos, sendo essas atividades pensadas para serem supridas em outras dependências da edificação ou mesmo fora dela, em estabelecimentos do entorno.

A implantação em centros urbanos consolidados e providos de equipamentos de cultura, lazer, serviços e comércios, foi outro aspecto a aproximar o empreendimento de Antonio Diederichsen das primeiras experiências formuladas em cidades maiores. O fato de o Edifício Diederichsen ter recebido um hotel, embora não tenha sido uma solução habitual entre os edifícios de apartamento do período, reflete outras características verificadas em soluções coetâneas ou antecessoras: a ausência de clareza sobre o programa desta nova forma de morar e a resposta muitas vezes vinculada ao conhecimento já estabelecido sobre o funcionamento dos hotéis. Nesse sentido, a concepção, conforme o projeto aprovado, de um pavimento tipo de habitação a ser executado em três dos sete pavimentos do edifício, mesclando variadas tipologias, e a posterior instalação do hotel em um deles, torna evidente que, ao menos durante a etapa de projeto, apostou-se na multiplicidade de escolhas para posterior adequação ao uso que se mostrasse mais rentável diante da procura do público.

Ao se vincular estilisticamente ao Art Déco, o Edifício Diederichsen também acolheu uma preferência reconhecidamente ordinária nos edifícios de apartamentos construídos em cidades brasileiras na década de 1930. Essa arquitetura desempenhou

importante papel para a aceitação deste modelo de habitação coletiva pela sociedade, pois conciliou soluções já difundidas nas construções de maior expressão erigidas até as primeiras décadas do século XX – como as regras de composição *Beaux-Arts* e seu apelo decorativo – às ideias de renovação e progresso derivadas da imagem provocada por sua volumetria geometrizada, pela associação a conteúdos programáticos inéditos e emprego de materiais construtivos novos ou em evolução, como o concreto armado.

A adoção do Código de Obras Arthur Saboya em 1934, mesmo ano em que o Edifício Diederichsen foi projetado e aprovado, e o fato de um dos autores atuar na cidade de São Paulo, onde a lei havia sido criada cinco anos antes, não só contribuiu para a concepção do prédio, como para que fosse atribuído a ele uma noção de modernidade vinculada ao seu alinhamento à produção que se desenvolvia na capital paulista. Em Ribeirão Preto, a renovação na lei significou, entre outras coisas, a substituição da classe das "casas coletivas", presente nos Códigos de Posturas de 1902 e 1921, pela categoria "habitação múltipla", que englobava os apartamentos e hotéis, e se distinguia da "habitação particular", que poderia ser popular ou residencial (quadro 4.3.1):

> Habitação é o edifício, ou fracção de edifício, occupado como domicilio de uma ou mais pessoas;
>
> a) habitação particular é a occupada por uma só "família". Familia é o indivídio morando só, ou um grupo de pessoas vivendo em comunhão;
>
> **b) habitação multipla é a occupada por mais de uma familia.**
>
> Na habitação particular distinguem-se duas classes: habitação "popular" e habitação "residencial" conforme o numero e dimensões das peças da habitação.
>
> **Na habitação multipla distinguem-se duas classes: "apartamentos" e "hotéis" conforme a natureza, numero e dimensões das peças.**
>
> Habitação "popular" é toda aquella que dispõe, no mínimo, de um aposento, de uma cozinha e de compartimento para latrina e banheiro e, no máximo, de duas salas, três aposentos, cozinha, copa, despensa e compartimento para latrina e banheiro.
>
> Habitação "residencial" é toda aquella que, dispondo de qualquer numero de peças, as dimensões destas excedem aos limites máximos impostos pala os das habitações "populares" (MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 1929, grafia original. Grifo nosso).

CATEGORIZAÇÃO DA HABITAÇÃO NO CÓDIGO DE OBRAS ARTHUR SABOYA			
Categoria:	**Classes:**	**Compartimentos:**	
		min.:	máx.:
Habitação Particular 1 família	**Habitação Popular**	1 aposento, 1 cozinha, latrina e banheiro	2 salas, 3 aposentos, cozinha, copa, despensa, latrina e banheiro
	Habitação Residencial	independentemente do número de peças, dimensões excedem os limites máximos das habitações "populares"	
Habitação Múltipla > 1 família	**Apartamentos**	*sem especificação*	
	Hotéis		

Quadro 4.3.1 – Quadro com categorização da habitação no Código de Obras Arthur Saboya.
Autor: Tatiana S. Gaspar
Fonte: SÃO PAULO, 1929.

Classes de Habitação	Relação Compartimento / Área Mínima (m²)				
	Salas	**Dormitórios**	**Cozinhas**	**Copas e Despensas**	**Latrinas** (banho e sanitário)
Habitação Popular	Entre 8 e 12 m² Se c/ 1 aposento: 12 m² Se c/ 2 ou mais dormitórios: 8 m²	Se c/ 2 ou mais aposentos: 1 dos dormitórios: 10 m² Demais cômodos: 8 m²	5 m² *(quando contíguas às copas)*	6 m²	3 m²
Habitação Residencial	Independentemente do número de aposentos (quarto e sala): 10 m²		7 m²	9 m²	4 m²
Apartamentos	Se 1 dormitório, sem sala: 16 m² Se 1 dormitório e 1 sala: 10 m² e 8 m²		6 m²	6 m²	4 m²
Hotéis	Aposentos isolados: 10 m² Aposentos em série: 10 m² e 8 m²		7 m²	*não obrigatório sem especificação*	4 m²

Quadro 4.3.2 – Quadro com relação Compartimento / Área Mínima dos compartimentos, conforme as distintas classes de habitação no Código de Obras Arthur Saboya.
Autor: Tatiana S. Gaspar
Fonte: SÃO PAULO, 1929.

Diferentemente do que se definia sobre os compartimentos que toda habitação particular deveria ter: “pelo menos, um aposento, uma cozinha e um compartimento para latrina e banheiro” (SÃO PAULO, 1929), os ambientes obrigatórios das habitações múltiplas, fossem apartamentos ou hotéis, não foram discriminados pelo Código. No entanto, ao especificar as superfícies mínimas das peças das habitações e as condições particulares dos seus compartimentos, algumas análises sobre o projeto dos pavimentos destinados à habitação no Edifício Diederichsen devem ser consideradas (quadro 4.3.2). De acordo com o Código Obras Arthur Saboya, a quantidade e as dimensões dos compartimentos apresentados pelas moradias eram fundamentais para a sua caracterização. Nas habitações populares, a área mínima das salas poderia variar entre 8 e 12 m², dependendo do número de aposentos. Havendo apenas um dormitório, a sala contaria com, no mínimo, 12 m², mas caso apresentasse dois ou três quartos, um deles deveria ter área de 10 m² e os demais cômodos, inclusive a sala, poderiam ter a partir de 8 m². Já na classe das residências, definia-se que, independentemente do número de aposentos, a área mínima das salas e quartos seria de 10 m².

Algumas disposições sobre as salas e aposentos nos apartamentos e hotéis também permitem compreender aspectos da abrangência de soluções comportadas pela legislação, bem como sobreposições e diferenciações estabelecidas entre elas. Primeiramente, porque admitia que os apartamentos possuíssem apenas um dormitório, sem sala. Nesse caso, a área mínima do aposento seria de 16 m², enquanto caso houvesse uma sala e um quarto, um deles deveria ter 10 m² e, o outro, 8 m². Ou seja, em relação à configuração do apartamento com apenas um quarto, a composição de quarto e sala era favorecida pela legislação, visto que acarretava o acréscimo de apenas 2 m². Destaque-se, inclusive, a maior exigência de área feita aos apartamentos de um quarto, quando comparado à situação análoga nas residências ou mesmo nas habitações populares. A possibilidade de possuírem mais de dois quartos também não estava explícita, fazendo supor que, em São Paulo, essa forma de moradia foi inicialmente pensada com programa reduzido. Já nos hotéis, quando os aposentos fossem isolados, ou seja, sem conexões internas com outros dormitórios, a área mínima a ser resguardada era de 10 m². No entanto, também se permitia que os aposentos fossem em série, conectados em dois ou três, “formando apartamentos isolados”. Essa situação limitava a exigência anterior, de 10 m², para apenas um dos dormitórios, enquanto os demais poderiam ter área reduzida, de

8 m². Mais uma vez, observa-se o direcionamento da lei para que os hotéis também apresentassem soluções passíveis de utilização como apartamentos, mais confortáveis para a estadia prolongada de uma família.

Em todas as habitações, de qualquer classe ou categoria, o acesso aos dormitórios e pelo menos a um dos sanitários não poderia obrigar a passagem interna por outro aposento, o que alterava uma situação comumente verificada nos anos anteriores e garantia maior privacidade para os moradores. Ainda nesse sentido, nas habitações múltiplas cada família deveria contar com uma entrada particular, caracterizada como um vestíbulo, além das entradas comuns. As cozinhas, consideradas como áreas destinadas à preparação dos alimentos, sob nenhuma hipótese poderiam ter comunicação com os aposentos ou latrinas. Também não havia menção à sua supressão em qualquer tipo de habitação, particular ou múltipla, em apartamentos ou hotéis. Pelo oposto, definia-se que nos apartamentos deveriam resguardar área mínima de 6 m². Quando em residências ou hotéis, deveriam ter 7 m² e, nas casas populares, 5 m², desde que contíguas e ligadas diretamente às copas. Essas últimas eram peças de comunicação entre a sala e a cozinha e serviriam apenas para passagem, enquanto as despensas complementavam as funções destinadas ao serviço doméstico nas habitações, sendo destinadas à guarda de gêneros alimentícios. Não havia exigência de copas ou despensas nos hotéis, mas cada um desses cômodos deveria ter a partir de 6 m² nos apartamentos ou habitações populares, e de 9 m² nas residências. A maior área especificada para as cozinhas dos hotéis, correspondente às cozinhas das residências particulares, indica que esse seria um compartimento de serviço coletivo para atender ao conjunto de aposentos do estabelecimento.

No caso dos compartimentos para banho e latrinas, poderiam estar separados ou agrupados, mas, de qualquer forma, não poderiam ter comunicação direta com as cozinhas e despensas. Quando um único cômodo englobasse banho e sanitário, a área mínima a ser respeitada era de 4 m², com exceção feita às habitações populares, que nesse caso poderiam ter apenas 3 m². Nas habitações múltiplas (apartamentos e hotéis), esses compartimentos poderiam ser tanto para uso exclusivo de apenas um apartamento, quanto para uso de mais de uma habitação, diferenciando-se as soluções de ventilação e iluminação para cada caso.

Além das especificações mínimas relacionadas às áreas e programa de usos

mínimos para as diferentes categorias e classes de habitação, o Código de Obras Arthur Saboya também detalhou as condições a serem atendidas para a adequada insolação, iluminação e ventilação no interior dos compartimentos das moradias. No projeto do Edifício Diederichsen, embora não tenham sido apresentados cálculos ou informações sobre elementos construtivos que comprovassem o atendimento desses requisitos, a preocupação com a salubridade das habitações pode ser confirmada pela existência de aberturas para ventilação e iluminação naturais em todas as áreas de permanência da habitação, como quartos, banheiros, salas, cozinhas e áreas de serviço. Nos quartos, mas também nas salas e até mesmo em alguns banheiros, quando voltados para as fachadas públicas, utilizou-se, ainda, esquadrias com folhas venezianas de madeira como uma forma de garantir não só o controle de luminosidade, como a privacidade dos moradores.

Outro aspecto a ser destacado é que em nenhum momento o processo de aprovação fez menção ao tipo de habitação que seria implementada. Era evidente que se tratava de um edifício de uso misto com habitação múltipla (para mais de uma família), mas não houve referência à classe “apartamento” ou “hotel”. Por isso, para melhor compreendermos o caráter inovador do empreendimento promovido por Antonio Diederichsen em Ribeirão Preto, é preciso analisar os compartimentos ofertados em cada unidade, considerando as quatro variedades programáticas previstas (figura 4.3.3):[363]

A: entrada, sala de jantar, quarto, bºw.c., cozinha e área para tanque

B: entrada, sala de jantar, sala de visitas, quarto, bºw.c., cozinha e área para tanque

Os apartamentos menores possuem variação nas áreas úteis e organização funcional dos ambientes que compõem o programa, por isso utilizaremos áreas aproximadas:

C-1: entrada, dois quartos e bºw.c.;

C-2: entrada, dois quartos, bºw.c. e terraço;

D-1: entrada, quarto e bºw.c.;

D-2: entrada, quarto, bºw.c. e terraço.

---

[363] Os códigos A, B, C-1, C-2, D-1 e D-2 não constam no projeto, mas foram criados pela autora para facilitar a identificação dos variados programas. Os nomes dos ambientes que compõem cada tipologia foram mantidos conforme especificado na planta do pavimento no projeto aprovado.

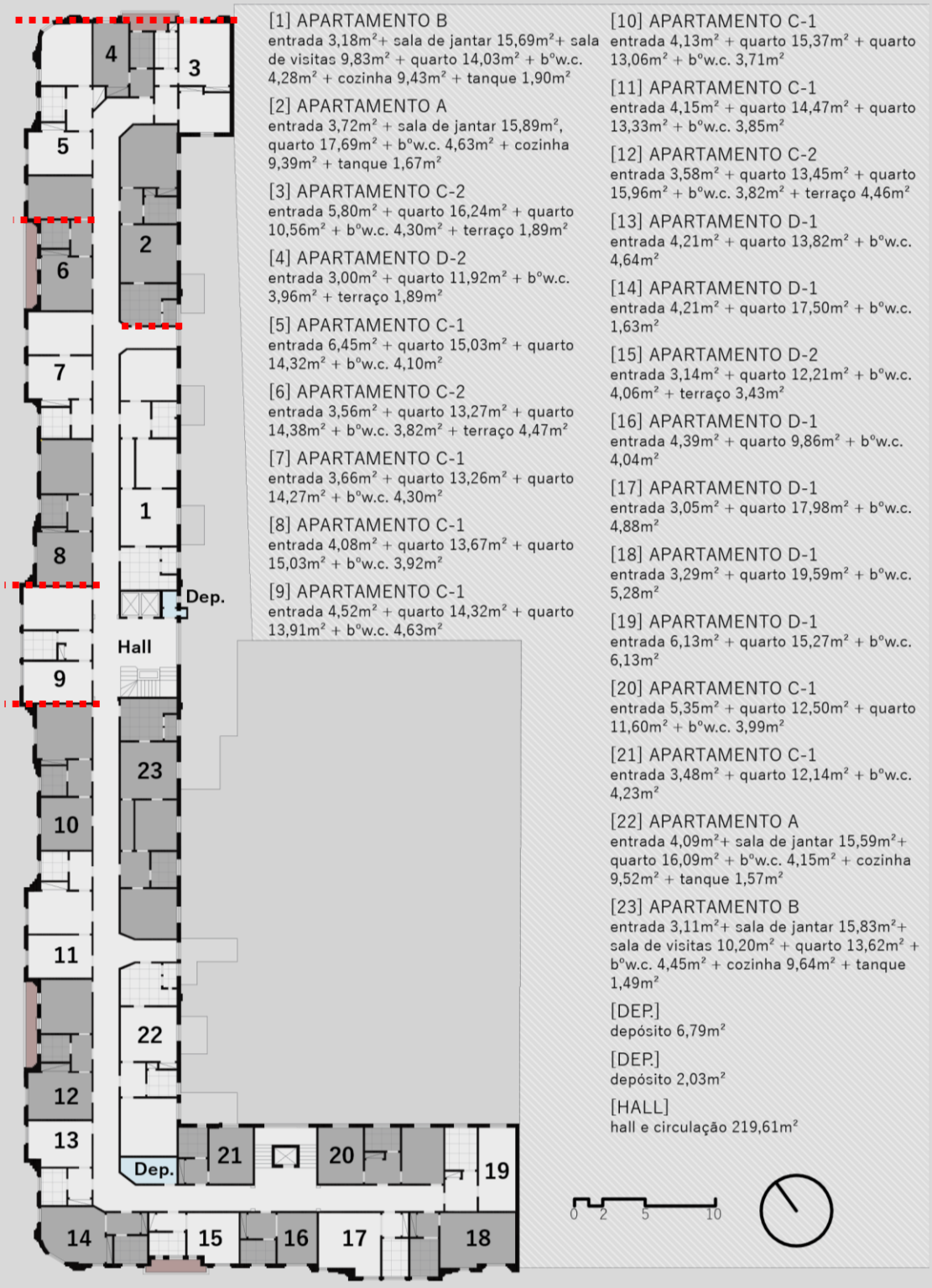


Figura 4.3.2 – Planta do 4°, 5° e 6° pavimentos com unidades habitacionais numeradas e descrição de usos e áreas conforme projeto aprovado. O projeto representou apenas uma planta como pavimento tipo dos três andares. A categorização por tipologias (A, B, C e D) foi realizada pela autora. Em vermelho, indicação dos trechos alterados para receberem restaurante e sala de estar do hotel, no 6° pavimento.

Autor: Tatiana S. Gaspar | **Fonte**: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 95, 1934.



Figura 4.3.3 – Planta com as tipologias demarcadas e esquemas compositivos recorrentes para cada tipologia, em escala 1:200.

Autor: Tatiana S. Gaspar

Fonte: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 95, 1934.

Em cada pavimento, as quatro unidades com maiores dimensões e maior diversidade programática correspondiam às tipologias A e B. Elas possuíam aproximadamente 55 m² e 70 m², respectivamente, e foram dispostas simetricamente em relação à circulação vertical que partia do *hall* principal, com escada e dois elevadores. Intercalavam-se ao longo do corredor no centro da planta, posicionando-se junto à fachada posterior. Embora não possuíssem sacadas e estivessem resguardados da vista pública, não se pode desconsiderar que essas habitações, localizadas nos últimos pavimentos do Edifício Diederichsen, permaneciam acima da cumeeira de grande parte das edificações. Por isso, é oportuno reconhecer que a posição desses apartamentos, juntamente com o fato de estarem em altura elevada em relação aos prédios vizinhos, garantia aos moradores uma vista privilegiada de parte da Praça XV de Novembro. O programa de usos dessas unidades guardava correspondências com o modelo burguês tripartite, com setorização das áreas íntima, de serviço e social. Na maior tipologia (B), a área social contou com sala de jantar e sala de visitas, acessadas por circulação interna que promovia a distinção dos fluxos. Destaca-se, ainda, que nessas unidades havia previsão de duas entradas, sendo uma pela sala e outra pela cozinha. A solução distinguia o acesso "social" do de "serviço", uma referência flagrante em edifícios de apartamentos no Brasil voltados para a classe média (LEMOS, 1976, p. 163; 1996, p. 79). Outro aspecto interessante é que mesmo com maior área e diversidade de ambientes, as unidades das tipologias A e B possuíam apenas um quarto, contrastando com a solução adotada em algumas unidades mais compactas e de programa reduzido, com dois quartos, como nas tipologias C, com área aproximada de 40 m².

As unidades das tipologias C e D foram compostas apenas por cômodos indistintamente denominados quarto, banheiro (bºw.c.) e área de "entrada", variando quanto à presença de sacada, ou "terraço" – conforme designação do projeto. Os apartamentos com apenas um quarto (C) predominavam no setor da planta junto à divisa com a Rua São Sebastião, onde estavam localizadas sete das nove unidades com essa configuração. No entanto, prevaleceu nos pavimentos de habitação a tipologia D, com dois quartos. Eram propostas 10 unidades para cada andar, estando a maior parte delas localizada junto à fachada principal, voltada para a rua Álvares Cabral. Embora não tenham se configurado como unidades tipológicas idênticas, esses apartamentos foram parcialmente modulados e simetricamente distribuídos ao longo do eixo de circulação

coletiva horizontal, com diversas opções de acesso e circulações internas, o que autoriza interpretações variadas sobre o funcionamento dessas unidades.

A disposição das unidades menores ao longo das fachadas voltadas para as vias públicas indica a intenção de valorizá-las e de oferecer o privilégio da vista da cidade do alto a um maior número possível de unidades. Não se pode desconsiderar que avistar a cidade do alto era uma novidade na época, que valorizava e diferenciava o prédio, já que ele não foi concebido alto “apenas para otimizar o uso dos terrenos caros do centro da cidade onde se assentava, mas para se apropriar do prestígio que a altura oferecia e, naturalmente, converter este diferencial em renda via valor dos aluguéis” (GASPAR; CORREIA, 2017, p. 9-10). No entanto, apenas algumas das unidades menores, das tipologias C ou D, apresentavam sacadas. Todas estavam voltadas para as vias públicas, mas se vincularam mais à intenção plástica da fachada que à inserção de um espaço de estar para os moradores. Suas dimensões estreitas e o fato de, em alguns casos, estarem ligadas aos banheiros, mostra que não se apostava em um uso intenso delas. No projeto do Edifício Diederichsen, a inclusão desses espaços externos à moradia parece ter sido condicionada pela composição de ritmo e volumetria característicos da arquitetura Art Déco, com adições e subtrações dos elementos construtivos.

Nas unidades com dois quartos, há tanto a ocorrência de cômodos indiferenciados, denominados como quartos e ligados a uma pequena área de “entrada”, o que possibilitava o uso flexível de seus espaços como quarto ou como sala; como a presença de quartos com ligações internas, admitindo o funcionamento de um como sala e outro como quarto, ou, permitindo que um fosse usado como habitação e o outro como local de trabalho (GASPAR; CORREIA, 2017). Outro aspecto importante a ser observado é que todas as unidades com dois quartos posicionadas junto à fachada para Rua Álvares Cabral possuíam duas formas de acesso a partir da circulação coletiva horizontal, tanto para o compartimento de “entrada”, como também através de uma entrada direta para os dormitórios. A solução sugere que esses compartimentos poderiam ser utilizados agrupados e conectados internamente, como a configuração de um apartamento – com o dormitório de maior autonomia no acesso podendo ser usado até mesmo para abrigar algum serviço prestado pelo morador –, ou como cômodos independentes destinados à acomodação temporária, com utilização como hotel, já que se permitia que o corredor comum fossem um meio, externo à habitação, de circulação social e de serviços para

entrada nos ambientes internos. O fato de apenas os apartamentos nessa posição possuírem tal característica parece reforçar essa última hipótese, pois não só estavam dispostos ao longo da fachada principal, como estariam mais relacionados à circulação coletiva que se estendia a partir do *hall* principal, mais suntuoso e provido com dois elevadores e escada de maior dimensão.

Outros exames podem ser feitos a partir das dimensões dos compartimentos dessas tipologias. Em todas as unidades com 2 dormitórios os quartos tinham área acima de 10m². O Código de Obras não mencionava situações análogas para essa classe de moradia: sem sala, 2 quartos e 1 banheiro. Por isso, também não especificou a área mínima que os compartimentos deveriam ter. O que podemos constatar é que eles estavam abaixo da área mínima exigida quando o apartamento possuísse apenas 1 quarto (16m²), mas atendiam aos requisitos se um dos quartos fosse considerado como sala, pois, nesse caso, um dos aposentos deveria ter área mínima de 10m² e, o outro, 8m². Por outro lado, se consideradas como pertencentes à classe "hotel", os aposentos dessas unidades atendiam à configuração em série, quando formavam "apartamentos isolados" e um dos quartos deveria ter a partir de 8m² e, o outro, no mínimo 10m². Os dados observados na legislação esclarecem, portanto, que as unidades da tipologia C, predominante nos três pavimentos, e que se desenvolvia sobretudo ao longo da fachada voltada para a Rua Álvares Cabral, possivelmente foram originalmente concebidas como apartamentos de hotel. No entanto, também não se tratava de um aposento convencional desse tipo de estabelecimento, pois, como visto, mesmo em hotéis de maior sofisticação, até aquele momento não era verificada a presença de banheiros privativos nos aposentos.

Nas unidades com apenas um quarto e cujo programa contava apenas com mais um banheiro, pertencentes à tipologia D, encontramos situações e áreas diversas, variando entre aproximadamente 20m², em grande parte dos casos, e cerca de 30m², em unidades maiores. Assim como na tipologia C, todos os dormitórios possuíam área maior que 10m² e, portanto, também estavam de acordo com a exigência especificada para a classe hotel, quando os aposentos fossem isolados. No entanto, três das nove unidades possuíam quarto com mais de 16m² de área, podendo ser consideradas também como um apartamento com apenas um aposento e sem sala. Importante destacar que em todas as unidades dessa tipologia a única forma de ingresso ao quarto era através do vestíbulo de entrada. Porém, um aspecto específico sobre as três unidades com os maiores quartos da

tipologia D (acima de 16m²) deve ser considerado. Todas elas estavam dispostas junto à fachada para a Rua São Sebastião, mais próximas ao acesso secundário do edifício. Embora esse setor da planta também tenha recebido unidades de outras tipologias, como os apartamentos que compunham a tipologia C e unidades menores da tipologia D, é coerente supor que essa posição facilitava a autonomia na entrada e saída do prédio, favorecendo a locação para moradia permanente de apartamentos destinados a indivíduos sozinhos, casais ou grupos menores de pessoas.

Nas quatro unidades de programa ampliado, com cozinha e sala, não só a presença de mais peças, como as dimensões adotadas para elas, permite constatar que Antonio Terreri e Paschoal de Vincenzo certamente conceberam e configuraram as tipologias A e B como apartamentos. Nesse aspecto, cabe ainda empreender análise comparativa desses apartamentos com as classes da categoria habitação particular. Nenhuma das tipologias ultrapassou o número máximo de compartimentos estabelecido para a habitação popular, que era de até duas salas, três quartos, cozinha, copa, despensa, latrina e banheiro. No entanto, há que se considerar que a categorização como habitação residencial estava mais relacionada às dimensões de seus compartimentos internos, uma vez que independentemente do número de peças, todas as habitações cujos cômodos excedessem o limite de área das habitações populares seriam consideradas como residências. Mesmo que tal limite não tenha sido definido pela lei, se considerarmos que todos os compartimentos das tipologias A e B do Edifício Diederichsen possuíam área igual ou acima do que se fixou às habitações populares, podemos excluir uma possível associação dessas unidades com essa classe. No interior das habitações das tipologias C e D, outros espaços expressaram um contexto de desenvolvimento material e construtivo, com compartimentos de áreas moduladas que racionalizavam a execução da obra, instalações de água, esgoto, energia elétrica e gás, como também a utilização de equipamentos que garantiam conforto e agilidade na realização das tarefas domésticas. As cozinhas possuíam cerca de 10 m² e nelas foram especificados nichos para o tanque e para o fogão, sendo que junto a esse último também foi representado um *shaft* para instalação de gás, saliente na fachada posterior.[364]

[364] Em todas as unidades, algumas áreas vazias e sem descrição de uso podem ter sido previstas como armários embutidos ou como *shafts* de instalações prediais, sobretudo quando junto aos banheiros.

Todos os banheiros atendiam às áreas mínimas estabelecidas para qualquer classe de habitação, pois nas tipologias A e B possuíam aproximadamente 4,5m², enquanto nos demais correspondia a cerca de 4m². Interessante ressaltar que os banheiros posicionados junto a alguma sacada receberam caixilharia com folhas persianas e, nas habitações voltadas para a Rua General Osorio, essas esquadrias eram portas, sendo o banheiro o único acesso para os terraços. O fato dessa situação ter ocorrido especificamente nas unidades posicionadas na fachada da Rua General Osorio, em frente para a Praça XV de Novembro, reforça a proposta principal desses espaços enquanto elementos compositivos da fachada, sem a intenção fundamental de estar e permanência para contemplação, ou, ainda, como áreas complementares aos setores molhados da habitação. Sob a última perspectiva, essa posição dava continuidade à prática do sanitário se abrindo para área aberta externa – serviço ou quintal. As venezianas de madeira também foram os principais elementos a distinguir, nas fachadas, os pavimentos de habitação dos demais usos, já que nos andares de escritórios se utilizou caixilharia de ferro e vidro. Sua presença era estratégia à exigência do Código de Obras Arthur Saboya para os dormitórios, que deveriam dispor de mecanismos para a circulação ininterrupta de ar.

No projeto aprovado pela municipalidade, as plantas dos três pisos acima dos andares de serviço seriam idênticas. Além das áreas de circulação e das 23 habitações, cada pavimento ainda possuía uma área de depósito. No entanto, desde a inauguração o 6º pavimento assumiu uma configuração distinta dos demais (figuras 4.3.2). Em maio de 1937, fotos do álbum de construção do Edifício Diederichsen registraram vistas de um amplo salão de refeições do Grande Hotel Gallucci instalado naquele andar, já repleto de cadeiras e mesas postas, equipado com piso e mobiliário de madeira, além de luminárias e ventiladores que complementavam sua ambiência sofisticada (figura 4.3.4).[365] As pinturas e frisos das paredes remetiam à temática tropical com frutas e flores, característica das salas de jantar nos palacetes da burguesia. A referência a esses elementos decorativos do ecletismo contrastava com a estrutura desnudada pelos pilares e vigas aparentes, onde a ausência de paredes divisórias evidenciou a modulação estrutural da edificação e a modernidade construtiva capaz de conferir segurança àquele

[365] No interior do hotel, a mobília e acessórios como cortinas e tapetes utilizados nos aposentos mereceram atenção especial, tendo sido confeccionados pela Paschoal Bianco, uma empresa tradicional desse ramo no Brasil (figuras 4.3.8 e 4.3.9).

que era o edifício com maior número de pavimentos da cidade.[366]

O salão foi instalado no ponto mais alto do setor edificado logo abaixo da cobertura, conformando a quina do prédio entre as ruas General Osório e Álvares Cabral. Suas janelas e sacadas tinham vista privilegiada para a Praça XV de Novembro e edifícios daquele entorno, mas possivelmente também permitiam avistar, ao longe, grande parte da expansão da cidade em as áreas ao norte e oeste, onde bairros como Campos Elíseos e Ipiranga se desenvolviam (figura 4.3.10). A posição expressa a atenção dada a esse espaço de refeição, que incluía copa e cozinha entre os compartimentos de serviços complementares para atender aos hospedes do sofisticado hotel implantando exclusivamente naquele pavimento (figura 4.3.7).

Além do restaurante, uma sala de visitas foi criada em frente ao *hall* da escada e elevadores da entrada principal do Edifício Diederichsen, pela Rua Álvares Cabral (figura 4.3.5). Para criação dessa área de estar – que manteve decoração similar à do restaurante, com vitrais com motivos naturais aplicados nas esquadrias basculantes voltadas para a fachada principal do prédio – eliminou-se, nesse andar, o apartamento da tipologia C presente nesse setor, nos dois pavimentos abaixo. Sua posição foi definia em função do local de acesso dos hóspedes do Grande Hotel, que ocorria por meio da entrada principal do Edifício Diederichsen, mais suntuosa que a entrada voltada para a Rua São Sebastião (figura 4.3.6).[367] Embora esse fosse o último pavimento acessível por meio do elevador, a continuação da escada – inclusive com a mesma configuração e acabamento presentes nos lances que levavam até o segundo pavimento – culminava no último andar, com acesso ao terraço que também foi utilizado como área social coletiva do hotel.

---

[366] Embora não exista representação da planta do hotel quando inaugurado, o contrato de arrendamento entre Antonio Diederichsen e Giuliano Gallucci esclarece os compartimentos do estabelecimento em 1937. No 5º andar: uma sala de jantar, uma sala de visitas, uma saleta de entrada, 17 quartos, 18 quartos "ditos ligados em apartamentos" (com dois quartos, hall e banheiro), uma cozinha, duas copas, três banheiros coletivos. No 6º andar: quatro quartos e um banheiro, terraços e lavanderia (TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL, 1941).

[367] Em um documento oficial do Tribunal de Segurança Nacional, em 1941 (TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL, 1941), consta um croqui que indicou esquematicamente a posição do balcão para recepção dos hóspedes do Grande Hotel, na entrada principal do prédio, junto à Rua Álvares Cabral (figura 4.3.6). Como veremos no sexto capítulo, desde 2009 o hotel localizado no sexto pavimento do Edifício Diederichsen passou a ter sua portaria instalada no acesso pela Rua São Sebastião. Essa última solução se manteve até o encerramento das atividades do estabelecimento hoteleiro do prédio, em 2017, e previa o uso exclusivo do hotel por meio do bloqueio de acesso a essa prumada do elevador e escada no 2º, 3º, 4º e 5º pavimentos do Edifício Diederichsen.



Figura 4.3.4 – Vistas do Salão de Refeições no restaurante do Grande Hotel Gallucci.
Data: 01/05/1937
Autor: Gullaci Foto | **Fonte:** APHRP, Álbum de construção Edifício Diederichsen.

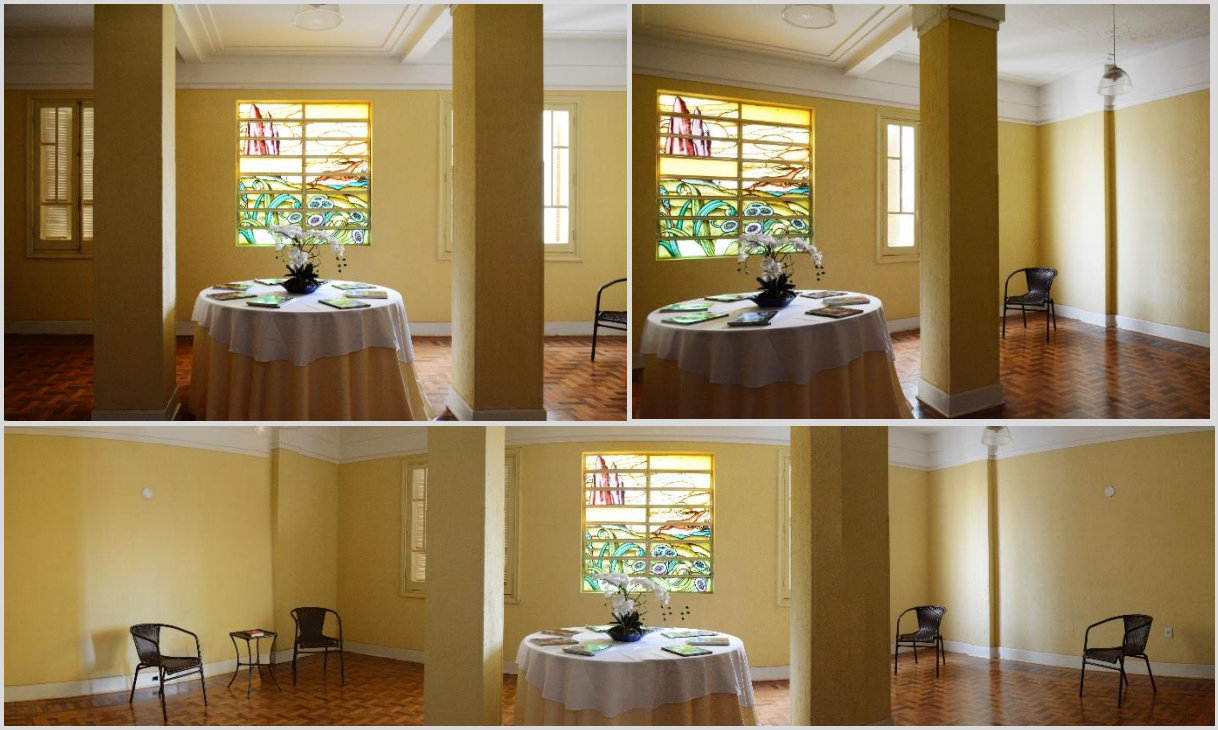


Figura 4.3.5 – Vistas sala de espera do hotel no 6º pavimento do Edifício Diederichsen.
Data: 20/05/2017 | **Autor:** Tatiana S. Gaspar

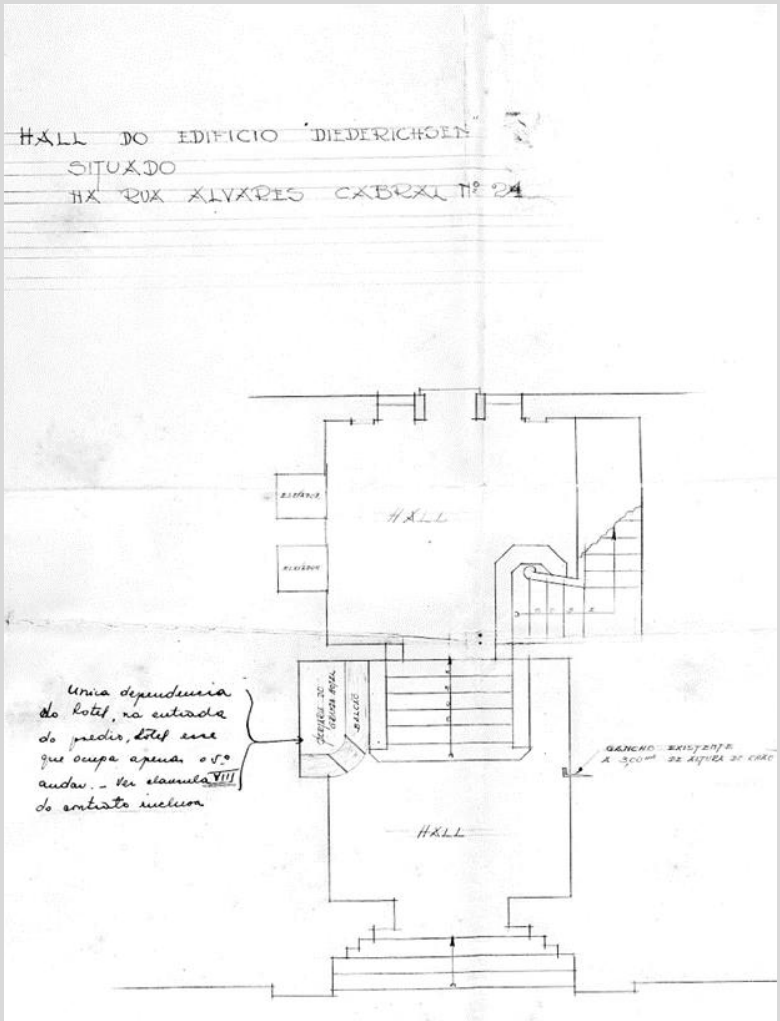


Figura 4.3.6 – Croqui da "Planta do *Hall* do Edifício Diederichsen" indicando a posição do balcão de recepção do Grande Hotel na entrada do prédio situada à Rua Álvares Cabral n. 24.
Ano: 1941
Autor: Ernesto Terrei
Fonte: TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL, 1941.

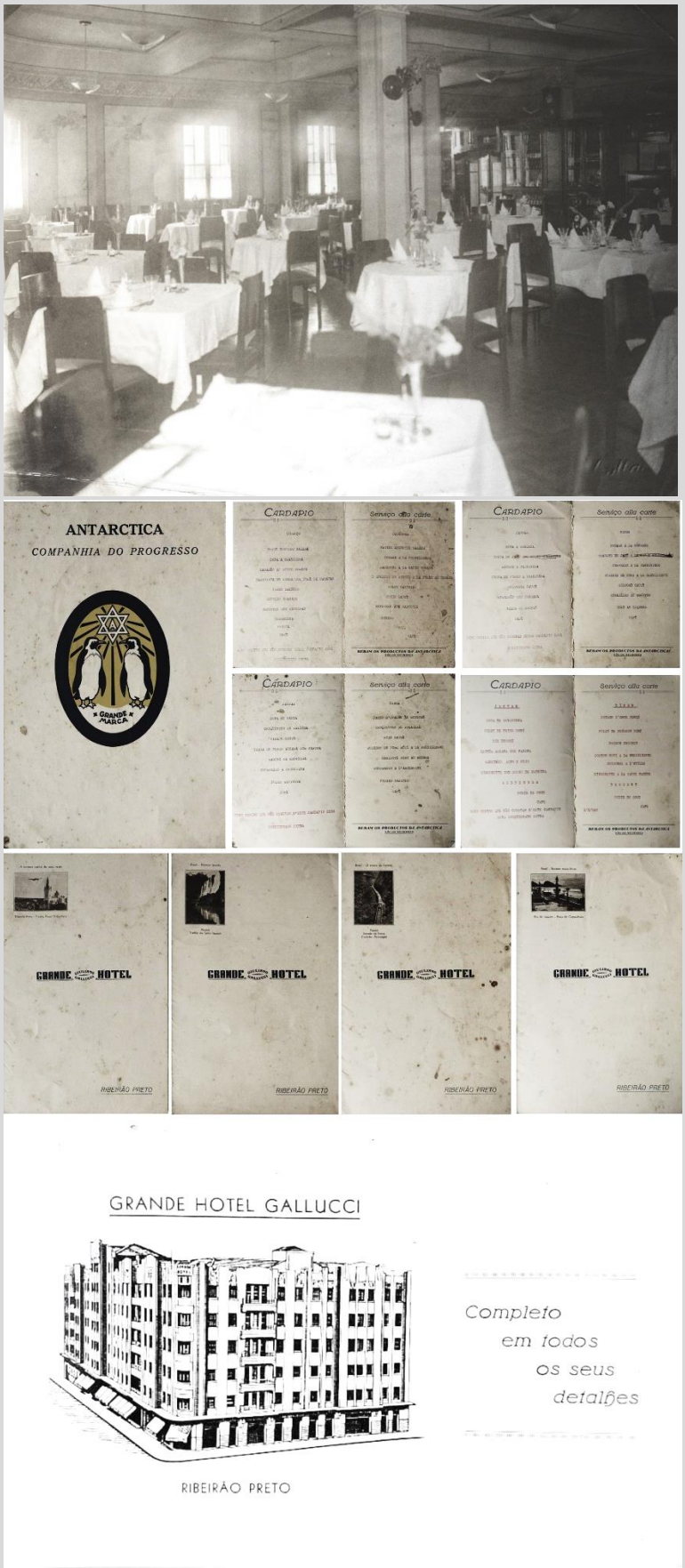


Figura 4.3.7 – Acima, foto do salão de refeições e, abaixo, conjunto de cardápios do hotel, com cartão de visitas do "Grande Hotel Gallucci" representando um desenho em perspectiva do Edifício Diederichsen, com a frase: "completo em todos os sentidos". Apresentado em português e na língua de origem do prato, o cardápio reflete aspectos da sofisticação do hotel. Contava com opções para almoço e jantar, em geral com as opções datilografas sobre o encarte. Eram oferecidos pela Antarctica e, na capa, apresentavam fotos de pontos turísticos em diversas cidades e estados brasileiros, como Curitiba, Rio de Janeiro e até mesmo Ribeirão Preto, descrita como "a formosa capital do ouro verde". Entre os pontos retratados da cidade estavam a Praça 13 de Maio e o Parque Municipal. Outros encartes ilustraram o Pão de Açúcar e a Praia de Copacabana, no Rio de Janeiro, as Cataratas do Iguaçu, no Paraná, e a Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá.
Ano: não informado
Fonte: Acervo pessoal de Bruno Gallucci (2017).









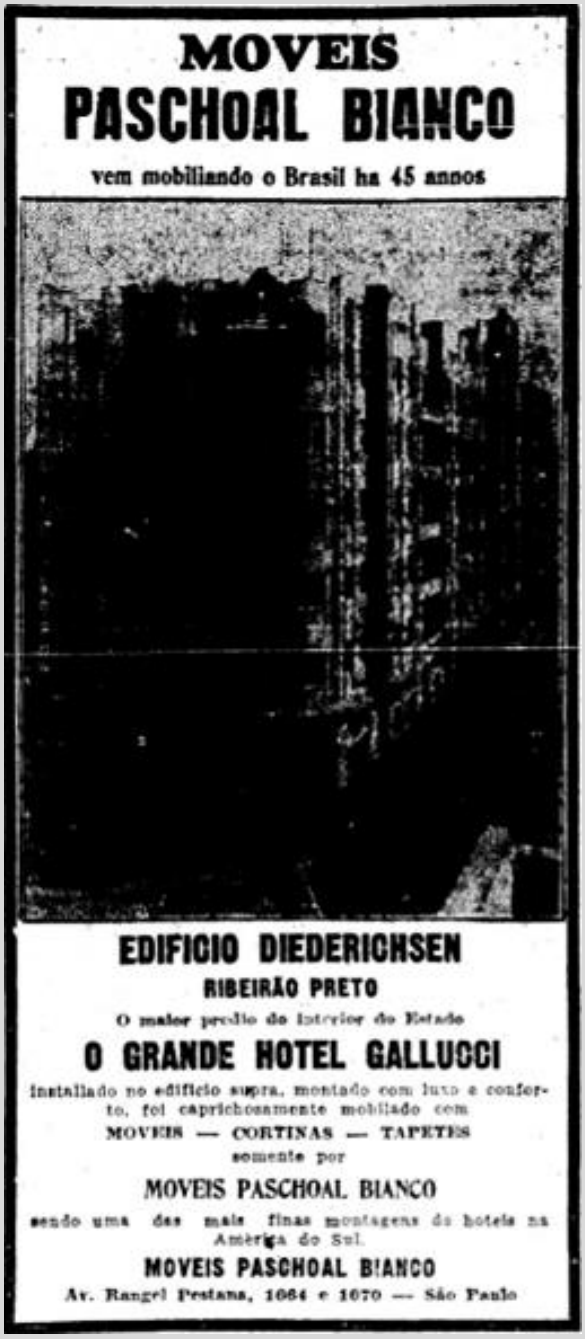


Figura 4.3.8 – Acima, anúncio do "Moveis Paschoal Bianco", fornecedores dos moveis, cortinas e tapetes instalados no "O Grande Hotel Gallucci", localizado no Edifício Diederichsen, descrito como "o maior prédio do Interior do Estado".
Fonte: *O Estado de S. Paulo*, 16 mai. 1937, p. 3

Figura 4.3.9 – À esquerda, fotos do interior de um apartamento decorado e mobiliado do Grande Hotel Gallucci, logo após inauguração.
Autor: Gullaci Foto | **Ano:** não informado
Fonte: Acervo pessoal de Bruno Gallucci (2017).

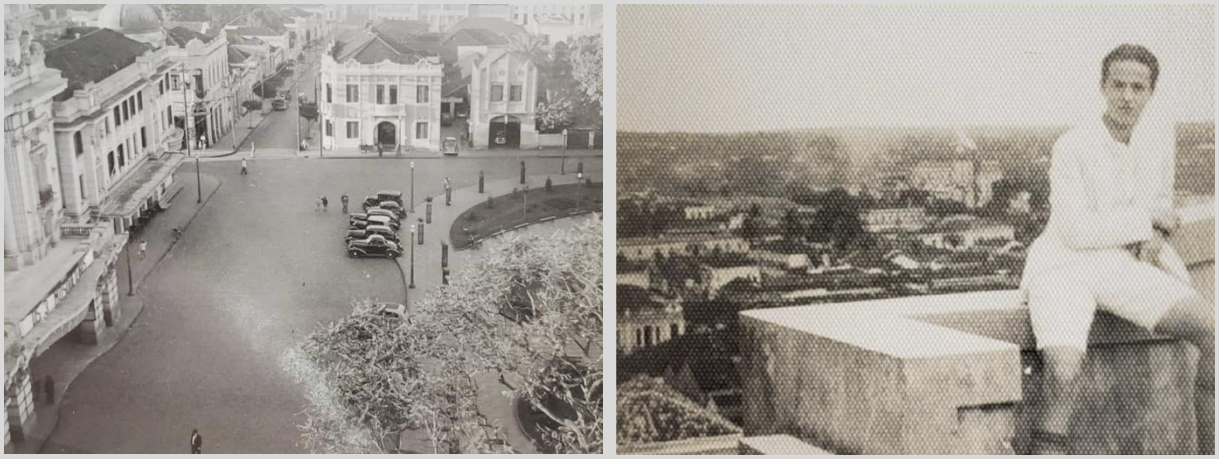


Figura 4.3.10 – Vista da esplanada e edificações no entorno da Praça XV de Novembro, a partir do terraço do Edifício Diederichsen. Além do Quarteirão Paulista, observa-se o hotel de Antonio Berganini, na esquina entre as ruas Duque de Caxias e Alvares Cabral. Na imagem ao lado, Bruno Gallucci posa para a foto sentado sobre a platibanda do prédio, com a Cia. Antarctica Paulista e a Vila Tibério ao fundo.
Autor: não informado
Ano: não informado
Fonte: Acervo pessoal de Bruno Gallucci (2020), disponível em: https://www.instagram.com/casadamemoriaitaliana/. Acesso em: 12 dez. 2019.



Figura 4.3.11 – Vista do Edifício Diederichsen antes e após a cobertura do terraço. Quando descoberto, no local havia diversos guarda sóis, sugerindo tratar-se de uma área recreativa.
Autor: não identificado (esq.); Gullaci Phot Rib Preto (dir.)
Ano: 1937-1939 (esq.); 1948 (dir.)
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F685 (esq.), F193 (dir.).

Um ano antes do início das atividades do Grande Hotel, uma reportagem publicada no jornal *Folha da Manhã* anunciou o Edifício Diederichsen como uma construção que viria "resolver em parte o problema de habitação em Ribeirão Preto" (DE RIBEIRÃO..., 1936, p. 126). A convite de Manuel Penna, gerente no "Antigo Banco Constructor", o jornalista percorreu todo o prédio e descreveu detalhes de suas dependências, elucidando algumas das soluções que não haviam sido representadas ou informadas no projeto aprovado em 1934, sobretudo em relação aos pavimentos de habitação:

> RIBEIRÃO PRETO, 27 – (Da sucursal da "Folha da Manhã") – A convite do sr. Manuel Penna, gerente do "Antigo Banco Constructor", percorremos há dias as dependencias do "Predio Diederichsen".
> Essa connstrucção ergue-se no centro da cidade, tomando todo o quarteirão da rua Alvares Cabral, entre as ruas General Osorio e São Sebastião, fazendo também frente para essas duas vias publicas, sendo que pela rua São Sebastião, mede aproximadamente o dobro da extensão que ocupa pela rua General Osorio.
> A vista externa é sobria, porem agradável, sobresahindo o revestimento de granito preto, polido que vae da calçada a um metro e tanto de altura, circundando todo o predio um tom distincto.
> Na parte térrea, existem accommodações para 14 lojas, além de um "bar" e restaurante de grandes proporções que já estão sendo montados pelo sr. Clemente Colligoy, conhecido como perito nesse mistér.
> Na entrada principal, que fica no centro do predio, na rua Alvares Cabral, estão sendo installados dois grandes elevadores, havendo um terceiro ne entrada, situada à rua São Sebastião, junto do Cinema São Paulo, única parte prompta do edifício, estando o referido cinema já em funcionamento.
> O primeiro e o segundo pavimentos estão destinados a escriptorios, existindo ahi 120 salas de "tamanhos cariados, sendo os caixilhos das janelas desses dois pavimentos, de ferro, portas e piso de primeira ordem.
> Os dois pavimentos imediatos são destinados a moradia, havendo em cada andar 23 apartamentos compostos de 2 á 6 peças.
> Finalmente, temos o 5º andar destinado á installação de um hotel, havendo ahi, além de duas grandes salas, 8 appartamentos e 14 quartos, devendo se contar, pertencente a esse andar, o 6º, que se compõe apenas de um apartamento de 4 peças, no centro do edifício.
> Do 5º andar destinado á installação de um hotel, descortina-se uma vista verdadeiramente maravilhosa sobre a cidade, existindo nessa altura uma permanente viração, por demais deve ser prejudicial, porém sufficiente para abrandar o proverbial calor de Ribeirão Preto, ficando o novo hotel em situação ideal também nesse particular, alias de grande importância para

> quem conhece o nosso clima.
> Temos ouvido commentarios em relação á parte do predio destinada ao hotel, no sentido de acharem muito restricta a área reservada para esse fim, que, segundo esses comentários, exige maior numero de quartos e apartamentos para tornar o empreendimento rendoso.
> Pensamos, entretanto, que elabora um erro quem assim julga. Como já dissemos, os dois pavimentos abaixo do 5º portanto o 4º e o 3º estão nados para ali serem localizados inquilinos. O'ra, se julgarem acanhados para um moderno hotel o 5º andar e o suplemento correspondente ao 6º, fácil será anexar o 4º andar ao quinto e, assim, ficará o hotel com dois andares e acomodações perfeitamente suficientes para satisfazer ás exigências da freguesia.
> Segundo nos informaram, até fins de agosto ou começo de setembro deste anno, já estarão promptas algumas dependencias do predio e então terá inicio o povoamento do mesmo.
> Vem, pois, o "Predio Diederichsen" solucionar dois importantes problemas, insto é o de habitação com dispénsa de numerosa criadagem, e a possibilidade da montagem de mais um hotel á altura das necessidades de uma cidade culta e movimentada como é Ribeirão Preto (DE RIBEIRÃO..., 1936, p. 26, grafia original).

O convite de Manuel Penna – que, destaque-se, também foi o responsável por comunicar a Antonio Diederichsen sobre a oportunidade de compra do terreno em que o edifício foi erigido – soa tendencioso, deixando transparecer que além da encomenda de publicação que exaltasse aspectos positivos da edificação, havia uma intenção especial: apresentar, ou até mesmo justificar, as soluções voltadas à moradia temporária e permanente no Edifício Diederichsen. Ainda que o texto não tenha aventado a possibilidade de distribuição do estabelecimento hoteleiro em unidades instaladas nos três pavimentos, fica evidente que a diversidade e flexibilidade desses andares foi utilizada, se não planejada, estrategicamente, de modo a facilitar sua eventual integração com o hotel, caso a demanda pelo serviço aumentasse e se mostrasse mais rentável que o aluguel de apartamentos autônomos. O que se pode afirmar é que não havia clareza na diferenciação entre as duas classes de habitação múltiplas consideradas até aquele momento, levando os autores do projeto a considerarem diversas tipologias habitacionais que poderiam servir a diferentes propósitos, nos mesmos pavimentos.[368]

---

[368] Segundo relato de Bruno Gallucci, filho do primeiro administrador do hotel instalado no Edifício

Como mencionado pela reportagem, no sexto e último andar do Edifício Diederichsen havia ainda um apartamento posicionado em frente à prumada do *hall* principal e voltado para a Rua Alvares Cabral, o que contribuiu para conferir maior ênfase ao escalonamento da fachada de composição Art Déco. Apesar de certas semelhanças com as tipologias A e B, era um apartamento distinto dos demais, pois continha 2 quartos, banheiro, sala de jantar e cozinha. Sua área útil aproximada tinha cerca de 70m², enquanto na tipologia A esse valor era de aproximadamente 55m² e, na tipologia B, 65m². Ainda que fosse mais espaçoso, possuía alguns inconvenientes, já que a partir do sexto pavimento seu acesso deveria ser obrigatoriamente pela escada, pois estava localizado no mesmo piso que as máquinas dos elevadores e outros setores técnicos e de serviços, como o compartimento dos tanques, além do terraço. A presença da "Casa do Zelador", como foi denominada no projeto, juntamente com outras áreas desse andar, complementou o programa de necessidades a ser atendido pelo edifício que, com diversos pavimentos e usos, necessitava de espaços coletivos não só para acesso, circulação e permanência, como também para o seu funcionamento e manutenção. Citada na reportagem de 1936 como uma das unidades destinada aos hóspedes do hotel, o que de fato ocorreu após a inauguração do Edifício Diederichsen foi sua ocupação pelo administrador desse estabelecimento e sua família.

Uma nota divulgada em maio de 1936 informou que "dentro de poucos dias" chegaria em Ribeirão Preto "um profissional de nacionalidade suissa" para "examinar o quinto andar do predio Diederichsen", onde um "novo hotel, dotado de todos os requisitos de uma organização modelar no genero" seria instalado (O NOVO..., 1936, p. 15, grafia original). A notícia ainda alvitrava sobre o interesse de Antonio Mascaro, administrador do Central Hotel, em ser também "candidato ao novo estabelecimento" (O NOVO..., 1936, p. 15). A notícia faz supor que houve, portanto, não só a abertura de concorrência para a administração, como também que interessados de outras localidades teriam se mobilizado

---

Diederichsen, Antonio Diederichsen teria sugerido, ao contratar seu pai, que os três pavimentos do prédio voltados à moradia fossem administrados como hotel. No entanto, Giuliano Galluci, que acumulava experiência nesse ramo em São Paulo e Santos, acreditou ser inviável para o fluxo de hóspedes que a cidade atrairia. No contrato de arrendamento entre Antonio Diederichsen e Giuliano Gallucci, firmado em 15 jan. 1937, com validade entre 1 jan. 1937 e 31 dez. 1942, estabeleceu-se o arrendamento todo o sexto e sétimo pavimentos para uso do hotel, sendo vedada a sublocação ou desempenho de outras atividades no local. (TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL, 1941).

até a cidade para avaliar a viabilidade do negócio. Menos de um ano depois, em abril de 1937, outra notícia informou que o estabelecimento já estava mobiliado e "talvez ainda em um mês" seria inaugurado como Grande Hotel, sob a gerência de Giuliano Gallucci, cuja origem era italiana.

Um documento oficial do Tribunal de Segurança Nacional envolvendo o administrador do Grande Hotel no Edifício Diederichsen expos detalhes de uma suposta animosidade entre o italiano Giuliano Galluci e a política de Getúlio Vargas, em contexto imediatamente após o início da Segunda Guerra Mundial, diante de um episódio no qual também foi acusado de xenofobia em relação aos brasileiros.[369] Para além dos aspectos legais, enquanto provas do inquérito criminal instaurado, os depoimentos prestados informam sobre a utilização do Edifício Diederichsen em seus espaços de moradia, temporária e permanente, e locais de trabalho. Mais que aferir a veracidade das acusações e da defesa, o conjunto de depoimentos e testemunhos reúne relatos importantes sobre o fluxo de usos no Edifício Diederichsen, sobretudo em sua relação com o hotel localizado no sexto pavimento do prédio. Por meio deles, podemos identificar, com certa frequência, que a hospedagem no hotel, apesar de seu caráter provisório, foi utilizada por períodos mais extensos, de meses ou até mesmo anos. Também foi comum que o seu restaurante fosse utilizado não apenas pelos hóspedes, como também por moradores e ocupantes dos demais pavimentos do Edifício Diederichsen, e até mesmo pelo público externo ao prédio. Chama especial atenção a frequência de pessoas de grande influência na sociedade da época que ali se instalaram nos períodos em que estavam em atividade profissional na cidade. A fato parece indicar que, apesar de possuir programa de usos enxuto, tratou-se de um estabelecimento diferenciado naquele contexto, cuja localização e a intensa dinâmica do entorno possivelmente tiveram grande contribuição nesse sentido.

Por certo, assim como ocorreu com o restaurante do Grande Hotel, além dos

---

[369] Segundo o denunciante, que era ex-funcionário do estabelecimento, "em todas as oportunidades que se lhe apresentam", Gallucci se mostrava "revoltado com as nossas leis e regulamentos", sendo acusado de "1) manter atitude insólita e atrevida para com o Brasil e os brasileiros, por ele chamados sempre, de macacos e caipiras; 2) rasgar acintosamente um retrato do Exmo. Sr. Presidente da República entregando os pedaços aos empregados do Hotel de que é arrendatário, para que tomassem apontamentos nos mesmos" (TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL, 1941). O processo contou com depoimentos de hóspedes do hotel, moradores e ocupantes do Edifício Diederichsen e, até mesmo, de Antonio Diederichsen, entre o final da década de 1930 e início dos anos 40, resultando na absolvição de Galluci, que sempre declarou inocência sobre os fatos.

hóspedes o terraço no 7º pavimento também atraiu a visita dos demais ocupantes prédio e continuou a receber viajantes ilustres em ocasiões especiais, como já ocorrera mesmo antes da conclusão do edifício.[370] Da mesma maneira que as unidades de habitação mais compactas, que dispensavam a presença de funcionários, associavam-se às soluções discutidas para a habitação mínima e coletiva no âmbito da Arquitetura Moderna, a presença de área de uso social descoberta sobre a laje do hotel também se aproximava do conceito de terraço jardim, um dos cinco pontos da Arquitetura Moderna, segundo Le Corbusier. Eliminando a necessidade de volume adicional acima da platibanda escalonada de perfil Art Déco, essa proposta demandou, no entanto, a utilização de materiais capazes de garantir a impermeabilização da laje sem causar danos ao pavimento abaixo.

Contudo, não tardou para que o terraço descoberto apresentasse problemas de infiltração, levando à sua cobertura pouco mais de um ano após a inauguração. Em julho de 1938, Manoel Penna foi o procurador de Antonio Diederichsen na solicitação feita para "cobrir parte do terraço do Edificio Diederichsen, em vista de vazamento do mesmo".[371] No trecho da Rua São Sebastião a cobertura seria realizada com telhas cerâmicas do tipo Marselha, enquanto nas áreas em contiguidade à Rua Alvares Cabral e parte da Rua General Osorio, a tentativa de manter a vista para a cidade levou à proposta de cobertura e vedações laterais com vidro.

O requerimento foi assinado por Nobrega e Dompietro, escritório instalado no 2º andar do Edifício Diederichsen, e solicitava, ainda, a transformação de dois cômodos do 5º andar – onde estava instalado o hotel – em dois banheiros, bem como a abertura de portas para eles, refletindo uma demanda do hotel já em funcionamento. No dia seguinte à apresentação do documento, Cícero M. Brandão exigiu que o requerente apresentasse a "planta dos serviços" que seriam executados, o que ocorreu cerca de 20 dias depois. Ainda assim, no projeto não havia planta do hotel, impedindo o conhecimento sobre sua

---

[370] Como exemplo, citamos uma notícia publicada no *Correio Paulistano*, no início de maio de 1937, quando durante uma caravana de diretores da Associação dos Representantes Comerciais do Estado de São Paulo em Ribeirão Preto, o Prédio Diederichsen foi um dos locais visitados pela comitiva. O programa do evento também contou com cerimônias e visitas ao Central Hotel, Sociedade União dos Viajantes, chácara da Cia. Antarctica, estação de Rádio PRA-7, Theatro Pedro II, Associação dos Empregados do Comercio, Sociedade Legião Brasileira, Asylo Analia Franco e Asylo Padre Euclides, Cia. Antarctica Paulista e Cia. Cervejaria Paulista, Bosque e Paço Municipal, sendo finalizado no Clube de Regatas Rio Pardo (CONCENTRAÇÃO..., 1937, p. 30).

[371] APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 95, 1934.

configuração inicial e as primeiras alterações realizadas nesse estabelecimento. A única prancha apresentada possuía carimbo de Terreri & Zamboni, escritório de arquitetura, engenharia e construções sediado em São Paulo, e assinatura do engenheiro Nelson Rodrigues Nobrega, sem indicação da participação de Paschoal de Vincenzo.

O "projecto para construir um telhado commum e um de ferro e vidros sobre os terraços do 6º andar do Predio Diederichsen" (grafia original) demonstrou a relação da nova cobertura com a existente e continha a representação de cortes, detalhes construtivos e vista da parte superior da fachada alterada. A utilização de estrutura metálica permitia agilidade na construção sem gerar grande sobrecarga à edificação. Igualmente, a concepção das tesouras e encaixes com caixilharia, calhas e rufos, refletiam não só o apuro técnico do projeto, como um processo de construção industrializada que tornou possível a execução de detalhes complexos. Como atendia aos requisitos impostos pelo Código de Obras, o projeto foi aprovado e posteriormente executado (figura 4.3.11).[372]

Em muitos casos, os materiais empregados na construção foram oriundos do Antigo Banco Constructor. A relação da empresa com o Edifício Diederichsen também se estendeu à oferta de utensílios e eletrodomésticos para equipar o ambiente privado das habitações, o que além de garantir benefícios ao empresário, contribuiu para a aceitação da nova tipologia habitacional e para a fixação da imagem do Edifício Diederichsen como uma edificação moderna, salubre, segura e confortável. Com usos múltiplos nos primeiros andares e oferta de numerosas habitações compactas nos últimos pavimentos, essa edificação conciliou, sob variados aspectos, uma série de tendências que vinham se manifestando em Ribeirão Preto: novos programas mistos e habitacionais; novos serviços e hábitos urbanos; novas técnicas de construção civil e de instalações prediais. Ao articular essa série de tendências o prédio se habilitou a ser visto como moderno e como sinal de pujança de Ribeirão Preto e do futuro promissor que a aguardava.

---

[372] Não foram encontrados registros fotográficos ou outros documentos referentes à execução dessa obra. Ademais, esse é o último projeto físico, vinculado ao Edifício Diederichsen, na Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, estando disponível para consulta no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. No entanto, o sistema de cadastro municipal informa a existência de 15 processos relacionados ao projeto protocolado em 04 set. 1934 e aprovado em 31 dez. 1934 – com a autoria de Antonio Terreri (informado com CREA n. 9990214) e Paschoal de Vincenzo como responsável (CREA n. 9990479). O primeiro deles é relativo ao projeto de construção e, os demais, à numeração das lojas comerciais do térreo e acessos.

CAPÍTULO 5

ANTONIO DIEDERICHSEN: NOVOS MARCOS NA PAISAGEM DA CIDADE



Figura 5.1.1 – Edifício Diederichsen e, ao seu lado, Hotel Umuarama (fachada posterior).
Ano: não identificado
Autor: Tony Miyasaka
Fonte: Acervo Fotográfico Tony Miyasaka – R153.

5.1 A INSTALAÇÃO DA ESTAÇÃO DE JARDINEIRAS E A AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO DO ANTIGO BANCO CONSTRUCTOR, A.B.C. (1934-1941)

5.1.1 ESTAÇÃO DE JARDINEIRAS (1934)

O expressivo desenvolvimento dos negócios de Antonio Diederichsen ao longo dos anos 30 foi marcado por duas grandes construções por ele empreendidas naquela década: o Edifício Diederichsen, projetado em 1934 e inaugurado entre 1936 e 1937, e o novo edifício ABC, cuja renovação foi iniciada em 1939. Essas e outras ações realizadas naquele período e nos anos seguintes indicam que a locação de espaços no Edifício Diederichsen, certamente seu investimento de maior vulto até a década de 1930, mostrou-se rentável, pois contribuiu para que estivesse em condições de executar outras edificações, também de grande porte, a partir de então.

A concorrer para a prosperidade econômica de sua empresa, somaram-se outros investimentos na qualificação da região onde se instalaram os negócios centrais do Antigo Banco Constructor. Em agosto de 1934, dez dias antes de solicitar a isenção de impostos para a construção do edifício que viria a ser batizado com seu sobrenome, Antonio Diederichsen firmou com a Prefeitura de Ribeirão Preto o contrato para construção e arrendamento de "uma estação ou posto de auto-omnibus (Jardineiras), na Praça do Mercado, desta cidade".[373] Localizada a poucos metros da Estação Mogiana e em frente ao Mercado Municipal, a implantação de um posto para chegada e partida de mais esse meio de transporte coletivo não só ampliava as formas de acesso à cidade, como intensificava, especialmente, a circulação de pessoas nas imediações do Antigo Banco Constructor (figura 5.1.2).[374]

---

[373] APHRP, Inventário Geral, Cx. 34, Reg. 767. Segundo o documento, o contrato com Antonio Diederichsen foi firmado a partir de edital público e obrigava o início da construção quinze dias após sua assinatura, "por sua exclusiva conta, nas condições expressas no mesmo edital de concorrência, bem como nos termos da planta e orçamentos aprovados que se acham arquivados na diretoria de Obras desta Prefeitura".

[374] Sem considerar a via ferroviária, que desde o final do século anterior já era um meio de transporte coletivo intermunicipal de grande escala, de acordo com Cione (1997, p. 931), a história do transporte coletivo interurbano em Ribeirão Preto foi iniciada em 1929, com a atuação de José Caliento. Teria partido dele a ideia de criar uma estação ferroviária na área do Mercado Municipal "que englobasse os três pontos então

Mas a aposta do empresário na construção da Estação não se restringiu apenas ao seu interesse na movimentação que o novo equipamento provocaria no entorno, mas sobretudo no retorno financeiro que esse espaço poderia lhe render. O contrato previua, especificamente, a instalação de um bar "com todos os seus acessórios e pertences", a ser explorado pelo próprio Antonio Diederichsen ou arrendado por ele a terceiros. A contratante ainda se comprometeu a conceder a "isenção completa de impostos e alugueis pelo prazo de nove (9) anos", a partir da conclusão das obras.[375] Além disso, a Prefeitura

existentes, um na confeitaria Smarte, outro na Paulicéia e o terceiro no Bar do Mineiro, servindo Batatais, Sertãozinho, Pontal, Jardinópolis, Cajuru, etc.". Outro nome, reverenciado por Cione, como uma referência para o transporte urbano com utilização de veículos automotores, foi o empresário Antonio Corral Milena. Segundo relato de Milena, foi em 1928, a partir de sua sociedade com Luiz Coluci, que a cidade passou a contar com seu primeiro ônibus, adquirido de um vendedor oriundo de São Paulo. Inicialmente, os dois ônibus circulavam entre a Praça XV de Novembro (partindo do Café Pinho) e a Rua Prudente de Moraes. Depois, quando a empresa já possuía uma frota maior, teria havido três linhas para atender aos bairros Vila Tibério e Campos Elíseos, e ao "alto da cidade", possivelmente se referindo à área acima da Praça XV de Novembro até a Avenida Nove de Julho, estando o terminal de chegada e saída dessas linhas localizado no centro da cidade. Depois de 13 anos (1941) a empresa de Milena foi vendida para a "Sampaio Teodomiro", que um ano depois foi adquirida por Antonio Achê. Esse último permaneceu explorando o serviço até 1954, quando sua empresa entrou em processo de falência (CIONE, 1997, p. 922 e 927). Uma lei municipal criada em 1952, além de estabelecer novas linhas de ônibus de transporte coletivo e um novo horário de início para a sua circulação, definia que a empresa concessionária deveria efetuar a mudança do local do ponto de ônibus para a esplanada gerada após a demolição do Teatro Carlos, ocorrida em 1944 (RIBEIRÃO PRETO, 1952).

[375] APHRP, Inventário Geral, Cx. 34, Reg. 767. O contrato de construção e concessão de uso das instalações estipulava vigência de 9 anos após a conclusão das obras. O mesmo documento informa que Estação fora inaugurada às 17 horas do dia 14 nov. 1934. Portanto, a previsão era que ficasse a cargo de Antonio Diederichsen até 1943. Segundo Cione (1997, p. 931), Antonio Diederichsen teria transferido o contrato a José Caliento, visionário do equipamento naquele local, mas que devido a uma imposição feita pelo poder público para que o contratado possuísse licença para exploração de bombas de gasolina, não pôde se tornar concessionário do serviço de transporte público coletivo por ele idealizado. São desconhecidas as condições da transferência feita a José Calliento, que possivelmente apenas a arredou de Antonio Diederichsen, como previa o contrato, que também especificava a preferência do contratante inicial em sua renovação. A renovação em nome de Antonio Diederichsen ou do próprio José Caliento pode ter ocorrido, já que Rubens Cione, apesar de erroneamente informar que a validade inicial do documento foi de 10 anos, notificou que em 1944 ele fora prorrogado por mais 10 anos (CIONE, 1997, p. 932). Sabe-se que em 1942 o Mercado Municipal sofreu um incêndio que o deixou em ruínas e, por isso, até meados da década de 1950, quando uma nova edificação foi projetada e erigida no local, parte da área livre próxima à Estação de jardineiras foi ocupada por construções improvisadas para a venda de mercadorias (figura 5.1.2). Ou seja, mesmo sem a estrutura do Mercado, a região preservou sua vocação comercial, até a inauguração de um novo Mercado Municipal, em 1958. Esse, um exemplar da Arquitetura Moderna, incorporou não só a área do antigo edifício, como também o largo onde fora instalada a Estação e o setor ocupado pelas barracas comerciais, mantendo-se em frente alguns dos estabelecimentos de Antonio Diederichsen na Rua José Bonifácio (figura 5.1.12). Destaque-se o registro de uma proposta anterior ao projeto definitivo do novo Mercado Municipal, aprovada em 1951, que revelou uma

Municipal também acordou que estabeleceria, por lei, a obrigatoriedade da Estação como ponto de chegada e partida de todas as linhas municipais e intermunicipais, com exceção das linhas urbanas, de ônibus ou jardineiras.

Ao divulgarem a eminente conclusão da obra, notícias publicadas em outubro de 1934 comentaram algumas das comodidades que seriam oferecidas pela Estação, como um departamento de bagagem, e destacaram aspectos estéticos daquela construção:

> ESTAÇÃO JARDINEIRAS – Acha-se em vias de conclusão devendo ser inaugurada dentro de poucos dias, a estação de Jardineiras, construída pelo sr. Antonio Diederichsen, na praça do Mercado, nesta cidade.
>
> Obedecendo a requisitos modernos e de estylo a satisfazer plenamente a sua finalidade, a estação de jardineiras era um dos melhoramentos que vinham há tempos sendo exigidos pela nossa população e das cidades vizinhas que se servem daquelle meio de transporte.
>
> Ali o passageiro encontrará sempre o conforto de que necessita, departamento para bagagem e tudo mais necessário em um estabelecimento daquella natureza. (RIBEIRÃO..., 21/10/1934, p. 8).
>
> ESTAÇÃO DE JARDINEIRAS – Deverá ser inaugurada dentre em breve a estação de jardineiras construída pelo sr. Antonio Diederichsen, na praça do Mercado. De construcção solida e reunindo todos os requisitos indispensáveis ao fim a que se destina e obedecendo ás mais modernas normas de esthetica e de elegância, o novo edifício a ser inaugurado vem a preencher uma lacuna de há muito notada em nossa cidade, centro de irradicação de innumeras linhas de jardineiras. (ESTAÇÃO..., 1934, p. 9).[376]

---

concepção com estética e composição Art Déco elaborada pelo engenheiro Nelson Rodrigues Nobrega, a evidenciar o alcance desse gosto nos anos seguintes à construção do Edifício Diederichsen. Portanto, a extinção da Estação de jardineiras construída por Antonio Diederichsen ocorreu no intervalo entre o incêndio do primeiro Mercado Municipal, em 1942, e a inauguração de um novo Mercado Municipal, em 1958. Em 1959 a Estação de ônibus teria sido transferida para o "Triangulo" e, entre 1960 e 1963, retornou à frente do Mercado Municipal. Depois, em meados da década de 1960, voltou a se localizar no "Triangulo" até a mudança definitiva para o local atual, na Av. Jeronimo Gonçalves, em 1976, após a inauguração da Rodoviária em área anteriormente ocupada pela Estação Ferroviária Mogiana. Um orçamento feito pelo engenheiro Helio Foz Jordão, em março de 1956, para a construção da "segunda rodoviária" (CIONE, 1977, p. 933), sugere que o projeto para a antiga Rodoviária do Triângulo, onde atualmente se localiza o Corpo de Bombeiros, pode ter sido realizado por esse engenheiro.

[376] Logo abaixo dessa notícia, o Correio Paulistano informou sobre a realização de uma "kermesse" em prol da Igreja S. José para a construção de uma Escola Apostólica. Diversos donativos foram recolhidos e, entre eles, estava o "par de vasos de Crystal finíssimo" doado por Antonio Diederichsen (PRÓ ESCOLA..., 1934, p. 9). Para além do donativo em si, certamente insignificante para o empresário que comercializava esse tipo de item, é

Inaugurada em novembro de 1934, a Estação também adotou elementos da linguagem Art Déco, como o perfil escalonado da platibanda, a marquise, o basculante e o desenho das colunas e pilastras (figura 5.1.2).[377] Desse modo, associou-se não só à estética do Edifício Diederichsen, naquele momento em aprovação, como à de outros edifícios construídos a partir de então e ao novo prédio ABC que começou a ser executado em 1939 (figura 5.1.4). A vinculação com esse último não se encerrou nos atributos estéticos e construtivos, estendendo-se aos domínios simbólicos que se ancoravam na relação pioneira de Antonio Diederichsen com os automóveis.[378]

Se na década anterior o empresário ganhara notoriedade como um próspero comerciante e industrial que investira em negócios diversos, incluindo itens que até aquele momento ainda estavam se iniciando na cidade – como a venda de automóveis e serviços ligados a eles –, ao longo da década de 1930 seu interesse em empreender de forma inovadora, atento às mudanças pelas quais passava a sociedade, se materializou nas construções de grande vulto que promoveu, tornando-se essa uma marca de sua atuação em Ribeirão Preto.

---

interessante observarmos a recorrente referência ao seu nome em notícias sobre ações em benefício da cidade, de instituições religiosas ou filantrópicas. A colaboração de Antonio Diederichsen, ou sua empresa, em quermesses, foi comum durante os anos em que atuou na cidade, como em 1936, quando seus funcionários patrocinaram a festa realizada em benefício do Asilo Padre Euclides (ASILO..., 1936, p. 10).

[377] O projeto da edificação não foi localizado no acervo do APHRP, mas algumas imagens desse local permitem visualizarmos características de suas fachadas.

[378] A construção da Estação por Antonio Diederichsen teria sido, inclusive, vinculada ao fato de o empresário possuir um posto de combustível (CIONE, 1997, p. 931). Além do posto de abastecimento e da venda automóveis particulares, Antonio Diederichsen também ofertava veículos maiores, que eram importados diretamente para Ribeirão Preto, como se pode verificar em documentos da empresa entre 1945 e 1948. Em outubro de 1948, a Cia. Comércio Indústria Antonio Diederichsen apresentou à Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto os valores de uma "motoniveladora" à diesel e um "escarificador", considerando o "frete marítimo" sobre o valor de fábrica e a taxa de câmbio naquela data. Em janeiro do ano seguinte, outro documento informou a autorização do embarque dos veículos, apresentando o valor total e opção de pagamento parcelada, com juros contados a partir da entrega das máquinas (APHRP, Inventário Geral, Cx. 34, Reg. 770). Em novo contrato com a Prefeitura de Ribeirão Preto firmado em 1948, o "A.B.C. Antigo Banco Constructor Cia. Comércio Indústria 'Antonio Diederichsen'" confirmou a venda e emitiu as faturas de quatro automóveis "FORD" e uma caminhonete, essa última já entregue naquela data (APHRP, Inventário Geral, Cx. 35, Reg. 792). A entrega dos demais veículos foi registrada em uma fotografia que compõe o acervo fotográfico do APHRP (APHRP, Acervo Fotográfico – F570).



Figura 5.1.2 – Estação de jardineiras. Na primeira foto, observa-se os veículos estacionados em frente à construção de arquitetura Art Déco, com marquise e platibanda serrilhada. Abaixo, na segunda foto, a vista a partir da Rua São Sebastião mostra a Estação no canto direito da imagem e a movimentação de passageiros no local. Em frente estão localizadas as barracas instaladas após o incêndio do Mercado. Adiante, avista-se o conjunto de edifícios do Antigo Banco Constructor, já com a prédio ampliado na esquina com a Rua Saldanha Marinho.

Ano: 1940 (acima) / 1948 (abaixo) | **Autor:** Photo Sport (acima) / Gullaci (abaixo)

Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F212 (acima) / F189 (abaixo).

5.1.2 AMPLIAÇÕES NO ANTIGO BANCO CONSTRUCTOR - A.B.C. (1939-1941)

Após a construção da Estação de jardineiras, a nova empreitada de Antonio Diederichsen na região central de Ribeirão Preto foi destinada à ampliação das instalações do Antigo Banco Constructor e chegou ao conhecimento da população pouco mais de dois anos depois da inauguração do Edifício Diederichsen:

> NOVO EDIFICIO DIEDERICHSEN – O sr. Antonio Diederichsen, grande benemerito de Ribeirão Preto, construirá nesta cidade mais um moderno edifício, que receberá a denominação de "Predio A.B.C."
> O referido prédio medirá 150 metros de frente, para as ruas Saldanha Marinho, São Sebastião e Americo Brasiliense. Na Rua Saldanha Marinho terá três pavimentos, sendo o térreo "mezanino e andar superior. Para a rua São Sebastião haverá ainda um andar inferior com entrada para garage e officinas. Em muito lucrará Ribeirão Preto com a construcção desse edifício. (NOVO EDIFÍCIO..., 1939, p. 17).

Uma notícia inusitada sobre um acidente envolvendo dois veículos – um ônibus que seguia pela Rua São Sebastião e possivelmente se dirigia à Estação de jardineiras, e um caminhão carregado com mudança – na esquina entre as ruas São Saldanha Marinho e São Sebastião, também associou essas duas edificações empreendidas por Antonio Diederichsen ao informar sobre o grande dano causado pela colisão nas construções que se procediam no Antigo Banco Constructor (CHOQUE..., 1939, p. 10). Mesmo não sendo possível aferir o impacto desse episódio ocorrido no final de 1939, fato é que as obras tiveram continuidade e o novo edifício ABC foi inaugurado em setembro de 1941.[379]

Após as sucessivas expansões dos seus estabelecimentos, ocorridas a partir da primeira década do século XX, na quadra entre as ruas José Bonifácio, São Sebastião Saldanha Marinho e Américo Brasiliense, mais uma vez essa região receberia expressiva intervenção. Ao redefinir alguns trechos do Antigo Banco Constructor, incorporaram-se terrenos que até 1931 ainda não pertenciam ao empresário (figura 5.1.3). Assim, em poucos anos, as faces voltadas para as ruas Saldanha Marinho e Américo Brasiliense além de terem sido definitivamente conformadas pelo ABC, também estabeleceram uma nova identidade aos negócios dirigidos por Antonio Diederichsen.

---

[379] O projeto desse edifício não foi encontrado no acervo de Obras Particulares do APHRP. Em 1952 essa esquina recebeu um semáforo, a indicar a possível recorrência de acidentes nesse cruzamento (figura 5.1.5).

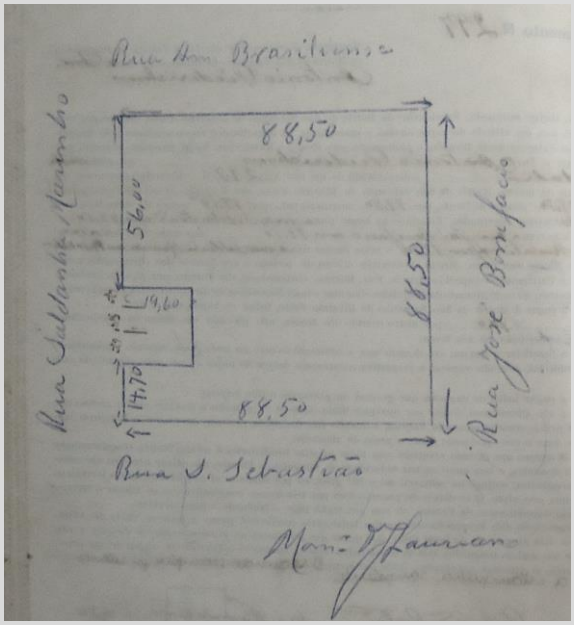


Figura 5.1.3 – Ao lado, croqui no verso da escritura de aforamento da Fábrica do Patrimônio da Matriz de São Sebastião de Ribeirão Preto a Antonio Diederichsen, com indicação da área em questão, delimitada pelas ruas Américo Brasiliense, José Bonifácio, São Sebastião e Saldanha Marinho.
Data: 10/02/1930
Autor: Fábrica da Matriz de São Sebastião de Ribeirão Preto (Aforamento n. 297, registrado no verso da folha 305 do livro 04)
Fonte: Arquivo particular de Dirceu Piccinato Junior (2014).



Figura 5.1.4 – Edifício ABC, na esquina entre as ruas Saldanha Marinho e São Sebastião, ocupando toda a extensão da quadra voltada para a Rua Saldanha Marinho. | **Ano:** 1948 | **Autor:** Photo Gullaci Rib Preto
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F196.



Figura 5.1.5 – Inauguração do semáforo na esquina entre as ruas Saldanha Marinho e São Sebastião, com a presença Antônio Diederichsen (de bengala).
Data: 28/03/1952
Autor: Photo Gullaci Rib. Preto
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F208.



Figura 5.1.6 – Inauguração do novo edifício ABC, com solenidade que contou com discursos ao microfone (acima e centro) e registro do grupo de homens que compunham a empresa dirigida por Antonio Diederichsen, sentado à mesa, na sala do diretor.
Data: 21/09/1941
Autor: Gullaci (acima e centro) / Photo Sport (abaixo)
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F494 (acima) / F195 (centro) / F492 (abaixo).

Mesmo mantendo alguns símbolos ostentados nas fachadas das edificações pregressas (figura 2.1.14), as novas construções se associaram à linguagem Art Déco (figura 5.1.4) reverenciada no Edifício Diederichsen. Estabeleciam-se, assim, vínculos, estéticos, simbólicos e econômicos entre alguns dos investimentos do empresário, a partir da construção do Edifício Diederichsen. Ademais, a iniciativa evidenciou que, pouco tempo após o vultoso investimento na execução do prédio com maiores dimensões erigido até então na cidade, Antonio Diederichsen já se mostrava financeiramente capaz de empreender novamente, interessado em ampliar ainda mais os seus estabelecimentos em Ribeirão Preto. O evento de inauguração contou com a presença de personalidades ilustres da cidade, como o prefeito Fabio Barreto e representantes da imprensa de Ribeirão Preto, como Costabile Romano, Sebastião Porto e Sebastião Fernandes Palma, que discursaram ao lado de Antonio Diederichsen, seu sócio Manoel Penna e demais funcionários presentes no local, a reforçar o caráter publicitário da cerimônia (figura 5.1.6). Ostentando uma grande bandeira do Brasil fixada no alto da porta com a denominação “Sala Sulacap”, o registro da inauguração do prédio refletiu não só um novo momento da empresa, como um novo contexto político, em que possíveis rivalidades ocorridas no início da década anterior, derivadas da posição assumida por Antonio Diederichsen em favor da Revolução Constitucionalista e contrária ao grupo de representantes capitaneados por Getúlio Vargas, provavelmente já haviam sido superadas.

Nesse mesmo ano, uma foto do interior do salão comercial registrou a extensão e amplitude do novo estabelecimento, que também possuía mezanino, além da multiplicidade de artigos oferecidos no ABC (figura 5.1.7 - acima). No primeiro plano da figura, peças de louça e cristal, utilitárias ou decorativas, estavam expostas em balcões e armários cristaleiras que pareciam caracterizar uma das seções da loja. Na sequência, outros utensílios domésticos, como talhas cerâmicas e pequenos recipientes, dividiam espaço com equipamentos maiores, como cofres e cilindros metálicos. Logo após estava posicionado o balcão central onde ficavam os vendedores e, mais ao fundo, observava-se o setor de iluminação, com diversos modelos de luminárias pendentes e abajures em exposição. Por fim, um automóvel era exibido no piso mais elevado da loja, no setor próximo ao posto de combustível. A variedade de produtos e a forma como eram dispostos remeteram à organização de uma loja de departamentos diversos, mas voltada, sobretudo, para artigos domésticos.



Figura 5.1.7 – Vistas do interior do edifício ABC em dois momentos. Acima, a configuração de planta livre, com pilares, vigas e lajes aparentes, conforme projeto de 1939. Abaixo, a disposição empregada nas edificações anteriores, com forro de madeira e compartimentação interna estabelecida pelo mobiliário. | **Data:** 1941 (acima) / 1945 (abaixo) | **Autor:** não identificado (acima) / Photo Gullaci (abaixo)
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F495 (acima) / F210 (abaixo).

O espaço arquitetônico concebido em 1939 foi fundamental para que a loja adotasse essa configuração de departamentos, pois além do sistema estrutural com lajes, vigas e pilares em concreto armado, que não exigiam a compartimentação interna do salão com paredes de alvenaria, esses elementos estruturais foram mantidos aparentes, de forma a garantir que os produtos expostos pudessem ser vistos de variados pontos no interior do estabelecimento e também de fora dele, já que o prédio possuía amplas aberturas de portas e janelas voltadas para as calçadas. Além disso, observa-se o desenvolvimento de variadas alturas de pisos, em que os diferentes platôs, além de acompanharem a solução derivada do aproveitamento do terreno com suave declive ao longo da Rua Saldanha Marinho, também setorizavam os departamentos. Essa organização foi evidenciada até mesmo na fachada, que apresentou a indicação de cada setor em letreiros luminosos instalados acima da marquise (figuras 5.1.15 e 5.1.16).

Nesse sentido, é interessante observarmos a adoção de solução espacial distinta da que fora estabelecida para o pavimento comercial do Edifício Diederichsen, concebido cinco anos antes e que empregara não só o mesmo sistema estrutural, como também a mesma vinculação estilística do novo prédio do Antigo Banco Constructor. As diferentes propostas resultaram das também distintas ocupações previstas para as duas construções de Antonio Diederichsen. Apesar de manterem o uso comercial, o térreo do Edifício Diederichsen foi projetado para múltiplos estabelecimentos, de modo a garantir o rendimento do proprietário com a locação daqueles espaços. Já o novo edifício ABC. seria utilizado apenas pela sua empresa, em seus múltiplos ramos (figuras 5.1.8 a 5.1.9).[380]

---

[380] A título de exemplo, mencionamos a lista de profissionais e empresas em atividade em Ribeirão Preto publicadas pelo *Almanak Laemmert* ao longo de 1935, 1936, 1937, 1938 e 1940, quando o nome de Antonio Diederichsen foi informado em diversos ramos: “Automóveis e Acessórios”, na Rua Saldanha Marinho; “Madeiras (Deposito de)” e “Madeiras e Materiais de Construcção”, “Ferragens, Louças e Tintas (lojas de)”, agente de “Seguros” da Sul América Capitalização, e “Maquinas para indústria e lavoura”, na Rua São Sebastião; além de “Fundições”, “Serrarias” e “Oficinas Mecânicas”, na Rua Joaquim Nabuco. Em 1935, edições da *Folha da Manhã* também indicavam o “Antigo Banco Constructor - machinas agrícolas em geral”, como uma das empresas representantes do setor comercial da cidade. Interessante observar que a empresa de Antonio Diederichsen não aparecia entre os indicadores do setor de “automóveis”, representado apenas pelo “Posto e Garage Eduardo – gasolina, óleo, lubrificação”, na Rua do Commercio, embora já prestasse esse serviço no edifício aprovado em 1931, na esquina entre as ruas Saldanha Marinho e Américo Brasiliense (figuras 2.2.33 e 2.2.34). Em 1935, a produção industrial do “Antigo Banco Constructor de Antonio Diederichsen” também ganhou notoriedade com a fabricação de turbinas centrifugas, construídas em suas oficinas e destinadas à fabricação de açúcar para João Marchesi, em Sertãozinho.



Figura 5.1.8 – Setor de eletrodomésticos e eletrônicos do ABC, com exposição de geladeiras, rádios e mobiliário de escritório | **Data:** 1940 | **Autor:** Gullaci | **Fontes:** APHRP, Acervo Fotográfico – F490



Figura 5.1.9 – Cabeçalho de bloco de notas do Antigo Banco Constructor, com os endereços telegráficos "Constructor" das diversas seções: escritório, ferragens, automóveis, garagem, serraria, mecânica, e Posto Diederichsen. | **Fonte:** ARQUIVO NACIONAL, 1941, p. 33/73.



Figura 5.1.10 – Propaganda da Companhia Comercio e Indústria "Antonio Diederichsen". O anúncio destaca o ano de fundação da empresa, em 1903, e suas diversas atuações, com comércio de máquinas, ferragens, tintas, automóveis e acessórios, materiais para instalação elétrica, artigos de refrigeração, cristais, louças e artigos para presentes; além da prestação de serviços de serraria, mecânica, fundição, posto de combustível gasolina, óleos e fabricação de parafusos. | **Ano:** 1956 | **Fonte:** COMPANHIA COMÉRIO E INDUSTRIA..., 1956, p. 1.

Considerando a necessidade de expansão do Antigo Banco Constructor em 1939, é de se supor que o empresário pudesse ter optado por transferir parte dos seus negócios para o Edifício Diederichsen a partir de meados de 1936, quando áreas do térreo desta edificação já estavam em atividade. Contudo, o fato de não o ter feito parece sugerir tanto a sua satisfação com o local de instalação da empresa na cidade – estabelecida na mesma quadra desde o início de suas operações – como, igualmente, diferenças entre as regiões onde o Edifício Diederichsen e o Edifício ABC se implantaram, as quais, embora próximas, possuíam vocações específicas.[381] Nesse contexto, ainda que o entorno da Praça XV de Novembro e da Praça 13 de Maio fossem as áreas mais nobres da cidade, onde se localizavam os comércios e serviços especializados, a progressão dos negócios do Antigo Banco Constructor nas adjacências do Mercado Municipal, em área próxima à Estação Ferroviária Mogiana, indicou que o empresário também soube vislumbrar a oportunidade de incorporar em seu conjunto de caráter multiuso o comércio de artigos especializados.

O sucesso do espaço ampliado com o projeto aprovado em 1939 para a Rua Saldanha Marinho parece ter se mostrado até mesmo insuficiente, já que, no mesmo ano em que essa parte do ABC foi inaugurada, Antonio Diederichsen apresentou novo projeto à municipalidade, a ampliar ainda mais a renovação do estabelecimento. A proposta aprovada em fevereiro de 1941 esclareceu que a reforma anterior não englobava o posto de combustível construído em 1932 (figuras 2.2.32 e 2.2.34), tampouco as áreas voltadas para as ruas Américo Brasiliense ou José Bonifácio, restringindo-se à esquina para onde em 1922 foram concebidos dois armazéns e um depósito de máquinas (figura 2.2.2), e ao trecho da Rua Saldanha Marinho que até 1931 ainda não era ocupado pelos negócios de Antonio Diederichsen (figura 2.2.37). Em 1941, o “projecto para ampliação do prédio em construção a Rua Saldanha Marinho” foi concebido pelo engenheiro Armindo Paione e partia do posto na esquina entre as ruas Saldanha Marinho e Américo Brasiliense, seguindo por ela até a Rua José Bonifácio, aparentemente englobando a área da edificação

[381] Estudos desenvolvidos por Calil Junior (2003) sobre o centro de Ribeirão Preto apontam que o período entre as décadas 1920 e 1940 marcou a segunda expansão do centro, quando as diversas atividades comerciais surgidas nas décadas anteriores passaram a disputar espaço com as residências ali instaladas. O período evidenciou a funcionalização dessa área em dois setores: Estação Mogiana e Praça XV de Novembro, em que o primeiro teria se caracterizado por atividades relacionadas ao transporte ferroviário, comércio atacadista e indústrias, enquanto no segundo estavam localizados comércios de artigos importados e serviços diversos, além de atividades de cultura e lazer, órgãos públicos, agências bancárias e associações de classe.

projetada em 1929 por Paschoal de Vincenzo (figura 5.1.12), enquanto as demais construções do conjunto mantiveram-se com o aspecto anterior[382] (figura 5.1.11).

O posto de combustível foi reformulado e ampliado, passando a contar com espaçosa oficina para consertos de automóveis (figura 5.1.10). A parte frontal do estabelecimento recebeu sala de espera e escritório, box para lavagem e lubrificação de carros, almoxarifado, depósito de lubrificantes e sanitários para clientes e funcionários, que também dispunham de vestiário conectado à oficina. Essa nova área se desenvolvia ao longo do setor confrontante com a Rua Américo Brasiliense, aproveitando-se do declive dessa via para criar um pavimento com lojas abaixo da oficina (figuras 5.1.13 e 5.1.14).

Quatro amplos salões ocuparam a parte inferior do trecho iniciado a partir do alinhamento com o posto de gasolina, dos quais um deles servia apenas como espaço complementar a outro estabelecimento, já que possuía menor altura de pé direito. Para esse setor foram propostos três espaços comerciais, cada um com seus sanitários, feminino e masculino, ao fundo, além de acessos frontais independentes. Dois deles possuíam entrada pela Rua Américo Brasiliense e o terceiro, pela Rua José Bonifácio. Com malha estrutural em que os pilares mantinham espaçamento regular com cerca de cinco metros, esse projeto refletiu uma solução construtiva que tirou maior proveito da técnica adotada, quando comparada às demais edificações dos negócios de Antonio Diederichsen nessa quadra nas décadas anteriores, evidenciada pela conformação de dois pavimentos e pela composição de fachada com vãos de abertura mais amplos (figuras 5.1.13 e 5.1.14).

---

[382] Em 1941, tanto Paschoal de Vincenzo, quanto Antonio Terreri, permaneceram como profissionais inscritos na Diretoria de Obras de Ribeirão Preto. Encabeçando a lista estava o nome de “Dr. Nelson Rodrigues Nobrega. Engenheiro de Minas e Civil”, seguido por outros engenheiros que também tinham seus nomes iniciados pelo título de doutor, como “Dr. Armindo Paione – Engenheiro de Minas e Civil” (autor do projeto do edifício ABC em 1941), “Dr. Dario Cordovil Guedes – Engenheiro Civil”, “Dr. Carlos Catelli Gandolfo – Engenheiro de Minas e Civil” e “Dr. Walter Saraiva Kneese – Engenheiro Architecto”. Além desses, Hugo Carl foi relacionado como Engenheiro Eletricista, Mario Silvio Polaco como Engenheiro Industrial e Galiano Ciampaghia como Engenheiro Arquiteto. Entre os licenciados, a maioria dos profissionais era construtor, como Antonio Ristori, Pedro Girotto, Alexandre Setti, José Dompietro, Nicolau Terreri, Sabatino Terreri e Antonio Zambroni; ou projetista construtor, como no caso de Joaquim Gervasio dos Santos e Vicente Azenari. Outros práticos licenciados eram arquitetos, como Baudilio Domingues, Guilherme Rosada, Ernesto Terreri, Aristides Finotti, Paschoal de Vincenzo e Antonio Terreri. Apenas Francisco Verroni foi relacionado somente como “Architeto” e José Esteves Mano Filho, como “architeto, construtor e agrimensor”. O documento foi assinado por Cicero Martins Brandão, que também atuava na construção civil no município, em 23/12/1941 (APHRP, Inventário Geral, Cx. 10).



Figura 5.1.11 – Vista do Mercado Municipal com obras em finalização. No canto direito da foto, observa-se o edifício ABC ampliado conforme projeto de 1941 e trechos que permaneceram como anteriormente, nas ruas José Bonifácio e São Sebastião. | **Data:** 12/12/1958 | **Autor:** não identificado. Editado por Tatiana S. Gaspar. | **Fonte:** APHRP, Acervo Fotográfico – F676.

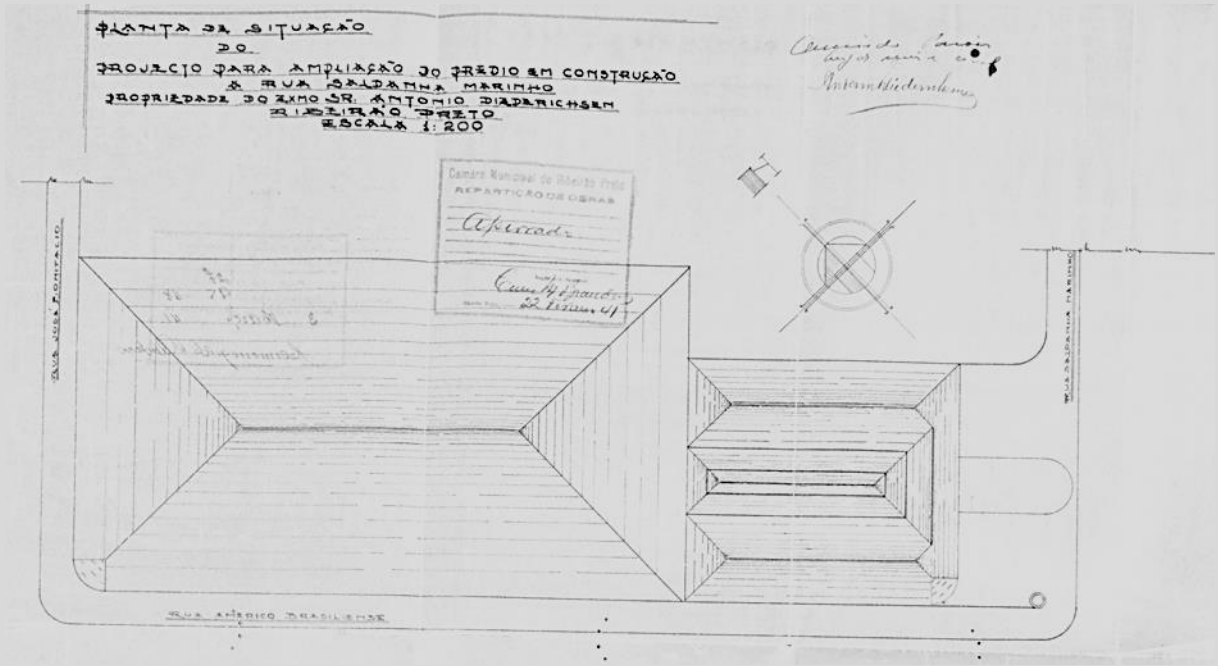


Figura 5.1.12 – Planta de Situação do projeto para ampliação do prédio em construção à Rua Saldanha Marinho, propriedade de Antonio Diederichsen. | **Dia/Mês/Ano:** 08/01/1941 | **Autor:** Armindo Paione – Eng. Civil. | **Fonte**: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Particulares, n. 27, 1941.

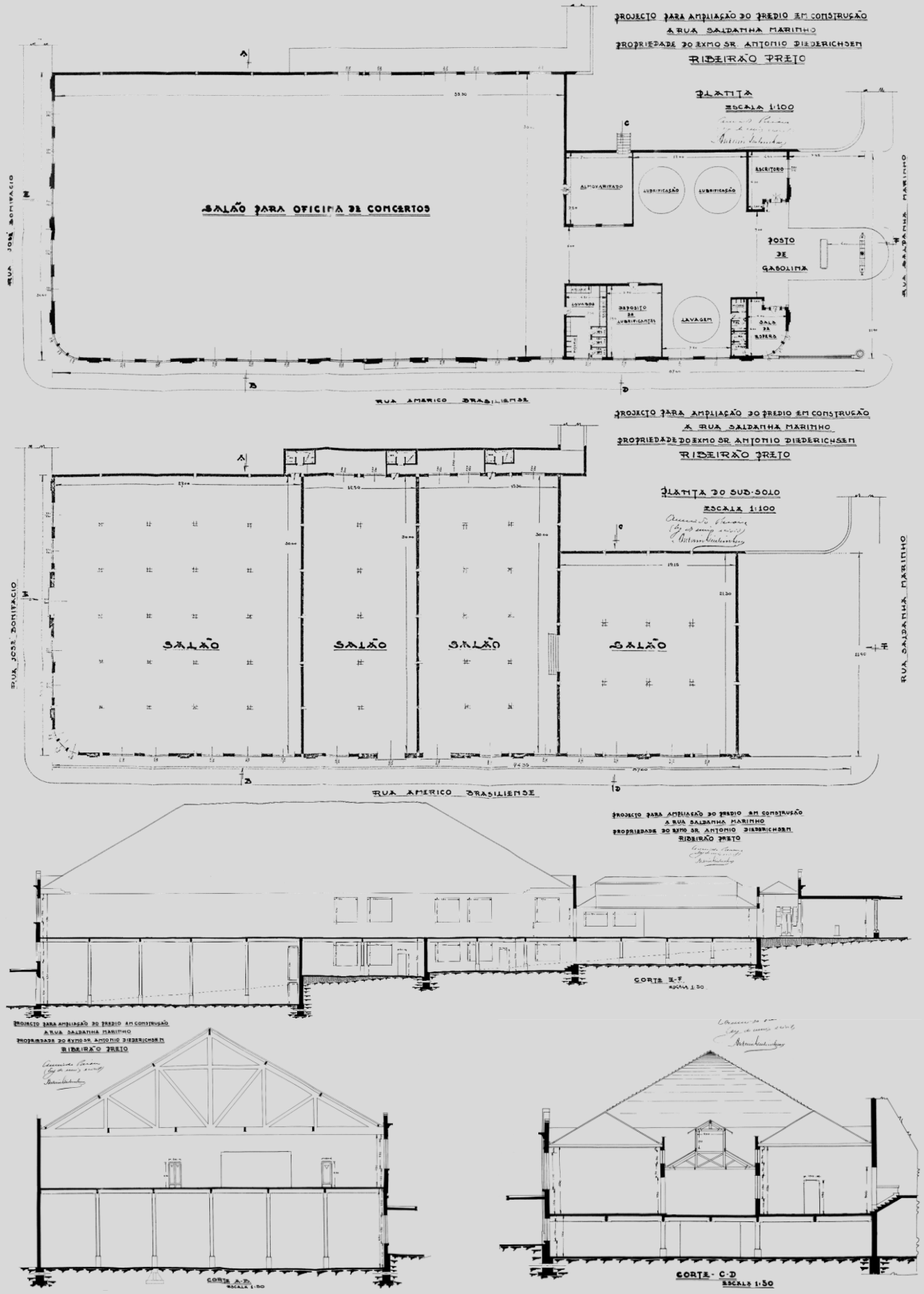


Figura 5.1.13 – Projeto de ampliação do edifício ABC. De cima p/ baixo: planta do pavimento da oficina (observa-se conexão com o setor de automóveis do edifício recém-ampliado), planta do pavimento dos salões e corte EF (longitudinal). Abaixo, cortes transversais: corte AB (esq.) e corte CD (dir.). **Dia/Mês/Ano:** 08/01/1941 | **Autor:** Armindo Paione – Eng. Civil | **Fonte**: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Particulares, n. 27, 1941.

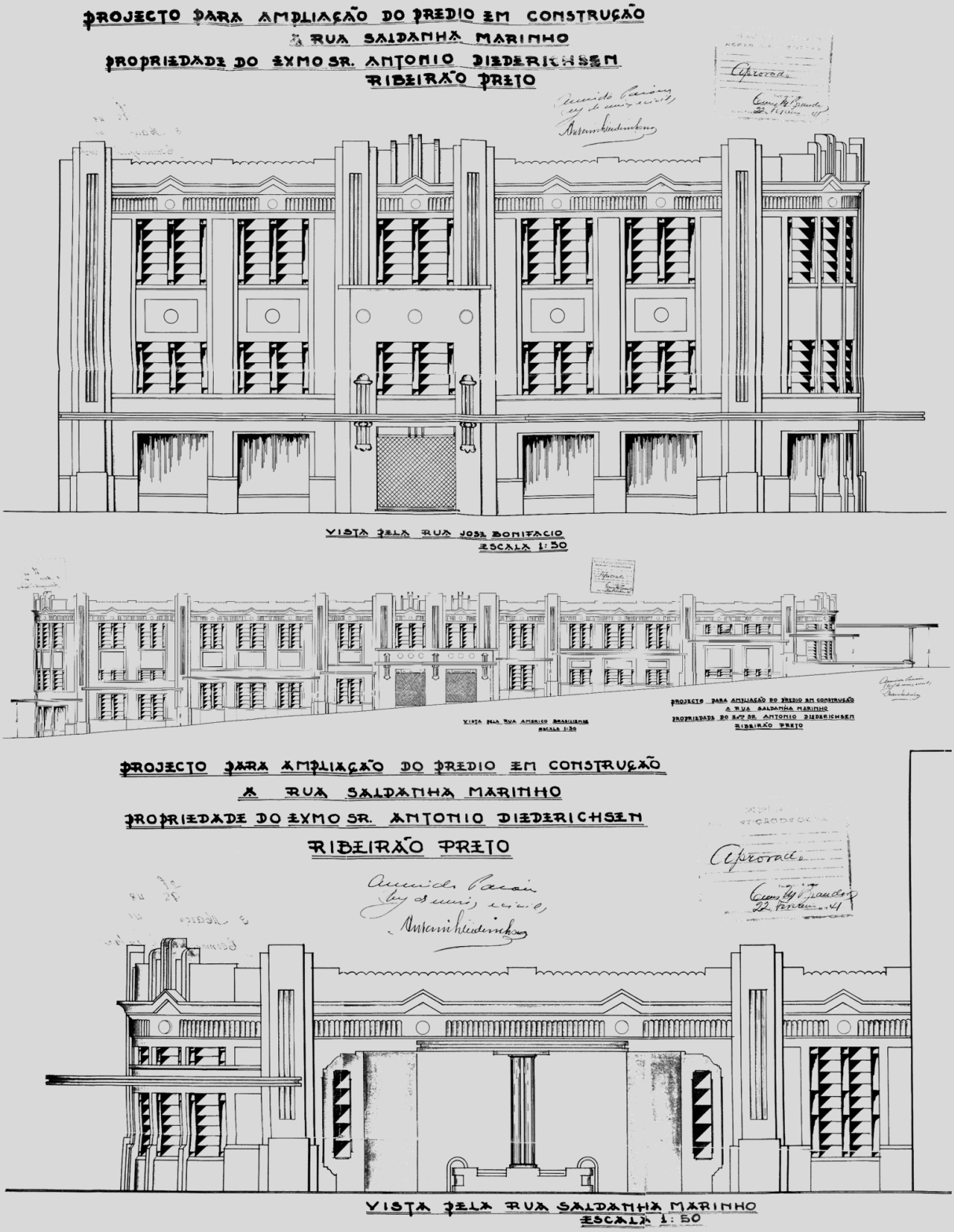


Figura 5.1.14 – Fachadas do projeto para ampliação do Edifício ABC. Acima, vista da fachada voltada para a Rua José Bonifácio, esquina com a Rua Américo Brasiliense. No centro, fachada da Rua Américo Brasiliense. Abaixo, fachada do posto de combustível voltado para a Rua Saldanha Marinho, esquina com a Rua Américo Brasiliense. | **Dia/Mês/Ano:** 08/01/1941 | **Autor:** Armindo Paione – Eng. Civil
Fonte: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Particulares, n. 27, 1941.



Figura 5.1.15 – Posto e Edifício ABC ocupando toda a face voltada para a Rua Saldanha Marinho na quadra entre as ruas São Sebastião e Américo Brasiliense, de acordo com os projetos de 1939 (abaixo) e 1941 (acima).

Ano: 1954 | **Autor:** Photo Gullaci Rib Preto

Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F198 (acima), F197 (abaixo).

Além da associação estética ao Art Déco, que desenhava na platibanda um perfil serrilhado a enfatizar alguns pontos de maior destaque da edificação (figuras 5.1.14 e 5.1.15), a instalação de letreiros luminosos nas fachadas completou a imagem de modernidade almejada para o novo conjunto (figura 5.1.15 e 5.1.16). O projeto de "letreiro luminoso de alta tensão projetado por Gaz Neon Panno Ltda." foi aprovado em 1941 e sua a execução ficou a cargo da empresa projetista, que possuía sede em São Paulo e no Rio de Janeiro.[383] O projeto detalhou a proposta e instalação de cinco letreiros, sendo os dois maiores com 6 metros de altura, para o posto de combustível, e com 1,6 metros de altura, com as iniciais ABC. O maior letreiro foi concebido para fixação lateral no posto, com especificação da marca "Ford" e suas linhas "Dunlop" e "Gargoyle Mobiloil" entre os serviços prestados: "carros, peças, serviços pneus e câmaras". Sua posição, dimensão e altura permitiam que fosse avistado ao longe, já que a parte edificada do posto era recuada da calçada e, com a ampliação da fachada do novo prédio, a visualização desse setor do conjunto seria parcialmente interrompida (figuras 5.1.15 e 5.1.16). Já o letreiro do ABC estava no topo mais alto da edificação, demarcando a distinção proposta para sua entrada principal no centro da fachada (figuras 5.1.15 e 5.1.16).

Outros luminosos foram instalados acima da marquise – que tanto se integrava à composição Art Déco do edifício, com distintos tratamentos para a base, corpo e coroamento da edificação, como garantia, assim como ocorrera no Edifício Diederichsen, a proteção dos pedestres ao longo da calçada, que poderiam apreciar com maior conforto a contemplação dos espaços comerciais no rés-do-chão. Esses luminosos, menores, indicavam os diferentes departamentos da loja no térreo (figura 5.1.16). O setor de louças estava posicionado junto à esquina com a Rua São Sebastião e correspondia à seção de "louças e artigos finos para presentes", sendo chefiada por Euclydes Ferreira Vianna, com "variado sortimento de louças porcelanas, cristais, objetos de metal para adornos e uso doméstico" (PORTO, 1953, p. 47). O setor de ferragens localizava-se no centro do prédio e foi gerenciada por Ernesto Tonzar. Segundo a publicação comemorativa dos 50 anos do ABC, era o "principal ramo em que se especializou a Cia. Com. Ind. 'Antonio Diederichsen', com vasto e variado sortimento de ferragens para todos os fins" (PORTO, 1953, p. 46), abrangendo até mesmo utensílios e pequenos recipientes domésticos de metal.

---

[383] APHRP, Coleção Terreri.

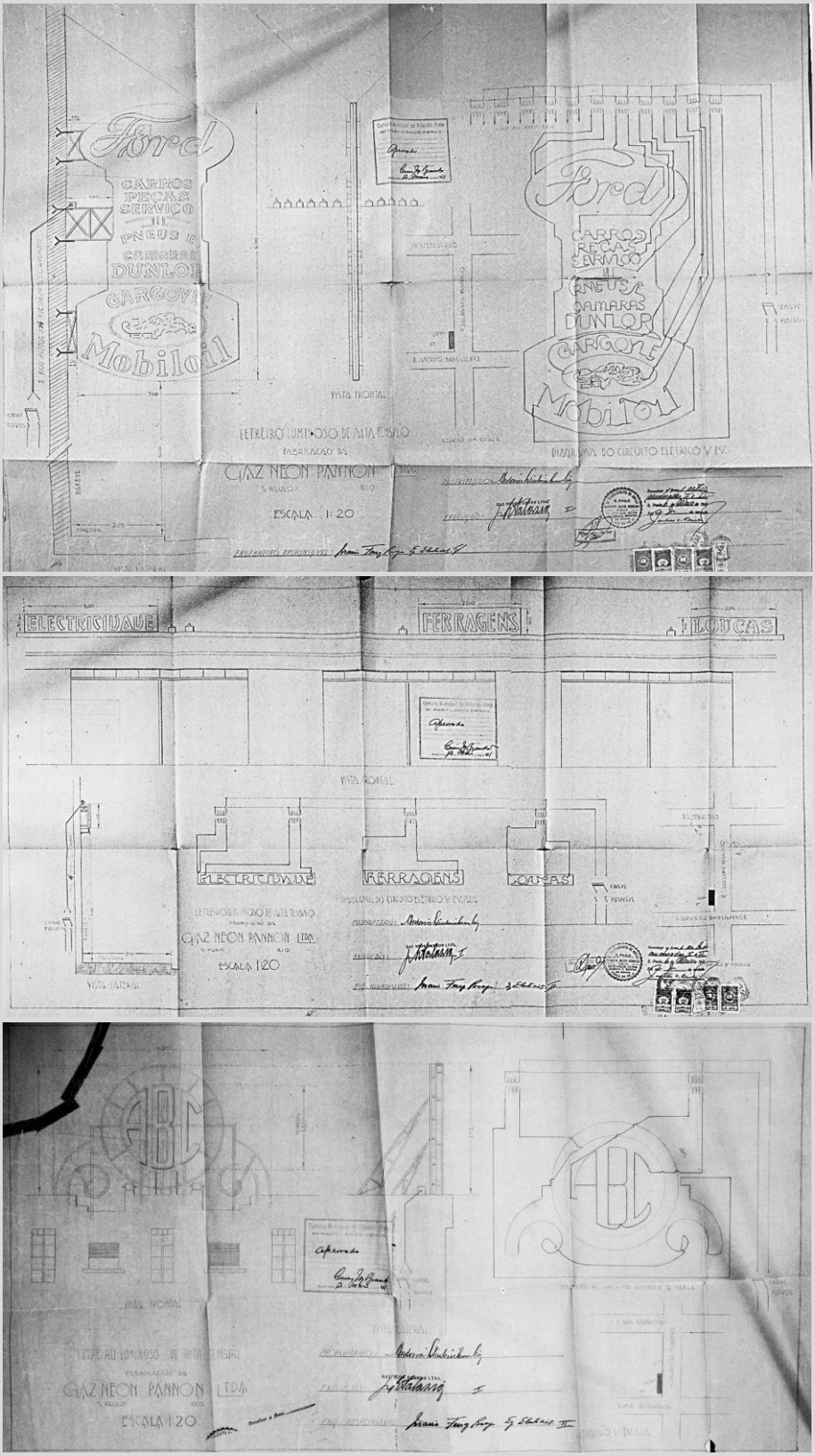


Figura 5.1.16 – Projeto para instalação de letreiros luminosos de alta tensão fabricados pela "Gaz Neon Pannon Ltda." para o edifício ABC. | **Dia/Mês/Ano:** 06/05/1941 | **Fonte**: APHRP, Coleção Terreri.



Figura 5.1.17 – Seções da Cia. Comércio e Indústria Antonio Diederichsen em 1953, na publicação comemorativa dos 50 anos do Antigo Banco Constructor. | **Fonte:** PORTO, 1953, p. 45-58.

Próximo à esquina com a Rua Visconde de Inhaúma estava o setor de eletricidade, que oferecia utilitários para o interior doméstico, como “refrigeradores, fogões, lustres, candelabros, enceradeiras e demais artigos elétricos” (figura 5.1.17) e tinha Waldemiro Diniz Guimarães como chefe (PORTO, 1953, p. 46). Ao seu lado estava a seção de automóveis, gerida por Henrique Pierotti, e que embora não possuísse um letreiro específico, tinha destaque por ser vizinho ao posto de combustível. Nessa seção eram expostos e comercializados veículos da marca FORD, da qual o Antigo Banco Constructor era concessionário desde 1932 (figura 5.1.17). O setor ainda contava com uma seção de venda de peças e artigos da mesma marca, como “óleos lubrificantes, pneumáticos e acessórios para automóveis, caminhos e tratores”, chefiada por Antonio Roteta (PORTO, 1953, p. 46). A partir dali, o edifício projetado em 1941 complementava o departamento de produtos e serviços relacionados aos veículos, com oficinas especializadas em diversos tipos de consertos, cada uma com seu próprio profissional responsável (figura 5.1.17).[384]

Ao redefinir sua inserção no ambiente urbano a partir de um conjunto de edifícios que ocupou toda uma quadra e oferecia serviços e produtos diversos, mas especializados, poucos anos após a construção do Edifício Diederichsen, Antonio Diederichsen reforçou seu poder econômico na cidade. Para tanto, a linguagem da arquitetura Art Déco, ao evocar mensagem de progresso, fixou-se como marca de seus investimentos, sendo renovada na construção empreendida pela Cia. Comércio e Industria Antonio Diederichsen nos anos seguintes, como veremos a seguir.

---

[384] A oficina para consertos de automóveis era chefiada por Luiz Ferrero e oferecia “aparelhamento completo para automóveis FORD”, além dos serviços de tapeçaria e pintura. Nela havia uma seção de mecânica chefiada por José Hermoso, para testes em motores FORD e, outra, para consertos e reformas de automóveis em geral, chefiada por Arnaldo Capuzzo. Além disso, o posto para abastecimento também realizava serviços de lavagem e lubrificação de automóveis, caminhões e tratores, sendo chefiada por José Augusto da Costa. Havia ainda a seção de “expedição”, chefiada por Guilherme Faim, que concentrava as mercadorias que seriam distribuídas para cidades da região; seção de contabilidade, cujo responsável era Angelo Egydio Pedreschi; e a seção de capitalização da Sul América, gerida por Clovis José Alonso. Nas oficinas da Vila Tibério estavam localizadas a serraria e oficina mecânica, chefiadas por Guido Gambini e Luiz Bulgarelli, respectivamente. Nessa última eram realizados “consertos e reparos de máquinas em geral, fundição de ferro e bronze, fabricação de fogões, caixilhos de ferro, parafusos, máquinas para lavoura e usinas açucareiras” (PORTO, 1953, p. 51-58). O fato de não possuir nenhuma mulher em posições de chefia foi especificamente mencionado e justificado na edição comemorativa da Cia. de Antônio Diederichsen. Segundo a publicação, isso ocorria porque havia uma “lei de acesso” e, antes de se tornarem chefes, os auxiliares começavam em outras funções, supostamente “inadequadas para mulher”, até galgarem novas posições (PORTO, 1953, p. 60).

5.2 HOTEL UMUARAMA (1947-1951)

Uma década após inaugurar a primeira ampliação do Edifício ABC, uma nova construção vinculada ao Art Déco foi inaugurada por Antonio Diederichsen, precisamente no lote ao lado do Edifício Diederichsen, na Rua São Sebastião. Essa nova edificação guardou com o prédio vizinho a correspondência estilística, autoria correlata, coincidência de um dos usos presentes na edificação pregressa e, sobretudo, repercussão do mesmo desejo, nutrido por seu empreendedor, de conquistar um ponto ainda mais alto no céu da cidade. Se no Edifício Diederichsen a associação estilística ao Art Déco transmitiu uma mensagem de progresso – tanto pela variedade programática, como pela inovadora configuração habitacional multifamiliar e, principalmente, pelo número de pavimentos alcançado –, a construção do Hotel Umuarama, ao se valer de outra vertente dessa mesma linguagem, anunciou que Antonio Diederichsen havia superado os próprios limites ao sobrepujar a altura do edifício antecessor (figura 5.1.1).

Mais de dez anos após o Edifício Diederichsen ter sido concebido e erigido, Ribeirão Preto prescindia de outra edificação acima de sete pavimentos, mas iniciativas surgidas após a execução do projeto de Antonio Terreri e Paschoal de Vincenzo sinalizaram que, a exemplo do que se verificara desde a década de 1920, a região entre a Praça XV de Novembro e a Praça 13 de Maio continuava a concentrar os exemplares mais altos da cidade. Enquanto Antonio Diederichsen deu continuidade a seus investimentos, a paisagem urbana da cidade esteve fortemente marcada por seu empreendimento de maior vulto (figuras 5.2.1 e 5.2.2). Nos anos seguintes, o Edifício Diederichsen potencializou a verticalização das edificações implantadas em seu entorno imediato. A aprovação de loteamentos nas extremidades da cidade, a partir da década de 1940, delineou um padrão de expansão urbana periférico e horizontal que manteve a centralidade urbana vinculada a essa região, cujas construções cresciam em número de pavimentos. Já no final da década de 1930, a maior recorrência de construções aprovadas com três e quatro pavimentos, em alguns casos também voltadas para o uso habitacional coletivo, indicaram um novo contexto de verticalização que finalmente ultrapassava a tipologia dos sobrados.

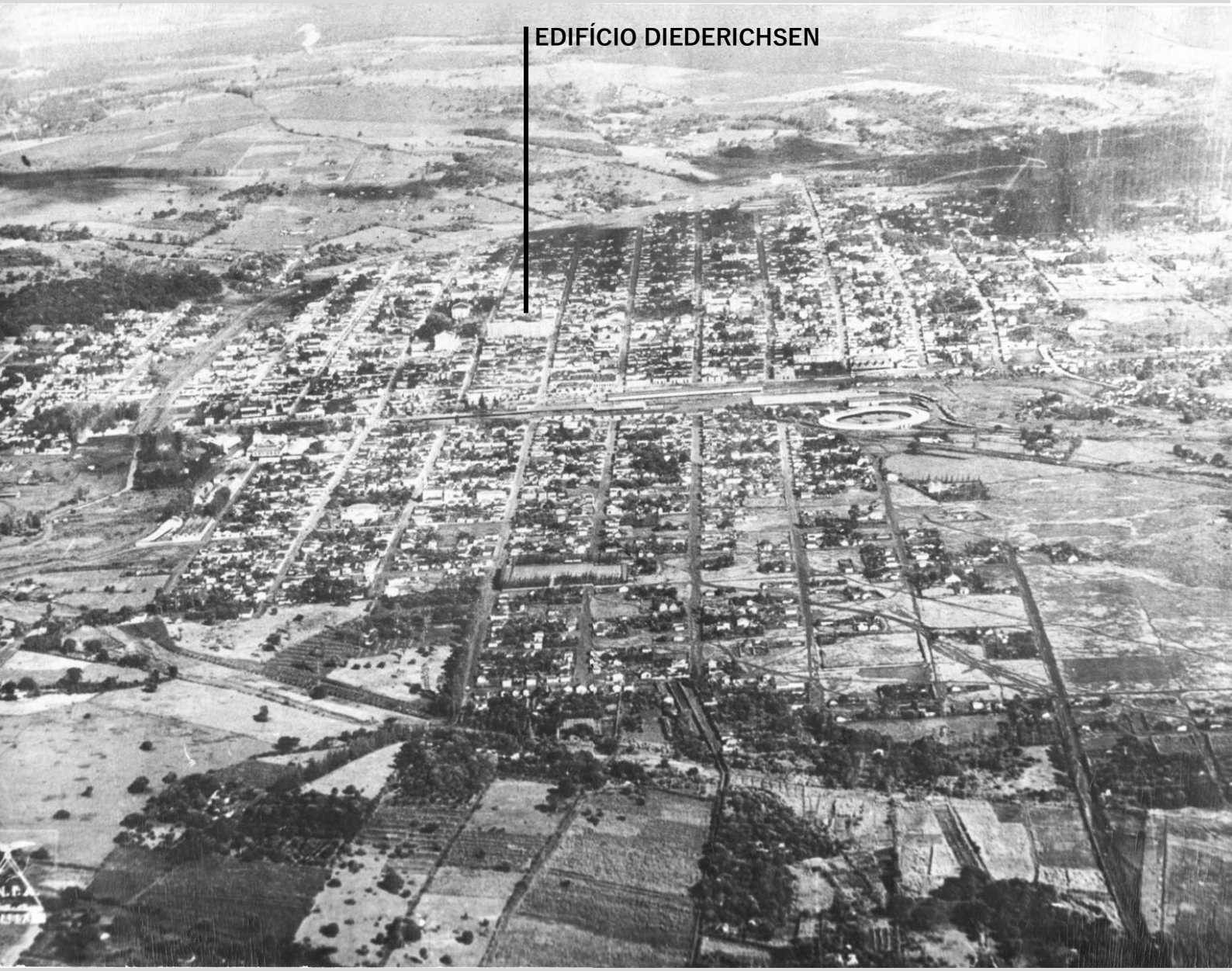


Figura 5.2.1 – Vista aérea de Ribeirão Preto entre o final da década de 1930 e início da década de 1940. No primeiro plano da imagem está a Vila Tibério e a Vila Monte Alegre.

Autor: não identificado. Editado por Tatiana S. Gaspar.

Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F683.

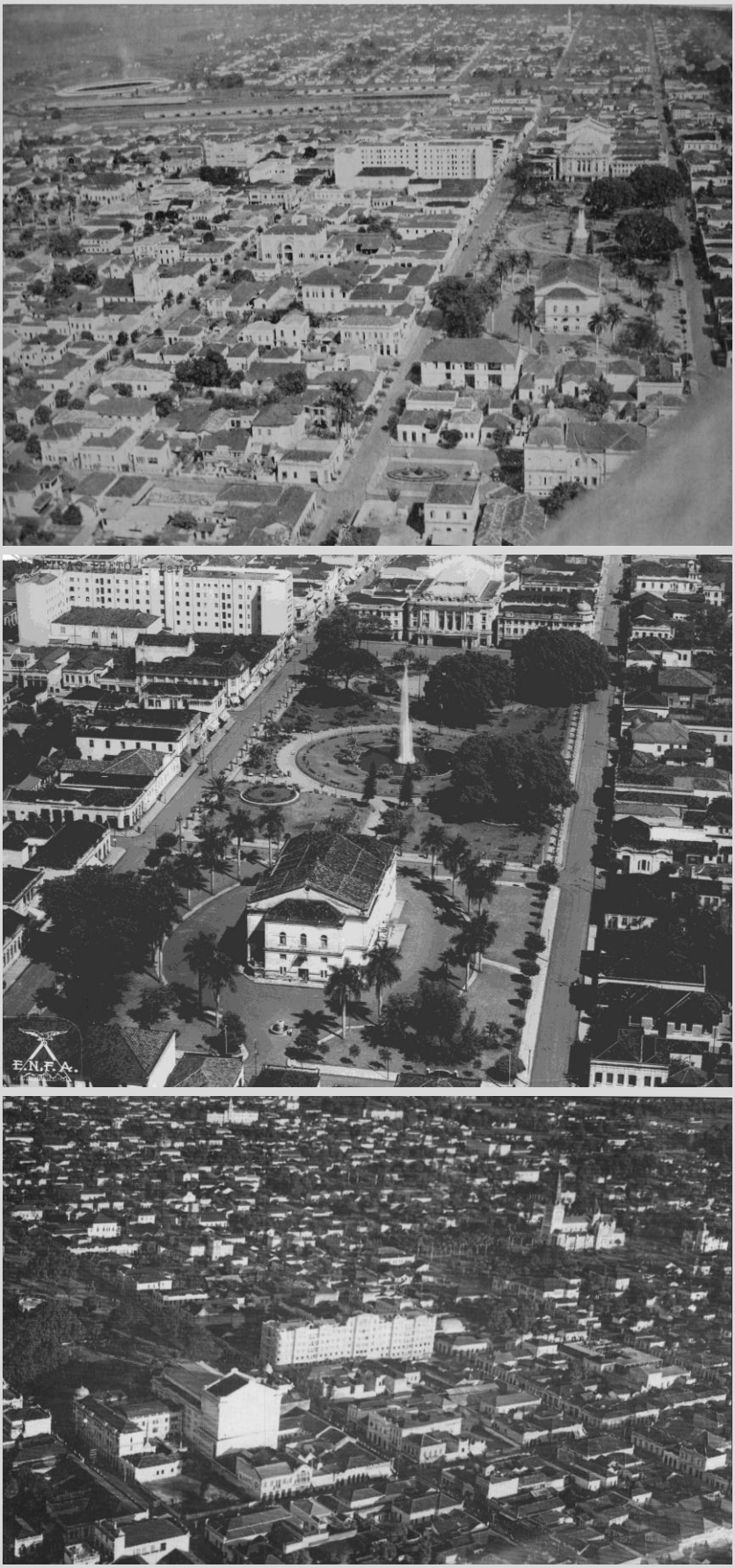


Figura 5.2.2 – Diversas perspectivas do centro de Ribeirão Preto em vistas aéreas registradas entre o final década 1930 e o início da década de 1940, com destaque para o Edifício Diederichsen como única edificação com número de pavimentos acima de quatro e altura superior aos prédios de maior suntuosidade construídos até então (Quarteirão Paulista, Teatro Carlos Gomes e Catedral).
Autor: não identificado (acima), E.N.F.A. (centro), não identificado (abaixo).
Fonte: Acima, imagem disponível em: https://lufelopes.blogspot.com/2012/02/. Acesso em: 16/06/2020. No centro, Acervo Fotográfico Tony Miyasaka (s.d.) – ENFA. Abaixo, imagem publicada na Revista REVIDE, 1992, p. 49.



Figura 5.2.3 – Vista parcial da agência dos Correios e Telégrafos, na quadra acima do terreno onde o Edifício Diederichsen foi erigido.
Ano: 1937/1938
Autor: Photo Sport. Editado por Tatiana S. Gaspar.
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F1570.



Figura 5.2.4 – Correios e Telégrafos, na esquina entre as ruas Álvares Cabral e Florêncio de Abreu.
Ano: 1948
Autor: Photo Sport
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F222.



Figura 5.2.5: Vista da cidade a partir da Catedral. Destaque para o edifício dos Correios e Telégrafos.
Ano: não informado
Autor: não informado
Fonte: Márcio Pinho – Leiloeiro Público. Disponível em: https://www.rmgouvealeiloes.com.br/peca.asp?ID=1347988. Acesso em: 30/01/2021.

Nesse período, alguns edifícios ilustraram o início da renovação arquitetônica na cidade.[385] O edifício construído para abrigar a agência dos Correios e Telégrafos, na esquina entre as ruas Álvares Cabral e Américo Brasiliense, uma quadra acima do Edifício Diederichsen (figura 5.2.3), expressou, em suas fachadas e volumetria, uma nova vertente do Art Déco, cujas esquadrias de geometria retangular de ferro e vidro – com predomínio do formato horizontal e instaladas em quinas – junto ao volume de superfícies lisas e platibanda nivelada também dialogavam com características consagradas pelo estilo internacional de Arquitetura Moderna em difusão nas maiores cidades brasileiras (figuras 5.2.4 e 5.2.5).[386] O prédio da agência telegráfica demonstrou, ainda, a continuidade de prédios institucionais, voltados à prestação de serviços, ao longo dessa primeira via.[387]

---

[385] Como exemplo, destacamos a presença de alguns prédios de apartamentos com três pavimentos, e, em especial, um edifício construído na esquina entre as ruas General Osorio e São José. Embora não tenha sido encontrado o projeto dessa edificação no acervo de Obras Particulares do APHRP, a partir do seu endereço, na Rua General Osorio n. 1000, constatamos o projeto n. 1939/500.046-3, com registro e aprovação em 21/07/1939, no sistema digital de "habite-se" da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto (propriedade de Domingos Cropanise, projeto desenvolvido por Ernesto Terreri e Antonio Ristori como construtor). O edifício, ainda existente, associa-se às soluções implementadas pela Arquitetura Moderna: volumetria prismática regular e estrutura parcialmente aparente na fachada, com pilares de seção circular sobressalentes no primeiro pavimento.

[386] O período entre 1930 e 1945, conhecido no Brasil como Era Vargas, foi caracterizado pela ampliação do sistema de serviços públicos a partir da construção em larga escala de edificações para abrigá-los. Além das Escolas Práticas de Agricultura, outros edifícios públicos foram erigidos e anunciavam mensagens diversas, externalizadas pelas vinculações estilísticas ou associações vanguardistas que experimentaram. Parte da produção arquitetônica formulada durante esse ínterim foi analisada por Reis (2014), que destacou a referência ao Art Déco na "Obra Getuliana" como forma de propagar, por sua estética, monumentalidade e inovação, um contexto político progressista, mas que também foi marcado pelo autoritarismo. Para o autor, a criação do Departamento dos Correios e Telégrafos – DCT, em 1931, e seus diversos edifícios-tipo implantados pelo país, foram de especial importância para a difusão do Art Déco nas cidades brasileiras. A feição moderna dessas agências refletia um contexto em que a operacionalização dos serviços postais e telegráficos também se racionalizava e aprimorava, sendo a criação de diretorias regionais (DRs), com diferentes classes, uma forma de estruturar sua administração. Todos os projetos foram elaborados pela Seção de Edifícios, localizada na capital federal e subordinada à Diretoria de Material, e adotavam padrões correspondentes às categorias ou classes estabelecidas para cada agência. Ribeirão Preto recebeu uma DR de 2ª classe, também instalada nas cidades de Juiz de Fora, Uberaba e nas capitais dos estados de Alagoas, Maranhão, Paraíba e Espírito Santo (REIS, 2014, p. 165). Mesmo não sendo idênticos, esses edifícios guardavam similaridades entre si, como o tratamento do volume curvilíneo, formado na quina do edifício, com a presença de réguas verticais de concreto, verificado por Reis (2014, p. 195) nos edifícios da DR de Belém-PA e Ribeirão Preto.

[387] A aquisição do terreno para a construção desse prédio foi anunciada pelo *Jornal da Manhã* em abril de 1935. Segundo a publicação, o então diretor regional substituto dos "Correios e Telegraphos", Benedito Quartim, teria dirigido ao prefeito municipal de Ribeirão Preto, Ricardo Guimarães Sobrinho, ofício de agradecimento

Contudo, se no final da década de 1930 alguns exemplares já manifestavam pontos da Arquitetura Moderna, nesse mesmo período elementos da linguagem Art Déco empregados no Edifício Diederichsen foram amplamente replicados em edificações aprovadas para construção na cidade. A situação evidencia que, se em Ribeirão Preto o processo de verticalização não foi intensificado e ampliado, em número de pavimentos, imediatamente após o Edifício Diederichsen, o mesmo não pode ser dito do estilo adotado. Tornou-se expressiva a presença do Art Déco em edificações com um e dois pavimentos com diversos usos, a reverenciar a popularização dessa manifestação estilística (figuras 5.2.6 a 5.2.9). É possível que o prédio de Antonio Diederichsen tenha contribuído para difundi-la na cidade, pois embora a tendência à geometrização na composição da fachada e menor uso de ornamentos do repertório eclético já se mostrasse em andamento, sobretudo na década de 1920, a partir dos primeiros anos da década de 1930 algumas edificações adquiriram decoração mais subordinada às características do Art Déco presentes no Edifício Diederichsen, como o escalonamento de volumes no corpo da edificação, a formar o zigue-zague da platibanda, e a aplicação de adornos abstratos, como flores e leques estilizados, em seu coroamento (figura 5.2.10).

---

aos “relevantes serviços prestados” para a conclusão das negociações que levaram à obtenção do lote (EM TORNO..., 1935, p. 12). Embora o projeto da edificação não tenha sido encontrado no APHRP, sabe-se que a obra estava em execução enquanto o Edifício Diederichsen também era erigido, já que uma das fotos a compor o álbum de construção do prédio de Antonio Diederichsen foi registrada a partir do edifício da Agência, ainda inacabado. Uma matéria divulgada em 2014 por um jornal local (CONHEÇA..., 2014) informou que a aquisição de tal terreno só ocorreu após diversas cobranças feitas à Prefeitura Municipal, a partir de 1929, quando o crescimento no número de funcionários dos Correios em Ribeirão Preto exigia maior espaço físico. Naquele momento a Agência estava instalada na esquina entre as ruas Barão do Amazonas e General Osorio e as primeiras cobranças pela mudança teriam partido do Departamento de Viação e Obras. Nesse contexto, o Prefeito teria alegado que a cidade não possuía nenhum terreno disponível ou recursos para adquiri-lo. No entanto, em 1931 Ribeirão Preto passou a sediar a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos – serviços que anteriormente faziam parte de setores administrativos distintos –, o que levou o governo federal a destinar verba para a construção de uma nova edificação na cidade, em 1934. Para tanto, exigia-se do município a cessão de um terreno de esquina, com 31m x 40m, que apenas em 1935 parece ter sido finalmente definido. De acordo com a reportagem (CONHEÇA..., 2014), antes disso o prefeito teria disponibilizado o local ocupado pelo Theatro Carlos Gomes e autorizado sua demolição para que ali fosse erigida a nova sede dos Correios e Telégrafos. O arrasamento antecipado da área só não ocorreu devido à oferta de venda de um terreno que atendia aos requisitos impostos pelo governo, localizado ao lado do Cassino Antarctica, enviada pela Companhia Antarctica Paulista ao prefeito. O negócio teria sido fechado em setembro de 1934 e a construção iniciada em 1936, sendo o edifício inaugurado em 1938.

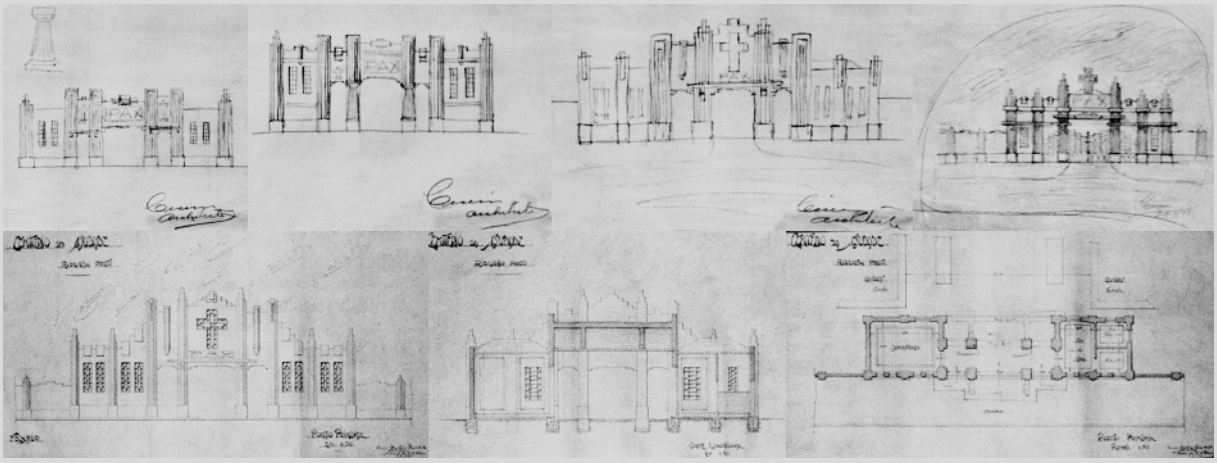


Figura 5.2.6 – Estudos (1ª fileira) e projeto (2ª fileira) para entrada do Cemitério da Saudade, em que se observa a evolução da proposta com elementos da linguagem clássica para o Art Déco, logo após a concepção do Edifício Diederichsen, cujo projeto teve ampla divulgação na cidade.
Ano: 1935 | **Autor:** Cícero Martins Brandão | **Fonte:** APHRP, Inventário Geral, Cx. 40, Reg. 939.

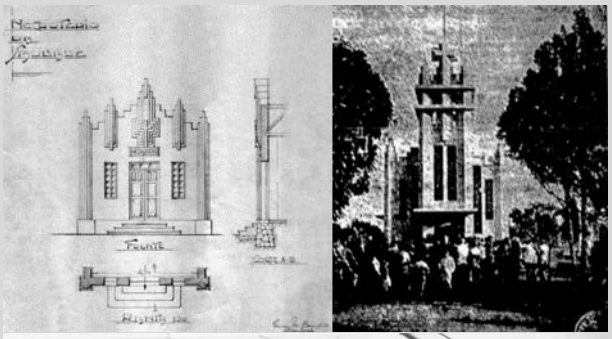


Figura 5.2.7 – Projeto do Necrotério (esq.) e, ao lado, imagem da Capela do Cemitério da Saudade, ambos estilisticamente associados ao Art Déco. Segundo Silva (2008, p. 97), a construção da capela ficou a cargo de Antonio Terreri.
Ano: 1935 | **Autor:** Cícero Martins Brandão (esq.)
Fonte: APHRP, Inventário Geral, Cx. 40, Reg. 939. (esq.) / CAPITAL..., 1935, p. 27 (dir.).



Figura 5.2.8 – Edifício da Cia. Souza Cruz, inaugurado em 08/01/1938, na esquina entre as ruas Saldanha Marinho e Américo Brasiliense, em frente ao posto do Antigo Banco Constructor, onde posteriormente se instalou um edifício para garagem da empresa de Antonio Diederichsen. O prédio possuía decoração Art Déco, evidente pelo serrilhado da platibanda e tipografia do letreiro.
Data: 08/01/1938 | **Autor:** não identificado
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F498.



Figura 5.2.9 – Edifício da Sociedade União dos Viajantes (SUV), localizado na Rua Álvares Cabral, próximo à agência dos Correios e Telégrafos. O projeto da edificação foi aprovado pela municipalidade em 1939, sendo Armindo Paione responsável pela construção.
Ano: não identificado
Autor: Tony Miysaka
Fonte: Acervo Tony Miyasaka.



Figura 5.2.10 – Residência localizada na Rua Duque de Caxias, n. 1154, no centro da cidade. Os ornatos aplicados à fachada rementem aos utilizados no Edifício Diederichsen, mas com menor dimensão. Não constam informações sobre o projeto e construção dessa edificação na Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. | **Data:** 16/02/2021

Autor: Tatiana S. Gaspar

Contudo, a exemplo do que o edifício dos Correios já anunciara, a partir da década de 1940 essa arquitetura adquiriu traços mais simplificados, com fachadas que incorporavam uma nova imagem de modernidade. São exemplos desse período os dois prédios que se aproximaram, em termos de altura e localização, do Edifício Diederichsen, projetados em 1946 e 1948, com sete e seis pavimentos, respectivamente. O primeiro foi erigido na esquina entre as ruas São Sebastião e Alvares Cabral, defronte à construção de Antonio Diederichsen[388] (figuras 5.2.11 e 5.2.12). O segundo, também na Rua São Sebastião, posicionou-se em frente ao Cine São Paulo (figura 5.2.13). A construção desses prédios de uso misto, com altura idêntica ou similar à do primeiro edifício alto da cidade e implantados em lotes próximos a ele, evidenciaram o importante papel do Edifício Diederichsen no processo inicial de verticalização em Ribeirão Preto. Isso porque, embora o projeto de Antonio Terreri e Paschoal de Vincenzo não tenha induzido a construção de outras edificações altas imediatamente após ter sido inaugurado, sua aprovação com número de pavimentos acima do que permitia o Código de Obras Arthur Saboya certamente abriu precedentes para que outros projetos seguissem essa tendência[389]. Da mesma forma, é possível dizer que sua presença pode ter direcionado o início do crescimento em altura na Rua São Sebastião, já que até a década de 1930 a Rua General Osorio concentrara as principais iniciativas nesse sentido.[390]

---

[388] Na ficha de informação fornecida pela Secretaria de Planejamento e Gestão Pública de Ribeirão Preto, consta o nome de Armindo Paione como responsável (CREA 9990307) e de Wagner Serra como proprietário.

[389] Ao longo das décadas seguintes, o Código de Obras Arthur Saboya continuou em vigor em Ribeirão Preto. Apenas em 20 de dezembro de 1978 a lei n. 3568 adotou, no município, o Decreto-Lei n. 211, de 1970, e seu regulamento baixado pelo Decreto n. 12.342/78, ambos do estado de São Paulo, para os fins de fiscalização, construção e controle da utilização de prédios nas zonas urbanas e rural de Ribeirão Preto. Ainda assim, o Código Arthur Saboya, adotado na cidade em 1933, manteve-se em vigência, chegando a ser citado em um decreto municipal de 1982 (Decreto n. 313/1982).

[390] Uma lei criada em 1951 dispôs sobre as "reconstruções de fachadas de prédios" em Ribeirão Preto e estabeleceu que não seria permitida a reconstrução de fachada de prédios no perímetro compreendido entre a Avenida Jeronimo Gonçalves, Cerqueira Cesar, São Sebastião e Duque de Caxias. Também proibiu "a construção de prédio de um só pavimento", bem como a "reconstrução do interior de prédios" dentro desse perímetro e ao longo daquelas ruas. Além de reafirmar o desejo de renovação já expresso na Resolução n° 841 de 1920 – que proibia a construção e reconstrução de prédios de apenas um andar na Rua General Osorio, entre a ruas Jeronimo Gonçalves e Tibiriçá – e na Lei n. 277/1923 – que ampliou o trecho em questão até a Rua Barão do Amazonas (no final da Praça XV de Novembro) e incluiu os terrenos com frente para a Praça XV de Novembro, na Rua Alvares Cabral e Duque de Caxias –, a Lei n. 219 de 1951, novamente ampliou a área que se desejava renovar, incorporando a Rua São Sebastião até o limite com o Paço Municipal.

Publicado na revista *Acrópole* em fevereiro de 1948, o "projeto para construção do Edifício do Banco Bandeirantes do Comercio S/A à Rua São Sebastião n. 39 em Ribeirão Preto – E. de S. Paulo", é especialmente interessante para compreendermos as possíveis influências do Edifício Diederichsen também em relação ao programa de usos e distribuição espacial de exemplares posteriores. O edifício do Banco Bandeirantes previu uma agência bancária no térreo, salas para escritório nos dois pavimentos acima e, nos três últimos pisos, apartamentos para habitação – com dois apartamentos por andar (figura 5.2.13). Por outro lado, antes do Edifício Diederichsen ter sido construído, a presença dos diversos bancos naquela região fora importante para que Antonio Diederichsen resolvesse erigir ali o seu investimento de maior vulto, com múltiplos usos. A seu tempo, esses edifícios de uso misto com dois pavimentos projetados sobretudo ao longo da década de 1920, inauguraram soluções originais, como o projeto para o Banco São Paulo e Andrade Junqueira & Cia., que conjugou salas para escritórios e uma habitação unifamiliar no conjunto formado pelas duas edificações autônomas.

O projeto para o edifício do Banco Bandeirantes do Comércio filiou-se ao Art Déco, com destaque conferido ao acesso, no ponto médio do térreo, a definir o eixo de simetria do prédio. Por outro lado, associou-se a uma nova vertente desta arquitetura, cujo tratamento formal das fachadas diferiu do que se verificara na década anterior. A utilização de formas geométricas como recurso compositivo destacou a adição e subtração de volumes pelo contorno das varandas. A platibanda, ainda presente, recebeu nova conformação, com poucas variações de altura e sem ornamentação, enquanto os adornos foram deslocados para o guarda-corpo das sacadas, representados com frisos em alto relevo que reproduziam padrões zigue-zague (figura 5.2.13).[391] Sabe-se que o edifício construído no local sofreu alterações significativas na fachada, sobretudo nas varandas, que foram estendidas ao longo da testada dos pavimentos, receberam cantos curvos e deixaram de estar contidas em molduras para assumirem sua configuração em balanço. Uma hipótese é que a construção tenha sido influenciada pelas características do Hotel Umuarama, promovido pela empresa dirigida por Antonio Diederichsen e naquele momento em execução em terreno próximo, expressando nova tendência Art Déco.

---

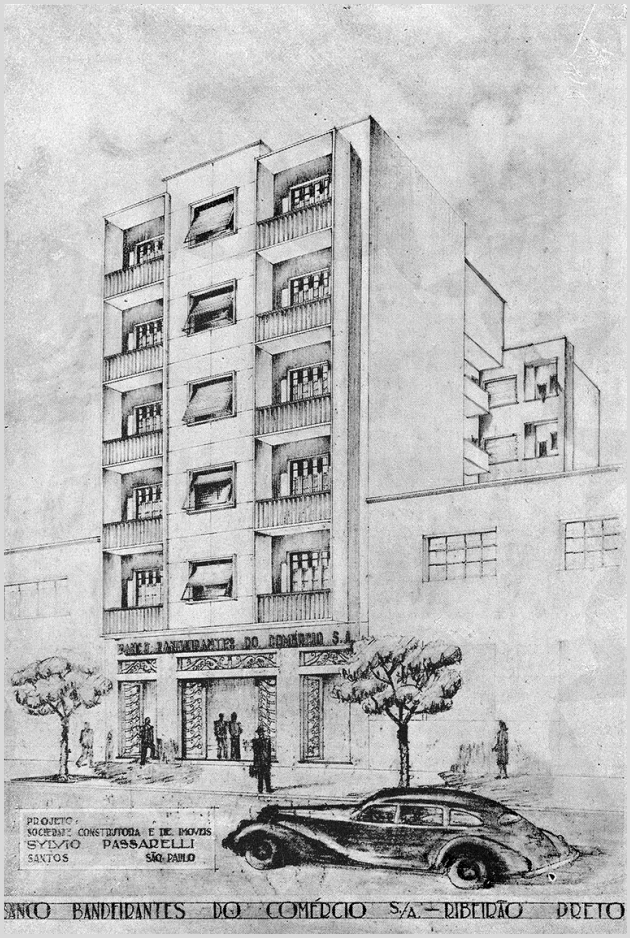
[391] A aplicação desse padrão foi comum nas fachadas de edificações de diversas tipologias e escalas, aprovadas para construção em Ribeirão Preto na década de 1940.



Figura 5.2.11 – Perspectivas da Rua Álvares Cabral, antes e depois da construção do Edifício Adolfo Serra, na esquina entre as ruas Álvares Cabral e São Sebastião. Na foto à esquerda, observam-se as edificações do Quarteirão Paulista, Edifício Diederichsen, agências bancárias e prédio dos Correios e Telégrafos, ao fundo. À direita, com o Edifício Adolfo Serra já construído, evidencia-se a proximidade e correspondência de altura entre ele e o Edifício Diederichsen. | **Ano:** 1938 (esq.) / dec. 1940-50 (dir.) | **Autor:** Photo Sport | **Fonte**: APHRP, Acervo Fotográfico – F219 (esq.) – F1537 (esq.).



Figura 5.2.12 – Edifício Adolfo Serra, localizado na esquina entre as ruas Álvares Cabral e São Sebastião. O projeto foi aprovado em 1946 para Wagner Serra e teve Armindo Paione como responsável.
Ano: não identificado | **Autor:** não identificado | **Fonte:** Acervo IBGE Fotos Históricas [ID: 45577].



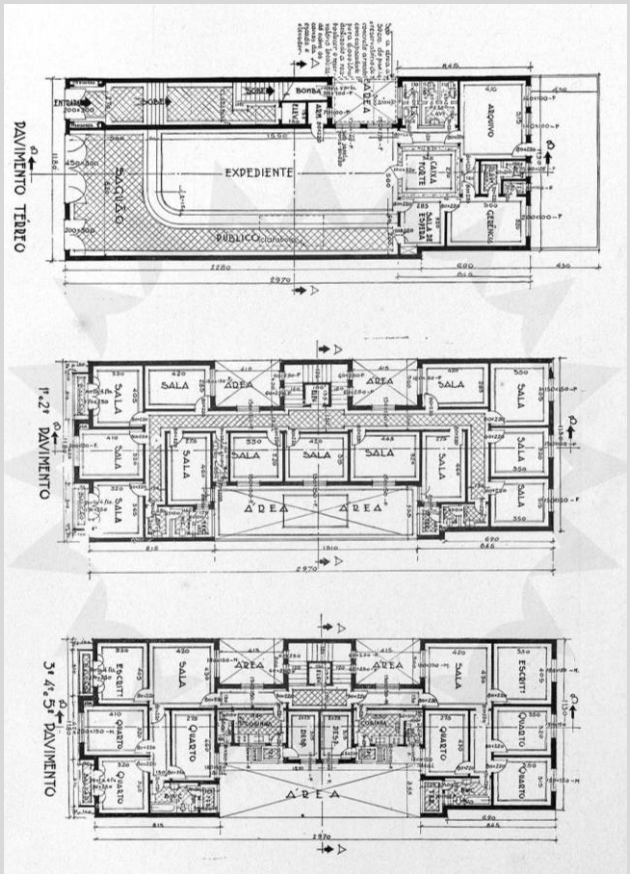


Figura 5.2.13 – Projeto para o edifício do Banco Bandeirantes do Comércio S/A, em Ribeirão Preto, localizado na Rua São Sebastião, n. 39.

Ano: 1938

Autor: Sociedade Construtora e de Imóveis "Sylvio Passarelli" - Santos – São Paulo

Fonte: Revista *Acrópole*, 1946, p. 276 e 277.

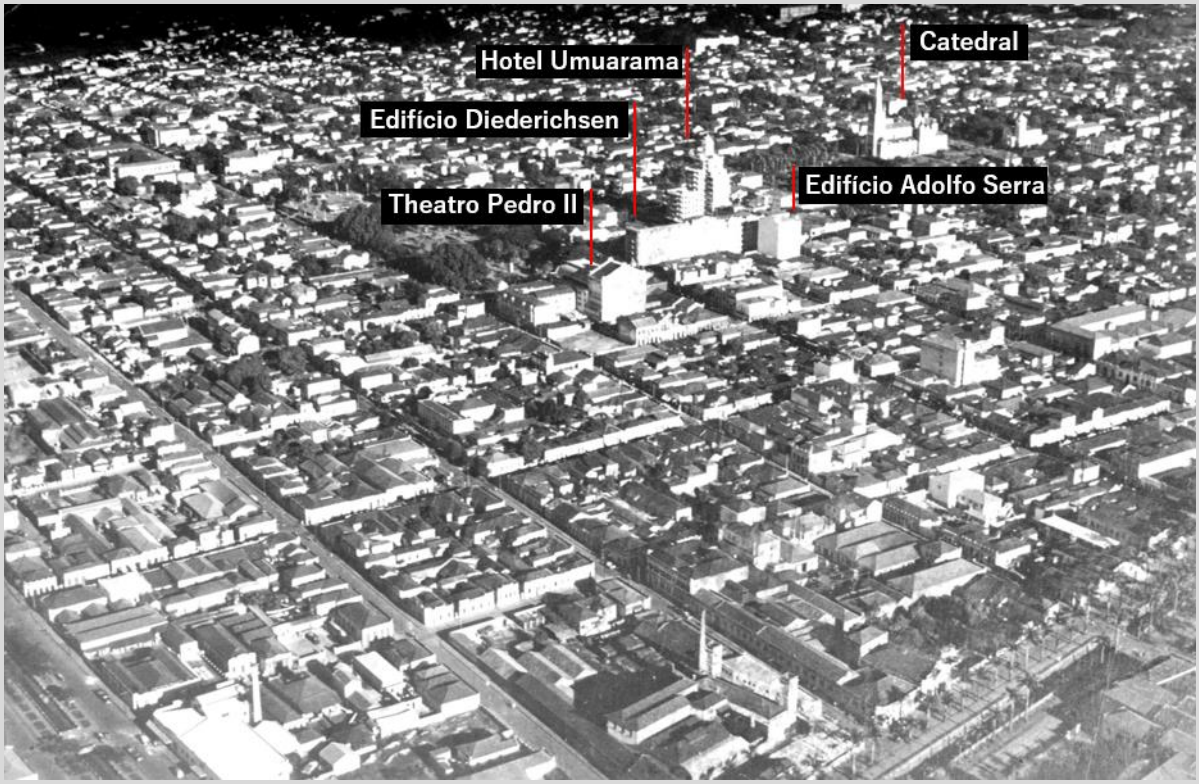


Figura 5.2.14 – Vista aérea do centro de Ribeirão Preto em 1953, em que se destaca a presença do Theatro Pedro II, Edifício Diederichsen, Edifício Adolfo Serra, Hotel Umuarama e Catedral. Nessa perspectiva, o edifício do Banco Bandeirantes do Comércio foi ocultado pelo Edifício Diederichsen.
Ano: 1953 | **Autor:** não identificado. Editado por Tatiana S. Gaspar.
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F527.



Figura 5.2.15 – Vista da fachada frontal do Hotel Umuarama a partir da Praça da Bandeira (anteriormente denominada Praça 13 de Maio), onde se localiza o prédio da Catedral.
Ano: 1953
Autor: Foto Esporte
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F226.



Figura 5.2.16 – Vista da fachada posterior do Hotel Umuarama a partir da Praça XV de Novembro. No canto direito da imagem, observa-se parte da fachada posterior do Edifício Diederichsen.
Ano: 1956
Autor: Foto Colombo
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F252.

A solicitação de aprovação do Hotel Umuarama ocorreu em 7 de março de 1947, quando Antonio Diederichsen, diretor da Companhia Comercial que levava seu nome, apresentou o projeto assinado por Antonio Terreri e seu filho, o engenheiro Henrique Nuncio Terreri – sem a participação de Paschoal de Vincenzo –, ao Departamento de Obras de Ribeirão Preto (figuras 5.2.19 e 5.2.20). O aval foi concedido seis dias depois, com nota do engenheiro municipal sobre o emprego do concreto armado na execução, embora essa informação não conste no projeto.[392]

Assim como o Edifício Diederichsen, o Hotel Umuarama também se manteve estilisticamente vinculado ao Art Déco, mas a linguagem e os recursos compositivos das fachadas diferiram do repertório empregado no antecessor. Ao invés dos escalonamentos provocados pela adição de adornos sobre a superfície de fachada e do *zigue-zague* que se delineava pelo serrilhado da platibanda, o novo prédio utilizou-se do escalonamento gerado pela composição dos volumes a culminar no mirante. No Hotel Umuarama certa influência "náutica" se fez notar nas sacadas parcialmente em balanço com cantos arredondados, no volume escalonado dos pavimentos superiores e no mirante de geometria cilíndrica incorporado à cobertura, a simular um farol, coroando e elevando ainda mais o topo do prédio que passou a ser o mais alto da cidade (figuras 5.2.15, 5.2.16 e 5.2.18). A vertente introduziu sinuosidade a essa arquitetura, incorporando não só nos materiais, como também em sua forma, os avanços tecnológicos de uma nova geração (figura 5.2.17). Ao direcionar para as máquinas os motivos decorativos e compositivos que anteriormente estavam mais associados à fauna, flora e a temas naturais ou etnográficos (como alusões às culturas indígenas, egípcias e astecas), a feição Art Déco renovava a materialização da noção de progresso, que foi sempre sua marca visual.[393]

---

[392] APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Particulares, n. 133, 1947.

[393] Segundo Navarro (2020), o nome Umuarama foi criado em 1927 por Silveira Bueno, professor de língua portuguesa na Universidade de São Paulo, para intitular uma colônia de férias do *Mackenzie College*, supostamente a partir de elementos da língua tupi que, juntos, significariam "lugar ensolarado para encontro de amigos" (BUENO, 1984, p. 601 apud. NAVARRO, 2020, p. 14). No entanto, Navarro (2020, p. 14) esclarece que o topônimo Umuarama foi formado segundo o "termo nheengatu sumuara" acrescido da forma "rama, variante de retama", que derivaria em "Sumuararama", podendo ser traduzido como "terra de amigos", mas que com a indevida eliminação do prefixo "S", perdeu o sentido. Além disso, destaca o que chamou de "incoerência geográfica" ao ser utilizado um termo oriundo da região amazônica para denominar uma localidade no Paraná (NAVARRO, 2020, p. 14). No Brasil, a referência às línguas de origem indígena na denominação de edifícios associados ao Art Déco foi recorrente e, segundo Conde e Almada (2000, p. 15) o

A transição entre os dois empreendimentos de Antonio Diederichsen, construídos em meados da década de 1930 e no final da década 1940, foi evidenciada também pelo contraste de altura entre eles, já que o Hotel Umuarama possuía quase o dobro do número de pavimentos do Edifício Diederichsen. A diferente configuração dos lotes gerou soluções distintas de implantação. Além de não ocupar um lote de esquina, o terreno do Hotel Umuarama não alcançava a outra face da quadra, voltada para a Rua General Osorio. Suas menores dimensões, com cerca de 1.100m², não significaram, no entanto, a redução de sua área construída em relação ao edifício vizinho. Mantendo-se alinhado à calçada pública e apresentando recuos apenas em parte dos limites laterais do lote, a edificação com treze pavimentos aditados ao térreo e sobreloja atingiu elevado aproveitamento construtivo, próximo a 6 vezes a área do terreno, e altíssima taxa de ocupação do solo, correspondente a cerca de 85%.

Diferentemente da solução empregada no Edifício Diederichsen, configurado como um bloco laminar cuja maior dimensão se refere à extensão horizontal, o edifício do Hotel Umuarama adotou a conformação de torre vertical, com altura preponderante em relação às demais dimensões de largura e profundidade (figura 5.2.14). O prédio também introduziu a solução de escalonamento com gradativa redução da área construída dos andares mais altos. O fato de tê-la adotado sobretudo nas porções posteriores desses pavimentos, que, apesar de não possuírem relação direta com a via pública, podiam ser avistados a partir da Praça XV de Novembro, indica que esse foi um recurso compositivo possivelmente influenciado pela estética do Edifício Altino Arantes, inaugurado em São Paulo no mesmo ano em que o Hotel Umuarama foi aprovado, por sua vez inspirado no exemplar norte americano *Empire State Building*, construído em Nova Iorque no início da década anterior.

A altura alcançada pelo Hotel Umuarama se destacava na cidade, de modo que podia tanto avistar, como ser avistado, a partir da praça da Catedral e da Praça XV de Novembro (figuras 5.2.15 e 5.2.16). Essa última perspectiva pode ter provocado o

---

aspecto mais relevante da influência indígena nessa arquitetura, que em alguns casos também se valeu de "motivos decorativos geométricos e labirínticos inspirados naqueles da cerâmica marajoara da Ilha de Marajó, no Pará", ou, mais raramente, na representação do índio, da flora e da fauna amazônica em "altos e baixos-relevos e estatutária". Em Ribeirão Preto, o interior do Hotel Umuarama explorou, no guarda corpo da sobreloja voltado ao *hall* de acesso, um mural decorativo com referências indígenas (figura 5.2.21).

tratamento da fachada posterior com elementos similares ao da fachada frontal, ainda que o jogo de volumes acarretado pelo escalonamento da torre tenha se feito mais evidente na fachada posterior. A pintura de tonalidade mais clara também foi importante para sua maior ênfase na paisagem. Esse recurso sucedia o pó de pedra utilizado como agregado no revestimento no Edifício Diederichsen, que mesmo sendo um material reflexivo, estava junto a outros componentes da argamassa, como a areia, que lhe conferiu um marcante tom terroso e estabeleceu um acentuado contraste entre as duas edificações (figura 5.1.1).

Voltado a clientes com maior poder aquisitivo, o edifício do Hotel Umuarama foi destinado exclusivamente ao uso como hotel, apresentando variadas opções de apartamentos para estadia e ampla oferta de comodidades para os hóspedes. O primeiro pavimento foi mantido próximo ao nível da calçada e o acesso do público continuou assumindo uma posição de destaque, centralizado no térreo da edificação. Esse pavimento ocupou a maior parte do terreno, contando com bar, depósito e adega para os hóspedes, sala de estar, sala de leitura e restaurante completo, provido com salão de refeições, cozinha, copa, sala de preparo, câmara frigorífica e área para lavagem de louças.[394]

O *hall* foi estabelecido entre o bar e a sala de estar e recebeu tratamento diferenciado das demais áreas do pavimento. As paredes curvas desse ambiente se associavam à forma da escada principal (figura 5.2.21) e aos pilares de seção circular, presentes nesse e em outros compartimentos desse piso. No pavimento superior, denominado como sobreloja, havia uma galeria complementando o espaço social do térreo e, no fundo, outros compartimentos em continuidade ao setor de refeições, com pastelaria e confeitaria, além de área de serviços para os funcionários. Na fachada, térreo e sobreloja estavam integrados e configuraram o embasamento do prédio. Esse setor foi arrematado por marquise com altura dupla que avançava sobre a calçada e garantia um aspecto suntuoso à edificação. É interessante observarmos que a representação dessa peça gráfica do projeto contava com pessoas em circulação, um avião ao céu, um luxuoso e elegante automóvel estacionado em frente ao prédio, e um jovem vendedor de jornais, a correr apressado com um dos exemplares do noticiário em sua mão (figura 5.2.19).

---

[394] A especialização do programa e da arquitetura encontrou correspondência no quadro de funcionários contratados para alguns serviços que, de acordo com Peixoto (2007, p. 43), “eram no mínimo bilíngues (cozinheiro austríaco, *maître* e governanta alemães, recepcionista italiano)”, além do gerente, Modesto Carrera Furest, que era espanhol.



Figura 5.2.17 – Registro da construção do edifício do Hotel Umuarama, no fundo da imagem, com três caminhões estacionados com seus motoristas no primeiro plano, na esplanada da Praça XV de Novembro, a reforçar a conexão da obra com os negócios de Antonio Diederichsen e ao *status* de modernidade provocado pelos automóveis.
Ano: 1950 | **Autor:** não identificado | **Fonte:** APHRP, Acervo Fotográfico – F488.



Figura 5.2.18 – Por ter sido a construção mais alta da cidade, em 1951 a torre do edifício do Hotel Umuarama se tornou o primeiro marco geográfico do município.
Ano: 1951
Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico, disponível em: http://www.igc.sp.gov.br/produtos/arquivos/croquis/ribeirao_preto.jpg. Acesso em: 15/02/2021.

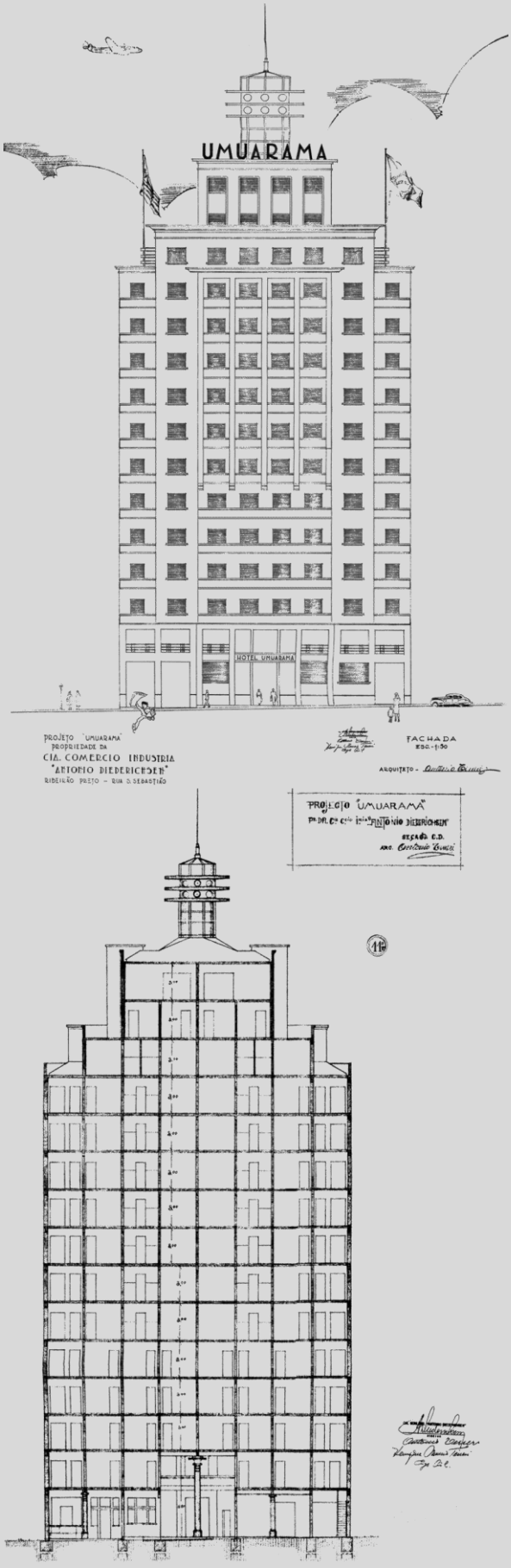


Figura 5.2.19 – Projeto “Umuarama”. Fachada principal, voltada para a Rua São Sebastião (acima) e corte transversal (abaixo). Além de simular um ambiente urbano dinâmico e complementar à imagem de modernidade que se desejava associar ao edifício, a representação do avião, do automóvel e das pessoas, no projeto da fachada, também reforçaram a monumentalidade do prédio em sua relação com a escala dos pedestres. Outro aspecto a ser observado nesse desenho foi a representação das bandeiras do Brasil e do estado de São Paulo na mesma altura, diferentemente do que ocorreu no projeto do Edifício Diederichsen. A partir desse detalhe podemos compreender dois distintos momentos políticos do Brasil e, especialmente, do estado de São Paulo, e posicionamentos possivelmente divergentes do promotor das edificações nesses dois contextos.

Ano: 1947

Autor: Antonio Terreri (arquiteto) e Henrique Nuncio Terreri (Eng. Civil)

Fonte: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Particulares, n. 133, 1947.

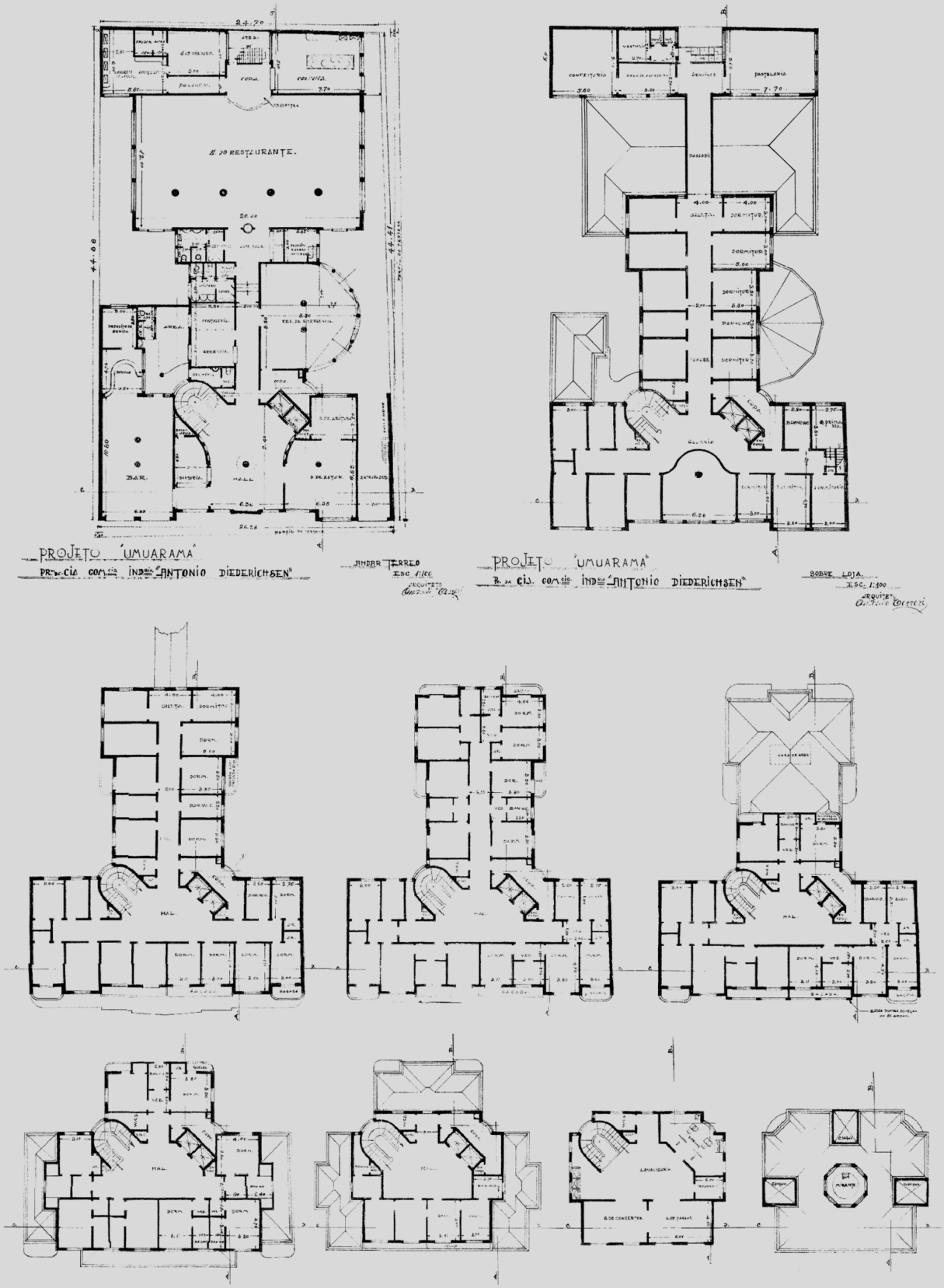


Figura 5.2.20 – Projeto "Umuarama". Plantas do andar térreo; sobreloja; 1º, 2º e 3º andares; 4º, 5º, 6º e 7º andares; 8º, 9º e 10º andares; 11º andar; 12º andar; 13º andar; e mirante, respectivamente.
Ano: 1947 | **Autor:** Antonio Terreri (arquiteto) e Henrique Nuncio Terreri (Eng. Civil) | **Fonte:** APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Particulares, n. 133, 1947.







Figura 5.2.21 – Registros do interior do Hotel Umuarama no acervo particular de Andréa Miloná. Acima, vista do *hall*, em que se observa o predomínio das formas curvas nas paredes, balcão, luminárias e mezanino da sobreloja, com guarda corpo decorado com motivos indígenas. Abaixo, no centro, a presença de grande número de pessoas no dia da inauguração. No amplo salão sem compartimentações se evidencia um pilar de seção circular, no canto superior esquerdo da imagem. Por fim, o registro de um quarto mobiliado com cama, guarda-roupa, penteadeira, poltronas e mesa de centro, fabricados pela indústria ribeirão-pretana Delloiagono.
Ano: não identificado
Autor: não identificado
Fonte: PEIXOTO, 2007, p. 42, 43 e 44.

Acima da marquise, a fachada principal recebeu pequenas variações de viés decorativo que não corresponderam a alterações significativas no interior dos pavimentos, mas tiveram impacto sobretudo na presença e configuração das sacadas. Nos primeiros pavimentos, essas sacadas seriam compartilhadas entre diversos dormitórios, até se tornarem privativas, para apenas uma unidade, nos andares mais altos (figura 5.2.19). A partir da sobreloja foram dispostos os primeiros aposentos, construídos, até o quinto pavimento, por dormitórios simples e autônomos. Os demais espaços desses pavimentos eram de uso coletivo – como as saletas e os banheiros ao longo das circulações horizontais – ou integravam o setor de serviços, como no caso da copa. Do 6º ao 12º pavimento, os aposentos foram configurados como apartamentos. Possuíam acesso pelo vestíbulo a distribuir o ingresso em dois dormitórios e banheiro, à semelhança das tipologias de habitação mais compactas do Edifício Diederichsen. Entre o 6º e 9º pavimento, dois apartamentos apresentaram o acesso direto aos dormitórios a partir do corredor, em conformidade com as formas de ingresso estabelecidas em unidades do prédio vizinho. No 12º pavimento, a solução foi análoga à dos andares abaixo, mas os apartamentos possuíam apenas um dormitório, como também se verificou no edifício de 1934. Já no 14º pavimento, previa-se a instalação de apenas um apartamento, maior, com sala e rouparia exclusivos. Era, contudo, uma configuração distinta da apresentada pelas maiores unidades de apartamento no Edifício Diederichsen, já que não dispunha de cozinha e o banheiro estaria conectado ao dormitório, como uma suíte. O último pavimento, sem acesso pelos elevadores, foi destinado à lavanderia, com previsão de sala de consertos, sala de passar e armazenamento de roupas limpas. Além da especialização dos serviços oferecidos, chama atenção a definição de prumadas de instalações prediais em torno das circulações verticais, de todos os pavimentos, para as instalações elétricas, de água e esgoto e combate a incêndio, além de duto para descarte de lixo (figura 5.2.20).

A partir desse projeto, desenvolvido treze anos após a concepção do Edifício Diederichsen, também podemos interpretar alguns aspectos relacionados à questão da habitação na edificação pregressa de Antonio Diederichsen. A configuração de grande parte dos aposentos para hóspedes nesse estabelecimento que foi exclusivamente destinado ao uso como hotel esclarece que as tipologias mais compactas do Edifício Diederichsen podem, de fato, ter sido originalmente concebidas para moradia temporária, enquanto os apartamentos maiores teriam sido projetados para a habitação coletiva

permanente (figura 4.3.25). Assim, experimentava-se a locação de apartamentos residenciais, com um ou dois dormitórios, instalados nos mesmos pavimentos que os aposentos de um hotel, otimizando o gerenciamento pelo mesmo administrador, em momento em que o edifício multifamiliar ainda estava em processo de definição e aceitação. Contudo, a opção pela destinação de apenas um dos pavimentos para hotel, enquanto os demais andares foram designados aos apartamentos residenciais, com administrações distintas, reflete as vantagens da locação em um período anterior às sucessivas leis criadas a partir de 1942 para regulação do valor dos aluguéis no Brasil, que acabaram por desestimular a produção rentista de habitação (BONDUKI, 2011).[395]

Por outro lado, cerca de dez anos depois, a concepção do Hotel Umuarama, com quinze pavimentos inteiramente destinados ao uso como hotel, manteve a variedade tipológica dos apartamentos que, assim como ocorreu no Grande Hotel Gallucci, poderiam abrigar famílias por períodos maiores, enquanto garantiu que o novo edifício tivesse maior especialização, quando comparado ao seu antecessor, em relação aos serviços e comodidades ofertados aos hospedes. Para Peixoto (2007, p. 43), "as inovações trazidas pelo hotel foram marcadas pela diferenciação no tratamento com os hóspedes, na forma de cobrança, no conforto e no luxo que até então não eram disponibilizados pela rede hoteleira da cidade". A presença de espaços sociais de uso coletivo no térreo e sobreloja,

---

[395] Segundo Bonduki (2011, p. 209), ao regulamentar as relações entre inquilinos e proprietários e congelar o valor dos aluguéis, a intervenção estatal no setor habitacional a partir da Era Vargas teve impacto sobre o interesse de empresários na produção habitacional destinada à locação, como foi o Edifício Diederichsen, e transferiu "para o Estado e para os próprios trabalhadores o encargo de produzir suas moradias". Em Ribeirão Preto, esse processo resultou na construção do edifício IAPB, em 1957, e, antes disso, na criação da Fundação Casa Popular, no final da década de 1940, com a aprovação de diversas leis municipais que concediam auxílio da Prefeitura Municipal para a construção da casa própria para operários, a partir de 1948. Em relação aos investimentos de Antonio Diederichsen na cidade, especificamente, a Lei do Inquilinato (Decreto-Lei n. 4.598), criada em 1942 e prorrogada nos anos seguintes, sobretudo em sua atualização pelo Decreto-Lei n. 9.669 de 1946, um ano antes do projeto do Hotel Umuarama ser concebido, pode ter tido influência na mudança do programa de usos verificada entre as principais obras que promoveu em Ribeirão Preto. Para Bonduki (2011, p. 229), "o efeito mais importante [da Lei do Inquilinato sobre os proprietários] foi a insegurança que passou a ser associada a esse tipo de investimento [para locação de habitações] e o consequente desestímulo para novas aplicações", pois enquanto beneficiava os locatários já instalados até 1942, gerou uma esfera de "incertezas e riscos" (BONDUKI, 2011, p. 218). No entanto, ao definir que, no caso de hotéis e pensões licenciados, o valor do aluguel de sublocação poderia exceder o da locação, a lei formulada em 1946 pode ter influenciado na formulação do Umuarama com todos os pavimentos para uso como hotel, já que assim como o Grande Hotel Gallucci, o Hotel Umuarama também foi arrendado após sua conclusão.

alguns posicionados junto à fachada, como o bar, também favoreceu sua utilização por outros clientes que não fossem hóspedes, intensificando ainda mais a concorrência com o estabelecimento instalado no prédio vizinho, igualmente empreendido por Antonio Diederichsen, mas com distintos administradores (figura 5.2.22).[396]

Seu programa, altura e atributos, foram destacados em matéria publicada pelo jornal *A Noite* e revelaram a influência da produção paulistana para além das referências estéticas. Mais uma vez, exaltou-se o grande feito do seu promotor e de seus negócios na cidade, não deixando de mencionar o Edifício Diederichsen como um marco para a verticalização de Ribeirão Preto na década anterior:

> Ribeirão Preto é profundamente grata ao espírito empreendedor e altruístico do Sr. Antonio Diederichsen, o transformador de sua fisionomia urbana. O que representa para os destinos da "Cidade Padrão" e de seu município a Companhia Comercial e Industrial "Antonio Diederichsen", a maior organização no gênero do interior do Estado, dizem bem alto os arranha-céus que levantou e as indústrias que fundou, dando trabalho a mais de um milhar de pessoas e estreitando, cada vez mais com o grande vulto de suas transações, o intercâmbio de Ribeirão Preto com as outras unidades federativas. Em 1936, o benemérito cidadão surpreendeu o Estado com a mais arrojada realização, no seu interior, erguendo o Edifício "Diederichsen", magnífico bloco de 156 metros de gente, nas suas faces. Hoje, o mesmo realizador, em nova e mais avançada iniciativa, está concluindo majestosa estrutura arquitetônica de 15 andares com o seu torreão de 11 metros – o "Edifício Umuarama".
>
> Notáveis são as suas características e elevada a sua finalidade. Construído dentro dos mais adiantados preceitos da atualidade, pela poderosa organização "Diederichsen", foi êle projetado, especialmente, para hotel, contendo os melhores equipamentos conhecidos, nos moldes do Hotel São Paulo, da capital.
>
> Terá esse colosso de concreto, em todos os seus andares, aquecimento e refrigeração central, indicação de serviço por meio de sinais sonoros, e

[396] A concorrência entre os hotéis vizinhos pode ter levado ao encerramento da administração do Grande Hotel por Giuliano Gallucci e seu retorno à Itália, dois anos após a inauguração do Hotel Umuarama. Conforme Peixoto (2007), durante os 15 primeiros anos de atividade do Hotel Umuarama, o estabelecimento foi arrendado por Antonio Diederichsen a João Constantino Miloná, um imigrante grego que já atuava nesse ramo em Araçatuba-SP. Entre 1956 e 1969, quando o contrato foi finalizado, o administrador contou com o auxílio de seu filho, Andréa Miloná, recém-formado em hotelaria pela *Ecole Hôtelière de Lausanne*, na Suíça. O hotel teria sido entregue à Miloná com toda infraestrutura e acabamentos, ficando a cargo do administrador apenas a confecção do mobiliário, executado pela fábrica Delloiagono (figura 5.2.21).

> luminosos a cores, rápidos elevadores e água quente e fria, permanente.
> Flocos de luz multicores, saídos de seu torreão, embelezarão o edifício, que tem 68 metros de altura, 126 apartamentos, num total de 173 dormitórios. Apartamentos de grande luxo, dignos de hospedar o Chefe da Nação e o governador do Estado, ocupam os andares superiores.
> É este o empreendimento de grande envergadura a que se propôs a organização portentosa do Sr. Antonio Diederichsen, fazendo jus ao seu lema: "Ribeirão Preto não para; para um Brasil, maior". (RIBEIRÃO PRETO..., 1949, p. 19. Grafia original).

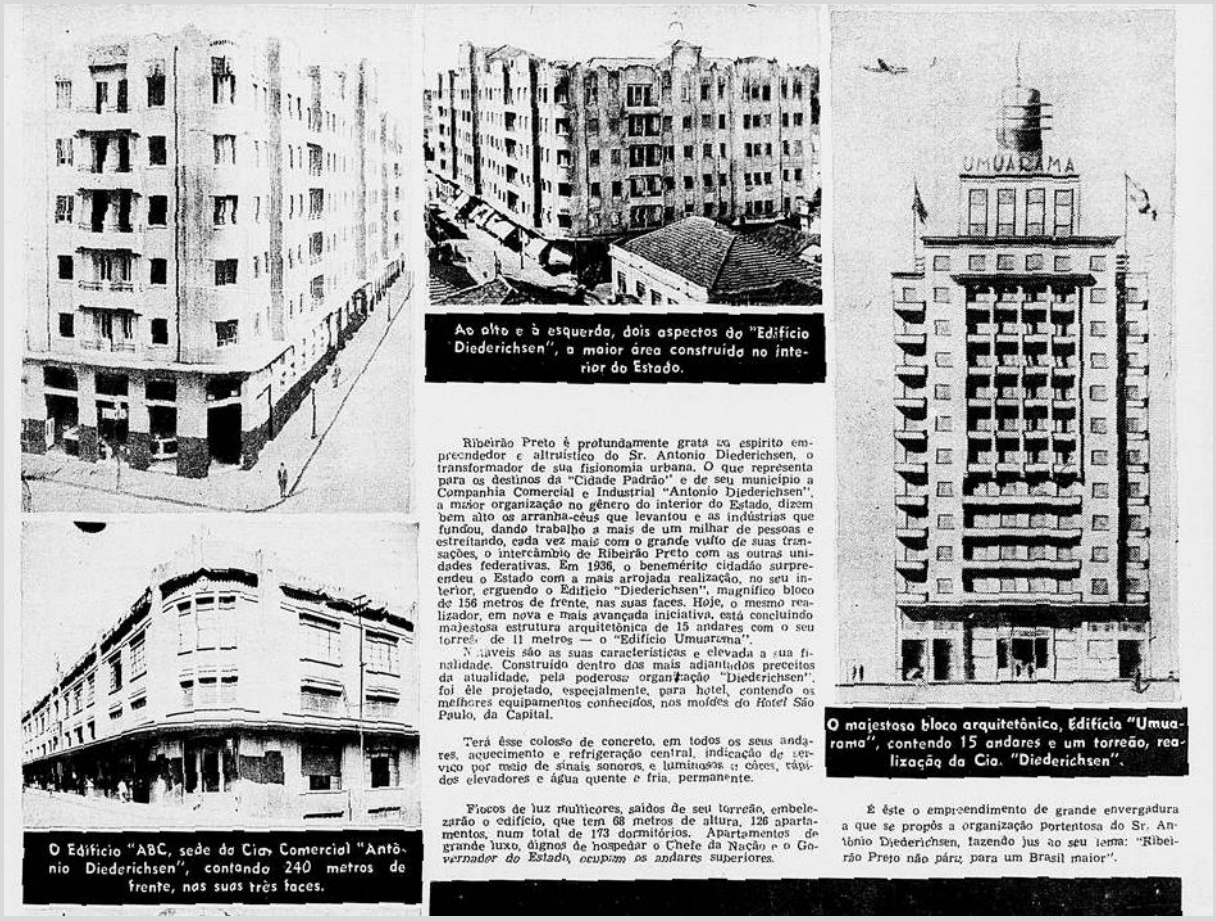
Após a concepção do Edifício Diederichsen, Antonio Terreri, que também assumiu a autoria do Hotel Umuarama, continuou a atuar nas cidades de Ribeirão Preto e São Paulo, o que indica o constante fluxo profissional, já verificado em períodos anteriores, a disseminar e propagar técnicas construtivas, novidades programáticas e vertentes estilísticas entre a capital e o interior do estado. Enquanto desenvolveu projetos para edifícios ligados a instituições importantes de Ribeirão Preto ao longo da década de 1930 – como o Asilo Padre Euclides, Colégio Santa Úrsula e Empresa de Força e Luz de Ribeirão Preto, todos esses em parceria com Paschoal de Vincenzo –, em 1938 sua sociedade com o engenheiro Carlos Zamboni no projeto do Ginásio Paulistano, em São Paulo, ganhou destaque na revista *Acrópole*. Em dezembro daquele ano o periódico publicou uma foto dessa edificação em sua capa e comentou características do estabelecimento de ensino em matéria dedicada à sua apresentaçãoo.[397] O edifício de "discreto e harmonioso estilo moderno" (GINASIO..., 1938, p. 43) teve suas qualidades evidenciadas desde a localização, implantação e, especialmente, programa de usos, sendo destacadas aspectos técnicos relativos à iluminação, ventilação, acústica e instalações elétricas. A mesma edição da revista ainda apresentou uma propaganda dos sócios Terreri e Zamboni no projeto e construção de estabelecimento da *International Harvester Export Co.*, voltada à produção de maquinário para o setor agrícola, em São Paulo (TERRERI & ZAMBONI..., 1938, p. 14). Outro edifício vinculado à Antonio Terreri na capital paulista foi verificado por Campos

[397] A sociedade foi nomeada como "Terreri & Zamboni: Engenheiros e Constructores" e apenas a formação de Zamboni recebeu menção específica. O engenheiro de origem e formação italiana a essa época residia em São Paulo, mas também teve diversas passagens por Batatais, na região de Ribeirão Preto, onde ao longo da década de 1930 atuou na concepção e construção da Igreja Matriz da cidade e no projeto do edifício da Santa Casa (JORNAL DA CIDADE, 2020). A sociedade entre Zamboni e Terreri já estava em curso no ano de 1938, quando foi apresentado projeto de cobertura do terraço do Edifício Diederichsen em que constava um carimbo de Terreri & Zamboni: architectura, engenharia, construcções, com escritório localizado em São Paulo.

(1996) em inventário sobre as obras vinculadas ao Art Déco na arquitetura paulistana. Em 1940 Antonio Terreri foi designado construtor do Edifício Lunice, prédio com 8 pavimentos destinado à habitação multifamiliar, de propriedade do ribeirão-pretano Joaquim Camillo de Moraes Mattos, cuja autoria foi atribuída ao arquiteto Alfredo Giglio.

Além da prática de estabelecer parcerias de acordo com a maior conveniência e especificidade de cada obra, esse último caso, em especial, revelou a importância das redes estabelecidas nas cidades do interior do estado de São Paulo para a atuação de profissionais ligados à construção civil na capital, em um contexto cujo poder econômico conquistado por personalidades políticas de municípios que se desenvolveram durante a República Velha ainda se fazia presente. Nesse sentido, além do fluxo de profissionais oriundos da capital atuando nas cidades menores, como ocorreu em Ribeirão Preto desde as primeiras grandes obras realizadas no final do século XIX, alguns profissionais da construção civil também se valeram do reconhecimento conquistado no meio local para se projetarem em cidades maiores, a partir de relacionamentos estabelecidos com sujeitos que possuíam a mesma origem, mas que ampliaram seus investimentos financeiros e suas influências políticas para além dos contextos locais aos quais estavam vinculados.

Em Ribeirão Preto, depois da construção do Hotel Umuarama, Antonio Terreri continuou sua prática profissional em parceria com o filho, que também se encarregou da autoria de outros projetos na cidade. Um deles foi o último prédio aprovado para Antonio Diederichsen em vida, construído para abrigar a extensão dos seus negócios voltados ao comércio e serviços relacionados aos automóveis. Em 1954, o engenheiro Henrique Nuncio Terreri e o construtor Antonio Ristori foram responsáveis pelo posto de serviço e garagem construído na esquina entre as ruas Américo Brasiliense e Saldanha Marinho, em frente ao conjunto ABC ampliado entre 1939 e 1941. Antonio Diederichsen faleceu no ano seguinte, enquanto as obras da edificação estavam em andamento (figura 5.2.24). O novo prédio manifestou de modo enfático a influência aerodinâmica da arquitetura *Déco,* conferindo-lhe ares de modernidade e inovação, compatíveis com a idealização do progresso associado aos automóveis. Enquanto as curvas da fachada principal reforçavam a horizontalidade do volume com três pavimentos, uma torre deslocada do centro contribuiu para que pudesse ser avistado ao longe, complementando o conjunto ABC em contínua ampliação desde os primeiros anos do século XX (figura 5.2.25).



Ao alto e à esquerda, dois aspectos do "Edifício Diederichsen", a maior área construída no interior do Estado.

Ribeirão Preto é profundamente grata ao espírito empreendedor e altruístico do Sr. Antonio Diederichsen, o transformador de sua fisionomia urbana. O que representa para os destinos da "Cidade Padrão" e de seu município a Companhia Comercial e Industrial "Antonio Diederichsen", a maior organização no gênero do interior do Estado, dizem bem alto os arranha-céus que levantou e as indústrias que fundou, dando trabalho a mais de um milhar de pessoas e estreitando, cada vez mais com o grande vulto de suas transações, o intercâmbio de Ribeirão Preto com as outras unidades federativas. Em 1936, o benemérito cidadão surpreendeu o Estado com a mais arrojada realização, no seu interior, erguendo o Edifício "Diederichsen", magnífico bloco de 156 metros de frente, nas suas faces. Hoje, o mesmo realizador, em nova e mais avançada iniciativa, está concluindo majestosa estrutura arquitetônica de 15 andares com o seu torreão de 11 metros — o "Edifício Umuarama".

Notáveis são as suas características e elevada a sua finalidade. Construído dentro dos mais adiantados preceitos da atualidade, pela poderosa organização "Diederichsen", foi êle projetado, especialmente, para hotel, contendo os melhores equipamentos conhecidos, nos moldes do *Hotel* São Paulo, da Capital.

Terá êsse colosso de concreto, em todos os seus andares, aquecimento e refrigeração central, indicação de serviço por meio de sinais sonoros e luminosos e cômodos, rápidos elevadores e água quente e fria, permanente.

Focos de luz multicores, saídos de seu torreão, embelezarão o edifício, que tem 68 metros de altura, 126 apartamentos, num total de 173 dormitórios. Apartamentos de grande luxo, dignos de hospedar o Chefe da Nação e o Governador do Estado, ocupam os andares superiores.

É êste o empreendimento de grande envergadura a que se propôs a organização portentosa do Sr. Antônio Diederichsen, fazendo jus ao seu lema: "Ribeirão Preto não pára; para um Brasil maior".

O majestoso bloco arquitetônico, Edifício "Umuarama", contendo 15 andares e um torreão, realização da Cia. "Diederichsen".

O Edifício "ABC", sede da Cia. Comercial "Antônio Diederichsen", contando 240 metros de frente, nas suas três faces.



Figura 5.2.22 – Acima, reportagem especial sobre Ribeirão Preto, descrita como a 4ª cidade do estado de São Paulo, com seção dedicada a apresentar as obras de Antonio Diederichsen. Abaixo, anúncios do Hotel Umuarama e Grande Hotel, na mesma página de jornal.
Ano: 1949 acima) e 1952 (abaixo)
Fonte: RIBEIRÃO PRETO..., 1949, p. 19 (acima) / A TERRA..., 1952, p. 9 (abaixo).

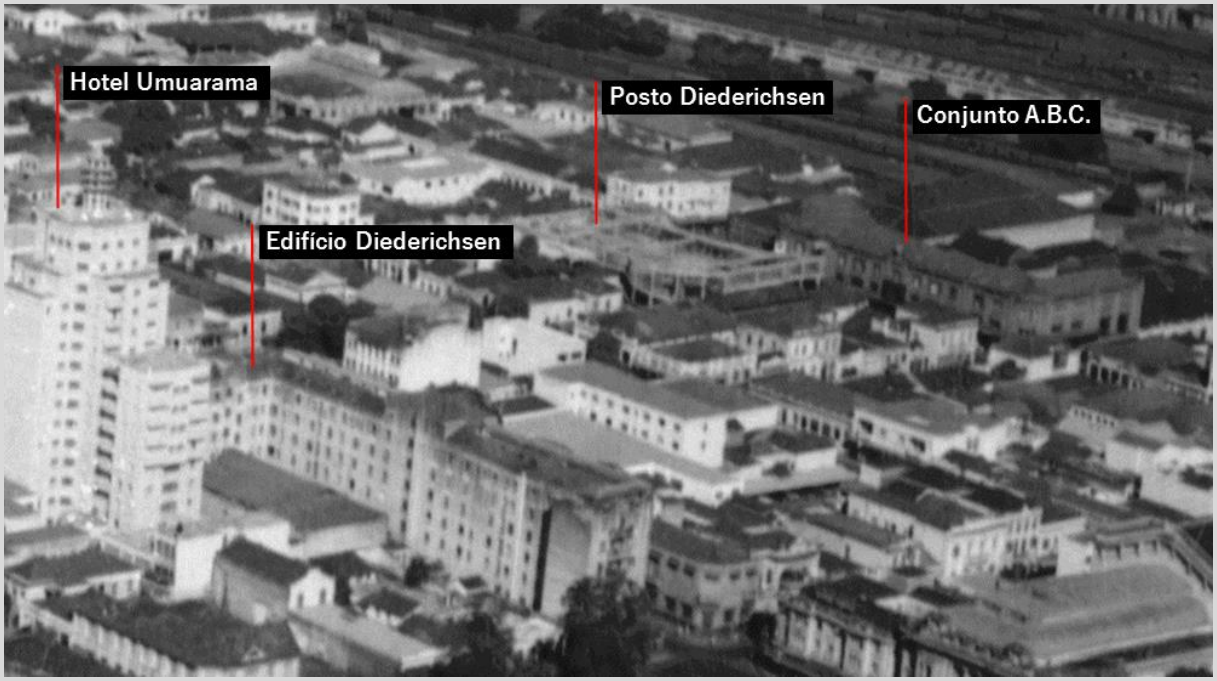


Figura 5.2.23 – Vista parcial do centro de Ribeirão Preto em meados da década de 1950, quando o prédio do Posto Diederichsen, assim denominado em homenagem ao seu promotor, estava em construção, em frente ao conjunto ABC, na rua Saldanha Marinho. | **Autor:** Miyasaka. Editado por Tatiana S. Gaspar. | **Fonte:** Acervo Tony Miyasaka [R153].

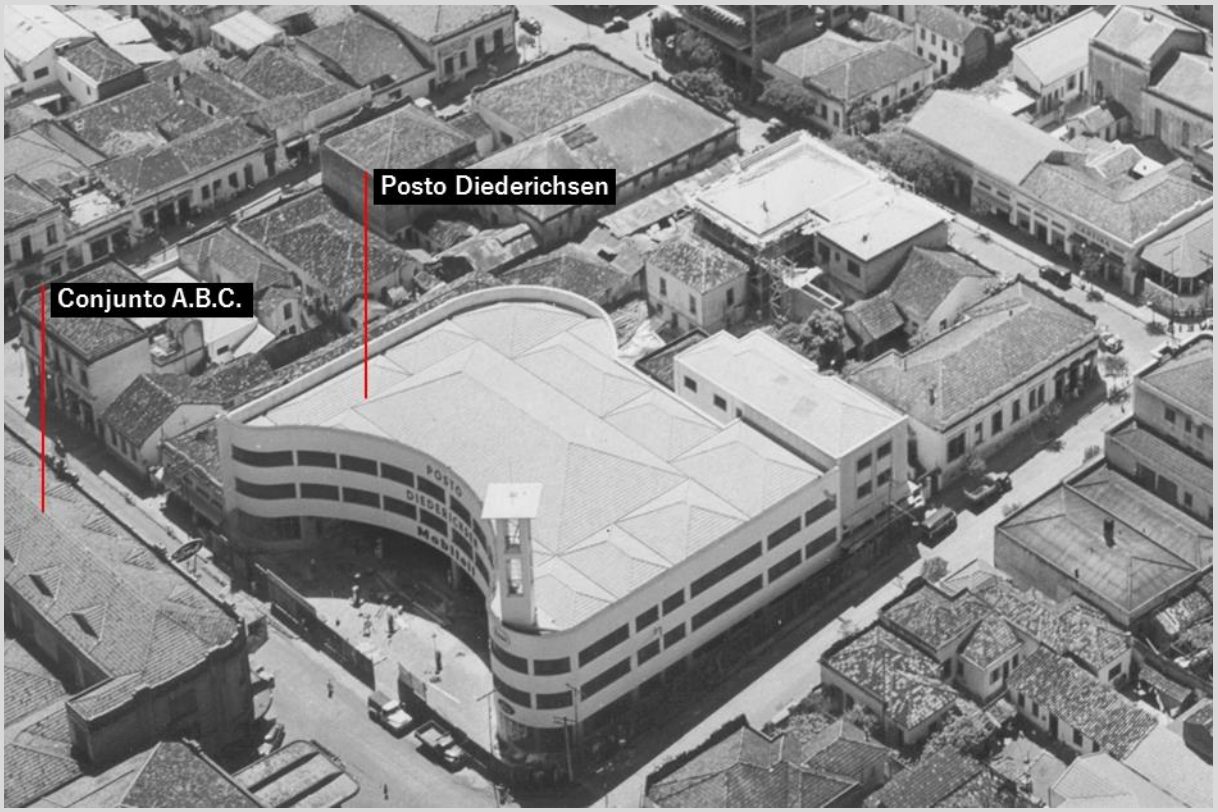


Figura 5.2.23 – Vista parcial do centro da cidade, em que se observa a fachada frontal e fachada lateral do posto e garagem de serviços "Diederichsen", projetado em 1954. A edificação foi construída em frente ao conjunto ABC ampliado conforme os projetos aprovados em 1939 e 1941, na esquina entre as ruas Américo Brasiliense e Saldanha Marinho. | **Ano:** 1958 | **Autor:** Foto Miyasaka. Editado por Tatiana S. Gaspar. | **Fonte:** APHRP, Acervo Fotográfico – F297.

5.3 O TESTAMENTO DE ANTONIO DIEDERICHSEN E O VÍNCULO ENTRE O ABRIGO ANNA DIEDERICHSEN E O EDIFÍCIO DIEDERICHSEN

Em meados do século XX, enquanto a cidade se expandia e se verticalizava, Antônio Diederichsen faleceu em Ribeirão Preto. O empresário morreu pouco após completar oitenta anos de idade, em 1955, e, em seu testamento, determinou novos rumos para o Edifício Diederichsen. O documento havia sido elaborado em maio de 1948, quando o prédio do Hotel Umuarama estava em execução, tendo como testemunha Antonio Terreri, a sugerir que a relação com o arquiteto, que a partir de 1931 desenvolveu diversos projetos para seus empreendimentos, não se limitou ao campo profissional.

A partir desse documento podemos constatar outros importantes vínculos estabelecidos pelo empresário[398]. Além da herança deixada aos familiares, que refletem aspectos pessoais de sua vida privada, grande parte das doações foi destinada a instituições da cidade e região.[399] A Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto foi uma

---

[398] Antonio Diederichsen não se casou ou teve filhos, mas ao longo da vida teve uma companheira, conhecida como D. Candinha, que anteriormente teria sido esposa de um dos funcionários da fazenda onde trabalhou, em Batatais, antes de Antonio iniciar seus negócios em Ribeirão Preto. Mesmo depois de ter ficado viúva, Antonio e Candinha teriam optado por não oficializar a união, contrariando os conselhos do bispo D. Jaime Luiz Coelho (HASSE, 2004). Sem terem filhos, criaram e educaram duas das três órfãs do casal Tomiko e Fumi Minohara, Hatsue e Fusako Minohara – que, segundo Cunha (2001), trabalhavam para Antonio Diederichsen como colonos na fazenda Santa Rosa – conhecidas pelos nomes de batismo Cordelia e Estela, respectivamente. Apenas a irmã, Tomiko Minohara, batizada como Benedita, foi criada pelo casal Maria Candida Ramos e Francisco da Silva Ramos. Após o falecimento, o corpo de Antonio Diederichsen foi transportado de avião para a capital do estado de São Paulo e sepultado no Cemitério dos Protestantes, na Consolação (FALECIMENTOS..., 1955, p. 14; NECROLOGIA..., 1955, p. 2). Apesar de ter residido em Ribeirão Preto por longo período de sua vida, o empresário não estabeleceu vínculos familiares na cidade. Em São Paulo, onde nasceu e foi enterrado, também permaneceu grande parte de sua família. Sua fração da propriedade da família localizada em São Paulo foi deixada às irmãs. No local foi construído o edifício galeria "7 de abril", em 1959 (ALEIXO, 2005).

[399] O Leprosário de Cocais, em Casa Branca, e o Asilo Padre Euclides, Associação do Banco Constructor, Asilo de Órfãs Analia Franco, Círculo Operário Ribeirãopretano e Sociedade São Vicente de Paulo, em Ribeirão Preto, foram as que receberam maiores quantias. Também foram beneficiados a Sociedade Amiga dos Pobres, o Externato Coração de Jesus, o Instituto de Proteção à Infância, a Federação dos Cegos Laboriosos, a Associação das Damas de Caridade, o Orfanato Santana, o Albergue Noturno Apostolo Paulo e a Associação dos Olivetanos. O empresário ainda deixou ações da Companhia Comércio Industria Antonio Diederichsen aos acionistas da empresa, em especial a Manoel Penna, descrito como um "amigo de longos anos", e ao "bom

das principais herdeiras de Antonio Diederichsen. A ela foi doada uma quantia em espécie para a "construção e completa instalação do novo pavilhão para o hospital geral" (que seria destinado apenas à internação e tratamento de "indigentes pobres que apelem para os sentidos de caridade, pedindo tratamento gratuito de saúde") e o Edifício Diederichsen. Antes havia feito a doação do Abrigo Anna Diederichsen, realizada em abril de 1947:[400]

> Deixo à Sociedade Beneficente e Hospitalar "Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto", em plena propriedade o "Edificio Diederichsen", com frente para a Rua Alvares Cabral n. 24, e faces para a rua São Sebastião e Praça 15 de novembro desta cidade, prédio que fis construir em terreno que adquiri dos herdeiros do Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira pela escritura de 25 de abril de 1934, registrada sob n. 3.206, no antigo cartório do Registro de Imóveis desta Comarca (RIBEIRÃO PRETO, 1964).

Além da alteração na propriedade do Edifício Diederichsen, o testamento fixou a vinculação definitiva do Edifício Diederichsen ao Abrigo Anna Diederichsen, duas edificações que não estiveram relacionadas às empresas de Antonio Diederichsen:[401]

> Como condição para aceitação, validade e vigência do presente legado, imponho que a legatária mantenha, dirija e custeie o "Abrigo Ana Diederichsen", que lhe doei com a finalidade de dar assistência médica, manutenção e conforto dos tuberculosos indigentes de Ribeirão Preto (...). O Edifício Diederichsen, objeto deste legado, fica para sempre gravado

---

amigo" João Marzola. Esses últimos e seu irmão, Ernesto Diederichsen, também foram nomeados como possíveis inventariantes e testamenteiros para a administração de seu espolio e herança.

[400] Segundo registro em ata da Assembleia Geral Extraordinária da Sociedade Beneficente e Hospitalar Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto, realizada no dia 12 de abril de 1947, para o fim único e especial de se tomar conhecimento da doação feita por Antonio Diederichsen do prédio e instalações do Abrigo Anna Diederichsen. O documento e a escritura de doação, registrada no Quarto Tabelionato da Comarca de Ribeirão Preto em 9 jun. 1947, integram o processo de estudo de tombamento do Edifício Diederichsen (CONDEPHAAT, 1998). Manoel Penna foi citado como tesoureiro da Sociedade Hospitalar e um de seus representantes, o que expressa que os vínculos entre Antonio Diederichsen e seu sócio se estendiam para além do negócio que administravam. A ata de aprovação da doação informa que após a construção e "entrega" do Abrigo à Santa Casa, em 1942, Antonio Diederichsen teria se comprometido a outorgar a respectiva escritura em ocasião oportuna, o que ocorreu apenas cinco anos depois, um mês antes do registro de seu testamento.

[401] Em seu testamento, Antonio Diederichsen estabeleceu uma quantia para "cada um dos auxiliares, funcionários e operários da Companhia Comércio e Indústria 'Antonio Diederichsen', e do 'Edifício Diederichsen'", que tenham prestado seus serviços ao empresário por, no mínimo, cinco anos completos, e que ainda estivessem a ele servindo quando viesse a falecer (RIBEIRÃO PRETO, 1964). A especificação feita entre os funcionários da empresa derivada do Antigo Banco Constructor e os que estavam vinculados ao Edifício Diederichsen, expressa a distinta administração desses dois negócios.

> com as clausulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, de vez que, com o presente donativo, desejo contribuir para o patrimônio da referida Sociedade Beneficente, a fim de que a mesma continue a praticar caridade e a amparar os enfermos pobres. Nessa conformidade, determino que o mesmo edifício, no todo ou em parte, jamais seja alienado, nem voluntariamente nem coactamente e nunca seja objeto de hipoteca ou outras garantias reais nem seus rendimentos possam ser objetos de penhor, caução ou fiança, nem o imóvel e esses rendimentos nunca respondam pelo pagamento de dívidas presentes ou futuras da legatária, pelo que prédio e rendimentos, não podem ser susceptíveis de penhora, sequestro, arresto ou outra medida coercitiva nem objeto de qualquer negócio ou transação (RIBEIRÃO PRETO, 1964).

Em seu testamento Antonio Diederichsen disse esperar, como retribuição, apenas que o nome do Abrigo "Ana Diederichsen", assim como foi batizado, fosse mantido, como forma de preservar a memória de sua mãe, bem como a denominação "Antonio Diederichsen" à sua Companhia, considerada pelo próprio como um "patrimônio de Ribeirão Preto". Diferentemente das edificações do Antigo Banco Constructor e do conjunto ABC, erigidos para abrigar os negócios do comerciante e industrial, e de seus investimentos particulares para renda, como no caso do Edifício Diederichsen, do Hotel Umuarama e da Estação de jardineiras, o Abrigo Anna Diederichsen foi uma iniciativa filantrópica, sem fins lucrativos, mas que além de ter grande importância para a trajetória do Edifício Diederichsen após o falecimento de seu promotor, também colaborou para reforçar a reputação do empresário como um homem benevolente. Inaugurado em abril de 1942, o Abrigo teve seu projeto elaborado pouco mais de um ano antes, em fevereiro de 1941, quase concomitantemente à segunda etapa do prédio ABC, com autoria do engenheiro de minas e civil Nelson Nobrega, e execução a cargo dos construtores licenciados Nicolau Terreri e Irmão (figura 5.3.4).[402] O edifício foi implantado na Rua Pernambuco, no bairro Campos Elíseos, e seu terreno era cortado pelo leito do ramal derivado da Estação Ribeirão Preto da Estrada de Ferro São Paulo – Minas (figura 5.3.1).

---

[402] Segundo relatório assinado por Ary T. Moraes em 10 dez. 1959, o projeto teria sido orientado pelo médico Luiz Tinoco Cabral, formado na Faculdade de Medicina de São Paulo e filho do então provedor da Santa Casa, Antonio Tinoco Cabral. O documento compõe um processo da Divisão do Serviço de Tuberculose do Departamento de Saúde do Estado, na Secretaria da Saúde da Assistência Social de São Paulo, arquivado na Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto.

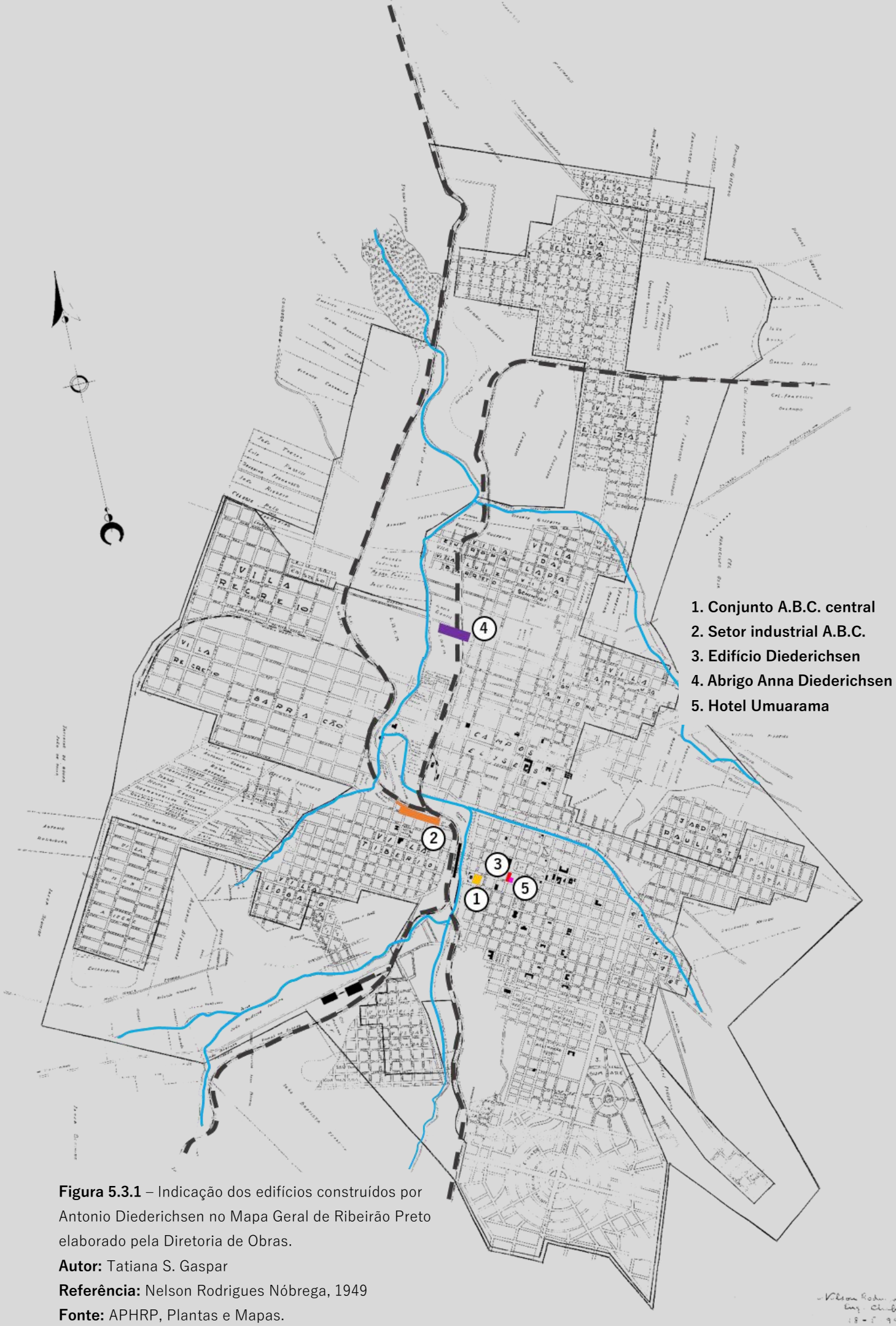


Figura 5.3.1 – Indicação dos edifícios construídos por Antonio Diederichsen no Mapa Geral de Ribeirão Preto elaborado pela Diretoria de Obras.
Autor: Tatiana S. Gaspar
Referência: Nelson Rodrigues Nóbrega, 1949
Fonte: APHRP, Plantas e Mapas.



Figura 5.3.2 – Vista panorâmica do Abrigo Anna Diederichsen, no bairro Campos Elíseos. Após a densa área verde estavam as instalações das Indústrias Matarazzo. | **Ano:** não identificado | **Autor:** Tony Miyasaka. Editado por Tatiana S. Gaspar. | **Fonte:** Acervo Tony Miyasaka.



Figura 5.3.3 – Vista da fachada principal do Abrigo Anna Diederichsen, a partir da Rua Pernambuco.
Ano: não identificado
Autor: não identificado
Fonte: Acervo Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto.

Parte desse setor da cidade havia se constituído com a emancipação e incorporação do Núcleo Colonial Antonio Prado ao município, ainda na última década do século XIX, e desde então recebeu diversos equipamentos e serviços considerados indesejados para o centro urbano. A algumas quadras do terreno do Abrigo Anna Diederichsen estava o Cemitério da Saudade, o Asilo da Mendicidade, além de outras instituições filantrópicas que foram instaladas na região (SILVA, 2006). Com o desenvolvimento da cidade e sua economia nas primeiras décadas do século XX, áreas do antigo Núcleo Colonial ou limítrofes a ele, sobretudo nas adjacências das linhas férreas, também passaram a contar com algumas indústrias de grande porte, como as Indústrias Matarazzo, implantadas em 1945 no terreno próximo ao do Abrigo Anna Diederichsen (figura 5.3.2).

Consta em documentos oficiais relacionados ao Abrigo que antes de sua construção esse lote já era ocupado por um dos estabelecimentos do setor industrial do Antigo Banco Constructor. Em 1937 Antonio Diederichsen teria realizado sua doação à Santa Casa de Ribeirão Preto, a fim de que ali fosse construído um abrigo para tuberculosos indigentes a ser mantido por essa Sociedade Beneficente Hospitalar:[403]

> O benemérito cidadão sr. Antonio Diederichsen, por sua escritura de 23 de junho de 1937, doou a esta Sociedade Beneficente e Hospitalar "Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto", gratuitamente, o prédio e terreno em que funcionava antigamente a fabrica de parafusos de sua propriedade, sitos na rua Pernambuco, no bairro Campos Elíseos, nesta cidade, para ali ser edificado, instalado e mantido por esta "Santa Casa" ou por meio de auxílios e subvenções, um abrigo para tuberculosos indigentes, que não possam ser recebidos nos hospitais locais; que, posteriormente, o mesmo sr. Antonio Diederichsen mandou demolir o prédio velho e edificar, à sua custa, no referido terreno, o atual prédio com as instalações necessárias ao funcionamento do mencionado abrigo, entregando-o em solenidade pública, à diretoria desta Sociedade, prontificando-se, então, a autorizar a respectiva escritura de doação quando se entendesse oportuna (...)[404]

---

[403] A escritura de doação do terreno em que o Abrigo Ann Diederichsen foi erigido, que também compõe o processo de tombamento do Edifício Diederichsen, informou sobre a utilização anterior do lote como fábrica de parafusos de Antonio Diederichsen, descrito como "um prédio construído com tijolos e coberto de telhas, em mau estado de conservação". Não foram encontradas outras informações sobre esse estabelecimento, já que o setor industrial do Antigo Banco Constructor foi sempre vinculado às oficinas da Vila Tibério.

[404] Cf. nota 400.

O projeto do Abrigo Anna Diederichsen propunha um espaço de acolhimento especializado, na medida em que seria utilizado por doentes acometidos por apenas um tipo de enfermidade. No entanto, destinava-se principalmente ao confinamento dos pacientes sem recursos financeiros, já que apenas em 1943, dois anos depois de ter sido concebido, surgiria o primeiro fármaco considerado eficaz contra a tuberculose. A partir do século XIX essa doença alcançou importância epidemiológica, sendo acompanhada por sucessivos avanços científicos sobre sua causa e forma de transmissão. Junto a isso, o surgimento da radiografia permitiu que a doença pudesse ser melhor caracterizada clinicamente, contribuindo para seu diagnóstico mais efetivo já no início do século XX (GURGEL, 2019). A emergência da questão sanitária nas transformações empreendidas nas cidades brasileiras desde o final do século XIX encontrou, ao final da República Velha, um novo contexto político de centralização e fortalecimento de serviços oferecidos pelo poder público, como o Ministério da Educação e Saúde, criado em 1930, e que, entre outros aspectos, promoveu a construção de sanatórios para tuberculosos por meio do Serviço Nacional de Tuberculose – SNT, criado em 1941, principalmente após a Campanha Nacional contra a Tuberculose – CNCT, formulada em 1946 (BITTENCOURT, 2000).[405]

No entanto, até que a terapêutica fosse desenvolvida e o tratamento em larga escala da tuberculose passasse a ocorrer a nível ambulatorial, as principais formas de prevenção foram o isolamento e o controle comportamental dos portadores da doença, a partir de hábitos saudáveis de alimentação, higiene, exercícios e descanso, aliados a um ambiente natural com ar fresco (GURGEL, 2019). Atendendo a esses últimos critérios, o Abrigo Anna Diederichsen foi localizado em área distante do centro urbano e implantado em terreno amplo, sendo concebido em um único bloco com forma de cruz que deixava livre grandes porções do lote com mais de 10.000 m² e ainda repleto de vegetação natural (figuras 5.3.2, 5.3.3 e 5.3.4).

---

[405] Em pesquisa sobre os sanatórios de tuberculose no Brasil na primeira metade do século XX, Bittencourt (2000) analisou a produção arquitetônica derivada das iniciativas governamentais do período, sobretudo a partir do que foi implementado pela Campanha Nacional Contra a Tuberculose. A iniciativa teve seu ápice na segunda metade da década de 1940, quando incrementou em cerca de 300% o número de leitos existentes no país destinados aos tuberculosos. Segundo a autora, a produção desse período foi marcada pela racionalidade e funcionalidade, que esteticamente se vincularam tanto à linguagem Art Déco, como ao viés da Arquitetura Moderna que se difundiu a partir da Europa, com a atuação de arquitetos modernos importantes no contexto brasileiro, como Jorge Machado Sérgio Bernardes, Irmãos Roberto e Hélio Duarte (BITTENCOURT, 2000).

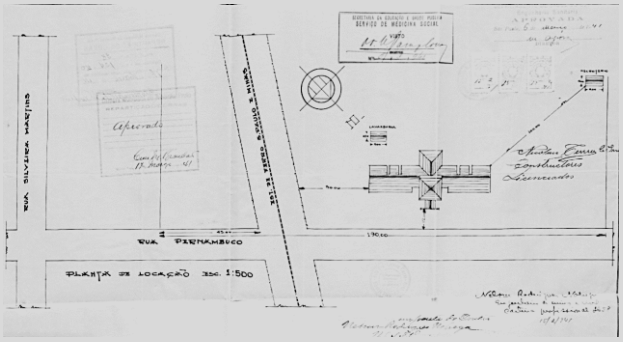
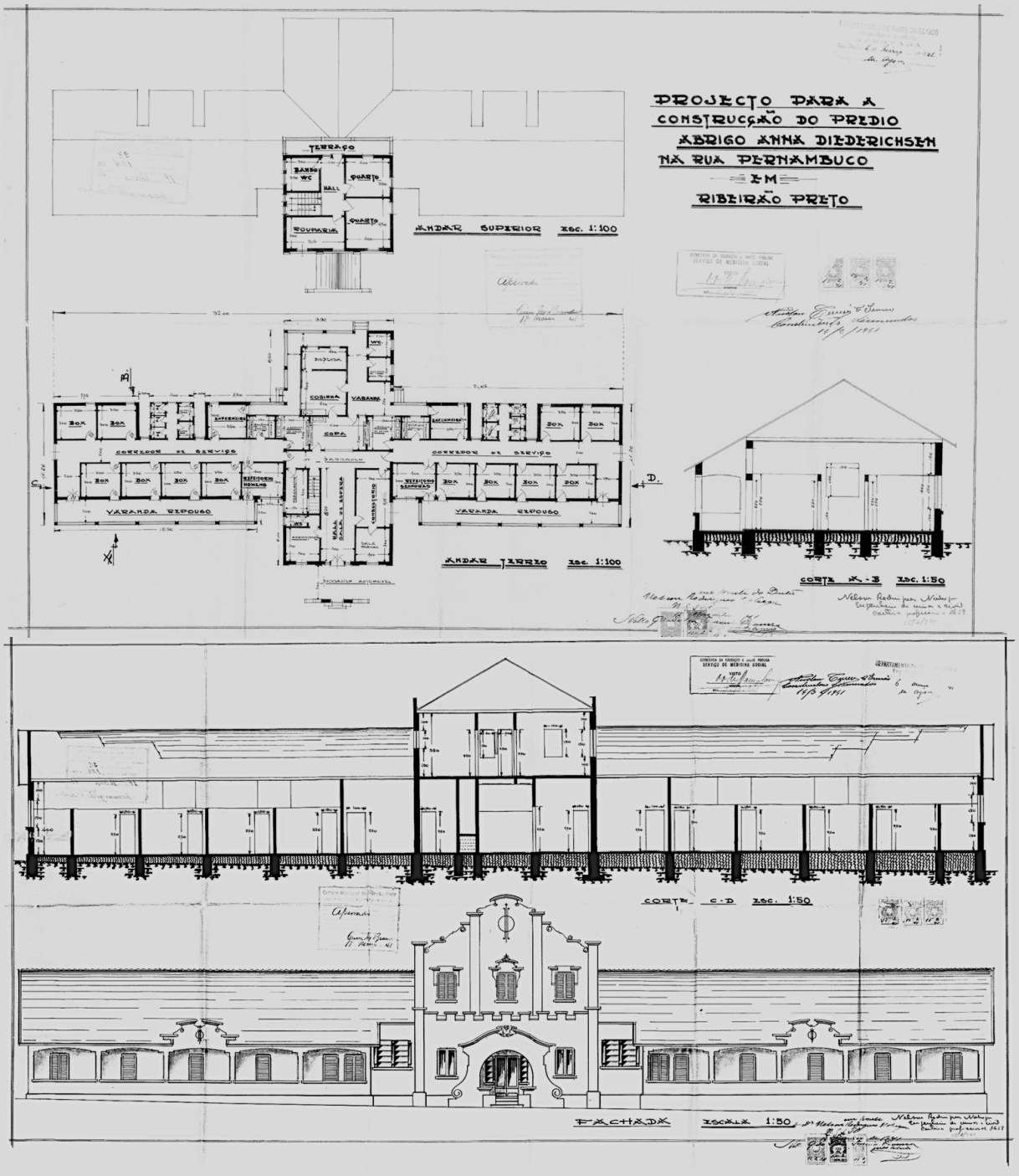


Figura 5.3.4 – Projeto para construção do prédio do Abrigo Anna Diederichsen.
Dia/Mês/Ano: 15/02/1941
Autor: Nelson Rodrigues Nóbrega – Eng. de Minas e Civil. Nicolau Terreri e Irmão (construtores).
Fonte: APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Particulares, n. 38, 1941.



O programa de usos do Abrigo Anna Diederichsen se mostrava adequado ao que se propunha para a tipologia de sanatórios desenvolvida em todo o mundo no início do século XX, como “parque ou bosque envolvendo a edificação, como agente purificador do ar” e varandas cobertas, também conhecidas como “galeria de cura”, para “aeração programada” dos pacientes, além dos setores administrativo, médico e de serviços, já comuns em qualquer hospital (BITTENCOURT, 2000, p. 83). Igualmente, também atendia a preceitos de higiene, racionalidade e funcionalidade, estando os diversos compartimentos de funções específicas organizados a partir de setores e fluxos distintos e bem definidos na planta da edificação (figura 5.3.4).

No setor central do edifício, o único com dois pavimentos, a parte administrativa e de serviços se concentrava no térreo, enquanto o pavimento superior foi ocupado por dois quartos, banheiro, rouparia e terraço. Próximo à entrada, com previsão de parada de automóvel à porta, estava o *hall* e a sala de espera, administração com banheiro e sala para médicos e consultório. Na sequência, um corredor permitia acesso a um pequeno vestíbulo para guarda de medicamentos, posicionado junto à escada para o pavimento superior; e entrada para os espaços de serviço, bem como o ingresso nas alas de internação. Já o setor de serviços era composto por copa, duas áreas para lavagem de louça e cozinha com dispensa e varanda – onde se encontravam w.c. e vestiário para funcionário e por onde se chegava à parte externa no fundo do terreno (figura 5.3.4).

As duas alas de internação foram simetricamente dispostas a partir do centro do prédio e apresentavam o mesmo programa e distribuição espacial, sendo distintas apenas pelo uso feminino ou masculino. Os homens ficavam à esquerda e, as “senhoras”, à direita. Cada ala contava com refeitório, seis quartos (ou “*box*”, como foram designados), banheiro com três cabines sanitárias e duas para banho, além de quarto de enfermagem e rouparia. A preocupação com a aeração era tamanha que cada uma das cabines dos banheiros possuía sua própria janela. A solução foi possível devido aos recuos criados nesse setor e permitiu a instalação de duas janelas para a ventilação dos corredores. O acesso aos quartos ocorria por esses corredores localizados no centro da planta, que por sua vez também acessavam as duas amplas varandas de repouso conectadas diretamente aos quatro “*box*” localizados na porção frontal do edifício, de orientação solar nordeste. Os demais quartos, assim como todos os outros compartimentos da edificação, guardavam aberturas de janelas para as fachadas posteriores (figura 5.3.4).



Figura 5.3.6 – Sequência de imagens que registram as obras do Abrigo Anna Diederichsen, com a presença de Antonio Diederichsen e do então prefeito municipal, Fabio Barreto. Na última foto, nota-se a presença das pranchas do projeto fixadas no canteiro de obras.
Ano: 09/1941 (fotos 01, 02 e 03) / 1942 (foto 04)
Autor: Gullaci (fotos 01, 02 e 03) / Não identificado (foto 04)
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F203, 202 e 201 (fotos 01, 02 e 03) / Acervo Santa da Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto (foto 04).



Figura 5.3.7 – Vista da fachada do Abrigo Anna Diederichsen.
Ano: não identificado | **Autor:** Tony Miyasaka
Fonte: Acervo Fotográfico Tony Miyasaka



Figura 5.3.8 – Escola Prática de Agricultura, que abrigou a Faculdade de Medicina da USP, em Ribeirão Preto. | **Ano:** não identificado | **Autor:** Foto Esporte | **Fonte:** Acervo IBGE Fotos Históricas [ID: 45606].

A fachada foi motivada por elementos compositivos e decorativos da arquitetura neocolonial (figura 5.3.7), que já se apresentava na cidade desde as décadas anteriores, sobretudo em palacetes construídos na década de 1920, mas que a essa época ganhava novo impulso a partir do projeto de construção de uma identidade nacional, formulada na Era Vargas e amplamente difundida pelo interior do país com a construção das Escolas Práticas de Agricultura – como a implantada em Ribeirão Preto em 1942 (figura 5.3.8) pelo então Interventor do estado de São Paulo (MASCARO, 2008).[406] Outras construções executadas no terreno do Abrigo Ana Diederichsen mantiveram a mesma linguagem do edifício principal e compuseram o conjunto também formado por um necrotério, casa do zelador e lavanderia, aprovadas para construção ainda em março de 1941, com projeto igualmente assinado pelo engenheiro de minas e civil Nelson Rodrigues Nobrega e pelos construtores licenciados Nicolau Terreri e Irmão.[407]

Interessante observar que, em 1941, enquanto o posto de combustível de Antonio Diederichsen localizado na Rua Saldanha Marinho perdia sua feição neocolonial e adquiria composição Art Déco – como as demais partes do novo edifício ABC inauguradas naquele ano – também em 1941 se optava pela referência ao neocolonial no Abrigo Anna Diederichsen, que seria administrado pela Santa Casa, remetendo ao tradicionalismo que essa linguagem evocava. Ainda assim, a tipografia do letreiro do edifício batizado com o nome de sua mãe se manteve aderente ao Art Déco (figura 5.3.7), assim como também se apresentava a placa fixada junto à entrada principal do Edifício Diederichsen, em dezembro de 1936 (figura 4.2.28). Essa relação parece revelar a importância da simbologia *Déco,* fosse por meio de características construtivas ou de outros elementos que compõe tal repertório estilístico, como uma marca de Antonio Diederichsen nos edifícios que a ele se associavam.

Após a inauguração, ocorrida em 12 de abril de 1942, o Abrigo Anna Diederichsen

---

[406] A Escola Prática de Agricultura de Ribeirão Preto, denominada “Getúlio Vargas”, foi extinta em 1952 e, em 1954, doada à Universidade de São Paulo, quando o prédio principal (figura 5.3.8), cujo projeto foi elaborado por Hernani do Val Penteado, passou a abrigar a Faculdade de Medicina criada em Ribeirão Preto no ano de 1948 (MASCARO, 2008).

[407] A solicitação foi feita ao Diretor de Obras, Cicero Martins Brandão, por Luiz Tinoco Cabral, designado como presidente da Instituição do Abrigo Anna Diederichsen. Além da autorização para a construção, solicitava-se o seu alinhamento e nivelamento, bem como a isenção dos emolumentos. O requerimento também foi assinado por Nicolau Terreri e Irmão, em 14 mar. 1941 (APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Particulares, n. 38, 1941).

passou a ser mantido e administrado pela Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto. Mesmo com a contribuição de Antonio Diederichsen na doação do terreno e construção das edificações, desde o início o funcionamento do Abrigo Anna Diederichsen parece ter sido marcado pela carência de recursos financeiros disponibilizados pela mantenedora. Em fevereiro de 1953, um memorial elaborado por profissionais que prestavam assistência médica no local foi endereçado aos provedores da Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto e elencou as diversas dificuldades enfrentadas para o seu adequado funcionamento e tratamento dos enfermos. O documento não deixou de mencionar a "generosa colaboração" do "preclaro cidadão" Antonio Diederichsen para que o empreendimento tivesse êxito, mas destacou a negligência na direção do Abrigo após sua inauguração, afirmando que durante "anos seguidos o Abrigo funcionou precariamente, com os escassos recursos que obtinha para a sua manutenção, provenientes de minguadas subvenções do Estado e do Município e de pequenas contribuições particulares". [408]

É possível que as dificuldades enfrentadas pelo Abrigo tenham tido influência sobre as formulações do testamento de Antonio Diederichsen, em 1948, e, ainda mais, sobre o futuro dessa Instituição após o falecimento do empresário, em 1955, já que a partir dali a Santa Casa de Ribeirão Preto passaria a contar com a renda dos aluguéis do Edifício Diederichsen para a manutenção, administração e custeio do Abrigo Anna Diederichsen, além do valor de um milhão de cruzeiros doados por Antonio Diederichsen diretamente à Instituição, que deveria ser assim aplicado:

> metade na ampliação do prédio do Abrigo Anna Diederichsen, e aumento

[408] Os signatários destacaram a ação ocorrida no final da década de 1940, quando um convênio firmado com a Divisão do Serviço de Tuberculose resultou na subvenção de verba anual do estado de São Paulo, disponibilização de um médico assistente e um aparelho de Raio X, capazes de modificar suas "primitivas finalidades", que "de simples depósito de doentes incuráveis, de ante câmara da morte, se transformaria num hospital de tratamento, visando a recuperação do tuberculoso". No entanto, o Abrigo Anna Diederichsen teria continuado a enfrentar problemas derivados da má administração dos recursos, com ausência de materiais, equipamentos e medicamentos, alguns de urgência, carência de profissionais e más condições de instalação e funcionamento. Denunciava-se que a direção não estaria atendendo às indicações feitas pelos médicos, de aliviar ou curar os que ali estivessem internados, em contradição com o "princípio básico da caridade", além de não providenciarem os meios necessários para "uma assistência de acordo com as exigências mínimas de um hospital de tuberculose". Essas e outras informações relacionadas à história e trajetória do Abrigo Anna Diederichsen foram relatadas em dois documentos associados a Ary T. Moraes, então funcionário do Abrigo, na década de 1950, e integram o acervo da Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto, com extensivos e detalhados memoriais sobre as dificuldades enfrentadas pelo nosocômio naquele contexto.

> do número de leitos para nele ser internado gratuitamente maior número possível de tuberculosos desta cidade e a outra metade destinada a constituição de bens patrimoniais que sejam fonte de renda para auxiliar a manutenção do mesmo Abrigo (RIBEIRÃO PRETO, 1964).

Essas e outras ações definidas pelo testamento contribuíram para firmar o nome de Antonio Diederichsen como um benfeitor da cidade. Uma matéria publicada em novembro de 1955 deu publicidade aos termos de seu testamento, com a manchete: "Antonio Diederichsen deixou todos os seus bens para entidades assistenciais ribeirão-pretanas – 'A terra lhe havia dado tudo e tudo seria dela'" (ANTONIO..., 1955, p. 14). Após apresentar aspectos da vida do empresário, o texto especificou detalhes relativos às doações descriminadas no documento, ao que se intitulou como o "legado de Diederichsen a Ribeirão Preto", a começar pelas doações feitas à Santa Casa, com destaque ao Edifício Diederichsen:

> Antonio Diederichsen não gostava que se falasse de suas obras em benefício da cidade nem daquelas que realizava para o bem da comunidade e dos necessitados. Só agora, com a abertura de seu testamento, feito muitos anos atrás, é que se pode ter conhecimento exato de seu espírito de benemerência. O testamento, lavrado em 1948, doou: para a Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto, o prédio Diederichsen, um dos maiores do interior, avaliado em 20 milhões de cruzeiros, com a condição de custear e dirigir o Abrigo para tuberculosos Ana Diederichsen, com a cláusula de impenhorabilidade e inalienabilidade (ANTONIO..., 1955, p. 14).

Não é possível afirmar se o empresário possuía empenho especial em dar visibilidade às suas obras e ações em Ribeirão Preto.[409] No entanto, é fato que desde o início de suas atividades no Antigo Banco Constructor e, sobretudo, a partir do anúncio da construção do Edifício Diederichsen, diversas menções ao seu espírito empreendedor – que havia dotado a cidade do primeiro prédio com mais de seis pavimentos – reverberaram

---

[409] Antonio Diederichsen, ou "seu Tonico", como relatam alguns memorialistas da cidade, foi descrito como um homem reservado, de poucas palavras e hábitos simples, como o de "fumar seu cigarrinho de palha" e dividir a mesa com diretores, acionistas, funcionários e convidados da empresa na hora do tradicional "cafezinho" diário, às 14h30m (CIONE, 1992, p. 464 e 466; PORTO, 1953, p. 60). A partir de relatos de Antonio de Pádua Laboschi, que trabalhou com Antonio Diederichsen, Cunha (2001, p. 92) o caracterizou como um empresário discreto, "que só se abria mesmo com os mais chegados", e austero, "que tratava de 'senhor' mesmo os colaboradores mais próximos", mas de "trato fácil", por "acreditar nas pessoas" e gostar de "valorizá-las".

na imprensa local e estadual.[410] Em janeiro de 1937, quando o Edifício Diederichsen foi inaugurado, o jornal *Diário de Notícias*, de Ribeirão Preto, dedicou sua primeira página a apresentar detalhes da vida pessoal e profissional de Antonio Diederichsen, representando uma foto do empresário ao lado do registro da edificação recém-concluída (figura 5.3.9), com o seguinte título: "Uma vida de trabalho. Que é, também, uma vida de triumphos". Diz a matéria:

> O que tem sido, em Ribeirão Preto, a existência do Sr. Antonio Diederichsen, um dos maiores e mais eficientes propulsores de nosso progresso – Suas atividades commerciaes e industriaes – A construcção e inauguração do majestoso EDIFICIO DIEDERICHSEN, expressão soberba de grandeza, pujança e vitalidade de Ribeirão Preto (UMA VIDA..., 1937, p. 1)

Oito meses depois, uma notícia sobre a comemoração do aniversário de 62 anos de Antonio Diederichsen o descrevia como o "maior industrial ribeirão-pretano" e "importante capitalista a quem Ribeirão Preto deve grande parte de seu progresso em embelezamento" (ANTONIO..., 1937, p. 27). A data foi marcada pela entrega do "belíssimo álbum, com mais de 100 photographias", que registraram as "diversas phases da construcção do imponente arranha-céo", como presente de seus auxiliares no Antigo Banco Constructor (ANTONIO..., 1937, p. 27). Outro regalo, bastante simbólico, entregue pelo sócio Manoel Penna, foi de um tinteiro que possuía no centro um metaloide encontrado durante as escavações para a fundação do Edifício Diederichsen.[411] Seu 65º aniversário foi, mais uma vez, motivo de enaltecimento público. Descrito como "um dos mais antigos industriaes desta cidade e grande bemfeitor de Ribeirão Preto" (ANTONIO..., 1940, p. 21), sua atuação foi qualificada como progressista e tinha como símbolo o Edifício Diederichsen:

> Espirito dynamico, orientado sempre pela rectidão de caracter, o sr.

---

[410] Na publicação comemorativa dos 50 anos da empresa dirigida por Antonio Diederichsen, a placa de bronze fixada na entrada principal do Edifício Diederichsen e inaugurada em dezembro de 1936 foi descrita como "a primeira homenagem prestada pelo povo de Ribeirão Preto ao fundador" da organização (PORTO, 1953, p. 59).

[411] Também em 1937, o "formidável Edificio Diederichsen", indicado como "maior construcção até hoje efetuada no interior paulista e que poderia figurar em qualquer metrópole", ilustrou uma publicação sobre Ribeirão Preto no periódico carioca *Vida Doméstica*, com circulação nacional, ao lado de outras construções importantes da cidade – e também as mais altas – naquele contexto, como a Catedral, o Theatro Pedro II e o Central Hotel, que compunham o Quarteirão Paulista, o Palacete Innechi e as instalações da Companhia Antarctica Paulista (CONDE, 1937, p. 27). Entre essas obras, a única a receber menção especial ao seu promotor foi o Edifício Diederichsen, especificado como "benemérito cidadão teutônico" (figura 5.3.10).

> Antonio Diederichsen, revelando grande força de vontade e esforço proprio, transformou-se em um dos mais adeantados industriaes do interior do Estado e legou á terra que o acolheu grandes melhoramentos, entre os quaes se destaca o majestoso “Edificio Diederichsen”, “cartão de visitas da cidade”.
> Pelo transcurso de seu aniversario, o sr. Antonio Diederichsen recebeu as mais inequívocas demonstrações de apreço e de sympathia por parte de todos os círculos sociaes e da população em geral desta cidade (ANTONIO..., 1940, p. 21).

Nos anos seguintes, a construção de outras edificações de grande porte, como prédio ABC e o Hotel Umuarama, ampliaram o reconhecimento do empresário como um homem que contribuiu para o progresso de Ribeirão Preto, enquanto sua associação ao Abrigo Anna Diederichsen repercutiu seu suposto espírito benevolente. Postulava-se que para ele a população da cidade deveria guardar um sentimento de admiração e gratidão por seus feitos, como declarou uma reportagem de 1949 com imagens do Edifício Diederichsen, Umuarama e ABC (figura 5.2.22), e uma nota publicada em 1952 em homenagem ao 67º aniversário do fundador do Antigo Banco Constructor:

> O sr. Antonio Diederichsen, fundador do antigo Banco Constructor, o mais antigo estabelecimento comercial e industrial desta cidade, completou, sábado último, o seu septuagésimo sétimo aniversário, tendo, por isso mesmo, sido alvo de expressivas homenagens de parte de seus auxiliares, amigos e admiradores. A manifestação realizou-se nos escritórios do grande estabelecimento industrial e comercial, onde o aniversariante ofereceu carinhosa recepção. Saudando-o, falaram os ser. Ari Mariano da Silva, Valdo da Silveira e o presidente do Conselho Consultivo da Radio e Imprensa de Ribeirão Preto. O sr. Antonio Diederichsen além de haver contribuído, como comerciante e industrial, para o progresso de Ribeirão Preto, vem construindo, nesta cidade, sem jamais haver apelado para financiamentos, grandes edifícios, como o Edifício “Diederichsen”, um dos maiores da cidade, o belo arranha-céu da rua São Sebastião, onde se acha instalado o Hotel Umuarama. As duas atividades se destacam, ainda, no campo da assistência social, pois além de contribuir para várias instituições dessa natureza, fundou e mantém o Abrigo Ana Diederichsen, onde são recolhidos os tuberculosos pobres, os quais, sem esse abrigo, ficariam abandonados. (HOMENAGEM..., 1952, p. 7)



DIARIO DE NOTICIAS

Director — OSWALDO DA SILVA LISBÔA

ANNO IX — RIBEIRÃO PRETO — DOMINGO, 10 DE JANEIRO DE 1937 — NUM. 3.451

Uma vida de trabalho

Que é, tambem, uma vida de triumphos — O que tem sido, em Ribeirão Preto, a existencia do Sr. Antonio Diederichsen, um dos maiores e mais efficientes propulsores de nosso progresso — Suas actividades commerciaes e industriaes — A construcção e inauguração do magestoso EDIFICIO DIEDERICHSEN, expressão soberba da grandeza, pujança e vitalidade de Ribeirão Preto

EDIFICIO DIEDERICHSEN, depoimento incontestavel da pujança de nossa terra.

(Continua na 8a pagina.)



Figura 5.3.10 – Alguns dos edifícios mais importantes de Ribeirão Preto, no final da década de 1930.
Fonte: CONDE, 1937, p. 27.



Figura 5.3.11 – Anúncio publicitário do Café União, relacionado a procedência dos grãos utilizados em sua fabricação à cidade de Ribeirão Preto, descrita como "capital dos cafés de qualidade". Na vista parcial do centro, observa-se o Edifício Diederichsen entre os prédios da Catedral e do Theatro Pedro II.
Fonte: *Correio Paulistano*, 1939, p. 5.



Figura 5.3.12 – Página ilustrativa da cidade de Ribeirão Preto, com a Praça XV de Novembro, edifício dos correios e telégrafos, catedral e Edifício Diederichsen.
Fonte: RIBEIRÃO..., 1948, p. 322.

Em 28 de março de 1951, junto ao médico Leite Lopes e Sinhá Junqueira, outras duas figuras proeminentes na história de Ribeirão Preto, Antonio Diederichsen recebeu a comenda “Ordem do Estingue”, da Associação Regional de Rádio e Imprensa de Ribeirão Preto (figura 5.3.13), o que teria lhe dado o título de “jornalista honorário” (PORTO, 1953, p. 59). Um ano depois, em 31 de março de 1952, foi contemplado com homenagem da *Standard Oil Company of Brazil*, no programa “Honra ao Mérito”, da Rádio Tupi paulista (figura 5.3.14), quando teria recebido uma medalha ouro e um diploma do então prefeito municipal de Ribeirão Preto, Condeixa Filho (PORTO, 1953, p. 60). Na chamada pública para evento, o “benemérito industrial de Ribeirão Preto” foi considerado como “o maior benfeitor da cidade e do povo de Ribeirão Preto”, representante do esforço e do trabalho “em prol da coletividade” (HOMENAGEM..., 1952, p. 5).

Um dos principais documentos sobre a história de Antonio Diederichsen e a trajetória de seus negócios em Ribeirão Preto data do ano seguinte, quando a empresa oriunda do Antigo Banco Constructor comemorava seu “jubileu de ouro” (1903-1953) e elaborou uma publicação com textos do jornalista Sebastião Porto e ilustrações de Alcebíades Bárbara (CIONE, 1995, p. 75). A obra impressa pela Companhia presidida por Antonio Diederichsen torna clara a intenção de dar visibilidade às suas memorias pessoais e celebrar suas realizações, não deixando de dar ênfase aos momentos de infortúnio, que conferem um tom triunfante à narrativa do seu sucesso (figura 5.3.16).

Uma das últimas homenagens recebidas por Antonio Diederichsen em vida foi oferecida pela Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto, em 1954, quando essa comemorava seu cinquentenário e inaugurava o “Palacio Comercial e Industria”, com sete pavimentos, na esquina entre as ruas São Sebastião e Visconde de Inhaúma. Como veremos no capítulo seguinte, o prédio associado à Arquitetura Moderna que se inseriu em um novo contexto urbano, naquela ocasião recebeu um retrato de Antonio Diederichsen, que havia sido um de seus fundadores, nos idos de 1904, ano seguinte ao início das atividades do Antigo Banco Constructor em Ribeirão Preto. Definido como um “grande benfeitor”, era o único representante vivo da primeira diretoria e teve destacadas as suas ações “em favor do progresso de Ribeirão Preto e o seu trabalho para tornar a Associação Comercial e Industrial um órgão que pudesse lutar pelas aspirações da classe” (GRANDES FESTIVIDADES..., 1954, p. 15).

Depois de seu falecimento, Antonio Diederichsen continuou sendo homenageado de

diversas formas. Um requerimento de pesar foi solicitado pelo então deputado estadual Condeixa Filho e aprovado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo ainda em novembro de 1955. Em março de 1956, o Banco Mercantil de São Paulo também prestou homenagem ao empresário, que era acionista dessa instituição financeira. Na Associação Comercial de Ribeirão Preto, foi inaugurada, em agosto de 1956, uma placa em sua memória, fixada na sala da diretoria.[412] Dois meses depois, outra notícia informou que, em decorrência do primeiro aniversário de morte de Antonio Diederichsen, os funcionários da sua Cia. de Comércio e Indústria inaugurariam uma estátua do antigo diretor (figura 5.3.15) no pátio do estabelecimento (ANTONIO..., 1956, p. 7). Em outubro de 1956, nova nota jornalística informou a inauguração de uma herma do empresário, dessa vez no Asilo Padre Euclides. Nela, Antonio Diederichsen era descrito como "um dos grandes benfeitores desse estabelecimento de assistência social" (LIBERADO..., 1956, p. 16). Na solenidade de inauguração compareceram representantes da Câmara Municipal, da empresa de Antonio Diederichsen e de diversas entidades locais, como a Sociedade Legião Brasileira e a Associação Regional de Rádio e Imprensa (figura 5.3.15). A herma em memória de Antonio Diederichsen teria sido instalada na entrada do Asilo Padre Euclides, tendo em sua base uma placa com a frase: "A Antonio Diederichsen, gratidão dos velhinhos do Asilo Padre Euclides" (INAUGURADA..., 1956, p. 13).[413] Segundo a notícia, além da doação deixada pelo empresário em seu testamento, "era Antonio Diederichsen quem, sempre discretamente como era de seu feitio, dava-lhe amparo e assegurava sua manutenção" (INAUGURADA..., 1956, p. 13).

---

[412] Uma notícia sobre a solenidade foi intitulada "Homenagem a um pioneiro" e transcreveu parte do discurso da homenagem póstuma: "a personalidade de Antonio Diederichsen já foi estudada e analisada sob os mais variados aspectos. Entretanto, por mais que se analise a sua vida e a sua obra em todos os setores onde se fêz sentir a sua benéfica influência, sempre fica alguma coisa por dizer, alguma coisa por analisar e estudar, tal a magnitude, e amplitude do campo de assistência social. Vou deixar de lado as suas obras inestimáveis de benemerência, por que outros, muito melhor que eu e em ocasiões mais oportunas delas tratarão, para falar, ainda que de maneira rápida e concisa sobre Antonio Diederichsen como comerciante e industrial (...). O exemplo de Antonio Diederichsen foi seguido, visando dar a esta cidade o que de mais nobre se encontra em vossos corações, fazendo com que Ribeirão Preto se destaque, sendo admiração de forasteiros e orgulho de seus concidadãos" (HOMENAGEM..., 1956, p. 10).

[413] Não foi possível constatar se ela foi executada dessa forma, ou posteriormente alterada, visto que atualmente existe uma estátua em frente à entrada principal da Santa Casa (figura 5.3.15), com os dizeres: "A Antonio Diederichsen eterna gratidão da Santa Casa de Ribeirão Preto" (SMCRP; APHRP, 2019, p. 34).



Figura 5.3.13 – À esquerda, Leite Lopes, Antonio Diederichsen, Sinhá Junqueira e Oswaldo Pereira da Cunha recebendo a Ordem do Estilingue. À direita, entrega do estilingue à Antonio Diederichsen.
Fonte: CIONE, 1992, p. 453 e 454.



Figura 5.3.14 – Anúncio da Rádio Tupi informando sobre a homenagem a Antonio Diederichsen.
Fonte: OUÇA..., 1952, p. 5.



Figura 5.3.15 – Estátuas de Antonio Diederichsen. Acima, em frente à Santa Casa de Ribeirão Preto e, abaixo, em frente ao Museu do Café, na USP.
Fonte: SMCRP; APHRP, 2019, p. 34 e 1931.



Figura 5.3.16 – Capa da publicação comemorativa dos 50 anos do Antigo Banco Constructor – Cia. Comércio e Indústria Antonio Diederichsen.

Fonte: PORTO, 1953.

Uma expressiva homenagem a Antonio Diederichsen foi a designação dada ao Ginásio Estadual localizado no bairro Campos Elíseos, em Ribeirão Preto, batizado com seu nome em 1956 (GOVERNO..., 1956, p. 2).[414] Dois anos depois, seu nome também foi cogitado para o Museu Industrial que seria criado na cidade. A notícia "Homenagem a um propulsor da indústria ribeirãopretana" informou sobre um projeto de lei, apresentado à Câmara Municipal, que considerou a importância de Antonio Diederichsen como um dos "pioneiros da indústria e progresso" na cidade e acrescentou: "tudo o que conseguiu realizar, e foi muito, deixou como um legado ao nosso povo. Constituiu-se num forte exemplo para os que acreditam no Brasil de amanhã, através do labor perseverante e do cumprimento do dever" (HOMENAGEM..., 1958, p. 3). O nome de Antonio Diederichsen chegou a ser utilizado até mesmo para intitular torneios esportivos, como o promovido pelo SESI em 1957 (O II TORNEIO..., 1957, p. 37), o que evidencia o alcance e a popularização do reconhecimento que alcançou em Ribeirão Preto.[415]

Em 1956, uma reportagem sobre o empresário tratou com eloquência a trajetória de Antonio Diederichsen, relacionando-a com a de Francisco Schimdt.[416] Acrescentando quimeras sobre a suposta ascensão galgada pelo "modesto auxiliar de uma fazenda", não mencionava, contudo, que a fazenda em questão era de seu primo, Arthur Diederichsen, agente de grande poder político e econômico na cidade e estado de São Paulo, diretamente ligado a Francisco Schimdt, que na época já era um dos mais importantes produtores de café do país:

> [Francisco Schimdt, Antonio Diederichsen, Dona Sinhá Junqueira e João Alves Meira Junior]. Os dois primeiros formaram um binômio que encheu a vida da cidade com os mais belos exemplos de trabalho, de persistência

---

[414] Lei Estadual n. 3.398, de 11/07/1956. Denomina "Antonio Diederichsen" o atual grupo escolar do bairro dos Campos Elíseos, município de Ribeirão Preto. O projeto de lei teve autoria do deputado estadual ribeirão-pretano Alfredo Condeixa Filho, que também já havia sido prefeito do município.

[415] A relação com campeonatos esportivos já era uma prática da Associação Banco Constructor, formada por diretores, acionistas e funcionários da Cia. Comércio e Indústria Antonio Diederichsen (PORTO, 1953, p. 61).

[416] A ascendência germânica de ambos também foi abordada como um elo na reportagem publicada em 1978 sobre a presença de alemães em Ribeirão Preto. Além de Francisco Schimdt e Antonio Diederichsen, mencionou-se a importância dos sócios Hirschmann, Leipner, Held e Noemeyer, que fundaram a filial da Cervejaria Antarctica em Ribeirão Preto, e, em especial, do cervejeiro Scherolds, trazido por eles diretamente da Alemanha, mas que ao se desentender com o grupo, uniu-se a alguns ribeirão-pretanos e fundou a Companhia Cervejaria Paulista, em 1914, contribuindo para que a cidade que servia-se do "champanhe francês" de Cassoulet passasse a consumir chopp e cerveja (RETRATOS..., 1978, p. 21).

> e de desprendimento. A vida de ambos foi uma trajetória ininterrupta e brilhante, sem curvas nem retrocessos, uma luminosa linha reta entre a pobreza honrada, que foi o patrimônio inicial de um e de outro, e a fortuna amealhada à custa de longos anos de uma operosidade sem par, fortuna que não gerou lagrimas nem malquerenças, mas realizou benefícios a mancheias. (...).
>
> Antonio Diederichsen a seu turno, de modesto auxiliar em uma das fazendas das imediações, fez-se possuidor de uma das maiores fortunas do país. Brasileiro e paulista, deixou o seu nome ligado à cidade e à sua gente que o veneram como autentico padrão de benemerências, em ostentação, e tudo deu à terra que o acolheu e que ele sempre se recordará com imorredoura saudade.
>
> Um e outro, embora em setores diversos – um agricultor cem por cento e outro industrial e comerciante sem restrições – muito fizeram pelo bem comum e daí o prestígio de que os seus nomes vivem aureolados e viverão sempre, porque os ribeiraopretanos não esquecem nunca os seus grandes benfeitores (OUTRO GRANDES..., 1956, p. 20).

A figura do homem "nobre", que não ostentava o poder que tinha, não ansiava por notoriedade e "liderava mais por ações do que por palavras" (HASSE, 2004, p. 46) foi a que se perpetuou na história de Ribeirão Preto, tornando-se um mito da ascensão pelo trabalho e esforço pessoal, muito embora sua origem não fosse de uma família com poucos recursos e influências.[417] Nesse sentido, as construções que erigiu na cidade não devem ser interpretadas apenas como reflexo do crescimento econômico do empresário ou do progresso de Ribeirão Preto, mas também pela contribuição ao seu prestígio como um cidadão benemérito, o que por sua vez também teve grande impacto na relação da cidade com as edificações por ele promovidas.

---

[417] Características atribuídas a Antonio Diederichsen na publicação comemorativa dos 50 anos de sua Companhia exaltaram, com orgulho, sua personalidade metódica e rigorosa, mas também laboriosa, que prezava pela pontualidade e fazia inspeções diárias às diversas seções da empresa, sempre "em cima da hora" (PORTO, 1953, p. 62). Duas cenas descritas reforçam tais atributos: "todas as segundas feiras, às 8 horas, impreterivelmente", visitava a parte industrial na Vila Tibério e todos os dias levava as correspondências pessoalmente até ao carro dos Correios que partia da Estação Mogiana para São Paulo, às 7h30m, aguardando na fila para o pagamento do frete (PORTO, 1953, p. 62). A descrição de seu comportamento em relação aos funcionários guarda semelhanças com o relato feito por Martins (2015, p. 275) sobre Francesco Antonio Maria Matarazzo, que "dirigiu os seus negócios de forma autoritária e pessoal", visitando diariamente as suas fábricas "com o objetivo de controlar as decisões de seus auxiliares, especialmente os gerentes administradores", segundo "uma visão nada burguesa sobre a empresa capitalista".

CAPÍTULO 6

O EDIFÍCIO DIEDERICHSEN DO AUGE À DESOCUPAÇÃO: A MEMÓRIA QUE SE ESVAI...



Figura 6.1.1 –Fachada do Edifício Diederichsen voltada para a Rua Alvares Cabral.
Ano: não identificado
Autor: Tony Miyasaka
Fonte: Acervo Fotográfico Tony Miyasaka – R19.

6.1 O AUGE: A DEMANDA ATENDIDA PELO EDIFÍCIO DIEDERICHSEN EM MEADOS DO SÉCULO XX

A partir da inauguração do Hotel Umuarama, a década de 1950 foi marcada pela construção de diversos exemplares de prédios altos que consolidaram a verticalização como um processo progressivo na região central de Ribeirão Preto, com a ascensão da Arquitetura Moderna em constante substituição à produção Art Déco. Fotos do Edifício Diederichsen entre 1940 e 1950 registraram a movimentação de pessoas e grande número de placas fixadas abaixo das janelas dos seus dois pavimentos de serviços (figuras 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4), o que, além de indicar a boa aceitação do prédio no período seguinte à sua inauguração, sugere um ambiente urbano dinâmico que pode ter contribuído para atrair a construção de edificações altas, com escritórios, nessa região da cidade.[418]

Nesse contexto, o Edifício Diederichsen possuía ocupação diversificada, com médicos, dentistas, advogados e engenheiros, e outros serviços que, em alguns casos, também atendiam aos profissionais ali instalados e à sua clientela, como a alfaiataria Palocci, a Escola Pratt de datilografia e a seguradora Industrial para incêndios e acidentes de trabalho (figura 6.1.5). Um dos autores do prédio também escolheu o edifício para se instalar. Antonio Terreri e seu filho, o engenheiro civil Henrique Nuncio Terreri – que assinaram a autoria do Edifício Umuarama – possuíam escritório no Edifício Diederichsen, bem como os profissionais Benoni Ferreira Gabarra, cirurgião dentista catedrático da Faculdade de Farmácia e Odontologia, e Manoel Santos Gabarra, com atuação em clínica-cirúrgica, instalados nas salas 210 e 212 do prédio (O BANCO..., 1955, p. 9).[419]

---

[418] Entre eles, Edifício Adolfo Serra (1946), Edifício do Banco Bandeirantes do Comercio S/A (1948), Edifício da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto (1951), Edifício Evaristo Silva Junior (1953) e Edifício Bradesco (1955), todos eles construídos ao longo da Rua São Sebastião, em seu trecho entre as ruas Álvares Cabral e Visconde de Inhaúma, e o Edifício Cinquentenário (1956), localizado na Rua Américo Brasiliense.

[419] Além do escritório no Edifício Diederichsen, Antonio e Henrique Terreri ainda possuíam sede no 14º andar do Edifício Boa Vista Seguros, em São Paulo. A informação foi divulgada em um anúncio do jornal *A Noite* , em 1955. No ano seguinte, um novo anúncio de Antonio Terreri e Henrique Nuncio Terreri foi veiculado no jornal *Folha da Manhã*, dessa vez informando novo endereço em Ribeirão Preto, no 8º andar do Edifício Bradesco, que também haviam projetado, além do escritório na capital paulista (figura 6.1.7).



Figura 6.1.2 – Vista do Edifício Diederichsen, na esquina entre as Ruas Álvares Cabral e São Sebastião, em 1948, com a presença de público no interior da cafeteria A Única e carros estacionados em frente ao prédio.
Ano: 1948
Autor: Gullaci Phot Rib Preto
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F193.



Figura 6.1.3 – Vista da Rua São Sebastião em meados da década de 1950, quando que se observa intensa movimentação de pessoas nas calçadas em frente aos prédios altos localizados nessa área. A foto registrou parte da marquise e a sombra projetada do Edifício Adolfo Serra no Edifício Diederichsen, o Hotel Umuarama, o Edifício do Banco Bandeirantes do Comercio S/A e o Edifício Bradesco.
Ano: 1956
Autor: não identificado
Fonte: CONTE; SANTO, 1956, p. 27.



Figura 6.1.4 – Acima, vista do Edifício Diederichsen, na esquina entre as ruas São Sebastião e Álvares Cabral, no final da década de 1940.
Ano: 1948
Autor: Gullaci Phot Rib Preto
Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F192.



Dr. Raul Karacik
ESPECIALISTA
PULMÕES — RAIOS X
Tel.: Consuls., 2406 — Predio Diederichsen 1.o andar — Tel. 1289 — Salas 110 e 118
Tel. Residência: 1289 - R. 7 Setembro 1091

Dr. Virgilio Mazetto
Cirurgião-Dentista
DENTADURAS — PONTES MOVEIS (Roach)
PROTESE IMEDIATA
Consultório: - Rua Alvares Cabral, 469 — (Edificio Diederichsen) — 1.o andar — Salas 129 e 130 — RIBEIRAO PRETO

Dr. Waldemar Gabarra
CIRURGIA E PROTESE IMEDIATA
CONS.: - Das 13 às 17 horas — Edificio Diederichsen - 1.o andar - Salas, 141 - 143

Dr. Geraldo Avelino A. Silva
Membro Titular da Soc. Brasileira de Proctologia Fistulas - Fissuras - Rotites Estreitamento Colite - Pruridos - Amebiase — HEMORROIDAS
Metodos Especiais de Anestesia - Aparelhagem completa e modernas para Exames
CONSULTORIO: - Edificio Diederichsen, 1.o and. Sala, 117 — Telefone, 3029
RESID. — R. J. Penteado, 164 — Fone, 1356

Seguros contra FOGO, Responsabilidade Civil, ACIDENTES do TRABALHO e Transportes em geral
"SEGURANÇA INDUSTRIAL"
Companhia Nacional de Seguros
Presidente: ANTONIO PRADO Jor.
Trinta e seis anos de bons serviços prestados aos segurados de todo o país — Filiais em todos os Estados
AGÊNCIA DE RIBEIRÃO PRETO
Rua Alvares Cabral n.o 469 — Predio Diederichsen - 1.o andar — salas 138/144 — Tel. 1514
AMBULATORIO MEDICO — ENTRADA PELA RUA S. SEBASTIÃO
ANTONIO MACHADO SANT'ANNA
Representante autorizado na alta Mogiana

CINE SÃO PAULO
Emprêsa Teatral Paulista Ltda.
Fone: 1-4-9-8
O cinema mais luxuoso e confortável de Ribeirão Preto e Região
Poltronas estofadas recnáveis — Ar condicionado perfeito — Tela Panorâmica

Amanhã dia 20
SEU UNICO PECADO
com
Akim Tamiroff
Gladys George
William Henry

HOJE — 5 Sessões: às 4,30 — 6,30 — 8,20 — 10,10 hs.
Será apresentado em TELA PANORAMICA
PERDIÇÃO POR AMOR
com Laurence Olivier — Jennifer Jones
(Impróprio até 14 Anos)
Preços: - Poltronas Cr.$ 10,00 - ½ entrada Cr.$ 5,00
DIARIAMENTE TRÊS SESSÕES
Uma vesperal às 2,30 e à noite duas sessões às 7,20 e 9,30 horas
AOS DOMINGOS - 5 SESSÕES
As 2,30 — 4,20 — 6,30 — 8,20 e 10,10 Horas

3.a e 4.a feiras dias 21 e 22
A LOBA
com
Ettore Manni
May Britt

Figura 6.1.5 – À esquerda, anúncios de profissionais e empresas instalados nos pavimentos voltados à prestação de serviço, no Edifício Diederichsen, e divulgação da programação no Cine São Paulo, em julho de 1955.
Ano: 1955
Fonte *Diário da Manhã*, 19 jun. 1955, p. 3, 4 e 11.

A entrada do Edifício Diederichsen pela Rua São Sebastião, ao lado do Cine São Paulo, contava com engraxates que ofereciam seus serviços aos frequentadores do prédio e do centro. Ainda no pavimento térreo, lojas de artigos especializados – como a Caprichosa, qualificada em vestuário feminino e que também possuía um complemento para roupas infantis, voltada para a Rua Álvares Cabral; e ainda a Agência São Paulo de jornais e revistas, que foi uma das mais importantes de Ribeirão Preto e esteve localizada ao lado da portaria da Rua São Sebastião – marcaram a história do prédio nas primeiras décadas após sua inauguração, bem como o Pinguim e a Única, instalados nas esquinas da Rua Álvares Cabral com as ruas General Osório e São Sebastião, respectivamente.

O exemplo da família de Waldemar Gabarra, irmão dos já citados Darcy Gabarra e Benoni Ferreira Gabarra, contribui para a compreensão desse momento em que os estabelecimentos comerciais do Edifício Diederichsen eram frequentados pelas classes média e alta da população e suas salas abrigaram profissionais liberais que, em certos casos, também optaram por morar nos apartamentos do prédio. Assim como os irmãos, Waldemar era cirurgião-dentista e foi professor do curso de odontologia na Universidade de São Paulo, em Ribeirão Preto. Por volta de 1942, ele e a esposa passaram a residir em um apartamento da tipologia C (figura 4.3.3), no terceiro andar do Edifício Diederichsen, enquanto o profissional instalou seu laboratório de prótese auxiliar ao lado do consultório odontológico do irmão, Benoni Gabarra, localizado no pavimento abaixo. Cerca de três anos após se mudar para o apartamento, o casal teve o primeiro filho, Roberto Gabarra. Nesse apartamento, os três membros da família viveram por cerca de oito anos, quando então se mudaram para uma residência unifamiliar adquirida na Rua Prudente de Moraes. Segundo descreveu Roberto, o apartamento possuía terraço, um quarto, uma sala e um banheiro. A ausência de cozinha – justificada e até mesmo tratada como uma vantagem no artigo de jornal publicado quando o Edifício Diederichsen ainda estava em execução (CONDEPHAAT, 1998, p. 149) – fez com que a família adaptasse o espaço disponível para acomodar equipamentos de armazenagem e preparo de refeições:

> A entrada dava para um pequeno *hall* que tinha à esquerda o quarto, à direita a sala e à frente o banheiro. Minha mãe cozinhava neste *hall* de entrada em um fogareiro elétrico à esquerda da porta do banheiro. Este fogareiro ficava em cima de um pequeno armário que funcionava como uma pequena dispensa. À direita deste e junto ao lado da porta do banheiro, creio que havia uma pia (lavabo), mas não tenho certeza. À

> direita da porta do banheiro havia uma geladeira que funcionava com gelo mesmo e outro armário bem junto à porta da sala. A geladeira era dividida em 2 partes: uma superior e outra inferior. O gelo era trazido diariamente e colocado à porta do apartamento pela madrugada. Depois era colocado na parte de cima da geladeira, e, os alimentos, leite etc. na parte de baixo. A parte externa da geladeira era de madeira, mas a interna, uma lâmina de metal "ensanduichado" com a madeira, algum material que conservava a temperatura.[420]

No início dessa pesquisa se acreditou que a ausência desse compartimento doméstico seria suprida pelo restaurante Pinguim, instalado no térreo do prédio, e por outros existentes nas proximidades do edifício. Contudo, a experiência dessa família esclarece que, desde as primeiras ocupações, as funções da cozinha não deixaram de existir no interior dos apartamentos. Por outro lado, o caso da família de Roberto Gabarra sugere que a expectativa sobre as habitações do Edifício Diederichsen serem ocupadas por “pequenas famílias”, pertencentes à classe média, de fato foi concretizada nos primeiros anos após a inauguração do prédio. Além disso, fica claro o caráter transitório dessas primeiras ocupações, sobretudo em relação à moradia, quando profissionais em início de carreira e com famílias ainda reduzidas, valeram-se da multifuncionalidade do prédio e, por certo, também do atrativo despertado por seu caráter de novidade, para se instalarem nas salas para prestação de serviços e em apartamentos localizados nos pavimentos superiores.

Em suas memórias sobre o período em que lá morou, Roberto Gabarra guarda histórias vividas com alguns vizinhos, como o delegado Bolívar Barbante, que teria morado em um apartamento da tipologia D (figura 4.3.3), com apenas um quarto e banheiro, localizado no 4º pavimento do Edifício Diederichsen, no mesmo alinhamento da cafeteria Única, até ser transferido para a cidade de Santos. Outra vizinha da qual se recorda era a viúva Anita Procópio Junqueira, pertencente a uma influente família de Ribeirão Preto que, no período em que residiu no prédio com seus filhos, na década de 1940, teria recebido a visita de políticos importantes, como Getúlio Vargas. Segundo Roberto, o apartamento de Anita era contíguo ao de seus pais, mas se diferenciava por ter aglutinado unidades,

---

[420] Trecho descrito diretamente por Roberto Gabarra, em 29 mar. 2021, por *e-mail*, em resposta a perguntas elaboradas pela autora em 16 mar. 2021. Roberto Gabarra formou-se médico, é especialista neurocirurgia e atualmente professor do curso de medicina da UNESP, em Botucatu.

resultando em maior área útil e mais compartimentos.

A história de Maria Nazaré Rufo, que em 2004 possuía 95 anos e residia há mais de 50 anos nesse prédio, dá continuidade ao transcurso do tempo nos apartamentos do Edifício Diederichsen em meados do século XX. Ela e o marido, que era aposentado como capitão do Exército, teriam se mudado para o edifício na década de 1950 e, após o falecimento do esposo, a viúva continuou vivendo sozinha no apartamento (HEROI..., 2004, p. 11). Esse último caso indica ainda que, apesar da crescente demanda por espaços para comércios e prestação de serviços na região central, que recebeu edifícios altos e mistos voltados a esses usos, na década de 1950 – enquanto loteamentos afastados do centro eram aprovados – a área central continuou sendo procurada para moradia e, por isso, alguns edifícios verticais com habitações coletivas também foram erigidos nas adjacências da Praça XV de Novembro e da Praça da Bandeira, a reforçar as múltiplas dinâmicas englobadas por esse setor urbano até meados do século XX.[421] Em geral, embora parte da população já possuísse veículo particular, essas edificações altas não possuíam garagem para automóveis. Em 1955, antes de falecer, Antonio Diederichsen ainda vislumbrou nesse contexto a demanda por um novo, mais amplo e moderno edifício para posto de serviços e garagem de automóveis com 150 vagas de veículos, construindo aquele que seria o último empreendimento concebido para a sua empresa durante a sua gestão, localizado na esquina entre as ruas Saldanha Marinho e Américo Brasiliense (figuras 5.2.24).

Além de maior número de edifícios altos, fossem de uso misto, comercial ou residencial, o período também foi marcado pela construção de novos cinemas na cidade

[421] Como o Edifício Spadoni e o Edifício dos Bancários, projetados em 1954 e 1957, próximos à Praça 13 de Maio, e o prédio de uso misto, com comércio, serviço e habitação, que também abrigou o Cine Centenário – inaugurado em meio às comemorações do centenário de fundação da cidade –, concebido em 1955 no entorno da Praça XV de Novembro, na esquina da Rua General Osorio e com a Rua Barão do Amazonas. O projeto do edifício não foi encontrado no APHRP e não constam dados sobre a propriedade do imóvel ou autoria do projeto na ficha de informação fornecida pela Secretaria de Planejamento e Gestão Pública de Ribeirão Preto. Uma menção ao prédio foi feita por Migliorini (1997), ao comentar os resultados negativos da ausência de controle urbanístico nas áreas em que o crescimento verticalizado se instaurava em Ribeirão Preto, uma vez que o Código de Obras Arthur Saboya, ainda em vigor, apresentava poucas restrições quanto à ocupação máxima dos lotes. Em despacho referente à aprovação de um edifício projetado em 1961 com 100% de taxa de ocupação, o edifício do cinema Centenário, cuja aprovação data de 21 de maio de 1955, foi citado como um dos exemplares em "desacordo com o art. 294 da lei 156/A, de 29 de dezembro de 1951", que dizia: "Na zona comercial e industrial a ocupação do lote com a edificação principal será, no máximo, de setenta por cento da área total (...)" (MIGLIORINI, 1997, p. 77).

e, em especial, na região central, a provocar um ambiente de maior concorrência para o cinema localizado no Edifício Diederichsen, que, a seu tempo, abrigou o estabelecimento mais especializado para essa atividade.[422] A insatisfação com o valor dos ingressos do Cine São Paulo vinha ocorrendo ao menos desde a década anterior, pois em 1945 encontramos o registro de uma passeata de protesto feita por estudantes em frente ao Cine São Paulo, que culminou em um conflito violento com a polícia e três feridos:[423]

> Verificou-se, em Ribeirão Preto um grande conflito em frente ao Cine São Paulo. Os estudantes, como essa casa de diversões não permitisse certas concessões, realizaram uma reunião sendo autorizados pelas autoridades a fazer uma passeata de protesto. Ao passar em frente ao cinema, o grupo estudantil deu vaia, o que levou os policiais, receosos que invadissem a casa de diversões, a disparar as armas. Formou-se tremenda confusão. Cerca de quarenta disparos foram feitos, sendo feridos os estudantes Adair Abarelo e Hermes Campos e o inspetor de Polícia Sebastião de Carvalho.
>
> Diante desses acontecimentos populares realizaram um comício na praça Quinze de Novembro, enviando telegramas de protesto ao presidente Getulio Vargas, ao ministro da Guerra, ao interventor federal.
>
> Os estabelecimentos de ensino encerraram as portas em sinal também de protesto pelas ocorrências de ontem.
>
> Para Ribeirão Preto seguiu, ontem mesmo, o delegado Venancio Aires, da

---

[422] Segundo o cinéfilo que foi um dos fundadores do ribeirão-pretano Cine Clube Cauim, Aurelio Cardoso (CUNHA, 2012, p. 5), na década de 1950 houve um "*boom* na construção de salas" de cinema no município, sendo inaugurado o Cine São Jorge, que se tornou o maior da cidade, "com capacidade para 2.200 pessoas", e, em 1956, o Cine Campos Elíseos e o Cine Centenário. Nessa década, o crescimento do público ainda teria levado ao surgimento dos "cinemas de bairro", como o Cine São Luiz, na Rua Guatapará, e o Cine Marrocos, na Vila Tibério. Sobre a difusão dos cinemas em Ribeirão Preto a partir de meados do século XX, quando a cidade também se expandia com a aprovação de diversos loteamentos, Cardoso afirmou que, "todos os bairros de Ribeirão, até os anos 70, tinham cinema", pois "quando havia um loteamento novo a construção de um cinema servia para atrair compradores; era uma igreja e um cinema, invariavelmente" (CUNHA, 2012, p. 6).

[423] Outra notícia envolvendo o Cine São Paulo em um episódio de violência policial contra estudantes foi divulgada em 1960, quando guardas-civis e soldados da Força Pública de Ribeirão Preto atacaram com golpes de cacetetes estudantes do curso de medicina que haviam montado um palanque em frente ao cinema, durante a temporada de uma revista do Rio de Janeiro nesse estabelecimento (CENAS..., 1960, p. 2). Segundo o jornal *Diário da Noite*, "o incidente foi motivado pela desinteligência havida entre os estudantes e o porteiro daquela casa de espetáculos que pretendiam obstar a entrada, no teatro, do grupo de rapazes". Ao intervir, a polícia "em vez de manter a ordem, agiu com inaudita violência". A cena teria sido acompanhada pelo governador Carvalho Pinto, que realizava um discurso na Praça XV de Novembro e determinou sindicância para apurar a reponsabilidade dos envolvidos e apontar os culpados pelo incidente.

> Ordem Política e Social afim de apurar as ocorrências (GRAVE CONFLITO..., 1945, p. 2).

O desfecho da manifestação teria levado os administradores do Cine São Paulo a reduzirem o valor das entradas, mas essa conduta parece não ter sido continuada. A inauguração do Cine São Jorge, em 1952, mais moderno e com maior capacidade de exibição, parece ter provocado a atualização do cinema projetado em 1934, pois em 1954 o Cine São Paulo passou por uma reforma em que recebeu diversos melhoramentos voltados à sua qualidade técnica e ao conforto dos usuários (figura 6.1.6): [424]

> Reaberto o "cine S. Paulo" – Foi, sem dúvida, marco de alta ressonância social e filantrópica a sessão solene de reabertura, no dia 21 de Abril, do Cine São Paulo, da Empresa Teatral Paulista. Inteiramente remodelado, com aspeto luxuoso, modificando a iluminação, aparelhos de som e de ar condicionado, com suas salas de espera, além de poltronas recuáveis e tela panorâmica, o "São Paulo" pode ser considerado como o mais luxuoso cinema do interior do Estado.
>
> Por gentileza da Warner Brothers, foi exibido em "avant premiére" no Brasil, o filme "Gloriosa consagração", em tecnicolor.
>
> O aspecto apresentado pelo "São Paulo", foi festivo e a sociedade ribeirão-pretana prestigiou, a iniciativa de sua direção, pois a renda total foi destinada aos Parques Infantis da cidade, o que deve ter ultrapassado de 9 mil cruzeiros (*Cine Repórter*, 1954, p. 8. Grafia original).

Na reinauguração, ocorrida em 21 de abril de 1954, a substituição das poltronas de madeira, utilizadas no Cine São Paulo desde a inauguração, em maio de 1936, foi anunciada com exaltação, pois contribuiu para transformá-lo em um cinema diferenciado e "realmente luxuoso":

> CINE SÃO PAULO (1.000 POLTRONAS RECUÁVEIS) – NOVA EXPRESSÃO

---

[424] A renovação dos cinemas previamente existentes, em decorrência do maior número de estabelecimentos destinados a essa finalidade, não se limitou ao Cine São Paulo. Depois dos 18 anos sendo administrado pela Empresa Teatral Paulista, o Theatro Pedro II passou à direção de Lúcio Cerávollo. Na ânsia de equipará-lo aos demais cinemas da cidade, em 1960 o novo exibidor cinematográfico empreendeu uma grande reforma no prédio inaugurado 30 anos antes. Áreas técnicas relacionadas aos espetáculos teatrais foram inutilizadas, bem como os camarotes, galerias e balcões, o que reduziu a capacidade da plateia para 800 lugares e promoveu ampla descaracterização interna da edificação eclética. Como veremos a seguir, essa foi a primeira etapa de um processo de degradação simbólica e material que, em 1980, culminou em um incêndio que deixou a edificação em ruínas por mais de dez anos. Cabe mencionar que na década de 1970 o prédio passou a ser propriedade da Cervejaria Antarctica Niger S/A, após fusão com Cia. Cervejaria Paulista.

> DO PROGRESSO DE RIBEIRÃO PRETO.
> Quando a Emprêsa Teatral Paulista Ltda. deu a conhecer o seu objetivo de construir em Ribeirão Preto um cinema cuja construção e montagem seriam aplicados os mais avançados aperfeiçoamentos, o aparecimento dessa nova casa de diversões tornou-se motivo de intensa expectativa por parte da população ribeirão-pretana. É de justiça registrar-se que essa expectativa foi plenamente satisfeita. O Cine São Paulo, agora em pleno funcionamento, apresenta em suas instalações e seu aparelhamento técnico tudo o que se pode oferecer para a completa satisfação do público. Caracterizando a sua elevada classe, sobressaem-se no seu magnífico conjunto as acomodações da plateia e balcão, onde 1.000 Poltronas Recuáveis Brafor selam pelo absoluto conforto do espectador. Num cinema realmente luxuoso, como é o "São Paulo", não poderia deixar de merecer atenção o problema da passagem entre as fileiras, pelo muito que se afeta à comodidade dos espectadores. E este é um problema que só a Poltrona Pullmen Recuável Brafor pode resolver, permitindo a livre circulação sem que o espectador precise levantar-se ou "expremer-se" para dar passagem e evitando aos que chegam ou saem situações de constrangimento (*Cine Repórter*, 1954, p. 8).

Com a reforma, o Cine São Paulo perdeu grande parte de suas referências Art Déco, adequando-se a uma estética moderna que se propagou nos edifícios erigidos em Ribeirão Preto em meados do século XX. Em junho de 1956, o suplemento especial da *Folha da Manhã* sobre os 100 anos de Ribeirão Preto deu grande ênfase à "engenharia especializada" de algumas obras construídas na cidade até aquele momento e reforçou o pioneirismo do Edifício Diederichsen e do Hotel Umuarama, exaltando essas e outras construções com mais de seis pavimentos por contribuírem com o "embelezamento da 'Capital do Oeste'":

> OBRAS QUE MERECEM REGISTRO - Merecem destaque os edifícios "**Diederichsen**", que se pode dizer o pioneiro na transformação arquitetônica da cidade. Sua construção é devida ao Sr. Antonio Diederichsen, que não teve dúvida em empregar elevada soma em obras tidas na época como das mais arrojadas para uma cidade do interior; hoje, com seu falecimento, o edifício "Diederichsen" foi entregue à Santa Casa de Misericórdia, de acordo com o testamento. **Edifício Umuarama**, onde se localiza o moderno Umuarama Hotel, também foi de iniciativa do Antonio Diederichsen e constitui um dos mais belos ornamentos da cidade; (...). (CONTRIBUI..., 1956, p. 15).







Figura 6.1.6 – Registros do Cine São Paulo após passar por reforma. Observa-se que o acesso está alterado em relação ao projeto de 1934. Foram colocadas portas recuadas em relação à calçada, em substituição aos guichês que ficavam expostos na concepção original. Na fachada, além dos letreiros do Cine São Paulo, as iniciais da Empresa Teatral Paulista (ETP) estão fixadas nas laterais da entrada central. A área de espera recebeu novos mobiliários, nova decoração e estética, assim como o setor da plateia e o balcão superior. Nesse processo, diversas referências estilísticas ao Art Déco foram ocultadas.
Ano: 1954
Autor: Tony Miysaka.
Fonte: Acervo Tony Miyasaka.

A publicação da *Folha da Manhã* ainda apresentou anúncios de profissionais e empresas ligados à construção civil, como Antonio e Henrique Nuncio Terreri, abaixo do "clichê" do Edifício Bradesco, por eles concebido no ano anterior. Ademais, expôs dados acerca da quantidade de engenheiros em atividade (20), e sobre o número de construções do município naquele ano e em perspectiva histórica, a partir de 1945, comparando a quantidade de edificações aprovadas em 1954 com outras cidades brasileiras. Na lista apresentada, Ribeirão Preto ocupou a sétima posição, atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Curitiba. O intenso desenvolvimento ocorrido no período foi imputado à demanda por locações "muito superior ao número de acomodações existentes ou que se constroem", acarretando não só o crescimento vertical da cidade, mas, principalmente, o "crescimento longitudinal" da área urbana, com a formação de novos bairros que, ao estenderem "os limites rurais além de cinco ou seis quilômetros do centro da cidade", também originavam "sérios problemas para a administração municipal, tais como extensão de serviço de aguas e esgoto, energia elétrica, telefones e calçamentos" (CONTRIBUI..., 1956, p. 15). No entanto, se alguns edifícios apresentados na publicação jornalística expressaram, de fato, relevante vinculação à Arquitetura Moderna, até meados do século XX os prédios com mais de seis pavimentos da cidade ainda manifestavam o processo de transição compositiva ao Art Déco e conformavam um "aspecto urbano" sem "bruscas variações" (CONTRIBUI..., 1956, p. 15), com edifícios de, no máximo, 12 e 15 pavimentos, como o Edifício Bradesco e o Hotel Umuarama, respectivamente. No entanto, dois anos depois da aprovação do Edifício Centenário, os dois novos edifícios altos erigidos na cidade definiram a consolidação da Arquitetura Moderna nesse tipo de construção.[425]

---

[425] Em tom ufanista, uma reportagem publicada no final da década de 1950 abordou as transformações urbanas e arquitetônicas da cidade e as vinculou à Arquitetura Moderna, mencionando o Edifício Diederichsen como um antecessor a esse momento, mas que já anunciava caráter progressista: "ORGULHANDO-SE de figurar no recheio do mapa bandeirante, a cidade toma ares de noiva grã-fina e já confecciona sua roupagem urbanística como manda o figurino dos "grandes" da arquitetura moderna. Os seus cem anos pesam-lhe apenas em progresso, nada de paredes curtidas pelo tempo a armazenar saudosismos: lá estão o "Quarteirão Paulista", o edifício Diederichsen, o Santuário das Sete Capelas, o Clube de Regatas Ribeirão Preto, a Sociedade Recreativa e de Esportes, e os bairros Alto da Cidade, Barracão, República, Campos Elíseos, Bosque e Vila Tibério já sob influência de Niemeyer. Não é que Ribeirão Preto fique indiferente às relíquias históricas, dispõe para acolhê-las de dois museus: o Municipal e o do Café, mesmo assim dotados de originalidade e dispostos funcionalmente" (RIBEIRÃO..., 1957, p. 7; 1958, p. 7). Entre as edificações localizadas no centro da cidade que

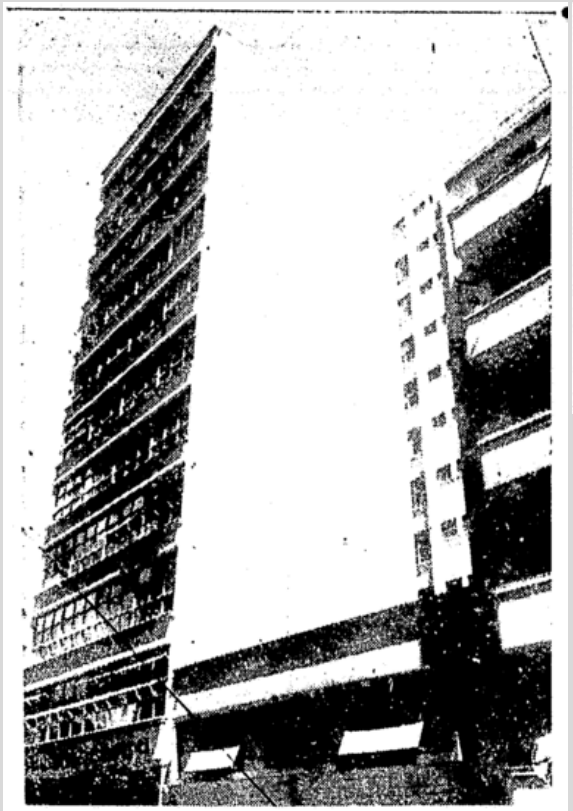
Nas décadas seguintes, a verticalização foi continuada e intensificada em Ribeirão Preto. Inicialmente, na região do centro onde também se implantou o Edifício Diederichsen - entre o entorno da Praça XV de Novembro e da Praça da Bandeira -, com construções que comumente ultrapassaram os 15 pavimentos atingidos pelo Hotel Umuarama (figuras 6.1.1, 6.1.7 e 6.1.8). Uma diferença significativa sobre esse processo ocorrido nas décadas de 1960 e 1970 foi a preponderância, quando em prédios com mais de seis pavimentos, de edifícios de uso misto com comércio no térreo e apartamentos residenciais nos demais andares, enquanto o período anterior foi marcado pela construção predominante de edificações altas destinadas a espaços comerciais e salas para prestação de serviços.

Segundo levantamento empreendido por Migliorini (1997, p. 92), na década de 1960 foram construídos 26 edifícios altos na região delimitada pelas avenidas Nove de Julho, Independência, Francisco Junqueira e Jeronimo Gonçalves, no interior do setor que foi posteriormente designado como Quadrilátero Central.[426] Entre 1970 e 1979, esse número se elevou a 39 edificações e, na década seguinte, a 119. O aumento na quantidade de prédios altos, sobretudo nessa última década, correspondeu ao crescimento no número de apartamentos disponibilizados para moradia permanente nessa área urbana: 574, na década de 1960; 1.073, na década de 1970; e 3.211, na década de 1980 (MIGLIORINI, 1997).

---

consolidaram a adoção da Arquitetura Moderna em Ribeirão Preto, destacamos o Hotel Metrópole, localizado na esquina entre as ruas Visconde de Inhaúma e General Osorio. Com sete pavimentos, essa edificação projetada em 1957 deu prosseguimento à verticalização no entorno da Praça XV de Novembro com um prédio de uso misto que possuía térreo comercial e destinava os demais pavimentos para o hotel. Nesse mesmo ano, o projeto para o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários-IAPB, em Ribeirão Preto, reforçou não apenas o caráter moderno da produção arquitetônica no final da década de 1950, como a associação dessa arquitetura à habitação coletiva no contexto local e nacional. Além de ter sido a edificação de Ribeirão Preto com o maior número de pavimentos, implantou-se em um terreno de cota elevada, na esquina entre as ruas Visconde de Inhaúma e Lafaiete, próximo à Catedral e ao Primeiro Grupo Escolar, o que fez com que seus 16 pavimentos se destacassem na paisagem urbana.

[426] A primeira menção ao termo foi encontrada em um decreto do final da década de 1980 que regulamentava a fixação de publicidade no município e definiu o Quadrilátero Central como a área compreendida pelas avenidas Francisco Junqueira, Independência, Nove de Julho e Jerônimo Gonçalves (RIBEIRÃO PRETO, 1988). Cinco anos antes, o Decreto Municipal n. 333/1983, que definiu e delimitou setores e subsetores em Ribeirão Preto, havia estabelecido o Setor Central como a área no interior do seguinte perímetro: inicia no cruzamento do ribeirão preto com o córrego do Retiro, segue pelo córrego do Retiro, Avenida Independência, Avenida 9 de Julho, Avenida Santa Luzia, Rua Raphael Pileggi, Rua José Bernardino Ferrador, Rua Caramuru, prolongamento da Rua Afonso Celso, ribeirão preto até o ponto inicial (RIBEIRÃO PRETO, 1983).



EDIFICIO BRADESCO — *Um dos mais modernos edifícios de Ribeirão Preto foi construído pelo Banco Brasileiro de Descontos e totalmente vendido a condomínios. Possui dez andares e mais sobreloja, onde estão instalados escritórios comerciais, gabinetes médicos e dentários. No sétimo andar está a sede da Associação Rural. Na construção desse edifício (que se vê no chiche), buscou-se utilizar a mais moderna técnica da engenharia e melhoramentos funcionais. Foi construído sob a supervisão dos engenheiros Antonio Terreri e Henrique Nuncio Terreri.*

ANTONIO TERRERI

e

HENRIQUE NUNCIO TERRERI

Engenheiros

RIBEIRÃO PRETO

Rua São Sebastião, 506 — 8.o andar

EDIFICIO BRADESCO

SÃO PAULO

Rua Conselheiro Crispiniano, 120 — 14.o andar

Tel. 32-1734

Figura 6.1.7 –

Acima, anúncio de Antonio Terreri e Henrique Nuncio Terreri, informados como Engenheiros. Ao lado, divulgação do Edifício Bradesco como "um dos mais modernos edifícios de Ribeirão Preto".

Fonte: *Folha da Manhã*, 19 jun. 1956, p. 14-15.

Figura 6.1.8 –

Abaixo, vista da região central de Ribeirão Preto, entre a Praça XV de Novembro e a Praça da Bandeira, onde se observa maior concentração de edifícios altos. Destaque conferido ao Edifício Diederichsen | **Ano:** não identificado (dec. 1960).

Autor: Tony Miysaka. Editado por Tatiana S. Gaspar.

Fonte: Acervo Tony Miyasaka.



O expressivo incremento no total de edifícios residenciais construídos no último quartel do século XX refletiu as transformações que ocorriam na cidade e, consequentemente, também no seu centro urbano.[427] Ao longo desse período, enquanto áreas na extremidade sul do Quadrilátero Central tiveram intenso adensamento construtivo e populacional derivado da construção de edifícios altos exclusivamente residenciais, outros passaram pelo decréscimo de população e pela popularização de seus usos.

Os comércios e serviços "de luxo" seguiram acompanhando o deslocamento da população com maior poder aquisitivo para loteamentos formados além da Avenida Nove de Julho (CALIL JUNIOR, 2003).[428] Esse processo caracterizou o "esvaziamento" da função habitacional (MIGLIORINI, 1997) e a popularização da área central que se estendeu da Praça da Bandeira até as avenidas Jeronimo Gonçalves e Francisco Junqueira, passando pela Praça XV de Novembro, nas imediações do Edifício Diederichsen, com repercussão nos usos dessa edificação diante da mudança no perfil de usuários e locatários.

Ao longo da segunda metade do século XX, a intensificação da setorização e funcionalização das cidades, de acordo com a possibilidade de consumo de sua população residente, gerou uma cadeia de "serviços inferiores" nos centros antigos, em contraste com centros novos (SINGER, 1982), sendo esse um processo ocorrido em várias cidades

---

[427] Durante a contínua expansão da área urbana de Ribeirão Preto, derivada da aprovação de loteamentos em todas as regiões da cidade (FIGUEIRA, 2013, p. 121), no final da década de 1960 foi implantado o Plano de Vias que, ao definir eixos estruturadores do espaço urbano, além de eleger o transporte rodoviário como prioritário, também culminou na descentralização das atividades terciárias e no estabelecimento de novas zonas comerciais e industriais na cidade. Em 1965, a mudança da Estação Ferroviária para o vetor nordeste também significou a transferência de atividades vinculadas ao transporte ferroviário para uma região distante do centro, assim como ocorreu com indústrias e comércios, que visando facilitar o fluxo de mercadorias, deslocaram-se para áreas próximas às rodovias (CALIL JUNIOR, 2003, p. 134).

[428] Ao longo de toda a segunda metade do século XX, a legislação municipal desempenhou importante papel não apenas na aprovação de loteamentos com restrições construtivas e de uso, como na autorização de comércios e serviços específicos para o setor sul. Na década de 1960, três leis autorizaram o funcionamento de farmácias, mercearias, bares, restaurantes e padarias nessa região que em 1955 havia sido definida como estritamente residencial. No final da década de 1970, liberou-se a atividade comercial "excepcional", de consumo "raro e requintado" nas avenidas Independência, Nove de Julho e Presidente Vargas, além de serviços profissionais, de saúde e higiene, e de escritório e negócios. No início da década de 1980, as áreas estritamente residenciais foram expandidas em direção ao sul, onde novos loteamentos eram aprovados, na mesma medida em que se estendia o uso comercial ao longo das principais vias de acesso a esses bairros (ZAMBONI, 2018).

brasileiras (VILLAÇA, 1998). Para Miranda (2005, p. 50), em Ribeirão Preto, a partir da década de 1970 o "abandono" de áreas do centro pela elite foi "a principal variável de sua desvalorização", resultando na "degradação de sua materialidade" e na consolidação do perfil popular na oferta de comércios e serviços, sobretudo no setor que ficou conhecido como Baixada, mais próximo à área da antiga Estação Ferroviária Mogiana, onde em 1976 foi inaugurado o Terminal Rodoviário.

Embora as edificações construídas no entorno desse equipamento urbano tenham sofrido mais intensamente o processo de descaracterização e degradação pela ação do tempo e da ausência de investimentos dos poderes público e privado em uma área que já não concentrava os interesses econômicos da população com maior poder aquisitivo, outras construções, no entorno da Praça XV de Novembro, que deram origem à cidade de Ribeirão Preto, foram substituídas por edifícios de maior altura, principalmente depois da década de 1940, quando a verticalização se consolidou e intensificou, e prédios que ostentavam novas linguagens arquitetônicas e novas tecnologias construtivas eliminavam o registro material do contexto pregresso.[429]

Após a construção de edifícios altos no entorno do Edifício Diederichsen, a partir da década de 1970, a descentralização do setor terciário em relação ao centro culminou no deslocamento de diversas funções públicas e institucionais, anteriormente abrigadas por prédios instalados nessa área, para outras regiões da cidade, como ocorreu com algumas escolas de formação superior, a Câmara Municipal, o Fórum e várias Secretarias Municipais, nas décadas de 1980 e 1990, e até mesmo com o Hospital das Clínicas, inaugurado em 1978 no Campus da Universidade de São Paulo.

As alterações de uso pelas quais o centro passou ao longo da centúria também tiveram impacto na ocupação das salas do Edifício Diederichsen, pois se inicialmente esses espaços foram locados, sobretudo, por profissionais de grande prestígio ligados às áreas da saúde, advocacia e engenharia, gradativamente o prédio passou a abrigar novos serviços, de caráter popular, como ocorreu com a região onde está implantado.[430]

---

[429] A exemplo do que ocorrera quando o Edifício Diederichsen foi construído, ou mesmo no caso de edificações do Quarteirão Paulista, no entorno na Praça XV de Novembro, quando essa era uma das áreas mais valorizadas da cidade e, a partir da década de 1920, teve seu crescimento vertical estimulado pelo Poder Público.

[430] Em 2009, a mudança no perfil dos estabelecimentos instalados nas salas do Edifício Diederichsen foi destacada em uma reportagem sobre o "O velho Diederichsen": "Diferente dos dias atuais, da inauguração até

O alfaiate Walter Feloni, conhecido como Alemão, que em 2010 completava 52 anos trabalhando no prédio, relembrou, em entrevista concedida para um jornal local, o início de sua carreira no edifício, quando "atendia médicos, advogados e políticos". A lembrança nostálgica da "época de ouro" também foi relatada por Marcos Zeri Ferreira, à frente da Ferreira Jóias, cuja loja foi aberta em 1951 no Edifício Diederichsen: "médicos, dentistas e engenheiros, advogados, todos os mais importantes profissionais desses segmentos estavam no Diederichsen; era onde tudo acontecia" (DIEDERICHSEN..., 11/7/2010).

Em 2004, o cirurgião-dentista e professor aposentado da Universidade de São Paulo, Darcy Gabarra, naquele momento descrito como "o profissional mais antigo do Diederichsen", também comentou sobre a alta demanda que o edifício tinha no final da década de 1940, quando teria precisado negociar com o Partido Integralista para conseguir alugar três salas do edifício. Em seu relato, elencou como fator que acreditava ter contribuído para que outros profissionais se mudassem do prédio a construção de diversos edifícios altos voltados ao uso secundário e terciário no centro de Ribeirão Preto:

> Para o dentista, a debandada de médicos, dentistas e advogados do prédio aconteceu quando surgiram outros edifícios comerciais, mais modernos, no centro. Ele próprio teve chance de se mudar com os irmãos para uma casa na Quintino Bocaiúva: "fiz uma enquete com meus clientes e a

---

o final da década de 1970, boa parte das salas eram consultórios médicos e odontológicos devido ao status social que o local representava" (O VELHO..., set./2009). Entre os ocupantes do Edifício Diederichsen nas primeiras décadas após a inauguração, o médico Roberto Gabarra, que passou parte da sua infância residindo no prédio e posteriormente lá trabalhou, comentou, em uma série de e-mails trocados com a autora entre os anos de 2017 e 2021, sobre a presença de alguns profissionais naquele contexto. O escritório de advocacia de Romero Barbosa, que além de advogado também era professor de História no Colégio Otoniel Motta e chegou a ser presidente do Comercial Futebol Clube, teve como sócio o advogado e radialista Ney Mattar, e contou com a colaboração de Roberto Gabarra e seu primo, Antonio Carlos Gabarra, que lá também trabalhou como secretário até se formar em Direito e montar o próprio escritório. Outro advogado a ser instalar no 2º pavimento do Edifício Diederichsen, próximo ao escritório de Romero Barbosa, foi Waldo Adalberto da Silveira, que chegou a ser vereador. Posteriormente, seu filho Waldo Silveira advogou no mesmo local. Ao lado do escritório de Waldo Adalberto da Silveira e quase em frente ao de Romero Barbosa, havia a alfaiataria Palocci. Nesse mesmo pavimento, o escritório de contabilidade "Botelho" era vizinho ao laboratório de prótese de Waldemar Gabarra, que por sua vez atendia aos consultórios odontológicos dos irmãos localizados no 3º pavimento: Benoni Gabarra (posicionado na quina do prédio entre as ruas Álvares Cabral e General Osorio, no mesmo alinhamento do Pinguim) e Darcy Gabarra (acima do escritório de contabilidade "Botelho"). Além de Waldemar, Benoni e Darcy, outros dentistas da família também atuaram profissionalmente no Edifício Diederichsen, como Dejalme dos Santos Gabarra, Manoel dos Santos Gabarra e Pedro Gabarra, além de Maria Orcilis (conhecida como Sila) e Maria Ortiz Gabarra Barbieri, que auxiliavam os irmãos em seus consultórios de odontologia.

> maioria gostava da localização do meu consultório, pois era só descer do ônibus e chegar até aqui" (HERÓI..., 2004, p. 11)

Cinco anos depois, em 2009, D. Gabarra, que já completava 63 anos no Edifício Diederichsen, relembrou mudanças ocorridas ao longo desse período na edificação. Entre elas, destacou as novas perspectivas do edifício construído na década de 1930, tanto em relação às dinâmicas do entorno como no interior da edificação:

> Na época em que comecei aqui [1947], era um sossego só. Como eram só médicos e dentistas, o silencio imperava. Praticamente não existiam carros e esse mundo de pessoas lá fora. Não havia toda essa gritaria, helicópteros, buzinas, anúncios falados em megafones, etc. (...) Aqui podia se ver a Vila Tibério inteira. Dava pra ver até lá na USP. Podia ficar vários minutos apreciando a paisagem. Hoje se você olhar aqui só verá os luminosos das lojas e janelas de prédios do outro lado da rua. É o mais longe que se vê (O VELHO..., set./2009).

Enquanto o centro se verticalizou e a cidade se expandiu, passando a contar com novos eixos comerciais e pequenos centros de bairros periféricos, a região estabelecida entre a Praça da Bandeira, Praça XV de Novembro e avenidas Francisco Junqueira e Jerônimo Gonçalves, permaneceu como a mais importante centralidade urbana de Ribeirão Preto, concentrando muitos comércios de caráter popular e linhas de ônibus intermunicipais que, até 1999, tinham como ponto de chegada e partida o terminal instalado na área do antigo Teatro Carlos Gomes. Nesse sentido, é interessante observar que, embora o serviço oferecido por Gabarra fosse uma especialidade da área da saúde, o dentista atendia ao público que se utilizava do transporte público, sendo esse um fator que contribuiu para a permanência de seu consultório no Edifício Diederichsen.

Assim como ocorreu com as salas do 2º e 3º pavimentos, alguns espaços comerciais no térreo do Edifício Diederichsen também passaram por transições nesse contexto que recebeu a chegada das lojas de departamento, dos hipermercados e, até o final do século XX, assistiu à inauguração dos primeiros *shoppings centers* na cidade. As lojas de departamento eram ligadas a grandes redes nacionais de varejo e foram instaladas em Ribeirão Preto nos primeiros anos da década de 1960. Nesse momento inicial, também estiveram localizadas exclusivamente na região central, como a primeira Lojas Americanas, que se instalou em um edifício de dois pavimentos na Rua General Osorio, em frente à Praça XV de Novembro, na mesma quadra do Edifício Diederichsen.

Tais estabelecimentos significaram “uma grande inovação no comércio varejista da cidade”, introduzindo “grandes mudanças na maneira de se comercializar os produtos, na quantidade de itens oferecidos, no tratamento impessoal dispensado à clientela e no ambiente sofisticado” (GARREFA, 2002, p. 96). Como o edifício do Antigo Banco Constructor ampliado em 1939 e 1941, as lojas de departamento foram caracterizadas pela grande variedade de produtos, dispostos com configuração que permitia ao público observar as mercadorias com maior autonomia em relação aos vendedores. Na década de 1960, o fato de estarem relacionadas às redes de varejo, e da cidade dispor de variadas formas de acesso, além do transporte ferroviário, certamente permitiu maior agilidade no recebimento de mercadorias e disponibilidade de produtos à pronta entrega. Da mesma forma, seus espaços comerciais possuíam dispositivos técnicos e de consumo inovadores, como a presença de escadas rolantes e lanchonetes, que despertavam o interesse do público e atraiam a população para o seu interior (GARREFA, 2002).

Igualmente, para a consolidação dos hipermercados, ocorrida na década de 1970, além da comodidade em oferecer diversos produtos em uma mesma loja – que variavam entre gêneros alimentícios, eletrodomésticos, vestuário, artigos para presentes, higiene pessoal, cosméticos, entre outros –, foi fundamental a adoção de uma nova tipologia construtiva, maior e mais ampla, vinculada às cadeias varejistas de grande porte, com edifícios construídos em terrenos que dispunham de estacionamentos para os clientes e, cada vez mais, estavam localizados em áreas fora do perímetro do Quadrilátero Central, com acesso pelos eixos viários estruturantes. Nesse sentido, a inauguração do primeiro *shopping center* de Ribeirão Preto, em 1981, implantado a cerca de 4 quilômetros do centro, no extremo sul da cidade, com 98 lojas e 50 mil metros quadrados de área construída – 20 mil disponíveis para a locação (GARREFA, 2002, p. 107) –, sinalizou o estabelecimento de uma nova escala de edifício comercial voltado ao consumo e lazer das classes média e alta, amplamente distinto do modelo que pautou a concepção dos espaços comerciais no primeiro pavimento do Edifício Diederichsen.[431]

É possível que a chegada de grandes redes de varejo, junto às novas relações

[431] Curiosamente, a multifuncionalidade do Edifício Diederichsen fez com que, depois da popularização dos *shoppings centers* entre a população de Ribeirão Preto, o prédio de Antonio Diederichsen passasse a ser considerado um precursor desse tipo de equipamento na cidade (EMPRESA VAI..., 1998).

comerciais para compra e venda de mercadorias, bem como para a exposição e interação dos consumidores com os produtos ofertados, tenham gerado a necessidade de atualização das lojas do Edifício Diederichsen. Ao longo da segunda metade do século XX, o térreo do prédio projetado por Antonio Terreri e Paschoal de Vincenzo sofreu alterações em relação à sua concepção inicial, levando à ampliação no programa e área útil de alguns comércios a partir do agrupamento entre salões e, consequentemente, da redução na quantidade de estabelecimentos inicialmente previstos (figura 6.1.9).

As reformas empreendidas no primeiro pavimento evidenciaram a importância da solução estrutural em concreto armado, que garantiu maior autonomia de adaptação, quando cidade e sociedade se transformaram e a configuração dos seus estabelecimentos comerciais também precisou ser alterada. Além disso, as alturas de pé direito em algumas lojas localizadas nas cotas mais baixas das ruas Álvares Cabral e General Osório também foram, ao longo do tempo, sendo aproveitadas para a criação de mezaninos muitas vezes utilizados para depósitos, já que esse tipo de compartimento não havia sido previsto no projeto original.

O Café Única, que passou a funcionar no prédio logo após sua inauguração e se mantém no local até o ano de 2022, ao longo desse período também teve seu espaço ampliado e qualificado com a reformulação dos sanitários e a criação de um depósito. Localizado na esquina entre as ruas Álvares Cabral e São Sebastião, a Única funciona como uma lanchonete com produtos a preços populares que atende somente no balcão (figura 6.1.10). Além de servir aos transeuntes que rotineiramente circulam pela região central, o local se tornou um importante ponto de encontro, popularmente conhecido como “senadinho”, a reunir em suas calçadas antigos e assíduos frequentadores que, em alguns casos, moram em outras regiões da cidade, mas se deslocam até o local, até mesmo aos finais de semana, para debates de toda ordem. Uma visão um tanto idealizada do lugar, assim o descreve:

> **Esquina da história** - Sem choro nem vela e, muito menos jabá, a Única, na esquina da Álvares Cabral com a São Sebastião tornou-se, ponto obrigatório para se discutir a história de Ribeirão Preto. Sem distinção de classes, o local tem uma “aura” de história. Recebe do mais alto executivo ao vendedor ambulante. Não há censura para assuntos. Do “Come-Fogo” ao “San-São”; do acidente de carro ao crime bárbaro que enxurrou os noticiários do país. Nas manhãs do local já se discutiram o Bandido da Luz

> Vermelha, o comício de Getúlio Vargas, o sequestro de Silvio Santos, os incêndios do Joelma e do Andraus. Além do respeito pelas pessoas que nunca é o mesmo de antigamente (O VELHO..., set./2009).

O Pinguim, implantado na esquina entre as ruas General Osório e Álvares Cabral ainda em 1936, foi outro estabelecimento importante na história do Edifício Diederichsen. Inicialmente, o estabelecimento possuía setores distintos para o *restaurant* e para o bar e confeitaria, mas com o desenvolvimento do negócio que se tornou uma referência em Ribeirão Preto ampliou-se e passou a também ocupar o espaço previsto, no projeto de 1934, para a loja 5, voltada para a Rua Álvares Cabral, sendo totalmente destinado ao uso como restaurante. Seus setores de apoio e serviço foram alterados, com a eliminação da copa, ampliação da cozinha, instalação de duas câmaras frias e implantação de escadas para acesso aos depósitos e mezaninos (figura 6.1.9).

Após a incorporação da Cia. Paulista pela Cia. Antártica – constituindo a Cia. Antarctica Niger – e algumas mudanças na direção do negócio, em 1977 foi inaugurada uma nova unidade do Pinguim, no térreo do Edifício Meira Júnior (figura 6.1.11). A ampliação indica que apesar da popularização de usos em curso nessa área central, a concentração de imponentes praças e edifícios construídos no início do século XX fez com que a região se mantivesse como um local importante para os moradores e para a recepção de visitantes, o que contribuiu para que continuasse comportando comércios e serviços voltados à classe média. Como veremos adiante, as duas unidades vizinhas do Pinguim funcionaram simultaneamente até 2001, quando a loja do Edifício Diederichsen passou por nova reforma e, depois ter sido reaberta em 2003 como um empório, teve suas atividades encerradas em 2009. Depois disso, o espaço se tornou a loja de uma rede de calçados que atua com preços competitivos, enquanto a segunda unidade do Pinguim permanece em funcionamento na esquina oblíqua.

No último ano da década de 1990, outros dois *shoppings centers* foram inaugurados em Ribeirão Preto – um deles na periferia da zona leste e, o outro, no setor sul do Quadrilátero Central.[432] Além do impacto nos estabelecimentos comerciais locais, como os abrigados pelo Edifício Diederichsen, esses novos centros de compras abalaram,

---

[432] Os três primeiros *shopping centers* de Ribeirão Preto (Ribeirão Shopping, Novo Shopping e Shopping Santa Úrsula) foram analisados em profundidade na dissertação do arquiteto e urbanista Fernando Garrefa (2002).

especialmente, o destino de uma outra área do prédio construído por Antonio Diederichsen na década de 1930. Isso porque, somando-se às lojas, os *shoppings centers* também dispunham de "praças" de alimentação e espaços de recreação, como parques de diversões e cinemas, esses últimos vinculados ao mercado multinacional de distribuição e exibição cinematográfica.

As salas de exibição mais compactas garantiam a viabilidade financeira da rede e ofereciam maior qualidade técnica, além de se associarem à comodidade dos demais espaços de consumo e lazer dos *shoppings centers,* cooptando grande parte do público dos "cinemas de rua". Esse processo, comum em diversas cidades brasileiras durante a segunda metade do século XX, não foi diferente em Ribeirão Preto e teve reflexos diretos no Cine São Paulo, que acabou por encerrar sua atividade original em 1992 e, a partir de 1995, tornou-se uma casa de Bingo que funcionou até 2010, após sucessivos fechamentos e reaberturas (figura 6.1.12).[433] Desde então, esse espaço permanece fechado, sem uso, descaracterizado e, como veremos na última seção dessa tese, parcialmente em ruínas.

No entanto, antes de encerrar suas atividades o cinema já havia passado por mudanças físicas, como a eliminação dos guichês e das paredes curvas que caracterizavam o *hall*. Duas bilheterias haviam sido instaladas ao lado das escadas para o balcão e, nesse pavimento superior, banheiro e salão viraram depósitos. Outro depósito foi construído no fundo do recuo lateral do terreno, ao lado do palco, a dois metros de distância de duas cabines de sanitários também instaladas no corredor de saída pela Rua São Sebastião. Mais duas cabines de sanitários ocuparam o antigo lavatório que se posicionava antes do *toilette*. Já as áreas desse último, do bar e dos mictórios, deixaram de estar conectadas à plateia e foram incorporadas às lojas comerciais (figura 6.1.9).

Tais mudanças reforçam a mitigação da importância do cinema no Edifício Diederichsen, enquanto suas lojas foram ampliadas, refletindo o contexto de intensificação da dinâmica comercial, ainda que de perfil popular, do centro de Ribeirão Preto, e a perda de público dos "cinemas de rua" para as salas de cinema dos *shoppings*.

---

[433] Em maio de 1993, um ano depois do encerramento das atividades do Cine São Paulo, o Cine Centenário também teve seu uso alterado, depois de um período de declínio nas exibições (FARIAS, 2000). Ao longo da década dessa, outros cinemas importantes também foram fechados, como o Bristol e o Cine Plaza, localizados nas ruas São Sebastião e General Osorio, respectivamente. Na década anterior, nove cinemas já haviam sido fechados no centro de Ribeirão Preto, enquanto novas salas eram inauguradas nos centros de compras.

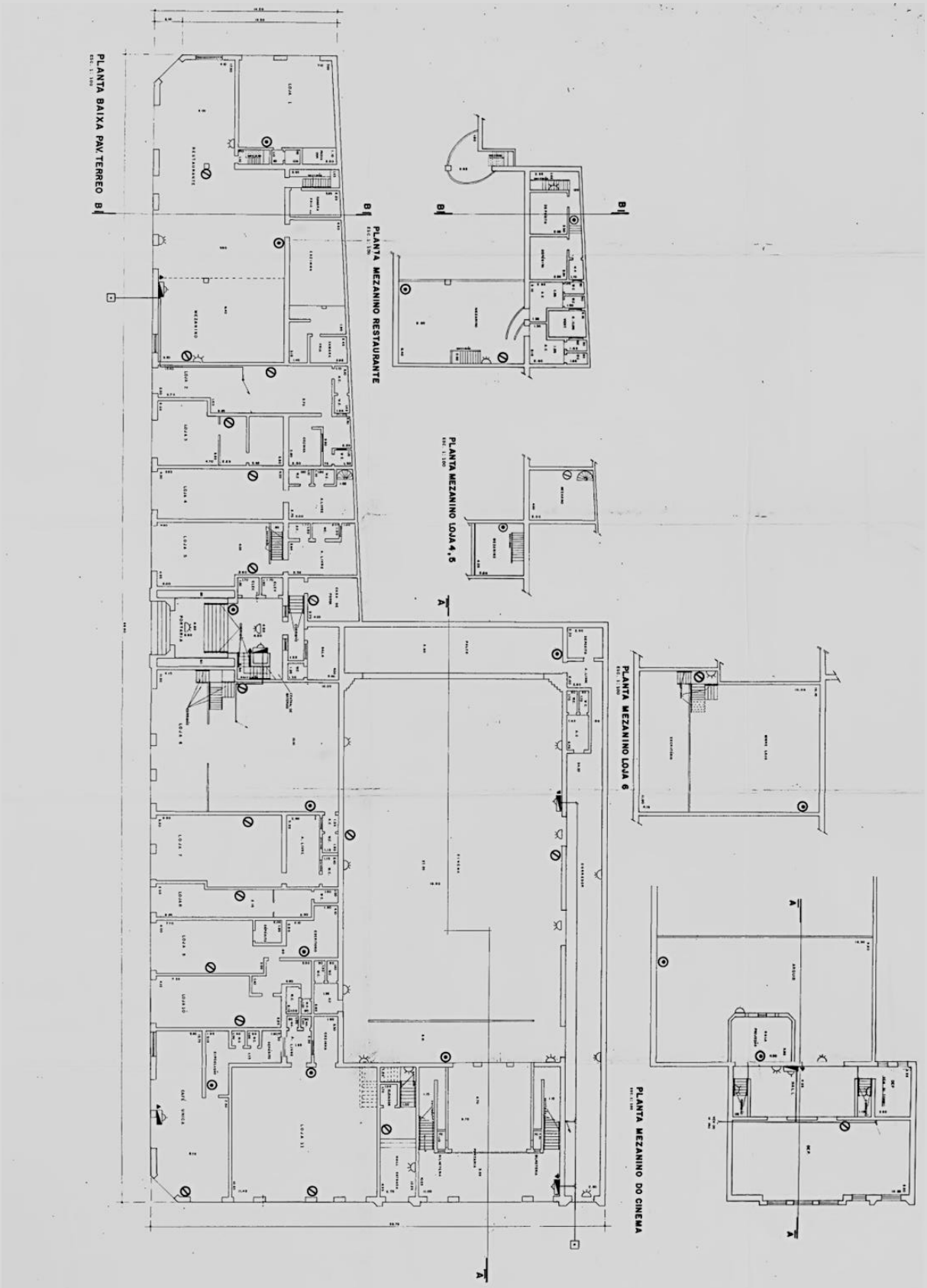


Figura 6.1.9 – Planta do pavimento térreo e mezaninos do Edifício Diederichsen, no projeto de Prevenção contra Incêndio. | **Ano:** não identificado | **Autor:** Eng. Civil Cecilio Fraguas Júnior
Fonte: CONDEPHAAT, 1998, p. 11.



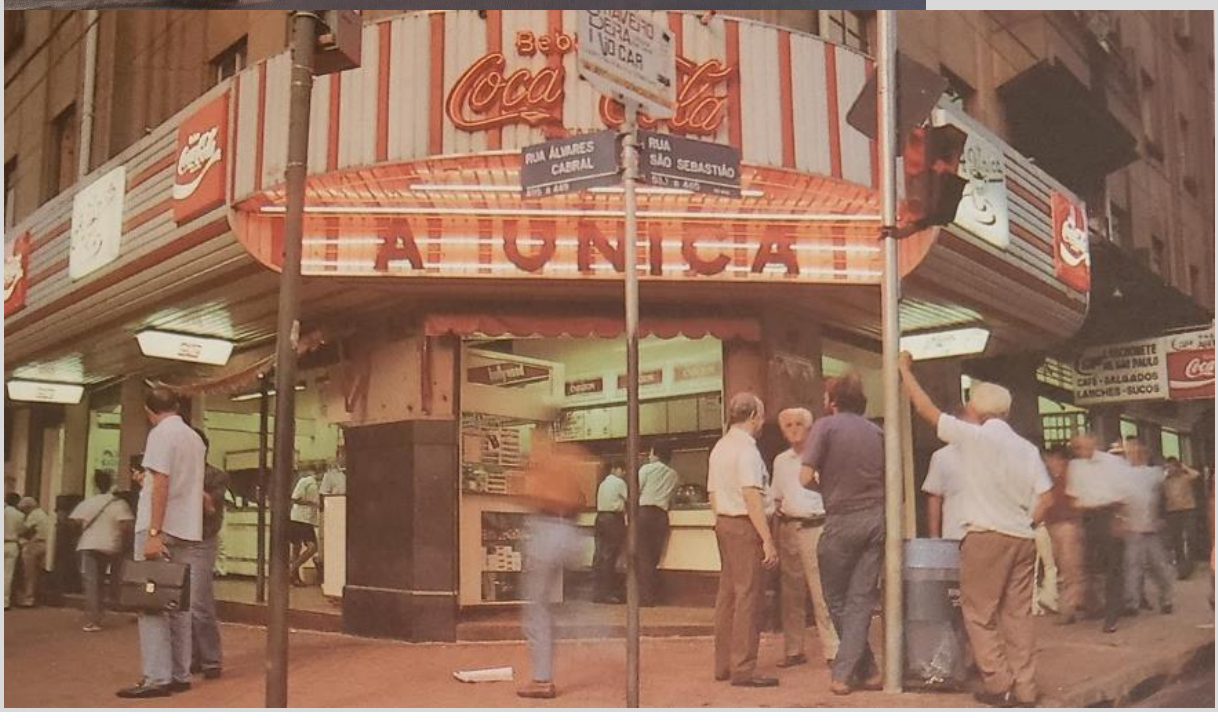


Figura 6.1.10 – A Única, no térreo do Edifício Diederichsen, localizada na esquina entre as ruas São Sebastião e Álvares Cabral. Além da grande movimentação de pessoas circulando nas calçadas em frente ao local, nas duas fotos é possível observar a utilização da esquina como um ponto de encontro da população.
Ano: não identificado
Autor: não identificado
Fonte: MIC Editorial, 1995, p. 102 (à dir.) / REVIDE, 1992, p. 21 (abaixo).





Figura 6.1.11 – Acima, unidade I do Pinguim, no térreo do Edifício Diederichsen, localizado na esquina entre as ruas Álvares Cabral e General Osorio. Ao lado, unidade II, no térreo do Edifício Meira Junior, visto a partir do Edifício Diederichsen. Na foto, observa-se a cobertura emergencial do Theatro Pedro II.
Ano: não identificado | **Autor:** não identificado
Fonte: REVIDE, 1992, p. 19 e 20.



Figura 6.1.12 – Ao lado, Bingo do Botafogo, instalado no antigo Cine São Paulo, no Edifício Diederichsen, voltado para a Rua São Sebastião. Nesse período a fachada desse setor do prédio recebeu pintura na cor branca.
Ano: 1999
Autor: não identificado
Fonte: INDESP SOLICITA..., 4/12/1999.

No sexto pavimento do Edifício Diederichsen, o Grande Hotel também sofreu os impactos das transformações pelas quais a cidade e seu centro passaram e, após a década de 1960, sentiu os efeitos da obsolescência de sua concepção arquitetônica para o segmento voltado à população com maior poder aquisitivo, para o qual foi inicialmente destinado.[434]

Na escala do planejamento urbano estadual, a partir do final da década de 1960 Ribeirão Preto reforçou sua posição de destaque entre as cidades da região e, com a implementação do Programa Nacional do Álcool, em 1974, passou por expressivo desenvolvimento econômico derivado da modernização das atividades agrícolas e agroindustriais. Segundo Calil Júnior (2003, p. 125), esse processo exigiu a "diversificação dos serviços de apoio", com reflexos na expansão e especialização da rede hoteleira para o setor empresarial, em estabelecimentos que ofereciam espaços para negócios e muitas vezes estavam localizados próximos (ou mesmo no interior do conjunto) dos *shoppings centers* e outros equipamentos urbanos instalados ao longo dos principais eixos viários.

Ainda que o centro da cidade tenha mantido sua vocação comercial durante todo o século XX, com sua popularização o Grande Hotel seguiu essa mesma tendência, chegando a ser fechado em 1970 (FILA..., 2010), após um período recebendo estudantes universitários oriundos de outros municípios (HISTORICO..., 2009). Conhecido por ter sido o primeiro hotel com "água quente encanada nos banheiros" (PRIMEIRO..., 2010) e por ter abrigado visitantes importantes, como artistas, atletas e políticos como Adhemar de Barros e o presidente Getúlio Vargas – que vinha sempre à cidade e, segundo se especulava, nessas ocasiões se hospedava no quarto 521 para encontros pessoais –, depois de algumas décadas o hotel localizado no Edifício Diederichsen precisou atuar com valores reduzidos e passou a ter como principal público, "representantes comerciais e prestadores de serviços em viagem de negócios no centro da cidade" (HERÓI..., 2004, p. 11).

Embora não existam documentos com registros gráficos de alterações ocorridas no interior do Grande Hotel ao longo desse período, uma reforma aprovada em 1971 para o antigo Hotel Umuarama – que desde aquele ano se tornara propriedade da Companhia de

---

[434] Carmem Lucia Rezende, que era filha de um antigo administrador do hotel e morou com sua família no Edifício Diederichsen, relembrou uma dinâmica a integrar o prédio e a cidade, no auge do hotel: "Homens discutiam sobre negócios e política na Única e rapazes ficavam em frente ao hotel enquanto as moças subiam e desciam a rua Álvares Cabral, onde hoje fica o calçadão, em ritual de paquera" (HISTORICO..., 2009).

Hotéis Bradesco – sinalizou a necessidade de reformulação dos espaços para hospedagem concebidos anteriormente, com aposentos que possuíam variadas tipologias, como ocorreu no projeto do Edifício Diederichsen.[435] Além dos serviços de impermeabilização, alteração nos revestimentos e revisão e renovação das instalações prediais, a principal alteração executada foi a padronização programática de grande parte dos aposentos. Com exceção do 12º andar, em que se mantiveram dois apartamentos com salas conectadas internamente, nos demais pavimentos os aposentos foram transformados em suítes com vestíbulo de acesso ou *closet*, um ou dois dormitórios, e banheiro privativos, eliminando-se os banheiros coletivos.

Em relação às habitações coletivas para moradia no centro de Ribeirão Preto, pode-se dizer que o crescimento do número de apartamentos a partir da década de 1950 e, principalmente, nas décadas de 1980 e 1990 – quando se localizaram em setores ao sul, mais próximos da Avenida Nove de Julho –, criou diversas opções de moradia atrativas para a parcela da classe média ribeirão-pretana que optou por permanecer residindo no Quadrilátero Central (figura 6.1.13). Com programa de usos que reproduziam os compartimentos das residências unifamiliares – quartos, salas, banheiros, cozinha e área de serviço, setorizados pelo caráter íntimo, social ou de serviços e com distintos acessos para esses últimos –, esses novos apartamentos incorporaram transformações nas noções de conforto e individualidade relacionadas ao interior doméstico, como o maior número de banheiros e o aparecimento da suíte, além de ofertarem espaços de convívio coletivo e garagem para automóveis, o que agregava maior valor aos apartamentos e elevava os preços de condomínio, quando comparados às opções mais compactas e com menor programa de serviços voltadas aos moradores, como no Edifício Diederichsen.

---

[435] Segundo Peixoto (2007), após o término do contrato de arrendamento por Miloná, fixado em 15 anos, Manoel Penna, que passou a administrar os bens da Companhia fundada por Antonio Diederichsen, optou por sua não renovação. Miloná ainda teria tentado reverter a decisão, mas uma sentença judicial fez com que o Hotel Umuarama encerrasse suas atividades em 1969. Nesse ano, uma notícia comentou sobre o processo ocorrido na justiça e a cobrança feita pela proprietária do imóvel aos antigos arrendatários, alegando que "durante os 18 anos em que o hotel ali funcionou não foi feita nenhuma limpeza ou pintura das instalações" (VELHO..., 1969, p. 20). O prédio teria ficado fechado por um ano até ser adquirido pelo Branco Bradesco, como uma forma de "saldar dívidas da Cia. Antonio Diederichsen" (PEIXOTO, 2007, p. 48). Depois da reforma realizada em 1971, a edificação passou por outras obras, administrações e denominações, como Hotel Vila Real, e, atualmente, Hotel Monreale, pertencente ao segmento *express* da franquia *Monreale Hotels*.



Figura 6.1.13 – Vista aérea do Quadrilátero Central de Ribeirão Preto, em que se observa a verticalização do setor sul da região central, acima da Praça da Bandeira até a Avenida Nove de Julho, ocorrida, sobretudo, a partir das décadas de 1970 e 1980, após o processo de verticalização ocorrido inicialmente na região entre a Praça XV de Novembro e a Praça da Bandeira.

Ano: 1992

Autor: Foto Miyasaka. Editado por Tatiana S. Gaspar.

Fonte: APHRP, Acervo Fotográfico – F1333.

Desse modo, se até a década de 1950 os apartamentos do Edifício Diederichsen figuraram entre as poucas opções de moradia para famílias de classe média que se valiam das vantagens que a localização do prédio oferecia naquele contexto, em poucas décadas suas unidades habitacionais predominantemente compactas acabaram sendo ocupadas por população com menor poder aquisitivo, interessada em residir perto de postos de trabalho oferecidos no centro, bem como por núcleos familiares menores ou indivíduos isolados, muitas vezes idosos, que desejavam se manter próximos aos comércios e serviços populares dessa região, sendo atendidos pelas opções de transporte coletivo disponíveis no entorno do prédio, com conexões para grande parte da cidade.

Em 2010, Maria Garnica dos Santos, então com 84 anos, completou quatro décadas a residir no Edifício Diederichsen. Ao relembrar a rotina de sua família em um apartamento do prédio na década de 1970 – quando se mudaram da cidade de Pitangueiras para Ribeirão Preto com o intuito de favorecer a educação dos filhos –, expressou o processo de popularização do Edifício Diederichsen a partir do último quartel do século XX. Os cinco membros da família "dividiam o apartamento de um quarto, sala, banheiro e cozinha", e, enquanto os filhos compartilhavam o quarto, ela e o marido dormiam na sala. Dona Quinha, como era conhecida, também caracterizou os diversos tipos de locatários ao longo das "várias épocas" do prédio durante o período em que lá residiu. Segundo ela, no início os apartamentos teriam sido ocupados principalmente por famílias, depois pelo que qualificou como "solitários – solteirões inveterados e viúvos", até que os "jovens casais" passaram a predominar (DIEDERICHSEN..., 2010). Assim, na percepção da antiga moradora, o edifício que anteriormente houvera sido ocupado por famílias menores, a partir da década de 1970 e, ao menos até o ano de 2010, passou a receber famílias maiores, depois indivíduos solteiros, viúvos ou casais de idosos e, por fim, casais jovens.

Em certa medida, a observação da moradora também captou o movimento de transformações no entorno do prédio na virada do século XX para o século XXI, já que a partir da década de 1990 essa região do centro passou a receber propostas de requalificação e valorização cultural, o que estimulou novas dinâmicas de uso no Edifício Diederichsen e atraiu outros grupos de moradores. Nesse contexto, em 1997, o prédio promovido por Antonio Diederichsen teve iniciado o seu processo de tombamento junto ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT). A solicitação, feita pela Santa Casa de Misericórdia de

Ribeirão Preto, ocorreu logo após a conclusão das obras de restauração no Theatro Pedro II, que foi o primeiro edifício de Ribeirão Preto com reconhecido valor histórico e artístico pelo município, em 1973 (RIBEIRÃO PRETO, 1973). E, nesse mesmo ano, também teve instaurado o estudo que culminou em seu tombamento pelo estado de São Paulo.[436]

No ano em que as obras de restauração do Theatro Pedro II tiveram início, em 1991, a sede do grupo de teatro Fora do SériO se instalou no último andar do Edifício Diederichsen, ocupando parte do terraço que permanecera descoberto após o projeto para sua cobertura parcial, em 1938. Além de receber novo espaço cultural e passar por ampliação do seu programa de usos, ocorreram alterações em outros compartimentos desse pavimento, como a antiga área de tanques, dividida por um sanitário e uma área de serviço (figura 6.1.14). O Fora do SériO permaneceu no local por dez anos. As peças teatrais encenadas no último pavimento do Edifício Diederichsen valeram-se, muitas vezes, de outras áreas do prédio como cenário (figura 6.1.15). Durante esse ínterim, o Grupo de Teatro acompanhou as obras de restauração no Theatro Pedro II de uma maneira bastante singular. Sob o "olhar vigilante" do boneco Brianito, posto junto à janela da cobertura do Edifício Diederichsen com um capacete de obras (figura 6.1.16), os artistas se posicionaram pela recuperação e retomada do teatro, após a ocorrência do incêndio que destruiu toda a cobertura e outras partes do prédio.

Iniciado na noite do dia 15 de julho de 1980, durante a exibição do filme brasileiro "Os Três Mosqueteiros Trapalhões" (CICCACIO, 1996), o incêndio do Theatro Pedro II deu ares de tragédia à comédia e comoveu a população local que, rapidamente, mobilizou-se em prol da proteção e restauração daquele edifício. O que teria sido a comemoração do "Jubileu de Ouro" do Theatro Pedro II converteu-se em uma série de manifestações encampadas pela classe artística com apoio massivo da sociedade, ocorridas na esplanada em frente ao Quarteirão Paulista e ao Edifício Diederichsen (figura 6.1.17). Depois do primeiro "Concerto de Protesto", em outubro de 1980, seguiram-se outras apresentações artísticas com grande público, até que seu tombamento fosse finalmente deliberado pelo estado de São Paulo, em 1982, quase dez anos depois do processo ter sido iniciado no CONDEPHAAT.

---

[436] Resolução 32, de 07 mai. 1982, do CONDEPHAAT. Publicação no Diário Oficial: Poder Executivo, Seção I, 13/05/1982, p. 26. Cabe destacar que o tombamento foi efetivado dois anos após o incêndio, ocorrido em 1980.

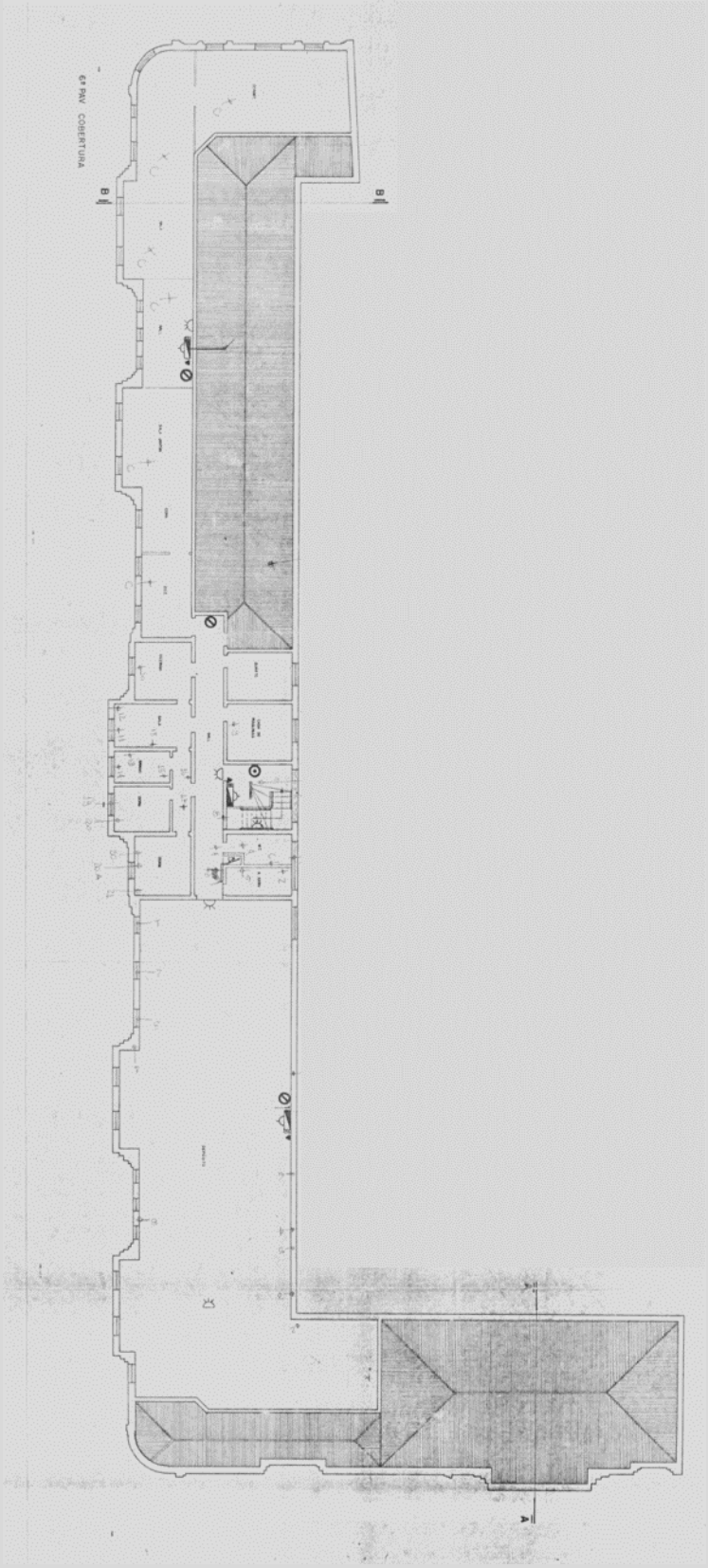


Figura 6.1.14 – Planta do sétimo pavimento (cobertura) do Edifício Diederichsen, no projeto de Prevenção contra Incêndio.

Ano: não identificado | **Autor:** Eng. Civil Cecilio Fraguas Júnior

Fonte: CONDEPHAAT, 1998, p. 14.



Figura 6.1.15 – *Performance* do grupo de teatro Fora do SériO, baseada na Commedia Dell'Arte, evento que reuniu teatro, artes plásticas e gastronomia no Edifício Diederichsen. No registro, os atores estão nos elevadores do *hall* principal do prédio, em que se observam detalhes da decoração Art Déco nas paredes e no piso em mármore preto e branco.
Ano: 1992
Autor: não identificado
Fonte: Site oficial do grupo de teatro Fora do SériO, disponível em: https://www.casadaartemultimeios.com/teatro?lightbox=dataItem-ixs61vwr1. Acesso em: 15/01/2021.

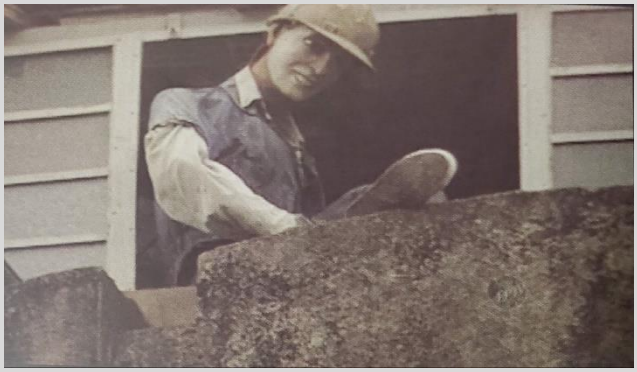


Figura 6.1.16 – Boneco "Brianito", posicionado na janela da cobertura do Edifício Diederichsen, no sétimo pavimento, na fachada da Rua General Osório, com vista para o Theatro Pedro II.
Ano: não identificado
Autor: não identificado
Fonte: NEVES, 2014, p. 186.



Figura 6.1.17 – Vista, a partir do Edifício Diederichsen, do concerto realizado na esplanada entre o Quarteirão Paulista e a Praça XV de Novembro, visando arrecadar fundos para a restauração do Theatro Pedro II.
Ano: não identificado | **Autor:** não identificado
Fonte: CICCACIO, 1996, p. 112.

6.2 A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO CULTURAL NA DÉCADA DE 1990: A POLÍTICA DE PROTEÇÃO AOS BENS CULTURAIS EM RIBEIRÃO PRETO E A VALORIZAÇÃO DO SEU "CENTRO HISTÓRICO"

No Brasil, a atuação de instâncias públicas de proteção aos edifícios considerados de valor cultural foi impulsionada na segunda metade do século XX, quando diversos Conselhos de Patrimônio foram criados nos estados e municípios. Embora a proteção patrimonial institucionalizada tenha origens na década de 1930, com a promulgação da Constituição Federal de 1934 e o Decreto-lei n. 25, de 1937 – que regulamentou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, posteriormente denominado como Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) –, no campo arquitetônico essa iniciativa foi fortemente marcada pela valorização de edificações do período colonial e imperial, deixando desprotegidos exemplares produzidos a partir do final do século XIX, sobretudo durante a Primeira República, que, no caso de muitos municípios paulistas, como Ribeirão Preto, caracterizavam parte fundamental do seu conjunto urbano originário.

No estado de São Paulo, a criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) se deu no final da década de 1960, após a Constituição Estadual de 1967 dispor sobre o "amparo à cultura, proteção do patrimônio histórico, artístico e monumental e preservação dos locais de interesse turístico" e criar o "Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado" (SÃO PAULO, 1967). No ano seguinte, a lei n. 10.247/1968 definiu a competência, a organização e o funcionamento desse Conselho que seria subordinado à Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, e teria como premissa adotar medidas para a "defesa do patrimônio histórico, artístico e turístico do Estado, cuja conservação se imponha em razão de fatos históricos memoráveis, do seu valor folclórico, artístico, documental ou turístico, bem assim dos recantos paisagísticos, que mereçam ser preservados" (SÃO PAULO, 1968). Na sequência, a Lei Orgânica dos Municípios do Estado de São Paulo definiu que competiria aos municípios, concorrendo com o estado, "prover sobre a defesa da flora e da fauna, assim como dos bens e locais de valor histórico, artístico, turístico ou arqueológico", e que "as áreas, locais, prédios e demais bens declarados de interesse

histórico, artístico, arqueológico, monumental ou turístico" ficariam "sujeitos as restrições de uso, conservação e disponibilidade estabelecidos pelo Estado" (SÃO PAULO, 1969).

Concomitantemente ao que ocorria no estado de São Paulo, em 1967 foi criado o Conselho Municipal de Cultura de Ribeirão Preto, que atuou como um órgão consultivo e de planejamento para a "defesa e preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do Município", e a "preservação dos prédios escolares e praças esportivas" (RIBEIRÃO PRETO, 1967). No entanto, apenas no início da década seguinte a cidade passou a contar com seu primeiro Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural, subordinado ao Departamento de Cultura e Esportes. O Conselho de 1971 deveria cumprir o Decreto-Lei Complementar n. 9/1969 do estado de São Paulo e teve ampliadas as atribuições do Conselho de 1967, sendo previstas novas medidas para a "defesa dos bens e locais de valor histórico e cultural", com destaque à proposição de tombamento, com possibilidade de desapropriação, e à promoção e divulgação de estudos sobre a evolução da cidade e sua iconografia (RIBEIRÃO PRETO, 1971).

Uma importante providência tomada na sequência foi a "proteção especial" concedida ao Theatro Pedro II, em reconhecimento ao seu valor histórico e artístico (RIBEIRÃO PRETO, 1973), mas sem a proposição de tombamento, já prevista como uma atribuição do Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural criado em 1971. Os dois artigos finais da lei municipal n. 2764/1973 chamam especial atenção, pois tanto se previa a possibilidade de tornar essa edificação "objeto de declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação" – o que viria a ocorrer, mas a partir de uma ação do estado de São Paulo alguns anos após o incêndio –, como a inscrição do imóvel "no tombamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Ministério da Educação e Cultura", solicitação que continuou sendo pleiteada nas décadas seguintes, mas nunca se efetivou.

Em 1974, uma nova lei municipal dispôs sobre a defesa dos bens de valor histórico e artístico existentes no município, considerando, para tanto, três categorias: bens imóveis, móveis ou "monumentos naturais". No primeiro caso, seriam considerados aqueles "existentes em seu território e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis ou por seu excepcional valor artístico, relacionados sempre com a história de Ribeirão Preto", devendo ser inscritos no Livro do Tombo, de forma separada ou agrupada, para então passarem a ser partes integrantes do patrimônio

histórico e artístico municipal (RIBEIRÃO PRETO, 1974).

No entanto, ainda que o final da década de 1960 e os primeiros anos de 1970 tenham marcado o princípio da formulação de leis relativas à proteção de bens de valor cultural em Ribeirão Preto e o início da atuação do CONDEPHAAT na cidade a partir do estudo de tombamento do Theatro Pedro II (SÃO PAULO, 1982), foi na década de 1980 que esse tema começou a se destacar enquanto política pública de impacto expressivo em Ribeirão Preto.[437] Nesse período, o CONDEPHAAT iniciou estudos que culminaram no tombamento de diversas edificações do município, como a Estação Barracão (1980-1982); os remanescentes arquitetônicos da antiga Fazenda Monte Alegre, seu sistema viário e área verde do Campus da Universidade de São Paulo (1986-1994); as Escolas Estaduais Dona Sinhá Junqueira, Fabio Barreto, Guimarães Junior e Otoniel Mota, fruto de um projeto voltado à proteção dos Grupos Escolares construídos durante a Primeira República nas cidades do estado de São Paulo (1986-2010); e a Casa Caramuru (1987-1988).

No âmbito local, o Theatro Pedro II foi o marco inicial para o reconhecimento do valor histórico e artístico de uma série de edifícios da cidade. Na década de 1980, Ribeirão Preto passou a contar com uma Secretaria de Cultura e foi decretada a criação do Conselho Municipal de Difusão da Cultura e Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Município de Ribeirão Preto (CMDCDPHAC), com atribuição consultiva para assistência ao Secretário Municipal de Cultura e a incumbência de elaborar projeto cultural a ser desenvolvido pela Secretaria Municipal da Cultura (RIBEIRÃO PRETO, 1984a). Nesse momento, foi aprovada uma lei que considerou como de valor histórico e cultural os edifícios Meira Júnior e Palace Hotel, vizinhos ao Theatro Pedro II e igualmente integrantes do conjunto Quarteirão Paulista (RIBEIRÃO PRETO, 1985).[438]

A tentativa de proteção dos demais edifícios do Quarteirão Paulista, junto ao tombamento do Theatro Pedro II pelo CONDEPHAAT, ocorrido na década anterior e, após a ocorrência do incêndio desse último, refletiu a ameaça de destruição do conjunto arquitetônico para a construção de uma agência bancária, como aventado por um grupo

---

[437] Ao rememorar a trajetória do CONDEPHAAT, a arquiteta e urbanista Silvia Wolff (2018, p. 46) avaliou, na ocasião em que esse órgão completava 50 anos, os efeitos da "ampliação de seus quadros técnicos", ocorrida entre 1981 e 1982, o que por certo teve importante contribuição para a atuação do CONDEPHAAT no estado.
[438] No ano anterior, também foi considerado como de valor histórico e artístico o edifício da então denominada Biblioteca Cultural "Altino Arantes" (RIBEIRÃO PRETO, 1984b).

empresarial na época, bem como o constante movimento de resistência da classe artística, somada ao apoio da população, de políticos e de instituições, como o núcleo ribeirão-pretano do Instituto de Arquitetura do Brasil (CICCACIO, 1996), que em 1985 desenvolveu um projeto emergencial para a cobertura temporária do Theatro Pedro II (figura 6.1.11). Em Ribeirão Preto, o envolvimento da sociedade civil na defesa e resgate desse edifício com forte significação para a memória coletiva da população parece ter se inserido no amplo movimento de redemocratização e de promulgação da Constituição Federal, em 1988, que ampliou a participação dos cidadãos na gestão pública e alargou a noção de patrimônio para além de seus limites materiais, de sua "vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil", ou de seu "excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico", conforme anteriormente estabelecia o Decreto Lei n. 25, de 1937 (BRASIL, 1937).[439]

Alinhada ao debate internacional que resultou na elaboração da Carta de Veneza, em 1964, a "Constituição Cidadã" reelaborou a definição de patrimônio, que já na designação incorporou a palavra "cultural", considerando "os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira" (BRASIL, 1988). Além disso, estabeleceu que a promoção e a proteção ao patrimônio cultural brasileiro pelo Poder Público poderiam contar com a colaboração da comunidade, por meio de "inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação"; e que competiria à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre a "proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico"; enquanto aos municípios caberia "promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual" (BRASIL, 1988).

No ano seguinte, a Constituição do Estado de São Paulo absorveu integralmente a conceituação de Patrimônio Cultural expressa na Constituição Federal de 1988 e definiu

---

[439] Segundo Moreira (2015, p. 168), as manifestações em prol do Theatro Pedro II se juntaram ao movimento "Diretas Já", ocorrido em 1983 e 1984, o que expressa a importante função pública e política da esplanada entre o Quarteirão Paulista e a Praça XV de Novembro, para onde também está voltada uma das fachadas do Edifício Diederichsen, tendo essas edificações figurado como um pano de fundo para os eventos ocorridos no local. Antes disso, a área também já abrigava desfiles cívicos e populares, como o Carnaval.

que o Poder Público executaria, por meio do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado – CONDEPHAAT e na forma estabelecida pela lei, a pesquisa, identificação, proteção e valorização do patrimônio cultural paulista (SÃO PAULO, 1989). Ainda como efeito direto da nova Carta Magna, que estabelecera a obrigatoriedade de elaboração da Constituição dos Estados e da Lei Orgânica para os municípios brasileiros, em 1990 a cidade de Ribeirão Preto passou a adotar os princípios relativos ao Patrimônio Cultural já referenciados pelas Constituições Federal e Estadual de São Paulo. Definiu-se, igualmente, que a competência municipal na área da cultura seria exercida pelo Conselho Municipal de Cultura, órgão colegiado com estrutura e atribuições definidas em lei (RIBEIRÃO PRETO, 1990a).

As significativas mudanças em termos conceituais e jurídicos impactaram no campo do Patrimônio Cultural em Ribeirão Preto. Uma delas foi a declaração de utilidade pública e posterior desapropriação do Theatro Pedro II pelo Governo do Estado de São Paulo, que concedeu permissão de uso à refeitura municipal e gerou um ambiente legal favorável ao início de sua restauração pela municipalidade, em 1991.[440] A maior participação da sociedade civil propiciou a utilização de instrumentos jurídicos arguciosos do ponto de vista da proteção aos bens culturais, como a declaração de utilidade pública e a desapropriação de um bem particular. Por outro lado, a década de 1990 em Ribeirão

[440] Antes disso, uma lei municipal dispôs sobre a criação de um Fundo Especial para sua preservação e sobre as atividades a serem desenvolvidas pela prefeitura municipal, enquanto permissionária no uso do Theatro Pedro II. A lei especificou a destinação do Theatro Pedro II "à realização de espetáculos artísticos e culturais, de teatro, música e dança do mais elevado nível, compatíveis com a sua natureza" (RIBEIRÃO PRETO, 1990b), e acrescentou: "1º - Excepcionalmente, e desde que não acarrete qualquer prejuízo para a programação artística e cultural, poderá ser autorizado o uso do TEATRO PEDRO II para solenidades relevantes de caráter histórico ou cívico ou, ainda, de manifesto interesse público. § 2º - Poderão ser realizados espetáculos em regime de co-patrocínio ou colaboração entre a prefeitura municipal de Ribeirão Preto e pessoas físicas ou jurídicas, privadas ou públicas, desde que haja relevante interesse artístico-cultural, que serão considerados de caráter oficial, para todos os efeitos legais" (RIBEIRÃO PRETO, 1990b). Apenas em 2017 o Theatro Pedro II foi finalmente doado à prefeitura de Ribeirão Preto (notícia disponível em: https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/governo-estado-transfere-teatro-pedro-ii-para-prefeitura-de-ribeirao-preto/. Acesso em: 04/04/2021). Outra medida com grande efeito para a preservação da memória da população ribeirão-pretana – a tornar possível o desenvolvimento da tese ora apresentada – foi a criação do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, em 1992, e, nesse mesmo ano, a implementação de uma lei que considerou como de valor histórico e de utilidade pública o acervo dos jornais *Diário da Manhã*, *A Tarde*, *Diário de Notícias* e *A Palavra*. Em 1999, uma lei municipal reconheceu o valor histórico-cultural de todo o acervo do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto (RIBEIRÃO PRETO, 1999).

Preto também evidenciou a persistência da atribuição de valores "históricos" e "arquitetônicos" em leis municipais que tinham como objetivo a proteção de edificações locais, sem que fosse utilizado o instrumento de tombamento.[441]

Contudo, foi igualmente nesse período que os primeiros exemplares não vinculados ao ecletismo e associados à Arquitetura Moderna – como o Mercado Municipal e a Rádio PRA/7 – passaram a ter reconhecido valor histórico pela municipalidade. Outra novidade: um novo Conselho Municipal teve assegurada a participação da sociedade civil na gestão do Patrimônio Cultural de Ribeirão Preto. Em meio à criação do Conselho Municipal de Cultura, em 1993, um debate promovido pela Secretaria Municipal de Cultura, com a participação de representantes de órgãos públicos do município e da federação nacional ligados à proteção e preservação de bens culturais, proporcionou a organização de um grupo de trabalho para a elaboração da lei que originou o Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural do Município de Ribeirão Preto - CONPPAC/RP, em 1996 (ESPÍRITO SANTO; REGISTRO, 2005).[442]

De caráter consultivo e deliberativo, contando com a participação de representantes do Poder Público Municipal, o CONPPAC/RP abrigava membros indicados pela Sociedade Civil Organizada.[443] Mesmo mantendo a definição dos bens e locais de

---

[441] Como no caso do Hotel Brasil (RIBEIRÃO PRETO, 1991), Mercado Municipal (RIBEIRÃO PRETO, 1993a), edifício da Cia. Nacional de Estamparia-CIANE das Indústrias Matarazzo (RIBEIRÃO PRETO, 1994), e do prédio onde funcionava a antiga Rádio PRA/7 (RIBEIRÃO PRETO, 1997). Em sua dissertação de mestrado sobre a participação da Sociedade Civil Organizada na gestão do Patrimônio Cultural de Ribeirão Preto, por meio do CONPPAC/RP, a advogada Daniela Campos de Abreu Serra (2006, p. 128) esclareceu que, "do ponto de vista jurídico, a legislação municipal que declara um bem como de valor histórico não gera os mesmos efeitos do ato administrativo de tombamento".

[442] O debate "Patrimônio Cultural do Município de Ribeirão Preto" contou com palestras de profissionais representantes da municipalidade, como o Arquivo Público, Diretoria de Museus, Secretarias Municipais de Negócios Jurídicos, Cultura e Meio Ambiente; representantes das entidades civis, como o IAB e a Associação Cultural e Ecológica Pau Brasil; além das palestras proferidas por membros do então Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural-IBPC. O processo de formação do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural de Ribeirão Preto-CONPPAC/RP, foi relatado por Tania Registro e Silvia Maria Espírito Santo (2005), disponível em: http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/files/scultura/arqpublico/i14conppac.pdf. Acesso em: 20/12/2019.

[443] A saber: Secretaria Municipal de Planejamento; Secretaria Municipal de Obras e Serviços; Secretaria Municipal do Meio Ambiente; Secretaria Municipal da Cultura; Conselho Municipal da Cultura; CONDEMA/RP - Conselho de Defesa do Meio Ambiente; ACI - Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto; OAB - Ordem dos Advogados do Brasil - Ribeirão Preto; AEAARP - Associação de Engenharia e Arquitetura e Agronomia de Ribeirão Preto; IAB - Instituto dos Arquitetos do Brasil - Núcleo Regional de Ribeirão Preto;

valor histórico-cultural indicados na lei do primeiro Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural do município de 1971, criaram-se outros níveis de proteção, como a caracterização e delimitação de área envoltória para o tombamento de qualquer imóvel, a ser "dimensionado caso a caso"; instituiu-se o tombamento "de oficio" para o caso de "bens já tombados pelo Poder Público Federal e Estadual"; e ampliaram-se as categorias às quais esses bens poderiam estar vinculados (RIBEIRÃO PRETO, 1996):

> Com base nas diferentes categorias de bens preservados, o CONPPAC-RP manterá um conjunto de registro de cunho antropológico (arqueólogo, etnólogo, etc.); patrimônio edificado; bens móveis e integrados; documental; natural; afetivo; dentre outros como: coleções fechadas, bens artísticos e folclóricos, iconográficos, bibliográficos, peças isoladas, documentos raros, mapas, cartas, etc. (RIBEIRÃO PRETO, 1996).

Após a criação do CONPPAC/RP, os primeiros tombamentos de bens imóveis foram decretados na esfera municipal, gerando um expressivo incremento no número de edifícios protegidos na cidade.[444] Entretanto, esse contexto provocou diversas disputas judiciais e embates entre os poderes executivo, legislativo e a sociedade, com interesses favoráveis ou avessos ao tombamento (SERRA, 2006).[445]

Conjunto das Instituições de Ensino Superior; FABARP - Federação das Associações de Bairro de Ribeirão Preto; ALARP - Academia de Letras e Artes de Ribeirão Preto; e ARL - Academia Ribeirãopretana de letras (RIBEIRÃO PRETO, 1996). Posteriormente, em 2001, 2002 e 2006, outras leis alteraram a composição original do CONPPAC-RP, seja para sua adequação em relação às mudanças na estrutura administrativa da prefeitura municipal, como em razão de embates com a Câmara Municipal, como no último caso, quando a lei complementar n. 2006/2006 incluiu um representante desse órgão legislativo (SERRA, 2006, p. 131-135).

[444] Em 2004, foram tombados o prédio sede da UGT – União dos Trabalhadores de Ribeirão Preto (RIBEIRÃO PRETO, 2004b), o edifício que abrigou a antiga sede da Câmara e Cadeia Municipal (RIBEIRÃO PRETO, 2004c), e elementos remanescentes da antiga Cerâmica São Luiz (RIBEIRÃO PRETO, 2004a). A partir de então, a lei n. 7521/1996, que criou o CONPPAC/RP, foi usada como embasamento para o tombamento de diversos edifícios ao longo da primeira década dos anos 2000, a saber: antiga algodoeira Matarazzo, situada entre as ruas José Bonifácio, Campos Salles, Saldanha Marinho e Prudente de Morais (RIEIRÃO PRETO, 2007a); imóvel situado na Rua Florêncio de Abreu n. 411 – Palacete Joaquim Firmino (RIBEIRÃO PRETO, 2008a); imóvel localizado na Rua João Delibo, esquina com Ernesto Petersen, conhecido como "Estação do Alto" (RIBEIRÃO PRETO, 2008b); túmulo Veiga Miranda, localizado no Cemitério da Saudade (RIBEIRÃO PRETO, 2008c).

[445] Dois importantes embates entre o CONPPAC e alguns vereadores da Câmara Municipal de Ribeirão Preto foram relatos no trabalho de Serra (2006, p. 133), a partir do tombamento provisório de 76 imóveis localizados no distrito de Bonfim Paulista, em 1994, e da "discussão técnica do projeto arquitetônico de restauração da Algodoeira Matarazzo". A incompatibilidade de interesses levou a Câmara Municipal a promulgar a lei complementar n. 2006/2006, que fazia alterações significativas na lei n. 7521/1996, como o impedimento de

No âmbito estadual, na década de 1990 a atuação do CONDEPHAAT em Ribeirão Preto resultou na ampliação da proteção do conjunto Quarteirão Paulista, com os tombamentos do Meira Júnior e do Hotel Palace, bem como da Praça XV de Novembro. O tombamento desses "bens culturais de interesse histórico-arquitetônico", complementares ao do Theatro Pedro II, foi justificativa pelo interesse em preservar a "unidade arquitetônica e harmonia paisagística que lhe são peculiares para a caracterização deste tradicional núcleo histórico urbano" (SÃO PAULO, 1993).

Ainda que, até aquele momento, grande parte dos edifícios tombados ou com reconhecido valor histórico, artístico ou cultural, pelo município ou pelo estado de São Paulo, já estivesse localizada na área central de Ribeirão Preto, essa foi a primeira vez que um tombamento efetivado pelo CONDEPHAAT em Ribeirão Preto esteve expressamente vinculado ao argumento da perspectiva histórica do centro.[446]

---

que qualquer interessado pudesse solicitar o tombamento de um bem, restringindo essa possibilidade apenas ao proprietário e ao Corpo Técnico, de modo contrário ao que a Constituição Federal de 1988 estabelecia. O CONPPAC/RP então acionou o Ministério Público do Estado de São Paulo, até que a lei n. 7521/1996 foi revogada pela lei n. 2211/2007, que instituiu, junto à Secretaria Municipal de Cultura, o Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural do Município de Ribeirão Preto – CONPPAC/RP. Essa última, por sua vez, foi declarada inconstitucional e, a partir de 2016, passou a vigorar a lei n. 2799/2016, que "dispõe sobre o Sistema Municipal de Patrimônio Cultural de Ribeirão Preto – SMPC-RP, denomina o Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural do Município de Ribeirão Preto (CONPPAC-RP), institui o Fundo Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural e dá outras providências".

[446] A preponderância de edifícios tombados na região central de Ribeirão Preto se mantém até os dias atuais, enquanto áreas da cidade que também iniciaram seu desenvolvimento na segunda metade do século XX, como a Vila Tibério e os bairros originados da área do antigo Núcleo Colonial Antonio Prado, possuem reduzido número de edificações tombadas pelo estado e município. Edifícios construídos por Antonio Diederichsen nesses setores, como as indústrias do Antigo Banco Constructor e o Abrigo Anna Diederichsen, ainda não receberam proteção definitiva do município, o que permitiu a ocorrência de demolições, degradação e descaracterização de partes significativas dessas construções. Alguns galpões do Antigo Banco Constructor sofreram danos irreversíveis após a execução das obras da rotatória Amin Calil, em meados da década de 1990, quando o conjunto foi dividido em duas partes. Uma delas foi descaracterizada e recebeu a instalação da concessionária Santa Emília, após o grupo fundado por Antonio Diederichsen ter se tornado uma empresa autorizada da Volkswagen, em 1964, e, recentemente, passou a abrigar uma loja de presentes, quando perdeu o que ainda restava de suas características originais. A outra parte remanescente do conjunto, mais próxima à antiga Cervejaria Antártica, ficou abandonada por vários anos, até ser demolida para que seu terreno recebesse a loja de uma franquia de varejo de materiais para construção. Emblematicamente, uma seção dessa loja atualmente recebe o nome "Pátio Constructor". No terreno do Abrigo Anna Diederichsen foi construído um centro clínico com dois pavimentos junto a uma das laterais do edifício. Parcialmente desocupado, embora ainda mantenha grande parte das suas características originais, carece de restauração

A compreensão dos conjuntos urbanos centrais enquanto documentos históricos de significativo valor cultural identitário vinha sendo formada em conceitos e recomendações de cartas patrimoniais elaboradas no último quartel do século XX, quando cidades de todo mundo passaram por um período de intensas transformações, assim como ocorreu em Ribeirão Preto. No Brasil, essa perspectiva encontrou um ambiente de estímulo à preservação e valorização cultural de edifícios e áreas urbanas, por meio de leis de incentivos fiscais que estiveram relacionadas ao pedido de tombamento do Edifício Diederichsen – solicitado ao CONDEPHAAT cinco anos depois do tombamento do Quarteirão Paulista e da Praça XV de Novembro –, como também a várias intervenções promovidas pela administração municipal em áreas do centro a partir da década de 1990.

Em 1990, a prefeitura municipal de Ribeirão Preto lançou o "Concurso de Ideias para Renovação Urbana da Área Central", cujo objetivo era selecionar planos que fornecessem "diretrizes urbanísticas em seus aspectos físicos, legislativos e institucionais, visando promover a renovação urbana e, de acordo com as vocações do Centro, de vias preferenciais de pedestre, calçadão, etc., e com os desejos e aspirações da população que mora, trabalha e frequenta o local" (RIBEIRÃO PRETO, 1990c). Entre os requisitos a serem observados pelos concorrentes, o edital do Concurso conferiu ênfase à valorização dos aspectos culturais da área urbana, como também:

> a compatibilização dos processos de transformação e de preservação do Centro; a valorização do patrimônio presente no Centro através da identificação de locais de interesse histórico, cultural e ambiental e, de importância específica para a comunidade ali instalada; a valorização do potencial turístico do Centro; mínimo remanejamento da estrutura viária; utilização ao mínimo da figura jurídica da desapropriação; a avaliação da viabilidade econômica financeira da proposta, explicitando o papel dos agentes públicos e privados; demais aspectos que o concorrente julgar pertinentes (RIBEIRÃO PRETO, 1990c).

---

e foi recentemente tombado, de modo provisório, pelo CONPPAC, assim como o conjunto ABC localizado na região central. O ABC está circunscrito na área envoltória de alguns bens culturais protegidos e, como veremos a seguir, mereceu atenção especial nos estudos realizados pelo CONDEPHAAT na ocasião do tombamento do Quarteirão Paulista e do Edifício Diederichsen. No entanto, teve parte de suas fachadas descaracterizadas pelo uso comercial ou outros serviços instalados nas edificações, como no caso da oficina e posto de combustível na esquina entre as ruas Saldanha Marinho e Américo Brasiliense, onde atualmente funciona uma igreja evangélica.

O resultado do Concurso de Ideias foi divulgado em 1991, no mesmo ano em que as obras de restauração do Theatro Pedro II foram iniciadas.[447] Entre outras soluções, o projeto vencedor propunha a reforma da Praça XV de Novembro e a construção de um espaço comercial com funcionamento 24 horas e estacionamento subterrâneo na Praça Carlos Gomes – onde originalmente esteve implantado o teatro homônimo e, depois de sua demolição, um terminal de ônibus –, além da implantação de "calçadão" em 16 quarteirões da área central.[448] O projeto se pautava pela criação de um "eixo histórico" integrando as áreas entre o Quarteirão Paulista e a Praça Carlos Gomes, mas apenas parte das propostas foi implantada, como a execução do calçadão em oito quarteirões. Entre eles, o trecho da rua General Osório entre a esquina com a Rua Álvares Cabral, onde se implantava o Edifício Meira Júnior e o Edifício Diederichsen, e o trecho da rua Álvares Cabral que abrange toda a fachada principal do Edifício Diederichsen.[449]

A criação de calçadas ampliadas nesse trecho constou como uma diretriz do edital e em alguns projetos foi representada em perspectivas (figura 6.2.1), a evidenciar a leitura do poder público e dos profissionais acerca da importância do Edifício Diederichsen como referência histórica e cultural nesse contexto urbano – mesmo antes da solicitação de seu tombamento –, e, especificamente, o potencial da sequência de comércios instalados ao longo do térreo do edifício como um espaço atrativo para o consumo da população. Depois de concluída a implantação do calçadão, essa área se tornou um espaço complementar aos comércios e serviços de gêneros alimentícios, como no caso do Pinguim, que utilizava parte das calçadas com mesas externas para os clientes (figura 6.2.2).

---

[447] A restauração do Theatro Pedro II foi executada pela prefeitura municipal de Ribeirão Preto em duas etapas, entre 1991 e 1996. A segunda fase da restauração, ocorrida entre 1993-1996, contou com a parceria institucional da Fundação Roberto Marinho, o que teria facilitado o estabelecimento de apoios financeiros com outras empresas (MOREIRA, 2015, p. 170). As doações foram viabilizadas pela criação da Fundação Pedro II, em 1995, e que ainda hoje é responsável por definir a ocupação do espaço. A construtora responsável pelas obras foi a Jabali Aude Construções, cuja propriedade era de Luiz Roberto Jabali, que se tornou prefeito de Ribeirão Preto entre 1997 e 2000 (MOREIRA, 2015, p. 171).

[448] A equipe vencedora era composta por Antônio Stéfani, Cintia Maria Lima, Carlos Stechahn, Constantino Sarantópoulos, Fátima R. Souza, Maria Lúcia C. V. Soubihe, Sergio Luiz Coelho e Vania Sueli Bou Ghosson.

[449] Segundo entrevista concedida pelo arquiteto e urbanista da Secretaria de Planejamento Urbano de Ribeirão Preto, José Antônio Lachoti, à revista Revide, em 1995 teria sido estudada a implantação de calçadão na Rua São Sebastião, que chegou a ficar por um período sem rampas de acessibilidade para pessoas com deficiência, mas, por fim, a ideia do calçadão não foi efetivada (DESEJO DE..., 2015).

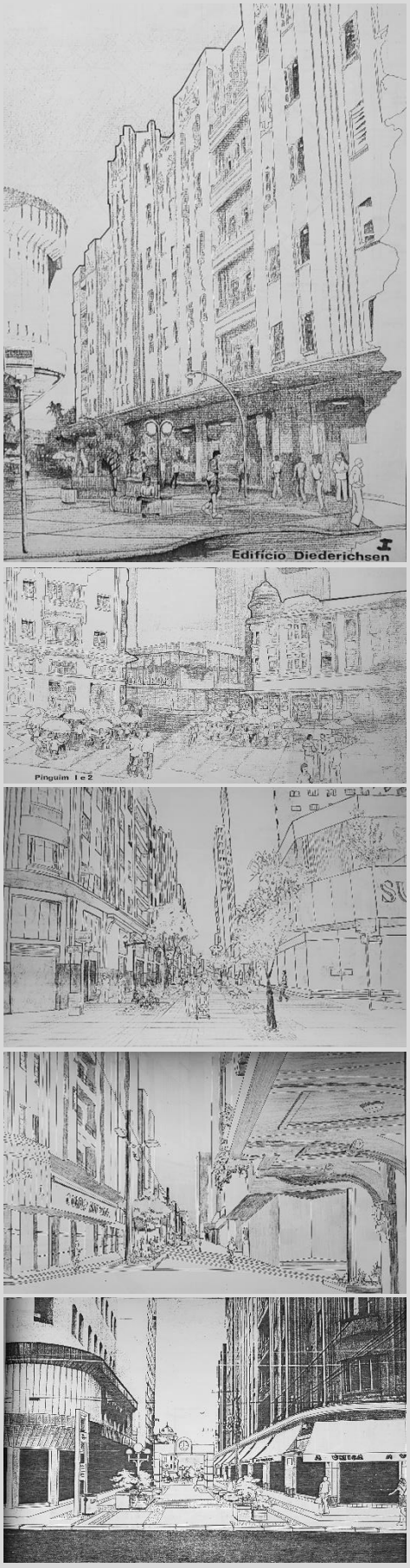


Figura 6.2.1 - Perspectivas elaboradas por quatro equipes para o calçadão adjacente ao Edifício Diederichsen.
Ano: 1990/1991
Autores: De cima p/ baixo:
[1 e 2] Carlos Stechhahan, Maria Lucia Soubihe, Sergio Luiz Coelho, Constantino Sarantopoulos Antonio Stefani e Fatima Regina de Souza (Equipe I);
[3] Luiz Cesar Barillari e Antonio Carlos Sant'anna Jr. (Equipe A);
[4] Valter Luis Secco Felix, Celso Oliveira dos Santos, Márcia Ferro Silva e Maria Lucia Celestino (Equipe O);
[5] Manoel Garcia Filho, Paulo Eduardo Almeida Lima e Paulo Sergio Dias Ferreira (Equipe L)
Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano (SPDU) de Ribeirão Preto.











Figura 6.2.2 – Calçadão implantado no entorno do Edifício Diederichsen. Ao lado, quando o Pinguim funcionava como um empório e, abaixo, quando a unidade I atendia como restaurante e utilizava parte da calçada na Rua Álvares Cabral.
Autor: Vitor Pasqualim (esq.); não identificado (abaixo)
Ano: 2009 (esq.) e 2000 (abaixo).
Fonte: O VELHO..., set./2009 / FARIAS, 2000, s/p. (abaixo).

No entanto, em 2009, a execução do calçadão, concluída em 1994, foi mencionada como um fator problemático por Jose Carlos Mathias de Almeida, filho de Maria de Lurdes Mathias, cuja família administrava o Grande Hotel, no Edifício Diederichsen, desde 1989. O administrador apontou que sua instalação foi uma das causas da queda no movimento do estabelecimento hoteleiro, uma vez que "dificultou o estacionamento" de veículos (HEROI..., 2004, p. 11). Não obstante, outro motivo – que se avalia mais pertinente –, citado pelo empresário, foi a "desvalorização do centro", ao alegar que, naquele momento o centro comercial de Ribeirão Preto estava em outro lugar: "Aqui é apenas o centro popular" (HEROI..., 2004, p. 11).

Segundo Calil (2003, p. 154), o fato de a intervenção derivada do Concurso de Ideias ter se restringindo "a um projeto pontual" que, apesar de ampliar o espaço de circulação de pedestres, agravou problemas de trânsito de veículos no centro, também não permitiu inverter, como se almejava, o processo de popularização dessa região[450]. O incômodo provocado pela "popularização" do centro nos diversos agentes, merece atenção. No caso dos comerciantes, essa visão negativa pode ser justificada pela perda de clientela com maior poder aquisitivo. Para os proprietários de imóveis, pela desvalorização dos prédios e redução dos valores dos aluguéis. Mas, já no caso do poder público, parece explicitar a relação de identidade com esses setores do capital.

Assim, com o início de uma nova gestão, em 1993, a região central foi novamente alvo de ações da prefeitura municipal. Durante seu primeiro mandato (1993-1996), Antônio Palocci Filho implementou o Plano Diretor de Ribeirão Preto e organizou a elaboração do "Projeto Ribeirão Preto 2001 – Ação Estratégica para o Desenvolvimento". Segundo Moreira (2015), as intervenções previstas para o espaço urbano tinham forte embasamento no Planejamento Estratégico, pautado pela flexibilização das possibilidades de negociação do Poder Público com os empresários.[451] A área central deveria receber a

---

[450] Ressalte-se a criação da lei municipal n. 206/1992, para normatizar "o uso do espaço público, em seus aspectos paisagísticos e ambientais, e para colocação de anúncios e letreiros na área de revitalização do centro de Ribeirão Preto (calçadão)" (RIBEIRÃO PRETO, 1992c). Além de ordenar a disposição de elementos com impacto visual ao longo do calçadão, dispunha sobre os horários de funcionamento e atividades com permissão de utilização, como bancas de jornais, floriculturas, restaurante, lanchonete, choperia, sorveteria, cafeterias e congêneres. Sua regulamentação foi decretada pela lei n. 143/1993 (RIBEIRÃO PRETO, 1993b).

[451] Em 1996, um dos consultores do Projeto Ribeirão Preto 2001 foi o arquiteto e urbanista Carlos Sant'Anna Junior, que integrou a equipe que conquistou a segunda colocação no concurso de 1990. Àquela época, Carlos

“reabilitação de ruas e conjuntos de edificações valorizáveis pelo seu simbolismo”, sendo “priorizada, ao menos teoricamente, para o uso pelo pedestre e para a valorização da ‘memória da cidade’, e por fim, do consumo” (MOREIRA, 2015, p. 185).

As propostas previstas no Projeto Ribeirão Preto 2001 não chegaram a ser concretizadas, mas foram institucionalizadas no Plano Diretor de Ribeirão Preto aprovado em 1995, um ano antes da reinauguração do Theatro Pedro II, após a conclusão das obras de restauração. O Plano Diretor definiu o “Programa de Reestruturação e Renovação Urbana” para promover “a revitalização do espaço urbano; a criação de áreas de equipamentos de uso público; a restauração de edificações e sítios de valor histórico; o incentivo do uso habitacional; o ordenamento do sistema local de transportes; e o desenvolvimento do potencial turístico”. Para tanto, propunha-se o Projeto de Revitalização do Centro Histórico e das zonas de preservação de sítios; o Projeto de Reestruturação dos Subcentros de Bairros e do comércio de âmbito local; e a Revitalização das áreas degradadas (RIBEIRÃO PRETO, 1995).[452]

Nesse período, uma série de notícias sobre Ribeirão Preto, publicadas na *Folha de São Paulo*, anunciaram que uma marca de tintas iria “‘colorir’ prédio histórico” da cidade (EMPRESA VAI..., 1998). A reportagem informou que a empresa Coral realizara pesquisa com cerca de 18 mil estudantes de escolas públicas da cidade para a escolha de um patrimônio cultural em Ribeirão Preto que receberia a pintura da marca. Os três concorrentes – dois deles localizados no centro – foram definidos pelo Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural de Ribeirão Preto: Museu do Café, Palácio Rio Branco e Edifício Diederichsen. Cada um recebeu breve relato histórico feito pela então presidente do CONPPAC/RP, a arquiteta e urbanista Valéria Valadão, que na época chegou a

---

Sant’Anna Junior e Luiz Cesar Barillari (equipe A) propuseram, além das intervenções na área central, um programa de 11 operações urbanas para diversas regiões da cidade, de modo a subsidiar a elaboração de um Plano Diretor. No que tange às propostas de requalificação de espaços de valor cultural, foram apresentadas as seguintes operações: Estação Ferroviária; Revitalização Bosque Municipal; Intensificação da Arborização do Quadrilátero Central; Revitalização das Praças Centrais; Revitalização do Mercado Central; e Grande Praça Central, a partir da reconstituição de um eixo histórico entre o Theatro Pedro II e o Palácio Rio Branco.

[452] Lei Complementar n. 501/1995, que tinha como uma de suas diretrizes “a preservação, proteção e recuperação do meio ambiente, da paisagem urbana, dos mananciais e recursos hídricos, do patrimônio histórico, artístico e cultural do Município” e, entre seus objetivos, “garantir a preservação do patrimônio histórico cultural representativo e significativo da memória urbana e rural”. Destaque-se o inciso VIII do art. 21º, que propôs a Revitalização do Centro Histórico como parte do programa de dinamização urbana.

expressar que, na sua opinião, o Edifício Diederichsen era o que mais precisava da intervenção pois, diferentemente dos demais casos, em que os edifícios pertenciam à administração municipal, a Santa Casa de Ribeirão Preto não poderia arcar com a pintura.

Sobre o resultado da iniciativa, que a princípio não gerou ações efetivas, caberiam análises mais específicas, do ponto de vista técnico, em relação à pintura dessas edificações – sobretudo no caso do Edifício Diederichsen, cujas fachadas voltadas para as vias públicas eram revestidas com pó de mica, sendo essa uma característica importante da sua referência estilística ao Art Déco.[453] Contudo, outros aspectos também chamam atenção, como a informação de que, caso fosse escolhido entre os demais, o serviço de pintura finalizaria a restauração em andamento no edifício, sob a coordenação de Valeria Valadão (CAMPANHA PODE..., 1998). Ainda mais relevante é considerarmos que o pedido de tombamento do Edifício Diederichsen foi solicitado ao CONDEPHAAT pouco mais de dois meses após a publicação dessas notícias, sendo o histórico apresentado nessa ocasião elaborado pela mesma profissional que coordenava a restauração em andamento.[454]

Além disso, cabe destaque à "iniciativa internacional da empresa de tintas" que, conforme informado pela reportagem, com "o objetivo de preservar o patrimônio histórico", já havia realizado essa campanha em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte (EMPRESA VAI..., 1998). A partir da década de 1990, o interesse de empresas privadas e administrações públicas na área da cultura e, especificamente, em intervenções para a valorização, requalificação, revitalização, renovação ou reestruturação – termos comumente e, em alguns casos, errônea e perversamente empregados para caracterizar a intervenção em bens culturais ou em áreas degradas de centros urbanos que concentram edifícios e conjuntos históricos – resultou em projetos para diversas cidades brasileiras.[455]

---

[453] Depois de cerca de 18 mil votos, a disputa acirrada foi vencida pelo Museu do Café, escolhido por 32% dos estudantes, enquanto o Edifício Diederichsen recebeu 31% dos votos e ficou em segundo lugar (ESTUDANTES..., 1998).

[454] Entre os três edifícios selecionados pelo CONPPAC, apenas o Edifício Diederichsen não possuía nenhum reconhecimento oficial de seu valor cultural. O Palácio Rio Branco e Museu do Café haviam sido considerados de "valor histórico e artístico", e "valor histórico e arquitetônico", respectivamente, em 1988. O Palácio Rio Branco teve seu tombamento municipal decretado em 2014 (RIBEIRÃO PRETO, 2014), enquanto o Museu Histórico havia recebido decreto de tombamento pelo estado de São Paulo em 1994 (SÃO PAULO, 1994).

[455] Segundo Sant'anna (2003), o Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, empreendido pelo

O início dessa década também foi marcado pela promulgação da lei federal n. 8.313/1991, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac).[456] Na Lei Rouanet, como ficou conhecida, o incentivo à cultura foi baseado na isenção fiscal, repassando para a iniciativa privada as decisões sobre sua aplicação em projetos e obras destinados aos bens culturais. Além de cumprir as exigências legais, os proponentes interessados em receber os recursos do PRONAC deveriam encontrar patrocinadores privados, a estimular um ambiente de competitividade em que os projetos com maior apelo comercial e visibilidade se destacariam como os mais atrativos para as empresas vinculadas.

O "culturalismo de mercado", como um desdobramento do "tudo é cultura", inaugurado por volta da década de 1960 (ARANTES, 2000, p. 16), tornou a identidade cultural um instrumento de diferenciação do consumo a partir de uma perspectiva empresarial de gestão pública das cidades. Como veremos a seguir, foi precisamente nesse contexto que o pedido de tombamento do Edifício Diederichsen se inseriu na trajetória desse prédio como um bem cultural do estado de São Paulo, com implicações que se estendem até os dias atuais.

---

estado da Bahia a partir de 1992, inaugurou esse tipo de atuação no Brasil. Para a autora, a intervenção esteve ligada a um contexto político em que administração estadual buscava se diferenciar da gestão anterior e, para tanto, utilizou-se da "valorização da identidade cultural e das tradições da Bahia, associada às ideias de desenvolvimento e eficiência administrativa" como uma estratégia de *marketing* para, entre outras coisas, provocar a retomada do crescimento do turismo (SANT'ANNA, 2003, p. 46).

[456] A Lei Rouanet (lei 8.313/1991), diretamente mencionada em alguns documentos pesquisados sobre o Edifício Diederichsen a partir de seu tombamento, é considerada uma evolução da Lei Sarney (lei 7505/86), surgida no contexto de redemocratização no Brasil, mas que foi revogada no início do governo Collor, quando o Ministério da Cultura e outros organismos de cultura também foram encerrados. A Lei Rouanet instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), com a finalidade de captar recursos para pessoa jurídica cadastrada no Ministério da Cultura, de natureza cultural, com ou sem fins lucrativos, a partir do incentivo fiscal a empresas privadas que realizassem doações, patrocínios ou outros investimentos necessários ao desenvolvimento das ações ou atividades culturais desenvolvidas pela pessoa jurídica. Em seu artigo 2º, capítulo VII, a lei especificou como uma atividade cultural, sujeita a regulamentação e critérios do Ministério da Cultura, a restauração, preservação e conservação de prédios, monumentos, logradouros, sítios ou áreas tombadas pelo Poder Público Federal Estadual ou Municipal.

6.3 O PROCESSO DE TOMBAMENTO DO EDIFÍCIO DIEDERICHSEN NO CONDEPHAAT

Os estudos para o tombamento do Edifício Diederichsen como bem cultural do estado de São Paulo começaram em 1998, a partir de uma solicitação feita pelo então provedor da Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto, instituição proprietária e mantenedora do prédio. A Resolução de Tombamento foi publicada em 2005 e, em 2009, o edifício foi registrado no Livro do Tombo Histórico. No entanto, as primeiras menções sobre a intenção de preservação do Edifício Diederichsen, diante de sua compreensão como um patrimônio cultural, são anteriores a esse processo, como mencionado anteriormente e ilustrado por um dos documentos que compõe a documentação apresentada pela Santa Casa de Ribeirão Preto ao CONDEPHAAT, em 1998, quando a proteção do edifício foi solicitada. A publicação intitulada "A Santa Casa recupera a saúde do centro e a memória da cidade" era complementada pelo texto:

> O Edifício Diederichsen, primeiro edifício multiplano de Ribeirão Preto e inaugurado em 1936, foi posteriormente doado à Santa Casa pelo empresário Antonio Diederichsen e hoje faz parte do patrimônio arquitetônico e histórico da cidade.
> Tendo suas características funcionais preservadas até hoje – o edifício abriga lojas, escritórios, apartamentos, um hotel, área de lazer e cultura – o Diederichsen mantém viva a memória de Ribeirão Preto.
> A Santa Casa com o projeto de recuperação do Edifício Diederichsen estimula a revitalização do centro e o resgate da memória da cidade.
> Você pode manifestar o seu apoio a esta idéia assinando um dos livros à disposição na portaria do edifício, no Pinguim I, na Única, ou em circulação nos principais eventos da cidade.
> O maior número de assinaturas facilitará a aprovação do projeto dentro de leis de incentivo à cultura.
> **Assine esta idéia.** (Grifo original). (CONDEPHAAT, 1998, p. 49)

Ao final, o desenho da fachada principal do edifício foi acompanhado do *slogan*: "EDIFÍCIO DIEDERICHSEN – SÍMBOLO DE MODERNIDADE DA CIDADE DE RIBEIRÃO PRETO", como uma iniciativa da Santa Casa de Ribeirão Preto e apoio da ACIRP, grupo de teatro Fora do SériO e Pinguim (figura 6.3.1). Além dessa peça gráfica, houve ainda um

cartaz com o mesmo título, com a imagem da fachada principal do edifício e o mesmo *slogan*, iniciativa e apoiadores, anunciando a "Campanha de Recuperação do Primeiro Edifício Multiplano de Ribeirão Preto" (figura 6.3.1). O trecho final da Campanha – onde se informou que "o maior número de assinaturas facilitará a aprovação do projeto dentro de leis de incentivo à cultura" – evidenciou a necessidade de comprovação do reconhecimento do "valor arquitetônico e histórico" do Edifício Diederichsen pela sociedade ribeirão-pretana a fim de viabilizar a arrecadação de recursos visando sua recuperação, por meio de leis de incentivo à cultura (CONDEPHAAT, 1998, p. 49).

A reflexão de Choay (2006, p. 211 e 213) sobre a dupla função assumida pelos monumentos e patrimônios históricos ao longo da segunda metade do século XX, e o papel da "engenharia cultural" como um empreendimento público e privado cuja "tarefa consiste em explorar os monumentos por todos os meios", a partir de "múltiplas operações destinadas a valorizar o patrimônio histórico e transformá-lo eventualmente em produto econômico", traz contribuições para a compreensão dos motivos que, naquele contexto, podem ter induzido ao interesse de tombamento pela proprietária do imóvel.

Na carta de solicitação para início do estudo de tombamento, o provedor da Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto argumentou que o Edifício Diederichsen já era protegido por aquele Conselho desde 1982, pois se encontrava na área envoltória de tombamento do Theatro Pedro II (figura 6.3.2).[457] A solicitação foi acompanhada de texto

[457] Ao mencionar o tombamento do Theatro Pedro II como um marco para a proteção do Edifício Diederichsen, fazia-se referência ao artigo 137 do decreto estadual n. 13.426, de 16 de março de 1979, que definia que "nenhuma obra poderá ser executada na área compreendida num raio de 300 (trezentos) metros, em torno de qualquer edificação ou sítio tombado, sem que o respectivo projeto seja previamente aprovado pelo Conselho, para evitar prejuízo a visibilidade ou desta que do referido sítio ou edificação" (SÃO PAULO, 1979). No caso do Theatro Pedro II, o raio de 300 metros englobava o Edifício Diederichsen, como apontado em uma proposta para a regulamentação da área envoltória do Theatro Pedro II, realizada pelo CONDEPHAAT em 1991 e que consta no processo do Edifício Diederichsen. Em 2003, outro decreto estadual estabeleceu nova redação para o referido artigo, definindo que a Resolução de Tombamento deveria prever, "no entorno do bem imóvel tombado, edificação ou sítio, uma área sujeita a restrições de ocupação e de uso, quando estes se revelarem aptos a prejudicar a qualidade ambiental do bem sob preservação, definindo, caso a caso, as dimensões dessa área envoltória. no entorno do bem imóvel tombado". Além disso, estabelecia-se que "nenhuma obra poderá ser executada dentro da área envoltória definida nos termos deste artigo sem que o respectivo projeto seja previamente aprovado pelo CONDEPHAAT" (SÃO PAULO, 2003). A regulamentação da área envoltória do Theatro Pedro II, bem como das demais edificações do Quarteirão Paulista, da Praça XV de Novembro – esses últimos tombados pelos CONDEPHAAT em 1993 – e do Edifício Diederichsen, por serem consideradas coincidentes entre os bens, foi estudada conjuntamente e amplamente discutida ao longo do processo de

de justificativa, sem autoria informada, iniciado com trechos extraídos do processo de tombamento do conjunto de imóveis que integram o denominado Quarteirão Paulista e a Praça XV de Novembro (SÃO PAULO, 1993). A justificativa abordou a expansão da economia cafeeira no estado de São Paulo até a década de 1920, que teria permitido a consolidação da economia urbana, fundamental para a superação dos efeitos locais da crise da bolsa de Nova Iorque, em 1929. Nesse cenário, destacou-se a atuação de Antônio Diederichsen, que "decide, frente à crise, diversificar e ampliar seus negócios" (CONDEPHAAT, 1998, p. 8). A relevância do promotor do prédio foi evidenciada quando alguns dos negócios do empresário em Ribeirão Preto foram mencionados, como um departamento para venda Ford e uma oficina de automóveis, além da compra do terreno para a construção do Edifício Diederichsen. O texto mencionou a contratação de Antônio Terreri e Paschoal de Vicenzo como responsáveis pela construção do prédio e reproduziu a publicação do jornal *O Estado de São Paulo* que descrevia os usos do Edifício Diederichsen dois anos após a sua inauguração:

> No coração da cidade, ergue-se o imponente Edifício Diederichsen de seis pavimentos, com frente de 140 metros para as ruas General Osorio, Álvares Cabral e São Sebastião. Nesse edifício, na parte térrea, está instalado o Cine São Paulo, com capacidade para 1.200 pessoas, o bar e restaurante Pinguim, e vários estabelecimento (11 lojas): pharmácia, barbeiro, café (Única), casas de moda, etc. Pelos vários andares (1º e 2º) multiplicam-se escriptórios (420 salas) comerciais, médicos, de advocacia, etc., afóra 46 appartamentos no 3º e 4º andares, sendo o 5º pavimento ocupado pelo Luxuoso Grande Hotel Gallucci, optimamente montado, com esmerado serviço, o melhor hotel do interior do Estado (CONDEPHAAT, 1998, p. 8 e 9 apud O ESTADO DE SÃO PAULO, 1939. Grafia original).

Complementando as informações sobre os usos do edifício, a justificativa prosseguiu fornecendo informações sobre a residência do locatário do hotel e a necessidade de fechamento do terraço panorâmico com instalação de cobertura. O texto também fez referência à implantação do edifício e ao seu sistema construtivo, com “estrutura em concreto armado e fechamento de tijolos vazados”; e à valorização das fachadas, revestidas com material composto por “cimento, cal, areia e malacheta”, “barrado de mármore com dois metros de altura no térreo” e “aplicações em baixo relevo

---

tombamento do Edifício Diederichsen.

sobre as janelas do último andar" (CONDEPHAAT, 1998, p. 9). No que se refere à caracterização do estilo arquitetônico, foram detalhadas as características das fachadas externas, relacionando-as ao Art Déco pela "distribuição regular dos vãos, da platibanda em recortes geométricos e simétricos, nos baixos relevos do último andar e nas linhas retas em relevo, que acentuam a verticalidade do conjunto" (CONDEPHAAT, 1998, p. 9). Na área interna, acrescentou-se que o estilo se faz presente no "ladrilho hidráulico decorado das escadarias, na paginação de piso do 'hall' de entrada, nos vitrais e revestimento das paredes trabalhados em motivos geométricos, como ondas de zig-zag e temas florais simplificadas" (CONDEPHAAT, 1998, p. 9). Por fim, a justificativa concluiu que o "o estilo Art-Déco do Edifício Diederichsen é representativo do caminho em direção à arquitetura moderna da cidade, como também da disseminação da técnica construtiva do concreto armado a partir da década de 30" (CONDEPHAAT, 1998, p. 10).

Na sequência, foi apresentado o histórico do Edifício Diederichsen, elaborado pela arquiteta e urbanista Valéria Valadão em julho de 1997 – antes de ter colaborado na campanha da marca de tintas e expressado seu voto a favor do Edifício Diederichsen para receber a ação, alegando que o prédio passava por processo de restauração no qual era coordenadora, quando também exercia a presidência do CONPPAC/RP como representante do IAB. Em seu texto, foram descritos, detalhadamente, os aspectos mencionados na justificativa. Ao comentar a multifuncionalidade do edifício, a profissional especificou as funções em cada pavimento:

> - Pavimento térreo: destinado ao comércio com 11 lojas, 1 restaurante (Pingüim), lanchonete (Café Única) e 1 cine-teatro (São Paulo);
> - 1º e 2º pavimentos: com 420 salas destinadas a consultórios médicos, gabinetes odontológicos e a escritórios;
> - 3º e 4º pavimentos: destinados a 23 apartamentos residenciais em cada andar, sendo que 8 deles compostos de 1 dormitório, hall, pequena cozinha e banheiro, e os outros 15 com 2 dormitórios, hall, cozinha e banheiro;
> - 5º pavimento: compreende o Grande Hotel, com 8 apartamentos e 35 quartos, amplo salão de jantar, sala de visitas e hall.
> - 6º pavimento: foi destinado a residência do locatário do hotel e vários terraços abertos, dos quais era possível ter uma vista panorâmica da cidade (CONDEPHAAT, 1998, p. 24).

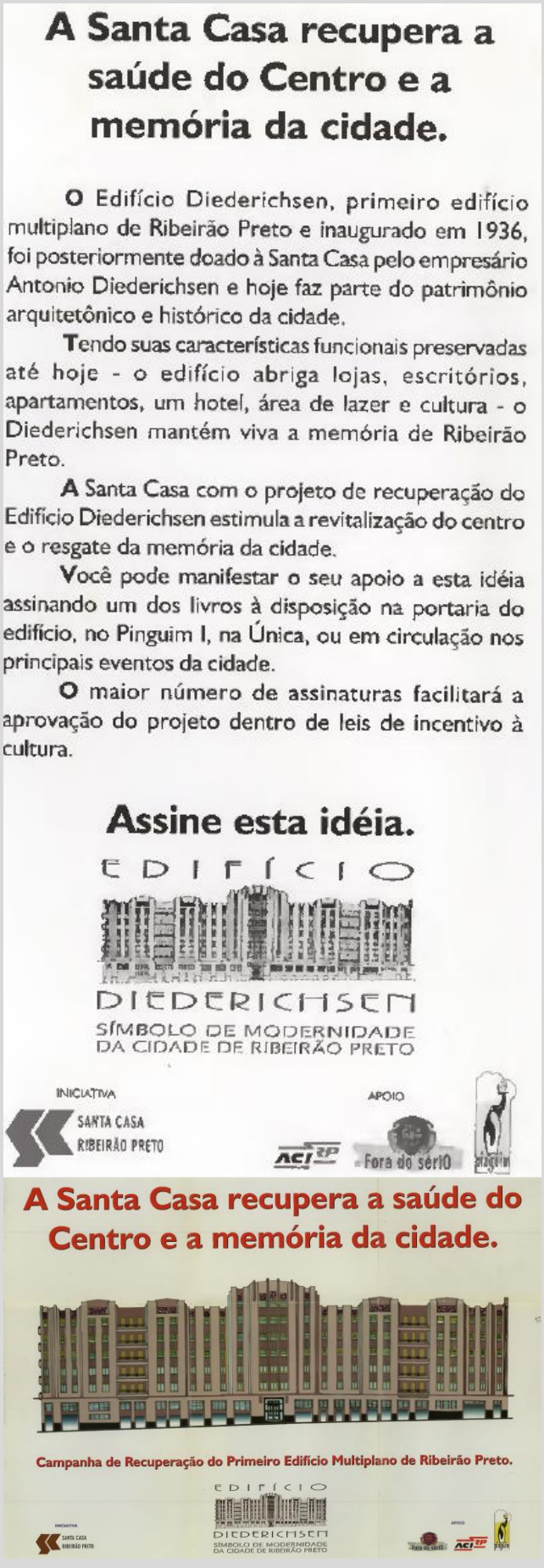


Figura 6.3.1 – Campanha de Recuperação do Primeiro Edifício Multiplano de Ribeirão Preto.
Ano: não identificado
Autor: não identificado
Fonte: CONDEPHAAT, 1998, p. 49 e 50.

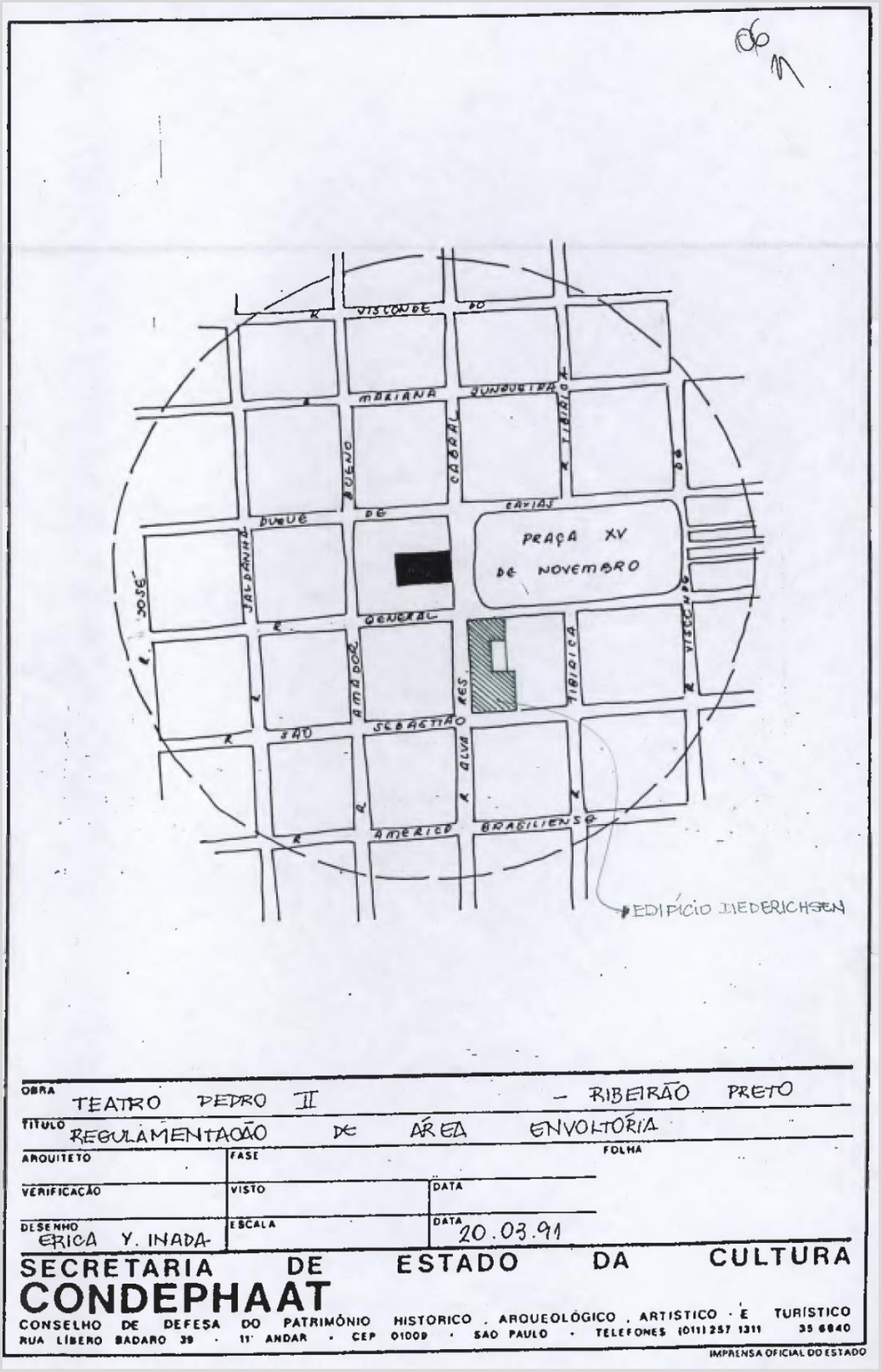


Figura 6.3.2 – Indicação do Edifício Diederichsen circunscrito à área envoltória regulamentada para o tombamento do Theatro Pedro II pelo CONDEPHAAT.

Ano: 1991

Autor: Erica Y. Inada

Fonte: CONDEPHAAT, 1998, p. 6.

Valadão relatou que até aquele momento não teria havido “nenhuma alteração do programa original” do prédio, que mantinha “a mesma utilização” desde a inauguração e se encontrava em “bom estado de conservação”, exceto por apresentar “problemas de infiltração” e deterioração no “aspecto de suas fachadas”, sem, contudo, apresentar “nenhuma descaracterização de estilo e projeto” (CONDEPHAAT, 1998, p. 22 e 25):

> Térreo - lojas; primeiro e segundo andares escritórios; terceiro e quarto andares apartamentos residenciais; quinto andar - Grande Hotel. As mais recentes modificações dizem respeito às dependências do Cine São Paulo fisicamente não alteradas, mas hoje usadas por um Bingo; e o sexto andar, cuja cobertura feita para evitar infiltrações foi transformada em um espaço teatral, que vem resgatar dentre as múltiplas funções do edifício, um espaço cultural (CONDEPHAAT, 1998, p. 22).

Apesar de manter quase integralmente os usos originais, a arquiteta e urbanista destacou algumas transformações ocorridas no aspecto exterior do edifício, que mesmo sendo poucas, eram “bastante visíveis”, tais como a instalação de grande quantidade de placas e letreiros de propaganda nas lojas do térreo, “ocasionando significativa poluição visual”[458]. Também mencionou a substituição da tubulação original para descida de água pluvial em chapa galvanizada por canos de PVC, e a “descaracterização parcial ocasionada por pinturas em cores não originais” (CONDEPHAAT, 1998, p. 25).

Além da justificativa de tombamento, da discussão de aspectos da arquitetura e da história e trajetória do prédio, foram anexadas cópias dos seguintes documentos:

- Resolução de tombamento do Teatro Pedro II, com sua ficha de identificação, publicação no Diário Oficial e regulamentação de área envoltória;
- projeto para Prevenção Contra Incêndio, com plantas do pavimento térreo e mezaninos, 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º pavimentos, cobertura, fachada lateral e frontal, cortes AA e BB, sem data informada[459];
- projeto arquitetônico do “Prédio Diederichsen”, em 2 de dezembro de 1934, com fachada principal, duas fachadas laterais, corte longitudinal AB e transversal C.D,

---

[458] A informação é um indicador de que, cerca de cinco anos depois, as leis n. 206/1992c e n. 143/1993, que, entre outras disposições, regulamentava a colocação de anúncios e letreiros na área do calçadão – englobando duas das fachadas do Edifício Diederichsen –, não surtiram o efeito esperado.

[459] Com informação de propriedade da Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto, na figura do provedor Luiz Albanez Neto, e autoria do engenheiro Cecílio Fráguas Júnior.

plantas dos seis pavimentos e casa do zelador;

- seis fotos retratando o Edifício Diederichsen nos anos seguintes à sua inauguração. A primeira, com o título “A Ressaca: coragem para investir num novo futuro” trazia a fachada principal do edifício Diederichsen, seguida pelo registro das outras duas fachadas públicas, para a Rua General Osorio e São Sebastião, onde se avistava a confeitaria “A Única”. Nas demais fotos, explorou-se o contexto urbano de inserção da edificação, próximo ao Quarteirão Paulista, à Praça XV de Novembro e ao Hotel Bradesco (Hotel Umuarama)
- escritura de doação feita por Antônio Diederichsen à Sociedade Beneficente e Hospitalar Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto, em 9 de junho de 1947.
- certidão com cópia autêntica do registro de testamento de Antônio Diederichsen.
- ata da assembleia geral extraordinária da Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto, de 12 de abril de 1947, informando sobre a doação do prédio e instalações do abrigo para tuberculosos “Anna Diederichsen, por Antônio Diederichsen;
- parte de ata da assembleia geral extraordinária da Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto, em 26 de junho de 1947, com deliberação sobre a administração do prédio e instalações do abrigo para tuberculosos “Anna Diederichsen”;
- extrato de publicação: “A Santa Casa recupera a saúde do centro e a memória da cidade”, com apoio da Companhia de Teatro Fora do Sério, ACIRP e Pinguim (figura 6.3.1) e cartaz da “Campanha de Recuperação do Primeiro Edifício Multiplano de Ribeirão Preto”: “A Santa Casa recupera a saúde do Centro e a memória da cidade”, com iniciativa da Santa Casa de Ribeirão Preto (figura 6.3.1). Ambos não possuem data e demais informações de veiculação.

A solicitação enviada pelo interessado foi encaminhada pelo Diretor Técnico do Setor Técnico de Conservação e Restauro (STCR) do CONDEPHAAT para a análise da historiadora Marly Tavares, em abril de 1998. Em maio do mesmo ano, a historiadora julgou como inquestionável a importância do edifício para Ribeirão Preto e para a “representação da arquitetura moderna no estado de São Paulo” (CONDEPHAAT, 1998, p. 52). Em seu texto, a historiadora ressaltou o interesse dos proprietários na conservação das características do imóvel, a campanha para sua recuperação e destacou o fato do Edifício Diederichsen continuar mantendo os usos originais. Também fez menção ao seu estilo Art Déco e o relacionou com o momento histórico posterior à crise de 1929, considerando que

o edifício “significou uma resposta de confiança nas possibilidades de recuperação da economia local e nacional” e foi a “manifestação material de uma linha de conduta empresarial moderna” (CONDEPHAAT, 1998, p. 52). A historiadora ainda assinalou a integração do edifício com o entorno e com bens já tombados pelo CONDEPHAAT, informando que desde o estudo de tombamento realizado para o Quarteirão Paulista, iniciado em 1992, a arquiteta e urbanista do CONDEPHAAT Silvia Ferreira Santos Wolff havia identificado a necessidade de desenvolvimento de estudos posteriores para o tombamento do Edifício Diederichsen[460]. Por fim, considerou que o estudo de tombamento deveria ser aberto imediatamente.

Em agosto do referido ano, o então diretor do CONDEPHAAT encaminhou a documentação do interessado ao Conselheiro José de Souza Martins, professor de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. O professor também opinou favoravelmente à abertura do estudo de tombamento, reiterando os argumentos da historiadora e destacando, mais uma vez, o fato das funções do edifício permanecerem preservadas. Ainda em setembro de 1998, o colegiado deliberou a aprovação do parecer do Conselheiro Relator. A notificação de abertura do processo de estudo de tombamento foi comunicada pelo Diário Oficial do Estado de São Paulo em 17 de outubro de 1998. Nele, informava-se que a deliberação de abertura do processo já assegurava a preservação do bem até que a decisão final fosse tomada. Em 23 de dezembro de 1998 uma notificação de igual teor foi endereçada ao interessado, ao Delegado Regional de Polícia de Ribeirão Preto e ao então Prefeito Municipal, Luiz Roberto Jabali. No dia seguinte, em 29 de dezembro, o Presidente do CONDEPHAAT solicitou o prosseguimento dos estudos ao STCR.

No ano seguinte, novas partes foram incluídas no processo. Em julho de 1999 os arquitetos e urbanistas Silvia Ferreira Santos Wolff e Victor Campos, juntamente com a historiadora Marly Rodrigues, acrescentaram questões relativas à importância do

[460] A menção ao inventário realizado pela arquiteta e urbanista Silvia Wolff, funcionária pública do CONDEPHAAT que já havia residido com sua família em Ribeirão Preto, reforça a importância da atuação dessa profissional para a identificação e proteção de edifícios de valor cultural em Ribeirão Preto. Silvia Wolff foi entrevistada pela autora dessa tese em 05/10/2017, nas dependências do CONDEPHAAT, e relembrou o esforço envolvido nos levantamentos realizados no centro de Ribeirão Preto que derivaram em um minucioso inventário com a identificação de edifícios de valor cultural, estando esse material arquivado no APHRP.

tombamento como a possibilidade de ampliação da proteção legal aos exemplares das primeiras expressões da arquitetura moderna, “anteriores às da arquitetura racionalista”, articulando esta iniciativa aos tombamentos dos edifícios Saldanha Marinho e do Instituto Biológico de São Paulo, também estilisticamente vinculados ao Art Déco com tendências geométricas (figura 6.3.3). Nesse sentido, destacaram a grande aceitação dessa linguagem na década de 1930, “inclusive em versões simplificadas e populares” (CONDEPHAAT, 1998, p. 64). Importante ressaltar o trecho que se refere à monumentalidade do edifício para o contexto urbano em que se inseriu e, na sequência, à importância de seu programa de usos também como representante de um momento de transformações econômicas e urbanas em Ribeirão Preto:

> Este edifício se encaixa na linhagem dos grandes investimentos e deve ser entendido em sua monumentalidade na Ribeirão Preto de casario, então ainda baixo, e que, após a crise do café, começava a estabelecer sua nova vocação como cidade de serviços e comercial - setores representados no programa do prédio. (CONDEPHAAT, 1998, p. 64)

Ainda sobre esse aspecto, os técnicos mencionaram o programa multifuncional do Edifício (com função residencial mista, consultórios e hotel), bem como a presença do café Única e da Choperia Pinguim, estabelecimentos comerciais considerados “tradicionais e afetivamente muito significativos para a população local” (CONDEPHAAT, 1998, p. 64), e que tornavam a preservação do Diederichsen “ainda mais interessante”. Em relação à choperia Pinguim, consideraram que seu espaço interno deveria ser mencionado no tombamento, por se conservar intacto até aquele momento.

Na integração do edifício com seu entorno, destacaram-se a altura do prédio, “um ‘arranha-céu’ no interior do estado”, sua implantação e o que se avaliou como um diálogo e, ao mesmo tempo, rejeição, entre a “nova estética do Diederichsen” e o ecletismo do Quarteirão Paulista (CONDEPHAAT, 1998, p. 64 e 65). Os profissionais também chamaram atenção para o fato de o edifício ser coetâneo à construção do Antigo Banco de São Paulo, caracterizado como “talvez o mais requintado exemplar de Art Déco na cidade” e ao edifício sede do antigo Ministério da Educação e Cultura, no Rio de Janeiro, como “marco da arquitetura moderna brasileira” (figura 6.3.4). Segundo Wolff, Rodrigues e Campos, as reflexões sobre esses aspectos apontavam diversas possibilidades de análise do Edifício (CONDEPHAAT, 1998, p. 65).



Figura 6.3.3 – Edifício Saldanha Marinho (esq.) e Instituto Biológico de São Paulo (dir.), ambos situados na cidade de São Paulo.
Ano: jan. 1994 (esq.) / 2008 (dir.).
Autor: Tereza Epitácio (esq.) / Paulo César Garcez Marins (dir.)
Fonte: CONDEPHAAT, 1985, p. 06. (esq.) / PINHEIRO, 2008, p. 116 (dir.).



Figura 6.3.4 – Palácio Gustavo Capanema - antigo edifício do Ministério da Educação e Saúde (esq.), localizado na cidade do Rio de Janeiro/RJ, e edifício do Banco de São Paulo (dir.), em São Paulo/SP.
Ano: 2008 (esq.) / 2022 (dir.)
Autor: Tatiana S. Gaspar

Sobre a área envoltória, consideraram que o terreno estava localizado no centro da cidade – consolidado e verticalizado no entorno imediato do prédio – indicando a coincidência com a área envoltória do Quarteirão Paulista e da Praça XV, já analisada pelo Conselho e cujas edificações identificadas por aquele serviço técnico já haviam sido informadas à prefeitura de Ribeirão Preto. Ao final, os técnicos decidiram pelo parecer "quase integralmente favorável" ao tombamento, sem especificar os motivos da não unanimidade (CONDEPHAAT, 1998, p. 65).

No mês seguinte, em agosto de 1999, o Conselheiro José de Souza Martins ratificou sua posição favorável ao tombamento do Edifício Diederichsen, propondo que a elaboração da minuta de resolução de tombamento fosse determinada ao STCR. Em seu parecer, em dois momentos o professor referiu-se ao edifício como um documento, de "uma época da história brasileira" e como um "bloco arquitetônico documental sobre um dos momentos mais importantes da expansão da frente pioneira em São Paulo" (CONDEPHAAT, 1998, p. 68). Ressaltou, também, que sua multifuncionalidade estava associada a uma "mentalidade moderna" que refletia o "desenvolvimento econômico e social peculiar" de Ribeirão Preto, no quinquênio após a crise de 1929, como também era moderna "pela preocupação com a atualidade do estilo" (CONDEPHAAT, 1998, p. 68). Assim, ainda em agosto daquele ano, o colegiado do Conselho novamente aprovou o parecer do Conselheiro Relator e deliberou que as diretrizes para área envoltória constassem na resolução de tombamento. A publicação no Diário Oficial do estado ocorreu em 11 de setembro e em outubro de 1999 a deliberação foi informada ao interessado, ao Delegado Regional de Polícia de Ribeirão Preto, ao Prefeito Municipal, e à empresa Pimentel Ribas Construções, que em 28 de setembro de 1999 protocolou um requerimento em que informou que o "Edifício Antonio Diederichsen" estava sendo restaurado pela empresa e solicitou agilidade no seu tombamento, a fim de que pudesse ser iniciado processo no Fundo Nacional da Cultura para angariar recursos necessários à obra citada (CONDEPHAAT, 1998, p. 78).[461]

[461] Nesse requerimento, Marcus Fábio Pimentel Ribas, que assinou como diretor e engenheiro civil da empresa, erroneamente mencionou o processo n. 29840/92 como referente ao de "tombamento de patrimônio histórico" do "Edifício Antonio Diederichsen" (CONDEPHAAT, 1998, p. 78). No entanto, esse número corresponde ao processo de tombamento do Quarteirão Paulista e da Praça XV de Novembro. Outro aspecto a ser destacado foi a informação de que o prédio estava em restauração, sendo que nenhum projeto havia sido apresentado

Após o parecer favorável ao tombamento, em 29 de outubro de 1999 o processo foi encaminhado ao STCR para elaboração da minuta de resolução de tombamento e regulamentação para intervenções na área envoltória. No relatório produzido em agosto de 2001, a arquiteta Silvia Wolff esclareceu que o Edifício Diederichsen já havia sido mencionado nos estudos relativos ao tombamento do Quarteirão Paulista e da Praça XV de Novembro e que no inventário para "orientação dos atendimentos à área envoltória daqueles bens tombados" (CONDEPHAAT, 1998, p. 82), elaborado em 1993, a área envoltória desses bens coincidiria, em grande parte, com a área envoltória do Edifício Diederichsen, delimitada por um raio de 300 metros (figura 6.3.5).

Por terem áreas coincidentes e considerando "o conhecimento acumulado" nos anos de trato com o lugar – "em função dos bens já tombados", do "inventário realizado em 1993 e atualizado com vistas a esta regulamentação em 2001" (CONDEPHAAT, 1998, p. 82) –, bem como que a regulamentação da área envoltória do Quarteirão Paulista e da Praça XV de Novembro não havia sido efetivada, a arquiteta e urbanista propôs uma única regulamentação para toda a região (figura 6.3.5). Na sequência, Wolff descreveu as características gerais das edificações presentes nesse setor avaliado como o "coração da cidade", que agregava "à sua grande carga simbólica os registros de ocupação e transformação do espaço central" (CONDEPHAAT, 1998, p. 82), e teceu considerações relativas ao inventário de 1993, comparativamente ao novo registro, feito em 2001 (figura 6.3.6 e 6.3.7). Nesse sentido, avaliou que a verticalização verificada em 1993 parecia estar interrompida ou estagnada em 2001, e que a restrição imposta ao gabarito não acarretaria nenhum impacto à ocupação já consolidada.

Silvia Wolff destacou que a região entre o Quarteirão Paulista e a Av. Jeronimo Gonçalves, a última já excedente à área envoltória do Quarteirão Paulista, Praça XV de Novembro e Edifício Diederichsen, caracterizava-se como de comércio popular e pouco havia se verticalizado, devendo ser "objeto de algum programa de revitalização pois aí se concentram edificações interessantes de pequeno porte, descaracterizadas, mas com potencial de recuperação" (CONDEPHAAT, 1998, p. 82).

---

ou avaliado pelo CONDEPHAAT que, conforme publicado no D.O. do estado de São Paulo em 17 de outubro de 1998, já tinha sua preservação assegurada. Também chama atenção a pressa pelo tombamento, sendo esse instrumento diretamente vinculado à possibilidade de acesso aos recursos do Fundo Nacional da Cultura.

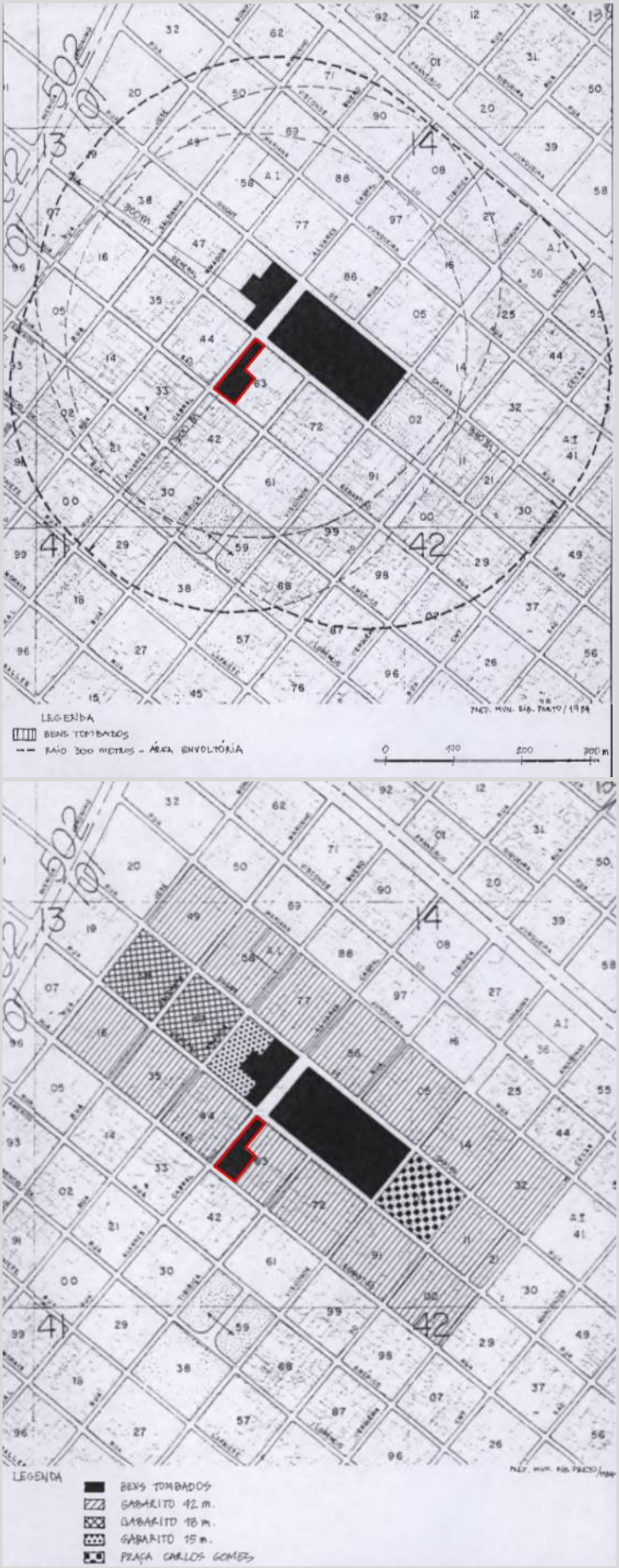


Figura 6.3.5 – Acima, sobreposição das áreas envoltórias (300 m) correspondentes aos bens tombados pelo CONDEPHAAT: Edifício Diederichsen (em destaque), Quarteirão Paulista e Praça XV de Novembro. Abaixo, proposta de regulamentação única das áreas envoltórias, com indicação de gabarito máximo para as quadras.
Ano: 2001 | **Autor:** não indicado. Editado por Tatiana S. Gaspar.
Fonte: CONDEPHAAT, 1998, p. 138 e 139.



Figura 6.3.6 – Registros fotográficos do Edifício Diederichsen e seu entorno imediato.
Ano: 1993
Autor: Silvia Wolff
Fonte: APHRP, Coleção Silvia Ferreira Santos Wolff, Inventário CONDEPHAT, p. 3.



Figura 6.3.7 – Registros fotográficos do Edifício Diederichsen e seu entorno.
Ano: 2001
Autor: Silvia Wolff
Fonte: CONDEPHAAT, 1998, p. 96, 98, 99, 101, 102, 103 e 111.

Conforme a profissional reconheceu, duas partes desse setor posterior ao Quarteirão Paulista seriam as únicas da área envoltória proposta com "restrição efetiva de verticalização", com gabarito máximo de 15 ou 18 metros, pois poderiam interferir na visualização do Quarteirão Paulista a partir de cotas mais baixas (CONDEPHAAT, 1998, p. 83). Já nas quadras contíguas à Praça XV de Novembro e Praça Carlos Gomes – considerada como um prolongamento da primeira –, o gabarito máximo estabelecido correspondia ao existente na região, de 42 metros – "inclusive na quadra em que se insere o Edifício Diederichsen" – de modo que a regulamentação proposta apenas referendava uma situação que já havia se efetivado até aquele momento e servia como um "instrumento ordenador para transformações futuras" (CONDEPHAAT, 1998, p. 83).

Além da regulamentação dos gabaritos máximos, a arquiteta e urbanista recomendou a preservação de "edificações de maior porte: antigas residências ou prédios institucionais, em uso ou não" (CONDEPHAAT, 1998, p. 83), localizadas no entorno imediato dos bens tombados pelo estado de São Paulo, e, ainda, a recomendação para preservação de outros edifícios, implantados dentro dos limites da área envoltória de 300 metros, mas fora do entorno das Praça XV de Novembro e Carlos Gomes, entre os quais se incluíam os estabelecimentos centrais do Antigo Banco Constructor e o Hotel Umuarama (figuras 6.3.8 e 6.3.9). A justificativa apresentada por Wolff destacava a diversidade de edificações produzidas em diferentes períodos do desenvolvimento urbano de Ribeirão Preto até meados do século XX:

> O critério a ser explicitado não diz respeito à homogeneidade de paisagem, nem restringe-se a aspectos visuais. Há remanescentes do período de consolidação do espaço central e da cronologia de existência dos bens tombados que dão sentido a esse lugar. A permanência de elementos diversificados confere consistência ao tombamento, que perderia muito de seu significado se o entorno se modificasse completamente (CONDEPHAAT, 1998, p. 83).

A recomendação de Wolff para a regulamentação da área envoltória do Quarteirão Paulista, Praça XV de Novembro e Edifício Diederichsen não se restringiu apenas à proposta de gabarito máximo para o entorno dos bens e à identificação de alguns edifícios localizados na região. Estendendo-se ao que definiu como "o aspecto mais interessante" sobre o qual o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo deveria se posicionar, a arquiteta e urbanista se utilizou

do conhecimento acumulado ao longo dos estudos empreendidos desde o tombamento da Praça XV de Novembro para elaborar um "Relatório geral sobre Preservação em Ribeirão Preto", cujo objetivo era contribuir com a divulgação da "grande quantidade de imóveis localizados no inventário do CONDEPHAAT e que mereciam incentivo à sua preservação, mesmo que não através do tombamento estadual"[462] (CONDEPHAAT, 1998, p. 84). Ao concluir, Wolff ainda chamou atenção para o excesso de publicidade nos imóveis localizados nessa região, inclusive nos bens tombados, indicando a necessidade de controle de anúncios por parte da prefeitura municipal de Ribeirão Preto.

A seguir, foram apresentados registros fotográficos realizados em janeiro de 2001 e as minutas para o tombamento do Edifício Diederichsen e para a regulamentação da área envoltória dos bens tombados pelo estado de São Paulo na área central de Ribeirão Preto. A minuta do Edifício Diederichsen apresentava aspectos relevantes da edificação, como a importância de Antônio Diederichsen, especialmente no cenário pós crise de 1929, caracterizando o edifício como "expressão das atividades modernizadoras de seu construtor, do momento de transformação da cidade e da arquitetura *art-decó*" (CONDEPHAAT, 1998, p. 134). Nesse sentido, considerou-se a contribuição do "primeiro arranha-céu da cidade, com seis pavimentos além do térreo", para a superação do ecletismo acadêmico e disseminação da "técnica construtiva em concreto armado" (CONDEPHAAT, 1998, p. 134). Também foi exposto o caráter multifuncional da edificação, que "desde seu início teve seu uso abrigando lojas, serviços, cinema, hotel, café Única e o famoso bar Pinguim, referência para Ribeirão Preto" (CONDEPHAAT, 1998, p. 134).

---

[462] Nesse documento, a profissional discutiu a formação e atuação dos Conselhos de Proteção ao Patrimônio Cultural no estado e município, e listou e classificou mais de 150 imóveis localizados na área envoltória de 300 metros em relação ao Quadrilátero Central, Praça XV de Novembro e Edifício Diederichsen, cuja conservação seria "altamente recomendável em esfera municipal" (CONDEPHAAT, 1998, p. 84). Em suas palavras: "O que parece é que o CONDEPHAAT não pode, após reunir tal conhecimento sobre a área, limitar-se apenas a regulamentar gabaritos e eximir-se da responsabilidade de apontar os valores patrimoniais para a esfera local" (CONDEPHAAT, 1998, p. 84). Nesse sentido, sugeriu à prefeitura municipal de Ribeirão Preto a utilização de mecanismos complementares ao tombamento, tais como "listagem" e "tombamento vinculado", e o "incentivo à recuperação das fachadas e valorização da área" (CONDEPHAAT, 1998, p. 84). Para Wolff, o papel da administração municipal seria de não só atuar como um órgão fiscalizador, como também indicar "imóveis significativos" e sugerir "planos futuros de preservação e valorização da área" (CONDEPHAAT, 1998, p. 84). Recomendou, ainda, a atuação do município para o reconhecimento e valorização de edificações que compõem o tecido histórico urbano que excediam o recorte da área envoltória em questão.



Figura 6.3.8 – Indicação dos bens tombados e edifícios com recomendação para preservação circunscritos à área envoltória do Edifício Diederichsen, do Quarteirão Paulista e da Praça XV de Novembro. As edificações destacadas em vermelho foram empreendidas por Antonio Diederichsen.

Ano: 2001

Autor: não identificado. Editado por Tatiana S. Gaspar.

Fonte: CONDEPHAAT, 1998, p. 140.

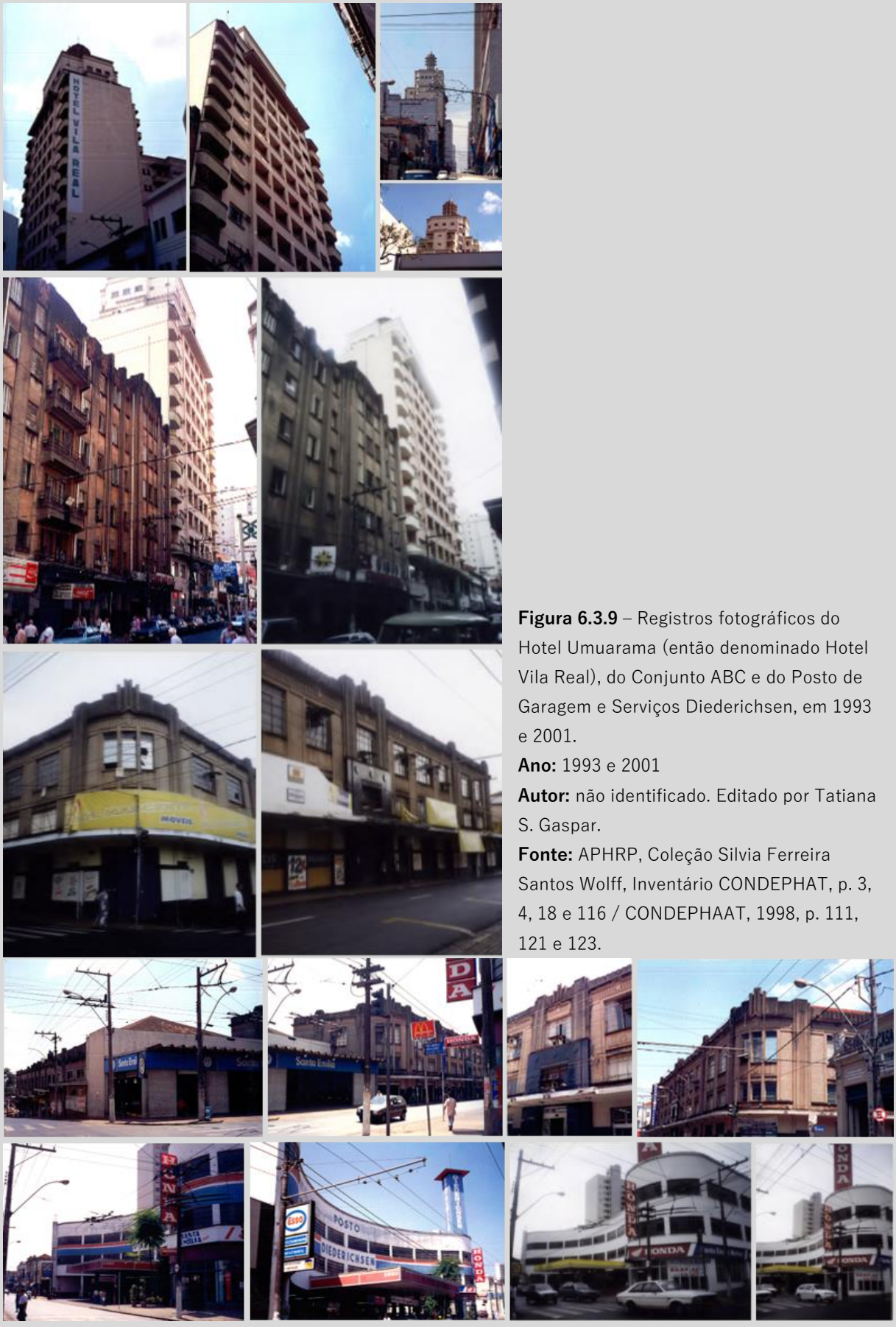


Figura 6.3.9 – Registros fotográficos do Hotel Umuarama (então denominado Hotel Vila Real), do Conjunto ABC e do Posto de Garagem e Serviços Diederichsen, em 1993 e 2001.
Ano: 1993 e 2001
Autor: não identificado. Editado por Tatiana S. Gaspar.
Fonte: APHRP, Coleção Silvia Ferreira Santos Wolff, Inventário CONDEPHAT, p. 3, 4, 18 e 116 / CONDEPHAAT, 1998, p. 111, 121 e 123.

Assim, o primeiro esboço de minuta destacava os diversos aspectos considerados pelos técnicos do CONDEPHAAT, mas decidia pelo tombamento da edificação apenas a partir de "suas fachadas externas, saguões, caixas de escada e demais elementos contemporâneos, inclusive nos estabelecimentos comerciais" e definia que as reformas e manutenções realizadas no imóvel "deveriam conservar ou recuperar as características originais de suas fachadas e/ou detalhes construtivos" (CONDEPHAAT, 1998, p. 134).

A minuta para a área envoltória foi elaborada para o conjunto formado pelo Quarteirão Paulista, Praça XV e Edifício Diederichsen, considerando a importância do significado histórico e urbanístico de suas localizações, no "coração da cidade" (CONDEPHAAT, 1998, p. 135). Referia-se ao conceito de "paisagem urbana" para destacar a integração entre as edificações que emolduravam a praça e que deveriam manter "as características predominantes consideradas como significativas do período de existência destes bens" (CONDEPHAAT, 1998, p. 135), decidindo pelo estabelecimento de três gabaritos máximos distintos para as quadras no entorno das praças XV de Novembro e Carlos Gomes[463] (figura 6.3.8). Outro esboço de comunicação foi elaborado para o

[463] Além das decisões a respeito do gabarito máximo, a minuta foi acompanhada de uma lista de recomendações à prefeitura municipal, como "a preservação dos edifícios da Biblioteca Altino Arantes e do MARP localizados na Praça XV; e a "recuperação das fachadas dos imóveis localizados na Praça XV, ou Carlos Gomes". Nesse segundo caso, foram listados os seguintes endereços: "Tibiriçá com Duque de Caxias, 625; Barão do Amazonas, 424 e 430 com General Osório, 702 (Farmácia São José); Barão do Amazonas, 405 com General Osório (Antigo Cine Centenário e apartamentos); Tibiriçá com General Osório 437,441 (Lanchonete); Vise. de Inhaúma, 286 com Duque de Caxias, 705". Para outros edifícios, localizados na área envoltória dos bens tombados pelo CONDEPHAAT, mas não no entorno da Praça XV de Novembro, recomendou-se ao município "prioritariamente a preservação, recuperação e/ou incentivo ao uso dos imóveis", sejam eles: "EEPG Fábio Barreto. Mariana Junqueira com Alvares Cabral; Casarão José Bonifácio com Duque de Caxias; General Osório, 334 (Antigo Caixa Econômica); São Sebastião, 509 (vizinho ao Diederichsen) - Hotel Vila Real; São Sebastião,462 com Alvares Cabral, 543 - Prédio comercial; Alvares Cabral, 567; Américo Brasiliense com Alvares Cabral - Agência Central dos Correios; Américo Brasiliense com Saldanha Marinho,559 (Posto de Gasolina); Américo Brasiliense, Saldanha Marinho,566 e São Sebastião -Conjunto de salões; comerciais; Catedral e Praça das Bandeiras. Também foi recomendada "a extensão do inventário para identificação de valores patrimoniais para a área que excede à área envoltória aos monumentos", com destaque aos prédios considerados como de "grande valor": Casa Episcopal, Hotel Brasil e os conjuntos das fábricas cervejeiras instaladas na Av. Jerônimo Gonçalves. A "despoluição visual" dos imóveis na área central também foi uma recomendação ao município, bem como que se executassem "planos de recuperação do centro", fosse a partir de "incentivos para a recuperação externa ou manutenção de edificações representativas das tipologias urbanas que consolidaram a ocupação do centro de Ribeirão Preto especialmente nos primeiros 50 anos do século XX", identificadas por meio de inventários (CONDEPHAAT, 1998, p. 135 e 136).

encaminhamento das minutas ao então prefeito de Ribeirão Preto, Antonio Palocci, destacando a importância da efetivação e funcionamento do Conselho Municipal para a "ampliação e atualização desses bens cuja área de estudo limitou-se àquela sob jurisdição desse Conselho Estadual", e a manifestação para a "continuidade da presença desse CONDEPHAAT no município de Ribeirão Preto seja identificando seus valores, seja atuando solidariamente com essa prefeitura como já ocorreu tantas vezes no passado" (CONDEPHAAT, 1998, p. 137).

Em outubro de 2001 as minutas foram encaminhadas para análise e, em março do ano seguinte, direcionadas à Conselheira Relatora Carlota Boto – pedagoga, historiadora e professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo –, que se declarou favorável às propostas de resolução de tombamento do Edifício Diederichsen e da área envoltória. Após a aprovação do Colegiado, os documentos foram encaminhados para parecer e formatação jurídica. Nesse caso, embora tenha se expressado positivamente em relação à minuta da Resolução de Tombamento do Edifício Diederichsen, houve discordância em relação à regulamentação da área envoltória, alegando que cada um dos bens em questão – Quarteirão Paulista e Praça XV de Novembro, e Edifício Diederichsen – deveria ter regulamentação de sua área envoltória em processo específico. Igualmente, destacou-se o artigo 137 do decreto estadual n. 13426/79 e se enfatizou que o ato de "recomendar" e não tombar, além de passar a impressão de que se queria tombar, mas não o fez, também não gerava qualquer obrigatoriedade em termos efetivos, ao mesmo tempo em que impunha restrições ao direito de propriedade (CONDEPHAAT, 1998, p. 147).

O parecer jurídico foi elaborado em julho de 2002, mas apenas em fevereiro de 2005 foi encaminhado para a arquiteta e urbanista Silvia Wolff. Em sua manifestação, Wolff acatou a separação das duas áreas envoltórias, mas argumentou que, como havia passado três anos desde o parecer, nesse ínterim havia entrado em contato com profissionais da Secretaria de Planejamento e Gestão Ambiental de Ribeirão Preto para tratarem da regulamentação da área. A partir de levantamentos fotográficos, os técnicos do município elaboraram estudos visuais que embasaram uma contraproposta para alteração de alguns gabaritos máximos estipulados na minuta esboçada pelo CONDEPHAAT. Considerando a declividade do terreno da região e os cones visuais apresentados, a arquiteta e urbanista do CONDEPHAAT resolveu por acolher parcialmente os aumentos de gabarito propostos

pela municipalidade (CONDEPHAAT, 1998, p. 150).[464]

Uma nova minuta foi então elaborada para o Tombamento do Edifício Diederichsen, dessa vez englobando a regulamentação da área envoltória do bem em um dos seus artigos. A argumentação inicial, que justificou o tombamento, não sofreu alteração, mas foram incluídas considerações relacionadas à sua localização e à importância da preservação do entorno dos edifícios tombados (o que pela flexão de número mantinha a ideia de conjunto com o Quarteirão Paulista e a Praça XV de Novembro, sem citá-los explicitamente), a fim de permitir sua melhor visualização e "identificação com uma paisagem urbana que conserva elementos contemporâneos a sua existência" (CONDEPHAAT, 1998, p. 159). Nesse sentido, considerava o fato de o Edifício Diederichsen estar implantado em uma quadra com edifícios mais altos que ele, mas que também se encontrava no entorno imediato da Praça XV de Novembro e Quarteirão Paulista, bens tombados pelo estado de São Paulo (CONDEPHAAT, 1998, p. 159). Nos atos decisórios, a resolução de tombamento do Edifício Diederichsen permanecia protegendo "suas fachadas externas, saguões, caixas de escada e demais elementos contemporâneos, inclusive nos estabelecimentos comerciais" e se destacava que, ainda que para adequação às necessidades contemporâneas, as reformas e manutenções deveriam "conservar ou recuperar as características originais de suas fachadas e/ou detalhes construtivos" (CONDEPHAAT, 1998, p. 160).

---

[464] Os estudos desenvolvidos pela prefeitura de Ribeirão Preto foram anexados ao processo, a começar pelo corte longitudinal do terreno entre a Rua Barão do Amazonas e a Av. Jeronimo Gonçalves, passando pelas praças Carlos Gomes e XV de Novembro. Quatro trechos entre o Theatro Pedro II e a Avenida receberam anotações de cotas visando evidenciar a possibilidade de ampliação do gabarito nesse setor, sem que a vista do Quarteirão Paulista fosse prejudicada (figura 6.3.10). Além dos desenhos técnicos, foi apresentada uma minuta de projeto de lei para a "preservação do Skyline no Quarteirão Paulista", elaborada em 29 de julho de 2003, mas que aparentemente não teve continuidade; o registro fotográfico de uma vista aérea do centro da cidade, englobando o entorno da Praça XV de Novembro e com a presença de diversos edifícios altos; e, por fim, um oficio da Secretaria de Planejamento e Gestão Ambiental da prefeitura municipal de Ribeirão Preto, enviado em março de 2005 para a arquiteta Silvia Wolff, com considerações acerca do projeto de regulamentação da área envoltória do Quarteirão Paulista. Considerava-se que os gabaritos de 15 e 18 metros eram demasiadamente restritivos e que a adoção do escalonamento de altura tornaria "a proposta mais justa para os proprietários dos imóveis localizados nas quadras que se encontram atrás do 'Quarteirão Paulista'". Nesse sentido, propunha-se os gabaritos de 21,10 metros, 25,10 metros e 29,90 metros, correspondes a 7, 8 e 9 pavimentos, respectivamente, que na cota mais baixa elevava em mais de dez metros a proposta anterior (CONDEPHAAT, 1998, p. 151-158).



Figura 6.3.10 – Proposta apresentada pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto para cota máxima de gabarito em edifícios construídos no eixo dos bens tombados pelo CONDEPHAAT: Quarteirão Paulista e Praça XV de Novembro, considerando o cone visual a partir da Praça Carlos Gomes.
Ano: 2003
Autor: Francisco do Carmo Nucitelli. Editado por Tatiana S. Gaspar.
Fonte: CONDEPHAAT, 1998, p. 151.

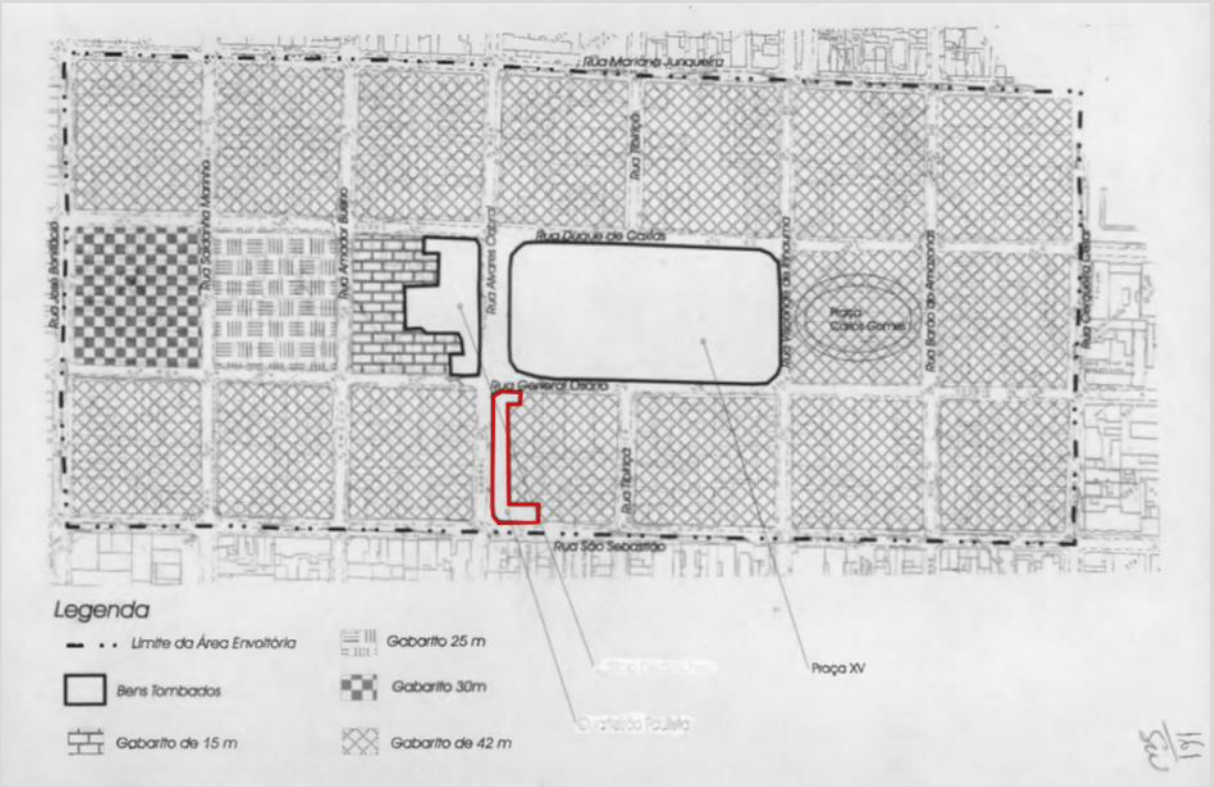


Figura 6.3.11 – Regulamentação do CONDEPHAAT para as áreas envoltórias do Edifício Diederichsen (em destaque), Quarteirão Paulista e Praça XV de Novembro, acatando o estudo apresentado pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto e compatibilizando com a proposta desenvolvida anteriormente (figura 6.3.5).
Ano: 2005
Autor: não identificado. Editado por Tatiana S. Gaspar.
Fonte: CONDEPHAAT, 1998, p. 161.

Na regulamentação da área envoltória, mantinha-se o limite de 42 metros de altura para construções erigidas no polígono entre as ruas Mariana Junqueira, Cerqueira César, São Sebastião e José Bonifácio, com exceção das praças; e o gabarito máximo de 15 metros na parte posterior da quadra do Quarteirão Paulista. No entanto, nas duas quadras abaixo do Theatro Pedro II seriam permitidas construções com 25 metros, ou 8 pavimentos, e até 30 metros, ou 9 pavimentos, respectivamente. Além disso, deveriam ser mantidas as características gerais de paisagismo e agenciamentos das praças XV de Novembro e Carlos Gomes (figura 6.3.11).

A reformulação da minuta para o tombamento do Edifício Diederichsen e a regulamentação de sua área envoltória seguiu com uma proposta de comunicação a ser enviada para o prefeito Welson Gasparini, com o mesmo conteúdo esboçado anteriormente para Palocci, e com as mesmas "recomendações de bens a serem preservados por políticas locais em Ribeirão Preto" (CONDEPHAAT, 1998, p. 162 e 163). Em maio de 2005 as minutas foram encaminhadas ao Conselheiro Carlos Augusto M. Faggin, arquiteto e urbanista professor na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. O Conselheiro foi a favor da resolução de tombamento e da regulamentação da área envoltória, com proposta de encaminhamento das recomendações de edifícios a serem preservados para o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico de Ribeirão Preto. Em junho do mesmo ano o Colegiado aprovou o parecer, sendo a minuta de Resolução de Tombamento encaminhada ao então Secretário de Cultura do estado, que por sua vez a redirecionou para consulta jurídica.

Após receber parecer jurídico favorável, o Secretário de Cultura do estado de São Paulo emitiu a Resolução SC n. 33 de 08 de agosto de 2005, com decisão sobre o tombamento definitivo do Edifício Diederichsen e a regulamentação de sua área envoltória. A Resolução foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 1 de setembro de 2005 e, dois meses depois, informada ao provedor da Santa Casa de Ribeirão Preto, ao Prefeito Municipal e ao Delegado Seccional de Polícia de Ribeirão Preto. Por fim, em 27 de novembro de 2009 o Edifício Diederichsen foi inscrito na página 100 do Livro do Tombo Histórico, sob o n. 366, com definição do caráter de tombamento como "histórico,

arquitetônico".[465]

A notícia sobre o tombamento do "prédio onde surgiu o bar Pinguim" foi divulgada pelo jornal *Folha de São Paulo* dois dias após a Resolução de Tombamento ter sido publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo (PRÉDIO ONDE..., 3/9/2005). O texto destacou a vinculação do edifício a Antonio Diederichsen e contou com comentários de representantes do IAB e da prefeitura municipal sobre o tombamento e sua área envoltória, aproveitando para esclarecer que a proteção não incidia sobre sua propriedade:

> Segundo o presidente do IAB (Instituto de Arquitetos do Brasil) de Ribeirão, Onésimo Carvalho, o edifício é uma referência histórica para todo o interior tal como foi o Martinelli para a cidade de São Paulo: símbolo de crescimento. "Não sou preservacionista, mas o tombamento do Diederichsen é importante para simbolizar o deslocamento da cultura rural do café para a área urbana. A estrutura, o método e a qualidade do projeto foram pioneiros no interior. Nenhum edifício que pode ser construído hoje tem esse valor".
>
> Para conservar os elementos arquitetônicos do prédio, o tombamento limita a altura de novas construções no entorno. Segundo o diretor de Urbanismo da Secretaria de Planejamento, José Aníbal Laguna, o impacto do tombamento do prédio Diederichsen pelo significado histórico, mas não deve alterar os planos de ocupação para o centro. "Os limites de altura na região já eram preservados por conta de outros tombamentos".
>
> Sobre o que muda no edifício com o tombamento, ninguém da Santa Casa foi localizado para comentar o assunto. O tombamento não impede a venda (sic) ou aluguel das salas e apartamentos do edifício, desde que a estrutura arquitetônica não seja modificada (PRÉDIO ONDE..., 3/9/2005).

A análise pormenorizada do estudo de tombamento do Edifício Diederichsen, desde

---

[465] Quando a elaboração da minuta de inscrição no Livro do Tombo foi solicitada ao setor técnico do CONDEPHAAT, a arquiteta e urbanista Silvia Wolff observou a não publicação do mapa relativo à área envoltória do Edifício Diederichsen no Diário Oficial. Igualmente, apontou que o mesmo mapa também não havia sido enviado à prefeitura municipal de Ribeirão Preto, bem como a correspondência minutada por ela para envio ao prefeito do município e as recomendações dos bens a serem preservados por políticas locais em Ribeirão Preto (CONDEPHAAT, 1998, p. 177-verso). A solicitação de publicação do mapa de A.E. no D.O. e envio da cópia de Resolução do Tombamento, junto ao mesmo mapa, à prefeitura de Ribeirão Preto, foi encaminhada pelo Diretor Técnico do STCR do CONDEPHAAT em janeiro de 2006 (CONDEPHAAT, 1998, p. 178-verso). Já a resposta aos demais questionamentos feitos pela arquiteta e urbanista sobre a comunicação a ser enviada diretamente para o prefeito e as recomendações dos bens a serem preservados, não constam no processo de tombamento do Edifício Diederichsen disponibilizado para consulta pelo CONDEPHAAT.

a solicitação feita por seu proprietário, passando pelos diversos relatórios técnicos do CONDEPHAAT, até a publicação da resolução final, evidencia o olhar de interessados e envolvidos na preservação deste bem, claramente entendido como um documento histórico da cidade. A expressão arquitetônica da edificação, verticalizada, estilisticamente vinculada ao Art Déco e com utilização da técnica construtiva em concreto armado, foi considerada um reflexo do espírito modernizador de seu construtor, o empresário Antônio Diederichsen. Igualmente, são diversas as referências feitas ao programa de usos do edifício, por vezes citado como representativo do período de transformações econômicas, culturais e urbanas que ocorriam na cidade durante as primeiras décadas do século XX.

O processo demonstra o estudo aprofundado para a regulamentação da área envoltória do edifício, balizada pelo conceito de "paisagem urbana", em que se operou não apenas a restrição de gabarito para novas construções do entorno, como ressaltando a importância conferida ao conjunto formado com o Quarteirão Paulista e a Praça XV de Novembro – que já haviam sido tombados pelo estado de São Paulo –, e edificações do entorno identificadas pelo CONDEPHAAT como de valor cultural que receberam recomendação especial para ações de preservação por parte do município.

Por outro lado, embora os pareceres e relatórios desenvolvidos por profissionais de diversas áreas do conhecimento tenham identificado as amplas possibilidades de análise do Edifício Diederichsen, desde a primeira minuta, até a sua resolução final, a proteção proposta pelo CONDEPHAAT fixou-se apenas nas fachadas externas, saguões, caixas de escadas e detalhes construtivos, desconsiderando outros aspectos do prédio, como a configuração interna de seus pavimentos, que conforma os ambientes e as múltiplas funções abrigadas pela edificação desde a sua inauguração – com exceção da cervejaria Pinguim e da cafeteria A Única, nominalmente mencionados.

Ou seja, ao eleger alguns elementos como essenciais à preservação, permitiu-se maior flexibilidade na adequação de outros a novas demandas. Desse modo, chama atenção que não conste nenhuma imagem da área interna da edificação em todo o processo que embasou o tombamento, ou mesmo o desenho atualizado e descrição de seus ambientes voltados à locação de apartamentos, salas para prestação de serviços e comércios. Por esses serem espaços dinâmicos, mais sujeitos a adaptações e reformas, o registro gráfico e fotográfico de seus interiores poderia ter sido um documento histórico

importante sobre a edificação naquele contexto, quando o prédio ainda mantinha os usos originais. No entanto, mesmo os comércios citados e os saguões e caixas de escada contemplados pelo tombamento, deixaram de ser registrados.

Se por um período da história as discussões sobre patrimônio se debruçaram, principalmente, sobre a preservação de imponentes obras de relevância histórica e arquitetura suntuosa, entendidos de maneira isolada, ao longo do século XX outros valores foram sendo gradativamente incorporados à noção de patrimônio, a partir de sua conotação cultural e do reconhecimento de "valores científicos, estéticos, memoriais, sociais e urbanos" (CHOAY, 2006, p. 17). Nesse sentido, passou a importar não só a qualidade estética que a edificação possa ter ou sua possível vinculação com eventos históricos importantes, mas também o seu valor cultural como expressão e testemunho do fazer e do viver humano. No Brasil, os instrumentos jurídicos para a proteção dos bens culturais acompanharam essa progressão, incluindo, a partir da Constituição de 1988, formas de acautelamento e preservação por meio de "inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação" (BRASIL, 1988). No entanto, nem sempre um determinado instrumento ressoou de maneira unívoca a ampliação da conotação cultural evocada por Choay. Em casos como o do tombamento do Edifício Diederichsen, com incidência sobre a proteção de sua materialidade, ainda que o contexto urbano tenha assumido um papel importante na regulamentação da área envoltória para preservar a ambiência do local onde está implantado, a proteção perpetrada ao bem recaiu unicamente sobre algumas de suas expressões formais e artísticas, relacionadas, sobretudo, à imagem exterior do prédio e sua vinculação estilística, sem que fosse considerada a proteção de outros elementos internos que conformam a identidade dessa edificação de uso misto que ao longo do processo de tombamento ainda conservava grande parte de suas funções originais.[466]

---

[466] Cabe destacar que, diferentemente do que ocorreu em outras edificações da cidade, além do tombamento pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, o Edifício Diederichsen não foi tombado pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural de Ribeirão Preto. Até 2016, as leis referentes ao CONPPAC/RP consideravam que, no município, o tombamento deveria recair "de ofício" sobre os bens já tombados pelo Poder Público Federal e Estadual (RIBEIRÃO PRETO, 1996, 2007b). Quando a lei municipal n. 2211/2007 foi revogada por inconstitucionalidade, em 2016, passou a vigorar a lei ordinária n. 2508/1971, que não previa essa disposição. Na sequência, a lei n. 2799/2016, que "Dispõe sobre o sistema municipal de patrimônio cultural de Ribeirão Preto - SMPC-RP, denomina o Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural do município de Ribeirão Preto (CONPPAC-RP), institui o Fundo Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural e dá outras providências", é omissa nesse sentido, não

6.4 PROJETOS DE INTERVENÇÃO NO EDIFÍCIO DIEDERICHSEN E SEU ESTADO DE CONSERVAÇÃO E OCUPAÇÃO EM JANEIRO DE 2022

A solicitação de tombamento do Edifício Diederichsen veio dois anos depois da reinauguração do Theatro Pedro II, patrimônio restaurado pela prefeitura municipal com aporte de recursos privados; quatro anos após a conclusão das obras de "revitalização do centro", que resultaram na instalação de calçadão em duas das três calçadas do prédio; e dois anos depois da criação do CONPPAC/RP, cuja primeira presidente, uma arquiteta e urbanista representante do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), contribuiu com a elaboração do pedido de tombamento feito ao CONDEPHAAT quando coordenava um estudo para a restauração do imóvel. A sucessão de episódios que marcaram a ascensão da questão cultural na política municipal ao longo da década de 1990 e as propostas de intervenção para o centro de Ribeirão Preto, consolidadas ou não, a partir da valorização de seu caráter histórico, tiveram impacto decisivo sobre o tombamento do Edifício Diederichsen como um bem cultural do estado de São Paulo. Nos anos seguintes, outras ações realizadas nesse setor da cidade parecem ter repercutido na edificação e, junto às definições de sua resolução de tombamento, desencadearam transformações que contribuíram com seu estado atual de conservação e ocupação.

No ano seguinte à solicitação de tombamento do Edifício Diederichsen feita pela Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto, sua proteção pelo CONDEPHAAT garantiu o acesso a recursos de fundos públicos da cultura. Em setembro de 1999, o requerimento enviado por Pimentel Ribas Construção Ltda e assinado por seu diretor, o engenheiro civil Marcus Fábio Pimentel Ribas, informava ao CONDEPHAAT sobre a restauração em andamento do "Edifício Antônio Diederichsen". Por isso, foi requerido ao então presidente do Conselho que providenciasse e agilizasse, "o mais breve possível", o "processo de

---

possuindo qualquer menção ao tombamento concomitante de edificações que já são tombadas pelo CONDEPHAAT (em Ribeirão Preto não há nenhuma edificação com tombamento pelo IPHAN). Entretanto, existem casos de edifícios que foram tombados tanto pelo município, como pelo estado de São Paulo, como a Cervejaria Paulista e a antiga Estação Ferroviária Barracão.

tombamento de patrimônio histórico, do Edifício Antônio Diederichsen", alegando estarem impossibilitados de darem "entrada em processo no Fundo Nacional da Cultura com o intuito de angariar fundos para a obra em questão" (CONDEPHAAT, 1998, p. 78).

O requerimento foi enviado em 28 de setembro de 1999, 17 dias após ter sido publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo a notificação da deliberação do colegiado do CONDEPHAAT a favor do tombamento do Edifício Diederichsen – ocorrida na sessão ordinária do dia 17 de outubro de 1999. Segundo a publicação oficial, citando o parágrafo único do artigo 142 e o artigo 146 do decreto estadual n. 1.3426 de 16 março de 1979, a deliberação de abertura do processo de tombamento já assegurava a preservação do bem até "decisão final da autoridade competente". Dessa maneira, estaria portando, "proibida qualquer intervenção" que pudesse "descaracterizar a referida área, sem prévia autorização do CONDEPHAAT, além de poder ser punido o descumprimento (...), com as sanções penais previstas no artigo 166 do Código Penal Brasileiro e da Lei 7347, de 17.07.1985" (CONDEPHAAT, 1998, p. 70-73).

Embora não tenham sido encontrados indícios de que a obra acima referida tenha sido de fato iniciada, é importante observar que essa teria sido a primeira proposta de intervenção no prédio enquanto bem cultural protegido pelo estado de São Paulo. No entanto, o projeto parece não ter sido apresentado ao CONDEPHAAT, inaugurando uma prática que teve continuidade nos anos seguintes. A partir de então, diversas intenções de intervenção no Edifício Diederichsen – algumas arbitrariamente realizadas – foram constatadas em notícias divulgadas pela mídia local, em projetos protocolados no CONDEPHAAT e em Inquéritos Civis instaurados pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2016, 2017 e 2018.[467]

Nos primeiros anos do século XXI o Quadrilátero Central continuou se destacando como área de interesse para o Poder Público. No Plano Plurianual de Ribeirão Preto elaborado para o período entre os anos de 2002 e 2005, entre os "Projetos Espaciais Urbanos", previa-se o seguimento do projeto de requalificação do Quadrilátero Central, a restauração e revitalização do Mercado Municipal e a restauração do antigo Hotel Palace (RIBEIRÃO PRETO, 2001). Nesse momento, a segunda unidade da Choperia Pinguim,

[467] No cadastro imobiliário da prefeitura municipal de Ribeirão Preto não constam processos referentes a projetos de intervenção no Edifício Diederichsen após a aprovação do projeto de sua construção, em 1934.

instalada no térreo do Edifício Meira Júnior, também passou por intervenção – pouco antes de encerrar suas atividades no Edifício Diederichsen –, enquanto o Hotel Palace, desativado desde 1992 e permutado pela prefeitura municipal de Ribeirão Preto com Cia. Cervejaria Antártica Niger S/A em 1996, foi transformado no Centro Cultural Palace. O novo uso do antigo hotel como centro cultural teria sido definido já na transferência de posse, ocorrida em 1996, mesmo ano em que o Theatro Pedro II foi reinaugurado. No entanto, a restauração e reconversão de uso foram iniciadas apenas em 2001, estendendo-se até 2011. Os recursos para as obras do Centro Cultural Palace foram oriundos de fontes distintas, como a administração municipal e, principalmente, de verbas captadas por meio da Lei Rouanet, entre 2003 e 2009 (LOURENÇO, 2017, p. 77).

A constante interposição de políticas públicas, muitas vezes com a participação de recursos privados, voltadas à valorização cultural da região central – com intuito de "recuperá-la" não apenas da degradação material de algumas áreas e alguns de seus edifícios, como também do caráter popular de seus comércios e serviços, transformando-a em um espaço de consumo atrativo para as classes com maior poder aquisitivo (MOREIRA, 2015) – continuaram tendo reflexos – positivos e negativos – no entorno do Edifício Diederichsen e, consequentemente, também na edificação.

Em agosto de 2007, dois anos após o tombamento, uma reportagem especial da *Revista Enfim* anunciou "O fim de um marco" em Ribeirão Preto (figura 6.4.1). Tratava-se do encerramento das atividades do Grande Hotel no Edifício Diederichsen, ocorrido em 30 de julho daquele ano. Além de expor detalhes do prestigiado hotel inaugurado em 1937, no sexto pavimento do prédio, a matéria reforçou os motivos alegados pela última gestora do espaço, que por mais de 20 anos esteve à frente do Grande Hotel, para a dissolução do estabelecimento. Mais uma vez, Maria de Lourdes Matias atrelou o declínio do local ao início da execução do calçadão: "depois que ele foi construído, o movimento do Grande Hotel nunca mais foi o mesmo, e a situação se agravou com o tempo" (MIMESSI, 2007, p. 9).

Na tentativa de garantir a permanência do hotel no edifício, a administração da Santa Casa teria oferecido que o hotel passasse a utilizar, de modo exclusivo, a portaria do prédio na Rua São Sebastião, a garantir o estacionamento de veículos e o serviço de guarda de automóveis – o que acabou se efetivando posteriormente. Também concedeu a

isenção do condomínio e reduziu o valor do aluguel “bem abaixo do custo do mercado – R$ 5 mil”, medidas que, ainda assim, foram insuficientes e não impediram que o negócio fosse encerrado.

No entanto, ainda naquele mesmo mês, o jornal *Gazeta de Ribeirão Preto* dedicou uma página à apresentação do “Diederichsen Cultural”, uma proposta da diretoria da Santa Casa para transformar o 6º e 7º pavimentos do Edifício Diederichsen em um espaço cultural. O 6º pavimento, desocupado com a saída do hotel há poucas semanas, seria dedicado à hospedagem de artistas em visita à cidade, enquanto o último piso, onde o grupo de teatro Fora do SériO esteve instalado até o ano 2000, contaria com espaço para aulas e abrigaria um acervo histórico.[468] Para tanto, o provedor da Santa Casa tentava negociar com a choperia Pinguim, que ainda mantinha a primeira unidade no térreo do prédio, com o Cineclube Cauim e com a Fundação Feira do Livro. No primeiro caso, a ideia era que o Pinguim instalasse um bar na área do restaurante do hotel, enquanto a parceria com o Cine Clube Cauim seria para a implementação do projeto “xadrama”, cujo objetivo era usar áreas disponíveis do último pavimento da edificação para ministrar aulas de xadrez e dama para crianças e adolescentes. Já as tratativas com a Fundação Feira do Livro ocorriam com o intuito de montar um acervo de filmes e livros na área da cobertura do prédio (DIEDERICHSEN..., 2007, p. 6).

A ideia de ocupar os dois últimos andares do Edifício Diederichsen com espaços culturais estava inserida em proposta de intervenção mais ampla, já que, segundo informado pela reportagem, o provedor da Santa Casa de Ribeirão Preto realizara “constantes viagens a Brasília em busca de recursos federais para uma reforma interna do prédio” (DIEDERICHSEN..., 2007, p. 6). A matéria ainda informou que um grupo de artistas plásticos e artesãos, coordenado por Mônica Salata Villela, locatária de uma das salas para prestação de serviços do edifício, havia proposto à administração da Santa Casa a exposição de obras de arte ao longo da circulação coletiva do segundo pavimento do Edifício Diederichsen, formando uma espécie de corredor-galeria, que, segundo a coordenadora da proposta, “seria uma galeria permanente e ajudaria a dar uma nova vida ao Diederichsen” (DIEDERICHSEN..., 2007, p. 6).

---

[468] Poucos antes, uma publicação do jornal havia sido sugerido a “revitalização” do prédio com o intuito de propor ações para “dar uma cara nova à área central de Ribeirão Preto” (DIEDERICHSEN..., 2007, p. 6).

Ambicionando conseguir captar recursos por meio da Lei Rouanet, o grupo se propunha a arcar com a pintura, com a instalação de nova iluminação e de câmeras de monitoramento no espaço, enquanto 10% da arrecadação advinda com a venda das obras seria destinada à administração do prédio (SANTA CASA..., 2007, p. 14). O aval da Santa Casa ao projeto cultural foi oficializado em outubro de 2007, abrangendo o segundo pavimento e o saguão da entrada, com previsão de expansão para a circulação coletiva do piso superior, no terceiro pavimento (figura 6.4.2). A proposta teve a anuência dos locatários das salas desses pavimentos, que elaboraram um abaixo-assinado como manifestação de apoio ao grupo de artistas. Nas palavras de Marcos Ferreira, que era representante dos lojistas do prédio, a galeria no Edifício Diederichsen era um tipo de ação que exemplificava a possibilidade de "pôr em prática o processo de revitalização do quadrilátero central". Segundo declarou o empresário: "todo mundo precisa tomar consciência de que as cidades estão revitalizando seus Centros. Ribeirão não pode ficar pra trás. É preciso haver um esforço coletivo, tanto da iniciativa privada como do poder público" (SANTA CASA..., 2007, p. 14). Já para a idealizadora do projeto, o espaço de exposição permitiria que os moradores e visitantes da cidade conhecessem "os estabelecimentos comerciais e o trabalho de artesãos que existem no Diederichsen, mas pouca gente sabe" (SANTA CASA..., 2007, p. 14).

A mesma notícia que informou sobre a autorização concedida pela Santa Casa para o grupo de artistas atualizou o andamento das negociações relacionadas aos dois últimos pavimentos do Edifício Diederichsen, ainda desocupados naquele momento. Sem citar o Cine Clube Cauim e o Pinguim, expressamente mencionados na reportagem anterior, o administrador do prédio fez comentários vagos sobre o destino do sétimo pavimento, como a possibilidade de abrigar outros projetos culturais ou um bar. No entanto, para o pavimento abaixo, originalmente concebido como hotel, foram relatadas duas alternativas de uso. Um deles ocorreria por meio da parceria estabelecida com a Fundação Feira do Livro para a transformação daquele andar em uma feira permanente de livros. Outra proposta teria sido manifestada pelo proprietário de uma rede hoteleira com interesse em investir no espaço para instalar ali um "hotel cinco estrelas" (SANTA CASA..., 2007, p. 14).

Não foi possível aferir se uma das alternativas mencionadas teve continuidade, ou se uma terceira proposta foi estruturada, mas, quatro meses depois dessa reportagem, foi constada uma intervenção no 6º pavimento – a primeira registrada para o prédio após o

seu tombamento. A obra foi embargada pela prefeitura municipal de Ribeirão Preto após a ação irregular ter sido alvo de um Inquérito Civil instaurado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, em 2007, a partir da denúncia feita por um membro do CONPPAC/RP sobre a realização de reforma sem autorização por parte do administrador do hotel (Figura 6.4.3).[469] A repressão parece não ter sido suficiente para interromper as obras. Em dezembro de 2007, o provedor da Santa Casa de Ribeirão Preto afirmou que havia autorizado a continuidade da reforma, que deveria ter sido paralisada alguns dias antes, e que, para a administração do prédio, "esse embargo não vale nada" (OBRA EMBARGADA..., 2007, p. 10). Mesmo tendo recebido uma multa – com o valor irrisório de apenas R$ 426,90 reais, que dobraria caso não fosse paga –, o desacato aos órgãos de preservação e à administração municipal parece ter sido avaliado como compensatório pela proprietária do Edifício Diederichsen, diante do tempo que ficaram sem locar o espaço, ou recebendo valores abaixo do mercado: "por mais de dez anos tivemos prejuízo com o prédio. Precisamos da reforma para que o prédio volte a nos dar retorno com o recebimento do aluguel" (OBRA EMBARGADA..., 2007, p. 10).

No Inquérito Civil n. 1226/2007, uma das peças do processo é o "pedido de autorização para promover alguns reparos em imóvel particular, sem modificar a estrutura do prédio, nem tampouco ampliar o imóvel", apresentado pelo advogado e novo locatário do espaço do hotel, João Mauricio Velone, à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Particulares de Ribeirão Preto, em 4 de dezembro de 2007. Velone listou alguns aspectos do pavimento naquele momento:

> 1) 34 quartos, sendo 18 com banheiros e 16 sem banheiros; 2) Um salão de festas, ou salão de restaurante grande; 3) Um salão para permanência de hospedes ao lado do elevador que chega pela Rua Álvares Cabral, 469; 4) Uma cozinha; 5) Uma rouparia; 6) Uma lavanderia; 7) Um banheiro social com entrada pelo corredor; 8) Todos os compartimentos são com piso tacos, assim como, o corredor e o saguão do elevador; 9) A portaria da Rua São Sebastião, 481, é com piso antigo e molduras antigas; 10) os

[469] O Promotor de Justiça responsável pelo caso foi Marcelo Pedroso Goulart, representante da área "Meio Ambiente" na Regional da Bacia Hidrográfica do Rio Pardo. Em 13 de dezembro de 2007, Murilo Bereta, do jornal *Gazeta de Ribeirão*, divulgou reportagem sobre a obra de reforma do 5º andar do Edifício Diederichsen para instalação de hotel, informando sobra a ausência de autorização e embargo da mesma. Segundo a reportagem, o provedor da Santa Casa naquele período teria dito: "Por mais de dez anos tivemos prejuízo com o prédio. Precisamos da reforma para que o prédio volte a nos dar retorno com o recebimento do aluguel".

> pisos dos banheiros, uns são modernos, outros são antigos; 11) Todas as portas são de madeira antiga e na cor marrom escuro quase preto; 12) Essas portas, todas dão para o corredor, não estão instaladas adequadamente, de madeira a dar entrada para cada quarto; 13) A entrada exclusiva do Grande Hotel Diederichsen, será pela Rua São Sebastião, 481, cuja portaria será mantida pelo Hotel (MPSP, 2007, p. 13-14).

Na sequência, o relatório informou os itens que seriam mantidos e as alterações feitas para que o estabelecimento se tornasse "competitivo no mercado hoteleiro". Além de encerar os pisos de taco e executar serviços de pintura no salão de festa e de hóspedes, cozinha, rouparia, lavanderia, portaria e corredor, as portas de acesso aos dormitórios teriam seu local alterado, "adequando dessa forma a modernidade dos hotéis". Outra mudança seria a instalação de banheiro em todos os dormitórios, considerando-se que a utilização de sanitários coletivos era inviável para a hotelaria naquele contexto. A solução relatada foi, literalmente, a divisão de alguns banheiros "ao meio", mantendo as "ferragens e o piso" existentes. A proposta dava continuidade a transformações realizadas na gestão anterior, quando alguns banheiros privativos também haviam sido executados. Além disso, venezianas e tacos que necessitavam de reparos seriam restaurados na mesma forma e cor dos existentes, e os aposentos seriam equipados com ar-condicionado, frigobar, tv a cabo com internet, mesa de trabalho e telefone, e o hotel passava a oferecer estacionamento para os clientes. Ao final, entre as "muitas vantagens" do Grande Hotel Diederichsen, foram citadas a proximidade ao Pinguim, a vista para a Praça XV de Novembro, Theatro Pedro II e bairros antigos da cidade, como Vila Tibério e Campos Elíseos, bem como o fato do prédio ser vinculado à história da cidade, e conservar características originais e únicas em hotéis de Ribeirão Preto, como os tacos.

Ainda que nenhuma representação gráfica da proposta tenha sido apresentada pelo locador, o relatório do advogado parece ter sido suficiente para o CONDEPHAAT, que em janeiro de 2008 aprovou a intervenção, bem como para a prefeitura municipal de Ribeirão Preto, já que em março de 2008 o Departamento de Obras Particulares concedeu alvará de licença para sua realização.[470]

---

[470] O projeto de restauração não foi encontrado em consulta ao arquivo do CONDEPHAAT. A decisão do CONDEPHAAT aprovando a "reforma interna" no hotel foi constatada no Inquérito Civil n. 1226/2007, instaurado pela Promotoria Cível de Ribeirão Preto do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP, 2007, p. 26 e 27).



Figura 6.4.1 – Capa da revista *Enfim*, publicada em Ribeirão Preto, com reportagem especial sobre o encerramento das atividades do Grande Hotel, no Edifício Diederichsen, em 30 de julho de 2007.
Data: 18/09/2007
Autor: não identificado
Fonte: MIMESSI, 2007, capa.



Santa Casa dá aval

Hospital autoriza grupo de artistas plásticos a transformar primeiro andar do Edifício Diederichsen em galeria

IGOR SAVENHAGO
Gazeta de Ribeirão
igor.savenhago@gazetade ribeirao.com.br

A diretoria da Santa Casa de Ribeirãoo autorizou um grupo de artistas plásticos a transformar o saguão de entrada e o primeiro andar do Edifício Diederichsen, um dos prédios históricos mais importantes da cidade, numa galeria de arte. A autorização foi emitida no último dia 15 de outubro, assinada pelo administrador do edifício, José Espósito.

As principais propostas são fazer a pintura das paredes, reparos na iluminação e instalar câmeras de segurança nos pontos onde ficarão expostas as obras. A responsabilidade de implantar o projeto será dos próprios artistas plásticos, que, em troca, vão destinar à Santa Casa 10% do valor dos quadros e esculturas comercializados.

Grupo vai buscar apoio da iniciativa

O pedido para transformação de

Nádia, Ferreira, Espósito e Mônica no 1º andar do Diederichsen

Salão de Festas do Grande Hotel, no 5º andar, hoje desativado

Figura 6.4.2 – Reportagem sobre a autorização concedida pela Santa Casa de Ribeirão Preto ao grupo de artistas que desejava implementar o corredor-galeria no 2º pavimento do Edifício Diederichsen.
Data: 23/10/2007
Fonte: SANTA CASA..., 2007, p. 14



Figura 6.4.3 – Registro da obra que se realizava sem autorização dos órgãos de proteção ao patrimônio, no estado e município, no pavimento do hotel no Edifício Diederichsen.
Data: 23/11/2007
Autor: Fabio Melo
Fonte: OBRA EMBARGADA..., 2007, p. 10.

Ainda no final do ano de 2008, a notícia sobre o envio de um requerimento ao Instituto do Patrimônio Artístico e Nacional (IPHAN), pedindo a instrução de documentos e a reativação do processo de estudo de tombamento do Centro Histórico de Ribeirão Preto, também anunciou o início da "restauração completa do prédio Diederichsen" para o ano seguinte (HISTORIA DO..., 2008).[471] A estimativa de prazo foi feita pelo autor do projeto, o arquiteto e urbanista Claudio Henrique Bauso, que em 2007 era membro do CONPPAC/RP e foi responsável pela denúncia das obras irregulares no pavimento do hotel. Em dezembro de 2008, Bauso – que também "participou de todo o projeto de restauro e transformação do Hotel Palace em Centro Cultural" (LOURENÇO, 2017, p. 52) – informou estar finalizando o projeto do Edifício Diederichsen para entregá-lo à direção da Santa Casa de Ribeirão Preto, seguindo as "determinações de preservação das características originais do imóvel" e prevendo a "restauração total da fachada em mica, padronização de janelas e revisão da parte elétrica e hidráulica, entre outras melhorias" (HISTORIA DO..., 2008).

Três dias depois, a notícia foi novamente divulgada na mídia local, dessa vez com informações acrescidas sobre o projeto e seu processo de aprovação no CONDEPHAAT e no CONPPAC/RP, já que a lei municipal em vigor estabelecia o tombamento "de ofício" para edifícios protegidos pelo estado de São Paulo. O texto também tratou com entusiasmo a restauração do Edifício Diederichsen em meio às edificações já restauradas do Quarteirão Paulista e a expectativa de alguns ocupantes do prédio com a proposta. Outro dado importante foi sobre o valor mensurado para a obra e sua captação, possivelmente por meio de editais públicos de fomento à cultura:

> **Preservação do patrimônio.** Primeiro prédio do Interior, Diederichsen ganha rica restauração.
>
> Primeiro prédio construído em todo o interior do Estado, o edifício Diederichsen vai retomar suas características originais e o charme da construção datada de 1936. Com o projeto de restauração ganhará notoriedade ao lado de edificações tão belas e famosas como o Pinguim,

[471] A partir de 2009, uma série de Programas ligados à Secretaria Municipal da Cultura de Ribeirão Preto resultaram em ações que buscaram tanto o tombamento federal do Quarteirão Paulista, bem como a chancela de Paisagem Cultural do Café do município pelo IPHAN. Segundo Moreira (2005), essas ações tinham como objetivo final a adequação às exigências do edital do Programa do Governo Federal PAC-Cidades Históricas, que destinava recursos financeiros para cidades que possuíssem bem tombado pelo IPHAN e inventário de suas Referências Culturais.

Theatro Pedro II e Hotel Palace.

Sob coordenação do arquiteto e membro do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural de Ribeirão Preto (CONPPAC), Claudio Henrique Bauso, o trabalho iniciado em agosto deverá ser concluído na próxima semana. O projeto será apresentado à direção da Santa Casa, mantenedora do imóvel, que após aprovação inicia processo de captação dos recursos da ordem de R$ 500 mil para a execução das obras.

Cópias serão encaminhadas para aprovação junto ao Departamento de Fiscalização de Obras Públicas da Secretaria Municipal de Obras, Conppac e Conselho de Defesa do Patrimonio Histórico, Artístico, Arqueológica e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT).

Coordenado por Bauso, o levantamento para elaboração do projeto final teve início em agosto e conta com uma equipe de sete pessoas, sendo dois historiadores, uma advogada e quatro arquitetos. Além da recuperação de toda a fachada externa da edificação, o projeto contempla a padronização das janelas e venezianas, revisão elétrica, hidráulica, pintura interna, manutenção do piso em granilite, dos mármores, metais, lustres, entre outros itens. Tombado pelo Condephaat em setembro de 2005, a construção com mais de 146 metros lineares e quatro mil metros quadrados de área construída abriga 118 salas comerciais, 63 apartamentos residenciais, entre outras dependências. (...).

Moradores e comerciantes aprovam a iniciativa e vêem com otimismo o processo de restauro do imóvel. O joalheiro Marcos Ferreira está com sua loja na área externa há 57 anos e acompanha cada detalhe do trabalho. “O dinamismo e a forma como o Spósito conduz sua gestão é admirável, pois ele está mudando e modernizando o prédio, sem que perca suas características originais”. **(...)**

Parecer técnico é necessário

O presidente do Conppac, Gilberto Pinhata, está satisfeito com o andamento do projeto. “Além de conhecer o local estamos de acordo com os procedimentos e a forma como está sendo conduzido, respeitando as normas de preservação”. Pinhata disse ainda que assim que o projeto der entrada no conselho, será encaminhado para análise do Corpo Técnico de Apoio (CTA) e o parecer final deve sair dentro de 30 dias. “Uma vantagem foi a conscientização do locatário e o interesse em fazer um projeto que atenda a legislação”, diz ele.

De acordo com a assessoria de imprensa do Condephaat, o projeto precisa passar pela análise e aprovação do órgão.

Assim que o projeto der entrada, deve primeiramente passar pela área técnica da Unidade de Proteção ao Patrimônio Histórico (UPPH) para só então ser submetido ao órgão (RR).

> **Morador não liga para espera**
>
> Dentista aposentado, João Corrêa, 80 anos, mora há dez anos no quarto andar do edifício Diederichsen e é um apaixonado confesso pela construção. “Os outros prédios históricos da região que me desculpem, mas o Diederichsen é o mais importante marco de desenvolvimento da região e é o que tem de mais bonito em Ribeirão”.
>
> Corrêa disse ter outras casas, mas que em nenhuma delas encontrou a segurança e a tranquilidade do prédio onde foi montada a primeira choperia Pinguim da cidade. O aposentado sabe de cor quantas lojas, salas comerciais e apartamentos estão distribuídos pelo multiplano e conta com o carinho a vida do responsável pelo projeto.
>
> “É um edifício eterno. Depois de reformado, vai ficar uma beleza. Demora porque é um local tombado, mas os conselhos têm razão de exigir muito, não é um lugar para restaurar de qualquer jeito (PRESERVAÇÃO..., 2008).

Segundo o representante da Santa Casa e administrador do prédio, José Spósito, a restauração do Edifício Diederichsen seria iniciada logo após a intervenção realizada no Grande Hotel, cujas obras seriam finalizadas em janeiro de 2009: “Totalmente reformado, em janeiro vamos inaugurar o Grande Hotel Diederichsen, que terá 47 modernos apartamentos no quinto andar” (PRESERVAÇÃO..., 2008). No entanto, apenas em novembro de 2009 o projeto para “Restauro e Recuperação do Símbolo de Modernidade do Edifício Diederichsen” (figura 6.3.4) foi apresentado ao CONDEPHAAT (CONDEPHAAT, 2009). Dois meses antes, em uma entrevista concedida por Claudio Bauso para o jornal *Inconfidência Ribeirão*, o arquiteto e urbanista relatou detalhes da proposta voltada para a restauração das fachadas, adequações para acessibilidade e substituição dos elevadores e de elementos construtivos com desgaste, como as peças de mármore na escada do *hall* principal. Mencionou, ainda, que, apesar de estarem precárias, as instalações prediais da rede elétrica e de telefonia não seriam alvo de renovação, pois essa intervenção elevaria substancialmente o valor necessário para a obra:

> O estudo tem como objetivo realizar a restauração do prédio e, na medida do possível, torná-lo mais fiel ao visual pertencente ao edifício à época de sua inauguração em 1937. “A prioridade da restauração é na parte exterior, a que dialoga com a cidade” diz Baúso. Além da restauração, o líder do projeto diz que serão feitas mudanças para garantir a acessibilidade aos deficientes, visto que, na época da construção, não existiam tais exigências.
>
> Na parte elétrica, Cláudio diz que não é um problema a ser resolvido. “As

> ligações elétricas e telefônicas aqui do prédio são bem precárias. Hoje em dia com as novas tecnologias, acabou se fazendo um amontoado de gambiarras. Se fôssemos mexer nessa parte, o preço do projeto dobraria". Para se ter uma ideia, a fiação antiga do prédio (que não é mais usada), tinha a parte elétrica coberta por chumbo, para que não houvesse interferência eletromagnética nas ligações telefônica. Um metro desse tipo de encape de chumbo pesa, no mínimo, 20 vezes mais que a metragem de fio dos sistemas atuais. "Mesmo assim não há problemas, o prédio foi projetado para suportar esse peso", lembra o arquiteto.
>
> Outra parte a ser renovada são os três elevadores (dois presentes na entrada da Álvares Cabral e um na entrada da São Sebastião). Cada um custará 60 mil. Além deles serão colocadas novas peças de mármore nas escadas que dão acesso ao primeiro andar na entrada da Álvares. Originalmente, cada peça tinha 3 cm de espessura. Com o tempo, e o desgaste causado pelo trânsito de pessoas ao longo de 75 anos, cada peça hoje tem no máximo 1 cm de espessura. O desgaste, segundo Cláudio Baúso, acontece pelo fato do mármore ser uma pedra porosa, que perde partes conforme o atrito (O VELHO..., set. 2009).

No Memorial Descritivo do projeto de restauração do Edifício Diederichsen apresentado ao CONDEPHAAT (CONDEPHAAT, 2009, p. 75), o autor esclareceu que o objetivo da proposta era a restauração das fachadas do Edifício Diederichsen, "incluindo janelas e portas, recomposição da malacheta (revestimento da fachada)", e outras áreas do prédio, como "espaços coletivos, halls e corredores, elevadores, sistemas de pára-raios, iluminação das fachadas e dos corredores, escadas de mármore e granilito e pinturas parietais do hall de entrada", apresentando os principais trabalhos a serem executados durante a restauração e a necessidade de "elaboração de uma ação educativa junto aos moradores e comunidade da região central de Ribeirão Preto" (CONDEPHAAT, 2009, p. 18). No entanto, a proposta não foi aprovada pelo CONDEPHAAT, que em março de 2010 requisitou a complementação do projeto com informações e produtos adicionais aos que haviam sido apresentados (CONDEPHAAT, 2009, p. 84).[472]

---

[472] O parecer com a avaliação sobre o projeto foi feito pelo arquiteto Roberto Leme Ferreira, em 10/12/2009, que considerou não se tratar de um projeto de restauro diante da ausência de mapa de danos das fachadas e de soluções avaliadas como equivocadas para os serviços de recuperação das fachadas em argamassa raspada, bem como para a restauração da caixilharia externa, já bastante desconfigurada, sem que tenha sido proposta a retomada de sua forma original (CONDEPHAAT, 2009, p. 83-verso).



Figura 6.3.4 – Registro fotográfico dos elementos e patologias nas fachadas públicas e escadas do Edifício Diederichsen, a integrar o projeto de restauração apresentado ao CONDEPHAAT em 2009.
Ano: 2008 | **Autor:** Grupo FASES | **Fonte:** CONDEPHAAT, 2009, p. 50-74.



Figura 6.4.5 – Performance dos atores do grupo de teatro Engasga Gato, em cima na marquise do Edifício Diederichsen voltada para a Rua General Osorio. | **Ano:** não informado | **Autor:** não informado | **Fonte:** https://grupoengasgagato.wordpress.com/. Acesso em: 03/03/2021.

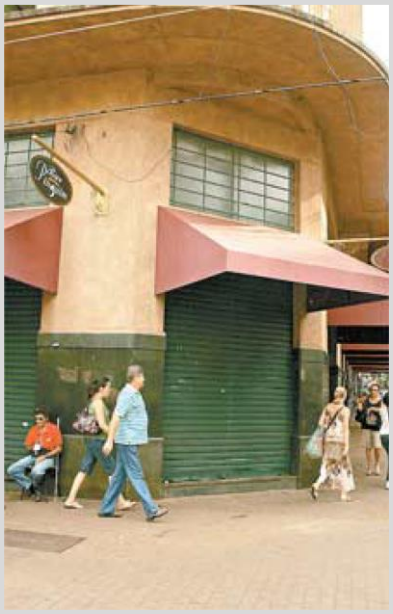


Figura 6.4.6 – Fechamento da primeira unidade do Pinguim, no Edifício Diederichsen.
Ano: 2009 | **Autor:** Márcia Ribeiro | **Fonte:** PINGUIM FECHA..., 2009.



Figura 6.4.7 – Registro das obras irregulares ocorrendo no interior da loja anteriormente ocupada pelo Pinguim, no Edifício Diederichsen. Na foto, observa-se a área próxima ao mezanino.
Data: 28/10/2009
Autor: Will Parisi
Fonte: O DIEDERICHSEN..., 2010.

A ausência de novas tramitações nesse processo indica que o projeto não foi continuado e que as obras não se efetivaram. Contudo, a intenção de restauração de toda a fachada do prédio e suas partes internas de uso coletivo, sobre as quais incidem a proteção do estado de São Paulo, refletem as implicações da resolução de tombamento publicada dois anos antes, bem como o prosseguimento de propostas para a requalificação do patrimônio cultural de Ribeirão Preto implantado naquela região, em continuidade às ações de valorização do centro e a execução do calçadão na década anterior. Além dos efeitos materiais sobre o espaço urbano e edificado, também podem ser observados impactos sobre a ocupação do Edifício Diederichsen nesse contexto.

Em fevereiro de 2009, a cobertura do prédio – que anteriormente já havia abrigado o Fora do SériO e em 2007 foi alvo de especulações sobre novos usos – recebeu a sede de um novo grupo de teatro (RIBEIRO, 2017).[473] Assim como seu antecessor, a atuação do Engasga Gato não se limitava ao espaço edificado e ganhou notoriedade por provocar interações entre o público – formado também pelos transeuntes – com o contexto urbano (figura 6.4.5). Além do Engasga Gato, o último pavimento do Edifício Diederichsen foi ocupado por um estúdio para prática de yoga, a sugerir que, apesar da execução do calçadão ter sido mencionada como um problema para o administrador anterior do hotel do Edifício Diederichsen, as intervenções podem ter favorecido outros setores do prédio.

No pavimento abaixo, o Grande Hotel também tinha expectativa de retomar suas atividades depois de dois anos em obras. Conforme noticiou a *Folha de São Paulo* em setembro de 2009, o estabelecimento seria reaberto ao público em novembro daquele ano, com "34 suítes, uma delas adaptada para deficientes físicos, uma sala pequena de convenções, onde antes havia um pequeno salão social, e uma sala para o café da manhã" (HISTORICO..., 2009). Na ocasião, o advogado João Mauricio Valone informou que para a conclusão da reforma faltavam apenas a instalação dos aparelhos de ar-condicionado, a finalização das obras em alguns banheiros e a distribuição do mobiliário. A portaria do

[473] Segundo Fausto Ribeiro (2017, p. 26), a mudança do Engasga Gato para o Edifício Diederichsen ocorreu após uma das integrantes do grupo teatral saber, enquanto procurava por um apartamento para si, da disponibilidade de um espaço para locação nesse prédio: "conversando com o porteiro de um grande edifício do centro de Ribeirão Preto (Edifício Antônio Diederichsen), ele perguntou-lhe se ela não fazia teatro e se, por acaso, seu grupo não se interessaria em alugar o 'telhado' (espécie de sótão-galpão do prédio) para ensaiar. Fomos visitar o lugar, que estava em petição de miséria, muito abandonado, com infestação de pombos e coisas afins, mas que se nos apresentou com potencial de vir a ser muito bom (dadas as devidas faxinas)".

hotel exclusivamente pela entrada da Rua São Sebastião também foi anunciada, mas se aguardava por sua desocupação, pois naquele momento o espaço abrigava uma lotérica.[474] Valone apostava na localização do Grande Hotel – "no quadrilátero central e próximo do Pinguim [choperia] e do Theatro Pedro 2º" (HISTORICO..., 2009) – para despertar a atração do público, tendo como perspectiva a locação de acomodações para funcionários de empresas e frequentadores de congressos e eventos na cidade. Mesmo destacando que o hotel estava "localizado em uma área de trânsito difícil", o presidente do Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Ribeirão Preto acreditava que a "categoria econômica", voltada para empresas e para o público de eventos consumiria "boa parte do hotel". O momento parecia ser promissor naquele contexto urbano, pois o presidente do sindicato também sinalizou que outros hotéis estavam em construção no centro da cidade.

Por outro lado, nesse mesmo ano de 2009 o Pinguim encerrou definitivamente suas atividades no Edifício Diederichsen (figura 6.4.6). Depois de especulações ocorridas desde setembro de 2009, a notícia foi oficializada no mês seguinte, por meio de uma nota da empresa que justificou o fechamento de sua primeira unidade como uma forma de otimizar as operações no centro, onde há mais de 30 anos operavam duas lojas, "uma em frente à outra, sendo uma delas como empório nos últimos seis anos" (PINGUIM FECHA..., 2009). A partir de então, esse serviço foi integrado às instalações do Pinguim no Edifício Meira Júnior, além de também ser ofertado em outras unidades da choperia, localizadas em dois *shoppings centers*.

O espaço onde desde 1936 funcionava o Pinguim foi locado por uma das lojas da rede de calçados Humanitarian. No final do mês de outubro de 2009, o jornal *Folha de São Paulo* constatou a presença de uma equipe da empresa executando obras no local e expôs a declaração dos operários, que informaram: "tudo vai ser mudado", inclusive "a troca do piso de mármore italiano estilo tabuleiro de xadrez, na década de 1930, além dos peitoris de metal feitos à mão" (CONPPAC QUESTIONA..., 2009). Em consulta ao setor de fiscalização da prefeitura municipal, a resposta teria sido que "reformas que não exigem ampliação dos imóveis não passam por análise prévia" (CONPPAC QUESTIONA..., 2009). Já a assessoria do CONDEPHAAT informou que "alterações, ainda que nos espaços

[474] A situação foi considerada um empasse que precisou ser resolvido na Justiça, segundo informou a advogada da Santa Casa de Ribeirão Preto (HISTORICO..., 27/09/2009).

comerciais, deveriam passar antes por aprovação" (CONPPAC QUESTIONA..., 2009).

Além da descaracterização de elementos originais no espaço interno da loja, outra preocupação era o letreiro publicitário que seria utilizado pela empresa, conhecida por exibir "grandes painéis de cor prata", uma vez que o tombamento do Edifício Diederichsen recaia sobre as fachadas do prédio (CONPPAC QUESTIONA..., 2009). O arquiteto e urbanista Claudio Bauso, membro do CONPPAC/RP e que anteriormente havia coordenado o projeto de restauração do Edifício Diederichsen, afirmou que não havia aprovação dos Conselhos de Patrimônio para execução da intervenção, o que seria denunciado à presidência do CONPPAC/RP e ao Ministério Público Estadual para que a obra fosse embargada (figura 6.4.7).

A movimentação parece ter surtido efeito, já que na semana seguinte outra reportagem da *Folha de São Paulo* noticiou que a obra fora interrompida e que a rede de calçados enviaria, no dia seguinte, um "projeto de reforma" para a aprovação do CONDEPHAAT, conservando o piso, o mezanino e os peitoris presentes no local (LOJA DE..., 2009). Apesar da declaração, nenhum projeto para esse espaço comercial foi verificado no CONDEPHAAT, mas desde então a loja de calçados instalou-se no local, mantendo o piso de mármore em tabuleiro de xadrez e o mezanino de características Art Déco, pintado inteiramente na cor branco.

Em janeiro de 2010, enquanto ainda se aguardava pelo parecer sobre o projeto de restauração do Edifício Diederichsen desenvolvido por Bauso e apresentado ao CONDEPHAAT no ano anterior, uma notícia publicada pelo jornal *Gazeta de Ribeirão* informou a "retomada da boa forma" do prédio que concentrava serviços e comércios variados, e cujas salas e apartamentos possuíam baixo valor de aluguel, o que, juntamente com a boa gestão, a localização privilegiada e a perspectiva do restauro, "deram nova vida ao Diederichsen", contribuindo para que se formasse uma "fila de espera para o passado" (FILA..., 2010):

> A movimentação do Edifício Diederichsen, prédio histórico da região Central de Ribeirão Preto, revela que o local tem retomado a boa forma. Todas as 118 salas comerciais do primeiro e do segundo andar estão ocupadas e a fila de espera por um dos 64 apartamentos do quarto andar tem cerca de 50 pessoas.
>
> O hotel, que funcionava no quinto andar e foi desativado em 2007, deve ser reinaugurado ano que vem, e os 34 quartos foram todos equipados com

ar-condicionado, frigobar, TV e internet. A revitalização começou há dois anos, quando a Santa Casa, instituição que herdou o edifício, contratou um administrador para o prédio[475].

A boa gestão somada a localização privilegiada, bons preços de aluguel e perspectiva de restauro deram vida nova ao Diederichsen. "É o edifício mais famoso do Interior do Estado e os preços são um grande atrativo", disse o administrador do prédio, José Spósito.

A atendente Renata Calore, 28, que está há um mês no edifício e esperou um ano pelo apartamento, disse que o diferencial do Diederichsen é a segurança e o ambiente familiar (raridades nessa região da cidade). "Além disso, é no Centro da cidade e tem um preço bom, o que ajuda muito. E vai ficar lindo depois do restauro", afirmou Renata.

Na parte térrea, onde ficam algumas das lojas mais tradicionais da cidade, como a cafeteria Única e a Caprichosa Modas, apenas o antigo cinema, que está locado para um bingo, permanece desativado. No sexto e último andar, opera uma academia de ioga e um grupo de teatro.

Dentro do prédio as atividades são variadas: há de cabeleireiro a loja de lingerie, passando por dentistas e vendedores de ouro. O empresário José Carlos Magalhães, 49, que montou no edifício um Disk-Salada de Fruta há um ano, estranhou o estilo do prédio no começo, mas já se acostumou e pretende conquistar em breve um espaço no andar térreo.

Já o alfaiate Walter Feloni, o Alemão, 72, está há 51 anos no prédio e disse que o número de profissionais liberais no local diminuiu, mas o movimento geral aumentou. "Jamais sairia daqui, (o Diederichsen) faz parte da minha vida", afirmou Alemão.

(...) O restauro da fachada, previsto para o ano que vem, foi orçado em R$

---

[475] Em que pese os sucessivos atrasos em relação à data de reinauguração do hotel localizado no sexto pavimento do Edifício Diederichsen, que já havia sido anunciada para janeiro de 2009 e, depois, para novembro 2009. O trecho de reportagem publicada em janeiro de 2010 forneceu duas informações conflitantes a esse respeito. Inicialmente, noticiou que a reinauguração ocorreria no ano seguinte, mas, ao final, informava-se que o novo proprietário deveria “reabrir a atividade do prédio mais charmoso da cidade” ainda naquele mês, com o nome de Grande Hotel Diederichsen (FILA..., 2010). A reinauguração acabou ocorrendo em 14 de abril de 2009 e foi divulgada pela *Folha de São Paulo* no dia seguinte. Após três anos desativado, o local foi aberto ao público “no improviso”, segundo o jornal, com a expectativa de receber parte do público que chegaria na cidade para o evento da Agrishow, a ocorrer no final daquele mês. O administrador, Maurício Valone, informou que o investimento feito no local foi de 500 mil reais, mas que ainda faltavam instalações de aparelhos de TV, geladeiras, ar-condicionado e ventilador de teto, bem como de redes de internet e de canais de televisão (APÓS TRÊS..., 2010). No entanto, três meses depois, outra notícia da *Folha de São Paulo* informou o fechamento do estabelecimento hoteleiro recentemente reinaugurado. Após dois anos em obra, Valone tentava vender o negócio por 700 mil reais, alegando indisponibilidade de tempo para agenciar o hotel e uma fazenda que mantinha no estado do Mato Grosso (REABERTO HÁ TRES..., 2010).

> 590 mil e, segundo o coordenador do projeto, Cláudio Baúso, aguarda aprovação do conselho estadual de patrimônio. O prédio tem 4 mil metros quadrados e, além da restauração de portas, e janelas, ganhará novos elevadores e iluminação após a obra.
>
> O aluguel de sala dentro do edifício custa R$ 160 (já com condomínio), enquanto uma loja na rua gira em torno de R$ 4 mil. Um apartamento de um quarto no Diederichsen sai por R$ 226, com água e condomínio, e as diárias no novo hotel ainda não tiveram preço anunciado. (FILA..., 2010)

Com valores de aluguéis acessíveis à população com menor poder aquisitivo que tinha interesse ou necessidade de morar ou instalar seu negócio na região central, o perfil popular de ocupação do Edifício Diederichsen já vinha se desenhando desde as décadas anteriores. Ainda que não existam registros do interior da edificação nos pavimentos dedicados à prestação de serviços e habitação após a aprovação da construção, é possível afirmar que a dinâmica de movimentação de pessoas locando esses espaços também correspondeu à execução de reformas promovidas não apenas nas lojas, como nas salas e, principalmente, nos apartamentos (figura 6.4.8).[476]

[476] Em relação às alterações realizadas no interior dos apartamentos, é possível que as primeiras reformas ou alterações tenham ocorrido nos anos sequentes à inauguração do Edifício Diederichsen, sobretudo a partir de meados do século XX, com a maior rotatividade de moradores, sendo essa uma situação que se intensificou nas décadas seguintes. Em visitas exploratórias realizadas em 2017, verificou-se que, diferentemente da concepção inicial, todos os apartamentos apresentavam cozinha. Nesse sentido, a descrição feita por Roberto Gabarra sobre o apartamento em que viveu com os pais – que no projeto de Antonio Terreri e Paschoal De Vincenzo possuía terraço, entrada, dois quartos e banheiro – indica que a adaptação feita para acomodar alguns itens da cozinha, originalmente inexistente, levaria a uma alteração bastante comum no futuro: a eliminação do armário embutido do dormitório e a redução do banheiro, aproveitando essas áreas remanescentes, próximas à entrada, para a instalação de uma pequena cozinha, com ingresso independente do setor social, que ocorria por conexão entre a sala e o corredor. De modo a ampliar a área útil e o número de compartimentos dos apartamentos mais compactos, em alguns casos também ocorreu a junção de unidades vizinhas, que se utilizaram das instalações prediais inicialmente previstas para um dos banheiros, para convertê-lo em cozinha. Outras alterações realizadas na tipologia A – que possuía entrada, sala, banheiro, quarto e cozinha – também incidiram sobre esse último cômodo, a partir da incorporação da área de iluminação e ventilação dos corredores junto à fachada posterior, que se tornou o local de preparo de alimentos, enquanto a cozinha original foi convertida em sala. Além de ampliar a área útil do apartamento, a mudança permitiu que essa tipologia pudesse ter dois quartos ou, então, duas salas, ampliando seu programa de usos.

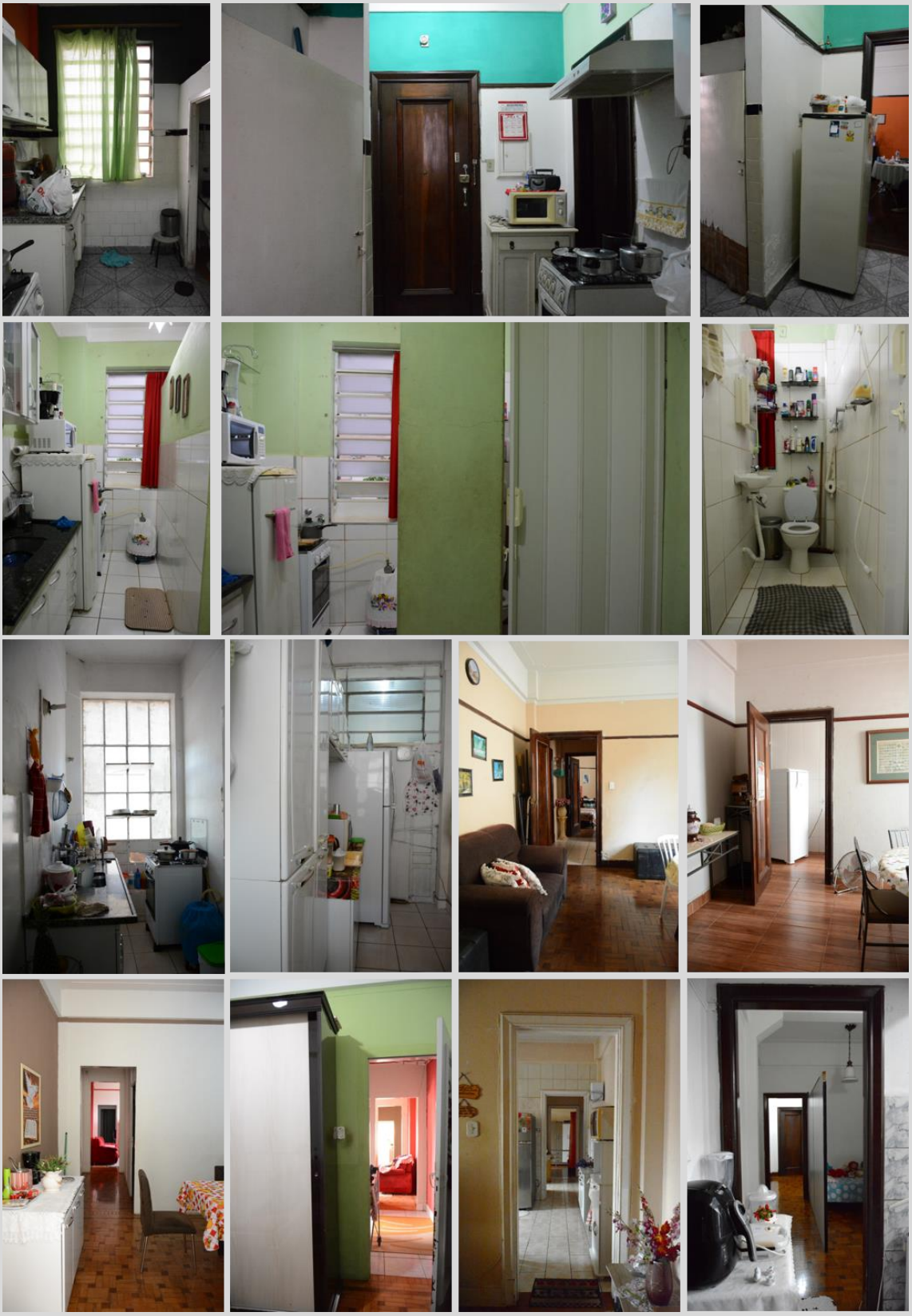


Figura 6.4.8 – Acima, adaptações feitas em apartamentos da tipologia C, originalmente sem cozinha, que tiveram seus banheiros reformulados para receber a área de refeição. No centro, aglutinação do espaço de iluminação e ventilação do corredor como cozinha nas tipologias A e, por fim, unidades de variadas tipologias que foram agrupadas, a ampliar alguns apartamentos.
Ano: 2017 | **Autor:** Tatiana S. Gaspar



Figura 6.4.9 – Registro fotográfico das salas 110 e 111, no segundo pavimento do Edifício Diederichsen, antes de passarem pela reforma solicitada pelo locatário ao CONDEPHAAT.
Ano: 2010
Autor: Marcelo Augusto Rodrigues Castro Dias
Fonte: CONDEPHAAT, 2010, p. 06.



Figura 6.4.10 – À esquerda, fissura com desprendimento do revestimento na fachada do Edifício Diederichsen e, à direita, fissura com perda de argamassa no interior do prédio.
Ano: 2010
Autor: Marcelo Dias
Fonte: O DIEDERICHSEN..., 30/05/2010.

Na notícia publicada sobre o tombamento do prédio no jornal *Folha de São Paulo*, em 2005, a descrição de sua ocupação naquele momento não só reforça a multiplicidade de atividades e variedade do público a viver e trabalhar no edifício, como evidencia que o pavimento de apartamentos, com unidades "de um a três quartos" havia sofrido alterações, visto que orginalmente não havia nenhuma tipologia com essa quantidade de dormitórios:

> **De estudantes a dentistas**
> Apesar dos quase 70 anos, o prédio Diederichsen, berço da primeira choperia Pinguim, está em plena atividade. A ocupação inclui lojas, lanchonetes e um bingo. O primeiro e o segundo andar têm 102 salas comerciais, onde trabalham advogados, costureiras, alfaiates ourives e dentistas. O terceiro e quarto andar são ocupados por 42 apartamentos, de um a três quartos. O quinto andar é do Grande Hotel. O último nível, uma espécie de cobertura, está desocupado atualmente (PRÉDIO ONDE..., 3/9/2005).

Apesar da movimentação intensa, da rotatividade de locatários e, consequentemente, das transformações muitas vezes empreendidas pelos próprios moradores, prestadores de serviço e comerciantes a partir de suas necessidades de uso, o CONDEPHAAT não assumiu como responsabilidade a proteção da conformação dos ambientes internos do prédio. Em junho de 2010 foi solicitada sua autorização para "serviços de conservação e autorização para reforma das salas 100/111 do Edifício Antonio Diederichsen" (figura 6.4.9), onde estava instalado o jornal *Inconfidência Ribeirão* (CONDEPHAAT, 2010, p. 1). No entanto, utilizando-se da resolução de tombamento do Edifício Diederichsen, que preserva apenas "as fachadas externas, o saguão de entrada e a caixa de escada" (CONDEPHAAT, 2010, p. 9, verso), dessa vez o parecer elaborado pelo arquiteto e urbanista do CONDEPHAAT, Roberto Leme Ferreira, foi categórico: "nada temos em contrário a intervenções internas nas salas em especial estas, objeto deste processo que trata de pintura, recuperação do piso de tacos e revisão na instalação elétrica" (CONDEPHAAT, 2010, p. 9, verso).

A resposta é ainda mais significativa quando analisada em conjunto com uma reportagem publicada pelo jornal *Inconfidência Ribeirão Preto*, em maio de 2010 (O DIEDERICHSEN..., 2010). Assinada por Marcelo Dias, que também foi autor da solicitação de reforma das salas 100/111 do Edifício Diederichsen feita ao CONDEPHAAT, o texto

intitulado “O Diederichsen rachado” relatou a presença de “um emaranhado de rachaduras” nas paredes externas e internas da sala que ocupavam, bem como nas paredes da circulação coletiva no interior do prédio, e na fachada voltada para a Rua General Osorio (figura 6.4.10). No mesmo andar, outro locatário também relatou o aumento de uma trinca visível da sacada de sua sala. Malaguti, que ocupava a sala 109 e estava há 3 anos no prédio, comentou sobre o dia em que encontrou, no *hall* principal, diversos funcionários de uma empresa instalada no edifício após terem sentido um tremor e, abandonado, assustados, o primeiro andar. Os “sinais de degradação” foram atribuídos à realização de “reformas sucessivas” no interior do Edifício Diederichsen, levando até mesmo a uma “suposta alteração em uma viga do prédio” (O DIEDERICHSEN..., 2010). Já a vibração do solo foi imputada à reforma ocorrida no espaço anteriormente ocupado pelo Pinguim, quando a área recebeu intervenções para abrigar uma loja de calçados, em 2009 (figura 6.4.7).

Segundo a reportagem, teriam ocorrido “várias intervenções no local ocupado pela antiga choperia”, mas nenhuma recebeu a autorização do CONDEPHAAT ou da Santa Casa – muito embora a administração do prédio tenha mencionado que o profissional que havia elaborado o projeto de restauração do Edifício Diederichsen, Claudio Bauso, havia acompanhado a obra, o que foi negado pelo profissional em questão. Depois da notícia sobre as trincas ter sido divulgada no *Inconfidência Ribeirão*, a informação continuou repercutindo na cidade. O título “Abandonado, velho edifício pede socorro” denunciava a decadência daquele que outrora fora o mais moderno edifício da cidade, e expunha uma série de problemas da edificação, como “paredes rachadas, pintura desbotada, pisos desgastados” (ABANDONADO..., 2010). Um dos empresários que possuía uma loja no térreo do prédio alegou não entender os motivos do estado de conservação da edificação, uma vez que os valores de condomínio continuavam sendo pagos pelos locatários, equivocadamente associando-o a um suposto atraso por parte do CONDEPHAAT em aprovar o projeto que já estava finalizado. Em outros casos, a degradação estrutural continuou sendo vinculada à reforma feita pela loja de calçados.

Por isso, como resposta, o CONDEPHAAT informou, por meio de nota, ter solicitado uma vistoria para verificar se existiam “rachaduras ou trincas de argamassa” (PARTE TRINCADA..., 2010). No entanto, continuou reforçando que “o edifício possui tombamento apenas da sua parte externa e do hall de entrada”, e que “as alterações internas podem

ser feitas" (PARTE TRINCADA..., 2010), sem considerar que o "famoso bar Pinguim" – descrito como uma "referência para Ribeirão Preto" – bem como que a proteção dos "demais elementos contemporâneos" ao projeto original, "inclusive nos estabelecimentos comerciais", haviam sido diretamente citados na Resolução de Tombamento do Edifício Diederichsen (SÃO PAULO, 2005). Na matéria do jornal *Gazeta Ribeirão*, o arquiteto e urbanista membro do CONPPAC/RP, Claudio Bauso, também foi entrevistado. Bauso informou ter feito vistoria no local e afirmou não haver comprometimento estrutural da edificação. Para o profissional, as trincas eram resultado das intervenções e reformas feitas durante anos e se diferenciavam de rachaduras, que por sua vez comprometeriam o prédio e gerariam abalos visíveis, como, por exemplo, as portas e janelas, que nesse caso não fechariam (PARTE TRINCADA..., 2010).

Junto à posição assumida pelo CONDEPHAAT, o trecho destacado pelo jornal *Inconfidência Ribeirão* acerca dos argumentos utilizados pelo administrador da Santa Casa de Ribeirão Preto em relação às reformas ocorridas no interior do Edifício Diederichsen expõem a complexidade da gestão e manutenção de uma edificação antiga, com grande área construída e diversos usos, ao mesmo tempo em que evidencia a fragilidade da preservação de elementos originais do edifício, o equívoco na compreensão administrativa sobre o tombamento e a importância da elaboração de projetos com acompanhamento técnico profissional em intervenções de qualquer natureza:

> O edifício é muito antigo. Os encanamentos estão enferrujados, rede de esgoto e água. Temos vazamentos em apartamentos. Eu não posso deixar do jeito que está. Não vou fazer um projetinho para trocar 40 tacos (do chão). Tem de haver bom senso, trazer o prédio na melhor ordem e na melhor beleza. Há uma coisa que é a lei e a coisa que é o correto. Eu desejo para o Antônio Diederichsen que ele fique para todas as gerações futuras. Como vai acontecer isso, se toda vez que eu quebrar a parede tiver que pedir para o Condephaat? Preciso comunicar para fazer alguma coisa boa? Tombar não é preservar, é deixar cair ao chão (O DIEDERICHSEN..., 2010).

Em reportagem publicada no mês de abril de 2011, informou-se que até que um novo projeto de restauração fosse elaborado – o que se esperava que ocorresse até o final daquele ano – as "rachaduras externas" apresentadas pelo edifício foram remediadas pela execução de "reparos paliativos" (CENTRO MAIS..., 2011, p. 6). Nesse momento, inaugurava-se um novo hotel no 6º pavimento do Edifício Diederichsen, depois do local ter

novamente passado um ano sem atividades (CENTRO MAIS..., 2011, p. 6). A notícia reforça que, embora o prédio tenha preservado "boa parte das características da época", os 34 apartamentos do hotel passaram a oferecer "TV a cabo, televisão com tela LCD e internet para atender 84 hóspedes" (figura 6.4.11):[477]

> As portas do antigo Grande Hotel Diederichsen, no Centro Histórico de Ribeirão Preto, foram reabertas ontem. O quinto andar do Edifício Diederichsen, construído na década de 1930 e palco de momentos históricos da cidade, ficou fechado por um ano e volta a compor a rede hoteleira da cidade com o nome de Ribeirão Grande Hotel (CENTRO MAIS..., 2011, p. 6).

A nova administração do hotel marcou a consolidação de uma importante alteração nos acessos ao Edifício Diederichsen, já que as duas entradas foram definitivamente segregadas para públicos distintos. A portaria do hotel passou à Rua São Sebastião, ao lado do Cine São Paulo, enquanto os moradores, locatários, usuários e visitantes dos apartamentos e salas para prestação de serviços utilizavam apenas a entrada principal, pela Rua Álvares Cabral. Certamente, a mudança teve relação com o calçadão implantado nessa última via, que dificultava o estacionamento de veículos para a chegada e saída de hóspedes, bem como com a sua proximidade ao Hotel Umuarama – que apesar de ser mais atrativo, possuía valor menos acessível que o concorrente localizado no edifício mais antigo. O novo arrendatário do Grande Hotel, Cláudio Santana Júnior, continuou apostando no que denominou como "hotelaria de serviço", voltada ao público que chegava na cidade a trabalho, com estadias econômicas variando entre R$ 69 e R$ 95 reais. Acreditando na revitalização do centro histórico de Ribeirão Preto como uma estratégia "economicamente favorável para a cidade", Santa Junior ainda prometeu criar o "Memorial Diederichsen":

> um espaço com painéis de fotos antigas e objetos da época em que o hotel hospedou políticos como o então presidente Getúlio Vargas e o governador Adhemar de Barros. No quarto número 516, por exemplo, foram preservados portas, janelas e pisos da época em que Vargas se hospedou no local (CENTRO MAIS..., 2011, p. 6).

---

[477] Sem especificar os melhoramentos empreendidos, a matéria informou que o administrador do hotel investiu R$ 500 mil na reforma do espaço, entre 2007 e 2010, mas não foram encontrados registros da intervenção. O novo contrato de arrendamento tinha validade por cinco anos e poderia ser renovado por mais cinco.



Figura 6.4.11 – Ao lado, finalização da reforma para a inauguração do Grande Hotel Diederichsen.
Ano: 2011
Autor: Fabio Melo
Fonte: CENTRO MAIS..., 2011, p. 6.

Figura 6.4.12 – Abaixo, registro do interior do antigo Cine São Paulo antes (primeira foto) – quando se observa que o espaço da plateia havia recebido forro, provavelmente quando abrigou um bingo – e depois das obras irregulares ocorridas em 2011.
Ano: não informado | **Autor:** não informado
Fonte: CONDEPHAAT, PROC. 64559, 2011, p. 15 (esq.) / CONDEPHAAT, PROC. 64982, 2011, p. 46, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 113 e 114 (abaixo).



No entanto, sem que tenha sido cumprida a promessa do Memorial Diederichsen ou a expectativa de um novo projeto de restauração do Edifício Diederichsen, em junho de 2011 foi registrada denúncia na ouvidoria do CONDEPHAAT sobre uma "demolição" (figura 6.4.12), sem alvará, no Cine São Paulo (CONDEPHAAT, PROC. 64503, 2011). Em resposta à denúncia, o arquiteto e urbanista do CONDEPHAAT, Roberto Leme, realizou vistoria no local que recebeu as obras irregulares e solicitou que o locatário realizasse algumas ações[478]. Porém, pouco antes da vistoria, duas propostas de intervenção nesse espaço foram apresentadas ao CONDEPHAAT. A primeira, realizada ainda no mês de junho de 2011, alguns dias após a denúncia, foi feita pela Santa Casa de Ribeirão Preto e solicitava a autorização do CONDEPHAAT para reforma do Antigo Cine São Paulo, visando sua adaptação para receber uma loja comercial (CONDEPHAAT, PROC. 64559, 2011). A segunda proposta foi protocolada em julho de 2011, pela empresa Humanitarian, e solicitava a readequação de uma de suas lojas, situada na rua General Osório n. 432 – fazendo divisa com o Edifício Diederichsen na parte posterior e em uma das laterais (CONDEPHAAT, PROC. 64560, 2011).

Em julho de 2011, as respostas de Leme seguiram as orientações já fornecidas após a vistoria realizada no local, para execução de projeto arquitetônico resgatando "a arquitetura do antigo cinema inserindo futura galeria que ligará a rua São Sebastião a rua General Osório" (CONDEPHAAT, PROC. 64559, 2011, p. 23- verso). Solicitava, ainda, que os dois projetos fossem reapresentados em uma proposta única e integrada, já que se pretendia a conexão entre os espaços (CONDEPHAAT, PROC. 64560, 2011, p. 22- verso). Assim, ao final de agosto de 2011, o novo projeto destinado à "Preservação e Restauro do Antigo Cine São Paulo" foi apresentado pela empresa Humanitarian (CONDEPHAAT, PROC. 64982, 2011). Coordenado pelo arquiteto e urbanista Henrique Telles Vichnewski, previa-se a interligação da loja Humanitarian – instalada em edificação adjacente ao terreno do Edifício Diederichsen, com frente para a rua General Osório – ao antigo Cine São Paulo, voltado para a Rua São Sebastião (figura 6.4.13). A ideia de criação de uma "passagem urbana", juntamente com a restauração de elementos do edifício tombado, foi

[478] A vistoria foi realizada por grupo formado por três representantes da empresa Humanitarian (locatária do espaço que atua no varejo de calçados), um representante da Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto (proprietária do imóvel), um representante do CONDEPHAAT e dois representantes da Secretaria de Planejamento e Gestão Pública da prefeitura municipal de Ribeirão Preto.

positivamente recebida pelo CONDEPHAAT. Considerou-se, no entanto, que o projeto ainda estava em fase de Estudo Preliminar e deveria receber maior detalhamento para uma nova apreciação do Conselho[479]. Por fim, em junho de 2012 o Memorial Descritivo complementar ao projeto apresentado anteriormente foi encaminhado ao CONDEPHAAT, que em março de 2012 deliberou por sua aprovação[480].

O aval ocorreu em meio ao início de uma nova fase da intervenção no centro de Ribeirão Preto, quando essa região concentrou o projeto "Revitalização do Centro Histórico" (figura 6.4.14). Tendo como referência o "Plano de Reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte" e o "Plano de Recuperação do Centro Histórico de Salvador", a proposta elaborada pela arquiteta e urbanista Rose Teixeira Borges para o centro de Ribeirão Preto propunha intervenções em três eixos: na Rua General Osorio, na Rua José Bonifácio e na Avenida Nove de Julho (PROJETO PREVÊ..., 2014). No entanto, apenas o eixo da Rua General Osório foi, a partir do mês de abril de 2012, parcialmente executado[481]. Entre outras intervenções, previa-se a recuperação e a requalificação do calçadão implantado na década de 1990, com inspiração em temas da cultura cafeeira. No trecho da Rua Álvares Cabral em frente ao Edifício Diederichsen, a nova paginação recebeu um padrão diferenciado, justificado pelo arquiteto e urbanista da prefeitura municipal, José Antonio Lanchoti, pela importância do prédio para a economia e a cultura de Ribeirão Preto. Para o profissional, "a união das grandes negociações financeiras que aconteciam na A Única e a riqueza cultural que se apresentava no Theatro Pedro II" estariam simbolicamente representadas "pelo desenho do trilho do trem no piso como uma menção à riqueza e à cultura que chegavam pela Estrada de Ferro Mogiana" (A TÃO ESPERADA..., 2015).

---

[479] O projeto foi anexado ao Inquérito Civil n. 1226 em 08/09/2011, juntamente com a análise arquitetônica do projeto Cine São Paulo pelo CONPPAC.

[480] O projeto também passou por análise do CONPPAC/RP que, diferentemente do CONDEPHAAT, elaborou um documento denominado "Relatório das diretrizes a serem seguidas no projeto de adequação do imóvel do antigo Cine São Paulo apontadas pela respectiva Comissão do CONPAAC", em março de 2012. Assinado pelo arquiteto e urbanista Denis W. Esteves, que compunha a Comissão do CONPPAC/RP sobre o processo do antigo Cine São Paulo, o relatório listou dez recomendações para alterações do projeto apresentado, visando sua aprovação no Conselho de patrimônio do município.

[481] Segundo entrevista concedida por Rose Borges ao Jornal *A Cidade*, mesmo o eixo da Rua General Osorio não foi totalmente executado, pois não contemplou a ligação do Palácio Rio Branco às praças Carlos Gomes e Praça XV, bem como a extensão do calçadão da Rua General Osório até a Avenida Jeronimo Gonçalves (PROJETO PREVÊ..., 29/4/2014).



Figura 6.4.13 – Perspectivas do projeto de preservação e restauro do antigo Cine São Paulo, no Edifício Diederichsen, conectado, pela área do palco, com a loja voltada para a Rua General Osório.

Ano: 2011

Autores: Henrique Telles Vichnewski, Jadiel Tiago, Bruna Lima e Wladimir Saburri

Fonte: CONDEPHAAT, PROC. 64982, 2011, p, 139-157.

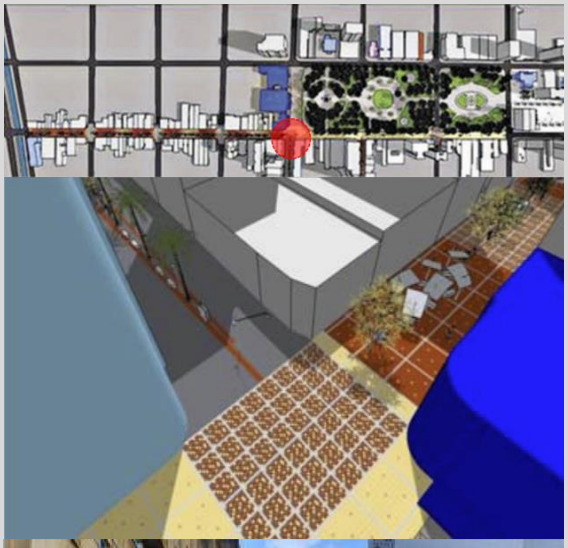


Figura 6.4.14 – Ao lado, projeto "Ribeirão Preto Cidade Histórica", com proposta de calçadão em ruas do centro e, em destaque, esquina entre as ruas Álvares Cabral e General Osorio, em frente ao Edifício Diederichsen.
Autora: Arquiteta e Urbanista Rose Borges (coord.)
Fonte: DESEJO DE..., 27/08/2015 (acima) / A TÃO ESPERADA..., 2015 (abaixo).

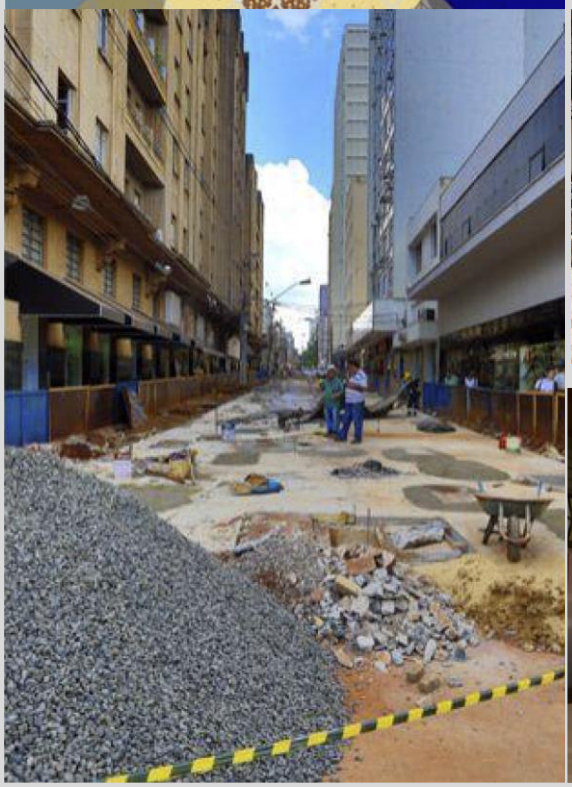








Figura 6.4.15 – Acima, três momentos da requalificação do calçadão, em trechos em frente ao Edifício Diederichsen.
Autor: Silva Junior e Weber Sian/Ronaldo Gomes/EPTV.
Fonte: PROJETO PREVÊ..., 2014 / DUPLICAÇÃO DE AVENIDA..., 2017 / OBRAS NO..., 2017.

Figura 6.4.16 – Ao lado, caminhão do corpo de bombeiros em frente à portaria principal do Edifício Diederichsen, na Rua Álvares Cabral (ainda em obras), após princípio de incêndio no prédio.
Ano: 2013 | **Autor:** Valdinei Malaguti/EPTV
Fonte: PRINCÍPIO DE..., 2013.

As obras se estenderam até 2016 e causaram transtornos na rotina dos moradores, locatários e usuários do Edifício Diederichsen que só tinham como acesso a entrada pela Rua Álvares Cabral, onde houve alteração do calçamento, substituição do mobiliário urbano e atualização da fiação elétrica, que passou a ser subterrânea (figura 6.4.15). Não é possível afirmar que essa nova etapa de intervenção no centro de Ribeirão Preto tenha tido alguma influência no destino que se desejava para o Cine São Paulo em 2011. Contudo, após o projeto de adaptação para uso comercial ter sido aprovado pelo CONDEPHAAT, a Humanitarian – que já possuía duas lojas em funcionamento no trecho da Rua General Osorio que recebeu a intervenção urbana, sendo uma delas no Edifício Diederichsen, no local onde anteriormente esteve instalada a choperia Pinguim – deixou de locar o espaço do cinema e o local permaneceu desocupado e com as sequelas das obras realizadas irregularmente em 2011, sem que a proposta de restauração aprovada tenha sido executada. Igualmente, o restante do Edifício Diederichsen não recebeu qualquer obra de restauração, como havia se propagado na notícia sobre a reinauguração do hotel, em 2011.

Enquanto a renovação do calçadão avançava, o princípio de incêndio provocado por um curto-circuito em uma caixa de energia assustou os ocupantes e vizinhos do prédio, em janeiro de 2013 (PRINCÍPIO DE..., 2013). O fogo foi controlado antes mesmo da chegada das três viaturas do corpo de bombeiros enviadas ao local, mas outras complicações continuaram surgindo no edifício (figura 6.4.16). Em 2014, uma nova reportagem denunciou o mal estado de conservação do Edifício Diederichsen, que mesmo sendo tombado pelo município de Ribeirão Preto e pelo estado de São Paulo, acumulava diversos problemas, como “degraus e corrimãos quebrados, portas pichadas, pinturas descascando e problemas na fiação elétrica e encanamento” (MESMO APÓS..., 2014). Segundo a costureira Marilda Carvalho, locatária de sala do prédio, em 2013 teria ocorrido até mesmo o desprendimento e queda de uma janela sobre a calçada, quase ferindo um pedestre. A reportagem destacou que embora o tombamento impedisse a alteração de características arquitetônicas da edificação, não garantia sua conservação e, no caso do Edifício Diederichsen, era considerado um ônus pela proprietária, a Santa Casa de Ribeirão Preto: “Estamos impedidos de fazer manutenção, reparo ou até lavar a fachada sem aprovação”, teria relatado o advogado da Instituição Beneficente, Antonio Carlos Colla (MESMO APÓS..., 2014). A reportagem prosseguia dizendo que “outros bens tombados,

em vez de guardar parte da história, se tornaram abrigos de moradores de rua, usuários de drogas e animais", citando exemplos de dois edifícios do município. Diante da culpabilização do tombamento como responsável pela ausência de manutenção e uso regular – o que favorecia a presença da população sem moradia e evidenciava a existência de problemas sociais que em nada estão relacionados com o instituto jurídico do tombamento – o CONPPAC/RP teria se pronunciado no sentido de buscar "acelerar a resposta aos donos para as alterações nos prédios" (MESMO APÓS..., 2014).

No entanto, dois anos depois, bastou que as obras do calçadão fossem concluídas para que uma nova fase da trajetória do Edifício Diederichsen se iniciasse. Em abril de 2016 um novo pedido de aprovação de intervenção no Cine São Paulo foi protocolado no CONDEPHAAT, dessa vez com a autoria do arquiteto e urbanista Denis William Esteves (CONDEPHAAT, 2016), que quatro anos antes assinara o relatório de recomendações do CONPPAC/RP para adequações do projeto de restauração do Cine São Paulo apresentado em 2011.[482] O projeto propunha a restauração do antigo cinema e sua transformação em um espaço multiuso que comportasse diversas ocupações para locação pela Santa Casa de Ribeirão Preto. Em outubro de 2017 o arquiteto e urbanista Roberto Leme Ferreira avaliou que o projeto seria "um ganho para o patrimônio tombado", estando "bem acima de nossa expectativa", de modo que recomendava sua aprovação pelo CONDEPHAAT (CONDEPHAAT, 2016, p. 267). Contudo, mais uma vez a proposta não foi executada e esse setor do edifício permaneceu desocupado.

Ainda antes do projeto para o Cine São Paulo ter sido aprovado, em outubro de 2017, uma notícia divulgada na edição de domingo do jornal *A Cidade* despertara a atenção da população para o Edifício Diederichsen (EDIFICIO DIEDERICHSEN..., 2016). A reportagem anunciava a intenção da proprietária e mantenedora do imóvel em transformar o prédio em um Centro Cultural:[483]

> Uma das principais referências históricas de Ribeirão Preto, o Edifício Diederichsen vai ser transformado em um centro cultural. Para isso, o prédio, tombado pelo Patrimônio Histórico Estadual desde 2009, será alvo de um processo gradual de reforma e restauro estimado em R$ 10 milhões.

---

[482] Cf. nota 476.

[483] Jornal *A Cidade*, em 03 out. 2016. A reportagem teve autoria do jornalista Jose Manuel Lourenço, que residiu por alguns meses no Edifício Diederichsen ao longo de 2018 e pretende escrever um livro sobre o prédio.

> A informação foi obtida, com exclusividade, pelo **A Cidade** (grifo original) junto à Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto, proprietária do imóvel (EDIFICIO DIEDERICHSEN..., 2016).

Na entrevista, o diretor e superintendente da Santa Casa declarou:

> A transformação do prédio em centro cultural visa promover a união com a comunidade, por meio da cultura, e dar funcionalidade sustentável ao patrimônio histórico, tornando-o elemento-chave para a preservação da memória do ribeirão-pretano (EDIFICIO DIEDERICHSEN..., 2016).

A notícia informou que o projeto estava em elaboração "por uma equipe especializada em projetos incentivados e de patrimônio" (EDIFICIO DIEDERICHSEN..., 2016) e aguardava por aprovação pela Lei Rouanet ainda em 2016, para que a captação de recursos ocorresse no início de 2017. Segundo o diretor:

> (...) iniciaremos o processo de desocupação informando aos moradores o encerramento ou a não renovação dos contratos de aluguel, a fim de submeter o prédio às melhorias necessárias. Todo o processo será gradual, pensando no bem-estar social dos locatários (...). As notificações de dispensa de renovação do contrato já estão sendo enviadas e haverá prazo para o seu cumprimento, respeitando os parâmetros legais de locação (EDIFICIO DIEDERICHSEN..., 2016).

As notificações extrajudiciais de rescisão dos contratos de locação foram enviadas para os locatários de todos os andares acima do térreo, sem que fosse solicitada a desocupação das lojas do pavimento comercial (figura 6.4.17). As primeiras notificações ofereciam o prazo de 60 dias para a desocupação, o que ocorreria em dezembro de 2016. Enquanto alguns locatários começaram a deixar o edifício em 2017, outros passaram a se organizar, buscando informações relativas ao projeto e tentando negociar prazos mais amplos para a desocupação junto à Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto[484]. Outro prazo para desocupação foi divulgado por meio de comunicados internos, fixados em áreas coletivas no interior do Edifício, estabelecendo a data de 27 de julho de 2017.

---

[484] Foi contratado grupo de advogados formado por Ana Claudia Mauer dos Santos, André Simionato Castro, Deíse Camargo Maito, Gabriela de Oliveira Leal, Jesus Pacheco Simões, Júlia Navarro Perioto, Juliana Fontana Moyses, Lays Gonzales de Oliveira e Ricardo da Pádua Salles. Os advogados são oriundos do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em Ribeirão Preto, e alguns tiveram experiências prévias no Núcleo de Assessoria Jurídica Popular da FDRP/USP (NAJURP).



Figura 6.4.17 – Locatários do Edifício Diederichsen em seus apartamentos e salas, antes da desocupação do prédio. Walter alfaiate (acima, em sua alfaiataria), Isabel (centro, em seu apartamento), Marisa Dogado (abaixo, à esq., em seu apartamento), Nympha (abaixo, à dir., em seu espaço de atendimento).
Ano: 2017 | **Autor:** Weber Sian
Fonte: DIEDERICHSEN..., 2017.



Edifício Diederichsen vai se tornar um centro cultural em Ribeirão Preto

Prédio é considerado por historiadores o primeiro edifício multiuso do Estado de São Paulo

Santa Casa de Ribeirão decide reformar prédio e inquilinos recebem ordem de desocupação: 'Cruel'

Moradores e comerciantes criticaram a decisão e dizem que não será fácil achar outro espaço para alugar pelo mesmo preço. Santa Casa ainda não decidiu o que será feito após a reforma.

MPE move ação para barrar obras

O promotor do Patrimônio Público, Ramon Lopes Neto, entrou com uma ação civil pública no Fórum Estadual de Justiça de Ribeirão Preto para evitar que a Santa Casa de Misericórdia promova obras no Edifício Diederichsen, no Quarteirão Paulista, Centro Histórico de Ribeirão Preto. A ação do Ministério Público Estadual (MPE) foi impetrada nesta quarta-feira, 4 de abril.

Figura 6.4.18 – Notícias sobre a transformação do Edifício Diederichsen em um Centro Cultural (acima), seu impacto na desocupação do prédio pelos locatários (centro) e ação do Ministério Público Estadual para barrar intervenção sem que o projeto tenha sido apresentado e aprovado pelos órgãos competentes.
Ano: 2016 (acima), 2017 (centro) e 2018 (abaixo)
Fonte: EDIFÍCIO DIEDERICHSEN..., 2016 (acima); SANTA CASA..., 2017 (centro); MPE MOVE..., 2018 (abaixo).

Nesse interim, ocorreu a primeira reunião entre moradores e representantes da Santa Casa, em 27 de junho de 2017, com a representação de advogados das duas partes. Além da dilatação do prazo de desocupação para dezembro de 2018, pouco foi explicitado pelo proprietário em resposta aos questionamentos colocados por moradores e seus representantes, tais como: a justificativa técnica para a desocupação imediata, considerando-se a presença de muitos locatários idosos e/ou sem condições físicas e financeiras para a mudança em curto prazo; a possibilidade de desocupação por etapas, sem que todos os locatários precisassem se mudar no mesmo prazo; o ressarcimento de alguns locatários que haviam feito investimentos com recursos próprios no interior das unidades, visando adequações nas instalações prediais; o projeto definido para o local, diante da possibilidade apresentada pela própria Santa Casa de manutenção dos usos originais, em que poderiam ser firmados compromissos de preferência na locação para os antigos inquilinos após a realização das obras; a apresentação de laudos técnicos com diagnóstico do estado atual de conservação da edificação[485]. Além disso, foram questionados os reflexos gerados pela desocupação do Edifício Diederichsen para a Instituição Beneficente e, sobretudo, para o Abrigo Ana Diederichsen, considerando-se a relação estabelecida entre ambos no testamento deixado por Antônio Diederichsen.[486]

Diante da ausência de respostas às questões colocadas, alguns moradores e seus representantes legais decidiram requerer ao Ministério Público do Estado de São Paulo a elucidação dos seguintes questionamentos:[487]

---

[485] Os questionamentos completos foram listados no Inquérito Civil n. 7092-2017, instaurado em 18/09/2017 pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, Promotoria Cível de Ribeirão Preto, área Meio Ambiente.

[486] Em visita realizada pela autora no Abrigo Anna Diederichsen em 21 de maio de 2017, verificou-se que apesar manter grande parte de suas características e conformações originais, o edifício apresentava patologias construtivas visíveis externa e internamente, com a cobertura de uma das alas em colapso. O prédio estava parcialmente desocupado, com funcionamento apenas de alguns setores de serviço. Diante das cláusulas estipuladas por Antonio Diederichsen em seu testamento, o mau estado de conservação do Abrigo Anna Diederichsen e sua inatividade impõem dúvidas sobre a decisão de desocupação do Edifício Diederichsen e a proposta de transformação de seis dos seus sete pavimentos em um Centro Cultural.

[487] Ministério Público do Estado de São Paulo, Promotoria Cível de Ribeirão Preto, área Meio Ambiente, Inquérito Civil n. 7092-2017, instaurado em 18/09/2017. Segundo requerimento apresentado, a proprietária teria direcionado as notificações de desocupação aos locatários "que pagam alugueres mais baixos, poupando as grandes lojas e restaurantes do andar térreo, cujo valor dos alugueres são consideravelmente mais altos" (MPSP, 2017, p. 6). Diante da ausência de projeto de restauração e definição dos usos futuros, estaria, ainda, criando "o fato social-econômico, com a coação e intimidação dos inquilinos e a descaracterização de sua

> A) Há consubstanciação do interesse público local no projeto de "transformação" do Edifício Diederichsen em centro cultural? (...)
> B) O referido projeto de reforma está de acordo com a legislação urbanística? (MPSP, 2017, p. 10 e 11)

Em referência ao Inquérito Civil instaurado, a Santa Casa respondeu que "os alugueres auferidos na parte superior do Edifício deixaram de ser rentáveis à SANTA CASA, vez que os valores cobrados são ínfimos" e justificaram a impossibilidade de aumento no valor dos aluguéis desses locatários, "haja vista o fato de se tratar de um prédio antigo, com salas sem banheiro privativo, poucos elevadores, entre outros fatores". Pontuou, assim, os objetivos da desocupação das unidades dos pisos superiores: "i) tornar o imóvel mais rentável; ii) promover a preservação do patrimônio histórico da cidade; e iii) reformar o Edifício, haja vista sua precária situação" (MPSP, 2017, p. 44). O Inquérito Civil instaurado em 2017 derivou em uma reunião entre as partes com a proposta de firmarem um Termo de Ajustamento de Conduta em que a Santa Casa se comprometeria a apresentar o projeto de restauração do Edifício Diederichsen e a não iniciar qualquer obra de intervenção sem a aprovação do CONDEPHAAT. O prazo oferecido pelo Ministério Público do Estado de São Paulo para a apresentação do projeto se encerrou e, em 7 de abril de 2018, o promotor Ramon Lopes Neto ajuizou Ação Civil Pública contra a Sociedade Beneficente e Hospitalar Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto.

As notícias relacionadas a esse processo tiveram repercussão pública (figura 6.4.18), mas, como resultado das ações da Santa Casa de Ribeirão Preto, todos os locatários dos espaços localizados acima do primeiro pavimento deixaram o imóvel, permanecendo em atividade apenas as lojas do térreo. Com os acessos lacrados, salas para prestação de serviços e apartamentos estão completamente vazios, bem como o hotel e todo o último pavimento. Em novembro de 2019, o Cine São Paulo – sem atividades desde 2010 e que já mantinha as descaracterizações derivadas de ações clandestinas ocorridas em 2011 – teve grande parte de sua cobertura devastada por uma intempérie (figura 6.4.19), de modo que, atualmente, em 2021, encontra-se em estado de ruína, sem que nenhuma obra, ainda que emergencial, tenha sido realizada para estacionar a degradação a que o espaço está submetido (figura 6.4.20).

---

relação com o edifício, para posteriormente validar as intenções no Sistema de Justiça e nos órgãos administrativos competentes" (MPSP, 2017, p. 9).



Figura 6.4.19 – Desabamento de parte da cobertura do Cine São Paulo, no Edifício Diederichsen.
Data: 28/11/2019 | **Autor:** Tatiana S. Gaspar.



Figura 6.4.20 – Vista aérea da cobertura do Edifício Diederichsen.
Data: 16/02/2021 | **Autor:** Tatiana S. Gaspar.

Assim, a Santa Casa logrou retirar do prédio a grande maioria de seus usuários, deixando o campo aberto para novos e mais rentáveis usos. Não conseguiu, contudo, viabilizar usos alternativos. Nessas condições, parcialmente desocupado, o prédio tem sua estrutura física degradada, agravando um processo iniciado algumas décadas atrás. O reconhecimento de sua importância para a história de Ribeirão Preto, não se traduziu em um esforço decisivo para integrá-lo à vida da cidade. Ao contrário, foi abandonado por usuários ilustres - como o cinema e a choperia Pinguim - e expulsou aqueles ocupantes anônimos que insistiam em permanecer no local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Figura C.1: Interrupção do acesso público à portaria do Edifício Diederichsen na Rua Alvares Cabral.
Data: 16/02/2021
Autor: Tatiana S. Gaspar

A imagem do acesso interrompido e visualmente bloqueado aos olhos da rua – tal como se encontram as duas portarias do Edifício Diederichsen, na Rua Álvares Cabral (figura C.1) e na Rua São Sebastião – revela, de forma dramática, a complexa trajetória desse prédio que buscamos compreender desde a sua concepção, em 1934, até os dias atuais, em 2022. A hipótese de que sua materialidade, construída e transformada, abarcou questões técnicas e estéticas, como também relações sociais e políticas, norteou a elaboração dessa tese e, capítulo a capítulo, nos permitiu olhar "para" e "além" do próprio edifício, reconhecendo nas dinâmicas da cidade, origens e reflexos de sua história que envolveu os negócios de seu promotor; a atuação dos profissionais que o projetaram; seus diversos usos e ocupantes; a mudança ocorrida em sua propriedade; seu processo de tombamento como bem cultural do Estado de São Paulo; e, por fim, sua condição atual de abandono e arruinamento.

Capturamos no contexto político da Primeira República, após o final da escravidão e o estabelecimento da economia cafeeira no oeste paulista, o desenvolvimento inicial de Ribeirão Preto e a chegada do primeiro integrante da família Diederichsen na cidade. Além de ter sido uma referência importante para que Antonio Diederichsen e, consequentemente, seus negócios, conquistassem maior reconhecimento local, o primo Arthur Diederichsen também teve grande contribuição para o desenvolvimento da infraestrutura urbana da região onde, anos depois, o Edifício Diederichsen e outros investimentos de Antonio Diederichsen viriam a ser implantados.

Como representante de uma das mais importantes exportadoras de café e já estando envolvido com discussões relacionadas à imigração de trabalhadores para as lavouras paulistas, Arthur Diederichsen rapidamente alçou o mais alto cargo da administração pública municipal, na recém instituída República, tornando-se o primeiro Intendente de Ribeirão Preto. Ainda que sua passagem pela cidade não tenha se estendido por muitos anos, sua atuação política e a de seu antigo sócio, Francisco Schmidt, ambos de origem germânica, tornados coronéis e filiados ao PRP, marcaram a última década do século XIX em Ribeirão Preto com a gestação de um ambiente urbano pautado por novos referenciais técnicos, estéticos, de salubridade e disciplinamento, com clara demarcação e segregação entre os espaços destinados à moradia, lazer e negócios para a elite da cidade, nas adjacências da Matriz de São Sebastião, enquanto à classe trabalhadora que substituiu a mão de obra escrava foram destinados os lotes do Núcleo Colonial Antonio

Prado, ao norte da cidade.

Desde o final do século XIX, o antigo Largo de terra batida onde inicialmente se instalou a Matriz e que posteriormente recebeu denominação em homenagem à data de instauração do novo contexto político republicano, já se configurava espacial e funcionalmente como o primeiro centro urbano, local dos encontros promovidos pelas celebrações religiosas e que também abrigava residências e pequenos comércios em seu entorno. Com a incorporação do município no circuito da Estrada de Ferro Mogiana e, principalmente, após a instalação da Estação Ferroviária em área próxima ao núcleo urbano, o trecho entre o Largo da Matriz e a Estação se tornou o principal eixo de circulação de pessoas e mercadorias, concentrando grande número de comércios e serviços, bem como os principais investimentos para melhoramentos urbanos. O primeiro Código de Posturas do município também direcionou seus artigos para o ordenamento e embelezamento dessa região central, enquanto destinava para a área formada pelo Núcleo Colonial Antonio Prado os equipamentos indesejados para o núcleo urbano estabelecido a partir do Patrimônio da Matriz de São Sebastião de Ribeirão Preto.

No início do século XX, após um período de vertiginoso crescimento – tanto em termos populacionais, como econômicos e territoriais –, o entorno da Praça XV de Novembro abrigou não só as residências urbanas do grupo que estendeu ao campo político os alcances do seu poder econômico, como gradativamente ampliou a presença de imponentes edificações voltadas à cultura, educação e administração pública, enquanto o setor comercial e de serviços ali instalado se caracterizava por estabelecimentos de maior sofisticação, com venda de artigos importados e serviços profissionais especializados. Nesse contexto, depois de períodos residindo na capital paulista e em terras germânicas, onde concluiu sua formação, Antonio Diederichsen deu início aos seus negócios urbanos em Ribeirão Preto, após ter administrado fazendas localizadas na região e pertencentes ao seu primo, Arthur Diederichsen.

A partir da massa liquidada do Banco Constructor Auxiliar em Ribeirão Preto, fundou, em 1903, a Diederichsen & Hibbeln. Mais que revelar a origem dos sócios da empresa, o sobrenome de Antonio evidenciou a sua relação familiar com Arthur que, naquele momento, embora já não residisse em Ribeirão Preto, continuava sendo reverenciado como um importante líder político na cidade e no estado de São Paulo, após

ter sido deputado federal por duas e consecutivas legislaturas. Certamente, tal vínculo foi importante para que o negócio de Antonio Diederichsen conquistasse a confiança da clientela, já que os produtos e serviços inicialmente ofertados pela Diederichsen & Hibbeln atendiam, sobretudo, aos fazendeiros da região, em parte pertencentes ao mesmo grupo social e político ao qual Arthur Diederichsen e Francisco Schmidt estavam vinculados.

Além das relações pessoais e da formação e experiência de Antonio Diederichsen nas áreas agrícola e administrativa, a Diederichsen & Hibbeln se aproveitou da importância que a produção cafeeira continuava exercendo na cidade, mesmo em meio aos períodos de maior turbulência dessa atividade, e em poucos anos já havia se consolidado e iniciado a expansão de sua estrutura física e dos seus ramos de atuação. Nesse sentido, a definição da localização do negócio, em área próxima à Estação Ferroviária da Cia. Mogiana e defronte ao Mercado Municipal, também foi importante, assim como a implantação dos galpões industriais no terreno ao lado da Cia. Antarctica Paulista, na Vila Tibério, com fácil acesso à infraestrutura de transporte ferroviário, a evidenciar uma condição econômica privilegiada, que lhes permitia adquirir terrenos em locais estratégicos e valorizados.

Em Ribeirão Preto, a preponderância da economia cafeeira não impediu o crescimento da população urbana e o aumento no número de estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, uma vez que o acúmulo de capital gerado no campo também atraiu população ao município e contribuiu para a formação de um mercado interno que demandava por bens e serviços. No entanto, entre a última década do século XIX e os primeiros anos do século XX, o setor industrial permaneceu pouco expressivo para a economia urbana, estando essa atividade concentrada, principalmente, em iniciativas pontuais de alguns homens com maior alcance financeiro, o que por sua vez também proporcionou um ambiente pouco competitivo que beneficiou a progressão de empresas com produção industrial, como a de como Antonio Diederichsen, que em 1918 foi identificada como a maior pagadora de impostos de Ribeirão Preto.

Nesse período, desentendimentos políticos sobre a posição assumida pela Alemanha na I Guerra Mundial levaram Diederichsen a romper sua sociedade com Hibbeln. A medida certamente considerou os efeitos que o sentimento “antigermânico” poderia provocar em seus negócios e, para amenizar esse risco, Antonio também chegou a se declarar, publicamente, como natural de São Paulo, esclarecendo que não deveria haver

nenhum impeditivo para que suas relações comerciais no Brasil fossem mantidas. A julgar pela evolução do Antigo Banco Constructor – nome que deu à empresa que teve continuidade após o fim da Diederichsen & Hibbeln, em 1916 – o contexto não provocou consequências negativas para as atividades de Antonio Diederichsen em Ribeirão Preto. Pelo oposto, iniciou-se, a partir de então, um período de ampla expansão, com a construção de diversas edificações que ao final da década de 1920 já tinham dominado, quase completamente, o quarteirão no centro da cidade onde se mantivera instalado desde a inauguração, em 1903.

O desenvolvimento do Antigo Banco Constructor acompanhou o bom desempenho que a atividade comercial manteve em Ribeirão Preto nas três primeiras décadas do século XX. Além do elevado número de estabelecimentos comerciais, ao longo desse período houve expressiva diversificação dos produtos comercializados, o que revela o florescimento de uma cidade mais dinâmica que também comportou o crescimento e maior variedade e especialização de profissionais prestadores de serviços ligados à vida urbana. Esse contexto promissor foi aproveitado por Antonio Diederichsen de diferentes formas. Ao longo da década de 1920, até 1931 – antes de dar início à construção do Edifício Diederichsen –, as sucessivas ampliações nas instalações do Antigo Banco Constructor corresponderam aos também sucessivos incrementos nos produtos comercializados e serviços prestados pela empresa. Do fornecimento de utensílios para o setor agrícola, serraria mecânica, fundição de ferro e de bronze, armas e munições, e materiais para a construção civil, somaram-se atividades como oficina mecânica, venda de automóveis, posto de combustível, capitalização de títulos e comércio de artigos variados para uso pessoal e doméstico. Embora não fossem atividades inaugurais na cidade, em alguns casos eram ainda embrionárias nesse contexto, a indicar uma tendência de Antonio Diederichsen à diversificação de forma mais progressista de seus negócios.

Em 1934, três décadas após a fundação da sua empresa em Ribeirão Preto, essa característica levou Antonio Diederichsen a promover a construção de um edifício de uso misto que foi, a seu tempo, a edificação com o maior número de pavimentos da cidade. O Edifício Diederichsen situou-se em uma das mais valorizadas áreas urbanas de Ribeirão Preto, em terreno lindeiro à Praça XV de Novembro e contíguo às ruas General Osório, Álvares Cabral e São Sebastião, defronte a uma das esquinas oblíquas ao conjunto de edificações denominado Quarteirão Paulista, recém-inaugurado pela Cia. Cervejaria

Paulista. Esse setor da cidade concentrou vultosos e constantes investimentos públicos e privados desde o final do século XIX, quando Arthur Diederichsen exerceu grande influência na política local e as primeiras intervenções urbanas foram realizadas em Ribeirão Preto. Mas a associação com o período de transição republicano não se restringiu a esse aspecto. A escolha do terreno guardou um simbolismo especial: a residência familiar sobre a qual o Edifício Diederichsen viria a ser erigido pertencera ao coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira que, nos pródomos da República, havia se declarado como um monarquista contrário à figura de representantes republicanos de ascendência estrangeira, como Arthur Diederichsen e Francisco Schmidt. Foi a partir da demolição dessa edificação térrea que o prédio com maior número de pavimentos de Ribeirão Preto foi construído, carregando o sobrenome de origem germânica do antigo adversário político.

Outras interpretações emblemáticas podem ser diretamente extraídas do projeto para a aprovação da construção e inauguração do Edifício Diederichsen, entre 1934 e 1936. Ao representar a bandeira do Estado de São Paulo hasteada no ponto mais alto do centro da fachada principal; adotar o nome São Paulo como designação do primeiro espaço do prédio a ser inaugurado, em 1936; e contar com a presença de representantes políticos ligados ao PRP e à Primeira República em sua inauguração oficial, ocorrida em janeiro de 1937; o significado desse empreendimento também deve passar pela compreensão da posição assumida por seu promotor no contexto imediatamente posterior à Crise Internacional de 1929 e à Revolução Constitucionalista, quando sociedade e economia se transformavam com o início da Era Vargas, mas alguns grupos sociais, independentemente da atividade econômica que exerciam, continuavam resistentes ao risco de perda do poder oligárquico que a assunção de Getúlio Vargas à presidência representava. O caso de Antonio Diederichsen indica que sua ligação com a atividade industrial não fez com que se desassociasse do grupo ao qual esteve historicamente ligado, sendo essa uma relação que também contribuiu para a prosperidade de seus empreendimentos em Ribeirão Preto.

Entre eles, o Edifício Diederichsen foi o primeiro exemplar alto do interior do Estado de São Paulo, sendo seguido pelo Prédio Sant'anna, de Campinas – que apesar de concepções anteriores, apenas em 1935 teve consolidada a proposta de um edifício Art Déco em sua vertente mais despojada de ornamentos, com sete pavimentos e uso misto. Diferentemente do que ocorrera na capital paulista e outros municípios brasileiros que, na década de 1930, já haviam inaugurado e, em alguns casos, consolidado o seu processo de

verticalização – como Rio de Janeiro e São Paulo, cidades que no final da década de 1920 possuíam edifícios que ultrapassavam os 20 pavimentos, confeccionados em concreto armado e utilizando elevadores –, os primeiros edifícios altos surgiram, sobretudo, ao longo da década de 1930 – mesmo entre as cidades paulistas com maior população em 1920 e que se mantiveram entre as mais populosas 20 anos depois. Exceção feita à cidade de Santos, que na década de 1920 erguera alguns exemplares ecléticos com seis pavimentos, construídos em bairros litorâneos e, em geral, servindo ao uso como hotel, a construção de edifícios com seis ou mais pavimentos em cidades do interior paulista, em municípios como São José do Rio Preto, Campinas e Ribeirão Preto, foi um processo inaugurado na década seguinte, por meio de iniciativas isoladas, promovidas pela iniciativa privada e que exploraram a linguagem Art Déco como uma mensagem de renovação e modernidade. Nesse sentido, é importante reconhecer que, apesar da indiscutível relevância do Edifício Diederichsen como marco urbano e arquitetônico para Ribeirão Preto, o empreendimento de Antonio Diederichsen também deve ser compreendido como um exemplar produzido em contexto no qual a produção de edifícios altos avançava nas maiores cidades brasileiras e começava a se difundir pelo interior do país.

Esse processo acarretou a necessidade de revisão de legislações urbanísticas e edilícias que se tornaram referência para municípios onde a verticalização ainda era embrionária. No final de 1933 – poucos meses antes do Edifício Diederichsen ter sido concebido – Ribeirão Preto adotou o Código de Obras desenvolvido para a capital paulista em 1929. Após receber algumas alterações, esse Código de Obras complementou uma série de legislações municipais formuladas desde o início da década de 1920 com o objetivo de provocar o crescimento em altura das construções implantadas em trechos do centro urbano, em especial na Rua General Osório e no entorno imediato da Praça XV de Novembro, locais que receberam investimentos públicos para melhoria de infraestrutura desde o final do século XIX, mas cujas edificações ainda mantinham configuração predominantemente térrea e a presença de alguns sobrados.

Apesar de algumas ações do poder público para impulsionar a alteração da paisagem urbana do centro de Ribeirão Preto, o desejo de renovação das edificações ali situadas não encontrava correspondência na legislação que determinava as exigências construtivas às quais esses edifícios deveriam obedecer, uma vez que, embora os Códigos de Posturas elaborados em Ribeirão Preto em 1902 e 1921 previssem a possibilidade de

edificações acima de três pavimentos, ambos estavam pautados pelo alcance (e limitações) dos sistemas construtivos tradicionais. Diante disso, a adoção do Código de Obras Arthur Saboya foi justificada pela municipalidade a partir da necessidade de suprir a defasagem do município em relação às técnicas construtivas atualizadas, já que muitas edificações aprovadas para construção até aquele momento já empregavam materiais como o concreto armado, sequer mencionado nos Códigos de Postura.

No entanto, ao alterar a disposição que, na capital, associava a altura máxima dos prédios à largura das vias, para, no máximo, cinco pavimentos, considerando o térreo, evidenciou-se a moderação do setor público de Ribeirão Preto em relação ao número máximo de pavimentos que as construções poderiam atingir. Por outro lado, reafirmava-se o interesse de que o entorno da Praça XV de Novembro e a Rua General Osorio possuíssem os edifícios mais altos da cidade, pois nesses trechos as novas edificações não poderiam ter menos que três pavimentos. Já o limite de cinco pavimentos definido pelo Código de Obras Arthur Saboya em Ribeirão Preto não tardou a ser ultrapassado, sendo o Edifício Diederichsen, aprovado nove meses após o Código de Obras ter entrado em vigor no município, o primeiro prédio a romper o gabarito estabelecido para o centro da cidade, uma violação que se tornou recorrente nos anos seguintes.

O tensionamento para a construção de prédios mais altos do que a legislação permitia também ocorreu em outras cidades brasileiras e, assim como no caso do Edifício Diederichsen, refletiu o interesse de seus promotores em potencializar o aproveitamento do terreno a partir dos rendimentos que poderiam ser obtidos por meio de locações, como também a intenção de vincular seus nomes a grandes feitos. Não obstante, outras situações relacionadas ao processo de aprovação do Edifício Diederichsen em Ribeirão Preto evidenciam que a administração pública foi conivente com diversas irregularidades – como a concessão de isenção de impostos prediais antes do projeto ter sido aprovado e a discordância ou ausência de informações na apresentação do projeto para a Diretoria de Obras, segundo as exigências estabelecidas no Código de Obras Arthur Saboya –, a evidenciar a prevaricação do poder público municipal em sua relação com o empresário que possuía grande prestígio na cidade.

O que se observa é que, independentemente dos recursos financeiros que Antonio Diederichsen já acumulava, a compreensão do Edifício Diederichsen como um

melhoramento urbano que estava sendo propiciado pela iniciativa particular do empresário e em benefício da cidade, sem que seu proveito próprio fosse considerado, foi utilizada como principal justificativa para a concessão de imposto para a construção do prédio de maiores proporções de Ribeirão Preto e figurou recorrentemente como um argumento a comprovar a benevolência do empresário. Por outro lado, a envergadura do edifício que seria o mais alto da cidade também foi motivo de preocupação por parte do engenheiro municipal, que solicitou a apresentação dos cálculos estruturais, conforme determinado pelo Código de Obras Arthur Saboya, além de projetos contra incêndio e de instalações de água e eletricidade, sendo esses últimos não providenciados pelos autores, sem que isso acarretasse impeditivo à realização da construção.

Outro aspecto destacado pelo engenheiro municipal foi o fato de o projeto ter sido assinado por profissionais não diplomados, o que provocou a solicitação de que Antonio Terreri se apresentasse à Repartição de Obras para provar sua habilitação e registro no município de Ribeirão Preto. Paschoal de Vincenzo, que também assinava a autoria do Edifício Diederichsen, foi dispensado da formalidade por já ter apresentado a comprovação necessária junto à Prefeitura Municipal. O profissional, que ora se identificava como construtor, ora como arquiteto, tinha vasta experiência em obras aprovadas em Ribeirão Preto desde 1922, tendo participado da construção de todos os edifícios formulados para Antonio Diederichsen ou sua empresa, o Antigo Banco Constructor, entre 1925 e 1931. Cabe destaque especial ao fato de seu primeiro projeto em Ribeirão Preto, em 1922, ter sido concebido precisamente para duas residências de Antonio Diederichsen.

Antonio Terreri, por sua vez, embora residisse e trabalhasse na capital paulista quando o projeto do Edifício Diederichsen foi elaborado, anteriormente já havia tido grande envolvimento na construção civil de Ribeirão Preto, onde atuou como arquiteto e construtor desde a década de 1910 até falecer, na década de 1950. Após iniciar sua carreira em São Paulo, Terreri continuou assinando projetos concebidos para políticos de relevância local, como Albino de Camargo e Camilo de Mattos, para quem também trabalhou na capital paulista. A situação revela a importância das relações entre esses profissionais atuantes na construção civil em municípios do interior do Estado, com homens de prestígio local que também promoveram construções na capital e, para tanto, utilizaram-se dos serviços prestados por arquitetos e construtores por eles já conhecidos. Dessa forma, ampliava-se a rede de atividades e experiências desses profissionais, como

ocorreu no caso de Antonio Terreri, para além do fluxo comumente verificado em Ribeirão Preto desde o final do século XIX, quando profissionais diplomados e com grande reconhecimento na capital eram convidados a prestar seus serviços na cidade.

O levantamento e a análise dos projetos com a participação de Antonio Terreri e Paschoal de Vincenzo no acervo de Obras Particulares do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, entre 1911 e 1934 – quando o Edifício Diederichsen foi concebido, bem como o levantamento das construções empreendidas por Antonio Diederichsen e suas empresas nesse mesmo acervo – revelaram que a escolha de Antonio Diederichsen pelos profissionais que elaboraram o Edifício Diederichsen não foi ao acaso. Além de uma relação já consolidada com Paschoal de Vincenzo, em 1931 Antonio Diederichsen teve a oportunidade de experenciar o resultado da associação entre Terreri e De Vincenzo em um projeto para o Antigo Banco Constructor que exigiu conhecimento técnico e apuro estético, destinado à construção de um posto de abastecimento de combustível. É possível que a opção por Terreri nesse projeto – o primeiro desse profissional concebido para Antonio Diederichsen – tenha se dado em função da experiência acumulada por ele na capital, onde, ao contrário do que verificava no contexto de Ribeirão Preto, esse tipo de edifício já estava difundido.

Depois disso, Antonio Terreri e Paschoal de Vincenzo continuaram trabalhando juntos em obras realizadas em Ribeirão Preto antes do Edifício Diederichsen, cabendo destaque à importância da parceria entre eles para a difusão da linguagem Art Déco que também foi explorada no prédio promovido por Antonio Diederichsen. Ainda que a tendência à simplificação de ornamentos e à geometrização na composição das fachadas já se fizesse notar desde a década de 1920, referências mais características dessa linguagem não eram expressivas nos projetos aprovados em Ribeirão Preto até 1933 – um ano antes do Edifício Diederichsen ter sido concebido –, quando a vinculação estilística ao Art Déco passou a ter contornos mais específicos, como a adesão ao perfil serrilhado da platibanda e a inserção de planos verticais que provocavam volumetrias de efeito escalonado em edificações de uso comercial ou para a prestação de serviços.

Mesmo que o prédio de Antonio Diederichsen não tenha inaugurado essa linguagem na cidade, a imponência e escala da construção certamente contribuíram para que o Art Déco se tornasse uma referência estilística amplamente empregada em

edificações, de diversas tipologias, erigidas em Ribeirão Preto até o final da década de 1930 – e que persistiu na década seguinte, sendo utilizada também em outras construções promovidas por Antonio Diederichsen.

Igualmente, é importante reconhecer que, ao longo de todo o período da República Velha, a produção arquitetônica ribeirão-pretana de maior expressão esteve associada às influências ecléticas – mesmo quando produzida pelo capital industrial, como no caso do Quarteirão Paulista, promovido pela Cia. Cervejaria Paulista um ano antes da crise internacional de 1929. Por outro lado, também podemos compreender que o conjunto formado pelo Quarteirão Paulista foi, em vários aspectos, precursor do Edifício Diederichsen: ambos foram construções de grandes proporções, financiadas por empresários do setor industrial, destinadas ao uso comercial, cultural e de serviços, instalados em frente à Praça XV de Novembro e que, construtivamente, utilizaram-se de tecnologias e materiais contemporâneos, como o concreto armado, para atingirem uma monumentalidade impactante.

Portanto, no Edifício Diederichsen, a vinculação ao Art Déco extrapolou a questão estilística e, juntamente com sua altura e seus usos, propagou uma mensagem de superação, renovação e progresso que diferenciou o Edifício Diederichsen dos maiores investimentos realizados na cidade até então. A escolha pelo local de implantação do edifício foi estratégica, pois seu entorno abrangia diversas dinâmicas e reunia prédios que atraíam grande movimentação de pessoas, como a Praça XV de Novembro, as agências bancárias instaladas nas proximidades e o Quarteirão Paulista, com três prédios contíguos para comércios, escritórios, teatro e hotel. Seu vasto programa de usos também constituiu uma importante inovação, já que, embora a construção de edifícios multiuso tenha acompanhado todo o desenvolvimento urbano de Ribeirão Preto até aquele momento, pela primeira vez um mesmo edifício reuniu cinema para 1.300 espectadores, 17 lojas comerciais, 120 salas para prestação de serviços, 46 apartamentos e um hotel, todos espaços destinados à locação e espacialmente organizados ao longo de sete pavimentos.

A proposta refletiu a aposta de um empresário, já experiente, no desenvolvimento das atividades urbanas de Ribeirão Preto, quando comércio e prestação de serviços eram as principais atividades econômicas da cidade, com considerável diversidade e número de profissionais autônomos, como dentistas, médicos e advogados, que também formaram o

público basilar a ocupar as salas do segundo e terceiro pavimentos do Edifício Diederichsen. Enquanto no entorno da Praça XV de Novembro e nas ruas até a Estação Mogiana o uso terciário se intensificava, a setorização funcional da região central iniciava o processo de afastamento de residências destinadas às famílias com maior poder aquisitivo em direção a áreas localizadas no extremo sul do perímetro urbano. Por isso, no tocante à habitação, o Edifício Diederichsen comportou, sobretudo, opções de moradias compactas destinadas a abrigar uma parcela da população urbana em ascensão, representada por indivíduos isolados e famílias menores com interesse em residir nas proximidades de postos de trabalho ou, em alguns casos, em morar e trabalhar na mesma edificação, como foi comum desde a sua inauguração. Em menor número, também foram previstas unidades maiores, com conteúdo programático ampliado e a presença de cozinha e área de serviço.

A diversidade tipológica das unidades habitacionais do Edifício Diederichsen indicou o caráter experimental do projeto de Antonio Terreri e Paschoal de Vincenzo, quando a configuração da habitação coletiva verticalizada ainda estava em definição. A concepção do edifício multifuncional, com comércios, serviços, cinema e moradia, temporária e permanente, com diversas tipologias habitacionais, respondeu a demandas do contexto e foi uma oportunidade vislumbrada por Antonio Diederichsen para garantir a rentabilidade do seu investimento, diante da maior aceitação e procura por variados públicos de ocupantes e usuários.

O aspecto financeiro também norteou a execução da construção, que se estendeu de setembro de 1934 a janeiro de 1937 e, ao longo desse período, teve sua estrutura de andaimes de madeira utilizada como espaço de locação para a divulgação de anúncios publicitários de empresas, seus produtos e serviços. O planejamento da obra conjugou questões relativas aos processos construtivos atualizados – como o uso do concreto armado e impermeabilizante, ainda que esse último tenha se mostrado ineficaz e demandado a necessidade de cobertura do terraço cerca de um ano após sua execução – e técnicas tradicionais – como a vedação em tijolo maciço e a cobertura de telha cerâmica com estrutura madeira, no cinema. Dependeu, sobretudo, da atuação de grande número de trabalhadores no canteiro de obras, operando sob a supervisão de Antonio Terreri e Paschoal de Vincenzo, e contou com a disponibilidade de materiais muitas vezes fornecidos pela própria empresa de Antonio Diederichsen, que aprovisionou desde os

agregados utilizados para a execução do concreto, até materiais de acabamento, esquadrias e utensílios domésticos, como os fogões necessários nos apartamentos com cozinha.

Desse modo, pode-se afirmar que, assim como o projeto considerou as características físicas e urbanas do terreno para o planejamento dos setores que compuseram o Edifício Diederichsen, o cronograma de execução do edifício também levou em conta as diferentes oportunidades que a exploração do diverso programa de usos garantia como renda ao promotor, a ponto de alguns espaços terem sido priorizados durante a obra e o início das atividades de áreas do térreo ter ocorrido meses antes da inauguração oficial do prédio. A julgar pelo desenvolvimento dos negócios de Antonio Diederichsen após a inauguração do Edifício Diederichsen, é possível verificar que as estratégias empregadas pelo promotor e pelos autores da obra – desde a concepção, até a sua execução – foram assertivas, permitindo que, dois anos depois da inauguração, o empresário pudesse reformar, ampliar e modernizar as construções do Antigo Banco Constructor na área central, quando reforçou a vinculação desses edifícios à vertente Art Déco aplicada no Edifício Diederichsen.

O contrato previamente firmado com a Empresa Theatral Paulista para a administração do cinema, certamente contribuiu para que essa fosse a primeira parte do Edifício Diederichsen a ser inaugurada, em primeiro de maio de 1936, dia do trabalho. Nesse momento, diversos cinemas estavam em atividade em Ribeirão Preto, mas todos operavam em espaços concebidos como teatros e salas de espetáculos, adaptados à exibição cinematográfica. Por sua dimensão e especificidades funcionais, técnicas e estéticas, o Cine São Paulo, como foi batizado, tornou-se uma importante opção de recreação para a população local.

Da mesma forma, diversos estabelecimentos comerciais localizados no térreo do Edifício Diederichsen se tornaram verdadeiros marcos na história da cidade, como no caso da cafeteria Única, instalada na equina entre as ruas São Sebastião e Álvares Cabral, em 1937, e que permanece no mesmo local até os dias atuais, em 2022; e do bar e restaurante Pinguim, cujo espaço ocupado na esquina da Rua Álvares Cabral com a Rua General Osório foi o único com funções especificadas no projeto. Possivelmente, assim como ocorreu com o Cine São Paulo, essa pode ter sido uma locação previamente acertada por Antonio

Diederichsen pouco antes da última reforma ocorrida na Praça XV de Novembro, em 1939, que demoliu o Trianon do bar da Antarctica para a construção de uma fonte luminosa.

Por outro lado, o hotel – que ocupou parte da cobertura e todo o sexto pavimento do Edifício Diederichsen – além de não ter recebido tratamento diferenciado dos dois pavimentos abaixo, com apartamentos, no projeto de aprovação, só teve sua administração definida ao término da obra, ainda que notícias publicadas ao longo desse período já anunciassem sua presença no programa do edifício. O Grande Hotel Gallucci se destinou à população com maior poder aquisitivo e foi um estabelecimento diferenciado em Ribeirão Preto, não só por seu local de implantação, mas, possivelmente, por sua localização em um andar alto do edifício. Não se pode desconsiderar o fascínio provocado por essa nova paisagem avistada pela perspectiva dos que ocupavam o interior do prédio, a despertar a atração de locadores que contariam com esse privilégio, quando o Edifício Diederichsen ainda era a edificação com maior número de pavimentos da cidade. Durante a execução do sexto pavimento, o hotel sofreu alterações em relação ao projeto original, como a construção de um restaurante com amplo salão de refeições e vista privilegiada para a Praça XV de Novembro e Quarteirão Paulista, atendendo não só aos hóspedes do hotel, como ao público externo e a outros moradores e ocupantes do Edifício Diederichsen.

A experiência de empreender no ramo hoteleiro parece ter sido exitosa para Antonio Diederichsen, posto que ainda no final da década de 1940 o empresário construiu, ao lado daquele que foi o prédio com maior número de pavimentos de Ribeirão Preto na década de 1930, o novo edifício mais alto da cidade, com 15 pavimentos, inteiramente destinado ao uso como hotel. A construção do Hotel Umuarama, novamente assinado por Antonio Terreri, dessa vez em parceria com seu filho, o engenheiro Henrique Nuncio Terreri, evidencia que a verticalização iniciada com o Edifício Diederichsen não teve continuidade imediata, tendo sido necessário que, uma vez mais, Antonio Diederichsen atuasse para que uma nova edificação rompesse o limite de sete pavimentos alcançado anteriormente. Outro aspecto a ser considerado foi a opção pelo uso exclusivo e especializado como hotel, uma vez que essa atividade já fazia parte do programa do Edifício Diederichsen. Além de expressar os efeitos da Lei do Inquilinato para a produção rentista de habitação, as diversas configurações adotadas para os aposentos do Hotel Umuarama, em grande parte similares às tipologias habitacionais mais compactas do Edifício Diederichsen, testemunham o processo de definição e aceitação da habitação em edifício vertical, a

permitir a coexistência de moradias temporárias e permanentes, para públicos diversos – dependendo da maior procura – mas que, em todos os casos, atendiam a requisitos de salubridade, privacidade e conforto da habitação compacta, compatíveis com as discussões atualizadas no campo da arquitetura naquele contexto.

É possível que a ausência de distinções claras sobre o programa e funcionamento de um hotel, em relação aos primeiros apartamentos concebidos para moradia permanente, no Brasil, possam ter ocasionado o sombreamento das soluções arquitetônicas previstas por Antonio Terreri e Paschoal de Vincenzo para os três pavimentos destinados à habitação no Edifício Diederichsen. Contudo, é inegável que o projeto do Edifício Diederichsen também respondeu aos interesses de seu promotor em setores diversos, a determinar o programa misto do prédio: comércio, serviços e habitação. Tais interesses influíram na forma adotada para a edificação, tanto do ponto de vista da escolha de uma linguagem vista como adequada ao apelo de modernidade dos usos comercial e de serviço previstos, quanto em termos da adaptação parcial do uso de hotel para moradia de aluguel. Um empreendedor imobiliário dificilmente teria arriscado o programa adotado, até porque não teria a mesma possibilidade de promover os ajustes de uso e projeto implementados. Nesse sentido, julgamos que a hipótese levantada se confirmou. O aspecto inovador do prédio – alto, de estilo Art Déco e incluindo no seu programa apartamentos para aluguel – foi, sobretudo, mais uma contingência do perfil do empresário, que uma decisão de investimento imobiliário.

Ao longo da segunda metade do século XX, a multiplicidade de usos e diversidade tipológica dos apartamentos do Edifício Diederichsen também foram importantes para que o prédio se adaptasse às mudanças ocorridas no centro de Ribeirão Preto. Enquanto a cidade se expandiu com a aprovação de diversos loteamentos nas extremidades da cidade, em alguns casos exclusivamente residenciais, e novos eixos comerciais eram formados, a região onde o Edifício Diederichsen está implantado permaneceu como a mais importante centralidade urbana e foi a primeira a se verticalizar. Esse processo fez com que o primeiro prédio alto construído por Antonio Diederichsen perdesse o protagonismo que teve até meados da década de 1940, quando era a única edificação com sete pavimentos da cidade. Contudo, o fato de ter alterado a fisionomia urbana o tornou um marco do progresso de Ribeirão Preto, mesmo após a construção de edifícios de maior altura.

A esse tempo, iniciou-se um novo capítulo na trajetória do Edifício Diederichsen. Com o falecimento de seu promotor, em 1955, o prédio se tornou propriedade inalienável e impenhorável da Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto, com a condição de que a legatária passasse a manter, dirigir e custear o Abrigo Anna Diederichsen, edifício também promovido pelo empresário em prol dos tuberculosos indigentes de Ribeirão Preto. A imagem do edifício, sempre associada a seu promotor, já havia corroborado para consolidar a notoriedade de Antonio Diederichsen como um importante empresário de Ribeirão Preto. Mas após seu falecimento, o conhecimento público sobre o conteúdo de seu testamento e as diversas doações realizadas para instituições de caridade avultou sua reputação como benfeitor, sendo esse o argumento que, ainda hoje, permanece vinculado à memória da população sobre as ações de Antonio Diederichsen.

Para o Edifício Diederichsen, pode-se dizer que, além da mudança de propriedade, o testamento de Antonio Diederichsen definiu o primeiro instrumento de proteção à sua integridade material, o que acreditamos ter sido importante para que a edificação fosse parcialmente resguardada ao longo do período de maior depreciação da região central, no último quartel do século XX, com a popularização dos comércios e serviços, e o declínio da função habitacional nessa região da cidade.

O Cine São Paulo, que foi a primeira parte do Edifício Diederichsen a ser inaugurada, também foi o primeiro setor da edificação a ter seu uso original alterado, em meados da década de 1990 – quando passou a abrigar um bingo –, até o espaço ser totalmente desocupado, em 2010. Mesmo tendo passado por uma grande reforma no início da década de 1950, o cinema não se manteve atualizado às mudanças tecnológicas ocorridas na exibição cinematográfica e às alterações ocorridas nos padrões de consumo, localização e configuração desses espaços de lazer. A obsolescência provocada por tais mudanças também acarretou o desprestígio do hotel no Edifício Diederichsen que, gradativamente, deixou de ser atrativo para o público para o qual fora concebido. Outrossim, ao longo da segunda metade do século XX, todos os demais pavimentos do Edifício Diederichsen, voltados aos comércios, serviços e habitação permanente, embora tenham se mantido com grande procura durante esse período, acompanharam o processo de popularização ocorrido no centro de Ribeirão Preto e perderam alguns de seus locatários mais emblemáticos, como o Pinguim, passando a abrigar atividades mais econômicas, enquanto, internamente, seus espaços sofreram reformas internas que

refletiam as novas demandas de seus usuários.

O final da década de 1960 marcou o início da formulação de leis relativas à proteção de bens de valor cultural nos Estados brasileiros - como em São Paulo, que ainda não dispunha de legislações específicas nesse sentido - e em alguns municípios, incluindo-se Ribeirão Preto. Em meio a esse contexto, embora tenham ocorrido mudanças no perfil de ocupação do Edifício Diederichsen, sua multifuncionalidade não foi alterada e, a partir da década de 1990, ganhou nova significação diante da implementação de propostas para a reabilitação de áreas do centro de Ribeirão Preto e do avanço das políticas de proteção aos bens culturais no município e no Estado de São Paulo. Nessa década, o entorno do Edifício Diederichsen passou por diversas transformações e, em 1998, o prédio administrado pela Santa Casa de Misericórdia teve iniciado o seu processo de tombamento como bem cultural do Estado de São Paulo.

Em continuidade à relação histórica do edifício com as dinâmicas urbanas, quando os estudos para o tombamento do prédio foram iniciados, diversos projetos idealizados para a valorização do caráter cultural da região central de Ribeirão Preto estavam em curso. A solicitação de tombamento do Edifício Diederichsen feita pela proprietária ao CONDEPHAAT ocorreu logo após a realização da primeira etapa do calçadão em algumas ruas do centro, como nos trechos da Rua Álvares Cabral e da Rua General Osorio em frente ao prédio, ocorrida em 1996. Se, por um lado, as transformações transcorridas no centro de Ribeirão Preto ao longo da segunda metade do século XX tiveram repercussão direta no Edifício Diederichsen, que acompanhou, em seus usos, o processo de popularização ocorrido em setores dessa zona urbana, as tentativas de requalificação de áreas do centro de Ribeirão Preto também impactaram nos usos do prédio, que teve sua cobertura adaptada para receber um espaço para ensaios e apresentações de grupos de teatro, além de provocar seu tombamento como um bem cultural do Estado de São Paulo.

Apesar de considerar a importância dos diversos usos do Edifício Diederichsen, a resolução final de tombamento, publicada em 2005, assegurou apenas a proteção das fachadas externas do prédio e dos espaços coletivos internos mais suntuosos, como saguões, caixas de escada e demais elementos contemporâneos, inclusive quando nos estabelecimentos comerciais, a refletir a relevância conferida à sua linguagem Art Déco. Desse modo, deixou passível de intervenção a configuração interna dos diversos

pavimentos destinados aos comércios, prestação de serviços, habitação e hotel que não apresentam aspectos e elementos decorativos reconhecidamente vinculados a essa vertente estilística. Desse risco nasceu uma oportunidade e, recentemente, em 2018, pouco antes da finalização de uma nova etapa das obras para a "revitalização do centro", iniciada em 2012, a Santa Casa de Ribeirão Preto solicitou a desocupação de todos os pavimentos acima do térreo para a conversão do Edifício Diederichsen em um Centro Cultural.

Trata-se, portanto, de um momento crítico na história do Edifício Diederichsen, em que a indefinição sobre seus usos futuros, associada à desocupação, levaram ao abandono de valores a ele associados desde a sua construção e à desnaturação de sua matéria. Esse processo reflete aspectos da trajetória do prédio enquanto bem cultural que, já na solicitação de tombamento feita pela proprietária, não teve como principal motivação para a sua proteção o interesse em preservar a memória do edifício em seu sentido mais amplo e, sim, o acesso a recursos financeiros oriundos de leis de incentivo à cultura para obras de restauração.

A desocupação do Edifício Diederichsen e a sua transformação em um Centro Cultural – estando o Centro Cultural Palace, no Quarteirão Paulista, com três pavimentos inteiramente dedicados a esse uso, a menos de 200 metros de distância – parecem decisões equivocadas não apenas sob o aspecto da viabilidade funcional do programa proposto, como arquitetônica, quando considerada a compartimentação original dos pavimentos do prédio entre o térreo e a cobertura, com salas e apartamentos distribuídos ao longo da circulação horizontal. Ainda que o sistema estrutural torne possível a definição de outras configurações espaciais e funcionais para esses andares, com espaços mais amplos e integrados, é importante reconhecer que essa alteração também levaria à descaracterização de sua conformação e usos originais, que, embora não estejam protegidos pelo tombamento estadual, têm fundamental importância para o reconhecimento do edifício enquanto exemplar de um contexto inicial de definição e difusão da tipologia da habitação coletiva verticalizada no Brasil. Além disso, sua multifuncionalidade é parte de sua identidade e foi expressamente citada em diversos momentos do estudo de tombamento. Do ponto de vista urbanístico, também é importante refletirmos sobre a relevância dos múltiplos usos não só como um aspecto que confere autenticidade à edificação, mas também provoca impacto direto na vida urbana da área

central, uma vez que favorece a presença e a movimentação de pessoas diariamente, não só em horário comercial como também em período noturno e finais de semana.

O desejo de alteração de uso não foi o argumento principal exposto pela proprietária para a desocupação do prédio e, sim, os baixos valores de aluguel. Nesse sentido, a inexistência de um projeto de intervenção que esclareça as reais intenções da Santa Casa de Ribeirão Preto em relação ao imóvel parece indicar que a manutenção dos usos originais ainda é possível, desde que sua manutenção seja rentável, do ponto de vista financeiro, para a proprietária. A privação da locação pela população com menor poder aquisitivo, que ocupava as salas para prestação de serviços e apartamentos do prédio – enquanto o edifício carecia de manutenções –, exatamente após a conclusão das obras de requalificação urbana no entorno – que, por sua vez, também causaram transtornos aos ocupantes enquanto eram executadas – torna evidente, por fim, o contraditório argumento da valorização cultural que desconsidera o valor da presença daqueles que, em suas atividades cotidianas, mantiveram viva a memória do prédio até que uma série de atitudes, ou a ausência delas, por parte da proprietária, fizessem com que o Edifício Diederichsen se tornasse um prédio esvaziado e arruinado, no centro da cidade de Ribeirão Preto.

REFERÊNCIAS E FONTES

Referências Bibliográficas:

ABREU, Maurício de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: IPP, 2008.

AEAARP ASSOCIAÇÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DE RIBEIRÃO PRETO. É nosso. **Revista Painel**, Ribeirão Preto, ano XVIII, n. 243, jun. 2005, p. 5-10.

ALEIXO, Cynthia Augusta Poleto. **Edifícios e galerias comerciais**: Arquitetura e comércio na cidade de São Paulo, anos 50 e 60. 2005. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo (USP), São Carlos, 2005.

ALONSO, Ângela. O abolicionismo como movimento social. **Novos Estudos** - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), São Paulo, n. 100, p. 115-137, 2014.

ALVES, Ricardo Barboza. **O complexo cafeeiro e a influência do crédito na circunscrição do município de Descalvado (1873-1915)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Franca, 2012.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal: A cultura nas novas gestões urbanas. *In:* MARICATO, E., ARANTES, O.; VAINER, C. (org.). **A cidade do pensamento único**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT **NB-1**: cálculo e execução de obras de concreto armado. Rio de Janeiro, 1940.

AZEVEDO, Veruschka de Sales. **Cinema e sociabilidade nas cidades do café:** Franca e Ribeirão Preto (1890-1930). 2015. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. O apogeu do café na Alta Mogiana. *In:* BACELLAR, C. A. P.; BRIOSCHI, L. R. **Na estrada do Anhanguera**: Uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 1999.

BASSANEZI, Maria Silvia Beozzo (org). **São Paulo do passado**: Dados demográficos – V, 1890. Campinas: Núcleo de Estudos de População (Nepo)/Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 1998.

BASSI, Marcos Sidnei. **A participação dos trabalhadores nos lucros das empresas**. 1995. Dissertação (Mestrado em Planejamento, Organização e Recursos Humanos) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1995.

BEGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. **Espaços & Debates**: Revista de Estudos Urbanos e Regionais, São Paulo, ano XI, n. 34, Cidade e História, p. 39-54, 1991.

BITTENCOURT, Tania Mara Mota. **Peste branca** – **Arquitetura branca:** Os sanatórios de tuberculose no Brasil na primeira metade do século 20. 2000. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2000.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

BONDUKI, Nabil. **Os pioneiros da habitação social**: Cem anos de política pública no Brasil. v. 1, São Paulo: Editora Unesp, Edições Sesc, 2014.

BONFIM, Juliana Sanches Silva. **Colonização particular**: Atuação da Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso (1940-1960). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009.

BORGES, Maria Elízia. **A pintura na "capital do café"**. Franca: Unesp, 1999.

BORTOLUCCI, Maria Ângela P. C. S. **Moradias urbanas construídas em São Carlos no período cafeeiro**. 1991. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

BOVE, Lilian. **Memórias de Ribeirão Preto** – Rumo ao novo milênio. Ribeirão Preto: Clips Editora S. C., 2000.

BRANDÃO, Marco Antonio. **Uma contribuição ao debate sobre a formação do empresariado industrial no Brasil:** De *lavatori* na Itália a *padrone* em Ribeirão Preto (1890-1930). 2009. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Franca, 2009.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Metrópoles: As faces do monstro urbano (as cidades no século XIX). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 5, ns. 8 e 9, p. 35-68, set. 1984/abr. 1985.

BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

BUENO, Francisco da Silveira. **Vocabulário tupi-guarani português**. 3. ed. São Paulo: Brasilivros, 1984.

BURALI, Gabriela. **A assistência ao idoso no Lar Padre Euclides de Ribeirão Preto/SP nas décadas de 1910 e 1950**. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), Ribeirão Preto, 2002.

CALIL JÚNIOR, Ozório. **O centro de Ribeirão Preto**: Os processos de expansão e setorização. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo (USP), São Carlos, 2003.

CAMARA MUNICIPAL DE DESCALVADO, Estado de São Paulo. Galeria de Presidentes. Disponível em: https://www.camarade scalvado.sp.gov.br/galeria-de-presidentes/. Acesso em: 25/5/ 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. **Memória**: As legislaturas municipais de 1874 a 2004. Ribeirão Preto: Villimpress, 2004.

CAMARGO, José Francisco de. Crescimento da população no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos: Ensaio sobre as relações entre demografia e a economia. **Boletim** n. 153, São Paulo: FFLCH, Universidade de São Paulo (USP), 1952.

CAMPOS, Vitor José Baptista. **O *art déco* na arquitetura paulistana**: Uma outra face do moderno. 1996. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1996.

CARDEMAN, David Rogerio Goldfeld. **O Rio de Janeiro nas alturas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique. **A revolução de 1930**: História e historiografia. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares a Prudente – Campos Sales. *In:* FAUSTO, Boris (org.). **História geral da civilização brasileira**. Tomo III: O Brasil Republicano. v. 1: Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). São Paulo: Difel, 1977.

CARVALHO, Maria Cristina Wolff de. **Ramos de Azevedo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

CASALECCHI, José Ênio. **O partido republicano paulista**: Política e poder (1889-1926). São Paulo: Editora Brasiliense, 1887.

CAUN, Elaine Cristina. **O engenheiro Antônio Soares Romêo e a modernização urbana de Ribeirão Preto nos tempos do café (1913-1923)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Franca, 2010.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, Unesp, 2006.

CHOAY, Françoise. **O patrimônio em questão**: Antologia para um combate. Tradução: João Gabriel Alves Domingos. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

CICCACIO, Ana Maria. **Theatro Pedro II** – Espaço reconquistado. Ribeirão Preto: São Francisco Gráfica e Editora, 1996.

CIONE, Rubem. **História de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Imag, 1987.

CIONE, Rubem. **História de Ribeirão Preto**. v.2, Ribeirão Preto: Legis Summa, 1992.

CIONE, Rubem. **História de Ribeirão Preto**. v. 4, Ribeirão Preto: Legis Summa, 1995.

CIONE, Rubem. **História de Ribeirão Preto**. v. 5, Ribeirão Preto: Legis Summa, 1997.

CONDE, Celio. **De Ribeirão Preto**. Vida doméstica, Rio de Janeiro, n. 235, p. 27, out. 1937.

CONDE, Luiz Paulo Fernandez; ALMADA, Mauro. Panorama do *art déco* na arquitetura e no urbanismo do Rio de Janeiro. *In:* CZAJKOWSKI, Jorge (org.). **Guia da arquitetura *art déco* no Rio de Janeiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000. p. 5-20.

CONTE, Mario V. B.; SANTO, A. E. (orgs.). **Cem anos de Ribeirão Preto**. São Paulo: Editora Conte, 1956.

CORREA, Lucas Mariani. Diretrizes Políticas, Empreendimentos Privados: A atuação da Companhia de Viação São Paulo-Mato Grosso (1908-1943). **Outros Tempos**, São Luís, v. 9, n. 14, p. 98-120, 2012.

CORREIA, Telma de Barros. A gestão do tempo e a organização da cidade moderna. **Sinopses**, São Paulo, n. 33, p. 22-32, jun. 2000.

CORREIA, Telma de Barros. **A construção do hábitat moderno no Brasil - 1870-1950**. São Carlos: RiMa, 2004.

CORREIA, Telma de Barros. *Art déco* e indústria – Brasil, décadas de 1930 e 1940. MUSEU PAULISTA: HISTÓRIA E CULTURA MATERIAL. **Anais** [...]. São Paulo, v. 16, n. 2, p. 47-104, jul./dez. 2008.

CORREIA, Telma de Barros. O *art déco* na arquitetura brasileira. **Revista UFG**, Goiânia, ano XII, n. 8, p. 14-18, jul. 2010.

COSTA, Renato Gama-Rosa. Apontamentos para a arquitetura hospitalar no Brasil: entre o tradicional e o moderno. **História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, supl. 1, p. 53-66, dez. 2011.

CRUZ, Nice Penna de Barros. **Manoel Penna**. Ribeirão Preto: SDP, 1989.

CUNHA, Jarbas Antônio Diederichsen. *In:* AMORIM, Galeno (org.). **Os desbravadores**. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2001.

CUNHA, Jarbas. Memórias das salas de cinema. **Revista Enfim**, Ribeirão Preto, edição n. 1019, p. 5-6, 19. out. 2012.

CZAJKOWSKI, Jorge (org.). **Guia da arquitetura *art déco* no Rio de Janeiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000.

DEMINICE, Daniel. **A arte de se construir cidades em meio à política local**: Ribeirão Preto, 1890-1960. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (USP), São Carlos, 2015.

DOIN, José Evaldo de Mello. **O capitalismo bucaneiro**: Dívida externa, materialidade e cultura na saga do café. 2001. Tese (Livre-docência). Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"(Unesp), Franca, 2001.

EMBOABA, Osmani. História da fundação de Ribeirão Preto. São Paulo. **Revista de História da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 10, n. 21-22, p. 339-438, 1955.

ESPÍRITO SANTO, Silvia Maria do; REGISTRO, Tânia. **Breve histórico da formação e atuação do conselho de preservação do patrimônio cultural de Ribeirão Preto (Conppac/RP)**. Ribeirão Preto: Secretaria Municipal da Cultura, 2005. Disponível em: http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/scultura/arqpublico/artigo/i14conppac.pdf. Acesso em: 5 fev. 2018.

FABRIS, Annateresa. Arquitetura eclética no Brasil: O cenário da modernização. MUSEU PAULISTA NOVA SÉRIE. **Anais** [...]. São Paulo, n. 1, p. 131-143, 1993.

FABRIS, Annateresa (org.). **Ecletismo na arquitetura brasileira**. São Paulo: Nobel/Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

FARIA, Rodrigo Santos de. **Ribeirão Preto, uma cidade em construção (1895-1930)**: O moderno discurso da higiene, beleza e disciplina. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2003.

FARIA, Rodrigo Santos de. **Ribeirão Preto, uma cidade em construção**: O discurso da higiene, beleza e disciplina na modernização Entre Rios (1895-1930). São Paulo: Annablume, 2010.

FARIAS, Isabel de. **Ribeirão Preto 1995**. Ribeirão Preto: MIC Editorial, 1995.

FARIAS, Isabel de. **Ribeirão Preto 2000**. Ribeirão Preto: MIC Editorial, 2000.

FAUSTO, Boris. A formação da classe operária: Determinações estruturais. *In:* CARDOSO, Fernando Henrique (dir.). **Corpo e alma do Brasil**, XLVI, Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920), 3. ed. São Paulo: Difel, 1977.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. Os republicanos e a abolição. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, nov. 2006, n. 27, p. 181-195, 2006.

FERREIRA, Caio de Souza. **O processo de verticalização na cidade de Campinas**: Da gênese à lei 640 de 1951. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) -

Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC), Campinas, 2007.

FERREIRA, Nadia Somekh Martins. São Paulo Imobiliário: Sobre a origem do arranha-céu (1920-1939). *In:* III ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, maio 1989, Águas de São Pedro. **Anais** [...]. Águas de São Pedro, 1989, v. 1, p. 189-197.

FICHER, Sylvia. Edifícios altos no Brasil. **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 37, p. 61-76, 1994.

FICHER, Sylvia. **Os arquitetos da Poli**: Ensino e profissão em São Paulo. São Paulo: Fapesp/Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

FIGUEIRA, Tania Maria Bulhões. **Produção social da cidade contemporânea:** Análise dos condomínios urbanísticos e loteamentos fechados de alto padrão no subsetor sul de Ribeirão Preto-SP. 2013. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (USP), São Carlos, 2013.

FONSECA, Arrovani Luiz. **Almanaques de São Carlos (SP)**: Um caleidoscópio de imagens da cidade (1894-1928). 2019. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2019.

FORNER, Larissa Aparecida. **Francisco Schmidt**: O colono que se tornou o rei do café (1890-1921). 2017. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2017.

FRANCISCO, Arlete Maria. Contribuição à história da urbanização de São José do Rio Preto-SP. **Revista Tópos**, Presidente Prudente, v. 5, n. 1, p. 119-142, jun. 2011.

FREIRE, Rafael de Luna. Da geração de eletricidade aos divertimentos elétricos: A trajetória empresarial de Alberto Byington Jr. antes da produção de filmes. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 51, p. 113-131, jan./jun. 2013.

FREITAS, Júlio César Mestriner de. **O empresário e político paulista coronel Arthur de Aguiar Diederichsen**. 1999. Monografia (Bacharelado e Licenciatura em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Franca, 1999.

GARCIA, Valéria Eugênia. **Do santo? Ou de quem... Ribeirão Preto**: Gênese da cidade mercadoria. 2013. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (USP), São Carlos, 2013.

GARCIA, Valéria Eugênia; BORTOLUCCI, Maria Ângela Pereira de Castro. Ribeirão Preto: Leituras urbanas de uma história rural. **Urbana – Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, Campinas, v. 7, n. 10, jan./ago. 2015.

GARREFA, Fernando. **Arquitetura do comércio varejista em Ribeirão Preto**: A emergência e a expansão dos *shopping centers*. 2002. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo (USP), São Carlos, 2002.

GASPAR, Tatiana de Souza. **100 anos do apartamento carioca**. 2013. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

GASPAR, Tatiana de Souza; CORREIA, Telma de Barros. Modernidade e moradia na petit paris brasileira: O edifício Diederichsen em Ribeirão Preto. *In*: 12º SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 2017, Uberaba. **Anais** [...]. Uberaba: Universidade Federal de Uberaba, 2017.

GLERIA, Ana Carolina. **Um reconhecimento arquitetônico das fazendas cafeeiras do município de Ribeirão Preto (1870-1930)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2013.

GREGORY, Valdir. Imigração alemã no Brasil. *In:* **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2013, p. 9-27.

GROPIUS, Walter. **Bauhaus**: Novarquitetura. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.

GROTH, Paul. **Living Downtown:** The History of Residential Hotels in the United States. Berkeley: University of California Press, 1994.

GUIDINI, Leandro. Coronel Schmidt, o Rei do Café. **São Paulo Antiga**, 25 jul. 2014. Disponível em: http://www.saopauloantiga.com.br/coronel-schmidt/. Acesso em: 19/2/2019.

GURGEL, Cristina Brandt Friedrich Martin. A tuberculose na história. **Boletim da FCM**, Campinas, v. 12, n. 3, 2019.

HASSE, Geraldo. O guia. *In:* SCOTT, Cleison (coord.). **100 Anos da Acirp**. Ribeirão Preto: Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto/Gráfica São Francisco, 2004.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. **O prédio Martinelli**: A ascensão do imigrante e a verticalização de São Paulo. São Paulo: Projeto, 1984.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. **O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira**: 1867-1918. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

IPHAN. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Carta de Atenas**. 1931. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226. Acesso em: 8 jun. 2020.

JAYME, Lúcia de Rezende. **A educação pública na *petit* paris paulista (Ribeirão Preto – 1890/1920)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História e Historiografia da Educação) –

Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

JORGE, Sonia. **Rádio, modernidade e sociedade em Ribeirão Preto, 1924-1937**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Franca, 2008.

KARSTEIN, Luiz Carlindo Arruda. Emancipação Política de Descalvado. Conheça Descalvado. Disponível em: http://www.descalvadoonline.com.br/conhecadescalvado/emancipacao.htm. Acesso em: 25/5/2019.

KUHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização**: Problemas teóricos de restauro. Cotia: Ateliê, Fapesp, 2009.

LAGES, José Antônio. **Ribeirão Preto**: Da figueira à barra do retiro. 2. ed. São Paulo: Editora Nelpa, 2010.

LAGES, José Antônio. **Ribeirão Preto revisitada**. Ribeirão Preto: Nova Enfim, 2016.

LANZA, André Luiz; LAMOUNIER, Maria Lúcia. Café, imigrantes e empresas no nordeste de São Paulo (Ribeirão Preto, 1890-1930). **História Econômica & História de Empresas**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 567-604, jul./dez. 2014.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Cozinhas, etc**. São Paulo: Editora Perspectiva. 1976.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. Ecletismo em São Paulo. *In:* FABRIS, Annateresa (org.). **Ecletismo na arquitetura brasileira**. São Paulo: Nobel, Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **História da casa brasileira**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Da taipa ao concreto**: Crônicas e ensaios sobre a memória da arquitetura e do urbanismo. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LEONARDO, Laís Fernandes. **Um prédio, três cidades**: A biografia urbana do Edifício Diederichsen, Ribeirão Preto (1930 – 1990). 2013. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), Campinas, 2013.

LESSA, Ana Lara Barbosa. **Patrimônio como campo de conflitos**: O processo de preservação das Indústrias Matarazzo na Água Branca. 2017. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (USP), São Carlos, 2017.

LIMA, Ana Carolina Gléria. **Casa e documentação**: A história contada através de um acervo de projetos. 2020. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (USP), São Carlos, 2020.

LIMA, Ana Carolina Gléria; BORTOLUCCI, Maria Ângela P. C. S. A atuação dos agentes na construção da paisagem urbana: Uma investigação no acervo de obras particulares em Ribeirão Preto. *In:* **4º** COLÓQUIO IBERO-AMERICANO PAISAGEM CULTURA, PATRIMÔNIO E PROJETO. **Anais** [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

LIMA, Ana Carolina Gléria; BORTOLUCCI, Maria Ângela P. C. S. Privacidade, higiene, conforto e sofisticação em casas urbanas de classe alta de Ribeirão Preto no início do século XX. *In:* IV COLÓQUIO INTERNACIONAL A CASA SENHORIAL: ANATOMIA DOS INTERIORES. **Anais [...].** Pelotas: Claec, 2017.

LIMA, Henrique Espalda. Micro-história. *In:* CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, cap. 11, p. 207-223.

LIMA, Onésimo Carvalho de. **Arquitetura e cidade**: Edifícios urbanos na área central de Ribeirão Preto. 2004. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2004.

LODY, Jorge. **Arquitetura e cidade:** Obras particulares em São Paulo, 1906-1915. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2015.

LOMBARDI, Marco Aurélio de Sousa. O rei do café na capital do oeste: Francisco Schmidt e a modernização urbana de Ribeirão Preto durante a belle époque caipira (1892-1920). *In:* XIX ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO. Anais [...]. São Paulo: ANPUH/SP-USP, 8 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom.

LOPES, Luciana Suarez. A formação do município de Ribeirão Preto e o surgimento do comércio e da indústria. *In:* SCOTT, C. (coord.). **Associação comercial e industrial de Ribeirão Preto**: Um espelho de 100 anos (1904-2004). Ribeirão Preto: ACI, Gráfica São Francisco, 2004, p. 167-177.

LOPES, Luciana Suarez. **Ribeirão Preto**: A dinâmica da economia cafeeira de 1870 a 1930. Ribeirão Preto: Fundação Instituto de Livro, 2011.

LOPES, Luciana Suarez. O café e a cidade: A evolução das atividades urbanas em Ribeirão Preto, 1890-1933. **Revista História e Cultura**, Franca, v. 4, n. 2, p. 302-318, set. 2015.

LOPES, Luciana Suarez. A economia e a alocação de riqueza bruta em Ribeirão Preto, 1889-1900. **História Econômica & História de Empresas**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 59-94, jan./jun. 2016.

LOURENÇO, José Manuel. **Palace hotel**: Café, poder e política em Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Alma, 2017.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O plano e o pânico**: Os movimentos sociais na década da abolição. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora UFRJ, Edusp, 2010.

MALTA, Marize. A casa e as múltiplas versões do moderno em revista. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 9, n. 2, p. 217-238, jul./dez. 2016.

MANHAS, Adriana Capretz Borges da Silva; SILVA, Blanche Amancio. **Um olhar verical e horizontal**: 150 anos da construção civil de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: FI, Mendes Sá Editora, 2007.

MARCONDES, Renato Leite; GARAVAZO, Juliana. Comércio e indústria em Ribeirão Preto de 1890 a 1962. *In:* SCOTT, C. (coord.). **Associação comercial e industrial de Ribeirão Preto**: Um espelho de 100 anos (1904-2004). Ribeirão Preto: ACI, Gráfica São Francisco, 2004, p. 211-221.

MARCONDES, Renato Leite; OLIVEIRA, Jorge Henrique Caldeira de. Trocando de mão: O mercado de imóveis rurais em Ribeirão Preto (1874-1930). **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 1 (47), p. 263-285, abr. 2013.

MARCONDES, R. L.; REGISTRO, T. C.; GUAZZELLI, A. M. C. (orgs.). **Ribeirão Preto**: A cidade como fonte de pesquisa. v. I, São Paulo: Prefeitura do *Campus* USP, Seção de Atividades Culturais, 2015.

MARQUES, Higina Teixeira. **Da fotografia na cidade a cidade na fotografia**: Ribeirão Preto 1891-1923. 2015. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Franca, 2015.

MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. **Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da província de São Paulo**. São Paulo; Belo Horizonte: Edusp; Itatiaia, 1879.

MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MASCARO, Luciana Pelaes. **Difusão da arquitetura neocolonial no interior paulista, 1920-1950**. 2008. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo (USP), São Carlos, 2008. v. 1 e 2.

MATTIOLI, Alexandre F. **A teia de poder**: O coronel Junqueira e a política da primeira república – Ribeirão Preto de 1889-1932. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

MELLO, Rafael Cardoso de. **Um "coronel de saias" no interior paulista**: A "rainha do café" em Ribeirão Preto (1896-1920). 2009. Dissertação (Mestrado em História) –

Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Franca, 2009.

MESTRE, João Luís Bengla. **A arquitetura moderna em Sorocaba**: Décadas de 50, 60 e 70. 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2014.

MIGLIORINI, Vera Lucia Blat. **Os padrões de desempenho do uso e ocupação do solo na previsão e controle do adensamento de áreas intraurbanas**. 1997. Tese (Doutorado em Engenharia de Construção Civil e Urbana) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1997.

MIMESSI, Carla. O fim de um marco. **Revista Enfim**, Ribeirão Preto, edição n. 754, p. 8-9, 18 ago. 2007.

MIRANDA, Ana Luísa. **O uso do território pelos homens lentos**: A experiência dos camelôs no centro de Ribeirão Preto. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2005.

MIRANDA, José Pedro. **Ribeirão Prêto**: De ontem e de hoje. Ribeirão Preto: Livraria Eldorado, 1971.

MONTI, Carlo Guimarães. **O empreendedor possível na cafeicultura de Ribeirão Preto**: Joaquim da Cunha Diniz Junqueira (1890-1915). 2014. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Franca, 2014.

MORAES, Maria Luiza de Paiva Melo. **Companhia Agrícola Francisco Schmidt**: Origem, formação e desintegração (1890-1924). 1980. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1980.

MORAES, Maria Luiza de Paiva Melo. **A atuação da firma Theodor Wille & Cia. no mercado cafeeiro do Brasil (1844-1918)**. 1988. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1988.

MOREIRA, Carolina Margarido. **Cultura e urbanização:** Ribeirão Preto em duas décadas (1993-2013). 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (USP), São Carlos, 2015.

NASCIMENTO, Ana Paula. Samuel das Neves: engenharia, urbanismo e periodismo. *In:* VIII SEMINÁRIO NACIONAL DO CMU – Memória e acervos documentais, o arquivo como espaço produtor de conhecimento, 2016, Campinas. **Anais** [...]. Campinas: Unicamp, Centro de Memória – Unicamp (CMU), 2016.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. A toponímia indígena artificial no Brasil: Uma classificação dos nomes de origem tupi criados nos séculos XIX e XX. **Revista Letras Raras**, Campina Grande, v. 9, n. 2, 2020.

NEVES, Dulce (org.). **Memórias de um theatro**: O fio da história. Ribeirão Preto: IPCCIC, 2014.

NOGUEIRA, Emília Costa. O movimento republicano em Itu, os fazendeiros do oeste paulista e os pródromos do movimento republicano. **Revista de História da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 9, n. 20, p. 379-405, 1954.

O DIARIO de S. Paulo nos dá a notícia. **Cinearte**, Rio de Janeiro, n. 15, ano IV, 1936, p. 5.

O'DONNELL, Julia. **A invenção de Copacabana**: Culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

OLIVEIRA, Jorge Henrique Caldeira de. **Ribeirão Preto na República Velha**: economia e riqueza através das transações imobiliárias. 2006. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Franca, 2006.

OLIVEIRA, Jorge Henrique Caldeira de; MARCONDES, Renato Leite. Os negociantes de imóveis durante a expansão cafeeira em Ribeirão Preto (1874-1899). **Revista Tempo** – Revista do Departamento de História da UFF, Niterói, v. 15, p. 111-113, jul. 2003.

PAZIANI, Rodrigo Ribeiro. **Construindo a *petit paris***: Joaquim Macedo Bittencourt e a *belle époque* em Ribeirão Preto (1911-1920). 2004. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Franca, 2004.

PEIXOTO, André Luís Mendes. **Hotéis Umuarama**: O resgate da história de uma época. 2007. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História) – Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto, 2007.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. **Estado e capital cafeeiro:** Burocracia e interesse de classe na condução da política econômica (1889-1930). 1997. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 1997.

PETERSEN, H. A família Diederichsen. *In:* INSTITUTO GENEALÓGICO BRASILEIRO. **Revista Genealógica Brasileira**, Ano II, n. 4. São Paulo: Cruzeiro do Sul, Sociedade Hans Staden, 1941, p. 467-480.

PICCINATO JUNIOR, Dirceu. **Em chão urbano, o senhorio é santo**: Urbanização e aforamento de terras no bispado do Ribeirão Preto entre o Brasil império e a primeira república. 2016. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Centro de Ciências Exatas, Ambientais

e de Tecnologias, Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), Campinas, 2016.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. A história da arquitetura brasileira e a preservação do patrimônio cultural. **Revista CPC**, São Paulo, v. 1, n. 1. nov. 2005/abr. 2006.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Arquitetura residencial verticalizada em São Paulo nas décadas de 1930 e 1940. MUSEU PAULISTA. Anais [...]. São Paulo, v. 16, n. 1, p. 109-149, jan./jun. 2008.

PINTO, Luciana Suarez Galvão. **Ribeirão Preto**: A dinâmica da economia cafeeira de 1870 a 1930. 2000. Dissertação (Mestrado em Economia) – Departamento de Economia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Araraquara, 2000.

PIRES, Júlio Manuel. Crise e recuperação: As décadas de 1930 a 1950. *In:* BACELLAR, C. A. P.; BRIOSCHI, L. R. **Na estrada do Anhanguera**: Uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 1999. p. 165-202.

PORTO, Sergio. **ABC**: O que fômos ôntem... O que sômos hoje... (1903-1953). Ribeirão Preto: Cia. Comércio e Indústria Antônio Diederichsen, 1953.

PRATES, Prisco da Cruz. **Ribeirão Prêto de outróra**. 3. ed. Ribeirão Preto: Gráfica Bandeirante, 1971.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. *In:* FAUSTO, Boris (org.). **História geral da civilização brasileira**. Tomo III: O Brasil Republicano. v. 1: Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). São Paulo: Difel, 1977.

REGISTRO, Tania Cristina; HECK, Leila; Miyasaka, Elza Luli. **História da fotografia** - Levantamento documental sobre a fotografia em Ribeirão Preto - 1890/1950. 2008. Ribeirão Preto: APHRP, 2008.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720)**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1968.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 11. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

REIS, Márcio Vinícius. **O *art déco* na obra getuliana**. Moderno antes do modernismo. 2014. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2014.

REVEL, Jacques. **Jogos de Escalas**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

REVISTA ARQUITETURA E URBANISMO. São Paulo: Instituto de Arquitetos do Brasil, ano I, n. 4, nov./dez. 1936.

REVISTA DE ARQUITETURA. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Belas Artes, n. 4, fev./mar. 1939.

REZENDE, Vera Lucia Ferreira Motta. Planos, regulação urbanística e intervenções no Rio de Janeiro: Diferenças entre pensar e produzir a cidade. *In:* III ENANPARQ – arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva, 2014, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Anparq, 2014.

RIBEIRO, Fausto de Lima Pereira. **Corpos desobedientes em diálogo com a rua**: Processos de construção de ações performáticas no ambiente da cidade. 2017. Dissertação (Mestrado em Artes da Cena) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2017.

RODRIGUES, André Cruz. **Muita construção, alguma arquitetura?** A revista Arquitetura e Urbanismo (IAB) e a cultura arquitetônica moderna no Brasil (1936-1942). 2020. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, Universidade de São Paulo (USP), 2020.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. **Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista (1850-1930)**. São Paulo: IPE-USP, 1986.

SALLES, Ricardo. Abolição no Brasil: Resistência escrava, intelectuais e política (1870-1888). **Revista de Índias**, Madrid, v. LXXI, n. 251, p. 259-284, 2011.

SANCHES, Karla. **A construção da legislação urbanística de Ribeirão Preto**: 1874 a 1935. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paul (USP), São Carlos, 2003.

SANT'ANNA, Márcia. A recuperação do centro histórico de Salvador: Origens, sentidos e resultados. **Revista de Urbanismo e Arquitetura**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 44-59, 2003.

SANTOS, Ivison Poleto dos. A Sociedade Promotora de Imigração: formação e influência, 1886-1895. **Histórica: revista on line do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 25, set. 2007. Disponível em: http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao25/materia02/. Acesso em: 17 fev. 2019.

SANTOS, Ivison Poleto dos. A sociedade promotora de imigração: Formação e influência, 1886-1895. **Histórica**: Revista *on-line* do Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo, n. 25, set. 2007. Disponível em: http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao25/materia02/. Acesso em: 17 fev. 2019.

SANTOS, Roberto Eustáquio dos. **A armação do concreto no Brasil**: História da difusão da tecnologia do concreto armado e da construção de sua hegemonia. 2008. Tese

(Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2008.

SANTOS, Roberto Eustáquio dos; OLIVEIRA, Bernardo Jefferson. A armação do concreto no Brasil: História da difusão da tecnologia do concreto armado. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 15, n. 16, p. 49-59, 1º sem. 2008.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (USP), 2014.

SERRA, Daniela Campos de Abreu. **A participação da sociedade civil organizada na gestão do patrimônio cultural de Ribeirão Preto:** O Conppac/RP. 2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"(Unesp), Franca, 2006.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. *In:* SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil**. v. 3: República: Da *belle époque* à era do rádio. São Paulo: Editora Schwarcz S. A., 2012.

SEVCENKO, Nicolau. A capital Irradiante: Técnica, ritmos e ritos do Rio. *In:* SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil**. v. 3: República: Da *belle époque* à era do rádio. São Paulo: Editora Schwarcz S. A., 2012, p. 513-619.

SILVA, Adriana Capretz Borges da. **Campos Elíseos e Ipiranga**: Memórias do antigo barracão. Ribeirão Preto: Editora COC, 2006.

SILVA, Adriana Capretz Borges da. **Expansão urbana e formação dos territórios de pobreza em Ribeirão Preto**: Os bairros surgidos a partir do Núcleo Colonial Antônio Prado (1887). 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, 2008.

SILVA, Adriana; ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira; SILVA, Michelle Cartolano de Castro; REGISTRO, Tania Cristina. **Filhos do café**: Ribeirão Preto da terra roxa – tradicional em ser moderna. Ribeirão Preto: Museu do Café Francisco Schmidt, Fundação Instituto do Livro, 2010.

SILVA, Benedita Luiza da. **O rei da noite na Eldorado Paulista**: François Cassoulet e os entretenimentos noturnos em Ribeirão Preto (1880-1930). 2000. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Franca, 2000.

SILVA, Eder Donizeti. **A história contada através da arquitetura de uma rua**. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro de Ribeirão Preto, 2011.

SILVA, Joana Mello de Carvalho. **O arquiteto e a produção da cidade**: a experiência de Jacques Pilon em perspectiva 1930-1960. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e

Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2010.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. *In:* Maricato, Hermínia (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa Omega, 1982.

SMCRP - SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA RIBEIRÃO PRETO; APHRP -ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DE RIBEIRÃO PRETO. **Guia de monumentos em lugares públicos de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, 2019.

SOMEKH, Nadia. **A (des)verticalização de São Paulo**. 1987. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1987.

SOMEKH, Nadia. **A cidade vertical e o urbanismo modernizador**. 2. ed. São Paulo: Editora Mackenzie e Romano Guerra Editora, 2014.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **A identidade da metrópole**. São Paulo: Editora Hucitec, Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SUNEGA, Renata Alves. **Quarteirão paulista**: Um conjunto harmônico de edifícios monumentais. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2002.

TEIXEIRA, Larissa. Fazenda de chá moldou história do bairro do Morumbi, em São Paulo. **Folha de S. Paulo** *On-line*, São Paulo, out. 2017. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/sobretudo/morar/2017/10/1925123-fazenda-de-cha-moldou-historia-do-bairro-do-morumbi-em-sao-paulo.shtml. Acesso em: 24 abr. 2018.

TUON, Liamar Izilda. O cotidiano cultural em Ribeirão Preto: A cultura e o lazer entre os anos 1880 e 1920. *In:* MARCONDES, R. L.; REGISTRO, T. C.; GUAZZELLI, A. M. C. (orgs.). **Ribeirão Preto**: A cidade como fonte de pesquisa. v. 1, São Paulo: Prefeitura do *Campus* USP – Ribeirão Preto/Seção de Atividades Culturais, 2015, p. 272-295.

VALADÃO, Valéria. **Memória arquitetônica em Ribeirão Preto**. 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Franca, 1997.

VAZ, Lilian Fessler. Particularidades do processo inicial de verticalização na cidade do Rio de Janeiro. *In:* III ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, maio 1989, Águas de São Pedro. **Anais** [...]. Águas de São Pedro: Anpur, 1989. v. 1, p. 198-207.

VAZ, Lilian Fessler. **Uma história da habitação coletiva na cidade do Rio de Janeiro** – Estudo da modernidade através da moradia. 1994. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1994.

VERÍSSIMO, Francisco Salvador; BITTAR, William S. M. **500 anos da casa no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

VICENTE, Lucas Guimarães. **Entre espelho e fantasia**: A aventura da modernidade de São Paulo a Ribeirão Preto (1920-1930). 2014. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Franca, 2014.

VILLA, Simone Barbosa. **Morar em apartamento**. São Paulo: Oficina de Textos, 2020.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

VILLAS BOAS, Flávia Fernanda Segismundo. **Imóveis protegidos legalmente, mas não concretamente**: Reflexões visando uma prática preservacionista mais efetiva para Ribeirão Preto – SP. 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e *Design*, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

VILLELA, Ana Teresa Cririgliano. Os projetos de Ramos de Azevedo para as casas bancárias de Ribeirão Preto/SP. **Revista Restauro**, São Paulo, v. 4, n. 7, 2020.

WALKER, Thomas W.; BARBOSA, Agnaldo de Sousa. **Dos coronéis à metrópole, fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX**. Tradução de Mariana Carla Magri. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000.

WAISMAN, Marina. **O interior da história:** historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos. São Paulo: Perspectiva, 2013.

WEIMER, Gunter. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

WOLFF, Silvia Ferreira Santos. Visitando a trajetória ou (re)produzindo o passado do Condephaat. **Revista CPC**, São Paulo, v. 13, n. 26 especial, p. 45-62, out./dez. 2018.

ZAKIA, Silvia Amaral Palazzi. **Construção, arquitetura e configuração urbana de Campinas nas décadas de 1930 e 1940**: O papel de quatro engenheiros modernos. 2012. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2012.

ZAMBONI, Debora Prado. **A territorialidade do capital**: Da fazenda ao condomínio, desenhando a cidade. 2018. Tese (Doutorado em Planejamento e Gestão do Território) – Universidade Federal do ABC, Santo André, 2018.

Almanaques:

ALMANACH DA COMARCA DO AMPARO. Campinas: Typ. Livro Azul A. B. de Castro Mendes & C., 1918, p. 371.

ALMANAK-HÉNAULT. Annuario Brasileiro Commercial Illustrado. Rio de Janeiro, [1912,1916, 1917] 1918.

ALMANAK LAEMMERT ADMINISTRATIVO, MERCANTIL, E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, [1848]1940.

ALMANACH ILLUSTRADO DE RIBEIRÃO PRETO. Ribeirão Preto: Sá, Manaia & Cia., 1913.

Anuários Estatísticos:

BRASIL. Ministério da Agricultura, Industria e Commercio e Pela Directoria Geral de Estatistica. Annuário Estatistico do Brazil. Volume I: “Territorio e População”, Rio de Janeiro, 1916. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1908_1912_v1.pdf. Acesso em: 24/5/2019.

BRASIL. Departamento de Estatística e Publicidade. Anuário Estatístico do Brasil, ano III. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1937.pdf. Acesso em: 19/5/2019.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística - IBGE, Estatísticas do Século XX, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1937/populacao1937aeb_14_a_26.pdf. Acesso em: 19/5/2019.

Artigos e/ou matérias de jornal:

A ARCHITECTURA Moderna. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 15 out. 1925, p. 6.

A CONCENTRAÇÃO jornalística DE Ribeirão Preto**. Folha da Manhã.** São Paulo, 29 ago. 1935, p. 16.

A CONCENTRAÇÃO jornalística em Ribeirão Preto**. Correio Paulistano.** São Paulo, 3 set. 1935, p. 3.

A CONSTRUÇÃO de um “arranha-céo”. **Diário de São Paulo**, São Paulo, 28 abr. 1934, p. 5.

A GRÉVE. **Correio Paulistano**, São Paulo, 18 mai. 1907, p. 4.

A LAVOURA do Belém do Descalvado e o trabalho. **A Folha da Victoria**, Vitória, 06 jul. 1887, p. 3.

A NOSSA LAVOURA de café. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, n. 9362, 20 jul. 1904, p. 1.

A NOVA SEDE do Banco Regional de Ribeirão Preto. **A Noite**, Rio de Janeiro, 7 jan. 1929, p. 5.

A INAUGURAÇÃO do “Edifício Zini” em Rio Preto – um palácio de diversões que honra o interior paulista. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 1 jan. 1941, p. 9.

A REUNIÃO dos fazendeiros. **Correio Paulistano**, São Paulo, 15 nov. 1887, p. 1-2.

A TÃO ESPERADA revitalização. **Revide**, Ribeirão Preto, 27 agosto 2015. Disponível em: https://www.revide.com.com.br/editoriais/capa/tao-esperada-revitalizacao-centro-rp/. Acesso em: 16/02/2021.

A TERRA do café. Jornal **Correio Paulistano**, São Paulo, 28 mar. 1952, p. 9.

ABANDONADO, velho edifício pede socorro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 jul. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/ri1107201017 .htm. Acesso em: 09/01/2021.

ABRIU-SE a agencia das novas machinas de costura Americanas. **Correio Paulistano**, São Paulo, 27 fev. 1879, p. 3.

ABRIU-SE a agencia das novas machinas de costura Americanas. **Correio Paulistano**, São Paulo, 16 mar. 1879, p. 3.

ABRIU-SE a agencia das novas machinas de costura Americanas. **Correio Paulistano**, São Paulo, 16 abr. 1879, p. 3.

ABRIU-SE a agencia das novas machinas de costura Americanas. **Correio Paulistano**, São Paulo, 24 abr. 1879, p. 3.

AINDA as enchentes de Ribeirão Preto. **Folha da Manhã**, São Paulo, 12 mar. 1927, p. 4.

AO FISCAL de Bancos em São Paulo. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 31 jul. 1930, p. 5.

ANNUNCIOS. **Correio Paulistano**, São Paulo, 5 out. 1880, p. 3.

ANNUNCIOS. **Correio Paulistano**, São Paulo, 6 out. 1880, p. 4.

ANNUNCIOS. **Correio Paulistano**, São Paulo, 7 out. 1880, p. 3.

ANNUNCIOS. **Correio Paulistano**, São Paulo, 7 out. 1880, p. 3.

ANNUNCIOS, Novo Cassino Paulistano. **Correio Paulistano**, São Paulo, 22 dez. 1885, p. 3.

ANTONIO Diederichsen. **Correio Paulistano**, São Paulo, 04 ago. 1940, p. 21.

ANTONIO Diederichsen. **Correio Paulistano**, São Paulo, 04 out. 1956, p. 7.

ANTONIO Diederichsen. **Correio Paulistano**, São Paulo, 08 ago. 1937, p. 27.

ANTONIO Diederichsen deixou todos os seus bens para entidades assistenciais ribeirão-pretanas. **Folha da Manhã**, São Paulo, 06 nov. 1955, p. 14.

APARTAMENTOS na praia: Palacete Olympia. O Estado de S. Paulo, 21 jul. 1929, p. 19.

APÓS TRÊS anos, Grande Hotel é reaberto. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 abril 2010. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/ri1504201003. htm. Acesso em: 09/01/2021.

AS ESTREITAS idéas do urbanista francez entravam o progresso da cidade. **A Esquerda**. Rio de Janeiro, 21 set. 1928, p. 3.

AS GRANDES construções. **Correio de São Paulo**, São Paulo, 18 jun. 1925, p. 6.

AS INUNDAÇÕES EM Ribeirão Preto. **O Combate**, São Paulo, 9 mar. 1927, p. 6.

AS NOVAS construcções. **Correio Paulistano**, São Paulo, 18 ago. 1922, p. 2.

ASILO Padre Euclides. **Correio Paulistano**, São Paulo, 15 set. 1936, p. 10.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA de Imprensa. **Correio de São Paulo**. São Paulo, 30 ago. 1935, p. 3.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA de Imprensa. **Correio Paulistano**. São Paulo, 29 ago. 1935, p. 3.

BANCO Regional. **Correio Paulistano**, São Paulo, 15 ago. 1928, p. 11.

BANCO Regional de Ribeirão Preto. **Folha de Manhã**, São Paulo, 23 jan. 1931, p. 1.

BANCO MERCANTIL de Santos. **Correio Paulistano**, São Paulo, 5 mar. 1903, p.1.

BANCO NACIONAL de Ribeirão Preto. **Correio Paulistano**, São Paulo, 11 out. 1928, p. 10.

BANCO REGIONAL de Ribeirão Preto. **Folha da Manhã**, São Paulo, 25 ago. 1928, p. 2.

BANCO REGIONAL de Ribeirão Preto. **Correio Paulistano**, São Paulo, 21 set. 1928, p. 10.

BANCO REGIONAL de Ribeirão Preto. **Gazeta de Notícias,** Rio de Janeiro**,** 21 set. 1928, p. 1.

BANCO REGIONAL de Ribeirão Preto. **Diário Nacional**, São Paulo, 24 jul. 1929, p. 11.

BANCO ou Casa Bancária. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 4 abr. 1930, p. 15.

BANCO ou Casa Bancária. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 8 abr. 1930, p. 12.

BANCO ou Casa Bancária. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 10 abr. 1930, p. 11.

BANCO ou Casa Bancária. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 12 abr. 1930, p. 14.

BANCO ou Casa Bancária. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13 abr. 1930, p. 15.

BANDEIRA em leilão. **O Industrial**, Pará, 3 ago. 1903, p. 2.

CAFÉS FINOS despolpados e de terreiro, de qualidade (?) e de estilo typo 2. **Folha da Manhã**, São Paulo, 6 ago. 1933, p. 18.

CAMARA MUNICIPAL de Campinas. **Correio Paulistano**, São Paulo, 23 set. 1936, p. 7.

CAMPANHA PODE acelerar a recuperação. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 agosto 1998. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/ri23089830.htm. Acesso em: 09/01/2021.

CANCELLAMENTO de uma Carta Patente. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 23 jan. 1931, p. 1.

CAPITAL d'Oeste – um nome que é a crystalização de uma verdade patente. **Folha da Manhã**, São Paulo, 07 jul. 1935, p. 27.

CARTA de autorização do Banco Regional de Ribeirão Preto. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 28 dez. 1930, p. 1.

CAUSA Victrix. **Cidade do Rio**, Rio de Janeiro, 16 nov. 1887, p. 2.

CAUSA Victrix. **Cidade do Rio**, Rio de Janeiro, 16 nov. 1887, p. 2.

CEL. MILTON de Freitas Almeida. **Correio Paulistano**, São Paulo, 01 out. 1937, p. 13.

CENAS de vandalismo da Polícia contra estudantes em Rib. Preto. **Diário da Noite**, São Paulo, 20 setembro 1960, p. 2.

CENTRO MAIS charmoso. **Gazeta de Ribeirão**, Ribeirão Preto, 09 abril 2011, p. 06.

CHEGADOS a S.Paulo. **Correio Paulistano**, São Paulo, 9 nov. 1887, p. 2.

CHEGADOS a S.Paulo. **Correio Paulistano**, São Paulo, 1 dez. 1887, p. 2.

CHEGADOS a S.Paulo. **Correio Paulistano**, São Paulo, 21 jan. 1888, p. 2.

CHEGADOS a S.Paulo. **Correio Paulistano**, São Paulo, 11 fev. 1888, p. 3.

CHEGADOS a S.Paulo. **Correio Paulistano**, São Paulo, 3 mar. 1888, p. 3.

CHEGADOS a S.Paulo. **Correio Paulistano**, São Paulo, 27 mar. 1888, p. 2.

CHEGADOS a S.Paulo. **Correio Paulistano**, São Paulo, 27 mar. 1888, p. 2.

CHEGADOS a S.Paulo. **Correio Paulistano**, São Paulo, 10 out. 1888, p. 2.

CHOQUE de Vehiculos. **Correio Paulistano**, São Paulo, 09 dez. 1939, p. 10.

CHOQUE Electrico. **Correio Paulistano**. São Paulo, 23 nov. 1934, p. 9.

CHRONICA Diaria. **Diario do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 8 out. 1858, p. 1.

CINE S. Paulo. **Correio Paulistano**, São Paulo, 2 mai. 1936, p. 10.

CINE São Jorge. **Jornal de Notícias**, São Paulo, 31 agosto 1951, p. 06.

CINE REPÓRTER. São Paulo: edição 00954, ano 1954, 01 maio 1954.

CINE REPÓRTER. São Paulo: edição 00967, ano 1954, 31 julho 1954.

COMPANHIA COMÉRIO E INDUSTRIA "Antonio Diederichsen" – Primeiro Centenário de Ribeirão Preto, **Folha da Manhã**, São Paulo, 19 jun. 1956, p.1.

CONCERTO de machinas. **Correio Paulistano,** São Paulo, 14 mar. 1877, p. 3.

CONCERTO de machinas. **Correio Paulistano,** São Paulo, 16 mar. 1877, p. 3.

CONCERTO de machinas. **Correio Paulistano**, São Paulo, 17 mar. 1877, p. 4.

CONCERTO de machinas. **Correio Paulistano,** São Paulo, 18 mar. 1877, p. 3.

CONCRETO Armado. **Folha da Manhã**. São Paulo, 30 jun. 1936, p. 26.

CONFERÊNCIAS médicas. **Correio Paulistano**, São Paulo, 25 jul. 1937, p. 29.

CONHEÇA a história dos Correios em Ribeirão. **A Cidade ON**, Ribeirão Preto, 14 set. 2014. Disponível em: https://www.acidadeon.com/ribeiraopreto/cotidiano/NOT,2,2,989316,Conheca+a+historia+dos+Correios+em+Ribeirao.aspx. Acesso em: 03/04/2021.

CONPPAC QUESTIONA reforma de Pinguim. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 out. 2009. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/ri2310200908. htm. Acesso em: 09/01/2021.

CONSELHO CONSULTIVO do Estado. **Correio Paulistano**, São Paulo, 7 nov. 1934, p.8.

CONTRIBUI a moderna engenharia para o embelezamento da “Capital do Oeste”. **Folha da Manhã**, São Paulo, 19 junho 1956, p. 15.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo: edição n. 25436, 7 fev. 1939, p. 5.

D. ANNA Diederichsen. **Jornal do Commercio**, Recife, 29 dez. 1919, p. 7.

DE RIBEIRÃO Preto. **Folha da Manhã**, São Paulo, 20 mar. 1934, p. 11.

DE RIBEIRÃO Preto. **Folha da Manhã**, São Paulo, 11 abr. 1934, p. 13.

DE RIBEIRÃO Preto. **Folha da Manhã**, São Paulo, 30 jun. 1936, p. 27.

DE S. PAULO. **A Manhã**, Rio de Janeiro, 16 dez. 1926, p. 9.

DECLARAÇÃO da greve. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 17 mai. 1919, p. 3.

DECLARAÇÃO necessária. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 21 nov. 1917, p. 11.

DECLARAÇÃO necessária. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 27 nov. 1917, p. 10.

DESEJO DE renovação. **Revide**, Ribeirão Preto, 27 agosto 2015. Disponível em: https://revide.com.br/editoriais/capa/desejo-de-renovacao/. Acesso em: 9/1/2021.

DESPACHADOS. **O Despertador**, Rio de Janeiro, 4 set. 1839, p. 4.

DESPACHADOS. **O Despertador**, Rio de Janeiro, 29 ago. 1839, p. 4.

DESPACHOS de exportação**. Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 18 set. 1839, p. 4.

DESPACHOS de exportação**. Jornal do Commercio**, 19 out. 1839, p. 3.

DESPACHOS de exportação**. O Despertador**, Rio de Janeiro, 10 jul. 1840, p. 3.

DESPACHOS de exportação**. O Despertador**, Rio de Janeiro, 13 fev. 1840, p. 3.

DESPACHOS de exportação**. O Despertador**, Rio de Janeiro, 4 ago. 1840, p. 3.

DESPACHOS de exportação**. O Despertador**, Rio de Janeiro, 4 set. 1841, p. 3.

DESPACHOS de exportação**. O Despertador**, Rio de Janeiro, 7 out. 1840, p. 2.

DESPACHOS de exportação**. O Despertador**, Rio de Janeiro, 5 nov. 1840, p. 3.

DESPACHOS de exportação**. O Despertador**, Rio de Janeiro, 6 mai. 1840, p. 3.

DESPACHOS de exportação**. O Despertador**, Rio de Janeiro, 7 out. 1840, p. 3.

DESPACHOS de exportação**. O Despertador**, Rio de Janeiro, 10 mar. 1840, p. 3.

DESPACHOS de exportação**. O Despertador**, Rio de Janeiro, 10 ago. 1841, p. 3.

DESPACHOS de exportação**. O Despertador**, Rio de Janeiro, 12 jul. 1840, p. 3.

DESPACHOS de exportação**. O Despertador**, Rio de Janeiro, 12 ago. 1841, p. 4.

DESPACHOS de exportação**. O Despertador**, Rio de Janeiro, 15 set. 1841, p. 4.

DESPACHOS de exportação**. O Despertador**, Rio de Janeiro, 18 fev. 1840, p. 3.

DESPACHOS de exportação**. O Despertador**, Rio de Janeiro, 19 fev. 1840, p. 3.

DESPACHOS de exportação**. O Despertador**, Rio de Janeiro, 22 mai. 1841, p. 2.

DESPACHOS de exportação**. O Despertador**, Rio de Janeiro, 22 ago. 1841, p. 3.

DESPACHOS de exportação**. O Despertador**, Rio de Janeiro, 25 jul. 1840, p. 4.

DESPACHOS de exportação**. O Despertador**, Rio de Janeiro, 26 set. 1840, p. 2.

DESPACHOS de exportação**. O Despertador**, Rio de Janeiro, 28 mar. 1840, p. 3.

DESPACHOS de exportação**. O Despertador**, Rio de Janeiro, 30 abr. 1840, p. 4.

DESPACHOS de exportação**. O Despertador**, Rio de Janeiro, 29 jul. 1840, p. 3.

DESPACHOS de exportação**. O Despertador**, Rio de Janeiro, 30 ago. 1839, p. 3.

DESPACHOS de exportação**. O Despertador**, Rio de Janeiro, 30 set. 1840, p. 3.

DESPACHOS de exportação**. O Despertador**, Rio de Janeiro, 12 set. 1839, p. 3.

DESPACHOS de exportação**. O Despertador**, Rio de Janeiro, 16 out. 1839, p. 3.

DESPACHOS de exportação**. O Despertador**, Rio de Janeiro, 18 out. 1839, p. 3.

DESPACHOS de exportação**. O Despertador**, Rio de Janeiro, 19 nov. 1839, p. 3.

DESPACHOS de exportação**. Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 22 out. 1839, p. 3.

DESPACHOS de exportação**. Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 26 nov. 1839, p. 3.

DESPACHOS de exportação**. Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 28 nov. 1839, p. 3.

DESPACHOS de exportação**. Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 7 set. 1838, p. 4.

DESPACHOS de exportação**. Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 2 set. 1838, p. 3.

DIÁRIO DA MANHÃ. Ribeirão Preto: 19 junho 1955.

DIEDERICHSEN é palco de muita história. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 julho 2010. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/ri1107201016. htm. Acesso em: 09/01/2021.

DIEDERICHSEN Cultural. **Gazeta de Ribeirão**, Ribeirão Preto, p. 06, 19 agosto 2007.

DIEDERICHSEN tem de ser desocupado até dia 27 de julho. **A Cidade ON**, Ribeirão Preto, 27 junho 2017. Disponível em: https://www.acidadeon.com/ribeiraopreto/multimidia/ galeriadefoto s/ GFOT,0,3,23970,Edificio+Diederichsen+tem+de+ser+desocupado+ate+ dia+27+de+julho.aspx. Acesso em: 04/05/2018.

DULLEY&MILLER sub-agente nesta cidade: Jacob Schmidt. **Correio Paulistano**, São Paulo, 29 mar. 1879, p. 3.

DUPLICAÇÃO DE AVENIDA na zona leste de Ribeirão Preto será retomada por empresa que reformou calçadão no Centro. **G1**, Ribeirão Preto, 14 novembro 2017. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/duplicacao-de-avenida-na-zona-leste-de-ribeirao-preto-sera-retomada-por-empresa-que-refo rmou-calcadao-no-centro.ghtml. Acesso em: 09/01/2021.

EDIFÍCIO da Semana. **Folha da Manhã**, São Paulo, 20 dezembro 1955, p. 22.

EDITAES. **Correio Paulistano**, São Paulo, 18 ago. 1903, p. 4.

EDIFICIO DIEDERICHSEN vai se tornar um centro cultural em Ribeirão Preto. **A Cidade ON**, Ribeirão Preto, 03 outubro 2016. Disponível em: https://www.acidadeon.com/ribeiraopreto/lazerecultura/NOT,2,2,1200489,Edificio+Diederichsen+vai+se+tornar+um+centro+cultural+em+Ribeirao+Preto.aspx. Acesso em: 04/05/2018.

EM RIBEIRÃO Preto. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 1 nov. 1918, p. 3.

EM RIBEIRÃO Preto – O Prédio Diederichsen. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 10 out. 1934, p. 7.

EM TORNO do prédio para a agência local. **Folha da Manhã**, São Paulo, 30 abr. 1935, p. 12.

EMBARCAÇÕES despachadas em 12. **O Despertador**, Rio de Janeiro, 13 set. 1839, p. 4.

EMPRESA VAI “colorir” prédio histórico. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 agosto 1998. Disponível em: https:// https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/ri230898 28.htm. Acesso em: 09/01/2021.

ENTRADAS no dia 22. **O Despertador**, Rio de Janeiro, 23 jul. 1838, p. 3.

ESTAÇÃO de Jardineira. **Correio Paulistano**, São Paulo, 23 out. 1934, p. 9.

ESTUDANTES escolhem prédio na USP para reforma patrocinada por fábrica de tintas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 outubro 1998. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/ri11109816.htm. Acesso em: 9/1/2021.

EXPEDIENTE do Secretário. **Correio Paulistano**, São Paulo, 02 set. 1888, p. 1.

EXPORTAÇÃO. **O Despertador**, Rio de Janeiro, 23 nov. 1839, p. 3.

EXPORTAÇÃO. **O Despertador**, Rio de Janeiro, 26 nov. 1839, p. 3.

EXPOSIÇÃO de Rio Preto. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 10 jul. 1940, p. 6.

EXPOSIÇÃO Ford. **Folha da Manhã**. São Paulo, 23 mar. 1935, p. 12.

FALECIMENTOS – Antonio Diederichsen. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 02 out. 1955, p. 14;

FALECEU em Ribeirão Preto o sr. Antonio Diederichsen. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 04 out. 1955, p. 4.

FESTIVAMENTE COMMEMORADA a cobertura do 6º andar do edifício Diederichsen. **Folha da Manhã**. São Paulo, 14 ago. 1935, p. 11.

FILA de espera do passado. **Gazeta de Ribeirão**, Ribeirão Preto, 03 janeiro 2010.

FOI ATTENDIDO o Banco Regional de Ribeirão Preto. **A Noite**, Rio de Janeiro, 20 set. 1928, p. 3.

FOI CANCELLADA a Carta Patente. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 23 jan. 1931, p. 4.

FUGIU E FOI PRESO nesta cidade. **Correio Paulistano.** São Paulo, 5 mai. 1936, p. 9.

GINASIO Paulistano. **Acrópole**, São Paulo, n. 8, p. 39-47, dez. 1938.

GOVERNO do Estado. **Correio Paulistano**, São Paulo, 11 jul. 1956, p. 2.

GRANDE leilão. **Correio Paulistano**, São Paulo, 13 set. 1881, p. 4.

GRANDES FESTIVIDADES assinalaram a passagem do 50.o aniversário da Associação Comercial. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 10 ago. 1954, p. 15.

GRAVE CONFLITO em Ribeirão Preto. **A Noite**, Rio de Janeiro, 11 outubro 1945, p. 02.

HERÓI da resistência. **Gazeta de Ribeirão**, Ribeirão Preto, 18 julho 2010, p. 11.

HISTÓRIA DO Café – Projeto sai da gaveta. **Gazeta de Ribeirão**, Ribeirão Preto, 04 dezembro 2008.

HISTORICO, Grande Hotel reabre as portas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 setembro 2009. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/ri2709 200913.htm. Acesso em: 09/01/2021.

HOMENAGEM a um industrial. **Correio Paulistano**, São Paulo, 30 mar. 1952, p. 5.

HOMENAGEM a um pioneiro. **Correio da Manhã**, São Paulo, 09 set. 1956, p. 10.

HOMENAGEM a um propulsor da indústria ribeirão-pretana. **Correio Paulistano**, São Paulo, 01 jul. 1958, p. 3.

HOMENAGEM ao fundador do Banco Construtor. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 08 ago. 1952, p. 7.

INAUGURAÇÃO da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. **Correio Paulistano**, São Paulo, 15 maio 1952, p. 3.

INAUGURAÇÃO da nova secção de fundição das officinas do Banco Constructor. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 13 abr. 1926, p. 10.

INAUGURADA a herma de Antonio Diederichsen, em Ribeirão Preto. **Folha da Manhã**, São Paulo, 21 dez. 1956, p. 13.

INAUGURA-SE amanhã a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. **Correio Paulistano**, São Paulo, 16 maio 1952, p. 07.

INDESP SOLICITA intervenção da PF na fiscalização dos bingos de Ribeirão. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 04 dezembro 1999. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/ri0412199901.htm 4/12/1999. Acesso em: 9/1/2021.

INDICADOR de Ribeirão Preto. **Folha da Manhã**, São Paulo, 2 abr.-1 jun. 1935, p. 11-19.

ISENÇÃO DE IMPOSTOS para o “Prédio Diederichsen”. **Correio Paulistano**, São Paulo, 9 nov. 1934, p. 11.

INSTALOU-SE o II Congresso das Câmaras Municipais de S. Paulo. **A Noite**, rio de Janeiro, 14 jun. 1949, p. 16.

JORNAL DA CIDADE – Estância Turística de Batatais. Carlos Zamboni, o artista engenheiro, Batatais, 21 ago. 2020 (parte 1) e 04 set. 2020 (parte 2). Disponível em: https://jornaldacidadebatatais.com.br/?s=zamboni. Acesso em: 5/2/2021.

JUSTIÇA e Segurança Pública. **Correio Paulistano**, São Paulo, 18 nov. 1913, p. 9.

JUSTIÇA e Segurança Pública. **Correio Paulistano**, São Paulo, 19 fev. 1914, p. 5.

LICENÇAS para instalação de apparelhos radio-telephonicos. **O Brasil**, Rio de Janeiro, 22 mar. 1925, p. 1.

LIBERADO o preço do café vendido em xícara, na cidade de Rib. Preto. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 20 dez. 1956, p. 16.

LOJA DE calçados interrompe obras no antigo Pinguim. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 outubro 2009. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/ri2810200906.htm. Acesso em: 9/1/2021.

MAIS UM BANCO autorizado a funcionar, pelo ministro da Fazenda, em Ribeirão Preto. **A Manhã**, Rio de Janeiro, 21 set. 1928, p. 1.

MESMO APÓS tombamento, patrimônios correm riscos na região de Ribeirão. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 março 2014. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/2014/03/1425979-mesmo-apos-tombamento-patrimonios-correm-riscos-na-regiao-de-ribeirao.shtml. Acesso em: 09/01/2021.

MINISTERIO da Fazenda. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 28 dez. 1930, p. 12.

MOVIMENTO operário. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 17 mai. 1907, p. 3.

MPE MOVE ação para barrar obras. **Jornal Tribuna Ribeirão**, Ribeirão Preto, 05 abril 2018. Disponível em: https://www.tribunaribeirao.com.br/site/mpe-move-acao-para-barrar-obras/. Acesso em: 09/01/2021.

NECROLOGIA – Antonio Diederichsen. **Correio Paulistano**, São Paulo, 02 out. 1955, p. 2.

NOVA Casa de Diversões. **Correio Paulistano**, São Paulo, 2 set. 1934, p. 4.

NOVO Cassino. **Correio Paulistano**, São Paulo, 29 set. 1885, p. 3.

NOVO Cassino Paulistano. **Correio Paulistano**, São Paulo, 23 dez. 1885, p. 3.

NOVO Cassino Paulistano. **Correio Paulistano**, São Paulo, 24 dez. 1885, p. 3.

NOVO DIRECTORIO e Conselho Consultivo do P.R.P. de Campinas. **Correio de S. Paulo**, São Paulo, 2 abr. 1934, p. 2.

NOVO EDIFÍCIO Diederichsen. **Folha da Manhã**, São Paulo, 06 ago. 1939, p. 17.

NOVO estabelecimento bancário em Ribeirão Preto. **Correio da Manhã**, São Paulo, 21 ago. 1928, p. 7.

NOVO estabelecimento de crédito. **Folha da Manhã**, São Paulo, 10 ago. 1928, 10.

O II TORNEIO “Antonio Diederichsen” promovido pelo S.E.S.I. **A Gazeta Esportiva**, São Paulo, 11 nov. 1957, p. 37.

O BANCO Brasileiro de Descontos S/A entrega à progressista cidade de Ribeirão Preto o “Edifício Bradesco”. **Folha da Manhã**, São Paulo, 08 maio 1955.

O CORREIO Paulistano deu notícia. **Jornal do Recife**, Recife, 25 nov. 1887, p. 1.

O DIEDERICHSEN rachado. **Inconfidência Ribeirão**, Ribeirão Preto, 30 maio 2010. Disponível em: inconfidenciaribeirao.com/2010/05/o-diederichsen-rachado/. Acesso em: 9/1/2021.

"O ESTADO" em visita aos municípios – O município de Rio Preto. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 8 abr. 1940, p. 2.

"O ESTADO" em visita aos municípios (zona araraquarense) – O município de Rio Preto. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 18 abr. 1940, p. 3.

"O ESTADO" em visita aos municípios (zona araraquarense) – O município de Rio Preto. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19 abr. 1940, p. 2.

"O ESTADO" em visita aos municípios (zona araraquarense) – O município de Rio Preto. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 24 abr. 1940, p. 7.

"O ESTADO" em visita aos municípios (zona araraquarense) – O município de Rio Preto. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 25 abr. 1940, p. 7.

"O ESTADO" em visita aos municípios (zona araraquarense) – O município de Rio Preto. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 28 abr. 1940, p. 9.

"O ESTADO" em visita aos municípios (zona araraquarense) – O município de Rio Preto. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 30 abr. 1940, p. 9.

"O ESTADO" em visita aos municípios (zona araraquarense) – O município de Rio Preto. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 1 mai. 1940, p. 7.

"O ESTADO" em visita aos municípios (zona araraquarense) – Os districtos do município de Rio Preto. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 4 mai. 1940, p. 7.

"O ESTADO" em visita aos municípios (zona araraquarense) – Ainda o município de Rio Preto. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 30 mai. 1940, p. 6.

O MOMENTO político. **Correio de São Paulo**, São Paulo, 2 mai. 1933, p. 1.

O NOVO hotel no Edifício Diederichsen. **Folha da Manhã**, São Paulo, 15 mai. 1936, p. 15.

O REQUERIMENTO foi indeferido. **A Noite**, Rio de Janeiro, 2 set. 1930, p. 2.

O VELHO Diederichsen. **Inconfidência Ribeirão**, Ribeirão Preto, primeira quinzena, setembro 2010. Disponível em: http://inconfidenciaribeirao.com/2010/01/o-velho-diederichsen/. Acesso em: 09/01/2021.

OBRA EMBARGADA. **Gazeta de Ribeirão**, Ribeirão Preto, 13 dezembro 2007, p. 10.

OBRAS NO calçadão de Ribeirão Preto são finalizadas após 5 anos, mas lojistas dizem que projeto inicial foi ignorado. **Jornal da EPTV**, Ribeirão Preto, 28 julho 2017. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/obras-no-calcadao-de-ribeirao-

preto-sao-finalizadas-apos-5-anos-mas-lojistas-dizem-que-projeto-inicial-foi-ignorado.ghtml. Acesso em 15/03/2021.

OFFICIOS assignados pelo Director Geral. **Correio Paulistano**, São Paulo, 24 nov. 1934, p. 2.

OUÇA Hoje: Honra ao Mérito. **Diário da Noite**, São Paulo, 31 mar. 1952, p. 5.

OUTRO GRANDES, que ajudaram a cidade a crescer. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 16 jun. 1956, p. 20.

PALACETE Olympia: Apartamentos na Praia. **O Estado de S. Paulo**, 12 jul. 1929, p. 4.

PALACETE Olympia: Aposentos na Praia José Menino. **O Estado de S. Paulo**, 30 jun. 1929, p. 22.

PARA A Europa. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 7 jun. 1893, p. 2.

PARTE policial – Dia 20. **Correio Paulistano**, São Paulo, 22 jan. 1880, p. 2.

PARTE TRINCADA da história. **Gazeta de Ribeirão**, Ribeirão Preto, 13 junho 2010.

PINGUIM FECHA unidade do edifício Diederichsen, a 1ª aberta em Ribeirão Preto. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 outubro 2009. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/ri1410200907.htm. Acesso em: 09/01/2021.

PREDIO Diedericksen. **Correio Paulistano**. São Paulo, 7 mai. 1935, p. 9.

PREDIO Diederichsen. **Correio Paulistano**. São Paulo, 6 ago. 1936, p. 13.

PRÉDIO ONDE surgiu o bar Pinguim é tombado. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 03 setembro 2005. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0309200527.htm. Acesso em: 9/1/2021.

PREFEITURA. **Folha da Noite**, São Paulo, 03 mar. 1923, p. 2.

PREFEITURA do município. **Correio Paulistano**, São Paulo, 19 mar. 1919, p. 5.

PREFEITURA Municipal [de Campinas]. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 8 jan. 1937, p. 6.

PRESERVAÇÃO do patrimônio. **Gazeta de Ribeirão**, Ribeirão Preto, 07 dezembro 2008.

PRIMEIRO morador do hotel retorna ao local após 54 anos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 julho 2010. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/ri1107201018.htm. Acesso em: 9/1/2021.

PRINCÍPIO DE incêndio no edifício mais antigo de Ribeirão assusta moradores. **G1**, Ribeirão Preto, 29 janeiro 2013. Disponível em: g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2013/01/principio-de-incendio-no-edificio-mais-antigo-de-ribeirao-assusta-moradores.html. Acesso em 09/01/2021.

PRÓ ESCOLA Apostólica de S. José. **Correio Paulistano**, São Paulo, 23 out. 1934, p. 9.

PRO "Formigueiro n. 71". **Correio Paulistano**, 7 jun. 1942, p. 17.

PROCESSO remetido ao fiscal de Bancos em S. Paulo. **Correio Paulistano**, São Paulo, 31 jul. 1930, p. 1.

PROJETO para construção do Edifício do Banco Bandeirantes do Comercio S/A à Rua São Sebastião n. 39 em Ribeirão Preto – E. de S. Paulo. **Acrópole**, São Paulo, n. 94, p. 276 e 277, fev. 1946.

PROJETO PREVÊ o Centro de Ribeirão de cara nova. Jornal **A Cidade ON,** Ribeirão Preto, 29 abril 2014. Disponível em: https://www.acidadeon.com/ribeiraopreto/cotidiano/cidades/NOT,2,2,947326,Projeto+preve+o+Centro+de+Ribeirao+de+cara+nova.aspx. Acesso em 9/1/2021.

PROTESTO. **O Ribeirão Preto**, Ribeirão Preto, 16 ago. 1891, p. 2.

REABERTO HÁ TRES meses, Grande Hotel volta a fechar suas portas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 julho 2010. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/ri1507201015.htm Acesso em: 9/1/2021.

REGISTRO de Título, **Correio Paulistano**, São Paulo, 12 fev. 1927, p. 10.

RETRATOS de uma Alemanha que o progresso está apagando, **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 26 nov. 1978, p. 21.

REUNIÃO de credores. **Correio Paulistano**, São Paulo, 1 set. 1881, p. 3.

REUNIÃO de credores. **Correio Paulistano**, São Paulo, 3 set. 1881, p. 3.

REUNIÃO de Lavradores. **A Imprensa: Orgam do Partido Liberal,** Teresina, 24 dez. 1887, p. 2.

REUNIÃO de jornalistas. **Correio Paulistano**, 6 ago. 1942, p. 7.

REVIDE. Ribeirão Preto: edição n. 46, julho 1992.

REVISÃO do anno de 1888. **Correio Paulistano**, São Paulo, 27 dez. 1888, p. 4.

RIBEIRÃO Preto. **O Estado de S. Paulo, São Paulo**, 19 jan. 1905, p. 2

RIBEIRÃO Preto. **Brasil Revista**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 322, jun. 1948.

RIBEIRÃO Preto. **Correio Paulistano**, São Paulo, 15 mai. 1905, p. 3.

RIBEIRÃO Preto. **Correio Paulistano**, São Paulo, 9 mar. 1918, p. 4.

RIBEIRÃO Preto. **Jornal do Commercio**, Manaus, 27 dez. 1957 – 2 jan. 1958, p. 7.

RIBEIRÃO Preto. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 5 mar. 1918, p. 5.

RIBEIRÃO Preto. **Correio Paulistano**, São Paulo, 23 abr. 1920, p. 4.

RIBEIRÃO Preto. **Correio Paulistano**, São Paulo, 24 jun. 1920, p. 3.

RIBEIRÃO Preto. **Correio Paulistano**, São Paulo, 9 out. 1920, p. 5.

RIBEIRÃO Preto. **Correio Paulistano**, São Paulo, 4 out. 1920, p. 4.

RIBEIRÃO Preto. **Correio Paulistano**, São Paulo, 30 out. 1920, p. 5.

RIBEIRÃO Preto. **Correio Paulistano**, São Paulo, 11 nov. 1920, p. 4.

RIBEIRÃO Preto. **Correio Paulistano**, São Paulo, 30 out. 1922, p. 4.

RIBEIRÃO Preto. **Diário de S. Paulo**, São Paulo, 4 abr. 1934, p. 11.

RIBEIRÃO Preto. **Estado de S. Paulo**, São Paulo, 22 abr. 1934, p. 6.

RIBEIRÃO PRETO – quarta cidade de S. Paulo. **A Noite**, Rio de Janeiro, 15 fev. 1949, p. 19.

RIBEIRÃO Preto e o Centenário. **Correio Paulistano**, São Paulo, 1 ago. 1922, p. 5.

RIBEIRÃO Preto – Homenagem. **Correio Paulistano**, São Paulo, 16 dez. 1937, p. 16.

RIBEIRÃO Preto – Homenagem. **Correio Paulistano**, São Paulo, 20 fev. 1938, p. 27.

RIBEIRÃO Preto – Homenagem. **Correio Paulistano**, São Paulo, 21 jul. 1938, p. 12.

RIBEIRÃO PRETO – Palacete Diederichsen. **A Noite**, Rio de Janeiro, 11 mai. 1934, p. 10.

RIBEIRÃO Preto – no Cine S. Paulo. **Folha da Manhã**, São Paulo, 22 out. 1939, p. 16.

RIO PRETO, o importante crescimento da zona araraquarense. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 4 fev. 1940, p. 7.

SANTA CASA dá aval. **Gazeta de Ribeirão**, Ribeirão Preto, 23 outubro 2007, p. 14.

SANTA CASA de Ribeirão decide reformar prédio e inquilinos recebem ordem de desocupação: 'Cruel'. **Jornal da EPTV**, Ribeirão Preto, 09 junho 2017. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/santa-casa-de-ribeirao-dec ide-reformar-predio-e-inquilinos-recebem-ordem-de-desocupacao-cruel.ghtml. Acesso em: 4/5/2018.

TERRERI & ZAMBONI – Architectos e Constructores. **Acrópole**, São Paulo, n. 8, p. 14, dez. 1938.

TITO Schipa. **Correio Paulistano.** São Paulo, 24 jun. 1941, p. 13.

TITO Schipa. **Correio Paulistano.** São Paulo, 6 jul. 1941, p. 27.

TRANSMISSÃO de propriedade. **Folha da Manhã**, São Paulo, 29 abr. 1934, p.1.

TURBINAS para fabricação de assucar. **Folha da Manhã**, São Paulo, 7 jul. 1935, p. 1.

ÚLTIMO TYPO de Ford "V 8". **Correio Paulistano**. São Paulo, 30 jan. 1938, p. 27.

UM MARCO de Civilisação. **A Cigarra.** São Paulo, nov. 1934, p. 96, 97 e 153.

UMA IMPORTANTE **Exposição.** Correio Paulistano, São Paulo, 6 mar. 1916, p. 4**.**

UMA VIDA de trabalho. **Diário de Notícias**, Ribeirão Preto, 10 jan. 1937, p. 1.

UM PLANO gigantesco para a cidade-modelo. **Jornal de Notícias**, São Paulo, edição 01219, ano 1950, 16 abril 1950.

VAE FECHAR um banco em Ribeirão Preto. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 23 jan. 1931, p. 6.

VAE FUNCCIONAR o Banco Regional de Ribeirão Preto. **A Esquerda**, Rio de Janeiro, 21 set. 1928, p. 4.

VARIAS notícias da cidade de Rio Preto. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 29 jan. 1941, p. 7.

VARIAS notícias da Inspetoria Geral dos Bancos. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, 30 jul. 1930, p. 9.

VELHO Hotel é despejado. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 02 setembro 1969, p. 20.

VIDA Militar. **Correio Paulistano**, São Paulo, 5 dez. 1912, p. 9.

VIDA militar. **Correio Paulistano**, São Paulo, 22 nov. 1913, p. 8.

Legislação:

BRASIL (Império). [Constituição (1824)]. Constituição Política do Império do Brazil de 1824. **Coleção das leis do Império do Brasil de 1824**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1886.

BRASIL (Império). Lei n. s/n, de 1º de outubro de 1828. Dá nova forma às Câmaras Municipais, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz. **Coleção das leis do Império do Brasil de 1824**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

BRASIL (República). [Constituição (1891)]. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891. **Diário Oficial**, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, DF, 24 fev. 1891.

BRASIL (República). [Constituição (1934)]. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, DF, 16 jul. 1934. Seção 1, p. 01.

BRASIL (República). [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 05 out. 1988. Seção 1, p. 01.

BRASIL (República). Decreto n. 50-A, de 7 de dezembro de 1889. Dissolve a Câmara Municipal e cria o Conselho de Intendência Municipal. **Coleção das leis do Império do Brasil de 1889**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, p. 182, v. 1.

BRASIL (República). Decreto n. 5481, de 25 de junho de 1928. Dispõe sobre a alienação parcial dos edificios de mais de cinco andares e dá outras providencias. **Coleção de Leis do Brasil 1928**, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, DF, 25 jun. 1928, v. 1, p. 108.

BRASIL (República). Decreto n. 23.569, de 11 de dezembro de 1933. Regula o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor. **Diário Oficial**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 15 e 16 dez. 1933, 17 mar. 1934.

BRASIL (República). Decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 06 dez. 1937. Seção 1, p. 24056.

BRASIL (República). Decreto-lei n. 4.598, de 20 de agosto de 1942. Dispõe sobre aluguéis de residências e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 21 ago. 1942. Seção 1, p. 12897.

BRASIL (República). Decreto-lei n. 9.669, de 29 de agosto de 1946. Regula a locação de prédios urbanos. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 29 ago. 1946.

BRASIL (República). Lei n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. **Coleção de Leis do Brasil**, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, DF, 01 jan. 1916.

BRASIL (República). Lei n. 7.505, de 02 de julho de 1986. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 jul. 1986. Seção 1, p. 9763.

BRASIL (República). Lei n. 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei n. 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 dez. 1991. Seção 1, p. 30261.

BRASIL (República). Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Diretoria Geral de Estatística. **Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1890**. Rio de Janeiro: Typographia da Estatistica, 1905.

BRASIL (República). Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Diretoria Geral de Estatística**. Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1900**. Rio de Janeiro: Officina da Estatistica, 1898.

RIBEIRÃO PRETO. Lei n. 23, de 18 de janeiro de 1897. Cria o 3º Distrito Urbano de Ribeirão Preto.

RIBEIRÃO PRETO. Câmara Municipal de Ribeirão Preto. **Código de posturas**. Ribeirão Preto: Tipografia a vapor do Diario da Manhã, 1902.

RIBEIRÃO PRETO. Resolução n. 841, de 28 de setembro de 1920. Prohibe a construcção e reconstrucção de prédios dum só andar, na rua General Osorio.

RIBEIRÃO PRETO. Câmara Municipal de Ribeirão Preto. **Código de posturas**. Ribeirão Preto: Typ. Livro Verde - A. Dionysio, 1921.

RIBEIRÃO PRETO. Lei n. 256, de 11 de outubro de 1921.

RIBEIRÃO PRETO. Lei n. 267, de 17 de julho de 1922.

RIBEIRÃO PRETO. Lei n. 277, de 16 de julho de 1923.

RIBEIRÃO PRETO. Ato n. 11, de 11 de dezembro de 1933. Adota para o município o Código de Obras Artur Saboia com modificações.

RIBEIRÃO PRETO. Ato n. 60, de 23 de julho 1934a. Altera o nome de trecho da atual Avenida Independência para Avenida Nove de Julho.

RIBEIRÃO PRETO. Ato n. 90, de 14 de dezembro de 1934b. Isenta dos impostos prediaes, viação urbana e demais taxas concernentes a estes impostos, o prédio do sr. Antonio Diederichsen.

RIBEIRÃO PRETO. Lei n. 56, de 09 de junho de 1934c. Denomina "Praça Luiz de Camões" a praça fronteira ao hospital da Beneficência Portuguesa, que se limita pelas ruas Bernardino de Campos, Visconde de Inhaúma, Ruy Barbosa e Tibiriçá.

RIBEIRÃO PRETO. Lei n. 102, de 10 dezembro 1940. Denomina Praça da Bandeira a atual Praça 13 de Maio.

RIBEIRÃO PRETO. Lei n. 219, de 21 de dezembro de 1951. Dispõe sobre reconstruções de fachadas de prédios.

RIBEIRÃO PRETO. Resolução n. 31, de 27 de março de 1952. Determine diversas providências [horários, itinerários e ponto de partida e chegada do transporte coletivo intermunicipal].

RIBEIRÃO PRETO. Lei n. 299, de 20 de maio de 1953. Concede ao Sr. Antonio Diederichsen, o título de “Cidadão Ribeirão-Pretano”.

RIBEIRÃO PRETO. Lei n. 411, de 11 de maio de 1955a. Considera como parte integrante da zona residencial da cidade, diversos logradouros públicos.

RIBEIRÃO PRETO. Decreto n. 07, de 01 de outubro de 1955b. Decreta luto oficial por 3 dias pelo falecimento de Antonio Diederichsen.

RIBEIRÃO PRETO. Lei n. 514, de 13 de setembro de 1956. Denomina de “Antonio Diederichsen” a primeira Avenida ou Praça a ser aberta nesta cidade.

RIBEIRÃO PRETO. Lei n. 533, de 11 de março de 1957. Ereção de uma herma ao sr. Antonio Diederichsen na Praça Joaquim Cunha.

RIBEIRÃO PRETO. Lei n. 1627, de 2 de setembro de 1965. Denomina de “Antonio Diederichsen” a Avenida a ser aberta com a desapropriação da área ocupada pela Cia. Mojiana de Estradas de Ferro.

RIBEIRÃO PRETO. Lei n. 2002, de 30 de novembro de 1967. Cria o Conselho Municipal de Cultura e dá outras providências.

RIBEIRÃO PRETO. Decreto n. 59, de 06 de junho de 1968a. Aposenta o funcionário Dr. Nelson Rodrigues Nóbrega.

RIBEIRÃO PRETO. Decreto n. 80, de 22 de julho de 1968b. Retifica o Decreto n. 59/68 – aposenta o Dr. Nelson Rodrigues Nóbrega.

RIBEIRÃO PRETO. Lei n. 2508, de 01 de setembro de 1971. Cria o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural do Município.

RIBEIRÃO PRETO. Lei n. 2764, de 08 de junho de 1973. Dispõe sobre a proteção especial a valores históricos e artísticos de edifício [Teatro Pedro II] que especifica e dá outras providências.

RIBEIRÃO PRETO. Lei n. 2890, de 28 de maio de 1974. Dispõe sobre a defesa dos bens e locais de valor histórico e artístico existentes no município de ribeirão preto e dá outras providências.

RIBEIRÃO PRETO. Lei n. 3568, de 20 de dezembro de 1978. Adota no município o Decreto-lei n. 211, de 1970, e seu regulamento baixado pelo Decreto n. 12342/78, para os fins que especifica.

RIBEIRÃO PRETO. Decreto n. 313, de 28 de setembro de 1982. Dispõe sobre interdição de imóvel e dá outras providências.

RIBEIRÃO PRETO. Decreto n. 333, de 26 de dezembro de 1983. Define e delimita setores e subsetores no distrito sede do município de Ribeirão Preto.

RIBEIRÃO PRETO. Decreto n. 160, de 10 de agosto de 1984a. Dispõe sobre a constituição do Conselho Municipal de Difusão da Cultura e Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do município de Ribeirão Preto.

RIBEIRÃO PRETO. Lei n. 4524, de 17 de agosto de 1984b. Considera como de valor histórico e artístico o prédio da Rua Duque de Caxias n. 547 (Biblioteca Cultural Altino Arantes).

RIBEIRÃO PRETO. Lei n. 4584, de 13 de março de 1985. Considera como de valor histórico e cultural imóveis localizados na Rua Álvares Cabral, integrantes do denominado “Quarteirão Paulista”.

RIBEIRÃO PRETO. Lei n. 4881, de 06 agosto de 1986. Considera como de valor histórico e cultural o prédio da Rua Caramuru, 250, e dá outras providências.

RIBEIRÃO PRETO. Lei n. 5341, de 28 de março de 1988a. Considera como de valor histórico e arquitetônico dos prédios dos museus Municipal e do Café, e dá outras providências.

RIBEIRÃO PRETO. Lei n. 5243, de 28 março de 1988b. Considera como de valor histórico e artístico o imóvel localizado à Praça Rio Branco [Palácio Rio Branco].

RIBEIRÃO PRETO. Decreto n. 21, de 05 de fevereiro de 1988. Regulamenta a lei n. 2.876, de 23/04/74 referente a fixação de publicidade no município.

RIBEIRÃO PRETO. Lei orgânica do município de Ribeirão Preto, de 5 de abril de 1990a. Disponível em: https://www.camararibeiraopreto.sp.gov.br/lei_organica.pdf. Acesso em 05/03/2020.

RIBEIRÃO PRETO. Lei n. 5697, de 13 de março de 1990b. Dispõe sobre as atividades artísticas e culturais da Prefeitura Municipal, como permissionária no uso do Teatro Pedro II, cria o Fundo Especial para sua preservação, autoriza convênios e dá outras providências.

RIBEIRÃO PRETO. Concurso n. 01/90, de 26 de outubro de 1990c. Concurso de Ideias para Renovação Urbana da Área Central de Ribeirão Preto – “Calçadão”.

RIBEIRÃO PRETO. Lei n. 6067, de 21 de agosto de 1991. Considera como de valor histórico e arquitetônico o prédio onde se encontra instalado o “Hotel Brasil”.

RIBEIRÃO PRETO. Lei Complementar n. 130, de 02 de julho de 1992a. Dispõe sobre o Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, integrante da estrutura administrativa da Secretaria da Cultura, e dá outras providências.

RIBEIRÃO PRETO. Lei n. 6514, de 16 de outubro de 1992b. Torna de valor histórico e utilidade pública, o acervo dos jornais: Diário da Manhã, A Tarde, Diário de Notícias e A Palavra.

RIBEIRÃO PRETO. Lei Complementar n. 206, de 30 de dezembro de 1992c. Dispõe sobre as normas para o uso de espaço público, em seus aspectos paisagísticos e ambientais, e para colocação de anúncios e letreiros na área de revitalização do centro de Ribeirão Preto (calçadão), e dá outras providências.

RIBEIRÃO PRETO. Lei n. 6597, de 20 de janeiro de 1993a. Considera de valor histórico o imóvel onde está instalado o Mercado Municipal.

RIBEIRÃO PRETO. Decreto n. 143, de 21 de maio de 1993b. Regulamenta a lei complementar n. 206, de 30 de dezembro de 1992 que dispõe sobre as normas para uso do espaço público em seus aspectos paisagísticos e ambientais, e para colocação de

anúncios e letreiros na área de revitalização do centro de Ribeirão Preto (calçadão), e dá outras providências.

RIBEIRÃO PRETO. Decreto n. 356, de 20 de dezembro de 1993c. Regulamenta os artigos 1º, Inciso I e II, parágrafos 1º e 2º, da lei complementar 206, de 30 de dezembro de 1992.

RIBEIRÃO PRETO. Lei n. 6826, de 09 de junho de 1994. Considera como de valor histórico e cultural o imóvel em que é sede a Cia. Nacional de Estamparia (CIANE), antiga Indústria Matarazzo.

RIBEIRÃO PRETO. Lei Complementar n. 501, de 31 de outubro de 1995. Dispõe sobre a instituição do Plano Diretor do município de Ribeirão Preto e dá outras providências.

RIBEIRÃO PRETO. Lei n. 7521, de 17 de outubro de 1996. Dispõe sobre a criação do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural do município de Ribeirão Preto e dá outras providências. (Revoga a lei n. 2.508/71).

RIBEIRÃO PRETO. Lei n. 7878, de 31 de outubro de 1997. Considera de Valor Histórico o imóvel localizado à Rua Barão do Amazonas cruzamento com a Avenida Francisco Junqueira, onde funcionava a antiga Rádio PRA/7.

RIBEIRÃO PRETO. Lei n. 8445, de 20 de maio de 1999. Considera de valor histórico-cultural o acervo do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto e dá outras providências.

RIBEIRÃO PRETO. Lei n. 8787, de 16 de maio de 2000. Institui o "Projeto de Revitalização do Centro de Ribeirão Preto", autoriza a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, com interveniência da Casa Civil, Secretaria da Fazenda, Secretaria de Planejamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Infraestrutura, Procuradoria Geral do município e a CODERP - Companhia de Desenvolvimento Econômico de Ribeirão Preto a celebrar convênio com a "ACI" Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto e dá outras providências.

RIBEIRÃO PRETO. Lei Complementar n. 1243, de 01 de outubro de 2001. Altera os incisos I, II, III e IV, do artigo 3º e o artigo 27, da lei n. 7.521/96 – Dispõe sobre a criação do CONPPAC-RP, Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural do município de Ribeirão Preto.

RIBEIRÃO PRETO. Lei n. 9567, de 23 de maio de 2002a. Revoga em todos seus termos a lei municipal n. 6.826/94 – (Considera como de valor histórico o imóvel da Cia. Nacional de Estamparia-CIANE).

RIBEIRÃO PRETO. Lei n. 9495, de 12 de março de 2002b. Altera os incisos do artigo 3º, da lei n. 7521, de 17 de outubro de 1996, que dispõe sobre a criação do CONPPAC-RP, Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural do município de Ribeirão Preto.

RIBEIRÃO PRETO. Decreto n. 12, de 28 de janeiro de 2004a. Declara tombamento das 3 (três) chaminés, forno industrial, pórtico de entrada, rua interna de entrada, rua interna

com calçamento em paralelepípedos, o conjunto de prédios formado pela antiga casa do caseiro e do galpão contiguo e as árvores existentes no entorno, do imóvel localizado na Rua Municipal, n. 252, nesta cidade de Ribeirão Preto, elementos remanescente do antigo prédio denominado Cerâmica São Luiz, observando áreas envoltórias definidas na legislação estadual.

RIBEIRÃO PRETO. Decreto n. 48, de 26 de fevereiro de 2004b. Declara tombamento do prédio onde foi sediada a UGT - União dos Trabalhadores de Ribeirão Preto, situado na rua José Bonifácio n. 59 - centro, nesta cidade de Ribeirão Preto, observando áreas envoltórias definida na legislação estadual.

RIBEIRÃO PRETO. Decreto n. 443, de 20 de dezembro de 2004c. Declara tombamento do prédio da antiga sede da Câmara e cadeia Municipal, situado à Cerqueira César n. 371 – centro, nesta cidade de Ribeirão Preto, observando áreas envoltórias definida na legislação estadual.

RIBEIRÃO PRETO. Lei Complementar n. 2006, de 02 de maio de 2006. Dispõe sobre alterações, modificações e acrescenta expressões legais à lei n. 7521, de 17 de outubro de 1996 (criação do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural - CONPPAC) e dá outras providências.

RIBEIRÃO PRETO. Decreto n. 256, de 31 de outubro de 2007a. Declara tombamento do imóvel [remanescentes da antiga Algodoeira Matarazzo] conforme especifica.

RIBEIRÃO PRETO. Decreto n. 119, de 24 de abril de 2008a. Declara tombamento do imóvel situado na Rua Florêncio de Abreu 411.

RIBEIRÃO PRETO. Lei Complementar n. 2211, de 24 de agosto de 2007b. Institui junto à Secretaria Municipal da Cultura, o Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural do município de Ribeirão Preto -CONPPAC/RP e revoga a lei n. 7521/96 e suas alterações.

RIBEIRÃO PRETO. Decreto n. 121, de 24 de abril de 2008b. Declara tombamento do imóvel, localizado na Rua João Delibo esquina com Ernesto Petersen (Estação do Alto).

RIBEIRÃO PRETO. Decreto n. 120, de 24 de abril de 2008c. Declara tombamento do imóvel, localizado no Cemitério da Saudade do município de Ribeirão Preto, Túmulo Veiga Miranda.

RIBEIRÃO PRETO. Decreto n. 336, de 29 de dezembro de 2014. Declara o tombamento do Palácio Rio Branco, localizado à Rua Duque de Caxias s/n., neste município.

RIBEIRÃO PRETO. Lei Complementar n. 2799, de 14 de dezembro de 2016. Dispõe sobre o Sistema Municipal de Patrimônio Cultural de Ribeirão Preto - SMPC-RP, denomina o Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural do município de Ribeirão Preto

(CONPPAC-RP), institui o Fundo Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural e dá outras providências.

RIO DE JANEIRO (Distrito Federal). Decreto n. 2087, de 19 de janeiro 1925. Código de Obras para o Distrito Federal.

RIO DE JANEIRO (Distrito Federal). Decreto n. 6000, de 1º de julho de 1937. Código de Obras do Distrito Federal.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 5.406, de 03 de março de 1932. Dispõe sobre a regulamentação dos Conselhos Consultivos Municipais. **Imprensa Oficial do Estado de São Paulo**, Poder Executivo, São Paulo, SP, 04 mar. 1932, p. 01.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 5.616, de 30 de julho de 1932. Extingue os Conselhos Consultivos Municipais. **Imprensa Oficial do Estado de São Paulo**, Poder Executivo, São Paulo, SP, 31 jul. 1932, p. 01.

SÃO PAULO (Estado). Lei n. 3.398, de 11 de julho de 1956. Denomina "Antônio Diederichsen" ao atual Grupo Escolar do bairro dos Campos Elíseos, município de Ribeirão Preto. **Imprensa Oficial do Estado de São Paulo**, Poder Executivo, São Paulo, SP, 12 jul. 1956, p. 2.

SÃO PAULO (Estado). [Constituição (1967)]. Constituição do Estado de São Paulo de 1967. **Imprensa Oficial do Estado de São Paulo**, Poder Legislativo, São Paulo, SP, 13 mai. 1967, p. 51.

SÃO PAULO (Estado). Lei n. 10.247, de 22 de outubro de 1968. Dispõe sobre a competência, organização e o funcionamento do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado, criado pelo artigo 123 da Constituição Estadual e dá outras providências. **Imprensa Oficial do Estado de São Paulo**, Poder Legislativo, São Paulo, SP, 23 out. 1968, p. 02.

SÃO PAULO (Estado). Decreto-Lei Complementar n. 9, de 31 de dezembro de 1969. Dispõe sobre a organização dos municípios. **Imprensa Oficial do Estado de São Paulo**, Poder Legislativo, São Paulo, SP, 31 dez. 1969, p. 01.

SÃO PAULO (Estado). Decreto-lei n. 211, de 30 de março de 1970. Dispõe sobre normas de promoção, preservação e recuperação da saúde, no campo de competência da Secretaria de Estado da Saúde, e dá providências correlatas. **Imprensa Oficial do Estado de São Paulo**, Poder Executivo, São Paulo, SP, 31 mar. 1970, p. 3.

SÃO PAULO (Estado). Decreto-lei n. 12.342, de 27 de setembro de 1978. Aprova o Regulamento a que se refere o artigo 22 do Decreto-lei 211, de 30 de março de 1970, que dispõe sobre normas de promoção, preservação e recuperação da saúde no campo de

competência da Secretaria de Estado da Saúde. **Imprensa Oficial do Estado de São Paulo**, Poder Executivo, São Paulo, SP, 28 set. 1978, p. 1.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 13.426, de 16 março 1979. Cria a Secretaria do Estado da Cultura e dá outras providências. **Imprensa Oficial do Estado de São Paulo**, Poder Executivo, São Paulo, SP, 16 mar. 1979, p. 38.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Cultura. Resolução n. 32, de 7 de maio de 1982. Tomba o Teatro D. Pedro II, na cidade de Ribeirão Preto como monumento de interesse histórico-cultural. **Imprensa Oficial do Estado de São Paulo**, Poder Executivo, São Paulo, SP, 13 mai. 1982. Seção I, p. 26.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Cultura. Resolução n. 61, de 28 de outubro de 1988. Tomba como bem cultural de interesse Histórico e Arquitetônico o imóvel localizado à Rua Caramuru, 232, no município de Ribeirão Preto. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 03 nov. 1988. Seção 1, p. 13.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Cultura. Resolução n. 26, de 15 de dezembro de 1993. Tomba como bens de interesse histórico-arquitetônico e paisagístico os imóveis que compõe o chamado "Quarteirão Paulista", bem como a Praça XV de Novembro, no município de Ribeirão Preto. **Imprensa Oficial do Estado de São Paulo**, Poder Executivo, São Paulo, SP, 16 dez. 1993. Seção I, p. 53.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Cultura. Resolução n. 07, de 22 março de 1994. Tomba o sistema viário, área verde e remanescentes arquitetônicos da antiga Fazenda Monte Alegre e Escola de Agricultura, englobando o campus da Universidade de São Paulo e o terreno do Museu Histórico Municipal, em Ribeirão Preto. **Imprensa Oficial do Estado de São Paulo**, Poder Executivo, São Paulo, SP, 24 mar. 1994. Seção I, p. 69.

SÃO PAULO (Estado). Comunicado do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado sobre abertura do processo de estudo de tombamento do Edifício Diederichsen, em Ribeirão Preto. **Imprensa Oficial do Estado de São Paulo**, Poder Executivo, São Paulo, SP, 17 out. 1998, p. 27.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 48.1937, de 07 de outubro de 2003. Altera a redação do artigo 137 do Decreto n. 13.426, de 16 de março de 1979, no que se refere à área envoltória dos bens imóveis tombados pelo CONDEPHAAT. **Imprensa Oficial do Estado de São Paulo**, Poder Executivo, São Paulo, SP, 08 out. 2003, p. 03.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Cultura. Resolução n. 33, de 08 de agosto de 2005. Tomba o Edifício Diederichsen, em Ribeirão Preto como bem cultural. **Imprensa Oficial do Estado de São Paulo**, Poder Executivo, São Paulo, SP, 01 set. 2005. Seção I, p. 28.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Cultura. Resolução n. 25, de 28 de abril de 2010. Define e regulamenta a área envoltória do Quarteirão Paulista, na cidade de Ribeirão Preto, e revoga a Resolução SC-34, de 08 de agosto de 2005. **Imprensa Oficial do Estado de São Paulo**, Poder Executivo, São Paulo, SP, 12 mai. 2010. Seção I, p. 35.

SÃO PAULO (Município do Estado de São Paulo). Lei n. 3.427, de 19 de novembro de 1929. Código de Obras Arthur Saboya. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, Poder Executivo, São Paulo, SP, 19 nov. 1929, p. 01.

SÃO PAULO (Município do Estado de São Paulo). Ato n. 663, de 10 de agosto de 1934. Aprova consolidação do Código de Obras Arthur Saboya, abrangendo todas as disposições constantes de Leis e Atos, em vigor nesta data, referentes a construções, arruamentos, etc. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, Poder Executivo, São Paulo, SP, 10 ago. 1934, p. 01.

SÃO PAULO (Província de São Paulo). Lei n. 51, de 02 de abril de 1870. Eleva à cathegoria de Freguezia a Capella do Ribeirão Preto, do Municipio de S. Simão, substituindo as actuaes divisas ecclesiasticas. **Coleção da Legislação Paulista**, Poder Executivo, São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Província de São Paulo). Lei n. 67, de 12 de abril de 1871. Eleva à cathegoria de Villa a Freguezia do Ribeirão Preto, do Municipio de S. Simão, devendo os habitantes construir a Casa da Camara e cadêa. **Coleção da Legislação Paulista**, Poder Executivo, São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Província de São Paulo). Lei n. 88, de 01 de abril de 1889. Eleva à categoria de Cidade a Vila do Ribeirão Preto. **Coleção da Legislação Paulista**, Poder Executivo, São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Província de São Paulo). Resolução n. 198, de 03 de agosto de 1889. Manda publicar e executar o Código de Posturas da Câmara Municipal do Ribeirão Preto. **Coleção da Legislação Paulista**, Poder Executivo, São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Província de São Paulo). Lei n. 16, de 13 de novembro de 1891. Organiza os municípios do Estado. **Coleção da Legislação Paulista**, Poder Executivo, São Paulo, SP.

Processos Administrativos:

CONDEPHAAT – CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Processo n. 29840/1992.** Estudo de tombamento do Quarteirão Paulista e Praça XV de Novembro, em Ribeirão Preto – SP.

CONDEPHAAT – CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Processo n.**

37922/1998. Estudo de tombamento do Edifício Diederichsen, situado na rua Álvares Cabral, n. 469, Ribeirão Preto – SP.

CONDEPHAAT – CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Processo n. 60720/2009.** Solicitação de restauro e recuperação do símbolo de modernidade do Edifício Diederichsen, no imóvel que se localiza à rua Álvares Cabral, 469 – Centro – Ribeirão Preto – SP.

CONDEPHAAT – CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Processo n. 62129/2010.** Solicitação de Serviços de conservação e autorização para reforma das salas 110/111 do Edifício Diederichsen, imóvel que se localiza à Rua Álvares Cabral, 469 – Centro – Ribeirão Preto – SP.

CONDEPHAAT – CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Processo n. 64503/2011.** Denúncia de Intervenção, Edifício Diederichsen, Ribeirão Preto.

CONDEPHAAT. **Processo n. 64559/2011.** Pedido de Aprovação de Intervenção no Edifício Diederichsen, em Ribeirão Preto – SP.

CONDEPHAAT – CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Processo n. 64560/2011.** Pedido de Aprovação de Intervenção, Edifício Diederichsen, Ribeirão Preto – SP.

CONDEPHAAT – CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Processo n. 64982/2011.** Pedido de Aprovação de Intervenção, Edifício Diederichsen, Ribeirão Preto – SP.

CONDEPHAAT – CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Processo n. 76409/2016**. Pedido de Aprovação de Intervenção, Edifício Diederichsen, Ribeirão Preto – SP.

CONDEPHAAT – CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Processo n. 25774/1987**. Estudo de tombamento de casa térrea situada na Rua Caramuru, n. 232, em Ribeirão Preto - SP.

CONDEPHAAT – CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Resolução n.**

107, de 11 nov. 2015. Resolução de tombamento das instalações do Posto de Gasolina Aclimação, em São Paulo - SP.

MPSP – MINISTÉRIO PÍBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Promotoria de Justiça Cível de Ribeirão Preto, Meio Ambiente, **Inquérito Civil n. 1226.1.1068.7/07**, 2007.

MPSP – MINISTÉRIO PÍBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Promotoria de Justiça Cível de Ribeirão Preto, Meio Ambiente, **Inquérito Civil n. 1226/2011**, 2011.

MPSP – MINISTÉRIO PÍBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Promotoria de Justiça Cível de Ribeirão Preto, Meio Ambiente, **Inquérito Civil n. 14.0156.0007092/2017-5**, 2017.

Documentos civis ou de cartórios:

RIBEIRÃO PRETO (SP). 2º Cartório Oficial de Registro de Imóveis de Ribeirão Preto. **Certidão de cópia autêntica do Registro de Testamento de Antonio Diederichsen e Certidão de Termo de Entrega de Bens**. Registro em: 10 ago. 1964.

RIBEIRÃO PRETO (SP). 1º Oficial de Registro de Imóveis. **Certidão de Registro de venda feita em 26 de abril de 1934, sob nº de ordem 3.206, TA 1766, por Escritura de 25 de abril de 1934.** Protocolo nº 427.093**.** Documento nº 003206, Cadastro 007167, Registro em: 26 abr. 1934. Certidão registrada às fls. 118 do livro Transcrição das Transmissões, n. 3 “B”. Data de emissão: 18 mar. 2009.

Websites:

https:// g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2019/08/03/palacetecamilo-de-mattos-sera-restaurado-pela-primeira-vez-em-97-anos-em-ribeirao-preto-sp.ghtml>, Acesso em: 31/03/2020.
Instituto Moreira Salles. Disponível em: https://rioprimeirasposes.ims.com.br/wp-content/plugins/wp-imagezoom/zoom.php?id=F1jh3. Acesso em 16/2/2020.
http://www.saopauloantiga.com.br/category/imoveis-sp/tipo/postos-de-combustiveis/. Acesso em: 25/08/2019
https://lufelopes.blogspot.com/2012/02/. Acesso em 16/06/2020.
https://www.rmgouvealeiloes.com.br/peca.asp?ID=1347988. Acesso em 30/1/2021.
http://salasdecinemadesp2.blogspot.com/2014/06/rio-preto-sao-jose-do-rio-preto-sp.html. Acesso em 1/2/2020.
http://salasdecinemadesp2.blogspot.com/2014/06/sao-paulo-sao-jose-do-rio-preto-sp.html, acessado em 01/02/2020.
https://www.villealpha.com.br/3366/imoveis/venda-apartamento-2-dormitorios-gonzaga-santos-sp. Acesso em: 10/2/2020.
http://cinemafalda.blogspot.com/2009/12/ ribeirao-preto.html. Acesso em: 1/5/2020.
https://www.instagram.com/casadamemoriaitaliana/. Acesso em: 12/12/2019.

ttps://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15771-evolucao-da-divisao-territorial-do-brasil.html?=&t=acesso-ao-produto. Acesso em 1/2/2020.

Arquivos pesquisados:

ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DE RIBEIRÃO PRETO – APHRP. Mapas e Plantas.

ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DE RIBEIRÃO PRETO – APHRP. Acervo Fotográfico.

ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DE RIBEIRÃO PRETO – APHRP. Inventário Geral.

ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DE RIBEIRÃO PRETO – APHRP. Coleção Terreri.

ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DE RIBEIRÃO PRETO – APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Coleção Fotos Históricas.

ARQUIVO NACIONAL. Tribunal de Segurança Nacional.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca digital brasileira.

BIBLIOTECA MARIO DE ANDRADE. Hemeroteca.

FOLHA DE S. PAULO. Acervo digital.

O ESTADO DE S. PAULO. Acervo digital.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Acervo Biblioteca FAUUSP.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, Acervo digital, Diplomas.

INSTITUTO MOREIRA SALLES. Acervo digital, Coleção Brascan - Cem Anos no Brasil, Coleção Augusto Malta.

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (AGCRJ). Acervo digital, Coleção Particular Oliveira Reis.

INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E GENEALÓGICO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO-SP (IHGG). Acervo digital de fotos.

ACERVO FUNDAÇÃO ENERGIA E SANEAMENTO. Acervo digital de fotos.

FUNDAÇÃO ARQUIVO E MEMÓRIA DE SANTOS. Acervo digital de fotos.

DIRCEU PICCINATO JUNIOR. Livros de Aforamento da Fábrica da Matriz de São Sebastião de Ribeirão Preto, Arquivo particular.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE RIBEIRÃO PRETO. Documento da Divisão do Serviço de Tuberculose do Departamento de Saúde do Estado, na Secretaria da Saúde da

Assistência Social de São Paulo, Arquivo particular.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE RIBEIRÃO PRETO. Testamento de Antonio Diederichsen, Arquivo particular.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE RIBEIRÃO PRETO. Acervo de fotos do Abrigo Anna Diederichsen, Arquivo particular.

BRUNO GALLUCCI. Acervo de fotos do Grande Hotel Gallucci, Arquivo particular.

TONY MIYASAKA. Acervo de fotos, Arquivo particular gerido por Elza Miyasaka.

Plantas e Mapas:

Base topográfica e cadastral da cidade de Ribeirão Preto, 2016. Secretaria de Planejamento e Gestão Urbana de Ribeirão Preto.

Patrimônio da Fábrica da Matriz. Eng. Civil Antonio Soares Romeo, 1932. APHRP, Plantas e Mapas.

Planta da Cidade de Ribeirão Preto. Autoria não identificada, 1925. APHRP, Plantas e Mapas.

Planta da Cidade de Ribeirão Preto. Escriptório da Empreza Força e Luz, 1913. APHRP, Mapas e Plantas

Planta da Cidade de Ribeirão Preto. Eng. Olímpio Antunes[488], 1892. APHRP, Plantas e Mapas.

Planta da Praça XV de Novembro. Autoria não identificada, 1919. APHRP, Mapas e Plantas.

Planta da Villa de Ribeirão Preto. Eng. Augusto Greimensen, 1884. APHRP, Plantas e Mapas.

Mapa Geral de Ribeirão Preto. Nelson Rodrigues Nóbrega, 1949. APHRP, Plantas e Mapas.

Núcleo Colonial Antonio Prado. Autoria não identificada, ano desconhecido. APHRP, Plantas e Mapas.

Fotografias:

A Única. Foto Flash, 1950. APHRP, Acervo Fotográfico – F601.

Álbum de construção do Edifício Diederichsen, Gullaci Foto. APHRP.

Antigo Banco Constructor. Gullaci, 1940. APHRP, Acervo Fotográfico– F207.

Antigo Banco Constructor. Não identificado, 1929. APHRP, Acervo Fotográfico – F486.

[488] Cf. Garcia, 2013.

Antigo Banco Constructor. Não identificado, 1928. APHRP, Acervo Fotográfico – F493.

Automóveis da Cia. Comércio e Industria Antonio Diederichsen e Hotel Umuarama em construção. Não identificado, 1950. APHRP, Acervo Fotográfico – F252

Automóveis do Antigo Banco Constructor. Romildo Cantarelli, 1928. APHRP, Acervo Fotográfico – F162.

Banco Francês-Italiano. Photo Sport, 1935. APHRP, Acervo Fotográfico – F854.

Casa de Câmara e Cadeia. Flósculo de Magalhães, 1910. APHRP, Acervo Fotográfico – F135.

Centro de Ribeirão Preto. Não identificado, 1898. APHRP, Acervo Fotográfico – F290.

Cia. Souza Cruz. Não identificado, 1938. APHRP, Acervo Fotográfico – F498.

Coreto da Praça XV de Novembro. Não identificado, 1929. APHRP, Acervo Fotográfico – F116.

Correios e Telégrafos. Photo Sport, 1948. APHRP, Acervo Fotográfico – F222.

Depósito do Antigo Banco Constructor. Não identificado, [dec. 1920]. APHRP, Acervo Fotográfico – F296.

Diederichsen & Hibbeln. Grande Photographia Aristides, 1920. APHRP, Acervo Fotográfico – F113.

Diederichsen & Hibbeln. Grande Photographia Aristides, 1920. APHRP, Acervo Fotográfico – F114.

Diederichsen & Hibbeln. J.S. Mattos, [1913-1916 (?)]. APHRP, Acervo Fotográfico – F148.

Diederichsen & Hibbeln. Não identificado, 1907. APHRP, Acervo Fotográfico – F491.

Edifício ABC, Photo Gullaci Rib Preto, 1948. APHRP, Acervo Fotográfico – F196.

Edifício ABC. Photo Gullaci Rib Preto, 1954. APHRP, Acervo Fotográfico – F197.

Edifício Diederichsen. Gullaci Phot Rib. Preto, 1948. APHRP, Acervo Fotográfico – F192.

Edifício Diederichsen. Gullaci Phot Rib. Preto, 1948. APHRP, Acervo Fotográfico – F193.

Edifício Diederichsen. Não identificado, 1937-1938. APHRP, Acervo Fotográfico – F685.

Edifício Diederichsen. Photo Sport, 1937. APHRP, Acervo Fotográfico – F1569.

Edifício Diederichsen. Tony Miyasaka, não identificado. Acervo Fotográfico Tony Miyasaka – R19.

Edifício Diederichsen. Tony Miyasaka, não identificado. Acervo Fotográfico Tony Miyasaka – R153.

Eletrodomésticos à venda no Edifício ABC. Gullaci, 1940. APHRP, Acervo Fotográfico – F490.

Enchente na Rua General Osorio. Aristides Motta, 1927. APHRP, Acervo Fotográfico – F94.

Enchente na Rua General Osorio. Aristides Motta, 1927. APHRP, Acervo Fotográfico – F95.

Enchente na Rua General Osorio. Aristides Motta, 1927. APHRP, Acervo Fotográfico – F96.

Escritório da Diederichsen & Hibbeln, J.S. Mattos, 1910. APHRP, Acervo Fotográfico – F151.

Escritório do Antigo Banco Constructor. Satrap Photo, 1929. APHRP, Acervo Fotográfico – F485.

Esquina da Rua Alvares Cabral e com a Rua General Osório. Photo Sport, 1935. APHRP, Acervo Fotográfico – F859.

Estação de jardineiras. Gullaci, 1948. APHRP, Acervo Fotográfico – F189.

Estação de jardineiras. Photo Sport, 1940. APHRP, Acervo Fotográfico – F212.

Foto do projeto da fachada principal do Edifício Diederichsen. Photo Sport, 1935. APHRP. APHRP, Acervo Fotográfico – F857.

Hotel Central. João Passig, 1903. APHRP, Acervo Fotográfico – F078.

Inauguração do Edifício ABC. Gullaci, 1941. Acervo Fotográfico – F195.

Inauguração do Edifício ABC. Gullaci, 1941. APHRP, Acervo Fotográfico – F494.

Inauguração do Edifício ABC. Photo Sport, 1941. Acervo Fotográfico – F492.

Inauguração do monumento à Luiz Pereira Barreto na Praça XV de Novembro. Aristides Motta, 1923. APHRP, Acervo Fotográfico – F106.

Inauguração de semáforo em frente ao Edifício ABC. Photo Gullaci Rib. Preto, 1952. APHRP, Acervo Fotográfico – F208.

Interior do Cine São Paulo. Tony Miysaka, 1954. Acervo Tony Miyasaka.

Interior do Edifício ABC. Não identificado, 1941. APHRP, Acervo Fotográfico – F495.

Interior do Edifício ABC. Photo Gullaci, 1945. APHRP, Acervo Fotográfico – F210.

Manifestação em frente à Casa de Câmara e Cadeia de Ribeirão Preto. Não identificado, 1891. APHRP, Acervo Fotográfico – F269.

Membros do P.R.P. em Ribeirão Preto. Não identificado, 1892. APHRP, Acervo Fotográfico – F271.

Mercado Municipal de Ribeirão Preto. João Passig, 1900. APHRP, Acervo Fotográfico – F054.

Mercado Municipal de Ribeirão Preto. Não identificado, 1958. APHRP, Acervo Fotográfico – F676.

Obras do Abrigo Anna Diederichsen. Gullaci, 1941. APHRP, Acervo Fotográfico – F203.

Obras do Abrigo Anna Diederichsen. Gullaci, 1941. APHRP, Acervo Fotográfico – F202.

Obras do Abrigo Anna Diederichsen. Gullaci, 1941. APHRP, Acervo Fotográfico – F201.

Obras do Prédio Diederichsen. Não identificado, 1935. APHRP, Acervo Fotográfico – F291.

Posto ABC. Photo Gullaci Rib Preto, 1958, APHRP, Acervo Fotográfico – F198.

Posto Diederichsen. Photo Gullaci, 1932. APHRP, Acervo Fotográfico – F200.

Praça 13 de Maio e Hotel Umuarama. Foto Esporte, 1953. APHRP, Acervo Fotográfico – F226.

Praça XV de Novembro. João Passig, 1903. APHRP, Acervo Fotográfico – F014.

Praça XV de Novembro e Hotel Umuarama. Foto Colombo, 1956. APHRP, Acervo Fotográfico – F226.

Primeira Matriz de Ribeirão Preto. João Passig, [1904-1905]. APHRP, Acervo Fotográfico – F013.

Primeiro Grupo Escolar de Ribeirão Preto. João Passig, 1902. APHRP, Acervo Fotográfico – F052.

Quarteirão Paulista. Maggiori Photo, 1930. APHRP, Acervo Fotográfico – F009.

Quarteirão Paulista. Photo Sport, 1935. APHRP, Acervo Fotográfico – F848.

Quarteirão Paulista e Rua Álvares Cabral. Photo Sport, 1930. APHRP, Acervo Fotográfico – F1738.

Residência do Cel. Quinzinho Junqueira. Gullaci Foto, 1934. APHRP, Acervo Fotográfico – F687.

Restaurante Pinguim – Edifício Diederichsen. Não identificado, 1936-1940. APHRP, Acervo Fotográfico – F684.

Rua Álvares Cabral. Não identificado, 1926. APHRP, Acervo Fotográfico – F509.

Rua Álvares Cabral. Photo Sport, 1938. APHRP, Acervo Fotográfico – F219.

Rua Álvares Cabral. Photo Sport, 1940-50. APHRP, Acervo Fotográfico – F1537.

Rua General Osorio. Aristides Motta, 1910. APHRP, Acervo Fotográfico – F115.

Rua General Osorio. Ernesto Kuhn, 1932. APHRP, Acervo Fotográfico – F1586.

Rua General Osorio. Ernesto Kuhn, [1930-1940]. APHRP, Acervo Fotográfico – F1590.

Rua General Osorio. Não identificado, 1903. APHRP, Acervo Fotográfico – F100.

Rua General Osório. João Passig, 1898. APHRP, Acervo Fotográfico – F018.

Rua General Osorio. Photo Sport, 1935. APHRP, Acervo Fotográfico – F858.

Rua General Osorio. Photo Sport, 1938. APHRP, Acervo Fotográfico – F409.

Rua General Osorio e Praça XV de Novembro. João Passig, 1903. APHRP, Acervo Fotográfico – F019.

Rua General Osorio e Praça XV de Novembro. Photo Sport, 1933. APHRP, Acervo Fotográfico – F475.

Rua General Osorio e Praça XV de Novembro. Photo Sport, 1935. APHRP, Acervo Fotográfico – F847.

Rua General Osorio e Praça XV de Novembro. Não identificado, 1912-1917. APHRP, Acervo Fotográfico – F898.

Serraria do Diederichsen & Hibbeln. Flósculo de Magalhães, 1905. APHRP, Acervo Fotográfico – F136.

Sociedade União dos Viajantes (SUV). Tony Miysaka, não identificado. Acervo Tony Miyasaka.

Teatro Carlos Gomes. João Passig, 1904. APHRP, Acervo Fotográfico – F015.

Vista aérea de Ribeirão Preto. Não identificado, [1930-1940]. APHRP, Acervo Fotográfico – F683

Vista aérea de Ribeirão Preto. Photo Sport, 1935. APHRP, Acervo Fotográfico -F841.

Vista aérea de Ribeirão Preto. Photo Sport, 1935. APHRP, Acervo Fotográfico -F842.

Vista aérea de Ribeirão Preto. Photo Sport, 1935. APHRP, Acervo Fotográfico -F843.

Vista da fachada do Abrigo Anna Diederichsen. Tony Miyasaka, não identificado. Acervo Tony Miyasaka.

Vista da região central de Ribeirão Preto. Tony Miysaka, [dec. 1960]. Acervo Tony Miyasaka.

Vista parcial do centro de Ribeirão Preto. Foto Miyasaka, 1958. APHRP, Acervo Fotográfico – F297.

Vista parcial do centro de Ribeirão Preto. Miyasaka - Cine Foto Reportagem, 1958. APHRP, Acervo Fotográfico – F297.

Vista aérea do centro de Ribeirão Preto. Não identificado, 1953. APHRP, Acervo Fotográfico – F527.

Vista aérea do Quadrilátero Central de Ribeirão Preto. Foto Miyasaka, 1992. APHRP, Acervo Fotográfico – F1333.

Vista panorâmica do Campos Elíseos. Tony Miyasaka, não identificado. Acervo Tony Miyasaka.

Vista parcial do centro de Ribeirão Preto. Tony Miysaka, [1950?]. Acervo Tony Miyasaka.

Vista parcial do centro e Vila Tibério. Não identificado, 1917. APHRP, Acervo Fotográfico – F264.

Projetos de Arquitetura:

Agencia do Banco Commercial do E. de S. Paulo. Esc. Cortes 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 39, 1927.

Agencia Ford. Planta Esc. 1:100 / Fachada e Cortes Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 357, 1928.

Ampliação do palco do projecto registrado sob o n. 114 de Jeronymo Ippolito. Esc. 1:100. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Particulares, n. 116, 1917.

Armazem para Antonio Diederichsen. Planta Esc. 1:100 / Fachada e Cortes Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 280, 1928.

Augmento no prédio do Antigo Banco Constructor. Esc. 1:50. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 58, 1919.

Banco do Brasil. Plantas Esc. 1:100 / Cortes e Fachada Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 277, 1922.

Banco do Commercio e Industria de São Paulo. Plantas Esc. 1:100 / Cortes e Fachada Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 36, 1922.

Barracão para depósito para madeira de Diederichsen e Hibbeln. Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 108, 1914.

Casa de morada na Rua S. Sebastião esquina Rua Saldanha Marinho dos Srs. Diederichsen & Hibbeln. Esc. 1:100. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 280, 1913.

Casa Alemã – Ribeirão Preto. Plantas Esc. 1:100 / Fachada e Cortes Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 37, 1924.

Cine Avenida. Plantas Esc. 1:100 / Cortes e Detalhes Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Particulares, n. 358, 1928.

Commodos para o hotel do Sr. Jose Gracia. Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Particulares, n. 17, 1914.

Frente das officinas de Diederichsen e Hibbeln. Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 148, 1914.

Frente e corte do prédio a ser construído na rua Jose Bonifacio esquina da rua A. Brasiliense de Propriedade do Sr. Antonio Diederichsen. Planta Esc. 1:100 / Fachada e Cortes Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 187, 1929.

Letreiro luminoso de alta tensão fabricado por Gás Neon Pannon Ltda. APHRP, Coleção Terreri.

Pilares de cimento armado para Hotel Modelo. Esc. 1:10. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Particulares, n. 18, 1918.

Planta de um terraço de cimento armado a ser construído em uma área existente – Banco Françesa Italiana. Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particula-res, n. 97, 1923.

Planta de uma reforma para as officinas Ford na Rua São Sebastião. Planta Esc. 1:100 / Fachada e Corte Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 2, 1927.

Plantas para cinco prédios a construir-se na rua da Liberdade canto da rua do Commercio. Planta Esc. 1:100 / Fachadas e Corte Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Particulares, n. 139, 1914.

Posto de Gazolina e Lubrificação Agencia “Ford”. Plantas, Cortes e Fachada Esc. 1:50 / Detalhe Esc. 1:10. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 118, 1930.

Posto de serviço a ser construído a Rua Saldanha Marinho esquina com a Rua Americo Brasiliense de propriedade do Ilmo. Sr. Antonio Diederichsen. Esc. 1:50. Ribeirão Preto.

APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 150, 1931.

Predio à Rua General Ozorio nº 185. Plantas Esc. 1:100 / Fachada e Cortes Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 73, 1934.

Predio Diederichsen. Esc. 1:100. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 95, 1934.

Predio do Sr. Vicente Vigario. Planta e Cortes Esc. 1:100 / Fachada Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Particulares, n. 117, 1916.

Predio para deposito a Rua Americo Brasiliense. Planta Esc. 1:100 / Fachada e Cortes Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 141, 1925.

Predio para o Sr. Antonio Diederichsen. Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 179, 1926.

Predio para o Sr. Caval. Vicente Viccari. Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Particulares, n. 42, 1921.

Predio para o Sr. João Temporini – Casa de Pensão. Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Particulares, n. 37, 1922.

Predio para o Sr. Jose Rossi. Planta Esc. 1:100 / Fachada Esc. 1:50 / Detalhes Esc. 1:20. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Particulares, n. 204, 1926.

Predios do Sr. Francisco Orlando à rua General Ozorio ns. 55, 53, 51, 49 e n. 58 da rua S. Marinho. Esc. 1:100. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Particulares, n. 122, 1915.

Predios do Sr. Vicente Vigario. Esc. 1:100. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Particulares, n. 190, 1915.

Projecto aprovado – “Palacete Diederichsen”. 1:100. Ribeirão Preto. APHRP, Coleção Terreri. APHRP.

Projecto da recontrucção do prédio sito na esquina das ruas Barão do Amazonas e Duque de Caxias. Plantas Esc. 1:100 / Cortes e Fachadas Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Particulares, n. 200, 1929.

Projecto de aumento de uma cozinha para o Sr. Ciro Amanzio na Rua Santos Dumond 125. Planta Esc. 1:100 / Cortes Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 240, 1938.

Planta de conjuncto Villa Dr. Kujaski. Esc. 1:100. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Particulares, n. 234, 1926.

Projecto de cinema a construir. Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Particulares, n. 205, 1928.

Projecto de construir um posto de gasolina. Planta Esc. 1:100 / Fachada e Corte Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 87, 1934.

Projecto de construcção para um restaurante, a ser executado na rua General Ozorio. Planta e Cortes Esc. 1:100 / Fachada Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Particulares, n. 101, 1916.

Projecto de predio do Ginasio Progresso. Plantas Esc. 1:100 / Cortes e Fachada Esc. 1:50. Ribeirão Preto. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 91, 1933.

Projecto de predio para a Banca Francese Italiana. Plantas e Cortes Esc. 1:100 / Fachada Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 48, 1916.

Projecto de prédio para hotel. Plantas Esc. 1:50 / Fachadas Esc. 1:100. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Particulares, n. 52, 1929.

Projecto de prédios para Andrade Junqueira & Cia e Banco S. Paulo. Plantas Esc. 1:100 / Cortes e Fachada Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 102, 1923.

Projecto de prédio para o Sr. Pedro Leite. Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 279, 1922.

Projecto de reforma e augmento do prédio de propriedade dos Srs. Delloiagono & Co. Planta Esc. 1:100 / Cortes Esc. 1:50 / Detalhes Esc. 1:20. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Particulares, n. 134, 1931.

Projecto de reforma officinas no Sr. Paschoal Innechi. Planta e Fachada Esc. 1:100 / Detalhes Esc. 1:20. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Particulares, n. 25, 1926.

Projecto de salão Snr. Campanella. Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Particulares, n. 126, 1926.

Projecto de uma casa à Rua General Osorio. Plantas Esc. 1:100 / Fachada Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 124, 1912.

Projecto de uma garage na Rua São Sebastião. Planta Esc. 1:100 / Fachada e Cortes Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 69, 1925.

Projecto de um edifício para Hotel. Plantas Esc. 1:100 / Fachada e Cortes Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Particulares, n. 22, 1911.

Projecto de um prédio para ser construído. Plantas e Cortes Esc. 1:100 / Fachada Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 108, 1926.

Projecto de um sobrado. Plantas Esc. 1:100 / Cortes e Fachada Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvi-mento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 166, 1925.

Projecto de um sobrado para duas moradias. Plantas Esc. 1:100 / Corte e Fachada Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Particulares, n. 243, 1924.

Projecto de um sobrado para ser construído na Rua General Osorio esquina da Rua Saldanha Marinhho. Fachada Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 114, 1915.

Projecto de um sobrado para ser construído na Rua General Osorio esquina da Rua Saldanha Marinhho. Plantas Esc. 1:100. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 115, 1915.

Projecto do prédio a construir à General Ozorio esq. Barão do Amazonas. Esc. 1:100. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 90, 1911.

Projecto para a construcção do palco e concertos do antigo Eldorado Paulista a rua S. Sebastião n. 21. Esc. 1:100. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Particulares, n. 173, 1915.

Projecto para a construção de um posto para a venda de gazolina na Rua Saldanha Marinho esquina com a Rua Americo Brasiliense, prop. do Sr. Antonio Diederichsen. Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 150, 1931.

Projecto para ampliação do prédio em construção a Rua Saldanha Marinho. Plantas Esc. 1:100 / Cortes e Fachadas Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Particulares, n. 27, 1941.

Projecto para construção de quartos no Hotel Livorno. Planta Esc. 1:100 / Cortes Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Particulares, n. 212, 1922.

Projecto para construção de um prédio na Rua Visconde Inhauma nº 104. Plantas Esc. 1:100 / Fachadas e Cortes Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 33, 1933.

Projecto para modificação do prédio aprovado em 4 de julho de 1925 do Sr. Daniel Galota. Plantas Esc. 1:100. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 206, 1926.

Projecto para reforma da fachada do prédio da Rua General Osorio. Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 15, 1933.

Projecto para as officinas do Banco Constructor. Planta e Fachadas Esc. 1:100 / Cortes Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 139, 1925.

Projecto para augmento de um deposito na Rua Americo Brasiliense. Planta Esc. 1:100 / Fachada e Corte Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 88, 1923.

Projecto para deposito de propriedade do Sr. Antonio Diederichens na Villa Tiberio. Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 155, 1927.

Projecto para uma cabine e mictórios para o novo Cinema à R. Visconde do Rio Branco nº 28. Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Particulares, n. 9, 1929.

Projecto para uma Casa de Diversões do Sr. Jeronymo Ippolito. Esc. 1:100. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Particulares, n. 114, 1917.

Projecto para uma residência na Praça 13 de Maio esq. Da Rua Lafayete. Planta de Situação Esc. 1:200 / Plantas Esc. 1:100 / Fachadas e Cortes Esc. 1:50 / Detalhes Esc. 1:20 e 1:10. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Particulares, n. 128, 1923.

Projecto para uma residência na Rua Tibiriça n. 68. Planta de Situação Esc. 1:200 / Plantas Esc. 1:100 / Cortes e Fachadas Esc. 1:50 / Detalhes Esc. 1:20 e Esc. 1:10. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Particulares, n. 127, 1923.

Projecto para um prédio de propriedade dos Sr. Ferreira Martins & Cia. Planta Esc. 1:100 / Cortes e Fachada Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Particulares, n. 226, 1927.

Projecto prédio duplo para o Snr. Jose Campanela. Planta e Cortes Esc. 1:50 / Fachada Esc. 1:100. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Particulares, n. 145, 1926.

Projeto de construção à Rua Duque de Caxias esquina da Rua Alvares Cabral. Planta e Cortes Esc. 1:100 / Fachada Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Particulares, n. 165, 1928.

Projeto de dois armazem a construir-se na Rua Saldanha Marinho e Rua São Sebastião. Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 157, 1922.

Projeto de predio a ser construído na Rua Jose Bonifacio n. 9. Planta Esc. 1:100. Corte e Fachada Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 29, 1934.

Projeto de predio para Ginasio Progresso. Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 17, 1934.

Projeto de reforma do Hotel Aurora. Plantas Esc. 1:100 / Fachada e Cortes sc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Particulares, n. 66, 1928.

Projeto para construcção do prédio Abrigo Anna Diederichsen na Rua Pernambuco em Ribeirão Preto. Plantas Esc. 1:100 / Fachada e Cortes Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Particulares, n. 38, 1941.

Projeto para depósitos de propriedade do Sr. Antonio Diederichsen. Planta Esc. 1:100 / Fachada e Cortes Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 10, 1927.

Projeto para pórtico do Cemitério da Saudade. Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP, Inventário Geral, Cx. 40, Reg. 939.

Projeto para reforma do prédio nº 376 da Rua General Osorio – Propriedade do Banco do Comércio e Industria de São Paulo. Plantas Esc. 1:100 / Fachada Esc. 1:50. Ribeirão Preto.

APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 36, 1922.

Projeto Umuarama. Plantas Esc. 1:100 / Cortes e Fachada Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Particulares, n. 133, 1947.

Reforma da fachada do prédio cito à Rua São Sebastião 7. Esc. 1:25. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 3, 1934.

Reforma da Livraria Valada. Planta Esc. 1:100 / Fachadas Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Particulares, n. 87, 1933.

Reformasão e augmento de uma casa na rua Tibyriça com a rua Ruy Barbosa. Planta Esc. 1:100 / Fachadas Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal, Desenvolvimento Urbano e Rural, Obras Particulares, n. 101, 1922.

Villa com 5 casas para o Sr. E. J. Moreira. Esc. 1:100. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Particulares, n. 13, 1924.

Villa com 5 casas para o Sr. E. J. Moreira. Esc. 1:100. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Particulares, n. 205, 1924.

Villa Morães. Plantas Esc. 1:100 / Cortes e Fachada Esc. 1:50. Ribeirão Preto. APHRP. Fundo Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Particulares, n. 381, 1928.







instituto de
arquitetura
e urbanismo
usp são carlos

CAPES